DEPÓSITO LEGAL
350
350

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 1 — 31 de Janeiro de 1939 — ANO I

EDIÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — SEDE NO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

A «REVISTA DOS CENTENÁRIOS» — Dr. Júlio Dantas . 1

INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL — nota oficiosa da Presidência do Conselho . . . . . 2

1140 — 1640 — 1940 — Dr. Agostinho de Campos . . 9

NOSSA FOI A RESTAURAÇÃO — Afranio Peixoto . . 13

ALOCUÇÃO AOS PORTUGUESES — Dr. Júlio Dantas . 15

CARTA ABERTA AOS PORTUGUESES DE 1940 — António Ferro . . . . . 19

LEGISLAÇÃO — portarias da Presidência do Conselho . 25

REVISTA DA IMPRENSA . . . . . 30

NOTAS VÁRIAS . . . . . 33

GRAVURAS FORA DO TEXTO:

BUSTO DE D. AFONSO HENRIQUES — JURAMENTO DE D. AFONSO HENRIQUES — FORAL CONCEDIDO Á CIDADE DE LISBOA POR D. AFONSO HENRIQUES — SÊLO DE LISBOA (MCCXXXIII)

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# A "REVISTA DOS CENTENÁRIOS"

*A «Comissão Executiva», a que tenho a honra de presidir, possue, a partir de hoje, o seu órgão: a «Revista dos Centenários».*

*Integrada no quadro de serviços da nossa secção de Propaganda, em que brilhantemente superintende o sr. António Ferro, na sua dupla qualidade de secretário geral da Comissão e de director do Secretariado da Propaganda Nacional, a «Revista dos Centenários» será o instrumento de informação de que nos serviremos para dar a conhecer ao País o estado dos nossos trabalhos, a marcha das nossas iniciativas e a contribuïção do nosso esfôrço para a realização do alto pensamento de Sua Ex.ª o Presidente do Conselho.*

*Esta função informadora é indispensável. Torna-se necessário, não só esclarecer a opinião pública àcêrca dos projectos em curso, dos programas em execução, dos métodos que adoptámos e das questões que ao nosso espírito se suscitam, mas ainda ouvir essa mesma opinião nas suas mais elevadas expressões, entrevistando individualidades ilustres e elementos representativos de tôdas as actividades, a-fim-de que a Comissão, na execução da obra que lhe foi confiada, seja — tanto quanto o pode ser — intérprete da vontade colectiva e do sentimento nacional. Para que a Nação sinta essa obra é preciso que, desde a primeira hora, a acompanhe.*

*A «Revista dos Centenários» exerce, também, a função de arquivo. Nela se publicarão os projectos, estudos, plantas, pareceres, relatórios, investigações, pesquizas, e outros trabalhos relevantes que, pelos seus organismos, a Comissão fôr produzindo; nela terão o seu lugar próprio, em reprodução, súmula ou simples referência, as espécies mais valiosas que a vasta mobilização documental a que procedemos nos revelar, mòrmente no que respeita aos monumentos históricos e peças de arte portuguesas, ou de interêsse para Portugal, existentes em Bibliotecas, Arquivos e Museus de países estranjeiros; nas suas páginas, enfim, hão-de recolher-se e registar-se todos os elementos que documentarão àmanhã a acção da Comissão Executiva no desempenho da honrosa missão de traduzir, senão de criar, o estado de vibração da consciência de um povo que celebra os seus oito séculos de história.*

*Além das funções de informação e de arquivo, procurará a «Revista dos Centenários» realizar a necessária acção coordenadora de todos os esforços, iniciativas e actividades que se inspirem no propósito patriótico de comemorar a fundação e a restauração da nacionalidade. Em 1940 não se efectuam apenas os actos e solenidades descritas no programa das festas oficiais; hão-de realizar-se outros, de carácter local e de iniciativa privada, que, em-*

*bora estranhos à responsabilidade e à administração da Comissão Executiva, se subordinam ao mesmo pensamento das grandes festas nacionais e devem ser, na medida do possível, acompanhados pelo nosso interêsse e orientados pelo conhecimento da nossa própria acção. Não nos limitaremos a contribuir para o êxito oficial das comemorações de 1940; vamos procurar, quanto em nós caiba, assegurar a unidade da sua expressão nacional.*

*Finalmente, a «Revista dos Centenários» realizará a propaganda externa e interna das festas, chamando para elas, e para a alta significação dos acontecimentos históricos que se comemoram, a atenção de portugueses e de estranjeiros. Será um cartaz de larga expansão e de considerável mobilidade. Esforçar-nos-emos por torná-lo sugestivo e atraente.*

JÚLIO DANTAS

# INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

(NOTA OFICIOSA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO)

**1.** No ano que vem — 1939 — pode dizer-se que faz oitocentos anos Portugal, contada a sua independência desde que D. Afonso Henriques se proclamou rei pela primeira vez. Em 1940 passa por seu turno o terceiro centenário da Restauração, ou seja o terceiro centenário da reafirmação, solenemente selada com o sangue de muitas batalhas, da mesma independência.

Ter oito séculos de idade é caso raro ou único na Europa e em todo o Mundo, sobretudo se para a definição da identidade política se exigir o mesmo povo, a mesma Nação, o mesmo Estado. Quási desde o princípio, com o esfôrço dos primeiros reis, ficaram definidas e fixadas na península ibérica as nossas fronteiras. Guerras, muitas; mas nem invasão ou confusão de raças, nem anexações de territórios, nem substituïção de casas reinantes, nem variação de fronteiras: do primeiro ao último os próprios chefes tinham nas veias o mesmo sangue português.

Liberto de tôdas as perturbações da Europa, donde foram surgindo uns após outros Estados modernos, Portugal viu nascer muitos, juntarem-se ou desmembrarem-se alguns, desaparecerem uns tantos. A todos sobreviveu e não no apagamento do olvido, mas realizando através dos séculos da sua existência uma das obras mais vastas e valiosas para o património colectivo da humanidade de que algum povo se poderá ufanar. Isto é, não durou, porque se furtou a viver; durou precisamente porque viveu — a vida intensa do soldado, do trabalhador da terra, do explorador do mar, do descobridor, do missionário, do portador duma doutrina e duma civilização.

**2.** Entendeu-se que seria bem celebrar solenemente nos dois próximos anos as referidas datas, fundidas no mesmo significado de independência nacional e constituindo portanto um ciclo único de comemorações festivas.

Seria, primeiro, dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos da sua História, que foram simultâneamente oito séculos da História do Mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência.

Em segundo lugar, conseguir-se-ia pela pressão do tempo e pelo entusiasmo criador, levar os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo da sua actividade, com o intuito de afirmar a capacidade realizadora

de Portugal, os seus serviços à civilização, e o contraste entre os nossos recursos sempre diminutos e os resultados obtidos tantas vezes admiráveis.

Por um e outro modo demonstrariamos com a clareza da evidência aos nossos próprios olhos e aos olhos de estranhos que Portugal, Nação civilizadora, não findou e continua, pelo contrário, a sua alta missão no Mundo.

**3.** Não é preciso dizer que os centenários, como grande festa de família, não interessam só à capital; a província, as ilhas, todos os domínios têm de participar nela. E não só nós.

Tratando-se de acontecimento invulgar, não é ambiciosa a esperança de que países estranjeiros queiram ter a gentileza de se associar às comemorações festivas pelas muitas formas por que pode render-se homenagem a uma velha nação civilizadora ou cooperar-se no brilhantismo de uma solenidade. Temos por êsse Mundo alianças, amizades fiéis, estreitas afinidades de raça, comunidade de civilização; e não hão-de esquecer todos aqueles povos de um extremo ao outro da Ásia que nos devem o primeiro contacto com o Mundo ocidental.

Pena é que o monumento do Infante D. Henrique, à volta do qual se anda há anos, não possa ser inaugurado nessa época, e nos não seja por isso dado assistir ao espectáculo maravilhoso que seria desfilarem em grande parada naval, diante da ponta de Sagres, em face do monumento ao propulsor da navegação e dos descobrimentos nos tempos modernos, luzidas representações de tôdas as marinhas do Mundo. Por mim não julgo impossível que a Europa, a Ásia e a América viessem da melhor vontade e com a presença de barcos seus reconhecer na obra do Infante a ambição e o impulso das descobertas e o serviço prestado à mais estreita comunidade dos povos através dos caminhos do mar.

**4.** Ao Brasil é devida referência especial, pois, seja qual fôr a parte que nas comemorações centenárias queiram amàvelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e activo do Brasil.

A História dos dois povos é comum a ambos, até ao alvorecer do século XIX; e quando os dois reinos se separaram, fizeram-no em termos que não têm precedentes na História. A atitude constante de Portugal para com o Brasil, desde o dia da nossa bifurcação no vasto Mundo, é a de terna e carinhosa solidariedade. Orgulhamo-nos tão naturalmente de quanto empreenderam os nossos antepassados, como do que fizeram e têm de fazer os nossos descendentes. A nossa língua é a sua língua e enquanto Portugal continental é estreita nesga de terra na Europa onde nunca poderão caber senão escassos milhões de almas, o Brasil é quási um continente, um mundo novo, e dêle jorrarão pelos séculos adiante torrentes de humanidade, em cujas mãos estará bem entregue o tesouro das tradições de que hão-de ser herdeiros, em sagrada partilha connôsco.

Eis algumas razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal no momento em que festejaremos os nossos 800 anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da casa; que erga o seu padrão de História ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas, como da família, a par de nós acolha as homenagens que o Mundo nos deve e nos trará nessa ocasião; que nos mande, no maior número, os mais egrégios dos seus filhos, em romagem patriótica e cívica

Não nos deteremos a precisar a forma a que aspiramos da colaboração brasileira nos centenários de 1939-1940. Queremos que o encontro dos nossos povos seja então efectivo e intenso como nunca o foi; e que o Mundo seja testemunha do que é o Brasil na História portuguesa — uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinária realização, e do que é Portugal para o Brasil — a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria.

**5.** Não devemos querer que os estranjeiros nos visitem em multidão, nem nós desejamos orientar as celebrações centenárias no sentido da exploração turística, digamos claramente a palavra. Mas não há dúvida de que tais solenidades terão — nós desejamos que tenham — repercussão internacional. Por dever, por curiosidade, por interêsse, muitos estranjeiros visitarão Portugal; e a primeira coisa é saber como poderão ser rece-

bidos e como poderá ser preparada a nossa casa para os acolher.

À volta desta primeira preocupação devem ser postos, estudados e resolvidos um certo número de problemas, entre os quais apontarei, como exemplo, os que se referem à entrada no País ou na capital, à facilidade de circuitos turísticos, à vida nas cidades ou nos locais mais apetecidos e apetecíveis, pelo interêsse artístico, da paisagem ou de quaisquer características regionais. E há um mundo de coisas, pequenas umas, outras grandes, que têm aqui lugar: o melhoramento das estações ferroviárias fronteiriças; a construção de uma estação marítima, pelo menos, no pôrto de Lisboa; o aerodromo da Portela de Sacavém; algumas, se não tôdas, as estradas de acesso imediato à capital; o aperto de certas malhas na rêde de estradas, com o qual se completariam ou arredondariam passeios de grande comodidade e beleza; a melhoria de instalações e o aperfeiçoamento dos serviços dos hotéis de Lisboa e da província; estabelecimento de certo número de pousadas em recantos provincianos, onde a iniciativa privada não cuidou até hoje das necessidades de quem viaja ou passeia; maior vigilância na repressão da mendicidade; mais cuidado na limpeza das casas e das ruas, e muitas outras coisas que comissões especiais podem fàcilmente estudar e promover, desde que estejam compenetradas desta primeira necessidade de estarmos em condições de receber as pessoas que nos visitem.

**6**. Sendo os dois centenários a celebrar da Fundação de Portugal e da Restauração, e não devendo alhear-nos das figuras centrais daqueles dois grandes factos históricos — D. Afonso Henriques e D. João IV — que faremos para os honrar de modo especial nas comemorações de 1939-1940?

Quanto ao último, deve relembrar-se que o Palácio dos Duques de Bragança em Vila Viçosa pertence hoje, com muitos outros bens, a uma Fundação instituída pelo Senhor D. Manuel e que, por expressa e voluntária cedência das Herdeiras, a Fundação usufrue já quási todo o Palácio em que há-de instituír um Museu e uma Biblioteca. Dado o carácter de utilidade pública da aludida Fundação, o valor arquitectónico do palácio e o interêsse histórico e artístico do seu recheio, está indicado se trate já da sua restauração para poder ser efectivada o mais cêdo possível a vontade do Fundador. No largo em frente, devidamente regularizado e embelezado, deveria levantar-se uma estátua a D. João IV, o Restaurador da Independência. O palácio, a vasta praça, a formosa igreja fronteira dos Agostinhos, que constitue o panteon dos Duques de Bragança, seriam, por êste modo, elevados no conjunto à beleza e dignidade que lhes pertence.

Por outro lado, quando se considera Lisboa na sua sintética expressão de capital portuguesa, e com o pensamento no fundador da nacionalidade se busca o meio mais próprio de consagrar-lhe a memória, nenhuma outra idea sobreleva à da reconstituïção e aproveitamento do Castelo de S. Jorge, pois se a cidade está, por tradição, valor e direito consagrada como o centro vital da própria Nação, é no Castelo que se encontra a afirmação da conquista e do domínio da terra, quere dizer o penhor da independência de Portugal. Despido dos estabelecimentos militares que ali se encontram, aliás em más condições, e restituído ao traçado e beleza das suas muralhas, ainda que fiquem parcialmente em ruínas e mesmo sem se levantar estátua ou qualquer outro monumento, o Castelo, que materialmente domina Lisboa e o Tejo, deve dominar espiritualmente o País, deve ser a acrópole sagrada, o lugar eleito das peregrinações patrióticas. Acresce que dali se desfruta — nem os lisboetas o saberão — um dos mais belos panoramas que em qualquer cidade do Mundo pode existir; e não há o direito de desperdiçá-lo.

**7**. Será preciso talvez, no período intenso e de certo modo febril em que vamos preparar as duas comemorações centenárias, defender-nos do excesso de querer realizar agora em dois anos o que não pôde sê-lo em 800, desde o comêço. Mas, no intuito de afirmar o nosso poder realizador — um dos intentos afirmados no comêço desta exposição — muitas obras já começadas deveriam concluír-se e outras em projecto, em estudo ou simplesmente desejadas deveriam ter o seu comêço ou melhor ainda comêço e fim neste período. Os serviços a quem se vai pedir um esfôrço excepcional deveriam ter como questão de brio e de honra própria (além de

tudo o que ficou mencionado e lhes pertence) pelo menos as seguintes realizações:

a) Acabamento das obras de restauração do Palácio, jardim e parque de Queluz;

b) Acabamento da Casa da Moeda (parte administrativa e oficinal);

c) As obras anexas do Museu das Janelas Verdes (Arte Antiga) de forma que fique em condições de nêle se poderem realizar exposições temporárias de Arte;

d) Construção da auto-estrada para Cascais;

e) Construção do Estádio, que deve ser levada a efeito e simultâneamente com a da auto-estrada para Cascais, sua ligação a Lisboa e construção da estrada marginal, qualquer delas, pelo menos, até à Cruz Quebrada;

f) Libertação definitiva da Tôrre de Belém: ninguém compreenderia que ao realizarem-se comemorações de datas de tão grande significado na nossa História e quando exactamente por meio delas se procura exaltar o valor da raça e o seu esfôrço mundial, aquele belíssimo monumento não esteja definitivamente livre da aviltante vizinhança que há perto de meio século o ennodoa e a nacionais e estranjeiros pode dar a falsa idea de desapêgo nosso às tradições e ao património artístico português;

g) Conclusão das obras no Palácio de S. Bento e urbanização do local;

h) Resolução do problema do chamado Parque Eduardo VII e construção de um palácio de exposições, antiga aspiração da capital, onde não existe qualquer edifício próprio para tal fim;

i) Reparações necessárias no Teatro de S. Carlos;

j) O maior impulso possível ao parque florestal de Monsanto e, se possível (não sei em que tem esbarrado esta aspiração), a arborização da encosta marginal do Tejo, desde os Estoris, cuja nudez muito prejudica a beleza do estuário;

k) A primeira fase de construção dos novos Hospitais-Escolares, em que se visione pelo menos a grandeza da obra;

l) Decidido impulso nas obras de novos bairros económicos, de modo que se possam fazer desaparecer os bairros miseráveis que cercam Lisboa;

m) Ligação radiofónica de Portugal e do seu Império, com a aspiração de que, durante as festas e depois, a partir delas, todos os domínios ultramarinos possam seguir em cada momento as manifestações espirituais da Mãi-Pátria.

8. Se bem que poucas vezes estaria tão bem fundamentada uma Exposição Internacional como com a celebração do duplo centenário por nós empreendida, renunciaremos a ela; mas não seriam completas nem de certo modo possíveis as nossas comemorações festivas sem que do programa definitivo constassem algumas exposições nacionais: e não se opõe isso a que num ou noutro caso se peça a colaboração de outros países.

1.º — Impõe-se naturalmente, dada a índole das comemorações, e em primeiro lugar, a *Grande Exposição Histórica do Mundo Português*. O local poderia ser os terrenos vagos da Junqueira até Belém, já nessa altura certamente do Estado e da Câmara Municipal; os fins da Exposição apresentar uma síntese da nossa acção civilizadora, da nossa acção na História do Mundo, mostrar, por assim dizer, tôdas as pègadas e vestígios de Portugal no globo.

2.º — *Exposição de Arte Portuguesa*, que deverá, na parte relativa à pintura, restringir-se aos primitivos. Na parte decorativa acessória poderiam figurar obras de outras épocas. Os trabalhos de restauração, a começar imediatamente, poriam em estado de ser expostos polípticos e tábuas que, no conjunto, seriam uma autêntica revelação para nacionais e estranjeiros. O local poderá ser o anexo ao Museu de Arte Antiga.

3.º — *Grande Exposição Etnográfica*, na Tapada da Ajuda. Tentar-se-ia a reprodução da arquitectura característica de cada uma das 21 províncias portuguesas, de aquém e de além mar, em casa onde os habitantes, com indumentária própria, reproduzissem os usos e costumes das suas regiões. Poderiam ser convidados outros países a fazer-se re-

presentar com uma síntese do seu folclore, o que poderia dar lugar a uma interessante competição do folclore comparado.

4.º — *Grande Exposição do Estado Novo*, na qual se procuraria mostrar tudo quanto o Estado Novo tem feito, desde a sua estrutura orgânica, até à obra de renovação e de ressurgimento moral e material, o que está realizado e a projecção no futuro.

5.º — Julga-se que, por iniciativa de sub-comissões da província ou de outros organismos competentes, poderiam ainda realizar-se pequenas exposições acessórias e locais, como, por exemplo, uma de ourivesaria em Coimbra, outra de barroco no Pôrto, etc.

**9**. Simultâneamente e até como complemento de algumas das exposições indicadas há a oportunidade de promover alguns congressos, êstes de carácter internacional. De entre os possíveis destaco apenas um *Congresso do Mundo Português*, ao qual é de esperar concorram eminentes vultos de ciência estranjeiros com os seus materiais e trabalhos de investigação relacionados com a nossa História. E numa das secções dêste Congresso onde se tratasse de política indígena e de colonização poderiam ser versados com interêsse internacional problemas da maior oportunidade.

**10**. Quanto a cortejos, festas, manifestações patrióticas e cívicas, falecem-me ao mesmo tempo imaginação e experiência para indicá-los, mas representam, por definição, parte importante das festas comemorativas. Como somos ricos de datas históricas, que podem ser nos dois anos dos centenários celebradas de modo especial, algumas serão incluídas no programa, que também compreenderá romagens patrióticas a lugares mais especialmente ligados aos factos que se celebram.

Parece ainda que dois grandes cortejos podem ser tentados com êxito:

1.º — Em Lisboa, um cortejo do Mundo Português, por assim dizer apoteose da Exposição e do Congresso do mesmo nome;

2.º — No Pôrto, grande cortejo do trabalho, em Maio de 1940, onde desfilariam representantes de tôdas as actividades económicas nacionais, Sindicatos, Grémios, Casas do Povo, etc., continuando-se a tradição já estabelecida nos últimos anos e realizando-se em mais larga escala o que já se fez em Braga, Barcelos, Guimarãis e êste ano se projecta em Viana do Castelo.

**11**. Uma vez posta em marcha a idea das celebrações centenárias o Govêrno julga que muitas publicações aparecerão em que particulares e corporações ou institutos científicos de ensino hão de mostrar, sob os mais diversos aspectos e nos mais diversos domínios, a acção de Portugal e dos portugueses nos oito séculos de existência. Não podem prever-se os resultados desta idea a dominar todos os espíritos nos próximos anos; a atenção convergindo no mesmo plano fundamental de glorificação pátria pode dar lugar a muitas e valiosas criações.

Neste lugar queria, porém, referir-me apenas a certas publicações que de forma especial, directa, deveriam ficar marcando os centenários e que exemplificarei indicando as seguintes:

Publicação da documentação diplomática e iconográfica respeitante tanto à fundação da nacionalidade como à restauração;

Terras, paisagens e monumentos de Portugal;

Álbum folclórico de costumes e tipos populares portugueses;

A casa portuguesa (fachadas e interiores dos nossos solares e casas típicas portuguesas);

Os primitivos portugueses;

Catálogo monumental, ilustrado, da Exposição do Mundo Português;

1940 (álbum panorâmico da obra do Estado Novo).

**12**. Gisando a traços muito largos os fins a que obedecem as comemorações e a orientação que pretende dar-se-lhes, creio ter ficado dentro das nossas possibilidades — isto é, dentro da nossa capacidade de realização e da modéstia dos nossos recursos: seria contra os nossos princípios de política e de

administração empenhar ou vender as pratas da casa para servir um chá luxuoso à família ou aos amigos. É ainda por esta consideração fundamental que só pequena percentagem das importâncias a gastar o serão em coisas que morrem, em coisas que passam; a máxima parte deve ficar como obra útil e ajudará por si mesma a perpetuar as festas.

Embora pretendendo ser modestos e devendo sê-lo, não creio que nos moldes habituais consigamos realizar tôda a soma de trabalho reclamada em harmonia com o indicado acima. Há, decerto, que acelerar o ritmo do nosso esfôrço normal, estabelecendo regras de trabalho de que possa provir rendimento excepcional.

Será ainda necessário começar a trabalhar desde já, porque os estudos levarão forçosamente muito tempo que já é pouco para tanto que há a executar; e para não nos dispersarmos não deverão ser consentidas nem aceitas iniciativas isoladas, isto é, que se não integrem nem subordinem ao programa definitivo ou aos seus objectivos.

A' comissão que fôr nomeada e aos vários pelouros a constituír impõe-se seja concedida, uma vez garantida pelo Govêrno a unidade de comando, grande liberdade de acção, descentralizando-se quanto possível a execução das várias iniciativas. Onde há organismos com serviços próprios para a levar a bom têrmo devem êstes ser aproveitados: tal orientação não só estimulará e desenvolverá a vida dêsses organismos como deminuirá os inconvenientes da escassez de tempo.

**13.** Eis, sucintamente, uma idea, uma aspiração, um programa (êste apenas ligeiramente esboçado) e, além disto, os fins a atingir, os meios, as condições de trabalho.

As comemorações centenárias são, acima de tudo, grande festa nacional, festa para todos os portugueses do Mundo e em que todos podem e devem colaborar de maneira efectiva. E se todos para elas contribuem, todos devem ter sua parte na alegria que criem, na satisfação que dêem, na fé e optimismo que hão-de arreigar nos espíritos acêrca da vitalidade do povo português e do seu engenho criador.

E vamos a ver se, dominados por tão alta e bela idea, não expulsaremos de nós o espírito da tristeza e do mal, a fim de nos prepararmos para festejar condignamente — o que raros poderão fazer — oito séculos de independência, quere dizer, de vida livre e de trabalho intenso, em grande parte desinteressado e a favor dos outros povos da terra.

*Março*, 1938

*BUSTO DE D. AFONSO HENRIQUES*

*(Existente no Museu Arqueológico)*

# 1140 — 1640 — 1940

*O «DIÁRIO DE NOTÍCIAS», DE 20 DE FEVEREIRO DE 1929, PUBLICAVA, EM FUNDO, UM ARTIGO DO ESCRITOR SR. DR. AGOSTINHO DE CAMPOS, SOB O TÍTULO ACIMA E QUE A SEGUIR REPRODUZIMOS, NO QUAL SE ENCONTRA A CARTA DE «UM PORTUGUÊS AUSENTE DE PORTUGAL», QUE HOJE SE SABE TER SIDO ESCRITA PELO SR. EMBAIXADOR DR. ALBERTO DE OLIVEIRA, AO TEMPO MINISTRO DE PORTUGAL EM BRUXELAS.*

Não podemos deixar de publicar, aliviada de amabilidades que agradecemos, mas não merecemos, a carta que nos dirige *um Português ausente de Portugal.*

«...Não seria conveniente escolher entre as várias datas contidas no período de formação da nacionalidade portuguesa uma qualquer que servisse para comemorarmos com grande solenidade *e a suficiente preparação,* o oitavo centenário da fundação de Portugal?

A de 1140 tinha a meu ver a vantagem de coïncidir centenàriamente com a de 1640, data da independência restaurada; e, assim, poderíamos celebrar a grande comemoração em 1940, isto é, daqui por onze anos, com muito tempo, portanto, para nos prepararmos devidamente.

Devemos festejar o centenário em tôda a extensão do nosso território europeu e ultramarino, e ainda por tôda a parte onde se encontre, fora de Portugal e dos seus domínios, um núcleo de Portugueses, por pequeno que seja. E isto até para recordar aos outros povos (que tão fàcilmente o ignoram ou esquecem) que somos não só uma das mais ilustres, mas também das mais antigas nações da Europa, anterior três séculos à própria Espanha una, tal como hoje existe.

Proponho, pois, que comecemos já a pensar nisto. De-certo é cêdo ainda para mandar distribuir convites internacionais e começar a construir os pavilhões comemorativos; mas não o é para tratarmos de *reconstruir-nos a nós próprios,* a-fim-de aparecermos decentes, decorosos e dignos aos que nos virem festejar o nosso próprio nascimento nacional; para tratarmos de lhes mostrar que não estamos gastos, nem moribundos.

É sempre prático marcar um prazo e meter dentro dêle os projectos que sèriamente desejamos levar a efeito. Assim, cada passo que dermos, cada obra que iniciarmos, entrará dentro dêsses carris e será calculada pelos limites dêsse tempo.

Ora onze anos são um prazo folgado, mas nada excessivo, para tudo o que nos cum-

pre fazer, a-fim-de entrarmos em 1940 restabelecidos dos numerosos males de que, bem confessadamente, enfermamos.

Onze anos para somarmos e multiplicarmos, em vez de nos diminuirmos e dividirmos, onze anos para pôrmos ordem nas nossas finanças, para sanearmos a nossa moeda, para darmos vida nova às nossas indústrias, arrancarmos da estagnação o nosso comércio e adaptarmos às normas mais modernas e produtivas a nossa agricultura.

Onze anos para fazermos da nossa administração pública uma casa de vidro, ordenada, limpa e transparente. Onze anos para ensinarmos a lêr e a escrever aos que ainda não sabem e para ensinarmos todo o resto aos que pouco mais sabem do que isso, e mal ensinam o que mal sabem. Onze anos para que as nossas estradas sejam transitáveis e modernas e os nossos portos se apresentem terminados e activos. Onze anos para que as nossas preciosas colónias sejam conhecidas, aproveitadas e fecundadas pela iniciativa, pelo braço e pelo capital portugueses.

Serão demais, êstes onze anos para estirparmos do corpo e da alma da nação o micróbio da desordem e da anarquia oriental, que há tantos anos nos invadiu? Serão demais para nos envergonharmos e arrependermos do nosso egoísmo, apatia e intolerância? Para acordarmos dentro de nós as fôrças paralizadas ou degeneradas, da solidariedade cívica, da concórdia fecunda e do patriotismo activo e eficiente?

Não o creio, e por isso digo: invoquemos a partir de agora o ano de 1940, como a barreira extrema, além da qual não passarão a nossa miséria, a nossa agitação estéril e a guerra civil mansa ou brava em que alternadamente vivemos, ou vamos morrendo. Façamos da data de 1940 um motivo de fôrça maior, de fôrça máxima, que imponha silêncio às nossas lutas, paixões, ódios, invejas, ambições, vaidades, egoísmos, indolências e indiferenças — e nos obrigue a todos a ter juízo, reconhecendo-nos todos réus do mesmo crime de lesa-pátria, e prometendo que nos uniremos num propósito comum de penitência, de emenda e regeneração colectiva.

Quem isto escreve já de-certo não estará nêste mundo, para a comemoração, que ambiciona feliz, do oitavo centenário de Portugal; mas desde já ofereceria tudo o que lhe resta de capacidade e de préstimo, para contribuir, até o último sôpro de vida, no sentido de que essa data marque data na nossa História e seja abençoada algum dia pelos nossos filhos e netos».

As palavras do nosso correspondente equivalem a dizer (e a desejar com exemplar ardor patriótico) que, assim como entre 1129 e 1140, mais ano menos ano, se elaborou o

*nascimento* de Portugal, assim de 1929 a 1940 poderia a geração actual, se quizesse, empreender o seu *renascimento*. Quererá?

Não nos compete responder por ela porque não somos profeta. Prégador, apenas e enquanto nos não cansarmos de ouvir a própria voz repercutir-se no êrmo. E, se alguém a escuta, bem sabemos o que a prégação tem de antipática e de estopante. Antipática aos vícios inveterados, que não perdoam aos desmancha-prazeres; estopante para a gente despreocupada e alegre, que vive só no dia hoje, goza a sua miséria doirada pelo sol e não atura muito tempo os que lhe vêm falar de tempestades, incêndios, inundações ou terremotos.

Mais agradável, de-certo, é anunciar-lhe ou propôr-lhe festas; mas a festa que alvitra o nosso correspondente tem seu feitio de paradoxo, porque pede aos festeiros contrição, penitência e emenda, áspera matéria-prima de que êles não compreendem que se possam fazer iluminações, foguêtes, cortejos, bailaricos ou comezainas.

Na essência estamos de acôrdo, e assim deve ser, pois se a nós se dirigiu o «Português ausente de Portugal», é porque na nossa prégação viu qualquer afinidade com os trabalhos de terapêutica política, de convalescença social e de renascimento do cívismo, que êle patrioticamente pretende contrabandear com promessa e prefácio de uma grande celebração colectiva. Não pode haver maior festa de que uma Ressurreição; o pior é que a não há mais difícil de preparar.

Difícil, mas não impossível. Se a indiferença, a inércia ou a apatia cívica cederem o passo a alguma solidariedade útil, a alguma iniciativa, a algum espírito associativo; se a cegueira e o egoísmo político deixarem de tomar a nuvem por Juno e a barriga por cérebro; se o nosso escol intelectual, roído de invejas e rancôres, gastar na produção afirmativa muito tempo que consome em negar-se a si próprio; se os educadores nacionais, caindo em si (e das nuvens) se coligarem para educar; se a vida local das províncias se desenganar de que a higiene e a instrução do povo têm de ser obra principalmente sua, e que não pode ir-lhe tôda encanada de Lisboa — então, sim, então o ano de 1940 poderá ser uma grande data. De outra maneira não teremos aí mais que dezanove tostões com um pataco, e por tão pouco não se pode ressuscitar, porque a Vida está muito cara.

A Vida com maíuscula, a verdadeira vida nacional, tem de nos custar hoje muito esfôrço, muito desinterêsse, muito sacrifício, muita consciência cívica e muita vontade idealista.

AGOSTINHO DE CAMPOS

*JURAMENTO DE D. AFONSO HENRIQUES*

*(Gravura antiga sôbre o Milagre de Ourique)*

# NOSSA FOI A RESTAURAÇÃO

A celebração de 1640 não é contra ninguém. E' apenas mais uma afirmação de Portugal. Afirmação da vontade deliberada de existir por si. O que fez com Afonso Henriques; com o Mestre de Aviz; o que veiu a fazer com o Duque de Bragança... O que fará sempre, se fôr preciso. Um «Sim» consciente, diante da vida. Portugal não renunciou, Portugal está presente; seu lugar tem mil anos, na Civilização. Êle está a postos, no seu lugar. Nada mais.

*CASTELO DE GUIMARÃIS*

A celebração das festas de orgulho é tónica. E' a gratificação moral da memória. Fomos assim, devemos ser assim, se houver mister. Nossos mortos não morreram, vivem em nós, acordados na hora do perigo. Que sejam, pois, louvados na hora da glória, pela comemoração.

Portugal, porém, não esquece. E na hora em que vai ser alegre pela festa ao seu passado, recorda-se que outro país não pode faltar. E' o Brasil. E a festa nacional tem um tocante prolongamento: convida-se o Brasil.

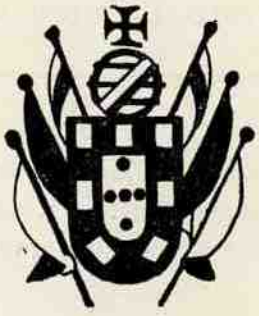
Em 1580 eramos um só, o mesmo. Sofremos juntos sessenta anos. Depois de 1640,

continuámos, cá e lá, a sofrer, um pensando no outro, um ajudando o outro, para a redenção definitiva. Quando se exalça em Lisbôa D. João IV, imediatamente é proclamado nosso rei no Brasil e o Rio de Janeiro, como Lisbôa e Pôrto, tem as honrarias, as mesmas, de lealdade.

Que importa que viesse a independência? A maioridade é fatal, cumprido o tempo, aos homens, como às nações. Chega o dia em que o filho mais amoroso, a filha mais obediente, põem casa, novo lar, a vida que se prolonga...; mas, bem nascidos, os povos continuam os mesmos, na autonomia, na soberania, na independência, sem por isso abolir a história, a fé, a língua, as tradições, o sangue, a identidade. Brasil é e será sempre Portugal. De 1580 a 1640 não eramos apenas um; sofremos juntos a mesma aflição; justo é que, na celebração da alegria restaurada, o regosijo seja recíproco. Por isso é o Brasil convidado à festa de Portugal. Por isso, não pode faltar. Não é delicadeza, convite e aceitação. E' dever. Não era lícito Portugal nos esquecêsse. Não é possível que o Brasil não compareça. A festa é comum: é a nossa restauração.

Estas palavras de confiança, que escrevo porque m'as pedem amizade e gentileza, são para dizer aos nossos compatriotas de além-mar, que já estou aqui, onde os espero...

AFRANIO PEIXOTO



*FORAL CONCEDIDO À CIDADE DE LISBOA POR D. AFONSO HENRIQUES*

# ALOCUÇÃO AOS PORTUGUESES

PRONUNCIADA AO MICROFONE DA EMISSORA NACIONAL PELO SENHOR DOUTOR JÚLIO DANTAS, PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS

*Congratulo-me pelo ensejo, que se me oferece, de dizer algumas palavras aos portugueses — da Metrópole, do Império e do Mundo — acêrca das festas nacionais de 1940.*

*A recente nomeação da Comissão Executiva, a que tenho a imerecida honra de presidir, marca o início dos trabalhos de realização das comemorações do Duplo Centenário. Temos, diante de nós, ano e meio. É talvez pouco. Mas vamos trabalhar com vontade e com fé, procurando, na rapidez da acção, compensar a relativa brevidade do tempo. Está, pode dizer-se, quási tudo por fazer, e é preciso que o zêlo da Comissão corresponda, não só à transcendente razão nacional das celebrações, mas ao alto pensamento do Senhor Presidente do Conselho e à confiança que Sua Ex.ª em nós depositou.*

*A primitiva Comissão Nacional dos Centenários, que permanece, embora com função consultiva, traçou, sob a direcção do diplomata insigne e meu velho amigo Dr. Alberto de Oliveira, as linhas gerais do programa festivo de 1940. Fê-lo com elevada intenção patriótica e com perfeito sentido das realidades e das oportunidades. É, por isso, crèdora do reconhecimento da Nação. A Comissão Executiva cumpre agora o dever de assegurar à Comissão Nacional que procurará interpretar, tão fielmente quanto lhe seja possível, o seu pensamento, e que, sempre que o julgue necessário, se apoiará na sua autoridade e no seu conselho.*

*Nenhum de nós, membros do organismo executivo — nem os cinco nomeados agora, nem o sexto, que será o comissário geral da Exposição do Mundo Português — nenhum de nós, repito, ignora as responsabilidades que pesam sôbre os nossos ombros, nem os inevitáveis dissabores que nos esperam. Mas o optimismo é indispensável à acção, e a resignação é uma virtude cristã. Aceitamos tôdas as responsabilidades inerentes à função que somos chamados a desempenhar, e tomamos perante a Nação o compromisso de realizar pontualmente o esfôrço que ela espera de nós, na medida em que êsse esfôrço não dependa da acção convergente e indispensável de outras entidades oficiais.*

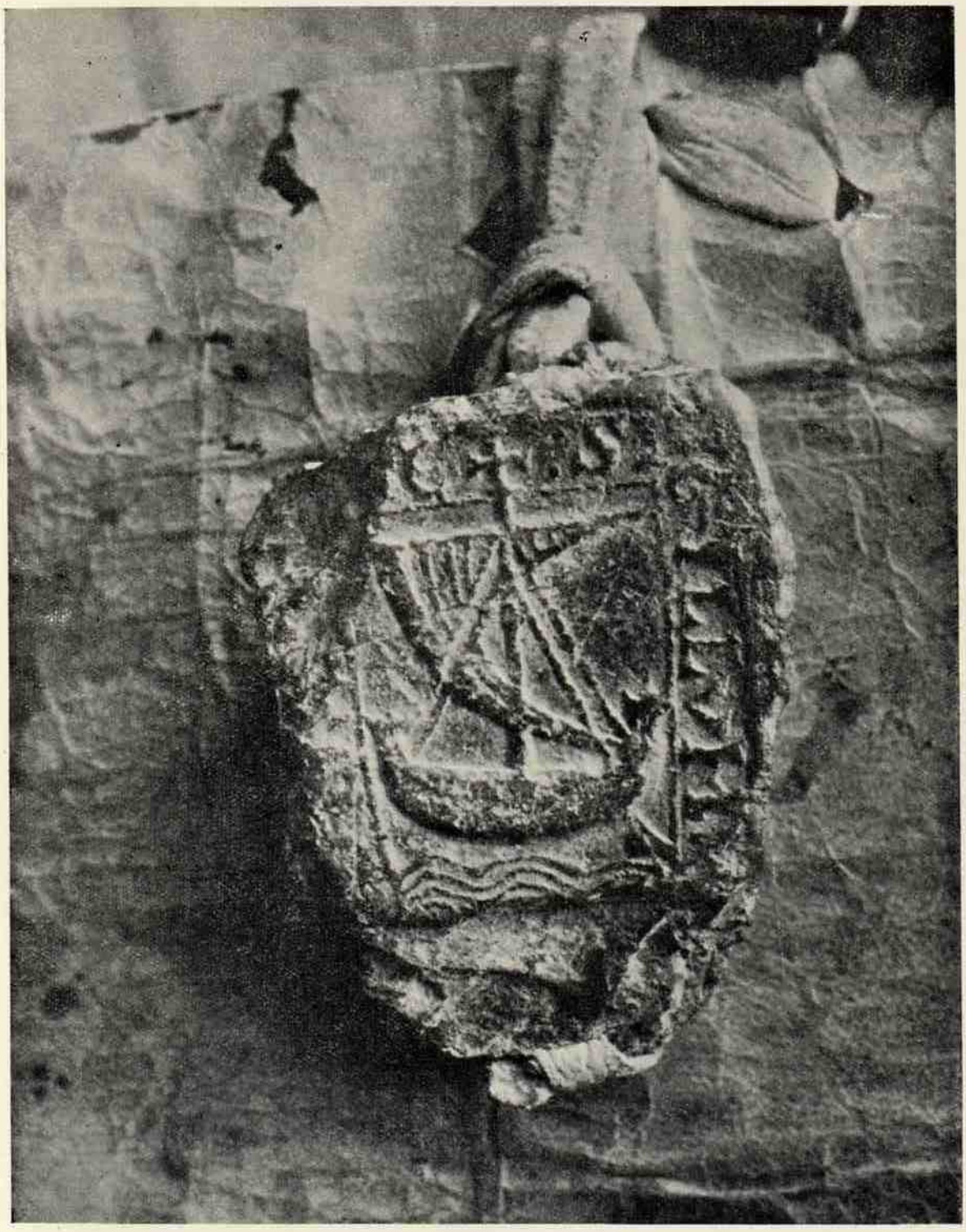
*Fêz-se já, em volta das comemorações centenárias de 1940, larga propaganda em*

*Portugal e no estranjeiro. Está empenhada nessa empresa a dignidade nacional. A não ser, pois, que factos internacionais as prejudiquem (espero que assim não sucederá), as festas do ano áureo da Fundação e da Restauração têm de realizar-se; não de qualquer maneira, mas de forma que satisfaça a consciência da nossa nobreza histórica; em têrmos que correspondam à grandeza, à harmonia e à universalidade do génio português; e não apenas como apêlo à unidade moral da nação e como eloqüente mensagem de Portugal ao Mundo, mas como estímulo salutar das actividades nacionais, mòrmente nos domínios cultural e económico. Realizaremos a vasta mobilização pacífica de todos os valores, de tôdas as capacidades, de tôdas as aptidões criadoras. Não esqueceremos nenhum daqueles homens — sábios, artistas, historiadores, pensadores, poetas, técnicos de tôdas as especialidades, cultores de tôdas as ciências — que, pela profunda virtualidade do seu talento ou do seu saber, são capazes de revelar a nação a si própria, não apenas na imagem refulgente do passado, mas — através do dinamismo contínuo da história — na projecção das linhas de fôrça que nos conduzem do passado ao presente. Não esqueceremos sobretudo o povo, húmus vivo da raça,* fons gentium *do Império, povo rico de energia e de virtudes, que é o herói supremo da formação e da expansão da nacionalidade. Assim, o Duplo Centenário de 1940 será, além de um acto político de interêsse universal, dado o papel que o nosso país representou na história da civilização; além de um acto cultural de expressão ecuménica, caracterizado pela ostentação internacional dos congressos e das manifestações do espírito, uma festa popular, festa das ruas e das praças, dos campos e do mar, em que vibrarão a alegria, a expontaneidade, o vigôr, o entusiásmo ardente, o instinto heróico do povo português.*

*Procurará a Comissão Executiva, a que presido, assegurar-se da colaboração das Repartições do Estado e dos corpos administrativos; da Igreja, a cuja sombra tutelar se criou a nação e se dilatou o Império; das Universidades, das Academias, das escolas, das bibliotecas, dos arquivos, dos museus; da generosa Mocidade Portuguesa — que é o Portugal de àmanhã —; de tôdas as actividades nacionais a que especialmente interessam os actos, solenidades e comemorações previstas; e estabelecerá, por êste e por outros meios, contacto com todos os portugueses, onde quere que êles se encontrem: com os da metrópole; com os dos domínios ultramarinos, cujo amor pátrio nunca é demais enaltecer; com os das nossas colónias sem bandeira, núcleos dispersos pelo mundo, entre os quais ocupam posição relevante os portugueses do Brasil, modêlos de civismo, de generosidade e de trabalho. Em todos êstes fragmentos do corpo universal da nação pulsa um coração comum, velho de oito séculos, mas*

*forte, rejuvenescido e orgulhoso do seu ritmo épico. Que todos os portugueses pensem e sintam que as festas de 1940 são dêles e para êles. Festas da grande família lusitana, nelas cabe o Brasil, nação irmã, que partilha gloriosamente o nosso património histórico e linguístico; festas de extensão internacional, nelas receberemos os representantes das nações amigas e os estranjeiros que nos visitarem, com a mesma fidalga hospitalidade e a mesma dignidade acolhedora que já há quatrocentos anos a Europa conhecia e presava, quando Lisboa, doirada Veneza do Ocidente, se converteu, pelo esfôrço dos portugueses, no empório comercial do mundo. Àmanhã como hoje, hoje como no século XVI, quando o incêndio da Reforma religiosa devorava as nações e as consciências, os estranjeiros nossos hóspedes virão encontrar aqui, além das maravilhas da Natureza, que não mudou, dois dos maiores bens que pode ambicionar um povo: a ordem e a paz.*

*Interrompi por momentos o meu trabalho para falar-lhes. Cumprido êsse dever, tão grato para mim, volto obscuramente a trabalhar. Na empresa em que estamos empenhados, os homens não contam. O esfôrço que realizamos, para ser fecundo, tem de ser colectivo e impessoal. Esqueçam, pois, o homem que lhes falou, e lembrem-se apenas de que as suas palavras respiravam optimismo e confiança, — não nêle próprio, mas na causa que serve, no valor dos seus colaboradores e nas inesgotáveis possibilidades do génio nacional, que nunca precisou dos grandes meios para levar a efeito as grandes obras.*



*SELO DE LISBOA (MCCXXXIII)*

# CARTA ABERTA AOS PORTUGUESES DE 1940

*Portugueses de hoje, que sois os de àmanhã! A voz criadora, de bronze, do sr. Presidente do Conselho, anunciando ao País as comemorações centenárias de 1940, chama-vos ao trabalho, ao sonho, à vida!... De norte a sul, na aldeia, na vila ou na cidade, na planície, no vale ou na montanha, todos nós, portugueses, ao ouvi-la, nos sentimos engrandecidos na sua ressonância que suspendeu, num encantamento brusco, a enxada do cavador, a vagoneta do mineiro, o pincel ou o lápis do artista, o cinzel do escultor, a pena do jornalista — que logo recomeçaram a sua faina com mais ardor, mais pressa e mais certeza!*

*Que significam essas comemorações? A alegria e o legítimo orgulho, sem dúvida, de completarmos oito séculos de História e quatro de restauração da nossa eterna independência! O pretexto único para lembrar ao Mundo que fomos gente quando a maior parte das nações europeias não existiam sequer na imaginação dos homens! A admirável oportunidade de mostrar, aos inimigos e aos amigos, o eterno desenho das linhas das nossas fronteiras, que nunca deixaram de existir na alma dos portugueses! A ocasião excepcional de ensinar à terra convulsa, agitada, revolucionada a firmeza do solo que pisamos, o mesmo, nos seus limites e configuração, que os nossos primeiros reis sonharam e traçaram!...*

*Eis, em síntese, o que dizem as comemorações de 1940 no conteúdo das suas datas; mas dizem ainda mais, muito mais. Para além dessas datas, iluminado pelo seu fulgor, o panorama que se descobre atinge a nossa época, alcança os nossos dias, 1140 (1139 foi o seu prólogo...) explica 1640, como 1640 prepara 1940. São três anos sagrados da nossa história, o ano do nascimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento!*

*O que vamos festejar não é, portanto, apenas, o Portugal de ontem, mas o de hoje, não apenas o Portugal de D. Afonso Henriques e de D. João IV, mas o Portugal de Carmona e Salazar. Faltar-nos-ia até o ânimo, a energia para festejar essas datas gloriosas do nosso passado se o nosso presente não lhes respondesse, se não nos sentissemos dignos delas. Vão longe, felizmente, aqueles tempos em que a nossa «apagada e vil tristeza» só nos permitia evocar o que tinhamos sido, para nos desculparmos do que já não eramos... Então, a nossa indolência, a nossa passividade, o nosso fatalismo não nos davam fôrças para tornar vivo êsse passado, nosso eterno consolador, que nos limitavamos a perfumar com flôres de retórica.*

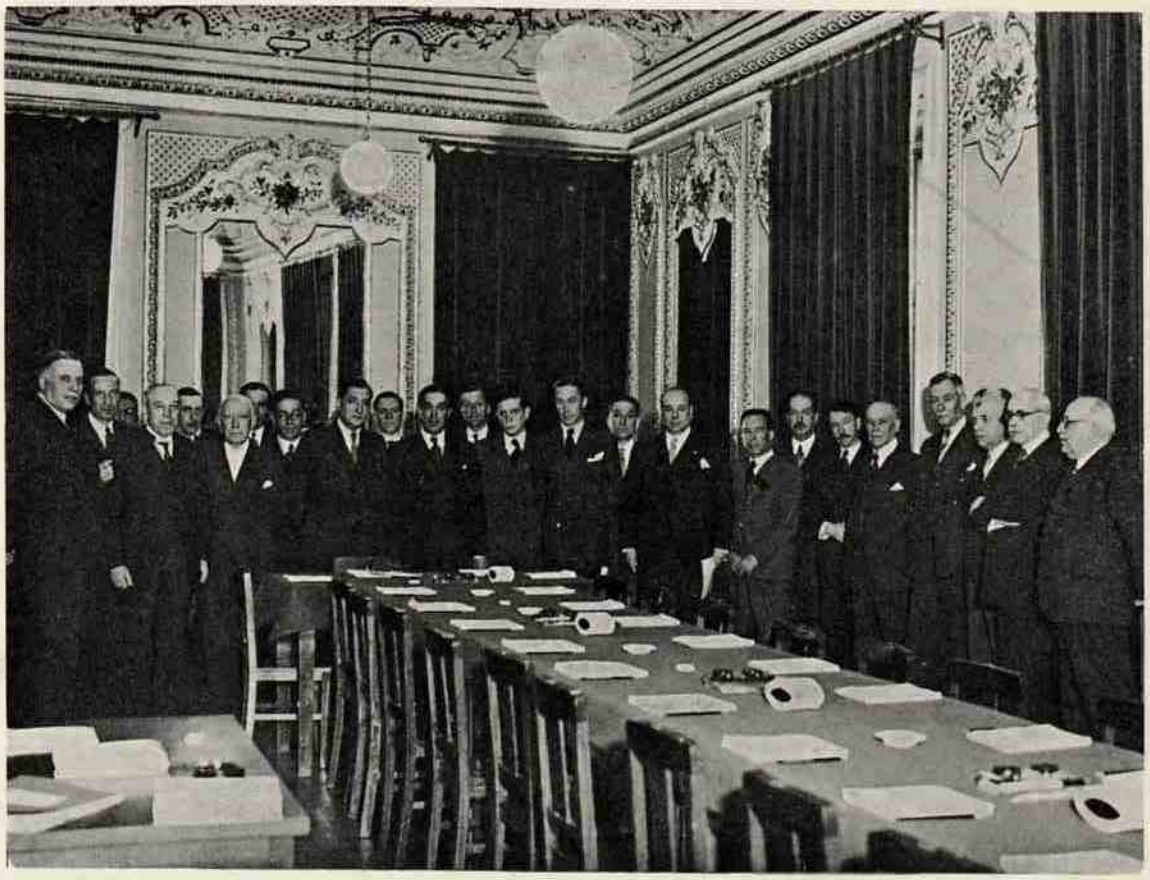
*Agora sim, agora temos o direito de ir acordar os nossos antepassados (tantas vezes incomodados inùtilmente...) porque podemos olhá-los de cabeça levantada, sem nos envergonharmos. Agora sim, porque a noite findou, porque reatámos o fio da nossa história, porque depois de têrmos revelado aos homens uma grande parte do mundo físico lhes estamos redescobrindo certas regiões do mundo moral que tinham deixado, há muito, de ser habitadas. Agora sim, porque o passado já não pesa tanto sôbre o nosso presente, porque passado e presente se medem e se igualam, porque nos vão aparecer confundidos nas comemorações que se preparam, porque 1940 chega a parecer a soma ideal (aritmética da história...) de 1140 mais 1640...*

*É necessário, portanto, que todos se compenetrem de que o ano das comemorações não será um ano saudosista, mas o ano triunfal dos portugueses de hoje! Para atingir esta finalidade, esta vitória, urge mobilizar tôdas as fôrças materiais e espirituais da Nação! Cada um de nós deve trazer assim, para o fulgor da apoteóse, uma pedra, um gesto, uma simples palavra! Todos, mas todos, poderemos ser úteis quanto mais não seja pelo nosso trabalho interior, pela fé que soubermos transmitir!... Os operários das comemorações de 1940, numa síntese, devem ser todos os portugueses — homens, crianças, mulheres!*

*É evidente que nem tôdas as sugestões (até algumas das mais felizes) poderão ser integradas no programa oficial das comemorações a desenvolver necessàriamente num período curto. A Comissão Nacional dos Centenários, dirigida pelo alto espírito de Alberto de Oliveira, será obrigada, de vez em quando, a contrariar o individualismo ingénuo, simpático de muitos portugueses, que se julgarão excluídos das festas se não fôrem aprovadas e realizadas tôdas as suas ideas. Temos de aprender, ainda que lutando, por vezes duramente, com o nosso amor próprio, a trabalhar na sombra, na massa, no anonimato. Só assim se conseguem os grandes conjuntos nacionais, a orquestração duma raça, o coral de todo um povo!...*

*Como podem e devem, então colaborar, pràticamente, nas festas de 1940 os portugueses que não fôrem chamados à sua realização objectiva? A resposta é fácil. Os industriais, por exemplo, empregarão os seus esforços em modernizar as suas indústrias, em melhorar e renovar as suas fábricas, em diminuir a cobiça do* made in London *ou do* fabriqué à Paris. *Os operários transformarão a canção dolente do seu trabalho numa vitoriosa marcha ou num hino vibrante. Os comerciantes, por sua vez, chamando os artistas a colaborar com êles, deverão encenar graciosamente a produção nacional, transformando as suas montras nos pequenos palcos da cidade...*

*Os lavradores e os proprietários abastados olharão com mais amor e mais compreensão para as Casas do Povo das suas aldeias ou das suas vilas, que não podem ser as Casas do Povo triste mas do Povo alegre. Os camponeses caiarão e florirão as suas casinhas brancas, às vezes debruadas de azul, cartas de amor das nossas paisagens.*



*PRIMEIRA REUNIÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS COM O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO, NO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL*

*Os professores nas suas cátedras serão os apóstolos dos centenários junto dos estudantes portugueses, a quem ensinarão, todos os dias, o significado das comemorações de 1940. Os estudantes, seguindo-lhes o exemplo, ensinarão às suas famílias, modestas, apáticas ou ainda desconfiadas, as patrióticas lições que receberem.*

*Os artistas — que devem ser os principes das comemorações porque dêles dependerá, em grande parte, o seu êxito — farão o possível para chegar ao aparente impossível: criar, na pintura, na escultura e na arquitectura, o estilo português de 1940, não um estilo arte-nova mas um estilo moderno, forte, novo, saüdável, que venha do passado sacudindo a poeira do caminho.*

*Os serviços públicos e privados deverão integrar-se no movimento, acelerando o seu rítmo, renovando as suas instalações, aproveitando o pretexto para substituir aquele móvel decrépito, pintar aquela parede leprosa ou pôr de lado, definitivamente, certa máquina trôpega, desdentada, que fará cem anos no ano dos centenários...*

*Os jornalistas, porta-vozes do entusiásmo nacional, arautos das festas, deixarão de escrever com as suas penas e passarão a escrever com as suas alegrias. Para longe as ameaças de guerra, os horizontes sombrios, o espectáculo quotidiano da eterna dôr humana. Em 1940, Portugal abrirá as suas portas ao Mundo, mas viverá exclusivamente dentro de si próprio, dentro da sua consciência de velha e nova grande nação.*

*A «Legião Portuguesa» marchará nesses dias — se é possível — ainda com mais galhardia, mais convicção. Os rapazes da «Mocidade», por sua vez, serão os grandes semeadores, por êsse Portugal fora, da nossa alegria de viver, os pombos-correios que levarão notícias do Portugal de 1940 ao Portugal do futuro!*

*O Exercito, rearmado e equipado, fará desfilar, diante dos nossos olhos deslumbrados, as nossas fronteiras vivas, as muralhas da nossa ordem e da nossa independência!*

*A Igreja, a cuja boa sombra Portugal se formou, será o anjo da guarda dos centenários, a asa divina que nos protegerá e nos elevará, nêsse ano sagrado, à altura dos astros!*

*As mulheres serão as almas dos homens! Saberão ajudá-los, estimulá-los para essa guerra alegre, pacífica das comemorações! Não só lhes darão a coragem necessária para que o seu entusiásmo não esmoreça, como celebrarão as comemorações nos seus próprios lares, alindando-os, remoçando-os, enchendo-os de flores, aproveitando até o pretexto para obrigar os maridos, os pais ou os irmãos a dar-lhes o necessário para mudar as cortinas daquela janela ou mandar pulir o tampo da velha mesa...*

*As crianças, finalmente, compreenderão, por instinto, que nasceram num Portugal melhor e hão-de rir com mais saúde, com mais alegria, com bôcas mais vermelhas e olhos mais luminosos!*

*Assim, cada português entre os portugueses, cada um trabalhando com o seu cora-*

*ção, fazendo o melhor que puder no seu campo de actividade, na sua oficina, na sua escola, no seu estúdio, na sua igreja, no seu quartel, no seu lar ou no seu jardim, todos se irmanarão no mesmo sonho, trabalhando para o mesmo fim, todos serão utilizados na preparação da apoteose, todos serão operários, repetimos, das comemorações!*

*Portugueses de 1940! Respirai fundo, retesai os músculos! O que o Govêrno da Nação espera de vós não é a simples realização de festas, mais ou menos brilhantes, não é a alegria efémera dos fogos de artifício ou dos balões venezianos. O que se pretende de vós, portugueses da nova renascença, é que Portugal, em 1940, se engrandeça ainda mais pelo vosso esfôrço, que certas deficiências e até misérias, que ainda nos afligem, se atenuem ou desapareçam bruscamente, em dois anos, como se os vossos braços fôssem varinhas de condão! O que se deseja é que vos convençais de que a fortuna da pátria está sobretudo em vós, na vossa fé, na terra infinita das vossas almas, onde há sempre tesoiros escondidos! Seriam frívolas, inúteis, contraproducentes nesta hora de crise mundial as comemorações de 1940 se tivessem por mero objecto divertir-vos e fazer-vos esquecer outras preocupações. Não! O que Salazar quere, o que o Govêrno deseja de vós é que o vosso esfôrço seja tão milagroso, tão criador que os portugueses de àmanhã, os portugueses de 2040, sintam a necessidade imperiosa de celebrar, com entusiásmo e reconhecimento, o centenário de 1940, o centenário dos centenários!* (1)

ANTÓNIO FERRO

---

(1) *Este artigo foi publicado no «Diário de Notícias» de 17 de junho de 1938, antes da publicação do decreto n.º 2987, de 28 de outubro do mesmo ano, e por isso nêle não se faz referência à brilhante acção desenvolvida pelo Sr. Dr. Júlio Dantas, como Presidente da Comissão Executiva dos Centenários.*

# LEGISLAÇÃO

## PORTARIAS DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pela Presidência do Conselho, nomear para constituír a Comissão encarregada de promover as comemorações do Duplo Centenário da Restauração de Portugal em 1939 e 1940, as seguintes individualidades:

Adriano de Sousa Lopes, director do Museu de Arte Contemporânea.

Afonso de Ornelas, secretário da Academia Portuguesa de História.

Alberto de Oliveira, Embaixador.

António Augusto Mendes Correia, professor e presidente da Câmara Municipal do Pôrto.

António Ferro, director do Secretariado da Propaganda Nacional.

António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, presidente da Academia Portuguesa de História.

José Capêlo Franco Frazão (Conde de Penha Garcia) director da Escola Superior Colonial e presidente da Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Duarte Pacheco, professor e presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Francisco Nobre Guedes, director geral do ensino técnico.

Gustavo de Matos Sequeira, escritor.

Henrique Galvão, director da Emissora Nacional.

Henrique Gomes da Silva, director geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Henrique Linhares de Lima, presidente da direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Henrique Quirino da Fonseca, investigador de arqueologia naval.

João do Couto, director dos Museus Nacionais de Arte Antiga.

João Providência e Costa, professor da Faculdade de Letras de Coimbra.

José Cotinelli Telmo, arquitecto.

Júlio Caiola, agente geral, interino, das colónias.

Júlio Dantas, presidente da classe de letras da Academia das Ciências de Lisboa.

Luiz Pastor de Macedo, secretário geral do Grupo «Amigos de Lisboa».

Manuel Múrias, director do Arquivo Colonial.

Manuel Silveira e Castro, presidente da Junta Autónoma das Estradas e do Conselho Nacional do Turismo.

Paulino Montez, arquitecto

Porfírio Pardal Monteiro, presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos.

Raúl Lino, arquitecto e secretário da Academia Nacional de Belas Artes.

Reinaldo dos Santos, professor e presidente da Academia Nacional de Belas Artes.

Esta comissão tem a faculdade de agregar outras entidades que pelos seus reconhecidos méritos possam prestar útil concurso.

Os encargos de presidente, vice-presidente e secretário da comissão serão exercidos respectivamente pelo embaixador Alberto de Oliveira, José Capêlo Franco Frazão (Conde de Penha Garcia) e António Ferro.

Presidência do Conselho, 11 de Abril de 1938.

O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar.*

---

Atendendo a que o engenheiro Duarte Pacheco, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, está impedido, por ter sido nomeado Ministro das Obras Públicas e Comunicações, de tomar parte nos trabalhos da Comissão Nacional dos Centenários, nomeada por portaria de 11 de Abril próximo passado e encarregada de promover as Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal em 1939 e 1940: manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Presidente do Conselho, que faça parte da referida Comissão o engenheiro Eduardo Rodrigues de Carvalho, presidente substituto da Câmara Municipal de Lisboa.

Presidência do Conselho, 2 de Junho de 1938.

O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar.*

---

A memória de D. João IV bem merece de todos os portugueses como superior intérprete da alma nacional na luta pela restauração da sagrada independência da Pátria. A sua figura é a perfeita ex-

pressão do movimento libertador, que o seu bom senso conduziu à vitória nacional, através de uma acção equilibrada, simultâneamente patriótica, perseverante e hábil.

E porque é êsse o sentimento da Nação, o Govêrno incluíu no programa das comemorações do centenário da Fundação e Restauração da Nacionalidade a construção dum monumento ao insigne monarca D. João IV.

Está naturalmente indicado o local onde deve erigir-se o monumento: o Terreiro do Paço Ducal de Vila Viçosa. Ali se desenrolou, em grande parte, a acção do Chefe supremo da Restauração e ali viverá sempre a memória de D. João IV.

O terreno apresenta-se, é certo, mais ou menos irregular no que respeita ao seu relêvo como à conformação geométrica dos seus limites, e até ao valôr e aos volumes das massas de construção que o enquadram.

Contudo, a criteriosa urbanização do tapête do Terreiro e a beneficiação adequada, num e noutro ponto dos edifícios que o contornam, formando um conjunto de notável grandeza e harmonia, podem valorizar bastante a praça, adaptando-a às proporções e carácter do monumento a erigir e acentuando a dignidade do local.

É o que resulta dos estudos preliminares de que foram encarregados os artistas portugueses escultor Francisco Franco de Sousa e arquitecto Porfirio Pardal Monteiro.

Nestes termos, atendendo à urgência que há na realização dêste empreendimento:

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações, confiar ao escultor Francisco Franco de Sousa a execução do modêlo da estátua eqüestre de D. João IV, a erguer em 1940 no Terreiro do Paço Ducal de Vila Viçosa e ao arquitecto Porfirio Pardal Monteiro, como seu assessor, o estudo da urbanização do Terreiro e a elaboração do projecto do pedestal que há-de receber a estátua.

Os referidos escultor e arquitecto proporão o que julgarem necessário ao perfeito desempenho da missão que lhes é cometida e apresentarão até 15 de Outubro de 1938 o programa de conclusão dos estudos do projecto e do modêlo da estátua.

As despesas a que houver lugar serão autorizadas por despacho ministerial e satisfeitas de conta da verba inscrita no orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações para o ano económico corrente no capítulo 7.º, art. 6-B.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 3 de Setembro de 1938. — O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco.*

*DECRETO N.º 2987*

A grande comissão nacional, nomeada por portaria de 11 de Abril do corrente ano para se ocupar da comemoração dos centenários a celebrar em 1940 desempenhou-se cabalmente da delicada e complexa missão que lhe foi incumbida, de elaborar nas suas grandes linhas o programa das comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal. É chegado, porém, o momento de se entrar na fase das realizações, e, para tanto, é necessário provê-la de estrutura adequada, simplificar as formalidades legais normalmente exigíveis e criar órgãos de execução, com certa autonomia e apetrechados de forma a dar realidade concreta ao pensamento do Govêrno, que aquela comissão interpretou.

Entende o Govêrno assegurar a continuidade das directrizes definidas e, para isso, manter como órgão permanente de consulta e direcção superior a Comissão Nacional e confiar a execução dos trabalhos a uma comissão executiva constituida apenas por alguns membros daquela. Para maior eficiência dos trabalhos relativos à Exposição do Mundo Português, cria-se um comissariado próprio.

Nestes termos, usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

DA COMISSÃO NACIONAL

Artigo 1.º — É mantida a Comissão Nacional nomeada pelas portarias da Presidência do Conselho, de 11 de Abril e 2 de Junho de 1938, a qual será designada por Comissão Nacional dos Centenários, com a faculdade de agregar outras individualidades, cuja colaboração se lhe torne necessária.

Art. 2.º — Incumbe à Comissão Nacional:

1.º — Fixar o programa definitivo das comemorações, sob proposta da comissão executiva;

2.º — Dar o seu parecer acêrca de qualquer assunto que lhe seja proposto pela referida comissão;

3.º — Prestar qualquer outra colaboração em conjunto ou por intermédio dos seus membros à comissão executiva, nas matérias em que esta lha solicitar.

Art 3.º — Compete, em especial, ao presidente da Comissão Nacional:

1.º — Assegurar a unidade do pensamento cultural e político das comemorações;

2.º — Representar a Comissão em todos os actos e solenidades oficiais que fazem parte do programa;

3.º — Propor para nomeação do Govêrno, os directores das secções em que se divide a Comissão Nacional, sem prejuízo do disposto nos artigos 13.º, 18.º e § 1.º do artigo 5.º.

Art. 4.º — A Comissão Nacional reúne e delibera em conjunto, sem prejuízo da colaboração individual prestada pelos seus membros nos termos do n.º 3.º do artigo 2.º

Art. 5.º — A Comissão Nacional dividir-se-á nas seguintes secções, cujos directores serão assistidos pelos membros da Comissão Nacional para tal designados pelo respectivo presidente:

*a*) Exposição do Mundo Português;

*b*) Exposição de arte;

*c*) Congressos;

*d*) Festas e espectáculos;

*e*) Manifestações cívicas, históricas e religiosas;

*f*) Turismo;

*g*) Propaganda e recepção.

§ 1.º — A secção de propaganda e recepção funcionará no Secretariado da Propaganda Nacional, sob a superintendência do respectivo director, em colaboração com a Agência Geral das Colónias e a Emissora Nacional de Radiodifusão.

§ 2.º — As obras a realizar e a concluir que fazem parte do programa ficam a cargo dos serviços competentes do Ministério das Obras Públicas e Comunicações e das câmaras municipais.

DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 6.º — A comissão executiva é constituida pelos directores das secções e pelo comissário geral da Exposição do Mundo Português. Estes escolherão entre si o vice-presidente, sendo o presidente da nomeação do Govêrno.

§ 1.º — O cargo de secretário geral será exercido pelo director do Secretariado da Propaganda Nacional, que manterá a necessária ligação entre a comissão executiva e aquele organismo. No caso de ausência poderá o secretário geral delegar as suas funções, no todo ou em parte, em qualquer funcionário ou funcionários do Secretariado da Propaganda Nacional, que especialmente designará para tal fim.

§ 2.º - Um dos vogais da comissão executiva será especialmente incumbido de superintender e fiscalizar a contabilidade e tesouraria, designando o ministro das Finanças, para dirigir êstes serviços, respectivamente, um funcionário de cada uma das Direcções Gerais da Contabilidade e da Fazenda Pública.

§ 3.º — O presidente e vogais e os funcionários a que se refere o parágrafo anterior têm direito a gratificação mensal fixada pelo Presidente do Conselho, acumulável com os respectivos vencimentos.

Art. 7.º — Compete à comissão executiva levar a efeito o programa das comemorações do Duplo Centenário aprovado pela Comissão Nacional.

Art. 8.º — No exercício das suas funções a comissão executiva goza da autonomia administrativa e financeira, competindo-lhe em especial:

*a*) Resolver acêrca da aplicação e transferência das verbas que lhe forem consignadas para a realização dos diversos números do programa das realizações;

*b*) Resolver acêrca de planos e orçamentos, sem prejuizo do que é especialmente estabelecido para o Comissariado da Exposição do Mundo Português;

*c*) Estabelecer as cláusulas dos contratos de fornecimentos e outros;

*d*) Admitir o pessoal estritamente necessário à execução dos serviços e estabelecer as condições dos respectivos contratos, designadamente a remuneração que devem receber, observando-se quanto ao pessoal de secretaria as disposições do decreto-lei n.º 26:115 do 23 de Novembro de 1935;

*e*) Fiscalizar superiormente todos os serviços.

Art. 9.º — A comissão executiva reúnirá ordinàriamente uma vez por semana e extraordinàriamente sempre que fôr necessário.

§ único — De tôdas as reúniões se lavrará acta, que mencionará as resoluções, sendo estas tomadas por maioria de votos.

Art. 10.º — A comissão executiva terá uma secretaria, uma tesouraria e uma repartição de contabilidade, comuns a todos os serviços dela dependentes. Subordinada ao chefe da secretaria, e para os assuntos de expediente ordinário privativo, funcionará uma delegação da secretaria junto de cada secção.

Art. 11.º — A comissão executiva fica autorizada a contratar livremente, com dispensa de formalidades legais, no que respeita a pessoal como a material, limitando-se aos fins das comemorações e ao periodo do tempo exigido pela organização e exploração das suas realizações e respectiva liquidação.

§ único. — A comissão executiva poderá delegar nos directores das secções a faculdade de contrair encargos e autorizar despesas pela prestação de serviços especiais até à importância de escudos 200:000$00.

DO COMISSARIADO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

Art. 12.º — A organização da Exposição do Mundo Português ficará a cargo de um comissariado, que trabalhará de acôrdo com a comissão executiva e que deverá utilizar os elementos de trabalho já realizados pela Comissão Nacional.

Art. 13.º — O Comissariado da Exposição do Mundo Português será constituido pelo comissário geral, um comissário adjunto e um arquitecto chefe da Exposição, nomeados livremente pela Presidência do Conselho, e êstes dois últimos sob proposta da comissão executiva.

Art. 14.º — As funções desempenhadas pelo comissário adjunto e pelo arquitecto chefe da Exposição do Mundo Português serão remuneradas.

Art. 15.º — Ao comissário geral da Exposição do Mundo Português, no exercício das suas funções administrativas, incumbe especialmente:

*a*) Resolver acêrca dos planos e orçamentos das obras;

*b*) Estabelecer as condições dos contratos de obras e adjudicações;

*c*) Abrir concursos para quaisquer fornecimentos e resolver sôbre êles com o acôrdo da comissão executiva;

*d*) Zelar por que todos os trabalhos e serviços sejam feitos com a maior economia;

*e*) Propôr à comissão executiva o pessoal técnico a nomear para os diferentes serviços dependentes do Comissariado.

Art. 16.º — Pertence ao comissário adjunto:

1.º — Coadjuvar o comissário geral;

2.º — Exercer as funções que nele forem delegadas pelo comissário geral e substituí-lo na sua ausência ou impedimento;

3.º — A direcção das obras que forem executadas por administração directa;

4.º — A ordenação e fiscalização dos trabalhos de construção e decoração, vigiando por que sejam cumpridas as exigências dos cadernos de encargos e respeitando o teor dos contratos de empreitada.

Art. 17.º — Competirá especialmente ao arquitecto chefe:

1.º — A coordenação e harmonização dos planos elaborados pelas secções das exposições, por forma a dar-lhes unidade de conjunto;

2.º — A superintendência em todos os assuntos que se liguem à estética exterior e distribuïção no terreno dos edifícios e pavilhões a construir.

DAS EXPOSIÇÕES DE ARTE

Art. 18.º — A secção das exposições de arte é superiormente dirigida pelo presidente da Academia Nacional de Belas Artes em colaboração com o director dos Museus Nacionais de Arte Antiga e o director do Museu Nacional de Arte Contemporânea.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19.º — Fica autorizada a comissão executiva a requisitar, com autorização do Presidente do Conselho, a quaisquer repartições do Estado, os funcionários especializados que julge absolutamente indispensáveis e cujos serviços não possam ser executados por outrem.

§ 1.º — Aos requisitados serão mantidos todos os direitos e regalias dos seus cargos, como se os estivessem efectivamente exercendo, com excepção do vencimento, que será pago pelos fundos atribuidos à comissão executiva.

§ 2.º — Os funcionários requisitados regressarão aos seus lugares, dentro de trinta dias após o termo do prazo marcado para as comemorações.

Art. 20.º — Fica a 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública autorizada, sem dependência de qualquer outra formalidade, a mandar satisfazer à comissão executiva, pela fôrça das respectivas dotações, as quantias que a mesma comissão requisitar.

Art. 21.º — Consideram-se legalmente autorizadas as despesas resultantes dos contratos já firmados com a Comissão Nacional dos Centenários e outros encargos e aquisições ordenados por esta.

Art. 22.º — Tôdas as repartições, serviços autónomos, museus, bibliotecas e arquivos do Estado, da metrópole e ilhas adjacentes e das colónias prestarão à comissão executiva, ao Comissariado da Exposição do Mundo Português e organismos dela dependentes o concurso e os elementos que para a boa execução dos seus objectivos lhes forem solicitados.

Art. 23.º — Mediante termo de entrega, as autoridades que tiverem a seu cargo os museus, bibliotecas e arquivos dependentes dos diferentes Ministérios porão à disposição da comissão executiva do Comissariado da Exposição do Mundo Português e da secção das exposições de arte os elementos e objectos que lhes forem requisitados, tomando-se tôdas as precauções para garantir a boa guarda e conservação dos mesmos.

Art. 24.º — São isentos de direitos de importação e de quaisquer taxas aduaneiras e de portos, todos os materiais, artigos, objectos, produtos e animais destinados a figurar nas realizações do programa das comemorações.

Art. 25.º — No prazo de seis meses a partir do encerramento das comemorações a comissão executiva enviará ao Tribunal de Contas a conta da sua gerência, devidamente discriminada e documentada, com inclusão das receitas e despesas do Comissariado da Exposição do Mundo Português e dos restantes organismos dependentes daquela comissão a-fim-de ser julgada como as dos responsáveis dos dinheiros públicos.

Art. 26.º — A comissão executiva apresentará, dentro do mesmo prazo, o relatório geral das comemorações dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal.

Art. 27.º — A comissão executiva e o Comissariado da Exposição do Mundo Português elaborarão com urgência o regulamento interno de todos os serviços deles dependentes.

Art. 28.º — Êste decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 28 de Outubro de 1938. — António Óscar Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

*Sob o título: «Uma idea em marcha», publicou o «Diário da Manhã» de 20 de Abril de 1938 um artigo de fundo do escritor João Ameal, que temos o prazer de arquivar nestas páginas.*

«Quando o sr. Presidente do Conselho tornou pública a sua magnífica iniciativa, respeitante às comemorações, nos dois próximos anos, do duplo centenário da Fundação e da Restauração de Portugal — logo após lhe prestámos as nossas sentidas homenagens, lhe assegurámos o nosso aplauso incondicional e lhe prometemos o nosso dedicado concurso. Para que êste último não fique em simples afirmação verbal e se projecte nos actos — aqui estamos a repetir a quantos nos lêem que se trata duma admirável manifestação da vitalidade portuguesa e que todos devem empregar os maiores esforços para que o programa que Salazar traçou venha a ser, no prazo indicado, inteiramente cumprido.

Sente-se, aliás, que a idea do Chefe do Govêrno é já uma idea em marcha — quer pelas numerosas e expressivas adesões recebidas, quer pelos primeiros sintomas evidentes da iniciação dos trabalhos em diversos sectores. Grande soma de boas vontades é necessária para que se possam conseguir os elevados objectivos propostos. «*Nos moldes habituais*» seria, na verdade, impossível, dar a desejada realização a tudo quanto se projecta para tal fim. «*Há que acelerar o ritmo do nosso esfôrço normal*» de modo a obter, o mais depressa possível, o «*rendimento excepcional*» que a todos é, legitimamente, exigido.

É o momento de reler os estimulantes períodos em que o sr. Presidente do Conselho exalta a nobre aspiração contida no seu belo e oportuno apêlo:

— «*As comemorações centenárias são, acima de tudo, grande festa nacional, festa para todos os portugueses do Mundo e em que todos podem e devem colaborar de maneira efectiva. E se todos para elas contribuem, todos devem ter sua parte na alegria que criem, na satisfação que dêem, na fé e optimismo que hão-de arreigar nos espíritos acêrca da vitalidade do povo português e do seu engenho criador*».

E logo adiante, a concluir:

«*Vamos a ver se, dominados por tão alta e bela idea, não expulsaremos de nós o espírito da tristeza e do mal, a-fim-de nos prepararmos para festejar condignamente — o que raros poderão fazer — oito séculos de independência, quere dizer, de vida livre e de trabalho intenso, em grande parte desinteressado e a favor dos outros povos da terra*».

Aqui se define, em têrmos eloqüentes, o estado de espírito de que precisamos impregnar-nos ao contribuir para as grandes festas comemorativas de 1939-1940. Em primeiro lugar, o justo orgulho duma tradição cheia de glórias e prodígios. Em segundo lugar, a noção das responsabilidades que o passado nos impõe. Se fomos grandes, temos de nos mostrar plenamente dignos das grandezas passadas, temos de as manter, de as valorizar, de as prolongar em grandezas novas. Não basta possuir o direito — raro, como excelentemente acentua Salazar — de festejar oito séculos de vida colectiva, durante os quais acumulámos tão vasto património espiritual e heróico. É indispensável converter a evocação esplêndida em ardoroso impulso para a frente. O culto da tradição, quando bem entendido, serve de poderosa fonte de energia e de confiança!

Portugal dará, no espectáculo edificante das condignas celebrações das suas vitórias de ontem — a perfeita medida da sua capacidade fecunda para as vitórias de àmanhã!»

*O «Jornal do Comércio e das Colónias», de 22 de Abril de 1938, publicou também o artigo «Portugal Ultramarino», que pelo seu interêsse a seguir reproduzimos:*

«Na sua recente e lapidar comunicação ao País sôbre as comemorações da Independência nacional, apontava o sr. Presidente do Conselho a necessidade de criar urgentemente um sistema regular de comunicações radiotelefónicas entre a metrópole portuguesa e as províncias ultramarinas. Na sua aparente simplicidade, é esta proposição uma das que mais profundamente interessam à ordem histórica que estamos atravessando e das que exigem mais voluntariosa atenção naqueles a quem compete realizá-la.

O Império português tem sido mais uma criação da nacionalidade — das fôrças humanas, económicas, sociais, que constituem o nosso País — do que uma criação do Estado como elemento organizado e organizador da Nação.

Se êle tem concorrido para a sua intervenção activa em muitos momentos da vida colonial portuguesa, a verdade é que a marcha progressiva em que nasceram e se fortaleceram as nossas posses-

sões de além-mar tem sido obra espontânea, perseverante e audaz de portugueses estranhos à ordem centralista do Estado. O sentido mais vigoroso, mais renovador da legislação nacional nos últimos 10 anos, é, sem dúvida, o de fazer intervir mais construtivamente o Estado na vida interna e externa do Império, levando as fôrças da sua actuação impulsionadora a êsse sector vital da nossa existência como nacionalidade. O Acto Colonial, não diminuindo os factores de espontâneo progresso que se manifestam no ultramar português, afirma os deveres e intenções do Estado, para com êle promovendo, com todos os seus meios, o desenvolvimento social e económico das províncias distantes que prolongam a nossa Pátria.

A sugestão do sr. Presidente do Conselho vem exprimir mais um aspecto vivo dêsse propósito legislativo. A ligação radiotelefónica com o ultramar é uma necessidade material e espiritual que de há muito vem sendo exigida por todos os interêsses do intercâmbio entre a metrópole e as possessões, uma necessidade que diàriamente se confirma e que precisa de soluções imediatas. Para o movimento comercial, para o funcionamento burocrático, para os interêsses morais dos portugueses distantes, a facilidade de comunicações verbais e rápidas é um factor importantissimo. Ao dispêndio que uma instalação de tal monta representaria, haviam de contrapôr-se, ao cabo de poucos meses de exercício, compensações animadoras, tanto sob o aspecto financeiro como sob os mais variados aspectos sociais e económicos. É o nosso País, segundo cremos, o único que não tem ainda asseguradas essas ligações. Bem digno será das patrióticas comemorações que se projectam, a realização dessa obra, que viria concorrer para o desenvolvimento integral do património português, para o prestígio da nossa obra colonizadora e para o fortalecimento do nosso destino como nação imperial.

Um outro aspecto que não temos visto ainda suficientemente expresso e que merece porfiada insistência, é o da uniformização legislativa nas designações dos territórios ultramarinos. Não faz sentido que se encontrem ainda em documentos oficiais, e repetidamente, as expressões «colónias», «possessão colonial», «interêsses coloniais», quando está afirmada definitivamente a impropriedade de tais designações em territórios que são a nossa Pátria, que continuam a metrópole noutros continentes, mas que nem por isso deixam de ser tão integramente portugueses, como aqueles que habitamos nesta práia ocidental da Europa.

No programa das realizações comemorativas da nossa Independência — da independência conquistada ao bloco ibérico e reconquistada em 1640 à baldada tentativa de absorpção castelhana — ficaria como padrão muito significativo essa nova ordem de palavras que traduz uma ordem grave de factos espirituais e políticos. A perfeita unidade, a consubstanciação absoluta do território europeu de Portugal com as parcelas que o nosso esfôrço e a nossa vocação civilizadora deixaram esparsas pelos continentes, teriam nessa disposição (que seria não só do Govêrno que legisla, mas de todos os portugueses como portugueses) uma confirmação definitiva. E seria ao mesmo tempo uma satisfação moral, condigna a todos os compatriotas que nasceram no ultramar, que têm lá constituída para todo o sempre a sua vida afectiva e económica, e que perseveram em manter indefectivelmente a tradição lusíada em terras que são e serão a nossa Pátria».

## IMPRENSA BRASILEIRA

A Nota Oficiosa do sr. Presidente do Conselho sôbre as Comemorações Centenárias têve na Imprensa brasileira um acolhimento mais do que carinhoso, entusiástico.

Grande maioria dos principais diários do país irmão publicaram essa Nota Oficiosa na íntegra, em lugar de destaque, salientando em especial as palavras do sr. Dr. Oliveira Salazar que se referem à colaboração do Brasil nas Comemorações.

Os comentários feitos na Imprensa brasileira mostram evidentemente que foi tida no justo aprêço e devidamente compreendida a atitude do Chefe do Govêrno Português, cuja patriótica intenção será calorosamente partilhada pela grande e vibrante Nação Irmã.

Não queremos, por justos melindres, citar em especial êste ou aquêle órgão da Imprensa de Além Atlântico, onde se perpetuam as virtudes portuguesas, tantos foram os que acolheram com entusiasmo êsse gesto que múltiplas razões históricas justificam.

Entretanto, alguns houve que em vibrantes «en-têtes» noticiaram o acontecimento e, depois, deram ao convite que o sr. General Carmona dirigiu ao sr. Getulio Vargas, para, pessoalmente e a seu lado fazer as honras da Casa durante as festivas comemorações, um relêvo excepcional que é bem significativo. Fazendo o mesmo quando o ilustre Chefe da Nação Irmã tornou pública a sua aquiescência a tão expressivo convite.

Pode dizer-se que a Imprensa brasileira tem sido, desde que foi divulgada a Nota Oficiosa do Chefe do

Govêrno, uma das mais valiosas colaboradoras da patriótica iniciativa, dando-lhe tôda a vibração e acompanhando par e passo todos os trabalhos da grande Comissão e da Comissão Executiva das Comemorações Centenárias.

Por isso, ao registarmos com verdadeira alegria no 1.º número da «Revista dos Centenários», tão fraternal colaboração, tão entusiástica partilha de contentamento e alvorôço, saüdamos por intermédio da Associação Brasileira de Imprensa todos os seus brilhantes órgãos e os jornalistas que, palpitando no mesmo sentido patriótico, se têm irmanado connosco na espontânea exaltação de um facto histórico que a ambos os países eleva e exalta.

## OUTROS PAÍSES

*UMA ENTREVISTA QUE ANTONIO FERRO CONCEDEU A «LE JOURNAL», DE PARIS.*

«É para festejar duas datas — a Fundação e Restauração da sua independência — que Portugal organiza um ciclo de festas comemorativas» — declarou a «Le Journal» o sr. Antonio Ferro, director do Secretariado da Propaganda Nacional, numa entrevista que concedeu a um jornalista, na Casa de Portugal.

«O programa das festas — prosseguiu — comporta uma grande exposição histórica, que apresentará a síntese da acção civilizadora portuguesa na História do Mundo e reunirá os vestígios de Portugal no Glôbo; exposições de arte portuguesa, exposições locais e uma exposição de arquitectura.

«Outra exposição mostrará a obra de renovação moral e material do Estado Novo. Congressos de carácter internacional completarão as exposições, nomeadamente um Congresso do Mundo Português. Finalmente, realizar-se-ão manifestações patrióticas — festas do folclore português, tão rico, tão variado, tão poético; cortejos de trabalho, representando tôdas as actividades nacionais e um cortejo do Mundo Português, que será como que uma apoteose.

«Portugal espera que os países estranjeiros se associarão às solenidades e concorrerão para o seu brilho: a Ásia, que deve a Portugal os primeiros contactos com o Ocidente, metade da América, muito particularmente o Brasil, ligado a Portugal por afinidades de raça e comunidade de língua e de civilização.

«Tais são — conclue «Le Journal» — os vastos projectos que concebeu Portugal, para festejar as grandes datas do seu passado prestigioso e exaltar a sua actividade moderna, dar ainda melhor a conhecer êsse admirável país que, depois de tantos anos de desordem, dá agora a impressão de ordem soberana, labôr calmo e harmonioso, espírito nacional, alma poética e onde a França conta verdadeiros amigos — amigos do coração, amigos desinteressados».

*«LE JOUR-L'ECHO DE PARIS», ESCREVE:*

«Uma das manifestações mais importantes dessas festas será a Exposição do Mundo Português, na qual os países estranjeiros são convidados a colaborar. A França deve preparar, desde já, a sua colaboração, tornando sensíveis os laços seculares que a unem a Portugal. Que artista, que deve ser, ao mesmo tempo, um historiador, poderá traçar o plano geral da nossa colaboração?

«Poderiamos, em primeiro lugar, expor as admiráveis cartas portuguesas, que a nossa Biblioteca Nacional possue, as quais mostram que os nossos amigos do Tejo foram mestres em cartografia». Recorda um francês, Henrique de Borgonha, que governou Portugal, no século onze, fala do parentesco das dinastias de Bourbon e de Bragança, da arquitectura de Alcobaça, inspirada pelo beneditino de Clairvaux, Radulph, enviado por S. Bernardo; de João de Ruão e dos normandos de Coimbra; de Mariana Alcoforado, religiosa portuguesa, «cuja correspondência se compõe das mais belas cartas de amor do mundo»; evoca os nomes de Verney e Calmels, para concluir: «Podemos provar aos portugueses que fômos sempre seus amigos».

# NOTAS VÁRIAS

*Os jornais de 12 de Abril de 1938, inseriam a seguinte notícia:*

No Secretariado da Propaganda Nacional tomou ontem posse, pelas 17 horas, a Comissão Organizadora das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal. Ao acto, a que presidiu o sr. dr. Oliveira Salazar, assistiram todos os membros da Comissão, com excepção dos srs. dr. Reinaldo dos Santos, ausente no estranjeiro, dr. António Ribeiro de Vasconcelos e Gustavo de Matos Sequeira, que justificaram por carta a sua não comparência.

Na mesa da presidência tomaram também lugar, a convite do sr. dr. Oliveira Salazar, os srs. dr. Alberto de Oliveira, conde de Penha Garcia e António Ferro, director do S. P. N.

## *PALAVRAS DO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO*

*«Tenho a certeza de que o programa pode ser cumprido e que faremos não só isso, mas muito mais»*

O sr. Presidente do Conselho, abrindo a sessão começou por afirmar que a Comissão nomeada não é uma comissão representativa de colectividades ou interêsses, mas uma comissão técnica que, pelo seu conjunto, mais fàcilmente poderá realizar as comemorações centenárias. Essa comissão, acrescentou, não se considera fechada e haverá possivelmente pessoas de bôa vontade de que ela terá de servir-se, pela sua posição e pelo seu valôr intelectual.

Depois de indicar os nomes dos srs. dr. Alberto de Oliveira, conde de Penha Garcia e António Ferro, director do S. P. N., para os cargos de presidente, vice-presidente e secretário geral da Comissão, o sr. Presidente do Conselho entrou em pormenores de organização dos trabalhos, expondo a sua maneira de ver acêrca do funcionamento dos diversos pelouros, garantindo-se-lhes sempre uma unidade de direcção, para se obter com mais facilidade o equilíbrio das realizações.

Apontou em seguida o interêsse especial de se formular com urgência um programa, pois só definido êste se poderá tratar da colaboração do estranjeiro — individualidades e Estados — entre os quais, como já se frisara na nota oficiosa, terá lugar especial o Brasil.

Falando ainda acêrca do programa, o sr. dr. Oliveira Salazar disse ter a Comissão liberdade de completar, ampliar e rever o esboçado na nota oficiosa sôbre os centenários.

É de prever e desejar—afirmou—que haja outras sugestões acêrca de coisas materiais ou de ordem espiritual que valha a pena realizar.

Aludiu depois aos trabalhos dos diversos pelouros. A propósito do capítulo «Exposições e Festas», lembrou que nos últimos anos tem-se feito em Portugal alguns ensaios dêsse género e «parece que brilhantes».

— Pode dizer-se a êsse respeito que temos uma escola e já sabemos do que somos capazes.

O pelouro das «obras» mereceu-lhe especial e prolongada referência, insistindo o sr. Presidente do Conselho na necessidade de concentrar, coordenar, sob uma direcção única, os esfôrços de diversos serviços públicos que assumam a responsabilidade da execução.

E, a terminar, o sr. Presidente do Conselho disse que é preciso começar a trabalhar, imediatamente e intensamente. Mas não há dúvida de que se poderá realizar até 1939 o programa geral previsto na nota oficiosa.

E as suas últimas palavras foram, repetindo:

— Tenho a absoluta certeza de que o programa pode ser cumprido. E que faremos não só isso, mas muito mais.

## *UM DISCURSO DO SR. DR. ALBERTO DE OLIVEIRA*

O sr. dr. Alberto de Oliveira começou por dizer que estava certo de interpretar o sentir de todos os presentes ao testemunhar os mais penhorados e desvanecidos agradecimentos pela honra com que o sr. Presidente do Conselho os havia distinguido, ao nomeá-los para a comissão organizadora das comemorações dos centenários da Fundação e Libertação de Portugal, incumbindo-os, assim, de uma tarefa espinhosa mas gratíssima.

— E eu — continuou — mais reconhecido e mais confundido, por V. Ex.ª ter querido pôr-me ao leme

desta nau, mas com tão importante e competente tripulação que, estou certo, melhor me guiará no seu rumo do que eu a ela.

Nós tinhamos feito um sonho agradável, atraente. E, agora, o sr. Presidente do Conselho, para quem as palavras só têm sentido quando são prólogo próximo ou o epílogo imediato de actos e factos, intima-nos a transformar êsse sonho em realidade.

Disse, em seguida, que a comissão executiva das comemorações, em concordância com as sugestões do sr. dr. Oliveira Salazar, «apresentadas com a sua habitual clareza e nitidez», terá um presidente, um vice-presidente e um secretário geral, e que a comissão organizadora se sub-dividirá em pelouros e sub-pelouros, cuja constituição, dentro em pouco, será comunicada. A comissão executiva terá a faculdade de agregar a si, conforme as deliberações que houver de tomar, os pelouros e sub-pelouros mais indicados.

O sr. dr. Alberto de Oliveira frisou, depois, como já anteriormente fizera o sr. Presidente do Conselho, que a comissão nomeada não era uma comissão representativa do País, um resumo de Portugal, mas uma simples comissão técnica, de trabalho, que vai chamar a si as tarefas mais árduas a realizar.

Para desbravar o terreno a comissão precisa, porém, naturalmente, da colaboração de tôdas as fôrças vivas da Nação.

E, assim, no cortejo cívico que vai ser o duplo centenário, temos de ver, na primeira linha, a Igreja portuguesa, cuja história se confunde em tôdas as suas páginas, sobretudo nas mais belas e fulgurantes, com a própria História nacional.

Lembrou, a seguir, as fôrças armadas, da Terra, do Mar e do Ar, às quais cabe tão imenso lugar nestas comemorações.

E continuando:

— Como se pode esquecer a colaboração da «Mocidade» e da «Legião», essa nova Ala dos Namorados da nova Aljubarrota em que estamos empenhados — não para recuperar uma independência não ameaçada — mas para operar, em tôda a sua integridade, a obra do ressurgimento nacional?

E quem não poderá lembrar a Imprensa — um grande poder no Estado — que tanto pode ajudar a propagar, em Portugal e nas províncias ultramarinas do Império, o sentimento, o alcance da obra projectada, fazendo compreender, ainda aos mais ignorantes, a obrigação que lhes cabe de contribuirem para que esta festa seja a de todos os portugueses.

E depois:

— Como poderia eu, um velho devoto da Arte — não esperar o concurso de todos os artistas, de tôdas as Artes, não só o concurso técnico que lhes venha a ser pedido, mas para que sejam os arautos, os paladinos da nossa obra, para que na idea dos centenários busquem inspiração para as suas telas, sinfonias ou poemas? Desejamos que esta data centenária não seja apenas a comemoração dum passado sem par, mas também o prólogo da nova era do ressurgimento da Nação em tôdas as suas manifestações e, portanto, na sua Arte.

Haverá quem suponha existir uma antinomia entre poesia e acção, entre a realidade e a arte. Diante do grande poeta da acção, do escultor e modelador da realidade, que preside a esta sessão, nenhum artista poderá querer que entre êles e êle possa deixar de haver laços de mútua e da mais estreita compreensão.

É de Schelley, o grande poeta inglês, o seguinte verso

*The soul's joy lies in doing*

isto é, a «alegria da alma consiste na acção». Êste verso foi tomado para divisa e gravado na pedra do anel pelo marechal Liautey, êsse grande realizador cuja obra não precisa de ser agora enaltecida e cujo ideal se confundia com o do grande poeta inglês.

Quem duvidará de que essa divisa, com a qual a do Infante Navegador — «talent de bien faire» — tem tão perfeita afinidade, não possa ser a do sr. dr. Oliveira Salazar, ilustre Chefe do Govêrno?

Portanto, que venham todos connosco, que vamos abrir-lhes o caminho mas que logo lhes cederemos o lugar de honra. E assim o sonho, que eu supus irrealizável, terá, graças ao impulso do sr. Presidente do Conselho, a maior realização.

O sr. dr. Alberto de Oliveira, depois de ler a seguinte quadra de António Corrêa de Oliveira, «o poeta nato do Estado Novo»,

*Camões voltasse e clamara*
*Desdizendo o dito antigo:*
*Oh! Pátria, dá-me mil vidas*
*Para as reviver contigo!*

concluiu:

— Camões, antes de expirar, disse: «Morro com a Pátria!». Se hoje aqui estivesse, diria: «Revivo com ela!». E com ela revivemos todos, mesmo aqueles que já se encontram, como eu, no ocaso da vida.

## A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA E DOS PELOUROS

Foi em seguida dado conhecimento da constituição da comissão executiva e dos pelouros da comissão organizadora:

*Comissão executiva* — Presidente, embaixador dr. Alberto de Oliveira; vice presidente, conde de Penha Garcia; secretário geral, o director do S. P. N.

*Pelouros:* Turismo — Brigadeiro Silveira e Castro, arquitecto Raúl Lino, António Ferro, arquitecto Pardal Monteiro.

*Obras a concluir e a realizar* — Engenheiro Duarte Pacheco, engenheiro Gomes da Silva, Gustavo de Matos Sequeira e brigadeiro Silveira e Castro.

*Exposição do Mundo Português* — Júlio Caiola, dr. Manuel Múrias, comandante Quirino da Fonseca, Afonso de Dornelas.

*Exposição de Arte Portuguesa* — Dr. Reinaldo dos Santos, dr. João do Couto e Adriano de Sousa Lopes.

*Exposição Etnográfica* — Secretariado da Propaganda Nacional, capitão Henrique Galvão (etnografia colonial) e arquitecto Cotinelli Telmo.

*Exposição do Estado Novo* — Engenheiro Nobre Guedes, Secretariado da Propaganda Nacional, arquitecto Paulino Montez e coronel Linhares de Lima.

*Festas e Cortejos* — Capitão Henrique Galvão, Luís Pastor de Macedo, Gustavo de Matos Sequeira, arquitecto Paulino Montez e arquitecto Cotinelli Telmo.

*Congressos* — Dr. Júlio Dantas, dr. Providência e Costa, dr. Manuel Múrias, prof. Mendes Correia e Júlio Caiola.

*Manifestações cívicas, históricas e religiosas* — Coronel Linhares de Lima, Afonso de Dornelas, Quirino da Fonseca, capitão Henrique Galvão, dr. Júlio Dantas, Luiz Pastor de Macedo, dr. Ribeiro de Vasconcelos.

*Espectáculos* — Dr. Júlio Dantas, Gustavo de Matos Sequeira, António Ferro e capitão Henrique Galvão.

*Comemorações na província* — Prof. Mendes Correia, prof. Ribeiro de Vasconcelos, dr. Providência e Costa, engenheiro Nobre Guedes e Luiz Pastor de Macedo.

*Propaganda e Publicações* — Secretariado da Propaganda Nacional, Agência Geral das Colónias e Emissora Nacional.

*Recepção* — António Ferro, dr. Reinaldo dos Santos, arquitecto Raúl Lino, engenheiro Nobre Guedes e Adriano de Sousa Lopes.

Falaram ainda os srs. dr. Mendes Correia e engenheiro Duarte Pacheco.

O sr. dr. Mendes Correia, depois de afirmar que o Pôrto, como todo o País, está de alma e coração com o programa elaborado pelo sr. Presidente do Conselho, a quem dá o mais caloroso aplauso, disse que, a coroar a série de notáveis melhoramentos que a capital do Norte deve ao Estado Novo, se poderia incluir no plano de realizações um que fôsse como que a consagração do papel da Invicta Cidade na formação da nacionalidade.

O sr. engenheiro Duarte Pacheco, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, disse que a comissão podia contar com a sua colaboração e a da Câmara da sua presidência.

— Poremos tôda a nossa fé e perseverança para servir V. Ex.ª, sr. Presidente do Conselho, e para servir a Nação.

O sr. dr. Oliveira Salazar, antes de encerrar a sessão, saúdou uma vez mais todos os presentes, agradecendo-lhes a colaboração que se propunham prestar-lhe.

## É ABERTO CONCURSO PARA CARTAZES, A AFIXAR EM PORTUGAL E NO ESTRANJEIRO, SOBRE AS COMEMORAÇÕES E SEU SIGNIFICADO

A Comissão Executiva dos Centenários, por intermédio da sua secção de «Propaganda e Recepção», abre um concurso de cartazes alusivos às comemorações de 1940, nas bases seguintes:

1.ª — Os projectos de cartazes a afixar em território português ou de língua portuguesa deverão traduzir, a-par-da grandeza das datas a comemorar e da sua projecção na história universal, o facto de se tratar da «grande festa nacional, festa para os portugueses de todo o Mundo», como se lê na nota oficiosa do sr. Presidente do Conselho, referente aos centenários. Apresentarão a seguinte inscrição: «1940 — Festas do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal».

2.ª — Os projectos dos cartazes destinados ao estranjeiro, pondo em relêvo a grandeza e a significação das datas a celebrar, devem inspirar-se na

inscrição: «En 1940 — Le Portugal aura huit siècles d'Histoire».

3.ª — Os projectos de todos os cartazes devem ser executados no formato de 90 cm. × 120 cm. e para o máximo de sete côres.

4.ª — Cada projecto será subscrito por uma divisa ou pseudónimo e trará, anexo, um sobrescrito lacrado tendo por fóra a mesma divisa ou pseudónimo e dentro o nome e a morada do concorrente.

5.ª — Os projectos serão entregues na séde da Comissão Nacional dos Centenários, Travessa de S. Mamede, 7, Lisboa, contra recibo passado pelo chefe da secretaria.

6.ª — O prazo para a apresentação dos projectos conta-se a partir da data da publicação destas bases e termina no dia 31 de Janeiro de 1939.

7.ª — São estabelecidos para êste concurso os seguintes prémios indivisíveis: dois primeiros, de 5.000 escudos cada um, respectivamente para o melhor cartaz destinado a Portugal e para o melhor a afixar no estranjeiro; dois segundos, de 2.500$00 cada um; e dois terceiros, de 1.000$00 cada um, a distribuír nas condições dos dois primeiros prémios.

8.ª — Os projectos premiados constituírão propriedade da Comissão Nacional dos Centenários, que os editará quando e como julgar conveniente.

9.ª — A Comissão Nacional dos Centenários pode adquirir qualquer dos projectos apresentados a concurso mas não premiado.

10.ª — Os projectos serão apreciados por um júri constituído por quatro artistas e críticos de arte de reconhecido mérito e presidido pelo director da secção de «Propaganda e Recepção», que apenas intervirá em caso de empate.

11.ª — O júri reserva-se o direito de não conceder qualquer dos prémios, se os projectos apresentados não corresponderem aos objectivos da iniciativa ou lhes faltar a indispensável categoria artística.

12.ª — Os autores dos cartazes premiados introduzirão nos seus trabalhos qualquer alteração considerada necessária pela Comissão Executiva.

13.ª — Estas bases constarão do documento afixado na séde da Comissão Nacional dos Centenários.

Lisboa, 15 de Novembro de 1938.

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.os 2 e 3 — Fevereiro / Março de 1939 — ANO I

COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

O LEGAL
BR. 1939

# SUMÁRIO

A MAIS ALTA JUSTIFICAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA — Dr. Hernani Cidade . . . . . 1

DECLARAÇÕES DO SR. DR. AUGUSTO DE CASTRO — Comissário Geral da Exposição do Mundo Português . . 5

APÊLO FEITO PELO GRANDE ESCRITOR CARLOS MALHEIRO DIAS AOS PORTUGUESES DO BRASIL PARA A COMEMORAÇÃO DO DUPLO CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO E DA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL — 1140 1640 — 1940. . . . . 13

O SENHOR DE VILA VIÇOSA — Dr. Rodrigues Cavalheiro 17

O DUPLO CENTENÁRIO DE 1940 . . . . . 21

LEGISLAÇÃO. . . . . 23

REVISTA DA IMPRENSA . . . . . 27

NOTAS VÁRIAS . . . . . 31

GRAVURAS FORA DO TEXTO:

CONDE D. HENRIQUE — PROJECTO DA NAU «PORTUGAL» QUE DEVE FIGURAR NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS — EL-REI D. JOÃO IV-GRAVURA DE BALTAZAR MONCORNET — PÁGINA DOS GUERREIROS DO «APOCALIPSE DE LORVÃO» — GUIMARÃIS-MONUMENTO A D. AFONSO HENRIQUES.

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# A MAIS ALTA JUSTIFICAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Quando, no próximo ano de 1940, Portugal festejar o duplo centenário da sua independência, não se recusará a fidalga Espanha a participar neste júbilo do país-irmão, a-pesar das oposições que a tal independência ofereceu.

Oito séculos de história bastam e sobram para que um povo possa mostrar a suficiência ou insuficiência dos títulos com que justifica a sua autonomia — se é que os não dispensa o próprio, longuíssimo transcurso da sua duração além da mesma individualidade da sua fisionomia espiritual. E, assim, também para ela será espectáculo mais sagrado do que os mais sagrados egoismos nacionais, o de um povo festejando a liberdade e a independência que lhe condicionaram a realização do próprio destino — e festejando simultâneamente um destino que, superando a restrição dos seus interesses materiais ou espirituais, dir-se-ia constituir a razão de ser de uma e outra, a sanção dada a ambas pela fôrça transcendente que parece presidir à história da humanidade.

Creio limpa de tôda a névoa sentimental esta visão histórica que a meus olhos de humanista explica e justifica a independência de Portugal, por uma divergência de rumos políticos e sociais, determinada pela missão que o destino a êste impôs. A todos os outros países da Península incorporou Espanha na sua magnífica unidade. ¿Porque definitivou Portugal para sempre a sua própria alforria, resistindo ao prestígio de uma cultura quási sempre superior, à fôrça avassaladora do número, à sugestão do exemplo, além de às tentativas armadas de absorção?

Não invoquemos, para explicar o facto, os dados insuficientes e tão misteriosos da pré-história, da antropologia ou da etnologia. Será tentar clarear o cinzento a pinceladas de nankin, êste processo de explicar o pouco conhecido pelo quási absolutamente ignorado. Se do escuro e remotíssimo passado se propagam até hoje surdas tendências a acordar a aspiração autonomista, razão mais visível do fenómeno patenteia-a o claro panorama dos últimos oito séculos de história.

A independência de Portugal é uma fatalidade geográfica. E' uma solicitação ao mesmo tempo que uma oferta do Oceano. Foi êle quem coroou raínha a sua capital, que se não deslocou de Guimarãis para Coimbra e de Coimbra para a foz do Tejo, senão por esta tendência a fazer da orla marítima a zona da nossa mais febril, mais absorvente e fecunda actividade. Escreve o geógrafo árabe, conhecido pelo Mouro Razis (século X):

*«Dizem que as Espanhas são duas, porque se partem em duas partes, e isto por o movimento e corrimento das chuvas e dos rios. Pois dizemos que uma Espanha é ao sol levante e outra ao poente».*

¡ Que diferentes situações, a determinar diferentes rumos e destinos ! Espanha tôda atenta a perspectivas europeas e mediterrânicas; perante nós, descerradas perspectivas atlânticas e ultramarinas. Espanha solicitada a cada passo à competição de hegemonia na Europa ; Portugal sentindo, persistente, o apêlo da distância misteriosa, das ilhas e dos continentes de que adivinhava as opulências e sonhava o império. De aqui, diferenças na acção política, como na vida espiritual. Quási de costas voltadas aos dramas da Meseta, predominantemente e desde muito cedo empolgados pelo Oceano, só ràramente intervimos nas suas lutas intestinas. Anàlogamente, só de modo ténue e com atraso se propaga até nós a sua actividade cultural.

Castela tem sôbre Portugal a superioridade material da extensão e do número e a superioridade espiritual da convivência. Por Aragão, está em contacto com os dois países mais cultos da Europa medieval—Itália e França. Pelo sul, realiza com o reino mouro de Granada uma osmose espiritual que lhe traz o conhecimento da cultura árabe e judaica. Em tempos de Pedro III de Aragão, o Mediterrâneo foi um lago dos nossos irmãos ibéricos e a Acrópole de Atenas incorporada no seu património. De aqui, alvorecer Espanha mais cedo do que nós para a cultura italiana, e logo para a clássica, que admiràvelmente fundia com o vário saber do Oriente no mesmo bulício espiritual. Curiosíssimo tipo representante dêste sincretismo aquele célebre D. Henrique de Vilhena, tradutor da *Eneida* e da *Divina Comédia*, ao mesmo tempo que sábio em astrologia e *artes magicas et non complidoras de ler*...

E Portugal ? — Longe de tal efervescência, tanto nos seus excessos tumultuários nos domínios da política, como em seus invejáveis progressos na esfera das letras e ciências. De vez em quando, um génio se erguia dominando ou superando as altitudes atingidas no outro lado da Península — Fernão Lopes, Gil Vicente, enquanto não vem Camões ; mas a média cultural é inferior e, na consciência disso, todos aqui são reverentes perante o prestígio artístico ou cultural dos João de Mena, Rodrigo del Padron, Santillana e *outros doutores modernos* (diz-se no *Cancioneiro* de Rèsende), tanto como dos *Libros del Saber*. Naquele *Cancioneiro* a 7.ª parte da poesia é em castelhano ; a restante, quási tôda de influência castelhana. E é conhecido o bilinguismo dos poetas de quinhentos, como de seiscentos, entre os quais Gôngora, Lope, Quevedo exercem realeza mais indisputada do que os Felipes na esfera política.

Em compensação — e não esquecendo que em castelhano se exprime o próprio orgulho nacional — as actividades intelectuais ligadas às fainas dos descobrimentos, *as que importavam ao cumprimento do nosso destino*, supriam estas deficiências e sujeições na *Gaya Sciencia*. Pedro Nunes, como Garcia d'Orta haviam freqüentado Salamanca. Mas é em Lisbôa que o primeiro recolhe as informações dos mareantes como D. João de Castro e escreve o *Tratado da Sphera ;* é na Índia que o segundo vai compondo, cada vez mais consciente das abusões dos antigos, os *Coloquios dos simples e drogas*. E como êles, José Vizinho, João de Lisboa, Diogo de Sá, atentos à realidade concreta - estrêlas, correntes marítimas,

correntes atmosféricas, declinações magnéticas — com uma confiança cada vez menor na ciência antiga, cultivando sempre mais e mais a sua capacidade de observação, recorrendo a cada passo à experiência — *madre das cousas* —, todos andam empenhados nesta magnífica, nova colaboração do homem de ciência com o homem de acção, no preenchimento da missão que acima de tôdas faz do século XVI o *maior século da História*, no dizer de Taine!

Somos nós, nesta fase, que enviamos para Espanha geniais colaboradores da sua história gloriosa — Colombo, que em Portugal faz a sua aprendizagem; Fernão de Magalhãis e o seu companheiro Rui Faleiro; o irmão dêste — Francisco — autor do *Tratado del sphera y del Arte de Marear*. Desde o *Regimento do Astrolábio* até os *Roteiros*, uma rica e original literatura náutica informa a Europa dos caminhos dos oceanos, como dos processos de os percorrer, dirigindo os navios pela observação dos astros. E as viagens que empreendem franceses, ingleses, holandeses ou são guiadas por pilotos nossos ou utilizam em traduções ou decalques roteiros igualmente nossos.

Assim, ou por nós ou com a nossa colaboração, o planeta é esquadrinhado em todos os sentidos, a todo êle se estende a fecunda hegemonia da Europa e para longos séculos se inicia a obra de civilização, de *europeização* do mundo — obra em que nós, portugueses, incessantemente a continuando, ainda conservamos uma grande parte.

Se a humanidade inteira lucrou, pela progressiva iluminação da sua consciência e do mundo em que vive, com esta consagração ao descobrimento do mundo e ao enriquecimento da consciência de tôdas as actividades de um povo, parece bem evidente que a *diminuição de Espanha*, pela nossa autonomia foi a condição em que o dinamismo dos egoismos nacionais despertados, póde promover e apressar o *crescimento da humanidade*. E tal é da nossa autonomia a mais alta justificação.

A Espanha bem compreende que assim é. Foi necessária a segmentação da célula mãi, para que cada célula dela derivada mais livremente podendo evoluir num organismo independente, com mais eficácia servisse destinos que transcendem os seus como os nossos interesses. Por isso se associará à alegria de um povo, festejando a libertação de tôdas as dependências que não sejam aquela que o prende ao próprio destino.

Lisboa-II-939

HERNANI CIDADE

*CONDE D. HENRIQUE*

*(Tombo da Sé de Santiago de Compostela)*

## EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

# DECLARAÇÕES DO SENHOR DR. AUGUSTO DE CASTRO, COMISSÁRIO GERAL DA EXPOSIÇÃO

«Tomei posse do meu cargo de comissário geral da Exposição do Mundo Português em 28 de Dezembro último. Só em 4 de Janeiro o Comissariado ficou constituido pela nomeação dos meus ilustres colaboradores, o distinto engenheiro sr. Sá e Melo, comissário adjunto, e o sr. Cotinelli Telmo, arquitecto-chefe. Foi preciso, após a aprovação do sr. Presidente do Conselho, inspirador e organizador supremo da grande obra das Comemoracões, com a colaboração do sr. Ministro das Obras Públicas e de acôrdo com a Comissão Executiva dos Centenários, escolher definitivamente o terreno para a Exposição, estudar as suas condições e a sua adaptação, imaginar, organizar um programa, levantar e fazer aprovar plantas, escolher colaboradores, seleccionar e distribuir trabalhos. Êsse imenso esfôrço preparatório está já concluido. E posso finalmente dizer ao País : a Exposição do Mundo Português deve inaugurar-se em Maio de 1940, como fôra previsto. Os trabalhos de execução serão iniciados no próximo dia 15 de Fevereiro — isto é — dentro de doze dias.

Pareceu-me desde o primeiro momento que «uma Exposição do Mundo Português» — quere dizer uma Exposição da História de Portugal — não poderia afastar-se da visão do Tejo, nossa estrada universal, caminho histórico da nossa imortalidade, centro geográfico da nossa civilização latina e atlântica.

Quando assumi as funções de comissário da Exposição, duas soluções me foram propostas : o enorme, inculto e deserto espaço que fica por detrás dos Jerónimos, oferecendo um local magnífico e acessível e condições panorâmicas excepcionais — e o terreno livre em frente da igreja e do mosteiro até o rio e que poderia ir, em largura, desde a Praça Afonso de Albuquerque até à Tôrre de Belém. Para adoptar a primeira destas soluções, era, porém, necessária uma prévia urbanização do local, obra demorada e impossível de realizar dentro do curto espaço de tempo que nos resta até à Primavera de 1940, data das Comemorações. Só, portanto, a segunda solução — o terreno diante dos Jerónimos — era possível. Mas essa mesma condicionada a algumas demolições indispensáveis, já previstas mais ou menos no plano de urbanização daquela zona.

A alta visão e decisão do sr. Presidente do Conselho, a vontade inteligente e inflexível do sr. Ministro das Obras Públicas e o apoio da Câmara Municipal venceram tôdas as dificuldades. As demolições e remoções vão ser antecipadas. A grande praça em frente dos Je-

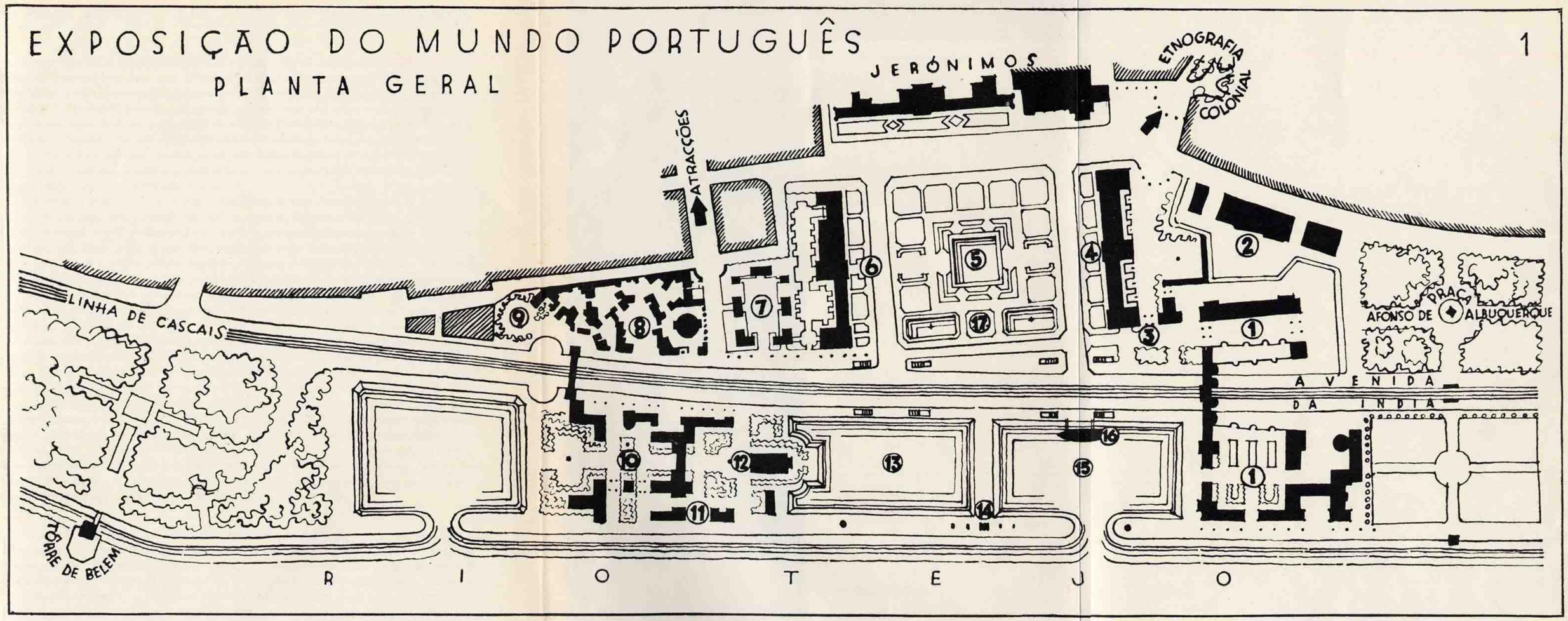
rónimos ficará integrada na Exposição e será o seu grande átrio de honra, como melhor não se poderia sonhar. Os terrenos até o rio serão libertados das horríveis construções que os desfeiam e obstroem. Em 1940 os Jerónimos voltarão a olhar de frente, sem embaraços, o Tejo, seu espelho e seu complemento. Se na data precisa da abertura da Exposição a Tôrre de Belém não estiver ainda, por absoluta impossibilidade material, completamente liberta das horríveis construções que a escondem e a conspurcam, o sr. Ministro das Obras Públicas prometeu-me que o seria inteiramente durante a Exposição. E de tôdas as formas a Tôrre de Belém será aproveitada e constituirá, desembaraçada já numa grande extensão da sua incómoda vizinhança, um dos seus fundos panorâmicos.

A Exposição estender-se-á até o Tejo e, nessa maravilhosa e evocativa paisagem, à entrada de Lisboa, poderá erguer-se, em Maio de 1940, a verdadeira cidade da História de Portugal, a Exposição do Mundo Português — entre a grande nau do século XVII ancorada na doca da Exposição, que será a sua antecâmara, o seu primeiro pavilhão, e o monumento imortal do mosteiro Manuelino que reviverá, na luz dos grandes projectores, a glória das suas pedras e a voz do seu passado.

O pensamento da Exposição do Mundo Português foi admirável e claramente exposto pelo sr. Presidente do Conselho. Essa Exposição deve ser uma síntese da civilização portuguesa e da sua projecção universal. Mas uma civilização, oito vezes secular, como a nossa, não é apenas constituida pela acção dos seus herois, pela sua expansão geográfica e pelas suas conquistas: é também obra dos seus Santos e dos seus Poetas. A história narrada em imagens, que será a Exposição de 1940, deve ter, pois, a sua expressão heróica e política que é certamente a principal e fundamental — mas não pode prescindir das expressões lírica e mística que são características do génio português.

Na concepção do programa da Exposição procurei não esquecer qualquer dêstes aspectos: não esquecer que Portugal representa a mais alta e gloriosa civilização atlântica, civilização integral pelas suas imensas projecções do espírito em todos os ramos da Acção e da Cultura.

A civilização portuguesa é essencialmente uma civilização de *expansão:* grande, sempre que o Destino a integrou na sua função histórica que é muito mais universal que nacional. O nosso génio é um génio de irradiação. Daí provém o nosso cosmopolitismo criador e, porventura, os nossos defeitos domésticos. Fomos sempre muito maiores fóra de casa que dentro de casa. Mas isso não impede de reconhecer que a nossa consciência nacional não é apenas feita de conquistas e de evangelizações, mas também ligada à terra, com raízes no solo — e que, se demos uma expressão geográfica nova ao Mundo, também criámos uma maneira de *sentir* nacional. Povo de descobridores, de grandes capitãis, de criadores de civilização, mas povo de santos, de poetas, de lavrantes de pedra e de almas. Tal devia ser, quanto a mim, na sua ideação, a Exposição do Mundo Português no desenvolvimento e realização do programa nacional do Chefe do Govêrno.



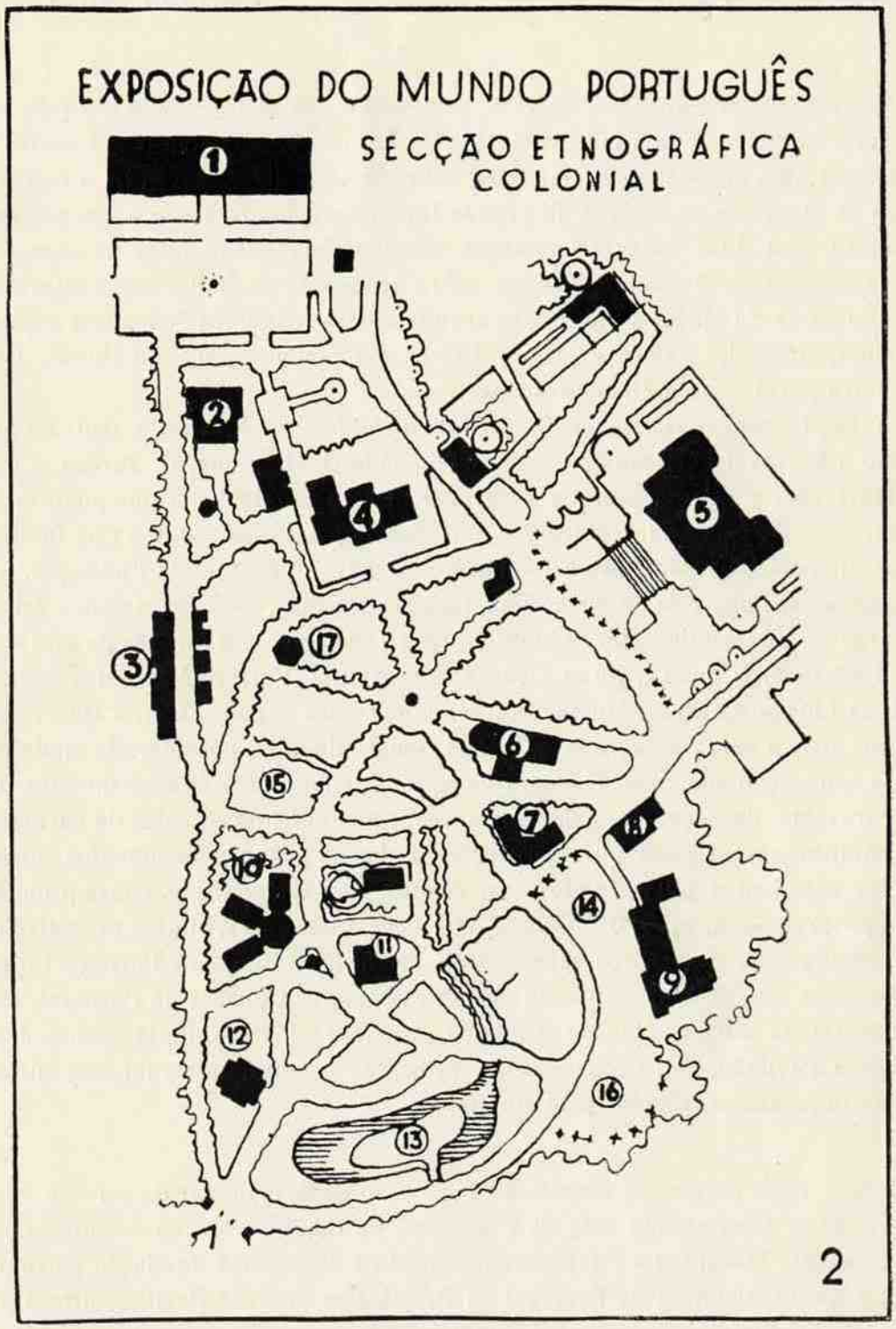

*PLANTA GERAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS*

*1 — Pavilhões da Secção Histórica. 2 — Lisboa Seiscentista. 3 — Lisboa do futuro. 4 — Pavilhão de festas. 5 — Praça do Império. 6 — Portugal-1940 e Brasil. 7 — Pavilhões da Imprensa, C. T. T., etc.. 8 — Aldeias Portuguesas. 9 — Parque Infantil. 10 — Secção de Etnografia Metropolitana. 11 — Restaurantes. 12 — Teatro. 13 — Espelho de água. 14 — Infante D. Henrique. 15 — Doca. 16 — Nau. 17 — Síntese do Mundo Português.*

Nêsse espírito, a Exposição de 1940, realizada entre os Jerónimos e o Tejo, tendo por limites, quási simbólicos, dum lado, a estátua de Afonso de Albuquerque, do outro, a Tôrre de Belém, terá uma grande porta marítima, sôbre o rio, donde se avistará a figura colossal do Infante D. Henrique. A estátua do grande Infante projectará sôbre o céu um imenso facho luminoso com duas palavras sòmente «Mundo Português», lidas no espaço, como a nossa própria história. Do lado de Lisboa, sôbre a Avenida da Índia, nessa altura transformada, a «Porta da Fundação», concepção arquitectónica magnífica do notável arquitecto Cotinelli Telmo, notável, manda a justiça dizê-lo, em qualquer parte do Mundo. Do lado de Cascais, outra porta — a da «Restauração».

Confinando com a «Porta da Fundação», o *Palácio da Fundação,* onde se procurará dar a visão histórica da criação de Portugal: o conde D. Henrique, D. Teresa, a estátua de Afonso Henriques, a sala consagrada a Ourique, a reconstituïção em «maquette» da tomada de Lisboa, etc. Duas grandes muralhas, encimadas pelas estátuas dos reis fundadores — a primeira dinastia — prolongarão o Pavilhão. A seguir ao Palácio da Fundação, o *Palácio da Independência.* Depois de se dizer, em imagens animadas, *como se fundou a Independência,* procurar-se-á exprimir *como se manteve essa Independência* através de oito séculos de história: 1383-1385, D. João I, Nuno Alvares, Aljubarrota, Valverde, João das Regras; 1640, Ameixial, as Linhas de Elvas, Montes Claros, as invasões napoleónicas, a Guerra Peninsular — e, por fim, a sala consagrada à Grande Guerra de 1914, considerada ainda como um esfôrço de afirmação nacional. E seguir-se-ão os Pavilhões dos *Descobrimentos* (reproduções de caravelas, de naus, dos galeões, Sagres, rotas marítimas, salas de cartografia, em que se reünirão em original ou reproduções todos os grandes documentos cartográficos portugueses espalhados pelo Mundo); — o *Pavilhão da Colonização,* consagrado à expansão, à conquista e à ocupação; o *Pavilhão da Propaganda da Fé,* síntese evocativa da evangelização portuguesa, do esfôrço missionário, da história cristã de Portugal; o *Pavilhão dos Portugueses no Mundo,* marcando tôdas as pègadas históricas de Portugal, Marrocos, Costa Ocidental da África, Mar do Atlântico, América do Norte, Índia, China, Japão, etc. Anexo a êsse Pavilhão, outro consagrado à projecção portuguesa actual, aos núcleos e influências portuguesas espalhados pelo Mundo.

O Brasil terá, porém, na Exposição, como não poderia deixar de ser — e foi desde o início marcado e determinado pelo sr. Presidente do Conselho — a sua significativa representação especial. Haverá um Pavilhão consagrado à descoberta, fundação portuguesa e à monumental acção histórica de Portugal no Brasil. Um segundo Pavilhão dirá a grandeza da civilização brasileira, o seu papel actual, os seus recursos, a sua história. O Govêrno Português convidou o Brasil a construir ou decorar, êle próprio, êsse segundo Palácio. O Brasil será assim, se aceitar, como esperamos, o convite, a única nação que colaborará connosco, numa representação da sua própria iniciativa, na Exposição de 1940.




*PLANTA DA SECÇÃO ETNOGRÁFICA E COLONIAL*

*1 — Matérias primas, caça e turismo. 2 — India. 3 — Macau. 4 — Estufa. 5 — Angola e Moçambique. 6 — Restaurante. 7 — Arte Indígena. 8 — Curadoria. 9 — Missões católicas. 10 — S. Tomé, Cabo Verde e Timor. 11 — Casa de S. Tomé. 12 — Guiné. 13, 14, 15 e 16 — Aldeias indígenas. 17 — Casa do Chá.*

Um Pavilhão será consagrado às *Artes, Ciências e Letras*, com a Sala de Honra dedicada aos «Lusíadas»; outro consagrado à «Imprensa» e ao «Turismo». E, finalmente, um grande Palácio, que constituirá um dos lados monumentais da «Praça do Império», em frente dos Jerónimos, representará *Portugal-1940*, isto é, a projecção no Presente dos oito séculos de história que a Exposição comemora. Essa realização será confiada à incontestável competência do Secretariado da Propaganda Nacional.

«*Lisboa*» terá o seu Pavilhão, organizado sob a direcção dos «Amigos de Lisboa». Será a visão da Lisboa do passado e da Lisboa do presente. Uma antevisão da Lisboa futura coroará a Exposição. Através dela o público poderá contemplar uma enorme «maquette», em relêvo, da Lisboa de àmanhã, novo cais aéreo da Europa, praia do Ar do Ocidente. Ver-se-ão os aviões que partem para tôdas as partes do Mundo, desenhando no ar o seu trajecto luminoso. Essa imagem será o complemento do outro «Pavilhão Central», colocado à frente da «Praça do Império», contendo a Grande Esfera, que representará o nosso Mundo Histórico, sulcado por tôdas as viagens históricas portuguesas, traçadas em luz.

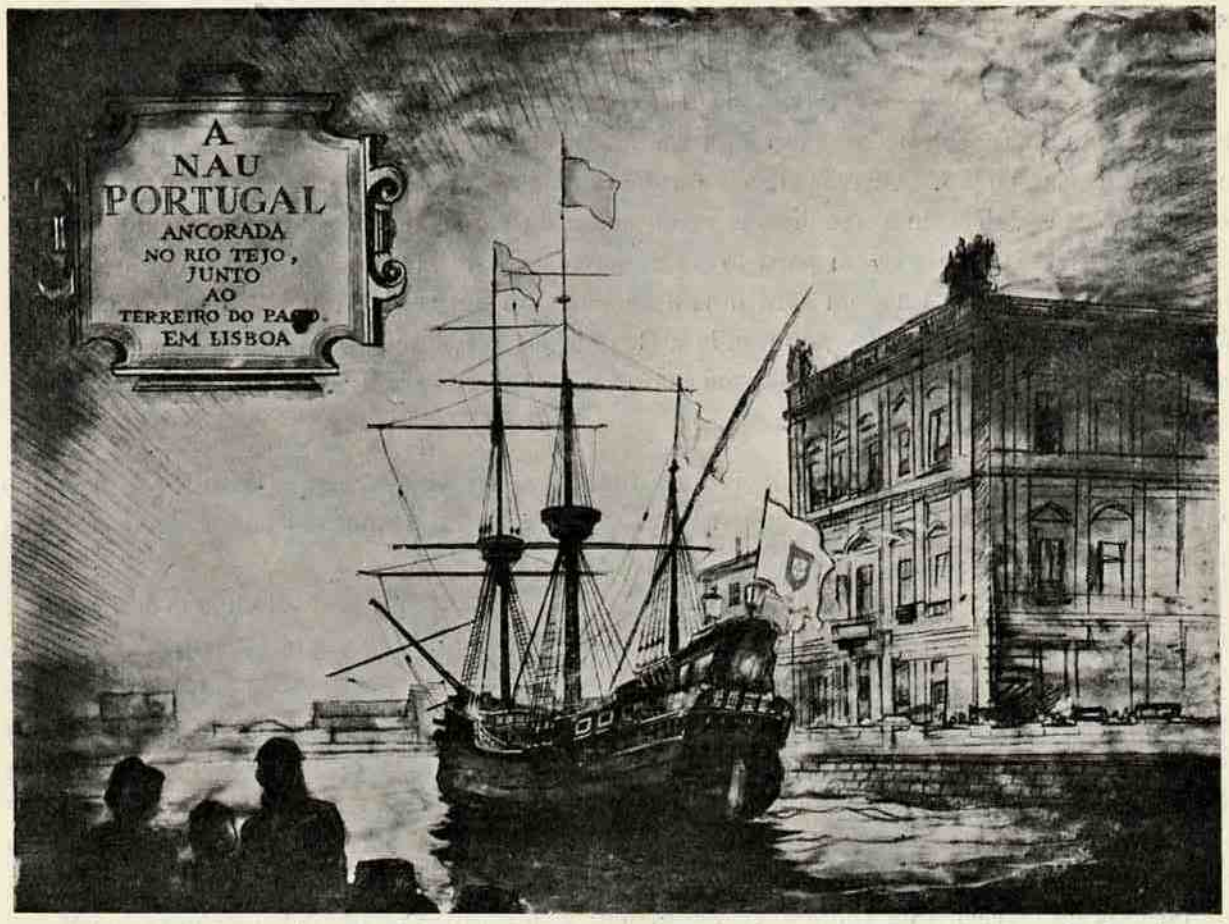
Apoiado aos flancos do «Palácio da Fundação», procuraremos reconstituir — trabalho confiado a Gustavo de Matos Sequeira — a Casa de Santo António — homenagem ao mais universal dos portugueses e ao Santo de Lisboa.

A' Poesia Portuguesa — expansão lírica imortal da raça — será dedicado um jardim: o «Jardim dos Poetas». Êsse jardim será animado pela reprodução plástica através do azulejo, do mármore, da água e das flôres, das grandes criações poéticas da Literatura Portuguesa: a «Menina e Moça», a «Fonte dos Amores», a «Mofina Mendes», a «Joaninha dos olhos verdes», o «Campo de Flôres», etc. Não distante do «Jardim dos Poetas», a «Avenida dos Heróis» — com as estátuas das grandes figuras da História Heróica de Portugal.

Uma das curiosidades e atracções da Exposição será certamente representada pela reconstituição, nas suas dimensões e na sua admirável decoração, de uma das antigas naus comerciais da Carreira da Índia — trabalho feito sob a direcção história e erudita do comandante Quirino da Fonseca e a direcção artística de Leitão de Barros e Martins Barata. Essa nau, fundeada no Tejo, na doca da Exposição, será aberta ao público; nela haverá salas de festas, dois grandes restaurantes, um dos quais de luxo, onde se poderá jantar sôbre o rio iluminado, diante dum dos mais belos panoramas do Mundo — e donde os nossos visitantes poderão participar nas festas marítimas, que constituïrão uma das atracções de 1940. A construção da nau, de acôrdo com o sr. Ministro do Comércio, far-se-á por forma que, finda a Exposição, ela poderá ser utilizada como mostruário da propaganda industrial e comercial portuguesa.

A Exposição Histórica Portuguesa será completada por duas grandes secções: a *Etnografia Metropolitana*, realizada pelo Secretariado da Propaganda Nacional, e a *Etnografia Colonial*, que está sendo organizada pelo talento realizador e pela experiência incon-

testável do capitão Henrique Galvão. Esta secção colonial da Exposição estenderá a reconstituïção das suas aldeias africanas, a reprodução de uma rua de Macau, a demonstração das nossas culturas e dos nossos costumes coloniais, etc., pela soberba decoração do Jardim




*A NAU PORTUGAL, ANCORADA NO RIO TEJO, JUNTO AO TERREIRO DO PAÇO, EM LISBOA*

Colonial, cedido à Exposição pelo Ministro das Colónias. Pela primeira vez se realizará na Europa uma visão completa da «Etnografia Colonial».

A secção *Etnografia Metropolitana* ocupará um dos flancos do terreno da Exposição, do lado poente. Além do Pavilhão dedicado à história etnográfica portuguesa, à história do trajo, da ourivesaria, do barro, das indústrias populares e regionais portuguesas, etc. — a secção etnográfica reconstituirá um grupo de aldeias dos diferentes tipos das nossas províncias, uma feira do Norte com o seu pitoresco e a sua vida mercantil, festas do campo, etc. A realização desta parte interessante da Exposição, verdadeiro álbum português, debaixo

da direcção de António Ferro, admirável realizador da nossa participação na Exposição de Paris e que acaba de ter nos trabalhos preparatórios do nosso Pavilhão de Nova York mais um êxito da sua competência e das suas admiráveis faculdades criadoras, caberá à propaganda nacional, tendo como colaboradores Francisco Lage e a equipa de artistas que o acompanham. E' claro que a realização, quer da parte etnográfica colonial, quer da etnografia metropolitana, é feita como todos os mais trabalhos da Exposição, sob a orientação do Comissariado e a coordenação técnica superior do engenheiro e arquitecto-chefe responsáveis pela harmonia geral de todos os trabalhos.

Haverá igualmente um «Parque de Atracções», um teatro, que será simultâneamente um pavilhão consagrado a exibições de flôres, de frutos, de paisagens portuguesas, uma sala de cinema e vários restaurantes para todos os preços. Teremos um «Parque Infantil» para recreio das crianças, cujas famílias visitem a Exposição, um «Parque de merendas», continuando pitorescamente a Exposição até à linda Ermida de S. Jerónimo.

A parte central da Exposição será ligada à margem do Tejo por meio de «passerelles» e passagens subterrâneas. A grande praça em frente dos Jerónimos, que faz parte do plano de urbanização da cidade, será, como disse, o grande átrio da Exposição, animada por fontes luminosas, povoada pela reprodução de alguns padrões comemorativos da projecção portuguesa no Mundo, na Europa, como em África e no Oriente. A realização dêste trabalho imenso só poderá ser levada a cabo, num período evidentemente muito curto, por um núcleo de vontades e de entusiasmos, animados por uma superior fé nacional. Êsse núcleo está formado.

Já me referi ao sr. engenheiro Sá e Melo, ilustre comissário adjunto, cuja inteligência, notável cultura e competência técnicas se consagraram inteiramente à Exposição. O seu auxílio é precioso. Referir-me-ei de novo a Cotinelli Telmo, arquitecto-chefe, que é um dos mais vivos, construtivos e dinâmicos talentos que me tem sido dado conhecer: espírito de artista e realizador. Em tôrno dêle irão juntar-se, à medida que as necessidades dos trabalhos o impuserem, os nossos melhores arquitectos, pintores, decoradores e escultores. Já hoje posso contar, unidos em tôrno de mim, numa colaboração incondicional e amistosa, o comandante Quirino da Fonseca, Matos Sequeira, erudito e animador admirável, Leitão de Barros, grande artista e brilhante espírito da Renascença, Rodrigues Cavalheiro, Júlio Caiola que organizou modelarmente a excelente «Exposição de Ocupação», o grupo dos «Amigos de Lisboa», João Ameal, dr. Vieira de Castro, Pereira Coelho, que foi o animador das «Festas da Cidade», etc.

Novamente cito a colaboração preciosa e efectiva de António Ferro e dos seus excelentes colaboradores do Secretariado da Propaganda Nacional. E não me cansarei de sublinhar a cooperação de autoridade comprovada e brilhante, que à Exposição está dando e dará o capitão Henrique Galvão, na realização que lhe diz respeito no conjunto.

Devo referir ainda, com um agradecimento especial, o apoio decisivo e supremo que a Exposição já deve e espera dever ao sr. Ministro das Obras Públicas, empenhado na acção, quási sôbre-humana das obras da cidade para 1940 e de cujo esfôrço a Comemoração dos Centenários, numa imensa parte, depende. O sr. engenheiro Duarte Pacheco não se tem poupado a fadigas para nos ajudar e sem êle a Exposição não poderia, nem poderá evidentemente, ter o quadro citadino de que necessita.

Empreendimento vasto cujas dificuldades não desconheço, para a realização do qual o tempo escasseia, a Exposição do Mundo Português — é preciso não esquecer — constitue o centro das Grandes Comemorações dos Centenários, obra representada pela grande Comissão Nacional a que preside e a que tem dado o melhor do seu pensamento o embaixador Alberto de Oliveira, a quem muito folgo de prestar homenagem. Todo o imenso trabalho das Comemorações é superiormente coordenado pela actual comissão executiva, constituida pelos meus amigos coronel Linhares de Lima, prof. Reinaldo dos Santos, general Silveira e Castro e o director da Propaganda Nacional, sob a presidência da alta figura portuguesa de Júlio Dantas que está dando ao esfôrço dos Centenários, com a grande autoridade do seu nome eminente, a actividade da sua superior e enérgica direcção.

Com tôdas estas ajudas e sob o estímulo e o impulso do sr. Presidente do Conselho, espero que a Exposição será uma realidade em Maio de 1940 e honrará Lisboa e Portugal. País de recursos modestos, não podemos evidentemente pensar em ombrear com manifestações que tiveram ou têm, pela riqueza e pela extensão, outro carácter, realizadas em outros países. As exposições que são instrumentos de propaganda e representam (essa é uma das suas funções) verdadeiras mobilizações das capacidades e do trabalho do povo vivem dentro dum quadro social e económico que não convém esquecer. O nosso quadro é modesto, mas tem uma essência nacional que é o seu melhor título. O tempo é extremamente reduzido. Não pensemos, pois em fazer uma Exposição de *quantidade* — mas, sim, de *qualidade* — pela significação, pelo espírito moderno, pela inspiração histórica e artística e pela fé que a deve animar. Creio que o conseguiremos».

*PROJECTO DA NAU «PORTUGAL» QUE DEVE FIGURAR NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES*

# APÊLO FEITO PELO GRANDE ESCRITOR CARLOS MALHEIRO DIAS AOS PORTUGUESES DO BRASIL PARA A COMEMORAÇÃO DO DUPLO CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO E DA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

# 1140 — 1640 — 1940

O embaixador Alberto de Oliveira, eminente poeta e diplomata, publicara, em 20 de Fevereiro de 1929, uma carta no *Diário de Notícias*, expedida de Bruxelas ao insigne professor e escritor dr. Agostinho de Campos, com o pseudónimo de «Um Português ausente de Portugal», e na qual chamava a atenção dos leitores dêsse jornal «para uma data que, embora ainda distante, parecia próxima, em face do muito que havia a empreender e a ultimar, para nos tornarmos dignos de comemorar o duplo centenário da Fundação e da Restauração de Portugal».

O sr. dr. Alberto de Oliveira, que durante cinco anos trabalhou intimamente com os portugueses do Brasil, como consul geral de Portugal no Rio de Janeiro e como vice-presidente de honra da Grande Comissão Pró-Pátria, quando a comissão central me confiou o encargo honrosíssimo de apresentar à assembleia o projecto da Obra de Protecção aos Orfãos da Guerra, não sonhava então vêr, um dia, em marcha êsse grandioso plano.

Ao semear aquela ideia da comemoração dos dois grandes centenários de Portugal, o antigo consul geral de Portugal, então ministro na Bélgica, depois na Itália e na Santa Sé e, por último, embaixador em Londres, reconhecia, porém, que «no marasmo e depressão em que Portugal então ainda vegetava», seria difícil criar essa obra de fé e de esperança. Todavia, quando tudo lhe parecia impossível, um homem, um chefe, como um verdadeiro rei, com a realeza de um genial estadista, intentou e conseguiu «pôr em ordem as nossas finanças, dar vida nova às indústrias, arrancar da estagnação o comércio e adaptá-lo às normas mais modernas e produtivas; fazer da administração pública uma *casa de vidro*, ordenada, limpa e transparente; fazer com que as nossas estradas fôssem transitáveis e modernas e os nossos portos se apresentassem terminados e activos; extirpar do corpo e da alma da Nação a desordem e a anarquia oriental que há tantos anos a invadira; acordar dentro de nós as fôrças, paralisadas ou degeneradas, da solidariedade cívica, da concórdia

fecunda e o patriotismo activo e eficiente; impôr silêncio às nossas lutas, paixões, ambições e vaidades; e obrigar-nos a reconhecermo-nos, a todos, réus do mesmo crime de lesa-pátria e a fazermos a promessa de que nos uniriamos num propósito comum de penitência de emenda, de regeneração colectivas...»

O antigo consul geral de Portugal no Rio de Janeiro sonhara tôdas essas coisas belas e nobres, mas sonhara-as apenas — mas hoje, Oliveira Salazar, ainda quási desconhecido naquele tempo, realizou o sonho magnífico, e com que tenacidade resoluta, com que trabalho metódico, com que fé «quási miraculosa», com que formidável — embora sereno — esfôrço! Hoje, os portugueses do Brasil vão conhecer ainda melhor, nessa comemoração gloriosa, e nesta Europa convulsionada do século XX, como o sr. Presidente do Conselho se consagrou de alma e coração ao engrandecimento de uma Nação de 800 anos, que poucos países igualam em antiguidade e na grandeza dos seus feitos!

Pergunto, como antigo presidente da Federação das Associações Portuguesas, o que é que êsses portugueses do Brasil, onde vivem quatrocentas mil almas, e das melhores que tem Portugal na sua dedicação patriótica, oferecerão, como permanente vínculo à Pátria, nas festas do Duplo Centenário?

O Chefe do Govêrno encontrou, para a sua grande iniciativa, o aplauso unânime de todos os portugueses. Todos os organismos culturais e económicos, como tôdas as fôrças vivas da Nação, pelo seu patriotismo, pelo seu espírito progressivo e pela sua disciplina, aceitaram com alvoroço tudo quanto vai servir para dar novo alento às energias do povo português e demonstrar ao Mundo o seu decidido propósito de se mostrar digno da gloriosa herança que recebeu.

Não tem ainda a colónia portuguesa do Brasil, no momento presente, elementos para definir a sua colaboração naquelas solenidades. Mas é urgente que torne público o seu propósito de lhes dar o seu mais activo concurso.

O Govêrno Português nada pediu aos portugueses do Brasil, mas, como o que se vai fazer é pela honra e glória da Nação e de Portugal, serão os próprios portugueses do Brasil que não deixarão de querer participar dessa honra e dessa glória.

Na série de planos organizados pelo Presidente do Conselho, com um poder realizador que vai afirmar-se num notável conjunto de melhoramentos «que elevarão Lisboa ao nível do impulso progressivo que o Estado Novo imprime a todo o Império», considera-se a resolução do problema do Parque Eduardo VII.

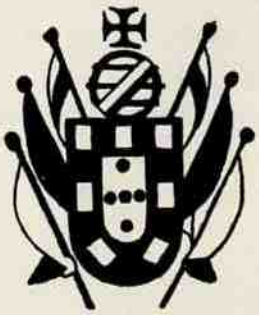
Permito-me, pois, lembrar aos portugueses do Brasil que, conforme já há anos foi sugerido para outra oportunidade, ofereçam à cidade de Lisboa, na situação admirável do Parque Eduardo VII, *um grandioso Arco de Triunfo*, como o da praça da Estrela, em Paris. Aquela situação dominaria o Castelo de S. Jorge (que deve dominar espiritualmente o País, como acrópole sagrada e lugar eleito de peregrinações patrióticas), o estuário magnífico do Tejo até à Torre de Belem, envolvendo os monumentos do marquês de Pombal, da Restau-

ração, de D. Pedro IV e o esplendido Terreiro do Paço, em frente do pequeno e belo arco da rua Augusta. Parece-me que essa idea de um gigantesco Arco Triunfal, dominando a cidade inteira e o estuário dos descobrimentos, seria, certamente, digna das comemorações de 1940. Porque não há-de êsse *Arco de Triunfo, em cujos pilares visiono simbolizadas as duas Pátrias*, elevando-se à mesma altura e unidas pela curva de um abraço em que palpite o esforço da expansão atlântica, vir a ser erguido no alto do prolongamento da Avenida da Liberdade, pelos mesmos que são ainda os mais directos representantes dos pioneiros primitivos, que fizeram o descobrimento, a conquista, o desbravamento da terra, a transmissão da civilização, a transfusão do sangue português, no sangue e na terra fecundíssima do Brasil?

Seria, todavia, indispensável submeter desde já ao Govêrno português o projecto dessa obra e encetar os trabalhos para a sua realização, criando uma grande comissão, à semelhança da «Pró-Pátria», emanada da Federação das Associações Portuguesas, e abrindo uma larga subscrição popular e patriótica por todo o Brasil.

Êste é o momento decisivo para os portugueses do Brasil levantarem no alto do Parque Eduardo VII (se assim o resolverem) aquele Arco Triunfal. Nada de monumentos arquitectónicos e grandes estátuas, mas as simples e gloriosas inscrições em que se gravem os nomes dos maiores portugueses de todos os tempos. Naquele Arco de Triunfo, nesta hora em que Portugal renasce no Mundo e para o Mundo, os portugueses do Brasil, sem obras excessivas e dispendiosas, poderiam manifestar por maneira vibrante o seu patriotismo, dentro das comemorações que ficarão a assinalar, na História de Portugal, a época prestigiosa em que vivemos.

*(Do «Diário de Noticias» de 16 de Maio de 1938)*



# O SENHOR DE VILA VIÇOSA

Podia ter continuado em Vila Viçosa, no *dolce farniente* da sua existência de sibarita, no luxo, na quietação, nos encantos da tapada e do Palácio ducal. O seu temperamento aconselhava-lhe até essa solução cómoda: — a sedução da música, o prazer da caça, o gôsto pelas obras de arte e pelas fantasias amorosas inclinavam-no a uma vida larga de príncipe sem cuidados, cioso, sim, do lugar proemiente que lhe competia no armorial do reino, mas liberto inteiramente das responsabilidades tremendíssimas da governação. Sabia, no entanto, que os olhos e o coração de todos os portugueses que anciavam pela restauração da Independência se dirigiam para êle, aguardando o gesto libertador que lhes permitisse aclamarem-no Rei, como natural sucessor do *Encoberto* e encarnação viva das esperanças alimentadas em mais de meio-século pelos visionários da religião sebástica. Não hesitou no caminho a seguir, — e, antes que a Pátria triunfasse do usurpador, necessário foi que D. João vencesse o seu demónio interior e voluntariamente se afastasse da estrada ampla e macia que o destino lhe escancarava desde o berço. Com razão, por isso, êle afirmava: — «Para me fazer Rei necessitou Deus de trabalhar com ambas as mãos: com uma tapou-me os olhos, com outra trouxe-me pelos cabelos».

Não é inteiramente certo que em 1633 — poucos anos depois da morte de D. Teodósio, seu pai — encontremos já D. João envolvido em intrigas conspiratórias contra o domínio castelhano. A missão de Voiture em Lisboa está ainda por esclarecer, pois a sua correspondência pouco mais nos fornece do que notas literárias dum turista de visão fina e dum enamorado que sabe apreciar os encantos femeninos dêste «país de marmelada». A ante-visão do 1.º de Dezembro é êle, todavia, quem no-la dá, desabusadamente e sempre saüdoso do salão da Rambouillet, ao fazer-se éco do desespêro nacionalista da Madeira. Mas é tudo vago, impreciso ainda, — sete anos mais se passariam antes que soasse a hora das profecias.

Em 1635 — convem fixar o episódio — dá-se com a viagem de D. João a Evora um passo largo no caminho da libertação. Sente-se claramente que o Duque começa a auscultar a opinião pública e a reünir elementos para a batalha. Essa visita ao Marquês de Ferreira, a pretexto de o felicitar pelo seu segundo casamento, teve um significado político que tem escapado a quási todos os históriadores. E, no entanto, o que nessa altura se passou na capital alentejana mostra até que ponto os espíritos estavam preparados para o acto libertador. Os tumultos do *Manuelinho,* dois anos depois, são o corolário fatal das homenagens régias que na Sé e na Universidade se prestaram ao neto de D. Catarina. A prudência de D. João foi aí posta à prova, pois não consta que, ao contrário do que havia acontecido com seu pai, tivesse enviado fôrças a combater os portugueses revoltados. Dos motins de 1637 conseguiu sair limpo, sem mancha de sangue irmão a perturbar-lhe a consciência.

E' a época em que Richelieu inicia, através de agentes secretos, as suas manobras

aliciadoras. Olivares sente o perigo e sucedem-se, por isso, as tentativas para inutilisar o Duque de Bragança. De tôdas elas D. João se livra airosamente e até com o prestígio redobrado. A inspecção das praças de guerra permite-lhe avaliar o estado de defesa do reino e as condições de resistência castelhana perante um levantamento dos portugueses; a visita a Almada põe-no em contacto com os principais elementos da conspiração que se esboçava. As primeiras ligações revolucionárias ficam feitas e foi o Conde-Duque quem as facilitou.

O levantamento da Catalunha dá maior consistência à conjura, que, todavia, caminha cheia de irresoluções. A parte mais sólida dessa teia ardilosa tem-na D. João nas mãos: — é a ligação com os espiões do Cardial francês, que, num vai-vem contínuo, não se cansam de acenar com promessas sedutoras. Os fidalgos dos conciliábulos secretos de Xabregas, de S. Domingos e da Sé (o alto e baixo clero aderira na sua quási totalidade e facilitára, com a interpretação joanina das profecias, o caminho para a elevação ao trôno do Senhor de Vila Viçosa) ignoravam êsse misterioso fio conspiratório que saía do Paço ducal e se ia perder, por vezes, em moínhos misteriosos de Montmartre, nas mãos de judeus rapaces, mas hábeis colaboradores da bôa causa.

Entretanto, em Madrid tem-se conhecimento completo do que se preparava. Estamos em fins de Novembro de 1640 e urge tomar uma resolução definitiva, sob pena de se perder para sempre, com a prisão ou o exílio do Duque, a única esperança da libertação. Porque nessa altura já todos os conjurados sentem que só D. João pode ser Rei e que eram ilusórias as tentativas de proclamarem uma República ou de colocarem a corôa na cabeça de qualquer candidato de ocasião. E' o momento mais difícil da conspiração. O desânimo invade os mais decididos e — coisa inacreditável para os que se habituaram a vêr a figura do Duque através ou dos panfletos encomendados por Olivares ou das páginas falsificadas dos pseudo-historiadores do século passado — é o Senhor de Vila Viçosa quem solenemente intima os fidalgos de Lisboa a cumprirem o que haviam prometido, sob pena de se revoltar sózinho com os povos do Alentejo. Mais do que as frases de efeito atribuídas a D. Luiza de Gusmão, a esquadra do Arcebispo de Bordéus e a adesão do Bispo de Elvas não deviam ser alheias a estas palavras firmes.

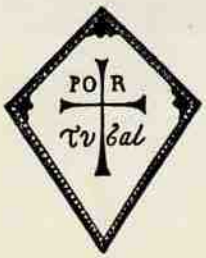
A capital resolve-se, então, a agir, e, depois de ordens e contra-ordens da última hora, os conspiradores arrancam bravamente. Ardendo de impaciência, D. João solta nos seus domínios o grito libertador ainda antes de chegarem as primeiras notícias do acontecimento. E, conhecido o triunfo revolucionário, põe-se a caminho de Lisboa, quási sem escolta, no desejo irresistível de bem-servir.

E' então que o *dilettante* de Vila Viçosa nos mostra claramente a têmpera da sua alma rija. Durante dezasseis anos de reinado, vêmo-lo, por entre dificuldades e perigos que fizeram do seu govêrno o mais espinhoso de tôda a história nacional, manter-se num aprumo digno e corajoso, enfrentando tôdas as contrariedades e revezes, sem perder a fé num futuro melhor. O bom-senso do soberano, o seu espírito de organização, que gostava de des-

cer aos mais apagados pormenores, o tacto diplomático que a todo o momento desenvolvia no interior e no exterior do reino contribuiram decisivamente para que o espírito do 1.º de Dezembro se enraïzasse com segurança. E o seu nobre exemplo de sacrifício pessoal a favor das despezas da guerra criaram-lhe uma atmosféra de carinhoso respeito que só mentalidades obcecadas têm dificuldade em encontrar nos testemunhos contemporâneos.

Ao ditar as palavras célebres do seu testamento, e que são a melhor legenda para o seu perfil simpático porque são o mais fiel retrato da sua psicologia, D. João IV evocou certamente os anos descuidados que em Vila Viçosa viveu e não deixou de os comparar com a atribulada existência que a salvação do reino lhe impôs. Mas a sua consciência de cristão sentiu-se liberta de apreensões, porque tendo encontrado Portugal arruinado e cativo, legava a seus filhos e aos portugueses uma Nação bem diferente da que havia recebido na «manhã pura e alegre» — uma Nação já preparada para resistir às ofensivas do inimigo, com exército, com fortalezas, com recursos financeiros, com as colónias salvas, com diplomatas, com alianças e ligações externas, — e com o imortal génio da Independência, que fôra o único amparo nos anos do domínio estranjeiro, remoçado e audaz, como se de novo soprasse, de norte a sul da Pátria, a inspiração gloriosa da tarde de Aljubarrota e dos sonhos que acompanharam as primeiras caravelas henriquinas.

RODRIGUES CAVALHEIRO



*EL-REI D. JOÃO IV — GRAVURA DE BALTAZAR MONCORNET*

*(Da colecção do Sr. Dr. Artur Gomes de Carvalho)*

# O DUPLO CENTENÁRIO DE 1940

Uma das manifestações mais importantes e expressivas com que Portugal vai comemorar, em 1940, o oitavo centenário do seu nascimento como Nação e o terceiro da restauração da sua independência, paralizada durante os 60 anos em que o trono de Portugal foi ocupado pelos Filipes de Castela, consiste na realização duma Exposição do Mundo Português, onde se agrupem, tão completamente quanto seja possível, todos os sinais e vestígios, ainda hoje existentes em território nacional ou estranjeiro, da nossa obra de descobrimento, de conquista, de emigração e colonização, de evangelização cristã, de penetração política, de expansão económica, numa palavra, tôdas as nossas incansáveis pègadas pelo mundo, das quais a primeira foi a tomada de Ceuta.

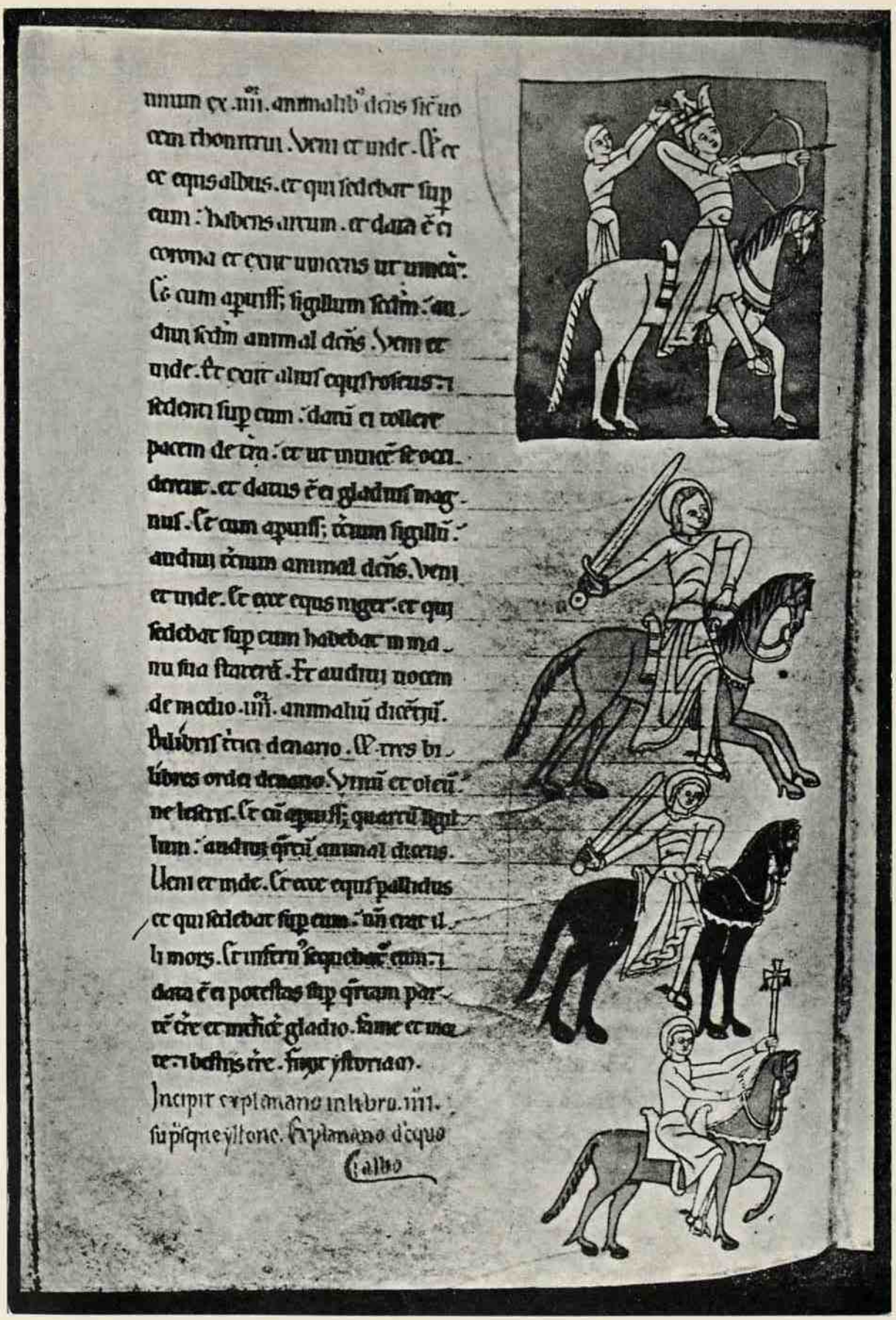
Não há nação na Europa que tenha sido e se mantenha mais universal e cujo dom de ubiqüidade se revelasse, através dos séculos, com mais tenacidade e vigor. Ainda hoje se pode afirmar que não há, fora do continente europeu, um recanto da Terra onde não vivam e trabalhem Portugueses, ou onde se não encontrem os rastos da sua passagem, e êsse facto contrastou sempre prodigiosamente com a exigüidade da nossa população.

A emprêsa quáse sôbre-humana dos Descobrimentos patenteou-nos em breve prazo tôdas as partes do mundo, e a tôdas acorremos como missionários, como guerreiros, como marinheiros, como comerciantes, como colonos. Na Ásia foi a língua portuguesa a primeira da Europa que os restantes Europeus tiveram de aprender para entrarem em contacto com os indígenas, e dela ficaram por lá duradoiros vestígios. Ceilão ainda hoje tem mais de meio milhão de católicos, muitos com apelidos nossos, graças à nossa acção missionária. S. Francisco Xavier, espanhol ao serviço inteiro de Portugal, sepultado em Gôa, continua a ser objecto de ardente veneração por parte de todo o catolicismo asiático. Graças ao padroado que fundámos no Oriente, a nossa soberania espiritual mantem-se em muitos territórios que deixaram de ser portugueses. O cemitério de Pequim está cheio de túmulos nossos. As mais belas antigüidades de Marrocos e da Etiópia são portuguesas. O litoral africano foi todo explorado e assinalado por nós, e não há ilha ou pôrto no Atlântico sul de que não tenhamos sido, se não donos, pelo menos padrinhos, dando-lhes os nomes por que ainda hoje se conhecem. Além do Brasil, integral criação nossa, e do Uruguai, que ocupámos e despertámos para a civilização, tôda a América ibérica nos recorda por mil factos, alguns recentes, da sua história. E no Extremo-Oriente, como na Oceânia, hasteia-se ainda a bandeira lusitana em territórios de que conservamos o domínio.

Como era natural à Nação que desde o século XV ficou sendo mais atlântica que europeia, foi menor a sua irradiação e emigração na Europa: mas nem por isso se fêz sentir menos a nossa influência em certo período. Basta recordar a qualidade e número de professores portugueses que ilustraram algumas das mais famosas universidades europeias. Basta

mencionar a feitoria de Antuérpia, que foi o nosso entrepôsto continental e o maior motor da riqueza e prosperidade daquela cada vez mais opulenta cidade flamenga. Basta estudar as conseqüências económicas e culturais da emigração forçada dos judeus portugueses para Bordeus, para Amsterdão, para Hamburgo, para a própria Antuérpia, onde logo colaboraram activamente nos progressos dêsses grandes centros económicos. Os arquivos, bibliotecas e museus de Paris, Londres, Bélgica e Holanda, conservam preciosos documentos relacionados com a história de Portugal, retratos de grandes figuras que nela se ilustraram, outras obras de arte que nos dizem respeito, quer pelos seus autores, quer pelos seus temas. O mesmo sucede com os arquivos e colecções artísticas do Vaticano.

Trata-se agora, não só de fazer o inventário minucioso de tudo quanto no mundo evoca ainda Portugal, mas de trazer, à exposição de Lisboa, o original, quando seja possível, e ao menos a reprodução fotográfica, ou em «maquettes», ou a cópia, dos monumentos, obras artísticas e arqueológicas, documentos importantes, que em qualquer parte sejam atestados da nossa acção e tantas vezes padrões da nossa glória.



*PÁGINA DOS GUERREIROS DO «APOCALIPSE DE LORVÃO»*

*(Existente na Tôrre do Tombo)*

# LEGISLAÇÃO

O Castelo de S. Jorge — o mais antigo monumento de Lisboa —, verdadeira acrópole da Nação, talvez a peça de maior e melhor nobreza do nosso património de glórias, merece incontestàvelmente que se dignifique, desafrontando-o de malefícios constructivos, isolando-o na sua solene beleza evocadora, reintegrando-o enfim, quanto possível, na sua rude e expressiva estrutura de fortaleza de outros tempos. Nêle pousaram, deixando, com o sinal da sua arte construtiva, a recordação dos seus feitos, fenícios, romanos, árabes, godos e os primeiros portugueses da conquista. A lenda e a história, tanta vez entretecidas, revestem-lhe os muros veneráveis e, como em nenhum outro, paira sôbre êles uma auréola de prestígio histórico.

Perdida a sua função militar, esvaziado da côrte, que ali teve a sua residência, tornado sucessivamente em paço dos alcaides-mores de Lisboa, presídio e aquartelamento de tropas, foi-se obliterando o seu aspecto, alterando a sua *facies* monumental e, absorvido por construções sem estilo nem carácter, chegou aos nossos dias totalmente trasmudado e quási irreconhecível.

O Govêrno da República Portuguesa, ao preparar a comemoração centenária da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência, reünidas na data conjunta de 1940, intenta levar a cabo a reintegração do Castelo de S. Jorge, a sua dignificação completa, mostrando de novo a Lisboa e ao País o glorioso monumento em tôda a sua expressão militar, numa tentativa de reposição histórica em que todos os portugueses se vão decerto empenhar, uns com o seu trabalho, outros com o seu conselho e todos com o seu amor pátrio.

Não é fácil a obra. A série de problemas que ela envolve, a complexidade de que se reveste, o interêsse nacional que possue são tudo razões para a tentar e fontes de energia para a realizar. O Govêrno, cônscio de que cumpre um dever nacional e de que nesta reintegração vai levantar o melhor monumento à memória de D. Afonso Henriques, intenta-a, contando de antemão com o aplauso do País.

Os problemas jurídicos levantados pelas posses legítimas e ilegítimas dos edifícios e terrenos pertencentes aos recintos civil e militar do Castelo de S. Jorge, os problemas de história e de arqueologia que existem e que irão evidenciar-se durante os trabalhos de demolição das obras dos séculos XVII e XVIII e no decorrer da reintegração das muralhas e tôrres, os de engenharia que se tornará necessário ter na maior atenção para a segurança das construções e para a demarcação do terreno circundante a estabelecer como zona de protecção, os de ordem artística que visam aos estilos, às perspectivas e aos panoramas, os de turismo que há que considerar para exposição, propaganda e aproveitamento económico da obra e ainda o problema de um acesso fácil e rápido ao monumento assim dignificado terão de ser estudados com cuidado, proficiência e dedicação exemplares, ao lado de outros muitos que acessòriamente hão-de aparecer nos indispensáveis trabalhos de urbanização a efectuar para o enriquecimento turístico dos recintos civil e militar do monumento.

Houve de começar-se por ordenar a execução da planta rigorosa e pormenorizada da extensa e acidentada zona abrangida pelo Castelo de S. Jorge, com a sua emaranhada teia de vielas e construções de tôda a natureza, muralhas e socalcos, trabalho êste agora concluído.

Isto pôsto e atendendo à urgência e à necessidade de realização dos estudos preliminares indispensáveis e das obras preparatórias essenciais para que sôbre os ensinamentos colhidos se possa elaborar um plano definitivo de reintegração e urbanização do Castelo de S. Jorge:

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Pùblicas e Comunicações, que tais estudos e trabalhos sejam feitos, orientados ou dirigidos por uma comissão constituída pelo director geral dos edifícios e monumentos nacionais, engenheiro Henrique Gomes da Silva, como presidente, e pelos vogais engenheiro arqueólogo Augusto Vieira da Silva, arquitecto Baltazar da Silva Castro, arqueólogo Gustavo Adriano de Matos Sequeira, engenheiro João Paulo Nazaré de Oliveira, arquitecto Joaquim Santiago de Areal e Silva e licenceado em direito José Maria de Albuquerque da Costa Brandão.

O director geral dos edifícios e monumentos nacionais proporá o que julgar necessário para que à comissão sejam dados os meios necessários ao desempenho da sua missão e promoverá que até 30 de Novembro de 1938 seja apresentado ao Govêrno um relatório sôbre as grandes linhas do plano de obras a realizar.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações

29 de Agosto de 1938. — O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco.*

---

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Presidente do Conselho, nomear, com fundamento no artigo 6.º do decreto-lei n.º 29.087, de 28 de Outubro último, presidente da Comissão Executiva das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal o dr. Júlio Dantas, vice-presidente da Academia das Ciências de Lisboa e presidente da respectiva Secção de Letras, nos termos do n.º 3.º do artigo 3.º do mesmo decreto-lei, directores das Secções da Comissão Nacional dos Centenários: das de «Congressos» e «Festas e espectáculos», o dr. Júlio Dantas; da de «Manifestações cívicas, históricas e religiosas», o coronel Henrique Linhares de Lima, e da de «Turismo», o brigadeiro Manuel da Silveira e Castro; nos termos do artigo 18.º, director da secção de «Exposições de arte», o dr. Reinaldo dos Santos, presidente da Academia Nacional de Belas Artes, e, nos termos do § 2.º do artigo 5.º, director da secção de «Propaganda e recepção», António Ferro, director do Secretariado da Propaganda Nacional.

Presidência do Conselho, 5 de Novembro de 1938. — O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar.*

*DECRETO N.º 29.289*

Com fundamento no disposto no artigo 2.º do decreto n.º 24.914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º — É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito especial da quantia de 60.000$00, destinado a ocorrer a despesas a efectuar pela Academia Portuguesa de História com a Comemoração dos Centenários da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência, devendo a mesma importância constituir o n.º 3.º do artigo 445.º-D do capítulo 3.º do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios, sob a rubrica de «Remunerações aos directores, redactores, seus auxiliares, cópias, etc.».

Art. 2.º — É anulada a importância de 60.000$00 no n.º 4.º do artigo 6.º do capítulo 1.º do orçamento do Ministério das Finanças aprovado para o ano económico de 1938.

Êste crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18.381, de 24 de maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 24 de Dezembro de 1938. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar—Mário Pais de Sousa—Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

---

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Presidente do Conselho, nomear, com fundamento no artigo 13.º do decreto com força de lei n.º 29.087, de 28 de Outubro do corrente ano, comissario geral da Exposição do Mundo Português, das comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, o dr. Augusto de Castro, Ministro Plenipotenciário de 1.ª classe.

Presidência do Conselho, 26 de Dezembro de 1938 — O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar.*

*DECRETO-LEI N.º 29.421*

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — É o Govêrno autorizado a aprovar, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, o protocolo adicional ao contrato celebrado entre o Estado, a Câmara Municipal de Lisboa e as Companhias Reünidas Gaz e Eletricidade, nos termos do decreto-lei n.º 25.726, de 9 de Agosto de 1935, que baixa assinado pelo mesmo Ministro.

Art. 2.º — O referido protocolo, depois de assinado pela Câmara Municipal de Lisboa, e pelas Companhias Reünidas Gás e Electricidade, fica fazendo parte integrante do citado contrato.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 2 de Fevereiro de 1939. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco - Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

Para ser presente à Assembleia Nacional.

O protocolo a que alude êste decreto é assim redigido:

I — As Companhias Reünidas Gás e Electricidade construïrão uma nova fábrica de gás nos terrenos conquistados ao Tejo na Matinha, em substituïção da remoção da fábrica de gás de Belém prevista na base 1.ª do contrato celebrado em 28 de Agosto de 1935 entre o Estado, a Câmara Municipal de Lisboa e aquelas Companhias.

II — Os trabalhos em execução e a realizar para efectivo cumprimento do contrato e presente protocolo deverão ficar concluidos até Maio de 1940.

III — Em substituição das obrigações constantes da alínea *d*), §§ 1.º e 2.º da base 3.ª do contrato, a Câmara Municipal de Lisboa ficará com os seguintes encargos:

*a*) Ligação dos gasómetros da Quinta da Matinha à rêde de distribuïção de Lisboa, incluindo canalizações de aço de trezentos milímetros em dois percursos: Matinha-Terreiro do Paço e Matinha-Rua de S. Sebastião da Pedreira, um posto de compressão e três de redução. Estes trabalhos serão feitos pelas Companhias Reünidas Gás e Electricidade, por conta da Câmara, ao preço do custo, devendo, porém, o Município fazer directamente a aquisição da tubagem, e bem assim a aparelhagem destinada aos postos de compressão e redução e colocar todo êste material no local dos trabalhos em tempo apropriado para a execução das obras.

A Câmara efectuará os pagamentos correspondentes aos trabalhos executados por situações trimestrais vencidas, devidamente conferidas por delegados seus e das Companhias Reünidas Gás e Electricidade.

*b*) Mudança de dois gasómetros de Belém para a Matinha.

Esta mudança será feita pelas Campanhias Reünidas Gás e Electricidade, por conta da Câmara, à razão de 1.325.000$00 por cada gasómetro fransferido.

As Companhias Reünidas Gás e Electricidade poderão desistir da montagem dos antigos gasómetros na Matinha e montar gasómetros novos junto da fábrica a construir.

Em qualquer das soluções previstas para a montagem dos gasómetros a Câmara pagará às Companhias Reünidas Gás e Electricidade a importância fixada de 1.325.000$00 por cada gasómetro, em três prestações: a primeira, após a execução das fundações: a segunda, após a montagem do reservatório de cada gasómetro: a terceira, depois da conclusão da montagem.

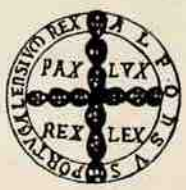
No caso de desistência por parte das Companhias Reünidas Gás e Electricidade, da montagem dos antigos gasómetros, a Câmara reserva-se o direito de caucionar a terceira prestação da montagem do segundo gasómetro até as referidas Companhias terem demolido os dois gasómetros existentes em Belém.

IV — O transporte dos materiais da fábrica de Belém, susceptíveis de aproveitamento na nova fábrica, será feito com a assistência de um delegado das Companhias Reünidas Gás e Electricidade.

V — O Estado, por intermédio do Pôrto de Lisboa, construïrá na Matinha, até Maio de 1940, uma ponte-cais de descarga e o respectivo acesso aos terraplenos da nova fábrica o qual deverá ficar concluido até 31 de Dezembro de 1939. A ponte-cais será construida de maneira a permitir a montagem, pelas Companhias Reünidas Gás e Electricidade, de um sistema mecânico de descarga de carvão, e ficará a uma distância de cem metros da faixa marginal do atêrro para atingir fundos garantidos de seis metros abaixo do zero hidrográfico.

VI — As partes contratantes obrigam-se mùtuamente a promover tudo o que fôr necessário para que os trabalhos de transferência da fábrica de gás de Belém para a Matinha estejam concluidos até Maio de 1940.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 2 de Fevereiro de 1939. — O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco*.



# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

*Referindo-se às Comemorações Centenárias, publicou o «Diário da Manhã» de 28 de Dezembro de 1938 o seguinte artigo de fundo, que gostosamente arquivamos nestas páginas:*

«Temos acompanhado com tôda a atenção os trabalhos das Comissões encarregadas de elaborar e executar o programa das Comemorações dos Centenários da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal. Julgamos, por isso, exprimir a verdade dos factos dizendo que se vai entrar agora no período da maior actividade, pois que a fase dos preparativos silenciosos, em regra não isenta de dificuldades, deve estar a ser ultrapassada. O ano de 1939 será, assim, consagrado à execução das obras necessárias ao êxito do plano das festas já anunciadas para a primavera de 1940.

Não ignoram os homens que aceitaram o honroso encargo de realizar o pensamento do Govêrno do Estado Novo, que têm postos em si os olhos da Nação cheia de confiança na sua inteligência e boa vontade, e pronta a prestar-lhes tôda a colaboração que fôr necessária. O que o País deseja é que tudo se faça para maior glória da Pátria e do Império e que, por conseqüência, o objecto das Comemorações se torne, através de tudo, transparente, luminoso, claro como a imagem pura de oito séculos de História no espelho cristalino do nacionalismo português.

Estas Comemorações tiveram o condão de despertar o interêsse de todo o Mundo Português, desde a Metrópole às Colónias, desde os núcleos de emigração mais próximos de nós como os do Brasil, aos mais distantes como os das Ilhas Havaí. E' que, de facto, Portugal não é só uma das mais antigas e homogéneas nações da Europa actual, é também um dos povos com unidade moral e política mais sólida, definida e definitiva. Quanto mais afastados se encontram os portugueses da Mãi-Pátria, mais portugueses se sentem, e isso explica o movimento patriótico que, nesta ocasião, os aproxima a todos, ligados pelo mesmo pensamento de exaltação do passado nacional.

Portugal — tem-se dito — não é uma nação pequena. Esta verdade é uma idea-fôrça do nosso nacionalismo. Ressalta viva das páginas da História e está inscrita na geografia de quatro continentes. Vivem-na os portugueses de hoje com a mesma fé e o mesmo ardor dos portugueses de todos os tempos, desde D. Afonso Henriques a Nuno Alvares e desde D. Henrique a Salazar. A cadeia das gerações é feita da têmpera heróica da raça imperecível e gloriosa, que Camões cantou em língua imortal, o mais poderoso instrumento da unidade e grandeza do Império.

Ora é êste ideal de coesão e de engrandecimento nacional que imprimirá ao plano das Comemorações o carácter de apoteose de oito séculos de História dum povo que forjou a sua espiritualidade e a sua fôrça ao calôr da Civilização cristã e dos sacrifícios e feitos heróicos que tiveram por teatro tôda a redondeza da Terra. Com sobriedade e sem vanglória, se mostrarão as maravilhas de continüidade do nosso esfôrço, de maneira que a lição do passado surja clara na paisagem do presente e nas perspectivas do futuro, em encadeamento lógico de factos, de valores e de imagens.

Estamos certos que os homens que se encarregaram da difícil missão de realizar tão patriótico pensamento se desempenharão dela com honra e glória, à altura das suas responsabilidades intelectuais e técnicas, das possibilidades e das espectativas do País. Bem merecem por isso, que o seu esfôrço seja secundado pela patriótica compreensão e cooperação de todos os portugueses, como, aliás, já se verifica por tôda a parte.»

*No «Primeiro de Janeiro», do Pôrto, na sua habitual secção «Quintas-feiras», publicou o eminente académico e ilustre escritor sr. Dr. Júlio Dantas, em 5 de Janeiro do ano corrente, um artigo sob o título: «A Exposição do Mundo Português», que a seguir transcrevemos:*

«O senhor Presidente do Conselho, a cujo alto e nobre espírito merecem especial interêsse as comemorações do ano áureo de 1940, acaba de preencher o lugar que se encontrava ainda vago na Comissão Executiva a que tenho a honra de presidir. O sexto vogal da Comissão, ao qual são especialmente atribuidas as funções de comissário-geral da Exposição do Mundo Português, é um diplomata e escritor insigne, meu querido amigo, que à experiência e ao conhecimento dos grandes meios europeus alia a vivacidade cintilante, a cultura variada, a autoridade intelectual indispensável ao desempenho de tão importante missão. Escrevo o seu nome com o mais

vivo júbilo e a admiração mais sincera: Augusto de Castro. Além de outras individualidades relevantes com cuja valiosíssima cooperação sou especialmente honrado — os srs. coronel Linhares de Lima, engenheiro Silveira e Castro, professor Reinaldo dos Santos e António Ferro, — Augusto de Castro, velho amigo de mais de trinta anos, condescendeu em acompanhar-me na partilha das responsabilidades que sôbre os nossos ombros pesam. Dêste lugar o saúdo e lhe agradeço, fazendo votos para que, no exercício das suas novas funções, tenha o máximo de triunfos e o mínimo inevitável de dissabores.

No vasto sistema de actos, solenidades, manifestações e comemorações do Duplo Centenário ocupam primacial lugar três números, que constituem a expressão sintética de oito séculos de história: o Congresso do Mundo Português, a Exposição do Mundo Português e o Cortejo do Mundo Português. O primeiro, cujas oito secções funcionam no Pôrto, em Coimbra e em Lisboa, como outros tantos congressos cuja unidade se define no respectivo programa, representa a doutrina; o segundo, com o seu cimeliário paleográfico, iconográfico, cartográfico, etnográfico metropolitano e colonial, constitue a documentação; o terceiro, préstito lampejante de armas, colorido de estandartes, ofuscante de coches reais, ostentação magnífica de todos os valores da raça e de tôdas as raças do império, — realiza a glorificação e a apoteose do nome e do esfôrço português. Noutros termos: o Congresso, texto da história pátria, tem na Exposição o seu atlas e no Cortejo imperial a sua expressão por imagens animadas, friso deslumbrante susceptível de comunicar ao povo a emoção de oitocentos anos de existência e de glória. Pois bem. Se o Congresso e o Cortejo correm por secções em que directamente superintendo (embora a sua execução haja de ser confiada a competências experimentadas, entre as quais citarei o realizador admirável que é Henrique Galvão), a Exposição do Mundo Português está entregue, na sua visão superior, na sua concepção a um tempo erudita e popular, na sua alta compreensão patriótica, na sua brilhante realização pelo sortilégio das técnicas modernas, ao diplomata, ao académico, ao teatrólogo, ao jornalista, ao homem de letras eminente que é Augusto de Castro.

Encontrou-se realmente o homem necessário, — ia a dizer, o homem providencial. Augusto de Castro dispõe de qualidades de imaginação e de fantasia invulgares; é essencialmente, substancialmente, um animador; possue, pelo seu diuturno contacto com diferentes meios, culturas e actividades estranjeiras — França, Itália, Bélgica, Grã-Bretanha, — a mentalidade e, o que é melhor, a sensibilidade de um «europeu»; adquiriu, na direcção de um dos primeiros quotidianos de Lisboa, êsse sexto-sentido que o exercício do jornalismo cria e desenvolve; e, além da visão espectacular dos acontecimentos e do sentido das vastas perspectivas, indispensáveis ambos a quem organiza os grandes conjuntos e trabalha para as grandes multidões, o nosso antigo ministro em Londres, em Bruxelas, no Vaticano e no Quirinal, diplomata em cuja carreira se sucederam os êxitos e os serviços, instituidor da «Imprensa Latina», autor dessa página magistral sôbre o «Sentido da romanidade», que o sr. Mussolini mandou reproduzir por conta do Govêrno italiano, goza de facilidades que as suas relações nos meios internacionais pessoalmente lhe asseguram e de que lhe advirão, decerto, consideráveis vantagens para o exercício das suas novas funções. Augusto de Castro é, perante o país, mais um fiador do cumprimento integral do programa das festas do Duplo Centenário — a que acabamos de dar a última redacção; — e constitue a garantia de que se fará o possível e o impossível para que a Exposição do Mundo Português abra triunfalmente as suas portas no dia 28 de Maio de 1940.

Haverá porventura quem duvide de que possa realizar-se em dezassete meses um certame de tais responsabilidades. A dúvida é legítima. Um programa tão variado, tão extenso e tão complexo como o dos actos, solenidades e manifestações que há tempo se projectaram sob a presidência prestigiosa de outro diplomata, o embaixador sr. Alberto de Oliveira, carecia, para a sua execução regular e metódica, de quatro anos, pelo menos. Tivemos apenas dois; e, pelo que especialmente respeita à Exposição, perdemos, dêsses dois anos, sete meses. Mas, quando há boa vontade, fazem-se milagres. Procuraremos todos compensar, pela vivacidade dos ritmos, a escassez do tempo. Ao lado de Augusto de Castro, acompanhando-o com talento e com fé nos trabalhos da Exposição do Mundo Português, estão individualidades experientes e competentes, como o comissário-adjunto, sr. engenheiro Sá e Melo, técnico de alto valor, espírito elegante e cultíssimo; o arquitecto-chefe, sr. Cotinelli Telmo, artista excelente, dotado de penetrante sentido das realidades; os membros da Comissão Nacional, sr. António Ferro, para quem a exposição etnográfica metropolitana é um brinquedo ao pé das suas belas realizações de Paris e de Nova York, e sr. Henrique Galvão, de quem tenho admirado o dinamismo e a visão histórica, e que ainda há pouco nos trouxe, da sua viagem às colónias portuguesas do Oriente, preciosos subsí-

dios. Êstes e outros colaboradores, que virão ainda, não deixam subsistir dúvidas — aliás explicáveis — sôbre os resultados finais da empreza. Tudo estará concluido a tempo e horas, se se verificarem condições que de nós não dependem. E, quanto à Exposição, Augusto de Castro, notàvelmente acompanhado, mais uma vez porá à prova, não apenas a intensa vibração dos seus nervos, mas as prodigiosas qualidades de imaginação e de improvização de que a natureza o dotou.»

## IMPRENSA BRASILEIRA

Continua a imprensa brasileira a referir-se com grande relêvo às próximas Comemorações Centenárias, noticiando largamente não só as deliberações da Comissão da Colónia Portuguesa, como o noticiário de Portugal, que lhe chega por intermédio das agências telegráficas e dos representantes de alguns dos maiores órgãos dessa Imprensa acreditados no nosso país.

Mencionaremos, de entre êsses, os órgãos dos *Diários Associados*, a maior organização jornalística do Brasil, que não só tem publicado com grande destaque o noticiário das referidas agências, mas também vários artigos e entrevistas enviados pela sua Delegação de Lisboa.

Dessas entrevistas salientam-se as que a Delegação em Portugal dos *Diários Associados*, pelos seus serviços na capital do norte, obtiveram dos srs. Júlio Brandão e Dr. Damião Peres, a que se seguirão outras entre as quais uma com o Presidente da Câmara Municipal do Pôrto, Sr. Dr. Mendes Correia.

A entrevista do sr. Dr. Augusto de Castro, Comissário da Exposição do Mundo Português, foi publicada, na íntegra, nos 14 jornais da cadeia dos *Diários Associados*.

O *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro e a *Tarde* da Baía, por intermédio do seu representante em Lisboa, têm dedicado também largas referências, comentários e notícias aos trabalhos em curso para as Comemorações, pondo em grande evidência a alta importância do acontecimento que Portugal comemora em 1940.

A *Folha do Norte*, do Pará, o mais importante jornal do Norte do Brasil, publicou no número de 19 de Fevereiro uma extensa crónica do seu correspondente em Lisboa, sr. J. Marques Martinho, referente às Comemorações dos Centenários.

Depois de apresentar o programa geral das comemorações, dá interessantes pormenores da Exposição do Mundo Português.

A crónica é ilustrada com duas gravuras: a planta geral da Exposição e a planta da secção etnográfica colonial.

## OUTROS PAÍSES

Os principais órgãos da imprensa espanhola, francesa, inglesa, alemã, italiana, etc. têm acompanhado com o mais vivo interêsse e cativante simpatia os preparativos para as comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal.

Inúmeras são já as referências que, lá fóra, têm aparecido sôbre êsses dois factos e que nitidamente atestam a consideração e o ambiente de respeito que hoje o nome do nosso país usufrui no estranjeiro.

Ainda há pouco, o importante diário de Bruxelas *La Nation Belge* publicou, em lugar de honra, uma notável entrevista com o sr. Embaixador Dr. Alberto de Oliveira, em que o presidente da Comissão Nacional dos Centenários expôs, nos seus traços essenciais, o programa das festas de 1940.

Essa entrevista, assinada pelo brilhante jornalista Jean Dusart, termina com os seguintes períodos:

«Os navegadores e os exploradores portugueses alargaram, de facto, extraordinàriamente os limites do Mundo conhecido e a vitalidade portuguesa afirmou-se de forma notável no novo mundo onde, hoje ainda, o testemunham irrefutàvelmente a língua e a cultura de um país enorme como o Brasil.

Portugal exerceu outrora uma grande actividade nas nossas províncias e são bem conhecidos os laços de amizade e a comunhão de interêsses que unem, presentemente, os dois povos tornados vizinhos pela colonização africana. O sr. Embaixador Alberto de Oliveira deseja que a Bélgica tome parte activa nas grandes manifestações que o seu país prepara. É desnecessário dizer que a *Nation Belge* formula o mesmo voto; não deixará de ter os seus leitores ao corrente do que se fizer para assegurar o êxito de uma comemoração que encherá da maior alegria todos os amigos do povo português».

*GUIMARÃIS — MONUMENTO A D. AFONSO HENRIQUES*

*(Escultura de Soares dos Reis)*

# NOTAS VÁRIAS

## *MOÇÃO APROVADA, EM SESSÃO DE 17 DE JUNHO DE 1938, PELA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA*

A Academia das Ciências, reünida em sessão plenária extraordinária para apreciar o plano dos trabalhos colectivos a realizar em 1939 e 1940, como contribuïção desta corporação científica para as comemorações nacionais dos centenários da Fundação e da Restauração, resolve:

1.º — Publicar em 1940, começando a imprimir-se em 1939, o Vocabulário ortográfico da língua portuguesa, completo;

2.º — Apresentar impressas, até ao fim de 1940, as primeiras vinte e quatro fôlhas do Dicionário etimológico e histórico da língua portuguesa;

3.º — Publicar, em 1939, o 1.º tomo da edição crítica das obras de Pedro Nunes, constituïdo pelo *Tratado da Esfera*, e, em 1940, o 2.º;

4.º — Publicar, no fim do ano de 1940, ou, o mais tardar, até 1941, uma Gramática portuguesa, que seja o código universal da língua e um cánone linguístico de rigorosa e completa informação;

5.º — Realizar, no decurso do ano de 1939, séries de conferências públicas, precedidas de uma sessão solene inaugural, nas quais serão considerados, em vastas sínteses crítico-históricas e nos seus múltiplos aspectos político, diplomático, jurídico, militar, social, económico e cultural, os factos e as épocas abrangidos nas celebrações do duplo centenário, especialmente no que respeita ao Portugal restaurado;

6.º — Iniciar, em 1939, os trabalhos de organização e elaboração do Inventário bibliográfico geral da Nação, desde os primeiros incunábulos portugueses até à actualidade, compreendendo nótulas descritivas dos cimélios mais importantes, em especial dos paleotipos, e a indicação das bibliotecas públicas ou particulares, nacionais ou estranjeiras onde se encontram, obra a publicar em edição monumental e ilustrada, sem compromisso de prazo;

7.º — Dar conhecimento desde já, a Sua Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, dêste plano de realizações, a-fim-de que sejam inscritas no Orçamento Geral do Estado as dotações necessárias, mediante estimativa que, para os trabalhos a executar durante o exercício de 1939, a Academia apresentará ao Govêrno até ao dia 30 do corrente mês.

## *MENSAGEM DE SOLIDARIEDADE E SIMPATIA DA ACADEMIA DE ITÁLIA À ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA*

O Presidente da Real Academia de Itália, sr. Federzoni, enviou a seguinte mensagem de solidariedade e de simpatia à Academia das Ciências de Lisboa a propósito das próximas celebrações nacionais portuguesas:

«A Sua Ex.ª Júlio Dantas, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa.

Seguro intérprete dos sentimentos espontâneos do povo italiano, renovado nas suas antigas virtudes pelo génio do Duce sob os signos infalíveis do Littorio, a Real Academia de Itália deseja exprimir a V. Ex.ª e aos membros da máxima Instituïção Cultural Lusitana a viva satisfação e o regosijo de todos os italianos pelas eminentes e solenes celebrações do VIII Centenário da gloriosa vitória de Ourique e do III Centenário da Libertação de Portugal do jugo estranjeiro.

Em 1939 e 1940 não se evocarão sòmente os factos heróicos da sublevação do cristianismo e do nacionalismo contra o bárbaro invasor e contra o dominador estranjeiro, mas serão glorificadas as luminosas e inatas virtudes de um povo que, durante séculos, tem sabido conservar, altivamente, a-pesar-das ameaças da fôrça e da violência adversária, tôda a sua integridade de espírito e de consciência nacional, e que, rico de vitalidade e de experiência, não hesitou em tentar as mais perigosas vias do Mundo sob as bandeiras de Dias, Vasco da Gama e Cabral, com o fim de fazer-se propagador da nossa civilização e da nossa fé, e, dêsses estrénuos defensores, continua pelos séculos a cumprir a árdua missão que Roma Mãi lhe tinha confiado no extremo ocidente da Europa.

Muitos são os laços históricos e sentimentais que ligam os dois povos, português e italiano: a origem étnica, a religião, o alto espírito latino. Ambos são, por instinto e por predestinação, missionários e guerreiros, navegadores e poetas, fundadores de impérios.

O vosso grande e inesgotável cantor de «Os Lusíadas» o imortal Luiz de Camões, não foi erradamente aproximado do nosso Virgílio, pois as mais puras e mais altas expressões da Poesia Ita-

liana e Lusitana revelam afinidade e alimentam-se nas comuns fontes da nossa civilização.

E ainda hoje, enquanto em tôda a parte do Mundo se desencadeia a luta para a defesa dos princípios essenciais da vida espiritual e social, contra a barbarie asiática e contra as teorias funestas para elevação moral dos povos, a Itália Fascista olha com admiração e confiança êste sempre jovem e corajoso povo lusitano, fiel à tradição de Roma, que não falta aos seus deveres históricos.

Quási paralelamente ao exemplo oferecido a todos os povos pela genialidade providencial de Mussolini, empreendeu e felizmente realizou, num breve espaço de tempo, uma profunda reconstrução do Estado e da sociedade Nacional, o que coloca Portugal entre as Nações politicamente mais aperfeiçoadas». — O presidente, Luigi Federzoni.

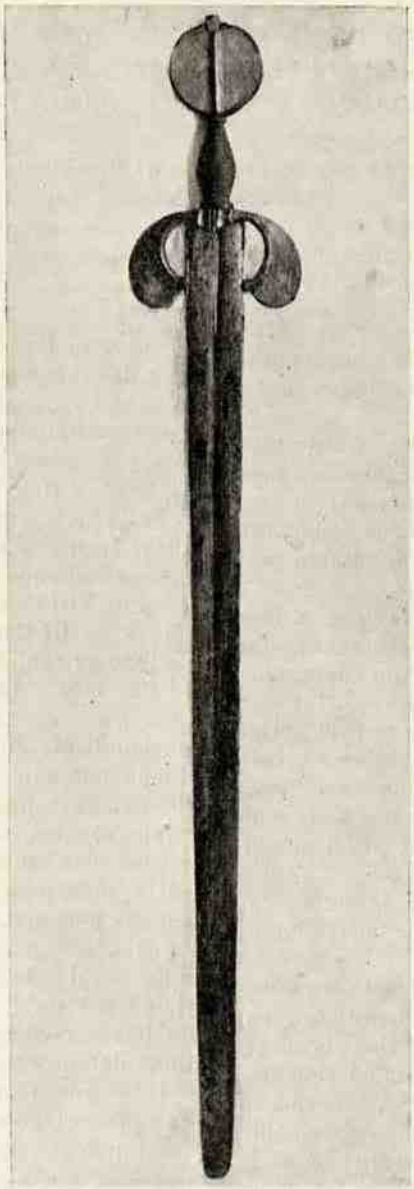
Todos os jornais italianos publicaram esta mensagem com o maior relêvo, nas suas páginas de honra.

O sr. Federzoni é uma das individualidades de maior destaque na vida política e intelectual italiana, sendo presidente do Senado, além de presidente da Academia.

É ainda um dos oito cavaleiros da Ordem Suprema da Santíssima Anunciação, o que lhe dá direito a ser chamado «primo» do soberano.

*CONCURSO DE ARTIGOS SÔBRE AS COMEMORAÇÕES DE 1940 PUBLICADOS NA IMPRENSA PORTUGUESA*

A celebração dos centenários da fundação e restauração de Portugal tem dado ensejo à publicação, na Imprensa portuguesa, de numerosos artigos em que o facto histórico e o seu significado são postos em devido relêvo e estudados à luz de alto critério patriótico. Muitos outros valiosos trabalhos jornalísticos virão, certamente, a lume sôbre o assunto, já durante o corrente ano, já em 1940, o «ano áureo» das comemorações.



*ESPADA DE D. AFONSO HENRIQUES*

*(Existente no Museu Nacional de Soares dos Reis, do Pôrto. A lâmina mede 0,m835)*

A Comissão Executiva dos Centenários, no intuito de dar um justo galardão aos autores dêsses artigos que assim obterão a notoriedade mais duradoura que merecem, estabelecendo ao mesmo tempo um estímulo para que os jornalistas continuem a ocupar-se da gloriosa celebração, resolveu instituir, pela sua Secção de Propaganda e Recepção, prémios que serão atribuídos em 1939 e 1940.

O concurso relativo ao ano corrente é promovido nas bases seguintes:

Base I — A êste concurso poderão concorrer todos os escritores portugueses, com artigos originais publicados em português, em jornais ou revistas de Portugal, ilhas adjacentes e colónias, e que tenham por tema as comemorações de 1940 e a sua significação.

Base II — Serão admitidos ao concurso os artigos publicados no período que vai da data da publicação destas bases até 31 de Dezembro do ano corrente.

Base III — Os concorrentes entregarão no Secretariado da Propaganda Nacional, onde funciona a Secção de Propaganda e Recepção, até 15 de Janeiro de 1940, os seus pedidos de admissão, ao concurso acompanhados de oito exemplares do jornal ou revista em que haja sido publicado o artigo com que concorrem ao prémio.

Base IV — O júri será constituído por seis figuras de reconhecido prestígio nas letras ou no jornalismo e pelo director da

Secção de Propaganda e Recepção que presidirá, apenas votando em caso de empate.

Base V — Serão atribuidos os seguintes prémios indivisíveis: primeiro, de dois mil escudos; segundo, de mil escudos.

Base VI — O júri reserva-se o direito de não conceder qualquer dos prémios, se os trabalhos concorrentes não satisfizerem às exigências dêste concurso ou lhes faltar a indispensável categoria literária.

Base VII — Estas bases constarão de documento afixado na sede da Comissão Nacional dos Centenários.

*CONCURSO PARA A EXECUÇÃO DO «EMBLEMA» QUE DEVERÁ FIGURAR NAS PUBLICAÇÕES DA COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS*

Em 30 de Novembro de 1938, a Comissão Executiva dos Centenários, por intermédio da sua secção de Propaganda e Recepção, abriu concurso para a execução do desenho para a gravura emblemática que deverá figurar nas publicações da Comissão Nacional dos Centenários, nas bases seguintes:

1.ª — Os desenhos, que terão de ser feitos à pena e a tinta da China, para o efeito da reprodução por meio de gravura, devem obedecer às seguintes dimensões: 0,40 m. de altura por 0,30 m. de largura e conter a inscrição: «1140-1940».

2.ª — Os concorrentes deverão entregar os seus desenhos contra recibo, até às 16 horas do dia 31 de Dezembro de 1938, na séde da Comissão Nacional dos Centenários (Travessa de S. Mamede, 7, 5.º, em Lisboa), tendo de submeter-se rigorosamente às disposições exaradas no presente programa.

3.ª — Todos os concorrentes poderão apresentar mais de um desenho, devendo a cada um corresponder, porém, uma divisa igual à do sobrescrito fechado e lacrado, contendo dentro o seu nome e a morada do autor.

4.ª — Os desenhos deverão conservar o seu carácter secreto, por forma que não haja possibilidade de se conhecer qualquer pormenor antes de examinados pelo júri.

5.ª — A classificação dos desenhos apresentados será feita por um júri constituído por quatro artistas ou críticos de arte e pelo presidente da secção de Propaganda e Recepção, que só intervirá na votação em caso de empate.

6.ª — Ao desenho classificado em primeiro lugar caberá o prémio de Esc. 2.000$000 (dois mil escudos).

7.ª — O júri pode deixar de atribuir êste prémio, se entender que nenhum dos desenhos apresentados satisfaz os objectivos do concurso.

8.ª — A Comissão Executiva dos Centenários reserva-se o direito de adquirir qualquer dos desenhos concorrentes, não premiados.

9.ª — A êste concurso apenas serão admitidos artistas portugueses.

*O EMBLEMA DAS EDIÇÕES DOS CENTENÁRIOS, DA AUTORIA DE EDUARDO ANAHORY*

*(1.º Prémio)*

10.ª — Estas bases constarão do documento afixado na séde da Comissão Nacional dos Centenários.

No dia 20 de Janeiro do ano corrente, no Secretariado da Propaganda Nacional, onde funciona a secção de Propaganda e Recepção da Comissão Nacional dos Centenários, reüniu-se, sob a presidência do Sr. António Ferro, o júri encarregado de atribuir

*CARTAZ DO PINTOR FÉLICIEN GARCIA, DE PARIS*

*(A afixar no estranjeiro. 2.º Premio)*

êste prémio e que era constituido pelos Srs. Bernardo Marques, Emérico Nunes, Luiz de Montalvor e Raúl Lino. Depois de ter apreciado demoradamente os trabalhos apresentados, num total de quarenta e sete, entre os quais se contavam muitos de feliz concepção e excelente realização, resolveu o júri, por fim, atribuir o prémio, por unanimidade, ao emblema assinado com a divisa «Ai». O trabalho assim classificado em primeiro lugar apresenta as quinas sôbre uma cruz e uma Espada, em tradução feliz da síntese: a Fé e o Império.

Aberto o envelope correspondente a esta divisa, verificou-se ser seu autor o artista Sr. Eduardo Anahory, de Lisboa, a quem coube o prémio único dêste concurso: dois mil escudos.

Atendendo, porém, ao muito merecimento dum dos restantes emblemas, o júri resolveu adquiri-lo. Êsse trabalho, subscrito com a legenda «Oitavo século», é da autoria do artista Sr. Jorge de Matos Chaves, de Lisboa.

*CONCURSO DOS CARTAZES A AFIXAR EM PORTUGAL E NO ESTRANJEIRO*

No Secretariado da Propaganda Nacional, reüniu-se em 6 de Fevereiro do ano corrente o júri encarregado de classificar os cartazes referentes às comemorações de 1940, apresentados ao concurso promovido pela Comissão Executiva dos Centenários, por intermédio da sua secção de Propaganda e Recepção, e do qual faziam parte os Srs. António Ferro, que presidiu, na qualidade de director da referida secção, Cotinelli Telmo, Leitão de Barros, Raul Lino e dr. Reinaldo dos Santos.

*CARTAZ DO PINTOR ROBERTO DE ARAÚJO, DE LISBOA*

*(A afixar em Portugal. 2.º Prémio)*

*CARTAZ DO ARQUITECTO KEIL DO AMARAL E DE D. MARIA PIRES KEIL DO AMARAL,*

*(3.º Prémio)*

Depois de demorada apreciação aos trabalhos concorrentes, que eram cêrca de 200, provenientes de Portugal e de diversos países da Europa, o júri resolveu não atribuir os dois primeiros prémios. Para os segundos — de dois mil e quinhentos escudos cada um — classificou os cartazes que depois se verificou serem da autoria de Felicien Garcia, de Paris e Roberto de Araújo de Lisboa, destinados, respectivamente, a serem afixados no estranjeiro e em Portugal.

O cartaz do pintor Felicien Garcia apresenta uma figura de navegador junto à roda do leme e envolto numa fita, em que se aliam as côres azul e branca da Fundação ao verde e encarnado da bandeira nacional.

Roberto de Araújo, artista e decorador bem conhecido, realizou também um trabalho muito interessante, em que se vê uma caravela sustentada por um padrão, de que se divisam as duas faces da parte superior com os escudos da Fundação e Restauração.

Os dois terceiros prémios — de mil escudos cada um — foram concedidos a trabalhos da autoria do arquitecto Keil do Amaral e sua espôsa, D. Maria Pires Keil Amaral, que apresentaram os seus cartazes de colaboração.

No estúdio do Secretariado da Propaganda Nacional estiveram os referidos cartazes patentes ao público, durante alguns dias, tendo esta exposição despertado o mais vivo interêsse.

*CARTAZ DO ARQUITECTO KEIL DO AMARAL E DE D. MARIA PIRES KEIL DO AMARAL, DE LISBOA*

*(3.º Prémio)*

533

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 4 — 30 de Abril de 1939 — ANO I

COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS
SECÇAO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

DEPÓSITO LEGAL
MAIO 1939

# SUMÁRIO

*PORTUGAL — ESPANHA — Dr. Vieira de Almeida* . . 1

*O CORTEJO DO MUNDO PORTUGUÊS — Uma lição viva de História Pátria* . . . . . 5

*PORTUGAL E GUIMARÃIS — Dr. Luiz de Pina* . . . 11

*LEGISLAÇÃO*. . . . . 22

*REVISTA DA IMPRENSA* . . . . . 22

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 25

*GRAVURAS FORA DO TEXTO:*

*EL-REI D. JOÃO IV*

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS LISBOA

## CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50

# PORTUGAL—ESPANHA

Pouco tempo decorrido sôbre a proclamação da república em Espanha, encontrei-me, na encantada região dos Pirenéus com um francês culto, que habitava em Barcelona, falava com suficiente correnteza um castelhano apreciável e mostrava algum interêsse pela política peninsular. Preguntou-me se a mudança de instituïções em Espanha não viria tornar possível a união ibérica.

Pareceu-me que uma resposta longa e doutrinária destoaria, com certo ar pedante, do ambiente de alegria estival do café onde falavamos e da ingenuïdade mesma da pregunta. Respondi sòmente: — Em Portugal não há agora parlamento; mas se houvesse, fôsse qual fôsse a composição da assemblea, e por mais profunda que se revelasse a divergência de elementos constitutivos, há um voto — e um só, talvez — que obteria unanimidade sem discussão nem exame, se alguem pudesse ter a audácia de submeter o problema a deliberação: o da separação integral das duas nações peninsulares.

Não que haja sombra de má vontade nossa contra a Espanha; pelo contrário; a amizade é fácil, espontânea e recíproca; mas é penhor e segurança única de nosso entendimento a impossibilidade de confusão. E nunca fomos tão desunidos como no infeliz parêntese em que politicamente nos uniram. Precedêmo-la, bem de longe, na unificação e na homogenização histórica, indiscutível em Portugal, pela sua evidência. Qualquer hipótese diferente nos aparece como absurda.

Poderia alegar-se que no plano da realidade, a união se verificou em 1580; e que no da concepção houve quem no século XIX defendesse, aparentemente, objectivo semelhante. Mas, quanto ao facto, a maneira como o resolvemos mostra o êrro cometido; e quanto a partidários portugueses da união, importa colocar em devidos termos a sua doutrina. Os homens que julgaram possível e útil essa transformação política nunca a supuseram união pura e simples; êste resultado pressupunha decomposição prévia da unidade espanhola; por essa idea, o alvo seria a federação de nacionalidades, entre as quais Portugal havia de figurar como elemento e importantíssimo elemento. A tese dos portugueses iberistas do século passado não deve ser portanto menos desagradável a espanhóis do que a portugueses de hoje. Correspondia a afirmar a pluralidade real de nações peninsulares e a concluir pela vantagem da voluntária coesão de essas nações em uma confederação; plano semelhante ao alguma vez anunciado em nosso tempo de se constituirem uns «Estados Unidos da Europa». Contràriamente, a união espanhola trás como irredutível conseqüência a nítida separação portuguesa e a necessidade de afirmá-la, pela tradição e pelo sentimento actual, por lição do passado e por vontade do futuro.

Um português insuspeitíssimo — Garrett — no longo ensaio «Portugal na balança da Europa», onde pode lêr-se a afirmação de que «todos daremos o derradeiro sangue pela in-

dependência nacional», desde que se verifique a condição *sine qua non* de essa independência — a liberdade — afirma que se tal condição faltasse, restaria, embora com relutância, lançar mão do segundo membro da alternativa: a união com a Espanha. Declara que o assunto lhe repugna, e por isso não trata do modo e condições de essa união, que de passagem e hipotèticamente lembra que fôsse federativa. E', como se vê, um prelúdio da doutrina depois desenvolvida, e que, levada às últimas conseqüências, não pode deixar de ser repelida, igualmente por espanhóis e portugueses.

As promessas de Filipe I nas côrtes de Tomar de 1581, fôsse qual fôsse a intenção do rei, têm o importante significado de reconhecer a existência na Península de uma monarquia dual. Impediram circunstâncias diferentes — que seriam de longa enumeração — pudesse repetir-se em 1580 o que já fôra doutrina afirmada dois séculos antes: o direito dinástico deixa de ser válido, se trás em conseqüência perda ou enfraquecimento de autonomia nacional; isto é, o direito da sucessão dinástica assenta precisamente sôbre a segurança dada à continuïdade histórica e à expressão da personalidade colectiva, de que é símbolo vivo.

Aliás essa forma de dualidade política peninsular não pôde manter-se, talvez, secundàriamente, por acção dos homens, mas de certo pela fôrça mesma das relações entre os dois países, territorialmente desproporcionados; e por isso a evolução política devia levar à fusão lenta ou à opressão inevitável. A fusão era impossível, pois tôda a personalidade portuguesa se temperara e consolidara na acção anti-mourisca e na reacção anti-castelhana. Impossível apagar o duplo sulco do espírito português — o primeiro ainda palpitante na obra de expansão e o segundo reacendido por um facto que só podia revestir o aspecto de uma resposta ao rude encontro que precedera a dinastia de Aviz.

A documentação de abuso e violência praticados contra Portugal, a pouco tempo da união, só tem, como tal, interêsse episódico; evidentemente, mudança de época e pessoas poderia vir atenuar ou anular o conflito latente; o que mais importa e melhor se revela é a convicção nunca obliterada, por qualquer das duas nações, de que eram duas, e como amigas ou inimigas haveriam de tratar-se.

Tão firme e incontestada é tal idea, que atravessa todo o tempo da dominação, e serve de base, como indiscutível postulado não às revoltas e protestos, onde seria de esperar, mas a qualquer observação, pedido ou resposta à corôa de Castela. O desejo de libertação pode, uma ou outra vez, elevar o nível da exaltação; não cria essa idea nem a faz ressurgir porque ela é permanente e implícita em tôda argumentação portuguesa. No meado do século passado (1860) publicou o «Arquivo Pitoresco» o texto de duas representações, uma de 1628, outra de 1632, enviadas a Filipe III pela Casa dos Vinte e Quatro. A primeira é a resposta ao pedido à cidade de Lisboa de importante quantia para socorro da Índia; a segunda, a demonstração do exagêro de tributos pagos em Portugal, comparativamente com os de Castela.

A primeira, longa enumeração de despeza supérflua e administração ruïnosa, seria

abuso até resumí-la. Basta-nos ver alguns passos em que de maneira mais simples se argumenta, sem sublinhar, com a evidente individualidade de Portugal. Ali se declara que a fonte de todo o êrro ulterior foi «devassar-se a Índia aos holandeses... pelo contrato feito entre o sr. rei D. Filipe II, que ocupava êste reino por fôrça, e êles, *sem se dar conta a êste reino*, tribunais e pôvo dêle»... Alegam os Vinte e Quatro que os direitos reais se encontram esgotados, por doações inoficiosas, que deixam o reino sem sangue, e pelo desamparo da Índia, pois o rei puxava por êsses direitos da corôa e vassalos para socorrer a Flandres, «sendo assim que êste reino não tem nenhuma combinação com aquêles estados, nem lhe deve o socorro dêles, *por serem da corôa de Castela*»... E ao citar a exorbitante doação «que faz espanto», ao duque de Lerma, dos «consideráveis celeiros de Serpa e Moura, que importam quinze mil cruzados», ao tempo na posse do neto do duque, alegam que êle é estranjeiro, o que vai contra o jurado e prometido nas côrtes de Tomar e nas de Lisboa (1619) nas quais expressamente se diz «que não se darão próprios nem bens da corôa a estranjeiros, senão aos naturais dêste reino»; por isso a doação é nula, «como dirão todos os lentes das Universidades e teólogos.» Lembra-se ainda ao rei que Filipe II, seu pai, à hora da morte, mandara restituir à corôa de Portugal quanto fôra dado a estranjeiros. E a palavra «estranjeiro» volta de quando em quando no texto, como inevitável e naturalíssima; e insiste-se no muito que se tem tirado a esta corôa para a de Castela.

Na segunda representação, o paralelo de carga tributária e o protesto contra a diferença entre Portugal e Castela (em muitos casos inteiramente liberta de encargo) desenvolveu-se lado a lado; e também aqui se apela ao mesmo tempo para o direito e para a teologia moral, que uma e outra impedem, segundo os homens da casa dos Vinte e Quatro, o rei Filipe III de continuar a manter os abusos que lhe deixam demonstrados.

Sabiam melhor êstes homens do século XVII do que muitos de agora como defender e porque defender seu direito. Sentindo-se verdadeiramente solidários no interêsse e na aspiração, não precisavam de inventar teorias étnicas, de fantasia delirante, ou doutrinas metafísicas, de ridicula pseudo-transcendência, para afirmar sua personalidade e reclamar dignamente contra o menosprêzo de seu direito. Pasma-se em todo o caso da altivez que, a-pesar-de tudo, era possível manter em Portugal, país oprimido, perante o rei estranjeiro. E assim se compreende melhor porque chegou até nós tanta queixa contra o valido. E' que o adventício que manda é sempre mais violento, rancoroso e autoritário do que o soberano, crente na sua legitimidade.

VIEIRA DE ALMEIDA

*EL-REI D. JOÃO IV*

# O CORTEJO DO MUNDO PORTUGUÊS

## UMA LIÇÃO VIVA DE HISTÓRIA PÁTRIA

O sr. Presidente do Conselho, ao dar conhecimento à Nação do que deveriam ser as comemorações do duplo centenário, mostrou, como sempre, o seu alto espírito realista, a sua clara noção da vida nacional, tão bem compendiada na *política de verdade* — que tem sido o seu lema de govêrno.

Assim, acentuou que as festas e as obras úteis, que hão-de ajudar a perpetuar as datas gloriosas, teriam de ficar «dentro das nossas possibilidades — isto é, dentro da nossa capacidade de realização e da modéstia dos nossos recursos: seria contra os nossos princípios de política e de administração empenhar ou vender as pratas da casa para servir um chá luxuoso à família ou aos amigos.»

Isto não quere, porém, dizer que a celebração dos nossos oitocentos anos de idade possa enquadrar-se em solenidades mesquinhas, que não estejam à altura dos feitos que se comemoram, da grandeza e da pujança do nosso passado — tão pouco igualado, nada excedido, — do nosso presente que é hoje dos mais bonançosos, entre o das grandes nações imperiais, prosperidade conquistada pelo nosso próprio esfôrço, à custa dos nossos próprios sacrifícios.

Há certas verdades que não faz mal repetir, ou melhor, que se devem repetir para criar estímulo e alento a-fim-de não pararmos no caminho que — louvores a Deus! — retomámos, reatando uma gloriosa tradição.

Se não se fizerem empreendimentos que assombrem pela *quantidade*, far-se-ão comemorações que se imponham pela *qualidade* — especialmente, pelo significado, pela lição a portugueses e estranjeiros.

Quem, como Portugal, teve na história da civilização, na expansão das ideas nobres e cristãs, levadas até às mais longínquas partes do Globo, o papel que nós tivemos — sendo, ao tempo, um País de limitadas dimensões — cumpre-lhe dar, num conjunto tão espectacular como preciso, o ensinamento da sua vida prodigiosa e rica de pormenores: cada um dêles valendo uma estrofe de epopeia.

Essa lição vai efectivar-se, por uma forma que há-de satisfazer os mais exigentes, no Cortejo do Mundo Português, — «por assim dizer apoteose da Exposição e do Congresso do mesmo nome.»

Da sua organização, foi encarregado o capitão sr. Henrique Galvão, que bastas provas do seu talento e do seu poder realizador tem dado noutras emergências, particularmente na

Exposição Colonial do Pôrto, — que ainda está na memória de todos que tiveram a felicidade de a visitar — e no cortejo folclórico em Lisboa, que foi uma bela e colorida revista de Portugal continental e insular.

O capitão sr. Henrique Galvão, que tem, também, a seu cargo a direcção da secção *Etnografia Colonial* da Exposição Histórica Portuguesa, está já de posse de todos os elementos necessários para a montagem do cortejo, depois de aturados e profundos estudos da indumentária e arm aria, de guisa a que a reconstituïção seja tão rigorosa como impressionante.

O cortejo não constituïrá, apenas, um espectáculo vivo de côr; cuidar-se-á da verdade histórica, de sorte que o públi co se sinta, realmen te, transportado às várias grandes époc as, às mais repre sentativas quadras d a vida portuguesa.

O Cortejo do Mundo Português será anunciado ao p úblico por um grupo de cavaleiros dos te mpos afonsinos, fa zendo vibrar notas marciais nas suas reluzentes tubas: — são êles que abrem o livro de História viv a com um prólogo de acordes heróicos.

E o *livro* está dividido em três é pocas: o Passado, o Presente e o Futuro.

No *Passado* h á seis capítulos. O primeiro é o da *Fun dação*. Começa como começou Portugal — livre. É a espada de D. Afonso Henriques, conduzida por uma figura simbólica, en quadrada por tôdas as bandeiras histori cas de Portugal, au têntica floresta de es tandartes que drape-

*FIGURINOS DO ARTISTA MANUEL LAPA PARA O CORTEJO DO MUNDO PORTUGUÊS*

jaram ao Sol de todos os mares e de todos os continentes.

O público terá, então, a nítida visão da entrada do Rei Fundador na cidade de Lisboa, conquistada aos infiéis em 1144. Lá aparecerá o alferes-mór, empunhando o pendão das quinas, que vem a seguir aos Bispos do Pôrto, de Viseu, de Braga e de Lamego, cavalgando à sombra da signa dos Templários. Afonso Henriques e a sua comitiva precedem as turmas de cavaleiros vilões, dos Templários e dos Hospitalários e a chusma da peonagem — arqueiros, fundibulários e besteiros. Atrás, arrastar-se-á a pesada máquina de guerra (manta).

*ARCEBISPO DE BRAGA*

*(Figurino de Manuel Lapa para o cortejo do Mundo Português)*

Outro capítulo: *A consolidação da Independência*, êsse período de tão perfulgentes cometimentos em que se guinda, iluminada por uma luz de Alto, a figura do «Galaaz» português, Nun'Álvares, com os da sua comitiva. Na «ala dos namorados» hão-de vêr-se os que foram para as batalhas crueis com a elegância de mantenedores de torneios, em que havia sorrisos de mulher a coroar-lhes as arrancadas. E, finalmente, no meio de centenas de figurantes, D. João I, ladeado pelos Infantes da «ínclita geração.»

O terceiro capítulo é o das *Descobertas e Conquistas*. O Infante D. Henrique, o génio impulsionador dêsses feitos agigantados, sobressairá do grupo dos seus navegadores, «gente ousada entre tantas».

Como nota deslumbrante dêsse período, procurar-se-á dar um insinuante excerto da faustuosa embaixada de Tristão da Cunha ao Papa, cuja magnificência e cujo ineditismo encheram de admiração a Europa. Não faltará o elefante coberto de brocados, o cavalo persa, a onça domesticada.

Mas o deslumbramento do público não terá repouso porque os grandes capitãis dos mares e das conquistas asiáticas — Gama, Albuquerque, Cabral, D. João de Castro e D. Francisco de Almeida — surgirão, ladeados pelos que os seguiam a «dar novos mundos ao mundo». Para que a lição fique completa, quere o sr. Capitão Galvão mostrar um bom esquema da evolução de artilharia, desde o imperfeito trom até às grossas peças de bronze que ribombaram no Oriente.

Como às conquistas e descobertas se seguiu a incomparável obra de colonização (para que os portugueses sempre têm sabido mostrar perícia consumada) assim, no cortejo, o quarto capítulo viverá a *Colonização* num carro alegórico em que a Fé e o Império, os evangelizadores e os comerciantes estarão representados em simbolização eloqüente.

O *século XVIII* preencherá o quinto capítulo desta lição viva de história pátria com representação da riquíssima enviatura do Rei D. João V, ao Sumo Pontífice Clemente XI, quadro de rara beleza sumptuária, quási a deixar perder de vista tudo o que fêz Luís XV — embaixada própria de um soberano que era Senhor de um Império que possuía as minas do Brasil.

A epopeia da *Ocupação Militar das Colónias no Século XIX*, com os antigos combatentes coloniais, as tropas negras e as gloriosas bandeiras das campanhas ultramarinas — será o derradeiro capítulo da primeira época.

O *Presente* terá, como prólogo, a guarda de honra à Bandeira, feita por tropas metropolitanas e coloniais, seguindo-se, logo, vistoso carro, alegórico à unidade do Império.

Como garridos bilhetes postais, passarão, depois, as Províncias de Portugal representadas num puríssimo cortejo folclórico, cheio de côr, de vibração regional.

E, logo após o carro alegórico do Ultramar, vêm as representações indígenas de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia, Macau e Timor, trazendo

*TEMPLÁRIO*

*(Figurino de Manuel Lapa para o cortejo do Mundo Português)*

exemplares da sua fauna característica: cavalos, mulas, zebras, girafas, elefantes, camêlos e búfalos.

O epílogo do livro, em que o capitão sr. Henrique Galvão tem trabalhado e trabalha, com todo o entusiasmo, tanta dedicação patriótica, tanta inteligência e tanto saber — é a visão do *àmanhã*, tornado presente num carro alegórico, rodeado pela apoteóse dos estandartes de todos os núcleos da «Mocidade Portuguesa» Masculina e Feminina — bandeiras bem simbólicas que aureoladas pelo sol, são a garantia do Portugal imortal, do Portugal: terra de Santos e Heróis, de lavradores, e de nautas, que, vivendo na Fé cristã e dominados pela idéa da Pátria, festejam, — «o que raros poderão fazer — oito séculos de independência, quere dizer, de vida livre e de trabalho intenso, em grande parte desinteressado e a favor de outros povos da terra».

# PORTUGAL E GUIMARÃIS

Acertadamente definiu a Comissão das Festas dos Centenários de 1940 o importante lugar que a Guimarãis cabe nas comemorações nacionais da Fundação e da Restauração de Portugal. Acertadamente, disse, porque a velha cidade minhota foi o indiscutível centro vital das populações das terras que os rios Lima, Cávado e Ave regam, amorosa e proveitosamente.

Populações industriadas na agricultura, civilizadas na romanização demorada que as deslocou dos cerros dos montes para os vales e planícies, congregando-as em grupos, os grupos em famílias, as famílias em casais, como bem e claramente nos conta Alberto Sampaio (1), entre outros qualificados historiadores. Firmam-se marcos das propriedades, das *vilas*, das *quintanas*. Surgem as classes, do servo ao senhor. A doutrina cristã, circunfusa nos territórios de Entre-Douro-e-Minho, erege igrejas e mosteiros. No século XI, êste sistema era uma realidade: o reino de Leão abrangia terras que se derramavam, do norte ao sul, desde o mar Cantábrico ao rio Douro.

Não sem sacrifícios heróicos — lembro a altíssima figura de Viriato, que Schulten (2) esculpiu em devido lugar — os Lusitanos haviam-se submetido ao domínio de Roma. Mas sua ânsia de liberdade, assás demonstrada na luta, teria como reflexo a da população dos territórios de aquém Douro, até ao Minho (3). Começa com Viriato a luta de independência, renasce com Dona Tereza, com Afonso Henriques. Mais tarde, nas horas negras da Pátria, com D. João I, com D. António I, com os homens da Restauração de 1640.

Como dizia, a Lusitânia, encerrada nas terras da conquista romana peninsular, dobrara-se ao domínio estranho. Como explica Fortunato de Almeida (4) *a submissão foi rápida, levada a cabo por Augusto e pelos seus lugar-tenentes. Para cimentar a obra da conquista procurou interessar os povos na civilização romana, beneficiando-os e distinguindo algumas cidades com títulos honoríficos, à semelhança do que fizera César. Foi nessa ocasião que a cidade de* **Bracara** *recebeu o nome de* **Bracara Augusta; Emerita** *(Mérida) o de* **Augusta Emerita; Caesarea** *o de* **Caesarea Augusta** *(Saragoça).*

À roda de 400 da Era de Cristo, eram já sete as províncias da Península romanizada: Galécia, Lusitânia, Bética, Tarraconense, Cartaginense, Tingitana e Baleares. E como o novo sistema administrativo obrigasse a diversa repartição dos territórios hoje portugueses, eis que surge a grande divisão ou *conventus*. Grande era o *Bracaraugustanus*, com sede em Braga e jurisdição nas terras ao norte do Douro. Pertenciam-lhe, além de *Bracara Augusta* (capital), *Tuntobriga, Caladunum, Aquae Flaviae, Araduca*, etc., e todos êsses povoados ou núcleos humanos de inúmeros castros de tôda a ordem, cujo símbolo magnífico é, por certo, a Citânia de Briteiros.

---

(1) — Alberto Sampaio — *As «vilas» do norte de Portugal*, «Portugalia», Pôrto 1899-1903. Vd. J. L. de Vasconcelos — *Etnografia Portuguesa*. II. Lisboa, 1936.

(2) — Adolfo Schulten — *Viriato*. Versão portuguesa de Alfredo Ataíde. Pôrto, 1927.

(3) — Vd. Conceitos da Lusitania em: J. L. de Vasconcelos. *A Medicina dos Lusitanos*. Lisboa, 1925.

(4) — Fortunato de Almeida — *História de Portugal*. T. I. Coimbra, 1922.

A organização administrativa e política deu origem ao aparecimento das *vilas*, umas *urbanas*, outras agrícolas, *rústicas*. Destas, muitas no têrmo de Guimarãis: da *vila* Vimaranes nasceria êste burgo, no século X.

Seguem-se os domínios de outros povos: Bárbaros, Visigodos, Árabes. Resistem às hordas moiras os visigodos asturianos. O que foram suas monarquias cristãs do norte hispânico todos o sabem. Fernando Magno, falecido em 1065, deixa a seus filhos Sancho, o reino de Castela; Afonso, o de Leão e Astúrias; Garcia, o da Galiza. Afonso, o VI, consegue, por razões de vário género, congregar na sua corôa os reinos de seus irmãos. E, assim, dominava em terras que se estendiam do norte da Península à foz do Mondego. No têrmo do século XI, conquista aos moiros Santarém, Lisboa e Sintra.

Os tempos correm. Nova distribuïção de terras por senhores de confiança origina o aparecimento de *condados* ou distritos, tais o *Portucalense* e o *Conimbricense*, à moda visigótica. Interessa-nos, agora, o Portucalense. Como todos também sabem, coube a governação dêste Condado a D. Henrique, casado com Dona Tereza ou Tareja, filha bastarda de D. Afonso VI, de Leão.

Ora D. Henrique e sua mulher assentaram côrte em Guimarãis, onde lhes teria nascido o filho, D. Afonso Henriques (1111?), segundo é tradição firme (1).

O sentimento de independência de D. Henrique, bem acentuado em Dona Tereza e forte no moço Afonso, originou a criação dum estado jurídicamente novo: PORTUGAL.

A batalha de S. Mamede (Guimarãis), em 1128, *in campo S. Mametis, quod est prope castelum de Vimaranes* (2), rumou a vida do Infante, que, pela victória, assim ficou senhor das terras portucalenses. Cabe repetir, neste passo, as seguintes palavras de Alfredo Pimenta (3): — *A batalha de S. Mamede é o primeiro acto decisivo, claro, q. não admitte duvidas, da serie glorioza de feitos do fundador do Reino de Portugal. É o nosso grito de independência, é a nossa primeira affirmação de personalidade e de vontade. Victorioso da hoste extrangeira, Affonso Henriques ergue vôo, nas suas legitimas aspiraçoens, e sonha o talhar de fronteiras q. é o seo longo reinado.*

*Genio politico e militar formidavel, Affonso Henriques é o obreiro maximo da nossa existencia como Nação. E foi na batalha de S. Mamede q. o plano grandioso se fixou, se concretisou e defenio. Sem a batalha de S. Mamede, a historia de Portugal não podia existir: ella foi o seo berço.*

E, mais estas: — *Tudo quanto veio depois, a obra inolvidavel das dynastias q. se seguiram, sahio do combate dos campos de S. Mamede, em q. D. Affonso Henriques passando sobre os seos sentimentos de filho, defrontou a vontade da Mãe, subjugada á influencia do extrangeiro. Perdoa-se a D. Thereza essa fraqueza sentimental de uma paixão serodia — recordando-se q. tambem ella cooperara, ainda em vida do marido, para q. as condições do condado portucalense tornassem possivel o gesto audacioso de Affonso Henriques, em 1128.*

Legítimo é dizer-se, pois, que Portugal nasceu ali, em Guimarãis e que Guimarãis,

---

(1) — ALFREDO PIMENTA — Não aceita esta data. Vd. *D. Afonso Henriques*, in *Guimarãis. O Labor da Grei* Guimarãis 1928.

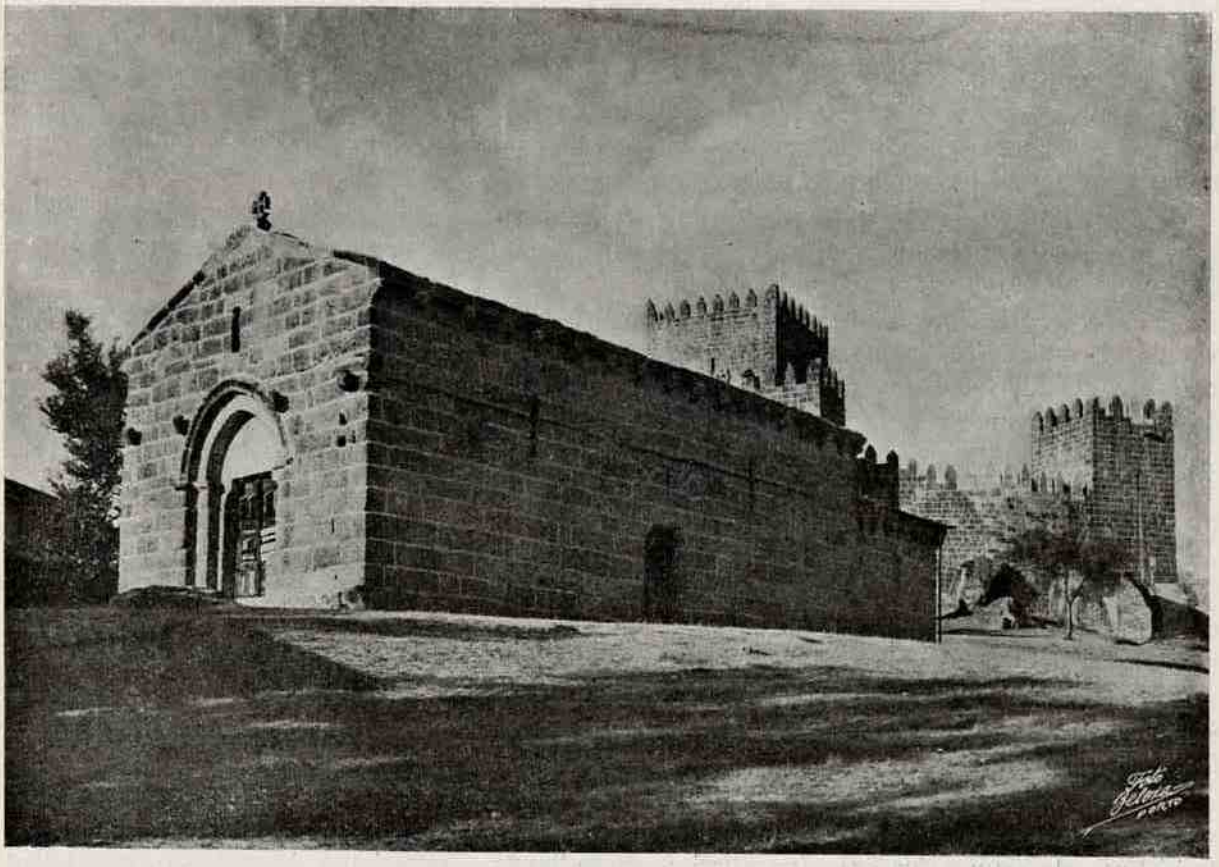
(2) — *Chronica Gothorum* — (*P. M. H., Scriptores*).

(3) — ALFREDO PIMENTA — *A batalha de S. Mamede (1128-1928)*. «Ilustração Moderna», n.º 25 e 26, Pôrto, 1928. (Consagração do VIII.º Centenário da batalha de S. Mamede).

na luz da moderna investigação histórica, mais do que nunca pode e deve chamar-se *Berço da Monarquia*.

Legítimo é, por isso, que a romagem nacional, em 1940, visite tão sagrados lugares: Guimarãis, Lanhoso, Citânia de Briteiros, Braga.

Legítimo é, também, que nesse ano o Govêrno da Nação se transfira provisòriamente ao velho burgo de Guimarãis, evocando a vida política de há 800 anos. Tanto mais



*GUIMARÃIS — CAPELA DE S. MIGUEL DO CASTELO, ONDE, SEGUNDO A TRADIÇÃO, FOI BATISADO D. AFONSO HENRIQUES*

quanto é certo terem reùnido Côrtes em Guimarãis, entre 1095 e 1108, em 1250, em 1256 e em 1288, para não chamar outras datas (1).

Mas, muitos outros factos nos habilitam a levar a Guimarãis e seu têrmo a atenção do País e do Govêrno nesta hora de evocações e felicíssimas repetições históricas. Se na vida política vimaranense, depós a fundação da Monarquia sôbre a victória de Afonso Henriques

(1) — ALFREDO PIMENTA — *Subsídios para a História de Portugal* (Textos & Juízos Críticos). Lisboa, 1937.

no campo de S. Mamede, isto é, desde 1128, outros sucessos há merecedores de muitas honras nacionais, verdade é que anteriormente, no têrmo de Guimarãis, muitos mais se poderão apontar dignos de lembrança do Govêrno Nacional e do próprio velho burgo nas comemorações centenárias de 1940.

Esta a razão única do artigo cujo intróito acabo de redigir, sucintamente.

Na parte mais cimeira da cidade de Guimarãis existem, ainda e venturosamente, três monumentos históricos que muito me apraz e convém apontar nesta sumária nota: o Castelo, a Capela de S. Miguel do Castelo e o Paço dos Duques de Bragança (1). Interessam-nos, no momento, os dois primeiros. No Paço do Castelo (2) teria nascido o nosso primeiro Rei e na Capela teria sido baptizado (3). Se os documentos coevos não confirmam esta hipótese e se outros não há a confirmá-la, deu-lhe, porém, vulto e poder a tradição, que é muito respeitável. Fiquemo-nos, pois, com ela.

E porque não falar, também, da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, onde brilhou insigne e Real Colegiada e, antes, um Mosteiro tão importante que lhe não levam a palma os de Loreto, de Monserrate e Guadalupe (4)?

E porque não falar deles nesta hora, ao menos designá-los no correr da pêna através da vida histórica da mais nobre cidade portuguesa, vida que se lhes enleia e nêles se emmaranha de tal sorte que não há aí história a escrever sem escrever-lhes a história!? Todavia, quantos mais não há no têrmo de Guimarãis, desde a singela sepultura luso-romana, na leira da planura ou no cêrro dum monte, às silenciosas citânias, aos castros e termas medicinais, todos pertencentes à história vimaranense e, por isso, à mais velha história de Portugal!

Quantos mais, quantos mais, dispersos pelas 80 frèguesias do concelho de Guimarãis! Que o digam as páginas que escreveu Martins Sarmento, cujos olhos se deslumbraram por todos êsses mundos mortos e sempre vivos, cujas mãos tocaram, primeiro que outras modernas, as pedras e os metais arcaicos da pré e proto-história vimaranense.

É desta Guimarãis, mais velha do que a Monarquia, que eu pretendo curtamente dissertar, lembrando sucessos, lugares e pessoas, quiçá esquecidas nesta hora, como na hora de àmanhã, usança fatal no coração dos homens e, pior do que isso, na sua inteligência.

Em estudo de 1929 abriu-se-me ensejo de compendiar, sumàriamente, a pré-e proto-história de Guimarãis (5). Ingratíssimo trabalho êsse, com jeitos de catálogo, mas levado

---

(1) — Felizmente o Govêrno, em patriótica e nunca assaz louvada tarefa de reconstrução nacional, procede à restauração dêstes monumentos, dos mais caros ao nosso brio de Portugueses. Não é simples restauração material essa, mas verdadeira restauração espiritual, antes de mais nada; que é como quem diz, educacional, de que bem precisados estávamos!

(2) — Luiz de Pina — *O Castelo de Guimarãis.* Vila Nova de Gaia, 1933.

(3) — Luiz de Pina — *O Românico no concelho de Guimarãis* — II — *A igreja de S. Miguel do Castelo.* «Revista de Guimarãis». Guimarãis 1928.

— *Castelo de S. Mamede e Igreja de S. Miguel do Castelo.* «Ilustração Moderna», n.º 25 e 26. Pôrto, 1928.

(4) — José Caldas — *Guimarãis (Seg. Eduardo de Almeida — Romagem dos Séculos.* Guimarãis, 1923).

(5) — Luiz de Pina — *Vimaranes — Materiais para a História de Medicina Portuguesa — Arqueologia. Antropologia. História.* (Tese de Doutoramento). Pôrto, 1929.

a termo consoante as posses de que dispunha. Então me impelia desejo forte e julgo que louvável: — evidenciar ao leitor, em curta visão, o povo e a terra, a vida e a história do território vimaranense, história e vida da própria Nação, quando ela mais não era do que resumido chão de menos de meio Portugal para o norte, êsse Entre-Douro-e-Minho tão evocativo, tão português, tão nosso!

Como então, poderei dizer: deve Guimarãis o muito que vislumbra em sua história mòrmente a quatro autênticos valores nacionais: — Martins Sarmento, Abade de Tàgilde, Alberto Sampaio e João de Meira. Os trabalhos dêstes quatro grandes vimaranenses, conjugam-se, enredam-se, formam um só; e sinto-me agora bem, calha-me a gôsto escrever sôbre o que patriòticamente arquivaram e amaram. Encorajam-me as suas memórias; suas figuras de Além-Vida adejam ao redor da minha banca, protectoras e amigas. E se, no fim, dado que muito peque no que deslustrei em suas obras, as suas almas me perdoarem, assaz me consolarei da canseira e me recolherei no pecado, dizendo desde já em confêsso que a mais alto não sobe meu valor no esfôrço! (1)

Para chegarmos à época da fundação de Guimarãis não há outra cousa a fazer senão remontarmos aos períodos arcaicos, de sucessos que se concatenam e enlaçam, para os rematarmos na *quintana de Vimaranes*, embrião do burgo.

Encerrado entre os concelhos de Braga, Póvoa de Lanhoso, Fafe, Felgueiras, Santo Tirso e Famalicão, o de Guimarãis ocupa quási o centro da província minhota já bem povoada em tempos distantes. Cortam-lhe as terras o rio Ave e seus afluentes Vizela e Selho. Seus montes derivam do maciço galáico-duriense (sub-meseta-setentrional).

As mais notáveis estações arqueológicas são, incontestávelmente, a Citânia de Briteiros, a Citânia de Sabroso e o Castro da Penha. Às duas primeiras deu Martins Sarmento o melhor dos seus cuidados e saber: — redescobriu-as, desenterrou-as, estudou-as e salvou-as, enfim. Da terceira adivinhava êle a importância, antevendo no lindo monte um castro soterrado. De facto, a Penha tem dado inúmeras provas dum castro neolítico (eneolítico) de suma valia, cujo espólio se guarda na Sociedade de Martins Sarmento, de Guimarãis, mercê dos muitos cuidados do Professor do Liceu José de Pina, que o revelou e tem explorado (2).

Do valor da Citânia de Briteiros fala-nos, modernamente, o Capitão Mário Cardozo, numa excelente monografia (3). No meu citado estudo de 1929 (4), resumi o que então se conhecia daquelas célebres estações arqueológicas. Escrevi: — a Citânia seria como que o fulcro de tôda a civilização do território vimaranense, pela sua relativa grandeza, pelo seu poderio, pela sua gente. A zona compreendida entre Citânia, Caldas das Taipas e Sabroso, foi, em meu entender, um dos locais preferidos pelas tribos dos calaicos ou gróvios para estacionamento e habitação.

---

(1) — Neste trabalho registo a principal bibliografia, que nesta curta nota não posso arquivar. A ela remeto o leitor mais interessado.

(2) — José de Pina — *A Penha èneolítica.* «Revista de Guimarãis», Vol. 38, fasc. 3-4.
— Luiz de Pina — *Uma notável estação arqueológica portuguesa: a Penha* (Guimarãis). Paris, 1931.
— *Notas para a Prehistória vimaranense.* Homenagem a Martins Sarmento. Miscelânea. Guimarãis, 1933.

(3) — Mário Cardozo — *Citânia e Sabroso. Notícia descritiva.* Guimarãis, 1938.

(4) — Luiz de Pina — *Vimaranes, ob. cit.*

A Citânia de Briteiros (1) é, pois, o mais vasto e rico castro da região vimaranense, onde, possìvelmente, habitaram *brácaros, gróvios e calaicos* (2).

Desamparado após a romanização do território, o castro luso-romano da Citânia é mais importante que o de Sabroso, menos moderno e não romanizado. Depois destas três estações, clamam imediata lembrança as ruínas das termas das Taipas e de Vizela, a que já dediquei larga atenção noutro lugar (3).

Vemos, pois, o burgo de Guimarãis cercado, a não longas distâncias, por três valiosos castros e duas termas romanas de indiscutível importância. Mas, afóra isso, quantos e quantos elementos arqueológicos demonstram, por todo o concelho, uma densidade de população digna de registo, uma vida social activa e manifesta influência da civilização romana! Em muitas frèguesias vestígios do neolítico, do eneolítico, do bronze: Salvador do Souto, Ronfe, Infias, Sêlho, Paraízo, Candoso, Taboadelo, Sande, Donim, Oleiros, Silvares, Abação, etc., etc.

Quanto à idade do ferro, onde nos levaria o vastíssimo catálogo. Basta ler-se o resumo que elaborei no meu livro *Vimaranes:* — Castros, casas, pontes, muralhas, mosaicos, inscrições, sepulturas, cerâmica, gravuras na rocha, objectos de todo o género (telhas, tejolos, colunas, mós, esculturas, moedas, joias de variado metal, etc., etc.).

Quão valioso guia e arquivo não é a *Revista de Guimarãis* e os mesmos cadernos de notas de Martins Sarmento, para quem deseje documentar-se no estudo da pré e proto-história vimaranense! Para épocas posteriores são repositórios riquíssimos e indispensáveis os *Vimaranis Monumenta Historica* (4), de Oliveira Guimarãis, insigne Abade de Tàgilde, aquela mesma «Revista» e o Boletim do Arquivo Municipal de Guimarãis, dirigido por Alfredo Pimenta.

Mas, reatemos o fio do discurso. Resta-me falar do pedaço de terra em que hoje assenta a cidade de Guimarãis. Antes de mais, olhemos para essa formosa montanha que ao deslado se ergue, na magestade das suas rochas gigantes, a Penha ou Serra de Santa Catarina. Lá no cimo, como disse, existiu um castro neolítico, cujos vestígios não revelam marca romana. Porém, nas faldas e plainos das encostas um ou outro elemento arqueológico manifesta tal marca, como já tive ocasião de demonstrar (5). Pendo em crer que a população vivente nesse cêrro de 500 metros de altitude descera um dia ao vale e acantonara-se no local onde hoje existe Guimarãis.

Todavia, onde estão os vestígios da existência dêsse, de outro ou de outros agregados humanos oriundos de castros vizinhos, no referido lugar? *No morro do Castello, onde não assentaria mal um castro...*, escrevera, um dia, Martins Sarmento (6).

---

(1) — Transcrevo a seguinte nota de Mário Cardozo, *loc. cit.: Segundo o historiador, e vimaranense ilustre, Dr. Alberto Sampaio, esta freguesia, antiga* Villa britteiros, *teria sido um* Fundus Brittarius, *designação derivada de Brittus, nome pessoal hispânico* (Cf. *Estudos Históricos e Económicos*, Pôrto, 1923, Vol. I, pág. 59).

(2) — Segundo J. Leite de Vasconcelos. Vd. Luiz de Pina — *Vimaranes, ob. cit.*

(3) — Luiz de Pina — *Vimaranes, ob. cit.*

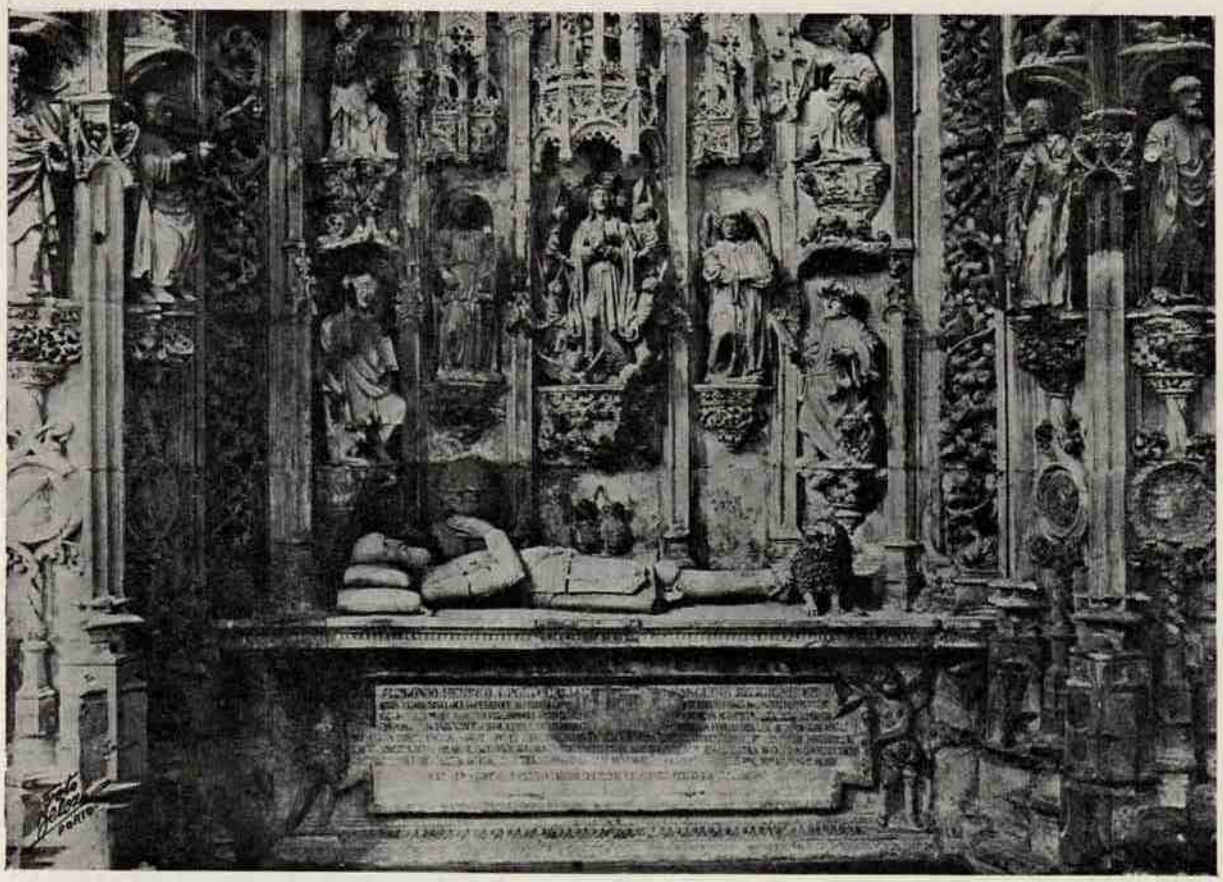
(4) — *Vimaranis Monvmenta Historica. A saecvlo nono post Christvm vsqve ad vicesimvm ivssv Vimaranensis Senatvs edita.* Guimarãis, 1908.

(5) — Luiz de Pina — *Subsidio para a Arqueologia do concelho de Guimarãis — Sepultura luso-romana da Lapinha* (Deveza-Escura). «Revista de Guimarãis», Vol. XL. N.º 3-4. Famalicão, 1930.

(6) — Martins Sarmento — *Materiaes para a Archeologia do concelho de Guimarães.* «Revista de Guimarãis», Vol. XIII, n.º 1. Guimarãis, 1896.

Outro passo do ilustre arqueólogo: — *Não faltariam provas doutra ordem para mostrarmos que êstes sítios já eram habitados muito antes do fatídico ano de 339, e provavelmente por povos próximos parentes dos Turdetanos, mas sem mistura alguma da família céltica* (1).

Isto a propósito da existência dum povoado urbano prè-cristão. É ocasião de pre-



*COIMBRA — TÚMULO DE D. AFONSO HENRIQUES NA IGREJA DE SANTA CRUZ*

guntar-se, ainda hoje: —anteriormente à neo-goda ou cristã Guimarãis existiu no seu lugar algum povoado? Por mim, respondo afirmativamente. Em primeiro lugar, porque é essa, de modo geral, a génese dos centros urbanos; em segundo lugar, porque o provam elementos arqueológicos trazidos à luz durante as obras de terraplanagem executadas pelo Município vimaranense, há uma dezena de anos.

Eis o que, a tal propósito, escrevi noutro estudo (2): — Dentro do recinto da pró-

(1) — MARTINS SARMENTO — ID. id.
(2) — LUIZ DE PINA — *ob. cit.*

pria cidade, duas lápides dedicadas às *ninfas* e a *Hércules* (?); a que se refere às *ninfas* foi encontrada não muito distante do morro do Castelo, onde, com certeza, assentou um povoado romano, o que se depreende dos restos de telha e cerâmica que por lá tem sido encontrados.

Noutra página dêsse mesmo estudo escrevi, concernentemente a um velho povoado: — «a mesma ideia advem aos que meditarem sôbre a significação de umas sete ou oito fragas crivadas de cavidades arredondadas, de diâmetro variável entre dez e trinta centímetros, irregularmente dispostas; numa delas, cinco dessas covas dispõem-se simètricamente à roda de uma outra das mesmas dimensões. Informaram-me que em algumas casas próximas do Castelo há silhares com vestígios dessas cavidades, demonstrando tal facto que foram quebrados mais alguns penedos para essa serventia; no pavimento do adarve sul do Castelo verifiquei a existência de lages, ao certo provenientes de fragas semelhantes às citadas, que se vêem à flor da terra.

Isso demonstra que, no princípio da nacionalidade — data da reconstrução e reforma do precioso monumento — essas rochas picadas de cavidades já existiam. Julgo-as artificiais (gamelas ou *fossettes*); sendo assim, provam a existência de um povoado da idade neolítica ou início da do bronze. Martins Sarmento conheceu um dêsses penedos com suas covas, que o povo diz serem *pias dos mouros*, próximo dos muros do Castelo; dizia que *as pias são cavidades naturais*. Talvez que hoje, frente ao grupo das rochas que foram desenterradas— e quantos centos de anos estariam cobertas; — vendo as suas condições de jazida, semelhança e agrupamento, modificasse o parecer...»

Na página em que isto escrevi comento outros achados, de valor para a hipótese dum agregado humano anterior à fundação do burgo. O local seria no morro onde existe o Castelo, sobranceiro à cidade, alto e de óptimas condições estratégicas. Seria, pois, um castro de reduzidas dimensões, luso-romano (1). O *castro do Castelo* não é, para mim, uma fantasia, mas hipótese bem fundada e digna de estudo. Apraz-me registar, a tal respeito, a opinião do distinto arqueólogo Capitão Mário Cardozo: — *As* **pias** *dos penedos junto do Castelo de Guimarãis não são naturais. Com a expropriação dos terrenos circunjacentes e deslocamentos de terras ali efectuados recentemente, surgiram novos penedos do lado sudoeste com numerosas* **pias** *intencionalmente escavadas pela mão do homem. É muito natural, como se supõe, que neste local do Castelo tenha primitivamente existido um castro. Vid. Luiz de Pina, «O Castelo de Guimarãis», Col. Est. Nacionais, Gaia, 1933, fasc. XVIII, pág. 26* (2).

Prossigamos. Contam curiosos historiadores, alegados pelo Padre Ferreira Caldas (3), que no lugar onde está hoje Guimarãis assentara, em antiquíssimos tempos, uma outra cidade. Uns lhe chamam *Araduca*, outros *Caladunum* (esta, segundo alguém, na Penha) (4).

Escreve, desta-arte, o Padre Caldas: — *«tanto assim», diz o padre Torquato d'Azevedo, nas suas* **Memorias Resuscitadas,** *pag. 163, «que ainda em uma procissão, que a Camara costuma fazer todos os anos na 3.ª Dominga de Julho ao Anjo Custódio, que sahe da*

---

(1) — Luiz de Pina — *O Castelo de Guimarãis, ob. cit.*

(2) — Martins Sarmento — *Dispersos.* Colectânea. 1933, Coimbra. Pág. 496.

(3) — Ferreira Caldas — *Guimarães, ob. cit.*

(4) — João de Meira — *Guimarães 950 1580.* «Revista de Guimarãis», vol. XXXI. 1921 (hipótese de Leite de Castro. Pág. 125).

*real collegiada, acompanhada da Collegiada, Camara, e Ministros, e Povo, e entram na villa Araduca, e na sua igreja de S. Miguel do Castello reza o Cabido certas orações, e quando sahe da Collegiada leva o juiz de fóra um pendão de côr vermelha, e nelle um painel com a imagem do Santo Anjo, e chegando ao districto da villa Araduca para mostrar que ahi se não estende a sua jurisdicção, o entrega ao vereador mais velho.»*

*Assim vêmos ainda, no fim do seculo XVII, respeitados os restos d'essa antiga povoação, que devia preceder muito a posterior fundação de Mumadona no seculo X* (1).

Não pretendo aceitar estas deduções do monógrafo de Guimarãis, mas o certo é que, depois de aprovar a ideia da existência dum castro na parte alta da cidade, nessa parte que se chamou *Vila do Castelo* e viveu muralhada, independentemente da parte baixa do burgo, também com muralhas próprias; o certo é que, nessa tradição apontada por Caldas e nessa mesma distinção de vilas (alta e baixa), eu concebo a tal povoação muito mais vélha, embora longe de parecer-se a qualquer das cidades arcaicas designadas por historiadores antigos!

O que aí fica é, para mim, mais uma prova a juntar às que registei, demonstrativas dum povoado prè-cristão vimaranense.

Elucido que D. Fernando I obrigou as duas vilas de Guimarãis a juntar-se: *assi os dessa Villa que chamam do Castello como dessa outra Villa de Guimarães seiam todos huum poboo e huum conçelho* (2). Isto em 1369.

Não estará, no que acabo de expôr, a causa das querelas e inimizades entre os dois bairros da cidade, o do Castelo e o do Mosteiro, inimizades e querelas que se adivinham no documento que agora apontei?

Não se explicaria, assim, essa malquerença, se atendermos a duas distintas civilizações originárias, uma prè-histórica, mais antiga e altiva na sua velhice, pagã, a do *castro* e a cristã do século X, congregada em volta dum Mosteiro, fundadado por uma piedosa mulher, Mumadona?

Não estarão, em parte, rehabilitados, nesse particular das origens de Guimarãis, os historiadores da mesma, que o douto João de Meira considerava como pouco amigos da verdade?

Assim concluia êste ilustre investigador, em estudo pòstumamente publicado (3): — *Guimarãis nasceu em volta do convento fundado por Mumadona numa quinta sua, no meado do século X. Anteriormente a esta data não existia no local onde nos encontramos qualquer agregado humano.*

E não aceitava, nessa conclusão, que Guimarãis pudesse ter sido a *Araduca* de Ptolomeu. Quanto ao agregado urbano a conclusão de Meira já não satisfaz.

Falou-se em Mumadona. Tempo é de dizer-se qual foi a obra desta mulher, verdadeira fundadora da Guimarãis cristã. A ela, nas festas dos Centenários de 1940, deveria homenágem a vélha cidade. Nem outra cousa pretendo nesta última parte do escrito, senão tanger lembrança dos homens bons do nobre burgo. Justo é lembrar que o ilustre Professor *J.*

(1) — Ferreira Caldas — *Guimarães, ob. cit.*
(2) — *Vimaranis Monumenta Historica.* Doc. CCCXXIX.
(3) — João de Meira — *Guimarães, ob. cit.*

*Leite de Vasconcelos*, no II volume da sua notabilíssima *Etnografia Portuguesa* (pág. 383), escreveu: «Temos em Mumadona uma das mais antigas pessoas, històricamente conhecidas, a que se deve a origem de uma povoação portuguesa».

Trouxe há pouco a terreiro a romanização da região vimaranense e o aparecimento das *vilas*. Ora ajeita-se, aqui, mais uma transcrição de texto de João de Meira (1): — *Antes que Portugal fosse Portucale, antes que o concelho de Guimarãis fosse o* **Termino de Vimaranes,** *já Creixomil era Creiximir, já Urgezes era Colgeses, já Fermentoens era Foramondanos, já todas ou quasi todas as freguesias do concelho de Guimarãis tinham o nome que hoje têm, com pouca corrupção. Já então a sua antiguidade era grande, porque constituidas antes da conquista romana e sancionadas por ela, datavam, ao alvorecer da Monarquia, de mais de um milhar de anos.*

Foi numa das vilas dêste território, na *quintana de Vimaranes, villa Uimaranes* ou *villa nuncupata Vimaranes* que essa condessa viuva e muito cristã, *Mumadona*, fundava nos meados do século X um mosteiro dedicado ao Salvador e à Virgem (2), mais tarde erigido em Colegiada (século XII). Em volta do Mosteiro, cujos restos romano-bizantinos se vêem na Igreja de Nossa Senhora da Oliveira edificada sôbre êle, surge o casario dos servidores de Mumadona.

Porém, hordas invasoras atacam o convento, que de princípio era *duplex*. Então Mumadona constrói, no sobranceiro *Monte Latito*, um pequeno castelo de defesa. É neste monte — *alpe sancti mametis* — que hoje se vê o famoso Castelo de Guimarãis *(Sanctum Mames)*. Em roda da fortaleza, surge outro povoado. Assim nasce a vila do Castelo. Mais tarde, por certo ao tempo do Conde D. Henrique ou de seu filho, maiores necessidades de guerra o ampliam. Sucessivas reconstruções e anexações prosseguem até ao século XV.

Foi ao pé dêsse Castelo que se travou a batalha de S. Mamede, que o mesmo é dizer, no campo do Cano. Isto em meu entender. Diz a *Crónica dos Godos*, já citada ;—...*uel indignos et exteros natione uolebant regnare super se commisit eum eis praelium in campo S. Mametis, quod est prope castelum de Vimaranes, et contriti sunt, et devicti ab eo, et fugerunt a facies ejus, et comprehendit eos. Obtinuit ipse principatum, et Monarchiam Regni Portugalis.*

Alfredo Pimenta, em artigo de 1928 (3), já citado, pende para a localização da batalha em terras do vale de S. Torcato. O *Campo da Ataca* poderia ser, naquele vale, o da célebre batalha. Assim, discorda de João de Meira, que a localiza no próprio campo onde assenta o Castelo de Guimarãis, hipótese que também me parece mais ajustada: — a designação coeva *S. Mamede* posta ao Castelo de Guimarãis e a palavra *prope* da *Crónica dos Godos* tentam fortemente para a localização proposta por João de Meira (4).

---

(1) — João de Meira — Id. id.

(2) — A carta de *Villa Mellares* é o mais antigo documento que se lhe refere. Trata-se duma doação, ao mosteiro, do Rei Ramiro II, de Leão. (Vd. *Vim. Mon. Hist.*. Doc. de 931-950).

(3) — Alfredo Pimenta — *A batalha de S. Mamede, ob. cit.*

(4) — João de Meira — *Guimarães, ob. cit.*

— *O concelho de Guimarães*. Pôrto, 1907.

O certo é que a batalha de S. Mamede se travou em terras de Guimarãis.

De Guimarãis o campo se tingia

.....

diz Camões no Poema.

Ocorre esta pregunta: — se a tradição popular liga ao *Campo da Ataca* a ideia de campo de guerra, não lhe poderia ter advindo o nome de qualquer escaramuça ou batalha posterior à de S. Mamede?

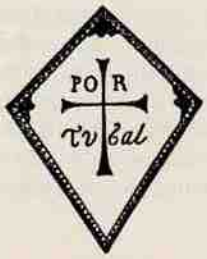
Voltemos a Mumadona, *Mumadona Didaci* dos documentos. Fundara ela o seu Mosteiro, satisfazendo um desejo *in articulo mortis* de seu marido Ermegildo. Célere foi o progresso do cenóbio, prendado com muitos bens por seu filho D. Gonçalo e D. Ramiro II de Leão, seu sobrinho. O testamento de Mumadona confirma o valor e a riqueza do Mosteiro que foi, portanto, o núcleo cristianíssimo de Guimarãis, centro de largas e férteis terras que se espalham por 80 frèguesias.

Quando se levantará a Mumadona o monumento a que tem indiscutível direito perante os Portugueses?

Em todo o território vimaranense houve sucessos da História muito dignos da lembrança. Povoações sem conta, desde os tempos prè-históricos, aí surgiram para constituirem grande parte do fundo étnico-social do Portugal nórtico, donde os Reis saíram em gloriosas sortidas para a conquista das terras meridionais até à ponta extrêma do Algarve. São terras de trabalho e de vida victoriosa!

Do campo vimaranense de S. Mamede ao de Ourique, exalta-se o sentimento imperioso de independência que nelas acordou em 1128. E de tal sorte, que a Portugal Deus entrega o seu primeiro Rei, D. Afonso Henriques, o Conquistador. *Alfonsus portucaliensum rex!*

LUIZ DE PINA



# LEGISLAÇÃO

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que seja concedida à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais uma comparticipação de 475.000$, pelo Fundo de Desemprêgo, destinada a obras nos monumentos nacionais a seguir discriminados:

| | |
|---|---|
| Castelo da Vila da Feira (d) | 19.200$00 |
| Castelo de Trancoso (d) | 19.200$00 |
| Castelo de Celorico (d) | 12.000$00 |
| Castelo de Sabugal (d) | 12.000$00 |
| Castelo de Belmonte (d) | 14.400$00 |
| Castelo de Pombal (b) | 9.600$00 |
| Castelo de Leiria (d) | 24.000$00 |
| Castelo de Tomar (d) | 16.800$00 |
| Castelo de Almourol (b) | 12.000$00 |
| Castelo de Santarém (Muralhas) (b) | 19.200$00 |
| Castelo de Palmela (d) | 24.000$00 |
| Castelo de Flor da Rosa (d) | 24.000$00 |
| Castelo de Aviz (d) | 12.000$00 |
| Castelo de Estremoz (d) | 14.400$00 |
| Castelo de Vila Viçosa (d) | 28.800$00 |
| Castelo de Lamego (b) | 7.200$00 |
| Castelo de Silves (d) | 19.200$00 |
| Castelo de Beja (b) | 12.000$00 |
| Castelo de Póvoa de Lanhoso (b) | 9.600$00 |
| Castelo de Bragança (d) | 19.200$00 |
| Castelo de Montemór-o-Vélho (c) | 19.200$00 |
| Castelo de Óbidos (c) | 16 800$00 |
| Castelo de Pôrto de Mós (c) | 9.600$00 |
| Castelo dos Mouros (Sintra) (a) | 2.400$00 |
| Castelo de Belver (Monção) (a) | 9.600$00 |
| Castelo de Ourém (c) | 16.800$00 |
| Castelo de Sezimbra (b) | 7.200$00 |
| Castelo de Melgaço (b) | 12.000$00 |
| Castelo de Montalegre (b) | 7.000$00 |
| Castelo de Valença (b) | 19.200$00 |
| Tôrre de Faria (Barcelos) (b) | 2.400$00 |
| Tôrre de Giela (Arcos de Valdevez) (d) | 24.000$00 |

Estas obras deverão ficar concluídas até:

(a) 31 de Agosto de 1939.
(b) 31 de Dezembro de 1939.
(c) 24 de Abril de 1940.
(d) 26 de Abril de 1940.

A liquidação da comparticipação será feita mensalmente, em conta corrente com a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nos termos dos artigos 110.º e 117.º do decreto n.º 21.699.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 23 de Fevereiro de 1939. — O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco.*

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

*Sob o título: «Tôrre de Belém», publicou o ilustre escritor Snr. Embaixador Dr. Alberto de Oliveira, no «Diário de Notícias» de 28 de Janeiro de 1939, o seguinte artigo, que temos a honra de arquivar nestas páginas:*

«Todo o lisboeta de algum sangue na guelra, e de alguma fé no coração, deve ter experimentado especial regozijo ao ler o decreto que acaba de publicar-se e no qual o infatigável Ministro das Obras Públicas e Comunicações, engenheiro Duarte Pacheco, converte em muito próxima realidade o nosso velho sonho de tantos anos: a desobstrução da Tôrre de Belém, pelo desaparecimento das fábricas de gás e seus gasómetros e depósitos, com que continua a ser conspurcada e afrontada.

O problema, além de dispendiosíssimo, era cheio de dificuldades técnicas, especialmente relacionadas com o curto prazo em que tinha de ser resolvido: as festas centenárias de 1940. Desde o Dr. Salazar, que formalmente o escreveu, até qualquer de nós, ninguém julgava o esplendor e dignidade dessas festas compatíveis com o prolongamento de tal escândalo, que além de tudo privava a Tôrre do encanto de ocupar o seu lugar de alto relêvo entre os monumentos de Lisboa chamados a colaborar,

como símbolos de história e de glória, no programa do Duplo Centenário. Aqui o disse mais de uma vez. Vi bem que a opinião pública acolheu com desconfiança a promessa, sucessora de muitas outras não cumpridas. Mas confiava na energia e tenacidade do Ministro Duarte Pacheco, e folgo de verificar que não me enganei.

O novo decreto autoriza o Govêrno a celebrar com a Câmara Municipal e as Companhias Reünidas um protocolo complementar do acôrdo de 1935, fixando em primeiro lugar, para a conclusão dos trabalhos a realizar no sentido de plena execução daquele acôrdo ou contracto, o prazo último de Maio de 1940.

A nova fábrica de gás será construída nos terrenos conquistados ao Tejo na Matinha. Os dois gasómetros serão removidos de Belém, ou demolidos, construindo-se na Matinha outros novos. A ponte-cais de descarga estará pronta dentro daquela data e o respectivo acesso aos terraplenos da nova fábrica deverá ficar concluído até 31 de Dezembro próximo. Fixam-se os encargos a repartir entre as Companhias e o Estado ou a Câmara nos têrmos mais minuciosos. Não se encontra brecha por onde as cláusulas do protocolo possam ser sofismadas ou ladeadas. Trata-se de um compromisso concreto, de prazos categóricos, de dados técnicos sem dúvida longamente meditados, mas que me falta competência para apreciar nos seus méritos. Só reparo que a fábrica de Belém não se muda, destrói-se, porventura deita-se ao Tejo, como merece pelos seus longos malefícios, e que aos dois gasómetros sucederá talvez o mesmo, erigindo-se na Matinha obra nova, virgem de quaisquer pecados, e economizando-se assim tempo, e não sei se também dinheiro, em trabalhos penosos e difíceis de remoção e transplantação, durante os quais só à custa de complicados expedientes se evitaria a interrupção do fornecimento de gás e eléctricidade, que são para Lisboa como pão para a bôca.

Visionemos, pois, desde já o novo panorama, do qual nos separa pouco mais de um ano: a vasta praça dos Jerónimos convertida em séde condigna da secção histórica da Exposição do Mundo Português, com a deslumbrante Igreja e Claustro à testa dela, com anexos tão atraentes como a Exposição Etnográfica, alojada no belo Jardim Colonial, e com a Tôrre e os seus jardins e cais (em vez de carvão e fumo) rematando-a e estabelecendo, entre ela e o Tejo das Conquistas, o laço de beleza e de grandeza que lhes é dado. As iluminações de luz indirecta continuarão de noite, sem intervalo, a obra de consagração realizada, de dia, pelo sol, que nos pertence em usufruto imprescritível. A Tôrre, o Mosteiro, a Exposição entoarão sem cessar o côro de louvor aos oito séculos de Portugal.

Digam os peritos o que êste raro triunfo do bom sôbre o mau senso, do bom sôbre o mau gôsto, que é a rehabilitação e restauração da Tôrre de Belém, representa de sacrifício, de despesa, de esfôrço técnico. Nós só diremos que tal vitória é também uma lição aos vindouros. Nunca mais alguém ousará tocar nêsse ou em outros ninhos de história, ou jóias de arte, sem recear as sanções da opinião e os formidáveis onus que o crime de Belém hoje nos acarreta.»

*Ainda a-propósito da Exposição do Mundo Português, de que, no número passado, publicámos as notáveis declarações do Sr. Dr. Augusto de Castro, ilustre Comissário Geral, inseriu o* Diário da Manhã, *de 6 de Fevereiro de 1939, o interessante artigo de J. A. que, com a devida vénia, a seguir reproduzimos:*

«Foi de-certo com entusiástico alvorôço que o País tomou conhecimento do relatório do ilustre escritor e diplomata sr. dr. Augusto de Castro acêrca do grande certame cuja organização e direcção o Govêrno lhe entregou. Trata-se de um belo documento em que se aliam a elevada compreensão das finalidades a que deve obedecer a Exposição Histórica do Mundo Português e um brilhante espírito dinâmico e realizador. A várias pessoas, através das quais auscultámos o efeito produzido pela sua leitura, ouvimos êste comentário que, por si só, representa um triunfo inegável para o Comissário Geral da Exposição: «Isto na verdade, inspira não só admiração, mas confiança!». Parece-nos que tais palavras são justas. De facto, o sr. dr. Augusto de Castro exprimiu-se com uma clareza, uma firmeza, um sentido ao mesmo tempo espiritual e prático das obras em marcha que logo lhe conquistaram não apenas merecida admiração, mas também—o que é mais importante — a plena confiança dos portugueses. O seu plano tem, na verdade, rasgo; sente-se nêle o propósito de corresponder integralmente às responsabilidades da nossa grandeza histórica e do nosso actual prestígio no Mundo; mas, quer pelo rápido impulso já comunicado aos trabalhos iniciais, quer pela energia ao mesmo tempo reflectida e criadora que pôs ao servico da missão que lhe foi confiada; quer pelo valor e número das colaborações que soube reünir e de que sem dúvida saberá tirar o rendimento máximo — desde já todos se sentem tentados a acreditar no eminente homem de letras, quando, no final, declara a fé que o anima no êxito do notável empreendimento.

Os fins da Exposição Histórica do Mundo Português — tal qual os definiu, na sua nota oficiosa de Março de 1938, o sr. Presidente do Conselho — são «*apresentar uma síntese da nossa acção civilizadora, da nossa acção na História do Mundo, mostrar, por assim dizer, tôdas as pégadas e vestígios de Portugal no Globo*». A imponente série de pavilhões anunciados e descritos no relatório do sr. dr. Augusto de Castro abrange, com alta visão não apenas nacional mas universal, êsse imenso e amplo panorama. Primeiro, é claro, a Fundação do Reino, o seu aparecimento como núcleo autónomo entre o confuso xadrez político e militar da Idade-Média. Depois, as diversas afirmações da vontade de independência que sempre se afirmou, clara e heróica, nos lances decisivos da nossa vida histórica: em 1385, com Aljubarrota; em 1640, com a revolta de 1 de Dezembro e suas conseqüências guerreiras e diplomáticas. Depois, ainda, os gloriosos e prodigiosos descobrimentos; e o esfôrço ingente da expansão, da conquista, da ocupação, graças ao qual fizemos o Império; e as mil viagens, influências e trofeus da aventura portuguesa nos cincos continentes; e os Pavilhões do Brasil, onde haverá que admirar a projecção além-atlântico do génio fecundo da Lusitanidade; e o Palácio das Artes, Ciências e Letras, onde, como no *Jardim dos Poetas*, se oferecerá ao público, em vivas alegorias, as imagens representativas do nosso esplêndido lirismo; e o Pavilhão de Lisboa, ontem cais da Europa navegadora e descobridora, amanhã cais aéreo do Ocidente, que ligará o Velho ao Novo Mundo pelas estradas do espaço; e a Nau da Carreira da Índia, fielmente reconstituída, *ex-libris* dos esplendores do nosso comércio do Oriente e mostruário das actividades industriais e comerciais do Portugal de hoje; enfim, as duas importantes secções de Etnografia Metropolitana e de Etnografia Colonial, que serão resumo variado, colorido, cheio de animação e de pitoresco, de belezas regionais e de particularidades folclóricas.

Desenrolada junto às margens do Tejo, entre dois dos mais nobres monumentos da Epopeia — a Tôrre de Belem e os Jerónimos — amenizada por numerosas diversões, fontes luminosas, etc., a Exposição Histórica do Mundo Português vai constituír, sem dúvida, um grande acontecimento nacional e europeu. Vai honrar o nome de Portugal dentro e fora das suas fronteiras e dar às festas dos Centenários um lustre inexcedível.

Guardámos para o fim, ainda, um Pavilhão, a que aludiu o sr. dr. Augusto de Castro — e que, segundo os seus próprios termos, «representará *Portugal de 1940*, isto é, a projecção no presente dos oito séculos de História que a Exposição comemora». Guardámo-la para o fim porque êsse Pavilhão, quanto a nós, virá mostrar ao Mundo que a Exposição não diz respeito a um povo reduzido ao mero culto nostálgico das suas velhas glórias e dos seus velhos feitos — mas a uma Nação que exalta o passado enquanto constroi um presente digno dêle e marcha para o futuro em passos firmes, certa dos seus rumos, segura dos seus destinos nacionais e imperiais!»

## IMPRENSA BRASILEIRA

Entre as muitas referências e artigos vários publicados nos jornais do Brasil, a-propósito das comemorações centenárias, destacamos hoje o artigo do distinto e conhecido jornalista brasileiro A. Alves Barbosa, sob o título: «As Comemorações Centenárias de Portugal. O valôr de uma Nação», que o «Diário de Pernambuco», do Recife — um dos mais importantes e antigos jornais do Brasil — inseriu no seu número de 14 de Março do ano corrente. Êste interessante trabalho de Alves Barbosa foi reproduzido em muitos outros órgãos dos *Diários Associados*, que, como o «Diário de Pernambuco», pertencem àquela importante organização da imprensa brasileira.

«Nas comemorações centenárias de Portugal, tanto nas da sua fundação, em 1139, como nas da restauração da sua independência, em 1640, — é plano assente pela Comissão Nacional do Centenários, a que preside o ilustre escritor Júlio Dantas, que elas devem asseverar ao mundo, pelo carácter científico da organização, — o que tem sido, no ponto de vista de civilização e de cultura, a sua existência de alguns séculos de trabalho fecundo, em prol da humanidade.

Nada mais justo e acertado do que, após um largo período de actividades, mostrar, num balanço retrospectivo, perante as demais nações, o que de proveitoso se haja feito, a honrar a longevidade de uma existência oito vezes centenária. Porque, se entre a vida agitada de tantos países que sôbre o orbe terráquio se assinalam, algum há que a tenha em justa conta de epopeia, — a existência octocentenária de Portugal, como nação livre e independente desde 1139, é daquelas que têm direito ao estudo e á observação cuidada dos homens de responsabilidade intelectual.

Devemos afirmar, em princípio, ser Portugal uma das mais velhas nações da Europa, com unidade de formação e de expansão. Depois, temos que assentar em base indestrutível o axioma de ser êle

ainda o único país predestinado, no século XV, para as grandes emprêsas do Mar, a quem se deve a difusão dos conhecimentos humanos em tantas matérias que foram surgindo à luz da ciência com as descobertas de novas terras, como pioneiro intrépido da longa e tormentosa jornada pelos oceanos desconhecidos, fabulosos e impenetráveis.

Só isto bastaria a atestar a nobreza e a grandiosidade do trabalho em que se empenhou um povo forte, de raça latina, três séculos e meio após a sua constituïção em nacionalidade perfeita e distinta!

Agora mesmo, quando na arena do mundo se degladiam povos de raças várias e se sente o entrechocar de ódios e de ambições que, fatalmente, hão de conduzir, mais dia menos dia, à conflagração máxima de todos os tempos, — é consolador notar a serena e nobre atitude do velho Portugal de oito séculos, como que indiferente, na aparência, às lutas dos homens, mas consciente da sua responsabilidade na defesa do património de honra e de trabalho que, tantos séculos decorridos, lhe grangearam o justo aprêço que tôdas as nações altas lhe tributam.

Se a guerra mundial não rebentar até lá, se esta pesada núvem que obscurece a luz da razão dos povos que se dizem fortes e ousados, se dissipar em franca claridade de manhã soalheira, — afastado o perigo iminente dessa horrenda calamidade — veremos então, por todo o Portugal, do norte a sul, na magnificência das festas comemorativas das duas datas célebres da sua História, o valôr real de uma Nação que soube viver pelo trabalho e soube honrar-se por suas atitudes de nobreza, para assegurar a existência no futuro e servir ainda como suave exemplo de nações».

# NOTAS VÁRIAS

## *TRABALHOS PREPARATÓRIOS PARA AS CONSTRUÇÕES DA EXPOSIÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO PORTUGUÊS*

Na praça Vasco da Gama, a Belém, iniciaram-se na tarde de 15 de Fevereiro último os trabalhos de preparação do terreno para as construções do grandioso certame que há-de ser a Exposição Histórica do Mundo Português. Para dar aos nossos leitores uma idea do que foi essa simples mas tocante cerimónia, reproduzimos do *Diário de Notícias* de 16 de Fevereiro a reportagem dêsse acto solene.

«Desde ontem à tarde que na praça Vasco da Gama, de onde outrora partiram á descoberta de novos mundos os navegantes lusos, que ficou a ondular a bandeira da «Exposição Histórica do Mundo Português» — Cruz de Cristo a evocar um dos padrões imorredouros da nossa glória.

O camartelo já entrou em acção para demolir casas velhas, a-fim-de ali se erguer a obra monumental que vai ser êsse certame em 1940.

Próximo da esquadra de Belém e lá mais abaixo, onde foi o palácio dos duques de Loulé, já ontem se abateram cimalhas e deitaram abaixo telhados. Em todo aquele recinto surgirá, em tôda a sua grandiosidade, a «Exposição Histórica do Mundo Português».

E para comemorar o comêço dêsses trabalhos ali estiveram membros do Govêrno e demais entidades oficiais.

O País fica sabendo que se encetou ontem um dos grandes capítulos das comemorações do duplo centenário.

Numa das dependências do Liceu D. João de Castro, cuja frontaria principiou tambem a ser demolida, efectuou-se o acto de posse naquele estabelecimento de ensino, onde ficará instalada a sede do Comissariado da Exposição.

Compareceram os srs. Ministros das Obras Públicas e Comunicações e Educação Nacional, êste com o seu secretário, sr. dr. Duarte Figueiredo.

Receberam-nos os srs. dr. Augusto de Castro, comissário geral da Exposição; embaixador Alberto de Oliveira, presidente da Comissão de Honra; general Silveira e Castro e dr. Reinaldo dos Santos, membros da comissão executiva, e Silva Bastos, que representava o respectivo secretário geral, António Ferro; engenheiro Rodrigues de Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Júlio Caiola, agente geral das colónias; conde de Penha Garcia; capitão Henrique Galvão; engenheiro Silva Dias, do Secretariado da Propaganda Nacional; dr. Augusto Cunha, director da revista *Mundo Português;* Afonso Dornelas; comandante Quirino da Fonseca; Cotinelli Telmo, arquitecto-chefe do certame; Pardal Monteiro, Raul Lino, Sousa Lopes, etc.

O sr. dr. Júlio Dantas, ilustre presidente da Comis-

são Executiva dos Centenários, não compareceu à cerimónia por motivo de doença.

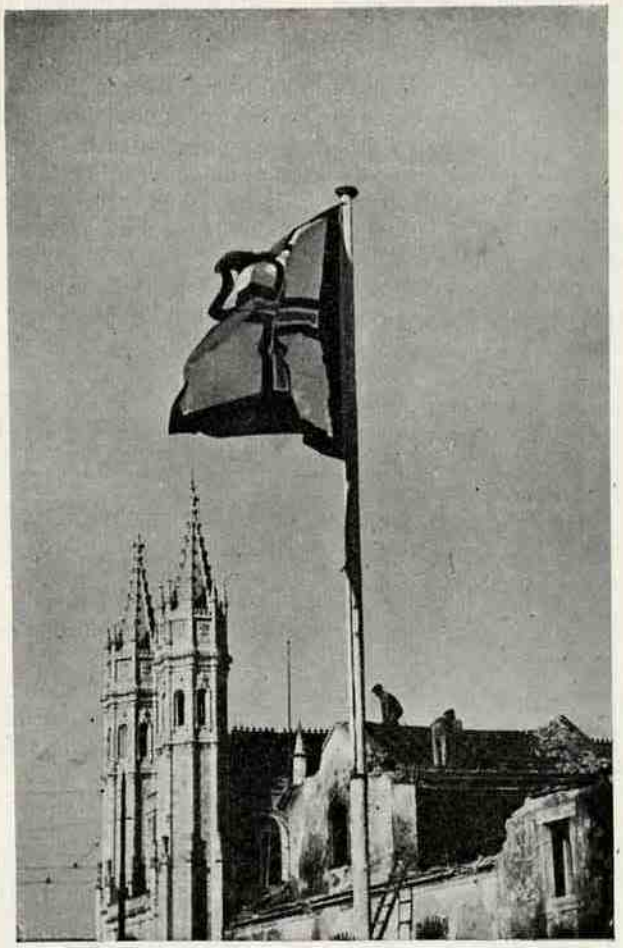
Depois da troca de cumprimentos os membros do Govêrno e demais entidades oficiais dirigiram-se à praça Vasco da Gama.

Ali, num mastro, subiu a bandeira da «Exposição Histórica do Mundo Português» — Cruz de Cristo a realçar — içada pelo sr. Ministro das Obras Públicas, engenheiro Duarte Pacheco, a convite do sr. dr. Augusto de Castro.

O acto foi sublinhado com calorosas palmas.

Os alunos do Liceu D. João de Castro, acompanhados pelo respectivo reitor constituíram a guarda de honra á cerimónia inaugural.

Na sede do Comissariado houve depois um «Porto de Honra», oferecido pelo ilustre comissário geral da Exposição, sr. dr. Augusto de Castro, aos membros do Govêrno e à Imprensa.



*BANDEIRA DA EXPOSIÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO PORTUGUÊS*

### *PALAVRAS DO COMISSÁRIO GERAL DA EXPOSIÇÃO*

Proferiu então o sr. dr. Augusto de Castro as seguintes palavras:

«A Exposição do Mundo Português não se fará com discursos. Há-de fazer-se com a vontade, a tenacidade e a fé de alguns e o patriotismo de todos.

Por isso não quis dar a esta cerimónia, apenas significativa e simbólica, qualquer carácter solene ou oratório. Mas não posso deixar de saüdar a presença a esta festa do sr. Ministro da Educação Nacional, a quem agradeço a cedência dêste liceu para as novas instalações dos trabalhos da Exposição, e do sr. Ministro das Obras Públicas.

Sr. engenheiro Duarte Pacheco, se a palavra «dinamismo» não tivesse entrado na línguagem corrente seria necessário inventá-la para V. Ex.ª e se todos fôssem como V. Ex.ª as palavras «cansaço» e «desânimo» tinham de ser riscadas do dicionário.

Agradeço igualmente a assistência do sr. presidente do Município de Lisboa, do sr. presidente da Comissão Nacional dos Centenários e membros da comissão executiva, lamentando a ausência, por motivos de saúde, do seu presidente, sr. dr. Júlio Dantas.

Meus senhores, o pavilhão da Exposição do Mundo Português flutua agora ao sol e ao vento do Tejo e á sombra dos Jerónimos. Dentro de pouco mais de um ano a Exposição realizará, neste local histórico de Portugal, a inspiração e a vontade do Sr. Presidente do Conselho que a concebeu e ordenou. O nosso pensamento deve nesta altura elevar-se para Portugal, para o seu venerando Chefe do Estado, que consubstancia a Nação, e para o Chefe do Govêrno, que a dirige.

Agradeço a presença dos representantes da Imprensa portuguesa e estranjeira. Aos jornalistas presentes, meus camaradas de hontem e de amanhã, camaradas de sempre, quero dizer que sem a sua colaboração as festas centenárias não poderiam e não poderão ter aquela repercursão moral que constitue o seu mais directo e eficaz alcance. A Exposição ainda menos.

Os trabalhos de execução e construção da Exposição de 1940 começaram. Eles continuarão naturalmente, sob todos os aspectos, à luz do dia. E desde hoje, nesta casa, a Imprensa terá o seu lugar e tôdas as salas lhe estarão abertas para que a Nação

possa, dia a dia, acompanhar os nossos trabalhos e por êles interessar-se.

Assim a Exposição surgirá a pouco e pouco e todos terão a legítima impressão de nela terem colaborado.

É nêste espírito que peço que me acompanhem na saüdação que nêste momento está, com certeza no coração de todos os portugueses, desde o seu Chefe do Estado e do seu Chefe do Govêrno até ao mais modesto cidadão português: a Portugal, à sua glória e ao seu futuro — porque não vale a pena volver os olhos para o passado se não é para os encher do clarão do futuro. Ao êxito da Exposição do Mundo Português!»

## *OS DISCURSOS DOS SRS. MINISTROS DA EDUCAÇÃO NACIONAL E DAS OBRAS PÚBLICAS*

Falou, depois, o sr. Ministro da Educação Nacional, dr. Carneiro Pacheco, que principiou por justificar a sua presença naquele acto dizendo:

— Ela tem o sentido de afirmar o espírito de cooperação que existe entre os trabalhadores do Estado Novo.

Referiu-se ao programa das comemorações do duplo centenário, da iniciativo do sr. dr. Oliveira Salazar, que dava bem a noção da grandeza do certame e das responsabilidades que iam cair sôbre os seus executores.

Mas — prosseguiu — a Nação tem confiança no sr. Ministro das Obras Públicas e no comissário geral da Exposição, porque todos trabalharão a bem do prestígio de Portugal.'

A seguir, o sr. Ministro das Obras Públicas agradeceu as palavras que lhe haviam dirigido e declarou:

— Para honra de Portugal e de todos os portugueses, tudo o que Salazar anunciou há-de cumprir-se. Pomos nisso a nossa fé e a nossa vontade, pois está em jôgo o nosso orgulho. A projecção do programa elaborado não se limita a incidir sôbre Portugal, pois abrange todo o Mundo.

E concluiu:

— Temos de cumprir a palavra de Salazar. Por esta promessa levanto a minha taça.

Com estas palavras do sr. engenheiro Duarte Pacheco terminou o aspecto oficial da inauguração dos trabalhos da «Exposição Histórica do Mundo Português».»

## *CONCURSO DE ARTIGOS PUBLICADOS NA IMPRENSA ESTRANJEIRA SÔBRE O SIGNIFICADO DAS COMEMORAÇÕES DO DUPLO CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL*

A Comissão Executiva dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal, pela sua Secção de Propaganda e Recepção, abre um concurso destinado a galardoar os melhores artigos jornalísticos sôbre o significado das comemorações de 1940, publicados na imprensa estranjeira. A atribuïção dos prémios será feita de acôrdo com as bases seguintes:

BASE I — Nêste concurso poderão tomar parte todos os escritores estranjeiros com artigos originais publicados em português, francês, inglês, alemão, espanhol ou italiano, em jornais ou revistas do estranjeiro e que tenham por tema as comemorações de 1940 e a sua significação.

BASE II — Serão admitidos ao concurso os artigos publicados até 30 de Abril de 1940.

BASE III — Os concorrentes enviarão ao Secretariado da Propaganda Nacional, em Lisboa, onde funciona a Secção de Propaganda e Recepção, até 31 de Maio de 1940, os seus pedidos de admissão ao concurso, acompanhados de oito exemplares do jornal ou revista em que haja sido publicado o artigo com que concorrem.

BASE IV — O júri terá a seguinte constituïção: Três a seis escritores ou jornalistas estranjeiros, em representação das línguas em que hajam sido enviados artigos ao concurso; três escritores ou jornalistas portugueses; todos de reconhecido mérito; e o director da Secção de Propaganda e Recepção que presidirá, apenas votando em caso de empate.

BASE V — Serão atribuídos os seguintes prémios indivisíveis: primeiro, de três mil escudos; segundo, de dois mil escudos; e terceiro, de mil escudos.

BASE VI — O júri, cuja reünião se efectuará em Lisboa dentro dos 90 dias seguintes à data fixada na base III, reserva-se o direito de não conceder qualquer dos prémios, se os trabalhos concorrentes não satisfizerem às exigências dêste concurso ou lhes faltar a indispensável categoria literária.

BASE VII — Estas bases constarão de documento afixado na sede da Comissão Nacional dos Centenários, na Travessa de S. Mamede, 7, 5.º em Lisboa.

Lisboa, 15 de Março de 1939.

### *UM FOLHETO DE PROPAGANDA DAS COMEMORAÇÕES*

Com o título — *Celebrations to commemorate the 8th Centenary of the Foundation of Portugal*, editou a Comissão Nacional dos Centenários, pela sua secção de Propaganda e Recepção, um folheto em língua inglesa sôbre o significado histórico das comemorações. Nêle se dá já, nas suas linhas gerais, o programa das festas de 1940. O folheto, que apresenta na capa um sugestivo desenho de Roberto de Araújo, contém ainda valiosas informações sôbre as vias de acesso a Portugal e facilidades de acomodação no país, durante o período das celebrações.

### *SUBSIDIOS ESTATISTICOS RECOLHIDOS EM ITÁLIA PELO MINISTRO DE PORTUGAL*

O ministro de Portugal em Itália, sr. prof. dr. Lobo de Avila Lima, que tem procurado cooperar com a Comissão Nacional dos Centenários, enviou ao presidente da comissão executiva, sr. dr. Júlio Dantas, diversos subsídios recolhidos em várias cidades e centros de arte italianos. Do elenco remetido fazem parte, além da reprodução de inscrições lapidárias existentes em variados edifícios, uma colecção de magnificas reproduções fotográficas dos *castelos portugueses na Abissínia* e cêrca de 100 desenhos, crêmos que inteiramente desconhecidos do nosso público, da autoria do grande pintor português Domingos A. de Sequeira.

A colecção, recolhida pela iniciativa daquele diplomata, com a colaboração dos nossos agentes consulares, especialmente dos consules em Florença, Roma, Génova, Livorno e Nápoles, comporta ainda reproduções do padrão e maravilhosas alegorias de Pinturicchio, em Siena, alusivas ao casamento da Infanta D. Leonor com Frederico III; uma série de retratos de vultos portugueses, existentes na «Galleria degli Uffizi», de Florença; uma cópia a côres do famoso mapa (1504), do cartógrafo português Reinel; do claustro do abade Gomes Ferreira e das deliciosas obras picturais de Álvaro Pires de Evora, existentes em Itália.

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 5 — 31 de Maio de 1939 — ANO I

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DOS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS DE 1580 A 1640 — I-Conseqüências imediatas — Dr. Manuel Múrias.* . . . . . 1

*GUIMARÃIS — Dia um de Portugal — Dr. Alberto d'Oliveira* 7

*PROGRAMA CALENDÁRIO DAS FESTAS NACIONAIS DE 1940* . . . . . 9

*CASTELOS DE PORTUGAL — Leiria e Óbidos — Cap. Jorge Larcher* . . . . . 21

*LEGISLAÇÃO*. . . . . 25

*REVISTA DA IMPRENSA* . . . . . 26

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 29

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50

EPÓSITO LE
1 JUN. 1939



# APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DOS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS DE 1580 A 1640

## I

## CONSEQÜÊNCIAS IMEDIATAS

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

*A situação jurídica dos domínios ultramarinos portugueses sob a administração dos reis castelhanos ficou definida nos Capítulos VI, VII e VIII, dos chamados «capitolos do Duque de Ossuna», confirmados pela «Patente das merces, graças, privilégios, de que El-Rei dom Philippe nosso Senhor fez merce a estes seus Reynos»* (1)

*No Cap. IV prometia Filipe II que «todos os cargos superiores, e inferiores, assi da justiça, como da fazẽda, e do governo dos lugares, se provejã a Portugueses. E não a estrãgeiros» e no cap. V que «nestes reinos haja sempre todos os officios que em vida dos Reis houve, assi da Casa Real, como do Reino, e que sejão providos nelles Portugueses, os quais sirvão os mesmos officios, quando Sua Magestade, e seus successores vierem a estes reinos».*

*E logo acrescenta:*

*«Cap. VI. Que o mesmo se entẽda em todos os outros cargos grandes, & pequenos, de qualquer qualidade & maneira q̃ sejão, assi do mar como da terra, que agora ha, & se houverẽ de servir nestes reinos, & senhorios delles, ou se criarem de novo. E que as guarnições de soldados, que houverem de star nas fortalezas delles, sejão Portugueses.*

*«Cap. VII. Que os tratos da India, Guinẽ, & de outras partes pertencentes a este reino, assi descubertas, como por descubrir, não se tirem delles, nem aja mudança, do que ao presente se usa. E q̃ os officiaes, que andarẽ nos ditos tratos, & navios delles, sejão Portugueses, E naveguẽ em navios Portugueses.*

*«Cap. VIII. Que o ouro e prata, que se lavrar ẽ moeda nestes reinos & senhorios*

---

(1) *Foi publicada modernamente na* Collecção de leis e subsidios para o estudo do direito constitucional portuguez *por J. J. Lopes Praça. Coimbra, 1893, p. 205.*

*delles, (que será todo o que vier aos mesmos reinos pertencẽtes a seus senhorios) se lavrarão com os cunhos de armas de Portugal, sem outra mestura.»*

*No cap. XXIV, quanto ao provimento das armadas, estabelece-se:*

*«Cap. XXIV. Que no provimento das armadas da India, & das demais para defensão do reino, & castigo dos cossairos, & conservação das fronteiras de Africa, S. M. mãdara tomar cõ este reino o asento, q̃ parecer q̃ convẽ, ind q̃ seja cõ ajuda dos outros seus stados, & muito mais custo de sua Real Fazenda.»*

*Nêstes têrmos é bem de ver que os domínios portugueses continuavam independentes do império ultramarino castelhano: — senhorio da corôa de Portugal e não da de Castela; — continuavam independentes, ao menos em princípio, na ordem jurídica.*

*E o mais curioso é que, precisamente, o «estado do povo»,—posto que tivesse aceitado as promessas de Filipe II — solicitava outras concessões, que poderiam vir a pôr em risco a independência do império português.*

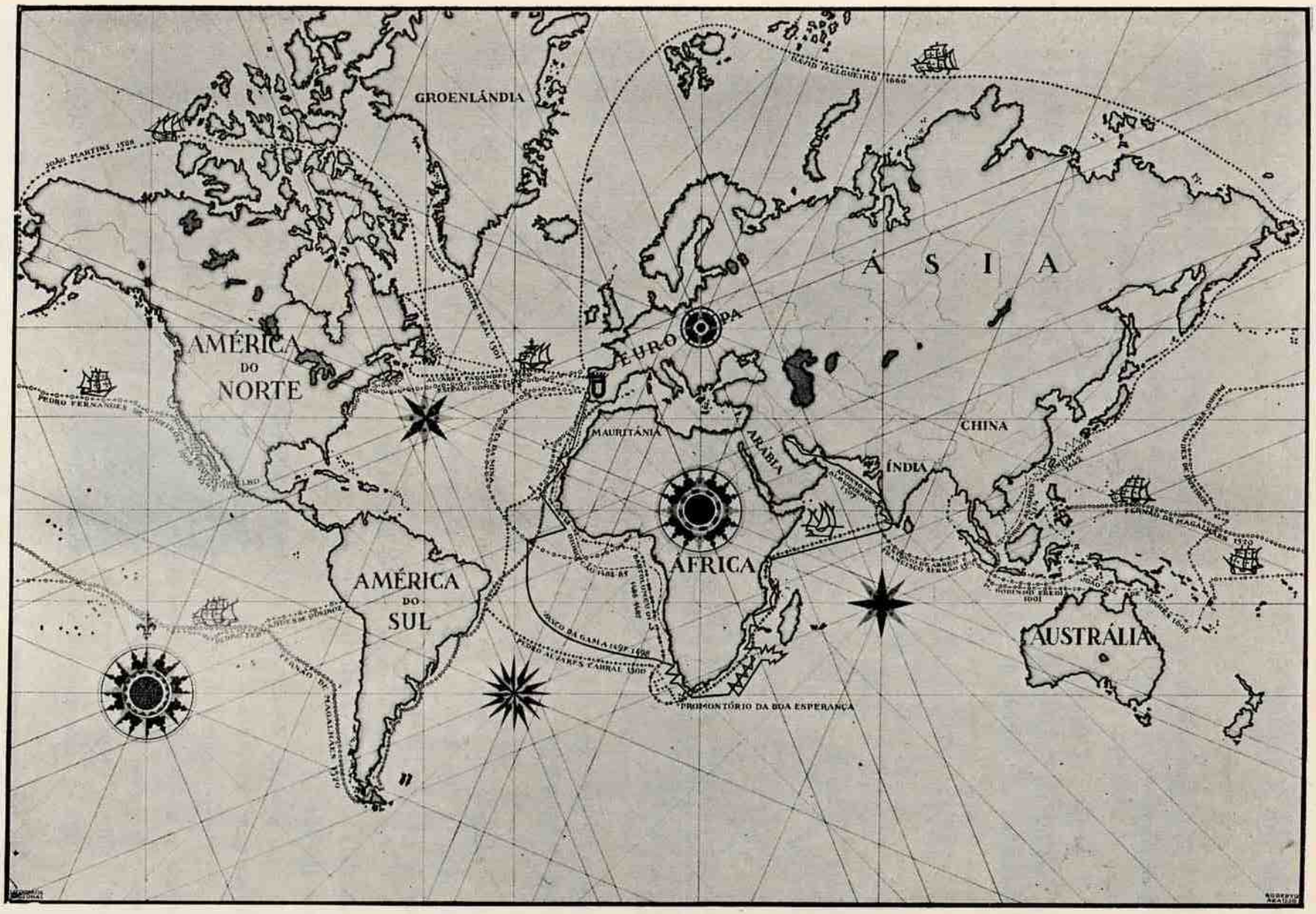
*Com efeito, no «capitolo IX do stado dos Povos» pede-se que «se habilitem os Portugueses, para irem aas conquistas dos reinos de Castella, & os aja para este effeito por naturaes della, havendo respeito aos outros naturaes doutros reinos vossos vassallos terem liberdade de poderẽ ir aas Indias & cõquistas de Portugal, & nunqua lhe ser defeso. E se alguns Portugueses ora estão nas ditas partes Voss Majestade lhes perdoe, toda a culpa em que tem encorrido, & gozem todos desta merce.»*

*Filipe II responde com evasivas: «— Eu terei lẽbrança do que me apontaes neste capitolo, & procurarei nisso, na forma q̃ me parecer, q̃ mais convem a meu serviço, & a bem destes meus reinos. E quãto ao perdão que me pedis, eu me enformarei deste caso, & proverei nelle no melhor modo, que puder ser.»* (1)

*Os estados não tinham em Tomar representantes dos domínios ultramarinos, é o que é: e deixavam-se, por isso, vencer pelos interesses comerciais: — como desejavam poder enviar navios a comerciar nas Indias de Castela, por serem tão ricas, já então, de ouro, prata e pedrarias, não lhes importava de abrirem as portas dos domínios portugueses às influências castelhanas.*

---

(1) *Deve notar-se que não só nesta, mas em outras ocasiões, os pedidos dos* estados *eram mais atentórios da independência nacional do que o que Filipe II por então desejava, — nomeadamente no que diz respeito às alfandegas fronteiriças, que não desapareceram nunca, embora lho solicitassem as Côrtes de Tomar: «não posso ao presente responder» — dizia o Rei «por ser matéria em que convem serem ouvidos os outros meus reinos, com os quaes terei lembrança, de os mandar cõmunicar.»*




*MAPA DAS PRINCIPAIS ROTAS MARÍTIMAS DOS PORTUGUESES*
*(Desenho de Roberto de Araújo)*

*Deve dizer-se todavia que, em regra, as promessas de Filipe II, quanto às conquistas portuguesas (e só neste capítulo interessa ao nosso estudo) foram guardados: — mais ao diante se apontarão casos em que o não foram e se explicará porquê.*

*Assim, em princípio, os domínios portugueses no ultramar, como, aliás, a metrópole, mantiveram a independência, governados de Lisboa e com administradores portugueses. As circunstâncias, porém, de-facto, e a-pesar-disso, modificaram-se totalmente, em virtude da nova posição tomada na Europa.*

*Os reis de Portugal tinham conseguido manter na Europa até 1580 relações de amizade com todos os países, católicos ou protestantes. Dentro do país defendeu-se com tôda a energia, é verdade, a unidade religiosa; a-pesar-disso, porém, conseguira realizar-se uma esplêndida política de isolamento das questões em que a Europa se dividia. Empenhados na grande obra de expansão e colonização iniciada século e meio antes, só interessou a Portugal a anarquia europeia para se defender dela, vivendo, todavia, em paz com tôdas as nações.*

*A Espanha, por seu lado, prêsa desde Carlos V aos destinos da Casa de Austria, não pudera eximir-se a intervir nas graves questões políticas e religiosas que então se decidiam na Europa.*

*Precisamente na hora em que se aclamava Filipe II em Tomar, prosseguia a luta contra o primado da Casa de Austria; e a Espanha, directa ou indirectamente, encontrava-se em guerra aberta ou surda com a França, a Inglaterra, e a Holanda.*

*Mesmo que a aclamação de Filipe II desse a Portugal, perante a Espanha, apenas a situação de aliada, já isso era bastante para lhe acarretar inimigos poderosos, que não tinha; e dois dêles, a Inglaterra e a Holanda, não tardariam a pôr em risco a integridade do império português.*

*Por um lado, Portugal não poderia evitar as agressões dos inimigos antigos do seu novo Rei; pelo outro, evidentemente, não seria lícito esquivar-se a colaborar nas acções militares de Filipe II.*

*O primeiro e mais grave acto dessa colaboração efectuou-se com a* Armada Invencível, *na qual se perdeu o melhor das esquadras de Portugal.*

*Acresce que a desgraçada situação financeira do Reino e das conquistas não permitiram a restauração naval imediata, pelo que, desta forma, os domínios portugueses ultramarinos se viram logo obrigados a contar quasi exclusivamente com os recursos próprios para repelir os ataques de franceses, ingleses e holandeses.*

*Depois, naturalmente, por não ter inimigos declarados na Europa, Portugal não*

*preparara os seus domínios para os grandes assaltos: — tirante S. Jorge da Mina, na Costa africana e o Oriente quási não havia fortalezas capazes de resistir em condições aos assaltos organizados pelas grandes nações marítimas da Europa.*

*Além disso, o império português, com excepção do Brasil, era constituido por zonas de influência e comércio, defendidas por feitorias ou fortalezas e pelas armadas. Os socorros, portanto, tornavam-se difíceis as mais das vezes; e com a deminuïção do poder naval quási sempre tardios.*

*Por outro lado, não só se ganharam inimigos que não tinhamos; perderam-se os melhores clientes, que passaram a ser os concorrentes mais perigosos.*

*O próprio Estado espanhol fôra, no fim de contas, prejudicado com o que poderia considerar-se, à primeira vista, um triunfo — aclamação de Filipe II como Rei de Portugal, pois teve de atender também às conquistas portuguesas, quando já lhe seria difícil defender o seu extenso império, atacado ao mesmo tempo e com igual ímpeto.*

*A sua decadência (sirva de lição a história) começou então, e não sòmente a decadência política de Portugal: — a decadência política, diremos, pois o espírito de nacionalidade manteve-se a-pesar-de tudo e soube aproveitar todos os ensejos para salvar o que era possível salvar, e manter, contra tôdas as dificuldades e em tôdas as condições, os fundamentos da restauração do Império na hora própria.*

MANUEL MÚRIAS

# GUIMARÃIS, DIA UM DE PORTUGAL

Nos últimos dias de Abril do próximo ano (que Júlio Dantas tão bem denominou o Ano Aureo), quando já tiverem despontado as primeiras rosas da primavera nos mil canteiros de que se compõe êste jardim que é Portugal, dar-se-á o sinal, em Lisboa, do início oficial das festas do Duplo Centenário. E na sua Sé restaurada, onde já se cantou há oito séculos o Te-Deum da Reconquista, entoar-se-á agora o da gloriosa e provecta idade da Pátria, rodeando-se tão solene cerimónia de todos os ritos e galas – alguns quási caídos em desuso — que a Santa Sé, pelos tempos fóra, concedeu privilegiadamente ao Patriarcado da capital lusitana. Tôdas as Sés de Portugal e seus domínios farão côro simultâneo com a de Lisboa. E, logo a seguir, os poderes do Estado, em numerosa e brilhante representação, com os chefes do Estado e do Govêrno à sua frente, e o corpo diplomático no seu séquito, transportar-se-ão à ilustre cidade de Guimarãis, berço da Nação, para ali inaugurarem, com a maior pompa, as festas que desde êsse momento, e por espaço de seis meses, electrizarão os corações portugueses em tôda a extensão do território do Império. Do alto do venerável Castelo, onde nascemos como Nação, pronunciará o Dr. Salazar a mensagem ou proclamação inaugural, logo radiodifundida a todo o Mundo luso-brasileiro, e na qual já de antemão sabemos que serão ditas palavras destinadas à História, palavras que se não apagarão mais dos fastos nacionais, palavras à altura dos factos que se hão de celebrar e do homem que será porta-voz delas, um e outros no mesmo nivel de grandeza e de glória.

Bem merece Guimarãis êsse privilégio, que já alvoroça com motivo os seus habitantes. Em verdade todos os Portugueses são, em certa medida, vimaranenses, pois foi ali, na decisiva batalha de S. Mamede, que raiou a aurora da Pátria, e foi dentro dos muros da fidalga vila que se desdobraram os primeiros capítulos da nossa existência. O «Dia Um de Portugal» foi em Guimarãis que rompeu e ninguem lhe pode disputar tal primazia. Côrte dos nossos primeiros Reis, lugar de grande devoção para todos êles, apanágio da casa de Bragança desde a origem desta, sede de uma das mais famosas Escolas do Reino — o Convento da Costa, ainda hoje viçoso no esplendor dos seus jardins sem par — Guimarãis tem parte não pequena no «Dia Dois» da independência nacional, que foi Aljubarrota, pois é à sua Colegiada de Santa Maria da Oliveira, um dos grandes santuários da Península, que El-Rei D. João I oferece, logo depois da vitória, talvez a mais preciosa das suas presas de guerra: o altar de prata doirada, tomado a Castela, que ainda hoje se pode admirar no Museu Alberto Sampaio, e onde sem dúvida se há de celebrar a missa campal de 1940.

Cheia de poesia e de encanto há-de ser, a olhos nacionais e estranjeiros, essa hora inicial de Guimarãis. Sentiremos todos a antiguïdade da Nação, veremos nas próprias ruínas, ainda tão grandiosas, do seu Castelo, o símbolo de quanto vivemos, de quanto durámos,

de quanto fizemos. Do alto dessas muralhas sagradas partimos, primeiro à conquista do território com que formámos o Reino, e depois, quando êste ficou tão sòlidamente constituído que ainda é imutàvelmente o mesmo, à conquista, à descoberta e à evangelização e colonização de mais de meio mundo. Todos sentiremos uma vez mais, e nunca será demais, que Portugal foi um milagre, que a sua história mais parece lenda, e que não podemos exonerar os nossos ombros, por mais debeis, da obrigação imprescindível de mantermos e aumentarmos, quanto possível, a herança recebida. Aos povos foi dada por Deus a faculdade, negada aos homens, da sua ressurreição nêste mundo. A velhice só para êles existe quando são incapazes de renovação. Não é, graças também a Deus, e como o estamos testemunhando, o nosso caso.

Mas a visita a Guimarãis ainda nos trará outras evocações proveitosas. Já há anos me referi à diferença de rítmo e de carácter, à verdadeira dualidade da nossa história, antes e depois da dinastia de Aviz. Até D. João I, Portugal é uma Nação agrícola e guerreira, ciosa de independência, íntegra e tenaz de carácter. A partir do reinado do Mestre de Aviz, somos, e ficámos sendo, uma Nação de heróis e de nautas, e também de aventureiros e mercadores. O primeiro Portugal nasceu em Guimarãis. Era mais ária e mais loiro, e da sua forte e sã personalidade dão testemunho as páginas da nossa viril história medieval. O segundo, mais africano, moreno e moiro, é o que ainda está diante dos nossos olhos. No primeiro predominou o Norte; no segundo, o Sul.

Foi o Infante D. Henrique que rasgando na casa portuguesa a janela que deita para o mar, inundou de luz nova a nossa vida e criou ambições maiores no país inteiro. Os descobrimentos eram obra de alcance universal, susceptível de mudar, como mudou, o rumo da civilização. A nossa pequenina existência regional, por mais equilibrada e normal que fôsse, perdeu logo o interêsse. A fachada de Portugal passou a ser Lisboa.

Ainda há hoje quem faça côro ao velho do Restelo, deplorando a mudança. Mas são entes de vista curta. Outros, sem irem tão longe, lamentam que as nobres regiões minhotas, transmontanas e beiroas, de uma austeridade quási helvética, e ainda tão intactas e tão portuguesas, não influam mais sôbre a oriental Lisboa, de alma um pouco boémia, e que, a-pesar dos seus defeitos, vence sempre.

Teriam razão se assim fôsse. Mas a verdade é que o Sul é constantemente vitalizado e colonizado pelo Norte e que as virtudes dêste vêm permanentemente em auxílio daquêle. O Norte ficou, de facto, para sempre nas trazeiras da Nação, porque lhe faltou o Tejo, e, talvez, também um pouco do génio do mando, da audácia, da capacidade atractiva, que deram estilo a Portugal e neutralizaram outros êrros meridionais. Mas consulte-se o rol dos nossos maiores homens e lá se encontrarão os do Norte quási sempre ao leme da nau. Agora mesmo, quem nos governa, alumia e guia — senão um Beirão de todos os costados?

ALBERTO D'OLIVEIRA

*(Do* Diário de Notícias *de 13 de Fevereiro de 1939)*

# PROGRAMA CALENDÁRIO DAS FESTAS NACIONAIS DE 1940

## 1.ª ÉPOCA

### 5 A 19 DE MAIO

MAIO, 5 (Domingo).

De manhã, *Te-Deum* na Sé Patriarcal e em tôdas as Sés, colegiadas e velhas igrejas matrizes de Portugal e do Império. À tarde, sessão solene na Câmara Municipal de Lisboa, em que S. Ex.ª o Presidente da República inaugurará as festas nacionais de 1940; à mesma hora, actos solenes em tôdas as Câmaras Municipais da Metrópole e das Colónias, e nas Embaixadas, Legações e Consulados de Portugal, unindo, no mesmo sentimento da Pátria, todos os portugueses dispersos no Mundo. À noite, sessão solene na Assembleia Nacional.

MAIO, 7.

Festas comemorativas da Fundação, em Guimarãis. Alvorada de trombetas; ocupação do terreiro do castelo por homens de armas do século XII. Cortejo das flôres. Missa campal. Discurso de S. Ex.ª o Presidente do Conselho. No castelo, o Chefe do Estado hasteia a bandeira de Afonso Henriques. Em coïncidência horária com as solenidades de Guimarãis, bandeira igual sobe nas tôrres dos castelos medievais portugueses; salva a artilharia nas praças e navios de guerra; repicam os sinos de tôdas as igrejas de Portugal imperial; alto-falantes, nos monumentos de arquitectura militar contemporâneos da fundação da nacionalidade, transmitem o discurso do Chefe do Govêrno. À noite representação dum auto comemorativo no claustro do paço dos Duques de Guimarãis.

MAIO, 8.

Chegada do Chefe do Estado e elemento oficial a Braga, pela Citânia e Lanhoso. Missa de pontifical na Sé Primaz; visita aos túmulos de D. Teresa e do Conde D. Henrique; celebração do sexto centenário da batalha do Salado (1340) na capela da Glória. Sessão solene no antigo paço arquiepiscopal de D. Diogo de Sousa: inauguração da Exposição Histórica de Tecidos e Paramentos. Partida para o Pôrto.

MAIO, 9.

Festa medieval do Pôrto. Visita à Sé: comemoração da concessão do foral pelo bispo Hugo (1123); evocação dos bispos fundadores. Sessão solene no Pálacio da Bôlsa, celebrando a criação da primeira bôlsa comercial no Pôrto (1293) e a sua reorganização pelo Rei D. João I (1387).

MAIO, 10.

Chegada a Coimbra. Cerimónia cívico-religiosa na igreja de Santa Cruz, perante os túmulos de Afonso Henriques e de Sancho I. Sessão solene na Sala dos Capelos comemorativa das Côrtes de Coimbra (1211) e da fundação da Universidade (Lisboa, 1290; Coimbra, 1308).

MAIO, 12 (Domingo).

Festa medieval de Lisboa. De manhã, romagem do povo à Sé e ao castelo de S. Jorge. De tarde, representação dum auto, ao ar livre, no castelejo. À noite, iluminações e danças populares.

MAIO, 13.

Inauguração da Exposição dos Primitivos Portugueses no Museu das Janelas Verdes.

MAIO, 14.

Preito da Universidade Técnica à memória de D. Diniz (política de valorização da terra, criação dos seguros comerciais); inauguração do monumento ao rei Lavrador.

MAIO, 15.

Partida para Beja. Romagem ao local tradicional da batalha de Ourique (próximo de Castro Verde): inauguração do padrão comemorativo. Partida para Faro.

MAIO, 16.

Festa provincial do Algarve. Sessão solene comemorativa da tomada de Faro (1249) e do quarto centenário da sua elevação a cidade (1540).

MAIO, 17.

Festa do Mar, em Lagos e Sagres. Glorificação do Infante e dos navegadores do ciclo henriquino. Alocução por Sua Eminência o Cardial Patriarca; benção do Mar e do Império, do alto do rochedo de Sagres. Os vasos de guerra portugueses passam, salvando, na baía de Lagos, em frente das naus de D. João II e das caravelas do Infante, povoadas de marinheiros e homens de armas do século XV. Regresso a Lisboa.

MAIO, 18.

Abertura da Exposição Bibliográfica e Documental das Côrtes do Reino, na Assembleia Nacional. À noite, concêrto de gala: peça sinfónica inspirada na «Fundação»; reconstituïção musical das poesias galécio-portuguesas dos séculos XII e XIII.

MAIO, 19.

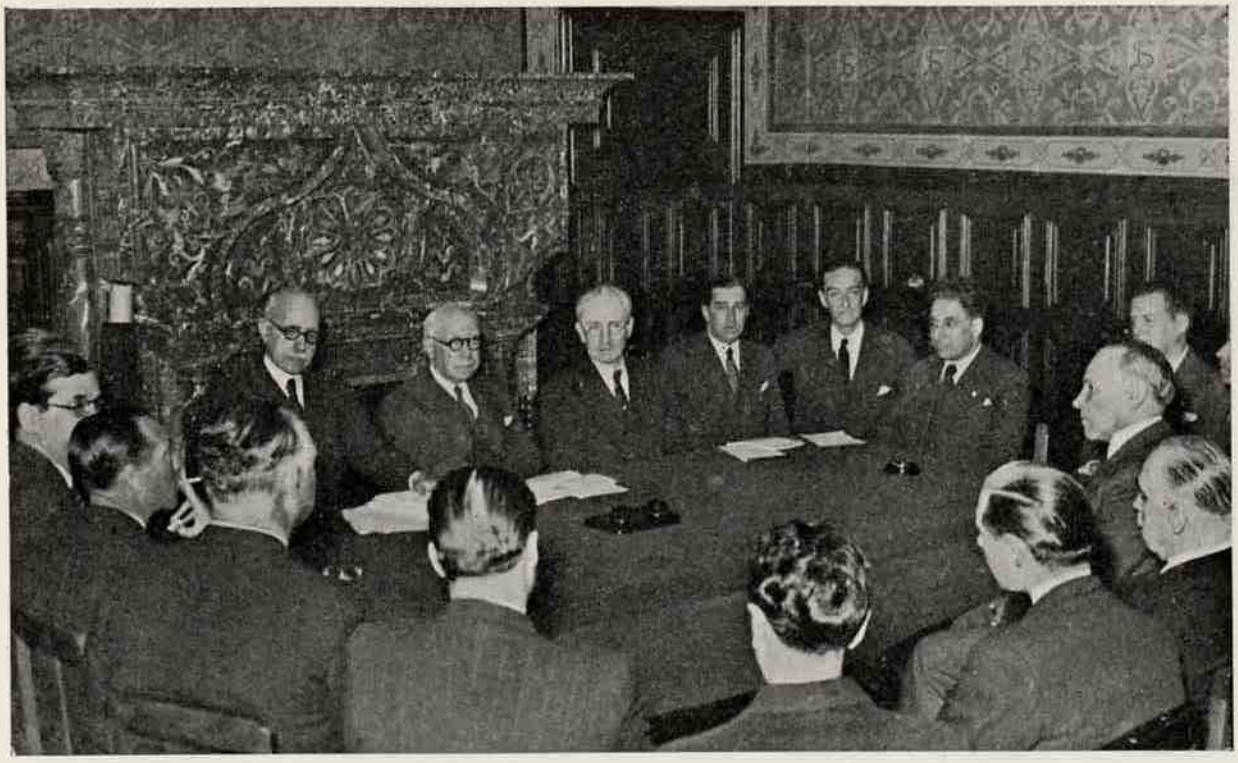
Grande Cortejo Histórico das Corporações, em Lisboa.

# 2.ª ÉPOCA

## 28 DE MAIO A 14 DE JULHO

MAIO, 28.

Comemoração da data nacional de 28 de Maio e Festa do Trabalho, no Pôrto. Grande Cortejo do Trabalho. À noite, acto solene de abertura do Congresso das Corporações.



*A COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS OUVINDO A LEITURA DO PROGRAMA-CALENDÁRIO DAS CELEBRAÇÕES DE 1940, QUE FOI FEITA PELO SR. DR. JÚLIO DANTAS, PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA*

MAIO, 29.

Inauguração da Exposição da Obra de Soares dos Reis, no Palácio das Carrancas. Regresso do elemento oficial a Lisboa.

JUNHO, 2 (Domingo).

Inauguração da Semana Olímpica. Concurso hípico internacional.

JUNHO, 7.

Reünião, em Lisboa, da Aliança Internacional de Turismo.

JUNHO, 8 e 9 (Domingo).

Festa provincial do Ribatejo. A cavalgada dos campinos acompanha o Chefe do Estado e comitiva na sua entrada em Santarém. Exposição etnográfica; parada agrícolo-pecuária.

JUNHO, 10.

Dia de Camões. Preito da mocidade de tôdas as escolas ao grande poeta nacional. À noite, sessão solene na Academia das Ciências : festa da língua portuguesa.

JUNHO, 12.

Iluminações e arraiais nos bairros da Lisboa antiga.

JUNHO, 13.

Dia de Santo António. Romagem ao local tradicional em que nasceu o grande Santo português. À noite, representação, no adro da Sé de Lisboa, duma obra hierática comemorativa. Festa provincial de Trás-os-Montes e Alto Douro: exposição e cortejo etno-folclórico; feira e parada agrícola. Circuito automobilístico internacional de Vila Real.

JUNHO, 15.

Inauguração solene da Exposição do Mundo Português.

JUNHO, 16 (Domingo).

Abertura da Exposição ao povo.

JUNHO, 20.

Inauguração do Congresso da Imprensa Latina. À noite espectáculo de bailados populares portugueses.

JUNHO, 21.

Recepção de credenciais das embaixadas extraordinárias e missões diplomáticas estranjeiras no Palácio de Belém. Visita oficial à Exposição.

JUNHO, 22.

Exaltação do esfôrço de Portugal no Mundo: cerimónia cívico-religiosa na igreja dos Jerónimos. Serão manuelino na Tôrre de Belém.

JUNHO, 23 (Domingo).

Festa no Tejo. Cortejo fluvial: passam as naus e caravelas portuguesas dos séculos XV e XVI; os bergantins reais; a representação de todos os barcos de pesca da costa de Portugal; as embarcações coloniais e ribeirinhas. Desfile nocturno dos barcos iluminados. As tripulações cantam. Da nau de D. João II eleva-se o grande coral da Fé. Fogo de artifício.

JUNHO, 24.

Marchas populares dos velhos bairros de Lisboa. Festas provinciais do Minho, em Braga, e do Alto Alentejo, em Évora (S. João).

JUNHO, 25.

Serenim do século XVIII, nas salas e jardins do Palácio de Queluz, oferecido ao Corpo Diplomático e missões estranjeiras. Execução de música setecentista portuguesa (orquestra de câmara e cravo). Representação, ao ar livre, de cenas duma comédia do tempo.

JUNHO, 26.

Revista naval. Banquete ao Corpo Diplomático e missões estranjeiras, no Palácio da Ajuda.

JUNHO, 27.

Abertura do Congresso da Federação das Sociedades de Escritores e Compositores Teatrais. Representação de autos e farças de Gil Vicente.

JUNHO, 28.

Tourada do século XVII, na Junqueira. Desfile dos coches. Entremeses e danças populares.

JUNHO, 29.

Festa de S. Pedro. Concurso e prémios aos ranchos populares lisboetas.

JUNHO, 30 (Domingo).

Repetição da tourada seiscentista, para o povo.

JULHO, 1.

Sessão solene inaugural do Congresso do Mundo Português, no Palácio da Assembleia Nacional (à noite).

JULHO, 2.

Abertura da Exposição de Cartografia Portuguesa, no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo. Partida do elemento oficial para o Pôrto.

JULHO, 3.

Sessão solene na Universidade do Pôrto: abertura dos trabalhos da secção pré e proto-história do Congresso do Mundo Português. Inauguração da Exposição de Barroco, no Pálacio das Carrancas. Baile no Palácio da Bôlsa.

JULHO, 4.

O elemento oficial e os congressistas iniciam o percurso histórico-turístico do Norte: Leça do Bailio, Barcelos, Viana do Castelo, Arcos de Valdevez (recontro, 1140?), Ponte da Barca, Braga, Guimarãis (S. Mamede, 1128), Paço de Sousa, Feira e Coimbra.

JULHO, 6 e 7 (Domingo).

Festas da Rainha Santa, em Coimbra. Sessão solene na Sala dos Capelos: abertura dos trabalhos das secções do Congresso do Mundo Português que funcionam na Universidade. Inauguração da Exposição de Ourivesaria. Festa provincial da Beira Litoral.

JULHO, 8.

Início do percurso histórico-turístico do Centro: Pombal, Leiria, Batalha, Tomar, Alcobaça, Caldas da Raínha, Óbidos, Santarém, Lisboa. Durante o percurso realizam-se vários actos e solenidades: em Tomar, inauguração do monumento a Gualdim Pais e reünião dos titulares da Ordem Militar de Cristo no claustro grande; em Leiria, comemoração das Côrtes de 1254, em que pela primeira vez teve voz o povo; na Batalha, romagem ao campo de Aljubarrota (1385); em Alcobaça, representação dum acto da *Castro*, de António Ferreira, no adro da igreja abacial.

JULHO, 10.

Prosseguem em Lisboa os trabalhos do Congresso do Mundo Português. À noite, na Sociedade de Geografia, sessão solene de abertura do Congresso Colonial.

JULHO, 13.

Banquete de encerramento dos Congressos, no Palácio da Pena, em Sintra.

JULHO, 14 (Domingo).

Grande Cortejo Imperial do Mundo Português.

# PERÍODO INTERMÉDIO CORRESPONDENTE ÀS FÉRIAS

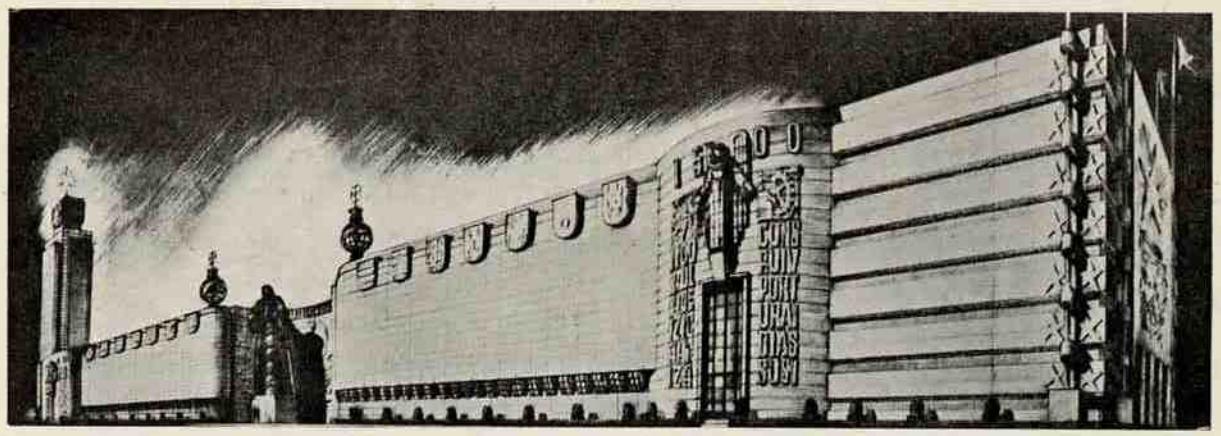
## 3 DE AGOSTO A 4 DE OUTUBRO

AGOSTO, 3 a 5.

Regatas Internacionais na Figueira da Foz.

AGOSTO, 10 a 12.

Festa provincial do Baixo Alentejo, em Beja.



*PAVILHÕES DOS PORTUGUESES DO MUNDO, DE PORTUGAL 1940 E DO BRASIL NA «EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS»*

AGOSTO, 14.

Rememoração de Nun'Alvares, na igreja do Carmo, em Lisboa.

AGOSTO, 15 a 29.

Congresso Internacional da Mocidade. Acampamento, em Lisboa, de delegações de jovens de todos os países em que a mocidade se encontra organizada pelo Estado, ou possui características nacionais (Portugal, Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália, Roménia, Polonia, Hungria e Grécia), torneios desportivos; reünião dos chefes para versar problemas de formação, de educação e de política pedagógica.

SETEMBRO, 4.

Sessões inaugurais das Conferências internacionais de telefonia e de telegrafia. Concêrto no Teatro de S. Carlos.

SETEMBRO, 8 (Domingo).

Circuito automobilístico internacional do Estoril.

SETEMBRO, 12.

Acto solene de abertura do Congresso de Ciências da População, na Universidade do Pôrto (à noite).

SETEMBRO, 15 (Domingo).

Inauguração, no Pôrto, da Exposição Etnográfica do Douro-Litoral. Festa das Colheitas. À noite, espectáculo de gala.

SETEMBRO, 16.

Partida para Víseu. Festa provincial da Beira Alta. Início do circuito histórico-turístico da Beira: Lamego, Aguiar da Beira, Trancoso (batalha de 1385), Celorico, Guarda, Sabugal, Belmonte, Gouveia e Viseu.

OUTUBRO, 4.

Festa provincial da Beira Baixa, em Castelo Branco. Feira franca tradicional.

# 3.ª ÉPOCA

## 25 DE OUTUBRO A 2 DE DEZEMBRO

OUTUBRO, 25

Glorificação da Acrópole de Lisboa nas suas duas grandes datas históricas: 1147-1640. Festa histórico-militar.

OUTUBRO, 27 (Domingo).

Peregrinação popular aos monumentos e lugares lisboetas da Restauração.

OUTUBRO, 28.

Abertura solene do Congresso Luso-Brasileiro de História (à noite).

OUTUBRO, 29.

Festa do Brasil na Exposição do Mundo Português. Espectáculo de gala: *Frei Luiz de Sousa.*

OUTUBRO, 30.

Romagem dos congressistas brasileiros à igreja da Graça, de Santarém, onde repousa Pedro Álvares Cabral. Leitura, junto à campa do Descobridor, de trechos da carta de Pero Vaz de Caminha.

OUTUBRO, 31.

Homenagem à memória do padre António Vieira: reconstituïção do Sermão das Quarenta Horas, prègado há três séculos pelo grande orador (1642) no púlpito da igreja de S. Roque.

NOVEMBRO, 1.

Festa em Mafra. Concêrto pelos carrilhões.

NOVEMBRO, 3 (Domingo).

Partida do elemento oficial e dos congressistas para a romagem histórico-turística do Alentejo: Palmela (reünião, no castelo, dos titulares da Ordem Militar de Santiago); Setúbal; Évora (sessão comemorativa do movimento de 1637, na sala dos actos da velha Universidade); Borba (batalha de Montes Claros, 1665); Extremoz; Ameixial (1663); Aviz (reünião dos titulares da Ordem Militar de Aviz), Crato (Flor da Rosa); Fronteira (batalha dos Atoleiros, 1384); Elvas (batalha das Linhas de Elvas, 1659); Vila Viçosa. São inaugurados, durante o percurso, os padrões das grandes batalhas.

NOVEMBRO, 6.

Inauguração da estátua eqüestre de D. João IV no Terreiro do Paço de Vila Viçosa. Cortejo histórico-militar. Visitas evocativas da estirpe ducal de Bragança: sala de armas do Castelo; sala dos Duques; igrejas — panteões dos Agostinhos e de Santa Clara.

NOVEMBRO, 7.

Prosseguem em Lisboa os trabalhos do Congresso Luso-Brasileiro de História. Abertura da época de ópera no Teatro de S. Carlos.

NOVEMBRO, 9.

Sessão de encerramento do Congresso. Banquete aos congressistas, no Estoril.

NOVEMBRO, 10 (Domingo).

Sessão solene, no Museu de Artilharia, comemorativa dos grandes chefes militares da Restauração. O Chefe do Estado é escoltado, desde o Palácio de Belém, por um esquadrão de Cavalaria portuguesa de Montes Claros e das Linhas de Elvas.

NOVEMBRO, 14.

Inauguração da Exposição Bibliográfica da Restauração, na Biblioteca Nacional.

NOVEMBRO, 17 (Domingo).

Acto de escritura pública, ao estilo do século XVII, da doação do Palácio dos Condes de Almada ao Estado pela colónia portuguesa do Brasil. Cerimónia da entrega das chaves do Palácio pelos representantes da Colónia, ao Govêrno Português. Posse do edifício pela Mocidade Portuguesa e pela Sociedade Histórica da Independência.

NOVEMBRO, 21.

Sessão solene na Academia das Ciências de Lisboa: comemoração da obra dos diplomatas e dos jurisconsultos da Restauração.

NOVEMBRO, 24 (Domingo).

Festa de saüdação à colónia portuguesa do Brasil e a todos os núcleos de portugueses dispersos pelo Mundo.

NOVEMBRO, 25.

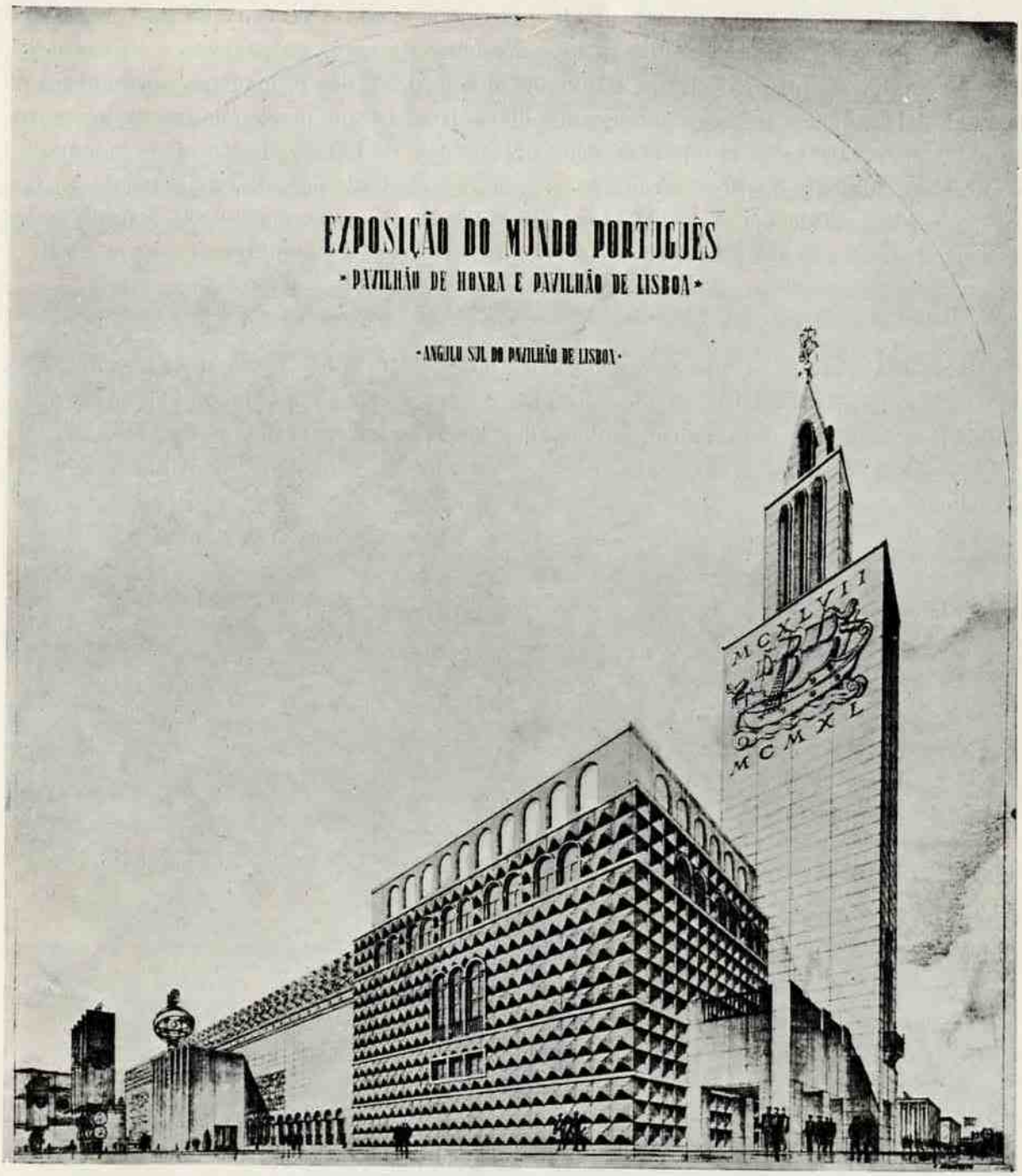
Inauguração do Museu da Restauração, no Palácio dos Condes de Almada.

NOVEMBRO, 28.

Preito das mãis portuguesas e da Mocidade Portuguesa Feminina às mulheres ilustres da Revolução de 1640. Espectáculo de gala, no Teatro Nacional: *Filipa de Vilhena*, de Garrett (um acto); *Fidalgo Aprendiz*, de D. Francisco Manuel de Melo (um acto); peça em um acto, comemorativa da Restauração.

NOVEMBRO, 30.

Festas populares no Largo de S. Domingos. Concêrto de gala em S. Carlos: obra sinfónica inspirada na Restauração de Portugal.


EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS
PAVILHÃO DE HONRA E PAVILHÃO DE LISBOA
ANGULO SUL DO PAVILHÃO DE LISBOA
MCMXL

DEZEMBRO, 1 (Domingo).

*Te-Deum* na Sé de Lisboa. Chamada, em acto solene, no Terreiro do Paço, dos fidalgos que tomaram parte no movimento revolucionário de 1640. Ao ouvir-se o último nome, sôam os tambores, pífanos, clarins e timbales dos terços e dos esquadrões portugueses do século XVII; repicam todos os sinos; a artilharia trôa. Desfile das bandeiras da Restauração e dos estandartes dos Municípios, das Corporações, da Legião, da Mocidade Portuguesa perante o monumento dos Restauradores. À noite, espectáculo de gala no Teatro de S. Carlos: representação da ópera *1640;* execução de composições musicais de D. João IV e dos contrapontistas de Évora e de Vila Viçosa; dansas cortesãs e populares do século XVII.

DEZEMBRO, 2.

Encerramento das festas nacionais, por Sua Excelência o Presidente da República, na Câmara Municipal de Lisboa. À mesma hora, sessões solenes em tôdas as Câmaras Municipais de Portugal e do Império, embaixadas, legações e consulados portugueses. À tarde, repetição, da ópera *1640*, para o povo. À noite, grande fogo de artifício na cidade de Lisboa.

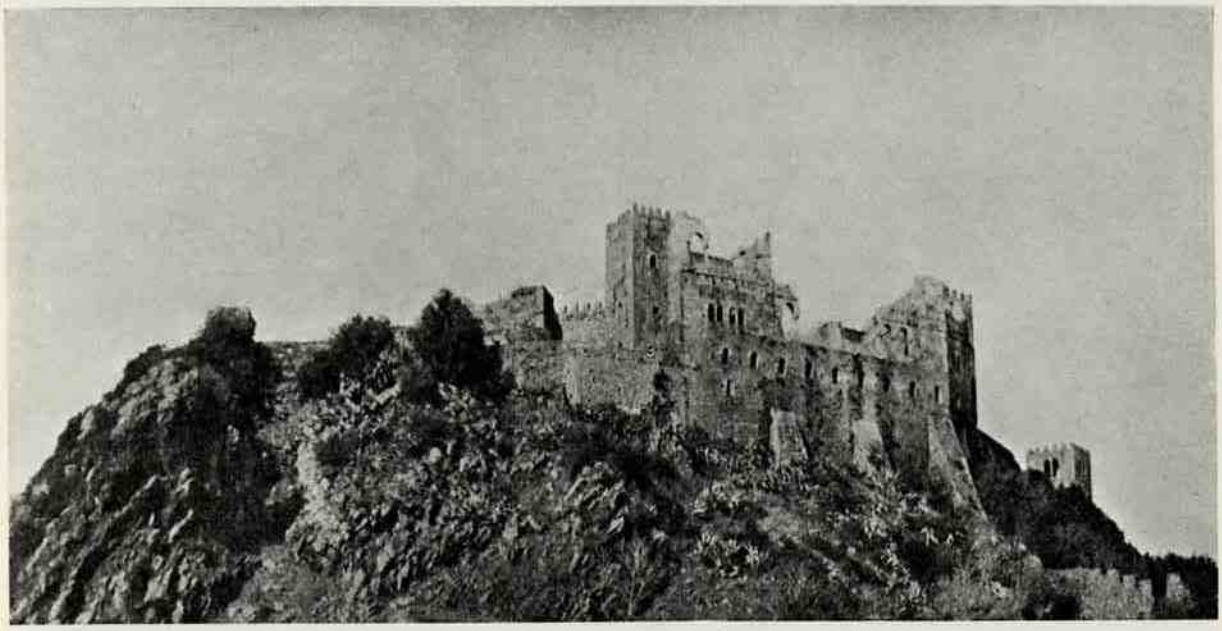
Lisboa, 5 de Maio de 1939.

# CASTELOS DE PORTUGAL

## LEIRIA E ÓBIDOS

Vai em breve Portugal comemorar condignamente as datas históricas de 1139 e 1640.

Vem, pois, muito a propósito recordar, nesta Revista, ainda que, ligeiramente, alguns dos nossos velhos Castelos, sem dúvida, os mais evocativos padrões da independência de Portugal.

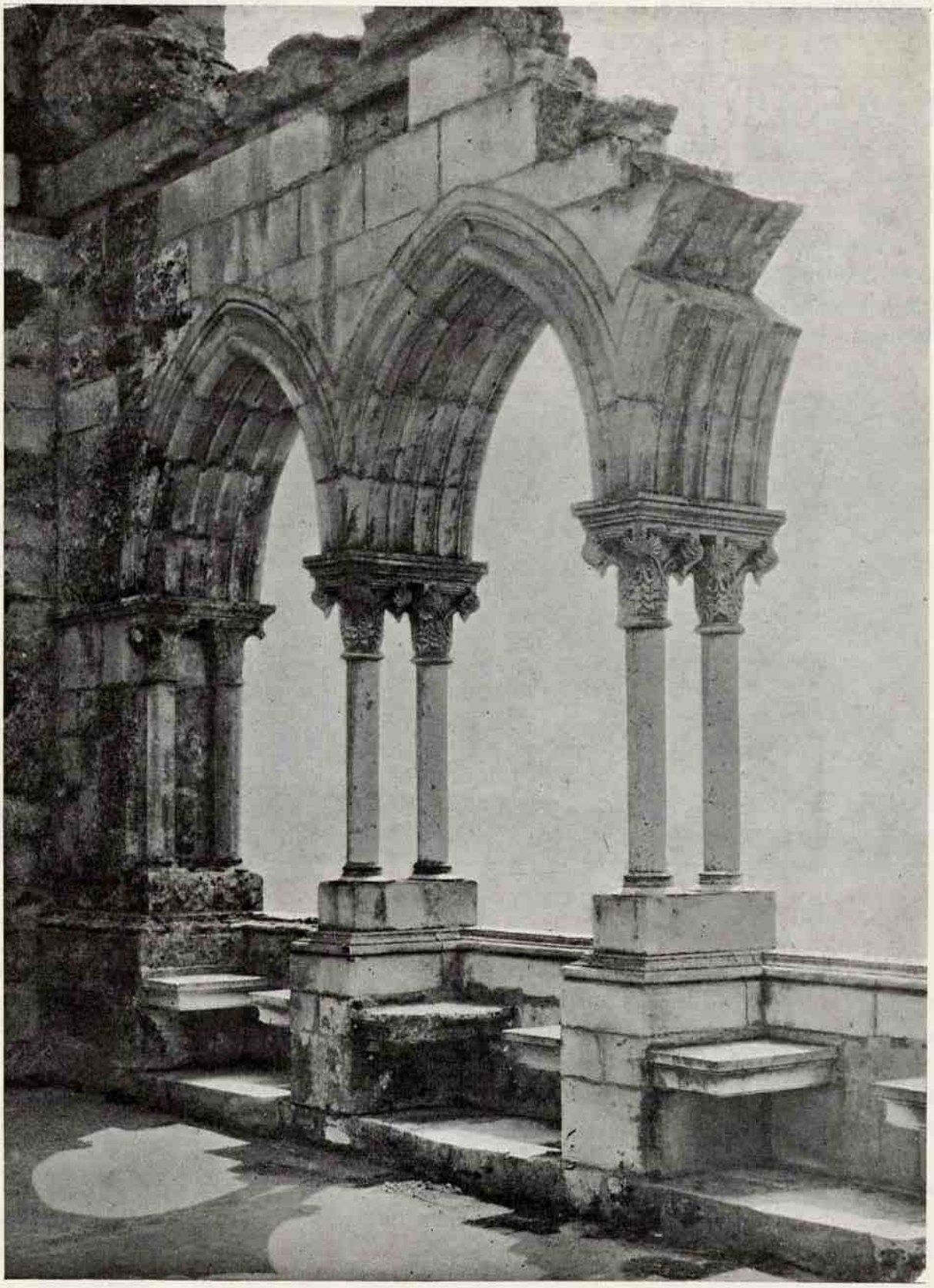


*CASTELO DE LEIRIA*

Na formação da nacionalidade, no alargamento do território e mais tarde em 1640, na nobre e solene reafirmação da nossa independência, tiveram muitos dêstes gloriosos monumentos militares uma acção activa e importante do mais alto significado patriótico.

Principiaremos esta série de artigos, referindo-nos a dois formosíssimos Castelos do distrito de Leiria, duas jóias de arquitectura militar medieval tão directa e intimamente ligados às glórias de Portugal.

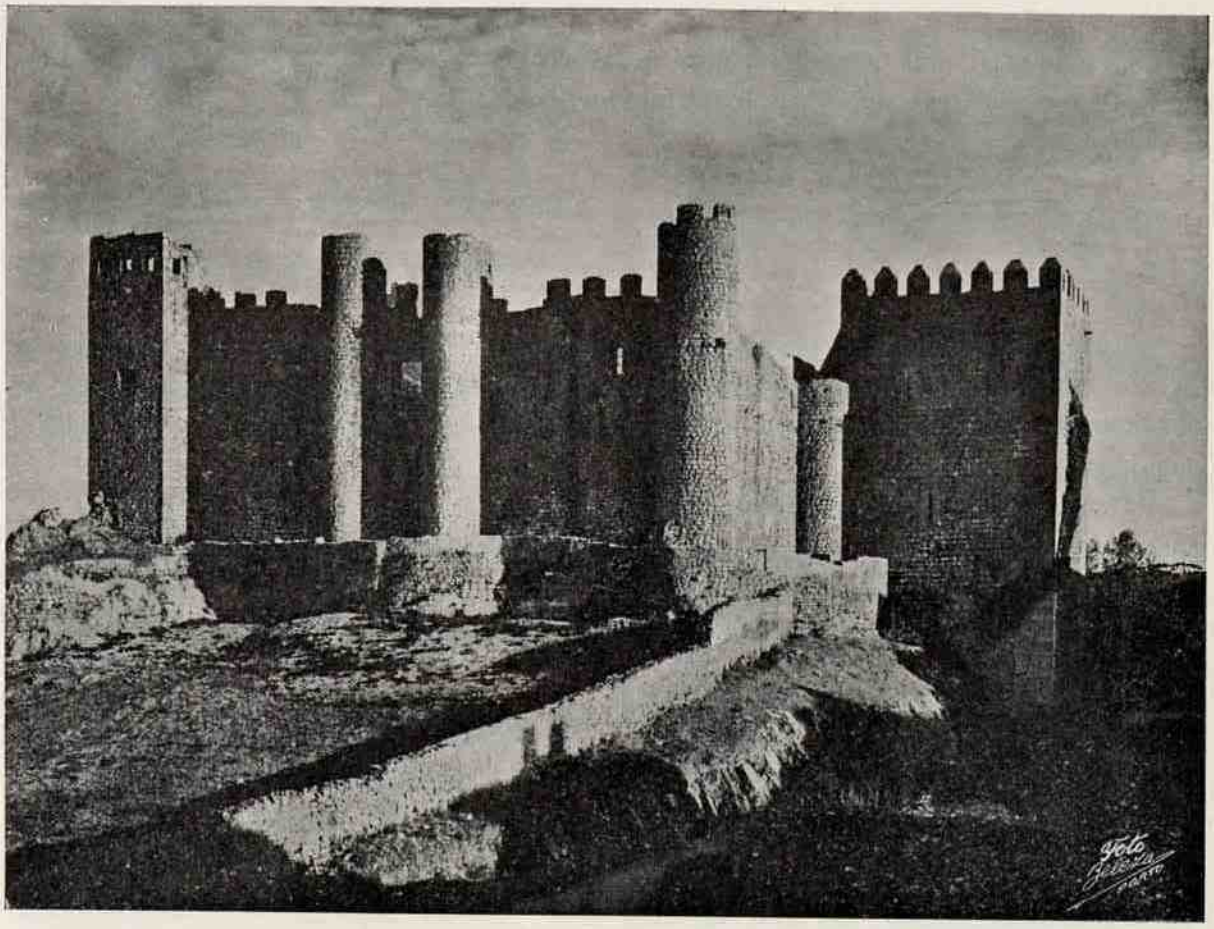
O de Leiria foi construído por D. Afonso Henriques, em 1135, com o fim de defender o caminho de Coimbra das invasões dos moiros e dali dirigir os seus ataques para as praças mais importantes do ocidente, desempenhando um papel de relêvo no plano de conquista do primeiro Rei de Portugal.



*RUÍNAS DE UM VARANDIM NO CASTELO DE LEIRIA*

Aproveitando a ausência de D. Afonso Henriques em 1137 e 1140, em terras da Galiza, duas vezes êste Castelo foi tomado pelos moiros, a-pesar da heróica defesa do seu primeiro alcaide Pais Guterres, que não pôde resistir às violentas investidas da moirama, a quem tanto afligia a incómoda vizinhança desta fortaleza que pela sua posição estratégica e dominadora tanto dificultava a acção dos aguerridos inimigos dos Cristãos.

Mas qualquer destas investidas não deixaram de ser castigadas com energia, porque



*CASTELO DE ÓBIDOS*

o valoroso D. Afonso se apressou a descer até Leiria, para reprimir a audácia dos seus inimigos.

Duas vezes no curto espaço de três anos foi êste Castelo tomado e retomado pelo esfôrço heróico e persistente dos portugueses. Mas, além dêstes, outros episódios históricos se desenrolaram à sombra destas vetustas muralhas, em que foi experimentado o valôr da raça portuguesa.

O Castelo de Leiria, teatro de denodadas acções, é um dos mais encantadores não só pela sua posição no alto de uma penhascosa elevação, mas também pela imponência da sua grandeza e pelo característico da sua construção.

Numerosos são os escritores e historiadores estranjeiros (1) que se têm referido elogiosamente a êste monumento onde encontramos vestígios de três tipos de arquitectura: civil, militar e religiosa.

Dentro do Castelo existem as ruínas da igreja de Nossa Senhora da Penha e do antigo paço real que nos revelam ainda a beleza destas construções, e dominando todo êste conjunto sobressai, notàvelmente, a admirável tôrre de menagem mandada edificar por D. Diniz, e donde se disfruta um vasto e encantador panorama.

*

* *

Entre os exemplares das fortalezas medievais, não podemos deixar de citar, como um dos mais belos, o antiqüíssimo castelo de Óbidos que D. Afonso Henriques conquistou aos moiros em 1148, depois da tomada de Lisboa, em continuação do seu plano de conquistas.

Constituiu esta fortaleza um forte abrigo para a povoação que se instalou à sombra das suas muralhas, como também um campo de operações para os portugueses.

A acção heróica desta vila, na admirável resistência ao assédio do Conde de Bolonha, e a sua fidelidade a D. Sancho, mereceram-lhe o ser justamente galardoada com o título de sempre leal.

Devia o Castelo de Óbidos ter recebido as suas primeiras reparações ainda no tempo de D. Afonso Henriques, apoz a sua conquista, e a D. Sancho se atribue a construção da tôrre albarrã, mas as obras de maior vulto são dos reinados de D. Diniz, D. Fernando e D. Manuel.

É êste Castelo uma das mais típicas construções militares medievais, que despertam vivo interêsse sob o ponto de vista pitoresco, arqueológico e histórico, merecendo ser conservado como elemento de estudo e como gloriosa lembrança do passado.

E aqui ficam, muito resumidamente, algumas notas sôbre êstes dois monumentos militares, que são, incontestàvelmente, dois padrões de recordações históricas de invulgar beleza e de grande poder evocador.

JORGE LARCHER

---

(1) Entre outros podemos citar: A. Germond de Lavigne, Walter Watson, James Murphy, M. Link, Giner de los Rios, A. Raczynski, Pero Lopez Ayala, Schaeffer, Agnes M. Goodoll, Ferdinand Denis, etc.

# LEGISLAÇÃO

*DECRETO-LEI N.º 29.597*

A Comissão Nacional dos Centenários, nomeada por portarias da Presidência do Conselho de 11 de Abril e 2 de Junho de 1938, e mantida pelo disposto no artigo 1.º do decreto-lei n.º 29.087, de 28 de Outubro do mesmo ano, resolveu, em sua sessão de 4 do corrente, apresentar ao Govêrno o pedido da sua dissolução, visto que, tendo sido fixado, sob proposta da comissão executiva, criada pelo artigo 6.º do mesmo decreto-lei, o programa definitivo das comemorações do duplo centenário, não só considera pràticamente extintas as suas principais atribuïções, como ainda se dá a circunstância de a comissão executiva ser constituída pela maioria dos seus membros.

Atendendo a que o programa estabelecido para as comemorações não perderá o seu carácter de definitivo, mesmo que, impostas pelas circunstâncias, nêle hajam de ser introduzidas quaisquer alterações acessórias e de pormenor e que, portanto, assim fica assegurada desde já, como era essencial, a unidade do pensamento político e cultural das comemorações, a que se refere o n.º 1.º do artigo 3.º do citado decreto-lei n.º 29.087; e

Considerando que a comissão executiva tem tôda a autoridade e competência para velar pela execução fiel dêsse programa;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — É dissolvida a Comissão Nacional dos Centenários, nomeada por portarias da Presidência do Conselho de 11 de Abril e 2 de Junho de 1938, e confirmada e mantida pelo artigo 1.º do decreto-lei n.º 29.087, de 28 de Outubro do mesmo ano.

Art. 2.º — São mantidas à comissão executiva, criada pelo artigo 6.º do mesmo decreto, as atribuïções que por êste lhe foram conferidas e são para ela transferidas as que pelo disposto nos artigos 2.º e 3.º pertenciam à Comissão Nacional dos Centenários.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 15 de Maio de 1939. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

*DECRETO-LEI N.º 29.620*

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — A-fim-de ser presente nas comemorações centenárias e de constituír posteriormemte elemento do Museu de Marinha, o Ministério da Marinha mandará construir, com dispensa das formalidades legais, um navio que seja a mais documentada reconstituïção conjectural da nau *S. Gabriel* que sob o comando de Vasco da Gama realizou a primeira viagem marítima à Índia.

Art. 2.º — É criado no capítulo 4.º «Superintendência dos Serviços da Armada», artigo 24. «Construções e obras novas», do orçamento do Ministério da Marinha para 1939 o n.º 2) «Construção e aparelhamento da nau *S. Gabriel*, reconstituïção da que sob o comando de Vasco da Gama realizou a primeira viagem marítima à Índia», com a dotação de 400.000$00.

Art. 3.º — No n.º 1) do citado artigo 24.º e no capítulo 9.º «Arsenal do Alfeite», artigo 271.º «Material e outras despesas», do mesmo orçamento é anulada a importância de 400.000$00 devendo igual anulação ser feita na verba de 26.000.000$00 inscrita no capítulo 7.º, artigo 183.º, do Orçamento geral das receitas do Estado para o corrente ano económico.

Art. 4.º — O Ministro da Marinha nomeará pessoa de reconhecida competência em assuntos de arqueologia naval para acompanhar a construção e arbitrar-lhe-á uma gratificação, a pagar por conta da referida verba.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 22 de Maio de 1939. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

*A-propósito da participação do Brasil nas Festas do Duplo Centenário de 1940, publicou no «Diário de Notícias», de 19 de Abril último, o ilustre escritor Snr. Embaixador Dr. Alberto de Oliveira, o notável artigo que a seguir transcrevemos:*

«Quanto deploro que a minha cada vez mais frágil saúde me não permita atravessar de novo o Atlântico, para corresponder ao afectuoso e honroso apêlo dos meus compatriotas do Rio de Janeiro, e ir levar-lhes, assim como aos meus amigos brasileiros, uma palavra de afecto e de saüdade! Nenhuma ocasião seria melhor que esta, em que lá como aqui nos preparamos todos para celebrar, em comunhão estreita como nunca, as duas datas gloriosas, que nos são comuns, de 1140 e de 1640 — aquela em que nascemos e aquela em que renascemos! Sem haver Portugal não teria havido Brasil, embora o território hoje ocupado por essa nação viesse um dia a ser colonizado por outros povos. E a fidelidade que o Brasil nos guardou de 1580 a 1640, e a grande parte que connosco tomou na sua total libertação de quaisquer domínios estrangeiros, altamente contribuíram para o restabelecimento da integridade e da independência de Portugal. Por isso disse e redigo que há no mundo moderno, mãe única e filho único, duas Nações portuguesas. E ao dizer *mãe única*, não esqueço que o Brasil teve três amas, a cujos peitos se amamentou — a lusitana, a índia e a africana — e com cujo leite se formou o seu sangue. Mas, se as três amas o criaram, só uma o concebeu e deu à luz, depois de milenios de trevas incógnitas: só essa é, tanto fisiológica como espiritualmente, a sua mãe. Há Brasileiros dessas três origens, e de outras ainda: Brasil há só um, e é aquele que nos deveu o ser, a inteligência, a alma, a língua, e que delas colheu, no dia próprio, a independência.

Há 21 anos que deixei o Rio de Janeiro, depois de quási cinco de residência felicíssima entre Portugueses e Brasileiros, apesar do calôr e o trabalho terem feito graves estragos na minha saúde. Não houve, na minha longa carreira, época mais activa nem mais fecunda que essa. Senti como poucas vezes, que a minha palavra tinha algum éco e algum préstimo a minha acção. Ao desembarcar no cais Mauá encontrei uma dúzia de patrícios humildes a esperar-me, pois a quási totalidade da colónia estava, depois da mudança de regime, divorciada das autoridades portuguesas. Mas quando me despedi do Brasil encontrei no mesmo cais tal multidão de Brasileiros e de Portugueses — aqueles com o grande Rui Barbosa à sua frente, êstes, com todo o seu estado maior monárquico ou republicano — que o paquete teve de demorar a sua partida para eu romper a massa dos meus amigos e poder embarcar. Não recordo êstes factos por vaidade, mas por gratidão. De que matéria inerte seria feito o meu coração se os não recordasse?

A-pesar dos meus absorventes afazeres oficiais, convivi no Rio com tôda a gente — patrícios, sociedade brasileira, mundo político e financeiro, círculos jornalísticos e literários — e essa incomparável cidade ficou-me sendo muito mais familiar que a própria Lisboa, de que estive ausente tantos anos, e que tanto mudou na minha ausência. Para se fazer idea do meu dinamismo, ou como lhe queiram chamar, basta dizer que se chegou a propôr-me visitar, rua a rua, cada firma portuguesa, tarefa de que tive de desistir, tal a sua amplitude, mas não sem a haver tentado. Com os chefes políticos de então privei desde as primeiras horas, e algumas páginas de memórias espero um dia consagrar aos meus contactos assíduos com Pinheiro Machado, que era então qual vice-rei do Brasil, com o senador Azeredo, com Lauro Muller, com Nilo Pessanha, com Rui Barbosa, meu amigo desde a conferência da Haia, e verdadeiro Pão de Açúcar número dois, no horizonte intelectual, da capital brasileira. Os meus confrades nas letras, a começar pelo meu querido e glorioso homónimo ou xará, como lá se diz, tão efusivamente me acolheram, que menos de um mês depois de chegar fui surpreendido pela minha eleição para a Academia Brasileira, como um dos seus dez sócios portugueses, na vaga aberta pela morte do nosso eminente filólogo Gonçalves Viana.

Vinte e um anos rolaram sôbre aqueles dias do Rio, de Petropolis e de Teresopolis, sôbre a minha viagem sentimental a Oiro Preto e a S. João de El-Rei, que foi uma das maiores comoções da minha vida, sôbre aquelas horas de felicidade que me vinham de ouvir, a tão longa distância de Portugal, falar a nossa língua, fulgir a nossa história, ressuscitar a nossa alma, numa cidade esplêndida, numa nação sem fim, certa do seu futuro e ávida de atingi-lo, enchendo já a América com a sua massa potente e a sua inteligência, vitalidade e patriotismo

irredutível. Nunca me senti tão orgulhoso de ser Português como ao contemplar com os meus olhos essa realidade — e não apenas relíquia — da nossa História, que é o Brasil. Nunca senti tão bem que não há mais duradoiras páginas na nossa existência nacional, e que mais tinham de vir ainda a influir nela, parecendo-me que era dever de nós todos visitar êsse desdobramento formidável do dualismo ibérico, essa projecção colossal de nós mesmos, que é e será a Nação brasileira, quaisquer que sejam as suas mudanças e evoluções no rumo americano.

Depois de tanto tempo, muitos dos meus amigos do Brasil morreram e outros talvez se esquecessem de mim. Mas a todos os vivos me dirijo, em união com os meus compatriotas de lá e de cá, para lhes pedir que tenham bem presente o altíssimo e até novíssimo significado da participação do Brasil nas festas do Duplo Centenário. Vejo nos jornais que acaba de ser entregue oficialmente ao Govêrno do Rio o nosso convite para essa participação: mas ninguém ignora que tal convite foi feito desde a primeira hora, pela nota oficiosa do Senhor Presidente do Conselho, de que até me consta ter sido dado conhecimento prévio ao Embaixador do Brasil em Lisboa, o meu eminente amigo dr. Araújo Jorge. E em que termos sem precedentes se fez êsse convite! O Dr. Salazar, tão sóbrio em palavras, consagrou-lhe longo parágrafo e acentuou que «seja qual fôr a parte que nas comemorações centenárias queiram amàvelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e activo do Brasil». Pediu-lhe *«que nos ajude a fazer as honras da casa* e que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas que como da família, a par de nós, acolha as homenagens que o Mundo nos deve e nos trará nessa ocasião».

Tão excepcionais dizeres obrigam-nos a nós, mas suponho que obrigam também os Brasileiros. Queremos ver o Brasil em Portugal, tão completo em qualidade e quantidade quanto possa ser. Queremo-lo conhecer melhor na sua história, na sua natureza, na sua cultura política e social, literária e artística, no seu corpo e na sua alma. Traga-nos, embora só através de reproduções magníficas e de eloqüentes conferências, as maravilhas da sua paisagem, a majestade das suas florestas e rios, o encanto das suas cidades antigas e modernas, a opulência dos seus engenhos e fazendas, a obra dos seus artistas e dos seus sábios. Traga-nos o vasto e aqui mal conhecido documentário da sua acção diplomática americana, que todo o Mundo Novo admira tanto como admirou outrora a portuguesa. Traga-nos a iconografia dos seus maiores homens de Estado, generais e almirantes, poetas e prosadores, tanto os da época colonial como os do Império e da República. Não deixe de pôr diante dos nossos olhos, freqüentemente ignorantes, o que foram e valeram essas três grandes figuras contemporâneas — Joaquim Nabuco, Rio Branco e Rui Barbosa — a tôdas as quais as nossas letras, a nossa língua e a nossa História tanto devem. Mostre-nos em imagem aquelas fortalezas do longínquo e ainda hoje pouco acessível interior, com que desde cedo foi delimitado o Brasil, saltando audazmente — graças à epopeia dos bandeirantes — por cima das barreiras do tratado de Tordesilhas. Ensine-nos melhor a relembrar a famosa batalha dos Guararapes, que é a Aljubarrota brasileira, e onde o triplo e uno Brasil de então — luso, índio e africano —, cada qual com chefes heróicos, varreu para sempre a dominação holandesa. E diga-nos o que foi o brilho e prestígio do Império na América ibérica ainda então quási amorfa, o que foi a cultura do seu Parlamento inspirado nos melhores moldes britânicos, e evoque para nós a figura universal do seu Imperador, que eu ainda vi no Pôrto, deposto, bem erecto na sua desgraça e exílio, e cujo retrato ornou desde então a minha mesa de estudante.

Sabe o Brasil melhor do que eu o que há-de trazer-nos para podermos seguramente dizer que *cá esteve* e não se fez apenas representar protocolarmente. Mas não me levarão a mal os Brasileiros que eu lhes exponha nestas linhas algumas das minhas aspirações e que lhes diga também para terminar, e invocando a nossa por vezes atribulada experiência dos últimos meses, QUE NÃO HÁ TEMPO A PERDER para estarmos todos prontos na data marcada.

*Sôbre o mesmo motivo, também o distinto escritor João Ameal publicou no «Diário da Manhã» de 22 de Abril o seguinte artigo, que gostosamente arquivamos nestas páginas:*

Foram extremamente significativas e merecem ser registadas com jubiloso alvoroço as palavras há pouco pronunciadas no Rio de Janeiro pelo dr. Oswaldo Aranha, Ministro dos Negócios Estrangeiros, do Brasil, a-propósito da representação do seu país nas festas comemorativas do oitavo centenário da nacionalidade portuguesa. Quási no início do seu discurso, afirmou o ilustre homem público:

— *«Nunca, em tôda a nossa existência de povo independente, deixámos de cultivar a mais viva afeição pelo povo de que descendemos, nem abdicámos do*

*nosso direito de participação no património indestrutível de serviços à civilização que constitue a epopeia lusitana».*

E um pouco adiante, em complemento lógico dêstes períodos:

—«*A obra de colonização portuguesa neste país ficou sob as vistas das gerações do Brasil independente, e o testemunho dos grandiosos monumentos de arte, de defesa e, sobretudo, a herança de um admirável espírito de aliança de Norte a Sul, demonstram aos raciocínios mais exigentes o valor do povo português e a sua inigualável capacidade como disseminador de civilizações».*

Quem recorda as prodigiosas glórias do nosso passado e medita acêrca do *espírito de missão* (segundo a bela fórmula de Eugénio d'Ors) que presidiu sempre ao nosso esfôrço histórico — deve, sem dúvida, ver nas esplêndidas homenagens do dr. Oswaldo Aranha um puro acto de justiça. Mas, tanto aos homens como aos povos, raro se presta a justiça devida. E isto é um motivo a mais para sublinharmos com gratidão inequívoca o depoimento do eminente estadista brasileiro.

Fala, noutro lugar, o dr. Oswaldo Aranha da «*Solidariedade verdadeiramente familiar*» que une as duas Pátrias separadas pelo Atlântico. Ontem mesmo, um telegrama do Rio vinha dar novo testemunho de como essa solidariedade é viva e actuante: noticiava que fôra unanimemente aprovado, no Conselho de Immigração e Colonização, um texto pelo qual se consideram os portugueses excluídos de qualquer restrição numérica quanto à sua entrada no Brasil. Esta medida, tão simpática para nós, representa, aliás, a conseqüência normal de outra passagem do discurso do dr. Oswaldo Aranha:

—«*A ininterrupta immigração portuguesa continuou a fortalecer a fisionomia brasileira de tal modo que, nesta hora, constatamos com tranqüilidade que temos mantido integros os caracteres fundamentais da nossa Pátria com um grande poder de absorção, realizando, ao inverso, o episódio bíblico da Tôrre de Babel. E' assim que a língua portuguesa, o costume português e o próprio sentimento português têm sido denominador comum na formação facial brasileira».*

Assim se reforça ainda uma vez, nas mais sólidas bases, a exemplar fraternidade que existe entre o Brasil e Portugal. Ao nosso lado, nas festas do próximo ano, cujo significado é tão amplo e tão profundo, a jóvem Pátria brasileira virá atestar o poder criador da gente portuguesa, o alcance universalista da sua acção e do seu esfôrço. Tradições comuns, a mesma língua, iguais conceitos do homem e da vida criam entre portugueses e brasileiros elos indestrutíveis, que nada conseguiu nem conseguirá quebrar. Por isso lemos também com alegria e prazer essa frase de cortesia gentilíssima do dr. Oswaldo Aranha:

—«*O Brasil irá a Portugal no momento em que êste festeja os seus 800 anos de idade e os nossos 300 anos de Restauração — ajudar a fazer as honras da casa».*

## IMPRENSA BRASILEIRA

Entre os jornais da grande Nação irmã, que pela sua fervorosa propaganda das Comemorações Centenárias mais se têm distinguido, justo é destacar o diário do Rio de Janeiro *Correio Português* — órgão da colónia portuguesa do Brasil, que nas suas páginas tem publicado, não só todo o noticiário que diz respeito às festas a celebrar, mas ainda continuamente transcreve os mais notáveis artigos aparecidos na imprensa portuguesa, a-propósito de tão grandioso acontecimento.

Com um perfeito sentido dos seus deveres patrióticos, muito para louvar é a atitude do *Correio Português.*

*Ainda sôbre os Centenários, publicou o importante* Diário Carioca, *da mesma cidade, num dos seus últimos números, a seguinte local, que temos o prazer de transcrever nestas páginas:*

«Os festejos comemorativos dos Centenários de Portugal que se realizarão em Lisboa vão receber a adesão do govêrno brasileiro. Um telegrama de Lisboa já anunciava que o sr. Júlio Dantas, um dos membros da comissão organizadora daquêles festejos, comunicou «a intenção do govêrno brasileiro de se associar de maneira brilhante às festas de 1940, contribuindo assim para a valorização do passado histórico, património comum às duas nações irmãs, tão intimamente ligadas pelos laços de raça, tradição e língua. A forma de participação do Brasil — acrescentou o sr. Júlio Dantas — não será publicada senão quando o govêrno brasileiro julgar conveniente».

Sabemos, entretanto, que não sómente o govêrno brasileiro se associará às comemorações centenárias da gloriosa terra lusitana. Várias associações literárias e culturais do país comparecerão áquelas comemorações. Podemos, mesmo, adiantar que o Instituto Brasileiro de Cultura enviará várias monografias e trabalhos históricos de autoria dos seus membros.

Não se poderia compreender que os homens de inteligência do Brasil ficassem indiferentes. Portu-

gal foi o berço da nossa nacionalidade. Dêle recebemos o influxo de uma civilização que soubemos honrar. Dêle recebemos o sangue, a religião, os sentimentos morais e a fôrça construtora com que levantámos uma grande pátria. O nosso país prestigiando, de todos os modos, as comemorações que se levarão a efeito em 1940, cumpre um dever — um grande e sagrado dever de solidariedade e de gratidão.»

## OUTROS PAÍSES

*O* «Paris-Midi» *de 19 de Abril, num éco intitulado — «O Jardim dos Poetas», escreve:*

«Portugal prepara, para a primavera de 1940, uma grande exposição que se estenderá entre o convento dos Jerónimos e o Tejo. Daí partiam os portugueses a bordo das naus das descobertas, depois de se haverem prostrado, no referido convento, para as suas orações. Uma porta monumentel abrir-se-á sôbre o rio, de onde se avistará uma grande estátua do Infante D. Henrique, projectando no céu, num feixe luminoso, estas duas palavras: *Mundo Português.*

Ver-se-á também, ancorado no Tejo, um dos barcos mercantes da linha da Índia, reconstituido nas suas dimensões e nas suas decorações. Mas haverá também em Lisboa um jardim dedicado à poesia portuguesa: «O Jardim dos Poetas». Que lindo título para uma antologia!»

«Le Jour-Echo de Paris», *no seu número de 23 de Abril, publica também, sôbre o mesmo assunto, as seguintes palavras:*

«Um pequeno País que tem o sentido da grandeza é Portugal. Os planos que a pouco e pouco têm sido revelados da sua exposição de 1940, em que se celebrará o seu oitavo centenário, partem de uma concepção magnífica da gloriosa pátria. Para tornar sensível o génio da raça e a sua projecção no mundo, os organisadores regressaram ao ponto histórico, o convento dos Jerónimos, onde os descobridores do Novo Mundo vinham orar antes de embarcarem nas suas caravelas.

. . . . . .

«O lirismo português exprimir-se-á no «Jardim dos Poetas», que será, sem dúvida, uma reprodução do Choupal, o lugar mais romântico do mundo. Sob os salgueiros passam os estudantes, envoltos nas suas capas e trazendo sempre a sua guitarra pronta para uma serenata. A poesia portuguesa é rica de sombras dignas de habitarem êste cenário e de vivos capazes de lhes prolongarem os acordes.»

# NOTAS VÁRIAS

*NOTA OFICIOSA DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES*

«Portugal, a completar oito séculos de história, aparece-nos rejuvenescido, com energias metòdicamente aproveitadas.

O recente plano de estradas de turismo, a efectuar êste ano pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, que no corpo de técnicos da Junta Autónoma de Estradas tem a garantia da sua perfeita execução, leva-nos em estradas largas a admirar a obra dos tempos, desde as serras brancas, que se confundem com as nuvens, até às areias douradas do ribamar.

Todo um país cheio de côr e pitoresco se abrirá aos forasteiros, primeiro, Portugal-jardim, partindo do Pôrto, subindo o Douro, encantados por entre escadarias triunfais de vinhedos, escalando as serranias do Marão, descendo entre povoados.

Seguindo pelo Litoral, passam lindas praias, cidades amenas, rios e quintas, até Viana, ao deslumbramento de Santa Luzia, ao rio Minho, limite.

Mas não se quebra o encanto; seguem-se serranias, vales frescos, pinheirais e aldeias, hortas e pomares.

Arcos de Valdevez, Braga, a católica, Guimarãis, berço da Nacionalidade, sucedem-se como um filme colorido.

Temos depois um grande centro: Portugal romântico, com Coimbra da razão fria; do Choupal e do luar prateando a velha universidade. Segue-se o Vale do Vouga, cheio de magia; Viseu e o Bussaco heróico; e a Curía elegante.

Da praia internacional da Figueira, vamos a Aveiro, onde o mar está casado com a terra.

Mais abaixo, Portugal-espírito, Fátima, a bênção divina, a grande assembleia das almas portuguesas, e a Batalha, guardando reis e príncipes, túmulo do

Soldado sem nome, todos do mesmo sangue e da mesma fé, todos dando a vida pelo bem comum.

Em redor, desde a Nazaré ao Ribatejo, desfilando povoados, castelos e conventos, igrejas, terras e jardins, num encanto sem fim.

Chegamos a Lisboa, Portugal-Império. Junto da velha e linda cidade, praias cheias de luz, serras românticas, Paços e matas reais estendem-se em anel e, passado o Tejo, a serra azul da Arrábida guarda-nos o portinho, jóia do nosso mar.

Resta-nos Portugal-independência, Minho dos Braganças, com os marcos definitivos de Ameixeal e Montes-Claros, rodeando Evora, cheia de silêncio e de recordações, onde se ouvem os nossos passos e dizem ser a alma da mourama.

E no extremo, depois de horas de árida campina, encontramos o oásis luminoso, o Portugal-azul, o Algarve. Desde Sagres-imperial até Vila Real de Santo António, estende-se uma costa dourada.

É o reino do mar e do sol; a terra absurda de rochas de ouro e verde de flôres.

É a ponta da Europa vencendo o mar.

A idea magnífica do Govêrno, criando alguns e melhorando todos os circuitos de turismo do país, permitindo já, no limiar de 1940, quando comungarmos na alegria e no orgulho dos jubileus centenários, dizer aos visitantes, com simplicidade e a paz nos corações: «Eis o nosso lar, seja bem-vindo quem vier por bem».

•

As estradas de turismo acima referidas são as seguintes:

Lisboa, Sintra, Colares, Cascais e Lisboa.

Lisboa, Queluz, Mafra, Ericeira, Sintra, Cascais e Lisboa.

Lisboa, Cezimbra, Arrábida, Outão, Setúbal, Palmela e Lisboa.

Lisboa, Santarém, Tôrres Novas, Tancos (Almourol), Santa Cita, Tomar, Vila Nova de Ourém, Fátima, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Alcobaça, Caldas da Rainha e Lisboa.

Coimbra, Penacova, Luso, Mealhada, Aveiro, Mira, Figueira da Foz e Coimbra.

Luso, Viseu, S. Pedro do Sul, Albergaria-a-Velha, Mealhada e Luso.

Pôrto, Régua, Vila Real, Amarante, Alto da Lixa, Penafiel e Pôrto.

Pôrto, Viana do Castelo, Monção, S. Gregório, Arcos de Valdevez, Braga, Guimarãis, Santo Tirso e Pôrto.

Evora, Redondo, Vila Viçosa (Palácio Ducal), Borba (Montes-Claros), Extremoz (Ameixeal), Montemor-o-Novo e Evora.

Cabo de S. Vicente, Sagres, Lagos e Vila Real de Santo António.

Viseu, Mangualde, Guarda, Velhelhas, Manteigas, Gouveia, Mangualde e Viseu.

Coimbra, Ceira, Foz de Arouce, Louzã, Castanheira de Pera.

Figueiró dos Vinhos, Pontão, Penêla, Condeixa e Coimbra.

## *PROPAGANDA RADIOFÓNICA PARA O ESTRANJEIRO*

A propagando radiofónica dos centenários da Fundação e Restauração de Portugal vai ser intensificada a partir do próximo dia 15 de Junho.

Diàriamente, das 22 e 5 às 23 horas, serão emitidos programas de música popular portuguesa, pela estação C. S. W. 8., acompanhados de legendas e pequenas palestras, que constituirão interessante propaganda turística do nosso país. Estas palestras serão emitidas em espanhol, francês, inglês, italiano e alemão.

Às segundas, quartas e sextas-feiras de cada semana, o programa é dedicado, a partir do referido dia, à França e à Inglaterra, sendo os das terças-feiras, quintas e sábados consagrados à Itália e à Alemanha.

Aos domingos será emitida, conjuntamente com o programa de música portuguesa, uma palestra sôbre os acontecimentos nacionais, em francês e inglês.

## *NOTA OFICIOSA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL*

«A-fim-de se assegurar a desejada concentração de esforços para o maior brilho da Dupla Comemoração Centenária da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência, cujo programa oficial foi aprovado já por Sua Ex.ª o Presidente do Conselho, para se realizar entre 5 de Maio e 2 de Dezembro de 1940, o Sr. Ministro da Educação Nacional determinou que nos estabelecimentos dependentes do seu ministério todos os actos relativos à mesma celebração patriótica, com excepção dos de índole meramente preparatória, se realizem dentro daquêle período.»



BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

BIBLIOTECAS NUMA

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 6 — 30 de Junho de 1939 — ANO I

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*O BRASIL E A RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL — Dr. Gustavo Barroso* . . . . . 1

*A MÍSTICA DA RESTAURAÇÃO — Dr. Cabral do Nascimento.* . . . . . 7

*A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS SERÁ UMA AFIRMAÇÃO DE TÉCNICA NACIONAL.* . . . . . 11

*CASTELOS DE PORTUGAL — Montemór-o-Velho, Penela e Soure — Cap. Jorge Larcher* . . . . . 19

*REVISTA DA IMPRENSA* . . . . . 25

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 28

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50

# O BRASIL E A RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

*No dia 10 de junho de 1580, morreu Camões, apagou-se no túmulo a Grande Voz que exaltara os prodígios da Raça. Finara-se com a alma em luto dentro duma Pátria de luto pelo seu Rei Desejado, morto devagar e matando, dois anos antes, a 4 de agôsto de 1578, nos fulvos areais de Alcácer Quebir. Quando morre o poeta, extingue-se a Dinastia e o Rei espanhol herda o Reino. A poesia épica não tinha mais que cantar sob o domínio estrangeiro.*

*Unido à Espanha, Portugal está unido ao trágico destino da decadência filipina. Sessenta anos de desgraça a que a alma nacional resiste até a Primeira Restauração, a de D. João IV, como resistiria a um quarto de século de anarquia até a Segunda Restauração, a de Salazar. O vasto Império Colonial conquistado na grande e heróica aventura marítima é prêsa de todos os inimigos da Espanha, que enchem os mares, de todos os* écumeurs, *de todos os corsários e piratas. O Brasil, mais exposto, sobretudo.*

*A odisseia das populações litorâneas do Brasil durante o Domínio Espanhol, violadas e perseguidas pela pirataria estrangeira, ainda está para ser contada em conjunto. Os factos isolados que pontilham a crónica dêsse tempo e parecem de somenos importância à primeira vista, reünidos mostram o verdadeiro panorama do que sofreu a colonização lusa no Brasil por parte de inglêses, franceses e holandêses. Gabriel Soares pinta os moradores tão aterrorizados que viviam sempre de «roupa entrouxada» para se fazerem ao mato. A pirataria que os acomete sem descanso resulta de profunda antinomia religiosa. Contra os* papistas, *dizem os piratas.* Hereges *chamam-lhes os documentos coevos.*

*Os ingleses, cuja arrogância natural a destruïção da Invencível Armada e todos os triunfos da era elizabetana fizeram subir de ponto, são os primeiros no assalto. Mal se estabelece o Domínio Espanhol sôbre Portugal e suas conquistas, dirigem-se à costa brasileira. A 24 de janeiro de 1583, o corsário Eduardo Fenton, comandando três galeões e uma pinaça, surge à barra de Santos. Atrai-o o açúcar do grande engenho de Martim Afonso de Sousa passado aos Schetz de Amsterdão. Felizmente, ronda pelo Brasil a esquadra espanhola de Flores Valdez, que se dirige ao Prata. Três dos seus galeões sob o comando de André Squino atacam os ingleses e os põem em fuga, embora perdendo um dêles.*

*Em 1591, o príncipe dos ladrões do mar, Tomás Cavendish, que, de volta de suas frutuosas expedições, subiria o Tamisa com mastros dourados e velas de damasco nos seus galeões, como nos contos de fadas, toma e saqueia a vila de Santos. Recua, porém, na marcha sôbre o ambicionado engenho dos Schetz com muitos mortos e feridos nas emboscadas do caminho. Em 1592, ataca o Espírito Santo e é derrotado.*

*Não há sossêgo. Uns vêm após os outros. Em fins de 1594, é, segundo Hacklyt, a «well gouverned and prosperous voyage» de James Lancaster, agente duma Companhia organizada com capitais judaicos em Londres, sob a protecção oficial da Municipalidade. Sai ao mar com três navios, aos quais se reúnem na ilha de Mayo mais quatro do corsário francês Venner. Em abril de 1595, avistam as praias brasileiras. No dia 9, apoderam-se do forte do Bom Jesus, desembarcam e ocupam a povoação do Recife, recebendo o considerável refôrço de dez navios do pirata francês João Noyer. São, assim, dezassete galeões artilhados dum consórcio de três ladrões do mar que atacam Pernambuco, isto é, a fonte da riqueza açucareira, de alta importância na época.*

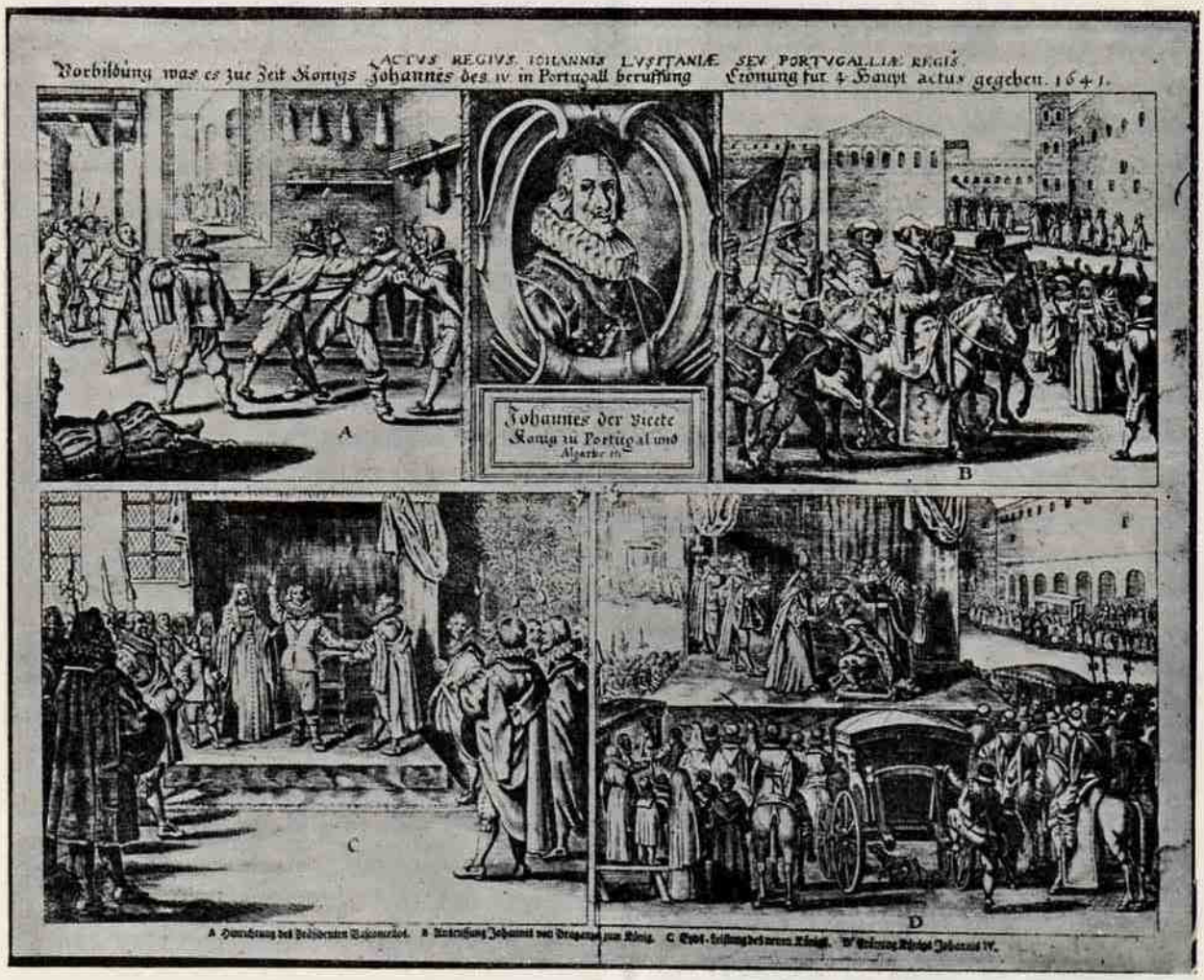
*Governados pelo bravo D. Filipe de Moura, os pernambucanos não se deixam roubar impunemente. Entrincheiram-se no istmo que leva a Olinda e impedem a passagem dos piratas. Durante um mês inteiro que permaneceram no Recife, tôdas as vezes que tentaram qualquer ataque ou golpe de surprêsa ao istmo, fôram repelidos com duras perdas. Acuado entre o Capibaribe e o Beberibe, o inglês, que se intitulava almirante, resolveu retirar-se a 10 de maio. Antes, porém, ousou a derradeira tentativa, mandando seu vice-almirante Edmundo Baker avançar com 275 ingleses e franceses escolhidos contra a gente de Olinda. Receberam uma lição de mestre. Entre os cadáveres jacentes na lama dos mangues contava-se o próprio vice-almirante e o francês João Noyer. No mesmo dia, Cavendish fez-se de vela para a Europa, levando o que saqueara no Recife e nos engenhos próximos.*

*Ao findar o século XVI e ao começar o XVII, os ingleses estabelecem-se onde há menos vigilância, nas regiões despovoadas do Grão-Pará. Intentam fixar-se definitivamente na parte litorânea da Amazonia. Levantam fortes como o Tauregi ou Torrego, no rio Taheri, à margem esquerda do Amazonas, o do Cumaú, na ponta de Macapá, mais três na ilha dos Tucujús e ainda alguns em outros pontos. Acompanham-nos holandêses, fortificando-se em Maniutuba, na foz do Xingú.*

*O grande Pedro Teixeira, incorporador de tôda a vastidão amazónica ao Império Português na América, ajudado de bravos auxiliares como Pedro Baião de Abreu, Pedro da Costa Favela e Jerónimo de Albuquerque, expulsa-os todos entre 1625 e 1632. A 14 de maio de 1625, pessoalmente escorraça o capitão Filipe Pursell da ilha de Tucujús. A 23, varre os holandeses da bôca do Xingú. A 24 de outubro de 1629, sua gente apodera-se do forte Torrego e aprisiona o capitão James Pursell, irmão do derrotado em Tucujús. A 9 de julho de 1632, o capitão Pedro Baião de Abreu conquista pelas armas o forte do Cumaú. No intermédio dêsses feitos principais, a luta constante e árdua; mas o estrangeiro não logra fincar o pé. Depois dessa limpeza, Pedro Teixeira remonta o grande rio e vai até Quito. Tôda a profundidade equatorial do Brasil se deve à formidável energia dêsse homem invulgar.*

*O comércio do pau-brasil atraíra franceses à costa desde poucos anos após o descobrimento. A célebre casa dos irmãos Ango, protegida de Francisco I, mandava seus navios traficarem até Cabo Frio. Os huguenotes de Nicoláu Durand de Villegaignon tentaram esta-*

*belecer-se no Rio de Janeiro. A francesada traficava com o indígena, que adulava de maneira vil, em Sergipa, na Paraíba e no Maranhão. Gaffarel afirma que, dêsse tráfico clandestino, resultavam para a França «imensos recursos». Fácil lhes era exercê-lo no Septentrião brasileiro, em cujo litoral «aucune forteresse ni château qui indique la présence des euro-*




*GRAVURA ANTIGA, ALEMÃ, REPRODUZINDO CENAS DO PERIODO DA RESTAURAÇÃO*

*péens» e onde, por múltiplas razões que não vêm ao caso, «la population se montre plus affable aux français qu'aux portugais».*

*Os navegadores diepêses pretendiam conhecer essas costas deshabitadas, na altura do Maranhão, desde 1524. Afonso de Saintonge estivera na foz do Amazonas em 1542. Em 1594, Jacques Riffault e o Cavalheiro des Vaux tinham vivido com as tribus maranhenses.*

*Seus companheiros, como Adolfo de Montbille, estadeavam entre os Tabajaras da Ibiapaba, no Ceará, quando, na aurora do século XVII, ali chegou a bandeira audaz de Pêro Coelho de Sousa. Em julho de 1605, o Rei Henrique II estabelecia o senhor de la Ravardière de la Touche seu Tenente General nas terras da América.*

*A prêsa cobiçada era o Maranhão, do qual dizia o Governador Geral do Brasil em carta ao Rei Filipe III ser terra «muito fertil e utilissima», opinando que redundaria em benefício para a Corôa o repartirem em distritos aquêles vastos territórios. Adiantaram-se os franceses ao Monarca espanhol. Depois de longa estadia na região, La Ravardière foi buscar mais recursos em França. A 19 de março de 1612, partem do pôrto bretão de Cancale os três navios «Régent», «Charlotte» e «Sainte-Anne», conduzindo 500 homens, para a conquista do Maranhão. Atravessam o Oceano e dão fundo a 11 de julho na enseada do Mucuripe, no Ceará. Batem devagar a costa para o norte até 25 de julho, quando chegam à ilha de Upaonmiri, que batizam como Sant'Ana, nome que lhe ficou. A 6 de agosto, a expedição desembarca na ilha do Maranhão, entre o Anil e o Bacanga. Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière faz-se acompanhar dum grupo de fidalgos: de Razille, de Harlay-de-Sancy, de la Molle, des Gros-Bois, todos protegidos da Regente de França, Maria de Médicis, todos nomeados por ordem de sucessão — «Tenentes Generais do Rei nas Indias Ocidentais e Terras do Brasil». Os índios da região, preparados pelas viagens e tratos anteriores, fazem causa comum com os expedicionários. Assentam-se os fundamentos da cidade chamada de São Luiz, em honra ao maior dos Reis franceses. É o estabelecimento da posse, a colonização definitiva sucedendo ao vanguardear da pirataria.*

*Mas o domínio francês dura pouco. A 19 de novembro de 1614, Jerónimo de Albuquerque derrota os invasores em Guaxenduba e a 2 de novembro do ano seguinte La Ravardiére capitula e retira-se. As Côrtes de Madrid e Paris resolvem a sorte da região na Europa, aonde vai defender os interesses do Brasil Português um dos bravos restauradores maranhenses, Diogo de Campos Moreno, autor da «Jornada do Maranhão».*

*Mau grado a perda do Maranhão, os franceses continuam pirateando na costa setentrional até fins do século XVII. Ainda a 28 de junho de 1697, os capitães Francisco de Sousa Fundão e Martins de Mendonça os repelem em Macapá. As derradeiras expedições, a infeliz de Duclerc, em 1710, e a feliz de Duguay-Trouin, em 1711, nada mais são do que a continuação do hábito da pirataria.*

*Essa pirataria tôda nada mais é também do que o prelúdio duma conquista pensada, amadurecida e realizada, a dos holandeses. A primeira tentativa de Ollivier Van Noort, em 1599, contra o Rio de Janeiro, malogrou-se sob o fogo certeiro da fortaleza de Nossa Senhora da Guia, hoje de Santa Cruz. A prosperidade dos judeus lusos e espanhóis expulsos da Península e refugiados nos Países-Baixos calvinistas, tão gabada por Mendes dos Remédios, é o grande incentivo dos piratas num sentido ao mesmo tempo de proveito e vingança. A Holanda, como escrevia o embaixador Sousa Coutinho ao Conde da Vidigueira, era a mãi*

*dos* cristãos-novos. *São êles os que fundam, comanditam e dirigem as Companhias de Comércio de 1602 e 1621, a primeira contra o Oriente Português, a segunda contra o Ocidente, nada mais na autorizada opinião de Oshlow Burrish, autor da «Batavia Ilustrada», do que «organizações permanentes de pirataria».*

*Dispondo dos cabedais saqueados à famosa Frota da Prata dos espanhóis na baía de Matanzas, a Companhia Previlegiada das Índias Ocidentais lança-se sôbre o Brasil longínquo e esquecido da Corôa de Castela, desde 1624, tomando e saqueando a Baía. A reação dos baïanos os derrota e expulsa. Anos mais tarde, leva a efeito o assalto a Pernambuco. Desembarcados no Pau Amarelo, os mercenários de Weerdenburg, guiados pelo israelita conhecedor da terra, António Dias Paparobalos, apoderam-se de Olinda e do Recife, de onde a conquista se estende para o norte até o Maranhão e para o sul até a Baia, com tentativas extremas contra a Amazonia, dum lado, contra o Espirito Santo, do outro.*

*A longa e sangrenta luta contra o herege invasor trava-se, em alternativas de vitórias e derrotas em Pernambuco, Alagôas, Sergipe, Baía, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, aqui mais forte, ali menos, nela se afirmando um verdadeiro espírito de brasilidade, isto é, de querermos ser o que somos com nossos usos e nossa língua, nossa religião e nossa tradição lusitana. No painel de tôdas as batalhas, nas derrotas como a da Mata Redonda, nas vitórias como as dos Guararapes, esplendem quais símbolos vivos os portugueses de Fernandes Vieira, os brasileiros de André Vidal de Negreiros, os índios de D. António Filipe Camarão e os negros de Henrique Dias. Mesmo quando o novo Rei, premido de aperturas, angustiado de dificuldades, forçado de conselhos, quer renunciar à luta feroz contra a Holanda, a gente do Brasil continua a guerra sòzinha e restaura Portugal, não só no Brasil, mas no Atlântico, àquem e além mar, em África, mandando Souto Maior e Salvador Corrêa de Sá e Benevides varrer os flamengos de Angola e da Loanda.*

*Que maior contribuïção poderia dar o Brasil remoto, deserto e pobre à Restauração de 1640? A pirataria de estrangeiras nações forjara no sacrifício e na luta a alma brasiliense dessa grande época. Quando D. João IV subiu ao seu ainda inseguro trono, os brasileiros se achavam de nuas espadas ensangüentadas na mão. Não as embainharam, emquanto lhe não restituíram intacto o Império Português nas duas margens do Oceano. Título de glória para o Brasil!*

GUSTAVO BARROSO
(Da Academia Brasileira)

# A MÍSTICA DA RESTAURAÇÃO

Não existissem os agravos da política de Castela, no segundo quartel dêsse fecundo século XVII; tivesse o Rei cumprido os deveres que lhe impunha o sistema de união pessoal, que de certa maneira os seus dois antecessores haviam respeitado; e nem assim a idea de independência, o desejo de libertação deixariam de surgir e desenvolver-se no ânimo da nossa gente. Os que, em 1621, ainda não tinham quarenta anos, haviam nascido já sob o signo da dinastia austríaca. Assim tinham crescido e vivido, e é maravilhoso, na verdade, que mesmo ao contacto das grandezas do império, já então experimentado de revezes, mas das quais bem poderiam compartilhar, os portugueses formassem, pelo contrário, uma consciência colectiva de tão pura unidade nacional.

Se é certo que, na linguagem oficial, se aludia sempre, embora com pouca sinceridade, ao «paternal amor com que Vossa Magestade trata estes leais vassalos» e outras fórmulas de cortesia palaciana, na alma popular não se expressavam os sentimentos com tão delicada circunspecção. Murmurações, clamores, insurreições aqui e ali, não eram mais que a exteriorização dum estado de espírito que ansiava pelo regresso à autonomia e glória da nação pequena mas livre, desintegrada dos perigosos conjuntos estaduais que se não compadeciam com quási cinco séculos de independência.

Assim se criou no país uma geral ansiedade que permitiria, depois, legitimar o advento do Rei natural como uma resolução que «tocava o povo», e fazer entrar a Providência em muitos dos actos que precederam e se seguiram à «feliz aclamação».

Essa mística, que já se manifestara entre a arraia miúda, quando da escolha do Mestre de Aviz, em 1385; que tanto persistiu depois da morte de D. Sebastião, quando a idea de regresso do príncipe desejado fazia pulsar os corações dos portugueses e escaldar a oratória dos frades e a imaginação dos profetas; essa crença redobrava agora de intensidade, compelia à acção e impunha, pela violência das fôrças espirituais, a restauração urgente duma pátria deprimida.

Não pensavam de outra forma os próprios escritores nacionais, a quem o mito do Encoberto contagiara. António Vieira deixara-se enfeitiçar, tornara-se um visionário. O quadro da sociedade portuguesa de então não pode ser visto nem compreendido sob outro aspecto nem à luz da crítica dum Oliveira Martins, por exemplo; e o 1.º de Dezembro, longe de ter sido, como êle pretendia, o resultado duma conjuração parcial, tem pelo contrário direito a ser considerado como uma verdadeira revolução.

O poeta Manuel Tomaz, num dos seus livros menos conhecido — mas talvez o melhor — a *União Sacramental*, publicado em 1650, desenha assim o sentimento geral da nação perante o advento dum chefe natural, ansiosamente esperado, — que tanto podia ser o Duque de Bragança, como outro português qualquer em quem coubessem os requisitos ne-

cessários para a missão libertadora. Até uma república, como a dos Estados Holandeses, serviria os desígnios dos nossos antepassados.

Mas dizia assim Manuel Tomaz:

«Encuberto, Declarado,
Em quem os enigmas páram,
E de tantas profeçias
Se vém as soluções claras.

«Restaurador Milagroso,
Dezejado que nos Salva
Do pezado Cativeiro
De Aegypçios crueis d'Espanha».

Nenhum movimento de ordem política e social que não seja o resultado dum consenso unânime e como que gerado na cumplicidade tácita da nação. Neste caso, porém, a ansiedade indefinida, a esperança vaga dos que almejavam por uma nova ordem de coisas, o sebastianismo dos que, saüdosos e poéticos, ambicionavam a volta dum monarca nado e criado em Portugal, juntavam-se à razão mais prosaica dos que sofriam e deploravam as exigências vexatórias do fisco, que esta foi, sem dúvida, também uma das grandes alavancas da revolução.

A Espanha não nos podia dar glória, bem desejaria ela consegui-la sôbre os inimigos franceses e holandeses; prosperidade também não, que as suas finanças depauperadas envolviam as nossas no mesmo descalabro assustador. Sôbre essas dificuldades da hora presente, pairava sempre a recordação da história pátria, interrompida nos areais de Alcácer; essa história de tão heróica ressonância, que os nossos cronistas insistiam em descrever e os épicos em memorar, mesmo sob a hegemonia castelhana. E de além mar chegavam as notícias da resistência inverosímil de alguns portugueses à espoliação metódica das colónias.

Que admira, pois, que se fizessem promessas, se formulassem votos pela salvação do reino, ameaçado assim nos domínios do ultramar, vilipendiado no seu exército, nos seus chefes, nos representantes do povo? Nada conheço de mais significativo dêste espírito nas vésperas da Restauração, do que a promessa do cónego Henrique Callaça de Viveiros, de que fundaria um recolhimento e mosteiro dedicado a Nossa Senhora da Incarnação logo que se verificasse a substituïção da Casa de Áustria no trono de Portugal e conseqüente aniqüilamento da política nefasta dos seus validos. Voto tanto mais de encarecer, quanto é certo que por via do seu estado, se encontrava êste eclesiástico isento do célebre imposto da meia anata, que foi uma das maiores razões de hostilidade dos portugueses contra o Conde-Duque. Fôra bem o patriotismo que lhe falara na alma, e não é descabida nem inoportuna a

*DONA LUIZA DE GUSMAO, ESPOSA DE D. JOAO IV*

*(Da colecção de gravuras da Biblioteca Nacional de Lisboa)*

referência que ora lhe faço, e a evocação do seu nome por certo ignorado da maioria dos portugueses.

Eis como, na doação de todos os seus bens, feita em 1658 (depois de criado o recolhimento e em vésperas de ser transformado em convento de religiosas claristas) recordava êle mais uma vez o motivo principal da fundação:

«... Na prezença de mim tabalião e das testemunhas abaixo nomiadas, pello ditto conigo Henrique Callaça foi ditto que depois da felice aclamação do serenissimo Rey D. João quarto q̃ Ds tem, querendo dar graças ao mesmo Ds da mercê que fizera a este Reyno de Portugal em lhe dar Rey natural, achou que nenhuma couza o podia fazer de maes servisso seu que em lhe fundar nesta cidade hum recolhimento p.ª donzellas, pellas muytas que este bispado tem nobres e da maes condição, que o dezejão servir em clauzura...»

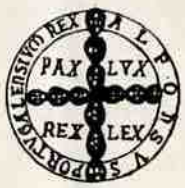
Assim o encontro relatado entre os documentos da Tôrre do Tombo, nos papeis que vieram do Funchal em 1886 e foram encorporados naquele arquivo nacional. Tal fervor patriótico, que levou êste português a desfazer-se de todos os seus bens materiais, erigindo com êles um mosteiro em sinal de regosijo pela aclamação, — êsse fervor patriótico não é um caso isolado, entra aqui apenas como uma exemplificação das mais curiosas.

O mesmo ambiente, que originava estas atitudes, criando por assim dizer a necessidade moral da Restauração, aqueceu de tal maneira nas horas do advento dela, que o milagre se tornou familiar e fácil, e em tudo os portugueses sentiram prognósticos e augúrios da felicidade que despontava.

Assim, o povo *viu*, no dia em que D. João IV foi aclamado, despregar-se o braço direito do Crucificado, na cruz que precedia o arcebispo de Lisboa, nesse luzido cortejo com que o novo monarca, pela pompa das formas exteriores, entrou definitivamente na história e na imaginação popular.

Muitas datas notáveis do nosso passado as recordamos às vezes como simples efemérides, outras suscitam só o içar das bandeiras, outras, ainda, breves discursos e conferências. Nenhuma tinha merecido, como esta, a comemoração das escolas, o interêsse da juventude do país. Belo sintoma, na verdade, porque a mística da Restauração, que gerou o acto de 1640 e tornou possíveis Montijo e Montes Claros, Castelo Rodrigo e Ameixial, ficou sempre vinculada à mocidade lusitana e há de informar o seu espírito e o seu carácter em tôdas as gerações de Portugal. E se o aniversário do 1.º de Dezembro trazia tanta alegria e entusiasmo, que havemos de dizer do seu terceiro centenário, que no proximo ano se comemora?

CABRAL DO NASCIMENTO



# A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS SERÁ UMA AFIRMAÇÃO DE TÉCNICA NACIONAL

Estamos em Belém, na séde do Comissariado da Exposição do Mundo Português e na sala da grande «maquette».

Um rectângulo de 7 metros por 4 revela-nos, nos pormenores mínimos, o que será o grande certame de 1940. Não estamos diante da realidade, mas quási, de tal modo é elucidativa e sugestiva essa valiosa peça de estudo, executada por um grupo de habilíssimos modeladores portugueses.

A um convite do sr. dr. Augusto de Castro, o Arquitecto-chefe Cottinelli Telmo prepara-se para nos descrever a Exposição.

Em face do que vemos foge-nos uma pregunta talvez inconveniente:

— Mas isto faz-se?...

Cottinelli Telmo sorri serenamente e aponta para o engenheiro Sá e Melo, Comissário adjunto e Engenheiro-chefe.

Êste sorri e não diz nada; mas nos olhares trocados entre os membros do Comissariado descubro uma segura tranqüilidade acêrca do cumprimento integral da missão que lhes foi confiada superiormente.

— É claro que se faz — ou teríamos já trespassado o nosso encargo a outros! — remata o Arquitecto-chefe. E continua: — Para o jornalista não vale a pena haver segredos, por isso lhe vamos contar tudo, até mesmo o processo que temos usado para trabalhar: 1.º — Não dizemos nada a ninguém senão quando a Exposição estiver pronta... 2.º — Procuramos manter a confiança que em nós deposita o Govêrno e usamos da inteira liberdade de acção que nos deu. 3.º — Entendemo-nos todos muito bem, os três, e não temos horário de trabalho!

Lembramos que o «programa» da Exposição do Mundo Português foi apresentado ao público em Janeiro dêste ano, numa entrevista do sr. Comissário Geral...

— Foi. E de então até hoje fizemos o seguinte: uma planta geral da Exposição; depois uma grande perspectiva em que se definiam volumes e se pormenorizavam as soluções dos muitos problemas de trânsito, de circuitos dos visitantes, de vedações, etc.; depois alguns dos melhores arquitectos portugueses estudaram os seus projectos e definiram-os de modo a tornar possível a execução desta «maquette»...

— ... que é...

— ... que não é um brinquedo, nem um capricho, mas uma peça de estudo indispen-

sável, a guia da Execução dos trabalhos. Não a fizemos para a expôr ao público nem para mostrar às «visitas», embora nos seja muito grato fazê-lo...

## A PARTE HISTÓRICA

Cottinelli Telmo coloca-nos diante da entrada da Exposição, do lado de Lisboa. O efeito de conjunto é magnífico. Uma porta monumental de 40 metros de altura, grande cartaz da Exposição, serve de ponte de passagem, de ligação da zona de terra com a zona marginal. (Projecto do próprio Arquitecto-chefe) e constitue um fecho dos pavilhões históricos.

— Siga o circuito do visitante. Por aqui... Pavilhão da Fundação. Subimos ao 1.º andar. Estamos ao nível da Porta da Fundação, isto é, da sua passagem sôbre a Avenida da Índia, sôbre os combóios e automóveis que nela circularão livremente. Continuamos a viagem. Pavilhões da «Formação e Conquista» e da «Independência», do arquitecto Rodrigues Lima. Estamos já junto do Tejo.

## OS DESCOBRIMENTOS

— Essa grande cúpula?

Faz parte de todo êste pavilhão, que é o dos «Descobrimentos» e cujo projecto é da autoria do arquitecto professor Pardal Monteiro. A cúpula conterá no interior uma grande esfera que se moverá e onde serão inscritas as rotas das viagens de navegação dos portugueses. Passamos de novo para o lado oposto e, ainda através da Porta da Fundação, alcançamos os pavilhões da «Colonização» e da «Propagação da Fé», do arquitecto Carlos Chambers Ramos.

A análise dessa admirável «maquette» dá-nos a noção nítida do efeito que produzirá a Exposição depois de construida. Nela encontramos as velhas casas junto do Mercado, que serão limpas e melhoradas de modo a acentuar-se-lhes o sabor setecentista, o Bairro Comercial, também de sabor setecentista, a Casa de Santo António...

— Gustavo de Matos Sequeira, seu e meu colega, será o realizador desta parte — diz Cottinelli Telmo. — Porque é preciso dizer-lhe que cada Secção da Exposição tem o seu director responsável. Só com a distribuição de cargos e responsabilidades inerentes poderiamos levar a bom termo esta grande empreitada. A divisão do trabalho é um dos segredos dêste empreendimento.

O Comissário Geral, dr. Augusto de Castro, fala-nos nesta altura, com admiração, do capitão Galvão (Secção Etnográfica Colonial); de Pastor de Macedo (Pavilhões da Fundação, Formação e Independência); do comandante Quirino da Fonseca (Pavilhão dos Descobrimentos); do Agente Geral das Colónias, Júlio Caiola, (Pavilhões de Colonização e Fé); de

Norberto de Araújo (Pavilhão de Lisboa); do coronel Afonso Dornelas (Pavilhão dos Portugueses no Mundo); de Francisco Lage, delegado do Secretariado da Propaganda Nacional, (Aldeias Portuguesas e Secção de Etnografia Metropolitana); de Leitão de Barros e Martins Barata (Nau Portugal).

Qualquer dêstes nomes, ou pela experiência de outras realizações, ou pelo seu saber, representa uma garantia da execução a tempo e horas do recheio dos Pavilhões e Secções — conclue o sr. Comissário Geral.

— Repare agora — continua o Arquitecto-chefe — na solução curiosa de ligação íntima entre o grosso da Exposição e o Jardim Colonial por meio de uma rampa em caracol e de uma ponte. É uma solução do arquitecto Cassiano Branco, a quem distribuí o estudo do largo fronteiro à entrada da Secção Colonial. Recomendo-lhe uma visita especial a esta Secção. Veja as «maquettes» dos vários Pavilhões, da autoria dos arquitectos Gonçalo Melo Breyner, Vasco Palmeiro (Regaleira) e António Lino. As dimensões desta sala não permitiram que completassemos a «maquette» quanto a essa Secção.

## A PRAÇA DO IMPÉRIO

Estamos agora defronte da grande praça que tem por fundo os Jerónimos, a peça principal da Exposição Histórica do Mundo Português.

— Deviamos talvez ter começado por aqui. Esta é a Praça do Império, criação do sr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

— Maior do que o Terreiro do Paço, e, com certeza, uma das maiores praças da Europa — arriscámos.

— E'. Devastámos um velho jardim, mas a Câmara Municipal, a quem cabe uma enorme soma de trabalhos, vai construir imediatamente outro no seu lugar, o futuro Jardim da Praça, projecto do arquitecto Vasco de Lacerda Marques. A' direita, o Pavilhão de Honra e de Lisboa; à esquerda o Pavilhão dos Portugueses no Mundo, de Portugal de 1940 e do Brasil moderno.

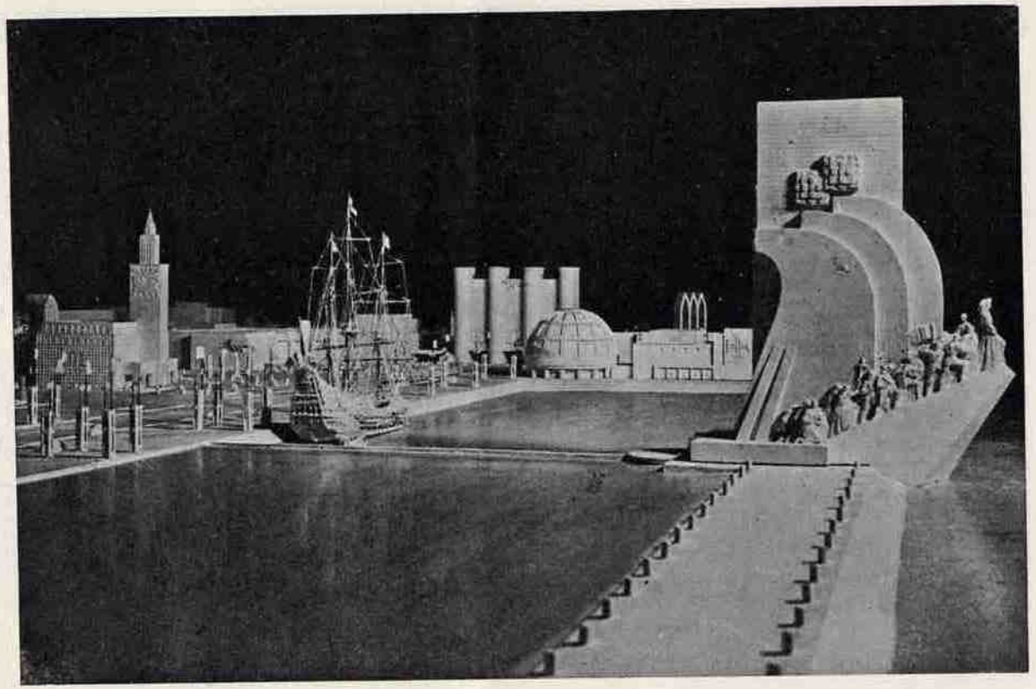
— De quem são os projectos?

— O do Pavilhão de Honra é do arquitecto prof. Cristino da Silva; o outro é da minha autoria. Medem 164 metros de comprimento por 19 de altura. As tôrres têm 50 metros.

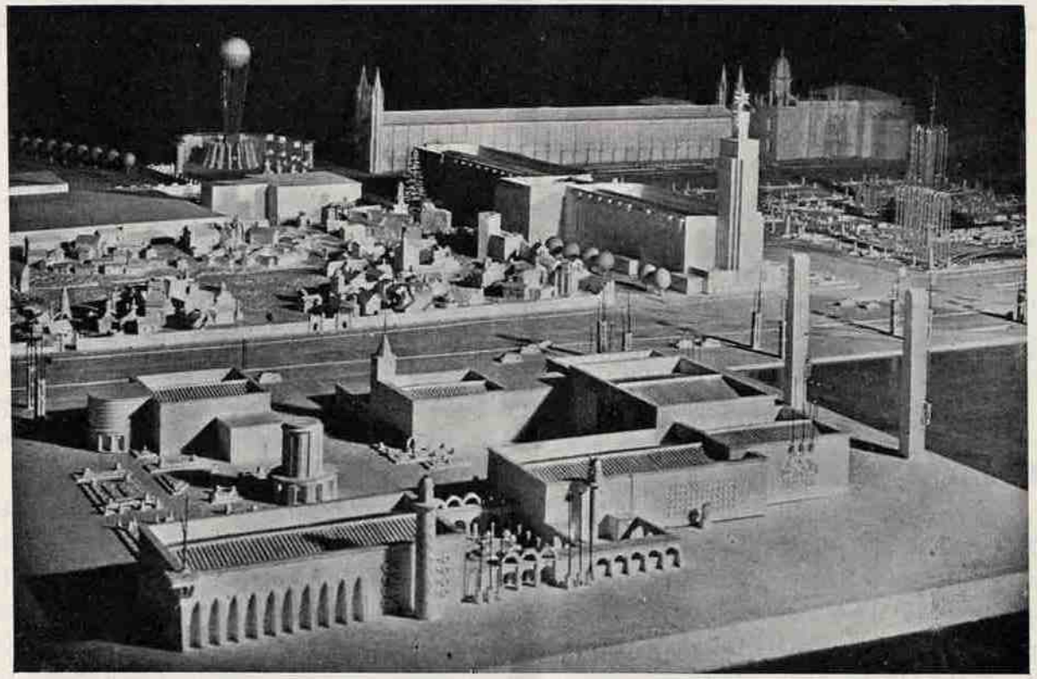
— São grandes peças monumentais — observo. E é curioso o aspecto arquitectónico dêstes edifícios: Num, a sugestão da «Casa dos Bicos»... — o ar de «fortaleza» no outro...

— Já lhe digo alguma coisa a êsse respeito, mas deixe-me terminar a missão de «cicerone»...

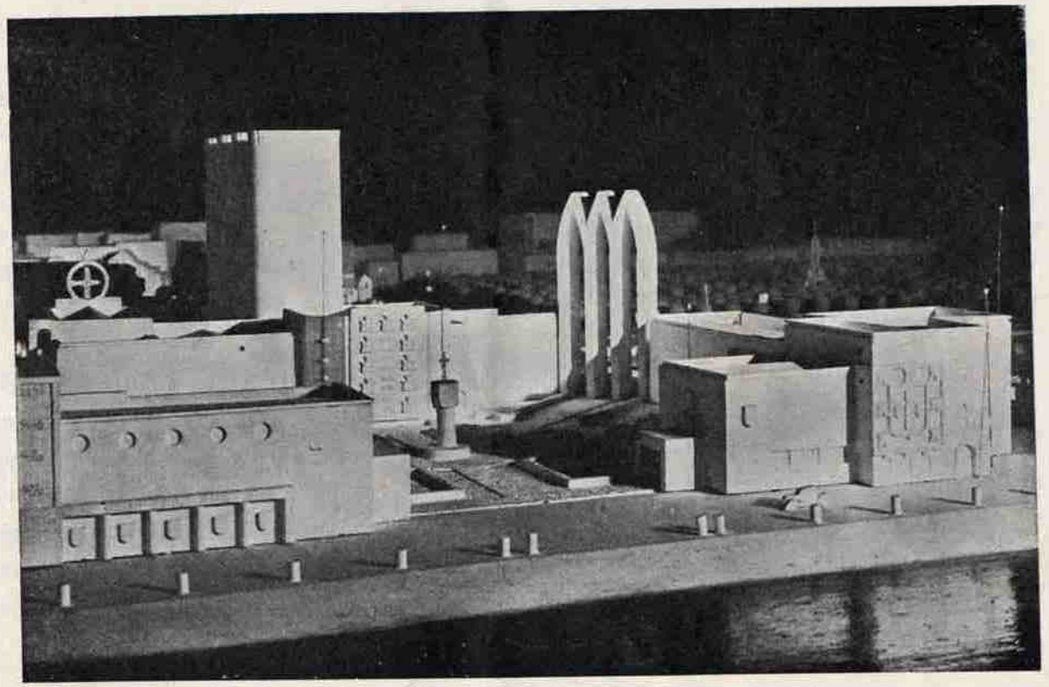
# EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS



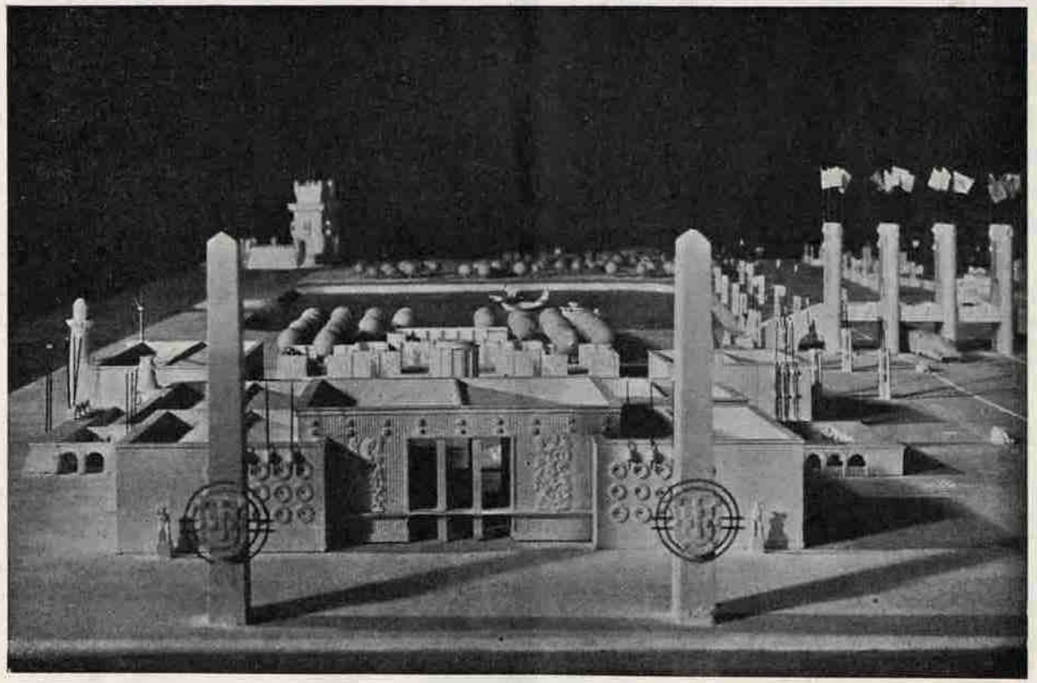
À ESQUERDA, COM A SUA TÔRRE, O PAVILHÃO DE LISBOA; MAIS LONGE, A CÚPULA DO PLANISFÉRIO E, NO PLANO DE ÁGUA, A CARAVELA SETECENTISTA E O MONUMENTO DAS DESCOBERTAS



EM PRIMEIRO PLANO, PAVILHÕES DE ETNOGRAFIA METROPOLITANA. EM SEGUNDO PLANO, AS ALDEIAS PORTUGUESAS E OS JOGOS DE ÁGUA DA PRAÇA DO IMPÉRIO. AO FUNDO, OS JERÓNIMOS E NA CERCA DO MOSTEIRO O PARQUE DE ATRACÇÕES.



EM PRIMEIRO PLANO, OS PAVILHÕES DA SECÇÃO HISTÓRICA E MAIS ATRÁS A PORTA DA FUNDAÇÃO, COM AS SUAS QUATRO TÔRRES, VISTA DE PERFIL



EM PRIMEIRO PLANO, PAVILHÕES DE ETNOGRAFIA METROPOLITANA. AO FUNDO, A TÔRRE DE BELEM E À DIREITA A PORTA DA RESTAURAÇÃO SOBRE A AVENIDA DA ÍNDIA

O PADRÃO DA DESCOBERTA

— Êste monumento, colocado no eixo da Praça, dominando o conjunto e fazendo frente ao rio...

— ...Êste monumento tem uma história. Era preciso um grande padrão da Exposição uma síntese dinâmica do esfôrço dos portugueses, no Descobrimento, na Conquista, na Propagação da Fé. Neste cortejo ascencional de figuras — navegadores, guerreiros, monges, trovadores — não podia deixar de aparecer a figura máxima...

— ... do Infante D. Henrique — atalha o Comissário Geral — E' preciso dizer-lhe que desde o primeiro momento *exigi* que na Exposição aparecesse, em lugar de honra, o Infante, como a Grande Figura que presidiu à formação do Mundo Português.

— Não pretendi fazer um monumento ao Infante de Sagres — explica-nos Cottinelli Telmo. — Foi da Praia do Restêlo — o local da Exposição — que partiram há quatro séculos os portugueses que formaram o «Mundo Português». O sentido da «Partida» é a génese do «Padrão da Descoberta». O Infante está lá, porque comanda realmente, sem substituïção possível, êsse espírito da Grande Aventura do Mar.

Prende-nos a atenção a preciosa reprodução, rigorosamente à escala, da Nau Portugal, ancorada na actual doca dos submersíveis.

— É quási um monumento, não é? — diz-nos o Arquitecto-chefe, adivinhando o nosso pensamento. Está em construção, já, sob a superior direcção técnica do comandante Quirino da Fonseca. E' um plano de Leitão de Barros com a valiosa colaboração do igualmente grande artista Martins Barata.

— E aquilo? São as «Aldeias Portuguesas», claro...

— São. Treze núcleos, correspondentes às treze províncias. O arquitecto Raúl Lino está trabalhando nos projectos, de colaboração com Francisco Lage e Sales Viana, de quem já falámos. Os agrupamentos de casas serão obra da fantasia do arquitecto, mas cada uma delas será a reprodução de documentos autênticos das nossas habitações rurais.

A «Porta da Restauração», do arquitecto Vasco Lacerda Marques, estabelece a ligação da zona das «Aldeias» com a zona da «Etnografia Metropolitana», conjunto harmonioso e pitoresco de pavilhões onde, segundo me informam, serão exibidas as nossas rendas, os nossos barros, trajos populares, produtos de doçaria e panificação, etc.

— Estes pavilhões foram projectados pelo arquitecto Veloso Reis e por João Simões.

— Um teatro de ar livre, não?

— Projecto do arquitecto Paulo Cunha, meu adjunto, assim como o «Jardim dos Poetas Líricos» que constitue um vestíbulo do teatro e cujo plano é uma idea pessoal do senhor Comissário Geral.

O Arquitecto-chefe chama-nos ainda a atenção para a área destinada aos pavilhões dos C. T. T., Turismo, Imprensa, Telefones, Marconi, etc., para a curiosa entrada do «Par-

que de Atracções», do arquitecto Keil do Amaral, e por fim fala-nos da colaboração dos arquitectos.

— Compreende: isto é uma «grande orquestra» que não dispensa uma «regência» que me coube a mim, como poderia ter cabido a qualquer dos meus distintos colegas. Da parte dêstes tenho tido as maiores provas de dedicação e a mais completa solidariedade profissional. Se alguns nomes posso pôr em evidência, sem receio de ser injusto, ponho os de António Lino e Paulo Cunha, meus cooperadores de todos os dias, na sua qualidade de Arquitectos-Adjuntos. Este problema da Exposição do Mundo Português está-me «na massa do sangue» e ocupa inteiramente o meu espírito. «Arquitectura efémera?» De acôrdo! Mas a arquitectura é sempre arquitectura, mesmo quando os edifícios são para demolir.

«Vamos fazer uma Exposição *que não é internacional* embora possa ser o «ensaio geral» de uma futura grande Exposição Internacional; vamos fazer uma Exposição Portuguesa e sobretudo uma exposição histórica; tornemo-nos independentes das fórmulas arquitectónicas preconcebidas e tenhamos a coragem da sermos indiferentes a uma crítica internacional, que nunca compreenderia nem sentiria as razões sentimentais e estéticas da nossa orientação.

«Por isso a arquitectura da Exposição é o que é; portuguesa e de 1940!

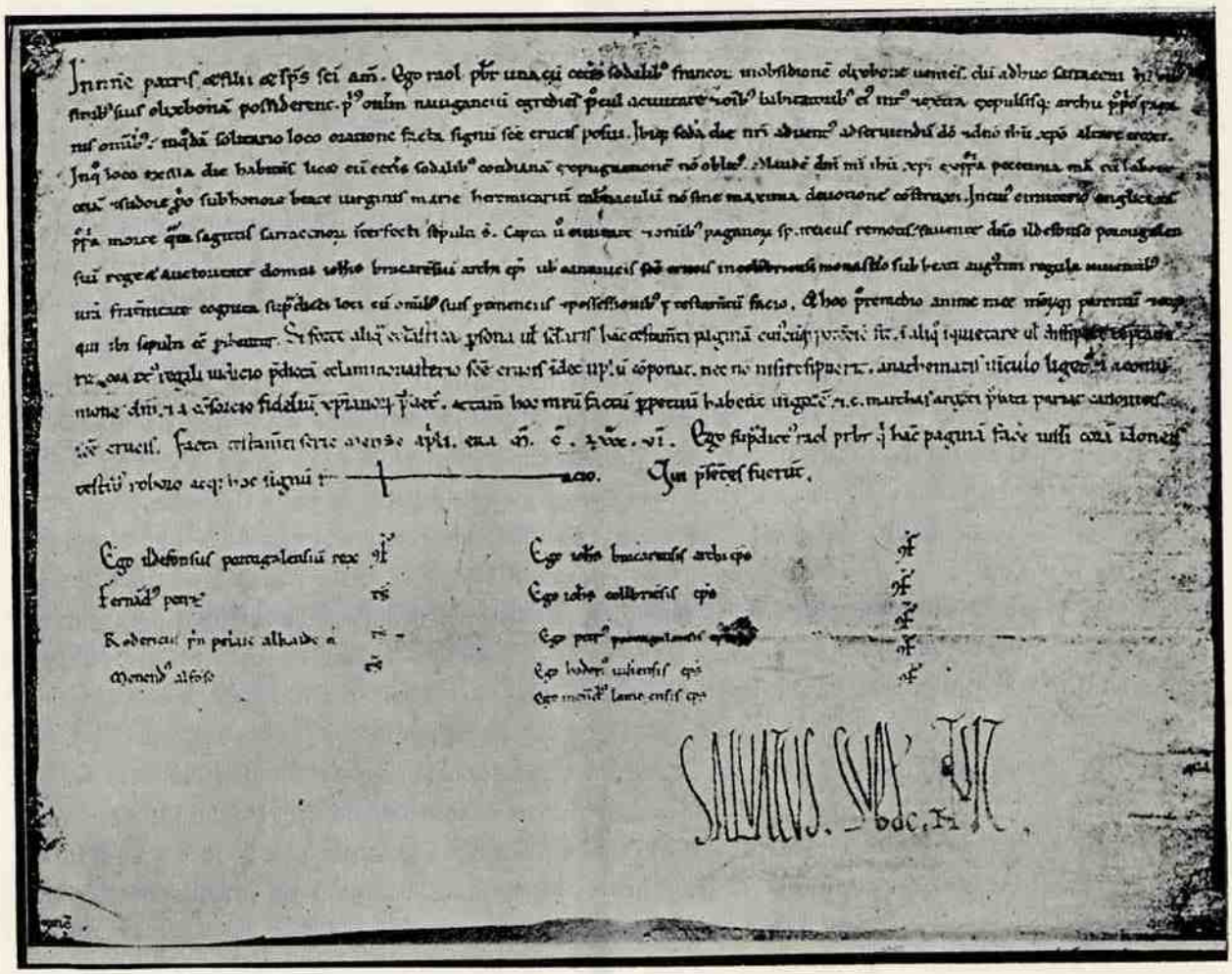
«Só é possível um esfôrço desta natureza num ambiente de compreensão, de confiança e de auxílio mútuos: O dr. Augusto de Castro é um chefe com uma claríssima e lúcida visão das realidades; o engenheiro Sá e Melo um infatigável e silencioso impulsionador dos trabalhos.

«Será preciso falar da acção poderosa desenvolvida em todos os instantes pelo sr. Ministro das Obras Públicas, eng. Duarte Pacheco — ou dizer que o Presidente do Conselho, sr. dr. Oliveira Salazar, é o alicerce espiritual da obra que pretendemos erguer?

«Não, porque todos o sabem».

Assim terminou a sua interessante entrevista, concedida ao *Século* em primeira mão, o notável arquitecto a quem o Govêrno, em boa hora, entregou a direcção estética do Grande Certame de 1940.

*(De «O Século», de 4 de Junho de 1939)*



*PRIMEIRO DOCUMENTO DATADO RELATIVO À TOMADA DE LISBOA E INSTITUIÇÃO MAIS ANTIGA DE CAPELA JUNTO A ESTA CIDADE*

Em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo. Amen.

Eu Raol, presbítero, tendo vindo para o cêrco de Lisboa na companhia dos outros Francos, quando a cidade com todo o seu têrmo ainda se achava em poder dos Serracenos; sendo o primeiro que desembarquei, longe da cidade e dos que dentro e fóra dela moravam; havendo expulso com o meu arco todos os pagãos, — depois de feita oração, erigi uma cruz em um lugar solitário. E habitando ai, desde êsse dia, embora me não esquecesse de tomar parte, com os outros companheiros, no ataque quotidiano à cidade, — em louvor de Nosso Senhor Jesus Cristo e com o meu dinheiro e o meu trabalho e suor e não sem a máxima devoção, constitui um eremitério e capela dedicado à Beata Virgem Maria. E no cemitério adjunto foram sepultados os Ingleses, tanto os que morreram de morte natural, como os que sucumbiram às setas dos Serracenos.

Tomada, porém, a cidade e removidas tôdas as imundices dos pagãos, eu, com o favor de D. Afonso, rei dos Portugueses, e autorizados por D. João, arcebispo de Braga, faço-vos testamento do supradito lugar, com tôdas suas pertenças e posses, em atenção à vossa caridade, a vós, os cónegos de Santa Cruz, que viveis no mosteiro de Coimbra, sob a regra de Santo Agostinho. E isto para remédio da minha alma e das almas dos meus parentes e dos que se dizem estar ai sepultados. Se por acaso alguma pessoa eclesiástica ou secular, ou de qualquer categoria que seja, pretender contestar em algum ponto ou anular êste testamento, seja obrigada pela justiça real a pagar ao mosteiro de Santa Cruz o décuplo (do valor) da sobredita igreja; e, se não se arrepender, incorra em anátema e seja privado para sempre da comunhão do senhor e do consórcio dos fieis cristãos. E isto faço para que tenha vigor perpétuo. E pague cem marcos de prata corrente aos cónegos de Santa Cruz. Foi feita esta disposição testamentária no mês de Abril da era de 1186.

Eu supramencionado Raol, presbítero, mandei fazer êste escrito em presença de testemunhas idóneas, o roboro e faço êste sinal. Os que foram presentes: Eu Afonso rei dos Portugueses, conf. Fernando Peres, conf. Rodrigo Paes, alcaide, conf. Mendo Afonso, conf. Eu João, arcebispo de Braga, conf. Eu João, bispo de Coimbra, conf. Eu Pedro, bispo do Porto, conf. Eu Odorio, bispo de Viseu, conf. Eu Mendo, bispo de Lamego, conf. Salvado, subdiacono, notário.

Trad. — Dr. José Maria Rodrigues — *Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo.*

In. — *Elucidário Nobiliárquico* — Afonso Dornelas — Vol. I n.º XII - Dezembro 1928.

# CASTELOS DE PORTUGAL

## MONTEMÓR-O-VELHO, PENELA E SOURE

Não tencionamos, nestas ligeiras notas que ocuparão, todos os meses, um cantinho desta Revista, descrever, ainda que sumáriamente, a história dos inúmeros castelos que existiram em terras de Portugal.

Limitaremos o nosso trabalho aos que se encontram em melhor estado de conservação, se bem que possamos afirmar, com enorme mágua, que muitas dessas antiquíssimas fortalezas, que foram completamente destruídas devido à maldade dos homens e à acção arruinadora do tempo, tiveram um papel preponderante na formação da nacionalidade e no alargamento do nosso território, constituindo, algumas delas, fortes e por vezes invenciveis obstáculos às investidas dos moiros.

Nesta ordem de ideas e como continuação do nosso último artigo sôbre os castelos de Leiria e de Obidos, vamos, nêste número, ocupar-nos de três castelos do distrito de Coimbra: Montemór-o-Velho, Soure e Penela, qualquer dêles de remota fundação, e que são uma afirmação eloqüente da sua actividade e da poderosa acção dêsde os primórdios da nacionalidade em prol da independência de Portugal.

Dos três castelos a que nêste número nos referimos, é o de Montemór, sem dúvida, aquêle que mais assunto nos fornece para uma larga descrição; mas o limitado espaço de que dispomos não consente que nos possamos ocupar, com o desenvolvimento que merece, do castelo de Montemór-o-Velho, que, depois do de Coimbra, era, incontestàvelmente, o mais vasto e poderoso dêste distrito.

A robustez das suas muralhas e a sua posição dominadora tornavam-no uma fortaleza inexpugnável.

A sua planta representa uma figura irregular; no seu principal recinto estava a forte tôrre de menagem e a igreja de Santa Maria de Alcáçova, um dos mais notáveis templos desta vila e de grande antiguidade, e no recinto anexo fortemente fortificado ficava a capela do abade João.

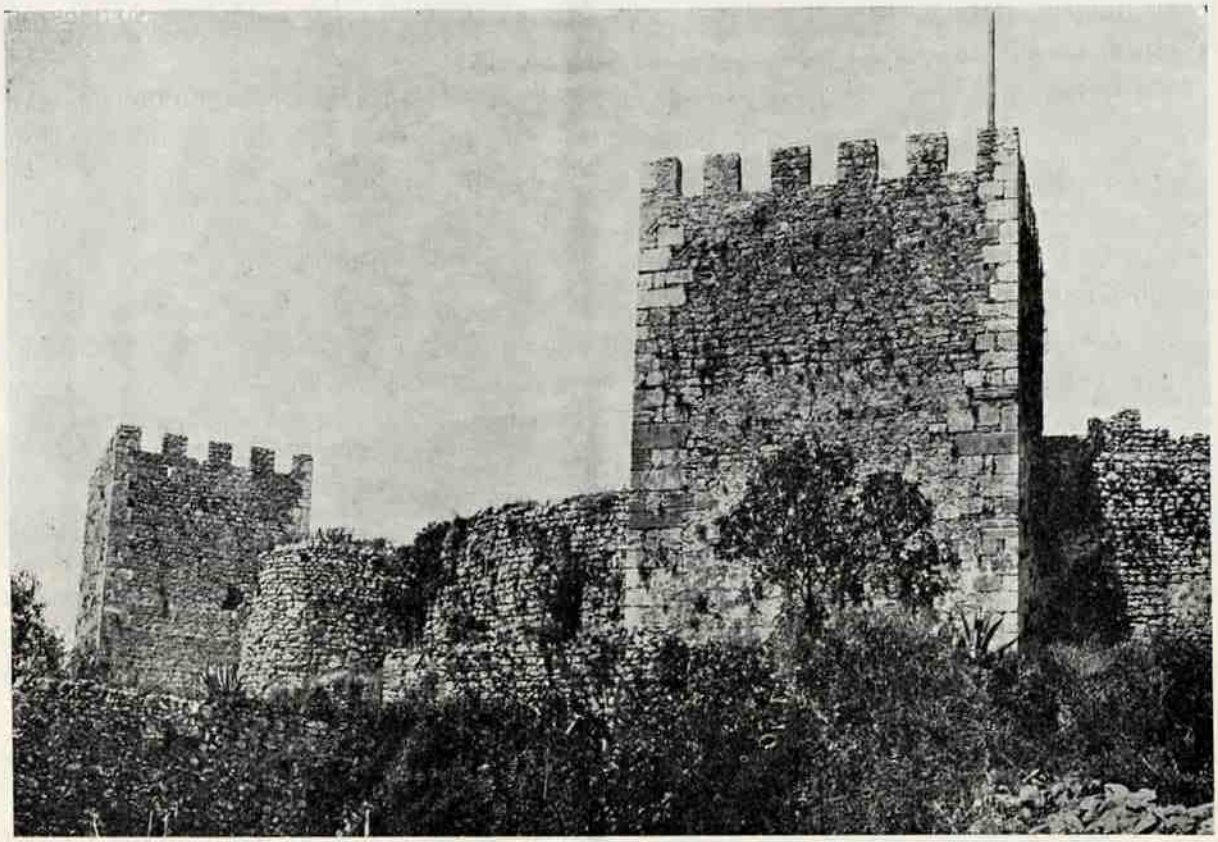
Ainda hoje existem, nêste velho castelo, as ruínas do antigo paço, cuja construção se atribue a D. Urraca, e no qual ainda há poucos anos se podiam admirar algumas janelas manuelinas e rendilhadas cantarias.

Papel de primacial relêvo têve êste castelo na defesa de Coimbra, recebendo, por várias vezes, as violentas investidas dos moiros, que numa luta encarniçada procuravam rehaver as povoações de que os cristãos se iam apoderando à custa de tão pesados sacrifícios.

Foi êste castelo ocupado pelos moiros em 716, e resgatado no ano 848 por Ramiro I,

rei de Leão, mas nêste mesmo ano Abd-el-Raman, de Córdova, ataca Montemór, ao tempo na posse do célebre e valente abade João, sobrinho do rei Leonez.

A heróica e tenaz resistência do abade João e dos seus valorosos homens obrigou o califa de Córdova a retirar, sendo depois derrotado na batalha de Chavijo, por Ramiro I. Mais tarde o renegado Garcia Janhés, conhecido entre os moiros por Zulema, e que fôra um



*CASTELO DE MONTEMÓR-O-VELHO*

dos protegidos do abade João, desde muito novo, oferece-se ao califa de Córdova para atacar Montemór.

Cai de surprêsa sôbre o castelo, mas o abade João, com o auxílio dos monges de Lorvão, que se acolheram à sombra das protectoras muralhas desta vasta fortaleza, defende-se com galhardia e resiste com heroicidade aos seus temíveis e numerosos inimigos; mas a falta de mantimentos começou a fazer-se sentir; e então, para evitar um mal maior, o abade João e seus companheiros tomam a estóica decisão de matarem tôdas as

pessoas de família que os não podiam acompanhar, e depois, com rara energia e impetuosidade, cairam sôbre os moiros, que não esperando tão violento e súbito ataque, levantaram o cêrco, deixando, no campo da batalha, grande número de mortos entre os quais a odienta figura de Janhés.

Conta a lenda que depois da vitória, o abade João e os seus companheiros, com viva satisfação, foram encontrar vivas as pessoas que haviam degolado.

Na posse dos cristãos se conservou Montemór, até que, em 985, Al-Mansor cai sôbre a Lusitânia, e com um forte exército conquista e destrói Montemór, Coimbra e outras povoações.

Reconstruído pelos moiros o castelo de Montemór, ficavam êles na posse de um forte e seguro abrigo, do qual saíam para as suas correrias de crueldade nas povoações próximas, redobrando a sua actividade quando perderam Coimbra—um dos seus mais poderosos e queridos baluartes.

D. Fernando I, rei de Leão e Castela, descontente com as barbaridades cometidas pelos moiros, então senhores de Montemór, resolveu atacá-los, tomando de assalto Montemór, com grandes perdas para os cristãos e ainda muito maiores para os moiros, sendo em seguida arrasado o castelo e a povoação para que não fôssem de novo ocupados pelos inimigos dos cristãos.

Em 1088, o rei de Castela D. Afonso VI mandou reedificar e povoar Montemór e reconstruir com cuidados especiais o seu castelo, visto que ao tempo os moiros estavam senhores de uma grande parte da Estremadura, e êste castelo devia tornar-se um importante elemento de defesa de Coimbra, que os moiros tanto desejavam reconquistar.

Muitos outros acontecimentos históricos de relêvo se deram nesta antiga fortaleza, que desde longa data vem sofrendo várias separações, não tendo sido também poupada a destruições e profanações de tôda a espécie e que bastante contribuiram para aniquilar uma grande parte dêste interessante exemplar de arquitectura militar e religiosa.

*

* *

O castelo de Penela está numa situação estratégica admirável, assente sôbre rochedos, numa posição sobranceira à vila, e dêle se disfruta um vasto panorama.

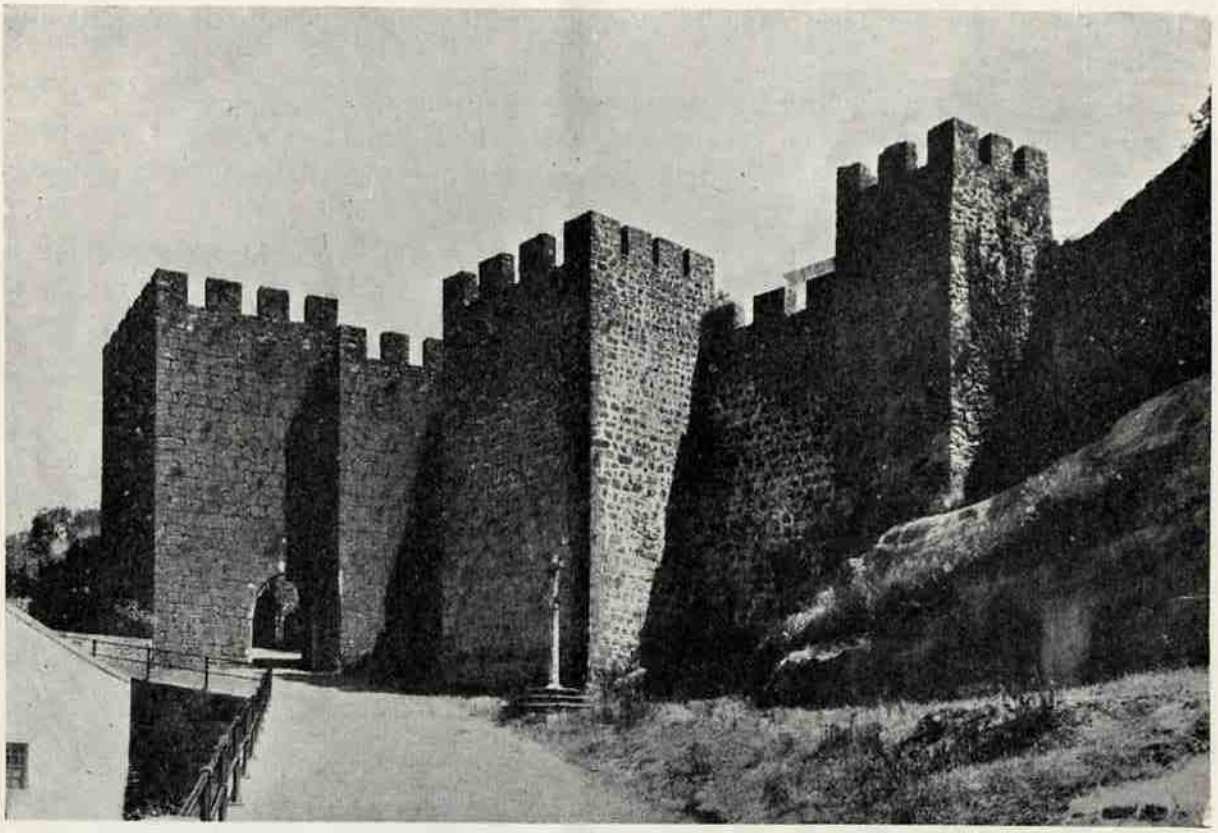
Esta velha fortaleza é anterior à fundação da nacionalidade, não existindo elementos seguros para precisar a data da sua construção; contudo, alguns cronistas e historiadores atribuem a sua fundação a D. Sisnando.

Por mais de uma vez à sombra das suas muralhas se travaram duros combates entre

cristãos e moiros, visto que êste castelo era um dos elementos de defesa da importante praça de Coimbra.

Em 1116, quando do grande cêrco àquela cidade, foi êste castelo destruído, sendo mandado reparar mais tarde por D. Teresa.

Em 1129, os moiros aproveitando o período das desavenças entre D. Afonso Henri-



*MURALHAS DO CASTELO DE PENELA*

ques e sua mãi, com um poderoso exército de novo destruiram êste castelo, e daqui seguiram a pôr cêrco ao de Coimbra.

Em 1137, estava o castelo na posse de D. Afonso Henriques, como se verifica pela sua carta de doação em que dá e outorga aos penelenses o castelo com seus termos.

Depois desta data devia ter caído na posse dos moiros, pois só assim se explica que de novo fôsse tomado em 1148, como o afirmam alguns autorizados historiadores.

Além das reparações a que já nos referimos, mandadas fazer por D. Teresa, é natural que D. Afonso lhe tivesse mandado fazer outras de certa importância.

Em 1187, D. Sancho I reconstrui-o e amplia-o, tendo voltado a receber novas reparações nos reinados de D. Dinis e D. João I.

Entre outros factos importantes desenrolados nêste castelo, merece especial menção a nobre atitude dos penelenses, que a-pesar-de terem como governador da praça o conde de Viana, que seguia o partido de D. Beatriz, foram desarmados tomar o castelo, aclamando el-rei D. João I e sôbre as ameias arvoraram a bandeira nacional.

Tinha doze tôrres êste castelo, sobressaindo entre elas a forte e bela tôrre de menagem; ainda é uma das fortalezas das mais bem conservadas dêste distrito, se bem que, por mais de uma vez, tivesse sofrido grandes estragos.

Entre outras curiosas lendas que estas velhas muralhas recordam, não queremos deixar de reproduzir aquela que explica a orígem do nome desta vila: Uma vez, conta a lenda, foram os moiros dar de beber ao gado, mas os cristãos que estavam de atalaia, numa arrancada admirável subiram a encosta e inesperadamente e com extraordinária bravura entraram pela porta da Traição que ficára aberta.

O comandante dos bravos cristãos, já dentro da praça, gritáva, colérico, entusiasmando os seus homens que o seguiam:

— «Coragem que estamos com o pé nela!...»

E daqui a orígem do actual nome de Penela.

*

* *

Fica-nos para o final dêste artigo, a vetusta e abandonada fortaleza de Soure, que não está situada, como a maioria dos nossos castelos, em ponto elevado, tendo, pelo contrário, sido construída numa vasta planície e que, com outros castelos do distrito, desempenhou papel importante na defesa de Coimbra.

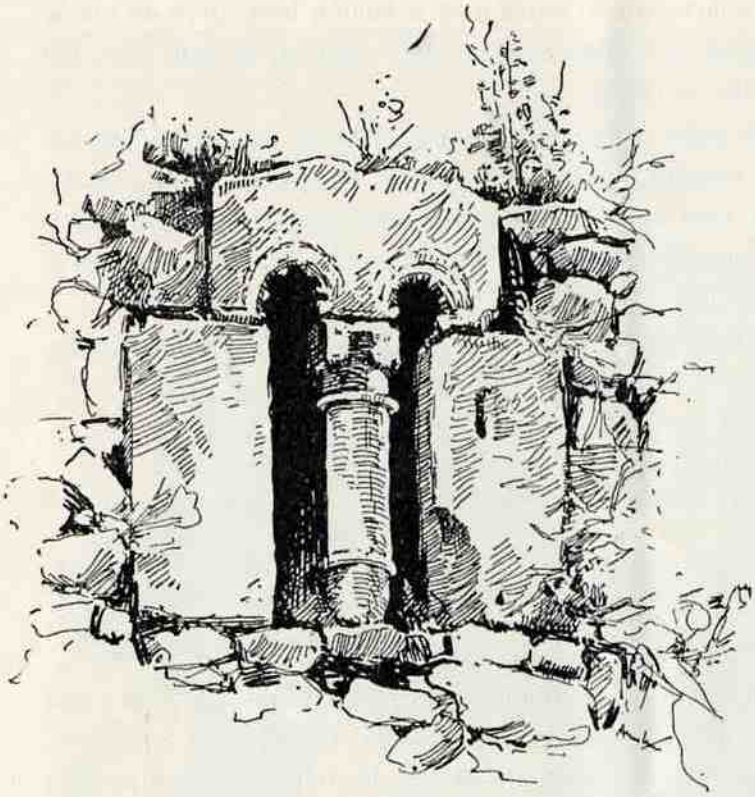
A sua fundação vem de recuadas épocas, não havendo elementos seguros para fixar a data da sua construção, como acontece com quási todos os outros castelos desta região.

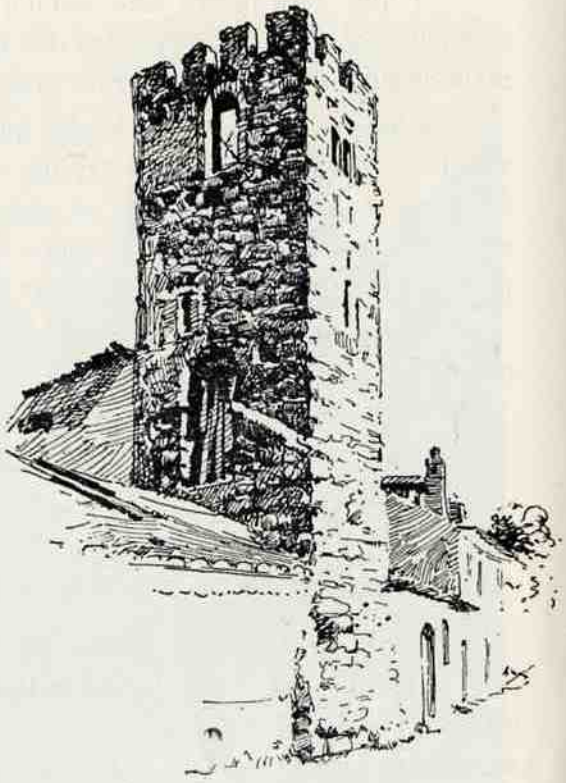
Que saibamos, Soure foi tomado aos moiros em fins de 1064, conforme consta do documento do Livro Preto da Sé de Coimbra, fls. 48 v., sendo pouco depois restaurado, visto que o conde D. Sisnando, depois da tomada de Coimbra, empenhou-se em fundar e reconstruir muitos castelos, especialmente os que constituem a defesa de Coimbra.

Mais tarde, em 1116, depois da conquista dos castelos de Miranda e Santa Olaia, foi Soure destruída e incendiada pelos seus habitantes, que considerando-se impotentes para a defender dos ataques dos moiros, preferiram tomar esta terrível decisão destruindo-a e acolhendo-se, depois, à proteção do Castelo de Coimbra.

Com o consentimento de D. Teresa foi esta povoação restaurada em fins de 1123 ou

princípios de 1124, tendo sido pouco depois entregue o seu castelo a um dos famosos capitães daquela época Gonçalo Gonçalves, que pouco tempo o conservou em seu poder, porque em 1128 já estava na posse dos templários, que tão heróicamente se bateram com os moiros em 1144, tendo sofrido, a-pesar da sua brilhante defesa, grande mortandade, levando os moiros para Santarém grande número de cativos, que só foram resgatados quando, em 1147, D. Afonso tomou Santarém.





*CASTELO DE SOURE*

JANELA GEMINADA

UMA TORRE DO CASTELO

*(Desenhos do pintor Armando Lucena)*

Nêste castelo, onde a acção do tempo e a ignorância dos homens tantos estragos têm feito, ainda podemos admirar uma interessante tôrre e nas ruinas das muralhas que ainda se conservam de pé, uma janela geminada e outra de volta perfeita.

Urge acudir a esta antiquíssima fortaleza, a-fim-de a conservar e a restaurar o melhor possível, mantendo-a como gloriosa evocação do passado.

Aproximam-se as festas dos Centenários; é o momento próprio para fazer reviver a história de todos êstes gloriosos padrões militares tão abandonados às inclemências do tempo e alguns dêles já perdidos para a investigação e para o estudo.

Não devemos esquecer que foram os castelos as mais vigilantes sentinelas na independência de Portugal.

JORGE LARCHER

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

*O* Diário da Manhã, *de 13 de Maio findo, dedicou o seu editorial à patriótica iniciativa da Colónia Portuguesa do Brasil, de adquirir e oferecer ao Govêrno português o Palácio da Independência. A nossa Revista tem o prazer de arquivar nas suas páginas êsse interessante artigo, que transcrevemos com a devida vénia:*

«A Colónia Portuguesa do Brasil, no intuito patriótico de participar de maneira efectiva e duradoira nas Comemorações dos Centenários da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal, resolveu adquirir, para doar ao Estado, o Palácio dos Condes de Almada, dando assim realidade a uma velha aspiração acarinhada por muitos portugueses.

Consta já de Decreto publicado no *Diário do Govêrno*, cujo texto publicámos também no *Diário da Manhã* de 3 dêste mês, o processo de efectivar o mais ràpidamente possível os desejos da entidade doadora. Com êsse fim concede o Govêrno tôdas as facilidades de execução, inclusivé o adiantamento do dinheiro, até a importância de 5.000 contos, necessário para as operações de compra, despejo e restauro do Palácio. Este passará a chamar-se Palácio da Independência, será destinado a sede da «Mocidade Portuguesa» e do Museu da Restauração e nêle se instalará também a Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Entre as muitas manifestações de patriotismo da Colónia Portuguesa do Brasil esta é, sem dúvida, das mais significativas e dignas do nosso aprêço, tanto pelo seu valor material como moral.

Deve dizer-se em abôno da verdade e da justiça, que os portugueses do Brasil foram sempre dos melhores portugueses de Portugal.

A-par-do seu amor à terra adoptiva, que nunca deixou de ser profundo e sincero, o amor da Pátria tem brilhado, contínua e intensamente, em chama alta de orgulho, de saüdades e de benemerências. O acto de agora não constitue, por isso, excepção. E', pelo contrário, manifestação própria das tradições da solidariedade nacional da Colónia e, portanto, dom do seu património espiritual, rico e imenso.

No entanto, a intenção patriótica com que, neste momento, os portugueses do Brasil se juntam para oferecer ao seu País o «Palácio da Independência» confere ao facto significação especial.

É inegável que a notícia da celebração dos Centenários da Fundação e Restauração da Independência de Portugal levou a tôdas as partes da Terra onde vivem portugueses um rumor de festa. Todos se sentiram chamados a comparticipar das alegrias da Pátria e a manifestar, de qualquer forma, os seus sentimentos de amor, de orgulho e de entusiasmo patrióticos. Assistiu-se mesmo à transformação súbita de portugueses que haviam trocado a nacionalidade, em portugueses nacionalistas, cheios de brio e de fé. Mas onde essa vibração teve maior amplitude foi, com certeza, no Brasil. Aí se procurou logo os meios de passar do pensamento à acção, de traduzir intenções excelentes em actos magníficos. Tomou-se a iniciativa patriótica de abrir a subscrição para a compra do «Palácio da Independência» e prepararam-se as coisas para interessar vivamente o próprio Brasil nas Comemorações.

A Colónia Portuguesa do Brasil acolheu, assim, como uma ordem, as palavras de Salazar. E' bem digna, por isso, da nossa admiração e respeito, da nossa homenagem e gratidão pela maneira nobre, exemplaríssima, como representa e prestigia o nome de Portugal no estrangeiro.»

*Sob o título: «A Secção Colonial da Exposição do Mundo Português», publicou o «Jornal do Comércio e das Colónias», no seu número de 8 do corrente, o seguinte artigo, assinado por M. M., que gostosamente transcrevemos:*

«Embora iniciados há poucos meses, prosseguem, em equilibrado ritmo, os trabalhos da «secção colonial» da Exposição Histórica do Mundo Português no Jardim Colonial de Belém. Dez pavilhões estão em construção, alguns bastante adiantados, trabalhados por dezenas de operários, orientados por técnicos e assistidos da direcção do Inspector Superior das Colónias, capitão sr. Henrique Galvão.

Dirigem as obras os arquitectos srs. Gonçalo Melo Breyner e Vasco Palmeiro (Regaleira) e Moura Coutinho.

A orientação seguida foi a da implatação de pavilhões, aldeias, monumentos e motivos decorativos pelos vários canteiros do Parque, em locais onde a sua construção menos prejudique as espécies arbóreas, explorando o embiente e perspectivas que oferecem.

Assim será possível concatenar uma representa-

ção com carácter, se não tropical, como seria de desejar, pelo menos com aspectos aproximados, pois não faltam no Jardim Colonial exemplares da flora africana e recantos pitorescos.

Num vasto terreno que servia para culturas de experiência, aproveitando uma desafogada área, está sendo edificado um grande pavilhão destinado à representação das duas maiores colónias portuguesas: Angola e Moçambique.

O projecto é do Arquitecto sr. António Lino e a sua fachada, com um desenvolvimento de setenta metros e altura proporcional, tem carácter de decoração, devendo ser dos mais empolgantes do conjunto. Após um vasto vestíbulo, seguem-se dois espaçosos salões para distribuição dos documentários etnográficos e plásticos, e quanto com êles se relacione.

Um outro grande pavilhão — em que também se trabalha com regularidade — será destinado a «Caça e Turismo» adaptado ao edifício do Museu, em frente do qual está sendo apropriado um Jardim, escadarias de acesso e levantada uma fachada magestosa, projecto do arquitecto sr. Melo Breyner, reforçada com efeitos de duas fontes luminosas, montadas em dois tanques paralelos e cuja construção está concluida.

Nêste pavilhão vai ser organizada uma curiosa e, até certo ponto, inédita exposição cinegética, cuja montagem técnica foi atribuida à Associação dos Caçadores do Sul de Portugal, assistida da direcção do seu presidente sr. dr. José Arantes de Freitas Cruz, que chefiou a Missão portuguesa à recente Exposição Internacional de Caça em Berlim. Devem ser reunidos copiosos documentários da fauna imperial e, com ela, todos os motivos que se relacionem com os processos de caça e aproveitamento dos despojos dos animais. Sabido, como é, que uma grande parte dos indígenas das colónias portuguesas se dedicam à cinegética, uns por profissão, outros por necessidade de alimentação, poderá aquilatar-se por esta secção alguns pormenores do capítulo de etnografia ultramarina que se pretende concretizar na «secção colonial» da Exposição do Mundo Português.

Por outro lado, reunindo elementos esclarecedores das espécies e regiões de caça, por meio de cartas, fotografias e outros processos exibicionistas» documentários de belezas naturais serão, igualmente, patentes — procurando divulgar alguns pontos dignos de serem conhecidos nos territórios do Império Colonial, num sector bastante sugestionável que envolve o turismo — e que está por explorar.

Não foi olvidada a participação missionária na obra civilizadora de Portugal. Para a fazer representar condignamente, o arquitecto sr. Vasco Regaleira compôs e dirigiu a construção duma linda capela acompanhada de claustro anexo, destinado à documentação da obra missionária nacional, na propagação da Fé e na assistência espiritual, moral e humanitária, não só nas nossas colónias, como nos territórios compreendidos no Padroado do Oriente.

Por intermédio do director da «secção colonial» foi solicitado a Sua Eminência o sr. Cardial Patriarca de Lisboa a escolha e nomeação dum padre para coordenar e orientar a parte litúrgica da instalação — que recaíu, muito acertadamente, no Rev. Alves Correia, procurador das Missões do Espírito Santo em Lisboa.

Porque a maior parte dos pavilhões em construção estão já adiantados, alguns recebendo cobertura, todos edificados com bons alicerces e paredes resistentes, garantindo o seu aproveitamento mesmo depois da realização da Exposição — em oficinas próprias foram já iniciados os trabalhos de decoração, sob a direcção do artista sr. Roberto dos Santos. Por sua vez o escultor sr. Manuel de Oliveira tem concluídos vários trabalhos de decoração exterior, alguns já colocados nos seus lugares e outros aguardando oportunidade para isso.

O projecto de iluminação do Jardim Colonial, suas ruas, lagos e pavilhões — interior e exterior — está já concluído, num estudo que abrange o detalhe e orçamento respectivo.

De todos os pavilhões foram feitas prévias maquetas para orientação do que está em curso, repetimos, em bom ritmo, embora falte um ano para a inauguração oficial da Exposição, andamento aliás indispensável, pois se torna necessário preparar as instalações e os aldeamentos para receber o que está previsto de Africa e Oriente, que não pode ser feito com precipitações.»

## IMPRENSA BRASILEIRA

Com grande relêvo, continuam os jornais brasileiros a referir-se às Comemorações Centenárias de Portugal, publicando nas suas páginas interessantes artigos e tôdas as notícias respeitantes às próximas celebrações.

São dignos de todos os encómios e da nossa gratidão, em especial, o «Correio Português» — órgão da colónia portuguesa do Brasil — e os numerosos jornais pertencentes aos «Diários Associados» — a maior organização jornalística do Brasil.

*Do importante «Jornal do Brasil», num dos seus últimos números, transcrevemos êste artigo:*

«Estamos a um ano e meses das comemorações dos VIII Centenários da Fundação e III Centenário da Independência de Portugal. Começarão as festas de um programa, jàmais previsto, a 5 de Maio e terminarão a 2 de Dezembro de 1940. Um ano cheio de solenidades, em que se não sabe que mais admirar: se a grandeza das intensões patrióticas que as inspiram, se a realização grandiosa que elas vão ter. Portugal inteiro prepara-se para receber visitantes de todo o mundo civilizado. O pôrto de Lisboa reviverá os tempos aureos em que o mundo ocidental o considerava como «cais da Europa»!

O Primeiro Ministro Oliveira Salazar, quando, em Março do ano último, lançou a idea magistral dos Centenários, encontrou apoio unânime em todos os sectores nacionais. Tinha de ser assim, porque a ocasião é única na história do seu país. A data da fundação — 1140 — e a data da restauração — 1640 — vão ser comemoradas condignamente.

Em Junho de 1940 será inaugurada em Lisboa a grande Exposição do Mundo Português, num perímetro vastíssimo, mesmo em frente do glorioso Mosteiro dos Jerónimos. Esse certame, como está sendo preparado, constituirá um dos maiores êxitos das solenidades. Nela comparecerão todos os documentos históricos da acção dos portugueses em todo o mundo. Em reconstituições, orientadas por especialistas das ciências náuticas e históricas, perpassarão os feitos dos lusitanos de séculos longínquos. Portugal antigo estará presente com o esplendor que o notabilizou em épocas que deixaram vestígios.

O Brasil não podia faltar. Espera-se que seja de brilho evocador a sua participação oficial. Crê-se, e com justificados motivos, visite Portugal em 1940 o Presidente Getúlio Vargas, retribuindo assim a visita que em 1922 nos fizera o então Presidente António José de Almeida. E quando se diz o Brasil-oficial, pode afirmar-se a valiosa comparticipação da colónia portuguesa, entre nós domiciliada. Os portugueses do Brasil estão propensos em comparecer às comemorações, como se faz mister. Preparam-se vários movimentos nêsse sentido. Um dêles, que saibamos, é da edição de uma obra de vulto, que vai ser lançada à publicidade pela «Mar» S. A. sob o título sugestivo: *Acção dos portugueses do Brasil.* Trata-se de uma obra que condensará em centenas de páginas, grande série de monografias sôbre as actividades dos filhos de Portugal no nosso país. O volume figurará em lugar de destaque na Exposição do Mundo Português, como testemunho da acção de uma grande parte da colónia, contendo também em páginas ilustradas o histórico das instituições portuguesas que tão excelentes serviços têm prestado ao Brasil.»

*E ainda sôbre o mesmo assunto, escreve o «Correio da Manhã», do Rio de Janeiro:*

«Portugal vai, como se sabe, comemorar condignamente as duas datas mais caras à sua gloriosa história: a do VIII Centenário da Fundação da Nacionalidade — 1140 — 1940 — e a do III Centenário da sua Independência, como Nação livre que jàmais deixou de ser — 1640 — 1940. O programa dêsse ano, será iniciado no dia 5 de Maio e encerrado a 2 de Dezembro, ou seja um dia após a entrega solene ao Estado, do famoso Palácio dos Condes de Almada, transformado em Museu da Independência.

A nota oficial, lançada em Março do ano último, pelo Primeiro Ministro Oliveira Salazar, vai ter a sua realização prática. Importa salientar dois dos projectos que interessam particularmente aos portugueses que vivem nêste país: o do convite para que o Brasil se faça representar devidamente e, segundo palavras do sr. Oliveira Salazar, depois de expôr uma série de motivos irrecusáveis: «Eis algumas razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal, no momento em que festejamos os nossos 800 anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da Casa», — e o da creação de uma Exposição do Mundo Português.

A participação do Brasil e a colaboração directa, prestada pela colónia portuguesa aqui residente, são factores eloqüentes para a grandiosidade das comemorações.»

# NOTAS VÁRIAS

*AO MICROFONE DA EMISSORA NACIONAL, PROFERIU EM 5 DE MAIO FINDO O SR. EMBAIXADOR DR. ALBERTO DE OLIVEIRA A SEGUINTE PALESTRA, QUE PELO SEU INTERÊSSE NÃO QUEREMOS DEIXAR DE ARQUIVAR NESTA REVISTA:*

A Comissão Nacional dos Centenários, da minha presidência, deu ontem feliz remate à tarefa preparatória das festas de 1940 (que há mais dum ano lhe foi confiada por Sua Excelencia o Senhor Presidente do Conselho) ao aprovar, por aclamação, o programa definitivo dessas festas, elaborado pela pena consagrada do meu eminente confrade, consócio e amigo o dr. Júlio Dantas, na sua qualidade de presidente da Comissão Executiva do Duplo Centenário.

Todo o país tomou já, a estas horas, conhecimento dêsse programa, e se associa decerto aos louvores com que a Comissão Nacional o ratificou. Ninguem terá deixado de apreciar como nele se contém o verdadeiro sumário ou índice da história e da vida de Portugal no tempo e no espaço e como assim se oferece aos Portugueses e aos seus hóspedes, desde Maio até Dezembro do ano próximo, por meio de cerimónias, cortejos, congressos e outras manifestações altamente expressivas, o ensejo de aprenderem ou recordarem tudo o que na nossa história, na nossa natureza e na nossa arte merece menção e aprêço.

A história portuguesa é um manancial riquíssimo, até nos seus períodos de menor esplendor, e mais fácil é fazer nela a colheita do que a escolha, tal como no programa foi feita, dos seus fastos simultâneamente mais nacionais pela intenção e mais universais pelo eco e repercussão que tiveram. Da originalidade e variedade da nossa paisagem, das nossas populações, tradições e costumes, só surpreende como tenham cabido em tão estreito território. Emfim, não faltam ao longo de Portugal tesoiros de arte que são tambem quási sempre, e talvez mais que em outros paises, atestados ou manifestos de amor pátrio, de tal modo a nossa sensibilidade artística andou sempre aliada ao nosso fervor de independência, expansão e glória e conforme tão integralmente o demonstram o padrão máximo que é a epopeia dos «Lusiadas», e, a par dele, os dois monumentos tão nacionalistas da Batalha e dos Jerónimos e os paineis sem par de Nuno Gonçalves.

O programa das festas de 1940 tinha pois de ser uma síntese histórica e cívica e conseguiu sê-lo. Não há grande acontecimento, nem grande nome, nem grande obra da Nação que ali se não encontrem rememorados e não apenas a fundação e a Restauração que são as nossas magnas certidões de idade.

Todos os Lugares Santos da Pátria lá figuram e serão objecto da peregrinação e da homenagem que lhes são devidas. Por meio de festas provinciais, de que nenhuma província foi excluída, e de percursos histórico-turísticos que por igual englobam o conjunto do país, Portugal será visitado dum extremo a outro e conhecido de muitos dos seus filhos que ainda o conhecem mal. Tôdas as categorias sociais, quer civis quer militares — clero, nobreza e povo, como tão bem se dizia outrora — comungarão em igualdade de sentimento e de orgulho perante a obra que em oito séculos resultou dos seus convergentes esforços. E a Pátria de áquem e de àlem-mar, unida pelas misteriosas e mais que nunca bem-vindas ondas magnéticas, ouvir-se-á em recíproca permanência, não havendo palavra pronunciada em Lisboa, Coimbra ou Guimarãis que não ressõe logo em Goa, Luanda ou Lourenço Marques, e vice-versa.

Falta dizer que não é só o programa que está concluido, mas que tambem a maior parte das obras nele anunciadas e prometidas estão em cada vez mais rápido andamento. Basta percorrer as margens do Tejo, nas vizinhanças de Belém, para ver que demolições e construções marcham a par e que tanto a praça imperial dos Jerónimos como o lindo Jardim Colonial já estão sentindo os efeitos da actividade com que o talento de brilhantes artistas e o espírito organizador e realizador dos membros dirigentes da Comissão Executiva os vão transformar e embelezar. A Tôrre de Belem já conta os dias que a separam da definitiva libertação. Há já assim, por tôda a zona das futuras festas, vestígios visíveis da bela realidade de amanhã.

Cumpre à opinião pública, sempre amiga de maldizer ou de duvidar, ser agradecida aos que em tão escasso tempo tanto fizeram e corresponder a êsse fervor com o seu próprio. Note-se que a Exposição Universal de Roma está anunciada para 1942, de aqui a três anos, e no entanto as suas obras no terreno já estão há meses em activa marcha. Aqui ninguém dispôs de tão amplos prazos e nem porisso se deixará de chegar ao fim. Reclama-se apenas que

todo o país ajude e colabore. As velhas capitais históricas de Portugal, a que tão grande papel cabe nas comemorações, os centros artísticos e turísticos, os domínios ultramarinos do Império lusitano, não podem limitar-se a esperar pelo que faça ou empreenda o Estado e devem, na medida das suas fôrças e posses, sempre susceptíveis de crescer pela união das vontades, preparar-se ao máximo para celebrar os feitos que com elas mais se relacionem e para bem receber os hóspedes que em 1940 as visitem. Cada Português deve estudar e meditar o programa que hoje a todos oferecemos e preguntar à sua própria consciência em que medida e de que fórma lhe é dado contribuir para a sua melhor realização ou maior êxito. Por mais humildes que sejamos, todos temos alguma coisa a dar, e, quando mais não seja o nosso entusiasmo, a nossa alegria, a nossa fé. São virtudes essas de que não somos pródigos e cujo esmorecimento mais de uma vez tem feito malograr as mais felizes iniciativas. O Duplo Centenário de 1940 só será o que por honra nacional deve ser, se em volta das manifestações oficiais ou não oficiais se sentir e respirar a electricidade comunicativa, o ambiente de concórdia e compreensão que lhes dará encanto, íntima sonoridade, alma e vida.

E não se esqueça ninguém de que, nessa hora que durará mais de sete meses, o mundo inteiro terá os olhos postos em Portugal, e nos avaliará e julgará pelo que dissermos e fizermos. Estaremos então, como costuma dizer-se, mais que nunca na berlinda.

## *BASES DO PROGRAMA DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS*

Na última reünião da comissão nomeada pelo Govêrno brasileiro para estudar as bases da comparticipação do Brasil nas Comemorações Centenárias e, em especial, na Exposição do Mundo Português, o sr. Dr. Heitor Lyra, antigo conselheiro da Embaixada daquêle país em Lisboa e que presentemente se encontra em serviço do Ministério das Relações Exteriores, apresentou um relatório desenvolvido sôbre a maneira como deve ser feita essa colaboração.

Nêsse relatório, o sr. Dr. Heitor Lira propõe as seguintes bases:

I — Construção de um Pavilhão na Exposição do Mundo Português;

II — Organização de uma exposição cultural, contendo tudo quanto puder interessar a História e a Geografia comum aos dois países;

III — Elaboração de livros, memórias, estudos, etc. que representem a colaboração espiritual do Brasil na história comum dos dois países;

IV — Assinatura de uma série de actos internacionais, que apróximem e estreitem ainda mais os laços que unem as duas nações irmãs;

V — Envio de uma delegação, onde figurem as classes representativas da nação;

VI — Oferta a Portugal, como forma tangível do nosso aprêço pela colaboração comum na era colonial, de uma estátua do padre António Vieira;

VII — Restituïção a Portugal dos numerosos pacotes existentes no Ministério das Relações Exteriores, de interêsse exclusivo para a história militar portuguesa na Europa.

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 7 — 31 de Julho de 1939 — ANO I

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*UM NETO DE D. AFONSO HENRIQUES GRANDE AVENTUREIRO — Dr. Aquilino Ribeiro* . . . . . 1

*OS MENDES DA MAIA E A FUNDAÇÃO DA NACIONALIDADE — Padre Agostinho de Azevedo* . . . . . 5

*O CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS — Dr. Júlio Dantas*. . . . . 12

*CASTELOS DE PORTUGAL — Guimarãis — Cap. Jorge Larcher*. . . . . 21

*LEGISLAÇÃO*. . . . . 24

*REVISTA DA IMPRENSA* . . . . . 26

*NOTAS VÁRIAS*. . . . . 28

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50

# UM NETO DE D. AFONSO HENRIQUES GRANDE AVENTUREIRO

*Jaime I, de Aragão, era um rei cortado da cabeça aos pés pelo padrão medieval. Audacioso, empreendedor, troquilha como um cigano, sensualão e devoto, punha e dispunha do seu e do alheio a bel-prazer e com uma sem-cerimónia desconcertante. Foi à volta da conquista de Maiorca, pelo ano de 1230, que encontrou na Catalunha o infante D. Pedro de Portugal, seu tio pela banda da mãi, a raínha D. Dulce, irmã de Afonso II de Aragão, conde de Barcelona, que engendrara a D. Pedro II, pai do dito Jaime I. D. Pedro ia já na casa dos quarenta e, não obstante ter morrido Afonso II, a sombra negra de sua vida, nunca mais voltou a Portugal, ou se voltou foi pela calada, como rez a monte. As santas relíquias dos Mártires de Marrocos, que mandara para o reino ao tempo que servira o Miramolim, tinham operado o milagre a meio: abriram-lhe as portas da cristandade ofendida, mas não tocaram o coração empedernido do irmão, nem dos ricos-homens de Portugal, se não é apenas que perderam a virtude elementar quanto a servir-lhe de paládio nas malas-artes ulteriores.*

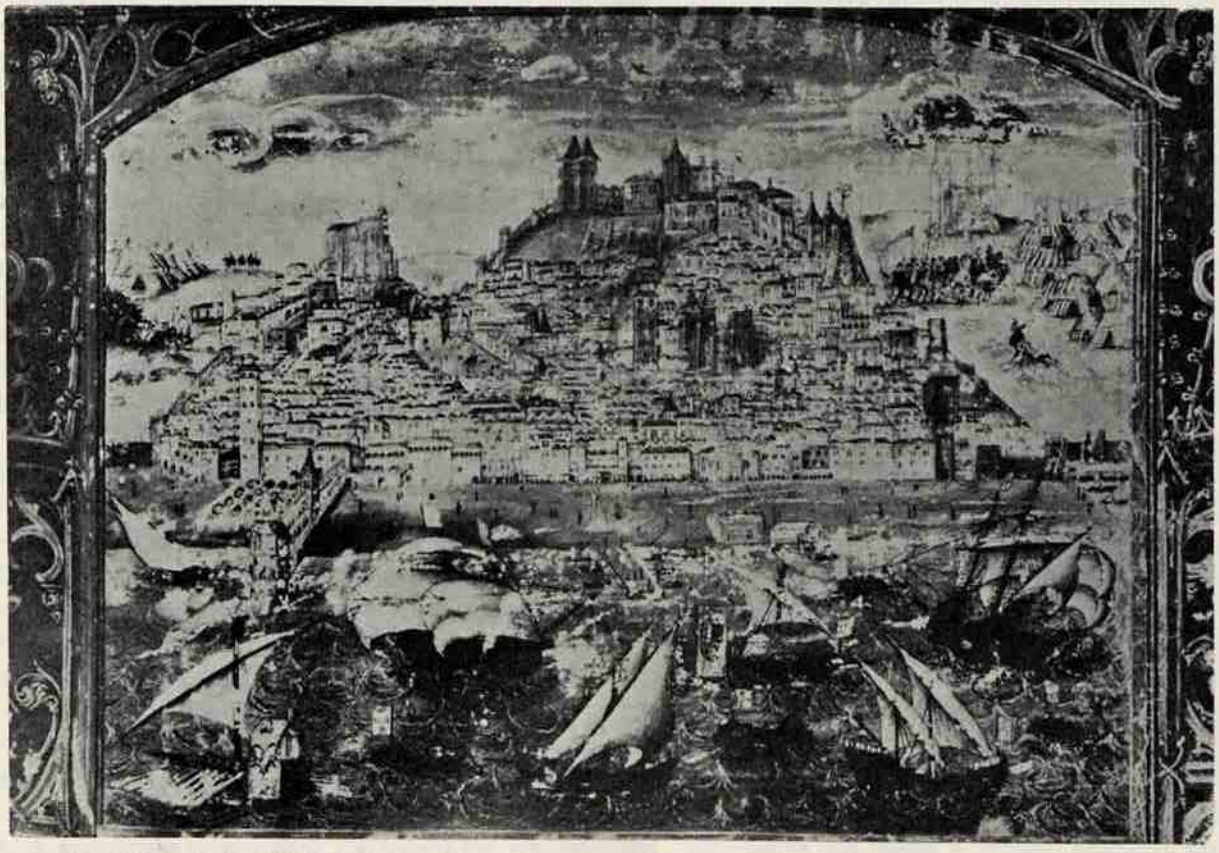
*A sua existência, àquela altura da idade, devia ser precária, percorrida a escala de recursos a que é de lei deitarem mão em suas vicissitudes os aventureiros. O caminho para Barcelona passava por Leão e Castela e é notório ter feito estadia na côrte de Afonso IX, seu tio por afinidade, e outrossim na côrte de Fernando II, onde não lhe devia ter sorrido a sorte. As histórias, não obstante, dam-no como tendo capitaneado o exército que conquistou Mérida e como presente ao cêrco de Sevilha. Devia andar às do chão quando apareceu a D. Jaime, príncipe na fôrça da vida, querido das mulheres, venturoso na guerra, e não admira que fôsse num dêstes raptos de generosidade, a que são atreitos os triunfadores, que de mão beijada deu ao parente pobre umas terras no campo de Tarragona. Tempos depois, porque o infante lhe caísse em graça ou, o que é mais provável a avaliar pelo sucedido, porque assim lho requeria a política calculada a distância, de jôgo largo, todo aproximações e segundos planos, casou-o com Aurembiax ou Aremburga, o partido mais tentador do reino de Aragão na fidalguia e na riqueza. Tinha autoridade para o fazer, porquanto acabava de lhe restituir o condado de Urgel, depois de luta à mão armada com o conde Guerao de Cabrera que, prevalecendo-se duma cláusula testamentária, esbulhara dêle aquela sua legítima sucessora. Não se imagine porém que o jovem monarca se abalançara a semelhante empresa, embora representasse desfazer um torto, por leite de pombas. Aurembiax, que Salazar e Castro na* Casa Farnese *dá como divorciada de Álvaro Pires de Castro — filho daquele truculento cavaleiro que acompanhou para Marrocos os cinco franciscanos e ali perdeu a vida — divorciada a título de impedimento canónico por consangüinidade, além de lhe ceder Lérida com todos os direitos e pertenças, jurou-lhe homenagem de paz e guerra em suas terras, castelos de Belaguer, Agramonte, Albeza, Calazans e outros lugares nas margens do Segre. O rei, porém, devia ter olhado mais ao largo. Poucos meses depois de haver*

*contraído matrimónio, a condessa de Urgel falecia, sendo de presumir que a sua morte não constituísse surpresa para ninguém em face de qualquer estado mórbido latente ou velhice adiantada. A esta luz explica-se ainda a usurpação cometida por Guerao de Cabrera e o divórcio de Pires de Castro, que foi casar com a casquilha D. Mécia Lopes de Haro, coisas estas muito em prática naqueles tempos, desde que havia interessados poderosos como eram os monarcas, e agentes dúcteis a pecúnia como sempre foram os legados de Roma.*

*Do seu leito de moribunda Aurembiax, amante saüdosa ou apenas herdeira a quem pegaram na mão, legou ao espôso o condado de Urgel, para dispor dêle a talante, além do senhorio de Valhadolid e* heradamientos *no reino da Galiza. O príncipe, que não tinha onde caír morto, ficava rico como Creso. Pouco tempo, porém, se gozou de tão considerável prebenda. O maná não lhe caíra do céu pelos bonitos olhos; seria milagre, milagre superior a quantos haviam obrado os santos mártires de Marrocos, que enlace tão singular, realizado em condições imprevistas, desatasse por obra e graça do amor naquela chuva de bens, com olvido absoluto dos herdeiros colaterais, não tendo outra contra-partida senão crepes e missas de réquiem. Não, desde longe que a mão do rei interesseira e ardilosa devia baralhar as cartas. E tanto assim que não tardou que propusesse ao infante trocar o condado de Urgel pelo senhorio feudal de Maiorca e adjacentes, a ilha dourada dos antigos, sita a distância quási igual de Costa de África e da Costa Hispânica, em paragens muito infestadas pelos piratas que ali tiveram por tempos ilimitados descarado ninho. Proposta feita por monarca, tratando-se de pessoa voluntariosa como aquela, envolvia uma ordem, e D. Pedro não teve remédio senão ceder. Firmaram a escritura do escambo, como se dizia na linguagem notarial da época, em Lérida perante o conselho dos homens bons e de Pedro Perez justiça de Aragão, ficando assim permutado o condado de Urgel, com exclusão de teres e haveres em Galliza e Valhadolid, contra o senhorio das Baleares, salvo a* almudaina *de Palma e os castelos de Oloron e Pollenca que D. Jaime se reservava. Obrigava-se D. Pedro a possuir o dito domínio ao costume de Catalunha, isto é, a acolher em seus castelos as tropas de el-rei, sempre que lho fôsse requerido, e guardar a sua paz e guerra com mouros e cristãos; podia por morte dispor do terço dos bens outorgados. Como salta aos olhos da cara o negócio é tão desproporcionado que bem se sente o dedo prepotente duma das partes. Para D. Pedro era o mesmo que trocar um domínio positivo na terra por um império fabuloso na lua; largar um pássaro na mão por dois a voar. Além de que a Maiorca ficava em pleno pêgo, sob a ameaça permanente dos galeões turcos, não fôra submetida completamente. Todo o interior da ilha continuava em posse dos infiéis. E quanto às outras, Minorca e Ibiza, eram tanto do rei de Aragão como de sua avó torta. Reinava nelas o otomano e dá-las por conquistadas só por megalomania ou refalsada burla. Em verdade, se em vez das ilhas adjacentes tivesse dado a Mauretânia, que era do Miramolim, teria dado pouco mais ou menos a mesma coisa.*

*Os cronistas, afectos à causa de Aragão, tentam prevenir o julgamento que merece o proceder mal intencionado com atribuir a D. Jaime uma tão firme certeza de que a Minorca lhe caíria nas mãos que o mesmo era que tê-la por conquistada. Efectivamente no ano seguinte apoderou-se da ilha. Mas não o fêz de ânimo deliberado, e o grande factor da conquista foi o acaso. Com efeito, havendo rumor de que estava ancorada em Tunes uma frota de turcos com fim de retomar a Maiorca e saltear a costa catalã, D. Jaime aparelhou uma expedição que lhe fizesse frente. D. Pedro que até a data, ao que se infere dos* Anais de Aragão, *não dera um passo para gozar do seu feudo foi convidado a participar. Fê-lo à última hora com quatro cavaleiros sòmente, não deixando por tal lentidão de ser* notado

de muy remisso en tomar a su manu aquella empresa. *Ora a frota inimiga faltou ao anunciado e os aragoneses para se desforrarem de gastos e tempo perdido acometeram a Minorca que renderam fàcilmente. Quanto a Ibiza, apenas em 1235 é que os cristãos aí lançaram pé, tendo-se concertado para o investimento o infante de Portugal com certos magnates aragoneses. Então, sim, ficou completo o feudo que D. Jaime deu ao seu parente em troca do condado de Urgel.*



*GRAVURA DA «CRÓNICA DE EL-REI D. AFONSO HENRIQUES», DE DUARTE GALVÃO*

*(Museu Biblioteca do Conde de Castro Guimarãis — Cascais)*

*A generosidade, prenhe de reversos, do rei Jaime I fica documentada suficientemente pela fastidiosa moleza com que o infante vestiu a cota de armas para defender o que era seu. Com aquele engulho costumam caminhar os penitenciários para o degrêdo. Se o pobre e grande rei leproso de D. Afonso II acalentasse no espírito ver punido o irmão, não teria inventado melhor bofetada. O infeliz aventureiro tornara-se nas mãos do conquistador um títere lamentável. Com o mesmo despacho o cobria de púrpuras e grandezas e o deixava nu. A sua atitude para com êle pode cifrar-se neste conceito: dou-to e rapo-to.*

*Reinaria o infante muito tempo nas Baleares? E pode chamar-se-lhe reinar? Na escritura de doação que fêz aos PP. domínicos de Palma dos edifícios que compunham a* aljama *dos judeus e é datada de 1236 lá vem o tratamento da pragmática: «El-rey D. Pedro de Portugal». No* Livro de Noa de Santa Cruz de Coimbra *lê-se igualmente:* Era MCCXXV natus est Rex Doñus Petrus Regis Sancii et Reginae Doñae Dulciae X Kalend. Aprilis. *Mas, como observam com lúcida penetração os historiadores espanhois, pouco apêgo devia ter o lusitano às possessões insulares. Ficavam a quatro ou cinco dias de vela do mundo civilizado; êle era um europeu; quanto mais aventureiro mais sequioso de sociabilidade. E ou porque matasse o bicho do ouvido ao sobrinho com seus queixumes e agravos, ou porque as Baleares na encruzilhada das rotas marítimas, com a instituição dos* Consulados de mar *e o declínio do Crescente, adquirissem importância estratégica e comercial não pulsada de princípio, sem falar nas suas riquezas e produção, ei-lo depondo o senhorio. A 3 de Junho de 1244 os dois assinam um acôrdo mercê do qual recebe D. Jaime a posse total das Baleares dando em compensação os castelos de Morella, Segorbe, Murviedro, Castellon e Almenara, com o ónus, bem entendido, da costumada homenagem. Tal negociata seria desta vez a prazer de D. Pedro? Parece que não. Poucos anos decorridos, 1248, tomava êle o partido do infante D. Afonso, que se rebelara contra o pai, desertando do seu domínio com o refluir para lá das operações de guerra.*

*Reconciliados pai e filho, o infante volta a rehaver as suas terras do campo tarraconense acrescidas do senhorio parcial de Ibiza, mas pelo que dizia respeito aos castelos, pois que não só se fecharam às hostes de el-rei como de lá lhe moveram guerra, quebrando assim a cláusula de vassalagem, a justiça é que devia pronunciar-se quanto a saber-se a quem pertenciam em bom direito.*

*Estava o homem jurìdicamente espoliado. Que se saiba, entre um monarca todo poderoso e um pleiteante sem prestígio, a justiça nunca hesitou. É cega, pintam-na cega, mas o que não dizem é que lhe sobeja olfacto. Aparece, entretanto, uma boa alma, a rainha Violante, filha de André I, da Hungria, e o espoliador tem vergonha. Mas a sizânia subsiste ou encontra novo pábulo entre os dois, anos volvidos. D. Jaime publica um édito ordenando a expulsão dos moiriscos do reino de Valência e D. Pedro toma o partido das vítimas. Além do que havia de revoltante na disposição bárbara, a economia da província era ferida profundamente pela rarefacção demográfica que provocava. Novamente intervem D. Violante de Ungria, excelente senhora, e D. Pedro não só é indemnisado dos prejuizos que sofrera em sua fazenda como, a título de reparação, era reposto no feudo da Maiorca. Passava-se isto em 1253. Em 1262 Jaime II era coroado rei de Maiorca pela partilha que o pai fêz dos seus estados. Mas já seis anos antes, 1258, segundo consta do livro de* Óbitos, *de Moreira da Maia, lavrado pelos crúzios, se tinha afundado na noite a pessoa irrequieta e trabalhada tão irregularmente pela fortuna do neto de D. Afonso Henriques, primeiro grande aventureiro de Portugal.*

Lisboa, Julho, 1939.

AQUILINO RIBEIRO

# OS MENDES DA MAIA E A FUNDAÇÃO DA NACIONALIDADE

*Sendo a batalha de S. Mamede em 1128 um dos principais fulcros em que se estriba a fundação da nacionalidade, é de justiça que se apure quem foram os principais auxiliares de D. Afonso Henriques nessa emprêsa e nas subseqüentes para a sua consolidação.*

*Entre êsses valorosos cavaleiros avulta a ínclita geração daquele Mendo Gonçalves, a quem a Crónica dos Godos, a-pesar-do habitual laconismo das suas efemérides, dá como falecido em 1065, apelidando-o de* «vir ilustris et magnae potentiae in toto Portugalli».

*Eram três os irmãos, embora em «O Nobiliário» de D. Pedro apenas se indiquem dois: D. Soeiro Mendes,* o Grosso, *D. Gonçalo Mendes,* o Lidador; *e D. Paio Mendes, Arcebispo de Braga. Antes de apreciarmos a sua acção neste particular e nas lutas contra os mouros, lancemos uma vista de olhos sôbre a sua ascendência. Diz Alberto Sampaio* (Póvoas Marítimas) *que não repugna acreditar que corresse sangue mouro nas veias do Lidador, aceitando a versão do* Livro de Linhagens, *que aponta Alboazar Ramires como filho de D. Ramiro III e da moura Zara (lenda excluida) e bem assim a tomada do Castro de Mafamude nos meados do século IX.*

*Diz o Nobiliário que Alboazar Ramires foi chamado o Cid, «porque naquele tempo fez muitas lides com os mouros e tirou-os de Sam Romão, do Crasto de Aveoso e do Crasto de Gondomar».*

*Alboazar Ramires teve um filho chamado Trastamiro Alboazar, que por sua vez teve um filho de nome Gonçalo Trastamires, que, segundo a Crónica dos Godos, foi morto em 1038, em Avioso (Maia) que seu avô tinha conquistado.*

*Foi êsse Gonçalo Trastamires pai de Mendo Gonçalves, varão ilustre e de grande valor em tôda a terra portucalense, como ficou dito.*

*Êste Mendo Gonçalves, progenitor dos Mendes da Maia nada tem com o Conde D. Mendo que mandava nessa terra e foi morto em 1008* (Crónica dos Godos). *Anotemos algumas informações históricas sôbre cada um dos três membros dessa família.*

## *SOEIRO MENDES*

*Era por certo o mais vélho. Auxiliou D. Afonso VI na conquista aos mouros de Santarém, Lisboa e Sintra, em 1093; e tão valioso foi êsse auxílio que, tendo o rei entregado essas terras ao seu genro D. Raimundo, sob autoridade dêste foi cometido o govêrno dessas cidades a Soeiro Mendes:* «sub manu ejus Suarium Menendi», *diz a Crónica dos Godos.*

*Dai a dez anos (1103) aparece num documento do Livro Preto, juntamente com D. Tereza, como cônsules da terra de Lorvão e Coimbra:* consulibus terre Suario Menendiz atque uxore comitis Henricii Tharasia...»

*Já antes disso, D. Tereza com o marido tinham feito várias doações a Soeiro Mendes, especialmente em 1097, a do couto do Mosteiro de Santo Tirso, em que confirma Paio Soares, seu irmão como mordomo da Casa do Conde. Nessa doação lhe chamam:* «vassalo

nostro fideli», *e declaram que o obsequeiam:* «propter tuum bonum servitium quod nobis facis placibile». *Soeiro Mendes trespassou essa doação ao Convento, logo no ano imediato, com outros bens. Confirma e corrobora essa doação um filho seu chamado Mendo Soares, a quem os linhagistas não fazem referência.*

*Soeiro Mendes teve papel de relêvo com seus irmãos na batalha de S. Mamede em 1128.*

*No* Livro de Linhagens *dá-se conta duma lenda sôbre êsse recontro, em que se aponta D. Afonso Henriques como vencido primeiramente pelos apaniguados de Fernando Peres, encontrando-se ao sair de Guimarãis com* Soeyro Meemdez, *que o censurou por dar batalha sem êle; e que o animou a novo combate em que prenderam o seu padrasto e a sua mãi.*

*É uma das tais tradições lendárias sem fundamento, mas que simbolizam factos de fundo histórico verdadeiro.*

*Quanto ao cêrco de Guimarãis por D. Afonso VII, em 1127, foram valiosos os seus serviços e os de sua família, merecendo de Afonso Henriques menção de louvor no documento em que êle faz uma doação a Mem Fernandes, em 1129:* «pro servitis quod mihi fecisti in obsidioni Vimaranensi adversus Regem Alfonsum una cum Suario Menende dictus grossus et cum aliis de suo genere» (Monarquia Lusitana, Parte III).

*São lembrados os Mendes da Maia e fica esquecido Egas Moniz, que a História aponta como protótipo da lealdade, fiador da promessa de vassalagem ao rei de Leão.*

*À batalha de Ourique, em 1139, não podia ter assistido D. Soeiro, porque já em 1133 D. Paio, arcebispo de Braga, faz doação à Sé e Cabido de 4 casais que êle recebera de seu irmão D. Soeiro (a quem os dera D. Tereza), aplicando-os por alma dêle:* «inde mercedem copiosam ante dominum». (Liber Fidei, n.º 441).

*Diz Frei Leão de S. Tomaz* (Beneditina Lusitana) *que Soeiro Mendes — o* Bom, *jaz em Santo Tirso, visto ter aparecido na galilé uma lápide sepulcral com o nome dêle e a era de MCCXIIII (ano de 1176).*

*É claro que não pode ser o irmão do Lidador, porquanto, tendo falecido seu pai em 1065, deveria êle ter vivido mais de 111 anos; o que é possível, mas não provável.*

*De Soeiro Mendes —* o Grosso *não pode ser também a doação testamentária feita em 1176 por um Soeiro Mendes ao Mosteiro de Santo Tirso, de parte do padroado da Igreja de Guilhabreu, um casal em Vila Bôa, a ermida de S. João da Foz e tôdas as herdades no têrmo de Ferreira.*

*Êste doador é que deve ser o sepultado no Mosteiro, visto assim o ter declarado nessa disposição e êste é que deve ser Soeiro — o* Bom, *distinto do* Grosso, *a-pesar-da confusão do* Nobiliário.

*Quem seria então?*

*O* Livro de Linhagens *fala em Soeiro Mendes Facha que jaz em Santo Tirso; mas êsse Soeiro Mendes era bisneto do Lidador, filho de Mem Rodrigues de Tougues que viveu no tempo de D. Afonso III (1248-1279), portanto incompatível cronològicamente com o outro.*

*Inclino-me antes para um neto provável de Soeiro Mendes, o* Grosso, *filho daquele Mendo Soares, que confirma a doação do pai a Santo Tirso, em que se regista a declaração final de entrega, após a sua morte do têrço dos adquiridos, além do sinal imediato de oi-*

*tocentas libras. Êsse devia ter ficado como fiador do compromisso e recomendado aos sucessores lembrança de benemerências ao Mosteiro.*

## *GONÇALO MENDES*

*Nenhum dos combatentes da hoste de Afonso Henriques caiu tanto no aprazimento das lendas tradicionais como êste, popularmente conhecido como o* Lidador.

*Herculano fêz dêle o principal protagonista de* O Bobo, *na preparação da revolta do primeiro rei contra sua mãi; e aproveita o texto do* Livro de Linhagens *para o episódio histórico:* A morte do Lidador.

*Ao mesmo tempo não há guerreiro dessa época a quem tão poucas linhas dedique a história, tirada dos capítulos das crónicas antigas.*

*A* Morte do Lidador *será uma narrativa histórica fiel ou uma lenda como a do Rei Ramiro, recolhida dalgum vélho alfarrábio, no* Livro de Linhagens?

*Não é fácil responder a essa interrogação, porque os cronistas e historiadores conscienciosos guardam sôbre o caso prudente silêncio.*

*D. Pedro* (Nobiliário) *não fixa data ao episódio e Herculano na* História de Portugal (Vol. I, pág. 414 e seguinte) *diz o seguinte: «É por êstes tempos (1170) que a tradição coloca a morte de Gonçalo Mendes, denominado* O Lidador, *pelo seu esfôrço nas batalhas.*

*As circunstâncias dêste sucesso que se lêem nos historiadores são, pela maior parte, de tal modo inverosímeis, que nós o teríamos absolutamente omitido se um monumento que reputamos assás remoto não aludisse a êle».*

*O monumento a que se refere Herculano é o* Livro Velho de Linhagens, *que mais tarde prefaciou ao publicá-lo no volume* Scriptores, *do P. M. H..*

*Ora nessa altura já Herculano não confiava demasiado na autenticidade da narrativa. De facto, tendo Mendo Gonçalves falecido em 1065, devia Gonçalo Mendes contar à data da morte (1170) mais de 105 anos; contudo do relato consta ter falecido aos 95!*

*Diz-se no* Livro de Linhagens *que êle era* adeantado *do rei D. Afonso Henriques na fronteira, correndo um dia a par de Beja; mas Beja foi tomada, segundo a Crónica dos Godos em 1162, logo o* Lidador *já devia ter mais de 97 anos.*

*Dá-se, porém, a circunstância de Beja ter sido tomada por duas vezes, sendo a primeira na opinião de Herculano, em fins de 1159, tendo sido rehavida pelos mouros em Abril de 1160, e mais tarde reconquistada pelos cristãos.*

*A morte do* Lidador *sucederia nêsse interregno, ou até antes logo a seguir à conquista de Alcácer, visto que a expressão a* par de... *não designa claramente que Beja já estivesse tomada?*

*É possível, e, nêsse caso, a cronologia não briga com a tradição, visto que entre o ano de 1065 e o de 1159 decorrem 94 anos, podendo D. Gonçalo ter nascido nos últimos tempos da vida de seu pai, sendo de facto considerado como o mais novo dos irmãos. Em todo o caso, é sempre um episódio duvidoso, podendo apenas servir para concretizar o valor guerreiro do herói.*

*Brandão* (Monarquia Lusitana) *data de 1166 a tomada de Beja, dizendo que o feito do* Lidador *foi depois dêsse ano, sem atender ao êrro cronológico.*

*Note-se que, ao referir-se à data de 1170, constante duma* Memória de Santa Cruz

de Coimbra *(Livro XI, capítulo 8.º) acha discordância quanto à época da batalha, «por particularidades a que se não pode dar boa saída».*

*Quanto à batalha ou fossado de Ourique em 1139, Brandão de harmonia com a* Memória de Santa Cruz de Coimbra *inclui D. Gonçalo Mendes entre os combatentes; e A. Botelho da Costa Veiga, erudito director da Biblioteca de Lisboa, na revista* Nação Portuguesa (Dezembro de 1928) *defende a sua inclusão sob o n.º 11, dizendo: «Contra a admissibilidade da participação do célebre* Lidador *no fossado de 1139 nenhum obstáculo se levanta. Diz-se que morreu com 90 anos (?) em certo combate, na fronteira de Beja, a nosso ver só admissível dentro dos poucos meses da primeira ocupação da cidade».*

*O* Lidador *devia tomar parte na emprêsa do cêrco de Guimarãis em 1127, com D. Soeiro, visto D. Afonso Henriques se referir na doação de 1129:* aliis de suo genere, *e bem assim na batalha de S. Mamede em 1128, para a qual seu irmão Paio concorreu brilhantemente. À batalha de Ourique é indicado como assistente sob o n.º 12, na citada* Memória, *Pero Pais da Maia, neto de Soeiro Mendes, que mais tarde foi alferes de D. Afonso Henriques; o qual também tomou parte na lide de Lisboa em 1149.*

## *D. PAIO MENDES*

*Foi eleito arcebispo de Braga, quando ocupava o lugar de arcediago no Cabido bracarense, aí por 1118.*

*Tendo havido séria contenda entre Braga e Compostela, por causa duns bens que nos subúrbios da cidade de Braga pertenciam à Igreja de S. Tiago, depois de várias diligências, esta Igreja foi elevada a metropolitana, sob a superintendência de D. Diogo Gelmires, ficando dela sufragâneas Braga e Mérida.*

*Logo que D. Paio disso soube, solicitou e obteve da raínha D. Urraca, irmã de D. Tereza não só a confirmação do couto de Braga, mas a sua ampliação, em 1120, visto que em virtude do acôrdo de Oviedo em 1115 entre as duas irmãs, era D. Urraca que se considerava revestida, ao menos de direito, da suprema autoridade na província de Portugal.*

*Em 1121 D. Urraca invadiu os estados de D. Tereza (que se refugiou no Castelo de Lanhoso), sendo acompanhada de D. Diogo Gelmires, que se apossou dos bens que disputava ao arcebispo de Braga, conseguindo mais tarde D. Paio recuperá-los por mercê de D. Diogo. Feita a paz entre as duas irmãs, terminou a luta acêsa entre os dois arcebispos.*

*Em 1121 D. Paio recebeu do Papa Calisto II o* pálio, *que lhe dava a plenitude do ofício pontifical; e pelo mesmo pontífice foi confirmado o senhorio da cidade e do seu couto doado à Sé de Braga pelo Conde D. Henrique e D. Tereza. Nêsse mesmo ano, tendo D. Paio obtido da cúria romana a restituïção dos bens de S. Tiago, os quais D. Maurício havia recebido em préstamo, foi a Compostela, fazendo pacto de amizade com D. Diogo e recebendo em préstamo os referidos bens, como córogo de S. Tiago, que ficou sendo. De regresso de Zamora em 1122 foi D. Paio prêso por D. Tereza. Diz o Cardial Saraiva* (Tomo II, pág. 204) *que alguns escritores, querendo explicar esta prisão, afirmam que êle favorecia as partes de D. Urraca contra D. Tereza, nas discórdias entre ambas; o que é verosímil pela sua reconciliação com D. Diogo Gelmires, submetendo-se até de algum modo a êste; mas êle, Cardial, diz ter motivos para crêr que D. Paio não só favorecia o partido de D. Urraca, mas até chegou a pôr-se abertamente no partido dos galegos contra D. Tereza, citando a carta do*

TÚMULO DO CONDE D. HENRIQUE, NA SÉ DE BRAGA

TÚMULO DE D. TEREZA, NA SÉ DE BRAGA

*couto concedida por D. Urraca como rainha do reino de Espanha à Sé de Braga. Demais foi em Zamora que, pouco depois, foi armado cavaleiro D. Afonso Henriques, sendo possível que D. Tereza tivesse denúncia dos preparativos da conspiração, que a havia de destituir.*

*Calisto II, sabendo da prisão do arcebispo D. Paio, ordenou em 1122 ao de S. Tiago que obrigasse D. Tereza a soltá-lo sob pena de excomunhão; o que cumpriu, porque D. Paio aparece logo a seguir, confirmando diplomas da rainha.*

*Em Maio de 1128, D. Afonso Henriques fêz a D. Paio a confirmação e ampliação do couto de Braga, declarando que deixaria ao arcebispo e seus sucessores a cidade e a Sé em paz e sem discussão:* «quando habuero portugalensem terram adquisitam», *esperando dêle auxílio:* «ut tu sis adjutor meus». *Referia-se claramente à revolução contra D. Tereza que logo a seguir estalou, travando-se a batalha de S. Mamede, que D. Afonso Henriques venceu; para a qual concorreu valiosamente a acção de D. Paio e de seus irmãos.*

*Como prova de gratidão, D. Afonso Henriques fêz a D. Paio amplas doações de Igrejas e coutos, como consta do* Liber Fidei.

*Em 1137 D. Paio acompanhou D. Afonso Henriques a Tuy, onde se realizou o acôrdo entre êle e seu primo D. Afonso VII.*

*Faleceu em Espanha para onde se retirara por motivos desconhecidos.*

*Diz Monsenhor Ferreira nos seus* Fastos de Braga, *donde recolho estas notas biográficas, «D. Paio Mendes foi uma alta figura da nossa História à qual muito deve a independência de Portugal, embora não seja fácil explicar a sua retirada para o país vizinho, onde aparece no final da vida ao lado dos nossos adversários».*

## *LINHAGEM E SENHORIO DOS MENDES DA MAIA*

*Diz-se no* Livro de Linhagens *que D. Soeiro e D. Gonçalo Mendes se chamaram da Maia:* «porque se ganhou por seus avóos e aviam-na por sua ; e a Maya chamava-se naquel tempo dês Doyro ataa Lima».

*Neste trecho há duas inexactidões: nem a haviam por sua, nem a Maia, nêsse tempo, se estendia até ao rio Lima.*

*A terra da Maia, julgado ou concelho, nunca ultrapassou o Ave ao norte, nem a linha dos Bougados, Covelas, Alfena, Asmes e Valongo a leste.*

*A área que é atribuida a Maia deve antes referir-se ao* território portucalense, *que de facto ultrapassava o Ave para o Norte, estendendo-se pelo menos numa faixa à beira-mar.*

*Os antecessores do* Lidador *nunca foram senhores da Maia nem a tiveram por sua. Auxiliaram eficazmente outros cavaleiros na guerra contra os Mouros, mas nenhum dêles foi governador da Terra da Maia, quanto mais senhor.*

*É aceitável que Alboazar Ramires se instalasse em Monte Córdova, onde consta fizera uma tôrre, fazendo daí base de operações para atacar os mouros, vindo depois tomar o Castro de Avioso (Castêlo da Maia), S. Romão (Águas Santas) e o Castro de Gondomar. É possível que fixasse residência em Águas Santas, onde, diz o padre Carvalho* (Corografia Moderna) *tinha casa solarenga, visto que seu neto Gonçalo Trastamires foi morto em Avioso. Porém essa família nunca teve o senhorio da Maia, embora aí tivesse direitos, casais e até paços.*

*Como* tendo *a Terra da Maia apenas aparece Paio Soares, filho de Soeiro Mendes, confirmando o foral de Sátão em 1111, e ainda João Pires, neto de Paio Soares como tendo a Terra de Azurara e Pindelo antes de 1258.*

*Houve de facto um governador da Maia, Mendo Gonçalves, de certa importância e que aí mandava em fins do século X e princípios de XI, mas nada tinha com o pai do* Lidador; *era valido do rei D. Afonso V, tendo casado com uma sua filha. Foi morto em 1008, segundo a* Crónica dos Godos.

*Pelas inquirições de D. Afonso III e de D. Deniz se nota que Pedro Pais Alferes e João Pires da Maia, respectivamente neto e bisneto de Soeiro Mendes tinham direitos ou casais em muitas localidades; parte dos quais deviam advir ao segundo da parte do seu sogro Conde D. Mendo,* O Sousão *que aí possuia muitos prédios.*

*Em Tougues junto ao Ave deveria ter o* Lidador *paço, porque aí nasceu seu neto Mem Rodrigues de Tougues; e Soeiro Mendes tinha direitos e passais em Lavra como consta da sua doação ao Mosteiro de Santo Tirso.*

*Terminando estas simples notas, resta-me, como bom maiato, orgulhar-me por ser conterrâneo de tão ilustre geração, que assás brilhantemente concorreu para a fundação de Portugal.*

*Junho de 1939*

P.e AGOSTINHO DE AZEVEDO

INSCRIÇÃO NA PAREDE DA DIREITA DA GALILÉ DA SÉ

# O CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS

*É esta a terceira vez que, como presidente da Comissão Executiva dos Centenários, uso da palavra por intermédio da Emissora Nacional. Falei em Novembro do ano findo, ao tomar posse daquele cargo; voltei a falar em 4 de Maio último, para comunicar ao País o programa oficial das festas do Ano Aureo; falo hoje, dirigindo-me em especial aos portugueses cultos, para lhes anunciar a publicação do plano geral e do programa de estudos do Congresso do Mundo Português que precisamente de àmanhã a um ano, na noite de 1 de Julho de 1940, se inaugurará solenemente, sob a presidência do venerando Chefe do Estado, na sala das sessões da Assembleia Nacional.*

*Como tive a oportunidade de dizer há cêrca de dois meses, o segundo período ou período imperial das comemorações é dominado por três grandes peças centrais, em volta das quais se agrupam tôdas as outras: Exposição do Mundo Português; Congresso do Mundo Português; Cortejo do Mundo Português. A Exposição é o documentário triunfal; o Cortejo, a apoteose; o Congresso, a História. A Exposição, cujo modêlo ainda há pouco admirámos, constitue a síntese plástica de oitocentos anos de vida de um povo cuja acção se projectou no Mundo. O Cortejo representa a Nação em marcha, préstito refulgente de armas, de cruzes, de pálios, de côches, os estandartes, em que desfilarão os séculos e os heróis, e em que Portugal se verá passar a si próprio. O Congresso, enfim, revestido da dignidade augusta da História, é o texto magnífico que a Exposição ilustra por imagens fixas e o Cortejo por imagens móveis. Nêle se estudará a Nação portuguesa nas suas origens, na sua formação, na sua actividade, nas suas instituïções, nas suas crises de crescimento e no esplendor da sua expansão imperial. Para êle me permito chamar a atenção dos historiadores portugueses e de todos os investigadores e estudiosos que se têm consagrado à história da Nação, pedindo-lhes que concorram com os seus trabalhos e com as suas luzes a êste Congresso, sem dúvida, pela opulência da organização, pela vastidão da doutrina, pela variedade das questões, e, até, pela repercussão internacional que lhes assegura o interêsse ecuménico de certos temas, um dos actos culturais mais notáveis que, em todos os tempos, se têm realizado no País.*

*O Congresso do Mundo Português, desenvolvimento da idea de Sua Ex.ª o Presidente do Conselho, magistralmente expressa na nota oficiosa de março de 1938, efectua-se nas três cidades universitárias portuguesas — Coimbra, Lisboa e Pôrto —, com o apoio prestigioso das Reitorias, dos Senados universitários e das presidências das três Academias. Não se trata — devo acentuá-lo — de um congresso único, mas (e êsse facto dá a medida da sua extensão e complexidade) de um sistema de nove congressos, majestosa construção cuja unidade é assegurada pela definição do tema geral. No primeiro, que se inaugura na Universidade do Pôrto, no dia 3 de Julho, versar-se-ão problemas da pré e proto-história, e da antropologia pré e proto-histórica; no segundo, cuja inauguração se realiza na Universidade de Coimbra, de-certo com a magnificência ritual das grandes solenidades, os medievalistas vão ocupar-se dos mais importantes temas que nos oferecem os acontecimentos e as instituïções da Idade-Média portuguesa, desde as origens da nacionalidade até ao começo da expansão ultramarina (Ceuta, 1415); no terceiro — o Congresso do Esfôrço português no Mundo — estudar-se-á em Lisboa a grande época das navegações e dos descobrimentos marítimos (séculos XV e XVI), não apenas no ponto de vista da ciência náutica e da arqueologia naval portuguesa, mas em tôdas as conseqüências geográficas, políticas, económicas, espirituais e culturais dessa prodigiosa obra que revolucionou o mundo, afirmou a unidade física da terra e inaugurou a civilização universal; no quarto congresso*

*serão examinadas as questões respectivas ao período da monarquia dualista, de-certo o menos conhecido da nossa história, desde o colapso da soberania nacional até ao despertar das energias colectivas da Nação e à Restauração consumada (1668); no quinto, as épocas de D. João V, de Pombal, de D. João VI, até ao advento do liberalismo; no sexto, a era constitucional, compreendendo a organização do Império africano, o regresso ao sentido histórico da política colonial portuguesa e a participação na Grande Guerra.*

*Desejo fazer referência especial aos três últimos congressos integrados no sistema; o Congresso luso-brasileiro de História, o Congresso Colonial e o Congresso de História da actividade científica portuguesa. No Congresso luso-brasileiro de História, cujas presidências confiaremos a individualidades relevantes do novo Brasil mental e cuja inauguração solene se realiza na sala da Academia das Ciências de Lisboa em 28 de Outubro de 1940, historiógrafos e investigadores das duas nações de língua portuguesa versarão em comum os problemas que respeitam ao descobrimento, colonização e organização da Nação brasileira (1500 a 1822), quere dizer, ao período cuja história é património dos dois povos irmãos, procurando quanto possível, dentro de um espírito rigorosamente objectivo, o esclarecimento e a unidade de interpretação de determinados factos. Depois do acôrdo linguístico de 1931, será êste, sem dúvida, o acto inter-continental mais importante que se tem realizado no domínio da política do espírito. Quanto ao Congresso Colonial, de que se iniciam os trabalhos na Sociedade de Geografia de Lisboa no dia 10 de Julho de 1940, nele serão tratadas questões coloniais da actualidade, respectivas sobretudo à África dos trópicos e, em especial, ao nosso Império africano, — mòrmente aquelas que interessam à antropologia, etnografia e linguística das populações indígenas; ao povoamento indígena e à colonização branca; ao contacto das raças e suas conseqüências político-sociais; ao desenvolvimento social e económico dos indígenas e seu aproveitamento na vida administrativa das colónias; e à necessidade de uma organização científica colonial. Alia-se assim, no Congresso do Mundo Português, à investigação erudita do nosso passado imperial, o estudo atento das realidades coloniais da hora presente. Além dos actos culturais a que me acabo de referir, prevê-se ainda a realização, na Universidade de Coimbra, em Novembro de 1940, de um congresso suplementar destinado ao inventário e estudo da contribuïção portuguesa no domínio das actividades científicas, — congresso êste que, por todos os motivos, fica bem na gloriosa Universidade, lustre da Nação.*

*Eis o que é o Congresso do Mundo Português, cujas linhas mestras o insigne Chefe do Govêrno traçou, e cujo plano geral e programa de estudos (com excepção do que respeita ao Congresso Colonial) serão publicados àmanhã em língua portuguesa, e, em breve, nas línguas europeias de maior difusão. Um Congresso de história portuguesa é, por definição, um congresso nacional. Está porém prevista, e por tôdas as formas se promoverá, a cooperação, nos seus trabalhos, de individualidades estranjeiras. A história de um povo que conta oito séculos de existência, que criou um vasto Império e cuja acção civilizadora se fêz sentir no Mundo, não possue apenas interêsse nacional restrito. Além disso, as relações de natureza política, económica e cultural, e, nomeadamente, as vicissitudes da política dinástica tornaram tão íntimo o convívio da comunidade europeia (quer na Idade-Média em que a Europa constituíu rudimentarmente uma sociedade de nações, quer nos séculos XVI e XVII em que a sua história se confunde com a de uma grande família soberana), que não é fácil, ao estudar o passado histórico de um povo, isolá-lo de todos os outros. Acresce ainda que parte da nossa documentação manuscrita, iconográfica e cartográfica se encontra dispersa por arquivos de Estado, museus públicos e colecções privadas da Europa e da América, oferecendo êste Congresso excelente oportunidade para esclarecer determinados factos à luz dessa documentação, ainda hoje, em Portugal, incompletamente conhecida. É, pois, com vivo prazer que dirijo o meu apêlo a todos os estranjeiros cultos, mòrmente aos historiadores e investigadores que se têm ocupado de assuntos da história portuguesa, para que nos enviem os seus trabalhos e venham, em 1940, cooperar connosco. Serão bemvindos, também, quaisquer subsídios que as bibliotecas, arquivos e museus estranjeiros possuïdores de colecções portuguesas,*

*queiram remeter-nos, na certeza de que a sua contribuïção não se destina apenas à história de Portugal, mas a um vasto e deslumbrante capítulo da história da Civilização.*

*Resta-me agradecer, em nome da Comissão Executiva e da Secção de Congressos, a que presido, o auxílio que na obra da organização do Congresso do Mundo Português nos foi prestado pelas três Universidades do País e por tôdas as individualidades ilustres que connosco colaboraram, assistindo-nos com o seu saber, o seu conselho, a autoridade do seu nome e a sua prestigiosa intervenção pessoal. As adesões que a Comissão recebeu, e aquelas que prevê, levam-na a supor que a data de 1 de Julho de 1940, em que se inaugura solenemente êste conjunto de congressos abrirá uma nova era nos estudos históricos em Portugal.*

JÚLIO DANTAS

---

O Congresso do Mundo Português, cuja sessão solene inaugural se realiza na sala da Assembleia Nacional na noite de 1 de Julho de 1940, e cujos trabalhos decorrem nas três cidades universitárias do País, é constituido por um sistema de nove congressos ligados entre si pela definição do tema geral: história da Nação; projecção do esfôrço protuguês na história universal.

Êsses congressos são os seguintes:

I CONGRESSO — *Pre e proto-história.* Reúne-se no Pôrto. Início dos trabalhos: 3 de Julho.

II CONGRESSO — *Portugal medieval, até ao comêço da expansão ultramarina (Ceuta, 1415).* Reúne-se em Coimbra. Início dos trabalhos: 6 de Julho.

III CONGRESSO — *Descobrimentos e colonização (séculos XV e XVI).* Reúne-se em Lisboa, como os três seguintes. Início dos trabalhos: 2 de Julho.

IV CONGRESSO — *Monarquia dualista, até à paz com a Espanha (1668).*

V CONGRESSO — *Da paz com a Espanha até ao Constitucionalismo (1834).*

VI CONGRESSO — *Do Constitucionalismo à Grande Guerra.*

VII CONGRESSO — *Congresso luso-brasileiro de história.* Reúne-se em Lisboa. Acto inaugural: noite de 28 de Outubro.

VIII CONGRESSO — *História da actividade científica portuguesa.* Em Coimbra, durante o mês de Novembro.

IX CONGRESSO — *Congresso Colonial.* Em Lisboa. Início dos trabalhos: 10 de Julho.

Publicamos a seguir os programas dos sete primeiros actos culturais, enumeração sucinta dos assuntos mais importantes que a Comissão apresenta ao estudo de cada Congresso. Convém acentuar que no Congresso do Mundo Português cabem, não só a história de Portugal pròpriamente dita, mas tôdas as contribuïções portuguesas para a história de outras nações e para a história geral da Civilização. Não houve o propósito, nem de incluir todos os temas possíveis, nem de estabelecer limites rígidos que os estudos históricos dificilmente suportam. As comunicações que, porventura, pela originalidade ou especialidade da matéria proposta, não estejam rigorosamente compreendidas no programa, nem por isso serão consideradas estranhas ao Congresso, que por definição abrange, como acentuámos, tôda a actividade histórica da Nação portuguesa e dos portugueses no Mundo.

## I CONGRESSO

### 1.ª Secção — PRE-HISTÓRIA

1 — Paleogeografia: Relações do território com antigas terras atlânticas. O homem terciário. Glaciarismo, terraços, fauna e flora quaternárias no País.

2 — O paleolítico português, seus problemas estratigráficos e tipológicos, suas divisões, suas relações com culturas de outras regiões. Os concheiros mesolíticos do Ribatejo. Os problemas do asturiense português.

3 — Orígens e cronologia do neo-emeolítico português. A cultura do vaso campaniforme em Portugal. Expansão das culturas indígenas.

4 — Os problemas cronológicos e tipológicos da nossa idade do bronze. Orígem da metalurgia no País. Relações com o Mediterrâneo e o norte da Europa. A introdução do uso do ferro em Portugal.

5 — Contribuïção portuguesa para o estudo da pre-história geral. Sobrevivências folclóricas e folclore dos monumentos pre-históricos em Portugal.

6 — Bibliografia.

2.ª Secção — PROTO-HISTÓRIA E HISTÓRIA ATÉ À RECONQUISTA CRISTÃ

1 — As mais antigas referências históricas ao território português. Os fenícios e os gregos no Ocidente e as mais antigas colonizações. Os problemas ligure e etrusco. O poema de Avieno e a geografia e etnologia antigas de Portugal. A invasão celta. A cronologia e divisões da idade do ferro. Síntese da cultura dos castros. Celtiberos e Lusitanos. Os Cartagineses na Lusitânia.

2 — Papel histórico dos Lusitanos e Calaicos. Viriato.

3 — A história da Lusitânia depois da morte de Viriato. Sertório. César na Península. Augusto.

4 — As ocupações romana, germânica e árabe e sua influência no povoamento, na vida social, na língua, na cultura, na toponímia, no folclore.

5 — As cividades, as vilas, as póvoas marítimas e os municípios, núcleos político-sociais e démicos do futuro Portugal. Cale e Portucale.

6 — Bibliografia.

3.ª Secção — ANTROPOLOGIA PRE E PROTO-HISTÓRICA

1 — Tipos físicos humanos nos concheiros de Muge.

2 — Síntese da antropologia do neo-eneolítico português.

3 — Antropologia da idade do ferro e das épocas romana, germânica e árabe em Portugal.

4 — Relações entre a antropologia do português actual e a dos tempos pre e proto-históricos.

5 — Depoïmentos portugueses sôbre a etnologia geral.

6 — Bibliografia.

II CONGRESSO

1.ª Secção — CONQUISTA E DEFESA DO TERRITÓRIO

1 — Orígens da nacionalidade. A Reconquista no território português. Condado portucalense; governos de D. Henrique e D. Tereza. Batalha de S. Mamede. Fundação da Monarquia: D. Afonso Henriques.

2 — Alargamento do território: conquista do Algarve. Ordens monástico-militares. Colaboração dos Cruzados. Outras cooperações na obra da Conquista.

3 — Organização da marinha. Frota comercial e instituïção dos seguros comerciais e marítimos. Relações comerciais com países estrangeiros, especialmente com o Levante e o Norte da Europa.

4 — Relações políticas internacionais: com a Santa Sé; com os Estados peninsulares. Cooperação de Portugal na defesa da Espanha cristã. Influência francesa. Primórdios da aliança inglesa.

5 — A crise de 1383-1385. Robustecimento do espírito nacional; consolidação da independência. O Algarve de Além-Mar.

6 — Bibliografia.

2.ª Secção — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DA NAÇÃO

1 — Organização política. Fortalecimento do poder real. As Côrtes. Fazenda e Justiça.

2 — Organização administrativa. Regime senhorial e providências régias que lhe respeitam. Os concelhos; sua organização. Influências feudais.

3 — Povoamento do Reino; elementos da população; processos de povoamento; organização das classes sociais. Doações régias; forais. Estrangeiros; judeus e moiros.

4 — Desenvolvimento das actividades económicas: valorização do solo e sub-solo. Problema da distribuïção e dos transportes internos. A moeda.

5 — Criação da Ordem de Cristo.

6 — O «Estudo Geral». A língua, a literatura e a arte.

7 — Bibliografia.

III CONGRESSO

1.ª Secção — OS DESCOBRIMENTOS MARÍTIMOS

1 — O conhecimento da terra nos fins do século XIV. Factores religiosos, políticos e económicos dos Descobrimentos. A organização da grande emprêsa e sua execução, até à morte do Infante (1460).

2 — A Nação perante a política dos Descobrimentos. A contribuïção real. A Ordem de Cristo. Intervenção do povo em Côrtes. Reacções e cooperações.

3 — A política africana de D. Afonso V: os «lugares de Além».

4 — Prosseguimento da exploração da costa de África. Reconhecimento do Atlântico. O plano do Príncipe Perfeito. Viagens de informação. D. Manuel I: a Índia. O descobrimento do Brasil.

5 — Legitimidade do direito de Portugal às terras descobertas: tratado de Tordesilhas.

6 — Ciência náutica portuguesa; cartografia, cartógrafos. Progresso da arte naval na época dos Descobrimentos.

7 — Contribuïções portuguesas para as grandes navegações estrangeiras dos séculos XV e XVI.

8 — Bibliografia.

2.ª Secção — O IMPÉRIO DO ORIENTE

1 — O plano do Império; o domínio naval do Índico; as feitorias; as fortalezas. O Govêrno geral da Índia; D. Francisco de Almeida, viso-rei.

2 — O desenvolvimento do plano do Império por Albuquerque. Goa, Ormuz, Malaca. A penetração marítima para o Extremo Oriente. Viagens e explorações terrestres.

3 — O sentido anti-mediterrânico e anti-islâmico do Império do Oriente. Motivos políticos e religiosos; razões económicas.

4 — As condições do Império do Oriente e os primeiros sinais de decadência.

5 — S. Francisco Xavier e a expansão religiosa. As grandes viagens de acção missionária.

6 — Bibliografia.

3.ª Secção — CONSEQÜÊNCIAS DOS DESCOBRIMENTOS

1 — A unidade física do globo; a astronomia dos descobrimentos; as novas línguas; a fauna e a flora das terras descobertas; outras aquisições científicas.

2 — Conseqüências económicas: Lisboa, empório do comércio oriental. A distribuïção das especiarias na Europa. Sistema de exploração comercial.

3 — Repercussão dos Descobrimentos: o interêsse da Europa pelos resultados obtidos; as narrativas de viagens; os observadores estrangeiros; seus objectivos e suas informações.

4 — A organização do Estado para as necessidades do Império: Casa da Mina e Índia. Adaptação dos serviços.

5 — O Renascimento em Portugal. Repercussões dos Descobrimentos e da colonização na cultura, na arte e na ciência portuguesa.

6 — Bibliografia.

IV CONGRESSO

1.ª Secção — A PERDA DA INDEPENDÊNCIA E A DOMINAÇÃO FELIPINA

1 — Factores gerais. A acção política do Cardial D. Henrique e o Interregno. Do recontro de Alcântara às Côrtes de Tomar.

2 — Monarquia dualista: a situação jurídica de Portugal. Opressão financeira e decadência económica. A crise dos domínios ultramarinos; decadência do poder naval; as novas potências marítimas concorrentes.

3 — Bibliografia.

2.ª Secção — A RESISTÊNCIA NACIONAL ATÉ À RESTAURAÇÃO

1 — As tentativas do Prior do Crato. Permanência do espírito nacional: a «Coroa de Portugal e suas conquistas». O sentido da Independência. Factores internos e externos da Restauração.

2 — A conspiração e os antecedentes imediatos da Restauração, no Pôrto, em Evora e em Lisboa. A posição do Duque de Bragança.

3 — Revolução do 1.º de Dezembro. A Restauração no Império. A nova ordem política e jurídica.

4 — Vinte e oito anos de guerra. Os auxílios externos e a acção diplomática. A política de Castelo Melhor. A paz de 1668.

5 — Bibliografia.

V CONGRESSO

1.ª Secção — DEPOIS DA PAZ COM A ESPANHA

1 — A administração de D. Pedro II na Metrópole e no Império. Reacções.

2 — Relações políticas e económicas internacionais. O tratado de Methwen.

3 — A guerra da sucessão e a paz de Utrecht. A política externa de D. João V e a defesa da integridade do Império.

4 — A vida interna da Nação. As grandes realizações. A Academia da História e o desenvolvimento da cultura.

5 — Bibliografia.

2.ª Secção — A DITADURA POMBALINA

1 — O predomínio de Sebastião José de Carvalho: a obra e o homem.

2 — Política interna: as grandes reformas; os novos métodos políticos e económicos.

3 — Política internacional; relações com a Inglaterra e a Espanha; conseqüências económicas.

4 — A aplicação dos novos métodos políticos e económicos à administração ultramarina.

5 — Bibliografia.

3.ª Secção — A REACÇÃO CONTRA POMBAL

1 — A luta das ideas na vida interna e nas relações internacionais.

2 — As grandes realizações culturais: Biblioteca Nacional, Academia Real das Ciências, os jardins botânicos, os museus.

3 — As invasões francesas. Saída da côrte para o Rio de Janeiro. A paz de Viena.

4 — Reacções contra a ausência da côrte; fundamentos políticos e económicos. O regresso de D. João VI. Separação do Brasil.

5 — A guerra civil e o advento das novas ideas.

6 — Bibliografia.

VI CONGRESSO

1.ª Secção — O CONSTITUCIONALISMO

1 — A adaptação do Estado à nova ordem política. Lutas de partidos. Repercussões da política internacional. Estabilização do Regime parlamentar.

2 — As ideas dominantes da Europa em política colonial e a posição de Portugal na África. Restauração do Conselho Ultramarino. Sá da Bandeira e a abolição da Escravatura. A conferência de Berlim.

3 — O Romantismo na arte, na literatura e na política. Reformas do ensino. A geração de 1870.

4 — Bibliografia.

2.ª Secção — O IMPÉRIO AFRICANO

1 — A política externa do rei D. Carlos e a defesa do Império.

2 — Portugal na Grande Guerra; intervenção em França e na África.

3 — O Acto Colonial e o regresso ao sentido histórico da política colonial portuguesa.

4 — Bibliografia.

VII CONGRESSO

## O CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

1.ª Secção — DO DESCOBRIMENTO À OCUPAÇÃO DA COSTA

1 — Descobrimento. As primeiras notícias e a exploração da costa. Necessidades de defesa.

2 — O plano de D. João III: ensaios e desilusões. A lição da experiência: o Govêrno geral.

3 — A cultura da cana e o recurso à mão-de-obra escrava.

4 — Factores económicos da penetração: as «descidas»; a exploração pecuária; a mineração. Primeiras «bandeiras».

5 — Os Jesuítas e a conversão dos índios. Política indígena do Estado e reacções dos colonos.

6 — Saída dos franceses e dos holandeses. Ocupação de tôda a costa.

7 — Bibliografia.

2.ª Secção — O CICLO DO OIRO E DOS DIAMANTES

1 — As grandes «bandeiras» e os seus objectivos. A intervenção do Estado e dos governos locais na organização das «bandeiras».

2 — A descoberta das minas de oiro. Providências régias sôbre exploração mineira; conseqüências mediatas e imediatas.

3 — A política externa de Portugal para a defesa da integridade do Brasil. Colónia do Sacramento; tratado de 1750; tratado de Santo Ildefonso.

4 — A expulsão dos jesuítas e a nova política indígena. As Companhias pombalinas e a economia brasileira.

5 — A côrte no Rio de Janeiro. Reino Unido de Portugal e Brasil. Separação do Brasil.

6 — Bibliografia.

Os programas do VIII e IX Congressos *(História da actividade científica portuguesa e Congresso Colonial)* serão publicados oportunamente, em separado.

Algumas indicações regulamentares:

1.º — Podem inscrever-se como congressistas, em qualquer congresso, portugueses, brasileiros e súbditos estrangeiros de tôdas as nações com as quais Portugal mantenha relações diplomáticas.

2.º — As comunicações não devem exceder 16 páginas dactilografadas, e podem ser acompanhadas de mapas, gráficos ou fotocópias.

3.º — Tôdas as comunicações respectivas aos seis primeiros congressos têm de dar entrada na Secretaria geral (Avenida da Liberdade, 226, Lisboa) até 30 de Novembro de 1939, impreterivelmente; serão remetidas provas tipográficas aos autores, para revisão, até 31 de Janeiro de 1940; até 30 de Abril todos os congressistas receberão, já impressas, as comunicações da secção ou secções em que forem inscritos.

4.º — Para o Congresso luso-brasileiro de história, o prazo da entrega das comunicações termina em 31 de Dezembro de 1939, recebendo os congressistas provas tipográficas até 28 de Fevereiro, e, até 30 de Abril, os textos impressos.

5.º — Tôdas as Universidades, Academias, Institutos e outras colectividades estrangeiras especializadas que o desejem (com a reserva expressa no n.º 1.º) e assim o notifiquem à Secretaria geral dos Congressos até 31 de Dezembro de 1939, poderão aderir ao Congresso do Mundo Português e fazer-se representar no acto de inauguração solene, que se realiza na Assembleia Nacional, sob a presidência do Chefe do Estado, na noite de 1 de Julho de 1940.

## COMISSÃO DE HONRA DO CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS

S. Ex.ª o Presidente da República Portuguesa
S. Ex.ª o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil
S. Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa
S. Eminência o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro

S. Ex.ª o Presidente do Conselho de Ministros
S. Ex.ª o Presidente da Assembleia Nacional
S. Ex.ª o Presidente da Câmara Corporativa
S. Ex.ª o Ministro do Interior
S. Ex.ª o Ministro da Justiça
S. Ex.ª o Ministro das Finanças
S. Ex.ª o Ministro da Guerra
S. Ex.ª o Ministro da Marinha
S. Ex.ª o Ministro dos Negócios Estrangeiros
S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas e Comunicações
S. Ex.ª o Ministro das Colónias
S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional
S. Ex.ª o Ministro do Comércio e Indústria
S. Ex.ª o Ministro da Agricultura
S. Ex.ª o Ministro das Relações Exteriores do Brasil
S. Ex.ª o Ministro da Educação do Brasil
S. Ex.ª o Sub-secretário de Estado das Corporações
O Presidente da Junta Nacional de Educação
O Reitor da Universidade de Coimbra
O Reitor da Universidade Clássica de Lisboa
O Reitor da Universidade do Pôrto
O Reitor da Universidade Técnica de Lisboa
O Reitor da Universidade do Rio de Janeiro
O Presidente da Academia das Ciências de Lisboa
O Presidente da Academia Portuguesa de História
O Presidente da Academia Nacional de Belas Artes
O Presidente da Academia Brasileira de Letras
O Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa
O Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

### COMISSÃO DE CONGRESSOS

Ficou definitivamente constituída a Secção de Congressos da Comissão Executiva dos Centenários, que se compõe das seguintes individualidades: dr. Júlio Dantas, presidente da Academia das Ciências; dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, presidente da Academia Portuguesa da História; conde de Penha Garcia, presidente da Sociedade de Geografia; engenheiro Nobre Guedes, comissário nacional da Mocidade Portuguesa; dr. Providência e Costa, director da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; dr. Queiroz Veloso, professor jubilado e antigo director da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; dr. António Augusto Mendes Correia, professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto; Joaquim Leitão, secretário geral da Academia das Ciências; Afonso de Dornelas, secretário geral da Academia da História; comandante Quirino da Fonseca, da Academia das Ciências e da Academia da História; dr. Manuel Múrias, da Academia da História, secretário geral do Congresso do Mundo Português.

# CASTELOS DE PORTUGAL

## GUIMARÃIS

Anteriormente à fundação da nacionalidade, já existia numa admirável posição estratégica êste velho e nobre monumento militar, cuja construção, no século X, se atribue à Condessa Mumadona Didaz, casada com o conde Ermegildo Gonçalves, senhora descendente de nobres famílias godas, e que o mandára edificar, para defeza dos frades e das freiras que viviam no mosteiro que ela fundára em 959, e para velar pela segurança da gente do povoado, que no castelo se acolhia com os seus haveres, quando fugia à fúria dos piratas normandos e às incursões dos sarracenos.

Contudo, há quem ponha dúvida, e não sem fundamento, que seja a Condessa Mumadona a fundadora do mosteiro, a mesma que mandou levantar o castelo.

Fortaleza como se vê antiquíssima, nela viveu o conde D. Henrique com sua mulher D. Tereza ou Tareja, e ali nasceu o seu filho D. Afonso Henriques, que mais tarde viria a ser o primeiro rei de Portugal.

Segundo as mais autorizadas opiniões, ao conde D. Henrique se deve a primeira ampliação desta fortaleza e outras obras importantes que lhe aumentaram a sua segurança e o valor do seu poder defensivo.

Mais tarde novas obras tiveram lugar, especialmente nos reinados de D. Diniz, D. Fernando e D. João I, e levantaram-se então novas tôrres, abriram-se portas, reforçaram-se panos de muralha, alargando-o e robustecendo-o para melhor cumprir a sua missão.

Decorreram os anos e com os progressos da arte da guerra perderam os castelos todo o seu valor militar, mas até aí fôram êles, sem dúvida, os mais formidáveis obstáculos que opuzemos às invasões dos sarracenos, e à sua acção se deve a conquista heróica da independência de Portugal.

Bem cumpriu o Castelo de Guimarãis a sua missão de tão altos objectivos patrióticos; legítimo é que se mantenha como recordação dessa época longínqua da Idade Média e como viva afirmação do nosso esfôrço e da nossa personalidade na fundação da nacionalidade.

E ainda bem que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais se apressou a acudir a êste glorioso monumento, com importantes obras de restauro que permitiram restituir, à sua feição original, algumas partes do castelo, sem deixar de respeitar a sua antiguidade e as suas tradições.

Procedeu-se à reconstrução e consolidação de algumas tôrres, muralhas, adarves, parapeitos e ameias; rebaixaram-se pavimentos, reconstruiram-se escadas e acabaram-se finalmente com as mais variadas construções que ali se tinham feito, e que constituiam um crime e um desacato a tão respeitável monumento.

A louvável obra empreendida e realizada com saber e fidelidade pela Direcção Geral, contribuiu para dar maior beleza e imponência a esta bela fortaleza, da qual já o grande Alexandre Herculano, escrevera: «O castelo de Guimarãis, qual existia nos princípios do século XII, diferençava-se entre os outros, que cobriam quási tôdas as eminências das honras e préstamos de Portugal e da Galiza, por sua fortaleza, vastidão e elegância.»

O castelo de Guimarãis é, incontestàvelmente, uma preciosidade do nosso património histórico e artístico, porque é um admirável espécime da arquitectura militar medieval e uma sugestiva e eloquente página da História da nossa nacionalidade.

Aqui nasceu, ainda no tempo de D. Henrique e de sua mulher D. Tereza, o pensamento da independência de Portugal, que só veio a ser realizado no tempo de D. Afonso Henriques, com a decisiva batalha de S. Mamede, que foi o glorioso epílogo da revolução

*CASTELO DE GUIMARÃIS — (FACHADA SUL)*

instigada e alimentada pela principal nobreza que não suportava o predomínio de Fernando Peres e de seus partidários.

Liberto da nefasta influência de estranhos, com a derrota de D. Tereza, D. Afonso Henriques dá largas ao seu temperamento belicoso em felizes e arrojados cometimentos, com o fim de estender as fronteiras do seu território.

Tôda a grande obra de conquista e de consolidação, durante o reinado do fundador da nacionalidade, deve-se ao seu génio político e militar e ao seu extraordinário temperamento guerreiro.

O castelo de Guimarãis, de tão gloriosas evocações históricas, tomou uma parte activa no desenrolar dos notáveis acontecimentos que contribuiram para a nossa libertação do jugo estranjeiro e para a grande e legítima aspiração da nossa independência.

Mas já antes, em 967, êste forte baluarte tinha suportado as duras provas do assédio do rei de Sevilha, e mais tarde resistiu às investidas do cêrco ordenado pelo terrível El-Mansur.

Mas outros factos históricos nos recordam as vetustas muralhas desta velha e gloriosa fortaleza, factos admiráveis que a tradição e os documentos se encarregaram de trazer até nossos dias para viverem eternamente lembrados nos corações portugueses como inolvidável e formosa recordação do passado e como timbre da lealdade portuguesa.

Quero referir-me a êsse nobre e cavalheiresco gesto que imortalizou Egas Moniz, quando, em 1127, D. Afonso VII de Leão cêrcou Guimarãis a-fim-de lhe reconhecerem a sua autoridade sôbre Portugal. Os barões e cavaleiros portugueses vendo que não podiam resistir ao apertado cêrco do rei leonês declararam, em nome de D. Afonso Henriques, que se considerariam vassalos da corôa de Leão. Ficou por fiador desta promessa o respeitável fidalgo Egas Moniz.

Depois do grito libertador de 1128 esqueceram D. Afonso e os fidalgos portugueses a promessa feita; só Egas Moniz se lembrou do juramento prestado, e como fidalgo pundonoroso e leal, dirigiu-se, seguido de sua mulher e filhos, à côrte de Leão, e apresentou-se ao rei, descalço e de corda ao pescoço, e pedindo para pagar com a morte a falta ao compromisso tomado em Guimarãis.

Afonso VII dominou a sua cólera perante tão bela acção e deixou partir em liberdade êste nobre cavaleiro.

Além dos factos apontados, outros acontecimentos de relêvo estão ligados às seculares muralhas dêste venerável monumento, que pondo à prova a resistência desta robusta fortaleza que volta a ser atacada, dois séculos decorridos, pelo infante D. Afonso, que indignado com a protecção que D. Diniz, seu pai, dispensava ao filho bastardo, pretende destronál-o, e apossar-se do castelo que o valente alcaide Mem Rodrigues de Vasconcelos orgulhosamente defende, resistindo a todos os impetuosos assaltos do filho insubmisso, que vendo inúteis os seus esforços, depois de um duro assédio, resolve levantar o cêrco para correr sôbre o castelo de Coimbra.

Meio século depois, Henrique II, de Castela, cerca a velha fortaleza de Guimarãis, e não consegue, a-pesar dos seus violentos ataques, quebrar a heróica resistência do alcaide Gonçalo Pais de Meira e dos seus homens de armas.

Finalmente, êste velho baluarte que tão forte e inexpugnável se manteve através da sua longa e gloriosa existência, acabou por ser vencido pelos partidários do nosso rei D. João I, o fundador da dinastia de Aviz.

A traços largos, eis a resumida história dêste secular castelo onde nasceu o fundador do Reino de Portugal e onde se formou o sentimento da independência portuguesa.

O nosso grande amor por tão venerável monumento e o nosso respeito pelo seu glorioso passado, incita-nos a que alvitremos a que nêle se instale a «Sala da Independência de Portugal», a inaugurar em 1940, e onde seriam expostas as recordações históricas que se prendem a tão notável acontecimento e as miniaturas, em relêvo, dos castelos que mais directa e activa interferência tiveram na luta pela nossa independência.

Seria mais um número, a incluir no programa das festas dos centenários, que nos parece de grande beleza pela extensão do seu significado patriótico.

JORGE LARCHER

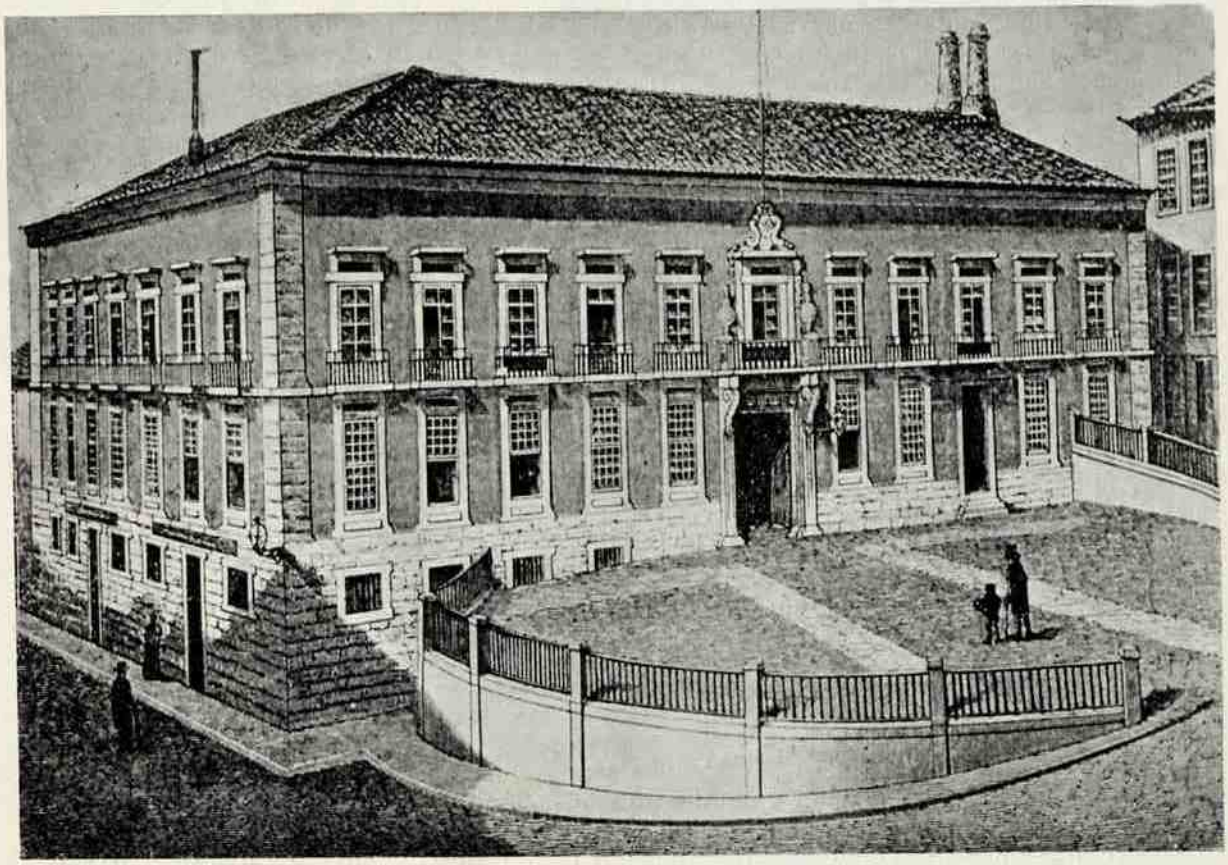
# LEGISLAÇÃO

*DECRETO-LEI N.º 29.638*

Logo que, por nota oficiosa da Presidência do Conselho, em Março de 1938, se anunciou que o 8.º Centenário da Fundação da Nacionalidade e o 3.º da Restauração da Independência seriam condignamente celebrados, todos os portugueses se dispuseram a contribuir de algum modo para o maior brilho da dupla comemoração.

É justo, porém, salientar, dentre as vibrações de entusiasmo lusíada suscitado por aquela iniciativa vindas de tôda a parte, as dos bons portugueses que vivem e labutam no Brasil, a nação irmã e amiga, chamada a partilhar da gloriosa festa «como da família» e que constitue a mais alta afirmação da nossa capacidade civilizadora.

Com o alvorôço patriótico que permanentemente os anima e que não há muito os movera a enviar-nos uma embaixada de orgulhoso civismo, decidiram os portugueses do Brasil associar-se à dupla comemoração centenária por um monumento que ao mesmo tempo perpetue o esfôrço da raça e o seu sempre vivo amor a Portugal e para tal fim adquirir e doar ao Estado o Palácio Almada, tam ligado à história da Restauração, para nêle serem instalados, como no mais sugestivo ambiente, a sede da



*LISBOA — PALACIO DA INDEPENDÊNCIA*

*(De uma gravura do «Ocidente»)*

Mocidade Portuguesa (M. P.), o Museu da Restauração e a Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Conhecedor da patriótica iniciativa da colónia portuguesa no Brasil, e querendo dar-lhe no seu mais elevado e justo aprêço um testemunho que ao mesmo tempo permita abreviar a aquisição e restauro do Palácio para que a sua encorporação no património do Estado e a afectação ao seu destino nacional possam realizar-se no programa das comemorações, o Govêrno resolve adiantar desde já as importâncias reputadas necessárias.

Com a criação do Fundo do Palácio da Independência, constituído pelo produto da subscrição promovida pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal e pelo da venda do sêlo comemorativo, e ainda pelo saldo do dinheiro que restar da oferta da colónia portuguesa no Brasil, assegurar-se-á a conservação do Palácio e dar-se-á a expressão permanente aos generosos esforços de todos os que de algum modo contribuíram para se manter bem viva a patriótica aspiração que agora se realiza.

---

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — É autorizada a Direcção Geral da Fazenda Pública a adquirir para a colónia portuguesa do Brasil, a-fim-de ela o doar ao Estado, o prédio inscrito, sob os artigos 158 e 159, na matriz do 3.º bairro fiscal da cidade de Lisboa, sito no Largo de S. Domingos e conhecido por Palácio dos Condes de Almada, com tôdas as suas pertenças, servidões e acessões.

§ 1.º — A aquisição far-se-á mediante avaliação por inspecção directa e, se não fôr possível realizar-se amigàvelmente, a Direcção Geral da Fazenda Pública recorrerá ao processo de expropriação estabelecido no decreto-lei n.º 28.787, de 1 de Julho de 1938, para o que se declara de utilidade pública urgente e se inclue nas aquisições e expropriações indicadas no artigo 1.º do mencionado decreto-lei.

§ 2.º — O processo relativo a esta aquisição será organizado pela Direcção Geral da Fazenda Pública, que para tal efeito promoverá tôdas as diligências necessárias.

Art. 2.º — É autorizada a Direcção Geral da Fazenda Pública a efectuar desde já, em conta de operações de tesouraria, tôdas as despesas da aquisição do Palácio, de indemnizações aos actuais arrendatários comerciais e industriais e as de reintegração e restauro, até à importância de 5.000.000$00, que será creditada na mesma conta, como valor da promessa de doação da colónia portuguesa no Brasil.

Art. 3.º — O prédio, que passará a ser designado por Palácio da Independência, destina-se a sede da Mocidade Portuguesa (M. P.) e a Museu da Restauração, e nêle se instalará também a Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

§ único. — Emquanto estiver na posse da colónia portuguesa no Brasil e fôr utilizado nos termos dêste decreto o prédio fica isento de contribuïção predial.

Art. 4.º — O produto da subscrição nacional promovida pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal e o da venda do sêlo comemorativo criado pela lei n.º 1.814, de 19 de Agosto de 1925, e bem assim o que sobrar da importância oferecida pela colónia portuguesa no Brasil depois de feita a aquisição do prédio e pagas tôdas as indemnizações e obras, será convertido em títulos da dívida pública, que constituïrão, com o respectivo rendimento, o Fundo do Palácio da Independência, destinado à conservação do Palácio e do Museu e cuja administração competirá à Direcção Geral da Fazenda Pública.

Art. 5.º — Quando se encontrar saldada a conta a que se refere o artigo 2.º, a comissão executiva da colónia portuguesa no Brasil designará o mandatário ou mandatários para, em representação desta, intervirem na escritura de doação ao Estado.

§ único. — No Palácio da Independência será afixada uma lápide referente à sua aquisição pela colónia portuguesa no Brasil e respectiva doação ao Estado.

Art. 6.º — São aplicáveis à aquisição dêste prédio as isenções estabelecidas no artigo 14.º do decreto-lei n.º 24.489, de 13 de Setembro de 1934.

Art. 7.º — O despejo dos seus actuais arrendatários e a fixação das indemnizações a que tiverem direito regulam-se pelo disposto no decreto-lei n.º 23.465, de 18 de Janeiro de 1934.

Art. 8.º — Unicamente para os efeitos dêste decreto-lei, é reconhecida personalidade jurídica à colónia portuguesa no Brasil, que se considera, para os mesmos efeitos, representada pela Direcção Geral da Fazenda Pública.

Art. 9.º — É revogado o decreto-lei n.º 15.251, de 26 de Março de 1928.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 30 de Maio de 1939. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

PRESIDENCIA DO CONSELHO
Secretaria

Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário do Govêrno* n.º 125, 1.ª série, de 30 de Maio findo, pelo Ministério das Finanças, Direcção Geral da Fazenda Pública, o decreto-lei n.º 29.638, determino que se faça a seguinte rectificação:

No § 1.º do artigo 1.º, onde se lê: «...estabelecido no decreto-lei n.º 28.787, de 1 de Julho de 1938,...», deve ler-se: «...estabelecido no decreto-lei n.º 28.797, de 1 de Julho de 1938,...».

Em 1 de Junho de 1939. — *António de Oliveira Salazar.*

*DECRETO-LEI N.º 29.663*

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei o seguinte:

Artigo 1.º — São aditadas ao artigo 1.º do decreto-lei n.º 28.797, de 1 de Julho de 1938, as seguintes alíneas:

*m*) — As obras de urbanização das zonas de protecção do Castelo e Paços dos Duques de Bragança, em Guimarãis, do Terreiro do Paço de Vila Viçosa, das Sés de Braga e da Guarda e dos novos liceus a construír ou a ampliar em conformidade com o plano aprovado pelo Govêrno;

*n*) — As obras de arranjo e de construção de instalações nas estações fronteiriças;

*o*) — As obras de construção de Pousadas e de estradas classificadas como percursos de turismo, a executar em 1939 e 1940.

Art. 2.º — A competência atribuída às Câmaras Municipais de Lisboa e Porto no § 1.º do artigo 1.º do citado decreto n.º 28.797 é extensiva às restantes câmaras que hajam de executar as obras ou melhoramentos previstos neste decreto.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 6 de Junho de 1939. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

*A-propósito da notícia, que parece confirmar-se, publicada na imprensa portuguesa sôbre a vinda a Portugal, em 1940, do Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, inseriu o «Diário de Lisboa», no seu número de 27 de Junho último, o interessante artigo: «Regresso ao berço», que temos o gôsto de arquivar nestas páginas.*

«Confirma-se a notícia de que Getúlio Vargas visitará Portugal, a convite de Salazar, a-fim-de ser nosso hóspede, por ocasião do duplo centenário. Agrada a todos os portugueses que o chefe da grande República, nascida do nosso sangue e da nossa alma, venha, com a sua presença, fazer remontar à origem o pensamento da Descoberta e da Conquista.

D. João VI transferiu passageiramente a côrte para o Brasil, situando-o, em relação à Europa, na perspectiva das altas realizações históricas. Foi a segunda Descoberta, a da independência. A primeira, a de Alvares Cabral, determinou um alargamento de mares e terras que promoveu também uma extensão do espírito e da juventude das raças.

Getúlio Vargas, vindo até nós, poderá traduzir, com o brilho da sua palavra, esta idea lusíada:

— «O que os portugueses fizeram no mundo tem as dimensões do próprio mundo».

Qual a maior criação da nossa obra navegadora, colonizadora e civilizadora?

O Brasil, indubitàvelmente: belas esperanças foram de Portugal para lá, lançando raízes no solo selvático, mas duma tal riqueza que não havia braços que a colhesse. Há anos, quando passou por Lisboa, um ilustre jornalista fluminense disse-nos, pouco mais ou menos, isto:

— Portugueses e Brasileiros hão-de discutir entre si uma e outras vezes. Mas, passada a núvem sombria, ficarão muito mais irmãos que nunca. Pode haver conflitos duradouros entre a semente e o fruto?...

Vários chefes de Estado desembarcaram, anos atrás, no Tejo, a-fim-de honrarem, honrando-se, a Pátria de Camões. Getúlio Vargas, porém, não será sòmente um personagem oficial, o mais classificado representante dum povo em que palpitam ainda as energias vírgens dos impérios que se formam, arrancando-se à muda paz das coisas inertes, inexpressivas. Deve trazer consigo uma carta da família

para cada um de nós — carta que os olhos ávidos e saüdosos decifrarão como quem busca em cada letra a lembrança duma partida já ennevoada.

Quem não tem, não teve ou não terá um parente, em terras de Santa Cruz?

Porventura a nossa gente, a das aldeias e a das cidades, a dos montes e a das planícies, não sente bem vivamente que existe uma unidade no heroísmo magnífico de Portugal que, perto ou longe, é indivisível como a herança que nos legaram os avós?

A nossa colónia do Brasil, na vibrante, sincera e espontânea manifestação com que testemunhou o seu aplauso e o seu reconhecimento a Getúlio Vargas, fixou inolvidàvelmente os seus sentimentos que distinguem o nosso ânimo, quando se trata de corresponder a um gesto nobre, a uma apreciação ao mesmo tempo afectuosa e justa.

Aguardaremos a chegada de Getúlio Vargas com o júbilo que votamos a quem, Além-Atlântico, encarna superiormente, com uma nota viril e original, muito do que fomos, com o vigor juvenil do que voltámos a ser.

*«Portugal revive nos costumes, no caráter do povo brasileiro e, por vezes até, em particularidades do falar, hoje desaparecidas no continente».*

Neste período, acentua Getúlio Vargas que a amizade que liga, tão intimamente, fraternamente, os dois povos não brotou duma política esmerada em colocar os interêsses acima dos afectos. São irrompíveis os laços que os prendem, visto que não foram estabelecidos pelos homens, antes pela natureza. Portugal «puxa» para o Brasil como o Brasil para Portugal.

Como é que se há-de torcer ou quebrar o que o destino decidiu?

Com a celebração do duplo centenário, Portugal põe os seus oito séculos de glória e sacrifício num espectáculo que dificilmente se repetirá, com o mesmo esplendor e significação. Getúlio Vargas vem encontrar o Brasil, entre nós, porque, nos cumprimentos de boas-vindas, reconhecerá como duas pátrias livres podem andar cativas uma da outra, com pleno assentimento da sua liberdade.»

*O jornal «Novidades», de 1 do corrente, sob o título: «Um Cónego da Feira na restauração de 1640», publicou o artigo que a seguir temos a honra de transcrever, da autoria do snr. Francisco Ferreira Pinto.*

«Na propaganda e preparação da opinião pública para o bom êxito do *primeiro de Dezembro de 1640*, os historiadores são unânimes em atribuir um papel importantíssimo ao clero. Tanto a clerezia regular como a secular prestou à causa da Restauração a sua grande inteligência e prodigiosa actividade. Unindo à maior prudência um grande trabalho, o clero soube manejar as profecias relativas à libertação de Portugal, mostrando, dia a dia, que ela se aproximava. Afirmam mais ainda os historiadores que o clero trabalhou eficazmente, no sentido de harmonizar e consagrar o povo com a nobreza, unindo-os na mesma aspiração de liberdade e independência. No púlpito e no altar, nas conversas públicas e domésticas, às claras e ao ouvido, todos alimentavam o fôgo sagrado para a eclosão do movimento que devia proclamar a independência. Ficou célebre, em Lisboa, o Padre Nicolau da Maia, um dos grandes amigos do duque de Bragança e mais tarde D. João IV. No Cabido do Pôrto ainda que por modo diferente, notabilizou-se o cónego Melchior Vaz Correia. Provisor e Vigário Geral dos bispos D. Frei João de Valadares (1627-1635) e D. Gaspar do Rêgo d'Afonseca (1636-1639) e também eleito para o govêrno diocesano, *sede vacante*, pela morte de 2 prelados, o dr. Melchior Vaz Correia sustentou uma série de processos contra a nomeação de D. Francisco de Moura Côrte Real para arcediago do Pôrto e Meinedo, tendo apenas meses de idade, aproveitando o benefício quando chegasse aos 7 anos e tivesse recebido tonsura. Neto do célebre traidor D. Cristóvão de Moura e filho de D. Manuel de Moura, 1.º e 2.º marqueses de Castelo Rodrigo e nomeado por Urbano VIII, D. Francisco encontrou grande oposição no Cabido do Pôrto. Foi grande a luta contra semelhante nomeação pelo Núncio Apostólico na capital de Espanha, donde partiam os mandados executoriais e deprecadas. Todo o trabalho do Cabido do Pôrto desde 1627 a 1635, data da resignação canónica, foi sustentado pelo dr. Melchior Vaz Correia.

Quem era êste distinto polemista de larga envergadura jurídica e de superior fôrça de vontade para sustentar a campanha contra a nomeação apostólica e a Côrte de Espanha, onde imperavam os Mouros?

Sei apenas e não é pouco, o que diz o livro das dignidades e Cónegos do Cabido do Pôrto.

A fls. 22 v. lê-se: «Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano de mil seis centos e trinta cinco, na Casa do Cabido aí presentes dignidades e Cónegos abaixo assinados apareceu o dr. Melchior Vaz Correia, *natural da Vila da Feira* dêste bispado do Pôrto, e apresentou um título ordinário, passado em nome do Snr. Bispo dom frey João de Valadares, nosso prelado, de uma prebenda e conezia desta Santa Sé que vagou por morte do Cónego Manuel Pinto, nêste dito mês de Fevereiro, pedindo e reque-

rendo o dito pretendente de lhe mandar dar posse da referida conezia e prebenda... ... que êle tomou na fórma do estilo». O têrmo foi assinado pelo deão Diogo Pinto Pereira, pelo Secretário Pantaleão Dias Salvador e pelo empossado Melchior Vaz Correia.

Êste importante Capitular contribuíu muito para a aclamação de D. João IV no Pôrto, festa que se realizou no dia 8 de Dezembro de 1640. Faleceu em 22 de Junho de 1647.

Honra e glória ao ilustre Cónego Melchior Vaz Correia, natural de Vila da Feira. A sua memória não deve ser esquecida.»

# NOTAS VÁRIAS

## *CONCURSO DE FOTOGRAFIA CINEGÉTICA DO IMPÉRIO*

Como foi já divulgado, entre as representações que vão figurar na «Secção Colonial» da Exposição do Mundo Português, em montagem no Jardim Colonial, em Belem, a cinegética do Império Ultramarino Português, focando uma das mais portentosas possibilidades dos territórios nacionais de Alem-mar, ocupará um lugar proeminente.

Por meio de dioramas, fotografias, cartas, motivos gráficos e plásticos — vão ser expostos abundantes subsídios visando divulgar as regiões onde a caça de tôdas as variedades abunda e se presta a emotivas excursões, que têm muitos e apaixonados cultores.

O director da «secção colonial» da Exposição entregou à prestante Associação dos Caçadores, do Sul, na pessoa do seu prestigiado presidente sr. dr. José Arantes de Freitas Cruz (que organizou a montagem da representação portuguesa na Exposição Internacional de Caça ultimamente realizada em Berlim) a composição dêste sector exibicionista, que conta também com o concurso oficioso da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aqüicolas do Ministério da Agricultura.

Uma rigorosa documentação etnográfica não pode dispensar esta composição — pelas relações íntimas dos povos indígenas com a fauna das regiões onde habita, captura de animais e aves, uso e processos afins. Por outro lado, oferece-se mostrar a utilização variada dos despojos de animais, cujo mostruario é dos mais sugestivos e curiosos.

Para valorizar a exibição e nela interessar muitos cultores da cinegética, atendendo também a sugestões e pedidos formulados neste sentido o director da «secção colonial» resolveu promover um concurso de fotografia, com motivos de caça e reprodução de animais, conferindo-se prémios aos melhores trabalhos e sua exaltação, com reproduções ampliadas, para serem expostos na composição que está projectada.

1.º — O Concurso de Fotografia Cinegética do Império é aberto, exclusivamente, a amadores portugueses e divide-se em duas classes:

*a*) Fotografias referentes a assuntos de cinegética do continente europeu e ilhas adjacentes.

*b*) Fotografia sôbre o mesmo assunto de territórios nacionais do Ultramar.

2.º — Só serão aceitas, para concurso, em qualquer das classes, as fotografias que representem animais da fauna cinegética nacional, no seu «habitat», vivos ou mortos; notável interêsse cinegético.

3.º — Os «clichés» provas nitidas em papel não rugoso (brometo), em formato não inferior ao 13×18, devem ser entregues, acompanhados dos respectivos negativos, até ao dia 30 de Novembro de 1939 na «Secção Colonial da Exposição do Mundo Português, Jardim Colonial, Belem», com a seguinte indicação: Concurso de Fotografias Cinegéticas do Império, nome e morada do concorrente, devendo ser remetidas sob registo, quando forem enviadas pelo correio.

4.º — Tôdas as fotografias recebidas, quer em mão quer pelo correio, serão imediatamente escrituradas e devolvidas, contra recibo, ao concorrente dentro de 30 dias após se ter anunciado a classifiação do juri,

5.º — As fotografias que tiverem sido entregues em mão devem, pela mesma forma, e dentro de igual prazo, ser levantadas.

6.º — Os trabalhos premiados serão ampliados por conta do Comissariado da Exposição e expostos depois em recinto próprio no pavilhão destinado à representação de Caça e do Turismo do Império Colonial em organização, na Secção Colonial da Exposição do Mundo Português.

7.º — São instituidos os seguintes prémios: Taça «Associação dos Caçadores do Sul de Portugal», para o concorrente que obtenha o maior número de trabalhos premiados na classe A; taça «Império», para

o concorrente que obtenha maior número de trabalhos premiados na classe B; diplomas de medalha de oiro, prata e de menção honrosa, para os melhores trabalhos de cada uma das classes. Além dêstes prémios haverá outros constituidos por objectos de arte, de utilidade para caçadores e material fotográfico.

8.º — O juri reunirá em data a designar oportunamente no mês de Dezembro do corrente ano, e será composto por um delegado dos fotógrafos profissionais portugueses, um artista plástico, um delegado da Associação dos Caçadores do Sul de Portugal e um caçador colonial, sob a presidência do director da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português.

Das decisões do mesmo não haverá recurso.

### *O CONGRESSO DAS CORPORAÇÕES*

O dia 28 de Maio do próximo ano será comemorado festivamente na capital do norte, com celebrações grandiosas integradas no programa oficial dos centenários. Além da Festa do Trabalho e do Grande Cortejo do Trabalho, cuja realização foi confiada ao sr. José Luiz Brandão de Carvalho, efectuar-se-á a sessão solene inaugural do Congresso das Corporações.

Eis o plano esquemático dos assuntos a versar nêsse Congresso:

1.ª SECÇÃO

HISTÓRIA E DOUTRINA

1.ª tese — «História das Corporações em Portugal» — I — Os misteres na vida urbana antes da organização gremialista. II — As confrarias dos misteres. As casas dos 24. Organização e magistraturas. III — Disciplina corporativa. Regimentos dos grémios e deliberações municipais IV — Vicissitudes dos grémios portugueses. Decadência e extinção. V — O renascimente da idea e das instituïções corporativas. Pontos de contacto entre a antiga e a nova organização.

2.ª — tese — «Características diferenciais da doutrina corporativa portuguesa». — I — Os traços comuns a tôda a doutrina corporativa. II — Características das diversas correntes do corporativismo moderno. III — Características específicas do corporativismo português.

2.ª SECÇÃO

ECONOMIA CORPORATIVA

3.ª tese — «Problemas de economia corporativa» — I — A moralização da economia e sua subordinação ao interêsse nacional. II — Acção e limites da concorrência. O problema dos preços. III — A corporação como elemento de acção cooperativa. Vantagens e limites. IV — A corporação, a concentração e a técnica. V — O Estado e a direcção da economia. VI — Possibilidades práticas do sistema corporativo para a solução dos problemas económicos.

4.ª tese — «Influência da organizacão corporativa na economia nacional» — I — A organização corporativa na regularização do abastecimento do País em alguns produtos fundamentais. Disciplina da importação e fomento da produção. II — A organização corporativa na regularização do sistema interno de preços e normalização dos mercados nacionais. III — A organização corporativa na defesa da exportação e na expansão económica externa. IV — A organização corporativa na formação da economia imperial.

3.ª SECÇÃO

ORGANIZAÇÃO E ACÇÃO SOCIAL

5.ª tese — «A organização corporativa portuguesa» — I — Princípios fundamentais da organização corporativa em Portugual. II — Organização sindical (Sindicatos Nacionais, Casas do Povo e Casas dos Pescadores). III — Organização da produção e do comércio (Grémios). IV — Organismos de coordenação económica. V — A corporação.

6.ª tese — «A corporação como instrumento de paz social. Possibilidades e realizações» — I — Luta de classes e solidariedade social. II — O sistema corporativo em face dos problemas sociais III — O problema social português. Posição e explicação. IV — A política social do Estado Novo. Realidades e aspirações.

Tôdas as teses ou comunicações que podem ser elaboradas por qualquer pessoa que se interesse por êstes assuntos, deverão subordinar-se ao âmbito do plano publicado e ao disposto no art. 8.º do decreto-lei n.º 29.110, de 12 de Novembro de 1938 segundo o qual o Congresso das Corporações reune para apreciar os progressos e directrizes gerais da organição corporativa e os problemas de interêsse comum da produção e do trabalho.

O prazo para a entrega das teses ou comunicações expira em 31 de Janeiro de 1940 e os trabalhos devem ser enviados e quaisquer esclarecimentos pedidos ao secretário geral do Congresso das Corporações, no Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

### *PROPAGANDA RADIOFÓNICA PARA O ESTRANJEIRO*

A propaganda radiofónica das festas centenárias, iniciada para o estranjeiro no dia 15 do mês passado, continua a ser muito apreciada em França, na Suécia, na Inglaterra, na América e na Alemanha, conforme correspondência recebida dêsses países.

Esta propaganda vem sendo feita em ondas curtas, no comprimento de 41 metros e 32 centímetros, das 22,05 às 23,00 horas, e é dedicada aos rádio-ouvintes alemães e italianos, às segundas, quartas e sextas-feiras, e aos rádio-ouvintes franceses e ingleses às terças, quintas e sábados.

Durante seis meses será feita a propaganda das nossas belezas e curiosidades, de fórma a despertar o interêsse dos rádio-ouvintes nos países estranjeiros, para depois se realizar a propaganda das comemorações de 1940.

Os programas de música exclusivamente portuguesa são acompanhados de palestras que, de 15 a 30 de Junho, tiveram os seguintes títulos: «Portugal, Nação de oito séculos»; «Porque não vem a Portugal?»; «Cinco minutos em Portugal»; «Portugal — o País das Uvas»; «Lisboa — a cidade das sete colinas»; «Em Portugal come-se bem» e «Coimbra-terra de amores».

### *PROGRAMA DA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS, APROVADO PELO SR. DR. GETÚLIO VARGAS*

I — Pavilhão do Mundo Português (Brasil-colónia): a) A exposição etnográfica relativa ao índio. Juntamente deverá ser apresentada a obra de catequese nos tempos de agora, com uma exibição missionária e dos trabalhos da comissão Rondon; b) A exposição de uma colecção de armas usadas no Brasil pelo colono desde as primitivas; mapas das primeiras fortificações, alguns canhões históricos, etc.; colecção de moedas do Brasil-colónia; c) O bandeirismo paulista e o recuo do merediano; d) Vistas de cidades e monumentos coloniais, bem como de peças de mobiliário antigo. Fachadas e retábulos de igrejas. Obras do «aleijadinho» e de outros artistas coloniais; e) Retratos de figuras ilustres do período colonial e paineis decorativos dos principais factos militares da colónia: guerras holandesas, invasões francesas, etc.; f) A exposição do Museu Histórico, do Museu do Ipiranga e do Instituto Histórico sôbre assuntos coloniais.

II — Pavilhão do Brasil Independente (Brasil-independente): a) Inconfidência mineira; retratos e episódios; b) D. João VI e os estadistas da sua época. Iconografia. Grande tela com o retrato do visconde de Cairú; c) D. Pedro I e a independência; d) o reinado de D. Pedro II; a guerra do Paraguai e as campanhas do Prata. Iconografia; e) a abolição e a República. Iconografia.

III — Período contemporâneo (O grande Brasil contemporâneo): a) Saneamento e Saúde Pública: exposição retrospectiva. Mapas, fotografias, gráficos e maquetas; b) Instrução Pública, mapas, fotografias, gráficos e maquetas; c) Resumo histórico e estatísticas. Ensino e actividade. Exposição de pintura e de escultura. Exposição do livro brasileiro.

IV — Transportes e comunicações: a) Gráficos, fotografias e maquetas. Mapas dos caminhos de ferro, das estradas de rodagem e das linhas aéreas. Obra contra as secas. Portos e navegação; b) Exposição dos Correios e Telégrafos. Mapas demonstrativos. «Broadcasting».

V — Agricultura e produção mineral: a) Fotografias de regiões colonizáveis. Os currais gaúchos. Os cafezais de S. Paulo. Algodoeiros e culturas principais. Casas de colonos, etc. Cana de açúcar. Lavouras e engenhos. O trigo no Brasil. A laranja. A borracha. O cacau e as sementes oleaginosas; b) Riquezas minerais do Brasil. Mostruários e estatísticas; c) O petróleo e o carvão de pedra. O ferro. O manganês. O níquel. O ouro; d) O comércio interno e externo; e) A organização do trabalho e a assistência social. Gráficos, mapas e fotografias.

Além da exibição de filmes preparados pelo Departamento Nacional de Propaganda, deverão os Estados, para o mesmo fim, remeter os seus próprios filmes demonstrativos da acção civilizadora e da organização do trabalho. Também se distribuirão publicações elucidativas da expansão e progresso do Brasil nos últimos anos.

Para esta representação foi já votado no Brasil um crédito de três mil contos.

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 8 — 31 de Agosto de 1939 — ANO I

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*AS FESTAS DOS CENTENÁRIOS, CICLO DE JUSTIÇA HISTÓRICA — UM GRANDE REI: D. JOÃO V — Dr. João Ameal* . . . . . 1

*D. AFONSO HENRIQUES PODERÁ SER BEATIFICADO? — Padre Miguel de Oliveira* . . . . . 7

*A SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS* . . . . . 14

*A ESPADA DE AFONSO HENRIQUES — Carlos de Passos.* 18

*CASTELOS DE PORTUGAL — Feira — Cap. Jorge Larcher.* . . . . . 25

*REVISTA DA IMPRENSA* . . . . . 29

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 30

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50

AS FESTAS DOS CENTENÁRIOS, CICLO DE JUSTIÇA HISTÓRICA

# UM GRANDE REI: D. JOÃO V

*As festas dos grandes Centenários da Fundação e Restauração de Portugal devem constituir um ciclo de ampla justiça histórica. Trata-se, sem dúvida, de honrar, no primeiro plano, os dois nobres vultos do Fundador e do Restaurador. Mas é oportuno e benéfico recordar também, com êles ou depois dêles, outras grandes figuras da tradição nacional.*

*«A melhor maneira de servir o seu país é amá-lo e defendê-lo na integridade da sua História» — escreveu, um dia, António Sardinha* (1). *Parece-nos isto tanto mais exacto quanto, nesta quadra de legítimo orgulho português, é tôda a nossa História que abraçamos no mesmo relance evocador e que desejamos erguer na mesma consagração entusiástica.*

*Um dos maiores Soberanos de Portugal que reclamam a plena justiça da hora presente, é, sem dúvida, D. João V — vítima, no «século estúpido», das miseráveis e insistentes calúnias dos pseudo-historiadores da liberal-democracia. Quiz-se rebaixar e caricaturar êsse «grande Monarca» — como lhe chamou Fortunato de Almeida* (2) *— e, para isso, cobriu-se o seu perfil de espêssas sombras e teceu-se à sua volta uma lenda grosseira e absurda. Graças, porém, aos trabalhos honestos de vários investigadores e à própria limpidez da verdade que surge, essa lenda dissipa-se — e a glória do «Magnânimo» resplandece, íntegra e liberta, em justiceira claridade.*

*Do estudo que lhe dedicamos num volume a publicar no inverno, reproduzimos hoje um breve capítulo, no qual pomos em fóco a política externa e as iniciativas a favor da Defesa Nacional no reinado do filho de D. Pedro II.*

*Nas suas relações com os países estrangeiros, distinguiu-se D. João V por um grande sentido do brio nacional — apoiado, ao mesmo tempo, numa energia e numa prudência dignas de todo o elogio.*

*Impossível, em tão breve espaço, dar uma ideia, sumária que seja, das complexas e incessantes questões diplomáticas em que Portugal se viu envolvido na primeira metade do século XVIII. Só isso, exigiria de-certo um grosso volume — e ainda ficaria imenso por di-*

---

(1) Ao ritmo da Ampulheta, *Coimbra, 1925, pág. 250.*
(2) História de Portugal, *Tomo IV, Coimbra, 1926, pag. 289.*

*zer. Contentemo-nos, pois, em citar algumas das culminantes manifestações da prudência e da energia a que aludimos.*

*Quando D. João V subiu ao trono, ainda durava, como se sabe, a Guerra da Sucessão de Espanha. Logo no seu primeiro ano de reinado, sofreram as nossas armas o desaire da infeliz batalha de Almança (25 de abril de 1707) e os espanhóis tomaram-nos Alcântara, Serpa e Moura — que, aliás, haviam de abandonar dentro de alguns meses. A campanha arrastou-se, com vários episódios, até 1712, cujo outono foi assinalado pela magnífica defesa de Campo Maior. Por fim, assinou-se a paz em Utrecht e Portugal viu-se frustrado das vantagens que lhe tinham sido prometidas pelos seus aliados, no tratado de 1703.*

*Desde então, solicitado com freqüência para tomar partido nas grandes contendas europeias do tempo, D. João V, desiludido e cauto, defendeu sempre a sua neutralidade: em 1719, ao resistir às sugestões britânicas para entrar na Quadrupla Aliança contra a Espanha, pelo que mereceu inclusivamente os elogios do próprio ministro francês Dubois* (1)*; em 1725, ao excusar-se a ceder às instâncias dos dois grupos de potências (Austria e Espanha dum lado — Liga do Hanover, do outro, incluindo a França e a Inglaterra), com aplauso unânime da nação, que receiava os perigos de qualquer das duas hipotéticas alianças; em 1733, ao conservar-se em igual posição no debate suscitado pela eleição do novo Rei da Polónia; entre 1740 e 1746, quando, ateada a conflagração entre os maiores Estados continentais, soube, como diz o Visconde de Santarem, «manter a mais estrita neutralidade, conservando o seu Reino em Paz no meio da guerra geral em que ardia a Europa», e alcançou um tal prestígio que veio a ser convidado para mediador por alguns dos beligerantes* (2).

*Esta sistemática e inteligente reserva não era incompatível com certa audácia, quando as circunstâncias a tornavam necessária ou vantajosa. Assim, para zelar os direitos e prerogativas que ambicionava idênticos aos das potências de primeiro plano, não hesitou D. João V em romper as relações diplomáticas com a França durante quatorze anos, por ocasião do famoso incidente com o Embaixador Livri; não hesitou igualmente em correr o risco de guerra com a Espanha, ante o insólito procedimento havido em Madrid com o nosso Embaixador Pedro Álvares Cabral; não hesitou ainda em mandar prender certo capitão holandês que se atrevêra a usar de violência com o guarda-mór de Setúbal e em embargar os navios de guerra daquele país, então surtos no Tejo — como em castigar as insolências repetidas do capitão inglês Norris, a quem ameaçou de fazer meter no fundo barcos do seu comando emquanto não chegassem, do govêrno londrino, as satisfações que acaba-*

---

(1) *Despacho de Dubois para o Conde da Ribeira, Embaixador Extraordinário de Portugal, com data de 2 de janeiro de 1720. (Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de França, Vol. III da Correspondência de Portugal, f. 85).*

(2) *Visconde de Santarem:* Quadro Elementar das Relações Politicas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo, *Tomo Quinto, págs. CXVII, CXVIII, CXXXIV a CXXXVIII, CXCVII).*

Carolus Ant. Leoni fecit
Si melius tantum quaeris
cognoscere Regem.
Ne frontem videas
inclyta facta lege.
a Paris chez Petit rue S. Jacques pres les Mathurins.

D. JOÃO V

*ram por vir* (1). *Mesmo a sua devoção e respeito pela Santa Sé não impediram D. João V de com ela romper relações diplomáticas para impôr a concessão do cardinalato a Monsenhor Bichi — rompimento que se prolongou durante quatro anos* (2). *Em 1734, convidado a enfileirar junto à França, Espanha e Sardenha, na guerra contra a Austria, teve esta resposta em que se marca um raro sentido das oportunidades e um aproveitamento ousado das circunstâncias: «que pelo que lhe dizia respeito não via nisso proveito algum para a sua Corôa, salvo se, para ligar-se com êles, quisesse a Espanha ceder-lhe a Galiza e a Andaluzia com o pôrto de Cadiz»* (3). *Guerra inútil, não a queria D. João V. Só valeria a pena fazê-la para tornar Portugal maior e mais poderoso.*

*Por isso o nosso prestigio alcançou a máxima culminância no reinado do «Magnânimo». Ao passo que os govêrnos a quem pedíamos satisfações ou reparações se apressavam a dá-las, aquêles com quem rompíamos o convívio diplomático eram os primeiros a esquecer agravos ou escrúpulos de amor-próprio e a tomar a iniciativa da reconciliação. Assim, o Papa Clemente XII, em 1731; assim, Luiz XV de França, em 1737. E numa hora amarga para o seu orgulho, quando os poderosos Reis Católicos, feridos pela atitude do mesmo Luiz XV, que desmanchara o casamento com a Infanta de Espanha D. Mariana Vitória, quiseram oferecer a sua filha uma posição compensadora—logo pensaram em lhe dar por noivo o nosso Príncipe D. José. «Era natural que assim fôsse». — escreve Caetano Beirão — «Dos tronos católicos, excluídos o de França e o do Império, onde colocá-la mais brilhantemente do que no de D. João V?»* (4)

*Não há dúvida: Portugal, nessa grande época tão desfigurada, tão ultrajada pelos historiógrafos levianos ou tendenciosos, atravessava — como diz o mesmo historiador — «um período áureo...»*

*Desejoso de poder garantir ao país os meios necessários para falar de igual para igual aos maiores Estados da Europa e, caso fôsse necessário, honrar o seu nome pela fôrça das armas, não descurou o Rei tudo que se referia ao exército e à marinha — ambos experimentados por longas lutas e organizados em moldes antiquados e censuráveis. Logo de início, a-pesar-de cingir a corôa em plena adolescência, as providências nêsse sentido assina-*

---

(1) *Também em 1744, quando os corsários franceses capturaram alguns navios nossos, sob o pretexto de que levavam a bordo coisas pertencentes aos ingleses — França e Grã-Bretanha encontravam-se então em guerra — tão vigorosa foi a reacção do govêrno português que o Rei de França, embora aquelas presas já tivessem sido sentenciadas, viu-se forçado a anular as sentenças e o incidente resolveu-se de forma amigável e honrosa para nós.*

(2) *Vêr, a êste respeito, Judice Biker,* Suplemento à Colecção dos Tratados, *Tomo II, págs. 332 e seg. — e Fortunato de Almeida,* História da Igreja em Portugal, *Tomo III, Parte II, págs. 92 a 103.*

(3) Quadro Elementar, *Tomo Quinto, pág. 259.*

(4) Cartas da Raínha D. Mariana Vitória para a sua família de Espanha. *Lisboa, 1936.* Introdução, *pág. LXVII.*

*laram-se. Ouçamos um autor que não mostrou excessiva simpatia pelo neto do «Restaurador» — Latino Coelho:*

*— «Logo no comêço do reinado atentara D. João V em que os exércitos portugueses, na sua antiquada organização, andavam dissonantes do que neste ponto observavam as potências empenhadas na guerra da sucessão. A antiga forma de têrços de infanteria e de* tropas *isoladas de cavalaria, representava um atrazo mui desvantajoso em relação ao que então se costumava nos exércitos europeus. Os têrços que em 1707 operavam na Catalunha, sob o mando do Marquez de Minas, e as* tropas *de cavalo daquele exército, foram constituídas em regimentos, cujos comandantes receberam a denominação de coronéis. Naquele próprio ano se ampliou a tôdas as tropas de Portugal a nova organização.» Lamentamos não poder continuar com a transcrição de Latino — mas os pormenores que fornece a seguir exigiriam espaço muito superior àquele de que dispomos. Sublinhemos apenas que foi no* Regimento *de 15 de novembro de 1707, modelado pelas ordenanças militares francesas, que se determinou esta organização nova — isto é, menos de onze meses depois da aclamação do jovem Monarca, então apenas com dezoito anos. Latino ainda reconhece ter sido «nos princípios do reinado de D. João V que pela primeira vez se reduziu a corpo de legislação um esbôço de código penal para o exército»* (1). *Acrescente-se que, ainda nêste período, se fundaram os arsenais de Lisboa e de Extremoz e a fábrica de pólvora de Barcarena, inaugurada em 8 de dezembro de 1729; se instituíram duas novas Academias militares, uma em Elvas outra em Almeida, e, para uso das aulas nessas Academias, mandou o Rei traduzir a célebre* Fortificação Moderna, *de Pfeffinger, sendo também digno de relêvo o* Engenheiro Portuguez *de Manuel de Azevedo Fortes. Enfim, num melindroso lance, quando se esteve prestes a entrar em guerra com a Espanha, o exército foi elevado a 80.000 homens (cifra considerável para o tempo) e as praças fronteiriças foram artilhadas e municiadas. — «E note-se» — friza D. Miguel Sotto-Mayor — «que D. João V, nesta conjuntura, não foi pedir aos extrangeiros dinheiro, nem tropas, nem oficiais para comandar o seu exército; o que prova que o Monarca tinha confiança nos seus próprios meios para sustentar a campanha.»* (2)

*Quanto à marinha, há a registar, neste reinado, um verdadeiro ressurgimento. Ajudado pelo Marquês de Fronteira e por seu irmão, o Infante D. Francisco, D. João V dispensou-lhe especiais cuidados. Pensava nisso, ao que parece, desde 1710. Em 1713, a nossa esquadra compunha-se de quinze navios. Os barcos que comboiavam as frotas do Brasil deviam estar desarmados, pois em maio de 1714, para dar combate a uma armada argelina que pairava frente ao porto de Lisboa, foi preciso armar quatro a tôda a pressa, que saíram*

---

(1) História Politica e Militar de Portugal desde os fins do XVIII século até 1814, *Lisboa, 1891, Tomo III, págs. 41 a 43.*

(2) O Marquez de Pombal, Exame e História Critica da sua administração. *Porto, 1905, pág. 342.*

*sob o comando do Vice-Almirante Conde do Rio-Grande* (1). *Em 1716, o estado bem diferente da nossa esquadra permitiu a D. João V corresponder ao apêlo do Pontífice Clemente XI, para o auxiliar contra os corsários turcos, que ameaçavam a Itália. A opinião portuguesa era inteiramente favorável à expedição — e portanto, ao atender o pedido de Roma, nada mais fez o Soberano senão interpretá-la e satisfazê-la. Diz muito, bem, a êste respeito, Eduardo Brazão: — «D. João V, quando quási todos os monarcas cristãos, como os Reis de Espanha e de França, abandonavam a Igreja de Roma à fúria inimiga do poderoso Crescente, aproveitava a reorganização da sua marinha para, num gesto magnífico e nobre, auxiliar o Pontífice, dando motivo, ao mesmo tempo, a que as armas portuguesas se mostrassem à altura do seu valor. Muito ficávamos devendo à Igreja através da nossa História; não era demais que o Rei de Portugal a socorresse num momento de perigo para os seus Estados e para a própria cristandade, dentro da qual o nosso país tinha um lugar de relêvo.»* (2)

*O certo é que os nossos marinheiros se cobriram de glória na batalha de Matapão — ganha (como salientou o próprio Clemente XI) «principalmente pelo valor português.»* (3)

*Não ficou por aqui D. João V. Em julho de 1717, uma náu de 64 peças era lançada ao mar e em novembro do mesmo ano quatro navios de guerra comprados à Holanda entravam no Tejo. Outra fragata de 40 peças foi posta a navegar em 1729. Em 1734, havia mais cinco náus nos estaleiros; em abril de 1735, dois navios de 70 peças se lançavam também à água, enquanto se construíam mais quatro no Brasil.*

*Como se vê, a marinha foi elevada, durante o período que observamos, a um notável grau de potência e de combatividade. «Tínhamos então navios de guerra por tôda a parte» — registou Bernardes Branco* (4). *Ainda sob êste ponto de vista estávamos à altura do prestígio a que D. João V soubera elevar a Nação.*

*Repare-se bem, todavia: se o Rei atendeu pela forma que vemos, com diligência e eficácia, ao supremo imperativo da Defesa Nacional, quer nas complexas negociações das chancelarias, quer no apetrechamento do exército e na valorização da armada — o seu longo govêrno, de quási meio século, foi dos períodos menos sangrentos da nossa História. Sempre evitou ao país lutas e invasões, a-pesar-de manter, pura e íntegra, a dignidade do nome português. E Francisco Luiz Gomes fêz-lhe o maior elogio ao memorar: —* «S'il fut prodigue de l'argent de ses sujets, (il) fut du moins avare de leur sang, et sut apprécier les bienfaits de la paix.» (5)

JOÃO AMEAL

---

(1) Quadro Elementar, *Tomo Quinto, págs. CCXLVI e CCXLVII.*
(2) D. João V e a Santa Sé, *pág. 170.*
(3) *Judice Biker,* Op. cit., *Tomo X, pág. 296.*
(4) Portugal na Epoca de D. João V. *Lisboa, 1885, pág. 265.*
(5) Le Marquis de Pombal, esquisse de sa vi publique. *Lisbonne, 1869, pág. 28.*

# D. AFONSO HENRIQUES PODERÁ SER BEATIFICADO?

É bem conhecida a sentença pronunciada por Alexandre Herculano sôbre as lendas com que a piedade cristã e o sentimento nacional foram embelezando a figura do nosso primeiro rei. Quanto às lendas da infância, diz o historiador: «Como a de Carlos Magno ou de Artur; como a de quási todos os fundadores de antigas monarquias, a sua vida foi desde o berço povoada de maravilhas e milagres pela tradição popular. Infelizmente os inexoráveis monumentos contemporâneos destroem, ou com o seu testemunho em contrário ou com o seu não menos severo silêncio, êsses dourados sonhos que uma erudição mais patriótica e piedosa ilustrada recolheu e que perpetuou». Falando emfim da gratidão e simpatia que D. Afonso I sempre mereceu à gente portuguesa, conclui Herculano: «Êste afecto nacional chegou a atribuir a Afonso Henriques a auréola dos santos e a pretender que Roma desse ao fero conquistador a coroa que pertence à resignação do mártir. Se uma crença de paz e de humildade não consente que Roma lhe conceda essa coroa, outra religião também veneranda, a da pátria, nos ensina que, ao passarmos pelo pátal da igreja de Santa lido e carcomido por as cinzas daquele hoje Cruz, vamos saüdar existiria hoje a nação mem, sem o qual não ventura, nem sequer portuguesa e, por o nome de Portugal».

*GRAVURA ANTIGA SÔBRE O MILAGRE DE OURIQUE*

*(Da colecção do Ex.mo Sr. João Jardim de Vilhena)*

Não há motivos para modificar essencialmente os juízos sendo grande historiador, mas nem por isso deixa de ser interessante apreciar de novo os «indícios de santidade» de D. Afonso Henriques, apresentados pelos escritores antigos. Foram os cónegos de Santa Cruz e os monges de Alcobaça quem mais se esforçou por elevar o fundador da Monarquia portuguesa à glória dos altares. Analisando os documentos que para isso tiveram de inventar, vê-se que os inspirava tanto a devoção patriótica como o interêsse dos seus mosteiros.

No século XVIII, a causa encontrou dedicado paladino e diligente advogado no Doutor José Pinto Pereira, que Diogo Barbosa Machado nos diz nascido em Guimarães a 31 de março de 1659 e falecido a 17 de fevereiro de 1733. Esteve êle em Roma como Expedicioneiro régio, durante 29 anos, e lá compôs vários trabalhos que lhe granjearam fama de muito erudito. Um dêles era a notícia genealógica de Bento XIII, para demonstrar como o pontífice descendia de el-rei D. Dinis e da Raínha Santa Isabel e tinha por décimo nono avô o rei D. Afonso Henriques. Apareceu esta genealogia em 1724, e não será temerário supor que se destinava a interessar o papa na beatificação do seu famoso antepassado. Volvidos quatro anos, o Doutor Pinto Pereira brindava-o com obra de maior fôlego, intitulada: *Apparatus historicus decem continens argvmenta, sive non obscura Sanctitatis indicia, religiosissimi Principis D. Alfonsi Henrici primi Portugalliae regis: Quem, velut Phaenicis cineres, duplici Sole fovendum Sanctissimo Domino Nostro Benedicto Papae XIII. et Majestati Joannis V. Portugalliae, Indiae, Angolae, et Brasiliae Regis. Praesentat, dedicat, consecrat Josephus Pinto Pereyra Lusitanus, etc. Romae, ex Typographia Bernabò, MDCCXXVIII.*

D. António Caetano de Sousa informa a-propósito: «Este livro depois de ter sido approvado por ordem do Mestre do Sacro Palacio, por dous Consultores da Congregaçaõ de Ritos, o deu seu Author a todos os Cardiaes, e muitos lhe seguraraõ, que era abundante a prova para este Rey ser beatificado; porém naõ sey se neste importantissimo negocio se trata com aquella efficacia, que merecia o Fundador da Monarchia Portugueza».

É o «Apparatus» um in-4.º de XXIV-220 páginas e abre com uma dedicatória em latim ao Papa e outra ao Rei.

Os argumentos encontram-se compendiados numa espécie de índice preliminar que transcrevemos com a indicação das páginas, para se avaliar da importância relativa que lhes cabe no volume:

SYLLABUS ARGUMENTORUM.

*Primum argumentum*, Sive indicium Sanctitatis Religiosissimi Regis Alfonsi Henrici, est: Apparuisse illi Christum Dominum, Victoriam de Infidelibus promittentem; et in eo, tanquam in firmissima petra, Imperium sibi fundantem.

PÁG. 1

*Secundum argumentum*, Sive indicium Sanctitatis Magni Regis Alfonsi est: Fuisse impetratum à Deo post longam sterilitatem, et piis parentum precibus, et S Joannis Ceritae efficacibus orationibus ad perfidiam delendam, et Fidem propagandam.

23

*Tertium argumentum*, Sive indicium Sanctitatis est: Restituisse Deiparam Alfonso, adhuc puero, expeditum pedum usum, ei à natura negatum, ut in aetate virili, tanquam suus proprius Miles, aspidem, et basiliscum Africanos conculcaret.

29

*Quartum argumentum*, Sive indicium Sanctitatis inclyti Alfonsi est: Visam fuisse Reginam Hominum, et Angelorum in praeliis contra Mauros eidem ferre suppetias: Et etiam Sanctos Angelos pro eo in acie pugnare: Illique Santum Bernardum, cui Rex se voto obstrinxerat Monasterium aedificandi, apparentem praedixisse, manibus utrinque datis de eventus securitate, unius noctis compendio expugnaturum Scalabim.

39

*Quintum argumentum*, Sive indicium Sanctitatis invicti Regis Alfonsi, formatur; Ex magno Fidei zelo, quo in tota Lusitania per sudores militares, et res praeclarè gestas, inimicos Crucis Christi contrivit, et extirpavit.

57

*Sextum argumentum*, Sive indicium Sanctitatis Regis Alfonsi deducitur: Ex inclyta Institutione duorum Ordinum militarium, Avis scilicet, et Alae; ut etiam è sepulchro per illas sacras Militias Infideles debellaret.

67

*Septimum argumentum*, Sive indicium Sanctitatis Regis Alfonsi eruitur: Ex pia fundatione centum, et quinquaginta illustrium Basilicarum, et divitum Caenobiorum, aliorumque Templorum in terris à se ereptis ab Infidelium tyrannide, ad cultum Deo praestandum sacrificiis, et laudibus, nullo sibi in toto Regno Palatio aedificato.

83

*Octavum argumentum*, Sive indicium Sanctitatis Regis Alfonsi colligitur: Ex egregia oblatione, qua se, et suum Regnum, Principi Apostolorum, et Romanae Ecclesiae; necnon Sanctae Mariae Monasterii Claraevallis, sub annuis auri censibus, tributarium constituit.

95

*Nonum argumentum*, Sive indicium Sanctitatis Regis Alfonsi infertur: Ex summa in Christi Vicarios pietate, et observantiâ: ac ex pia affectione erga omnes Sanctos Viros, cum quibus Devotus Princeps jugiter conversabatur, tam in pace, quàm in bello, tam extra, quàm intra claustra; indesinenter pertractans coram, et per Epistolas, de animae suae remedio, de cultu Dei promovendo, et de Fide propaganda.

111

*Decimum argumentum*, Sive indicium Sanctitatis Regis Alfonsi Henrici resultat, et coalescit: Ex virtutibus haeroicis à se in vita excultis, et coelestibus favoribus ipsi à Deo collatis, prodigiisque post mortem; ac etiam ex admirabili Corporis incorruptione cum suavissimo odore: necnon ex fama posthuma, qua per tot saecula audit: Princeps Catholicus, inclytae recordationis, et recolendae memoriae; diligens fidei Orthodoxae propagator; filius devotus Sacrossanctae Romanae Ecclesiae; inimicorum Crucis Christi intrepidus extirpator; Vir omnium virtutum genere admirandus; Reipublicae exornator; futurorum Regum exemplar; Pius, Beatus, et Sanctus.

165

Na explanação dêstes dez argumentos, Pinto Pereira mostra um cabedal teológico muito inferior à boa fé e exemplar paciência com que perlustrou os cronistas. Devemos crer que não passou de simples cumprimento o elogio que lhe fizeram alguns Cardiais, pois nenhum dêles teria grande dificuldade em se constituir «advogado do diabo» neste processo.

Com o maior respeito pela memória de D. Afonso Henriques, que, como adiante se dirá, foi talvez de todos os nossos monarcas o que melhor realizou o ideal do «herói cristão», e ressalvada a nossa crença na possibilidade e existência de verdadeiros milagres, vejamos sumàriamente o que valem os «argumentos» alegados.

Quanto ao aparecimento de Jesus Cristo em Ourique, não há que repetir a prova de ser apócrifo o documento fundamental — o juramento datado de 1152 e atribuído ao próprio rei. A génese da lenda pode talvez explicar-se pelo paralelismo que a imaginação popular mais uma vez encontraria entre D. Afonso Henriques e o imperador Constantino.

Há lendas semelhantes que só pertencem à história porque influíram na vida dos povos e inspiraram feitos reais. A tradição que atribuía a Pelágio a visão duma Cruz no céu, ao iniciar a Reconquista, levou o rei Favila a dedicar uma igreja à Santa Cruz, em Cangas de Onis. É ela que explica a adopção da Cruz no estandarte das tropas cristãs, no brasão do principado das Astúrias e no escudo que ainda conserva a cidade de Oviedo. Tôdas essas cruzes ostentam a seguinte legenda, inspirada na de Constantino:

*Hoc signo tuetur pius*
*Hoc signo vincitur inimicus.*

A tradição do aparecimento de Santiago ao rei Ramiro, de Clavijo, deu origem à instituïção dos chamados *Votos de Santiago*. A que refere outra aparição do Apóstolo em Compostela, emquanto Fernando I cercava a cidade de Coimbra, radicou no espírito do povo e dos guerreiros a crença de que Santiago ia à frente dos exércitos cristãos, montado em cavalo branco, nos encontros com os mouros.

Estas lendas parecem ter tôdas por modêlo o episódio miraculoso contado por Eusébio no *De vita Constantini*. O pior é que a exigente crítica moderna rejeita a autenticidade da visão constantiniana, não obstante o testemunho de Eusébio e de outros escritores contemporâneos. Tratar-se-ia da simples transposição de lendas pagãs, como as referidas por Quinto Cúrcio e Tito Lívio a respeito do aparecimento de Hércules a Alexandre e de Cástor e Pólux na batalha do lago Regilo.

*GRAVURA DE O. COR. NUM DOCUMENTO DO REINADO DE D. JOÃO V PARA A TENTATIVA DE CANONIZAÇÃO DE D. AFONSO HENRIQUES*

*(Da colecção do Ex.mo Sr. Dr. Vasco Valente)*

Se o milagre da ponte Mílvia está assim ameaçado de passar ao domínio da lenda, como não há-de perder-se em brumas de sonho o milagre de Ourique?

O primeiro «argumento» de Pinto Pereira já hoje se não pode invocar. O mesmo se diga do quarto, sôbre o qual se observa igual silêncio da história e paralelismo de visões.

Outro tanto valem os «argumentos» segundo e terceiro. «Até a idade de catorze anos, diz Herculano, o filho do conde D. Henrique apenas figura como confirmante de alguns diplomas de sua mãe»; não lhe guarda a história outras memórias. Fôssem embora histori-

cos os prodígios do nascimento e da cura em Cárquere: não constitui de per si indício de santidade o milagre de que se é beneficiário.

Deixemos por agora os restantes «argumentos» e passemos ao décimo, isto é, milagres *post mortem*, atribuídos a D. Afonso Henriques. Pinto Pereira liga alta importância à incorrupção do cadá ver, atestada por testemunhas dignas de crédito, entre as quais Francisco de Sá de Miranda que, em carta a Pedro de Carvalho, exalta desta sorte as excelências de Coimbra:

«Cidade rica do
Corpo do seo
Qu'inda vimos
Ha tão pouco,
Dos annos, que

Santo
Rey Primeyro,
com espanto,
todo inteyro,
podem tanto».

A abertura do tú mulo fêz-se, segundo memória registada por D. Nicolau de Santa Maria, em 25 de Outubro de 1515, em presença del-rei D. Manuel, e «se mostrou seu corpo ao pouo, e foi visto que estaua inteiro, todo em carne, e cabello, e delle sahia cacheiro mui suave». Prodígio é êste que ainda, qualquer dia, se poderá verificar. Não discutamos, entretanto, o seu valor probativo.

Os cronistas de Alcobaça e Santa Cruz solicitam a nossa atenção para outros casos maravilhosos. Ocupariam naturalmente o primeiro lugar as aparições do rei. Assim elas fôssem autênticas... Nas que se destinavam a corroborar privilégios dos dois mosteiros, quem quer descobre o intento com que foram inventadas. Há uma, porém, em que se revela menos o interêsse particular que a exaltação do sentimento patriótico: é a que se refere á tomada de Ceuta. Conta um velho códice de Alcobaça que D. Afonso Henriques apareceu aos Cónegos de Santa Cruz, na noite a seguir à conquista, dizendo que por vontade de Deus fôra com seu filho D. Sancho combater ao lado de D. João I; e, ditas estas palavras, «a logo trasportaleceo, que não foi ende mais visto, quedando costeiros todos, pasmados do que aviom visto». O erudito Viterbo limita-se a comentar: «Não acreditamos a noticia por ser de uma penna convencida de impostora». (*Elucidário*, v. Costeiro).

*GRAVURA ACOMPANHADA DA ESTÂNCIA DE «OS LUSÍADAS» ALUSIVA AO MILAGRE DE OURIQUE*

*(Da colecção iconográfica do Ex.mo Sr. João Jardim Vilhena)*

Não vale a pena esmiüçar outros «milagres», que podem ler-se na *Chronica dos Conegos Regrantes*, na *Monarchia Lusitana* e no *Apparatus*, pois nenhum se apresenta digno de crédito. Tinham necessàriamente de se malograr as tentativas que se fizeram, em tempo de D. João III e D. João V, para canonizar o nosso primeiro rei.

Abstraindo do interêsse dos mosteiros, andou em tudo isto um sentimento patriótico muito respeitável e uma veneração que efectivamente se deve à memória do fundador. O patriotismo encontrou semelhança, ou até superioridade, comparando Afonso Henriques a Carlos Magno. E êste tem culto em algumas igrejas da França e da Bélgica; em 1661, a Universidade de Paris tomou por patrono «S. Carlos Magno». Com razão escreveu o P.e António Pereira de Figueiredo: «A qual pia affeição da nossa gente para com ElRey D. Affonço, não era menos bem fundada, do que a com que em tempos mais antigos tinhão algumas Igrejas Cathedraes de França decretado culto, e honras de Santo ao seu Carlos Magno». (*Elogios dos Reis de Portugal*, pág. 29-31).

Ora convém saber que a Igreja romana apenas tolera êsse antigo culto, sem o reconhecer oficialmente. O rei franco não resistiria mais que o nosso a um processo regular de canonização. Se o culto de D. Afonso Henriques houvesse continuado em Portugal, como consta que existiu outrora, talvez a Igreja usasse com êle da mesma tolerância.

Segundo o Código de Direito Canónico, as causas de beatificação e canonização só podem intentar-se por dois processos: o de não-culto e o de culto. Ambos parecem inviáveis para êste caso. Todavia, a figura de Afonso Henriques ergue-se das sombras do passado para outras homenagens da Igreja — as da admiração e reconhecimento que ela vota aos heróis que dilataram o reino de Cristo. Não pequena honra nossa é já esta de basearmos oito séculos de história nos feitos dum herói cristão.

Deve ser muito aproximado da realidade êste perfil de Afonso Henriques, inserto no exemplar da *Chronica Gothorum* que pertenceu a André de Resende:

«De hoc autem viro tanto tamque inclyto fari digne quis poterit? Nemo. Fuit namque vir armis strenuus, lingua eruditus, prudentissimus in operibus suis, clarus ingenio, corpore decorus, pulcher aspectu, et visu desiderabilis, totus in fide Christi Catholicus, erga cultores Religionis supplex, multumque beneuolus, ac deuotus, protexit totum Portugalle gladio suo, adeptus est Regnum, et dilatauit Dominus per eum fines Christianorum».

É neste sentido que realmente valem, àparte um ou outro pormenor histórico, os «argumentos» que acima deixámos de considerar. E é assim, como herói cristão, que D. Afonso Henriques domina verdadeiramente todos os reis que lhe sucederam no trono de Portugal. Nenhum outro merecerá tão perfeito elogio.

Como lembrança do culto prestado antigamente ao fundador da Monarquia portuguesa, reproduzimos de Fr. António Brandão a seguinte nota e comemoração litúrgica:

«Destes, e de outros casos semelhantes se fica entendendo, que viue el Rey Dom Afonso glorioso na eterna bemauenturança, pois do lugar dos mortos não era conueniente que viesse exercitar estes actos de esforço, e religiosa piedade. [*Refere-se ao pretenso milagre de Ceuta*]. Bem entendiaõ isto os Religiosos antigos de Alcobaça, pois não só ordenarão se fizessem os oficios, e celebrassem Missas por este Rey com ornamentos de festa, como ainda oje se vza, mas tambem lhe compuseraõ hũa comemoraçaõ, como de bemauenturado. Em o Mosteiro de Loruão vi hum liuro de pequena leitura escrito em pergaminho, em o qual está a commemoraçaõ que digo del-Rey Dom Afonso Henriques. E outra quasi do mes-

mo theor ainda que mais acrescentada nas palauras achei em a liuraria de Alcobaça em o fim do liuro da vida de Sam Martinho, em o qual ha muitas cousas tocantes a Santiago, e ao Emperador Carlos Magno. Diz a commemoração deste modo.

*Antiphona.* — Inuictissime Rex Alphonse propugnator strenue nostri Regni defensor sanctissime, qui mox à puero in fide Beatæ Virginis Matris Dei dominæ nostræ susceptus, cuius oraculo, & patrocinio tibiarum sanitatem recepisti: ac tibi in maturam ætatem peruenisti, fidei armis, spei galea præmunitus, & zelo charitatis accensus, cum viginti Maurorũ Regibus, & Imperatore Miramamolino collatis signis, sed parua manu dimicasti, ac Christum Dominum nostrum Cruci affixum nocte intempesta vidisti, & vniuersam Lusitaniam fidei iugo subdidisti, & Regni nomen sublimasti, quæsumus pro nobis apud Deum tuis præcibus intercede, vt nos mente puros, Regnum nostrum florentissimum esse velit, & ab omni calamitate munire.

*Vers.* — Ora pro nobis famulis tuis inuictissime Rex Alphonse.

*Resp.* — Vt digni efficiamur promissionibus Christi.

*Oratio.* — Devs omnium bonorum largitor melliflue, apud quem summa hominum regnorumque potestas est, quique beatissimum Alfonsum Regem ad Lusitaniæ sceptrum euexisti, & in hoc mundo agentem summis beneficijs decorasti, concede quæsumus eiusdem meritis nostrum hoc Regnum, Reges, ac Principes tranquilitate, & optata pace semper gaudere, nosque supplices tuos virtutum omnium incrementis, sic eiusdem Regis Alfonsi vitæ instituta sectari, vt gloria quoque participes fieri mereamur. Per Dominum nostrum, etc.».

P.e MIGUEL DE OLIVEIRA

# A SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

A Exposição Histórica do Mundo Português compreende, como é já conhecido, uma secção colonial que será um complemento do certame que está sendo organizado no vasto terreno marginal do Tejo, em frente ao mosteiro dos Jerónimos.

O local escolhido para a demonstração do Ultramar foi o Jardim Colonial — vasto parque que se estende desde as traseiras do Paço de Belém, na encosta da Ajuda, até à capela da Memória, erecta por motivo dos acontecimentos históricos dos Távoras, no atentado contra a vida do rei D. José.

O recinto presta-se admiràvelmente, pelas suas condições topográficas e pelos seus arruamentos, bem tratados, bordados de espécies vegetais de acentuada beleza. Nos seus canteiros, recintos, viveiros e estufas vicejam curiosos especimes da flora tropical, que lhe dão um ambiente curioso e ao mesmo tempo apropriado para o fim escolhido. Difícilmente se encontraria em Lisboa uma área ajardinada com perspectivas semelhantes.

Pelos seus rincões vão ser disseminados pavilhões diversos tendo nesta exposição, cada uma das colónias, o seu pavilhão privativo. Esta resolução, que é de agrado certo para as colónias, visa a salientar as suas características sob o ponto de vista etnográfico, que é, afinal, o fundamento da exibição.

Dentro desta orientação serão concatenados todos os motivos demonstrativos das raças aborígenes, por meio de fotografias, utensílios — domésticos e de misteres — vestuário, adornos, armas, etc. Os pavilhões, tanto exterior como interiormente, obedecem, na sua disposição, às características étnicas, quanto possível, para dar uma idea, aos visitantes, dos usos e costumes dos povos ultramarinos.

Para que a sugestão seja o mais aproximada possível, por meio de mapas em relêvo, dioramas, dispositivos e outras composições de uso neste processo de esclarecimento — são apresentados outros pormenores, elucidando quanto à localização das raças, densidade da população, organização civil e política dos povos, recursos locais e sua valorização pela obra de civilização e colonização nacional.

Paralelamente, em complemento, composições espalhadas por vários locais do parque darão ideas mais concretas sôbre a arquitectura e arte colonial, reproduzindo, em tamanho natural ou por miniaturas, monumentos, edifícios, aldeias, recantos de povoações e até trechos de ruas, com a sua nota exótica, em muitos casos completamente desconhecidos na Metrópole, da maioria dos compatriotas europeus.

Outros pormenores da vida africana e oriental serão também carreados para a demonstração do Império Colonial Português. Estão nesses casos a propaganda das matérias

primas, na sua maioria produzidas pelos indígenas, ainda que aperfeiçoadas ou preparadas pela intervenção do colono branco; a divulgação das belezas naturais das colónias portuguesas revelando na Europa aspectos de surpreendente encanto, alguns absolutamente desconhecidos; e a pujante cinegética dos territórios ultramarinos, riqueza inexplorada, que pode despertar a atenção de apaixonados cultores — tudo reünido num sector de aliciante turismo, exótico, quási ignorado e com a sua nota de impressionante inèditismo.

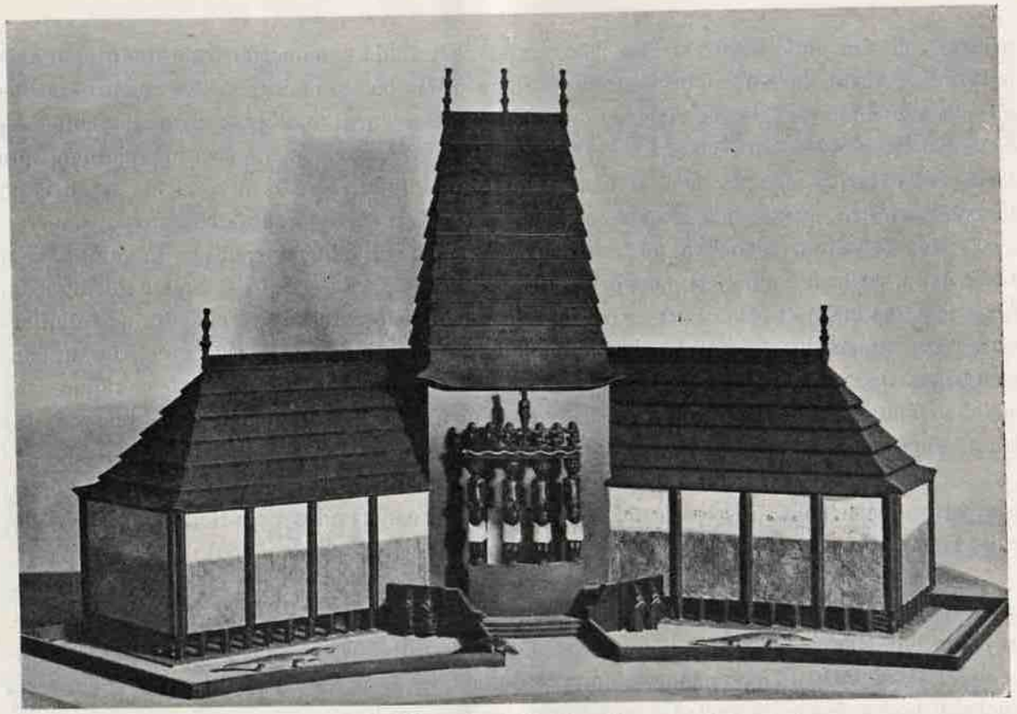
Repete-se em Lisboa a participação etnográfica vivida, a exemplo do que foi, com tanto êxito, realizado em 1934, no Pôrto, por ocasião da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa. Êsse certame marcou pela invulgar e vasta documentação etnográfica, constituíndo admiração, para os nacionais e estranjeiros entendidos, a variedade das raças que ali foram concentradas. Recordamos ter sido reünido em Portugal, por êsse motivo, desde os timorenses aos bochimanes (que pela vez primeira vieram à Europa), dos macaístas aos bijagós, dos landins aos indianos portugueses.

Essas deputações voltarão, em 1940, a pisar solo português da Europa, dando o seu concurso ao certame, povoando aldeias e pavilhões construídos expressamente para que, mais rigorosamente, possa fazer-se uma idea da vida etnográfica colonial da Nação.

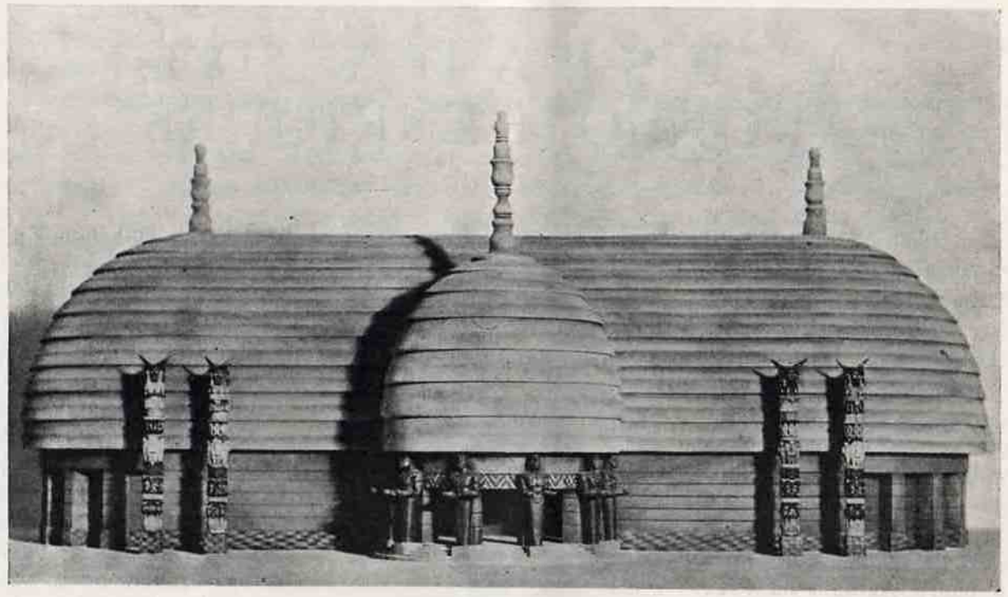
À Exposição do Mundo Português e ao Cortejo do Império (que fazem parte do programa oficial das comemorações dos centenários da Nação) virão os portugueses da África, da Ásia e da Oceania dar o vivido concurso demonstrativo da expansão, através dos continentes, dêste País de navegadores e civilizadores que, após tantos séculos, reüne em festa nacional povos das mais variadas características etnográficas.

INSCRIÇÃO NA PAREDE DA ESQUERDA DA GALILÉ DA SÉ

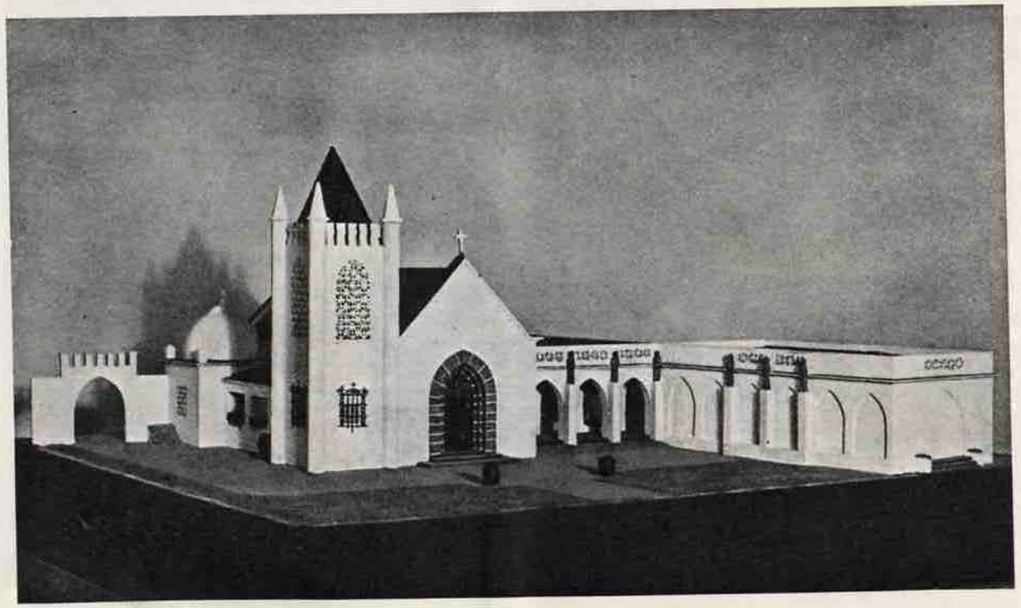
# SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS



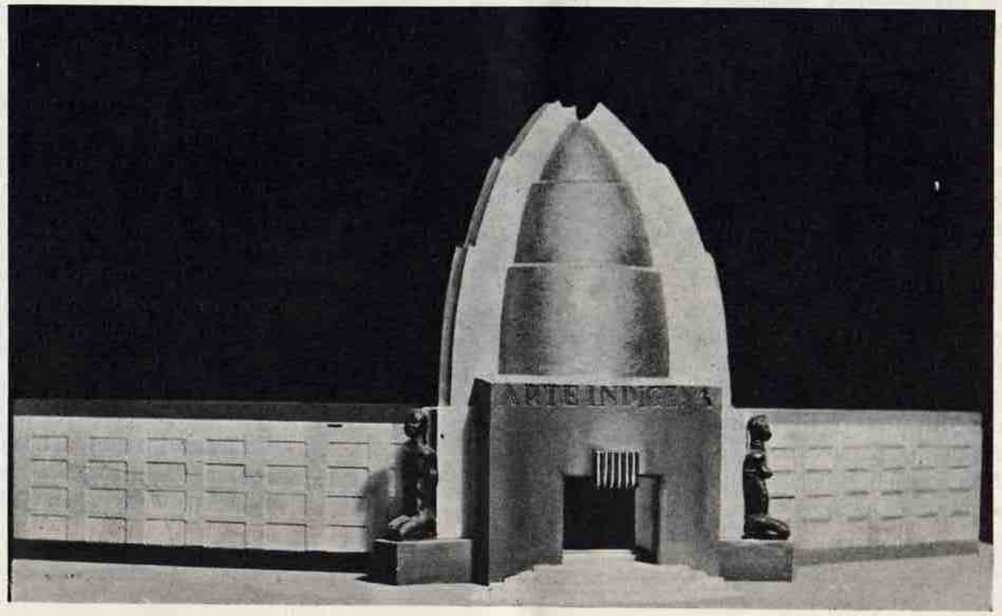
*PAVILHÃO DE TIMOR, CABO VERDE, S. TOMÉ E PRINCIPE*



*PAVILHÃO DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE*



*PAVILHÃO DAS MISSÕES EM ÁFRICA*

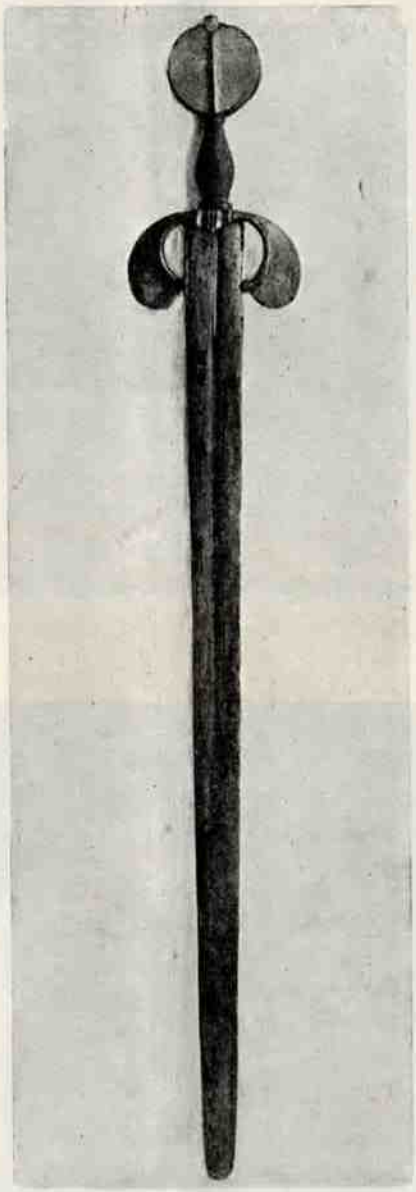



*PAVILHÃO DE ARTE INDÍGENA*

# A ESPADA DE AFONSO HENRIQUES

## I

Dúvidas sempre se manifestaram àcêrca da legitimidade desta arma, após haver ingressado no Ateneu Portuense ou de D. Pedro, que é actualmente o Museu de Soares dos Reis. Contudo, a raros tentou o seu exame, a verificação da genuina ou falsa valia histórica e arqueológica da mesma, pois dela apenas trataram o padre António da Cruz Pereira Coutinho (em 1841, no *Antiquário Conimbricense,* n.º 6), Seabra de Albuquerque (em 1860, no jornal *Prelúdios Literários,* n.º 11 do vol. II), o *Arquivo Pitoresco,* de 1861 (num artigo de Vilhena Barbosa, possivelmente), A. A. Leal (no *Arquivo Popular,* vol. IV, pág. 81 em 1873), Vilhena Barbosa (em 1874, nos *Estudos Históricos e Arqueológicos*) e o Dr. Augusto Simões de Castro (no *Arquivo Coimbrão,* n.º 9, de 1924). Em 1887 (28 de Outubro e 4 de Novembro) o jornal *A Vida Moderna,* reproduziu os artigos do *Antiquário Conimbricense* e no mesmo publicou José Augusto Carneiro, em 29 de Julho e 5 de Agôsto, um admirável artigo, que era nem mais nem menos, a transcrição absoluta, plena, do escrito por Vilhena Barbosa no seu livro mencionado, àparte a originalidade da assinatura.



*A ESPADA DE D. AFONSO HENRIQUES*

*(Existente no Museu Nacional de Soares dos Reis, do Pôrto. A lâmina mede 0,m835)*

Ultimamente, no *Reporter X,* de 18 de Junho de 1932, também o Sr. Ferreira da Costa inseriu um artigo sôbre a matéria, que, afinal, não passa de um cacharolete — mal cuidado e lacunar — do *Antiquário, do Arquivo Pitoresco* e mais o *Arquivo Coimbrão.* Cita a *Crónica dos Cónegos Regrantes,* para, num simulacro de seriedade, lhe aplicar o tempêro erudito; no entanto, dos três mencionados jornais é que faz cópias exactas.

A despeito daquêles artigos, ainda se mantém a dúvida. Licitamente? Não, por certo! Se Pereira Coutinho, Vilhena Barbosa e o *Arquivo Pitoresco* não esclareceram definitiva e cabalmente o problema, julgo que o desenredou o Dr. Simões de Castro, embora sem estipular francamente o seu desígnio e expôr com o relêvo bastante a prova positiva. Do artigo do *Arquivo Pitoresco* justa foi

certa observação; dalgum modo vislumbrou o autor, em parte, a verdade, mas não soube aproveitá-la.

Não grangeou esta espada a fama europeia das dalguns guerreiros assinalados do medievalismo, cujos nomes ficaram na história e na tradição, como a *Balmung* de Siegfried, a *Durindana* de Rolando, a *Caliban* do rei Artur e a *Joyeuse* de Carlos Magno. No entanto, sem desprimor para as de Gonçalo Mendes da Maia, Nuno Àlvares, D. Duarte de Menêses, Duarte Pacheco — e quantas mais! —, proclamaram-na os anais lusos como a principal, a de maior prestígio, uma vez que a nervudos golpes balisou a nacionalidade.

Que magnífico talisman, pois, não seria a sua existência!

Quanta ufania e consolação não determinaria a posse da maior e melhor relíquia nacional!

Ora, porventura, poderá gloriar-se e envaidecer-se o país de possuir a espada que, á custa de talhos rijos e animosos na moirama e no leão castelhano, o firmou e levantou com vigor perenal? Creio que sim.

Antes de se avaliar o problema sob o aspecto histórico, atente-se no arqueológico.

É indubitável que a espada tradicionalmente havida como a de Afonso Henriques e desde 1834 guardada no Museu Portuense (1) constitui uma arma dos tempos medievais, quer pela forma quer pelo tamanho (0,$^{m}$835), cuja característica maior está no punho, composto de guardas ou copos mui laminados e encurvados para baixo, ao qual se sobrepõe um largo botão ou disco terminal (2). Na verdade, não define êste tipo uma época restrita, pois que, de modo geral, tanto subsistiu no século VI como no XV, tanto foi usado pelos guerreiros meroveus e carolíngios como pelos escandinavos (sec. XI), polacos (sec. XIII e XIV), inglêses (séc. XV e XVI), alemães (séc. XIII e XV) e, até, mouros. Isto no-lo testificam as seguintes obras: *Le costume, les armes, les bijoux, chez les peuples anciens et modernes* (3), de Frederico Hottenroth — *Les arts au moyen âge* (4) *e Mœurs, usages et costumes au moyen âge* (5), de Lacroix — *Guide des amateurs d'armes*, de Demmin. No entanto, certo é que larga voga logrou no baixo medievismo, a qual declinou a partir do século XV.

No geral, comprimento reduzido tinham essas espadas (de 0,$^{m}$80 a 1 metro) e assim eram aptas para combates de corpo a corpo (6).

---

(1) Para lá foi, após a extinção das Ordens Religiosas, do mosteiro de Santa Cruz, onde estava junto ao túmulo do rei.

(2) Desta feição era a do Cid Campeador, embora com recortes ornamentais nas guardas e no disco terminal. Desenho igual se vê numa sepultura da igreja de S. Francisco de Evora e no Apocalipse de Lorvão.

(3) Vol. I, estampa 58, n.º 61 — est. 74, n.ºs 1 e 3 — est. 75, n.º 6 — est. 82, n.º 1 — est. 72, n.º 37. Vol. II, est. 2, n.º 53 — est. 4 n.ºs 19 e 21 — est. 21, n.º 38 — est. 35, n.º 18 — est. 44, n.º 36 — est. 70, n.º 20 — est. 95, n.º 4.

(4) Espada de Carlos Magno.

(5) Pg. 37.

(6) Tem sido tal curteza um dos motivos — facto curioso! — da duvidança, quando, afinal, devia concorrer para o contrário. Entende muita gente que as espadas medievais eram compridas como lanças, demais as de homens robustos como Afonso Henriques. Ora se os montantes tinham grande comprimento pouco era o das espadas. Foi isto o que em 1861 anotou o articulista do *Arquivo Pitoresco* (Herculano?), o que ainda justamente relacionou com a frase de D. Sebastião ao contemplá-la em Santa Cruz: *Bom tempo em que se pelejava com espadas tam curtas* (*Crónica*, pg. 352). Todavia, embora aventasse e cresse que era autêntica, não tirou da observação o devido efeito. Convém lembrar mais o facto de ter sido acaçalada antes dos frades a mandarem a D. Sebastião.

Sendo medièvica, incontestàvelmente, a espada recolhida no Museu Soares dos Reis, singular perspicuïdade revelariam os frades crúzios, a permitir-se um lôgro, no meticuloso desvêlo com que outra semelhante fabricaram, visto já correr perdido o uso dêsse tipo (em 1578).

A falha da certeza, das garantias, de a Portugal haver regressado a espada afonsina, na frota que carregou as tropas do rei, após a trágica epopeia de Alcácer Quibir, tem formado a causa principal das suspeitas da sua genüinidade. Sòmente a caucionava o famigerado Frei Nicolau, na portentosa *Crónica dos Cónegos Regrantes,* que, pelas suas malas-artes e pela míngua de confirmação, todos punham de quarentena. O ser a posse da espada motivo de grandes vantagens e larga ufania para o mosteiro de Santa Cruz ainda mais avolumava as difidências, pelo que a sua perda nos areais mouriscos poderia tentar os crúzios à pia fraude da substitüição. No fim de contas, existia uma comprovação, existiam outras provas, firmes e cabais, mui anteriores à do ingénuo Frei Nicolau, em que até 1924 (data do artigo de Simões Castro) ninguém reparou (pelo menos numa delas). Segundo se nota, esta mantem-se ignorada. Deixemos as reflexões e exponham-se os factos.

Em 1570 poisando em Sintra, determinou-se D. Sebastião a ir de longada até à Batalha e a Coimbra, movido mais pelo desejo de contemplar o cadáver do Príncipe Perfeito e o moimento de Afonso Henriques, que desde muito o pruia, àlem do de assistir a um doutoramento, que por querer maravilhar-se com as belezas artísticas dêsses locais (1). Na Batalha mandou abrir o túmulo de D. João II e pôr em pé o seu cadáver que estava muito bem conservado. Depois, meteu-lhe na mão a sua espada e ao duque de Aveiro (2) ordenou o beija-mão, de passo que exclamava: *Êste foi o melhor oficial que houve do nosso ofício!* Sem dúvida, o jóvem D. Sebastião possuia tendências teatrais!

De Coimbra se aproximava o soberano. Porquanto as hospedarias do mosteiro de Santa Cruz em 1550 haviam agazalhado D. João III (3), cuidou o prior geral, D. Lourenço Leite, de lh'as mandar oferecer. A conselho de Martim Gonçalves da Câmara (4), preferiu albergar-se o rei no paço dos bispos. Ainda por influências do mesmo, duas vezes tentou visitar o mosteiro como aforrado ou incógnito, na companhia de alguns fidalgos. Êste vexame, porém, não surtiu o efeito desejado, porque não lhe abriram as portas (5). Baldara-lhe essas investidas o prior que distribuira espias no âmbito de Santa Cruz, por ter novas daquêle desígnio. Como escandecia el-rei o afôgo de vêr o túmulo afonsino não pôde evitar o aparecer como quem era. Avisado pelo cardeal D. Henrique, o prior mandou armar velozmente a igreja e preparar o devido ao solene recebimento. À porta, envolvido em faustosa capa de asperges e assistido pelos cónegos, aguardou sua alteza.

Pelos túmulos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I devia principiar naturalmente, a visita. Com água benta os aspergiu el-rei, descoberto, apresentando-lhe o hissope o dom

---

(1) *Estudos Históricos e Arqueológicos*, de Vilhena Barbosa.

(2) Neto de D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra e bastardo de D. João II, que pretendeu convertê-lo em herdeiro da corôa.

(3) Os paços régios tinha-os êle oferecido às Escolas Gerais (Universidade).

(4) Secretário da Puridade, valido régio e inimigo dos crúzios.

(5) Assim tiraram os cónegos regrantes o seu desfôrço, tanto pelo menosprêço da hospitalidade conventual como pelo rei, devido à falta de água na cidade, ter mandado tomar conta das fontes do mosteiro, a conselho do valido.

prior. Êste, depois, ofereceu-lhe a espada célebre e êle a tomou e beijou mui reverentemente, ao passo que declarava: *Bom tempo em que se pelejava com espadas tam curtas!*

Decorridos alguns momentos, empolgado por místico fervor, assim prosseguiu: *Esta é a espada que libertou todo o Portugal do cruel jugo dos moiros sempre vencedora e por isso digna de ser guardada com tôda a veneração. Guardai, padre, esta espada, porque ainda me hei-de valer dela contra os moiros de A'frica.* (1).

Apura-se da última locução que no seu espírito já bailava a idea de a empregar nas catanadas rijas da apetecida conquista marroquina. Seria possível, até, que a retórica balofamente empolada do Dr. Jorge de Sá Sotomaior — com referências à jacente, à espada e ao escudo afonsinos — ouvida por D. Sebastião quando entrou em Coimbra, a espevitasse e definisse, como aventou o Dr. Simões de Castro (2).

Na Universidade o monarca assistiu a algumas lições e ao doutoramento de D. Jerónimo de Menezes (3) reitor da mesma, o qual se ofereceu, na fôlha de candidatos, para tomar o capêlo de doutor na Sagrada Teologia, para dar gôsto a D. Sebastião. A êste deu o mestre de cerimónias a propina devida nêsse acto, que, depois, êle entregou a D. Pedro de Menezes, parente do reitor.

*

* *

Transcorreram alguns anos. Estava-se em 1578 e D. Sebastião moía frenesins nos preparativos de passar o Estreito e subjugar os reinos de Mulei-Maluco. Ao prior geral dos crúzios, D. Pedro de Assunção, em 24 de Março escreveu uma carta, na qual pedia emprestado o escudo e a espada afonsinos sob a formal promessa de os restituir na volta, pois em Deus esperava que com tais armas sempre vencedoras havia de alcançar grande vitória dos moiros (4). A capítulo o dom prior convocou os monges para decisão do grave problema. Favorável e unânime foi o acôrdo; mas, convindo aproveitar a maré, já de prêço era o favor, decidiu-se pedir ao rei o voto de promover a canonização de D. Afonso Henriques, para, assim, mais propício lhe ser o acudimento de Deus (5). Logo mandou o prior acaçalar a espada (por efeito de a cobrir muita ferrugem), fazer-lhe uma baínha de veludo com ponteira de prata doirada e fabricar duas caixas com chave — uma para essa arma e outra para o escudo.

Foi D. Jerónimo de Menêses o portador eleito, a quem o jóvem Cid, enlevado, recebeu com farto júbilo e fêz a promessa de obter a canonização do Conquistador (o que já seu avô D. João III intentara), se, porventura, Deus lhe concedesse a vitória (6).

---

(1) Crónica dos Cónegos Regrantes, pg. 352, e Memórias del-rei D. Sebastião, Barbosa Machado, III, pg. 238-9.

(2) *Arquivo Coimbrão*, n.º 9, 1924.

(3) Depois bispo eleito de Miranda e bispo do Pôrto.

(4) *Crónica Con. Regr.*, pg. 361, reprodução da carta. Em *fac-simile* publicaram-na o *Antiquário Conimbricense* e o Dr. Simões Castro no *Arquivo Coimbrão*. Do cotejo avultam algumas infidelidades da *Crónica*, embora de somenos valor. Transviou-se o original na mudança do cartório de Santa Cruz; todavia, o secretário geral do distrito de Coimbra, ao tempo, conseguiu rehavê-la. Depois de *fac-similada* para o *Antiquário*, remeteu-se à Torre do Tombo.

(5) Esta acta capitular foi publicada no *Antiquário*, pg. 48, e no *Arquivo Coimbrão*.

(6) *Crónica*, pg. 361. Isto comprova que a idea de tal canonização não foi espontânea no rei, antes derivou dos crúzios, os quais sabiam calcular as fartas vantagens que da mesma adviriam. Frei Nicolau omite a origem do voto, deixando crêr que foi impulso do monarca.

No camarim real da armada se guardaram tais relíquias nacionais, que para D. Sebastião valiam como talismans.

Até aqui não há divergências dos autores, as quais se manifestam depois em dois rumos: o de as armas se haverem transviado no louco turbilhão da batalha ou no babelismo revôlto do desembarque e o de, firmado em Nicolau de Santa Maria, terem regressado a Portugal, por ficarem esquecidas na frota, e serem restituidas a Santa Cruz. Êste, porém, graças aos maus créditos do fiador, não pôde impôr o seu valimento. Justamente? Parece que não.

Ora desta guisa relata o monge cronista: *Mas como Deus Nosso Senhor, por seus altos e secretos juizos, permitiu que o rei fôsse vencido dos mouros, dispôs as coisas de maneira que as armas de Afonso Henriques ficaram na armada por esquecimento, não querendo que armas sempre vencedoras fôssem vencidas dos mouros, e na mesma armada voltaram a Lisboa e D. Henrique as mandou ao mosteiro de S. Vicente e daqui as levou a Santa Cruz o cónego D. Francisco das Neves, que então estava em S. Vicente. Passando êle por Santarém o prior desta vila fez juntar os principais dela na matriz, subiu ao púlpito e mostrando as armas disse: Eis aqui, nobres moradores de Santarém, a espada e escudo com que esta nossa terra foi livre dos mouros pelo glorioso e invicto D. Afonso Henriques; alegrai-vos todos com as vêr e venerar e de novo demos graças a Deus por tam grande benefício. E descendo do púlpito deu a beijar a todos a dita espada como relíquia. E não hà dúvida que foi milagre escaparem estas armas em tempos tam confusos e tam revôltos como aqueles* (1).

Vilhena Barbosa limita-se a reproduzir o dito discurso, em resumo: Ficaram esquecidas na armada, tal era a ânsia (de D. Sebastião) de vêr a terra da conquista, o ardor de combater, a impaciência de pisar terra inimiga. Voltaram ao reino na mesma armada e o cardeal D. Henrique as enviou a S. Vicente de Fóra, donde para Santa Cruz as levou o cónego Francisco das Neves. Em 1834 o govêrno ofereceu a espada ao Museu da Academia de Belas Artes do Pôrto.

Foi o P.e Manuel da Cruz Pereira Coutinho, com o seu artigo do *Antiquário Coimbrão* (n.º 6), o maior inimigo da legitimidade da arma. Nêle qualificou de singular o seu abandono no camarim real, após o enorme empenho do soberano em a possuir (quando não para servir em combate aldemenos para incentivo dos seus cavaleiros), e de embuste o relato de Frei Nicolau, que seria determinado pelo magno interêsse dos cónegos, para os quais a espada constituia um excelente e profícuo atraïmento. Essa crítica negativa firmava-se em três bases: a parcialidade do cronista, a improbabilidade do esquecimento e a falta de registo do regresso das armas nas actas capitulares (de 1574 a 60), mormente por nelas ter ficado assente o seu emprestimo. A última, por certo, é a mais poderosa,

Dados os maus costumes do padre-mestre Nicolau, justas são tôdas as difidências. O empregá-las, porém, contumaz e sistemàticamente deixa de ser justo. Ora se póde presumir-se que, por honra e proveito do seu mosteiro, desse largas à imaginação não póde provar-se que tal fizesse.

---

(1) Aparte o cunho milagrento do facto aplicado pelo autor, convém notar a clareza e a singeleza da narrativa. Ainda, porém, que fôsse inventada, prescindível era o episódio de Santarém, o qual como ficção pouco adiantava e como verdade é admissível e plausível.

Singular, na verdade, se revela o facto do esquecimento, mas garanti-lo como improvável será garantir demais: *quod nimis probat nihil probat.* Quantas vezes não acontece um pleno esquecimento em tais condições? Põe-se empenho num objecto para determinado fim, coloca-se em lugar visível, fixa-se *in mente* o cuidado de não o olvidar no ensejo próprio; quando êste surge, por efeito de uma precipitação, de qualquer perturbação acidental, vai-se ao destino e fica abandonado, esquecido, o objecto dêsse afã. Todos nós conhecemos o facto por experiência própria. Logo, se tais armas ficaram esquecidas na hora do desembarque, temos de aceitar a legitimidade da espada subsistente.

Crèdora de reflexões é, na verdade, a falha do assento capitular do regresso da espada e do escudo, quer por isso haver causado magno regosijo e proveito no mosteiro quer por haver sido feito o da partida, como observou Pereira Coutinho. A-fim-de agravar essa lacuna, notou êle a mesma falta num livro de apontamentos históricos do convento, do século XVIII (embora incluisse a carta, resumida, de D. Sebastião, a pedir o empréstimo das armas), e o malôgro do exame rigoroso feito em 1834 no arquivo de Santa Cruz, para se averiguar a autenticidade do regresso das armas (1).

Pereira Coutinho carregou bem a parte, mas não conseguiu estabelecer a prova da falsidade. Julgo, pois, que Frei Nicolau, doutor em desvairadas trapaças, no caso escreveu com fiel verdade. É oportuno registar, ainda, a opinião de Seabra de Albuquerque, segundo a qual as armas ficaram na África, mas não as caixas. Estas vieram vasias. O cardeal D. Henrique, sem verificar o seu conteudo, mandou entregá-las aos cónegos de S. Vicente. Fôram êstes que dolosamente forjaram novas armas. Boa imaginativa, é indiscutível!

No entanto, o padre Coutinho, que por vários lados verrumou o problema, não fez reparo, como nenhum dos mais autores mencionados, noutra falta não menos singular. O mosteiro emprestou uma espada e um escudo e tais armas recebeu. Todavia, só aquela se manteve. Como e quando desapareceu o escudo?

Julgando-o inventor de uma pia fraude, assanhou-se rudemente o padre Coutinho contra Frei Nicolau, cujos assertos pretendeu anular com uma exegése triunfante. *Seguir Frei Nicolau sem abonadores num facto só por êle narrado é crer de leve,* proclama o reverendo, no que, em princípio, tem razão.

Ora, afinal, o crítico censurava também de leve, no que não fugia ao espírito da época, donde o cincar fortemente.

Que boa verdade, não foi só Frei Nicolau quem tal afirmou. Outro cronista, quarenta anos antes, em 1628, o mesmo garantiu. A Pereira Coutinho, homem erudito, cabia a obrigação de o conhecer e dêle não podia suspeitar como interessado na volta fortunosa das armas, pois não era cónego regrante. Ao Dr. Simões Castro pertence o descobrimento do novo testemunho, o qual publicou no *Arquivo Coimbrão* (n.º 9).

Eis as palavras de Faria e Souza, no *Epitome de las Historias Portuguesas* (pg. 303, ed. de 1677): *Levava elrey la espada y escudo de nuestro nunca vencido y primero rey Don Alfonso para entrar en la batalla con armas que ya tenian avassallados y rendidos tantos enemigos de la Fé — mas como Dios tenia determinado que fuessen ellos aora vencedores, no quiso que fuessen ellas vencidas — permitió que el Rey desembarcasse sin ellas, y bolvieran al monasterio de Santa Cruz de Coimbra, cuyos Religiosos se las avian fiado*

(1) Foi ordenado pelo secretário geral do distrito de Coimbra.

*con grandes condiciones y las guardan con la estima de joyas las mas preciosas.*

Entendo que não póde causar a menor dúvida êste depoimento; julgo-o de sobejo concludente e probativo da veracidade do regresso das armas; creio que Faria e Sousa devia estar informado de ciência certa e direi, se vós permitis, que Frei Nicolau dêste cronista copiou o seu trecho, pois é flagrante a similitude dos mesmos. Assim, as armas sempre vencedoras dos mouros pelos mouros não foram vencidas.

Outra prova no-la patenteia o *Itinerário da jornada que fez o Sr. Manuel Severim de Faria, cónego e chantre da Sé de Évora a Miranda no ano de 1609* (1), completamente insuspeito. Ao narrar a visita a Santa Cruz de Coimbra, nêle se encontra esta singela menção: *Está aqui mesmo a sua espada.*

As palavras de Faria e Sousa e de Severim de Faria, que viveram na época do facto debatido, revelaram, na sua simplicidade, a inteira convicção geral da espada ter voltado da África. Devem, pois, aceitar-se como verdadeiras, até prova em contrário.

*

* *

Nos estudos supra-referidos mal se atenta no escudo. Todavia, regressou êle, também, ao abrigo secular de Santa Cruz. Na mesma obra (pg. 180) o assegura Faria e Sousa (no que não reparou o Dr. Simões Castro), desta maneira: *La espada y el escudo con que peleava y la sobrepeliz con que seguia el Coro son oy en aquel monasterio joyas inestimables;* no Intenerário de mestre Severim isto se lê: *Em hũa capella da sanchristia se guarda inda seu escudo, do qual dizem q̃ estando pendurado cahia no chão em o dia q̃ morria qualquer rey deste reyno e q̃ quando se perdeo a batalha de Alcaçere cahio e se fez em pedaços* (2).

Em ocasião ignorada, embora depois de 1628, levou sumiço. As culpas, é de supor, não caberão aos cónegos regrantes, pois um dos merecimentos da extinção das Ordens religiosas foi o de converter o país numa feira de piratarias e brutalidades. Nêsse homérico *arranje-se quem puder* notáveis heróis se distinguiram, dos quais não faltam netos dignissímos.

Se o arrazoado não basta para elucidar o problema, para quem melhor souber dizer o caminho fica livre.

CARLOS DE PASSOS

---

(1) Ms. publicado em 1933 em a *Nação Portugueza*, fasc. XI, pg. 302.

(2) Na *Revista Literária* (vol. XI, pg. 527, ano de 1843) publicou R. Gusmão um artigo sôbre o escudo, em 1857 reimpresso no *Instituto*, de Coimbra (pg. 174). Assim nos informa: Por efeito das suas investigações de história conimbricense, quiz vêr o escudo afonsino. Por um padre soube que tinha desaparecido, em ocasião e condições ignoradas, subsistindo apenas o relato da Crónica de Frei Nicolau, segundo o qual o escudo era de pau de figueira, com fôrro de coiro de boi, oleado e pintado, medindo 5,5 palmos de comprimento e 3 de largura. Todavia, Brandão, na *Monarquia Lusitana*, III, pg. 178, e Faria e Souza, no *Epitome*, 3.ª parte, cap. I, dizem que era pintado de branco com cruz azul, da forma potenteia (de braços em T), cujas côres fôram escolhidas para o laço nacional estipulado pelas côrtes gerais extraordinárias e constituintes de 1821, depois fixadas por decreto.

Afinal, esta forma potenteia é negada por Duarte Nunes de Leão e André Rezende, assim como por um *bilhão* (moeda) de Afonso Henriques, visto dizerem que era a latina simples, sôbre escudo branco. Além disso, só no fim do seu reinado o conquistador deveria ter usado emblema no seu escudo, segundo prova o Dr. António de Vasconcelos no óptimo artigo *O Escudo Português*, publicado na *Lusitânia*, III, 1924.

# CASTELOS DE PORTUGAL

## FEIRA

É um dos Castelos melhor conservados e dos mais interessantes e característicos exemplares de arquitectura militar medieval.

De remotíssima fundação e de gloriosas recordações históricas, êle constitue hoje, — porque não afirmá-lo? —, um monumento maravilhoso e expressivo que nos fala, melhor do que nenhum outro trabalho histórico, da grandeza dêsse passado distante.

Á sombra das suas vetustas muralhas e das suas robustas tôrres desenrolaram-se notáveis acontecimentos.

Mas um dos factos históricos de maior relêvo que nos rememora esta antiquíssima fortaleza, é, sem dúvida, a sua actuação em prol da independência de Portugal, lançando logo nos primeiros mêses de 1128, o seu grito de revolta contra D. Tereza, colocando-se abertamente ao lado de D. Afonso Henriques.

Como esquecer tão memorável monumento militar, nas festas centenárias, que se avizinham, se o valor do seu esfôrço e da sua heróicidade na libertação de Portugal e na formação da nacionalidade, ainda hoje, decorridos tantos séculos, ecôa no coração de todos os portugueses robustecendo-lhe a sua fé e insuflando-lhe alento para continuarem guardando carinhosamente todo êste maravilhoso Império daquém e dalém mar, de que os Castelos foram as mais vigilantes atalaias e os seus mais estrénuos defensores?

Compete a todos os patriotas, e em especial aos professores, como guias da esperançosa mocidade portuguesa, fazer reviver no espírito dos novos a beleza dos actos heróicos, os admiráveis episódios históricos e as curiosas lendas que se prendem a êstes significativos e gloriosos padrões, formosas iluminuras da grandiosa História de Portugal.

O Castelo da Feira está situado no mais alto dos montes que rodeiam a Vila da Feira, cercado de exuberante vegetação e dêle se disfruta um surpreendente e vasto panorama.

O estado actual desta antiquíssima fortaleza, permite-nos verificar que profundas modificações deveria ter sofrido, no decorrer dos séculos, determinadas, sem dúvida, pelos progressos da arte da guerra.

A gravura que aqui reproduzimos dá-nos uma idea dêste majestoso monumento militar que se impõe à nossa admiração pela sua história e pelo seu admirável conjunto de tão harmoniosas linhas arquitecturais.

O bom estado de conservação em que se encontra deve-se ao esfôrço muito louvável e patriótico da Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira, que tem procurado manter e guardar êste belo e interessante exemplar de arquitectura, só com o auxílio particular local.

Se outras povoações portuguesas que possuem castelos seguissem tão significativo e patriótico exemplo, não teríamos que lamentar a perda de alguns dêstes valiosos monumentos históricos, que o vandalismo e a acção do tempo fizeram desaparecer ante a vergonhosa indiferença das entidades oficiais.

Não temos dados seguros para precisar a data da sua fundação, mas sabemos que

por êle passaram os romanos, pois temos vestígios da sua passagem ou permanência, com as três aras romanas ali encontradas, quando duma das reconstruções que sofreu, e que ainda hoje se conservam expostas como documentos históricos e arqueológicos dessas épocas afastadas.

A mais antiga notícia escrita referente a esta velha fortaleza remonta aos tempos de D. Bermudo III (1028-1037) rei de Leão, que se refere à batalha contra os moiros, travada na vila de Cézar, nessa época encorporada no território do Castelo de Santa Maria.

Em muita conta tinham os reis de Castela e os primeiros reis de Portugal êste território, como se depreende da disposição que concedia fôros e privilégio de infanção, a todo o cavaleiro aqui nascido, e o fôro de cavaleiro a todos os peões.

Muitas outras referências posteriores existem e que comprovam a antiguïdade dêste monumento, que era certamente abrigo forte e seguro, como se deduz do testamento de D. Sancho I, em que determina que os Castelos de Alenquer, Viseu, Guimarãis, Montemor e Santa Maria, todos fortalezas importantes, darão entrada à rainha D. Dulce e às infantas suas filhas, sempre que elas necessitem para defesa de suas pessoas e haveres, e que poderão demorar-se no Castelo de Santa Maria quanto tempo quizerem.

Muitos outros acontecimentos e factos notáveis estão intimamente ligados às evocativas muralhas dêste glorioso padrão nacional, e que, resumidamente, irei apontando no decorrer destas ligeiras notas.

Em 1300, D. Diniz deu em dote à sua mulher D. Isabel de Aragão o Castelo da Feira, e mais tarde o principe D. Afonso, descontente com a predileção com que D. Diniz distinguia o filho bastardo Afonso Sanches, revolta-se contra o pai e toma para si êste Castelo, pondo termo às desavenças a intervenção de sua bondosa mãi a Rainha Santa Isabel.

Em 1357, D. Pedro I fez mercê da alcaidaria desta fortaleza a Gonçalo Garcia de Figueiredo, aio do infante D. João, seu filho e de D. Inez de Castro.

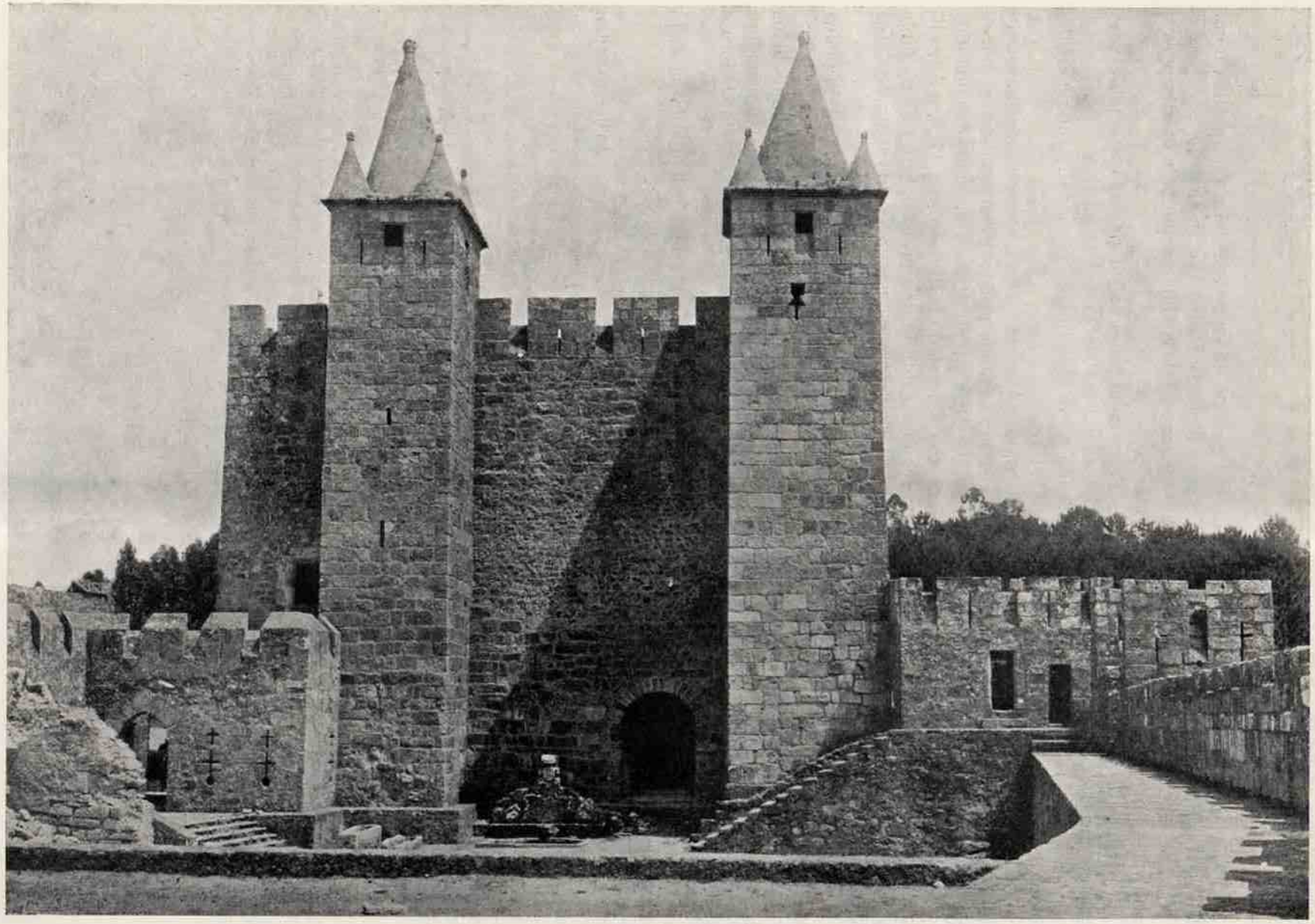
Decorreram mais alguns anos e em 1382, manda D. Fernando I que o alcaide Diogo Gonçalves entregue o Castelo da Feira a seu cunhado D. João Afonso Telo, irmão da rainha D. Leonor Teles, razão talvez porque, em 1383, sendo então alcaide Martim Correia, êste declarou-se ao lado dos reis de Castela; mas em 1385 foi tomado por Gonçalo Vaz Coutinho, pai do primeiro conde de Marialva, para o mestre de Avis, sendo depois por D. João I confiada a alcaidaria ao heróico João Rodrigues de Sá, o célebre Sá das Galés, e fazendo mercê das terras de Santa Maria, como prémio dos serviços prestados à sua causa a Álvaro Pereira, filho do célebre Rui Pereira, que tão relevantes serviços prestou a D. João.

Em 1455, quando da intriga entre D. Afonso V e o seu tio D. Pedro, duque de Coimbra, D. Afonso V escreveu a João Álvares Pereira, senhor das terras de Santa Maria, para que, com seu filho Fernão Pereira, se preparassem no Castelo da Feira contra D. Pedro.

Em Novembro de 1448, foi dado a Fernão Pereira com a obrigação de o refazer, correger e reparar os muros, paredes e tudo que necessário fôsse para a sua fortaleza e boa defesa.

A Fernão Pereira sucedeu seu filho Rui Vaz Pereira, que foi o primeiro conde da Vila e Castelo da Feira, a quem se atribue a continuação das obras que teriam sido feitas por seu pai.

Em 1700 morre o último conde da Feira D. Fernando Forjaz Pereira, passando a maior parte do condado da Feira para a casa do infantado e ficou o Castelo e tôdas as propriedades e fôros a êle vinculados pertença desta casa até 1834.



*CASTELO DA FEIRA*

Nêle se hospedou, em 1502, D. Manuel I quando de passagem para Compostela e em 1852 passaram por êle o rei D. Fernando e seus filhos D. Pedro V e D. Luís I.

Em 1580, D. António Prior do Crato utilizou-se da artilharia que nêle existia para o assalto a Aveiro, que lhe recusava a sua adesão.

Depois do século XVI o Castelo da Feira começou a sofrer profundas modificações na parte militar com o fim de embelezar e beneficiar o Palácio e seus jardins.

Em 19 de Março de 1881 foi classificado como Monumento Nacional, sendo considerado Monumento Militar em 16 de Junho de 1910.

Como se vê, o Castelo da Feira foi teatro de inúmeros factos históricos dos quais aqui damos breve notícia, e como quási todos os outros monumentos desta natureza, sofreu grandes estragos com as inclemências do tempo e com a ignorância e maldade dos homens.

Até, por infortúnio, um incêndio o deixou em estado lastimoso, em 1722, e é tradição que foi o Govêrno que mandou lançar o fôgo com intuito de inutilizar êste refúgio onde se abrigava o turbulento infante D. Francisco com sua gente, quando se turvavam dos ares da Capital.

Também o terramoto de 1755 lhe causou alguns estragos, mas felizmente de pouca importância.

O Castelo da Feira é, como já dissemos, um dos bem conservados e dos mais belos de Portugal e justo era convertê-lo num museu de recordações históricas que se prendam ao monumento e à terra que êle defendeu, ampliando-lhe assim a sua missão educadora e altamente patriótica.

Mas com ou sem museu êle deve ser conservado como gloriosa relíquia do passado e como fonte inesgotável de preciosos subsídios históricos e arqueológicos.

JORGE LARCHER

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

*O «Diário da Manhã» inseriu, no seu número de 26 de Julho último, a seguinte entrevista com o sr. dr. Augusto de Castro, em que o comissário geral da Exposição do Mundo Português afirma que os trabalhos do certame estão muito adiantados, o que assegura a certeza de que ficarão concluídos na data própria:*

«O dr. Augusto de Castro, jornalista, escritor, diplomata, homem de acção, é agora o Comissário Geral da Exposição do Mundo Português.

Tinha interêsse ouvi-lo sôbre a marcha dos trabalhos. Isso fizemos e grato nos foi poder registar, para que o grande público as conheça, estas suas valiosas informações:

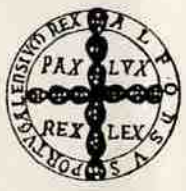
— Os trabalhos da Exposição do Mundo Português estão muito adiantados por forma a darem já a garantia daquilo que desde a primeira hora não deixei de afirmar: isto, é, que a Exposição estaria concluída e pronta a ser inaugurada na data prevista e fixada pelo sr. Presidente do Conselho: 15 de Junho de 1940. As estruturas metálicas de todos os Pavilhões estão muito adiantadas; alguns dos Pavilhões já começam a estar cobertos. Até ao começo do inverno as construções serão acabadas para se dar início aos arranjos e decorações internas que, de resto, já foram confiadas a vários artistas que nelas estão trabalhando. Cada Pavilhão histórico tem, além do seu arquitecto, engenheiro e decoradores, o seu director erudito, visto que cada um dêles representa um capítulo por imagens da história de Portugal, e a evocação histórica tem de correr paralela com a evocação artística. Todos êsses directores, que são Gustavo de Matos Sequeira, Quirino da Fonseca, Afonso de Dornelas, Pastor de Macedo, Júlio Caiola, Norberto de Araújo, têm os seus planos organizados. Convoquei uma reünião para o próximo dia 5. Nessa conferência, o plano geral e erudito da Exposição, sob o seu aspecto de decoração interna e reconstituïção histórica, ficará definitivamente assente. Os trabalhos de urbanização começaram e alguns vão adiantados. Foram abertos e estão decorrendo os concursos para a adjudicação do Parque de Atracções, dos serviços de transportes internos da Exposição, etc. Vão ser abertos concursos para adjudicação dos serviços restantes, susceptíveis de adjudicação por concurso. A Comissão Administrativa, por mim organizada e presidida, está trabalhando em pleno. Teatro, restaurantes estão em construção. O Jardim dos Poetas vai ser iniciado. Estou apenas a enumerar-lhe as realizações principais e a indicar-lhe o rítmo dos trabalhos. Uma cidade nova está surgindo em Belém, à margem do Tejo e à sombra dos Jerónimos.

— Lisboa terá, portanto, a sua Exposição em Junho de 1940?

— Sem dúvida. Já não é em nome de previsões ou promessas que se pode falar — mas em nome de realidades. Todos os elogios são poucos aos arquitectos, engenheiros e a todos os colaboradores da Exposição, que têm trabalhado dedicadissimamente. Mas é sobretudo à acção inexcedível e incansável do engenheiro Sá e Melo que tem o segrêdo de se multiplicar todos os dias em inteligência e competência e ao verdadeiro génio artístico dêsse prodigioso Cottinelli Telmo, grande entre os maiores, que se deve o êxito do enorme esfôrço despendido na realização do admirável pensamento das directrizes do sr. Presidente do Conselho, criador da Exposição A êles se deve o êxito já assegurado — e também à sombra benfazeja, sempre presente, do sr. Ministro das Obras Públicas, o mais extraordinário realizador que tenho conhecido, e a quem folgo de mais uma vez prestar as minhas justas e gratas homenagens».

## OUTROS PAISES

O grande jornal de Bucarest «Universul», que tem acompanhado com o maior interêsse quanto diz respeito às festas nacionais de 1940, publicou recentemente um longo e magnífico artigo sôbre o significado das comemorações do duplo centenário.



# NOTAS VÁRIAS

### *A PROPAGANDA NO ESTRANJEIRO DOS ACTOS CULTURAIS DAS COMEMORAÇÕES*

À medida que se aproxima o ano das celebrações centenárias, vai-se intensificando, naturalmente, a propaganda no estranjeiro das festas de 1940, sobretudo daquelas manifestações que, pelas suas características, mais podem interessar as altas personalidades de além-fronteiras.

Assim, o sr. dr. Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva dos Centenários, esteve recentemente em Genebra, Paris, Bruxelas e Haia, tratando de assuntos respectivos às comemorações e, em especial, ao Congresso do Mundo Português.

A colaboração de altas instituïções de cultura e de individualidades eminentes estranjeiras nos nove congressos do Mundo Português e nos outros actos e solenidades de carácter intelectual previstos para 1940 pode considerar-se assegurada, devendo reünir-se em Portugal, nessa data, algumas das mais prestigiosas figuras da ciência e das letras nos países da Europa e da América, além de delegações das Universidades, das Academias e dos Institutos, e de representantes das bibliotecas, arquivos e museus estranjeiros em cujos fundos existem colecções manuscritas, iconográficas e cartográficas de interêsse acentuadamente português.

Também o sr. António Ferro, director da Secção da Propaganda e Recepção, da Comissão Executiva, tratou em Nova Iorque, Londres e Paris da propaganda das festas centenárias. Nesta última cidade, avistou-se com numerosos escritores e jornalistas àcêrca da organização do Congresso da Imprensa Latina que se inaugurará em Lisboa, no dia 20 de Junho do próximo ano.

### *«OITO SÉCULOS DE HISTÓRIA»*

A Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários, que funciona no Secretariado da Propaganda Nacional, editou agora em português, francês e inglês um folheto sôbre o significado histórico das festas nacionais de 1940. Esta publicação, que apresenta uma sugestiva capa de Bernardo Marques e Fred Kradolfer, intitula-se «Oito séculos de História». Insere ainda, acompanhado de algumas fotografias dos principais monumentos ligados à história de Portugal, um resumo do programa das comemorações do duplo centenário e várias informações sôbre os meios de visitar o país.

### *TRÊS IMPORTANTES CONCURSOS ABERTOS PELA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS*

Encontra-se em plena actividade não só a construção dos diversos Pavilhões da Exposição do Mundo Português, mas também os trabalhos relativos à organização interna dêste importante certame.

O Comissário Geral da Exposição resolveu abrir três concursos públicos para a adjudicação, respectivamente, de um grande «Parque de Atracções» que será localizado nos vastos terrenos que ficam do lado de trás dos Jerónimos, de um «Parque de Atracções Náuticas», a estabelecer no «Espelho de Água» que se vai construír na zona marginal, e da «Exploração dos Transportes Mecânicos» do recinto da Exposição.

Qualquer dêstes três concursos tem inteira viabilidade comercial, não só pelas facilidades concedidas pelo Comissariado, mas ainda pelo movimento de visitantes que a Exposição terá e que se prevê seja de alguns milhões de pessoas.

O «Parque das Atracções» deve ter o interêsse e a grandeza dos parques similares das exposições internacionais.

Sabemos que o Comissariado aceitaria muito bem uma grande atracção sensacional e que fôsse de inteira originalidade. Se os interêsses de Lisboa, como grande cidade europeia, assim o exigirem, poderá até êste «Parque de Atracções» tornar-se definitivo.

O «Parque de Atracções Náuticas» deve ter muitos freqüentadores, visto que a exposição vai funcionar em pleno verão e é bem conhecido o entusiasmo de muita gente por estas diversões.

Os combóios automóveis que se pretende organizar no recinto da Exposição, à semelhança dos que funcionaram em 1937 em Paris, devem ter grande movimento, em virtude da enorme área ocupada pela Exposição e pelo desejo que todos têm de se proteger do calor e do sol.

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 9 — 30 de Setembro de 1939 — ANO I

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL — Dr. Luiz Vieira de Castro* . . . . . 1

*HISTÓRIA PARCIAL E HISTÓRIA VERDADEIRA — Dr. Rodrigues Cavalheiro* . . . . . 3

*A ESPADA DE AFONSO HENRIQUES — Dr. Carlos de Passos* 11

*CASTELOS DE PORTUGAL — Palmela e Sezimbra — Cap. Jorge Larcher* . . . . . 19

*LEGISLAÇÃO* . . . . . 23

*REVISTA DA IMPRENSA* . . . . . 23

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 26

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50

# INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

*Aproxima-se o ano de 1940 — e com êle as festas comemorativas da independência nacional, que o govêrno de Salazar, num tão alto sentido das oportunidades, decidiu celebrar com a precisa grandeza. A nenhum português pode uma tal data ser indiferente e nenhuma outra, como esta, deve inspirar a todos reflexões mais proveitosas.*

*O facto da independência portuguesa e a longa e brilhante história que o sancionou, são motivo de orgulho para todos nós, mas devem também constituir fonte de séria meditação — porque a glória, desacompanhada de raciocínio, muita vez conduz a meras ilusões sem vantagem.*

*Quando, do limbo do século XI, nasceu a nacionalidade portuguesa, é manifesto que um conjunto de circunstâncias* locais *a favorecia, desde as de carácter étnico às da geografia propícia de que Portugal disfrutava. Não se pode, evidentemente, admitir que a nação fôsse geomètricamente talhada pela simples vontade de alguns barões. Portugal, nascente para a independência, reünia de longa data as características que, mediante a acção do tempo — que as afina e confirma — tornam possível a formação de uma nacionalidade. Êsses traços peculiares, ajudados pela falta de coesão dos Estados tão própria da época em que Portugal conquistou a sua autonomia, são suficientes para explicar como o território entregue ao govêrno do Conde D. Henrique estava preparado para erigir-se em nação livre e independente.*

*Mas, sem prejuízo das condições incontestáveis do particularismo português, êrro seria supor que sôbre elas se não exerceram as grandes influências dominadoras da época. Nem se pode aplicar ao problema das origens de Portugal um critério negativista que recusa sistemàticamente o que chamaremos os dados* locais *da questão, nem se devem fechar os olhos para as influências de outra natureza que os ajudaram e lhe deram um definitivo impulso. Porque desconhecê-las no século XI, seria o mesmo que negá-las no nosso tempo — o que simplesmente significaria incompreensão, e das de mais perigosos efeitos.*

*O ilustre Menendez Pidal, ao escrever a* España del Cid, *confessou numa das páginas dêste grande e belo livro que se sentira como que forçado a incluir a história da sua pátria, no século do Campeador, dentro da história geral do Ocidente. Efectivamente, como se pode entender a Espanha do século XI sem relacioná-la com a Europa dêsse tempo? São*

*passados mil anos sôbre o período que estudou Menendez Pidal—e nós há bem pouco ainda vimos, no território espanhol, o conflito de interêsses estranhos que ali se desenrolou.*

*Ora se a Espanha do século XI tem de ser examinada à luz da política europeia da época, por maioria de razões o devemos dizer de Portugal. Hoje, como ontem, tem a nossa história de situar-se no quadro geral da política do tempo. Variaram os meios e as armas; não variaram os interêsses e as necessidades. Ao plano do que já chamámos os dados locais da questão, sobrepõe-se uma espécie de estrutura internacional, sem o conhecimento da qual é impossível julgar convenientemente da vida das nações.*

*No século XI, quando o Conde D. Henrique veio para a Península e seu sôgro o encarregou de governar sucessivamente os territórios que foram formando o Condado, é óbvio que encontrou a matéria mais propícia a uma completa independência. Mas é inegável também que as circunstâncias externas amplamente favoreceram essa ambição—e a Igreja, com a sua então dominante influência, e a França, com tantos interêsses ligados à Península, foram as fôrças essenciais que estimularam a política autonomista do Conde D. Henrique.*

*Nunca compreendi a vantagem de ignorar os factores externos na história; creio, mesmo, que dêsse desconhecimento só nos têm advindo surpresas e desconcertos. Portanto, considero que, para elucidação dos portugueses, seria necessário refazer a história nacional, passando a ter na conta devida elementos que sempre têm sido relegados para um segundo plano. Conhecer as verdades internacionais e o pêso que elas possam ter tido na vida portuguesa, não é, de modo nenhum, enfraquecer o nosso nacionalismo. É esclarecê-lo num sentido mais realista; é dotá-lo dos meios indispensáveis de apreciação; é prepará-lo melhor para o futuro. Com mais inteligência — e melhor consciência: de forma a que não tenham, apenas, fôrça sôbre nós os impulsos sentimentais e as paixões traiçoeiras que sempre nos induzem em êrro. Neste espírito é que tenho estudado alguns períodos da nossa história, dos que me parecem mais aptos a esclarecer e a prevenir os portugueses.*

*Relembro-o agora na mesma intenção. Porque, a meu ver, ao lado das fôrças interiores que nos animam e conduzem, existem elementos de outra ordem e de outra origem, com os quais devemos sempre contar no balanço das possibilidades de desenvolvimento e grandeza da Pátria.*

LUIZ VIEIRA DE CASTRO

# HISTÓRIA PARCIAL E HISTÓRIA VERDADEIRA

Importa combater algumas ideas-feitas que, a-propósito de D. João IV e da Restauração de 1640, cristalizaram no espírito de muita gente. Há, sobretudo, quatro afirmações menos exactas que, dos volumes graves de História aos compêndios de vulgarização escolar, deram volta ao nosso pequenino mundo intelectual e, durante muito tempo, passaram por verdades incontroversas. A primeira delas é a que, opondo-o psicológicamente a seu filho, apresenta o Duque de Bragança D. Teodósio como o guarda zeloso e fiel da esperança nacionalista dos portugueses, sempre pronto a reacender o facho sagrado da independência pátria, sem que para tal fôssem necessárias as solicitações de que foi alvo D. João. A segunda — divulgada com a mesma intenção de diminuir o carácter do *Restaurador* — mostra-nos D. Duarte, irmão do futuro soberano, como o candidato que, pela sua ousadia e decisão, melhor convinha aos conjurados de Xabregas e do Palácio Almada. A terceira pretende que D. Luiza de Gusmão teve um papel predominante na resolução, tomada em Vila Viçosa pelo Duque seu marido, de aceitar a coroa que lhe ofereciam os conspiradores de Lisboa. E a quarta e última das afirmações que vamos analisar atribue a D. João uma tal pusilanimidade que quási no-lo retrata recebendo à fôrça o cetro governativo, sem a mais insignificante qualidade de chefe. A verdade histórica — como vamos ver — é, todavia, bem diversa.

* * *

I — Não pretendemos diminuir o valor moral e as qualidades de carácter do pai de D. João IV, reveladas em bastantes passos da sua vida. Mas não achamos justo nem razoável que, com o fim bem visível de rebaixar a personalidade do *Restaurador*, se arvore D. Teodósio em exemplo rematado de intransigência patriótica. Há, pelo menos, três actos da sua existência que tal não autorizam e que, pelo contrário, o colocam perante seu filho em manifesta inferioridade de zêlo nacionalista:

*a* — O primeiro refere-se ao auxílio prontamente prestado ao usurpador castelhano, em 1589, contra os partidários do Prior do Crato e os inglêses que o apoiavam. Mobilizando as suas fôrças e atacando os portugueses que defendiam a independência, então personificada em D. António, o Duque D. Teodósio cometeu uma acção de que nunca seu filho poude ser acusado. Nos motins de Evora, em 1637, a atitude de D. João foi bem diferente, não lhe tendo ficado a pesar na consciência uma só gôta de sangue irmão.

zendo: — *que tinha por mais acertado morrer reinando, que acabar servindo;* palavras que os manuais da história nacional parafrasearam dêste modo: — *antes ser uma hora rainha, do que duqueza tôda a vida,* e que ficaram sendo como o traslado do pensar varonil de D. Luiza de Gusmão.» E acrescenta estas palavras de bom senso: — «O facto do Duque de Bragança ter sido a *única pessoa* que ouviu a réplica da Duqueza, que na *sua câmara fôra consultada, sem testemunhas,* tira tôda a autenticidade à eufonica resposta da Duqueza, que contava então apenas vinte e sete anos de idade e sete de pouco bem casada, sendo mais natural que ela antes ambicionasse trazer seu marido a bom caminho, do que proporcionar-lhe novas e mais fáceis ocasiões de exercer a sua versatilidade conjugal.»

Completemos o parecer de Luiz Augusto Palmeirim àcêrca da suposta e decisiva influência de D. Luiza de Gusmão na adesão do Duque de Bragança aos preparativos da conjura de 1640 com algumas observações que não nos parecem, em absoluto, destituidas de importância.

Sabe-se que o Arcebispo de Lisboa, o ilustre D. Rodrigo da Cunha, desempenhando papel predominante na conspiração que nos libertou do domínio castelhano, exerceu uma forte influência em seu sobrinho D. Manuel da Cunha, Bispo de Elvas, levando-o a aderir aos planos da conjura e oferecendo, assim, ao Duque de Bragança um sólido ponto de apoio na região alentejana. Ora, quando na entrevista célebre da tapada de Vila Viçosa, a que já aludimos, Pedro de Mendonça exortou D. João a cingir a coroa que pelos Filipes fora usurpada a seus antepassados, rezam as crónicas que a conversa teve que se interromper, sem que o Duque de Bragança tivesse dado resposta alguma concreta, porque chegara o Bispo de Elvas, que vinha de visita ao futuro soberano.

É após a saída do Bispo que D. João se resolve a comunicar a António Pais Viegas e a D. Luiza de Gusmão o que se passa, consultando-os sôbre o que devia fazer, embora já — note-se bem — *«resoluto a tentar a fortuna abraçando a empreza»* — são palavras textuais do Conde da Ericeira. Não dizem as histórias portuguesas da Restauração em que conversaram o Duque e o Bispo, mas uma obra espanhola de bastante interêsse, porque é escrita com relativa imparcialidade e geralmente bem informada (o seu autor viveu em Portugal, assistiu à Revolução e foi, até, depois, encarcerado por suspeito) dá-nos notícias curiosas sôbre o caso. Trata-se da *Historia del levantamiento de Portugal,* de Fr. António Seyner, da Ordem de Santo Agostinho da Província de Castela, impressa em Saragoça no ano de 1644.

Da sua leitura claramente se conclue que D. Manuel da Cunha oferecera ao Duque de Bragança a adesão da praça de Elvas, garantia máxima da defesa fronteiriça, o que permitiria a D. João — como veremos adiante — fazer sentir depois aos conspiradores de Lisboa, quando êles atravessavam uma das crises de desânimo em que foi fértil a conjura, que estava disposto a revoltar-se sòzinho com os povos do Alentejo e a ocupar o reino do Algarve, mesmo que a capital se não pronunciasse a seu favor. Esta atitude decidida, em pessoa ponderada e cautelosa como o Duque de Bragança, não se deve classificar de simples bravata.

ALEGORIA DA COROAÇÃO DE D. JOÃO IV

Ela devia apoiar-se, mais do que em frases de dramalhão, como a que se atribue à Duqueza D. Luiza, nalguns terços bem armados e nalgumas praças fortes razoàvelmente defendidas.

E lembremos com Ferdinand Denis o silêncio dos cronistas contemporâneos da Revolução àcêrca da, depois, tão apregoada atitude da Duqueza de Bragança. Nem a *Relação de tudo o que passou na felice Aclamação*, nem a *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal*, nem a *Restauração de Portugal prodigiosa*, de Gregório de Almeida, nem a obra de Seyner, a que já fizemos referência, nos transmitem a cena patética de Vila Viçosa. Ferdinand Denis é de opinião que nessa lacuna das narrativas coevas deve haver um motivo, cujo valor político não compreendemos. Nós inclinamo-nos a crer que, nesses escritos, existe, de preferência, sôbre tal assunto, um escrupuloso respeito pela verdade...

IV — Que a conspiração de 1640 — na expressão de Joaquim de Vasconcelos — foi «posta em cena com tôda a possível leviandade» não pode oferecer dúvidas a quem se debruçar um pouco sôbre os testemunhos da época. Ordens e contra-ordens, receios constantes, contínuas hesitações, ausência, quási até à última hora, dum plano geral de acção, — tais são as caracteristicas que oferece o desenrolar da conjura. Aos momentos de entusiasmo sucedem-se horas amargas de desalento, a vontade dos conspiradores acusa altas e baixas como um gráfico delirante de temperaturas. Só o Duque de Bragança, após haver aderido aos desejos dos fidalgos que o procuravam, permanece calmo, no redemoïnhar das paixões contraditórias que agitam os seus partidários. E quando, a poucos dias da data em que a revolta devia eclodir, se manifesta uma nova crise de incerteza e de desânimo, é êle quem impõe o cumprimento da palavra empenhada, sob pena de se revoltar sòzinho com os povos que no Alentejo lhe eram fiéis. Os textos são categóricos a tal respeito — e importa recordá-los para que não subsistam mais dúvidas sôbre tão importante ponto da história do 1.º de Dezembro.

Lê-se na *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal:* — «Chegou (João Pinto Ribeiro) a Vila Viçosa com tanta pressa, que em ida, estada e vinda, não gastou mais de dez dias; e assim estava já em Lisboa à quarta-feira, 21 do dito mez (de Novembro). Praticou com o Duque o que na matéria sabia, e lhe parecia, facilitando o cometimento da empreza, e ainda manifestando seu voto, no modo com que se havia de fazer, com tanta confiança, como se só dêle dependera a maior resolução que o mundo viu. Prometeu-se maiores coisas das que podiam caber em seu ânimo, por achar o Duque resoluto a que, em caso que Lisboa faltasse a tamanhos empenhos, se havia de pôr em campo com os povos do Alentejo, que estavam à sua devoção.»

Ouçamos agora o Dr. Gregório de Almeida na *Restauração de Portugal prodigiosa:* — «Sua Magestade deliberado já de não tornar atraz, do que uma vez intentara, se resolveu, e assim o disse a António Pais Viegas, que ainda que se movessem dúvidas, e os confederados desistissem da empreza, êle o não faria; antes com qualquer pequeno número de gente, que o quizesse seguir, sairia a campo a tentar fortuna, mostrando ao Reino a firmeza do propó-

sito, com que se resolvera, e que a sua vida, sendo necessário, havia de ser a primeira que se desse pela liberdade da Pátria, para que nunca nela se podesse notar sua fama, nem dizer-se que faltara à ocasião que desejavam.»

E, por fim, transcrevemos do *Portugal Restaurado*, do Conde da Ericeira, a confirmação dos trechos anteriormente citados: — «...e segurou o Duque a João Pinto, que se se desse caso que em Lisboa faltassem ao que prometiam, o que êle não cuidava das pessoas que lhe ofereceram, obrigadas por tantos respeitos a antepor a todo o perigo a pontualidade, que êle com os povos, que em Alentejo estavam à sua devoção, havia de tentar a fortuna saindo em campanha.»

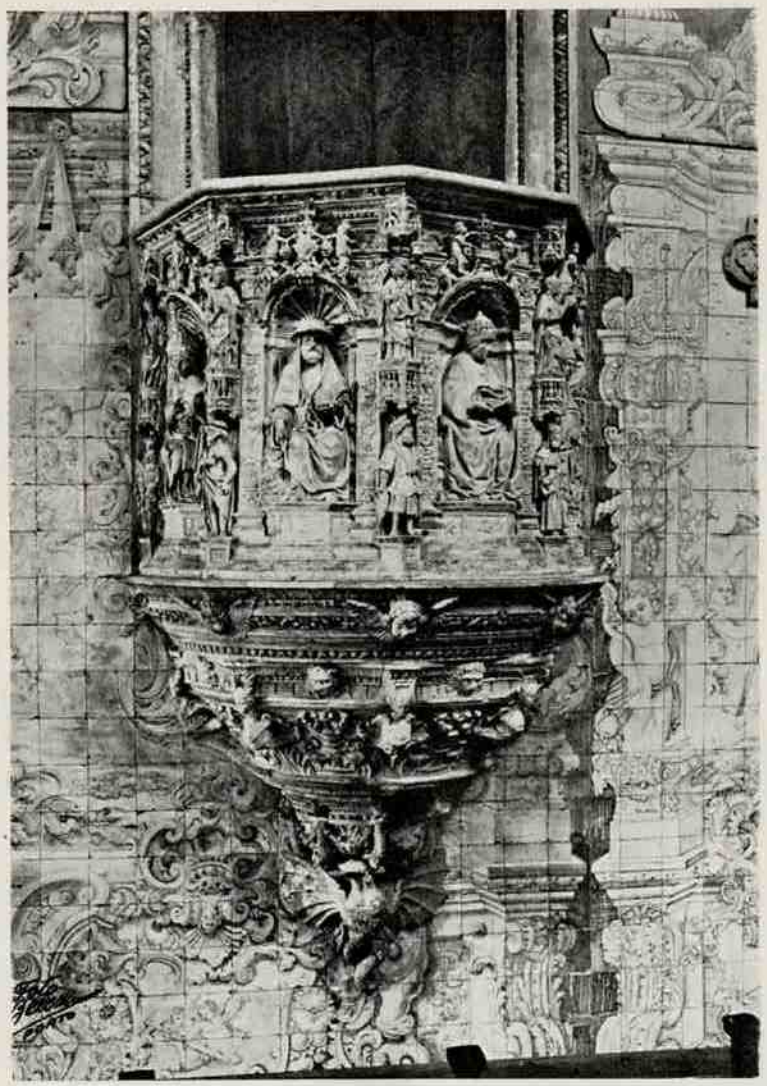
Cremos que desta forma, invocando factos não muito fáceis de impugnar, se inutilizaram as quatro afirmações, a que aludiamos, e que tanto contribuiram, divulgadas pela pena partidária de muitos historiadores, para nos darem de D. João IV uma imagem bem diferente da realidade.

RODRIGUES CAVALHEIRO

# A ESPADA DE AFONSO HENRIQUES

II

Não se trata de novamente referver o bafiento chá de Tolentino, o poeta-mendigo. A matéria vale e requere atenções próvidas, logo que elementos inéditos as propiciam, sobretudo quando haja incréus abonados e atribuições ineptas. Alguém, na verdade, empavonadamente afirmou pertencer ao século XVI a espada recolhida no Museu Soares dos Reis e de sabre a qualificou.



*PÚLPITO DA IGREJA DE SANTA CRUZ, EM COIMBRA*

Relativamente ao caso da fraude surgiu uma novidade, embora condicional: praticaram-na os cónegos de S. Vicente de Fóra e não os de Santa Cruz. Aqueles receberiam as caixas vasias (do escudo e da espada) e cheias aos segundos as despacharam. Simples conjectura? Hipótese colhida em qualquer texto venerando e hermético? Igno-

ra-se. Todavia, aceitando a fraude, ou dos vicentinos ou crúzios, repito. Singular perspicuidade e faro arqueológico revelariam os frades no solerte e meticuloso desvêlo de arranjar uma espada igual, cujo tipo, ha longo tempo desaparecera.

Às adagas inglesas do século XV, chamadas *pistos* e *anelaces* (1), equiparou alguém o género da espada afonsina. Boa idea! Melhor seria o admirar as iluminuras do Apocalipse de Lorvão, onde se vêem cavaleiros empunhando espadas idênticas à do nosso rei (2), assim como nos selos de Ricardo Coração de Leão (séc. XII) e de Henrique I de Inglaterra (1135). Do século XII também as patenteou Léon Gautier, em *La Chevalerie* (3), cuja descrição é mui aproveitável, e, também, Mauricio Lippman na obra *L'art dans l'armure et dans les armes*, com gravuras dos séculos XI a XIII (4) As espadas do séc. XIV, figuradas no livro *British and Foreign Arms and Armours*, de Carlos H. Ashdown (5), merecem atenção. Na Real Armeria de Madrid guarda-se uma bela espada do séc. XIII (6).

Veio isto a pêlo, afinal, por terem aparecido alguns novos elementos, que se não bastam, ainda, para irrevogável e definitivamente comprovar a legitimidade, certo valor manifestam — hermeneuticas e lógicas revessas àparte — em corroboração da mesma. Derivam êles dos *Autos de justificação da veneração que teve a espada de D. Afonso Henriques, feita à instancia do padre procurador geral do convento Agostinho da Serra* (7).

Antes de quaisquer observações devo explanar a matéria dêsses autos, corridos no Pôrto e no cartório da Câmara Eclesiastica, sob garantia de José Pessoa de Carvalho, notário apostólico e escrivão da mesma, por motivo de requerimento do padre procurador geral dos cónegos regulares de Santo Agostinho da Serra do Pilar, apresentado em 3 de Novembro de 1718, já com despacho do Dr. Bernardo Azevedo Carvalho, cónego prebendado da Sé e provisor pelo cabido em sé vaga. Eis o teor dessa petição:

> *Representa a V. Il.ma o procurador geral dos cónegos regrantes de Santo Agostinho que para certo requerimento lhe é necessario provar o culto e veneração com que muitas pessoas desta cidade e visinhanças vieram ao mosteiro da Serra beijar a espada do senhor rei D. Afonso Henriques como reliquia daquele que tinham por justificação na presença de Deus.*
>
> *Pede a V. Il.ma lhe faça mercê mandar tirar por testemunhas uma atestação auten-*

(1) Ignoro, com tais nomes, que armas sejam. Nenhum dicionario regista êsses têrmos, nem o *Elucidário*, de Viterbo.

(2) Algumas reproduzidas na *História de Portugal*, do Dr. Damião Peres, págs. 40, 76, 529, 530, 534 na *Ilustração Moderna*, n.º 25, pág. 185.

(3) Paris, 1884.

(4) Vidè *Revue des arts décoratifs*, 1887-88.

(5) Londres, 1909.

(6) N.º 119 do *Catálogo histórico e descritivo*, 1898.

(7) Documento existente no Arquivo do Paço Episcopal do Pôrto.

*COIMBRA — TÚMULO DE D. SANCHO I NA IGREJA DE SANTA CRUZ*

*tica do referido com toda a exacção e que o rev.º dr. promotor seja notificado para as vêr jurar.*

Depuzeram 19 testemunhas, sob juramento aos Evangelhos e cada uma assinou as declarações prestadas. Foram estas: Domingos Fernandes de Sousa, com 70 anos, morador na rua das Quingas — Padre Antonio Vareiro da Silva, com 70 anos, de Miragaia — Martinho de Afonseca, com 72 anos, morador junto da Alfandega — João Costa, barqueiro, 70 anos, de Gaia — Domingos de Almeida, barqueiro, 80 anos, de Vila Nova — Pedro Fructuoso Carneiro, 65 anos, morador sobre o muro da Ribeira — João da Silva, 69 anos, solicitador da Relação — Frei Cristovão Soares, 65 anos, prégador trino — Capitão Manuel do Couto Azevedo, 62 anos, cavaleiro de Cristo — Licenciado Jerónimo Ribeiro 64 anos, presbítero — Frei João da Graça, 75 anos, leitor jubilado de S. Francisco — Frei João da Porciuncula, 68 anos, prégador jubilado de S. Francisco — João Carneiro de Araújo, 64 anos, familiar do Santo Ofício — Padre Manuel Mendes, 81 anos, abade de S. Nicolau — Antonio Ferreira, 81 anos, do padrão de Santo Eloi — Pedro Borges, 68 anos, familiar do Santo Ofício, da rua Nova do Ferre — Padre Antonio da Esperança, 72 anos, cónego evangelista e reitor de Santo Eloi — Padre Miguel da Visitação, 67 anos, lente jubilado e cónego secular de S. João Evangelista.

Disse o 1.º: Que sendo já môço, há cêrca de 50 anos fôra com o pai, e muita gente da cidade e de fôra ao convento da Serra vêr e beijar a espada do Sr. rei D. Afonso Henriques, como insigne relíquia posta no altar-mor da igreja com tôda a veneração e pompa, a qual foi notavelmente festejada por largo tempo como relíquia daquele tam soberano monarca, por todos havido como justificado na presença de Deus Nosso Senhor, e depois levada com a mesma solenidade para o convento de Santa Cruz de Coimbra.

Declarou o 2.º: Há uns 50 anos, aproximadamente, era estudante, ouvira dizer que na igreja da Serra estava uma espada de D. Afonso Henriques e lá fôra vêl-a. De joelhos a beijou com muita mais gente. Como relíquia se venerava no altar-mor e durante muitos dias lá se conservou festejada com grande pompa.

O 3.º referiu: Que era natural de Coimbra e em Santa Cruz vira e beijara a espada, a qual, com outras relíquias, veio do Pôrto; que até Santa Margarida acompanhara a procissão de cruz alçada que as trouxera. Em tudo isto se acharam concordes os outros depoentes. Acrescentou João da Silva, porém, que anos depois fôra a Coimbra e em Santa Cruz vira a espada com muita decência. Disse mais o padre Manuel Mendes que a espada viera erguida no meio da procissão e mais tarde a vira e beijara em Santa Cruz.

Dos autos apura-se, pois, que à volta de 1670, os cónegos de Santa Cruz trouxeram para o convento da Serra do Pilar, em solene procissão de cruz alçada, a memoranda espada afonsina, em cuja igreja, no altar-mor, foi exposta à veneração dos fieis e patriotas. Que motivou tal viagem e exposição? Deploravelmente, nem uma elucidativa se encontra. As causas seriam apenas de valor pio, mais ou menos religiosas?

Em estímulos de cunho patriótico não se pode pensar, já por estarem longe os tempos difíceis de Castelo Rodrigo, do Ameixial e de Montes Claros, já por, então, consistir a vantagem em levál-a até ao Alemtejo. Alem disso, averigua-se mais — o que, na verdade, é importante — o culto votado à espada, a veneração devota que se lhe tributava férvidamente, a qual, antes, em Santarém, grandemente se manifestara, ao lá passar de volta a Santa Cruz. Se houve fraude é estranho que nem uma suspeita, aldemenos, marcasse o prestígio da arma; essa tal revela-se nos tempos modernos.

Efectivamente não concedem os autos a confirmação plena e clara da legitimidade da espada; corroboram, todavia, os elementos positivos conhecidos e por maneira deveras interessante.

São permitíveis as dúvidas daquela? Por certo. Sêl-o-ão, porém, quanto à probidade e veracidade dos autos publicados? Não. Nem se podem formular nem aceitar, visto que fôram executados com vigor legal e digna circumspecção, sendo esta comprovada pela diversidade e categoria social das testemunhas e pelo pêso dos seus invernos copiosos.

•

Não se limitaram ao já patente os referidos autos, pois outros elementos curiosos abrangem, esses relativos ao empenho duradoiro e pertinaz da canonização de Afonso Henriques, tam acarinhado pelos crúzios ao emprestarem a D. Sebastião as armas afonsinas.

Aos 29 de Novembro de 1718 na Câmara Eclesiastica o procurador geral de Santa Cruz apresentou, já com despacho do provisor, o requerimento seguinte:

> Diz o Rev.º D. Miguel do Sacramento, procurador geral da Congregação de Santa Cruz de Coimbra, que ante V. M. trata de justificar os prodígios que Deus tem obrado pela intercessão de D. Afonso Henriques para se tratar da sua canonização e, àlem do que se tem alegado, lhe é também necessário justificar que ha nesta cidade em diversas partes muitos paineis e panos decentes em que está a imagem de Cristo Nosso Senhor e de joelhos pintado o dito rei, isto quando o mesmo lhe apareceu no campo de Ourique, e assim com toda a veneração do povo são vistos em igrejas e ruas onde ha festas espirituais, sendo tais pinturas muito antigas e vistas ha mais de 50 e 100 anos.
>
> Pede a mercê de admitir a justificação do sôbre dito, citando-se o promotor para vêr, jurar e perguntar as testemunhas.

Sob juramento aos Evangelhos, prestaram declarações, registadas pelo mencionado escrivão da Câmara, os seguintes individuos: João de Pinho (com 60 anos), João Fernandes (com 68) Manuel João (60), Domingos Tavares (34), Antonio de Almeida (60), Manuel de Almeida (70), todos sombreiros da rua dos Mercadores; Luiz Ferreira da Rocha (50), escrivão da Câmara Municipal; Pedro Borges (65), sineiro e familiar do Santo Ofício.

Disse o 1.º: Que por muitas vezes e em várias festas e procissões da cidade tem visto paineis e panos decentes pintados com as figuras de Cristo e D. Afonso Henriques, esta ajoelhada, em memória de Aquele lhe ter aparecido em Ourique, os quais eram muito venerados pelo povo. Isto mesmo confirmaram os outros. O 2.º, porém, julgou esses paineis como tendo mais de 100 anos e Pedro Borges considerou-os com mais de 150. Acrescentou Manuel de Almeida que o significado dos paineis era o de proclamar santo o rei conquistador.

Abundantes fôram no país as pinturas dêsse género, até em azulejos reproduzido (1), conto e feito da lenda do milagrento e pasmoso combate de Ourique, a qual fomentou a prodigiosa fantasia patriotica de Frei Bernardo Brito e vigorosamente se arreigou, por mórbido sentimentalismo nacional, não alheado, por certo, das estrofes camoneanas (2).

De modo singular, devéras ressalta o perdorável e afincado empenho dos crúzios na canonização de Afonso Henriques (3). Com o perdimento inglório del-rei D. Sebastião não ficaram malogradas as suas esperanças. No ânimo dos cónegos sempre latentes subsistiram, à espera de boa oportunidade. Logo, é de crêr que inspirassem o propagamento da veneração da espada afonsina, constante dos *Autos*.

Definitivamente não resolvem o problema da genuinidade os novos documentos. Não se negará, porém, que constituem uma interessante achega para a história da espada.

Até prova em contrário, mantenho o asserto expendido: a espada existente no Museu do Pôrto é verdadeira: é a que por Afonso Henriques foi brandida nos combates nacionais.

CARLOS DE PASSOS

---

(1) V. g. os da matriz de Castro Verde (séc. XVIII). Vd. in *Portucale*, n.º 35, o artigo *Ainda a batalha de Ourique*, do general Victoriano César.

(2) Canto III, estâncias 44 a 54.

(3) Herculano atribuiu ao afecto nacional a auréola de Santo que logrou Afonso Henriques e a pretensão fervente de obter de Roma para o valente conquistador a corôa devida à resignação do mártir Vd. *História de Portugal*, III, 134, 8.ª ed.

FOraõ muitas,e heroicas as virtudes,q̃ exercitou o Senhor Rey D. Affonso Henriques,primeiro Monarcha de Portugal:e toda a sua vida foi prodigiosa. Seus Pays alcançáraõ do Ceo ter este Filho pelas oraçoẽs de S.Joaõ Cerita. A Virgem N.S.lhe deú saude perfeita,tendo elle nascido aleijado No Campo de Ourique lhe appareceo Christo N.S.,promettendo-lhe a victoria dos Mouros,naõ só naquella batalha,mas em todas as mais,q̃ tivesse contra os infieis: estabeleceo nelle,e nos seus Reaes descendentes hum Imperio permanente,para q̃ o seu santo Nome fosse levado a Naçoẽs estranhas.Nas batalhas,que emprendeo contra os inimigos da Cruz de Christo,dos quaes alcançou admiraveis victorias,(sendo naõ menos de trinta os Reys,e hum milhaõ e quinhentos mil os Combatentes vencidos)o ajudáraõ visivelmente muitas vezes Maria SS.,e os Santos Anjos.O tempo, que restava a este excellente Princepe de pelejar,e de acudir ás obrigaçoẽs de Rey,q̃ cumprio perfeitamente, gastava orando,e em exercicios de piedade, e devoçaõ. Instituio as Ordens Militares de Avís, e de Ala. Levantou,e enriqueceo muitos Conventos,e Igrejas,que por todas chegáraõ a 150,e fez notaveis Fabricas.Foi particular devoto da Rainha dos Anjos,fazendo-lhe tributario o Reyno,e ao Princepe dos Apostolos S.Pedro, e á S.Igreja Romana, de quem foi Filho obedientissimo.Teve particular trato,e amizade com S.Theotonio,S.Bernardo,e outros Varoẽs illustres em santidade. Morreo com opiniaõ de Santo , e foi Deos servido fazer por sua intercessaõ muitos milagres por continuados seculos depois do seu felice transito.

Os Escriptores Portuguezes se lamentaõ do descuido,q̃ tem havido em se procurar a sua Canonizaçaõ.O Senhor Rey D.Joaõ III.a quiz intentar,e se fez a este fim no seu tempo hum Processo das virtudes, e prodigios do Veneravel Rey; porém naõ tiveraõ effeito estes santos desejos,porque foi Deos servido levar para si a El-Rey D.Joaõ III.E parece quiz N.S.reservar esta gloria para o Augustissimo Senhor Rey D.Joaõ V.,que tem mandado tratar presentemente em Roma da sua Beatificaçaõ:o q̃ se faz publico neste papel,para q̃ toda a pessoa,q̃ tiver noticia de algumas Imagens do Virtuoso Rey D.Affonso,ou de culto,respeito,veneraçaõ publica,ou particular,que se lhe tribute:ou tiver,ou souber de alguns livros naõ impressos, ou qualquer genero de documentos,e papeis manuscriptos,e ainda livros,e papeis impressos,se forem raros,q̃ fallem do Veneravel Rey,queira por serviço de Deos, e de Sua Magestade,por honra da Naçaõ,e pela muita obrigaçaõ, q̃ todos os Portuguezes devem ter a este nosso primeiro Libertador,dar parte do q̃ tiver,ou souber: o que cada hum poderá fazer cõmunicando-o por si, por via dos seus Parochos, ou por quem lhe parecer, aos Senhores Ordinarios das suas Dioceses,ou aos Prelados das Casas Professas,e Collegios da Companhia de Jesus,ou de Mosteiros de Conegos Regulares de Santo Agostinho;ós quaes todos tem aviso,para remetterem as noticias,q̃ se lhes [illegible]em,em ordem a se mandarem para Roma.Adverte-se que se naõ tirará a cada hum os seus papeis, ou livros , mas só os traslados: que se mandaráõ fazer,sem que dispenda cousa alguma a pessoa,que os tiver,e mostrar,

*REPRODUÇÃO, EM TAMANHO NATURAL, DUM DOCUMENTO DO REINADO DE D. JOÃO V, — TENTATIVA PARA A CANONIZAÇÃO DE D. AFONSO HENRIQUES*

*(Gravura de O. Cor — Espécie iconográfica da colecção do Ex.mo Sr. Dr. Vasco Valente — Director do Museu Nacional de Soares dos Reis)*

# CASTELOS DE PORTUGAL

## PALMELA E SEZIMBRA

No programa das próximas festas dos Centenários, está incluído um número deveras sugestivo e interessante, que terá realização dentro das velhas e antiquíssimas muralhas

*CASTELO DE PALMELA*

do vasto castelo de Palmela. À sombra desta fortaleza reünirão os actuais dignatários da ordem de S. Tiago para reviver os gloriosos fastos desta nobre ordem, que tão altos e prestimosos serviços prestou a D. Afonso no alargamento do território e consolidação da nacionalidade.

Feliz idea de alto significado patriótico que se estenderá aos castelos de Aviz e Tomar, onde se juntarão respectivamente os membros das ordens de Aviz e de Cristo, qualquer delas de nobilíssimas tradições históricas.

Ocupamo-nos, hoje, dos castelos de Palmela e Sezimbra, dois velhos monumentos militares de glorioso passado e padrões indeléveis da nossa admirável história.

Palmela era um forte e amplo castelo que D. Afonso Henriques tomou aos árabes em 1147 e que, pouco tempo depois, deixou de estar na posse dos portugueses, voltando a ser reconquistado por D. Afonso em 1165. No reinado seguinte foi novamente atacado e destruído, sendo reedificado por D. Sancho I, que dele fez doação, em 1186, à ordem de S. Tiago. No reinado de D. João I, foi transferida para esta fortaleza a cabeça do mestrado desta gloriosa ordem que D. Afonso Henriques introduziu no reino em sinal de reconhecimento pelos serviços prestados quando esteve cercado em Santarém.

Êste fortíssimo castelo está situado no alto de um monte, alongado na direcção nascente-poente e foi no dizer de Herculano, «uma excelente base de operações para prosseguir a guerra na província de Al-Kasar, e podia considerar-se como a chave do território que se dilata entre a baía do Sado e do Tejo e, por consequência, como servindo de atalaia ou pôsto avançado dos territórios de Almada e Lisboa.»

A primitiva fortificação foi envolvida e alargada no reinado de João I, abrangendo o recinto do lado Nascente, os edifícios anexos, a tôrre de menagem e a igreja de S. Tiago.

Posteriormente já no reinado de D. Pedro II, uma nova construção de muralhas veio envolver as anteriores ampliando esta fortaleza e procurando assim reforçá-la pelos lados em que o terreno era mais acessível. A esta obra se refere a inscrição existente sôbre a porta principal do castelo. Também D. Jorge de Melo, em 1608, fez importantes obras nas quais dispendeu muitos milhares de cruzados da sua fazenda. Dentro do recinto da fortaleza ficava também a igreja de Santa Maria do Castelo.

Foi nesta fortaleza, no fundo da tôrre de menagem, que esteve encerrado o bispo de Évora D. Garcia de Meneses, filho do Conde de Viana, D. Duarte de Menezes, implicado na tentativa de assassínio contra el-rei D. João II, e que naquela lúgubre masmorra acabou os seus dias.

Na igreja do convento, que como dissemos D. João II fundou, mas cujas obras só terminaram em 1482, no reinado de D. João II, jazem muitos mestres, priores-mores e cavaleiros da ordem de S. Tiago, encontrando-se ainda nas ruínas desta igreja a urna funerária do mestre da ordem D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra. Na igreja e no refeitório ainda existem também alguns interessantes azulejos seiscentistas.

Em 1834, com a extinção das ordens religiosas, ficou deserto o convento, e desde então, tanto êste edifício como o castelo pròpriamente dito, começaram sofrendo as conseqüências do impiedoso abandono a que foi votado.

Quando do terramoto de 1755, teve grandes estragos, causando pena ver o estado de

ruína a que chegou esta vasta e quási inexpugnável fortaleza, se bem que pobre de arquitectura, rica de recordações históricas e de valôr pela situação estratégica e pela sua robustez.

*CASTELO DE SEZIMBRA. ENTRADA PRINCIPAL*

*
* *

A alguns quilómetros de Palmela, num alto de um cêrro, numa situação magnífica, está situada a velha fortaleza de Sezimbra de remota fundação.

Muita gente engloba na designação de Castelo de Sezimbra, não só a fortaleza, propriamente dita, como também o conjunto da muralha que cinge o planalto onde assentava outrora a antiga Vila posteriormente transferida para o local onde ainda se encontra, junto ao mar.

Dominando o castelo, sobressai a forte tôrre de menagem, do eirado da qual podemos admirar um lindo e vasto panorama. O pavimento superior desta tôrre é sustentado por uma abóbada artesoada, assentando as extremidades dos arcos em quatro colunas encostadas a cada um dos ângulos interiores da sala.

Além da tôrre de menagem, três tôrres de menores dimensões guardavam a cêrca fechada por altas muralhas com as suas ameias e seteiras, e outras duas defendiam a porta principal do Castelo.

É amplo o planalto fortificado, onde se abrigou em remotos tempos numerosa população, e dentro dêle, hoje, só se encontra digno de nota a igreja de N. S. da Consolação do Castelo, da segunda metade do século XII,

*TÔRRE DE MENAGEM DO CASTELO DE SEZIMBRA*

reedificada em 1613, duas cisternas e perto de uma delas as ruínas da antiga casa da Câmara.

O Castelo está bastante arruinado devido à acção do tempo e à ignorância dos homens.

A uma das grandes destruições que êle sofreu se refere a bula do Papa Urbano, dada, em Perúsia, no décimo ano do seu pontificado, XV Kalend Februarii (1388). Também em 1755, em consequência do terramoto, algumas pedras cairam das suas muralhas. No decorrer dos séculos, várias reparações recebeu e recentemente obras de restauro importantes lhe fôram feitas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Causa tristeza saber que esta fortaleza tem sido tão impiedosamente tratada, só à vista das suas ruinas seria difícil fazer a sua reconstituição, mas elementos importantes encontramos no termo da visitação do castelo e fortaleza da dita vila de Sezimbra, que facilitarão a sua reconstrução.

É êste castelo de antiquíssima fundação, tendo sido tomado aos mouros por D. Afonso Henriques em 1165, sendo mais tarde reedificado em 1200 por D. Sancho I, que repovoou a povoação, concedendo-lhe grandes privilégios.

Em 1199, chegaram muitos franceses que vinham combater contra os mouros e povoar as terras que careciam de habitantes, sendo Sezimbra uma das que foi povoada por indicação de el-rei, conforme se vê da carta a que se refere Frei Francisco Brandão, na Monarquia Lusitana.

Aqui fica a resumida história de dois dos mais bem conservados Castelos do distrito de Setúbal e que, como quási todos os outros, atestam o esfôrço desta raça de heróis e de mártires que soube lutar e vencer, tendo sempre por guia o nobre ideal do grande amor à Pátria.

O restauro e conservação dos Castelos portugueses torna-se indispensável e urgente, assim como a publicação de leis severas que punam os atentados contra êstes veneráveis e evocativos padrões das nossas glórias, testemunhas mudas de brilhantes feitos e de valorosas e notáveis acções, que são o orgulho da raça portuguesa.

JORGE LARCHER

# LEGISLAÇÃO

*DECRETO N.º 29.864*

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24.914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, o seguinte:

Artigo 1.º — É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito especial da quantia de 200.000$, destinado à satisfação dos encargos com a edição monumental da obra sôbre pintura portuguesa primitiva, devendo a mesma importância constituir a alínea c) do n.º 1) do artigo 465.º, capítulo 3.º, do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios, sob a rubrica de: «Para satisfação dos encargos com a edição monumental da obra sôbre pintura portuguesa primitiva, prevista no programa da Comissão Nacional dos Centenários».

Artigo 2.º — É anulada a importância de 200.000$ na alínea b) do n.º 1) do artigo 842.º, capítulo 6.º, do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o actual ano económico.

Êste crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18.381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 31 de Agôsto de 1939. — António de Oliveira Salazar — *Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

*O ilustre escritor e académico sr. embaixador Dr. Alberto de Oliveira publicou no jornal* «Diario de Noticias», *de Lisboa, o interessante artigo* «Portugal e a Academia de Itália», *que a seguir transcrevemos:*

«A Real Academia de Itália, fundada por Mussolini, foi também por êle alojada nas maravilhosas salas da *Farnesina*, uma das joias de Roma. Não é um palácio grandioso e severo como são quási todos os romanos: é uma leve e graciosa casa de campo, talvez o que os Franceses no século XVIII chamariam *une folie*, rodeada de jardins edênicos, mandada construir na Renascença, numa das mais formosas margens do Tibre, por Agostino Chigi, banqueiro dos Papas e chefe de uma família que mais tarde se alçou até à cadeira de S. Pedro. Para a construção e ornamentação dessa vivenda o seu proprietário entendeu-se com Rafael, com Peruzzi, com Júlio Romano, com Sodoma, com todos os grandes pintores da época: e são os luminosos «frescos» dêsses magos da Arte, bem merecendo o nome até pela imortal juventude que exalam e pelo sabor pagão da sua beleza, que continuam a resplandecer naquelas salas, simples molduras deles, onde se reünem agora os academicos de Itália. A *Galateia* e o romance ou fábula dos amores de *Psiché e Cupido*, de Rafael, o quadro das núpcias de *Alexandre e Roxana*, de Sodoma, enchem-nos e electrizam-nos os olhos e de certo desviarão para longas distrações os participantes nos debates academicos que os tiverem em frente.

Foi para essas salas deslumbrantes da Academia que Luigi Federzoni, seu presidente de hoje, me convocou em 5 de Junho último, no intuito de me pôr em contacto com os seus consócios, ainda presentes em Roma, e para me dar melhor conhecimento das homenagens que, por nobilíssima iniciativa sua, vão ser prestadas a Portugal no ano próximo, por ocasião do Duplo Centenário.

Há meses já que, ao assumir aquela presidência,

Federzoni endereçou à nossa Academia das Ciências uma calorosa mensagem, lida em sessão solene em que também fiz uso da palavra. Logo depois os jornais noticiaram que o alto instituto cultural romano ia preparar, para as nossas festas de 1940, uma obra especialmente consagrada às relações luso-italianas desde a pre-história até aos nossos dias, colaborada por alguns dos seus membros e por outros especialistas de Itália. E eu, que desde 1930 mantenho com Federzoni afectuosas relações, e que o tive também agora como presidente do Congresso do Instituto Colonial Internacional a que fui assistir a Roma, logo lhe disse que, na dupla qualidade de academico lusitano e de antigo presidente da Comissão dos Centenários, era meu propósito exprimir-lhe, e aos demais membros da Academia italiana, o nosso reconhecimento, que não tinha dúvida seria o de todos os Portugueses, pela espontaneidade absoluta e pelo alto significado das suas manifestações para connosco, resolvidas antes de qualquer convite e longe de qualquer directa ou indirecta sugestão.

Federzoni quis dar maior amplitude ao meu desejo e ofereceu-nos, a minha mulher e a mim, um chá festivo nas salas da *Farnesina*, onde reüniu, com bastantes academicos, algumas senhoras ao redor da Signora Federzoni e o dr. Lobo de Avila Lima, nosso ministro em Itália. Ali encontrei o glorioso Mascagni, de cujas melodias guardam fiel memória os nossos ouvidos, os consagrados escritores e jornalistas Ugo Ojetti e Lucio d'Ambra, o chefe do futurismo Marinetti, os grandes escultores Canonica e Selva, o professor Giulio Bertoni, filólogo eminente e devotado às antigas literaturas hispanicas, o autor e crítico dramático Renato Simoni, o helenista Ettore Bignone, tradutor de Teócrito e de Sófocles, os historiadores e filósofos Pettazzoni e Orestano, o antigo ministro e reputado economista de Stefani, o compositor Francesco Cilea, o médico-higienista Dante De Blasi, o dr. Pellati, chanceller da Academia, grande amigo e admirador do nosso José Leite de Vasconcelos.

Abriu a reünião Federzoni em magnífico discurso que foi um hino de louvor a Portugal, ao seu passado imorredoiro como ao seu presente que tão fecundamente prepara o seu alto futuro. Da bôca do orador brotaram harmoniosas palavras de solidariedade latina, tão compreensivas do esfôrço de reconstrução realizado por Salazar como regozijadas de vêr em nós renascer mais uma Nação ligada à sua por mil afinidades de raça e de história. E a seguir, e depois das devidas referências às comemorações de 1940, o presidente Federzoni leu-nos o índice do volume que está em preparação e com que a Academia da Itália vai associar-se à nossa festa, em condições tão excepcionais que a sua adesão, direi eu, melhor deverá chamar-se colaboração.

Esse índice contém 33 capítulos. Não os reproduzirei aqui todos mas mencionarei os mais importantes. Depois dum prefácio de Federzoni e dum estudo sôbre as relações pre-históricas entre as duas Penínsulas, a obra ocupa-se da província romana da Lusitânia e da reconquista cristã. Mafalda de Sabóia, primeira Raínha de Portugal, o papa português João XXI, a colaboração italo-portuguesa nas grandes explorações geográficas e na cartografia nautica, os Portugueses na Etiópia, Camões e os grandes poetas quinhentistas italianos, Sá de Miranda e a Itália, André Sansovino em Portugal, a influência do Renascimento e do Barroco italiano na arte portuguesa, Paulo III e os Portugueses na difusão do Cristianismo nas Índias e no Extremo-Oriente, as relações políticas entre o Piemonte e Portugal, Carlos Alberto no Pôrto, os poetas e prosadores portugueses de hoje, a Rainha D. Maria Pia, o corporativismo na Itália e em Portugal, a obra salazarista em todos os seus aspectos — creio serem os principais assuntos versados. Mas suponho que o serão também a figura de Santo António, que liga Lisboa a Pádua, e a do almirante genovês Pezagno, que fundou e organizou a nossa Marinha.

Trata-se, pois, de um estudo tão completo quanto possível, e logo da enumeração dêsses capítulos resulta a impressão de que estes dois países, que às vezes nos parecem distanciados pela geografia, estão constantemente entrelaçados na história. Assim o disse, nas breves palavras com que agradeci o discurso de Federzoni. Afirmei que o meu País continua a ser a sentinela latina do Atlântico, dêsse Atlântico que os mapas italianos de há dois séculos ainda chamavam *mare di Portogallo*. Pus uma vez mais em relêvo o carácter eminentemente espiritual e cristão das nossas empresas marítimas, refutando aquele autor moderno que pretende explicar essas empresas por esta frase materialista e mercantil: «*Au commencement c'étaient les Epices...*». Bem ao contrário, ao princípio era o Verbo, como no Evangelho, e o heroísmo ao serviço da fé foi e continua a ser o lema das duas Nações ibéricas. Dei todo o meu aplauso aos esforços culturais da Itália para congregar os ramos dispersos da Latinidade, cuja acção no Mundo não está esgotada, e terminei resumindo, o mais brevemente que pude, o programa das comemorações do Duplo Centenário, tal como o traçou a pena erudita e brilhante de Jú-

lio Dantas, e fazendo votos para que a Itália, nas suas figuras mais representativas, assista a elas e siga para connosco o exemplo honroso da sua Academia.

E entre aclamações unânimes nos separámos. Creio, também, que todos os meus leitores apreciarão no que ela vale esta lisonjeira homenagem de que foi objecto Portugal, e simples testemunha quem estas linhas escreve. Só posso acrescentar que nem a *Galateia* de Rafael, que me namorava de perto, me impediu de ouvir com reconhecimento tão gratas palavras e saudações.

* * *

Tive sempre Federzoni na conta dum ardente Latino e dum amigo sincero do nosso País. Quando o conheci há nove anos era êle presidente do Senado, como ficou sendo até suceder a Marconi na presidência da Academia, e logo foi das personalidades oficiais da nova Itália com quem tive mais agradável e seguido contacto.

Num dos meus regressos de Lisboa preguntou-me êle se as suspeitas portuguesas acêrca das aspirações coloniais da Itália estavam dissipadas. Respondi-lhe que nunca as tiveramos. E logo êle: «Li isso nos jornais, mas ainda bem que os jornais não falaram verdade, como por vezes lhes sucede. Como poderia Portugal duvidar das intenções para com êle duma nação que, melhor que nenhuma outra, o pode compreender? Não seria êle digno da raça a que pertence, nem da história que criou com os seus feitos, se perante quaisquer cobiças alheias, em matéria colonial ou em qualquer outra, a sua atitude não fôsse irredutível como tem sido sempre, como seria a nossa no seu lugar, e que é a única compatível com a sua honra. Para alguma coisa nos corre nas veias o mesmo sangue: e não nascemos, nem uns nem outros, para a abdicação ou para a renúncia».

Estas palavras foram ditas com o mesmo calor das que ouvi agora, emanando dos mesmos labios, na reunião da *Farnesina*. Não as esqueci. Nunca as ouvi melhores em bôca estranjeira. E elas podem até certo ponto dar luz sôbre a iniciativa tomada pela Academia de Itália, antes de qualquer outra, nesta hora inicial da nossa festa, e de qualquer modo obrigam a nossa sensibilidade e o nosso patriotismo.»

# IMPRENSA BRASILEIRA

*O ilustre escritor sr. dr. Gustavo Barroso, da Academia Brasileira, publicou no interessante semanário* Fon-Fon, *do Rio de Janeiro, em 15 de Julho último, um artigo intitulado:* «À glória de Portugal», *que gostosamente arquivamos nas páginas desta Revista.*

«Lançando-se ao alvorecer do Renascimento na Grande Aventura Marítima que o cobriu de glória, Portugal mudou, não sòmente os rumos do próprio destino, porém os rumos da civilização. Basta um rápido olhar sôbre uma carta antiga para se compreender e sentir o que foi a ação de Portugal na constituïção do mundo moderno.

Quando a cortina de aço das armas muçulmanas fechava a Europa o caminho do Oriente, foram as marchas de flanco, os desbordamentos, como se diz em linguagem militar, da heróica maruja portuguêsa que zombaram das duas frentes que dividiam os povos — o Islam e o Continente Americano, e, achando terras novas, trouxeram ao Ocidente as riquezas orientais. Vasco da Gama, em 1498, contorna o Cabo da Bôa Esperança e chega às Índias, encontrando a Passagem de Sudeste. Pedro Álvares Cabral, em 1500, inflete para Sudoeste e acha o Brasil. Gaspar Côrte Real tenta a Passagem de Noroeste em 1501. Fernão de Magalhães, com navios espanhóis, realiza a Passagem de Sudoeste, em 1520. João Martins, a de Noroeste, em 1588. David Melgueiro, a de Nordeste, em 1601. E outros continuam essas marchas iniciais: no século XVI, Afonso de Albuquerque, refazendo em sentido contrário a navegação de Nearco, almirante de Alexandre, António de Abreu e Francisco Serrão, passando o estreito de Malaca, Jorge Álvares, chegando à China, António da Mota, alcançando o Japão; no século XVII, Godinho de Erédia, explorando a Insulindia atrás do Chersoneso Aureo de Ptolomeu, João Vaz de Torres, passando entre a Austrália e a Nova Guiné, Pedro Fernandes de Queiroz cruzando a imensidão do Pacífico.

As grandes fôrças anti-cristãs que se instalaram primeiro na Holanda e depois na Inglaterra, usando o protestantismo como poderosa arma contra os grandes impérios marítimos católicos, dilatados pelo Poder da Fé, a-fim-de se apoderarem do ouro e governarem o mundo, têm procurado apagar na história tão altos feitos. Aos nomes dos heróis portuguêses que afrontaram os gêlos do Septentrião para o Noroeste e para o Nordeste substituiram os de anglos, bátavos, escandinávos, que a toponimia perpetua: Ross, Franklin, Baffin, Barentz, Willou-

ghby. Mas quem de facto conhece a história sabe lêr nêsse palimpsesto geográfico os velhos apelidos dos grandes marinheiros de Portugal.

Essa glória extraordinária não é hoje apanágio sòmente da Ocidental Praia Lusitana ; é apanágio da Raça que dali se espalhou pelo mundo nas altas caravelas crucigiadas de cinábrio. Onde quer que palpite uma gôta de sangue português nessa faceta rubra refulgirá o brilho da Glória sem par de seus maiores. No Brasil, nem se fale! O Brasil é o Morgado de Portugal, a sua esplêndida continuação no Espaço e no Tempo.

«Em 1940 essa Glória, nascida ao fulgor dos brunidos capêlos dos Afonsos e dos Sanchos, no ano da Graça de 1140, afirmada ao lampejar das espadas dos Namorados e dos Conquistadores, coberta mais de meio século pelo sudário das areias marroquinas e rediviva em 1640 com o Duque de Bragança, e rejuvenescida em nossos dias pelo génio de Salazar, essa Glória completa oito centenários de Grandeza e três séculos de Ressurreição.

Dela e sòmente dela recebemos as profundas fôrças morais com que construimos uma Grande Pátria. Glorifiquemo-la!»

## OUTROS PAISES

O «Brandenburger Anzeiger», de Brandenburgo, publicou recentemente um longo artigo àcêrca das comemorações do Duplo Centenário, assinado pelo seu correspondente em Lisboa, Demiani.

É dêsse artigo o seguinte período, notável pela compreensão que o autor demonstra do caso português:

«Com êstes festejos nacionais salientam-se principalmente três coisas: primeiro — a evolução, através de oitocentos anos, de um país que, a-pesar-da sua relativa pequenez (89.000 quilómetros quadrados), desempenhou na história universal um papel completamente independente, além de singular, e que ao contrário de todos os outros povos europeus, não modificou desde o seu início, sensivelmente, as suas fronteiras; segundo — a estreita união política da Metrópole com as suas consideráveis possessões coloniais (2.084.000 quilómetros quadrados), donde resulta a indestrutível unidade nacional; finalmente — a união cultural do antigo Império português, Império êste que continua a existir, a-pesar-da separação da grande República irmã, do Brasil, com a qual ainda hoje abrange uma extensão de mais de 10 milhões de quilómetros quadrados, ou seja uma superfície superior à da Europa».

* * *

A revista «El Gráfico», que é a mais antiga publicação no género existente na Colômbia, inseriu, num dos seus últimos números, longo e notável artigo sôbre a Exposição do Mundo Português em 1940.

Êsse trabalho é da autoria do sr. dr. José Domingos Arias Barnal, grande amigo do nosso país e personalidade em relêvo na Colômbia, a cuja Academia de Jurisprudência pertence. É também sócio da Academia Brasileira de Criminologia e do Centro de Altos Estudos Americanos.

O artigo termina com os seguintes periodos:

«No momento em que todo o mundo estremece ante a ameaça constante da guerra, Portugal, com a sua Exposição, será uma lição viva de quanto pode a raça latina empreendedora e enamorada de impossíveis. Nos suaves contornos de Lisboa, poder-se-á admirar as suas figuras preclaras, as suas glórias imortais. Constituirá assim um oásis de paz e de sonho que recordará a todos os visitantes o que pode e o que vale o povo de maiores glórias que há no orbe».

# NOTAS VÁRIAS

### *OS TRABALHOS DA SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS*

Prosseguem activamente os trabalhos da Exposição do Mundo Português, uma das mais importantes manifestações das festas Nacionais de 1940.

Na «Secção Colonial», sob a orientação do sr. capitão Henrique Galvão, estão já concluídos dois pavilhões e as habitações para os indígenas, devendo todos os outros edifícios estar cobertos até ao fim do próximo mês, para depois se iniciarem os trabalhos de decoração interior e a colocação dos documentos que a êles se destinam.

Oe edifícios já concluídos são a «Capela e Casa das Missões» e a «Direcção Técnica» daquela secção, ambos da autoria do arquitecto Vasco Regaleira, que

*RUA DE MACAU, NA SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS*

tem como auxiliares nos trabalhos da Exposição o arquitecto Amaral e o agente técnico de arquitectura Carlos Freire.

O primeiro dêstes edifícios é a tentativa da criação de um estilo arquitectónico colonial português, baseado nos ensinamentos que nos foram dados pelos nossos antepassados, adaptando-os á vida moderna e ás suas necessidades.

Foi edificado num dos mais lindos e apropriados recantos do Jardim Colonial e compõe-se de uma capela com claustro e um pavilhão anexo, onde será feita a demonstração da assistência religiosa e em prol da civilização dos indígenas.

O segundo, «Direcção Técnica», é um tipo de casa colonial, depois de estudadas escrupulosamente as condições de vida a que se destina. É uma habitação de colono, onde não falta o lindo jardim, com pérgola o lago, painéis de azulejos e ferros forjados regionais.

Entre os pavilhões mais adiantados, figura o «Museu de Arte Indígena». É um estudo de moderna arquitectura colonial, da autoria do arquitecto Melo Breyner, que tem como auxiliar o agente técnico de arquitectura José Bastos.

Neste museu, serão reunidos os mais interessantes trabalhos manuais indígenas que constituirão uma expressiva demonstração do seu valor artístico.

Também da autoria do arquitecto Melo Breyner é a fachada do palácio principal da «Secção Colonial», em cujo rés-do-chão e num pavilhão das traseiras, ficará a representação de «Caça e Turismo».

Êste trabalho resultou da necessidade de adaptar uma «frente» de linhas simétricas e equilibradas, obedecendo a um eixo principal, a uma fachada sem simetria e equilíbrio.

A entrada foi colocada ao centro da nova fachada, no tôpo de uma escadaria em mármore, entre dois lagos.

Neste importante pavilhão, serão reunidos preciosos documentos da fauna colonial, dos processos de caça e documentários das belezas naturais do nosso Império.

Um dos principais atractivos da «Secção Colonial» será a rua da Índia, realizada pelo arquitecto Vasco Regaleira.

Estão ali fielmente reproduzidos o Arco dos Condenados ou de Nossa Senhora da Conceição, a Capela de S. Francisco Xavier e o Pagode de Xiola.

Àparte estas reconstituições, todos os outros edifícios obedeceram a um estudo minucioso dos estilos arquitectónicos índio e português, pretendendo, assim, o seu realizador dar uma visão tão exacta quanto possível dos traços característicos de uma artéria de cidade indiana, com as suas fachadas apalaçadas do século XVII, estilo arquitectónico indo-português, tal como existe em Goa.

Nesta rua, funcionarão várias lojas, onde naturais da Velha Goa venderão artigos orientais.

A construção do grande pavilhão de «Angola e Moçambique», da autoria do arquitecto António Lino, está também muito adiantada.

É um traço arquitectónico indígena, adaptado á moderna arquitectura. Será coberta de colmo e terá ao centro um corpo circular ladeado de colossos negros.

A Emissora Nacional tem também a sua representação nesta secção da Exposição do Mundo Português.

É um edifício com carácter africano, tendo, como nota predominante, uma cúpula em estafe, suportada por 9 gorilas. Ao centro, um grande quadrilátero e em cima as armas da Emissora Imperial, representando o Mapa Mundo.

Êste edifício é da autoria do arquitecto Vasco Regaleira, realizador também do monumento aos Escritores Coloniais Portugueses que será colocado junto a um lago, onde se projecta, e que terá gravado o nome de Wenceslau de Morais e por baixo a inscrição «aos escritores portugueses».

O pavilhão da Guiné, do arquitecto Melo Breyner, é em arquitectura colonial de linhas modernas e encontra-se também muito adiantado.

No largo, em frente ao palácio principal onde funcionará o «Pavilhão de Caça e Turismo», prosseguem os trabalhos de montagem do «Monumento ao Esfôrço Colonizador dos Portugueses» que, como os pavilhões de «Informações» e «Livraria», é também da autoria do arquitecto Melo Breyner.

As obras de jardinagem, sob a direcção do regente agrícola J. Louro, e as instalações eléctricas, dirigidas pelo engenheiro José Carlos Santos, foram já iniciadas.

São muitos os trabalhos já concluídos sob a direcção do escultor Manuel de Oliveira e os de pintura dirigidos pelo artista Roberto Araújo.

### *NA EXPOSIÇÃO DOS PRIMITIVOS PORTUGUESES SERÃO APRESENTADOS CERCA DE TREZENTOS QUADROS DOS SÉCULOS XV E XVI*

Os trabalhos preparatórios das comemorações centenárias prosseguem activamente em tôdas as secções da Comissão Executiva.

Assim, a secção das Exposições de Arte, superiormente dirigida pelo sr. dr. Reinaldo dos Santos,

presidente da Academia Nacional de Belas Artes, em colaboração com o director dos Museus Nacionais de Arte Antiga e o director do Museu Nacional de Arte Contemporânea, tem dedicado especial atenção à Exposição dos Primitivos Portugueses, cuja inauguração está prevista para 13 de Maio do próximo ano.

Para esta exposição, que se realizará na parte nova do Museu das Janelas Verdes e na qual se apresentarão algumas centenas de quadros portugueses dos séculos XV e XVI, cêrca de 300, a Comissão Organizadora tem já relacionado um importante número dêles, pertencentes não só ao Museu, mas ainda existentes em igrejas e diversas instituïções e estabelecimentos de todo o país, muitos dos quais já foram transferidos para Lisboa. A cedência dos quadros para a Exposição tem-se obtido com facilidade, graças à boa vontade que a Comissão tem encontrado nas entidades detentoras dos mesmos e nos funcionários que têm tido intervenção no assunto como representantes da Fazenda Pública, cuja Direcção Geral tem prestado a mais eficaz colaboração.

Dentre os núcleos de pinturas trazidas de vários pontos, contam-se algumas das mais notáveis séries de pinturas quinhentistas, tais como as 16 tábuas da Igreja do Convento de Jesus, de Setúbal, hoje na posse da Misericórdia; as 8 da Igreja do Convento de S. João de Tarouca, entre as quais o famoso «S. Pedro» e o «S. Miguel»; as séries da Misericórdia de Abrantes, das igrejas do Sardoal, de Cascais, de S. Quintino do Sobral de Monte Agraço, e de Sintra, do Museu e Misericórdia de Tôrres Vedras, além de bastantes outros quadros, estando já autorizada a vinda de muitos mais.

Os quadros seleccionados vão passando pela oficina de marcenaria onde as tábuas recebem as reparações de que necessitam, seguindo depois para a oficina de beneficiação de pintura, dirigida pelo artista sr. Fernando Mardel e em que trabalham também os pintores srs. Luís Ortigão Burnay, Albino Cunha e João Alves de Sá. Na referida oficina encontram-se presentemente 147 quadros; de 84 dêstes pode dizer-se que o restauro está terminado, pois apenas lhes faltam os retoques finais, a dar oportunamente; cêrca de 50 têm já os primeiros retoques, estando os restantes em via de passarem pelas operações prévias da aplicação dos retoques.

Ao mesmo tempo os quadros recebem uma desinfecção que já foi aplicada a 73.

Algumas das principais séries estão já restauradas, como sejam a série do Mestre do Paraíso, a do retábulo de S. Francisco de Évora, atribuída a Francisco Henriques (exceptuando os 4 quadros que pertencem à colecção José Relvas), e a de Setúbal.

A beneficiação dos dois grandes painéis de S. João de Tarouca, já mencionados, encontra-se muito adiantada.

Paralelamente a êste trabalho, vão-se construindo molduras de modêlo adequado para os painéis que disso necessitam, visto muitos trazerem as antigas em estado de não se poderem aproveitar, havendo já feitas algumas dezenas delas.

Ao mesmo tempo está-se procedendo à organização e recolha dos elementos para o catálogo que se vai publicar, trabalho êste a cargo da Conservadora-adjunta Sr.ª D. Maria José de Mendonça.

Assim se vai cumprindo o desejo manifestado pelo sr. dr. Oliveira Salazar, na nota oficiosa sôbre as comemorações centenárias:

«Os trabalhos de restauração, a começar imediamente, poriam em estado de ser expostos polípticos e tábuas que, no conjunto, seriam uma autêntica revelação para nacionais e estranjeiros».

## *CONGRESSO INTERNACIONAL DA MOCIDADE*

Em 15 de Agôsto do próximo ano, inaugura-se em Lisboa o Congresso Internacional da «Mocidade», uma das mais importantes realizações das festas nacionais de 1940, em que estreitamente colaboram o Comissariado Nacional da «Mocidade Portuguesa» e a Comissão Executiva dos Centenários.

No dia 15 de Agosto de 1940 afluirão à capital delegações numerosas de todos os países em que as juventudes se encontram organizadas pelo Estado ou possuem características nacionais, as quais, em íntima confraternização com a delegação da «Mocidade Portuguesa», acamparão festivamente em local vizinho da Tapada da Ajuda, efectuando, de 16 a 24 do mesmo mês, provas desportivas.

Essas delegações, num total de oitocentos a mil rapazes provenientes de oito nações europeias, serão acompanhadas de pedagogos e chefes, que se reünirão no Instituto Superior de Agronomia, para discutir as comunicações ou teses apresentadas acêrca dos mais importantes problemas de educação física e de organização das Mocidades. A Comissão Nacional dos Centenários, á qual incumbe a glorificação da obra das gerações passadas na formação e no engrandecimento da Pátria, não esqueceu as gerações futuras, penhor da continuïdade do esfôrço nacional para novos e altos destinos.

A Comissão Organizadora do Congresso da Mocidade, a que preside o ilustre Comissário Geral da

«Mocidade Portuguesa», sr. engenheiro Francisco Nobre Guedes, não se tem poupado a esforços para que a festa internacional das juventudes se revista de especial significação e brilho. Já responderam, aceitando o convite que lhes foi dirigido, a Espanha, a Grécia, a Grã-Bretanha e a Itália; aguardam-se para breve as respostas afirmativas da Alemanha, da Roménia e da Hungria. Virão a Portugal nessa oportunidade algumas das mais notáveis e representativas figuras que na Europa têm contribuído para a organização das mocidades, devendo êste Congresso assinalar-se pela sua considerável repercussão internacional.

O programa calendário, já completamente organizado a um ano de distância, é o seguinte: dia 15, chegada das delegações estranjeiras; dia 16, abertura do Congresso e provas de esgrima; dia 17, primeira sessão do Congresso, provas de esgrima e orientação; dia 18, (domingo), provas de esgrima, orientação e hipismo; dia 19, segunda sessão do Congresso, ginástica, esgrima basket-ball e hand-ball; dia 20, 3.ª sessão do Congresso, continuação das provas do dia anterior; dia 21, 4.ª sessão do Congresso, ginástica, provas de hand-ball, basket-ball e vela; dia 22, sessão de encerramento do Congresso, provas de vela, tiro e «ténis»; dia 23, provas de vela e «ténis»; dia 24, provas de vela, remo, «ténis» e basket-ball; dia 25, (domingo), grande festa de apresentação das delegações estranjeiras; dia 26 a 31, recepções oficiais e excursões. As provas de esgrima, tiro, basket-ball e «ténis» disputar-se-ão nas instalações da Tapada da Ajuda.

## *PROGRAMA DO CONGRESSO COLONIAL*

Será em breve publicado pela Comissão Executiva dos Centenários o programa do Congresso Colonial IX da série do Congresso do Mundo Português, cuja sessão inaugural se realiza no dia 10 de Julho de 1940. A presidência da respectiva comissão organizadora foi confiada ao sr. conde de Penha Garcia, antigo Ministro, ilustre director da Escola Superior Colonial e presidente da Soc. de Geografia de Lisboa.

## *TEATRO AO AR LIVRE, JARDIM DOS POETAS E BAIRRO COMERCIAL E INDUSTRIAL*

Prosseguem com a maior actividade os trabalhos da Exposição Histórica do Mundo Português.

O teatro ao ar livre, projectado pelo arquitecto Paulo Cunha, ficará ao lado sul da linha férrea, que como se sabe, atravessa a Exposição debaixo das duas portas monumentais do certame.

Nêsse recinto, cercado de arvoredo recentemente transplantado, e num proscénio adequado às representações de ar livre, serão exibidas algumas peças de grande espectáculo, em que colaborarão os maiores artistas portuguêses.

## *O BAIRRO COMERCIAL E INDUSTRIAL*

O Bairro Comercial e Industrial da Exposição, que será constituído por uma série de instalações, procurando-se reconstituir nelas o aspecto exterior de um núcleo de estabelecimentos comerciais antigos, a-fim-de pôr de harmonia essa parte do certame com as restantes secções, está sob a direcção técnica do arquitecto Cassiano Branco, que, de acôrdo com os expositores, fará os projectos das edificações. Estas ocuparão uma das zonas mais favoráveis do recinto da Exposição, ao norte dos Pavilhões Históricos, entre êles e as velhas edificações do Bairro de Belém.

Estas casas, cujas fachadas dão para a rua Vieira Portuense, algumas das quais ainda conservam os antigos arcos e pilares do século XVIII sôbre que assentavam os primeiros andares, vão ser reintegradas na sua primitiva feição, modificando-se, de acôrdo com os respectivos proprietários, as suas fachadas, readquirindo assim os edifícios todo o antigo interêsse arquitectónico.

Êstes trabalhos de reintegração estão entregues ao director da Secção Histórica da Exposição, sr. Gustavo de Matos Sequeira.

## *O «JARDIM DOS POETAS»*

Para o «Jardim dos Poetas», grande vestíbulo do teatro ao ar livre, foram entregues já algumas estátuas e baixos relêvos.

Êste jardim é a realização de uma idea do sr. dr. Augusto de Castro, Comissário Geral do certame, e constituirá uma digna homenagem aos poetas líricos portugueses.

As figuras, representando os poetas ou a sua obra serão colocados em nichos rodeados de verdura.

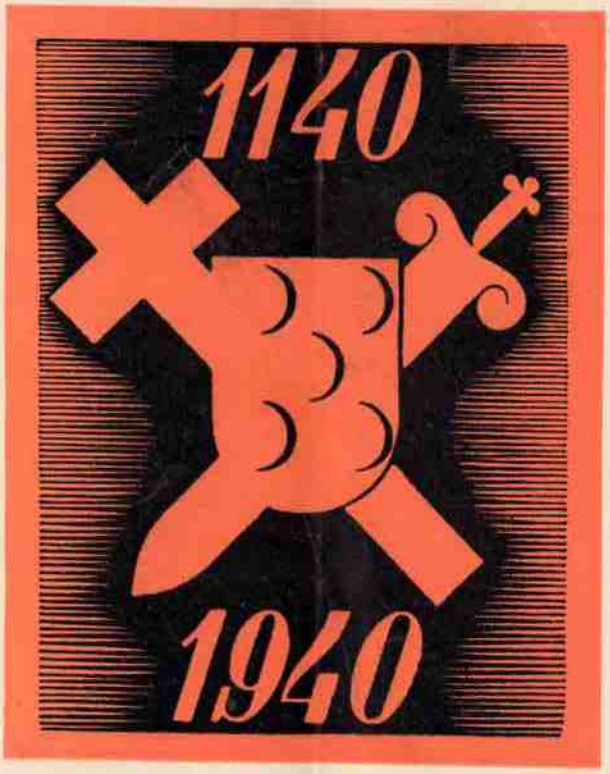
No seu conjunto formam o jardim, que, com os seus arruamentos de buxo e frondoso arvoredo, constituirá um dos mais lindos lugares da Exposição.

Os trabalhos já entregues e aprovados são a estátua «Natércia», do escultor António Duarte; «Alba Plena», de Anjos Teixeira, e o baixo relêvo «Diogo Bernardes», do escultor Armando Mesquita.

Entre os trabalhos em execução, alguns quási concluídos, figura a estátua «Joaninha dos Olhos Verdes», do escultor António da Costa.

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 10 — 31 de Outubro de 1939 — ANO I




COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*A CAMPANHA DE 1644 — Dr. Eduardo Brazão* . . . 1

*CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS — Congresso Colonial (IX da série)* . . . . . 9

*A BATALHA DE S. MAMEDE — António Álvaro Dória* . . . . . 16

*CASTELOS DE PORTUGAL — Almourol e Tomar — Cap. Jorge Larcher* . . . . . 22

*REVISTA DA IMPRENSA* . . . . . 26

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 28

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50

# A CAMPANHA DE 1644

*A lenda que denegriu a figura admirável de El-Rei D. João IV, está, pode-se dizer, desfeita, em face de estudos sérios e desapaixonados com que ultimamente se tem vindo a enobrecer a historiografia nacional. É esta, cremos, uma das melhores homenagens que em 1940 se podem prestar ao nosso movimento libertador do século de seiscentos, repondo o seu legítimo chefe no lugar de destaque que lhe é devido por tantos títulos!*

*Habituado na minha mocidade, que ainda não vai muito longe, a ver, apresentado por mestres de instrução primária e do liceu, o Senhor de Vila-Viçosa arrastado para a revolta pela mão viril de Luisa de Gusmão, que antes preferia ser «Rainha uma hora do que Duquesa tôda a vida», foi na verdade com assombro que percorri durante alguns anos a correspondência de D. João IV e os documentos insuspeitos da sua época que estão por aí espalhados nos nossos Arquivos públicos e cartórios particulares de casas nobres — como a de Tarouca.*

*Na verdade de todo êsse vastissimo amontoado de manuscritos, ressalta, nítida, a acção magnífica, de verdadeiro chefe que o sabia e queria ser, do oitavo Duque de Bragança, herdeiro legítimo da corôa portuguesa, cujos direitos preferenciais sôbre todos os outros descendentes do Rei D. Manuel foram sobejamente provados pelos doutores de Coimbra, dentre os quais é de justiça mencionar Velasco de Gouveia.*

*É essa competência e valor, numa das suas múltiplas facetas, que mais uma vez se vão demonstrar, transcrevendo aqui, para serem imparcialmente julgadas pelo leitor, três cartas do soberano restaurador.*

*Trata-se nêstes interessantissimos escritos, dum assunto diplomático ligado intimamente à questão militar.*

*A França acusava-nos duma acção frouxa nas fronteiras e ia-se escusando ao estabelecimento da* liga formal *com que Richelieu nos acenara. Ora o nosso país tinha de preparar um seguro apoio externo, para quando a paz se viesse a firmar entre o govêrno de Paris e de Madrid já termos consolidada a nossa emancipação. Mas, por outro lado, não nos podia convir uma guerra ofensiva da nossa parte, pois sem exército capaz, iriamos expor ao azar duma batalha a causa nacional. O que nos interessava era uma defensiva prudente ainda que enérgica para que o nosso território ficasse incólume até à paz.*

*Nesta situação difícil nos teriamos que equilibrar; e o nosso país encontrou em D. João IV e nos diplomatas que então foram enviados para todos os pontos da Europa, instrumentos preciosos desta política.*

*Quando, por todo o ano de 1644, realizavamos as operações militares que fecharam com o encontro de Montijo, que esteve tão indeciso para as nossas armas, o Rei português interpretando magistralmente as necessidades do momento, ia fazendo valorizar aos olhos dos*

*estrangeiros essa nossa acção bélica, pondo ao corrente do que se passava os diplomatas portugueses e dando às coisas o sentido que melhor convinha aos verdadeiros interêsses de Portugal.*

*Assim, nas três cartas que se vão reproduzir de D. João IV para Pereira de Castro, que então estava em Munster onde tinha ido com o-fim-de nos representar com Andrade Leitão nas conferências da Westfália, é tôda a nossa acção militar durante essa campanha de 44 exposta com grande interêsse e valorizada indiscutivelmente nos seus resultados como se tornava necessário. São três documentos preciosos êstes, um já por nós publicado* (1), *mas inéditos os outros dois como julgamos, e que se encontram no riquíssimo espólio documental da Biblioteca Nacional de Lisboa* (2).

*Ao dá-las a conhecer ao grande público, julgamos prestar um bom serviço, por fazer jorrar ainda mais luz — e luz verdadeira — sôbre a figura excelsa do Rei D. João IV* (3).

## *I*

*«Luis Pereira de Castro Embax.or Amigo.*

*Eu El Rey vos enuio muito saudar. Deu principio aossucçessos desta campanha o Conde de Castelo melhor, com osaco, eexpugnação da villa da Barca lugardemais de quatro çentos uezinhos do Reyno de Galiza, e que se achaua, comforteficação, e prezidio bastante, para rezistir qualqueroutra inuestida; Morrerão nadeffensa todos os q̃ persistirão em sofrer origor deminhas Armas, q̃ foi amelhor, emayorparte.*

*Os que liurarão serecolherão aduas Aldeas superiores a campanha de salvaterra, e*

---

(1) A acção diplomática de Portugal no Congresso da Westfália — *Trabalho que faz parte da série de estudos a publicar pela Academia Portuguesa da História comemorativos do terceiro centenário da Restauração — ainda não pôsto à venda.*

(2) *Caixa 13, Mss. F. Geral.*

(3) *Sôbre a acção militar dos exércitos portugueses durante esta campanha de 1644, foram publicados vários folhetos. Assim: «Relaçam dos gloriosos sucessos que as armas de Sua Magestade El Rey D. Ioam IV. N. S. tiueraõ nas terras de Castella, neste anno de 1644 até a memoravel victoria de Montijo». por Antonio Paes Viegas — Ano 1644.*

*«Apologia militar en defensa de la victoria de Montiio. Contra las Relaciones de Castilla, y gazeta de genoba que la calumniaron mordaces, y la usurpan maliciosas.*

*A Dom Iuan Rodrigues de Saa, y Meneses de Penaguion del Consego de su Magestad, y su Camarero mayor. Singular Mecenas de los escriptores.*

*Offrece el capitan Luis Mariño de Azevedo» 1644.*

*porque tentauão daly alguñs assaltos, mandou o Conde sobre ellas agente, quebastou para as queimar com castigo detodos, os queseatreuerão a deffendellas. Poucos dias depois tentou o Marquez de Tauora gouern.or daquelle R.no alguã facção com q̃ saneasse aquebra dos danos referidos, nomesmo tempo, mandou inuistir caminha, Villanoua, Monção e Lanhellas, pertendendo com estas diuersões impedir osocorro a Lanhellas a que ordenava o dano, porem foi tão grande aaduertencia dos Capitães, quegouernauão cada huã das ditas praças, que sendo muito desigual opoder foi forçado ao Inimigo retirarse com grande perda de gente, e reputação, deixando à vista de Caminha huã dequatro grandes barcaças, ealguñs de trinta barcos, deque constaua a força comque a inuestio. Em Lanhellas grande numero de mortos, e em o R.o mais lugares a este respeito, e não parou aqui o dano, porque ou q̃ Meus soldados ficarão irritados, ou q̃ o Conde govern.dor de minhas Armas, julgou que se devia proseguir aquelle bom successo metendo alguãs tropas no Pays Inimigo, mandou alguãs Companhias sobre o lugar de Crespor (?) as quais alem deste queimarão mais quatorze apezardemuitos, q̃... (?) deffender.*

*Na Prouincia de Alentejo ouue tambem suçcessos de grande importancia, emayor reputação pella opinião dos Cabos que gouernão as Armas na Estremadura, porque succedendo no gouerno ao Conde Sancto Esteuão o Marquez de Torrecuça compresunção de melhor soldado tentou poucos dias despois de chegado a Badajos entender por meyo de alguã... (?) ovallor, e disciplina dagente comq̃ hauia de auesinhar, e com este intento mandou sobre Campo Mayor duzentos soldados escolhidos, atempo que se achauão no Campo, trinta dos do Prezidio daquella força dando guarda a alguñs lauradores, emqueo açcidente fosse tão inopinado, que estes o não pudessem preuenir recolhendose ápraça ou que seu vallor lhe não desse lugar a reconheçerem a ventagem do Inimigo, se trauarão com elle em tão boa forma q̃ com morte de muitos puzerão aos mais em afrontosa fugida.*

*Sentio tão amargamente o Marquez este suçcesso, que resolueo tomar em satisfação alguã praça de importancia, e julgando por alguñs respeitos por tal a villa de Ouguella, que por sua estreiteza he das de menor prezidio de toda aquella frontr.a mandou sobre ella o Gouern.or de Villar de El Rey, soldado de grande experiencia e muita opinião entre os daquella nação, com mil e quinhentos cauallos, e mil e quinhentos Iffantes. Achauãosse acaso em Ouguella quarenta e çinco Iffantes pagos, eagente da terra; porem sendo estes aduertidos do poder com q̃ o Inimigo intentaua a enterpreza por huã espia que se achou no Campo se puserão em tão boa ordem de deffensa, e com tão constante resolução de vender as vidas caras, que quando ao amanheçer o Inimigo deu sobre o lugar persuadido a que tinha mais segura a vitoria no descuido, e pouca preuenção, dos que adeffendião, que no poder, e ventagem de suas Armas, os achou tão dispostos que despois de lhe custar morte de muitos, o entrar aprimeira trincheira, vallendosse de hum petardo e de outros arteficios, de fogo que aplicarão a porta della, quando intentarão proseguir com os mesmos instrumentos, escallan-*

*do a muralha, forão tão riijamente rezistidos, q̃ lhe foy forçado, despois de verem desbaratada a mayor força de seu poder, buscarem na retirada poder para o não perder de todo.*

*Pella grande reputação deste suçcesso e pello muito particullar vallor com que se ouuerão estes soldados fiz logo m.e ao Capitão da praça de huã Comenda de bastante lote e a cada hum dos soldados, de hum cruzado de ventagem no soldo por mez; As mulheres fizerão igualmente sua obrigação, como os soldados; e em particular ouue hua que despois de peleijar com muito vallor todo o discurço da briga, que durou a mayor parte do dia, e despois de ferida graue mente na cabeça senão quis curar emq.to o Inimigo não fogio, e assi ferida com hum chuço nas mãos peleijou com admirauel resolução, e matou alguñs Castelhanos.*

*Achavasse neste tempo Mathias de Albuquerque que gouerna as Armas naquella Prou.a em a villa de Estremoz, e com voz deque queria hir socorrer Ouguella juntou dous mil e quinhentos Iffantes, e ordenando a Dom Rodrigo de Castro thenente general da Cauallaria que com duzentos, e sessenta cauallos, e duzentos e sessenta arcabuzeiros fosse contra Montigio Villa demais de nouecentos vezinhos; eao Monteiro Mor que com oitocentos Cavallos ocupasse posto conueniente parase juntar com ella no cazo, emque, ou a praça tiuesse mayor deffensa do q̃ se imaginaua ou o Inimigo a procurasse socorrer.*

*Marchou em direitura do mesmo lugar, porem em tal forma que se o Marquez sahisse de Badajos, pudesse com os dous mil e quinhentos Iffantes referidos, que erão gente, com que se podia emprender qualquer couza grande tentar a enterpresa de Badajoz.*

*Era Montijo lugar aberto, porem achauasse com tão boa trincheira q̃ fazia ventagem aos mais fortes muros, prezidia... (?) com quatro Companhias de Infantaria paga, e huã de Cauallaria, alem da gente da terra, mas nenhuã destas couzas foi bastante, para que Dom Rodrigo logo, q̃ o auistou, deixasse de arrimar escadas, e entrar a trincheira, apezar da rezistencia do Inimigo, que foi a mais forte que se podia offereçer.*

*Entrado o lugar, o dezempararão todos os que não morrerão na pelleja, estando muito adiante o saco della, e alguã boa parte queimado, chegarão mil cauallos do Inimigo em seu socorro, com que foi forçado que Dom Rodrigo dezistisse da obra, e reunisse suas forças se oppor aos contrarios, o que executou em tão boa forma q̃ teue lugar p.a que o Monteiro mor, com os oitocentos Cauallos ofosse socorrer, e juntos hum e outro ferirão tão rijamente no Inimigo, que despois de lhe matarem numero considerauel, o puzerão em tão a frontosa fogida que muita parte se afogou com o desacordo no Rio Guadiana que foi o padrinho, de que se vallerão não sendo nenhuã das couzas referidas bastante, para que o de Torrecuça se sentisse obrigado a sahir de Badajoz. O mais que montarão foi que alguãs tropas soltas tomarão por sua conta a satisfação destes danos, tentando alguñs roubos... (?) nos termos de Portalegre, Maruão e Castello de vide; e porque sua demazia passou a termos de castigo, ordenou Mathias de Albuquerque a Dom Nuno Maz, que assiste naquella fronteira, que com oito centos Inffantes, e a cauallaria da ordenança que pudesse juntar dos ditos lugares,*

*CONDE DE VILA-FLOR*

*fosse contra a Villa de Membrio, e corresse toda a campanha de Vallença té Alcantara; foi tão bom o acordo, com que esta resolução e queimarão todo aquelle contorno, mas entrarão sequearão e queimarão sem ficar caza em pee, a villa de Membrio, que era huã das melhores daquella Comarca, e de que se reçebia mais dano, por estar bem fortificada e com bom Prezidio.*

*Nas Prouinçias da Beira e Tras-os-montes senão tem obrado couza de consideração, porque pla estreiteza daquellas terras, se poem todo o cuidado na conseruação de seus moradores, sem proceder a grandes hostilidades.*

*Pareçeome mandaruos auisar de tudo o referido para q̃ tenhais entendido que senão falta, ao que conuem ao bem de meu Real estado, e que Deos Nosso Snor. por sua grande mis.ª he seruido adiantalo, com tão milagrosos suççessos. Escrita em Alcantara a 19 de Mayo de 1644*

*Rey* ⁝ »

*II*

*«Luis Pereira de Castro embaxador amigo.*

*Eu El Rey uos enuio muito saudar. Ante ontem receby o primeiro auizo da deRota q̃ Mathias de Albuquerque gouernador das Armas da prouincia e exercito de Alentejo deu a quasy todo poder que El Rey de Castella tem por Aquella parte, e ontem se recebeo a relação sua q sera cõ esta carta, q̃ contem osucesso da batalha que pellas circunstancias se tem pla mayor q̃ se deu em Hespanha despois da de Aljubarrota, efoi o sucesso tam pordigioso como vereis da relação E ouue alguns soldados que se asignalarão com mayor esforço do q̃ pareçe cabe em homens mortaes. A Mathias de Albuquerque mandey declarar Conde de Alegrete, alem de outras merçes que tambem lhe mandey fazer aos mais assy aos q̃ morrerão, como aos uiuos tenho tambem mandado se faça merçe conforme ao merecimento de cada hum, alem dos mortos q̃ se contem na relação se tem por certo que no Rio guadiana se afogou huã grande quantidade; por estes progressos e pellos mais de q̃ se uos auisa em outras cartas entendereis que foi o meu o primeiro Exercito q̃ sahio em campanha este uerão, E que nestes dias obrou que parece senão pudera conseguir em Annos, assy o fareis entender por essas partes, E as pessoas que nos parecer necessario aduertindo q̃ se falle com toda a... (?) no suçesso da minha cauallaria, que fora bem differente se o Regimento olandes senão desmanchara tam desordenadamente escrita em Alcantara a 31 de Maio de 1644.*

*Rey* ⁝

*Para o Embayxador Luis Pereira de Castro»*

*III*

*«Luis Pereira de Castro. Embaixador Amigo:*

*Eu El Rey vos enuio muito saudar. Por outras que uos tenho mandado escreuer, tereis entendido, o que tegora, se tem obrado por minhas Armas nesta Campanha; e porque será justo, e neçessario que meus aliados, entendão com toda a çerteza, quanto lhe importa, aconseruação destes Reynos, para deminuir as forças de nosso Inimigo, enfraqueçendoo demaneira, que não possão reçeber delle dano de consideração, nem agora nem ao diante; Me pareçeo conueniente, fazeruos certo do poder, que El Rey de Castella occupa nas fronteiras destes Reynos, para que conste com euidençia que se todo elle se aplicara, contra os Aliados, não só estiuera Catalunha indubitauelmente cobrada, mas estiuerão as couzas de flandres, em defferente estado, e as do Imperio contra Sueçia muito mais poderosas, com o fauor de Espanha, que he o que o conserua ha tantos tempos. As duas partes, porque mando fazer mais viuamente guerra ao Inimigo, por o pedirem assy as conueniençias do Reyno, são as Prouinçias de Alentejo, e entre Douro, e Minho, e se tem feito por estas duas partes, o que uereis das Rellações, que se vos enuião; Contra Alentejo, gouerna as Armas de El Rey de Castella, pella Estremadura, o Marquez de Torre Cluza, que segundo os ultimos auizos, forma exerçito de dez mil Iffantes, e tres mil Cauallos, e procura chegar a doze mil Iffantes, que são os que lhe prometeo El Rey de Castella, para deffender aquella parte. Por galiza contra Entre Douro, e Minho gouerna as armas o Marquez de Tauora, cujo exerçito, passa hoje de seis mil Iffantes e mil e quinhentos Cauallos, e he çerto o hade engrossar mais, assy pellas grandes deligençias, que por isso anda fazendo, como porque he indubitauel, que lhe não bastará este poder, para deffender Tuy, e Bayona, de minhas Armas, que são os receyos, com que está; Pella Beira, por onde se lhe fez já nesta Campanha, com minhas Armas grandes danos e espero se lhe façaõ mayores, com o fauor de Deos, Assy p.ª a diuersão de Alentejo, de que esta Prouinçia ficauezinha como por outras razões, se lhe gasta tambem hum grande troço de gente, que gouerna por hora Dom Urbano de Humada, porq̃ só nos prezidios gasta mais, de quatro mil Iffantes pagos, e perto de mil Cauallos. Pello Algarue, e tras os montes faz tambem a mesma despeza; Nos seus Portos de Mar tem em todos Prezidios, e elles, e suas Armadas, estão em hum continuo sobre salto, com o poder da minha, que lhe anda sempre diante dos olhos, de maneira q̃ a mayor e melhor parte do poder de El Rey de Castella lhe consome e gasta este Reyno, e apezar de todo elle, por todas as partes da terra, lhe tenho tomado praças, e em todo o discurço de quatro annos, que ha que dura esta guerra, e nestes dous ultimos tão cruel, e sangrenta, q̃ he raro o dia que senão pelleija; Não ouue nem huã só occasião, em que os seus soldados ficassem vençedores no campo, e isto sem ajuda de nenhum de meus aliados, porque algua pouca, e mim gente (?), que me veo de suas terras, de q̃ me dezejo liurar, me he excessivamente custosa plas demaziadas*

*pagas, que leua a minha fazenda, e sem embargo d'esta despeza, senão tem faltado por minha parte a fortificação, nem aos socorros, e prouimento, das Conquistas, como uereis da copia de huã carta, que sobre este particullar mandey escreuer ao Marquez de Cascaes meu Embaixador extraordinario a El Rey Christianissimo quererá com esta; estes testemunhos tão uiuos, e tão publicamente comprouados, são as melhores razões e os meyos mais efficazes, quando não ouuera outros igualmente poderosos p.ª se poder entender nessa junta em que uos achais, quanto importa a todos meus confederados conseruarem indiuisiuelmente comigo, união, e aliança perpetua, pois do contrario que já segundo as razões moraes, senão pode esperar, sehade seguir necessariamente, q̃ todo opoder, que El Rey de Castella aplica contra estes Reynos, e todo o q̃ estes Reynos aplicão contra El Rey de Castella, hade cahir unido sobre elles; Assy contratando ahy em guerra, como contratando em paz, pois será cegueira despois de tantas experiençias em contrario cuidar que hade conseruar a paz El Rey de Castella; por mais tempo que o q̃ lhe for neçessario, para cobrar forças com q̃ tornar a guerra. Escrita em Alcantara a 23 de Junho de 1644*

*Rey* ∴

*P.ª Luis Pereira de Castro»*

EDUARDO BRAZÃO

# CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS

## CONGRESSO COLONIAL
### (IX DA SÉRIE)

*No plano geral dos congressos que constituem o Congresso do Mundo Português figura um Congresso Colonial destinado ao estudo dos problemas coloniais portugueses da actualidade. Pretende-se dêste modo ligar aos congressos em que se versa a história do Mundo Português um aspecto particularmente dinâmico da vida actual da nação. A renovação da nossa actividade de colonizadores, a construção de um grande império colonial em pleno desenvolvimento, constituem, com efeito, assuntos geradores de problemas novos, cujo estudo é como um prolongamento dos estudos históricos dos outros congressos. Os trabalhos do Congresso Colonial destinam-se a rasgar alguns horizontes da futura actividade de Portugal na sua política ultramarina. Êles constituirão a forte afirmação dos métodos e das preocupações da nossa acção actual. Nas três secções dêste Congresso agruparam-se, em forma quanto possível sistemática, três categorias de estudos de inegável interêsse para a orientação da nossa acção colonizadora.*

*Consagra-se a primeira Secção ao estudo de diversos problemas de investigação científica colonial nos campos da etnografia, da antropologia, da arqueologia, da lingüística e das ciências médicas, e busca-se solução ao problema, cheio de actualidade, da organização metódica da investigação científica colonial portuguesa.*

*Agrupam-se na segunda Secção os estudos do importantes problemas da colonização e do povoamento nas nossas duas grandes colónias de Angola e de Moçambique, abordando-se também o problema do contacto das raças e o estudo do melhor aproveitamento das organizações tradicionais indígenas.*

*Finalmente, à terceira Secção foram confiados os estudos de carácter económico, nomeadamente os da defesa da economia imperial e da coordenação das economias da metrópole e das colónias.*

*Adoptou-se o método de seriar os aspectos de cada problema, encarregando diferentes pessoas de reconhecida competência de os encararem sob ângulos diferentes ou de estudarem as suas diversas modalidades.*

*Pretende-se obter assim a mais larga compreensão dos fenómenos a estudar, corrigindo os inconvenientes do excesso de personalismo na sua apreciação.*

*Os dois volumes que comporão as publicaçõe dêste Congresso constituirão sem dúvida, na nossa bibliografia colonial, valioso repositório do estudo de alguns dos mais importantes problemas coloniais portugueses na hora presente.*

### PROGRAMA DE ESTUDOS

1.ª Secção — A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA COLONIAL E O SEU PAPEL NA MODERNA POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA

*a)* O problema e a sua origem.

*b)* Estudos etnográficos, antropológicos e arqueológicos.

*c)* Estudos lingüísticos.
*d)* Estudos médicos.

2.ª Secção — A COLONIZAÇÃO E O POVOAMENTO NAS COLÓNIAS DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE

*a)* O contacto das raças.
*b)* Colonização branca.
*c)* Povoamento indígena.
*d)* Aproveitamento das organizações indígenas tradicionais.

3.ª Secção — ALGUNS PROBLEMAS ECONÓMICOS DA POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA

*a)* A coordenação económica.
*b)* A defesa da economia imperial.
*c)* O trabalho indígena.
*d)* As ligações de transportes de Angola e Moçambique com os territórios vizinhos.

## DESENVOLVIMENTO DOS TEMAS DE CADA SECÇÃO

### 1.ª SECÇÃO

a) *A organização da investigação científica sôbre as colónias portuguesas. Missões oficiais de estudo. Acção das instituïções científicas metropolitanas. Trabalhos da iniciativa das colónias. Balanço dos estudos realizados. Vantagens de um organismo de coordenação e de orientação. Plano da sua orgânica.*

1.º — A investigação científica nas colónias portuguesas nos últimos 100 anos.
2.º — Plano de um organismo de coordenação e orientação.
3.º — Soluções dadas a êste problema nos outros países coloniais. O livro de Lord Hailey.
4.º — Bibliografia.

b) *Estudos antropológicos, etnográficos e arqueológicos.*

1.º — O mestiçamento nas colónias portuguesas.
2.º — Grupos sanguíneos nas colónias portuguesas
3.º — Índices de robustez e de vitalidade dos indígenas das nossas colónias africanas.
4.º — Concepções religiosas entre os Bântus das colónias portuguesas.
5.º — Mutilações étnicas nas colónias portuguesas.
6.º — Estações do paleolítico na arqueologia de Moçambique.
7.º — Bibliografia.

c) *Estudos sôbre as línguas bântus, especialmente sôbre as faladas em Angola e Moçambique. O problema das línguas veïculares.*

1.º — Das modificações morfológicas dos vocábulos angolanos na sua adaptação à fonética e grafia portuguesas.

2.º — Dialectos da tribu Thonga, especializando o Xironga como modêlo dos demais. Fonética, grafia, estrutura gramatical e sintaxe.

3.º — Das línguas e dialectos bântus em Angola.

4.º — Das línguas e dialectos em Moçambique.

5.º — O problema político, social e administrativo das línguas veïculares nas colónias portuguesas.

6.º — Bibliografia.

d) *Estudos médicos.*

1.º — A mortalidade infantil de brancos e de indígenas nas colónias de Angola e de Moçambique. Suas causas principais e remédios possíveis a aconselhar. Método para a organização das estatísticas da mortalidade infantil naquelas colónias.

2.º — Bibliografia.

2.ª SECÇÃO

a) *Colonização e povoamento nas colónias de Angola e de Moçambique.*

1.º — O contacto das raças nas colónias portuguesas. Seus efeitos políticos e sociais. A legislação portuguesa.

2.º — Bibliografia.

b) *A colonização branca.*

1.º — Estudo histórico do problema da colonização em Angola e Moçambique, principalmente no período contemporâneo.

2.º — Estudo comparativo das obras de colonização branca realizadas por outros países nas zonas tropicais africanas.

3.º — Da emigração portuguesa nos últimos 50 anos. Como se deve preparar o nosso emigrante para ser um bom colono.

4.º — Das condições sanitárias para o êxito da colonização portuguesa. Preparação e assistência.

5.º — Do regime das concessões territoriais aos colonos e da preparação e assistência agronómicas.

6.º — Aspectos económicos do problema da colonização branca nas colónias portuguesas.

7.º — Zonas colonizáveis de Angola e soluções aconselháveis para intensificar a sua colonização. Maquinismo administrativo.

8.º — Zonas de colonização em Moçambique e soluções aconselháveis para os progressos da sua colonização. Os órgãos administrativos.

9.º — Bibliografia.

c) *Povoamento indígena em Angola e Moçambique.*

1.º — Organização da família indígena em Angola e Moçambique, sua evolução, o papel da mulher, diversidades tribais.

2.º — Formas actuais dos agrupamentos populacionais indígenas em diversas regiões de Angola e Moçambique. Distribuïção demográfica indígena nas províncias das duas colónias.

3.º — O regime da propriedade indígena que melhor favorecerá a intensificação do povoamento indígena em Angola e em Moçambique.

4.º — A organização sanitária nos progressos do povoamento. Fórmulas de organização aconselháveis para Angola e Moçambique.

5.º — Fórmulas e métodos de robustecimento da capacidade económica dos indígenas. Assistência agronómica e veterinária. A valorização da produção indígena.

6.º — Os problemas da alimentação indígena. Como se deve melhorar.

7.º — A acção missionária no aldeamento indígena.

8.º — Síntese das medidas aconselháveis para impulsionar o povoamento indígena em Angola e Moçambique.

9.º — Bibliografia.

d) *Aproveitamento das organizações tradicionais indígenas na administração colonial.*

1.º — Esbôço histórico das organizações tradicionais dos regulados indígenas em Angola e Moçambique. Os grandes régulos, os chefes indígenas. Situação actual.

2.º — Integração dos actuais régulos na obra administrativa nas colónias de Angola e Moçambique.

3.º — Da educação dos chefes indígenas como instrumentos colaboradores da administração.

4.º — Estudo comparativo das soluções do problema nas colónias inglêsas, francesas, belgas, holandesas e italianas.

5.º — Bibliografia.

3.ª SECÇÃO

a) *Coordenação da política económica da Metrópole com as necessidades económicas do Império Colonial.*

1.º — Princípios dominantes da política colonial portuguesa em matéria económica no século XX.

2.º — Organismos e fórmulas de coordenação económica imperial.

3.º — Aplicação do regime corporativo às colónias; suas dificuldades.

4.º — Organismos e métodos para a aproximação e contacto entre a Metrópole e as colónias no sentido da unidade.

5.º — Bibliografia.

b) *Defesa da economia imperial contra diversos aspectos da concorrência estranha.*

1.º — A protecção pautal nas colónias.

2.º — O problema de transportes em Angola e Moçambique.

3.º — Os transportes marítimos para as colónias e a bandeira nacional. As taxas e fretes na importação e exportação.

4.º — A organização comercial nas colónias, seus defeitos. Fórmulas de aperfeiçoamento.

5.º — O problema do estabelecimento das indústrias nas colónias. Sua coordenação com os interêsses metropolitanos.

6.º — Bibliografia.

c) *Importância comercial e política das ligações das vias de comunicação entre Angola e Moçambique e os territórios vizinhos.*

1.º — O complemento das ligações aéreas, ferroviárias e das estradas entre Angola e os territórios estrangeiros vizinhos.

2.º — Os problemas das ligações dos transportes de Moçambique com os dos territórios vizinhos.

3.º — Bibliografia.

d) *O trabalho indígena em S. Tomé, Angola, Moçambique e Timor. Estado actual e evolução desejável.*

1.º — O problema em S. Tomé e Angola.

2.º — O problema em Moçambique.

3.º — O problema em Timor.

4.º — Bibliografia.

ALGUMAS INDICAÇÕES REGULAMENTARES

*1.º — Podem inscrever-se como congressistas, portugueses, brasileiros e súbditos estrangeiros dos países com os quais Portugal mantenha relações diplomáticas.*

*2.º — Os estudos que fazem parte do programa não devem exceder cada um 30 páginas de 25 linhas dactilografadas e serão acompanhados da respectiva bibliografia.*

*3.º — Estes estudos devem dar entrada na Secretaria do Congresso (Escola Superior Colonial, Praça Rio de Janeiro, 21) até ao último dia do mês de Janeiro de 1940.*

*4.º — A revisão tipográfica dêstes trabalhos fica a cargo da Comissão organizadora do Congresso.*

*5.º — As comunicações, nos termos do n.º 1.º do programa geral, não poderão exceder 16 páginas dactilografadas e devem ser entregues até 31 de Janeiro de 1940.*

*6.º — A sessão inaugural do Congresso realizar-se-á na Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 10 de Julho de 1940.*

*7.º — Prevê-se a adesão e representação das Universidades, Academias, escolas coloniais e outros institutos especializados estrangeiros, nos termos e condições do n.º 5 do programa geral.*

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO COLONIAL

Conde d Penha Garcia, *antigo ministro, vogal do Conselho do Império Colonial, director da Escola Superior Colonial, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, presidente da Comissão Organizadora do Congresso ;*

Eng. Jos Bacelar Bebiano, *antigo ministro, administrador do Pôrto de Lisboa ;*

Coronel Lopes Galvão, *inspector superior das Obras Públicas, secretário geral da Sociedade de Geografia de Lisboa ;*

Capitão Henrique Galvão, *inspector superior da administração colonial ;*

Lopo Va de Sampaio e Melo, *vogal do Conselho do Império Colonial, professor da Escola Superior Colonial ;*

Dr. José de Almada, *procurador à Câmara Corporativa, consultor colonial do Ministério dos Negócios Estrangeiros ;*

Dr. Alcino de Vasconcelos, *professor da Escola Superior Colonial ;*

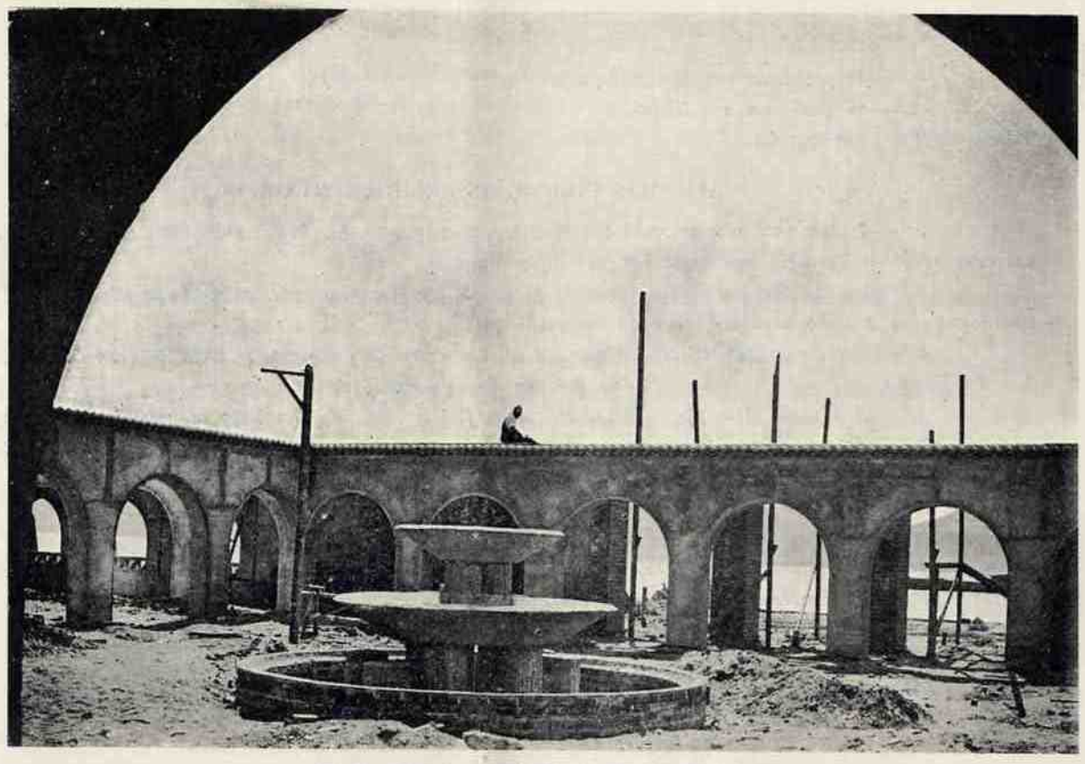
Dr. Manuel Múrias, *membro da Academia Portuguesa da História, director do Arquivo Histórico Colonial, secretário geral do Congresso do Mundo Português ;*

Júlio Caiola, *agente geral das Colónias ;*

Dr. António de Almeida, *deputado, professor da Escola Superior Colonial, secretário da Comissão Organizadora do Congresso.*

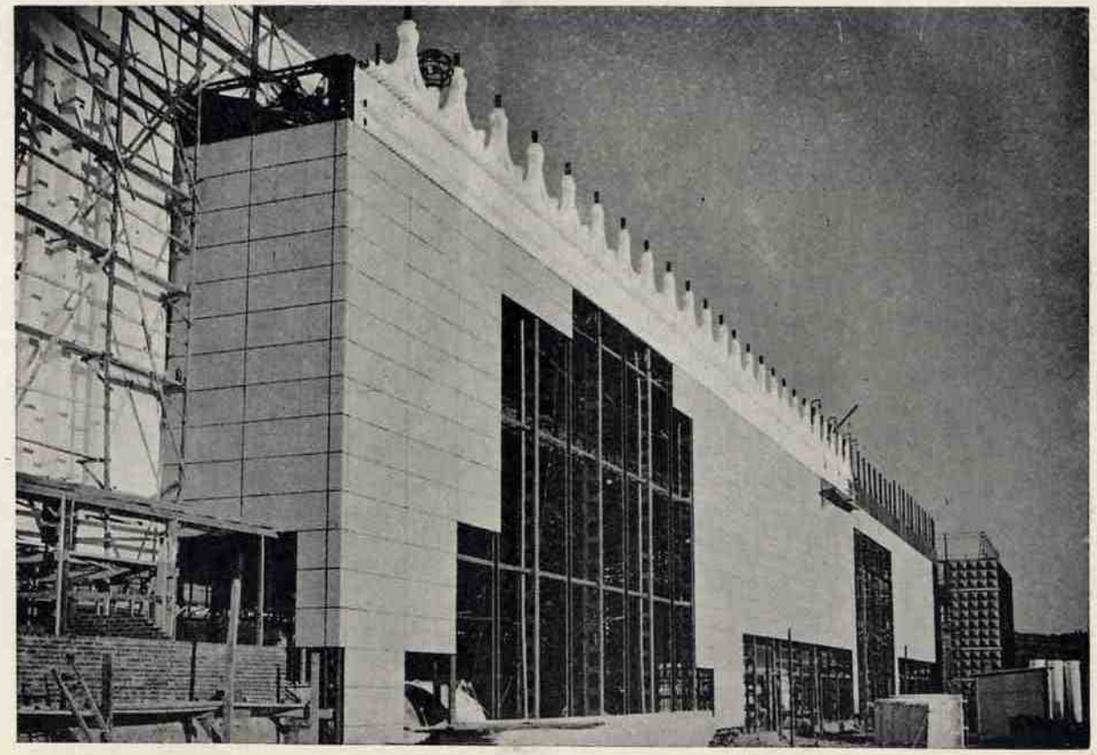
# EXPOSIÇÃO DO MNDO PORTUGUÊS

## ESTADO ACTL DAS OBRAS



*PATEO DOS PAVILHÕES DE ETNOGRAFIA*

*PAVILHÃO DA FORMAÇÃO E CONQUISTA*



*UM PORMENOR DO PAVILHÃO DE LISBOA*

*PAVILHÃO DOS DESCOBRIMENTOS*

# A BATALHA DE S. MAMEDE

Como se sabe foi a 24 de Junho de 1128 que os dois partidos desavindos do Condado Portucalense se defrontaram *in campo Sancti Mametis, quod est prope castellum de Vimaranes.*

De entre os factos históricos de Portugal que ainda hoje se encontram envoltos em densa névoa, os encobertos e menos discerníveis são, incontestàvelmente, os do alvorecer do Reino quando a nossa consciência nacionalista se não formara ainda, é certo, mas já «começavam a delinear-se vislumbres de exclusivismo regional», como diz o dr. Alfredo Pimenta. Se, com efeito, não podemos crer que a revolta dos barões que cercaram Afonso Henriques fôsse motivada por um patriotismo exaltado e exacerbado com o domínio do conde de Trava e dos seus galegos, tampouco poderemos perfilhar inteiramente a doutrina de Oliveira Martins de que «na primeira época da história portuguesa, a independência é um facto originado no merecimento pessoal dos chefes militares dos barões de áquem Minho». As ambições, ainda que dum homem de génio excepcional, nunca puderam dar a um povo a consciência da sua existência. Em regra elas apoiam-se com mais ou menos fôrça nos exclusivismos já criados e conscientes; é o que se vê através de tôda a história e é na história moderna, sobretudo, que maior número de exemplos se encontram para ilustrar o que deixo dito. Se em Portugal não houvesse um exclusivismo regionalista, que sempre separou os povos desta orla atlântica dos habitantes do planalto castelhano, Afonso Henriques não teria conseguido fazer do pequeno condado, cujo govêrno arrebatou à mãi naquela tarde gloriosa de 1128, um reino de tal forma cioso da sua independência e liberdade que só cansado do esfôrço dos descobrimentos e das conquistas cederia perante as constantes tentativas absorcionistas do reino vizinho. Só êsse exclusivismo latente, o qual parece provinha já das tribus lusitanas, explica o modo como o jovem príncipe conseguiu firmar um trono; outra construção que fôsse artificial ou obedecesse apenas à ambição pessoal do moço filho de D. Henrique estaria de antemão condenada a abortar dentro dum prazo mais ou menos longo. E o *caso* Portugal é particularmente impressionante dentro da Península onde existiam outros povos, como os Bascos e os Catalães, dotados de forte exclusivismo local mas que não conseguiram encontrar um homem que lhes corporizasse as aspirações e as defendesse da tendência absorvente de Castela. Nesse ponto Portugal parece marcado logo ao nascer com o sêlo duma predestinação que o levaria aos heróicos cometimentos futuros.

Creio que nenhum historiador, salvo Herculano, acentuou bem o alto significado da breve luta travada junto de Guimarãis naquele dia de S. João, há oito séculos. É inegável que por detrás de D. Tereza havia as ambições incontidas do Trava e dos seus patrícios; também é certo que as ambições dos turbulentos barões de Entre-Douro-e-Minho se acobertavam com o moço Infante sôbre quem deveriam ter há muito lançado as vistas, talvez

por lhe haverem descoberto o ânimo varonil e decidido dum Chefe. Tudo isso é certo, mas também é verdade que no ânimo da Rainha, como no do filho, havia o mesmo pensamento de libertar definitivamente Portugal da sujeição ao leonês.

D. Tereza, porém, era mulher, e a-pesar daquela astúcia em que era mestra e a-pesar também da ambição de independência que já o falecido conde D. Henrique tivera, deixou-se levar ao som da «eterna canção»: O Trava transtornou-lhe a cabeça e o coração levou-a a esquecer os planos de liberdade que no seu cérebro haviam sido gerados quiçá ainda em vida do borgonhês, seu marido. É possível, quási certo mesmo, que D. Tereza alimentasse o ambicioso projecto de juntar as duas partes separadas da antiga Galécia; e possìvelmente as suas relações com o Trava teriam começado com êsse fim, embora os factos posteriores nos revelem claramente que a razão cedeu o lugar ao coração. Prova clara e iniludível das suas ambições e dos seus planos temo-la na atitude que a formosíssima D. Teresa manteve para com a irmã D. Urraca, por suas intrigas repudiada pelo segundo marido Afonso I. E tais foram que êste nem sequer quiz ouvir a espôsa em defêsa.

A rivalidade das duas irmãs é um facto por demais conhecido para que nele aqui se insista, embora as razões de tal animosidade não sejam fàcilmente discerníveis. Ou porque à animosa D. Teresa repugnasse a vassalagem à irmã, embora esta fôsse legítima e herdeira, por isso, de Afonso VI de Leão e Castela, ou porque a D. Urraca causasse zelos a beleza da irmã e a paixão que lhe inspirou o conde de Trava «que era em aquell tempo o melhor homem d'Espanha que rey nom fosse», no dizer do *Livro das Linhagens* do Conde D. Pedro, a verdade é que a rivalidade existiu e deve ter influido nas tumultuosas questões entre as sés de Compostela e de Braga que enchem as páginas do prólogo da nossa história. Como quere que seja a rivalidade das duas irmãs serviu à maravilha os desejos exclusivistas dos barões de Entre Douro-e-Minho; D. Teresa foi, por isso, em dado momento — desde a morte de D. Henrique até à revolta do moço Infante — o campeão denodado da separação de Portucale da Galisa de D. Urraca e, por conseguinte, de Leão.

Mais tarde, conhecido o Trava, deve ter alimentado o vasto plano de reünir sob o seu senhorio tôda a terra do Cantábrico ao Douro fomentando e aproveitando as desinteligências entre a irmã e o segundo marido.

Mas tal plano também o alimentava Afonso Henriques, embora as suas vistas não fôssem lançadas para além do rio Minho. Ao passo que D. Henrique e depois a mulher ambicionavam reünir em um só os dois condados que o Minho separava, o filho, nutrindo o mesmo desejo de independência, entendia que a sua missão seria dilatar-lhe as fronteiras para o sul. Há pequeninos factos que por vezes mudam o curso da história e não é mera anedota a afirmação de que os destinos do mundo estiveram um momento dependentes do feitio do nariz de Cleopatra.

Que D. Teresa, inteligente e astuta como era, recalcasse o sentimento que lhe enchia o coração e manejasse o Trava como ela manejava homens de mais forte têmpera, e outro

teria sido o curso dos destinos de Portugal. Possìvelmente a sua história seria obscura, viveria vida vegetativa entre o Cantábrico e o Mondego, emquanto o leonês e o castelhano dominariam o Alemtejo e o Algarve. Talvez o mouro fizesse dêste último o centro de resistência contra os constantes fossados dos reis cristãos, tornando impossível a expulsão da Península. Mas também nada contraria a idea de que o bloco galego-português inscrevesse na história páginas mais brilhantes do que o nosso povo escreveu. Embora separados políticamente, foi comum a nossa língua emquanto os portugueses não perderam o gôsto pelo trovar à maneira da Provença; e tão bela era ela que Afonso *o Sábio* dela se serviu para compor as suas *Cantigas de Santa Maria,* obra-prima do trovar medieval.

Mas factores de ordem diversa alteraram por completo o curso dos acontecimentos. A inimizade latente entre galegos do Trava e barões portucalenses e as querelas constantes entre os bispados do Porto e de Santiago, tudo concorreu para que se desfizesse o lindo sonho que a grande Princesa acalentava. Até hoje ainda não foi suficientemente explicado o problema das causas da revolta que teve por fecho a pugna de S. Mamede. Os diferentes cronicões que a relatam na sua simplicidade ingénua não dizem coisa que não deixe margem para conjecturas mais ou menos duvidosas. Tampouco se pode afirmar, sem certeza de errar, que o conde de Trava não era marido de D. Tereza, como no-lo dizem claramente as crónicas mais antigas publicadas por Herculano nos *Portugaliae Monumenta Historica*. Para a *Chronica Gothorum* morto o conde D. Henrique, *quidam indigni, et alienigene vendicabant Regnum Portugallis matre eius* [D. Afonso Henriques] *Regina Donna Tarasia eis consentiente volens et ipso superbe regnare loco mariti sui, amoto filio a negocio Regni.* Mas o Príncipe *conuocatis amicis suis et nobilioribus de Portugal, qui eum multo maxime quam matrem eius, vel indignos et esteros natione nolebant regnare super se. Commisit eum eis proelium in campo Sancti Mametis, quod est prope castellum de Vimaranes, et contriti sunt, et deuicti ab eo, et fugerunt a facie eius, et comprehendit eos.* Daqui se conclui que a revolta do Príncipe a motivou a ira por se vêr afastado do govêrno do condado por um estrangeiro que se insinuara no ânimo da mãi e com ela casara.

A *Brevis Historia Gothorum* é ainda mais resumida no relato dos factos. Limita-se a dizer que no mês de Junho do ano de 1166, da era de César, em dia de S. João Baptista, *iniit Regnum vel potius principatum Portugalliae Alfonsus, uictis adversariis, qui Tharasia matre Regnum inuaserant, et regno pulsis prelium commissum est in campo S. Mamantis, vulgo mametis, prope Castellum Vimaranense in Regione inter amni.* É tudo quanto diz e não dá o mais leve indício por onde se possa tirar qualquer inferência, mais ou menos próxima da verdade.

Os cronicões Complutense, Lamecense, Laurbanense nada dizem, e o Alcobacense, depois de falar no nascimento de D. Afonso Henriques passa logo a referir a batalha de Ourique. Fica-se na ignorância dos factos que medeiam entre os dois relatados, sem qualquer indicação, ainda a mais leve, do modo por que o Príncipe ascendeu ao trono de Portugal.

Mais prolixas são as *Crónicas breves e memorias avulsas de S. Cruz de Coimbra* que no capítulo III relatam com certos pormenores as razões do alçamento de D. Afonso Henriques. Ali se diz que D. Teresa casara com Vermuí Peres de Trava «mais depois lha tomou o conde don Fernando seu irmão e casou com ella». Êste D. Fernando era então «o milhor homem despanha que Rey nom fosse, e por esta razon alçousse toda a terra a dom afonso anrriquez com sua madre. E elle quando esto vio forçou dous castellos huum nenha

*BRAGA — VISTA DA ABSIDE E DAS TORRES DA SÉ*

[Neiva], e outro castello da feira. E danbos estes castellos fazia elle guerra mortal a seu padrasto entanto que ouueram a fazer treegoas que podessem fallar». Foi então que o Trava se lhe dirigiu, chamando-lhe príncipe, e pedindo-lhe que não continuassem a hostilizar-se em guerrilhas mas entrassem em batalha campal que decidiria da sorte dos dois. O moço Infante respondeu-lhe que Deus bem deveria vêr o facto dêle, Trava, o querer expulsar da terra que seu pai conquistara aos mouros, mas D. Teresa (que pelo visto estava presente à

conferência) atalhou dizendo: «minha he a terra ca meu padre elRey dom affonso ma leixou». Mas o Trava persiste na idea da luta campal que se decidiu «que fosse em guimarães em logar que dizem sam redanhas».

O *Livro das Linhagens* do Conde D. Pedro segue na peügada da crónica anterior, de que possìvelmente aproveitou o relato, e refere os factos exactamente do mesmo modo.

São as citadas crónicas os documentos mais antigos que se referem à revolta que já devia lavrar em fins de 1126 ou princípios de 1127. Nelas, como se viu, é o pleito dado como proveniente do facto de D. Afonso Henriques se julgar com direito ao govêrno do condado, que sua mãi entregara ao Trava, na sua qualidade de marido. Nada se diz sôbre a acção dos barões portucalenses, como Egas Moniz, Gonçalo Mendes o *Lidador* e de outros que depois acompanharam o Infante. No meio desta névoa só Herculano parece ter entrevisto a verdade. «A influencia illimitada de Fernando Peres — diz êle — devia forçosamente excitar desde o principio o descontentamento e o ciume dos barões portugueses, e as revoltas da Galiza produzidas por um caso analogo eram exemplo mui evidente e proximo, que lhes apontava o caminho que deviam seguir». Eram, pois, duas correntes que convergiam para o mesmo fim: expulsar o galego. Em Afonso Henriques, então rapaz de 17 anos, falava o despeito por supor que a mãi o esbulhava do que legìtimamente lhe pertencia; nos ricos-homens de Riba-Douro falava também o despeito, mas êste era talvez o de se verem preteridos por um estrangeiro, como já então se considerava todo o habitante de além do Minho. Nêsses tempos de moral fácil, a-pesar da doutrinação da Igreja, os costumes eram grandemente dissolutos, e quem lance os olhos para o *Livro Velho das Linhagens* ou para o *Nobiliario* do Conde D. Pedro, lá encontrará os crimes mais repelentes praticados por quem tantas vezes se considerava bom cristão. Talvez por isso é que os barões portucalenses entenderiam que as relações de D. Teresa com o Trava eram um crime não em si mas por êste último ser estranjeiro. E é desde aí que, contìnuamente vexados pela preponderância que o filho de Pedro Froilaz adquiria todos os dias e pela que também os galegos iam tomando, os barões de Riba-Douro tomam a decisão de expulsar o Trava e os seus, escolhendo para chefe a criança que já aos 14 anos revelara, na catedral de Çamora, que tinha a alma de um homem e o estôfo de um batalhador.

A invasão de Afonso VII de Leão, que pretendia reduzir à obediência êste pequeno recanto turbulento do seu império, deteve por momentos o eclodir da revolta, mas logo em meados do ano seguinte ela rebentou com fragor e com o mesmo ímpeto com que se soltavam as paixões naquelas eras bárbaras de rudeza imensa. E o pleito decidiu-se emfim junto de Guimarãis. D. Teresa e o Trava fugiram, foram presos e libertados a seguir. Portugal nascera nessa tarde gloriosa de 24 de Junho de 1128, quando os soldados do Infante desbarataram os galegos de Fernão Peres. «Era o primeiro symptoma de uma direcção nova, que se ia imprimindo na vida historica nacional», como diz Oliveira Martins. A Galiza integrava-se definitivamente no bloco leonês-castelhano do qual nunca mais pôde separar se; Portugal recuperara a sua autonomia e caminhava confiante para o futuro.

Mas o sonho da grande Princesa continuou incompreendido, quer pelo filho que lhe arrebatou o govêrno, quer pelo amante ou marido que a acompanhou no destêrro. Se o

amor pelo Trava não era um cálculo, foi realmente êle que a perdeu e a fêz perder o que ardentemente desejava alcançar: a independência do condado que queria governar sòzinha. Com os seus actos ela criou o ambiente que tornaria possível o resgate duma Pátria e nem a sua paixão por Fernando Peres a fêz esquecer o que devia a si e à terra que governava, dupla herança do primeiro marido e do pai. Se a batalha de S. Mamede é o corte do cordão umbilical que unia Portugal a Leão, ainda que pareça paradoxo êle se deve a essa varonil figura de mulher que certos historiadores nos apresentaram como esquecida de tudo e de todos aos pés do amante galego, em doces colóquios de amor. É bem verdade que alguns escritores, modernamente, fazem justiça às qualidades admiráveis da filha de Afonso VI de Leão; mas foi Herculano quem em pleno romantismo a rehabilitou. E sabe-se que o escritor ilustre não era pródigo em elogios:

«Os escritores modernos, empenhados em salvar a reputação moral de D. Theresa como mulher, esqueceram-se de lhe fazer justiça como rainha ou regente de Portugal. Tem-se dissertado largamente sobre o seu consorcio com o conde Fernando Peres, que nada nos auctorisa a admitir, emquanto o valor historico do seu governo é perfeitamente desprezado. Todavia, durante quatorze anos os actos da viuva do conde Henrique mostram bem a perseverança e destreza com que buscou desenvolver e realizar o pensamento de independencia que elle lhe legara. Cedendo á força das circumstancias, não duvidava de reconhecer a supremacia da corte de Leão para obter a paz quando della carecia, salvo o recusar a obediencia quando cria possivel resistir. Associando-se habilmente aos bandos civis que despedaçavam a monarchia leonesa, ia creando no meio della para si e para os seus uma patria [...] Pelas armas e pela política augmentou a extensão dos proprios dominios ao oriente e ao norte, conservando ao meio-dia a linha das fronteiras que seu marido já lhe deixara encurtadas. O castigo de um erro, que, medido pelos costumes do tempo, estava longe de ser imperdoavel, parece-nos demasiado severo, e o procedimento dos barões portugueses para com ella merecerá dos desprevenidos a imputação de ingrato. D. Theresa — acentua Herculano — foi victima de um sentimento nobre em si, mas ás vezes excessivo e cego, que ella tinha feito crescer, radicar-se, definir-se e que serviu de pretexto de rebeldia á ambição de Affonso Henriques, ou antes á daquelles que por meio do inexperiente principe esperavam melhor satisfazê-la. Este sentimento era o da nacionalidade».

Mas os que porventura supunham ser o moço Infante dócil instrumento dos seus desígnios, enganaram-se redondamente: foram êles próprios que o ajudaram a levar a cabo um empreendimento cujo primeiro indício se manifestou na catedral de Çamora. Êle foi, assim, quem deu corpo ao pensamento materno e D. Teresa talvez intimamente se regozijasse com isso. Se os destinos dos dois — mãi e filho — se separaram, o pensamento que lhes era comum, êsse foi cumprido integralmente. E, digamo-lo com justiça, devem-se mais a ela do que a êle.

Essa Princesa ilustre, que, a-pesar-de todos os seus defeitos, é a digna precursora daquelas mulheres admiráveis que foram as nossas Raínhas, jaz na Catedral de Santa Maria de Braga, lado a lado com o marido; ali repousa há tantos séculos, longe da incompreensão de uns, perto da admiração de outros que nela veem a mãi espiritual do Reino de Portugal. E repousam bem ali os seus restos, porque no dealbar da nossa nacionalidade foi Braga uma das cidades que mais e melhor por ela trabalharam. Por isso as comemorações que ali se realizarão no dia 8 de Maio de 1940 são mais do que um acto de justiça para com a memória da inclita Princesa: são um dever que há séculos foi imposto à nossa consciência de portugueses.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

# CASTELOS DE PORTUGAL

## ALMOUROL E TOMAR

É com justificado júbilo que nós vemos que a propaganda em prol dos castelos de Portugal se vai intensificando por todo o país e que o Estado, dentro das suas possibilidades orçamentais, acode a salvar, de ruína certa, muitos dêsses formosos exemplares, sem dúvida, os mais evocativos padrões do nosso glorioso passado.

Entre os castelos que receberam os benefícios de importantes reparações, destacamos hoje o formosíssimo castelo de Almourol, numa situação priveligiada e de uma invulgar imponência.

Sôbre uma massa rochosa, numa pequena ilhota do Tejo, perto de Tancos, eleva-se esta elegante fortaleza que Gualdim Pais, o glorioso mestre da Ordem dos Templários, erigiu em 1171, como forte baluarte para a dilatação da fé cristã e como poderoso auxiliar nas conquistas para o alargamento das fronteiras.

Papel de relêvo tiveram os templários na formação e consolidação da nacionalidade. Como prémio dos seus serviços, além do que receberam durante o govêrno de D. Tereza, diz Herculano, «que já tinham recebido do rei de Portugal o senhorio do castelo de Cêra (Cêras) e os territórios cortados pelo Nabão e pelo Zézere desde alta Estremadura, prolongando-se ao oriente pela Beira-Baixa; territórios vastíssimos, em que os templários haviam fundado sucessivamente muitos castelos, como os de Pombal, Tomar, Ozezar Almourol, Idanha e Monsanto». A êles se deve também a construção de outras fortalezas onde se fortaleceu sempre o amor à Pátria.

Dentre o conjunto gracioso das muralhas e cubelos ameados que envolvem o velho castelo de Almourol, sobressai altiva e dominadora a forte tôrre de menagem, coroada com as suas ameias, e donde se gosa um vasto panorama.

A sua posição e as suas elegantes linhas arquitecturais concorrem para que êste glorioso padrão, tão poetisado por formosas lendas de um requintado sabor mourisco, seja considerado como um dos mais belos de Portugal.

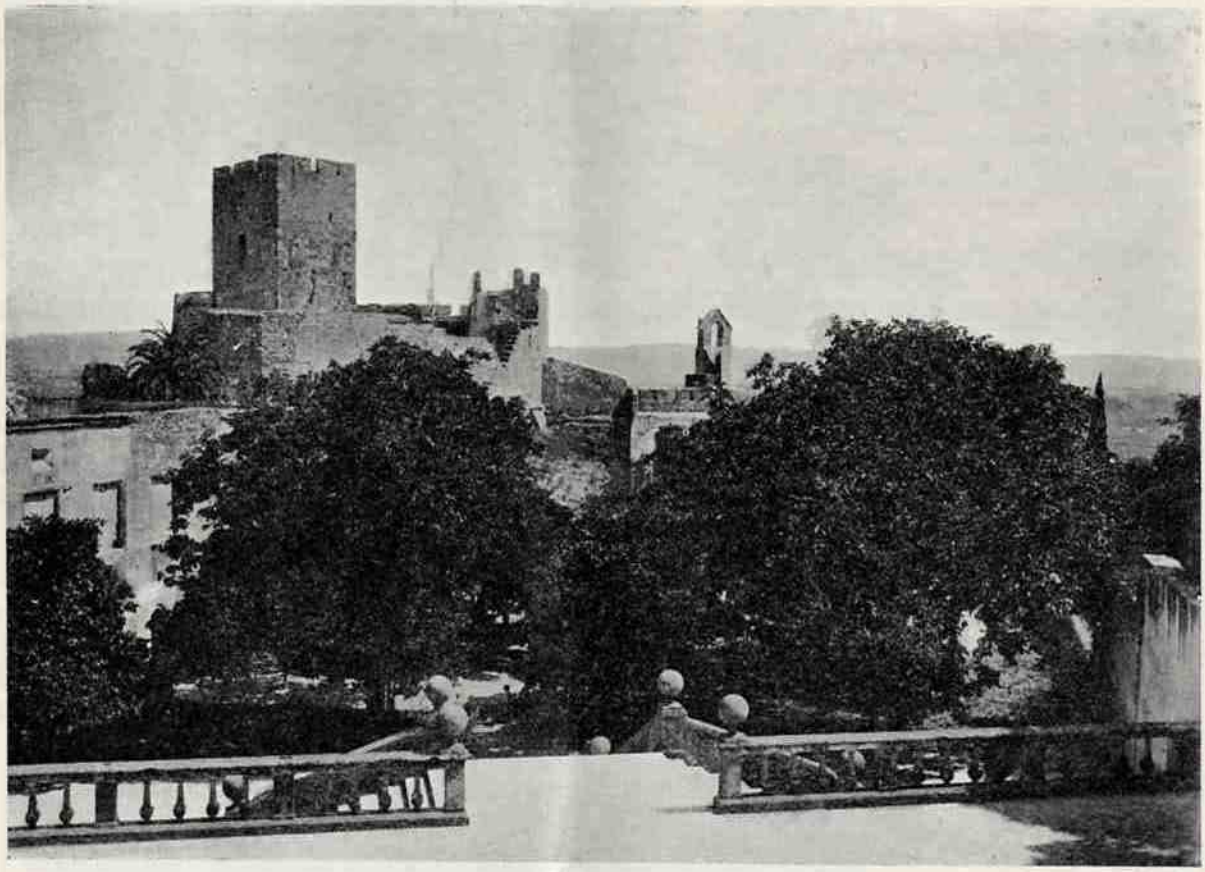
*

* *

Um outro castelo, cuja fundação se deve ao famoso mestre dos Templários Gualdim Pais, é o de Tomar que êle começou a edificar em Março de 1160, sendo um dos mais fortes e bem defendidos castelos do país. Foi a séde da ordem dêsses valentes monges e cavaleiros, que tão nobre e valorosamente se bateram pela independência de Portugal.

*CASTELO DE ALMOUROL*

Teatro de notáveis acontecimentos, êste formidável baluarte de tão nobilíssimas tradições históricas conseguiu resistir, durante 6 dias ao apertado assédio que os mussulmanos lhe puzeram, depois da tomada do castelo de Tôrres Novas, no reinado de D. Sancho I. Yacub, não podendo vencer a tenaz e heróica resistência dos aguerridos Templários, levantou cêrco e retirou-se apressadamente com os seus homens.



*TOMAR — CASTELO DOS TEMPLARIOS*

Dêste castelo partiram êsses esforçados cavaleiros para a luta da conquista da independência, preferindo a morte à derrota.

O castelo de Tomar, construído no alto de uma elevação, numa bela posição táctica, domina a cidade e dêle se gosa um deslumbrante panorama.

Grandes estragos sofreu no decorrer dos anos, que destruiram o seu primitivo traçado, especialmente quando se fizeram as obras para o convento da Ordem de Cristo.

Vários trabalhos de restauro tem recebido de forma a conservar uma parte das muralhas e a sua bela tôrre de menagem, como se vê na gravura que acompanha êste artigo.

Para a construção do castelo foram aproveitadas as pedras das ruínas romanas e visigóticas da margem esquerda do Nabão, sendo testemunho irrefutável desta afirmação as inscrições que se observam em algumas das suas pedras.

Já mutilada, encontra-se também no castelo gravada a inscrição latina comemorativa da fundação desta fortaleza e que traduzida, diz:

«Na era de 1198, reinando Afonso, ilustríssimo rei de Portugal, D. Gualdim, mestre dos cavaleiros portugueses do Templo, com os seus freires começou no primeiro dia de Março a edificar êste castelo, chamado de Tomar, que acabado, o rei ofereceu a Deus e aos cavaleiros do Templo».

Dêste antigo castelo ainda se conservam alguns panos de muralha, a tôrre de menagem e as ruínas da alcáçova, ruínas pitorescas que as obras de restauração têm procurado manter e conservar para que a acção do tempo não aniquile êste glorioso padrão, afirmação eloquente de uma época de ardentes e patrióticas aspirações.

JORGE LARCHER

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

*Na sua habitual secção «Quintas-feiras», publicou o ilustre escritor e eminente académico sr. Dr. Júlio Dantas, no jornal do Pôrto* Primeiro de Janeiro, *de 6 de Julho findo, o excelente artigo «Um Estadista do século XIV», que temos a honra de arquivar nesta Revista:*

Pensa-se em levantar na cidade de Lisbôa um monumento ao rei D. Diniz. Êsse monumento, iniciativa da Universidade Técnica adoptada pela Comissão Nacional dos Centenários, será — ao que parece — construído a expensas dos organismos económicos portugueses, e desenhará àmanhã, entre o arvoredo da Tapada da Ajuda, o perfil gótico do «rei civil» primeiro grande estadista que, depois do período bárbaro da Fundação, aparece na História de Portugal.

Está ainda pouco estudada a figura dêste monarca, a quem Dante se refere desagradavelmente na *Divina Comédia*, pondo-o entretanto a-par (e, na verdade, em muitos pontos a vida de ambos foi semelhante) do rei sábio de Castela, Afonso X. Muita gente, mesmo rudimentarmente culta, conhece-o apenas como homem voluptuoso e marido infiel de Izabel de Aragão, como se a fidelidade conjugal fôsse de regra na Idade-média portuguesa (valha-nos Deus!); e não poucas pessoas, aceitando como verídico o milagre das rosas — já, muito antes do nascimento de Santa Isabel, atribuído à homónima Isabel da Hungria e representado num timpano da catedral de Bruges — não vêem no grande propulsor das actividades económicas e criador da política do espírito em Portugal senão o homem antipático e avarento que proíbia a mulher de dar esmolas aos pobres. Como se a obra aliás notável de Isabel de Aragão não tivesse sido, no domínio da assistência social, o complemento da acção do rei seu marido, protector desvelado dos operários, dos homens do mar e dos homens da lavoura, primeiro monarca português que não só olhou com simpatia o povo, mas enobreceu os humildes e protegeu o trabalho!

Homem de vasta cultura, espírito de organização e de acção, burocrata e administrador incansável, rei «moderno» (no sentido em que é licito empregar esta palavra tratando-se de um monarca medieval), D. Diniz aparece-nos com singular relêvo seja qual fôr o ponto de vista administrativo em que nos coloquemos. Compreendendo a política do ensino na sua expressão ao mesmo tempo unitária e universalista, reúniu numa só as escolas monásticas dispersas e fundou o «Estudo Geral», de figurino francês, porque francesa era a sua própria formação mental: deveu-se-lhe, assim, a existência da Universidade de Lisboa-Coimbra. Mestre da poesia à maneira da Provença, primeira grande figura literária nacional, não se limitou a cultivar a língua em obras-primas ainda hoje vivas como o *Verde pinho* e a *Bailia de Amor*, puro veio de ouro do lirismo arcaico, mas foi o defensor acêrrimo do idioma nascente e determinou que todos os diplomas e actos judiciais se escrevessem em português. O que, porém, menos geralmente se conhece — embora os manuais escolares lhe chamem «rei lavrador» — é a sua obra no domínio das actividades económicas. Se a acção cultural dioniseana pode considerar-se excelente, a obra de organização económica não lhe fica atrás; creio, mesmo, que será justo considerá-la o mais alto título de glória de D. Diniz. Outros talharam o território a golpes de espada; êle iniciou com espírito progressivo e visão segura, a vasta obra de fomento que tornou rica a nação. Por isso a Universidade Técnica de Lisboa tomou a iniciativa de um monumento ao excelso homem de Estado medieval; por isso tôdas as actividades económicas — desde as associações liberais até aos organismos corporativos — acabam de conceder a essa iniciativa o seu caloroso apoio.

É na verdade considerável a obra de fomento de D. Diniz, não só no ponto de vista agrícola, mas ainda sob os aspectos industrial e comercial. As leis da desamortização e da distribuição dos terrenos incultos aumentaram sensivelmente a área cultivada do país; intensificou-se por tôda a parte a lavoura, secaram-se os paúes de Salvaterra, de Muge e do Valado; iniciou-se, pela plantação do pinhal de Leiria, um vasto plano de revestimento florestal; criou-se a nobreza agrícola pela concessão do fôro de cavaleiros aos grandes lavradores; instituiu-se (foi nisso Isabel de Aragão desvelado auxiliar do monarca seu marido) um hospício ou casa de assistência destinada a recolher e educar as filhas e orfãs de «lavradores honrados». No que respeita às actividades industriais, regista-se o impulso dado por D. Diniz à indústria mineira, quer pela concessão da exploração das minas de ferro, quer pelas regalias concedidas aos operários que

trabalhassem nas minas de oiro da Adiça (mineração principiada no tempo de Sancho I) quer ainda pela exploração directa de minas de prata, chumbo, cobre; e não menor atenção lhe mereceu a indústria de pescarias, porque no seu reinado e sob a sua acção pessoal se iniciaram nas costas do Algarve a pesca da baleia (baleação de Lagos e Tavira) e, em mais larga escala, a do atum (Sines, Setúbal, Lagos). Quanto, finalmente, ao comércio, basta citar o desenvolvimento da frota mercante portuguesa; a criação das bôlsas comerciais da Flandres e do Pôrto; a instituição das feiras-francas, com largas imunidades para os mercadores; o tratado de comércio com Eduardo III de Inglaterra; o fôro de nobreza concedido aos comerciantes por grosso, instrumentos da riqueza e do crédito da Nação. Muita gente, decerto, ignora tudo isto. Mas de futuro, diante da Escola Agrícola, à sombra patriarcal do arvoredo da Tapada, um pequeno monumento o recordará, se os organismos económicos quizerem, perpetuando no bronze — matéria simbólica da História — a glória pacífica de um monarca que preferiu o arado à cota-de-armas, mas que substituiu a espada pela teorba; que em vez de matar, cantou; e que sabendo conservar o património territorial da nação, obra de seus avós, ensinou o povo a valorisá-lo pelo trabalho e pelo estudo.

As comemorações centenárias de 1940, convidando-nos á revisão dos grandes valores históricos oferecem às gerações de hoje o ensejo de pagar — embora tarde — algumas dívidas nacionais.

*Do* Diário da Manhã, *de 23 de Setembro último, transcrevemos, com a devida vénia, o interessante artigo — «Para a história da conjuração de 1640» — da autoria do nosso distinto colaborador sr. Dr. Rodrigues Cavalheiro.*

D. João da Costa — todos se recordam — foi o desmancha-prazeres da conspiração de 1640. A três dias da data marcada para a revolta dera-se-lhe parte do que se preparava, pois, segundo o Conde da Ericeira, «era dotado de grande valor e entendimento, partes que lhe haviam grangeado toda a estimação da Côrte, contando-se nos seus poucos anos muitos de prudencia». Ouviu êle com muita atenção a proposta que lhe faziam e, depois de considerar largamente sôbre a gravidade da emprêsa, falou, com a natural eloquência de que era dotado, dos perigos que antevia na sua realização.

Foi a *História de Portugal Restaurado*, segundo crêmos, que, já após o falecimento do Conde de Soure, revelou o nome do fidalgo que ao ser iniciado na quarta-feira que antecedeu a Revolução, tantas dúvidas levantara sôbre o bom êxito da conjura. Se consultarmos as fontes que geralmente têm servido para se traçarem os antecedentes do movimento do 1.º de Dezembro — a «Relação de tudo o que passou na felice Aclamação», a «Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal», a História del levantamiento de Portugal», de Frei Antonio Seyner, etc. — encontramos uma discreta reserva àcêrca da identidade do conspirador que, com as suas reflexões de bom senso, ia deitando tudo a perder.

E nem sempre os textos concordam. Assim, na *Relação* diz-se que «entrou na junta um Fidalgo», dando-se, desta forma, a entender claramente que D. João da Costa assistira à reunião e nela expusera as dúvidas que àcêrca da eclosão do movimento a sua prudência levantara. Na *Usurpação* aparece-nos um *mensageiro*, que serve de intermediário entre o cauteloso fidalgo e o conclave dos conspiradores, e que neste expõe as opiniões que ouvira, ao iniciar na conjura o futuro Conde de Soure.

Como já dissemos, é o Conde da Ericeira quem nos revela o nome do conjurado hesitante que, a poucas horas de deflagrar a revolta, ia quási comprometendo com as suas restrições, de-resto ditadas por uma absoluta boa-fé, o êxito da empresa. Embora hoje seja difícil averiguar a autenticidade das palavras atribuidas no *Portugal Restaurado* a D. João da Costa, não me repugna acreditar que, através do arranjo literario de D. Luiz de Meneses, elas devem reflectir as preocupações dominantes do jovem conspirador.

Nêsse discurso está já inteiro o futuro e ponderado defensor da fronteira alentejana. Através dêle vislumbram-se bem as dificuldades quási insuperáveis com que se apresentava a temerosa tarefa da Restauração. Compreende-se nítidamente que o Duque de Bragança — depositário da derradeira esperança dos que ardentemente desejavam Rei natural — hesitasse longamente antes de se resolver a dar o definitivo passo. Todavia e nunca é demais acentuá-lo, desde que se decide a compartilhar dos trabalhos dos conspiradores, o Senhor de Vila Viçosa torna-se o mais confiante, o mais entusiástico, o mais audaz de todos eles. Essa fase conspiratória de D. João não tem sido suficientemente posta em relêvo. E, no entanto, ela ressalta perfeitamente da leitura atenta dos testemunhos coevos. Ainda em Lisboa, nos conciliábulos de Xabregas, de S. Domingos ou da residência de João Pinto Ribeiro, se hesitava longamente no caminho a seguir, e já em Vila Viçosa se afirmava uma vontade inabalável: — seguir para

a frente, mesmo só com as devoções alentejanas que o Duque pessoalmente criara, e que eram os seus amigos e criados e as fôrças de Elvas, que o Bispo D. Manuel da Cunha, sobrinho de D. Rodrigo da Cunha — uma das alavancas da conjura lisboeta lhe fôra oferecer.

Repetimos: — o capítulo da preparação alentejana da revolta, quási que exclusivamente obra de D. João, está ainda muito imperfeitamente estudado. A própria adesão do Bispo de Elvas — que na «Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal» não é considerado pessoa de confiança — aos trabalhos dos conspiradores só se encontra suficientemente mencionada numa obra castelhana, o volume de Frei Antonio Seyner a que nos referimos acima. Mas ela ajuda-nos a perceber como as frases de efeito, atribuidas a D. Luiza de Gusmão para resolver seu marido a empunhar o cetro, são pura fantasia do Conde da Ericeira que, assim, forneceu aos historiadores romanticos do século passado uma das mais utilizadas armas com que se tem combatido a memória de D. João IV.

# NOTAS VÁRIAS

## *A VISITA DE SOUSA CRUZ AOS TRABALHOS DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS*

*A-propósito da visita do Sr. Comendador Albino de Sousa Cruz aos planos da Exposição do Mundo Português, proferiu ao microfone da Emissora Nacional o jornalista sr. Gastão de Bettencourt a palestra que a seguir reproduzimos:*

«O Sr. Comendador Albino de Sousa Cruz, presentemente em Lisboa, visitou há dias a *maquette* da Exposição do Mundo Português.

Recebido pelo Comissário da Exposição e pelos seus adjuntos, o activo presidente da Comissão Executiva das Comemorações Centenárias da colónia portuguesa do Brasil, poude admirar a grandiosa idea que constitui o projecto do que vai realizar-se em 1940.

Foi grande a emoção sentida por êsse português, símbolo dos muitos portugueses espalhados pelo mundo, que conquistaram pelo seu esfôrço, pela sua inteligência, pela sua tenacidade, um lugar de grande relêvo no meio social dos países para onde o destino caprichoso em seus desígnios os encaminhou.

Sousa Cruz, como tantos outros, é um exemplo admirável, que se deve pôr em fóco.

Mas não é essa a nossa intenção nêste momento. Mas apenas reflectir o alto patriotismo de que a colónia portuguesa do Brasil no momento presente, está dando mais um grandiosíssimo e inesquecível exemplo.

Mas, se é grande, admirável, o patriotismo da colónia portuguesa, dando colaboração materialmente tão valiosa quanto moralmente tão bela, podem também os portugueses que trabalham proveitosamente pelo engrandecimento da Pátria, que foram os obreiros do seu renascimento, sentir-se à vontade, porque essa colaboração está bem em relação à importância do empreendimento que as Comemorações Centenárias vão atingir.

Albino de Sousa Cruz olhou admirado, primeiro, essa *maquette*, impressionante pela sua grandeza; emocionado depois pela significação de tudo aquilo que, ali em Belém — entre os Jerónimos, a Tôrre rendilhada e o mar — os grandes monumentos da nossa epopeia, se está edificando febrilmente.

O grande português a quem a luta de longos anos em terra alheia, não modificou nem enfraqueceu a sensibilidade, não enrijou e tornou menos vibrátil a corda patriótica, ficou suspenso, calado, comovido, diante do sonho grande e lindo que a vontade e o amor pátrio dos homens estão materializando, dando corpo, para tornar palpável, visível, uma obra tão grandiosa, que chegamos a julgar impossível, mas que é tôda a história dos portugueses contada com honestidade e sem exagêros, porque dêles não carece quem tantos feitos tem de sobejo para se vangloriar.

É isso a Exposição do Mundo Português, em que se está trabalhando dia e noite com fé e com orgulho, para em 1940 podermos lembrar ao Mundo que no Mundo todos os portugueses muito fizeram pela civilização, e nêle deixaram um traço inapagável.

Estamos a menos de um ano do início das festas com que vão ser comemorados os oitocentos anos da nossa História e olha-se receoso para exigüidade de tempo em face de tão temeroso projecto.

Mas há que contar-se com o milagre que acelerou o rítmo, até há poucos anos retardado, da nossa actividade, com a fé que hoje ilumina de novo to-

dos os corações portugueses. Todos; os que aqui vivem e de aqui nunca saíram, os que vivem longe mas constantemente pensam na Pátria.

Tudo estará pronto a tempo.

O que veremos, então, nessa grande Exposição, em que o Brasil aparecerá tão unido a nós, tão integrado connosco?

O *Pavilhão da Fundação* — visão histórica da criação de Portugal; D. Henrique — D. Tereza — Afonso Henriques — Ourique... Edificação de uma pátria cujos alicerces foram ligados com o sangue de muitas batalhas, com a alegria estonteadora de inúmeras victórias, e, por isso mesmo, fadada para os mais gloriosos destinos...

O *Pavilhão dos Descobrimentos* — a audácia, o arrôjo, o saber, o espírito de aventura, a fé, a ânsia de alargar os limites dessa Pátria, já pequena para os heroísmos dos seus filhos... Índia, Brasil — o Mundo todo, emfim. Velas que não temeram o açoite indomável dos ventos, nem o clamor impiedoso das procelas — náus que proclamaram a rijeza invencível das madeiras do pinhal que D. Deniz — o rei trovador e sábio — mandou plantar. Cartas de marear, onde se debruçou em longas vigílias, em largos devaneios de sonho glorioso o Infante D. Henrique na solidão de Sagres.

E... mais: o *Pavilhão da Fé*, da fé que temperou as nossas espadas; o da *Colonização*, o dos *Portugueses no Mundo;* o da *Independência* — D. João I, D. Nuno, Aljubarrota — Valverde — João das Regras; o da *Restauração* — D. João IV — Linhas de Elvas — Ameixial — Montes Claros. Heroísmo sem par, patriotismo sem igual.

E o *Pavilhão do Brasil*, essa dádiva de Deus, milagre dos homens...

Os Pavilhões das províncias do vasto Império, hoje mais do que nunca orgulhosamente, vibrantemente português...

Todo o Portugal — Metrópole. Costumes, usos, fontes de riqueza, demonstrações de cultura.

Todo o Portugal — Império. Províncias do Ultramar, tão portuguesas como as da metrópole. Páginas maravilhosas laivadas de heroísmo que não morre.

*Portugal 1940* — fio doirado que nos liga aos tempos de outrora Milagre de ressurgimento. Renascimento de virtudes, prestígio e grandeza.

O Mundo Português nos seus múltiplos aspectos e numa demonstração sem par na História de Portugal. É isso que no próximo ano, vindes comovidamente, em romaria, vêr na vossa terra. Ao regressardes, levareis a convicção indestructível que ser português, que ser brasileiro, é ser *Alguém no mundo.*

Compreendereis, pois, porque Sousa Cruz se sentiu tão fortemente emocionado deante dêsse sonho lindo e grandioso, que dia a dia, hora a hora, instante a instante, se vai tornando realidade no campo ternamente fértil de Belém, onde não está esquecido o alvorôço das partidas entusiásticas para os grandes descobrimentos.»

### *PROPAGANDA RADIOFÓNICA*

Recomeçaram já os habituais programas de propaganda radiofónica das comemorações centenárias, emitidos pela Emissora Nacional, os quais, em virtude da situação internacional, estiveram interrompidos durante algumas semanas.

Os programas de música portuguesa, acompanhados de palestras de divulgação turística, serão transmitidos no comprimento de onda de 30 m. e 80 e na frequência de 9740 kilociclos, das 21 ás 21 e 45 horas, para a Europa, ás terças, quintas e sábados.

Para a Espanha, o noticiário em espanhol será radiodifundido ás 19 e 50, ás segundas, quartas e sextas-feiras, e ás 20 horas e 30 dos mesmos dias para o Continente, realizando-se também nos referidos dias, e ás horas seguintes:

Para Africa, das 17 ás 20 e 45; para o Brasil das 22 ás 24; para a América do Norte das 0,5 ás 2 horas.

### *PRIMEIRO DOCUMENTO DATADO REFERENTE A TOMADA DE LISBOA*

Na nota publicada na página 18 do n.º 6 da «Revista dos Centenários» não se mencionou, por lapso, o nome do sr. dr. José da Cunha Saraiva, autor do artigo a que pertence o documento latino e a respectiva tradução, referente à tomada de Lisboa.

### *A ARTE BRASILEIRA NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS*

Para a representação da Arte brasileira na Exposição do Mundo Português, em 1940, foram dadas as seguintes instruções:

1.º — Só poderão concorrer com trabalhos para o certame artistas brasileiros que tenham sido, especialmente, convidados pelo general Francisco José Pinto, presidente da Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal.

2.º — Serão convidados artistas de qualquer parte do Brasil nas seguintes condições: *a*) O artista não poderá concorrer com mais de um trabalho, salvo

em casos especiais e com expressa autorização do presidente da comissão; *b*) Só serão admitidas obras inéditas e feitas, especialmente, para figurarem no certame; *c*) Para a exposição serão escolhidas, de preferência, as obras cujos assuntos sejam relativos á história de Portugal no Brasil, como por exemplo: descobridores e colonizadores; a luta dos portugueses e brasileiros para expulsarem os holandeses e espanhóis; os reinados de D. João VI e Pedro I; em suma, tudo que se relacione com Portugal e Brasil; *d*) Para os trabalhos de pintores paisagistas serão admitidos os que contenham trechos panorâmicos, belezas das nossas cidades e da nossa natureza; *e*) Os quadros serão enviados ao presidente da comissão, no Palácio do Catete, com todos os dados, preço, dimensões, discriminação do assunto, pequena nota biográfica do artista e suas fotografias; *f*) A Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal assume a responsabilidade pelos trabalhos que lhe fôrem entregues até á data da respectiva devolução; *g*) A Comissão Brasileira não se responsabiliza pelas obras em escultura enviadas em gêsso, barro ou barro cozido; *h*) Em ocasião oportuna e em lugar próprio, serão expostas todas as obras apresentadas para a escolha definitiva das que figurarão no certame; *i*) O acondicionamento e a embalagem das obras ficam a cargo da Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, que as entregará; *j*) As obras devem ser entregues até 28 de Fevereiro de 1940.

### *O PRÉMIO «JÚLIO DE CASTILHO»*

A Câmara Municipal decidiu criar um prémio, a que deu o nome de Júlio de Castilho, destinado á obra de estudos olissiponenses que parecer mais característica e que aparecer durante o biénio das comemorações centenárias.

O prémio será atribuído mediante as condições constantes do seguinte regulamento:

Art.º 1.º — O «Prémio Júlio de Castilho», da importância de 3.000$00, destina-se a galardoar a melhor obra impressa em língua portuguesa, de carácter arqueológico, histórico, literário ou artístico que sôbre o passado ou o presente da capital se publique em Portugal ou no estranjeiro durante os anos de 1939 e 1940.

Art. 2.º — O concurso será aberto nos dias 1 de Janeiro de 1940 e 1941, pelo espaço de 30 dias, anunciado no «Diário Municipal» e em dois jornais de Lisboa de grande circulação, só podendo ser admitidas obras que tenham dado entrada na Biblioteca Nacional de Lisboa (depósito legal) respectivamente durante os anos de 1939 e 1940.

Art. 3.º — Cada candidato ao «Prémio Júlio de Castilho» remeterá para a Repartição dos Serviços Culturais seis exemplares da obra ou obras com que concorre e que em nenhum caso serão devolvidas, acompanhadas do pedido de admissão ao concurso e de certidão, passada pela Biblioteca Nacional de Lisboa, comprovativa da data de entrada da referida obra ou obras no depósito legal.

Art. 4.º — Não serão admitidas ao concurso obras editadas pela Câmara Municipal de Lisboa, nem de autor que tenha recebido o «Prémio Júlio de Castilho» no ano anterior.

Art. 5.º — No prazo de vinte dias a contar da data do encerramento do concurso o júri constituído por um vereador designado pelo presidente, pelo director dos Serviços Centrais e por representantes da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia Nacional de Belas Artes, da Associação dos Arqueólogos Portugueses nomeados para cada ano, apreciará as obras apresentadas e formulará, em relatório, o seu parecer, que será assinado por todos os seus membros e homologado pelo presidente da Câmara.

Art. 6.º — O «Prémio Júlio de Castilho» é indivisível, podendo o juri, quando entender que nenhuma das obras apresentadas está nas condições de o merecer, propor que não seja atribuído.

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 11 — 30 de Novembro de 1939 — ANO I

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*O ESPÍRITO AUTONOMISTA NA LITERATURA PORTUGUESA SOB OS FELIPES — Dr. Hernani Cidade* . 1

*ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão* . . . . . 5

*CONGRESSO INTERNACIONAL DA MOCIDADE* . . . 11

*COMO CONSEGUIU PORTUGAL A SUA AUTONOMIA POLÍTICA? — Dr. José de Oliveira Boléo* . . . . 14

*CASTELOS DE PORTUGAL — Pombal e Pôrto de Mós — Cap. Jorge Larcher* . . . . . 20

*LEGISLAÇÃO* . . . . . 24

*REVISTA DA IMPRENSA* . . . . . 26

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 29

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50

# O ESPÍRITO AUTONOMISTA NA LITERATURA PORTUGUESA SOB OS FELIPES

Na competição de hegemonias entre Portugal e Espanha, que vinha de longa data, perdemos em 1580, por causas de todos conhecidas, a nossa independência. Estava, porém, tão fundamente radicado o sentimento de autonomia, que a situação histórica então criada, em vez de o amortecer, mais ainda o afervorou. Dir-se-ia que não nos preparou a história aquela dolorosa e longa lição, senão para que o impulso instintivo se consolidasse em consciente certeza experimental, senão para que, o que surdamente se adevinhava e sentia, recebesse plena confirmação do que se houvesse objectivamente verificado.

Nada mais impressionantemente demonstra o vigor do sentimento autonomista e o empenho de mais fundamente o radicar e fortalecer, do que um rápido relance de olhos por alguns aspectos da actividade intelectual sob os Felipes decorrente.

¿Será oportuno relembrar com minuciosa demora uma das ideas dominantes nas ciências teológico-juridicas — a interpretação democrática dada pelos nossos professores ao princípio segundo o qual *Nulla est potestas nisi a Deo*? Invocada tal interpretação sobretudo no intuito de defender a liberdade católica contra as suas limitações pelos soberanos protestantes, oportunìssimamente ela se aplicaria, na convicção tácita de muitos mestres e discípulos, ao caso português. Para Belarmino e Suarez, Mariana e Molina, tanto como para Serafim de Freitas ou Barbosa Homem, logo que o soberano derrogue o *factum subjectionis*, desandando em tirano, pode o povo, *a quem Deus directamente dá o poder*, avocar êste a sí e trespassá-lo a outro soberano, do qual, como de fonte secundária, êle dimanará para os restantes magistrados da República.

João Pinto Ribeiro, como Sousa de Macedo, como Carvalho Parada ou Velasco de Gouveia, ouve atento a lição dos mestres coimbrões — e não foram elas ineficientes, concerteza, na formação daquele que foi a consciência juridica da Revolução de 1640...

* * *

Ao lado destas ciências, a que apenas muito de passo é possível aludir, atentemos na literatura de erudição ou imaginação do tempo e veremos como, promanando de origens diferentes embora, seguindo embora por caminhos diversos, vai convergir com elas na mesma exaltação de espírito autonomista.

Não é preciso dizer que essa literatura tôda se esparrama ainda na abundância da folhagem de que a engalanou a Espanha gongórica, tôda se anima do mágico espírito que a transforma, como à sua congénere espanhola, numa *floresta de enganos*, em que o que *se deseja* logo se transfigura no que *é*, e a *fantasia* substitui na função e, pràticamente ao me-

nos, supera nos créditos a *observação investigativa*. (Nem sequer era acordada, por então, a experiência científica...)

Mas, sob tal complicada vegetação de galas e por entre o bando alado de tanta quimera ilustre, lembrando a vasta magnificência de parque de luxo, ¡ que fértil e abundante o húmus subjacente! que densas e fecundas as seivas que latejam, prontas a irromper em árvores de mais saborosos frutos de vida!

Alguns exemplos apenas:

¿Qual o espírito dominante na historiografia alcobacense de um Fr. Bernardo de Brito ou de um Fr. António Brandão, ambos os quais escrevem sob os Felipes a parte em que colaboram da *Monarquia Lusitana*?

Adstritos, é claro, aos interêsses da sua ordem, igualmente os inspira um forte sentimento patriótico, explicação, no primeiro sobretudo, dos desvairos da imaginação em que se compromete a sua erudição histórica.

Bernardo de Brito é poeta, mais do que cronista. Onde o saber não consegue romper a treva, acode-lhe a fantasia, quando não a credulidade. Resultam de aqui dois volumes de uma *Monarquia Lusitana* que, precedida da história sôbre a origem do mundo, êle leva, entre excelências espirituais e políticas, desde Túbal, neto de Noé, até... D. Afonso Henriques. É uma poética transposição de tôda a realidade lusitana para um esplêndido plano de grandezas heroicas, buscadas pela sua erudição na Bíblia e na Mitologia, como na História clássica. Êle mesmo o diz: «Dêste modo (procurando em Portugal e Espanha livros e originais antigos) me vim a enriquecer de cousas antigas, em forma que mui poucas antiguidades exquesitas me ficaram sem lhe dar alguma vista *e tirar delas o que competia para ornar esta Monarquia*».

Era preciso, na verdade, que a *Monarquia Lusitana* resultasse magnìficamente *ornada* como uma galeria baroca; e para isso, não faltariam, na fila dos seus reis, ao lado de Túbal, Ibero, Tago, Beto, Híspalo, as próprias figuras mitológicas de Hércules, Héspero, Luso...

Superioridade nas origens históricas e superioridade nos valores espirituais. O próprio Brito prevê à sua narrativa das relações dos lusitanos com os cartagineses a objecção que tôda a sua história, afinal, vem a suscitar: «Já entendo as línguas que aguça contra mim esta opinião, vendo que roubo tôdas as cousas estranjeiras para minha pátria, querendo-a engrandecer à custa alheia...»

Menos fantasista e menos crédulo, do mesmo passo que mais documentado, pois trabalha dentro dos domínios da história portuguesa pròpriamente dita, Fr. António Brandão espanta a historiografia espanhola do tempo, por exemplo, com a afirmação de que jamais Portugal foi um condado, pois D. Tareja, *filha legítima* de D. Afonso VI, teve dignidade de raínha, e seu marido pela forma como Portugal lhe foi doado, jamais reconheceu a superioridade de outro rei. Também a conquista do Algarve, ao contrário do que tinha corrido, êle procura demonstrar que a fizeram os reis de Portugal dentro de territórios em que prèviamente se lhe não haviam fixado limites e, assim, tudo que houveram pelas armas lhes pertenceria, sem as dependências inventadas pela ambição de Afonso, o Sábio. Estabelecendo tais limites e impedindo os portugueses de ganhar outras terras na Espanha mauritana — diz o orgulho despeitado do cronista — o rei castelhano «levou seu olhar e zêlo a outras partes aonde fizeram o emprêgo que o mundo sabe...»

Mas simultâneamente, e do mesmo passo em que repetiam as patrióticas mentiras

de Brito ou liam com religiosa adesão estas afirmativas não menos patrióticas do confrade, Leitão de Andrade e Faria de Sousa — êsse *fantasista que todo lo quiere para sus quinas*, como lhe chamou Menendez y Pelayo — procuraram reivindicar para Portugal todos os *records* nas competições do espírito: na poesia lírica como épica, no romance popular, no

*CASA DOS MELOS — XABREGAS*

endecassílabo, na oitava de arte maior, na endecha, ¡em tudo os portugueses teriam sido os precursores, como o provavam os textos... apócrifos!...

Não era só português — deve dizer-se — o recurso ao documento apócrifo ou conscientemente forjado na historiografia do tempo, em Portugal como na Espanha de Higuera, como em países de mais séria cultura.

Entre nós, se de nenhum modo há direito a justificar o processo, cumpre, todavia, olhá-lo à luz de uma época em que da mesquinhez da vida contemporânea os mais sérios espíritos tentavam evadir-se, na asa da imaginação exaltada e desvairadora, ou para o maravilhoso passado dos historiadores ou para as glórias do futuro, entrevisto nas profecias do Bandarra, e, dentro de pouco, *provadas* pela erudição e pela dialéctica do P.e António Vieira...

Mais, porém, do que tentativa de evasão, é preciso sentir, nesta actividade, o que nela denuncia o fervor autonomista que leva a opor aos esforços de assimilação do país dominador, as afirmações de espiritual superioridade colectiva, de inconfundível personalidade nacional, expressas — procurava-se provar — na grandeza das realizações e determinadas pela excelência das possibilidades.

Não podia a poesia deixar de trazer a sua contribuïção a esta exaltação comum do espírito de autonomia da nação no cativeiro. Falo, é claro, da poesia que se exprime em linguagem *numerosa,* porque daquilo que dela constitue a essência, independente de metro e ritmo — a capacidade de sobreposição à realidade objectiva da realidade subjectiva que a corrige e embeleza — está cheia tôda a prosa de que tenho falado.

É logo em 1616 que o Dr. Gabriel Pereira de Castro escreve o seu poema — *Ulisseia* — engrandecimento épico dos lusos e do herói grego que fundou a sua futura capital.

Profecias e visões das futuras glórias de quando

*... ao famoso Tejo ufano*
*(Escurecendo toda a antiga fama)*
*Ajoelhados de longe, o mar abrindo,*
*As mãos virão beijar o Gange e o Indo.*

Mas não bastava esta evocação de uma soberania real, assim remota no tempo e no espaço. A chama alta e sempre viva do orgulho nacional exigia combustível de audácias, poéticas ao menos, enquanto as outras não fôssem possíveis... E por isso o mesmo poeta que, no comêço do poema, faz uma grande reverência ao Felipe dominador, na descrição das figuras esculpidas no escudo de Ulisses, forjado por Vulcano, mostra uma em que mais complacentemente se demora — a de Nuno Alvares, combatendo os castelhanos,

*Té render o inimigo...*
*Entregando por mais honrosa prêsa,*
*A bandeira Espanhola à Portuguesa.*

Por 1631, deve ter dado eco ao credo nacionalista que todos sentem e muitos murmuram o livro do Dr. António de Sousa Macedo — *Flores de España y Excelencias de Portugal.* Se a *Hispania* é a flor do mundo, Portugal é dela a parte mais excelente, na antigüidade da organização política como da cultura literária, nas primazias da fé como, até, das instituições que a defendem — eis a tese de Macedo. E não se esquece de acentuar, a-próposito-de ser Portugal *o mais antigo reino do mundo, que Portugal é monarquia soberana, porque, se D. Filipe nele governa, é porque descende de D. Manuel e não do rei de Leão e Castela...*

*
* *

Em mais largo estudo será desenvolvido o que ora apenas poderá ficar esboçado. Então se verá mais claramente o que o espaço mais não permite do que entremostrar, ou seja: que às tentativas de absorção, na ordem económica, tanto como na política, e até à supremacia de natureza literária e artística, por todos espontâneamente aceite, com que a Espanha ameaçou a nossa personalidade de nação, reagiu a alma portuguesa por uma hipertrofia e excitação de espírito de autonomia, de que é preciso ver a nobreza fundamental e a energia promissora, até nos seus excessos e desvarios mais censuráveis.

HERNANI CIDADE

# ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

A História não se escreve por intuïção. Aquêles que se dedicam ao seu estudo têm de se debruçar sôbre as fontes e só depois de as haverem percorrido, analisando-as miudamente, é que podem concluir. E em Portugal os textos têm sido tão pouco estudados!...

Tudo quanto seja dar a conhecer na íntegra documentos inéditos ou pouco conhecidos sôbre o nosso passado é um acto benemérito, pois são êsses subsídios sempre preciosos para àmanhã se poder escrever a *História de Portugal* que ainda não possuimos.

Começamos hoje nesta Revista a dar à estampa algumas cartas de D. João IV, que temos encontrado nas nossas investigações pelos Arquivos públicos e particulares de Portugal. Não diremos que tôdas sejam de importância excepcional, mas o que afirmamos é que tôdas são de interêsse para o historiador que quizer com probidade escrever sôbre o período da *Restauração*, um dos capítulos mais brilhantes do nosso passado.

As cartas que hoje apresentamos foram por nós encontradas no precioso *Arquivo da Casa de Tarouca* que com tanto cuidado estudámos e que constituiu um valiosíssimo subsídio para os trabalhos que temos publicado sôbre a diplomacia de D. João V.

O Rei dirige-se nelas ao P.e Nuno da Cunha, que em Roma foi desde 1646 Agente dos negócios de Portugal (1) e também por essa época assistente da Companhia de Jesus (2).

Como é sabido o Monarca português não conseguira que a embaixada, que logo depois da sua subida ao trono enviára a Roma, fôsse recebida pelo Pontífice. Constituiu êste o nosso grande fracasso diplomático, grande e único, nessa teia complicada de negociações com que até à paz com a Espanha de 1668 cobrimos a Europa. A Santa Sé sentia-se seriamente ameaçada pela Espanha, ainda então poderosa, não obstante estar à beira da derrocada.

Vários assuntos são nestas cartas tratados, predominando os que dizem respeito à

---

(1) Fortunato de Almeida — *História da Igreja em Portugal*, tomo III, p. II, pág. 722.

(2) Vid. *Corpo Diplomático*, tomo XIII, pág. 167 — Instrução ao Dr. Manuel Alvares Carrilho, Agente do Clero.

falta de Prelados que então havia no reino e às suas desastrosas conseqüências. Tudo isto provinha de Roma não reconhecer o nosso *Restaurador*.

Suponho que com a publicação nesta Revista de alguns documentos firmados por D. João IV se presta não só um serviço à nossa cultura histórica como uma eloqüente homenagem a êsse monarca que tão grande foi e que tão mal tem sido julgado.

I

*«P.e Nuno da Cunha. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Aqui chegou ante ontem a esquadra com que mandei socorrer a Armada de El Rey Christianissimo, e posto que por o dia em que tomou a barra ser terribel, se perdeo nella a fragata Nasareth, saluou se a gente, e as mais embarcações, cõ o q̃ é com a perda ser em parte onde se pode tirar a artelharia, fica ella sendo de pouca consideração Escrita em Lix.a a 29 de Dezembro de 1646.*

*Rey* ∴

*P.a o P.e Nuno da Cunha»* (1).

II

*«P.e Nuno da Cunha. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Pella copia da sentença q̃ sera em companha desta carta entendereis o q̃ aqui sucedeo com dous homẽns enuiados a este Reyno por El Rey de Castella, no sitio das casas em q̃ se pertendeo cometer esta treição, q̃ tem muito bastante capacidade, mando fazer huã Ermida da inuocação do Santissimo Sacramento de tudo pareceo auisaruos para q̃ o tenhaes entendido. Escrita em Lx.a a 17 de Agosto de 1647.*

*Rey* ∴

*Para o P.e Nuno da Cunha»* (2).

---

(1) Quando os franceses resolveram sitiar porto Longon, pediu a Rainha Regente um auxílio a D. João IV que deu ordem para se aparelharem seis navio e uma caravela, sendo nomeado general da tropa de desembarque, D. João de Meneses, e Almirante a Cosme do Couto. Saiu a armada portuguesa do nosso porto de Lisboa a 6 de Agosto de 1646, encorporando-se na de França e tomaram os nossos parte activa na expedição. — Conde da Ericeira. *Portugal Restaurado*, tomo II, p. 188.

(2) Trata-se nesta carta do atentado que Domingos Leite quiz cometer contra a vida do Rei

III

*«P.e Nuno da Cunha. Eu El Rey vos enuio muito saudar. He tão particular, e agradauel para my o seruiço q̃ me fizestes em impedirdes, plos meyos que vos foraõ possiueis, aprouizaõ de alguãs Conesias deste Reyno em pessoas da nação, que me sinto obrigado a aggradeçeruo-lo por esta carta e dizer-uos, q̃ seraõ muito poucos os negocios deste Reyno q̃ hirão a essa Curia, q̃ tenha por demais importançia que este; e sinto muito, que o q̃ senão atreuerão estes homẽns a intentar no tempo da intruzão dos Reys de Castella, se atreuaõ a pretender no tempo de meu Reynado: estay muito çerto q̃ o naõ hei de conçentir, antes o hey de impedir por todos os meyos justos, e assy o podeis dizer ahy ás pessoas q̃ uos pareçer que conuem. Escrita em Lix.a a 31 de Agosto de 1647.*

*Rey* ∴

*P.a o P.e Nuno da Cunha».*

IV

*«P.e Nuno da Cunha. Eu El Rey vos enuio muito saudar; Hontem que se contaraõ 26 do prezente ás quatro da tarde foi ds. seruido dar a esta coroa hum Iffante, cõ demonstrações de a Rainha minha sobre todas muito amada e prezada molher ficar cõ saude daquelle trabalho, de q̃ me pareçeo auizaruos para q̃ o tenhais entendido, e vos alegreis cõ este bom suçesso. Escrita em Lix.a a 27 de Abril de 1648.*

*Rey* ∴

*P.a o P.e Nuno da Cunha»* (1).

---

D. João IV. Acompanhou-o de Espanha Manuel Roque que desconhecia o verdadeiro intento do seu companheiro. Era durante a procissão do Corpo de Deus que o crime devia ser cometido, mas o assassino não teve coragem de o praticar. Voltou para Espanha e como aí fôsse instado a realizar o seu projecto regressou a Lisboa. Mas Roque tendo então sido por êle pôsto ao corrente do que premeditava denunciou-o. No lugar onde Domingos Leite esperava matar D. João IV com balas ervadas ergueu-se um Convento que foi ocupado por Carmelitas Descalços. — Conde da Ericeira. *Portugal Restaurado,* tomo II, pág. 236 e segs.

(1) O Infante que acabava de nascer e a que o Rei se referia era D. Pedro, que veiu a reinar com o nome de D. Pedro II — Fortunato de Almeida — *História de Portugal,* tomo IV, pág. 202.

V

*«P.e Nuno da Cunha. Eu El Rey vos enuio muito saudar. He grande a perturbação que aqui cauzão as inquietações dos frades, e grande o sentimento que me daõ; em fr. Martinho, demais de sua qualidade e vertude conheço grande dezejo de acertar, mas ou porque os frades senaõ acommodaõ facilmente com a reformaçaõ dos Prelados, ou por outras razões naõ há acommodar alguñs a que lhe obedeçaõ; isto mesmo aconteçe em outras Religioẽs, mas como a jurisdiçaõ dos Reys he taõ limitada nos Religiosos, por mais que precuro sua quietação, não he possivel conseguila, nem tambem impedir de todo a passagem de alguñs a Roma, sem embargo de serem muitas as deligençias q̃ mandei fazer p.a o atalhar. O remedio estaua em sua santidade, que se dera Nuncio ao Rn.o tiuerão os Religiosos a quem recorrer, e tiuerão tambem superior que os obrigara pellos meyos ecclesiasticos a fazer o que senão pode alcançar plos seculares; Por isto vereis que sobre a consçiencia de sua S.de carregaõ todos estes desmanchos, e naõ sobre as de meus ministros como ahy injustam.te se diz. Encomendouos queirais persuadir esta razão ás pessoas que uos falaõ, ou falarem na materia, com o q̃ se responde, ao que escreuestes em carta de 18 de Outubro passado. Escrita em Lix.a a 24 de Mayo de 1648.*

*Rey* ⁂

*P.a o P.e Nuno da Cunha»* (1).

VI

*P.e Nuno da Cunha. Eu El Rey vos enuio m.to saudar. Sam tantas e tam grandes as demasias, com q̃ procedem os Cabidos deste Reyno, e suas conquistas por falta de Prelados, e he de tam prejudiciais consequencias ô scandalo que os fieis christãos recebem do gouerno ecclesiastico no tempo presente, q̃ tiue por menor prejuizo, na conformidade q̃ tantas vezes me tendes escrito o temporal q̃ pode receber o direyto desta Coroa em permittir q̃ os q̃ tenho nomeados nos Bispados tirem por esta vez letras com clausula motuproprio, q̃ o spiritual de deixar continuar por mais tempo tantas offensas a Deos, e attalhar ô receyo de ou-*

(1) Esta carta reproduz bem a situação grave por que passava a Igreja católica no nosso país, afastada de Roma, pelo facto do Pontífice não ter reconhecido a nossa independência. Já foi publicada por nós no nosso último trabalho «A Restauração» — pág. 297 e seg.

*tras mayores, cujo remedio posto q̃ esté a conta de Sua S.de e só á minha euitar o danno da Coroa, me resolui (nam obstante ter determinado naõ fallar mais nista mat.ria como vos escreui o anno passado) ao procurar, principalm.te tendo as cousas chegado a estado na administraçam dos sacram.tos que para aver oleos santos neste Reyno, e ilhas do mar Oceano, foy necessario q̃ o Bispo meu Cappellam deixasse de fazer os officios da Semana Santa na Cappella real, pellos fazer na Cattedral, faltandomo em seu officio nos dias mais solemnes do anno: E por o Bispo ser, como sabeis, do ent. esteue a risco ô Reyno de ficar sem os oleos sagrados cousa ia mais vista em Reyno Christam. Pello q̃ se quando chegar esta carta nam tiuerdes alcançado conformiçam dos Bispados por algum dos meyos q̃ se uos tem auisado os fareis expedir com a clausula de motuproprio na forma q̃ os tenho nomeados, e naõ em outra, sem mais differença ou alteraçam do q̃ se usaua, mais q̃ naõ se exprimir nas bullas, a minha apresentaçam, e por se em seu lugar a clausula motuproprio por esta vez som.te Porem naõ aueis de expedir bullas como Ministro meu, nem em meu nome ou da coroa oude consentim.to meu, mas como quem em nome dos prouidos tira dispacho de huã graça, q̃ lhe toca, nem aueis de remetter as bullas á Secret.ria de Estado, mas aos mesmos nomeados sem lhe dizerdes q̃ ofazeis de ordem minha; mas q̃ por entenderdes he seru.co de Deos, e meu dar Prelados ás Igrejas, ainda q̃ seja naquella forma os expedisses expondouos ao perigo e danno de minha disgraça p.ra com ellas procurarem auer meu consentim.to p.ra usar dellas; o q̃ me pareceo auisaruos p.ra estardes seguro, q̃ ainda q̃ faça alguã demonstraçaõ q̃ nisto mo naõ auerey por mal seruido de vós.*

*Porem naõ aueis de vir nisto senaõ com duas condiçoẽs. Aprim.ra q̃ âs cousas e requerim.tos de meus vassallos, q̃ tocam ás ordens Militares, as pensoẽs q̃ posso dar nos Bispados, com âs mais cousas porq ordinariam.te se recorre a See Apostolica em nome da Coroa ham de fiar correntes, com aduertencia que em special se me ha de reseruar a quarta parte das pensoẽs q̃ eu posso prouer nos Bispados e quero dar aos homens nobres e pobres destes Reyno como vos tenho auisado, e sem esta reserua nam acceitareis nada. A 2.a condiçam he q̃ Sua S.de hade mandar logo Nuncio a este Reyno porq̃ p.ra remediar as necessidades spirituais do R.o (?), e suas Conquistas naõ basta auer Prelados na forma sobreditta, senaõ ouuer Nuncio q̃ acuda a administraçaõ da justiça ao gouerno das Religioẽs, aos abusos, que sevam introduzindo, que eu naõ posso remediar, e pera euitar os clamores de meus vassallos, principalm.te nas conquistas, q̃ naõ podendo recorrer a Roma perescem sem remedio. Aduertindo que o Nuncio ha de vir na forma que a See Apostolica costumaua mandallos aos Reys de Portugal meus antepassados; e se em qualquer outra man.ra se mandar Min.ro Apostolico a este*

*Reyno nem eu ey de consentir q̃ desembarque nelle, nem vos o acceitareis lá. E espero q̃ Deos Nosso Snor me aggradecerá por outra via cortar eu tanto por meu direyto, e reputaçaõ, contentandome com o q̃ por m.to menores cousas fizeram sempre os Papas mandando Nuncios a Principes herejes e Infieis, só por conseruar sua beneuolencia, e correspondencia politica com elles, e com o q̃ Sua S.de faz com a Ilha de Irlanda, ja q̃ me naõ aggradece procurar tanto senaõ perca a fée e obediencia a Igreja Romana em tantos Reynos como tem esta Coroa. Porem porq̃ a qui se tem entendido, que Sua S.de vos vay entretendo com boas palauras, aduerti, q̃ isto ha de ser até oprim.ro de Dezembro deste anno de 648 em q̃ faço noue annos de meu Reynado; porq passado esse dia não tendes que fallar mais ao Papa na mat.ria e eu cuydarey que está vaga a Cadeira de Sam Pedro, e q̃ nam tenho recurso a ella, e farey o q̃ nesse caso pede a extrema necessidade, de meus vassallos; e mandarey noteficar a todos os Principes christaõs, e ao Mundo ajustificaçam com q̃ procedi: e dos inconuenientes, q̃ se seguirem dará conta a Deos o Papa, e quem ô aconselha. Declarayo assim a Sua S.de, e aos Cardeaes. E auisayme por vias. Feita em Lix.a 13 de Junho 1648.*

*Rey* ∴ » (1)

(1) Esta carta foi publicada no *Corpo Diplomático*, vol. XIII, pág. 524. A sua importância é demasiadamente evidente para necessitar ser esclarecida.

# CONGRESSO INTERNACIONAL DA MOCIDADE

*O Congresso Internacional da Mocidade, promovido pela Comissão Nacional dos Centenários e pelo Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, realiza-se em Lisboa, de 15 a 31 de Agôsto de 1940, e compreende duas partes distintas:*

a) *Reünião de dirigentes das organizações da Juventude dos Países convidados;*

b) *Confraternização dos filiados das mesmas organizações, com alojamento em conjunto, disputa de provas de índole desportiva, visitas aos museus, monumentos, exposições, assistência às festas comemorativas dos Centenários, excursões no País.*

*São convidados os seguintes países, em que a Mocidade se encontra organizada pelo Estado ou possue características nacionais: Alemanha, Espanha, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Itália, Romênia. É especialmente dirigido convite aos Chefes das Juventudes das Nações indicadas.*

## REUNIÃO DOS DIRIGENTES

Cada País enviará 5 dirigentes, que tomarão parte na discussão e votação das conclusões dos seguintes temas:

1.ª Secção — EDUCAÇÃO FÍSICA DA JUVENTUDE

*a)* A gimnástica nas organizações da Juventude.
*b)* Os jogos e desportos nas organizações da Juventude.
*c)* O campismo nas organizações da Juventude.
*d)* Importância formativa e educativa dos exercícios físicos; sua articulação na vida física interior.

2.ª Secção — EDUCAÇÃO MORAL DA JUVENTUDE

*a)* ¿Qual deve ser o objecto da educação moral a ministrar nas organizações da Juventude?
*b)* O espírito de disciplina e a formação do carácter.
*c)* O espírito de iniciativa e a formação do carácter.

3.ª Secção — A JUVENTUDE NA VIDA NACIONAL

*a)* Preparação da Juventude para a defesa nacional (formação pre-militar).
*b)* Preparação da Juventude para a actividade física.
*c)* Preparação da Juventude para o serviço social.

4.ª Secção — A JUVENTUDE NA VIDA INTERNACIONAL

*a)* Conhecimento recíproco do espírito dos diversos povos pela Juventude.
*b)* Aproximação das Juventudes dos diversos países pela criação do espírito de colaboração pacífica.
*c)* Instituïção duma Repartição internacional para as relações entre as organizações nacionais da Juventude.

## PROGRAMA DA CONFRATERNIZAÇÃO DOS FILIADOS

I — PROVAS DESPORTIVAS:

O alojamento dos filiados — 100 por cada País, com 1 chefe — far-se-á em Acampamento com barracas para 50 rapazes, nos terrenos da Tapada da Ajuda.

Com o propósito de tornar mais agradável a vida em comum, elaborou-se um programa desportivo que constitue simples motivo de camaradagem, não devendo portanto os chefes ou organizadores preocupar-se demasiadamente com o aspecto técnico das provas.

O programa é o seguinte:

ESGRIMA — Nas três armas: florete, espada e sabre (provas individuais e por grupos).

HIPISMO — Percurso de caça.

NATAÇÃO — Provas nos três estilos: bruços, «crawl» de frente e costas, estafetas em estilos, saltos.

RÊMO — Regatas de «yoles» de mar de 8 (2.000 m.).

VELA — Regatas com duas tripulações em barcos do tipo internacional «Sharpie», três dias de provas com duas tripulações por país.

TENNIS — Prova por grupos com encontro de singulares e pares.

TIRO — Provas de características desportivas com carabinas de ar comprimido.

JOGOS — Encontros de basketball e handball.

CONCURSO DE ORIENTAÇÃO — Individual e por grupos, com discriminação e obrigatoriedade de vários processos de orientação.

EXIBIÇÃO DE GRUPOS DE GIMNÁSTICA — Por grupos de 24 por cada País, com obrigatoriedade de tempo e liberdade de métodos.

DEMONSTRAÇÕES ESPECIAIS — Será facultada a exibição, por parte dos países que o desejarem, de jogos nacionais ou de desportos que lhes mereçam especial interêsse.

LOCAIS DAS PROVAS — Tapada da Ajuda: Esgrima, tennis, basketball e gimnástica.
Campo do Club Football «Os Belenenses»: Handball.
Baía de Cascais: Rêmo e Vela.
Piscina do Sport Algés e Dafundo: Natação.
Campo de treino do Jockey Club: Hipismo.

II — RECEPÇÕES E FESTAS DE CONFRATERNIZAÇÃO:

*a)*. EXIBIÇÃO DE DANÇAS E CANÇÕES NACIONAIS. — Com delegações de tôdas as províncias do País, instalar-se-á um Acampamento Nacional para exibição, em uma ou mais festas, das nossas mais características canções e danças populares. Cada delegação organizará um grupo para êsse fim. Deseja-se nestas festas a colaboração, em grupos regionais, da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina. Para que

estas demonstrações se revistam de maior interêsse etnográfico, os grupos de rapazes e de raparigas apresentar-se-ão com os respectivos trajos regionais portugueses.

*b)* APRESENTAÇÃO DAS DELEGAÇÕES AO CONGRESSO. — A grande festa da Mocidade, em que se apresentarão as delegações ao Congresso, realiza-se no dia 25 de Agôsto, para inauguração do Estádio Nacional, ou no campo do Club de Football «Os Belenenses». Os números do programa desta festa serão fornecidos pela Mocidade Portuguesa e constituïrão a demonstração das suas actividades, em especial nas classes de gimnástica. Nela se efectuará a grande concentração e desfile dos filiados e das Juventudes estrangeiras.

*c)* VISITAS, EXCURSÕES E RECEPÇÕES. — Na segunda semana realizam-se visitas a museus, monumentos e exposições compreendidas no progama das comemorações centenárias. Projecta-se, também, a organização de dois ciclos de excursões ao Norte e Sul de Portugal, pelos quais se dividirão as delegações convidadas. Prevêem-se recepções aos dirigentes por parte das entidades oficiais portuguesas e das Embaixadas ou Legações dos países participantes.

## PROGRAMA CALENDARIO GERAL

Dia 15, Quinta-feira: Chegada das Delegações estrangeiras.

Dia 16, Sexta-feira: Abertura do Congresso — Provas de Esgrima.

Dia 17, Sábado: 1.ª Reünião do Congresso — Provas de Esgrima e Orientação.

Dia 18, Domingo: Provas de Esgrima, Orientação e Hipismo.

Dia 19, Segunda-feira: 2.ª Reünião do Congresso — Gimnástica — Provas de Esgrima, Basketball e Handball.

Dia 20, Terça-feira: 3.ª Reünião do Congresso — Gimnástica — Provas de Basketball e Handball.

Dia 21, Quarta-feira: 4.ª Reünião do Congresso — Gimnástica—Provas de Basketball e Handball.

Dia 22, Quinta-feira: Encerramento do Congresso — Provas de Vela, Tiro e Tennis.

Dia 23, Sexta-feira: Provas de Vela e Tennis.

Dia 24, Sábado: Provas de Vela, Rêmo, Tennis e Basket.

Dia 25, Domingo: Grande festa para a apresentação das Delegações.

Dia 26, Segunda-feira
Dia 27, Terça-feira
Dia 28, Quarta-feira
Dia 29, Quinta-feira
Dia 30, Sexta-feira
Dia 31, Sábado
} Dias reservados para recepções oficiais e excursões

### COMISSÃO ORGANIZADORA

Eng. Nobre Guedes, *deputado e comissário nacional da Mocidade Portuguesa, presidente;*

Major Frederico Vilar, *comissário adjunto e comandante de milícia da Mocidade Portuguesa;*

Dr. Soares Franco, *comissário adjunto e secretário-inspector da Mocidade Portuguesa;*

Dr. Marcelo Caetano, *professor da Universidade de Lisboa e director dos Serviços de formação nacionalista da Mocidade Portuguesa;*

Eng. Francisco Leite Pinto, *deputado e director dos Serviços de inter-câmbio da Mocidade Portuguesa, secretário.*

# COMO CONSEGUIU PORTUGAL A SUA AUTONOMIA POLÍTICA?

I

Muitas vezes tem sido preguntado como conseguiu êste velho de oitocentos anos que é Portugal, criar as bases da sua autonomia política, e conservá-la (salvo um ligeiro eclipse de 60 anos) a-través de tão dilatado espaço de tempo.

E' ainda para admirar como a sua vitalidade vai num *crescendo*, e como a sua pujança é cada vez maior nas razões da sua autonomia e independência estatal.

Serão as bases dessa independência puramente de ordem geográfica?

Poderemos considerar como limites naturais os acidentes que encontramos na fronteira luso-espanhola?

Terá fundamento fisiográfico e biogeográfico o chamado «*caso português*», ou seja, a aparentemente incompreensível autonomia dêstes 89.100 quilómetros quadrados de território peninsular?

— Antes, porém, de indicarmos a nossa maneira de ver, façamos uma resenha, uma leve síntese, dos juizos alheios.

Uma das opiniões mais recuadas no tempo é a de Theobald Fischer, que, aliás, passa muito ao de leve sôbre o assunto. Êsse autor, depois de afirmar a relativa unidade da Península Ibérica, indica uma série de contrastes económicos, étnicos e geográficos nela existentes, contrastes que levaram à formação de vários Estados autónomos; mas apenas Portugal, *porque é a região mais independente da orla*, pôde, *graças a factores geográficos*, resistir à acção centrípeta de Castela.

Ora nós bem sabemos que esta razão de ser a zona mais individualizada da periferia peninsular não é motivo bastante para a individuação dum território.

O saüdoso professor Silva Teles, àsperamente criticado por António Sardinha em «*O Território e a Raça*», porque na introdução geográfica às «*Notas sôbre Portugal*» não indicara a distinção entre o nosso território — o *corpo* da nação — e o espanhol já que partilhava a opinião da autonomia geográfica do nosso país, veio mais tarde êsse malogrado professor, em «*Portugal — Aspectos geográficos e climáticos*», a precisar as suas ideas.

Perfilhando a teoria dos contrastes de C. Vallaux, defendeu Silva Teles a nossa autonomia política baseando-se nas seguintes diferenças entre o solar lusitano e o espanhol: 1) A periferia espanhola é concordante e hostil; a portuguesa é discordante e fàcilmente penetrável. 2) Em Portugal a hipsometria revela 80 % de território abaixo de 700 m.; em Espanha temos 70 % dos territórios acima dessa cota. 3) As montanhas portuguesas são desconexas, e perdem em altitude e espessura ao aproximarem-se da costa, ao passo que as formações espanholas são labirínticas e alteiam-se ao chegarem ao mar. 4) Os rios, ao tocarem a fronteira, mudam de direcção e tornam-se menos impetuosos. 5) Nos rios que servem de divisória fronteiriça verificam-se contrastes entre as duas margens. 6) Portugal

é impulsionado para o Oceano, ao passo que a Espanha tende para o centro da mezeta. 7) As condições climatéricas e fitológicas dos dois países são diferentes.

A nossa admiração pela obra de Silva Teles não pode fazer calar o que pensamos em relação à sua maneira de encarar tão interessante problema.

A sua argumentação está certa, mas não é a bastante para resolver êste caso histórico-geográfico. Os contrastes indicados entre Portugal e Espanha vamos encontrá-los dentro da Alemanha, da Itália, da França, etc.; vamos encontrá-los dentro da restrita área continental do nosso próprio país, se compararmos o Minho com o Alentejo, ou o Algarve com Trás-os-Montes. A continuïdade geológica entre o edifício espanhol e o português é evidente. Basta consultarmos as cartas. Existe, contudo, próximo da fronteira, uma dobra hercínica para que o professor alemão Lautensach chama a atenção. Os rios fronteiriços pouco ou nada separam, talvez com exclusão do segmento médio duriense.

A-propósito do Minho citarei os seguintes versos que correm na região:

*O Minho com a Galiza*
*São como dois namorados*
*Que o rio traz separados*
*Mesmo desde o nascimemto;*
*Deixai-os, pois, namorar*
*Já que os pais para os casar*
*Lhes não dão consentimento.*

Estes mesmos versos, em galego, correm além-Minho.

Observamos, por outro lado, a grande extensão de raia aberta, verdadeira fronteira de tensão, na zona da Beira e na do Alentejo, e ainda a verdadeira continuïdade orográfica aquém e além fronteiras. Logo, sem ficar de todo invalidada a tese de Silva Teles, ela não basta para justificar a nossa autonomia estatal.

Os geógrafos militares espanhóis também, em grande parte, julgam ver em Portugal uma unidade geográfica à parte, dentro do todo peninsular. O general Arroquia classifica o nosso país de *cidadela*, de *reduto*, verdadeira zona natural constituída *por áspero e pouco menos que agreste território*.

Ora isto é inverter a verdade, pois fornece a impressão errada que o território português é um ninho de águia inacessível, quando aliás a altitude média do nosso país é menos de metade da de Espanha, quando os cordões montanhosos são cortados perpendicularmente pela fronteira, quando a natureza do relêvo português não constitui grandes obstáculos à rêde de comunicações!

Nas mesmas águas de Arroquia navegam os irmãos Izquierdo y Croselles, oficiais de artilharia e autores dum «compêndio de geografia» que foi usado nas escolas militares do país visinho. Afirmam êles que Portugal se pôde constituir a coberto com o grande maciço de Trás-os-Montes e graças à continuïdade da nossa costa a partir da foz do Minho, pois que na Galiza as rias e promontórios dificultam as comunicações entre os diferentes pontos do litoral. Mais nos dizem, que para o Sul aparecem os *canhões* dos afluentes do Tejo e Guadiana a impedirem que a Espanha se opozesse ao Estado nascente.

Em primeiro lugar exagera-se a importância da cortina montanhosa trasmontana, tão cheia de vales transversais a passagens longitudinais, e que, como sabemos da História, foi região bastas vezes preferida por invasões das hostes espanholas.

Em segundo lugar, a forma dos vales dos afluentes do Tejo e Guadiana está longe de merecer o nome de *canhões*, tendo havido até a necessidade militar de construir praças fortes, pouco espaçadas, aquém e além fronteira, para defesa da mesma. Observemos ainda a facilidade com que os contrabandistas atravessam os ditos afluentes.

Da opinião dos citados geógrafos espanhóis partilham muitos outros, como Garcia del Real, Rafael Torres Campos, etc., e ainda o português António Sardinha que os cita no seu livro «*A Aliança Peninsular*», não nos deixando, aliás, de dizer a pgs. 114 — talvez levado pela leitura da conferência que Bullon y Fernandez pronunciou na Real Academia de Jurisprudência y Legislacion — que: «*efectivamente, o elemento psíquico, mais determinante duma nacionalidade que o elemento natural ou físico...*».

O mesmo António Sardinha, em «*A questão Ibérica*», na sua conferência acêrca de «*O Território e a Raça*» volta a insistir mais fortemente na defesa da individualidade geográfica de Portugal, principalmente baseado em Reclus e Garcia del Real, chegando a afirmar, (pg. 33) que os portugueses constituem elementos «*sobrevivos dessa Atlântida de maravilha*».

Espírito culto e cérebro previlegiado é pena que A. Sardinha se deixasse aqui levar por tão largos vôos de imaginação....

Reclus diz-nos que a costa portuguesa é rectilínea e uniforme, em contraste com a espanhola; que em tôda a costa portuguesa se observam as mesmas condições de ventos, de correntes, de clima, de fauna e vegetação, e que, por isso, os seus habitantes se acostumaram ao mesmo género de vida, se sustentam das mesmas ideas, tendendo a agrupar-se no mesmo corpo político.

Êste geógrafo não vê *contrastes* mas apenas *uniformidades*...

Ora é desconhecer a climatologia de Portugal indicar que o fácies climatérico do Minho é idêntico ao do Alentejo, ou Algarve; é desconhecer os regimes de ventos e o das correntes do Mar Lusitânico o afirmar-se que são idênticos em tôda a sua extensão; é ignorar o carácter e modo de vida do minhoto, do estremenho, do algarvio, etc., o enunciar-se a idea que é o mesmo por tôda a parte!

Garcia del Real chega a afirmar (lapso tipográfico?) que os rios internacionais, ao chegarem à fronteira, trazendo uma direcção E-W, passam a tê-la NW-SE, quando aliás é a direcção NE-SW, que alguns dêles tomam.

Mais nos diz, que até onde chegaram os lagos terciários chegou Castela, o que não é exacto, pois encontramos formações lacustres dessa idade muito no interior do distrito de Castelo Branco, portanto aquém dos tais *canhões* dos afluentes do Tejo, para outros espanhóis considerados como fronteiras naturais.

António Sadinha, porque não era geógrafo fiava-se demasiado nalgumas referências por outros feitas, e assim, para reforçar a sua tese chega a ir buscar a seguinte afirmação de José Augusto Coelho: «A zona asturiano-galécio-portuguesa foi outrora nìtidamente separada da alta planura central dos Castelos pela série de maciços, que, começando na região vasco-navarra, tomando a Norte o nome de Montes Cantábricos, recurvando-se para o Sul ao tocar na província da Galiza, se alonga até à Serra da Gata, e ainda para lá e pela Serra de Ossa, até ao extremo Sul da região algarvia...».

Ora a geologia moderna e a paleogeografia não estão de acôrdo com semelhantes afirmações.

Nós não negamos, aliás, razão a um certo número de factos invocados por A. Sardinha, pois isso seria até irmos de encontro a certa ideas que temos expendido, em publicações, em defesa do determinismo geográfico, mas neste caso sustentamos que a autonomia política de Portugal não pode filiar-se apenas nas ligeiras diferenciações de ordem fisiográfica verificadas aquém e além fronteira.

Se nós lermos os diferentes tratados entre Portugal e Espanha acêrca da delimitação entre os territórios dos dois Estados, verificaremos que em cêrca de $^{7}/_{10}$ não existem obstáculos que possamos apelidar de fronteiras estratégicas, quanto mais de fronteiras naturais. Em boa parte a raia é indicada por marcos de pedra, mal se dando por êles; certos povoados, conforme as vicissitudes dêsses tratados, ora ficavam na soberania de Portugal, ora na de Espanha; por vezes o Estado português tinha de consentir que, em certas regiões, o gado dos criadores do país visinho viesse apascentar-se no nosso território; noutras regiões sucedia o contrário; verificamos, ainda, que muitas zonas de povoamento reclamavam porque era seu desejo serem incluídas no território português, outras vezes, desejavam a soberania espanhola, etc., etc.

Não será, portanto, com fundamento na verdade que, seja quem for, defende a asserção da existência de verdadeiras fronteiras fisiográficas entre os dois países, quando há cordilheiras cujo eixo é cortado perpendicularmente pela raia; quando há rios, de fraco caudal, que servem, se internam, e depois voltam a servir de limite, quando nos terrenos planos são os marcos que nos dizem: para aqui é Portugal, para além é Espanha!... enfim, quando certos povoados são cortados ao meio pela linha fronteiriça!

A geologia portuguesa não pode ser estudada e bem interpretada sem conhecermos a do todo peninsular. Isto nos dizem Choffat, Cereceda, Hernandez Pacheco, etc.. Não podemos estudar a orografia e orogenia portuguesas desligadas das de Espanha. Isto nos dizem os mesmos, e mais Macpherson, Ferraz de Carvalho, Bernardo de Queiroz, e outros.

É interessante a posição do professor Lautensach acêrca do problema que vimos tratando. Defende o ilustre professor alemão, dentro da teoria dos corpos geográficos de Penck, que o território português se encontra nìtidamente individualizado graças à influência oceânica, e que uma região pode autonomizar-se desde que se verifiquem, nas várias sub-regiões, diferenciações, mesmo graduais e lentas. Seria êste o caso português: — influência atlântica, diferenciações climático-fitogeográficas, em largas faixas no sentido E-W. e em pequenos espaços no sentido N-S.

É um modo hábil de encarar o assunto, mas êle fica tão tratado pela rama que não o esclarece. E', o que podemos chamar, uma visão a «ôlho de pássaro».

Filia o prof. Dr. Marques Guedes a nossa autonomia em causas geo-económicas, dizendo-nos haver sido a pobreza agrícola do solo que forçou a emigração, determinando no Estado a feição mercantilista e imperialista.

O prof. Dr. Gonçalves Pereira afirma: 1) A autonomia de Portugal está garantida pela existência de uma unidade nacional e geográfica incontestável. 2) O quadro geo-económico de Portugal é diferente do de Espanha. 3) As condições de geografia social e a posição geo-política de Portugal são distintas das de Espanha. 4) O mar realiza a unidade geográfica e nacional, e pela sua acção atractiva e coordenadora impede, por um lado que Portugal perca a sua autonomia política absorvido numa federação peninsular, e por outro sofra desagregação (que seria uma amputação) de qualquer território do ultramar.

De facto existe nesta tese, bem assinalado, um factor determinante da nossa autonomia: o *Mar*. Concordamos em boa parte com a doutrina do prof. Dr. Gonçalves Pereira, mas não emparceiramos, por inteiro, na afirmação de que o Mar impede a desagregação de qualquer território do ultramar. Pode tender a isso, mas só até que êsse território se sinta com fôrças para, por si, se dirigir. Vejamos o caso do Brasil, o das colónias espanholas da América do Sul e da América Central etc. Observemos as tendências separatistas em certos blocos do Império inglês!

Além disso, os erros da história também contam e recordemos o caso de Marrocos, o de Bombaim, o das Filipinas, Canadá, etc.

O prof. Dr. Ferraz de Carvalho diz-nos que Portugal não constitui uma unidade geográfica senão como «Portugal-Nação», pois que o seu território é um mosáico em que várias peças pertencem a Espanha, mas graças ao contacto com o mar, navigabilidade dos rios, língua própria, sentimentos nacionalistas, ideais de expansão, etc., pôde diferenciar-se e vir a formar uma *entidade geográfica*. Concordamos em certas afirmações, mas a navigabilidade dos nossos rios é muito precária, a língua só tarde se diferenciou e os sentimentos nacionalistas, entendendo-os por dedicação à Pátria só aparecem bem vincados no final do século XIV. Por isso, julgamos, o ilustre Professor deveria vincar melhor o seu conceito de *entidade geográfica* e esclarecer o de *nação*, pois bastas vezes se confunde com outros pseudo-sinónimos.

O prof. Dr. Amorim Girão subscreve a teoria dos contrastes de Vallaux e entende que, quando numa região se encontram reünidas as mais diferentes formas de vida, quando as dissemilhanças climatéricas, de relêvo, de povoamento, etc. são mais flagrantes, tudo isso favorece o aparecimento e desenvolvimento dum Estado autónomo. Foram estas diversidades de recursos agrícolas, pecuárias, mineiras, piscatórias, etc., que favoreceram o estabelecimento da população e a diferenciação política de Portugal. Enfim, diz-nos o esclarecido Professor, que o mar «foi o elemento polarizador, o grande centro de atracção que punha em contacto as mais diversas regiões, criando entre elas uma solidariedade indestrutível».

Não deixamos de estar de acôrdo com certa parte da tese do Prof. Dr. Amorim Girão, principalmente com a última afirmação que transcrevi, mas quanto aos contrastes económicos podem êles *ajudar* a formação dum Estado, mas não os contrastes raciais, os de instituïções familiares, os religiosos, os sociais, e outros que Vallaux defende e o ilustre professor coimbrão parece perfilhar. Vejamos o exemplo do desaparecimento do império austro-úngaro, onde todos êsses contrastes existiam; o que se passa na Jugo-Eslávia, país de imensos contrastes; a desagregação da parte da Rússia europeia após a grande-guerra; o desaparecimento da Tcheco-Eslováquia que era um mosáico de contrastes de tôda a ordem; a tendência separatista de certas regiões no país visinho, etc., etc.

Muitas outras teses poderíamos passar em revista. Só as enunciaremos. Assim, a formação da nacionalidade é explicada por Teófilo Braga pela agregação de cidades comerciais confederadas; por António Sérgio, pela estranjeirização da costa ocidental da Península; por Vasco de Carvalho e por Luís Vieira de Castro pela reacção cristã, guiada pela Ordem de Cluny, contra a africanização da Península; por Alberto Sampaio, pela violenta ambição sustentada por uma vontade à prova de contratempos e socorrida pela fortuna do acaso; por António Serras Pereira, por uma necessidade de equilíbrio no concêrto das nacionalidades cristãs peninsulares e pelo afastamento dos piratas que infestavam a costa, o que nos permitiu o acesso ao mar, etc., etc..

Ainda ùltimamente uma interessante polémica, sôbre as origens da nacionalidade, teve lugar entre os professores Drs. Damião Peres e Mendes Correia.

Em «Portugal ex-nihilo» o professor Mendes Correia ataca o livro do ilustre professor coimbrão «Como nasceu Portugal» em virtude de se haver despresado os condicionalismos geográfico, étnico e lingüístico como fôrças criadoras da nação, para quási reduzir o aparecimento de Portugal a um acto de vontade de Afonso Henriques. Em «Portugal ex-animo Portucalensium» o professor Damião Peres responde, afirmando que não aceita os factores geográficos como *causa determinante* da independência de Portugal, mas sim como *meio condicionante.*

Era necessário, porém, que o Professor Damião Peres nos esclarecesse devidamente sôbre o que entende por *meio condicionante*, pois em geografia só se concebe que certo meio é *condicionante* quando êle imponha certas *determinantes.*

O professor Mendes Correia defende a importância dos factores geográficos entendidos adentro da teoria da diferenciação de Vallaux, mas a sua argumentação contém pontos fracos, a nosso ver, pois enferma do defeito de tudo querer enquadrar dentro da teoria de Vallaux, quanto a nós, muito resvaladiça.

No próximo número indicaremos a nossa posição perante tão interessante assunto.

Agôsto de 1939

JOSÉ DE OLIVEIRA BOLÉO

# CASTELOS DE PORTUGAL

## POMBAL E PÔRTO DE MÓS

*O poder evocador das velhas muralhas dos nossos castelos revigora-nos o patriotismo e provoca-nos o culto de uma admiração patriótica pelas glórias de Portugal («Castelos de Portugal» — 1.º volume. Distrito de Leiria — Jorge Larcher).*

Já nos ocupámos de dois castelos do distrito de Leiria. Hoje cabe a vez aos de Pombal e Pôrto de Mós, que, como o de Leiria e Óbidos, são, sem dúvida, os mais bem conservados do distrito e todos êles beneficiados nos últimos anos com obras de restauro e conservação.

A sueste da povoação de Pombal, no cimo de um monte, eleva-se o castelo que o mestre da Ordem do Templo, D. Gualdim Pais, ali fundou. O castelo e a vila de Pombal conservaram-se na posse dos aguerridos templários enquanto êles existiram em Portugal, passando depois da sua extinção ao senhorio da coroa, assim como muitas outras terras e fortalezas que estavam na posse dos valorosos templários.

A instâncias de D. Diniz foi criada a Ordem de Cristo, tendo sido nela encorporados Castelo Branco, Tomar e Almourol, e bem assim todos os castelos, bens e jurisdições que haviam pertencido à ordem suprimida.

Várias reparações devia ter sofrido no decorrer dos anos, não podendo precisar-se as épocas dessas obras, a não ser as do tempo de D. Manuel, porque na porta principal se vêm as armas dêste rei, sobrepujadas da Cruz de Cristo.

O castelo estava ùltimamente em grande estado de ruína, mas obras de conservação e reintegração foram ordenadas que muito beneficiaram êste monumento.

As obras de consolidação e restauração das muralhas e da tôrre de menagem deram um novo aspecto de beleza a esta velha fortaleza, ameaçada de desaparecer, como tantas outras, se lhe não acudissem a tempo.

Junto das muralhas existia, abandonada e em ruínas, a igreja de Santa Maria do Castelo, que fôra reedificada em 1560 pelos grandes artistas João Ruão e Jácome Bruges.

Quando das desavenças entre el-rei D. Dinís e seu filho, o infante D. Afonso, preparavam-se êles para o combate nos campos de Coimbra; devido, porém, à intervenção da Raínha Santa Isabel e do Conde de Barcelos, combinou-se que os adversários retirassem, depois de dispensada tôda a gente de guerra: D. Dinís para Leiria, D. Afonso para Pombal.

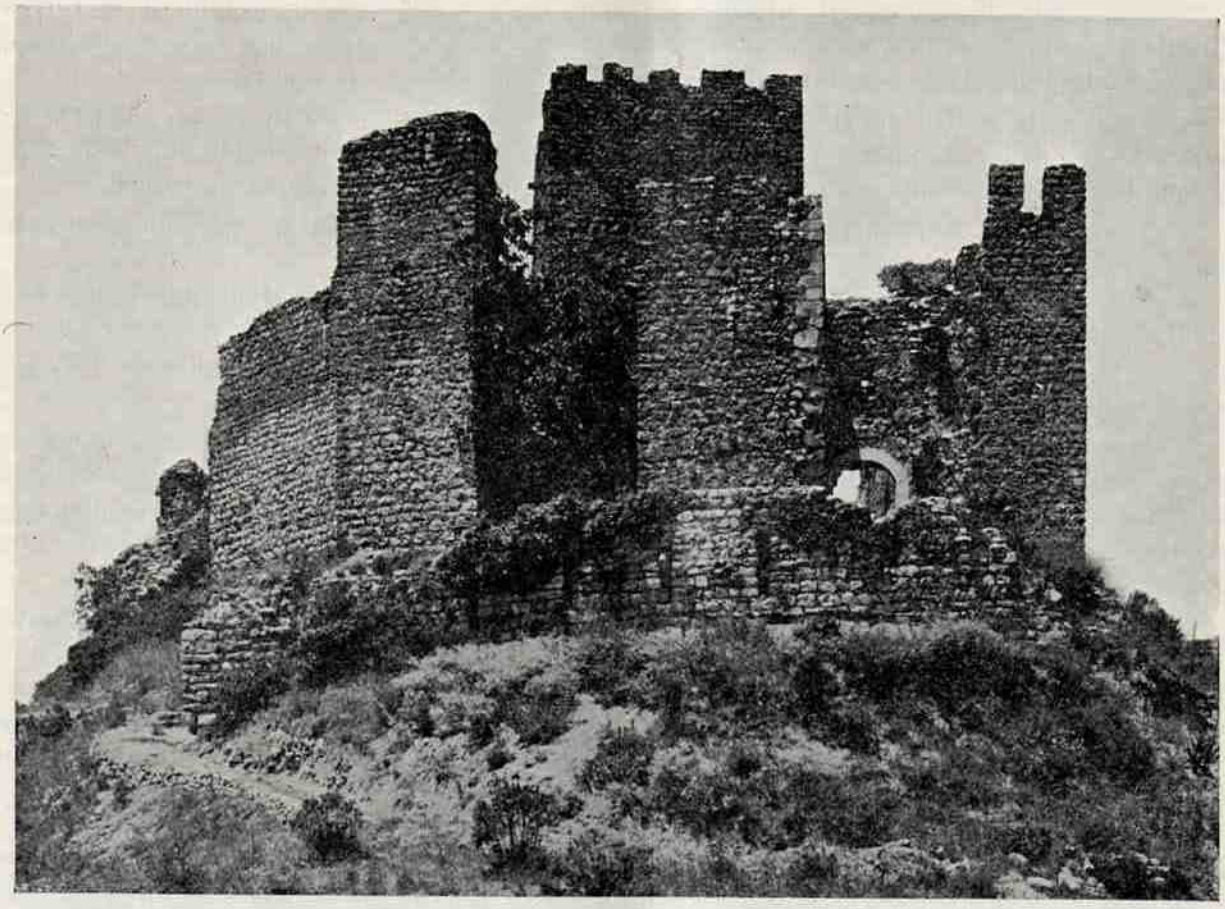
Estabeleceram-se as pazes e o Rei fez várias cedências a seu filho, que lhe jurou obediência e fidelidade.

Além dos templários, foi mais tarde seu alcaide mór o Conde de Castelo Melhor, primeiro ministro e valido de D. Afonso VI, que ali esteve refugiado para escapar às perseguições de D. Pedro II.

Ao castelo estão ligadas duas interessantes lendas, que explicam a origem do nome desta vila.

Uma delas diz que passando por esta terra um rei, ao vêr pousadas sôbre as ameias do castelo duas pombas brancas, exclamara para os que o acompanharam: «Famoso Pombal», e daí lhe ficou o nome que ainda hoje conserva.

A outra versão diz que no local onde se fundou o castelo havia uns rochedos povoa-



*CASTELO DE POMBAL*

dos de muitíssimos pombos, e por êste motivo D. Gualdim Pais lhe chamou: «Castelo de Pombal».

* * *

O castelo de Pôrto de Mós, de mais remota fundação, foi tomado aos mouros em 1148 por D. Afonso Henriques, que nomeou para alcaide mór desta velha fortaleza o famoso D. Fuas Roupinho.

Há cronistas que contestam, por falta de documentos, a existência de Fuas Roupinho, considerando-o uma figura lendária; outros fizeram menção dêle como existindo, de facto,

como alcaide de Pôrto de Mós e de Coimbra, e ainda como comandante da armada que foi combater os mouros, que atacavam e infestavam as costas de Portugal, no tempo daquele monarca.

A tomada dêste castelo irritou os mouros, que perderam assim um abrigo que lhes facilitava as sortidas de pilhagem e devastação em terras de cristãos.

Em 1180, sabendo que D. Afonso Henriques andava empenhado em guerra por terras do Alentejo, pretenderam retomá-lo, mas os portugueses opuzeram-lhes forte resistência, conseguindo dominá-los e matando e apresando grande número de mouros.

Depois da morte de D. Afonso, os infiéis adversários dos portugueses, vendo-se libertos de tão poderoso inimigo, voltaram de novo a atacá-lo com êxito, tendo depois da conquista destruído o castelo e a povoação, que transformaram num montão de ruínas.

Em 1200, D. Sancho I mandou reedificar o castelo e a povoação, que não mais saíu da posse dos portugueses.

O actual castelo já difere muito do primitivo, que D. Afonso Henriques tomou aos mouros, pois não só D. Sancho o reedificou e alargou, como outras restaurações recebeu, até que no século XV foi completamente transformado por D. Afonso, Marquês de Valença e Conde de Ourém, seu donatário.

Recentemente, algumas partes do castelo estiveram prestes a desmoronarem-se e para êsse facto chamámos, no *Diário de Lisboa*, a atenção do ilustre Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que não fez demorar as suas acertadas providências, acudindo a êste interessante exemplar de arquitectura militar, com obras de certa importância.

Sofreu êste castelo, como tantos outros, profanações de tôda a espécie, que o deixaram em lastimoso estado de ruína, vendo-se pelo inquérito feito, após o terramoto de 1755, que já era grande a ruína naquela data: «O castelo junto a esta parochial Igreja e querem alguns que seja outro diverso do que foy alcayde mór D. Fuas Roupinho e que o fundace pella planta dade e mais o Marquês de Valença, D. Afonso primeiro, e do condestável Nuno Alvares Pereira, de quem era avilla, e ahinda hoje persevera no estado da Casa de Bragança; consta de cinco torres huma destas por estar muito à superficie do monte com a continuação das agoas lhe fugio o chão e há mais de vinte annos que a mayor parte desta se arruinou, as quatro que estavam com toda a segurança se abrirão com o terramoto do primeiro dia de Novembro dessas quazi the o alicerce, e não cedendo os metiais de cal e areia; estalavão as pedras marmores pelo meyo, mas se tornarão a reunir de duas cahirão os coruxeos de todo, sendo de abobeda de tijolo, e dos outros duas, parte, e muita pedraria lavrada que o vestia estalou e meyo abaixo...»

Êste castelo era de planta pentagonal, erguendo-se em cada um dos ângulos uma tôrre, das quais, hoje, só existem três bastante arruïnadas.

Sôbre a porta voltada ao sul podemos admirar uma interessante varanda de três tramos de abóbadas, correspondentes às três arcadas, que o terramoto de 1909 derruiu em parte.

As tôrres e panos de muralhas coroadas de linhas cachorradas são de um lindo efeito decorativo. Pelas muralhas podemos admirar interessantes portas e janelas góticas, algumas com colunas e capitéis belamente lavrados.

Enfim, o Castelo de Pôrto de Mós é um belo monumento medieval de formosas linhas arquitecturais que bem merece largas obras de restauro e de reintegração.

*CASTELO DE PORTO DE MÓS*

Qualquer destas fortalezas, que se encontravam muito abandonadas, receberam as urgentes reparações que mais necessitavam e oxalá que tão justas e acertadas providências se tornem extensivas a muitos outros monumentos, que acabarão por se transformar num montão de pedras, se a tempo não se lhes acudir com as obras indispensáveis.

JORGE LARCHER

# LEGISLAÇÃO

*PORTARIA N.º 9.307*

Considerando que convém aproveitar todos os ensejos que se ofereçam para ligar a marinha de guerra às comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Nacionalidade;

Considerando que, nos termos do artigo 217.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 27.568, de 13 de Março de 1937, os alunos admitidos na Escola Naval em cado ano lectivo para os diversos cursos tomarão como patrono um vulto nacional de grande relêvo na História Pátria que, pelas suas virtudes e feitos, possa ser tomado como modêlo:

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Minstro da Marinha, que os alunos admitidos na Escola Naval nos anos lectivos de 1939-1940 e 1940--1941 tomem, respectivamente, como seu patrono o Rei D. Afonso Henriques, glorioso soberano, a cuja espada heróica de guerreiro, em vitórias sucessivas, se ficou devendo a criação do Estado Português, consolidado depois pelo seu génio político, sob a protecção da poderosa fôrça espiritual da Igreja, e o Rei D. João IV, obreiro máximo da reconquista da nossa Independência, só possível de realizar no momento em que as suas claras virtudes patrióticas, os seus altos dotes de diplomata e a sua inteligente percepção das realidades internas e externas coordenaram as aspirações nacionalistas que brotavam espontâneamente da alma portuguesa e prepararam o seu triunfo definitivo após vinte e oito anos de luta, e que êsses cursos sejam designados abreviadamente por *Curso do Fundador* e *Curso do Restaurador*.

Ministério da Marinha, 5 de Setembro de 1939. — O Ministro da Marinha, *Manuel Ortins de Bettencourt*.

*DECRETO-LEI N.º 29.895*

A-fim-de se dar execução ao projecto aprovado da estrada marginal Lisboa-Cascais, que prevê a supressão de passagens de nível de intenso tráfego na linha férrea do Estoril, é indispensável fazer no traçado actual da linha férrea explorada pela Sociedade Estoril algumas alterações, principalmente no tròço Bom Sucesso-Cruz Quebrada.

Por outro lado, as instalações e o funcionamento da Exposição do Mundo Português, a construção da estação marítima de Alcântara e o arranjo da zona marginal de Lisboa exigem igualmente alterações na linha e na Avenida da Índia, no tròço compreendido entre o Bom Sucesso e Alcântara.

Na realização dêstes trabalhos estão interessadas a Junta Autónoma de Estradas e a Câmara Municipal de Lisboa e, havendo melhoria para o serviço da via férrea, justifica-se também que o Fundo especial de caminhos de ferro comparticipe nos encargos das obras a levar a efeito, visto o que dispõe o n.º 5.º do artigo 14.º do decreto n.º 13.829, de 17 de Junho de 1927.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º—É o Govêrno autorizado a mandar proceder às alterações na linha férrea de Lisboa-Cascais resultantes dos projectos aprovados para os novos traçados da estrada marginal entre as mesmas localidades e da Avenida da Índia, no tròço compreendido entre o Bom-Sucesso e Alcântara.

Art. 2.º—A fiscalização dos trabalhos necessários, que compreendem a ripagem da linha férrea e as obras complementares julgadas indispensáveis, fica a cargo da Direcção Geral de Caminhos de Ferro.

Art. 3.º—Na execução dos respectivos trabalhos e na liquidação das competentes despesas realizadas serão seguidas as normas aprovadas para as obras complementares e melhoramentos executados nas linhas férreas do Estado, arrendadas.

§ ùnico. Todos estes trabalhos poderão ser executados pela Sociedade Estoril ou pela Companhia dos Caminhos de Ferros Portugueses, e as respectivas despesas, depois de conferidas, serão processadas e pagas segundo as normas referidas neste artigo.

Art. 4.º — A aquisição dos materiais necessários a estas obras far-se-á por concurso aberto, nos termos da lei, pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses ou pela Sociedade Estoril, mas as respectivas adjudicações serão feitas pela comissão administrativa do Fundo especial de caminhos de ferro.

Art. 5.º — Nos casos em que se reconheça conve-

niência poderão os trabalhos ser dados de empreitada, mediante concurso.

Art. 6.º — As despesas dos trabalhos ou fornecimentos adjudicados a terceiros serão pagas directamente pela comissão administrativa do Fundo especial aos adjudicatários respectivos.

Art. 7.º — Tôdas as despesas a efectuar com as obras previstas serão custeadas pela Junta Autónoma de Estradas, pela Câmara Municipal de Lisboa e pelo Fundo especial de caminhos de ferro, na proporção que fôr fixada em despacho ministerial.

Art. 8.º — A Junta Autónoma de Estradas e a Câmara Municipal de Lisboa reembolsarão o Fundo especial de caminhos de ferro das importâncias das suas comparticipações nas despesas efectuadas.

Art. 9.º — As importâncias a despender com estas obras serão satisfeitas pelas fôrças da dotação do artigo 4.º, capítulo 10.º «Construções e obras novas», n.º 1) «Caminho de ferro», do orçamento do Fundo especial de caminhos de ferro.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 5 de Setembro de 1939. — António de Oliveira Salazar — *Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

*DECRETO-LEI N.º 29.989*

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — É aberto no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, um crédito especial da quantia de 20.000.000$, destinado a reforçar a verba de 15.000.000$ inscrita no orçamento do Ministério das Finanças do ano económico corrente no capítulo 22.º, artigo 385.º, para pagamento de despesas a realizar com as comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal.

Art. 2.º — É adicionada à verba de 53.000.000$ inscrita no capítulo 9.º, artigo 255.º «Importância de parte dos saldos de anos económicos findos» a aplicar a «Outras despesas» (comemorações centenárias de 1940, etc.), do orçamento das receitas para o ano económico de 1939 a importância de 20.000.000$.

Art. 3.º — Fica a 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública autorizada, sem dependência de qualquer outra formalidade, a mandar satisfazer à comissão nomeada por portaria de 5 de Novembro de 1938 as quantias que a mesma comissão requisitar ao Ministério das Finanças, prestando oportunamente contas ao Tribunal de Contas.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 21 de Outubro de 1939. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

*DECRETO N.º 30.024*

Considerando que foram adjudicadas ao empreiteiro José Domingues de Almeida as obras de construção das Pousadas na Serra da Estrêla, Vale do Vouga e Marão;

Considerando que, para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de duzentos e cinqüenta dias, que abrange parte do ano económico de 1939 e parte do de 1940;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do decreto n.º 27.563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3 do artigo 109.º da constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º — È autorizada a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com José Domingues de Almeida para a execução das obras de construção das Pousadas na Serra da Estrêla, Vale do Vouga e Marão, pela importância de 648.000$.

Art. 2.º — Seja qual fôr o valor das obras realizadas, não poderá a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despender com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude de contrato, mais de 300.000$ no corrente ano económico e de 348.000$, ou o que se apurar como saldo, no ano económico de 1940.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 4 de Novembro de 1939. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Duarte Pacheco.*

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

*A-propósito da chegada ao nosso País do Sr. Dr. Augusto de Lima Júnior, conhecido escritor e historiador brasileiro, que vem a Portugal para tratar da colaboração do Brasil nas festas dos Centenários, transcrevemos do jornal* O Século, *de 13 de Outubro findo, as declarações do ilustre delegado do Govêrno brasileiro:*

«— Estou em Lisboa, desta feita, para auxiliar o embaixador do meu país, sr. dr. Araújo Jorge, na preparação da colaboração que o Brasil dará às festas dos Centenários de Portugal. O presidente sr. dr. Getulio Vargas tem afirmado, por palavras e atitudes, o seu interêsse porque essa representação corresponda ao carinhoso convite de Portugal.

Foi assim — acrescentou — que escolheu para presidir à comissão brasileira das comemorações o chefe da sua Casa Militar, sr. general Francisco José Pinto que, em 1940, virá a Portugal chefiando a missão especial do Brasil, provavelmente com uma divisão de navios da Armada.

Depois: — Os trabalhos preparatórios da representação do meu país nas festas estão bastante adiantados. Dentro de dias, a embaixada do Brasil, em Lisboa, dará público conhecimento do programa definitivo dessa representação. Entretanto, posso dizer que a estátua de Pedro Alvares Cabral que o meu país oferecerá a Portugal, já está a ser fundida em S. Paulo. Trata-se, agora, de ultimar com o Govêrno português conversações sôbre o assunto, após o que será feito o lançamento da pedra fundamental do monumento.

— O local?

— Será escolhido, dentro de poucos dias.

O sr. dr. Lima Júnior continuou: — Posso afirmar-lhe que o Brasil procurará por todos os modos demonstrar a Portugal uma solidariedade sem limites e uma cooperação que os factos demonstrarão continuamente, ser a mais elevada que se conhece entre nações. A-propósito, deixe dizer-lhe: o general Francisco José Pinto com o seu grande prestígio de chefe militar e de auxiliar imediato do sr. Presidente Getulio Vargas, já demonstrou que era êsse o espírito do Brasil ao afirmar publicamente que qualquer atentado contra Portugal ou contra o seu património seria considerado pelo soldado brasileiro como cometido contra a sua própria pátria.

O sr. dr. Augusto Lima Júnior prosseguiu: — É com êsses sentimentos que o Brasil comparece nas comemorações centenárias de Portugal. Mobilizaremos tôda a nossa frota mercante da linha da Europa para o transporte até Lisboa de cêrca de cem mil visitantes prováveis do Brasil. Se a actual carência de transportes nos dificulta a vinda da Escola Naval, como estava nas linhas do programa primitivo, nem por isso a bandeira do Brasil deixará de figurar nos cortejos civis das comemorações, empunhada e guardada por vinte e cinco cavaleiros do Exército do meu país. A parte cultural irá além do que já tem vindo a público. Dessa forma, pode ser anunciado que, por ocasião do Congresso da Imprensa Latina, haverá uma grande exposição de jornais e revistas brasileiros.

Fizemos a última pregunta: — Quanto tempo se demora V. Ex.ª em Portugal?

— Aqui ficarei — e com muito prazer, confesso — até 1941. Á Imprensa especialmente ao *Século* pela sua função importante na opinião pública, faço um apêlo para que nos ajude nesta obra de aproximação luso-brasileira que devemos tornar eterna, como é eterno o destino das nossas pátrias.»

*Do jornal* Novidades, *de 15 de Setembro passado, temos o prazer de arquivar nestas páginas o interessante artigo «O Cruzeiro da Independência», onde se fala da magnífica iniciativa lançada pelo Padre Moreira das Neves, ao microfone da Emissóra Nacional, para a realização da bem portuguesa Festa do Cruzeiro da Independência, em 1940, e que tão excelente acolhimento está obtendo por todo o País, mormente entre as populações rurais a que em especial se destina.*

«Não podemos deixar esmorecer no espírito dos portugueses a idea da Festa do Cruzeiro da Independência, em 1940.

A guerra veio, sem dúvida, complicar gravemente a vida das nações, mesmo daquelas que proclamaram a sua neutralidade em face dos povos em luta.

O govêrno português, atento ao desenrolar dos acontecimentos e sem ilusões a prejudicar-lhe a visão serena e exacta das realidades, logo nos advertiu dos sacrifícios a que todos somos chamados.

Seja, porém, como fôr, nenhum português está dispensado de fazer, em 1940, o seu acto de fé patriótico.

E, mesmo partindo da hipótese de que não serão possíveis algumas das grandes paradas projectadas, nunca a Festa do Cruzeiro da Independência encontrará motivos para se não realizar ou realizar-se com menos fervor.

É nas horas aflitivas e de maior incerteza que a alma do povo melhor sabe ajoelhar, porque está religiosamente convencida de que é também então que os ouvidos de Deus mais gostam de escutar o clamor unânime das súplicas do mundo.

Nesta cruzada pacífica em prol dos cruzeiros da nossa terra, cedo se anunciou como arauto de primeira linha o jornal *A Guarda*.

Ainda no seu último número, depois de penhorantes palavras para o autor da iniciativa, diz o glorioso e intemerato semanário:

«Nós secundamos, com todo o nosso fervor patriótico, essa cruzada, pois merece bem uma dedicação generosa, em si mesma, pelo que significa e traduz, e pelo que vale de eficácia social e patriótica.

As festas centenárias, sendo de tôda a nação, não devem, não podem ficar circunscritas às grandes cidades; devem ser comemoradas em todos os recantos de Portugal, devem receber a colaboração de todos os portugueses. Por outro lado, é mister que as comemorações não sejam uma exaltação fugitiva, um relâmpago deslumbrante, sem eco e repercussão na vida nacional.

Todos os portugueses, o mundo inteiro precisa saber do sentido da nossa história, do pensamento que a iluminou, estimulou e fecundou, o heroísmo dos que criaram Portugal e o engrandeceram.

Mas essa lição deve ficar, perpétua, viva, eloqüente, a falar aos que vierem depois de nós. Precisa ficar de uma forma perpétua, expressiva, a ensinar às gerações que sabem o significado da nossa epopeia nacional, para não caírem nos erros, que abastardaram o século passado, desviando Portugal do seu rumo, da sua vocação, do seu destino providencial.

O Cruzeiro da Independência é a expressão mais feliz, porque mais exacta, do sentido de Portugal. Com a Cruz batalharam os soldados valorosos de Afonso Henriques, com a Cruz engrandeceu a nação D. Diniz, com a Cruz batalhou Nun'Alvares e a Ala dos Namorados, com a Cruz seguiram os descobridores, com a Cruz venceram os heróis conjurados da Restauração. A Cruz é a luz do nosso destino, a fôrça da nossa Raça, o lume das nossas vitórias, a proa dos nossos barcos.

A Cruz brilhou nos copos da espada dos nossos soldados, na corôa dos nossos Reis, na inspiração dos nossos Poetas, no pano das nossas Naus. A Cruz é o símbolo da nossa vida, a explicação dos nossos triunfos, a razão dos nossos roteiros, a definição da nossa História, a alma da nossa Raça.

Por isso mesmo, a Cruz tem de ser a esperança dos nossos trabalhos, o fito das nossas reformas, o sentido da nossa renovação. Por ela só, nós lograremos altear-nos à renovação do velho sonho, que fêz a nossa glória, de condutores do mundo.

No coração da Pátria, situa-se Aljubarrota, como centro e raiz de tôda a civilização cristã, de tôda a civilização, mesmo material, na produção e no comércio, nos engenhos e nas comodidades do nosso tempo. As comemorações do duplo centenário querendo recordar e exaltar o passado, devem constituir uma projecção para o futuro. O Cruzeiro, erguido no seio das nossas aldeias, será a expressão perfeita dêsse pensamento.

Um braço para o passado, outro para o futuro, a cruz é o astro que projecta as suas claridades de aurora, que surge da sombra, em luz crescente e fecunda. A fronte erguida ao céu, banhada de sangue de Jesus, dirá de tôda a grandeza da Redenção e da riqueza prodigiosa que dela derivou para a humanidade.

O Cruzeiro é de si um gesto, uma comemoração solene, gloriosa.

É uma festa oportuna e salutar. Andam amortecidos os sentimentos cristãos e patrióticos.

Sofremos uma amnésia colectiva da riqueza, que têm os valores morais na vida social da nação. Palpa-se o declive do espírito, em marcha para um conceito material da vida. E as populações rurais, vítimas do ambiente que respiram, vão perdendo a gentileza cristã, a delicadeza da virtude, que foi o apanágio e o segrêdo dos factos que se evocam, nas festas centenárias. Desta sorte, o Cruzeiro da Independência torna-se para as populações um luzeiro, que clareia e refresca, que orienta e tonifica. Tem o valor de um grito patriótico e o pensamento de uma missão apostólica.

Isto basta para o impor a tôdas as freguesias, isto sobra para acicatar as almas generosas, que andam empenhadas na ressurreição de Portugal, em ordem a promover a sua criação, que mais rica de conseqüências será, se tomar brilho, entusiasmo e grandeza.

Toca agora a cada freguesia encontrar os homens, que têm nas suas mãos o encargo honroso de participar da sua burocracia.

Precisamos, para isso, grandes possibilidades económicas? Não. Apenas uma vontade decidida e fervorosa, guiada por uma inteligência esclarecida e desanuviada.

Tôdas as freguesias têm essa inteligência e vontade. Que outra não haja, não faltará a do pároco»

## IMPRENSA BRASILEIRA

*Sob o título* — Brasil-Portugal, *publicou o jornal* Voz de Portugal, *do Rio de Janeiro, o artigo que a seguir transcrevemos:*

«No mesmo dia em que um telegrama de bordo do «Colonial» nos transmitia, através dos jornais, as palavras do presidente Carmona ao jornalista Arnon de Melo sôbre a esperada visita do eminente senhor Getulio Vargas a Portugal, um outro, procedente de Lisboa, nos punha ao corrente dos propósitos do senhor Cardeal Cerejeira, que vai convidar Sua Eminencia o Cardeal D. Sebastião Leme para assistir às festas centenárias de 1940.

A coincidência não podia ser mais expressiva. Ao mesmo tempo que o chefe espiritual dos portugueses quere presente ás grandes comemorações nacionais, como uma expressão mais alta do próprio destino cristão da Raça, o seu eminente colega brasileiro, o chefe do poder temporal, frizando que tais comemorações não são «apenas de Portugal, mas do Brasil», espera que o chefe da Nação brasileira também esteja presente ás «grandes festas de família», como lhe chamou Salazar.

Um e outro despacho, prova, de resto, uma coisa — e é que nunca, como hoje, foram mais fortes e mais estreitas as relações entre brasileiros e portugueses — tendo desaparecido de uma vez por todas as prevenções e os mal entendidos que, antes, chegaram a crear momentos de inquietações entre as duas margens do Atlântico. O Brasil está presentemente na convicção de que nenhum outro colono, como o português, poderá servir ao seu caldeamento étnico, como adquiriu a certeza de que o mesmo, qualquer que seja a sua fôrça numérica, jamais constituirá uma ameaça, próxima ou remota, á independência nacional.

Bem mais, porém, que tal evidência, militam a favor da amizade entre brasileiros e portugueses os elementos que formam e mantém a raça—o sangue, a língua, os costumes e a tradição. São estes élos que nos apresentam perante o mundo como uma só família, como gente do mesmo sentir e das mesmas aspirações, cristãos e lusíadas nas duas margens do Atlântico.

As festas centenárias não dispensariam a presença dos dois eminentes chefes da comunhão brasileira, nem os portugueses as julgariam suficientemente expressivas do seu alcance racial, se lá não estivesse no momento, «ajudando a fazer as honras da casa», o jovem e grande Brasil.

Nem outra coisa traduzem as palavras do presidente Carmona e o convite, que já aí vem a caminho, de sua eminência o Cardeal Cerejeira».

*A excelente revista de cultura* Tradição, *do Recife, escreveu a-propósito dos Centenários de Portugal:*

Tôda a nação portuguesa comemorará com festejos imponentes, no próximo ano, o duplo centenário de sua gloriosa existência como país livre. Em 1940, o Portugal de D. Afonso Henriques, de D. João IV e de Oliveira Salazar mostrará ao mundo abismado a riqueza exuberante de sua História, o poder de realização de seu povo, e o grandioso porvir que o espera. A *Revista dos Centenários*, no seu número primeiro, assim se refere ao comparecimento do Brasil ás solenidades: «Ao Brasil é devida referência especial, pois seja qual fôr a parte que nas comemorações centenárias queiram amavelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e activo do Brasil».»

## OUTROS PAISES

O *Noticiero del Lunes*, edição semanal do importante *Diario de la Marina*, de Habana, publicou recentemente um interesante editorial da autoria do Sr. Roberto Santos, intitulado — «Portugal y España» — em que se refere ao significado e programa das Comemorações Centenárias de 1940.

E a êste propósito escreve que nas festas em que se comemora a personalidade histórica e nacional dos portugueses, não poderá a Espanha deixar de se fazer representar, a-fim-de provar dessa maneira «a gratidão e carinho dum povo irmão, que não esquece nem é ingrato».

Falando depois dos serviços inesquecíveis prestados ao Mundo e à Civilização pelas duas nações peninsulares, o jornalista acrescentou:

«A religião e a cultura, o sangue e a geografia fizeram de Espanha e Portugal duas nações com vidas paralelas, idêntica missão evangelizadora e destinos históricos semelhantes, formando dois povos de navegantes, missionários, colonizadores, guerreiros, artistas e escritores que deixaram em todos os sectores da inteligência e da acção os moldes duma civilização grandiosa e eterna e deram vida moral, culta e livre a povos que viviam nas trevas e se desenvolviam no cáos.

«Sob a égide paternal e esclarecida do venerando

General Carmona e sob a mão suavemente severa do seu Chefe de Govêrno, Doutor Oliveira Salazar, inflexível no bem e na justiça, Portugal revive com entusiasmo e fervores de Pátria Imperial, as glórias e grandesas que soube conquistar e que o mundo não pode regatear-lhe, porque constituem brazões valorosos e perenes da Humanidade».

* * *

Também o interessante diário *España*, de Tanger, dedicou uma página inteira, acompanhada de ilustrações, às próximas festas do Duplo Centenário. Assina êsse curioso trabalho o conhecido jornalista José Andres Vazquez, que nêle exalta igualmente a epopeia heróica das descobertas portuguesas e o nosso passado de grande nação imperial.

No seu artigo intitulado — «Vésperas de festa no Portugal fraterno», José Andres Vazquez escreve:

«As diferentes posições geográficas determinaram diferentes rumos e destinos. Espanha inteiramente solicitada por perspectivas europeias e mediterraneas. Portugal aberto a perspectivas atlânticas e ultramarinas. A Espanha arrastada a cada passo pela luta em prol da hegemonia da Europa. Portugal sentindo pelo imenso mar a persistente chamada da distância e dos opulentos continentes».

# NOTAS VÁRIAS

## *CORTEJO DO TRABALHO*

(CONCURSO DE CARTAZES)

A Delegação da Comissão Executiva dos Centenários no Pôrto abre entre os artistas nacionais um concurso de cartazes alusivos do Grande Cortejo do Trabalho, a realizar no Pôrto no dia 28 de Maio de 1940, nas seguintes bases:

1.ª — Os projectos deverão sintetizar com elevação a importância do Trabalho Nacional e o facto de no cortejo desfilarem, conforme se lê na nota oficiosa de S. Ex.ª o Presidente do Conselho referente aos Centenários, «representantes de todas as actividades económicas nacionais, Sindicatos, Grémios, Casas do Povo, etc.» inscrevendo a seguinte legenda: *Festas Centenárias — Grande Cortejo do Trabalho — Pôrto — 28 de Maio de 1940.*

2.ª — Os projectos de todos os cartazes devem sêr executados no formato de 90 × 120 cm., e no máximo de quatro côres.

3.ª — Cada projecto será subscrito por um pseudónimo ou divisa e deve vir acompanhado de um envelope lacrado tendo por fora o mesmo pseudónimo ou divisa e dentro o nome e morada do autor.

4.ª — Os projectos serão entregues no escritório da Delegação, Avenida dos Aliados, 41, 4.º — Pôrto, contra recibo subscrito pelo chefe da secretaria.

5.ª — O praso para a apresentação dos projectos conta-se a partir da data da publicação destas bases e termina em 10 de Dezembro.

6.ª — São estabelecidos os seguintes prémios: um primeiro prémio de 1:500$00, um segundo de 750$00 e um terceiro de 500$00.

7.ª — Os projectos premiados constituirão propriedade da Comissão Executiva dos Centenários, que os editará quando e como lhe parecer conveniente.

8.ª — A Delegação da Comissão Executiva dos Centenários no Pôrto poderá adquirir qualquer dos outros projectos não premiados.

9.ª — Os projectos serão apreciados por um júri presidido pelo Delegado da Comissão Executiva dos Centenários no Pôrto e de que farão parte, o Realizador Oficial do Grande Cortejo do Trabalho e dois artistas e um crítico de Arte de comprovada competência e idoneidade.

10.ª — O júri reserva-se o direito de não conceder qualquer dos prémios, se os projectos apresentados não corresponderem aos objectivos desejados ou carecerem de categoria artística.

11.ª — Os autores dos trabalhos premiados ficam obrigados a introduzir nêles as modificações julgadas necessárias.

12.ª — Estas bases constarão de um documento afixado na séde da Delegação da Comissão Executiva dos Centenários, no Pôrto.

Pôrto, 25 de Outubro de 1939.

## *COMISSÃO BRASILEIRA DOS CENTENÁRIOS DE PORTUGAL*

1. — A representação do Brasil compreenderá duas secções:

*I — Pavilhão Brasileiro na Exposição do Mundo Português.*

*II — Pavilhão do Brasil Independente.*

I — PAVILHÃO DO MUNDO PORTUGUÊS:

*a*) — Exposição etnográfica, relativa ao indio. Juntamente deverá ser apresentada a obra de catequese nos tempos contemporâneos, com uma exibição missionária e dos trabalhos da Comissão Rondon.

*b*) — Exposição de uma colecção de armas usadas no Brasil, pelo colono, desde as primitivas; mapa das primeiras fortificações, alguns canhões históricos, etc. Colecção de moedas do Brasil colónia.

*c*) — O bandeirismo paulista e o recuo do Meridiano.

*d*) — Vistas de cidades e monumentos coloniais, bem como de peças de mobiliário antigo. Fachadas e retábulos de igrejas. Obras do Aleijadinho e de outros artistas coloniais.

*e*) — Retratos das figuras mais ilustres do período colonial e paineis decorativos dos principais factos militares da colónia (Guerras holandesas, Invasões francesas, etc.).

*f*) — Exposição do Museu Histórico, do Museu do Ipiranga e do Instituto Histórico, sôbre assuntos coloniais.

II — PAVILHÃO DO BRASIL INDEPENDENTE:

*a*) — Inconfidência Mineira — Retratos e episódios.

*b*) — D. João VI e os estadistas da sua época — — Iconografia. Grande tela com o retrato do Visconde de Cairú.

*c*) — D. Pedro I e a Independência.

*d*) — O reinado de Pedro II — Guerra do Paraguai e Campanha do Prata — Iconografia.

*e*) — A Abolição e a República — Iconografia.

PERÍODO CONTEMPORÂNEO

*a*) — Saneamento e Saúde Pública — Exposição retrospectiva — Mapas, fotografias, gráficos e maquetes.

*b*) — Instrução Pública — Mapas, fotografias, gráficos e maquetes.

*c*) — Resumo histórico e Estatísticas — Ensino e actividades — Exposição de pintura e escultura — Exposição do Livro Brasileiro.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

*a*) — Gráficos, fotografias e maquetes — Mapas das Estradas de Ferro e de rodagem e linhas aéreas. Obras contra as secas. Portos e Navegação.

*b*) — Exposição dos Correios e Telégrafos — Mapas e demonstrativos. T. S. F.

AGRICULTURA E PRODUÇÃO MINERAL

*a*) — Fotografias de regiões colonizáveis. Os currais gaúchos. Os cafesais de S. Paulo. Algodoeiros e culturas principais. Casas de colonos, etc. Cana de açúcar. Lavouras e Engenhos. O Trigo no Brasil. A laranja. A borracha. O Cacau e as sementes oleaginosas.

*b*) — Riquezas minerais do Brasil. Mostruários e Estatísticas.

*c*) — O petróleo e o carvão de pedra. O ferro. O manganês. O níquel. O ouro.

*d*) — O comércio interior e exterior.

*e*) — A organização do trabalho e a assistência social. Gráficos, mapas e fotografias.

2. — Além da exibição dos films preparados pelo D. N. P., deverão os Estados, para o mesmo fim, remeter seus próprios filmes demonstrativos da acção civilizadora e da organização do trabalho, bem como serão distribuidas publicações elucidativas da expansão e progresso do Brasil nos últimos dez anos.

3. — O Brasil oferecerá a Portugal a cópia da estátua de Pedro Alvares Cabral, do artista Bernardelli, que se acha colocada na praça da Glória, no Rio de Janeiro.

4. — Pelos Ministérios Militares serão oferecidas às instituições militares de Portugal bustos e painéis em bronze, representando vultos e episódios da História do Brasil.

5. — Uma divisão de navios de guerra irá a Lisboa em época oportuna.

6. — O Ministério das relações Exteriores enviará representações especiais aos congressos históricos e científicos e, eventualmente, a comitiva que deverá acompanhar S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, caso S. Ex.ª decida comparecer pessoalmente às cerimónias de 1940, em data que fôr prefixada.

(*a*) FRANCISCO JOSÉ PINTO

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 12 — 31 de Dezembro de 1939 — ANO I

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*ESCRÚPULO DOS CONJURADOS EM 1640 — Dr. Hipólito Raposo* . . . . . 1

*A ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV NO RIO DE JANEIRO — Dr. Gustavo Barroso* . . . . . 7

*A MORTE DE D. JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão* . . 13

*D. JOÃO IV — A sua «Livraria de Música» e o Colegio dos Reis, de Vila Viçosa — Maestro Ruy Coelho* . . . . . 21

*VILA VIÇOSA — Dr. Rodrigues Cavalheiro* . . . . 28

*ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão* . . . . . 37

*COMO CONSEGUIU PORTUGAL A SUA AUTONOMIA POLÍTICA? — Dr. José de Oliveira Boléo* . . . . . 41

*CASTELOS DE PORTUGAL — Alcácer-do-Sal e Silves — Cap. Jorge Larcher* . . . . . 45

*REVISTA DA IMPRENSA* . . . . . 49

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 52

*ÍNDICE* . . . . . 53

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50


A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais:

| | |
|---|---|
| A fogo . . . . . | 20$00 |
| A ouro . . . . . | 25$00 |
| (Empaste) . . . . . | 5$00 |

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

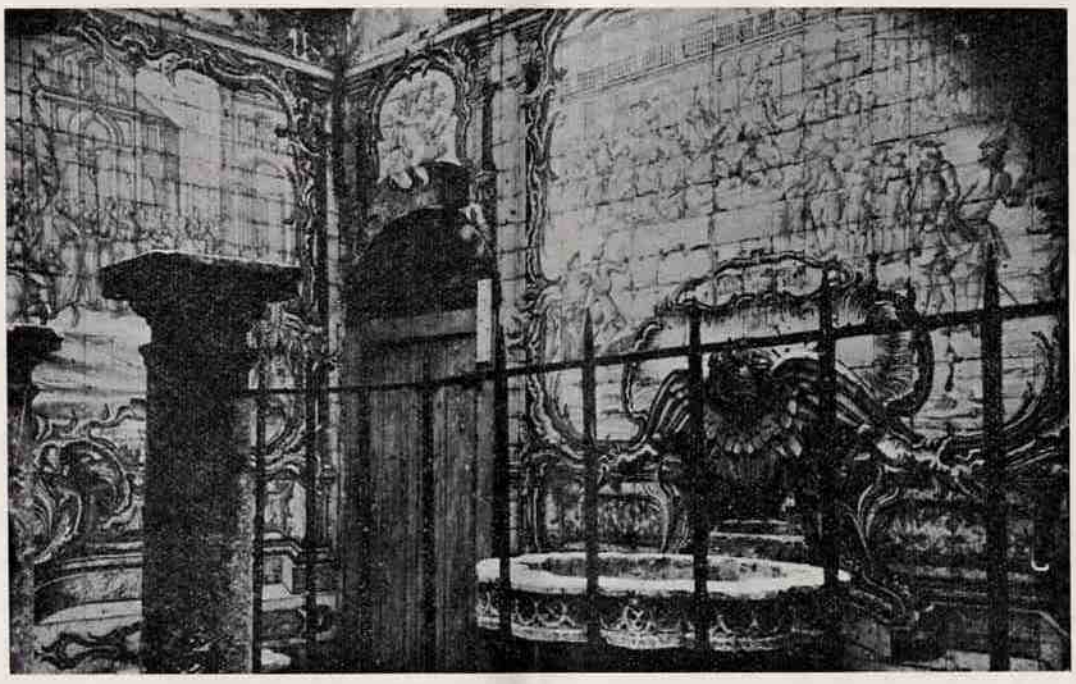
Rua da Oliveira, ao Carmo, 8/Lisboa

TELEFONE 22886

# ESCRÚPULO DOS CONJURADOS EM 1640

*É muito para relembrar a parte que teve na Restauração da Independência, o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha.*

*Por aquela manhã clara, era notada a sua presença na Sé Catedral, com os cónegos a rezar e a esperar a todo o instante os acontecimentos do Terreiro do Paço onde estaria*



*PAINÉIS DE AZULEJOS REFERENTES À RESTAURAÇÃO*

*(Palácio dos Condes de Almada)*

*pagando com a vida sua vileza e malfeitorias, o secretário de Estado junto da Duquesa de Mantua, Miguel de Vasconcelos. Após as proclamações, saindo o arcebispo com a procissão gratulatória, o braço direito do Crucifixo desprendeu-se de-certo por acaso, oferecendo, porém, à fé do povo o aplauso de uma bênção celeste.*

*Pelo seu grande significado, bastariam estas atitudes para sugerir, se outra não houvesse, a razão da escolha do prelado de Lisboa para a presidência do Govêrno, até à chegada de D. João IV, a 6 de Dezembro.*

*A história dá testemunho da intervenção revolucionária de diversos padres e frades, figurando entre os mais activos, Nicolau da Maia e Bernardo da Costa, D. João Pereira, prior de S. Nicolau e o arcediago D. Luis da Gama. Depreende-se que a disposição geral do clero fôsse seguir o exemplo do arcebispo D. Rodrigo da Cunha. Aos seus méritos de inteligência e virtude, juntava-se o da herança moral e política de seu pai, D. Pedro da Cunha, fiel partidário do Prior do Crato que veio a morrer a ferros da justiça filipina, encarcerado na Tôrre de Belem.*

*Sabia-se também que por modéstia, neste caso muito confundível com a sua dignidade de português, o arcebispo de Lisboa recusara em Madrid as altas honras e mercês com que a política de absorção de Felipe IV o procurara subornar.*

*Assim, pela autoridade do cargo e pelo prestígio da sua pessoa, era êle uma das primeiras figuras do Reino, e, como bispo da Igreja, bem podia continuar a linhagem espiritual dos prelados-cavaleiros, como D. João Peculiar, D. Teotónio, D. Sueiro, D. Gonçalo Pereira e D. Lourenço, arcebispos de Braga, e D. Aires da Silva, bispo do Pôrto, com D. Manuel de Menezes, bispo de Coimbra, ambos mortos em Alcácer-Quibir.*

*Quando em Outubro de 1640, alguns homens de boa fé e lealdade portuguesas, decidiram restaurar pelas armas a liberdade do Reino, chamando ao trono dos seus Avós o 8.º duque de Bragança, êsses conjurados sentiram-se possuidos de grave escrúpulo: se à luz da doutrina teológica era lícita ou não a revolta contra o domínio castelhano. Tinham de obter uma certeza, para poder caminhar em tal desígnio com a consciência pura.*

*Não faltava literatura político-religiosa em que os Portugueses pudessem encontrar justificação para o seu intento. A nenhum dêles seria desconhecido, para o não recordar, o célebre tratado do Padre Juan Mariana* — Del Rey y de la Institución de la Dignidad Real, *pela primeira vez impresso em Toledo por 1599, e já muito divulgado e discutido nas universidades. Nêle se lia, além de outros, um texto definitivo, muito aplicável, por ajustado, à situação de Portugal:*

Todos los teólogos y filósofos convienen en que al principe que por médio de la fuerza y de las armas ocupó la republica, sin derecho alguno y sin el consentimiento de los ciudadanos, es licito quitarle la vida y despojarle del trono, pues que siendo un enemigo publico y oprimiendo al pais con todos los males, se reviste de todo el carácter y indole de tirano, a quien de cualquier modo es necessario que se quite y despoje de la potestad que violentamente se atribuyó.

*Pouco depois, o português Frei Serafim de Freitas, insigne canonista, doutor de Coimbra e professor em Valhadolid, escrevia no mesmo sentido:* Potest respublica Regem, si in tyrannidem evadat, regno et vita privare.

*Mas, como notam vários tratadistas, incluindo o padre Mariana, difícil era sempre estabelecer o acôrdo quanto à* identidade *do tirano, às características que o pudessem defi-*

*nir com precisão, para legitimar a revolta contra o Poder e o último remédio do tiranicídio, por bem social do povo.*

*As melhores narrativas históricas da Restauração referem o estreito entendimento dos conspiradores com D. Rodrigo da Cunha. O conde da Ericeira escreve:*

Ajustaram naquela noyte que era Domingo vinte & seis *(aliás 25)* de Novembro, que se executasse o que estava assentado ao sabbado seguinte primeyro de Dezembro, & cõmunicouse a todos q por intervenção do Padre Nicolao da Maya estava reduzido o Juiz do Povo, Escrivão, & Misteres, & alguns da Casa dos Vinte & quatro: porém que atemorisados com o sucesso de Evora ajustaram, que não fariam movimento algum sem verem declarada toda a Nobreza, promessa que facilmente conseguiram. Desta conferencia se deu parte ao Arcebispo de Lisboa, que havia alcançado licença para sair do empenho em que estava em Madrid, protestando as penas em que ficava encorrendo quem lhe impedia ir governar as suas ovelhas. Authorizava elle muyto a empreza, persuadindo com a virtude & com a eloquencia (havendo sido dos primeyros que fomentaram a liberdade da Patria, parecendo-lhe escrupulosa a sujeyção a ElRey de Castella, como possuidor intruso)... (1)

*Mas é na* Lusitania Liberata, *de António de Sousa de Macedo, que aparece suficientemente explícito o compromisso do arcebispo de Lisboa, no qual, por assim dizer, se envolvia a concordância geral do clero português.*

*Bem se compreende assim o empenho de tal adesão que exaltava os ânimos e tranqüilizava as consciências daqueles bons cristãos, já conjurados para salvação do Povo, para servir o bem-comum da Nação.*

*Como êsse livro de Sousa de Macedo é bastante raro e foi redigido em latim, para ser o manifesto dos direitos do Restaurador e da justiça da Restauração ao mundo inteiro, deve considerar-se quási desconhecida a página referente à primeira conferência secreta dos conjurados com D. Rodrigo da Cunha. Nestas condições, poderá oferecer algum interêsse a sua divulgação na equivalência do português vulgar. O texto não nos revela os nomes dos delegados dos conspiradores que foram à presença do arcebispo. Mas é de presumir que tenham sido alguns dos que primeiro se reuniram com D. Antão de Almada no jardim da sua casa: D. Miguel de Almeida, Francisco de Melo, monteiro-mór, Jorge de Melo, seu irmão, Pedro de Mendonça, António de Saldanha e João Pinto Ribeiro.*

*Dão conta do seu projecto ao arcebispo e pretendem saber dêle como hão de levá-lo à realização, sem ofensa da doutrina da Igreja. Ali vêm ouvi-lo, como a oráculo verdadeiro, para se certificarem se seria lícito aquele intento. Por último, rogam-lhe por amizade, por obrigação moral e por Deus, que abertamente lhes declare o seu parecer a tal propósito.*

---

(1) Portugal Restaurado, *Lisboa, MDCLXXIX, Tom. I, pág. 95-96.*

*Com estas revelações e com o fim especial de semelhante diligência, ficou espantado o arcebispo de Lisboa.*

*Depois de uma breve pausa, por dever do seu cargo procurou dissuadi-los de tal desígnio, mostrando-lhes as dificuldades de execução do seu plano, os males próprios da guerra, ainda quando vitoriosa.*

*E, por estas razões, deveriam tentar-se outros meios com que mais suavemente se desse remédio aos males que a todos afligiam.*

*D. Rodrigo da Cunha, bom português, não dominava a sua hesitação, como a princípio não a venceram D. João da Costa e o Duque de Bragança, aquele que mais direito e mais dever tinha de ser prudente: qualquer precipitação importaria a ruína da Casa Ducal, a sua morte e a dos seus e, mais do que tudo, a perda irremediável da Esperança.*

*Às reflexões do Arcebispo responderam os futuros restauradores com uma distinção oportuna e fundamental:*

*— Não viemos aqui pedir conselho por bem do corpo, mas da alma: só esta pertence à vossa jurisdição.*

*Queremos apenas saber: É pecado o que pretendemos realizar? A vossa resposta será muito útil ou danosa para Castela. Conhecendo agora tudo isto, esclarecei-nos, por Deus-Vivo, sôbre a verdade do caso.*

*A estas instâncias, respondeu então serenamente o arcebispo de Lisboa:*

*— Não pode negar-se que êste Reino, usurpado por Felipe II e por seu neto agora injustamente possuido, pertence, sem sombra de dúvida, ao Duque de Bragança; quem lutar por êle, defenderá a justiça. Mas, mais uma vez vos lembro que penseis maduramente, antes de começardes a vossa obra.*

*— É quanto nos basta, respondem êles, retirando-se alegres e fortalecidos com o parecer favorável de tal autoridade.* (1)

*Só lhes restava fazer testamento, e pelos sacramentos da confissão e comunhão, preparar-se para a morte, se a glória não lhes estivesse prometida.*

*Fixado o dia da Revolução, como fica referido, era preciso avisar D. Rodrigo da Cunha, para que a sua presença, no momento próprio, animasse e honrasse a empresa, evitando também que a sua ausência não servisse de pretexto ou justificação para a falta de alguns ao compromisso tomado.*

*Nos últimos dias de Novembro, o prelado andava de visita às igrejas rurais nos ar-*

---

(1) Lusitania Liberata ab injusto Castellanorum dominio restituta, &. *Londini, in officina Richardi Heron. Ann. Dom. 1645, pág. 546.*

*LISBOA — MONUMENTO AOS RESTAURADORES*

*redores de Sintra, e por lá encontrou com êle D. Antão de Almada, para lhe anunciar que a revolta combinada seria no sábado, 1.º de Dezembro, rogando-lhe então que regressasse à cidade, para auxiliar o cometimento, se fôsse necessário.*

*O arcebispo, ainda incrédulo no seu júbilo, prêso à hesitação anterior, preguntou-lhe para última certeza:*

*— Então não desististes do intento?*

*— Isto tem de ser, tudo está pronto e só desejamos a vossa presença, rematou D. Antão de Almada.*

*— Então, irei, e Deus fará o melhor possível.* (1)

*Assim prestou a sua definitiva e eficaz adesão ao movimento libertador êsse prelado sexagenário, que já no exercício dos seus altos cargos sempre se esforçara por manter os antigos foros do Reino e suavizar os vexames da usurpação.*

*Na manhã da Revolução, à missa, liam-se oportunas palavras da Epístola de S. Paulo aos Romanos, e nelas mais do que coïncidência litúrgica, muitos reconheciam um claro aviso do céu:*

Et hoc scientes tempus; quia hora est jam nos de somno surgere. Nunc enim proprior est nostra salus, quam cum credidimus.

*Vieram buscar D. Rodrigo da Cunha para o encargo de presidente do govêrno, na hora em que procurava, de cruz alçada, serenar o alvorôço e evitar excessos e tumultos, quando o povo, já vencida a desconfiança e retraïmento daquela surpresa, começava a invadir ruìdosamente praças e ruas, dando largas ao júbilo da libertação.*

*O arcebispo de Lisboa, em tôda a cidade, alcançava naquele dia a virtude prodigiosa de um predestinado, mas nos três anos de vida que ainda teve, sofreria os maiores dissabores com os atritos e dificuldades opostos pela Cúria Romana ao reconhecimento da independência de Portugal, que só veio a fazer-se com a paz, em 1668.*

*Depois da primeira vitória, para todos começava o ciclo do sacrifício por vinte e sete anos contados e que só pôde vir a suportar-se pelo milagre da unidade moral e política da Nação, do solar ao castelo, do convento ao presbitério, da cabana do pastor de gado à pobreza do Paço Real.*

HIPÓLITO RAPOSO

---

(1) Lusitania Liberata, *pág.* 556.

# A ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV NO RIO DE JANEIRO

Naquela manhã quente e luminosa de 10 de março de 1641, em que os montes vestidos de veludo verde placidamente se miravam nas águas tranqüilas da Guanabara, desembarcou apressado dum navio vindo da Baía o Reverendíssimo Padre Provincial da Companhia de Jesus. Trazia «a nova da felicíssima restituição» do Reino Lusitano, cuja corôa repousava na cabeça dum soberano português, aclamado a 1.º de dezembro de 1640 como seu «hereditário legítimo» e «Monarca de Dois Impérios».

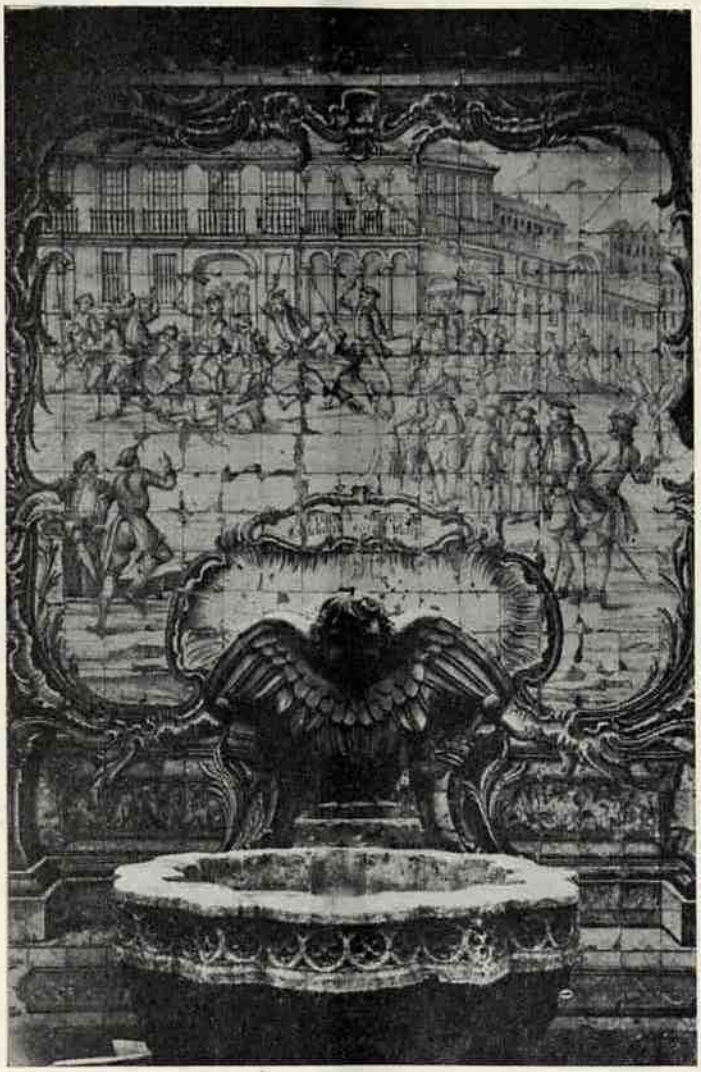
Circunstaciada Relação contemporânea frisa bem o facto de ter sido a auspiciosa nova anunciada por tão eminente sacerdote com estas significativas palavras ao gôsto da época: «Quando à Cristandade resultam tantas prósperas por ordem e agência desta Sagrada Religião, não podia por outra via gozar o Brasil de tanto bem». Tanto bem, sim, porque o Império Ultramarino desleixado durante os sessenta anos do «letargo» de Portugal sob o domínio espanhol, fôra seguidamente presa de hereges invasores, de estrangeiras nações e de bárbaros índios.

Governava, então, a praça do Rio de Janeiro, varão ilustre, vencedor de tantos inimigos, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, cognominado «o Terror da Holanda», filho de Martim de Sá, neto de Salvador Corrêa de Sá, da estirpe que dera à América Portuguêsa os puros e magníficos vultos de Mem de Sá, falecido longe da Pátria ao serviço de seu Rei, e de Estácio de Sá, morto em combate contra os franceses.

O Provincial dos Jesuitas conduzia, com as letras em que D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, Viso Rei do Brasil, comunicava da Baía ao Governador do Rio de Janeiro a felicíssima restauração, a própria carta de D. João IV, proclamando às suas Justiças e Povos a aclamação de Lisboa.

Temia-se muito à socapa que Salvador Corrêa de Sá Benevides relutasse na aceitação do novo soberano, por vêr com a sua ascensão frustradas suas melhores esperanças. Recebera sempre da Côrte de Madrid provas de alto aprêço e subida distinção, que lhe auguravam soberbo futuro. Sua Majestade Católica o nomeara Almirante das Costas do Mar do Sul, o que estendia sua jurisdição ao Prata, e o mandara dominar levantes até no Paraguai. Filho de mãi castelhana, D. Maria Benevides, casado com uma espanhola, D. Catarina Ugarte de Velasco, ambas aparentadas de perto a Grandes de Espanha, Vice Reis do México e do Perú, mais lucraria servindo a Castela, senhora do Mundo, do que a um pobre Rei Português ainda não bem firme sôbre o trono que lhe doara uma revolução. Mas, nem o interêsse privado, nem o cargo ilustre, nem as ligações de parentesco sobrepujaram os sentimentos de sua alma de «verdadeiro, leal e fidelíssimo português».

Mal leu as letras que lhe entregou o Reverendíssimo Padre, ordenou ao seu Sargento-Mór de Batalha e Governador da Gente de Guerra, D. António Ortiz de Mendonça, convocasse oficiais, clero, cabos das fortalezas e ordenanças, nobres e prudentes da cidade para uma reünião imediata na Livraria do Colégio dos Jesuitas. A nova mais ou menos se divulgara e todos sabiam de que se ia tratar. Salvador Corrêa de Sá e Benevides leu-lhes as cartas e, depois de pedir com empenho o parecer dos Oficiais da Câmara, «cabeças da República», aclamou D. João IV e jurou reconhecê-lo como seu legítimo soberano. Todos o aplaudiram, mostrando-se contentes em se verem resgatados do «pesado jugo e tirana sujeição» ao castelhano.

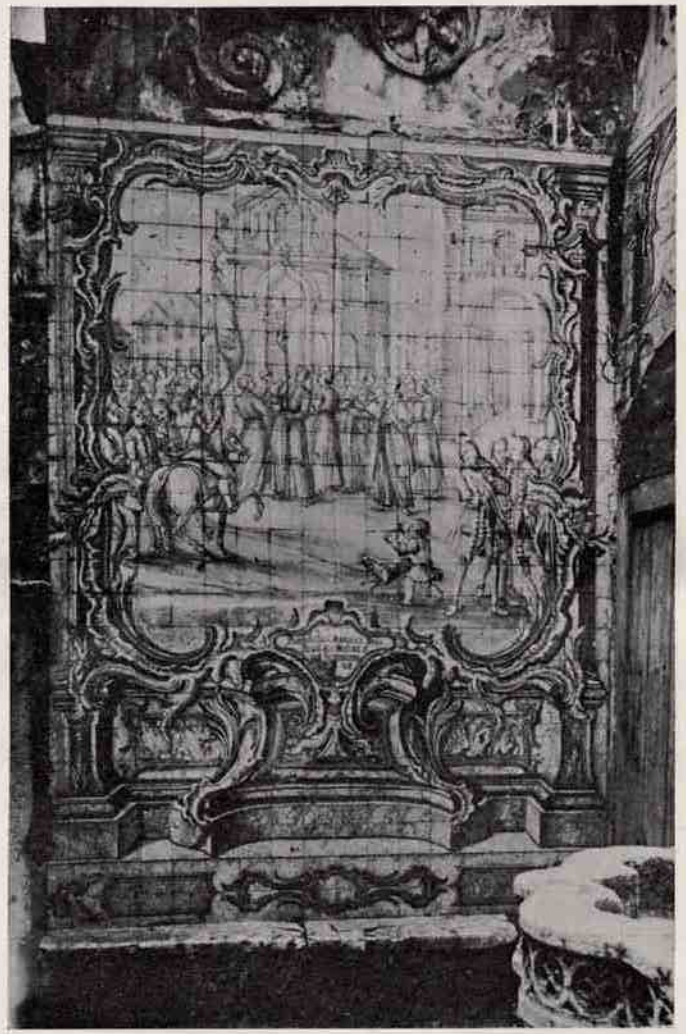


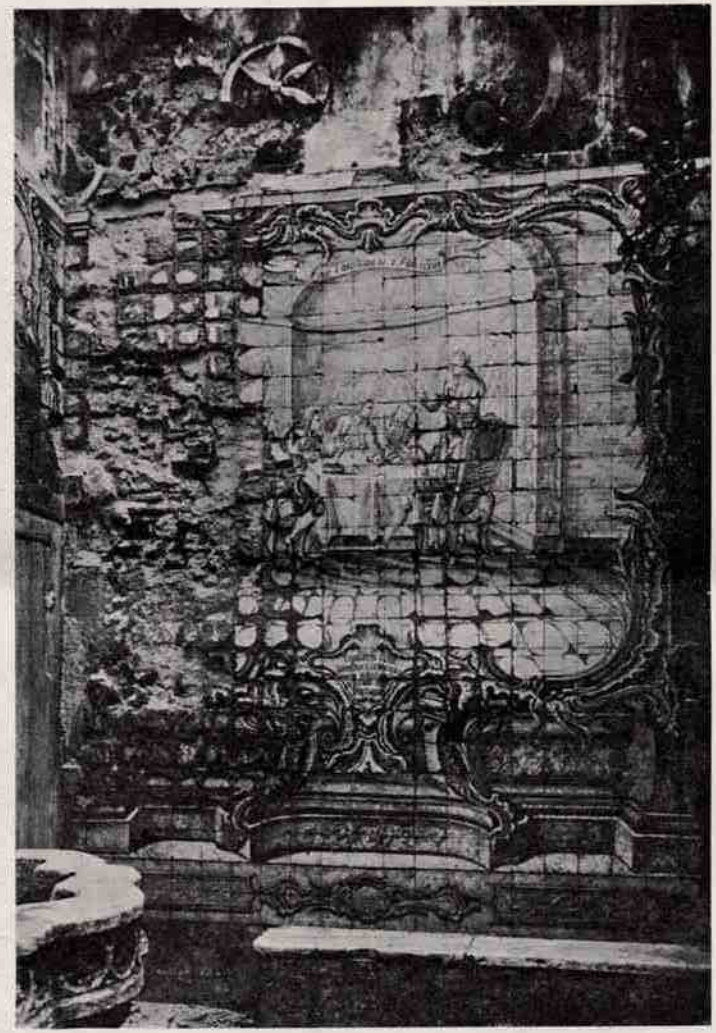
*PAINEL DE AZULEJOS REFERENTES À RESTAURAÇÃO*

*(Palácio dos Condes de Almada)*

Unanimidade de vistas. Lavrou-se um auto em boa letra rasgada, registando não ter havido nenhuma neutralidade. Bradaram aclamação «uníssonos, acompanhando o primeiro viva do Governador: — «Viva El-Rei D. João IV!» Com o Pendão Real da Câmara desfraldado à frente, símbolo da Vida Municipal, tão forte na Península e no Brasil antigo, tão esquecida e amesquinhada hoje, saíram em procissão até à Sé-Matriz, pelo meio da arraia-miúda embasbacada, a descobrir-se e a engrossar o séquito.

Sob o cruzeiro do adro, ao sol ardente de março, levantara-se um altar. Em cima da toalha de rendas, um grande missal aberto, sangrando em capitulares de mínio aureoladas de filetes de ouro. Todos juraram sôbre êle, joelho em terra, «preito de homenagem» ao fundador da dinastia bragantina.





*PAINÉIS DE AZULEJOS REFERENTES À RESTAURAÇÃO*

*(Palácio dos Condes de Almada)*

De novo, estrugiram vivas, que o povo «pluralizava». Arvorou-se o Pendão Real da Câmara. «O tumulto aumentou». E, logo, todos os atambores e caixas do Presídio rufaram pelas ruas e praças da acanhada cidade colonial, em cujas esquinas se lançavam os bandos, ordenando aos moradores iluminarem suas casas. Ao mesmo tempo, troavam bastardas, colubrinas e falconêtes nos fortes, desde o alto do Castelo às ilhas da baía.

O sol se pôs ao estrondo das salvas. Na noite escura, as ladeiras esconsas do Castelo, o casario do alto e as torcicolosas vielas da baixa se estrelejaram de luminárias, ficando «tão lustrosa a cidade de fogos, tão inquieta de vivas e artilharia», que era cousa bem digna de se vêr. Uniam-se na mesma alegria «portugueses e brasilienses».

Ao romper do dia 11 de março, já o Governador despachava barra fóra, numa «canoa esquipada», Artur de Sá, Capitão da Fortaleza de Santa Margarida, com os traslados das cartas recebidas, a avisar São Vicente e São Paulo, antes que lá chegassem por qualquer via ordens de Castela. Em seguimento à canoa de Artur de Sá, velejavam um patacho rumo à Baía, a dar conta do assentimento do Rio de Janeiro ao Viso Rei, e uma caravela na derrota de Lisboa, com notícias e felicitações para El-Rei.

Decretou-se festa nos quarteis por oito dias seguidos, com a recomendação de que delas não fôssem privados nem os corpos de guarda. Todos deviam participar do júbilo da Restauração. Mal findavam os festejos da soldadesca, com vinhaça e bródio, no dia 19, véspera de São Bento, achando-se o Governador a ouvir na igreja do mosteiro a prègação de Frei Manuel, houve grande alvoroço na assistência. Entrava portas adentro o seu Ajudante, conduzindo o Mestre duma caravela recem-chegada, cujas velas húmidas de salsugem ainda secavam ao sol, antes de ferradas, ao longo dos mastros.

Curvando-se reverentemente, o velho marujo entregou a Salvador Corrêa de Sá e Benevides duas cartas com bulas pendentes de cera vermelha. O Governador reconheceu à primeira vista que eram de Sua Magestade El-Rei D. João IV. Levantou-se de sua alta sédia, beijou-as com unção, pôs os sêlos rubros sôbre a cabeça em sinal de obediência e leu-as ao povo em voz alta. Relatavam o Grande Acontecimento e determinavam providências. Estrugiram, finda a leitura, vivas trepidantes.

Voltando-se para o feliz mensageiro, Salvador Corrêa de Sá e Benevides declarou-lhe que, como alvíssaras, seu navio ficava isento da imposição dos vinhos, que êle indemnizaria ao erário real, bem carecido de fôrças no momento, de sua própria fazenda.

No dia seguinte, o Governador fez aparelhar uma nau, meteu-lhe dentro um trôço de vinte soldados sob o comando do Capitão António Lopes Mialha e despachou-a a 21 de março para Buenos Aires, com «aviso reservado». Não se sabe qual foi, mas no seu leal proceder autoriza a supôr fôsse uma comunicação às autoridades espanholas do ocorrido e de não continuar como Almirante das Costas do Mar do Sul, a-fim-de evitar possíveis equívocos.

Os verdadeiros festejos comemorativos da feliz aclamação de D. João IV no Rio de Janeiro sòmente se realizaram depois de recebidas as duas epístolas reais. Começaram no

domingo 31 de março com tantas luminárias que pareciam estar — diz um documento coevo — «substituindo as estrêlas», sumidas então no engaste negro dum céu ameaçador.

Percorriam as estreitas ruas, orladas de casebres e de tôscos casarões crivados de mudejares, por trás de cujas reixas as mulheres espiavam curiosamente, cento e dezasseis cavaleiros armados de ponto em branco, acaudilhados pelo Capitão Duarte Corrêa Vasqueanes e pelo próprio Governador, êste coberto de alvo setim, seguidos pela mirífica «invenção» do Licenciado Jorge Fernandes da Fonseca e seus filhos : dois grandes carros, em que tocavam músicos ocultos sob tapizes de sêda e moitas de flôres. O poviléu vivava com estrondo o Senhor D. João IV, fazendo côro às aclamações dos gentis cavaleiros.

Na segunda-feira, 1.º de abril, a multidão encheu o Campo da Ajuda, capinado e alindado, onde se travaram lutas fingidas entre frecheiros e soldados, rememorando as emboscadas, os ardís e os assaltos das guerras contra hereges, estrangeiras nações e bárbaros índios, em que se cobrira de glória o nome dos Sá.

Na têrça, ali se correram touros com mil sortes e prémios. Nunca a gentalha se divertiu tanto ! Na quarta, se jogaram canas, levando a todos a palma o Governador e Duarte Corrêa, perfeitos cavaleiros. Na quinta, o céu turvo desmanchou-se em água, frustrando ao povo a representação dum auto, que teve de ser feita na Sala do Paço. Na sexta, a chuva foi tanta que as ruas se esvasiaram e a cidadezinha êrma e silenciosa se envolveu em líquidas toalhas.

No sábado, sol maravilhoso, dourando a tremulina das águas e o verdor refrescado dos morros, dominados pelo cocuruto do Corcovado, hirto no céu de anil. Vinte cavaleiros escolhidos, tendo sempre à frente o Governador e Duarte Corrêa, correram manilhas ou argolinhas, aplaudidos delirantemente pela multidão. No domingo, continuou o bom tempo e os mascarados se espalharam por tôda a parte, em diabruras. Foi o primeiro carnaval carioca. À noite, muito «fogo de pólvora» e «alardo» dos estudantes.

«Desta maneira — diz uma Relação da época — aclamou o Rio de Janeiro ao Senhor D. João IV por Verdadeiro Rei e Senhor do Reino de Portugal ; desta maneira aplaudiu tão feliz efeito como sua restituição a êle ; e desta maneira manifestou os ânimos dispostos a seu Real Serviço».

GUSTAVO BARROSO
*(Da Academia Brasileira)*

# A MORTE DE D. JOÃO IV

Foi a 6 de Novembro de 1656 que faleceu o Rei D. João IV. Tinha cinqùênta e dois anos de idade; e uma retenção de urinas (1) levou-o em poucos dias. (2)

O passamento do monarca foi sinceramente sentido, estamos certos disso. Portugal devia-lhe muito na causa da sua independência!

Nos últimos momentos da sua vida mostrou bem o *Restaurador* a sua admirável formação cristã e uma alma transbordante de bondade. Podemos hoje seguir êsse curto período através de algumas descrições que nos ficaram, sendo uma delas, pelo menos, o retrato fiel, como julgamos, dos factos que relata minuciosamente. Trata-se duma obra hoje rarissima e que se intitula assim: «Ultimas acções del Rey D. João IV nosso Senhor. Escritas, & oferecidas a Rainha Nossa Senhora por Vicente de Guzman Soares. *Por relação de quem assistio presente a todas ellas.* Non quantum; sed quid. Em Lisboa. Com todas as licenças necessárias. Na oficina Craesbeeckiana. Anno M.DC.LVII.»

O exemplar que conhecemos desta obra pertence à *Biblioteca Nacional de Lisboa* (3) e o Prof. Prestage utilizando-se dêle fez uma nova edição dêsse precioso opusculo, também já hoje rara.

Julgou-se até há pouco que Gusmão Soares, nascido em Lisboa a 22 de Janeiro de 1606 e autor de várias obras (4) havia dado apenas o nome para a publicação dêste trabalho, sendo seu verdadeiro autor o 3.º Conde de Penaguião, Camareiro Mór de D. João IV.

---

(1) «A supressão de urinas durou nove dias» escrevia D. Luiza de Gusmão ao residente na Suécia (*Biblioteca Nacional de Lisboa* — Mss, F. G, códice 1477).

(2) O Dr. Júlio Dantas, num notável artigo que saíu há pouco no *Comércio do Pôrto*, diz que a morte do Rei tivera como causa uma nefrite aguda no decurso de um processo de nefrite crónica, ou gotosa, baseando-se para tal diagnóstico no que escreve um dos médicos do monarca — Francisco Morato Roma — no seu livro *Luz da medicina.*

É curioso conhecermos agora a lista dos clínicos que trataram D. João IV nesta sua última doença e os seus respectivos vencimentos:

«Rol dos Médicos q̃ assistirão a doença de S. Mag.º q̃ D.ª tem:

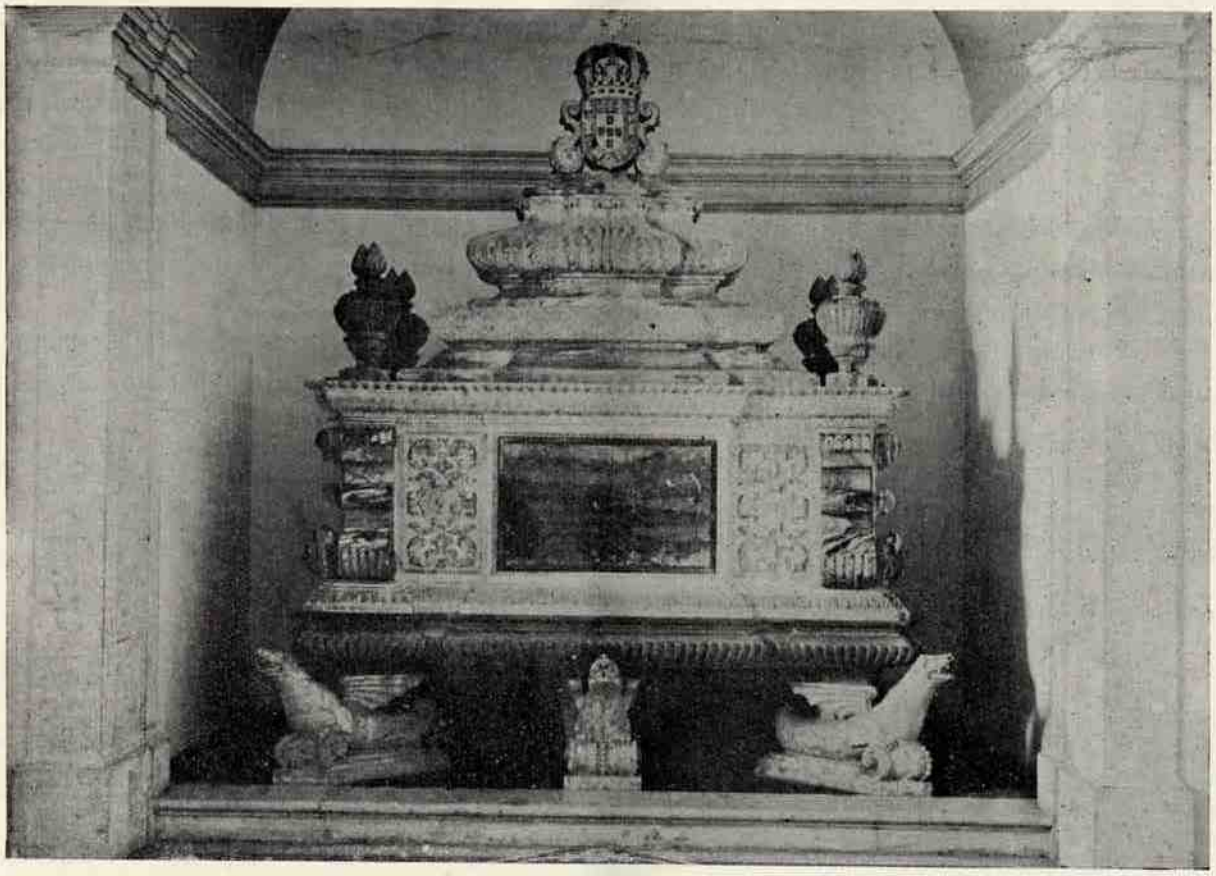
O Fizico Mor, 40$; O Cirurgião Mor, 40$; Antonio da Matta, 40$; Francizco Morato, 40$; Crespim do Rego, 40$; Ferrão Sardinha, 40$; Braz Nunez Manhaz, 40$. Cirurgioenz, Francizco Nunez, 20$; Francizco Guilherme, 20$; B.ar Teixeira, 20$; M.el Lopez Boticario, 20$; Hum homem de q̃ o Camar.º mor dará o nome q̃ preparou os banhos, e assistiu com gr.de trab,a em todo o tempo, 20$» (*Torre do Tombo — Colecção de S. Vicente* — vol. XXIII, fol. 78 v.

(3) — Reservados — 900 preto; e não, como refere Edgar Prestage, na nota que precede a nova edição desta obra, — «secção de história, n.º 5312 vermelho.»

(4) — Barbosa Machado — *Biblioteca Lusitana* — tomo III, pág. 781 e seg.; Inocêncio — *Dicionário Bibliográfico* — vol. 7, pág. 425. A data do nascimento que nos dá êste último difere da do primeiro. Assim diz que foi a 26 de Janeiro de 1606.

No entanto Prestage acha, e para aí nos inclinamos, que Gusmão deve ter sido na verdade o autor das «Ultimas acções» tendo trabalhado com notas de Penaguião. Mas seja como fôr o relato é precioso e por êle mais uma vez nos é dado admirar essa grande figura de monarca.

Ainda conhecemos outra descrição do falecimento de D. João IV. Chama-se: «Relaçam da morte e enterro da Magestade Serenissima del-Rey D. Joam o IV de glorioza me-



*TÚMULO DE D. JOÃO IV*

*(Panteão da Dinastia de Bragança—Igreja de S. Vicente de Fóra—Lisboa)*

moria. — por Francisco Leytam da Silva — Cavalleiro Professo da Ordem de Christo — Em Lisboa — Na officina de Domingos Lopes Rosa — Anno MDCLVI.»

Estando agora na *Biblioteca da Ajuda* a fazer os Índices analitico, onomástico e toponimico dessa obra monumental que é a *Rerum Lusitanicarum* — os 222 códices de documentos referentes às relações de Portugal com a Santa Sé que o *Magnânimo* mandou

copiar em Roma — encontrámos mais uma descrição da morte do soberano, que supomos estar inédita. Trata-se duma *Relação* que Francisco de Sousa Coutinho, então na Cidade Eterna como nosso representante (1), apresentou ao Pontífice, juntamente com a sua carta de 7 de Janeiro de 1657, que também publicamos.

São dois documentos interessantes êstes que mostram mais uma vez, como era então cuidada a nossa representação diplomática.

I

[244 v.º] *«Lettera in forma di Memoriale dato à Nostro Sig.re dal Sig.r Francesco di Sousa Coutingho. Ambasciatore del Ré di Portogallo, nel quale si dá parte della morte del Ré D. Giouanni IV, seguita li 6. Novembre 1656.* =

Beatissimo Padre

La Regente di Portogallo priui sono giá tant'anni di Gouerno Spirituale, colmi della disgrazia hanno perso il Ré D. Giouanni IV. mio Sig.re
[245] Che sia in gloria. Prencipe la cui pietá serui sempre / d'Argine, e di reparo á quei mali, che per minori ueniuano abbracciati dalla corrente del Publico, come estorti della uiolenza di una dura necessitá. Segui la Sua morte alli 6. di Nouembre doppo dieci giorni d'infermitá con sentimento in quel punto di uedersi mancare la Sua Benedizzione, essendo conscio á se stesso, et auendo tutto il Mondo per Testimonio d'auerla con esemplare pazienza sollecitata, má sempre in darno. Et alli 15. fú Coronato il Ré D. Alfonso suo figliolo Primogenito, e mio Sig.re, restando questi pochi mesi, che mancano alla di lui Maggioranza Regente con assoluta autoritá la Maestá della Regina, seguito il tutto con tanta unione d'animi, e dimostrazione di deuozione, ed ossequio in tutto il Regno, che se fusse quel cordoglio capace di sollieuo ben grande, lo porgerebbero non meno i saggi del
[245 v.º] spirito, e del Talento del nuovo Ré, e l'esperimentate pro- / ue del valore della Regina, che é il disinganno de nemici, e male affetti alla Corona di Portogallo, quali hauendone prouata l'unione, e saldezza in occasione si

(1) — De 1655 a 1659 — Luiz Teixeira de Sampaio — *Arquivo histórico do Ministério dos N. Estranjeiros* — pág. 104; Eduardo Brazão — *A Restauração* — pág. 464.

grande hanno sepolto nella Tomba del fú Ré D. Giouanni Mio Sig.re le loro malfondate speranze; no stimato núo debito il darue parte à Vostra Santitá, e seguirà un racconto piú distinto di tutto il successo, quando possi essere á Suoi Piedi, per esporli anco in nome della Regina mia Sig.ra quanto mi uien comandato. Spero, che il figlio sará erede della Pietá, e delli Stati, non giá della poca fortuna, che ha auuto il Padre in questa Corte, lo confido nella giustizia, et affetto di Vostra Santitá á pié della quale umilmente m'inchino li 7. Gennaro 1657. =

Humilissimo, e Deuotissimo Seruitore
*Francesco Sousa Coutingho»* (1)

II

[240 v.º] [A' margem]: Ex Cod. M. SS. Archiui D. D. de Moraldis de Vrbe = N.º 3. pág. 1. =

*«Relazione della morte di D. Giouanni IV. Ré di Portogallo seguita li 6. Nouembre 1656.*

S'ammaló Sua Maestá (che sia in gloria) il di 25. di Ottobre di una gran ritenzione di vrina alli 28. li fú cauato sangue, il che si seguiró á fare per sette uolte, per il piú dal piede, ne con bagni d'oglio, ne con altri molti medicamenti si poté far orinare, che per ció si chiamó Francesco Gueldieme, con molti altri Medici, e Chirurghi, et il Conte di Mira condusse un Forastiero, al quale promise del suo $\frac{m}{5000}$ scudi se auesse risanato il Ré. Non si lasció per tanto di operare in ogni meglior modo la quinta essenza di Ambra, fú senza frutto, si che non ui essendo altra speranza, che nell'aiuto d'Iddio benedetto, si cominciorono le Processioni, e si condus-
[241] sero Immagini di gran venerazione, come fú il / Santissimo Crocifisso del Carmine, il Santo Sudario della Madre d'Iddio Nostra Sig.ra della Natiuitá del Sig.re Quali non mai furono condotte attorno, uedendosi ben tre, e quattro Processioni il giorno; si espose medesimamente il Santissimo Crocifisso di San Domenico, col Santissimo nel Costato accompagnato da tutte le Confraternite sino á Palazgo, e Sua Maesta bacio la Santa Imagine

(1) Biblioteca da Ajuda. Colecção «Rerum Lusitanicarum», Vol. LVIII fols. 244 v.º-245 v.º Codice, 46-XI-1º.

piangendo tutti, che ui si trouorno, e le grida dolorose, e meste andauano al Cielo. Pareua che in tal giorno finisse il Mondo, tant'erano i pianti di chi desideraua la salute di Sua Maestá, fú detto Crocefisso accompagnato da tutta la Nobiltá del Regno per esser piú di *300* anni che non era uscito in Processione, non mancando di accompagnarlo i Cappuccini, e Carmelitani
[241 v.º] Scalzi con loro Oratory, e Pro-/cessioni senza cessar mai lunedi 26 del presente alle 17. hore rese Sua Maestá l'anima al Creatore, hauendo prima fatto una gran protesta della fede, quando li fú portato il Santissimo della sua Parochia, e fece un attione anco molto considerabile, che fú di far chiamare li Conti di S. Lorenzo di Castel Migliore di S. Giouanni di Viminoso, e Rodrigues Fernandez di Almada, e li fece far pace insieme, dandosi le destre per segno di riconciliazione. Prima della Sua morte fece mercede all Infanta Sua figlia legitima dell'Isole Terzere, delle Cittá Lamego, e Mora Maritandosi nel Regno, e maritandosi fuora le assegnó $\frac{m}{500}$ scudi di Dote, nomina nel Testamento un altra piccola figlia, che stá in educazione alle Carmelitane Scalze di Nostra Sig.ra della Luce, e la dichiara
[242] sua, lasciandoli i luoghi di Torres Medias, Colares, / Assambusgia et Assignaga, e $\frac{m}{X}$ scudi di rendita, e $\frac{m}{50}$ per mettere in ordine la sua Casa. Há laciato il Gouerno assoluto alla Regina, continuando l'istesso Consiglio di Stato, com'egli faceua, ha lasciato grand'elemosine, e 4. messe quotidiane, ordinando di esser sepolto in S. Vincenzo di fora. Ricevió ad un Capuccino, che l'assisteua, che li dasse il suo habito per essere seppellito con quello, e li fú dato. Tutto il giorno fú Sua Maestá assistito da tutti i Caualieri, e molti Religiosi con gran lacrime, et egli con grand'animo disponeua delle cose, non scordandosi d'ordinare, che le camere, e musica fossero fideicomissi lasciando gran rendita á Gio : Suarez Labello, per poter componere, e per pagar schrittori, che l'aiutassero. Comandó, che la Sua Cappella Reale,
[242 v.º] che si fece nella Sala / de Tedeschi con gran bizzarria, con tapezzerie di broccato nuouo bianco, e cremisino, doue nel mezzo s'alzauano tre gran coperte di velluto Cremisino, con passamano d'oro, in cima de quali staua, un letto fodrato di licco broccato d'oro, uicino al quale s'adornó un Altare di negro. 20 altri de quali s'alzorno nel corridore, che uá al forte, sopra al quale il di seguente si celebrano molte Messe, da Vescoui eletti, et altri Sacerdoti. Per la mezza notte del giorno lo portarono in Cappella li Duchi d'Auéro, e Cadauali, Marchesi di Goueto, e Nizza. Conti Cameriero Magiore et il Ré uestito riccamente, e sopra questo da Capuccino con stiuali, e speroni, e manto bianco,

e piume, e lo posero in una Cassa, che staua sopra il letto, con le cerimonie
[233] solite di quando era uiuo, e posero un panno di broccato sopra / la Cassa, dentro la quale ue n'era una di piombo, quale saldarono, e poi riposero queste in un altra molto ricca coperta di Broccato, e passamani d'oro, che teneua tre chiaui, quali serró il Maggiordomo maggiore, poscia salito il Guarda robba maggiore coperse il tutto con panno di broccato, con gran frangia d'oro, e Croci di tela bianca nel mezzo disponendoli intorno 12. Torcieri di Argento accesi. Il Martedi alle 24. hore si ordino il funerale, ponendosi dal Palazzo insino á San. Vincenzo in due ali tutti i Religiosi. e Confraternita quella della Misericordia, e di San Giouanni lo condussero nell'Atrio della Cappella in Piazza, doue staua un banco coperto di broccato con tre muli guarniti dell'istesso, dentro la quale posero la Cassa, coprendola col detto panno. Precedeuano li Titolati con gran gramaglie á
[243 v.º] Cauallo con gualdrap- / pe, 20. Chierici di Cappella, e 40. Cappellani con sua Croce, e Torcie, e 60. Aiutanti di Camera á piedi con Torcie, poscia ueniua il Cauallo di Sua Maestá, e seguiua un Cocchio portato da Sua Maestá da Villa Viciosa lauorato in Roma riccamente; giunto che fú doue l'aspettaua la Confraternita della Misericordia con Bara di broccato, nella quale riceuette Sua Maestá tutti gl'officiali di Casa, e Portieri ruppero le loro insegne, buttandole a piedi della Tomba. la detta Confraternitá lo portó sin dentro l'Altare Maggiore, doue erano alzati cinque gradi di velluto cremisino, e passamano d'oro, e sopra un Tumulo di broccato, e sotto quel'altro broccato foderato di lama bianca con pizzi d'oro grandi, che copriua tutto il piano, e l'istessi Sig.ri, col Conte di Mira portarono Sua
[244] Maestá sopra de gradi con gran fatica, ponendo la Cassa dentro / un altra, e salito il Marchese, e Segretario di Stato, e Caualieri testimoniarono, che iui si trouaua Sua Maestá, facendone consegna á Frati, á quali il Maggiordomo Maggiore consegnó una Chiaue, chiudendo la Cassa. Quando usci di Palazzo lo seguirono il Prencipe, e l'Infanta con loro Capucci. Sino á 9. hore si stette senza far niente, et il tal giorno alle 16. hore uenne la Camera della Cittá con Capucci, e giubbe nere, preceduta dal Procuratore della Cittá á cauallo strascinando bandiere di baietta nera. Seguiuono tré Giudici Criminali con loro scudo di tauola sottile, con sopra dipinta l'arme di Sua Maestá in nero, uno de quali scudi fú spezzato nell'atrio della Catedrale, l'altro nella strada nuoua, doue staua alzato un palco coperto di

negro e l'altro nella scala dell'Ospedale, el il Giudice gridaua ponendosi lo
[244 v.º] scudo sopra la testa. Pian- / gete Nobili, e piangete Popoli, che il nostro Ré D. Giouanni IV., che ui gouernó 16. anni con tanto amore é morto lo spezzaua, piangendo tutti gl'Astanti. Per la Coronazione si stanno apparechiando gran Gale. Si fará á i 15. di questo nella Sala Reale, e non nella Catedrale per la minoritá del Ré.» (1)

EDUARDO BRAZÃO

(1) Biblioteca da Ajuda. Colecção «Rerum Lusitanicarum», Vol. LVIII fols. 240 v.º - 244 v.º Codice, 46-XI-12

# D. JOÃO IV

## A SUA "LIVRARIA DE MUSICA" E O COLEGIO DOS REIS, DE VILA VIÇOSA

D. Teodósio II, 7.º Duque de Bragança, deu uma educação musical a seu filho D. João IV, futuro rei de Portugal.

Na «Vida do Serenissimo Rey Dom João o 4.º de gloriosa Memoria» um religioso da Ordem do Patriarca de S. Bento, Cronista Mor do Reino, conta o seguinte: «Para seu filho aprender a arte da Música tinha o Duque Dom Theodosio conduzido de Itália a Ruberto Torgh por insigne na arte acrescentado partido de Mestre de Sua Real Cappella. E em outro aposento separado a seu filho aonde o mesmo Duque Dom Theodosio o podia obrigar com sua presença á lição cotodiana».

Dom Teodósio arranjou mesmo um condiscípulo, João Soares Rebelo, para «estímulo de competência»...

Como muitos outros aprendizes de música que mais tarde chegaram a ser músicos notáveis, o futuro Rei de Portugal aprendeu a música «contra sua vontade».

No testamento do próprio Duque D. Teodósio pode vêr-se: «Lembro a meu filho que a melhor coisa que lhe deixo nesta casa he a minha Capella, e assim lhe pesso se não descuide nunca do ornato d'ella, assistindo-lhe enquanto puder aos oficios divinos que se celebrarão nella, procurando que sejão com a perfeição que athe aqui, assim de Cappellães, Musicos, officiaes, como de todo o mais serviço, o que lhe encarrego quanto posso; e lhe pesso pelo amôr que lhe tenho; pois o servir a Deus continuamente hade ser a ocupação que mais lhe encomendo porque espero na Divina Magestade que pagará com o favorecer a assistencia e cuidado com que proceder com o servir. E outro sy lhe advirto que para isso sêr com mais faculdade, e eu me assegurar mais o obriguey contra sua vontade a que aprendesse a Muzica; e omitindo algumas vezes o fiz continuar nesse trabalho».

Sabe-se como mais tarde D. João IV amou a Música e nela se distinguiu como compositor, teórico, criador da melhor livraria musical do seu tempo e reformador do «Colégio dos Reis, de Vila-Viçosa» fundado por seu pai para estudo da Música, canto e órgão.

Como teórico publicou obras famosas no tempo como «Defensa de la Musica Moderna».

A «Defensa de la Musica Moderna contra la errada opinion del Obispo Cyrillo Franco» (1649) inspirou a um poeta anónimo de então o seguinte soneto:

*«El que la nueva musica defiende*
*Luso escritor, con peregrinas flôres*
*Retratar sabe en métricos colores*
*Efectos con que el alma se suspende.*

*Injusta pluma, desluzir pretende*
*Del arte en vano, armonicos primores;*
*En quanto sus defensores superiores*
*Pluma discreta felismente enprende.*

*Oraculo divino es todo quanto,*
*Repulsa vais de accusacion mentida,*
*Todo misterios, que el respecto occulta.*

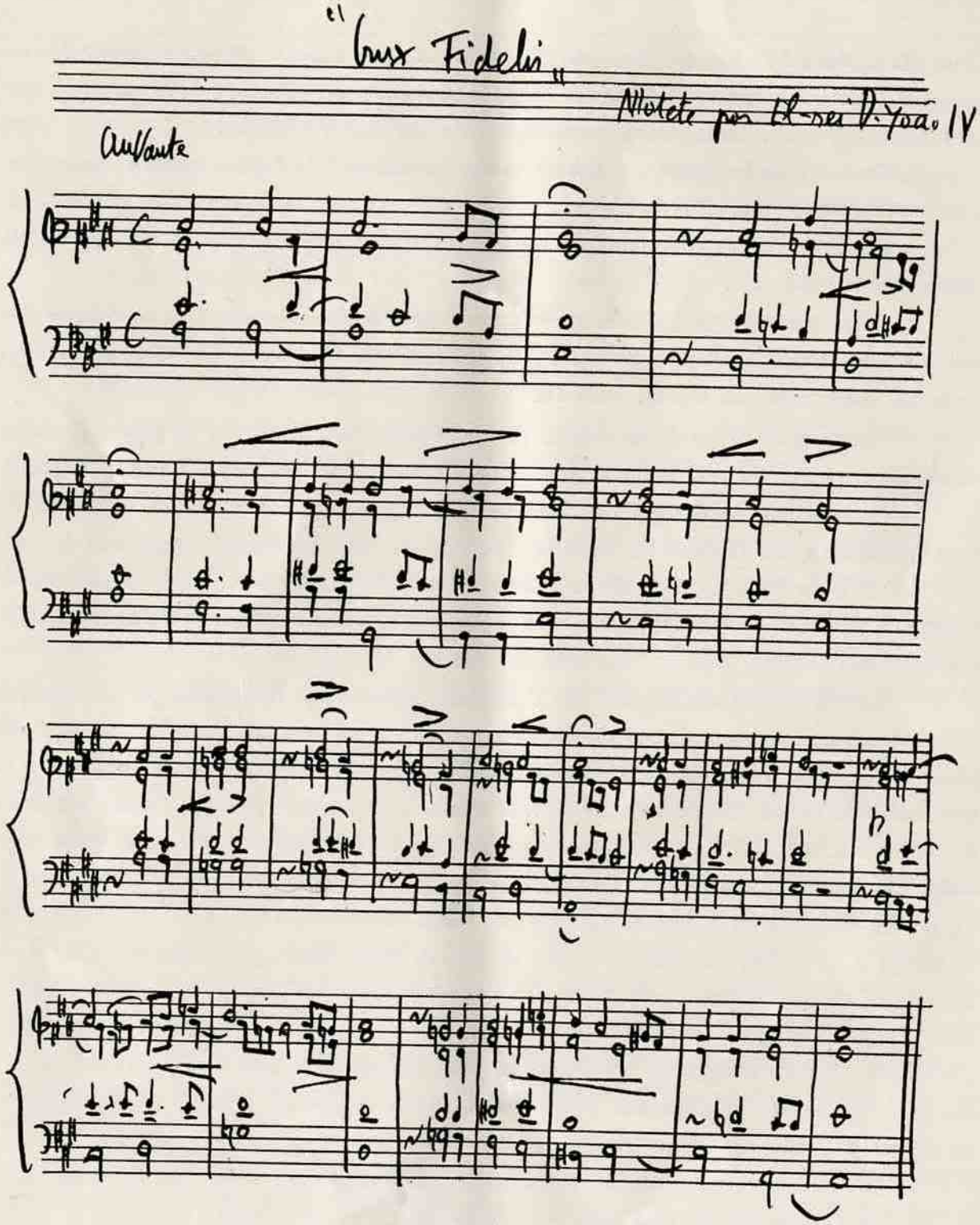
*Vence censuras criticas en tanto*
*Gloriosamente al arte presumida*
*Al discurrir de inteligencia culta.*

A «Defensa de la musica moderna» «contiene una carta del Obispo Cyrillo Franco escrita al cavallero Ugolino Gualteruzio en la qual se quexa mucho, que la musica moderna no haya los efectos que hazia la antigua» e demonstra-se, «muestrase lo contrario de lo que el Obispo dize, y que la musica antigua no tenia mas fuerza para mouer que la de ahora; y que nos hacer los mismos efectos, no es falta de la musica, ni del compositor».

A sua livraria musical deveria ser importantíssima, como se conhece do catálogo ou *Index*.

O exemplar existente na Tôrre do Tombo como o da Biblioteca Nacional de Paris do qual Joaquim de Vasconcelos fez uma cópia, dão uma ideia aproximada da livraria musical que o próprio D. João IV, no seu testamento, diz ter juntado com muita curiosidade: «Juntei com muita curiosidade e em muitos anos a minha livraria de música». «Para se conservar a minha livraria de música, de que acima tenho disposto com a limpeza e perfeição que convém, lhe deixo e aplico para fábrica quarenta mil reis de renda perpétua em cada ano».

Teriam sido destruídos com o terremoto de 1755 os «quarenta e dous Cayxõens», que no Paço da Ribeira guardavam tantos tesouros, nacionais e estrangeiros, de Duarte




COPIA DO MAESTRO RUY COELHO

Lobo, Frei Manuel Cardoso, Filipe de Magalhães, Manuel Rebelo, «Missas festivas» de «requiem» «Motetes» «Oficios» Villamios», obras teóricas como o «Tratado de Musica» do filósofo Anicius Boetius, «Institutione harmoniche» de Zarlino de Chiogia?

Teriam voltado algumas à Biblioteca do Palácio de Vila-Viçosa, que me dizem conter ainda muitos manuscritos musicais?

Eis um trabalho importante a fazer: saber o que existe dessa famosa livraria de música de D. João IV.

Outra investigação interessante a fazer seria a que se relaciona com o «Colégio dos Reis de Vila-Viçosa» fundado pelo pai de D. João IV, D. Teodósio, e que mereceu especial proteção, mais tarde, do Rei D. João IV.

Organização de escola de música tão perfeita foi essa, que ainda há pouco, passados tantos anos, parece ter sido imitada pela fundação musical na Bélgica da Rainha Elizabeth.

Os estatutos do Colégio dos Reis de Vila-Viçosa, aprovados em 18 de Março de 1645, publicados nas «Provas da História Genealógica» com a rúbrica «Regimento do Collegio dos Reis de Villa-Viçosa», são um documento duma grande actualidade, agora que se comemora o Centenário da Independência e em que é necessário fazer conhecer a estatura mental e moral de D. João IV. Eis uma amostra do 1.º Capítulo:

«Averá neste Collegio athe oito Collegiaes, e far-se-hão deligencias por se acharem moços de bôas vozes, que tenhão principio de canto de orgão, e ainda que o não tenhão, não passando de nove anos, que nelles dem mostras de aproveitamento e terem bôas vozes, e os que souberem cantar, dando mostras de não mudar cedo, serão recebidos, senão passarem de doze anos, e se forem estravagantes que tenham corrido muitas terras, não serão recebidos sem tirar informação de sua modestia e criação, e dos que assim se acharem, avendo alguns de iguaes partes se fará eleição dos que forem naturaes das terras do meu Ducado de Bragança e de melhor nascimento, e que careção de inhabilidade, para deixarem a vir a sêr Sacerdotes, de que se tirará informação secreta, como se faz aos que querem entrar em Religião, chamados e examinados, em presença do Reitor do Collegio e mestre da dita Capella, precedendo as mais deligencias necessarias, se fará um termo no livro para isso ordenado, em que se declarem as condições com que sejão admetidos no Collegio o Reitor os irá instruindo no ajudar das missas e nos estilos que se guardão na Capella».

No mesmo regulamento ficou estabelecido a obrigatoriedade de duas lições de canto por dia, uma de manhã, de uma hora, e outra de tarde de hora e meia.

«Ordinariamente estará cada Collegial, no Collegio oito anos, quatro para servirem

na Capella e estudarem canto, e outros quatro para estudarem latim, o qual tempo lhe poderey variar, conformando-me com o talento de cada um d'elles, de modo que se um cantar tiple, mais de quatro, cinco ou mais annos, sempre servirá na Capella, sem lhe diminuirem os quatro de latim, ainda que excedam os oito do Collegio, e o Reitor terá cuidado de saber dos mestres, que lhe dão lição no dito Collegio, se são deligentes, e aproveitão bem o seu tempo».

O «Colégio dos Reis, de Vila-Viçosa» foi depois no tempo de D. João V aumentado, como edifício e como escola de música, elevando o número de colegiais a vinte.

Em 1812, o serviço da Capela Ducal só tinha dez cantores e dois organistas.

Em 1834, há um século, tudo estava terminado.

Essa tradição de amor e culto da música erudita que vinha desde D. Teodósio I, que se manteve e alargou com D. Teodósio II, D. João IV, D. João V, D. João VI, em 1834, foi asfixiada...

Conta D. António Caetano de Souza na «História Genealógica da Casa Real»: «...o Duque D. Theodosio teve a ella (música) mais afeição e genio que sciencia. Nunca jamais recusou ouvila, antes gostou della enfermo, e são, não só porque pelo seu natural lhe era inclinado, senão porque sentia cobrar com a harmonia novas forças o animo, fatigado de outros tantos sucessos e exercicios, e tambem porque achava menos inconveniente do que falar».

Depois, pelos séculos fóra, nos descendentes, aviva-se sempre o mesmo gôsto pela música. A acção musical de D. João V, com reformas de ensino, e ainda no domínio da música religiosa, profana e na introdução em Portugal, em 1708, da ópera italiana, quando casou com D. Maria Ana de Austria, filha do Imperador Leopoldo; o culto pela música de D. Maria Barbara filha de D. João IV, mais tarde rainha de Espanha pelo casamento com Fernando VI, que foi discípulo de Domenico Scarlatti em Portugal; a influência de D. João VI; as aptidões de D. Pedro IV; de D. Luiz, de D. Carlos I, do Rei D. Manuel II, do qual o eminente Mestre e seu professor Alexandre Rey Colaço disse ser «dotado dum enorme talento artístico», êsse bom gôsto que se mantem sempre em nível elevado nos Braganças, mostra bem o grau de cultura e qualidade da sensibilidade de tão nobre família portuguesa.

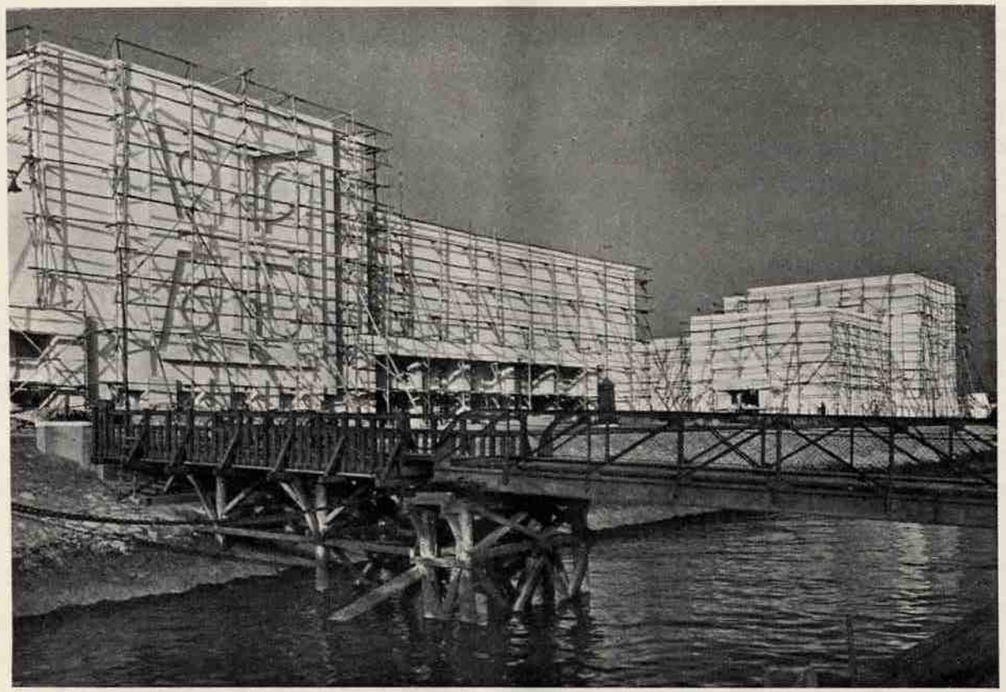
«Crux Fidelis» que publicamos e que se encontra editada em Londres numa importante casa editora é um documento notabilíssimo do punho de D. João IV, que merece mais do que uma leitura mas um estudo profundo.

Há muito que observar e meditar nesse documento em que ficou viva para sempre a «alma» do Restaurador de Portugal.

RUY COELHO

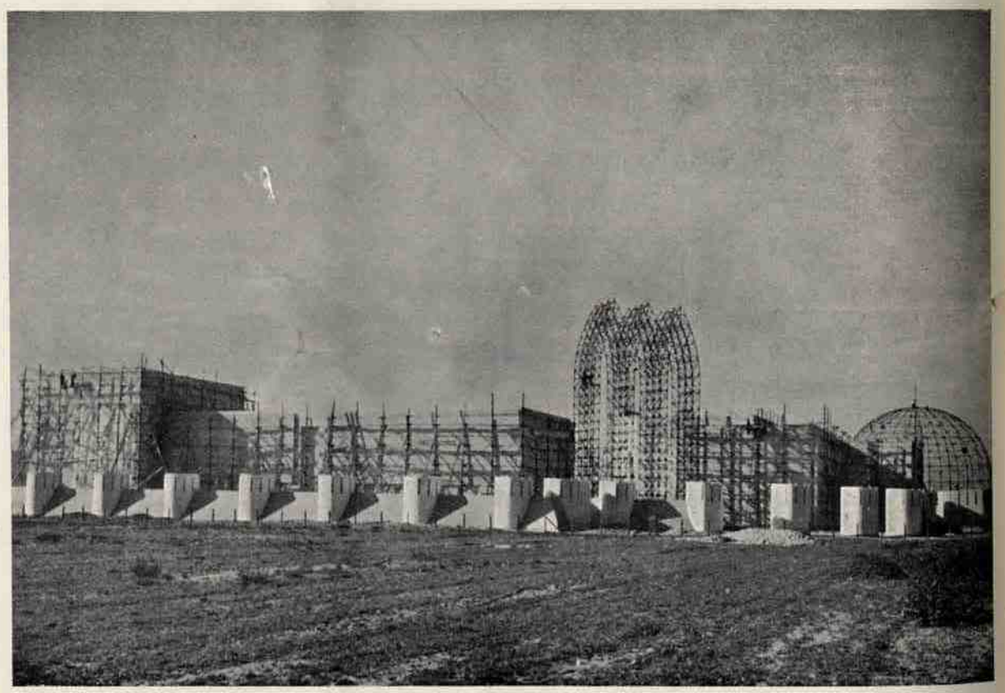
# EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

## ESTADO ACTUAL DOS PAVILHÕES



*PAVILHÕES DA INDEPENDÊNCIA E DOS DESCOBRIMENTOS*

*PAVILHÕES DE LISBOA E DA COLONIZAÇÃO*



*PAVILHÕES DA FORMAÇÃO E CONQUISTA E DA INDEPENDÊNCIA*

*PAVILHÃO DE CAÇA E TURISMO NA SECÇÃO COLONIAL*

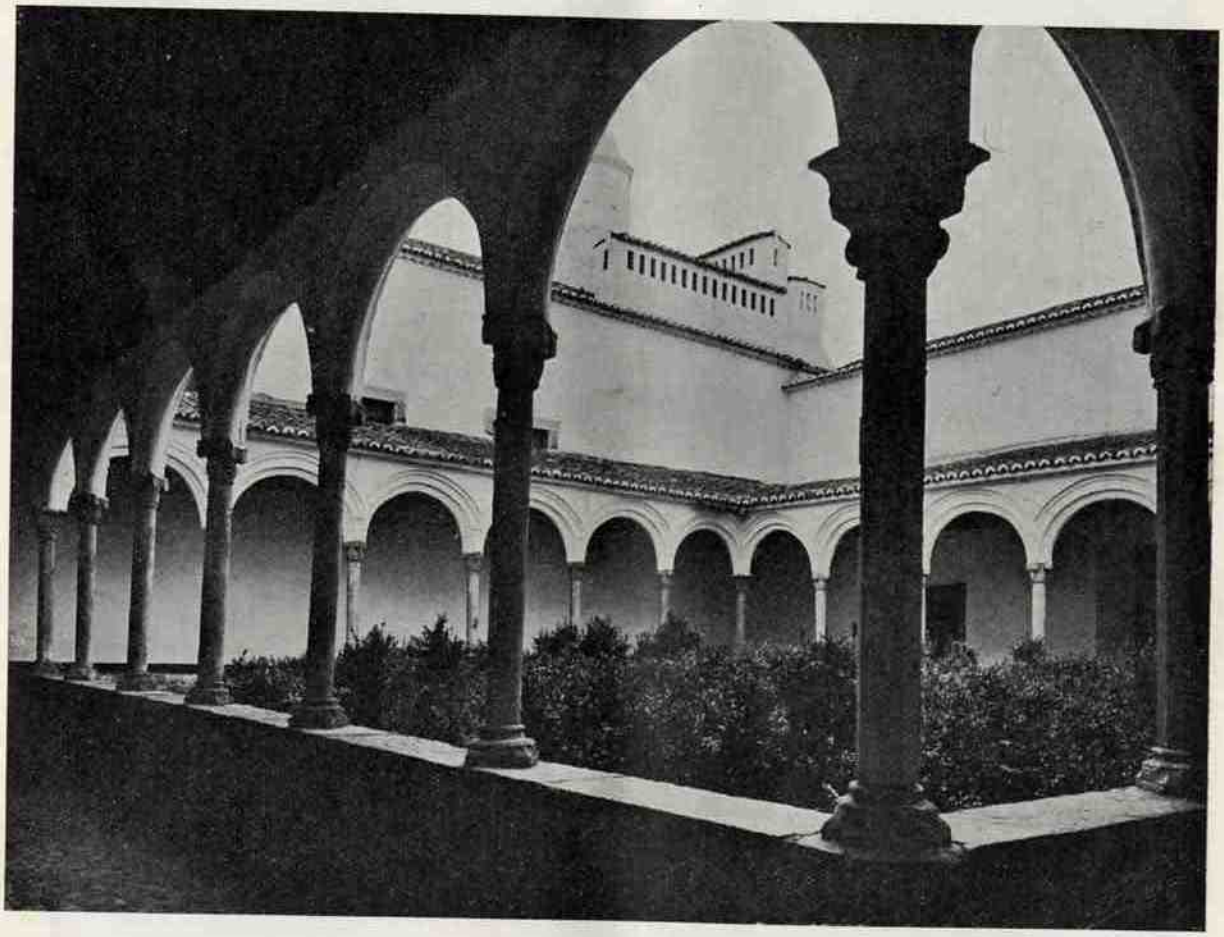
# VILA VIÇOSA

Quando o Cardial Alexandrino, em 1571, passou por Vila Viçosa ainda o palácio ducal estava longe de se completar. D. Jaime, nos começos da centúria de Quinhentos, ini-

*FACHADA DA IGREJA DOS AGOSTINHOS E PANTEÃO DA CASA DE BRAGANÇA*

ciara, na sua horta do Reguengo, a construção do magestoso solar. Em 1502 já o 4.º Duque e sua primeira espôsa (que tam trágico fim havia de ter) se encontram lá instalados. Mas as obras prosseguem morosamente. Em 1537 a fachada estendia-se sòmente do extrêmo norte à porta principal. Todavia, no ano em que lá esteve João Baptista Venturino chegava já à sala de Medusa. Vale a pena arquivar alguns passos da descripção do cronista que acompanhou a comitiva do legado e sobrinho de Pio V.

«O palácio é notável, belo exterior e interiormente, — escreve êle—e o mais aprazível e cómodo que até aqui vimos em Espanha (ao menos quanto a mim), exceptuando, porém, o paço real de Madrid. Como estivessem ainda alguns quartos imperfeitos, o duque os mandou acabar por ocasião desta vinda do legado. O edifício fecha todo em volta, com grandes casarias, que dão para jardins fresquíssimos, um dos quais muito espaçoso está ar-



*PAÇO DUCAL — CLAUSTRO*

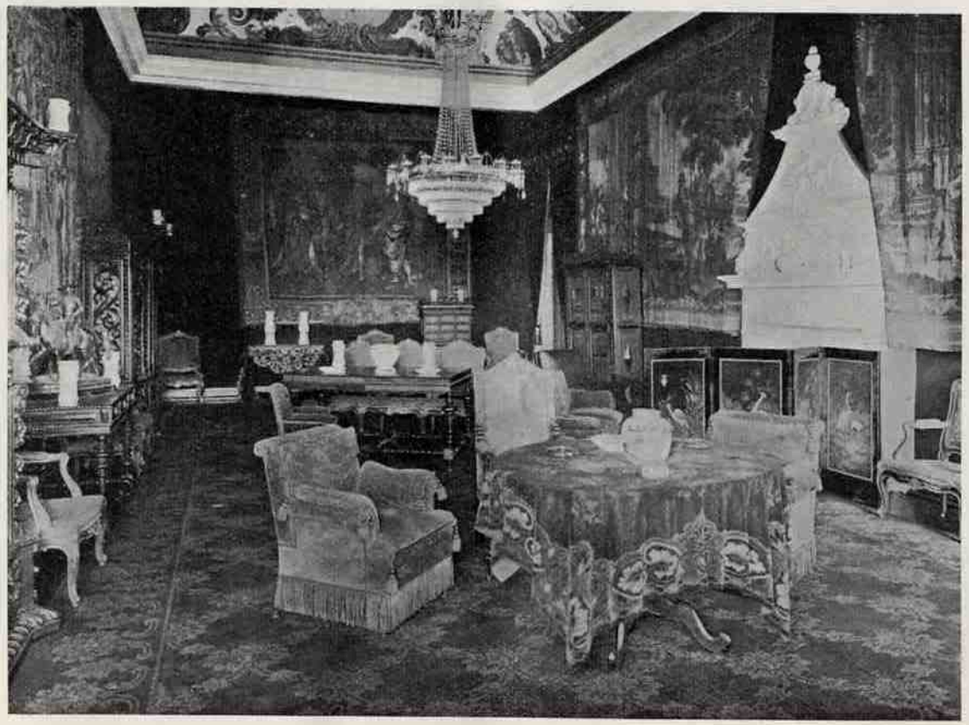
ranjado ao modo de Itália. Tem vastas cavalariças, adegas e tôdas as mais oficinas necessárias. Está situado entre duas ruas, quási insulado, e na frontaria principal fica-lhe uma formosa praça, à qual se segue um bosque de ciprestes e logo um mosteiro de franciscanos. Dentro dos paços estão pintadas muitas vitórias alcançadas pelos duques de Bragança, principalmente contra os castelhanos, e no alto da escada se vê a tomada de Azamor, na África, ...tudo ornado de riquíssimos panos de Flandres.»

# PALÁCIO DUCAL DE VILA VIÇOSA

*FACHADA*

*SALA DOS DUQUES*

*SALA DE JANTAR*



*SALA DE HÉRCULES*

E o inventário das riquezas artísticas do palácio no século XVI continua com a descripção dos magníficos razes: — «Os que estão, porém, na sala que fica no topo da escada da banda esquerda são de oiro, prata e seda, lavrados de figuras representando uma vitória ganha por Nunálvares, condestável de Portugal, contra os castelhanos... Dos mesmos panos está forrada outra sala também no cimo da escada, da parte oposta, bem como a câmara e antecâmara do legado, na qual estava uma cama de brocado de oiro de canotilho, a mêsa de estado coberta da mesma tela, a cadeira de veludo carmesim franjada de oiro e o chão alcatifado de finíssimos tapetes. Ao pé há um oratório bem ornado e devoto. No topo da escada que já mencionei, sôbre um estrado da altura de dois palmos ou palmo e meio, coberto de tapetes de sêda, havia um docel de brocado de oiro, debaixo do qual havia de comer o legado. Com outro de brocado de prata estava um aparador grandíssimo contendo peças de oiro, de prata e douradas, que avaliaram em cento e cincoenta mil escudos de oiro. Havia aí dois vasos, como urnas antigas; duas bacias, dois gomis, e duas copas grandes, lavradas de figuras primorosamente. Os vasos doirados eram cincoenta e seis de diversos feitios, uns levantados, outros lisos, além de muitas taças, e de um número quási infinito de pratos. A prata era da mesma qualidade.»

O que fica transcrito dá-nos uma idea aproximada da opulência em que viviam, no século XVI, os Duques de Bragança, ombreando muitas vezes com a própria Casa Real. Com o domínio felipino o paço de Vila Viçosa transforma-se numa verdadeira côrte, — e para êle se voltam, anciosos, os olhares e os corações de todos os bons portugueses, desejosos de Rei natural. D. Teodósio, primeiro, e, depois, seu filho D. João, prosseguindo na vida faustosa dos seus antepassados, manteem vivas, pelo prestígio de que cercam a primeira família do reino, a saüdade duma côrte nacional. A primeira metade do século XVII é a idade-de-oiro de Vila Viçosa.

Ramos Coelho evoca êsse momento da nobre povoação em têrmos que não resistimos à tentação de transcrever: — «Trasbordara, havia muito, das muralhas com que o Rei lavrador a cingira no século XIII; decuplara a extensão e os habitantes; adornara-se com o seu rico palácio e os seus formosos jardins; erguera aos ares as tôrres dos seus nove conventos e das suas igrejas e ermidas; franqueara aos enfermos as caridosas portas do seu hospital; fortalecera com obras de arte modernas a sua velha defesa; regularisara e rasgara os seus terreiros; abrira, particularmente nos últimos cincoenta anos, várias ruas, espaçosas em comparação das anteriores, pois tinham o dôbro da largura; e povoara-as na máxima parte de nobre casaria, em cujas paredes destacava o fino e alvo mármore de Estremoz. Tanto

*PAÇO DUCAL — SALA DAS VIRTUDES*

crescimento e primor cidadãos não haviam contudo prejudicado em coisa alguma os seus ares lavados e sádios, a amenidade e verdura dos seus arredores e a pureza salutar das suas águas: era ainda, como dantes, a vila viçosa. Três fontes a refrescavam no interior, e, depois de lhe proporcionarem cómodo e proveito, divididas em dois perenes ribeiros, a abraçavam, regando as frescas hortas e as bastas árvores de fruto, que a apertavam, como num cinto de esmeralda. Não eram menos belas as saídas que tinha para se espraiar e folgar pelos campos circunjacentes. Abundava o seu têrmo na pesca e na caça, porque lhe corria a oeste a ribeira de Luçafece, e a este as de Asseca e de Borba, em cujas águas pescavam os seus habitantes os tam nomeados picões, bordalos e pardelhas, e porque as suas terras marginais lhe forneciam lebres, coelhos, perdizes e outras aves.»

Impossível se torna enumerar as festas estrondosas, as cerimónias verdadeiramente régias de que Vila Viçosa foi teatro enquanto lá viveram os Duques de Bragança. Banquetes, comédias, touradas, casamentos espaventosos, batisados soleníssimos, recepções grandiosas de Reis e de Principes, fogos de artifício, máscaras, corridas de cavalos, cortejos feéricos de carros alegóricos e muitas coisas mais no género compõem a crónica brilhante do paço, da vila e da tapada ducal. Esta última merecia até capítulo especial numa monografia que ressuscitasse essa «doçura de viver» quinhentista e seiscentista. Mas os versos de Lope de Vega, que por lá andou embevecido, são mais eloqüentes do que tôdas as descripções dos arqueólogos:

*Yace no lejos de la insigne villa,*
*Corte de vuestra casa, la tapada,*
*Cercado en nuestra lengua de Castilla,*
*Que tal grandeza pudo ser cercada.*
*Verde, eminente y levantada silla*
*A silvestre deidad, alta morada*
*De ocultas ninfas, de enramadas drias,*
*De floridas napéas y amadrias.*

*Cinco millas de largo y de contorno,*
*Doce contiene el sitio inaccesible,*
*Por la muralla que le ciñe en torno*
*A exteriores ofensas imposible;*
*Por cuatro puertas de vistoso adorno*
*Permite el muro tránsito apacible,*
*Donde hallaran mejor verdes abriles,*
*Hibleos campos, Niniveos pensiles.*

*Arroyos dulces con sonoros saltos*
*Los campos corren por diversas calles,*
*Y duplican el monte montes altos,*
*Que forman prados y dilatan valles;*
*Esconden sombras (de modestia faltos)*
*Sátiros viles de disformes talles,*
*Las claras selvas a Pomona y Flora,*
*Y duerme en su jardin siestas la aurora*

À conspiração de 1640 ficou ligada a recordação da tapada de Vila Viçosa. Foi lá que Pedro de Mendonça teve com D. João uma conferência decisiva para o futuro de Portugal. O que o Duque estava de há muito resolvido a fazer, só então o exteriorisou aos conjurados. No cenário admirável que o poeta enalteceu escreveu-se uma grande página da nossa História.

RODRIGUES CAVALHEIRO

INSCRIÇÃO NA PAREDE DA DIREITA DA GALILÉ DA SÉ

# ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

Concluimos hoje a publicação das cartas de D. João IV dirigidas ao P.e Nuno da Cunha e que encontrámos no *Arquivo da Casa de Tarouca*. Ainda nêsse precioso aglomerado documental vimos um outro maço de cartas do soberano *restaurador*, para Fernão Teles de Menezes, Governador da Relação e Armas da cidade do Pôrto. José de Arriaga, num mal elaborado catálogo que fez dêsse arquivo (1) diz que esta colecção está mutilada. (2) As cartas são enviadas pelo Rei de 1646 a 1648.

Para D. João IV há várias cartas nêste Arquivo. Assim aí existem as que o Padre Nuno da Cunha escreveu ao monarca (3), as de Fernão Teles de Menezes (4), além de outras não assinadas, mas que parecem ser também dêste último (5).

## VII

«*Nuno da Cunha. Eu el Rey vos enuio muito saudar: Muito boas são... [em cifra algumas palavras] de que auisais em carta de 15 de nouembro do Anno passado, prazera a Deus que conrrespondaõ a ellas os effeitos, ja agora tereis recebido os despachos que leuou o doutor Manoel Aluares Carrilho, e o que depois nos foi em duas uias por França e por Olanda ambos com ordem q̃ se nos remetessem por dous correos a toda a diligencia, e nestes despachos uereis tudo o q̃ agora se nos podera responder nesta Carta. O cuidado com q̃ tratais estes negocios uos aggradeço muito como sempre costumo, e sempre mo mereceis. Escrita em Lix.a a 26 de Janeiro de 1649.*

*Rey* ∴

*P.a Nuno da Cunha*».

---

(1) — «Catálogo dos Manuscriptos da antiga livraria dos Marquezes de Alegrete, dos Condes de Tarouca e dos Marquezes de Penalva e pertencente à sua actual representante a Condessa de Tarouca — 1898».

(2) — Ib. pág. 36.

(3) — *Catálogo* pág. 38.

(4) — *Catálogo* pág. 37.

(5) — *Catálogo* pág. 36.

VIII

*«Nuno da Cunha. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Nas duuidas dos Religiosos, que tão inquieto trasem este Reyno de tres annos a esta parte, se experimentou que a causa mais principal destes danos foi terem as parssalidades dos Religiosos cada huã por sua parte liure recurso a Roma, e impetrarem despachos encontrados com erradas informaçoẽs, em dano da obediencia, e jurisdição de seus superiores, e ouue occazião em que se offereceraõ bulas falçificadas; e porque dezejo atalhar o mais que for possiuel pertrubaçaõ de que se segue tanto de serviço de Deos nosso sór, e tanto escandalo aos fieis, ordeney aos Prouinçiaes, e mais Prelados das Religioẽs, que todos os auisos que ouuessem de fazer a Roma os remetessem á Secretr.ª de estado, p.ª senos enviarem, ou á pessoa q̃ eu for seruido, e se entregarem por ella aos ministros para quem se dirigem, e as repostas uoltarem pella mesma uia á Secretaria, e dahi se entregarem a seus donos, com aduertencia que os despachos que uiesem por outra man.ra os hei de mandar recolher, e senaõ haõ de cumprir, encomendouos muito, que pella parte que uos toca executeis esta resoluçaõ, que tomey para conseruar por este meyo a paz, e quietaçaõ que desejo muito haia em todas as Religioẽs de meus Reynos. Escrita em Lixª a 10 de Março de 1649.*

*Rey* ∴

*P.ª Nuno da Cunha»* (1).

IX

*«Nuno da Cunha. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Hum Religioso Carmelita descalço por nome frey João de Christo, se foi deste Rn.º sem liçença minha, nem de seus prelados para essa corte, e segundo a informaçaõ que se me deu, com intentos de alcançar despachos em prejuiso da paz e quietaçaõ desta Religiaõ, q̃ uiue neste Reyno com tanto exemplo como sabeis; encomendouos, q̃ tomando pello D.ez frey Manoel Aluares Carrilho (a quem mando escreuer sobre esta materia) notiçia das pessoas com quem requere, as informeis e daminha parte sendo neçessario, das razoẽs q̃ ha, para naõ difirirem a Religiosos, q̃ por este modo se saem da obediençia de seus prelados, e o prejuizo q̃ poderá cauzar á sua ordem, qualquer despacho que trouxer contra o proçedimento, usos, e costumes della, e isto*

(1) Foi publicada esta carta no nosso trabalho: *A Restauração*, pág. 300.

*mesmo direis tambem asua santidade, se o requerimento for de qualidade q̃ ofressa. Escrita em Lix.ª a 7 de Março de 1649.*

*Rey* ⁝

*P.ª Nuno da Cunha». 1.ª Via*

X

*«Nuno da Cunha. Eu El Rey uos enuio muito saudar pellas copias das cartas que me escreueo e mandey responder a frey Manoel Pacheco entendereis o negocio de que me dá conta e o que nelle lhe mando ordenar. Niculao Bonacorty he pessoa que deueis conhecer, ualer uos eis delle se as offertas destes ministros tiuerem mais fundamento que outras q̃ se me fizeraõ desta corte em differentes occasioẽs, e porque estas ensinaraõ a se negocear com Italianos com grande aduertencia e segurança tereis particular cuidado de q̃ se naõ entregue dr.º algum se não depois de se dar feito o negocio, e espero auiso uosso na primeira occasião do q̃ nelle uay suçedendo, e a forma em que Niculao Bonacorty se dispõe a seruirme nesta occasiaõ entendereis das copias da carta e decreto que serão com esta escrita em Lix.ª aos 17 de Abril de 1649.*

*Rey* ⁝

*P.ª Nuno da Cunha.»* (1)

XI

*«Nuno da Cunha. Eu El Rey vos enuio muito saudar: Pella copia da Relaçaõ que será incluza nesta carta, entendereis o bom subcesso q̃ os Portuguezes de Pernambuco tiueraõ nesta ultima occaziaõ em que vieraõ ás maõs cõ os Olandezes. Pareçe çerto q̃ quer Deos fauoreçer aquelles homẽns, porq̃ assy o mostra subcesso taõ prodigioso como este foi, e o tem mostrado os passados, a Relaçaõ he a mesma que os Olandezes imprimiraõ em Olanda porq̃ do Brazil anõ ueyo com tanta claresa que se uos possa remeter, se bem se cuida, que o dano dos Olandezes foy ainda mayor q̃ o que refere aquella Relaçaõ; O que fizeraõ nos engenhos do Beconcauo, q̃ he junto á Bahia, naõ passou de quatro engenhos, e huã engenhoca, de q̃ naõ leuaraõ cobres, nem escrauos, porq̃ os tinhaõ seus donos recolhidos. Aqui ha muitas cartas q̃ refferem largarem os mesmos Olandezes de tudo a Ilha de Saõ Thome, e tendo*

(1) Também esta carta foi por nós publicada em *A Restauração*, pág. 299.

*por çerta esta noua, posto q̃ a naõ Reçeby ainda das conquistas; escrita em Alcantara a 8 de Junho de 1649.*

*Rey* ⁝

*P.ª Nuno da Cunha*». (1)

XII

«*Nuno da Cunha. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Com carta de 3 de Mayo se reçebeo o auizo que me fizestes sobre o frade claustraõ da ordem de saõ françisco, e naõ era necessaria esta proua para entender qual he o Amor que me tendes, e o zello com que me seruis, aggradeçouos muito; logo mandey ter nesta materia o cuidado que ella pede e espero em Ds. que este e qualquer outro intento dos inimigos desta coroa tenha o suçesso q̃ tiueraõ outros semelhantes que ja intentaraõ... [segue-se em cifra]... ...vos encomendo muito me digais tudo o que della souberdes porque por todas as razoẽs conuẽ sempre tello entendido. Escrita em Alcantara a 25 de Julho de 1649.*

*Rey* ⁝

*P.ª Nuno da Cunha*». (2)

---

(1) O domínio holandês no Brasil estava ameaçado com a violenta reacção dos nossos. Em fins de Junho de 1648 tinha lugar a segunda batalha dos Guararapes em que, como da primeira, os portugueses saíram vencedores. Entretanto na Haia, Sousa Coutinho, grande diplomata, ia entravando os socorros ao Brasil que pouco a pouco voltava ao domínio de Portugal. E S. Tomé e a seguir Angola eram também reconquistadas. (Vid. Hermann Wätgen — *O domínio colonial holandês no Brasil* — pág. 222 e segs.)

(2) Tôdas estas cartas que publicamos são cópias dos originais, assinados pelo punho do soberano.

# COMO CONSEGUIU PORTUGAL A SUA AUTONOMIA POLÍTICA?

II

No passado número desta Revista tivemos o prazer de apresentar, e de fazer a necessária crítica, variadas teses de geógrafos e escritores, quer nacionais, quer estranjeiros, sôbre o discutido problema das causas determinantes da autonomia política de Portugal.

Entendemos que a discordância entre os vários publicistas a quem o assunto tem merecido estudo, salvo uma ou outra contradição flagrante, é mais de formas de expressão do que pròpriamente de ideas.

Por nossa parte diremos que em todos os autores, a quem «o caso português» tem merecido estudo, encontramos achegas para a interpretação racional e lógica do problema. Todos têm uma parcela de razão, mas todos pecam por quererem distanciar uma das determinantes, das outras, ou apenas subscreverem um agente único.

Ora um fenómeno complexo como é o do aparecimento e manutenção dum Estado independente deve, de-certo, ser a resultante de grande número de fôrças, umas concordantes, outras discordantes, terminando o embate pela victória das de maior potência. Não será, portanto, nem a *fortuna do acaso*, como quere Alberto Sampaio, nem o desejo dum *braço forte* e um *cérebro esclarecido* como parece indicar o professor Damião Peres, nem apenas a *política clunicense* como defende Vieira de Castro, nem o puro *determinismo geográfico* de A. Sardinha, Réclus, geógrafos espanhóis, etc., etc., que puderam autonomizar esta sexta parte do todo peninsular, dando-lhe uma vitalidade pujante. Entendemos que são tôdas essas variáveis e muitas mais já enunciadas e outras por desvendar, ora dominando esta, ora aquela, que levaram à formação e à perpetuação da Pátria portuguesa.

Vamos traçar uma rápida síntese das origens da nacionalidade, segundo o nosso entender, e ao mesmo tempo iremos apontanto os factores dominantes, a seu tempo, e que nos conduziram à autonomia estatal.

Poderemos afirmar que desde o neolítico começa a individualizar-se esta faixa ocidental da Península, criando uma cultura própria, a dolménica, que irradia depois para o Norte — Galiza e Astúrias — e daí, já um tanto degenerada, para tôda a Europa ocidental e central.

Essa cultura dolménica faz gerar usos, costumes e sentimentos comuns, donde se origina uma psicologia colectiva própria.

O estabelecimento de colónias fenícias e gregas faz despertar o sentido marítimo, começando logo a patentear-se o duelo entre a tendência sedentária e agrícola, e a inclinação navegadora e comercial.

Contra a conquista cartaginesa erguem-se já os celtiberos do Noroeste peninsular e os do rio Anas. A resistência ao líbio-fenício poderemos simbolizá-la, segundo Diodoro da Sicília, no chefe celtibérico Indortés.

Em luta contra os lusitanos sucumbe Hamílcar, embora auxiliado pelos iberos meridionais, mais africanizados, e, por isso, mais fàcilmente dominados pelo invasor. Ao fim de

uns dez anos a conquista estava feita, mas as sublevações parciais duraram ainda até depois do govêrno de Anibal.

A parte oriental da Península abre as portas ao domínio romano, mas êste só se estabiliza ao fim de muitas dezenas de anos de luta, e é exactamente a faixa ocidental e a do noroeste que mais se opõem ao cesarismo. O símbolo da resistência é Viriato, e a uniformização política da Península só se consegue graças às legiões, em estado permanente de àlerta.

A romanização é feita a ferro e fôgo, e daí a fraqueza dos hispano-romanos ante as invasões bárbaras.

Localizam-se os suevos, do Tejo ao Cantábrico, e sàbiamente se organizam, acordando no povoamento dominado os antigos sentimentos de individualismo, e tanto assim, que só pela fôrça das armas, e após uma luta encarniçada, Leovegildo, rei visigodo, consegue dominar no recanto do noroeste peninsular. Esboçam-se já os dois «portugais»; o do Norte, e o do Sul, divididos pelo Tejo.

Depois, a vaga islamita assola a Península, e são principalmente os povos do Noroeste, refugiados nas Astúrias, que irão começar a longa luta entre a cruz e o crescente.

São também êsses povos do Noroeste os que mais ràpidamente se libertam do jugo maometano, seguindo-se nessa libertação a linha dos cursos de água, de NE. a SW., de lomba a lomba das montanhas, e nunca perdendo o *Mar* de vista.

Em 870, já Fernando Magno alcançava o vale do Tejo. Verificamos, portanto, que na zona do Noroeste, do Tejo ao Cantábrico, existiam já nesta altura condições étnicas, lingüísticas, sociais, unidade religiosa, e um conjunto de factores geográficos que favoreciam, ou predispunham, a uma autonomia política. Nesta zona está o Portugal do Norte, que as vicissitudes da História haveriam de truncar com o desmembramento da Galiza e Astúrias.

Ao longo dos Séculos X e XI estremam-se entre o Mondego e o Tejo os campos de prélio entre o cristão e o muçulmano.

Afonso VI de Leão e Castela volta a fixar a fronteira no Tejo, e começa o Mosteiro de Cluny a interessar-se vivamente pelas cruzadas do Oriente.

Raimundo e Henrique de Borgonha são parentes de Hugo, *abade dos abades*, e recomendados por êste a Afonso VI. A influência clunicense torna-se cada vez maior, principalmente na Navarra e no Noroeste peninsular, onde pretende disseminar ideas feudais. Os normandos aparecem nesta zona a disputar a presa aos francos, mas por fim concertam-se os dois para o mesmo efeito, talvez por alturas de 1100.

Talvez em 1092 ou 1093 casou Henrique com D. Tereza. Em 1093 casa Raimundo com D. Urraca. Um terceiro franco, vindo com aquêles, Raimundo conde de Talosa e S. Gil, casa com a infanta D. Elvira.

Raimundo recebe o condado da Galiza e Henrique o portucalense, ficando êste sujeito aquêle, mas logo em 1094 a perda de Lisboa contribuiu para a separação radical dos dois condados. Isto não deixa de favorecer os pontos de vista de Cluny, que desejava aquém Pirinéus a formação de várias unidades estatais que entre si estabelecessem um equilíbrio político: — a vertente ocidental e atlântica (Portugal-Galiza), o planalto árido (Castela), a vertente oriental e mediterrânica (Aragão).

Começa a sentir-se o efeito da vontade dum chefe — D. Henrique — para a autonomização do seu condado, trabalho que lhe é facilitado, e até determinado, por causas geográficas — a influência oceânica e a distância da sede imperial — e por causas políticas, como

seja a de, por esta orla, se estabelecer o contacto entre o Norte da Europa e a civilização cristã latina.

Contudo o Mar encontrava-se fechado em virtude da pirataria muçulmana, e é Diogo Gelmirez, eleito bispo de Compostela, em 1101, quem contrata os primeiros navios de guerra genoveses a-fim-de exterminarem os corsários, e quem funda um arsenal, em Iria, para a construção de barcos.

D. Henrique, perante as dissenções entre D. Urraca e o seu segundo marido Afonso, o Batalhador, pretende, ora virando-se para um, ora para outro, criar um Estado independente, que, segundo Herculano, chegou, por momentos, a estar demarcado, com assentimento dos contendedores.

Não consegue D. Henrique, nem D. Tereza, realizar a obra a que haviam metido ombros. É nesta altura que Afonso Henriques, nunca desarmando perante o imperialismo leonês, lança, com a victória de Cerneja, mais um fundamento da monarquia portuguesa. A capitulação de Tui pouco importa, porque após o afastamento do sarraceno para o Sul, com a victória de Ourique, logo a retirada de Afonso VII em Val-de-Vez leva ao tratado de Zamora, e, jurìdicamente, se funda a Monarquia Portuguesa.

Fixados os limites a Norte, e combinados os do Sul pelo tratado de Celanova (?), Afonso Henriques toma Santarém por escalada, e pára ante Lisboa, onde se aninhava a pirataria marítima que levava o luto à costa Norte e nos fechava o caminho do Mar.

Com a ajuda dos cruzados foi tomada a «Rainha do Tejo» e destruído o ninho de corsários. Assenhoriado da bacia hidrográfica do Tejo passa Afonso Henriques à do Sado, atacando-a de frente, de jusante e montante, e assim, em 1158, cai Alcácer do Sal. Verificando-se sempre as leis dos contrastes geográficos de Reparaz, consolida Afonso Henriques a recente conquista com a de Beja (1162) e a de Evora (1166 ?). Procura então o «terrível Henrique» apossar-se da bacia do Guadiana, a partir do ponto onde ela entestava com a província da Beira-Baixa, ou seja, com o Portugal antigo.

São destruídas e abandonadas as praças de Cáceres e Truxilo, tomam-se Alconchel e Serpa, ataca-se Badajoz, capital da província. É esta última uma jornada infeliz para o nosso primeiro rei, o qual, em virtude de não haver respeitado o acôrdo de Celanova, vê o islamita auxiliado pelo genro, Fernando II.

Feito prisioneiro e perdidas depois parte das conquistas, são os reis seus descendentes, até Afonso III e D. Denis, que completam o trabalho de Afonso Henriques, expulsando o sarraceno do Algarve, atingindo-se o Mar ao Sul, agora livre da pirataria.

Tenta então Portugal fundar a sua economia em bases agrárias e para isso sàbiamente legislam D. Denis e D. Fernando, mas já desde Afonso IV (talvez antes) com a ida às Canárias, que a monarquia hesita no rumo a tomar: o da estabilização terrestre e o da expansão marítima.

O Mar atraía-nos. O pequeno Portugal de 90.000 Km.² tinha 845 Km. de costa, e por isso, já que todo *um Estado com ampla saída para o Mar tende ao domínio marítimo, ao das ilhas próximas e ao da costa fronteira,* foi êste determinismo, sem dúvida de ordem geográfica, que nos levou a voltar as costas a Castela, fortemente batida em Aljubarrota, e a optarmos pela expansão oceânica.

A jornada brilhante de Aljubarrota marca, pois, o fim das tentativas do imperialismo de Castela no sentido de evitar a consolidação dum facto, aliás consumado, — a formação do

Estado Português —, como a jornada de Ceuta marca o verdadeiro comêço da epopeia marítima nacional.

Estava encontrado o verdadeiro caminho que deveria perpetuar a independência da Nacionalidade, formada à custa duma direcção convergente de grande número de variáveis.

Vai-se então diferenciando a língua cada vez mais; aparece a noção nítida de Pátria, à qual se passou a servir e não aos Senhores; cria-se um património espiritual e uma tradição nacionalista; individualizam-se usos e costumes, enquanto, como num cadinho, se vai fundindo o Portugal do Norte com o do Sul; o Mar gera-nos o sentimento da saüdade e o cunho lírico, em oposição ao cunho épico do planalto árido de Castela; aparece a responsabilidade colectiva de conservar o património criado, que

*«Com nações diferentes se engrandece*
*Cercadas com ondas do Oceano*
*Tôdas de tal nobreza e tal valor*
*Que qualquer delas cuida que é melhor.»*

* * *

Sintetizando o exposto e ainda uma série de pensamentos cuja exposição e crítica a índole desta Revista não comporta, podemos apresentar as seguintes conclusões:

*A*) — O território português não constitui uma individualidade geográfica definida, carecendo de fronteiras naturais que o separem de Espanha.

*B*) — Nem os factores geológicos, nem os hipsométricos, hidrográficos e climatéricos bastam, por si, para explicar a autonomia política do nosso país pois ela é função de variáveis geográficas, históricas, etnológicas, psicológicas, políticas e sociais.

*C*) — Portugal constitui, contudo, uma entidade geográfica, determinada e completada pela acção atrativa do Mar.

*D*) — O fermento da autonomia desta faixa ocidental da Península pode datar-se do neolítico, mas o seu paroxismo foi atingido com o esfôrço de Afonso Henriques e o dos príncipes conquistadores que lhe sucederam.

*E*) — Durante o período da monarquia agrária o povo português foi-se possuindo dum ideal comum, que atingiu a saturação com a jornada de Aljubarrota.

*F*) — É a monarquia marítima que completa a unidade nacional, quem a perpetua e quem garante hoje a autonomia política de Portugal.

*G*) — O verdadeiro Portugal, que factores geográficos determinavam, não se formou, pois a Espanha Atlântica tem 120.000 Km² e 10 milhões de habitantes. Faltam-nos a Galiza e parte das Astúrias. Se Portugal não houvesse ficado truncado então melhor poderíamos dizer com o Épico:

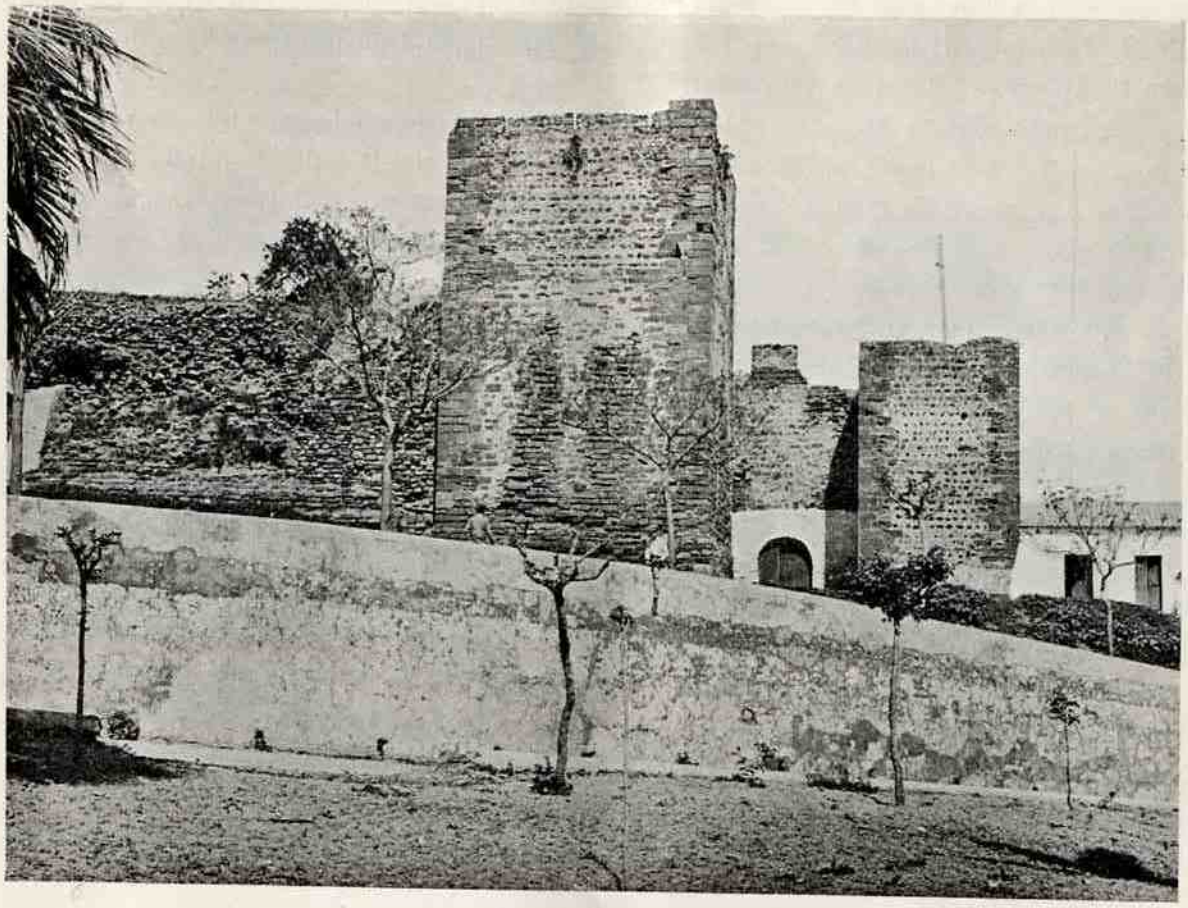
*«Eis aqui se descobre a nobre Hespanha*
*Como Cabeça ali da Europa tôda,*
*Em cujo senhorio, e glória estranha*
*Muitas voltas tem dado a fatal roda.»*

JOSÉ DE OLIVEIRA BOLÉO

# CASTELOS DE PORTUGAL

## ALCÁCER-DO-SAL E SILVES

Das duas fortalezas, de que, neste artigo, nos ocupamos, não resta dúvida que qualquer delas foi forte baluarte dos sarracenos, e que só depois de uma luta incessante e sem



*CASTELO DE ALCACER DO SAL*

tréguas passaram ao domínio dos portugueses, não só porque os seus Castelos se encontravam muito bem guarnecidos, como também pela robustez das suas fortificações.

O espírito bélico dos portugueses e o seu grande desejo de alargar para o sul o território, que palmo a palmo ia sendo conquistado à posse dos infiéis, animavam-nos a prosseguir a luta, que, por vezes, difícil e arriscada, acabava sempre pela vitória dos portugueses.

De Alcácer-do-Sal sabemos que no tempo dos romanos se intitulava Salacia. Era um dos três municípios da Lusitânia, que gozaram de privilégios romanos, pelos quais ficavam os seus moradores com regalias iguais às dos habitantes de Roma.

Os mouros chamavam-lhe Al-Kassr.

Povoação antiqüíssima e bem defendida pelo seu forte castelo, parece que, por mais de uma vez, foi assediada por D. Afonso Henriques com o auxílio dos cruzados, no desejo de alargar o reino de Portugal.

Mas só em 1158, os portugueses, sem qualquer outro auxílio, conseguiram arrancá-la aos sarracenos depois de dois mêses de luta persistente e vigorosa: «Era MCXCVI, septimo Calend. Julii feria II in die Sancti Ioannis Baptistæ (¹) captum fuit Castellum de Alcacer a Rege D. Affonso» (Chrònica Gothorum).

Segundo alguns cronistas dêste castelo, saíu D. Afonso I, em 1165, com um núcleo de homens a-fim-de fazer um reconhecimento até ao Castelo de Palmela, ainda na posse dos inimigos dos cristãos, mas no caminho encontrou se com um poderoso exército do rei de Badajoz, com quem travou dura batalha, da qual saiu vencedor, forçando o inimigo a retirar, em desordem, a-pesar da sua superioridade.

Em 1186, doou D. Sancho I aos freires de S. Tiago da Espada, entre outros castelos, o do Alcácer, que poucos anos conservaram em seu poder, pois em 1191, após a tomada de Silves, e ainda, talvez, sob o impulso desta conquista, continuaram os sarracenos na sua marcha para o norte, tomando Alcácer, Palmela e Almada.

De novo na posse de tão importante fortaleza, procuraram os sarracenos guarnecê-la melhor que qualquer outra, pois ela serviria de ponto de partida para as correrias em terras dos cristãos.

Prosseguiram as conquistas e das terras perdidas em 1191 só nos faltava recuperar Alcácer, que abria aos portugueses o caminho do Algarve.

Em Julho de 1217, encontrava-se no Tejo uma armada de cruzados, à qual D. Sueiro, bispo de Lisboa, pediu auxílio para o ataque a Alcácer e, com a colaboração do bispo de Évora, do abade de Alcobaça e de vários membros das Ordens do Templo e do Hospital, o bispo de Lisboa tomou a iniciativa da empresa, que foi gloriosamente levada a cabo depois de encarniçados combates, sendo impotentes os esforços dos sitiados para conter os assaltos dos cristãos.

Os sarracenos, desmoralizados pela impetuosidade e energia da luta que os dominava, tiveram que render-se a 18 de Outubro.

Depois desta conquista, de novo Alcácer voltou à posse dos espatulários.

O castelo de Alcácer-do-Sal, que D. Dinís reformou, era uma poderosa fortificação,

---

(¹) A uma segunda-feira, em 24 de Junho de 1196, era de César, correspondente ao ano de 1158 da era de Cristo.

fundada sôbre um rochedo, sobranceiro ao rio, numa posição estratégica admirável. Guarnecido de robustas muralhas e de fortes e numerosas tôrres, que a acção do tempo e dos homens tem derrubado, pois quando do terramoto de 1755 já estava em grave estado de ruína, como se vê do inquérito feito naquela data: «porém o castelo é cercado de muros de taipas muito danificados e em parte prostrados por terra, no qual castelo se conservam cinco ou seis tôrres, porém tão indignas, que sendo das mais delas de taipa tôdas estão muito arruïnadas e desfeitas ameaçando ruína próxima a maior parte da vila, que fica situada no lugar baixo».

Tinha o castelo duas portas, uma para o Norte chamada *Nova* e outra para Este, chamada *de Ferro*. Dentro do recinto da fortaleza, entre outros edifícios fica a igreja de Santa Maria do Castelo construída em 1217.

O castelo de Alcácer, a-pesar do lamentável estado de ruína em que se encontra, é

*CASTELO DE SILVES*

digno da nossa curiosidade e do nosso aprêço, não só pelas memórias históricas que estão ligadas às suas seculares ruínas, mas também pelas antigualhas de diversa natureza que ali têm aparecido e que são valiosos elementos para o estudo dessas épocas distantes.

*

* *

Silves, a bela e opulenta Chelb dos sarracenos, era das mais bem fortificadas cidades da antiga província de Al-Faghar ou de Chenchir.

Terra farta e de formosos edifícios, cidade florescente e de remotíssima fundação, foi das mais fortes e poderosas praças de guerra daquela província.

Em 1189, D. Sancho I, com o auxílio dos cruzados, conseguiu, depois de um duro assédio, tomar aos sarracenos esta quási inexpugnável cidade, que não pôde, a-pesar das suas famosas fortificações e do seu robusto castelo, resistir aos formidáveis ataques dos sitiantes.

A queda da velha e importante Chelb causou um profundo abalo entre os muçulmanos, concorrendo esta vitória para que outros castelos e povoações fôssem submetidos ao domínio dos cristãos.

A antiga cidade, após a sua queda, perdeu, é certo, o seu antigo esplendor, mas nunca deixou de ser cobiçada pelos seus antigos dominadores e poucos anos depois, em 1191, voltou de novo à posse dos sarracenos, ignorando-se as circunstâncias em que Yacub dela se conseguiu apoderar.

Contam alguns historiadores, e entre êles Herculano, crente nas referências de historiadores coevos, que os cruzados alemãis, que se dirigiam para a Palestina atacaram inesperadamente Silves, em 1197, contentando-se apenas em deixá-la desmantelada.

Em 1249, D. Afonso III dirige-se para a conquista do Algarve e só neste reinado Silves volta de novo à posse dos portugueses, mas agora definitivamente.

Os vestígios, que ainda hoje existem das temíveis fortificações que defendiam esta importante cidade, a posição dominadora do seu forte castelo e a fortaleza das suas muralhas permitem-nos ajuïzar de quão difícil foi esta arrojada emprêsa.

Mas, a-pesar-de bem defendidas e de bem providas de mantimentos e de água, como nos deixam crer as suas vastas matamorras e cisternas, não puderam os sarracenos quebrar e vencer a resistência dos aguerridos portugueses, que, numa luta sem tréguas e de extraordinária bravura, iam alargando o território português.

O castelo de Silves, em que se notam acentuados traços da arquitectura mourisca e que tão profanado tem sido no decorrer dos séculos, deve manter-se como recordação histórica dessas épocas afastadas, em que se afirmou o esfôrço patriótico e a audácia dos valorosos portugueses, que tão abnegadamente se entregaram à cruzada patriótica de dilatar o território e firmar a nacionalidade portuguesa.

Muito resumida aqui fica a história dêstes dois padrões militares de tão ricas e nobilissímas tradições, fontes inesgotáveis de preciosos subsídios históricos e arqueológicos.

JORGE LARCHER

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

*No jornal do Pôrto* O Primeiro de Janeiro, *de 8 do corrente, publicou o erudito investigador sr. Dr. A. de Magalhãis Basto, na sua secção «Falam velhos manuscritos...», o interessante artigo: «Uma carta de Richelieu a D. João IV», que gostosamente arquivamos nestas páginas.*

Nas investigações a que últimamente tenho procedido nos códices manuscritos da Biblioteca Pública Municipal desta cidade, relativos à epoca da Restauração, encontrei uma cópia coeva da carta que Richelieu, o genial Ministro de Luiz XIII, de França, escreveu ao nosso D. João IV, poucos mêses depois dêste ser aclamado rei.

Não é documento inédito. A minuta dessa carta foi publicada em França por Avenel, no tomo VII das *Lettres de Richelieu*, donde a extraiu em 1916 C. Roma du Bocage para o seu belo livro sôbre as *Relações exteriores de Portugal em seguida à Restauração.*

Em tradução portuguesa essa carta está impresse desde 1641 num raro opúsculo de Francisco Franco Barreto, que a Biblioteca Municipal do Pôrto não possui e em que se dá *Relação da Viagem* a França dos primeiros embaixadores de D. João IV. António Caitano de Sousa publicou igualmente, no vol. IV de *Provas da História Genealógica da Casa Real de Bragança*, uma tradução portuguesa da dita carta e o Visconde de Santarem sumariou essa tradução no vol. IV do seu *Tratado Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal.*

Isto já basta, para se ver que não se trata dum documento inédito. A-pesar de tudo, porém, não deve êle ser muito conhecido dos meus leitores habituais, porventura sem tempo ou disposição para lêr livros como os que citei, e por isso pareceu-me que além de oportuno — comemorou-se há dias o 1.º de Dezembro, — não deixará de ser interessante reproduzir aqui a carta em questão.

Antes de a transcrever, julgo útil algumas palavras prévias para melhor se avaliar do interêsse e significado histórico de tam curioso documento.

Ao estudar-se, no movimento magnífico do 1.º de Dezembro de 1640, a génese dessa arrancada heróica, mandam a verdade e a justiça não esquecer o que a Restauração da nossa independência deve ao Cardial de Richelieu. Não foi evidentemente o amor da nossa libertação que o moveu. Determinou-o o interêsse do seu país, creio-o sinceramente. À França, conduzida pela inteligência e argúcia incomparáveis daquêle grande Ministro, imensamente interessava quanto representasse aumento de inimigos para a Casa de Austria. A Alemanha, até então dividida pela religião e pelo regime político, ameaçava transformar-se num grande Estado, unido, poderoso e, portanto, perigoso pela sua vizinhança; Fernando II, imperador, trabalhava justamente nêsse sentido, procurando restabelecer a unidade de fé católica, destruída pela Reforma. Depois de sair vitorioso de campanhas violentas, sucessivamente, contra o eleitor Palatino, os Dinamarqueses e os Suecos, o triunfo dos seus projectos não tardaria talvez a ser uma realidade se outros adversários externos não surgissem. Foi então que Richelieu entrou ostensivamente na luta sangrenta a que se deu o nome de *Guerra dos 30 anos*, colocando-se, êle católico, ao lado dos protestantes, mas com uma rara habilidade, pois nunca se comprometeu na questão religiosa, antes sempre protestou combater altruísticamente em favor das liberdades dos povos germânicos ameaçadas pelo absolutismo e arbítrio dum senhor ambicioso. E não foi à Alemanha, pròpriamente, que êle declarou a guerra: foi à Espanha, onde reinava igualmente um ramo da Casa de Austria contra a qual, em última análise, era dirigido por egoísmo o ódio da França.

Travada a luta, tudo quanto enfraquecesse a Espanha favorecia os seus adversários. E esta é sem dúvida a principal razão por que Richelieu interveio em Portugal, animando, por meio de secretos e repetidos mensageiros, com promessas e esperanças os patriotas. E' conhecida a *Instrução* que em 1638 êle deu ao Senhor de Saint-Pé, antigo Consul da Nação Francesa no nosso País, e que aqui voltou, ou cá mandou um representante, naquêle ano. O enviado deveria manifestar aos Portugueses a sinceridade da França, afirmando que esta nada mais desejava do que a glória de lhes dar auxílio para recuperarem a sua liberdade. Acrescentaria «que se êles queriam expulsar os Espanhóis de tôda a Espanha(!), a França, embora queira ajudá-los, não pretende partilhar da conquista, antes consente que fique inteiramente para aquêle que elegerem rei». Richelieu nada queria, tudo prometia, contanto que Portugal se revoltasse!

Nos cálculos dos patriotas conjurados deviam

Em 1189, D. Sancho I, com o auxílio dos cruzados, conseguiu, depois de um duro assédio, tomar aos sarracenos esta quási inexpugnável cidade, que não pôde, a-pesar das suas famosas fortificações e do seu robusto castelo, resistir aos formidáveis ataques dos sitiantes.

A queda da velha e importante Chelb causou um profundo abalo entre os muçulmanos, concorrendo esta vitória para que outros castelos e povoações fôssem submetidos ao domínio dos cristãos.

A antiga cidade, após a sua queda, perdeu, é certo, o seu antigo esplendor, mas nunca deixou de ser cobiçada pelos seus antigos dominadores e poucos anos depois, em 1191, voltou de novo à posse dos sarracenos, ignorando-se as circunstâncias em que Yacub dela se conseguiu apoderar.

Contam alguns historiadores, e entre êles Herculano, crente nas referências de historiadores coevos, que os cruzados alemãis, que se dirigiam para a Palestina atacaram inesperadamente Silves, em 1197, contentando-se apenas em deixá-la desmantelada.

Em 1249, D. Afonso III dirige-se para a conquista do Algarve e só neste reinado Silves volta de novo à posse dos portugueses, mas agora definitivamente.

Os vestígios, que ainda hoje existem das temíveis fortificações que defendiam esta importante cidade, a posição dominadora do seu forte castelo e a fortaleza das suas muralhas permitem-nos ajuïzar de quão difícil foi esta arrojada emprêsa.

Mas, a-pesar-de bem defendidas e de bem providas de mantimentos e de água, como nos deixam crer as suas vastas matamorras e cisternas, não puderam os sarracenos quebrar e vencer a resistência dos aguerridos portugueses, que, numa luta sem tréguas e de extraordinária bravura, iam alargando o território português.

O castelo de Silves, em que se notam acentuados traços da arquitectura mourisca e que tão profanado tem sido no decorrer dos séculos, deve manter-se como recordação histórica dessas épocas afastadas, em que se afirmou o esfôrço patriótico e a audácia dos valorosos portugueses, que tão abnegadamente se entregaram à cruzada patriótica de dilatar o território e firmar a nacionalidade portuguesa.

Muito resumida aqui fica a história dêstes dois padrões militares de tão ricas e nobilissímas tradições, fontes inesgotáveis de preciosos subsídios históricos e arqueológicos.

JORGE LARCHER

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

*No jornal do Pôrto* O Primeiro de Janeiro, *de 8 do corrente, publicou o erudito investigador sr. Dr. A. de Magalhãis Basto, na sua secção «Falam velhos manuscritos...», o interessante artigo: «Uma carta de Richelieu a D. João IV», que gostosamente arquivamos nestas páginas.*

Nas investigações a que últimamente tenho procedido nos códices manuscritos da Biblioteca Pública Municipal desta cidade, relativos à epoca da Restauração, encontrei uma cópia coeva da carta que Richelieu, o genial Ministro de Luiz XIII, de França, escreveu ao nosso D. João IV, poucos mêses depois dêste ser aclamado rei.

Não é documento inédito. A minuta dessa carta foi publicada em França por Avenel, no tomo VII das *Lettres de Richelieu*, donde a extraiu em 1916 C. Roma du Bocage para o seu belo livro sôbre as *Relações exteriores de Portugal em seguida à Restauração*.

Em tradução portuguesa essa carta está impresse desde 1641 num raro opúsculo de Francisco Franco Barreto, que a Biblioteca Municipal do Pôrto não possui e em que se dá *Relação da Viagem* a França dos primeiros embaixadores de D. João IV. António Caitano de Sousa publicou igualmente, no vol. IV de *Provas da História Genealógica da Casa Real de Bragança*, uma tradução portuguesa da dita carta e o Visconde de Santarem sumariou essa tradução no vol. IV do seu *Tratado Elementar das Relações Politicas e Diplomáticas de Portugal*.

Isto já basta, para se ver que não se trata dum documento inédito. A-pesar de tudo, porém, não deve êle ser muito conhecido dos meus leitores habituais, porventura sem tempo ou disposição para lêr livros como os que citei, e por isso pareceu-me que além de oportuno — comemorou-se há dias o 1.º de Dezembro, — não deixará de ser interessante reproduzir aqui a carta em questão.

Antes de a transcrever, julgo útil algumas palavras prévias para melhor se avaliar do interêsse e significado histórico de tam curioso documento.

Ao estudar-se, no movimento magnífico do 1.º de Dezembro de 1640, a génese dessa arrancada heróica, mandam a verdade e a justiça não esquecer o que a Restauração da nossa independência deve ao Cardial de Richelieu. Não foi evidentemente o amor da nossa libertação que o moveu. Determinou-o o interêsse do seu país, creio-o sinceramente. À França, conduzida pela inteligência e argúcia incomparáveis daquêle grande Ministro, imensamente interessava quanto representasse aumento de inimigos para a Casa de Austria. A Alemanha, até então dividida pela religião e pelo regime político, ameaçava transformar-se num grande Estado, unido, poderoso e, portanto, perigoso pela sua vizinhança; Fernando II, imperador, trabalhava justamente nêsse sentido, procurando restabelecer a unidade de fé católica, destruída pela Reforma. Depois de sair vitorioso de campanhas violentas, sucessivamente, contra o eleitor Palatino, os Dinamarqueses e os Suecos, o triunfo dos seus projectos não tardaria talvez a ser uma realidade se outros adversários externos não surgissem. Foi então que Richelieu entrou ostensivamente na luta sangrenta a que se deu o nome de *Guerra dos 30 anos*, colocando-se, êle católico, ao lado dos protestantes, mas com uma rara habilidade, pois nunca se comprometeu na questão religiosa, antes sempre protestou combater altruísticamente em favor das liberdades dos povos germânicos ameaçadas pelo absolutismo e arbítrio dum senhor ambicioso. E não foi à Alemanha, pròpriamente, que êle declarou a guerra: foi à Espanha, onde reinava igualmente um ramo da Casa de Austria contra a qual, em última análise, era dirigido por egoísmo o ódio da França.

Travada a luta, tudo quanto enfraquecesse a Espanha favorecia os seus adversários. E esta é sem dúvida a principal razão por que Richelieu interveio em Portugal, animando, por meio de secretos e repetidos mensageiros, com promessas e esperanças os patriotas. E' conhecida a *Instrução* que em 1638 êle deu ao Senhor de Saint-Pé, antigo Consul da Nação Francesa no nosso País, e que aqui voltou, ou cá mandou um representante, naquêle ano. O enviado deveria manifestar aos Portugueses a sinceridade da França, afirmando que esta nada mais desejava do que a glória de lhes dar auxílio para recuperarem a sua liberdade. Acrescentaria «que se êles queriam expulsar os Espanhóis de tôda a Espanha (!), a França, embora queira ajudá-los, não pretende partilhar da conquista, antes consente que fique inteiramente para aquêle que elegerem rei». Richelieu nada queria, tudo prometia, contanto que Portugal se revoltasse!

Nos cálculos dos patriotas conjurados deviam

estas promessas ter sido tomadas, sem a menor dúvida, em grande conta.

E no 1.º de Dezembro de 1640 a revolução eclodiu.

Triunfante o movimento, logo todos os olhos se voltaram para a França.

D. João IV, que tudo teve de improvisar, improvisou também os seus diplomatas. Em 21 de Janeiro de 1641 estavam escolhidos os Embaixadores extraordinários à côrte de Luiz XIII e foram-lhes dadas as competentes instruções: deviam propôr a celebração duma aliança ofensiva, entre as duas nações, e a constituição duma liga contra a Espanha, formada por Portugal, França, Holanda e outros Estados. (Convem lembrar que Filipe IV de Espanha dominava não só na Península Ibérica, mas também na maior parte da Itália e dos Países-Baixos).

Por motivos de fôrça-maior os Embaixadores só puderam embarcar em 28 de Fevereiro. Chegaram a Paris no dia 25 de Março e no 1.º de Julho era assinado o tratado de aliança e amizade entre a França e Portugal contra o inimigo comum e em especial contra o rei castelhano.

D. João IV enviara pelos Embaixadores uma carta a Luiz XIII e outra a Richelieu. Ambas se encontram copiadas no códice 1.201 da Biblioteca, bem como as respectivas respostas.

A Richelieu o nosso Rei dava conta do envio dos Embaixadores, e pedia que os ajudasse em tudo que de sua parte êles propusessem.

Eis a resposta do Ministro:

Senhor:

«Eu não poderia mostrar a V. Mg.de o amor com que me dispuz a servi-lo diante de Sua Majestade el-Rei Cristianíssimo, porque V. Mg.de o conhecerá pelos efeitos de suas obras e pela relação que lhe farão os Senhores Embaixadores, os quais fizeram dignamente o que V. Mg.de lhes mandou.

E somente quero assegurar a V. Mg.de da continuação de meus serviços, dos quais não poderei dar melhor prova que pedindo a V. Mg.de trate mui de-veras das fortificações das fronteiras desse Reino e de seu provimento, de seus vassalos, sujeitos que sejam tam capazes na disciplina militar como são animosos e valentes, formando dois bons exércitos um por mar outro por terra, ordenando que um e outro sejam providos de gente e das mais coisas necessárias sem que os povos sejam por esta causa avexados e que ambos busquem ao inimigo fora dos estados de V. Mg.de não dando lugar a que êle venha a êles.

V. Mg.de sabe mui bem o como eu estou certo em que saberá usar da prudência e do ânimo que Deus lhe deu para governar sua corôa e que não dormirá na quietação que gosa de presente pelas ocupações que têm seus inimigos. Isto é o que pode dizer uma pessoa que deseja a V. Mg.de tôdas as felicidades e que é, verdadeiramente, de V. Mg.de humílimo e obedientíssimo servidor.

De Abavila, 15 Junho 1641.

*Armand Richelieu*».

No Ms., como assinatura, lê-se: — «*hirmão Rochilien*», nas *Provas* vem: — «*Harmon Rochelieu*», êrros evidentes, pois é sabido que *Armand Jean Du Plessis de Richelieu* era o nome do célebre estadista francês.

A carta que fica transcrita atesta quanto interêsse Richelieu ligava à atitude de Portugal. Repetem-se ali, por singular coincidência, as recomendações que, segundo a *Memória e Instrução* dada em Março de 1641 a Saint-Pé, êste devia fazer ao rei de Portugal: urgia que D. João IV organizasse bons exércitos de terra e mar; não tinha tempo a perder! Saint-Pé espicaçaria o Rei e o seu govêrno a prepararem-se para entrar na guerra: «não deve (D. João IV) adormecer sôbre a prosperidade que teve no início, cuja continuação depende do vigor, vigilância e actividade com que sustentar a dignidade em que se encontra estabelecido».

Fôsse por simples e exclusivo interêsse da política do seu País, como creio, ou não fôsse, o que me parece incontestável é que o nome de Richelieu merece ser incluido entre os daquêles a quem devemos em grande parte a restauração da nossa liberdade.»

*A-propósito da publicação de uma série de cartas de D. João IV, que o nosso ilustre colaborador snr. Dr. Eduardo Brazão iniciou nesta Revista, escreveu no* «Diário da Manhã» *de 11 do corrente o snr. Dr. Rodrigues Cavalheiro, o artigo que a seguir reproduzimos:*

«Todos os que se dedicam aos estudos históricos sabem que sem documentos torna-se impossível, com probidade, evocar o passado. No entanto, nem todos os que praticam a difícil arte de ressuscitar uma época ou uma figura, já perdidas nas brumas dos séculos, seguem à risca êsse preceito elementaríssimo. E assim, grande parte da historiografia romântica da centúria passada assenta em fragilíssimas bases documentais, numa carência quási absoluta de testemunhos. Só as opiniões desenfreada-

mente livres dos autores dêsses pseudo livros de História guiavam as suas conjecturas ou as suas conclusões.

Envenenada por cem anos de liberalismo faccioso, de costas voltadas para os documentos, a História do nosso passado adulterou-se de tal fórma que, para fazer brotar a verdade de tanta mentira amontoada, necessário se torna, quási sempre, fazer tábua-raza ao existente e recomeçar, com paciência, pelo princípio. Foi, por exemplo, o que fez Caetano Beirão com D. Maria I. Êle no-lo revela na introdução do seu livro magnífico: — «Pusemos de parte tôda e qualquer idea preconcebida; desprezámos quási por completo tudo quanto historiógrafos mais ou menos suspeitos escreveram sôbre aquela época; fomos directamente às fontes que nos permitissem reconstituir, tanto quanto possível de harmonia com a verdade, a personalidade da Raínha reinante, o seu tempo, as principais figuras que a rodearam, os actos do seu govêrno, o sentido, enfim do seu reinado».

Se como pretendia Bainville, no rasto luminoso de Sainte-Beuve, a História é essencialmente psicologia, nada mais importante para o seu conhecimento do que as correspondências, verdadeiro espelho de caracteres e sentimentos. No entanto, é conveniente saber-se que entre nós se escreveu largamente sôbre D. Maria I sem se possuir por junto um só documento particular do seu régio punho. Explorando metódicamente os arquivos de Madrid e de Simancas, Caetano Beirão recolheu cêrca de seiscentas cartas inéditas da soberana, sôbre as quais, em grande parte, levantou a sua modelar monografia. E para o período pombalino iniciou trabalho semelhante com a correspondência da Raínha D. Mariana Vitória.

Ora, com D. João IV tem sucedido exactamente o mesmo. O século XIX cobriu êsse grande monarca de diatribes e de calúnias. Camilo, Pinheiro Chagas, Oliveira Martins, Teófilo Braga, José Caldas e outros menores, não se cansaram de glosar em todos os tons a pusilanimidade, a incompetência, a nulidade do «Restaurador». Provas? As opiniões expendidas nos panfletos da época, inspirados por Olivares. É Joaquim de Vasconcelos quem o afirma, salientando que êsses falsos cronistas nunca consultaram os documentos dignos de atenção.

Nos arquivos portugueses jazem esquecidas centenas de cartas de D. João IV para os seus diplomatas, para os seus homens de guerra, para os seus artistas, para os seus amigos e confidentes. Tudo, ou quási tudo, está inédito. E sem o conhecimento dêsses textos torna-se impossível falar com segurança do primeiro reinado brigantino. Urge, portanto, publicar tôda essa correspondência, para que o vulto do monarca nos apareça nas suas reais proporções. A ocasião é excelente, dada a próxima comemoração centenária da Revolução de 1640.

No último número da «Revista dos Centenários» o sr. dr. Eduardo Brazão inicia a publicação duma série de cartas de D. João IV, documentos do maior interêsse para a história diplomática, política e militar da Restauração. A Academia Portuguesa da História vai também revelar grande parte da correspondência do monarca. Só depois de conhecidas essas colecções será possível erguer com segurança o perfil do «Restaurador».

Referem-se à campanha de 1644 e são dirigidas ao nosso embaixador Pereira de Castro, então em Munster, as três peças publicadas pelo sr. dr. Eduardo Brazão. Numa delas dá-nos notícia da vitória do Montijo, com pormenores que mostram até que ponto D. João IV se interessava por tudo quanto dizia respeito à defesa do reino e à projecção que os acontecimentos das fronteiras deveriam ter nas côrtes amigas ou aliadas. Merecem larga atenção êsses documentos e neles se espelham as altas qualidades de soberano e de português de quem foi tão injustamente caluniado por uma historiografia de facção. O sr. dr. Eduardo Brazão, que tem estado em contacto íntimo com os arquivos da época, escreve com razão: — «A lenda que denegeriu a figura admirável de El-Rei D. João IV está, pode-se dizer, desfeita, em face dos estudos sérios e desapaixonados com que ultimamente se tem vindo a ennobrecer a historiografia nacional. É esta, cremos, uma das homenagens que em 1940 se podem prestar ao nosso movimento libertador do século de seiscentos, repondo o seu legítimo chefe no lugar de destaque que lhe é devido por tantos títulos!»

Mãos à obra, pois! E que cada investigador, cada erudito, contribuia com a sua parte para a reabilitação da memória daquele que os contemporâneos cognominaram com tôda a justiça do «Feliz Restaurador». E o conhecimento da sua correspondência é a base capital dessa tarefa de justiça histórica».

# NOTAS VÁRIAS

## *UMA OFERTA À MARINHA DE GUERRA PORTUGUESA*

A placa de bronze que a Marinha de Guerra do Brasil vai oferecer à Marinha de Guerra portuguesa por ocasião das Comemorações Centenárias, trabalho notável do consagrado escultor brasileiro Calmon Barreto, acaba de obter a medalha de ouro na Exposição Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Essa placa, que mede 1m,80 × 1m, em baixo relevo, apresenta de um lado as naus quinhentistas portuguesas e do outro as tôrres de um couraçado moderno. Ao centro uma grande figura representa a Aviação, tendo a seus pés os seguintes versos do Visconde de Araguaya, o celebrado autor da «Confederação dos Tamoyos»:

«Não somos nós os netos de Albuquerque Raça de Lusos?»

Por baixo tem as datas de 1500—1940.

## *A COLABORAÇÃO DA ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA*

Numa das últimas reuniões da Academia Portuguesa de História, presidida pelo sr. dr. António Baião, deu conta, êste académico, dos trabalhos da Academia destinados às Comemorações dos Centenários da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência, que se encontram no prélo, os quais são: «Documentos medievais portugueses», publicados pelo dr. Rui Pinto de Azevedo; «Relatório acêrca da localização da batalha de Ourique», pelo tenente-coronel Augusto Botelho da Costa Veiga; «As origens do executor testamentário», pelo dr. Manuel Paulo Merêa; «Memorias do mosteiro de Pombeiro», publicadas pelo dr. António Baião; «Os forais medievais vimaranenses», pelo dr. Alfredo Pimenta; «Memórias do mosteiro de Paço de Sousa», publicadas pelo mesmo académico, e «Crónica da Fundação do mosteiro de S. Vicente de Lisboa», por Afonso de Dornelas, obras que se referem à Fundação da Nacionalidade.

Os trabalhos comemorativos da Restauração da Independência são: «Embaixadas do Conde da Vidigueira, Marquês de Niza — Cartas originais a êle dirigidas pelo Govêrno português»; «Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV»; e «Cartas de Sua Majestade D. João IV aos Ministros e Governadores do reino», tôdas publicadas pelo dr. Possidonio Mateus Laranjo Coelho; «A rendição das guarnições castelhanas em 1640», pelo capitão Gastão de Melo de Matos; «José Pinto Pereira Vedor da Fazenda Geral da India e conselheiro ultramarino de El-Rei D. João IV», pelo capitão Charles Ralph Boxer; «Figuras e episódios da Restauração», pelo dr. António Rodrigues Cavalheiro e Luiz Pastor de Macedo; «Cartas de D. João IV a D. João da Costa (Conde de Soure)», pelo dr. António Rodrigues Cavalheiro; «Gente das Ilhas na Guerra da Restauração», pelo dr. João Cabral do Nascimento; «A Europa e o domínio filipino em Portugal», pelos drs. António Rodrigues Cavalheiro e Luiz Vieira de Castro; «O Brasil e a restauração de Angola», pelo dr. Gustavo Barroso.

## *ALGUMAS OBRAS A EDITAR PELA SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO*

A Secção de Propaganda e Recepção, da Comissão Executiva dos Centenários, que funciona no S. P. N., além dos numerosos folhetos em várias línguas que tem publicado sôbre o significado das festas de 1940 e o seu programa, prepara activamente a edição de várias obras, de acôrdo com as directrizes da nota oficiosa relativa às comemorações centenárias.

Virginia de Castro e Almeida e Pedro Correia Marques escreveram, respectivamente, um itenerário histórico do país e uma História de Portugal, êste último livro ilustrado por Manuel Lapa.

A Agência Geral das Colónias, como membro da Secção, dirige directamente a edição de duas obras de divulgação cultural: o «Resumo histórico da colonização portuguesa» e «A Restauração de 1640 e o Império Colonial Português», que descreverá a epopeia da reconquista das nossas colónias, no Brasil, na Africa e no Oriente.

O album «Portugal-1940», cuja direcção gráfica foi confiada a Leitão de Barros, será o album panorâmico da obra do Estado Novo.

Luiz Reis Santos foi encarregado da redacção do album sôbre as «Terras, paisagens e monumentos de Portugal», que será ilustrado com fotografias de Mário Novais.

Editar-se-á também, com valiosa documentação fotográfica e ilustrações de Paulo, um album etnográfico e folclórico, no qual colaboram cêrca de duas dezenas de escritores especializados nos temas que cada um versou.

Entre as obras da Secção, figurará também um admirável mapa de Almada Negreiros com os principais monumentos que atestam o espírito e os períodos gloriosos da nação.

# INDICE DO PRIMEIRO VOLUME

TEXTO:


| | Fasc. | Pág. |
|---|---|---|
| A «Revista dos Centenários» — *Dr. Júlio Dantas* | 1 | 1 |
| Independência de Portugal — *Nota Oficiosa da Presidência do Conselho* | 1 | 2 |
| 1140 — 1640 — 1940 — *Dr. Agostinho de Campos* | 1 | 9 |
| Nossa foi a Restauração — *Dr. Afrânio Peixoto* | 1 | 13 |
| Alocução aos Portugueses — *Dr. Júlio Dantas* | 1 | 15 |
| Carta aberta aos Portugueses de 1940 — *António Ferro* | 1 | 19 |
| A mais alta justificação da Independência — *Dr. Hernani Cidade* | 2/3 | 1 |
| Declarações do Sr. Dr. Augusto de Castro, Comissário Geral da Exposição do Mundo Português | 2/3 | 5 |
| Apêlo feito pelo grande escritor Carlos Malheiro Dias aos Portugueses do Brasil para a comemoração do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal — 1140 — 1640 — 1940 | 2/3 | 13 |
| O Senhor de Vila Viçosa — *Dr. Rodrigues Cavalheiro* | 2/3 | 17 |
| O Duplo Centenário de 1940 | 2/3 | 21 |
| Portugal — Espanha — *Dr. Vieira de Almeida* | 4 | 1 |
| O Cortejo do Mundo Português | 4 | 5 |
| Portugal e Guimarãis — *Dr. Luiz de Pina* | 4 | 11 |
| Apontamentos para a História dos Domínios Ultramarinos de 1580 a 1640 — Conseqüências imediatas — *Dr. Manuel Múrias* | 5 | 1 |
| Guimarãis — Dia um de Portugal — *Dr. Alberto d'Oliveira* | 5 | 7 |
| Programa Calendário das Festas Nacionais de 1940 | 5 | 9 |
| Castelos de Portugal — Leiria e Óbidos — *Cap. Jorge Larcher* | 5 | 21 |
| O Brasil e a Restauração de Portugal — *Dr. Gustavo Barroso* | 6 | 1 |
| A Mística da Restauração — *Dr. Cabral do Nascimento* | 6 | 7 |
| A Exposição do Mundo Português será uma afirmação de técnica nacional | 6 | 11 |
| Castelos de Portugal — Montemór-o-Velho, Penela e Soure — *Cap. Jorge Larcher* | 6 | 19 |
| Um neto de D. Afonso Henriques grande Aventureiro — *Aquilino Ribeiro* | 7 | 1 |
| Os Mendes da Maia e a Fundação da Nacionalidade — *Padre Agostinho de Azevedo* | 7 | 5 |
| O Congresso do Mundo Português — *Dr. Júlio Dantas* | 7 | 12 |
| Castelos de Portugal — Guimarãis — *Cap. Jorge Larcher* | 7 | 21 |
| As Festas dos Centenários, ciclo de justiça histórica — Um grande Rei: D. João V — *Dr. João Ameal* | 8 | 1 |
| D. Afonso Henriques poderá ser beatificado? — *Padre Miguel de Oliveira* | 8 | 7 |
| A Secção Colonial da Exposição do Mundo Português | 8 | 14 |
| A Espada de Afonso Henriques (1) — *Dr. Carlos de Passos* | 8 | 18 |
| Castelos de Portugal — Feira — *Cap. Jorge Larcher* | 8 | 25 |
| Independência de Portugal — *Dr. Luiz Vieira de Castro* | 9 | 1 |
| História parcial e História verdadeira — *Dr. Rodrigues Cavalheiro* | 9 | 3 |
| A Espada de Afonso Henriques (II)—*Dr. Carlos de Passos* | 9 | 11 |
| Castelos de Portugal — Palmela e Sezimbra — *Cap. Jorges Larcher* | 9 | 19 |
| A Campanha de 1644 — *Dr. Eduardo Brazão* | 10 | 1 |
| Congresso do Mundo Português — (Congresso Colonial) | 10 | 9 |
| A Batalha de S. Mamede — *António Álvaro Dória* | 10 | 16 |
| Castelos de Portugal — Almourol e Tomar — *Cap. Jorge Larcher* | 10 | 22 |
| O Espírito autonomista na literatura portuguesa sob os Felipes — *Dr. Hernani Cidade* | 11 | 1 |
| Algumas cartas de D. João IV — *Dr. Eduardo Brazão* | 11 | 5 |
| Congresso Internacional da Mocidade | 11 | 11 |
| Como conseguiu Portugal a sua autonomia política? (I) — *Dr. José de Oliveira Boléo* | 11 | 14 |
| Castelos de Portugal — Pombal e Pôrto de Mós — *Cap. Jorge Larcher* | 11 | 20 |
| Escrúpulo dos Conjurados em 1640—*Dr. Hipólito Raposo* | 12 | 1 |
| A Aclamação de D. João IV no Rio de Janeiro — *Dr. Gustavo Barroso* | 12 | 7 |
| A Morte de D. João IV — *Dr. Eduardo Brazão* | 12 | 13 |
| D. João IV — A sua «Livraria de Música» e o Colégio dos Reis, de Vila Viçosa — *Maestro Ruy Coelho* | 12 | 21 |
| Vila Viçosa — *Dr. Rodrigues Cavalheiro* | 12 | 28 |
| Algumas cartas de D. João IV — *Dr. Eduardo Brazão* | 12 | 37 |
| Como conseguiu Portugal a sua autonomia política? (II) — *Dr. José de Oliveira Boléo* | 12 | 41 |
| Castelos de Portugal — Alcácer-do-Sal e Silves — *Cap. Jorge Larcher* | 12 | 45 |
| *LEGISLAÇÃO* | 1 | 25 |
| » | 2/3 | 23 |
| » | 4 | 22 |
| » | 5 | 25 |
| » | 7 | 24 |
| » | 9 | 23 |
| » | 11 | 24 |

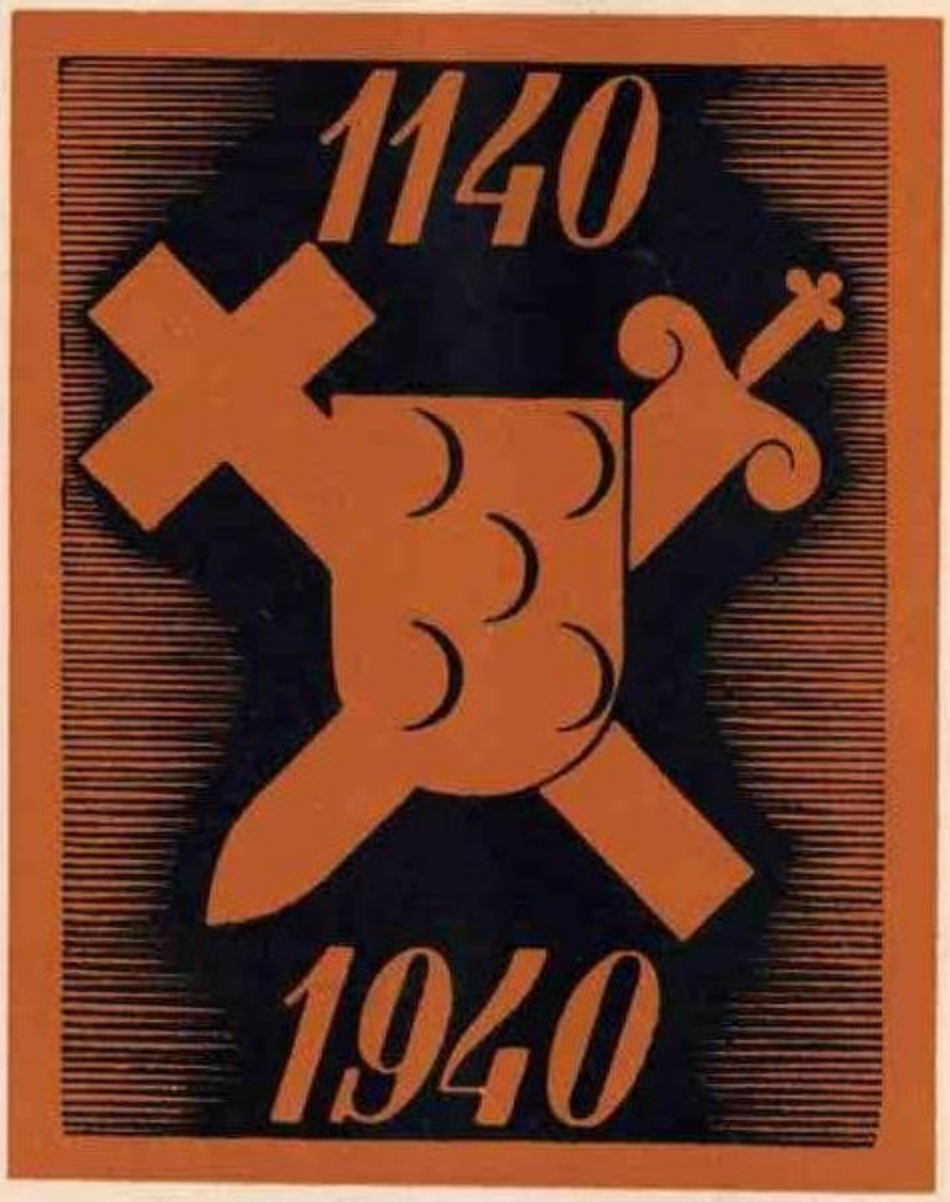
| | Fasc. | Pág. |
|---|---|---|
| *REVISTA DA IMPRENSA* | 1 | 30 |
| » » » | 2/3 | 27 |
| » » » | 4 | 22 |
| » » » | 5 | 26 |
| » » » | 6 | 25 |
| » » » | 7 | 26 |
| » » » | 8 | 29 |
| » » » | 9 | 23 |
| » » » | 10 | 26 |
| » » » | 11 | 26 |
| » » » | 12 | 49 |
| *NOTAS VARIAS* | 1 | 33 |
| » » | 2/3 | 31 |
| » » | 4 | 25 |
| » » | 5 | 29 |
| » » | 6 | 28 |
| » » | 7 | 28 |
| » » | 8 | 30 |
| » » | 9 | 26 |
| » » | 10 | 28 |
| » » | 11 | 29 |
| » » | 12 | 52 |


# ÍNDICE DOS AUTORES


| | Fasc. | Pág. |
|---|---|---|
| **Afrânio Peixoto** (Dr.) — Nossa foi a Restauração | 1 | 13 |
| **Agostinho de Azevedo** (Padre) — Os Mendes da Maia e a Fundação da Nacionalidade | 7 | 5 |
| **Agostinho de Campos** (Dr.) — 1140 — 1640 — 1940 | 1 | 9 |
| **Alberto d'Oliveira** (Dr.) — Guimarãis — Dia um de Portugal | 5 | 7 |
| **António Ferro** — Carta aberta aos Portugueses de 1940 | 1 | 19 |
| **Aquilino Ribeiro** — Um neto de D. Afonso Henriques grande aventureiro | 7 | 1 |
| **Boléo** (Dr. José de Oliveira) — Como conseguiu Portugal a sua autonomia? (I) | 11 | 14 |
| **Boléo** (Dr. José de Oliveira) — Idem (II) | 12 | 41 |
| **Cabral do Nascimento** (Dr.) — A Mística da Restauração | 6 | 7 |
| **Carlos de Passos** (Dr.) — A Espada de Afonso Henriques (I) | 8 | 18 |
| **Carlos de Passos** (Dr.) — Idem (II) | 9 | 11 |
| **Dória** (António Álvaro) — A Batalha de S. Mamede | 10 | 16 |
| **Eduardo Brazão** (Dr.) — A Campanha de 1644 | 10 | 1 |
| **Eduardo Brazão** (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV | 11 | 5 |
| **Eduardo Brazão** (Dr.) — A Morte de D. João IV | 12 | 13 |
| **Eduardo Brazão** (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV | 12 | 37 |
| **Gustavo Barroso** (Dr.) — O Brasil e a Restauração de Portugal | 6 | 1 |
| **Gustavo Barroso** (Dr.) — A Aclamação de D. João IV no Rio de Janeiro | 12 | 7 |
| **Hernani Cidade** (Dr.) — A mais alta justificação da Independência | 2/3 | 1 |
| **Hernani Cidade** (Dr.) — O Espírito autonomista na literatura portuguesa sob os Felipes | 11 | 1 |
| **Hipólito Raposo** (Dr.) — Escrúpulo dos Conjurados em 1640 | 12 | 1 |
| **João Ameal** (Dr.) — As Festas dos Centenários, ciclo de justiça histórica. Um grande Rei: D. João V | 8 | 1 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Castelos de Portugal: Leiria e Óbidos | 5 | 21 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Montemór-o-Velho, Penela e Soure | 6 | 19 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Guimarãis | 7 | 21 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Feira | 8 | 25 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Palmela e Sezimbra | 9 | 19 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Almourol e Tomar | 10 | 22 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Pombal e Pôrto de Mós | 11 | 20 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Alcácer do Sal e Silves | 12 | 45 |
| **Júlio Dantas** (Dr.) — A «Revista dos Centenários» | 1 | 1 |
| **Júlio Dantas** (Dr.) — Alocução aos Portugueses | 1 | 15 |
| **Júlio Dantas** (Dr.) — O Congresso do Mundo Português | 7 | 12 |
| **Luiz de Pina** (Dr.) — Portugal e Guimarãis | 4 | 11 |
| **Malheiro Dias** (Carlos) — Apêlo feito aos Portugueses do Brasil | 2/3 | 13 |
| **Manuel Múrias** (Dr.) — Apontamentos para a História dos Domínios Ultramarinos de 1580 a 1640 — Conseqüências imediatas | 5 | 1 |
| **Miguel de Oliveira** (Padre) — D. Afonso Henriques poderá ser beatificado? | 8 | 7 |
| **Rodrigues Cavalheiro** (Dr.) — O Senhor de Vila Viçosa | 2/3 | 17 |
| **Rodrigues Cavalheiro** (Dr.) — História parcial e História verdadeira | 9 | 3 |
| **Rodrigues Cavalheiro** (Dr.) — Vila Viçosa | 12 | 28 |
| **Ruy Coelho** (Maestro) — D. João IV. A sua «Livraria de Música» e o Colégio dos Reis, de Vila Viçosa | 12 | 21 |
| **Vieira de Almeida** (Dr.) — Portugal-Espanha | 4 | 1 |
| **Vieira de Castro** (Dr. Luiz) — Independência de Portugal | 9 | 1 |

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 13 — 31 de Janeiro de 1940 — ANO II




COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*PORTUGAL É UMA NAÇÃO — Dr. A. Marques Guedes.* 1

*ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão.* . . . . . 4

*CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA POPULAÇÃO* 9

*O PAVILHÃO DO BRASIL NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS* . . . . . 14/15

*ARMAS BRASILEIRAS EM GÔA — Dr. A. Padua de Araujo.* . . . . . 17

*CASTELOS DE PORTUGAL — Bragança e Povoa de Lanhoso — Cap. Jorge Larcher* . . . . . 19

*REVISTA DA IMPRENSA* . . . . . 25

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 29

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50


A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais:

A fogo. . . . . 20$00
A ouro . . . . . 25$00
(Empaste) . . . . . 5$00

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA
Rua da Oliveira, ao Carmo, 8/Lisboa
TELEFONE 22886

# PORTUGAL É UMA NAÇÃO

I

Portugal é uma Nação. Parece um truísmo. E é hoje uma afirmação dum alto significado jurídico-político.

De facto, há muito que se afirma o *princípio das nacionalidades* como o fundamento do direito de as Nações se erigirem e organizarem em Estados independentes. O tratado de Viena de 1815, que regulou a paz estabelecida após as lutas da Revolução e do Império, proclamou-o com um vigor maior. Depois dele, o princípio realizou-se por essa Europa fora, ou desmembrando Estados, sob cuja soberania sofriam populações *alogeneas*, ou unificando pequenos Estados com gentes de fundo étnico comum.

Assim se fraccionou o Império Otomano para libertar a Servia, a Bulgaria, a Grecia, a Romênia. Assim se unificou o Reino de Itália e se constituiu o Império Alemão.

As aspirações nacionalistas insatisfeitas, desde o irridentismo italiano às reivindicações das nações slavas do Império Austro-Hungaro e dos Balcans ou aos anseios de emancipação das populações bálticas, que latejaram, ora sopitadas, ora frementes, durante o século XIX, essas mesmas, representavam a afirmação do princípio das nacionalidades como um dos presupostos do direito internacional público—tão certo se apresentava que, sem a sua satisfação, nem o *equilíbrio político* seria estável e justo nem o *respeito recíproco pelas soberanias dos Estados* leal e eficazmente assegurado. Tanto monta dizer que o direito internacional, sem êle, não poderia existir.

* * *

Mas, a guerra de 1914-18 e a Paz de Versailles, que lhe pôs têrmo, deu àquele princípio um sentido e uma aplicação ainda mais ampla.

Até ali, o direito das gentes era mais inter-estadual, quere dizer direito regulador de relações entre os Estados. Durante a guerra e depois dela é que êsse direito tentou ser, em rigor, internacional. A França e a Inglaterra, sob a sugestão feliz do Prof. Lapradelle, conceberam e admitiram uma nova forma de reconhecimento — o da Nação — anterior ao do Es-

tado. Com soldados retirados dos campos de concentração e separados dos outros prisioneiros de guerra, oriundos do exercito austro-hungaro, organizou-se a Divisão Tcheque, que foi combater ao lado dos Aliados no *front* ocidental. Constituiu-se um govêrno «tcheque» em Paris, com o seu escudo, a sua bandeira e o direito activo e passivo de legação. Numa palavra, reconheceu-se *de jure* a Nação tcheque, emquanto o seu território e a sua população ainda gemiam sob a soberania austro-hungara.

Quando, a uma pregunta do Presidente Wilson, os beligerantes definiram os seus *fins de guerra*, o Czar da Rússia prometeu a restauração da Polónia. Os Impérios Centrais confessaram intenção identica. A Nação Polaca era, dessa forma, colectivamente reconhecida.

Por esta forma, pode dizer-se com aquêle eminente internacionalista, que a Nação, pre-existindo ao Estado, entrou no direito internacional, independentemente dele. E como a alma sobrevive ao corpo, a Nação sobrevive ao Estado.

* * *

No mesmo profundo respeito à Nação, os tratados de paz de 1919 reconheceram as *minorias étnicas* ou *nacionais*, às quais devem ser concedidos estatutos jurídico-políticos próprios.

O reconhecimento da igualdade de direitos dos diferentes grupos étnicos, que constituam a sua população, passa a ser um dos deveres fundamentais dos Estados.

Nos tratados de Versailles, Saint-Germain, Neuilly e Trianon, bem como em outros instrumentos diplomáticos, foram insertas cláusulas, que impuzeram o reconhecimento dos direitos daquelas minorias. Ao contrário do que alguns pretendiam, as relações dos Estados com determinadas fracções da sua população, não são apenas questões de direito político interno, pois que, transcendendo os limites da sua estrutura e vida interior, afectam a vida internacional.

Não mais populações de menoridade política, não mais gente de segunda zona dentro das mesmas fronteiras.

A Nação é uma realidade social e, como tal, o direito, disciplina de vida, deve reconhece-la e tutelá-la — mesmo quando êle haja d negar validade aos poderes adquiridos pela violação das obrigações internacionais (doutrina de Stimson) ou quando atribua direito e confira honras «às Nações ainda vivas no sepúlcro dos Estados mortos...»

* * *

...E aqui está porque esta banalidade — Portugal é uma Nação —, verdade de 8 séculos de existência, assume hoje um significado mais alto e uma singular oportunidade.

O Estado português constituiu-se sôbre uma verdadeira Nação — talvez sem o concurso da geografia e até porventura um pouco a despeito dela ; talvez sem uma nítida diferenciação étnica e de confissão religiosa. Mas, a homogeneidade política criou-se e cimentou-se num fundo espiritual, tecido na trama dum sentir e dum falar idênticos, duma aspiração veemente pela vida livre e, com o andar dos tempos, duma tradição histórica e dum «comum sentimento de sacrifício».

Portugal fez-se Nação e como Nação tem vivido há oito séculos, sem descontar os 60 anos de união a Castela, porque, durante êles, a Nação viveu «no sepúlcro do Estado morto» e dele resurgiu, como Lazaro, na hora própria.

O seu direito a constituir um Estado independente afirmou-o repetidamente no clamor de mil batalhas e na tarefa ingente do descobrimento da Terra, a que o levaram a expansão da sua personalidade política e a sua vocação missionária. Clamou-o no esfôrço da Restauração e da consolidação dos seus Segundo e Terceiro Impérios. E êsse tem de ser agora — mais do que nunca — a sua profissão de fé e o seu acto de vontade.

Nestes últimos anos desapareceram, por conquistas militares e anexações diplomáticas, os Estados abissinio, austriaco, tcheco-slovaco, albanês.

A Espanha, atravez duma guerra civil dolorosissima, proclamou mais uma vez, selada pelo sangue, a sua unidade política.

Agora, é de novo retalhada a Nação Polaca. As nacionalidades bálticas vêem a sua individualidade política ameaçada. Os Balcanicos receiam pela sua integridade e projectam ligas e pactos de segurança colectiva.

Haverá maior e mais delicada oportunidade para que Portugal recorde que vive livre em suas fronteiras há oito centúrias e nelas quere firmemente persistir e sobreviver à tormenta que desabou sôbre o Velho Mundo? Para que proclame que foi e é uma Nação e, como tal, tem o direito supremo de viver como Estado livre e independente?...

A. Marques Guedes

# ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

A *Biblioteca da Ajuda* possue um número considerável de documentos sôbre a *Restauração* que ainda não foram publicados. Durante esta minha já longa estadia nessa *Biblioteca*, como bolseiro do *Instituto para a alta cultura* que me encarregou de fazer os Índices da monumental colectânea *Rerum Lusitanicarum*, fui tomando nota de muitos e preciosos elementos para a reconstituïção dêsse período glorioso que começou no 1.º de Dezembro de 1640 e que só terminou em 68, depois de assinada a paz com a Espanha. Espero dar a conhecer as principais peças dêsse rico aglomerado, até ao final de 1940, ano em que Portugal vai comemorar solenemente o terceiro centenário da sua *Restauração*.

Para a *Revista dos Centenários* trago algumas cartas de D. João IV, reservando os dois grossos códices das cartas do soberano dirigidas a Vila Nova da Cerveira para as publicar em conjunto.

As que hoje dou à publicidade têm interêsse manifesto por serem o chamamento oficial que D. João IV fez a um dos nobres do Reino para as Côrtes que tiveram lugar em 1641 e em 1646.

Como é sabido, na nossa monarquia, os grandes senhores, por mais privilegiados que fôssem, tinham um grande número de obrigações que lhe eram impostas para com o poder central, «avultando entre elas o serviço militar e o dever de comparecer em côrtes» (1). Estas, durante o reinado de D. João IV, reuniram cinco vezes: em 1641, 42 e 46, em Lisboa, em 1649, em Tomar e em 1653, de novo na capital (2).

A primeira, a de 1641, teve como objectivo fundamental «a consagração nacional do movimento restaurador» (3).

Em face do nosso direito consuetudinário, os monarcas eram obrigados a convocar estas reuniões magnas dos três Estados do Reino, que haviam tido a sua origem na antiga *Cúria* ou conselho do Rei. E «quando o soberano determinava chamar o reino a côrtes, expediam-se cartas régias convocatórias às Câmaras das cidades e vilas, e a todos os que tinham

(1) Paulo Merêa. *O poder Real e as Côrtes*, pág. 6.

(2) Alfredo Pimenta. *Subsídios para a História de Portugal*, pág. 475 e segs.

(3) Fortunato de Almeida. *História de Portugal*, vol. IV, pág. 151.

assento nestas assembleas, indicando os motivos da convocação, as matérias que nela se haviam de propor, o local e o dia da celebração da sessão de abertura» (1).

É êste o objectivo das presentes cartas.

São elas dirigidas a D. Pedro de Castelo Branco, que, segundo nos elucidam Silveira Pinto e o Visconde de Sanches de Baêna (2) foi «1.º Conde de Pombeiro e 1.º Visconde de Castelo-Branco; herdou a Casa de seus pais; 13.º Sr. de Pombeiro; Sr. de Sanguinheda, Comendador de Santa Maria de Amendoa, na Ordem de Cristo; Capitão da Guarda Real do Rei D. João IV e do Principe D. Teodósio, por cuja morte, ficou sendo do Rei D. Afonso VI. Morreu a 30 de Julho de 1675, tendo casado duas vezes; sendo a primeira com D. Cecilia de Menezes, filha de Vasco Fernandes Cesar, Alcaide-mor de Alemquer, e herdeiro da Casa da Feira, e de sua mulher D. Ana de Menezes, filha herdeira de D. Manuel Pereira: *sem geração*.

Casou segunda vez, a 23 de Fevereiro de 1650, com D. Luiza Ponce de Leão, Dama da Raínha D. Luiza, tendo-a servido em Vila Viçosa, sendo ainda Duquesa, e depois Camarista da Raínha D. Catarina, que foi Raínha da Brã-Bretanha. Morreu em 1707, tendo nascido a 27 de Abril de 1623, filha de D. Afonso de Herrero e Cordova, e de sua mulher D. Luiza Ponce Leão, fidalgos castelhanos» *(tiveram descendência)*.

Andrade Leitão nas *Familias de Portugal* (3), genealogia manuscrita que se encontra na *Biblioteca da Ajuda*, diz que lhe fôra dado o título de Conde de Pombeiro quando realizou o seu segundo casamento, o que é absolutamente falso. O que D. Pedro de Castelo Branco recebeu quando se ligou em matrimónio à Dama de D. Luiza de Gusmão foi o título de Visconde de Castelo-Branco. A isso há referência no próprio documento régio da concessão, de 5 de Setembro de 1649, como consta dum dos livros da chancelaria de D. João IV (4).

O título de Conde de Pombeiro foi-lhe dado depois, já no tempo de D. Afonso VI, por carta de 6 de Abril de 1662. Esta alta mercê era-lhe concedida, atendendo El-Rei «a qualidade de sua pessoa, antiguidade de sua Casa e aos seruiços que me fes assi na guerra

---

(1) Paulo Merêa, *ob. cit.*, pág. 32.

(2) *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal*, vol. II, pág. 299.

(3) Tomo 5.º, pág. 514 e segs. *Biblioteca da Ajuda*. Códice com a cota: 49-XII-30.

(4) *Torre do Tombo*. Liv. 20, fol. 237, e não *Liv. 2, fol. 336*, como se diz nas *Memórias Históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*, de Caetano de Sousa, 1.ª ed., pág. 377, êrro que foi copiado na recente 4.ª ed., pág. 303.

achandose em deferentes ocasiões na prouinçia dentro douro e minho e na de alentejo como na pax seruindo a el Rey meu Snor e pai e de capitão da guarda ao prinçepe dom Theodósio meu sobre todos muito amado e prezado irmão que deus tem acompanhandoo em muitas ocazioẽs» (1).

Identificado o ilustre personagem a quem El-Rei se dirige nestas duas cartas, de 26 de Dezembro de 1640 e de 20 de Outubro de 1645, resta-me agora publicá-las.

I

*«Dom P.º de Castelbranco. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Dezejando eu comprir inteiramente com as obrigações que tenho de defender, conseruar e gouernar estes meus Reynos que Deos foi seruido restituirme e entendendo que para se acertar em cousas de tão grande importancia he conueniente e necessario comunicallas com os tres Estados da nobreza, prelados e pouos delles resoluy de conuocar e celebrar Cortes nesta cidade de Lisboa q̃ se começarão em uinte diaz do mez de Janeiro do anno que embora uira de mil e seiscentos e quarenta e hum. Pelo que uos encomendo e mando que para o dia referido uos acheis nas mesmas Cortes. E tendo justo impedimento para deixar de uir a ellas enuiareis uossa procuraçam bastante a pessoa que tenha uoto em Cortes. Escrita em Lx.ª a 26 de Dez.ro de 640.*

*Rey* ⁂

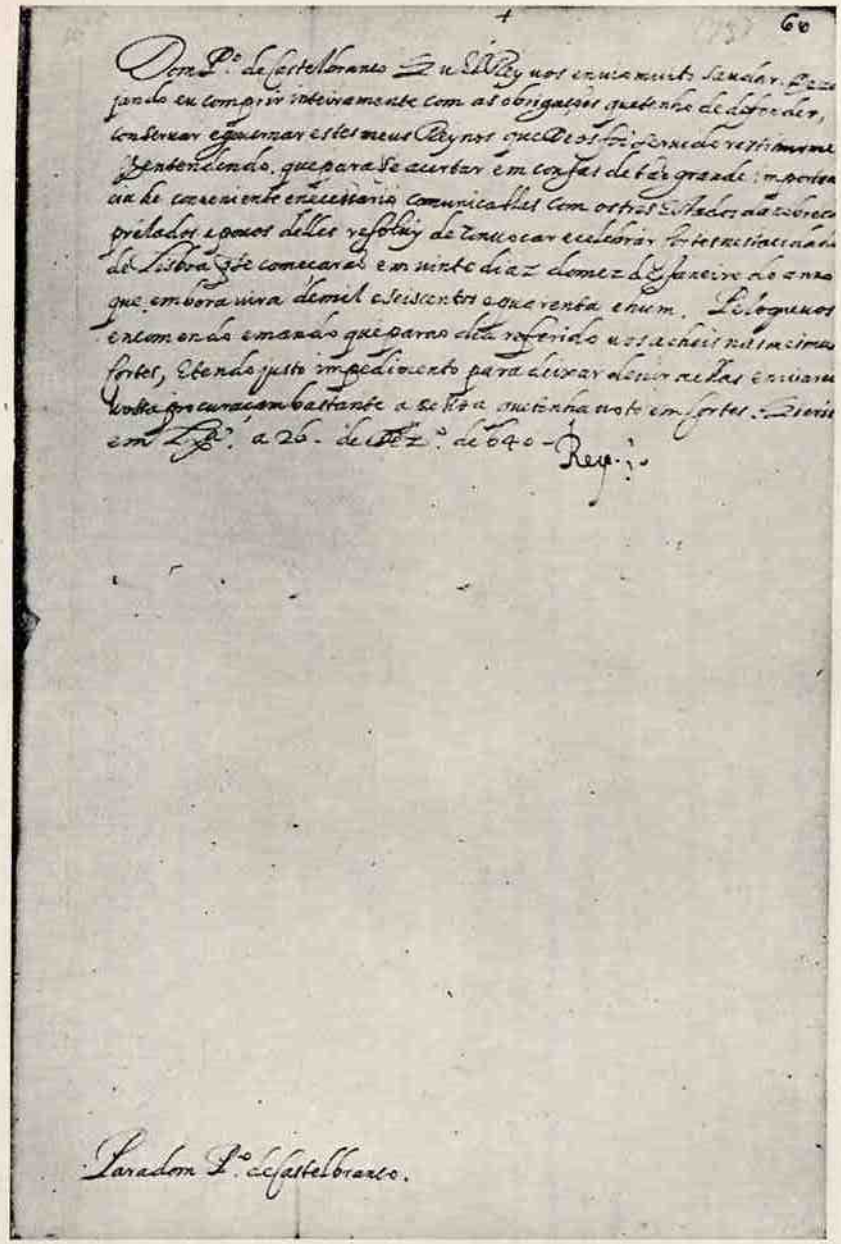
*Para dom P.º de Castelbranco»* (2).

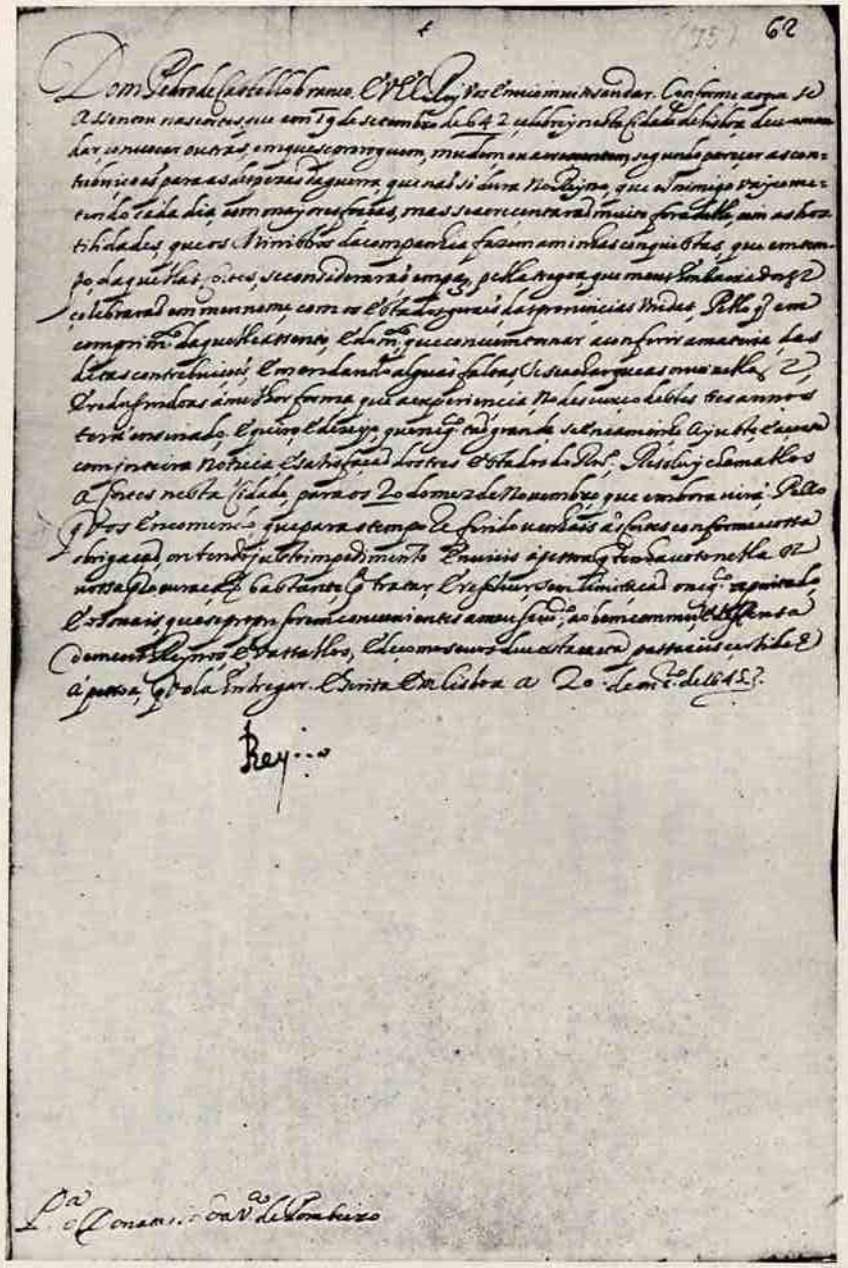
II

*«Dom Pedro de Castello Branco. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Conforme ao que se assentou nas cortes, que em 19 de Setembro de 642 celebrey nesta Cidade de Lisboa deu o mandar, conuocar outras, em que se proroguem, mudem ou acrescentem, segundo pareçer as contrebuições para as despezas da guerra, que não só dura no Reyno, que o Ini-*

(1) *Torre do Tombo. Chancelaria de D. Afonso VI*, liv. 26, fol. 163 v. e seg.

(2) *Biblioteca da Ajuda*. Códice 44-XIII-42, fol. 73.





*DUAS CARTAS DE D. JOÃO IV*

*(Biblioteca da Ajuda. Cód. 44-XIII-42, Fs. 73 e 75)*

*migo vay cometendo cada dia com mayores forças, mas se acreçentarão muito fora delle, com as hostilidades que os Ministros da companhia fazem as minhas conquistas, que em tempo daquellas Cortes, se considerarão em paz, pella tregoa que meus Embaixadores çelebrarão em meu nome, com os estados geraes das prouinçias unidas* (1) *; Pello q̃ em comprim.to daquelle assento e do m.to que conuem tornar a conferir a materia das ditas contrebuições, emendando alguãs faltas, se se achar que as ouue nellas, e redusindoas á melhor forma que a experiençia no descurço destes tres annos terá ensinado; e quero e dezeyo, que neg.co tão grande se encaminhe, ayuste, e açerte com jnteira notiçia e satisfação dos tres estados do Rn.o; Resoluy chamallos a Cortes nesta Cidade, para os 20 do mez de Nouembro, que embora uirá; Pello q̃ vos encomendo, que para o tempo referido uenhais ás Cortes, conforme uossa obrigação, ou tendo justo impedimento enuieis à pessoa q̃ tenha uoto nella e uossa procuração bastante, p.a tratar, e resoluer sem limitação o neg.co apontado, e os mais, que se propuserem conuenientes a meu seru.co, ao bem commu, e deffensa de meus Reynos, e vassallos; e de como se uos deu esta carta passareis certidão á pessoa, q̃ vola entregar. Escrita em Lisboa a 20 de Out.ro de 1645.*

*Rey* ∴

*P.a o Donatario da V.a de Pombeiro»* (2).

---

(1) Tristão de Mendonça Furtado, que partiu para a Holanda em 1641, negociou um tratado com os Estados Gerais onde ficou estabelecido que haveria, entre os dois paises, uma suspensão de hostilidades por dez anos a contar da ratificação (art. 1). Na Índia devia a trégua começar um ano depois (art. 2). — Edgar Prestage—*As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*, pág. 200.

(2) *Biblioteca da Ajuda*. Códice 44-XIII-42, fol. 75.

# CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA POPULAÇÃO

## PLANO GERAL

*A inclusão de um Congresso Nacional de Ciências da População no programa das comemorações nacionais de 1940 traduz um oportuno interêsse pelo estudo das raízes, virtualidades profundas e capacidade realizadora do povo português.*

*Sem deixar de abordar questões gerais daquelas ciências, hoje na ordem do dia em países que se preocupam com a vitalidade e o futuro das respectivas populações, o Congresso tratará de modo especial êsses problemas no que respeita à população portuguesa.*

*Estudar a nossa população é procurar encontrar no campo da investigação científica uma das razões mais explicativas da vincada personalidade lusitana, chave, sem dúvida, do segrêdo da nossa actuação histórica de oito séculos. Ao mesmo tempo é delinear perspectivas e directrizes de acção nacional.*

*Se o meio subordina a si o homem, é inegável que o homem valoriza o seu esfôrço orientando essa adaptação. E nisto, positivamente, está o melhor elogio da sua condição de ser superior.*

*É de esperar que dêste Congresso resultem elementos da mais alta importância, não só para o esclarecimento científico de problemas nacionais de carácter especulativo, mas ainda para providências e realizações no sentido do aperfeiçoamento e maior valorização da gente portuguesa.*

*A divisão em secções e sub-secções impôs-se como conveniente pela multiplicidade das especializações a versar. Essa subdivisão variou do Congresso Internacional de Roma de 1931 para o de Berlim de 1935, e ainda nas conferências da União Internacional das Ciências da População, em Paris. São essas diferenças conseqüência natural das múltiplas relações e interferências dêsses ramos de estudo uns com os outros, podendo o mesmo assunto ser encarado simultâneamente, por exemplo, como tema de sociologia, de demografia, de economia política ou de geografia humana.*

*Na organização do presente Congresso foram previstas cinco secções: 1.ª, demografia e higiene; 2.ª, antropologia; 3.ª, etnografia; 4.ª, problemas sociais da população; 5.ª, problemas económicos da população. Cada uma das secções foi dividida, por necessidade de método, nas sub-secções indispensáveis. Dada a vastidão da matéria geral, são propostos, em quadro anexo, alguns temas que especialmente se recomendam para estudo. A parte do programa relativa às colónias versar-se-á nas sessões do Congresso Colonial (IX da série do Congresso do Mundo Português).*

## ORGANIZAÇÃO EM SECÇÕES

1.ª Secção — DEMOGRAFIA E HIGIENE

*a)* Distribuïção da população.

*b)* Natalidade, nupcialidade e mortalidade. Crescimento da população.

*c)* Morbilidade.

*d)* Profilaxia e higiene.

2.ª Secção — ANTROPOLOGIA

*a)* Biometria diferencial e biotipologia.
*b)* Biologia racial.
*c)* História étnica.
*d)* Eugenia.
*e)* Psicologia da população.

3.ª Secção — ETNOGRAFIA

*a)* Ergografia.
*b)* Folclore.

4.ª Secção — PROBLEMAS SOCIAIS DA POPULAÇÃO

*a)* Geografia humana.
*b)* Organização social.
*c)* Educação e assistência.
*d)* Criminalidade.

5.ª Secção — PROBLEMAS ECONÓMICOS DA POPULAÇÃO

*a)* A população e os recursos naturais.
*b)* A produção, o trabalho e o corporativismo.
*c)* Migrações internas e externas.
*d)* O custo da vida.

## TEMAS PROPOSTOS PARA CADA SECÇÃO

1.ª Secção — DEMOGRAFIA E HIGIENE

1 — Crescimento e distribuïção da população.
2 — Morbilidade e mortalidade, nas suas relações com as instituïções de assistência e de profilaxia.
3 — Correcções higiénicas a introduzir na vida rural portuguesa.
4 — Higiene da alimentação no povo português, educação dêste nos respectivos princípios e de acôrdo com as produções regionais.
5 — Salubridade dos aglomerados populacionais e a da habitação pobre nos meios urbanos.
6 — Profilaxia contra doenças evitáveis e defesa permanente contra endemias.
7 — Elementos demográficos utilizáveis na definição dos meios de revigoramento, aproveitamento e expansão da gente portuguesa, tanto na Europa como além-mar.
8 — Bibliografia.

2.ª Secção — ANTROPOLOGIA

1 — Origens antropológicas do povo português.
2 — Robustez física, condições fisiológicas e vitalidade do nosso povo.

3 — Tipos constitucionais e psicológicos e fórmulas endocrínicas na população portuguesa.
4 — Factores degenerativos na nossa população; seu combate; medidas eugénicas aconselháveis.
5 — Elementos alógenos no povo português.
6 — Bibliografia.

3.ª Secção — ETNOGRAFIA

1 — O mar na vida popular:

*a)* Razões da atracção do mar sôbre o homem.
*b)* A luta entre o mar e a terra.
*c)* Síntese da influência do mar na vida popular.

2 — A família:

*a)* Tradições dêste elemento social.
*b)* A trilogia da vida (nascimento, casamento e morte).
*c)* Tentativa da filiação das tradições da organização familiar no quadro das civilizações antigas.

3 — A arte popular portuguesa:

*a)* Bosquejo histórico da origem dos motivos decorativos.
*b)* Relações com a simbólica.
*c)* Valor estético da arte popular.

4 — O povo e a simbólica:

*a)* Possível origem dos velhos símbolos.
*b)* A representação gráfica dos símbolos.
*c)* Necessidade que o povo tem do seu emprêgo.

5 — Influência dos mouros, judeus e negros na etnografia portuguesa.
6 — Música popular portuguesa: os arcaísmos.
7 — Bibliografia.

4.ª Secção — PROBLEMAS SOCIAIS

1 — Robustecimento e protecção da família portuguesa:

*a)* Plano de providências a adoptar.
*b)* O casal de família.
*c)* A questão do divórcio.

2 — A assistência material e espiritual:

*a)* Plano de providências a adoptar.

*b)* A prostituïção em Portugal: sua repressão.
*c)* O factor económico e a saúde moral da população.

3 — A influência do factor moral e religioso no desenvolvimento da população.

4 — Condições geo-sociais da fixação na planície alentejana do excesso demográfico do noroeste português.

5 — Criminalidade de adultos em Portugal:

*a)* Elementos etiológicos; delinqüência e alcoolismo.
*b)* Delinqüência e biotipologia portuguesas.
*c)* Métodos de análise delinqüencial e propedêutica criminológica.

6 — Criminalidade infantil no nosso país e meios de a combater.
7 — Bibliografia.

5.ª Secção — PROBLEMAS ECONÓMICOS

1 — O enquadramento geo-económico da população portuguesa através dos séculos.
2 — A indústria agrícola como elemento da vida da nacionalidade.
3 — O condicionamento actual do trabalho da grei.
4 — O factor económico no aumento da população.
5 — A emigração para o Brasil na história económica e demográfica de Portugal.
6 — Orientação da actividade portuguesa para um destino nacional.
7 — Bibliografia.

## ALGUMAS INDICAÇÕES REGULAMENTARES

*O Congresso de Ciências da População será essencialmente constituído por portugueses e para versar assuntos portugueses, mas esperam-se e desejam-se colaborações estranjeiras idóneas.*

*Este Congresso realizar-se-á no Pôrto em 1940, sendo inaugurado em 12 de Setembro.*

*Os manuscritos de todos os trabalhos anunciados devem ser apresentados no Secretariado do Congresso de Ciências da População (Delegação, no Pôrto, da Comissão Executiva dos Centenários, Avenida dos Aliados, 41, 4.º) até 31 de Janeiro de 1940, a-fim-de serem impressos.*

*Os estudos sôbre os temas propostos não poderão exceder 30 páginas de vinte e cinco linhas dactilografadas, devendo ser acompanhados das respectivas bibliografias.*

*Quanto às comunicações livres, não poderão exceder 16 páginas dactilografadas.*

## COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. António Augusto Esteves Mendes Correia, *professor catedrático da Faculdade de Ciências do Pôrto, director do Instituto de Antropologia, procurador à Câmara Corporativa, membro efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História, presidente da Comissão;*

Prof. Dr. Abel de Andrade, *antigo director geral da Instrução Pública,*

*professor aposentado da Faculdade de Direito de Lisboa, procurador à Câmara Corporativa ;*

Prof. Dr. Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação, *antigo ministro, professor catedrático da Faculdade de Ciências de Coimbra e director do Instituto de Antropologia ;*

Dr. José Alberto de Faria, *director geral de Saúde ;*

Prof. Dr. José Leite de Vasconcelos, *professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras de Lisboa, director honorário do Museu Etnológico Português do Dr. Leite de Vasconcelos, membro efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História ;*

Prof. Dr. Rui Ennes Ulrich, *antigo embaixador, professor catedrático e director da Faculdade de Direito de Lisboa, procurador à Câmara Corporativa, da Academia das Ciências de Lisboa ;*

Dr. Alberto Pinheiro Tôrres, *advogado e director da Cadeia Civil do Pôrto;*

Prof. Dr. António de Almeida Garrett, *professor catedrático e director da Faculdade de Medicina do Pôrto, director da Maternidade Júlio Deniz ;*

Dr. Augusto César Pires de Lima, *professor do Liceu Rodrigues de Freitas, presidente da Comissão de Etnografia e História do Douro-Litoral ;*

Prof. Dr. Joaquim Alberto Pires de Lima, *da Academia das Ciências de Lisboa, professor catedrático da Faculdade de Medicina do Pôrto, director do Instituto de Anatomia ;*

Prof. Dr. Tomaz Joaquim Dias, *professor catedrático e director da Faculdade de Engenharia do Pôrto ;*

Dr. António Pedro Pinto de Mesquita, *advogado ;*

Dr. Fernando de Castro Pires de Lima, *médico do Conservatório de Música do Pôrto ;*

Dr. Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, *assistente da Faculdade de Ciências do Pôrto ;*

Dr. Mário Cardia, *director do Hospital e do Dispensário anti-tuberculoso de Matozinhos ;*

Dr. Tomaz Lopes Cardoso, *advogado e director do Refúgio da Tutoria Central da Infância do Pôrto ;*

Dr. Alfredo Mendonça da Costa Ataíde, *naturalista do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Pôrto, secretário da Comissão.*

# O PAVILHÃO DO BRASIL NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

*NO RECINTO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS, EM BELÉM, REALIZOU-SE EM 16 DE DEZEMBRO ANO FINDO, COM A MAIOR SOLENIDADE, A ENTREGA AO DELEGADO BRASILEIRO, SR. DR. AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR, DO TERRENO ONDE VAI SER EDIFICADO O «PAVILHÃO DO BRASIL». A CERIMÓNIA, QUE TEVE O MAIOR BRILHANTISMO, EFECTUOU-SE NO PRÓPRIO LOCAL ONDE, DENTRO EM POUCO, SE ERGUERÁ AQUELE PAVILHÃO, ENTRE OS PAVILHÕES DA «COLONIZAÇÃO» E «FUNDAÇÃO», JUNTO AO TEJO E A ELA ASSISTIRAM NUMEROSOS CONVIDADOS E ALTAS PERSONALIDADES OFICIAIS. A GUARDA DE HONRA ERA FEITA POR UM «CASTELO» DA «MOCIDADE PORTUGUESA», COM A BANDA DE MÚSICA DA «LEGIÃO PORTUGUESA». INICIADA A CERIMÓNIA COM O HINO NACIONAL, O SR. DR. JÚLIO DANTAS, PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS, LEU O BELO DISCURSO, DE NOTÁVEL RECORTE LITERÁRIO, QUE A SEGUIR TRANSCREVEMOS:*

*Senhor Embaixador, Senhor Arcebispo, minhas Senhoras e meus Senhores:*

Iniciam-se hoje os trabalhos de construção do pavilhão do Brasil na Exposição do Mundo Português.

*ESTÁTUA DE PEDRO ÁLVARES CABRAL, QUE SE ERGUE NUMA DAS MELHORES PRAÇAS DO RIO DE JANEIRO E DA QUAL O GOVÊRNO BRASILEIRO MANDOU FAZER UMA CÓPIA FIEL, PARA OFERECER AO GOVÊRNO PORTUGUÊS, ASSINALANDO ASSIM A COMPARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS.*

Aproveito o ensejo, que êste acto solene nos proporciona, para me congratular com Sua Ex.ª o Embaixador Araújo Jorge e com o ilustre delegado executivo brasileiro pela cooperação que o Brasil generosamente nos oferece, certo de que a grande Nação americana de língua portuguesa, cuja magnífica ascenção para os mais altos destinos Portugal acompanha com desvanecimento, considerará — na feliz expressão de Sua Ex.ª o Presidente do Conselho — como sua a nossa casa, e como seu, também, o nosso jubileu nacional, celebração de esforços, de sacrifícios e de glórias que são, em grande parte, património comum das duas nações irmãs.

A situação europeia, no grave momento que atravessamos, se de certo modo afecta, na sua repercurssão internacional, os actos e solenidades do Duplo Centenário, não obsta a que êles se realizem. Pelo menos, assim o espero. Comemorando a Fundação, o Império e a Restauração, na data em que completa oito séculos de existência histórica como Nação livre, Portugal pratica, nas actuais circunstâncias, um acto de serenidade e de confiança nos destinos da civilização e da cultura latino-cristã. Tornámos, nos séculos XV e XVI, o Mundo maior; unimos, no abraço refulgente das nossas náus, todos os oceanos; as nossas armas, o nosso comércio, a nossa Fé propagaram-se a todos os continentes; criadores, a um tempo, de ciência e de epopeia, os portugueses coroaram a obra original da sua ciência náutica, demonstrando pràticamente a unidade física do globo. As comemorações nacionais de 1940 têm, pois, expressão universal. Se, porém, razões mais fortes do que a nossa vontade nos não permitirem que as realizemos como festas do Mundo Civilizado, não deixaremos por isso de as realizar como festas da grande família portuguesa. A essa grande família pertence o Brasil, nação que ajudámos a formar, à qual nos ligam os mais íntimos laços étnicos, históricos e linguísticos, e que, embora no seu seio se tivesse criado uma forte consciência americana, mantém, fielmente, Portugal no coração. Pois bem: o Brasil está junto de nós; a sua alma colectiva palpita de nobre emoção ao nosso lado; vem construir, perto do velho solar dos seus avós que é também o seu, a Casa Brasileira.

Com as fundações dessa Casa principia hoje a obra de cooperação do Brasil nas celebrações do Duplo Centenário, obra vasta, que transcende os limites da Exposição do Mundo Português, porque se afirmará noutros domínios e noutras actividades. Veremos, no Tejo, unidades da heróica marinha de guerra brasileira; nos cortejos e nas paradas cívico-históricas, contingentes do seu exército de terra e mar; a sua arte florescerá no monumento a Pedro Alvares Cabral, que o Govêrno da República irmã oferece à Nação portuguesa; a sua indústria não deixará de afirmar, noutro certame, as suas poderosas realizações e as suas possibilidades deslumbrantes; grandes figuras da Egreja brasileira virão dizer-nos com que ardor, no Brasil imenso, germinou a Fé católica dos nossos primeiros missionários; historiadores, investigadores, eruditos dalém Atlântico trabalharão connosco na obra, que ouso supôr definitiva, do Congresso Luso-Brasileiro de História; num só claustro pleno intercontinental, as Universidades, as Academias, os Institutos das duas nações glorificarão o passado comum e a língua comum, a maravilhosa língua portuguesa, falada, desde o século XVI, em tôdas as partes do Mundo. O Brasil vem contar-nos, na grandeza das suas revelações, o que fez da nossa herança colonial, a que esplendor e a que opulência elevou o património que deixamos nas suas mãos. As fundações do Pavilhão Brasileiro sôbre as quais vai lançar-se a benção ritual, revestem-se para nós — como todo êste conjunto de edifícios — de expressão e de sentido simbólico. Construir é subir. Subiremos unidos, e tão alto, que as duas Nações possam ver distintamente, não apenas o passado de que se orgulham, mas o Futuro glorioso que as espera.

*O DELEGADO DO BRASIL, SEGURANDO NAS MÃOS AS BANDEIRAS PORTUGUESA E BRASILEIRA, PRONUNCIA O SEU DISCURSO, PERANTE A ESPÔSA DO CHEFE DO ESTADO.*

Em nome da Comissão Executiva, a que presido, saúdo na pessoa de V. Ex.ª, Senhor Embaixador, o excelso Presidente Getúlio Vargas, a cujo espírito superior tanto interêsse merecem as Comemorações portuguesas; na pessoa do ilustre Delegado Executivo, a Comissão Brasileira dos Centenários, presidida pela figura prestigiosa do Sr. General Francisco José Pinto; em Vossa Excelência, Senhor Comissário Geral da Exposição do Mundo Português, todos os colaboradores

da sua obra admirável; — e faço veementes votos para que a íntima cooperação de Portugal e do Brasil, durante o Ano Aureo de 1940, torne, se é possível, ainda mais estreitos e perduráveis os laços de afecto que unem as duas Nações.

O sr. dr. Augusto de Castro, comissário geral da Exposição do Mundo Português, depois de se referir com reconhecimento á presença da espôsa do Chefe do Estado, do sr. Embaixador do Brasil, de todos os Ministros representantes das nações sul-americanas assim como o da Suíça, agradeceu ao sr. dr. Júlio Dantas, ilustre presidente da Comissão Executiva do Duplo Centenário, a sua alta colaboração na cerimónia e as palavras que lhe dirigiu e aos seus colaboradores, realizadores da grande obra da Exposição. Declara ter a honra de entregar ao delegado oficial do Brasil para as comemorações centenárias o terreno em que vai ser erigido o pavilhão dêste país.

E, vivamente aplaudido, prosseguiu:

— A solenidade dêste acto reveste um simbolismo que passa as fronteiras, excede os limites da História e, através do tempo e do espaço, vai ao encontro das mais fundas raízes da alma dos dois povos irmãos.

A colaboração do Brasil na Exposição do Mundo Português é a afirmação da unidade de espirito e de história que liga Portugal á grande nação sul-americana. Nenhum monumento, nenhum acto, nenhuma afirmação poderiam ter maior significado do que esta síntese viva do pensamento dos dois povos. As memórias do Brasil e de Portugal irmanam-se nestes metros de terreno, em que cabe o coração das duas pátrias. Um pequeno Brasil histórico, espiritualmente grande, vai elevar-se ali em frente do Tejo, velha estrada do Mundo. E êle, orador, considera uma grande honra transmitir ao Delegado do Brasil a simbólica posse daquele canto da Exposição, onde as duas bandeiras flutuarão a par — sôbre oito séculos de civilização atlântica e universal.

*DEPOIS DO DISCURSO DO SR. DR. AUGUSTO DE CASTRO, O SENHOR ARCEBISPO DE MITILENE PROCEDEU À BENÇÃO DO TERRENO. O DELEGADO DO BRASIL PROFERIU ENTÃO O SEGUINTE DISCURSO:*

«Quis a Providência Divina, a de Cristo, que Portugal levou ao Brasil, que não subissem as duas bandeiras, para que as não separasse sequer o mastro. Com elas muito juntas ao meu coração, agradeço em nome do Brasil as expressões de acentuado carinho com que a êle se referiram os srs. drs. Júlio Dantas e Augusto de Castro. Em nome dêsse meu caro Brasil, quero, também, beijar reconhecido as mãos da Ex.ma sr.a D. Maria do Carmo de Fragoso Carmona — alta e dignificadora expressão da espôsa e da mãi portuguesa — por ter desferido ás brisas de Portugal as bandeiras do pai e do filho que se reünem, desde já, para comemorar glórias comuns e heranças heróicas que são daquém e dalém-mar.

O Brasil vem, como pessoa da família em visita á casa paterna, dizer á sua Pátria de origem que os seus 50 milhões de cidadãos, guardando a raça, a língua e a religião que receberam de Portugal, serão sempre no continente americano os continuadores do valôr português; que a Cruz de Cristo plantada pelas armas de Pedro Alvares Cabral será eternamente o símbolo da sua civilização e o elo poderoso que o ligará aos seus ancestrais, cujas glórias se formaram dilatando a Fé e o Império.

E, aqui presente em 1940, na hora feliz das Comemorações Centenárias, nunca ficará ausente se porventura horas amargas afligirem, em qualquer tempo, o seu querido Portugal.

Iniciando com êste acto público a sua participação nas comemorações da fundação e da restauração da nacionalidade, o Brasil brada connosco:

— Real! Real! por Afonso, alto rei de Portugal!»

Por último, foi servido um «Pôrto de Honra», na sede do Comissariado da Exposição do Mundo Português, oferecido pelo sr. dr. Augusto de Lima Júnior.

# ARMAS BRASILEIRAS EM GÔA

Os cemitérios na Índia enterram sòmente os mortos. As memórias são recolhidas pelas águas do Indo e do Ganges, para formarem o romance maravilhoso da idade dos tempos. E as almas são elevadas às regiões infinitas do Nirvana, enquanto que na terra os homens buscam comunicação com os espaços.

Entre nós tem-se infelizmente enterrado os mortos quási sempre com as suas memórias. Raras vezes a vassoura espanta a poeira fiel que acalenta a maioria dos nossos mortos. É necessário que se opere uma transformação no espírito da nossa gente, levando-o a travar relações amistosas com os espíritos que penetram na casa esquecida dos mortos que morreram.

Os séculos XVII e XVIII da nossa história estão cheios de almas errantes que buscam repouso na gratidão nacional. Foi nesse tempo que as gentes de pés duros, calçando botas altas, pisaram terras sem fim em busca de aventuras, sonhos ou fortuna. Alguns estão empertigados nos bronzes. Outros invadiram o templo da Glória. Mas a maioria dorme esquecida nos arquivos ou perdida em placas obscuras de ruas esburacadas.

Os «varões» ainda têm sido «assinalados». De seus feitos contam-se escritos espalhados em livros vários. Mas em relação à homeríada feminina pouco se tem publicado. E no entanto, a história brasileira está repleta de feitos heróicos das mulheres que se escondiam «por entre as gelosias e vidraças ou as cortinas dos gradins das janelas», no dizer pitoresco de Eugéne Dellessert, quando da sua viagem em 1839.

Tôda a história das nossas lutas políticas e sociais está intimamente marcada pela colaboração feminina. Vem desde a descoberta, com Paraguassú. A catequese, com Damiana da Cunha, que respondendo à pregunta de Saint-Hilaire, sôbre os perigos que lhe poderiam advir da penetração entre as tríbus do Tocantis, lhe afimara: «É preciso que êles não me respeitem tanto para que deixem de fazer o que eu lhes ordenar». (Voyage aux sources du Rio de S. Francisco, vol. II, pag. 119). Nas guerras nativistas, com Clara Camarão. As Pernambucanas de Tejucupapo, a quem D. Pedro II, quando de sua visita áquelas regiões em 1859, prestou uma significativa homenagem. Com a paulista Rosa Maria de Siqueira, o nosso Marcílio Dias de saias. A beata Joana de Gusmão, irmã de Alexandre e Bartolomeu, Bárbara Heliodora, Bárbara de Alencar, Anita Garibaldi, Benta Pereira. E Maria de Medeiros, a baïana da independência, que Pedro I condecorou com as insígnias de cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, e que batalhou sob o comando de J. de Lima e Silva, fardada de «highlander», como nos conta Mary Graham, em seu «Journal of a voyage to Brasil» de 1824: «Trajava o uniforme de um dos batalhões do imperador, com a adição de um saiote, que me disse adoptara do figurino de um *highlander* por lhe parecer mais conveniente a seu sexo». Pag. 292.

Os feitos femininos não ficaram sòmente em casa. Foram para mais longe. Para regiões que espantavam os próprios sonhos. Para mares e terras «nunca dantes navegados». Foram para as Índias fabulosas. Foi com Maria Úrsula de Abreu e Lencastre.

O eminente sábio português, António Maria da Cunha, publicou em 1935 um notável trabalho sôbre a Índia Antiga e Moderna, editado por ocasião das comemorações da descoberta de Gôa. Devo o conhecimento dêsse admirável livro à gentileza da Sociedade Luso-Africana, a quem o autor enviou um exemplar luxuoso. Foi nêle que encontrei mais detalhadamente referências sôbre actos praticados na Índia por D. Maria Úrsula, pois J. Norberto que também cuidou do assunto, muito ligeiramente tratou da actuação dessa mulher formidável.

D. Maria Úrsula de Abreu e Lencastre nasceu no Rio de Janeiro em 1632. Aos 18 anos de idade partiu para Lisboa assentando praça de soldado, sob o nome de Baltasar do Couto. Seguiu com as fôrças portuguesas para a Índia, em uma expedição destinada a reocupar Gôa das mãos dos maratas de Samgagi. Os portugueses atacaram vigorosamente e ocuparam, em 1705, a fortaleza de Amoná, fronteira à ilha de S. Estêvão. A seguir, apossam-se das ilhas de Coruem e Ponolem, onde Maria Úrsula se distingue pela sua bravura. Tomam depois a fortaleza de Chaul e Maria Úrsula bateu-se com tal bravura, que foi promovida a cabo do baluarte Madre de Deus, dessa fortaleza. Durante 13 anos, Maria Úrsula combateu nas armas portuguesas em terras da Ásia.

Aos 31 anos de idade casou-se com o governador do forte de S. João Batista, de Gôa, Afonso Teixeira Arraes de Melo. O rei de Portugal, D. João IV, tendo conhecimento do valor militar dessa mulher extraordinária, «fez-lhe mercê do Paço de Pangim pelo tempo de seis anos e de um xerafim diário pago na alfândega de Gôa». (pag. III do livro de António Maria da Cunha).

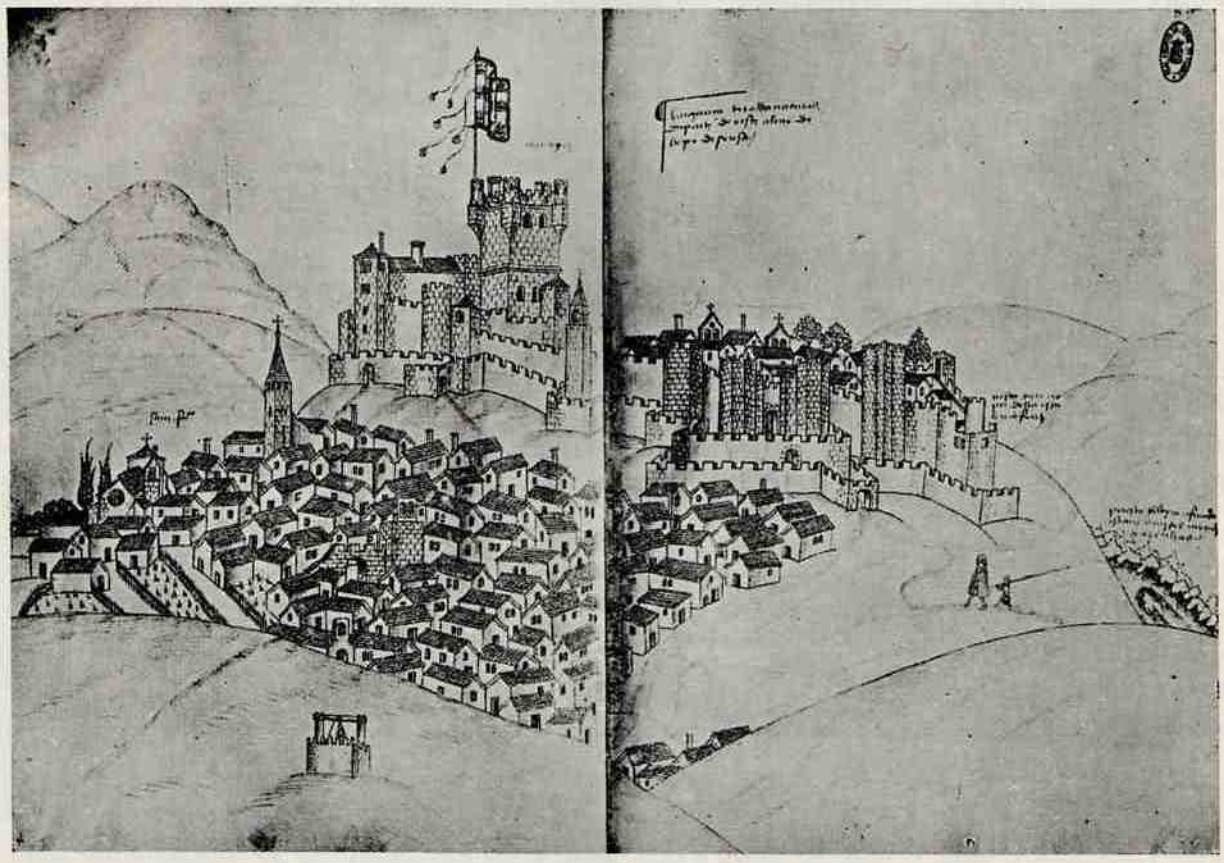
D. Maria Úrsula morreu em Gôa e foi enterrada com o seu uniforme militar. Mas sua memória não foi enterrada na terra em que as memórias são sempre vivas. Ela penetrou nos espaços luminosos que não descoloram nunca.

A. PADUA DE ARAUJO

# CASTELOS DE PORTUGAL

## BRAGANÇA E POVOA DE LANHOSO

Lá no alto da colina de Nossa Senhora do Sardão, ergue-se majestoso o velho castelo



*BRAGANÇA E O SEU CASTELO*

*(Do Livro das Fortalezas, de Duarte d'Armas)*

de Bragança, que, pela sua situação e fortaleza, de-certo devia ter contribuido eficazmente para a formação da nossa nacionalidade.

Profundas transformações e reparações sofreu êste castelo no decorrer dos séculos, especialmente quando do aparecimento da artilharia, pois vastas obras de adaptação lhe foram introduzidas com o fim de o guarnecer com as novas armas que vieram aumentar o valor defensivo desta posição.

Desde os primórdios da fundação da monarquia, assistiu êste castelo ao desenrolar dos mais notáveis acontecimentos, se bem que alguns deles sejam de bem triste memória.

Em 1199, Afonso IX pôs cêrco a Bragança, mas D. Sancho obriga os leoneses a retirar. Mais tarde, no reinado de D. Afonso IV, seu irmão bastardo D. Afonso Sanches, acompanhado do infante D. Filipe de Castela, investe contra esta fortaleza e a luta acalma os irmãos desavindos, que se congraçam devido à intervenção da bondosa Raínha.

De novo, agora já no reinado de D. Fernando, em 1369, o conde de Trastamara consegue conquistar esta poderosa fortificação, que só é restituída com a paz de Alcoutim, em 1371.

Na guerra da Independência não quis submeter-se a D. João de Portugal, mas a intervenção do valoroso Nuno Alvares conseguiu demover o senhor da fortaleza, o que não impediu depois, em 1398, que Bragança caisse nas mãos dos castelhanos por traição do seu alcaide.

Mas esta fortaleza recorda-nos, mais tarde, o admirável gesto patriótico do seu famoso alcaide Lopo Sarmento, recusando-se a entregar as chaves do castelo aos mandatários de Filipe II.

Na «Guerra da Aclamação», êle assiste e anima os heróicos libertadores do jugo castelhano. Em 1710, é de novo cercado, mas agora pelo general espanhol Montenegro, que, vendo malogradas as suas intenções, devido à vigilância do valoroso alcaide-mor Lázaro de Figueiredo Sarmento, resolve retirar-se com os seus homens.

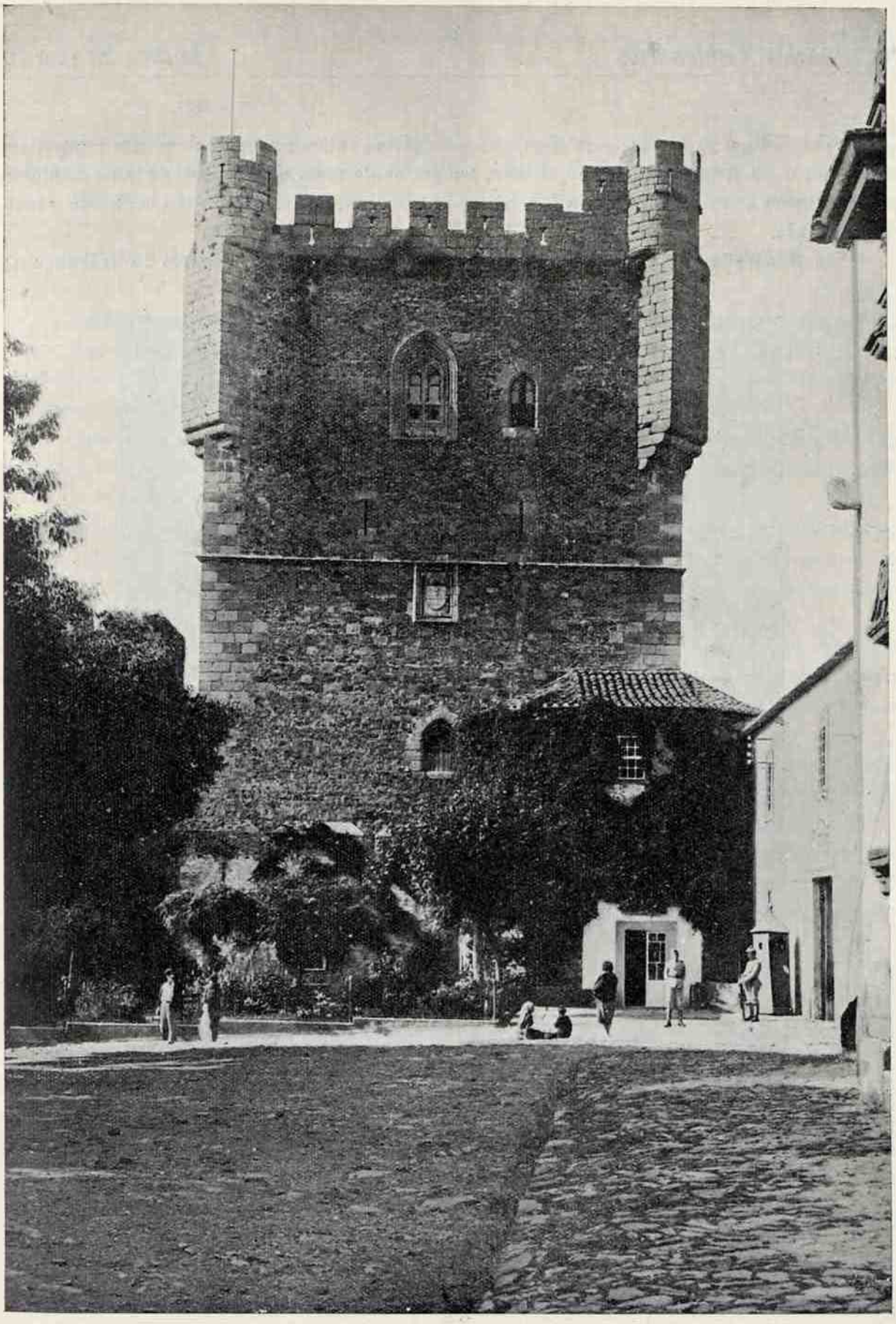
A história dêste antiqüíssimo castelo continua registando os mais variados acontecimentos e procurando manter-se com galhardia e valor, para maior honra e glória da terra querida de Portugal.

Quando da 1.ª invasão francesa, Junot pretendeu desarmar o País enfraquecendo o seu valor militar. Bragança não respeita o decreto de 1808 e recusa-se a entregar as suas armas e a sua gente; num gesto de nobilitante patriotismo, manifesta-se a favor da expulsão dos invasores.

Emfim, a heróica fortaleza continua, pelos tempos fora, até aos princípios do século XX, a manifestar-se e a intervir em quási todos os factos notáveis que se foram desenrolando em terras de Portugal.

Devia o castelo de Bragança, pela sua vastidão e pela sua admirável construção, ser uma das mais importantes e robustas fortificações desta região.

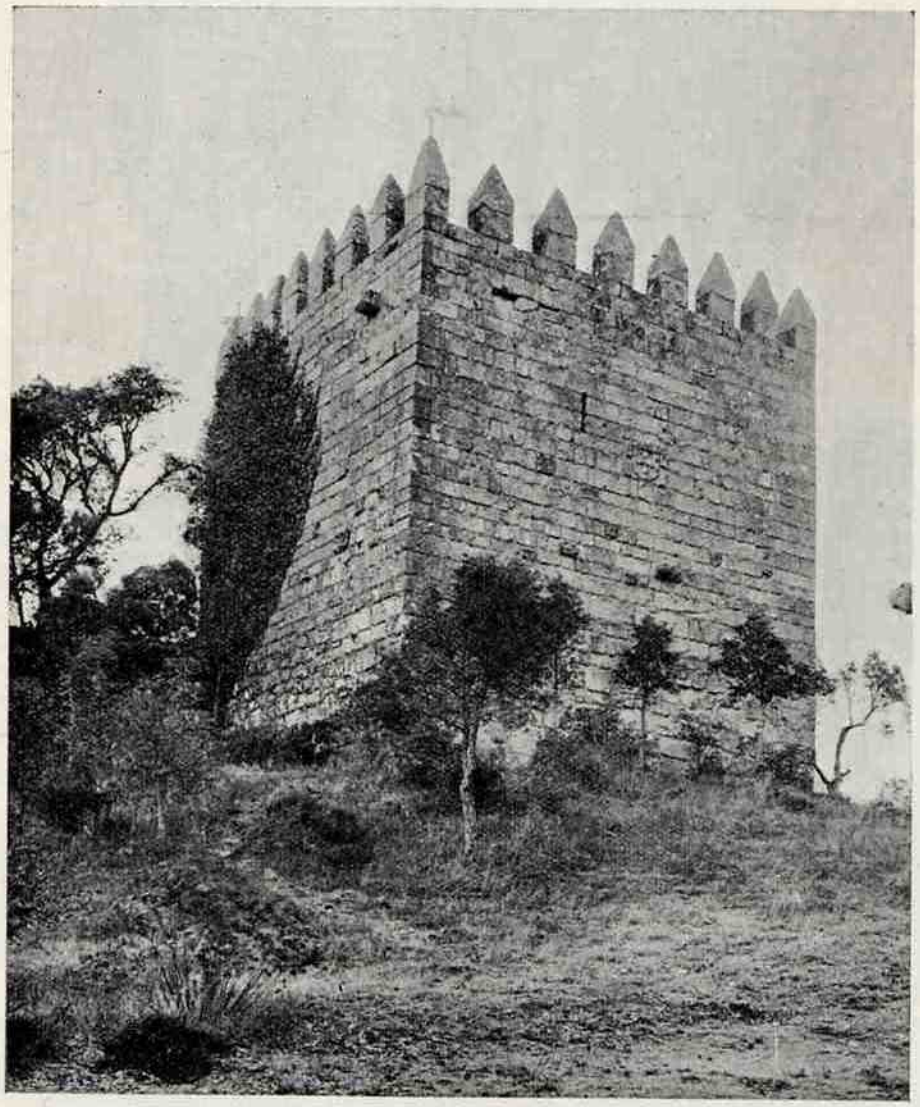
Tinha 18 tôrres, sendo as mais notáveis a tôrre da Princesa, poetizada por curiosas lendas e na qual, segundo a tradição, D. Jaime, Duque de Bragança, encerrou sua mulher, e a tôrre de menagem, que sobressai entre êste conjunto pela sua elegância e pela harmonia das suas linhas arquitecturais, pela vasta quadra e solidez da sua construção. Na face sul estão gravadas as armas de D. João I, a quem se atribui a construção desta tôrre, que é hoje o precioso relicário das glórias militares dos heróicos bragançanos.



*CASTELO DE BRAGANÇA*

Não podiam os gloriosos troféus e as veneráveis relíquias, que se expõem e guardam no Museu e no Arquivo Histórico Militar, ter ambiente mais próprio e sede mais condigna que esta velha fortaleza de seculares tradições históricas, evocadora de tão brilhante e honroso passado.

As fotografias, que aqui reproduzimos, dão-nos uma idea do castelo de Bragança no



*CASTELO DA PÓVOA DE LANHOSO*

século XVI, segundo o desenho de Duarte d'Armas e do estado actual em que se encontra.

A falta de espaço e a natureza destas ligeiras notas não permite que nos ocupemos

mais pormenorizadamente desta fortaleza, cuja história fornece assunto para uma desenvolvida e interessante monografia.

* * *

Além do castelo de Bragança, de que ligeiramente nos ocupámos, breves referências vamos dedicar ao castelo da Póvoa de Lanhoso, do qual só resta, como recordação gloriosa dêsse passado distante, a tôrre de menagem coroada de ameias, a única parte do castelo que conseguiu escapar à fúria devastadora dos homens e do tempo.

Impossível fixar a data da sua construção, mas supõe-se, e não sem fundamento, que a origem desta fortificação venha dos tempos romanos pelos elementos que têm sido encontrados por aquelas imediações.

Devia ter sido fortaleza importante, pois nela se recolheu D. Tereza, quando não podendo resistir à perseguição das fôrças de sua irmã, que lhe havia declarado guerra, se acolheu à sombra destas muralhas, que não tardaram a ser cercadas pelas fôrças de D. Urraca.

Valeu-lhe nesta terrível situação Fernando Peres, que, com D. Gelmires, arcebispo de Compostela, não deixando escapar a ocasião que se lhes oferecia para disputarem com D. Paio alguns bens que pretendiam alcançar procuraram assim lançar a divisão entre as fôrças de D. Urraca.

Ignora-se a forma como D. Gelmires atuou. O que é certo é que foi preso, mas, a-pesar dessa decisão, D. Urraca achou mais prudente, temendo talvez a influência de tão irreconciliável inimigo, estabelecer as pazes com sua irmã, fazendo-lhe grandes concessões.

A êste castelo está ligada uma lenda, na realidade de grande intensidade dramática, história de amores mal fadados, que aqui teve o seu epílogo.

D. Rodrigo Pereira de Berredo, fidalgo de alta nobreza, teve um dia a secreta e desoladora notícia de que sua mulher traía a fidelidade conjugal.

O nobre fidalgo, depois de ter a certeza de tão desagradável informação, uma noite, fechou de surpreza tôdas as portas, de modo que ninguém pudesse escapar à cruel punição que reservava a todos que considerava culpados, e pegou fogo ao castelo, que ardeu completamente, morrendo abrasados pelas chamas todos que nêle se encontravam.

Qualquer dêstes castelos do norte, de tão remota fundação, foram vigilantes sentinelas e resistentes obstáculos que contribuiram para a libertação do solo português e para a afirmação da nossa Independência, que em breves meses se vai comemorar, condignamente, em tôdas as terras de Portugal.

JORGE LARCHER

---

ERRATA: No artigo sôbre os castelos de Alcácer-do-Sal e Silves, publicado no último número desta Revista, saíram, por lapso, trocadas as legendas das duas gravuras, pelo que apresentamos aqui as nossas desculpas ao autor e aos nossos leitores.

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

«O Primeiro de Janeiro», *do Pôrto, sob o título:* «O Novo Programa das Comemorações Nacionais», *publicou no seu n.º de 21 de Dezembro do ano findo o artigo que a seguir transcrevemos, da autoria do ilustre escritor sr. dr. Júlio Dantas:*

Os acontecimentos europeus, atingindo gravemente, na sua expressão e repercussão internacional, as festas do Duplo centenário, determinaram a necessidade de rever e de modificar em muitos pontos o respectivo programa, que teve de ser reduzido no tempo e no espaço. Entretanto, o programa revisto pouco difere daquele que em Maio dêste ano se tornou conhecido do País. As eliminações feitas não comprometem sensivelmente, nem a sua dignidade, nem o seu brilho.

O período das comemorações do Ano Aureo inicia-se, não já em 5 de Maio, mas em 2 de Junho de 1940. O programa compreende, como o anterior, três épocas: Época medieval, de 2 a 15 de junho; Epoca imperial, de 16 de junho a 14 de julho; Época brigantina, de 10 de novembro a 2 de dezembro. Prevê se um período intercalar correspondente às férias (agosto, setembro e outubro), em que se realizam, como veremos, alguns actos e solenidades obrigados a datas compreendidas nesse período. As linhas gerais permanecem as mesmas. As comemorações iniciam se simultâneamente em todo o País no dia 2 de junho, às 11 horas, por um solene **Te-Deum** em tôdas as Sés, colegiadas e velhas matrizes da metrópole e do Império, e por sessões solenes em tôdas as câmaras municipais e nas Embaixadas, legações e consulados de Portugal, unindo no mesmo sentimento de pátria a grande família portuguesa. Em Lisboa, o **Te-Deum** realiza-se na velha Sé românica, tão intimamente ligada à nossa história, monumento que pela primeira vez, depois de restaurado, será aberto ao culto; seguir-se-á, às 15 horas, o acto cívico inaugural, na Câmara municipal, com a oração do venerando Chefe do Estado. À noite, a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa, reünidas, celebrarão as grandes datas nacionais, num acto solene que constituirá o pórtico augusto das comemorações centenárias.

Na primeira Época — a medieval — poucas modificações se introduziram. Inicia-se pela festa da Fundação, em Guimarãis, onde usará da palavra o insigne Chefe do Govêrno; sucedem-se as festas medievais de Braga, Arcos-de-Valdevez, Pôrto, Coimbra, Lisboa, Ourique (Castro Verde); a exposição dos Primitivos portugueses; e termina pelos actos de Lagos e Sagres, em que se comemorará o ciclo henriquino das navegações, precursor do Império. Já infelizmente não contamos com a nau D. João II e com as caravelas do Infante, porque as circunstâncias impediram o Ministério da Marinha de manter a sua participação nas comemorações centenárias; mas não deixarão de realizar-se no Algarve — em grande parte no monumento imponente que é o rochedo de Sagres — a missa campal, a festa de Gil Eannes e a benção do Mar.

A segunda Epoca — a imperial — abre pela inauguração da Exposição do Mundo Português, que constituirá um acontecimento sem precedentes. Nesse período se recebem as embaixadas extraordinárias, as missões especiais e as altas individualidades estranjeiras convidadas pelo Govêrno e pela Comissão; nêle se efectua, como acto central das comemorações, a solenidade dos Jerónimos, em que se glorificará, pela palavra de Sua Eminência o Cardeal Patriarca e, porventura, de outros príncipes da Igreja, o esfôrço português no Mundo; nêle se prevêem os grandes congressos (congresso de Pré e proto-história, no Pôrto; congresso Medieval, em Coimbra; congresso dos Descobrimentos e Navegações e congresso Colonial, em Lisboa), as grandes exposições de arte, a Exposição de Cartografia portuguesa, as festas oferecidas ao Corpo Diplomático e missões estranjeiras (banquete da Ajuda, serenim de Queluz, serão manuelino na Tôrre de Belem), os concertos, os espectáculos, as marchas populares dos velhos bairros de Lisboa, os deslumbrantes préstitos cívico-históricos, cortejo do Trabalho no Pôrto, cortejo imperial do Mundo Português, em Lisboa. A «Festa dos Lusíadas», na Exposição — romagem apoteótica de tôda a Mocidade escolar, cortejo florido que desfilará perante o gigantesco livro de bronze, símbolo da epopeia nacional — encerra o segundo período das comemorações, de sentido e de expressão universal.

Finalmente, a terceira Época — época brigantina — inclue o congresso luso-brasileiro de história, com as solenidades satélites dêste acto cultural; as celebrações da Restauração (actos solenes da inauguração do Palácio da Independência, em Lisboa, e da estátua de D. João IV, (em Vila Viçosa); o preito

às grandes figuras da estirpe de Bragança; as homenagens ao Brasil, à benemérita Colónia Portuguesa, doadora ao Estado do Palácio dos Condes de Almada, e a todos os núcleos de portugueses dispersos pelo Mundo. Entre a 2.ª e a 3.ª épocas, no período intercalar (agosto-outubro), estão previstos actos de relevante importância, como a inauguração do Estádio Nacional; a semana olímpica; o congresso de Ciências da População, no Pôrto, em que se estudará o povo português, húmus vivo, criador de oito séculos de história maravilhosa; a rememoração de Nun'Alvares no dia de Aljubarrota (14 de agosto); a exaltação do esfôrço de Portugal na defesa da Espanha cristã, solenidade que se realiza na Sé de Évora, na data precisa em que se completam seis séculos sôbre a batalha do Salado (30 de outubro de 1340).

No decurso destas três épocas não deixarão de efectuar-se as festas provinciais nas capitais de cada província, e as festas insulanas (Madeira e Açores), embora sensivelmente reduzidas, porque reduzida se encontra também, pela fôrça das circunstâncias, a respectiva dotação. Em datas já fixadas se verificará, igualmente, a inauguração de obras definitivas levadas a efeito pela admirável capacidade realizadora do ilustre ministro das Obras Públicas e Comunicações, como são o Aéropôrto de Lisboa, a bela Estrada Marginal do Tejo, o Estádio Nacional, a que já me referi, a ponte de Alcântara, as pontes sôbre o Tâmega e sôbre o Tua, os portos de Leixões, de Viana do Castelo, de Vila Real de Santo António e Parque Florestal de Monsanto, e reintegrações notáveis como as da Sé de Lisboa, da igreja de Alcobaça, do Palácio das Carrancas, do Teatro de S. Carlos e de muitos monumentos da arquitectura militar medieval portuguesa. Não devemos esquecer também que numa das nossas praças se erguerá o monumento a Pedro Alvares Cabral, dos irmãos Bernardelli, que o govêrno brasileiro generosamente nos oferece, e que constitui para nós motivo de perdurável reconhecimento.

Eis, a largos traços, o novo programa das comemorações nacionais de 1940. A-pesar-de haverem sido eliminados bastantes números do antigo programa respectivos a Lisboa (entre êles, a festa do Tejo, a revista naval, a tourada portuguesa do século XVII, o congresso internacional da Mocidade, os fogos de artifício, e outros), todos os números respectivos ao Pôrto se mantêm, com excepção apenas da Exposição do Barrôco. Assim, as festas da grande família portuguesa possam realizar-se em relativa paz, porque — ao contrário do que se pensa — dão trabalho a muita gente e deles resultam sensíveis benefícios para a nação».

*Do «Diário da Manhã», de 22 de Dezembro último, transcrevemos aqui, com a devida vénia, o artigo — «O Brazil e as Comemorações Centenárias», da autoria do seu Director, sr. dr. Pestana Reis.*

«O Brasil vai construir o seu pavilhão entre os nossos, ali, em frente dos Jerónimos, para celebrar connosco os Centenários da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal. É uma prova flagrante da sua amizade fraterna e da sua clara compreensão do que vale a História de dois povos que, tendo um passado comum, se orgulham tanto de recordá-lo e de mostrar ao Mundo o inventário das suas glórias e nobres conquistas de Civilização, como de marchar a par no presente em íntima comunhão de ideais e aspirações de progresso das suas próprias instituições, prosperidade e independência.

Mas essa prova de grande amizade ainda se torna mais sensível se considerarmos que o Brasil, mesmo com a Europa em guerra, manteve a sua resolução de associar-se às Comemorações Centenárias portuguesas de 1940.

Portugal é, efectivamente, privilegiada zona de paz no extremo ocidental da Europa. Aqui chegam já amortecidos os ecos dos combatentes fragorosos e dos sofrimentos indizíveis. Sentimos o horror das vidas que a metralha, o heroísmo, a dor e a miséria ceifam e até junto dos que morrem, penam e se dedicam cheios de fé ou sem esperança, vai a nossa imensa piedade humana e cristã Mas tudo isso tem a profundeza e côr da distância. A Providência afastou dos nossos olhos o espectáculo sangrento da guerra e dos nossos lábios o cálix da maior amargura. Dêmos graças a Deus! E dêmos graças por continuarmos «a viver habitualmente» e podermos oferecer ao Mundo um recanto tranquilo, acolhedor, quente de sol e de bons sentimentos cristãos. Os que sofrem encontram na nossa terra sossêgo e bondade; os felizes, a alegria de viver comunicativa das coisas e da gente...

Nesta «zona de paz», o Brasil verá, sem dúvida, não só a tranquilidade e segurança dum ambiente familiar, mas também os grandes motivos que nos distanciam, nestas e noutras emergências históricas, da guerra da Europa e nos aproximam, através do Atlântico, da «zona de paz» do continente americano. É que, dia a dia, se vai tornando mais clara e evidente a certeza de que não foi «por acaso» que os nautas portugueses sulcaram o Atlântico em tôdas as direcções. Havia aí, nas causas determinantes dessa emprêza difícil e heroica, um imperativo geográfico, político e civilizador. O campo da nossa expansão, como povo, era o mar. O campo da

nossa actividade continua através do mar-atlântico, nessas maravilhosas ilhas dos Açores, da Madeira, de Cabo Verde, e de S. Tomé e Principe e nesses magníficos territórios do continente africano, Guiné Angola e Moçambique. Destas posições bem portuguesas vemos mui próximo o Brasil com a sua vastíssima costa atlântica, o seu vastíssimo território, a sua população em crescimento constante de milhões de almas e as suas profundas afinidades de raça e comunidade de língua connosco, e não nos furtamos a pensar que singulares perspectivas de futuro há nisto tudo para as relações dos dois países entre si e com o Mundo! Mas só colocados no plano da História e não no dos interêsses imediatos é que estas coisas podem ver-se e explicar-se por si mesmas. Estamos certos que a comparticipação do Brasil nas nossas comemorações centenárias é já um grande passo nesse caminho, no começo do qual está a desembaciada compreensão das enormes vantagens que têm os povos português e brasileiro de se aproximarem, conhecerem e estimarem profundamente.

As declarações oficiais feitas dum e outro lado são unânimes em afirmar estas nobres disposições de espírito e tudo nos diz que elas se tornarão consoladoras realidades à medida que o tempo e o conhecimento dos verdadeiros interêsses comuns mostrarem a conveniência de se ir passando das palavras aos actos».

# NOTAS VARIAS

### NA ERMIDA DO MONTE

No elevado e patriótico intuito de comemorar religiosamente o duplo centenário de Portugal, que nasceu e tem vivido sempre à sombra da Cruz, a comissão administrativa da Irmandade de Nossa Senhora do Monte de S. Gens deliberou realizar no corrente ano de 1940 uma série de solenidades em honra da Augusta Padroeira da Nação e em acção de graças pelas bênçãos dispensadas a esta Terra de Santa Maria.

A primeira dessas celebrações religiosas realizar-se-á em 13 de Janeiro, precedida de tríduo, com práticas por um distintíssimo orador sagrado, honra do púlpito português. As restantes efectuar-se-ão nas grandes datas nacionais da batalha de Ourique, das de Aljubarrota e Lisboa (conquista da cidade) revestindo-se de especial brilho as que se realizarão em 1 e 8 de Dezembro. Neste dia, encerrando as comemorações, haverá uma imponente procissão com a imagem da Senhora do Monte e a bênção da cidade do Miradouro dêste nome, por uma alta dignidade da Igreja. Como se sabe, a primitiva Ermida da Senhora do Monte foi construída no sítio onde estiveram acampados os soldados portugueses de D. Afonso Henriques, fronteiro ao Castelo, e data, segundo alguns autores, do próprio ano da conquista da cidade, 1147.

Encerra, entre outras preciosidades, a célebre cadeira de S. Gens, sôbre a qual o piedoso Bispo de Lisboa ensinava a doutrina cristã aos habitantes da cidade.

### EXPOSIÇÃO DE MOLDAGENS DE ESCULTURA PORTUGUESA

Simultâneamente com a Exposição dos Primitivos Portugueses, um dos números das festas nacionais de 1940, vai realizar-se nas novas dependências do Museu das Janelas Verdes uma exposição de moldagens de escultura portuguesa medieval.

Para esta exposição estão já feitas muitas reproduções de esculturas, trabalho que é dirigido pelo escultor Diogo de Macedo.

Este artista tem percorrido o País em busca de peças escultóricas de valor tendo já reproduzido, entre outras, o «Túmulo de uma infanta» e a «Estátua jacente» de Lopo Fernandes Pacheco, da Sé de Lisboa; o «Túmulo de Diogo da Azambuja» de Montemor-o-Velho, e o «Túmulo de D. Pedro», do Mosteiro de Alcobaça, peça de grandes proporções e que constitue a maior reprodução de escultura feita até hoje no nosso País.

Os perfeitíssimos trabalhos de moldagem têm sido feitos pelo artista José de Oliveira.

O núcleo de reproduções a figurar na Exposição constituirá, de-certo, a cópia fiel das obras-primas da nossa escultura medieval.

### CONCURSO DE CARTAZES PARA O CORTEJO DO TRABALHO DAS COMEMORAÇÕES A REALIZAR NO PORTO

Realizou-se, no Pôrto, o concurso de cartazes para o Cortejo do Trabalho, número que faz parte do programa das Comemorações Centenárias a levar a efeito naquela cidade. O 1.º prémio foi conferido ao projecto de Eduardo Anahory. O 2.º e 3.º couberam, respectivamente, aos trabalhos apresentados pelos artistas Carlos Carneiro e Afonso Costa.

### A MÚSICA POPULAR PORTUGUESA E A SUA GRAVAÇÃO DIRECTA

A Comissão Executiva dos Centenários encarregou o prof. Armando Leça de percorrer o País e gravar, nas próprias localidades, o nosso cancioneiro. Trata-se de uma iniciativa oportuna e há muito reclamada, não só para se saberem quais as possibilidades musicais do nosso povo como também para não se perderem de vez tantas melodias que dentro em pouco tempo se deixariam de ouvir.

Embora não seja a recolha do cancioneiro musico-popular mas sim uma amostra das suas modalidades provinciais, já se avaliará por algumas centenas de discos o quanto êle é variado e fértil.

As modas montanheiras da gente algarvia, os celebrados coros do Baixo-Alentejo, as movimentadas «saias» do Alto-Alentejo, além das diversões dos seus cantares do Natal e modas de roda, já estão gravados.

Do Ribatejo, que ainda não foi todo percorrido, ouviremos variantes dos fandangos, bailaricos e

modas da faina agrícola. A Beira-Baixa com os seus adufes gravou os cantares de romagens e a Cova da Beira revela-se fértil de melodias, algumas ainda arcaicas.

Será uma autêntica revelação esta amostra dos nossos corais, modas do ano e de bailar, além do cancioneiro sacro que tôdas as províncias ainda conservam.

A brigada de gravação segue em breve para a Beira-Alta, donde partirá depois para a Beira-Litoral, Douro, Minho e Trás-os-Montes. É de salientar o interêsse com que tôdas as terras têm recebido esta iniciativa, desde o povo que nela colabora até aos seus mais altos representantes. Portugal vai em breve revelar as belezas do seu concioneiro.

### *O CONCÊRTO MEDIEVAL COMEMORATIVO DA FUNDAÇÃO*

Tôdas as secções da Comissão Executiva dos Centenários estão trabalhando activamente na preparação dos vários números das festas nacionais a realizar êste ano.

Assim, entre outros, elaborou já a secção de Festas e Espectáculos, o programa do Concêrto Medieval, comemorativo da Fundação, a efectuar em espectáculo de gala, no próximo dia 11 de Junho.

Êste número das comemorações abrirá com uma conferência sôbre música portuguesa no período medieval, pelo professor Luiz Freitas Branco, seguindo-se várias reconstituições musicais do Cancioneiro da Vaticana, da autoria do professor padre Tomaz Borba, com trechos cantados por trovadores e cantadeiras, acompanhadas por jograis ou tangedores; tangedores de instrumentos de corda ou «jograis de pénula»; tangedores de instrumentos de sôpro ou «jograis de bôca» e tangedores de instrumentos de percursão ou «jograis de atambores». Serão também executados trechos de música religiosa, extraídos de um fragmento de missal do século X e dos Códices de Alcobaça do século XIII, acompanhados por grandes grupos corais, devendo encerrar-se êste grande número musical com o poema sinfónico «1140», da autoria do maestro Wenceslau Pinto, executado pela Orquestra Sinfónica Nacional da E. N., dirigida pelo autor.

DEPOSIT
MAIO 1940

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 14 — 29 de Fevereiro de 1940 — ANO II

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*A FUNDAÇÃO E A RESTAURAÇÃO NA POESIA ÉPICA — Dr. Cabral do Nascimento* . . . . . 1

*PORTUGAL É UMA NAÇÃO — Dr. A. Marques Guedes.* 6

*UMA CRUZ BASTA PARA DIZER, NA HISTÓRIA, QUEM É PORTUGAL — Padre Moreira das Neves* . . . . 10

*ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão.* . . . . . 14

*CASTELOS DE PORTUGAL — Marialva, Langroiva e Ranhados — Cap. Jorge Larcher* . . . . . 20

*LEGISLAÇÃO.* . . . . . 24

*REVISTA DA IMPRENSA* . . . . . 25

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 30

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50


A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneiro, com ferros especiais:

| | |
|---|---|
| A fogo. . . . . | 20$00 |
| A ouro . . . . . | 25$00 |
| (Empaste) . . . . . | 5$00 |

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8 / Lisboa

TELEFONE 22886

# A FUNDAÇÃO E A RESTAURAÇÃO NA POESIA ÉPICA

*Dois temas, evidentemente, de heróica ressonância. Seria até de estranhar que os portugueses os não tivessem aproveitado. A fundação dum reino, por um príncipe jovem, que foi ao mesmo tempo flagelo dos mouros da Península; o final da usurpação felipina, coïncidindo com as aspirações nacionais e com a promessa do quinto império do mundo, — que outros assuntos mais dignos da epopeia?*

*Folheemos, pois, as histórias literárias à procura dos poemas e dos seus autores: acharemos, com insistência, a fundação de Lisboa por Ulisses, o epílogo trágico de Alcácer, as façanhas do Viriato, as de D. Afonso V nas plagas africanas, os naufrágios das naus da Índia, a expugnação de Malaca, a vitória do Condestável. Não é ainda nesta lista, que nos fornece qualquer compêndio escolar, que poderemos saber quando, como e por quem foram cantadas em metro heróico as glórias de D. Afonso Henriques no alvorecer da nacionalidade, e a política oportuna de D. João IV no ressurgir da pátria oprimida. Temos que descer mais fundo.*

*Descer mais fundo, neste terreno, significa passar um pouco para a literatura arqueológica, essa que ficou estratificada nas estantes das bibliotecas eruditas: e surgem então, do pó vetusto das* Joaneidas *e* Henriqueidas, *das* Macabeas *e* Franciscíadas, *das* Brasileas *e* Brasilidas, *das* Cristíadas *e* Virginidos; *da poeira espessa de todos os poemas, manuscritos ou impressos, feitos a todos os reis, infantes e princesas, santos e mártires, e conquistas de cidades, lugares e fortalezas de àquém e de àlém mar, surgem, dizíamos, outros poemas que ninguém hoje lê, de que ninguém fala, — mas que se ocupam, êles, dos dois mais importantes ciclos da raça e da nação.*

*A poesia heróica portuguesa é das mais abundantes de qualquer literatura. Durante mais de três séculos compuseram-se poemas sôbre todos os argumentos que fornecessem a mínima parcela de matéria épica. Uns nunca chegaram a ser impressos, outros, que o foram, recolheram os louvores tributados ao astro que descreve a viagem efémera da consagração e logo mergulha nas trevas do esquecimento. Muitos dêstes poetas foram considerados príncipes da sua arte, no seu tempo, e auferiram prémios de academias doutas e severas. Estranha coisa, o juízo dos contemporâneos! E estranha coisa ainda, o capricho da posteridade.*

*Não falaremos da* Lusifonsíada, *poema heróico do século XVIII sôbre D. Afonso Henriques, escrito por António Peixoto de Magalhãis, pois não chegou à letra de fôrma, nem*

*do* Poema da batalha de Ourique, *da autoria de Gonçalo Lucena de Carvalho, que teve igual destino, ao que parece; nem trataremos das imensas conquistas de Lisboa aos mouros, por se ocuparem de um episódio parcial na vida do rei fundador. Mas aí está um português ilustre, natural da Tôrre de Moncorvo, Francisco Botelho de Morais e Vasconcelos. Viveu nos fins do século XVII, princípios do seguinte, esteve em Roma, onde foi proposto para uma Arcádia, residiu em Lisboa, Madrid e Salamanca, teve o hábito de Cristo e grande nomeada de poeta. O Conde da Ericeira apodou-o de* épico cisne *e D. António Caetano de Sousa louvou-lhe o «admirável engenho e muita erudição». Entre outros trabalhos métricos, escreveu, em castelhano (e mais tarde trasladou em oitavas portuguesas) o seu* Alfonso, *que trata da fundação do reino de Portugal. Barbosa Machado atribue-lhe quatro edições, Inocêncio conforma-se com três. As primeiras foram até publicadas sem consentimento do autor, tal era o entusiasmo despertado pelo poema!*

*Tanto louvor, tanto galardão, tanto êxito — e os doze cantos de oitava rima caíram a pouco e pouco no mais espantoso esquecimento. O tema era digno da epopeia, sem dúvida, e as regras da épica foram respeitadas com escrúpulo. Êle o declara: «Procuré obedecerles texiendo mi Obra de especies no vulgares, despues de elegir un admirable Heroe, Fundador de un Reyno Prodigioso». Um dos censores diz que o poeta une «con peregrino maridage en cada una de sus voces lo magestuoso y lo claro, lo florido y lo eloquente». Outro classifica o poema de «una joya de precioso dibujo».*

*Cento e seis anos depois,* El Alfonso *devia estar completamente naufragado, pois o desembargador da Relação da Baía, António José Osório de Pina Leitão, abalançou-se a dar à estampa, em 1818, um trabalho métrico intitulado* Alfonsíada, *exactamente sôbre o mesmo tema do anterior. São doze cantos de oitavas rimadas. Êste Pina Leitão, como Francisco Botelho, foi um escritor favorecido da notoriedade, louvado pelos contemporâneos, e premiado em sessão pública da Academia das Ciências de Lisboa, em 1790, pela sua tradução em verso das* Geórgicas.

*Como era de uso em tais casos, o autor passa em revista a história pátria, através dos cantos da sua epopeia, sem se esquecer da linda Inez que «tiranos fados/cortam na flor seus dias deleitosos». A narrativa histórica atinge o próprio reinado de D. João VI—a quem o livro é oferecido — e aí justifica a partida da família real para o Brasil:*

*A Bragantina, Augusta Descendência*
*Se entrega aos mares, muda de hemisfério.*

*O maravilhoso cristão figura no poema, e é o Arcanjo quem vaticina a D. Afonso Henriques a sua gloriosa emprêsa e lhe diz quanto o Céu aprova os seus propósitos. Suspende no entanto as predições, endossando-as a um varão ilustre e virtuoso que foi amigo do*

*Conde D. Henrique. É êste quem prossegue a narrativa dos acontecimentos futuros. Narrativa para nós desvanecedora pela perpetuïdade — melhor diremos, eternidade — augurada à nação portuguesa:*

*E cuja duração só limitada*
*Será quando voltar o Mundo ao Nada.*

*Que Deus tenha escutado a sua profecia! Por estes dois últimos versos bem merece o poeta a maior gratidão de todos os seus compatriotas.*

*A Restauração, verificada em pleno século áureo da poesia portuguesa, foi um argumento que tombou como a mosca no mel. Tôda a gente, nêsse tempo, tinha a lira na mão, — foi só disferir-lhe os sons. O acontecimento, na verdade, provocou a mais emmaranhada silva poética que se pode imaginar. Sonetos, romances, trovas, canções compuseram-se e publicaram-se sob a inspiração do acto libertador. A épica não podia ser esquecida. O que foi dado à estampa não permite, todavia, avaliar a profusão das composições poéticas que o facto político originou: composições da mais flagrante actualidade, escritas, por assim dizer, nos próprios dias em que o país viveu a comoção do triunfo e a ansiedade da campanha restauracionista. Parece que se conservam manuscritos — se é que se não perderam de todo — os poemas de António Moreira, Diogo Cabral Barbosa, Frei Gaspar Barreto, João Peres de Macedo, Pedro de Faria e Sousa, Simão da Fonseca, todos relativos à aclamação do rei D. João IV, um com o nome de* Troféus de Portugal, *outro de* Lusitânia Restaurada, *outro de* Portugal Renascido, *outro de* Vida e Acções de El Rei, *outro de* Aclamação, *outro de* Quinas Libertadas,—*sem contar com êsse interessante poeta que é Jerónimo Vaia, glória do nosso gongorismo, e que foi autor também duma* Alfonsíada, *poema heróico em doze cantos àcêrca das campanhas de D. Afonso VI em prol da Restauração.*

*Impressos, conhecemos outra* Lusitânia Restaurada *de Vicente de Gusmão Soares, publicada em 1641, e o* Fénix da Lusitânia, *de Manuel Tomaz, dado à luz em Ruão, em 1649. O poema de Vicente de Gusmão Soares compõe-se apenas de cinco cantos, sem grandes primores de poesia, salvo a que o ambiente tão rico da época inconscientemente lhe inspirava, como nesta oitava deliciosa:*

*Estava Portugal; mas não estava;*
*Jazia Portugal; mas não jazia:*
*Que o estado e o sepulcro em que se achava*
*De vida nem de morte lhe servia.*
*Para sofrer, a vida sustentava,*
*Para viver, da vida carecia,*
*Provando cada instante em triste abismo,*
*Um golpe, uma ruína, um paracismo.*

*Põe depois em verso a lista dos pretensores à coroa de Portugal, com indicação de seus direitos, ascendências e mais partes. São alegações jurídicas rimadas. Passa em revista os conspiradores de 1640, detendo-se na apreciação de cada um, descreve o golpe do Terreiro do Paço e aí inclue uma paródia aos* Lusíadas:

*Estavas, ó Miguel, em vil sossego,*
*De Portugal gozando o verde fruito,*
*No cume da ambição soberbo e cego*
*Que não consente o Céu, que dure muito.*

*Manuel Tomaz, natural de Guimarãis, é talvez mais interessante. A sua ancestralidade semita dá razão ao espírito de messianismo profético que se encontra em muitas das suas obras. Efectivamente, sôbre o assunto da Restauração, outras escreveu e publicou, àlém dêste poema heróico intitulado* Fénix da Lusitânia ou Aclamação do Sereníssimo Rei D. João IV do Nome. *Na dedicatória a Gaspar de Faria Severim, Secretário de Estado Ultramarino, diz o autor ter feito os versos obedecendo ao mandado que lhe haviam dirigido, e salienta o trabalho que teve em «inquirir as vozes, inventar sentenças, colocar e compor o solicitado, com a variedade dos tropos e figuras retóricas, o ornato das locuções, a fôrça dos argumentos, a cadência dos números e versos».*

*O argumento é apresentado logo com clareza:*

*Do quarto João, que deu ao mundo espanto,*
*Alta restauração, grandezas canto.*

*E entra depois no messianismo do costume:*

*Canto daquele Príncipe Encoberto,*
*De Deus nas piedades declarado...*
*...Êste de quem ocultas profecias*
*Que Isidro e outros santos nos deixaram,*
*Cumpridas se vêem já em nossos dias.*

*A seguir descreve a Europa, detem-se na França, donde partiu o Conde D. Henrique, antepassado dos nossos monarcas, e vem por aí abaixo pondo em rima os feitos de todos os soberanos portugueses; na altura de D. Pedro I é inevitável o aparecimento de Inez de Castro, parte obrigada de tôda a poesia épica em que avulta a história nacional. A sua musa*

*é então de grande sabor camoneano: «Qual bonina ou jasmim que no solstício/a graça, o lustre, a côr mostra perdida».*

*O poema tem alguns lugares felizes e não merecia o abandono a que tem sido votado. Cantou um assunto de actualidade, com as dificuldades inerentes a tal circunstância; mas não se lhe pode negar a sinceridade do timbre, e muitas das suas estrofes têm direito à nossa simpatia.*

*Algumas das obras, a que aludimos no princípio, tratam acidentalmente da Fundação ou da Restauração: assim, na* Henriqueida, *D. Francisco Xavier de Meneses ocupa-se da primeira, no Canto XII; Braz Garcia, no* Viriato, *refere-se à segunda, no Canto XV, estrofe 98.*

*A idade das epopeias parece agora ter passado. No fim de contas, nem D. Afonso Henriques, nem D. João IV, teve o épico que merecia. A glória militar ou política não implica sempre a beleza literária: nenhum dêles, triunfador incontestado do inimigo, teve a suprema honra de escutar como o outro, vencido e aniquilado, uma voz tão pura que dissesse:*

*Maravilha fatal da nossa idade...*

CABRAL DO NASCIMENTO

*Dezembro de 1939.*

# PORTUGAL É UMA NAÇÃO

II

Portugal é uma Nação, mau grado a geografia.

Não me proponho desfiar agora — e muito menos criticar — todas as teses apresentadas em torno da existência ou da carência de individualidade geográfica no território, em que se talhou o Estado português.

Tem êsse território, de facto, uma individualidade geográfica que o diferencie do restante da Ibéria? — como pretendia o português Silva Teles e, recentemente e até certo ponto, o alemão Lautensach.

Não é a ausência dessa individualidade geográfica razão bastante para excluir a individualidade política? como sustentam os srs. Professores Anselmo Ferraz e Amorim Girão. Ou, passando além de certas indicações ou negações da geografia física, deve pedir-se à obra da História e à acção do Mar a formação da unidade político-económica da Metrópole e do seu Império? como nota, com sagacidade crítica, o meu ilustre camarada, Prof. Gonçalves Pereira.

Está dito e redito que, à simples vista do mapa peninsular, Portugal nêle surge como um rectângulo de terra, que parece artifício maravilhoso ter servido de lar a uma pátria de tão extraordinária vitalidade.

Não há nêle cadeias de montanhas que, pela sua orientação, barrem a passagem relativamente fácil do litoral para o interior; antes, as serras portuguesas se articulam todas nos regimes orográficos espanhóis. Os seus grandes rios nascem na Espanha e só têm em território português as partes inferiores dos seus cursos.

Em extensão mais que apreciável a linha das fronteiras é meramente convencional, quere dizer criação política e não obra da Natureza. No campo da geografia humana, a mesma ausência de caracteres diferenciadores. A massa demica é fundamentalmente da mesma cêpa étnica, dum e do outro lado das fronteiras luso-espanholas. No fundo de estratos sobrepostos por invasões e domínios mais ou menos longos, há a mesma originária camada de migrações eura-africanas, vindas no tempo, em que a História não tinha ainda organisado os seus registos.

Se se lembrassem aquelas leis de contacto, de que nos fala o geógrafo espanhol Gonsalo de Reparaz, ocorre naturalmente preguntar porque não conseguiram os possuidores das fóses dos grandes rios atlânticos da Peninsula estender o seu domínio até ás suas nascentes? Ou não puderam os possuidores destas descerem até ás suas embocaduras no mar?

Politicamente, como explicar que só êste rectângulo exíguo, de um quarto da super-

fície total da Ibéria, lograsse resistir ao movimento centrípeto da constituição das nacionalidades peninsulares em torno do Castelhano?

* * *

Hoje, o princípio das nacionalidades não atende sòmente aos elementos políticos e espirituais, mas tambem aos económicos. É indispensável que as unidades políticas sejam econòmicamente viáveis para que possam ser vivedoiras.

Ora, quando a unidade política portuguesa se completou pela conquista do Algarve europeu, poz-se á nova Grei um problema económico, que fundamente a afligiu.

O solo da nova Pátria era de condições geo-climáticas pobres. A terra é escassa de elementos nutritivos. O sub-solo não oferecia a perspectiva de riquezas minerais de extracção renumeradora.

O céu é azul, o ar benigno. Mas, há um desiquilíbrio frequêntemente perturbador entre a humidade e a radiação solar. As chuvas distribuem-se muito desigualmente entre as regiões e as estações do ano. A água caída evapora-se por obra do sol ou é absorvida até às camadas impermeáveis da terra. Daí, só vingarem e prosperarem as vegetações arbóreas de raízes profundas e vegetarem dificilmente as culturas arvenses.

Meio optimo para a vinha, a oliveira e o sôbro; mau para os cereais e culturas idênticas.

O Nilo fez a Nação e o Estado egípcio. Um retalho de boa terra e de boas condições agrícolas seria aqui o *habitat* natural, geográfica e politicamente explicável, duma Nação.

Mas, assim...

* * *

Assim... é justamente a ingratidão do meio geográfico que explica a nossa história e os nossos destinos. Uma pequena nação agrícola, de condições naturais e económicas favoráveis, prêsa à Terra, teria sido fatalmente absorvida no movimento de unificações das nacionalidades ibéricas.

Recordo, antes de o provar, as observações do Professor inglês Toynbee (*A study of History*) a cuja luz o *facto* português talvez já possa considerar-se, não uma anomalia esporádica, mas um caso a enquadrar numa série ou até na generalisação sistemática duma regra.

A acção do meio físico não se exerce igualmente em todos os momentos e em todos os lugares.

Países fisicamente comparáveis, como o Canadá e a Rússia, viram nascer civilizações inteiramente diversas. A lei que rege êste domínio é uma lei de vida, uma lei de *pressão* e de *adaptação*. Freqüentemente, o esfôrço da adaptação é mais vigorosa e triunfante quando e onde a pressão é maior.

As ruínas dos Mayas são testemunhas duma luta trágica entre o Homem e a Floresta. E quando a pressão é fraca, sucede como em Cápua, que perdeu os soldados de Anibal.

Onde nasceu a civilização chinesa? Nas margens do gracioso Yang-Tsé ou no demoníaco Hang-Ho?

Onde surgiu a civilização andina? No Chile temperado? Não, no Perú, onde se poem os rudes problemas da irrigação e da cultura.

A Atica não era tão sêca, quanto era gorda e verdejante a pesada Beócia?

A Alemanha moderna não nasceu no belo jardim renano; foi forjada na dura bigorna brandeburguesa.

As civilizações nascem da dificuldade e não da facilidade. Quanto mais forte é a pressão mais viva a resposta, a adaptação.

E então, em vez de dizermos que Portugal foi e é uma Nação, mau-grado a geografia, quere dizer a-pesar da ingratidão do meio físico, talvez que possamos avançar que foi e é uma Nação justamente como resultado do esfôrço que êsse meio determinou.

*

* *

Anotemos, porém, antes de prosseguir, que sem ter perfeita diferenciação geográfica, o rectângulo português apresenta características inegáveis: — a sua orientação atlântica, o pendor mais suave dos seus relevos, a sua melhor exposição às chuvas do sudoeste, um arranjo diverso das terras e das culturas.

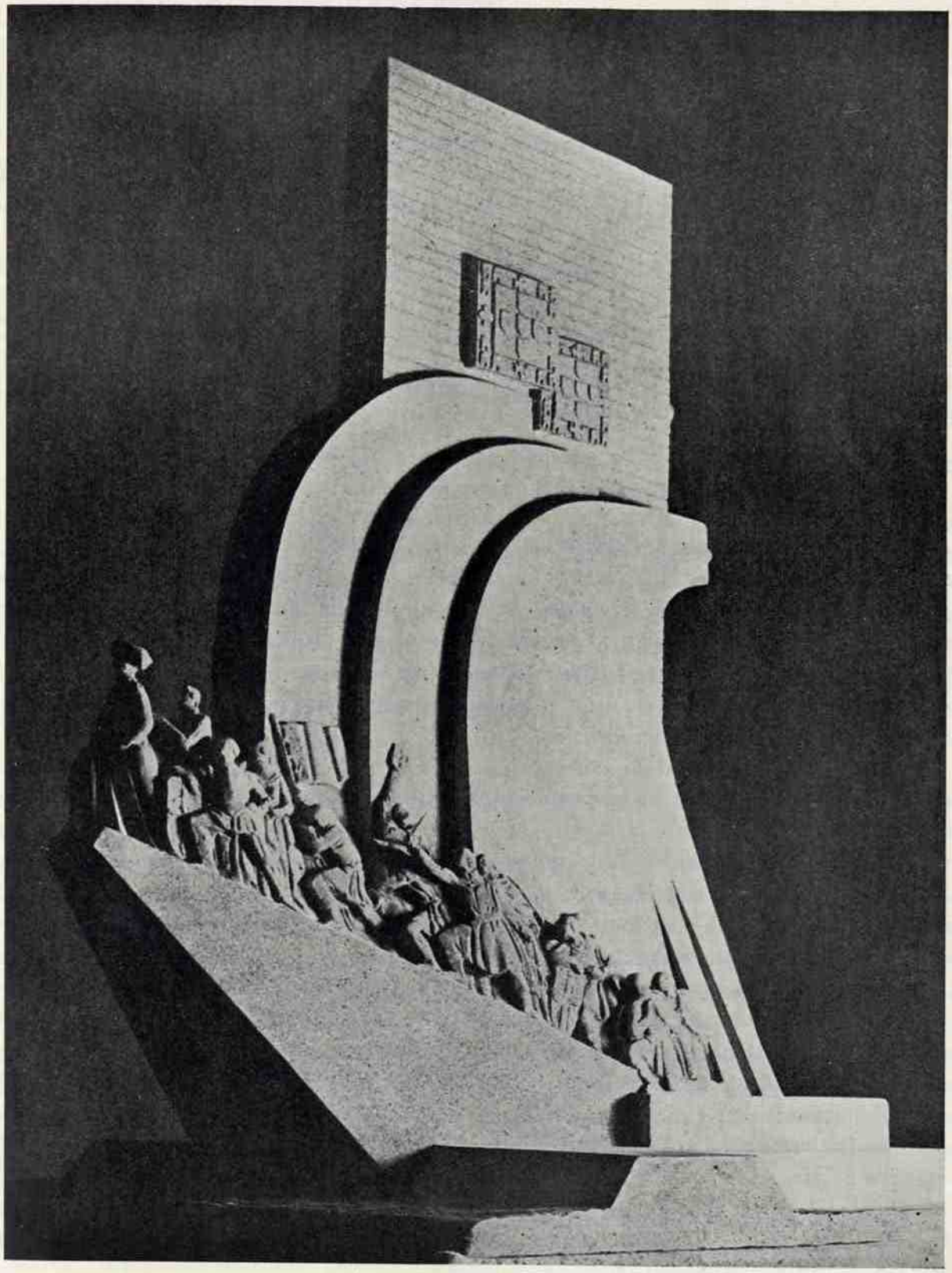
Quem passe da Espanha para Portugal (a não ser pelas fronteiras galaico-minhôtas) nota logo que entra num país diferente — na terra e no homem.

Sem mergulhar nas investigações e controvérsias nebulosas da arqueologia pre e protohistórica ha-de concluir-se que faltou justiça no desdem de Herculano ácêrca da *fábula histórica* dos *Lusitanos*. A gente do *habitat* português é manifestamente diferente da que viveu e vive nas outras regiões ibéricas. Não que reunisse caracteres de raça, certamente. Mas, justifica uma variedade étnica com os caracteres somáticos que misteriosamente explicam muitos dos seus modos de ser diversos e das suas diversas reacções através da história.

Nem doutra maneira se poderia justificar a sua resistente oposição à absorpção castelhana. Uma tal oposição, conduzida com testarudez, tantes vezes heróica, a um inimigo de expansão crescente e de forte poder de aglutinação, não poderá admitir-se como um mero *bambúrrio* histórico que depois se perpetuasse durante oito séculos. Casos dêsses deram-se aqui e ali, na própria Península; mas, foram sempre efémeros. Êste nosso continuou, manteve-se, atravessando tormentas temerosas.

Fêz a contra-prova da união política com Castela durante 60 anos; verificou-se que esta não podia vingar. E a Nação portuguesa renasceu vigorosa, dicidida, tenaz, em meio de contrariedades diplomáticas temíveis e através de 28 anos de combates.

A. MARQUES GUEDES



*MONUMENTO DAS DESCOBERTAS NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS*

# PRIMEIRO PRÉMIO DO CONCURSO DE ARTIGOS SÔBRE AS COMEMORAÇÕES DE 1940 PUBLICADOS NA IMPRENSA PORTUGUESA

## MEDITAÇÃO DA VIGILIA DE 1940

## UMA CRUZ BASTA PARA DIZER, NA HISTÓRIA, QUEM É PORTUGAL

Pelo Padre MOREIRA DAS NEVES

Olho para o Passado. Olho para o Presente. E digo a mim próprio: Uma cruz basta, para dizer, na História, quem é Portugal.

* * *

Não são como quaisquer festas as Festas Centenárias de Portugal de 1940. Mais do que os primeiros vagidos dum povo que se levanta para lutar e o grito heróico de uma pátria que reclama, perante o mundo, os seus direitos de independência, celebra-se, no próximo ano, a missão de Portugal através oito séculos de história. Pouco interessaria que Portugal tivesse nascido há mais ou menos tempo, se a sua posição entre os povos civilizados não fôsse a dum soldado e de um apóstolo, com uma alma incendiada e luminosa, capaz de bravuras e bondades extraordinárias.

Para nós se voltam, nêste momento, os olhos da Europa e das distâncias de além dos mares, porque em nós descobrem o exemplo de uma acção ininterrupta a bem da civilização e da humanidade.

Os séculos da nossa História são solidários. Não se despegam uns dos outros, pois andam fundidos na mesma essência ardente e fecunda. Ourique pertence à nossa hora, como a batalha em que trazemos empenhadas as fôrças da inteligência, do coração e do sangue pertencem, por misterioso fenómeno de retrospecção, à vitória fulgurante de Aljubarrota. Por isso deseja o senhor Presidente do Conselho que o Duplo Centenário seja a grande Festa da Pátria, em que todos cantem a alegria de chegarmos até ao meio do século XX com a plena consciência de que temos sabido cumprir, dentro do nosso condicionalismo geográfico e étnico, as obrigações que nos impôs a Providência. As nações são como os homens: Têm a sua vocação. E, ou faltam a ela, traindo-se a si próprias, ou lhe correspondem, realizando-se em verdade e em beleza e, nêste caso, ninguém medirá a sua projecção no futuro.

Portugal nunca olhou para trás, quando se tratava do problema da sua vocação histórica.



Para além de interêsses e do prazer da aventura ou da embriaguês da glória, viu o sentido do Dever. Dono ou padrinho de tantas terras longínquas, procurou afeiçoá-las na lei de Cristo e na pureza da sua tradição.

«Nós, os Portugueses, diz Afonso Lopes Vieira, para aprendermos a sê-lo melhor, deviamos fazer um Curso de Portuguesismo pelo mundo». Esta a grande lição a tirar das Festas Centenárias: Precisamos de avivar e alargar o conceito de Portugal-Império, destruindo definitivamente a mentira anti-nacional de Portugal, país pequeno. O programa das comemorações envolve tudo, desde as pedras ignoradas que algum dia receberam o sangue de martírio dos nossos heròis ao gesto dos lavradores anónimos que semeiam de trigo os nossos campos.

Andam esparsos muitos dos nossos pergaminhos e há atestados da nossa velha soberania espiritual nos vários continentes que de todo esquecemos ou abandonámos.

1940 chamar-nos-á a um conhecimento mais perfeito do que fomos, levando-nos, assim, a um esfôrço maior ainda para que venhamos a ser o que desejamos. Nun'Alvares falará aos seus cavaleiros a caminho de Valverde. Regressarão ao Tejo, de panos enfunados e bandeiras frementes no tôpo dos mastros, as Caravelas de Quinhentos. Os 40 Fidalgos da Restauração, cobertos de sol e de esperança, havemos de senti-los no meio de nós, como num milagre. E a voz do Padre António Vieira, tôda asas de fôgo, clamará outra vez apóstrofes violentas sôbre as multidões ajoelhadas.

Vamos reencontrar-nos no Ano que chega.

Ora não basta que 1940 acorde no mundo novas atenções sôbre nós, à fôrça de pendões erguidos e de pregões de epopeia ao vento lançadas. 1940 deve fixar-se não apenas nas actas dos congressos, e nas reportagens dos jornais, mas na nossa própria paisagem. Como?

Pelo *Cruzeiro da Independência.*

Lançámos a iniciativa, em Setembro de 1938, ao microfone da Emissora Nacional e logo se acenderam em derredor dela os mais puros e nobres entusiasmos.

São já muitos os elementos da Acção Católica Portuguesa que trabalham na sua propaganda. Quási tôda a imprensa se lhe referiu com palavras de grande simpatia. A Emissora Nacional tem dado notícia do movimento e a Rádio-Renascença promoveu, sôbre o assunto, algumas palestras.

Nesta vigília de 1940, voltemos a recordar o significado patriótico do Cruzeiro da Independência.

Não se exigem complexas formalidades burocráticas nem sacrifícios materiais incomportáveis. As freguesias que o possam e queiram fazer levantarão, no local mais

conveniente da terra, um cruzeiro de pedra com legenda que fique a lembrar às gerações do futuro a celebração do Duplo Centenário.

As freguesias que, a-pesar-de tudo não possam erguer um Cruzeiro novo, restaurarão algum dos antigos e nêle colocarão uma lápide com a inscrição respectiva:

VIII CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA
IV DA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL
— 1940 —

Desta maneira, estender-se-ão as Festas Centenárias a todos os recantos de Portugal e o povo rústico ouvirá falar da sua pátria, da sua história e da sua fé.

Demais, não será o Cruzeiro a síntese das nossas grandezas e das nossas aspirações?

Cristo, através da Cruz, entregou-se a nós. Nós, através da Cruz, entregámo-nos e entregámos o mundo a Cristo.

Na haste da Cruz, que se afunda na terra e se lança para o infinito, freme o nosso desejo de solidez e de altura. Nos braços que se abrem sôbre o mundo resplende o sentido universalista do nosso génio.

Somos perpendiculares, almas a prumo como o orgulho dos deuses invencíveis. Somos horizontais como a afirmação das verdades imorredoiras.

* * *

Vieram os romanos para a península e plantaram marcos miliários. Vieram os cristãos e plantaram cruzes. Os marcos miliários ensinam os homens a medir seus passos nos caminhos da terra. As cruzes ensinam as almas a medir seus vôos na amplidão do céu.

Já no século XVI, Francisco de Holanda, amigo de Miguel Angelo escrevia a D. Sebastião: «Não deixarei de lembrar mais a V. A. e a esta cidade e reino, que devem ter muito maior cuidado das cruzes de pedra que se põem em os caminhos e lugares públicos...

Mande V. A. que com muito cuidado em tôdas as entradas e saídas de Lisboa (e ainda por todo o Portugal) se façam formosíssimas cruzes de mármore ou pedra vermelha, e com letras na vasa...» (Vid. *Da Fábrica que fallece à cidade de Lisboa, cap. VIII).*

Francisco de Holanda chegou a oferecer os seus serviços ao monarca para arvorar sôbre a tôrre da mesquita de Marrocos uma imagem de Nossa Senhora da Guerra, e uma cruz sôbre o Monte Atlas. (Costa Lôbo, cit. por António Sardinha in *Ao Princípio era o Verbo,* pág. 180).

Vinha das primeiras horas da nacionalidade êste culto fervoroso pela Cruz.

D. Afonso Henriques assinou de cruz os nossos pergaminhos medievais. O seu gesto,

transportou-o o génio português, ampliando-o, para os pontos mais distantes do globo, depois de o repetir, em devoção e em arte, dentro da própria casa.

O Cruzeiro é a marca da nossa presença como povo missionário criador de civilizações

O seu valor simbólico transcende o significado de tôdas as heráldicas. Representação e síntese da idea cristã, afirma, simultâneamente, as virtudes supremas do nosso sangue e o carácter superior da nossa vocação ocidentalista e latina. É um grito de pedra brotando da terra como uma prece e indo direito às almas como um apêlo divino.

Ex-líbris da Raça. Documento de conquista e posse.

A-pesar-de tôdas as conclusões da crítica histórica, teima em pairar sôbre nós a sombra milagrosa da Cruz de Ourique. Daí nos vem certamente o jeito de erguer cruzeiros. Foi o próprio céu que nos ensinou a dar fisionomia religiosa à nossa paisagem.

Há terras de África, da Índia e do Brasil onde os cruzeiros são o único testemunho existente da nossa antiga soberania.

Cada cruzeiro tem atrás de si um drama, uma tragédia ou uma epopeia.

Byron visitou-nos um dia e criticou, como uma fraqueza, a abundância de cruzeiros em Portugal. Mas Byron era um agnóstico inpenitente, incapaz de compreender a nossa tradição católica. Ferdinand Denis, pelo contrário, fala, com entusiasmo, dos nossos cruzeiros.

Se estamos numa hora de restauração nacional, de revigoramento das raízes e de expansão das seivas patrióticas, façamos com que o povo das serras e das aldeias, á roda dos cruzeiros, faça, em 1940, o seu exame de consciência e cante, entre bandeiras e flores, a alegria de ser livre e a glória de ser Português.

* * *

Olho para o Passado. Olho para o Presente. E digo a mim próprio: Uma cruz basta, para dizer, na História, quem é Portugal.

PADRE MOREIRA DAS NEVES

*(Publicado no jornal* Novidades *de 31 de Dezembro de 1939)*

# ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

Na *Biblioteca da Ajuda* há, a par da correspondência completa de D. João IV para D. Diogo de Lima, governador militar de Entre-Douro e Minho (1) e que em breve vamos dar a conhecer, algumas cartas dispersas do *Rei Restaurador*. Já aqui, na *Revista dos Centenários*, fizemos imprimir duas convocações do soberano para um dos fidalgos do reino comparecer nas côrtes que tiveram lugar em 1641 e em 1646. Agora iniciamos a publicação das ordens reais para o govêrno militar do Alentejo, o mais importante dêles todos pois foi com as suas fôrças que se travaram as grandes batalhas da Restauração.

Em 1645, quando o Conde de Alegrete veiu à côrte com autorização do monarca, ficou governando a província do Alentejo, em sua substituïção, Joanne Mendes de Vasconcelos, com a categoria de Mestre de Campo General. (2)

Pouco tempo depois, D. João IV mandava Alegrete regressar ao seu pôsto, mas por divergências que se levantaram, foi nomeado para o lugar de governador das Armas do Alentejo, o Conde de Castelo Melhor «persuadido [El-Rei] dos bons sucessos que havia alcançado no govêrno da Província de Entre Douro e Minho». (3)

São a êstes dois ilustres personagens — Castelo Melhor e Mendes de Vasconcelos — que se referem as cartas que hoje damos a conhecer. E se a importância dêstes escritos régios não é fundamental para a história das guerras da Restauração, não deixam êles de ter o seu interêsse como subsídios que se trazem ao probo historiador. Além de que a publicação destas cartas dispersas de D. João IV para o govêrno militar do Alentejo faz-nos completar, com a edição que em breve vamos fazer dos dois volumosos códices da correspondência real com Vila Nova da Cerveira, a publicação dos papeis do *Restaurador* que se guardam na linda Biblioteca do antigo *Paço Real da Ajuda*.

## I

*«Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.to saudar como aquelle q̃ amo. Hauendo respeito ao q̃ Gonçalo Teixeira de Moraes me representou na petição, q̃ com esta carta se vos enuia, e aos seruicos q̃ tem feito na cidade de Tangere de que presentou certidõis, hej por*

(1) Cods. 51-VI-22 e 23.
(2) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado* — Ed. de MDCCLI, tomo II, pág. 107.
(3) *Ob. cit*, vol. cit., pág. 109.

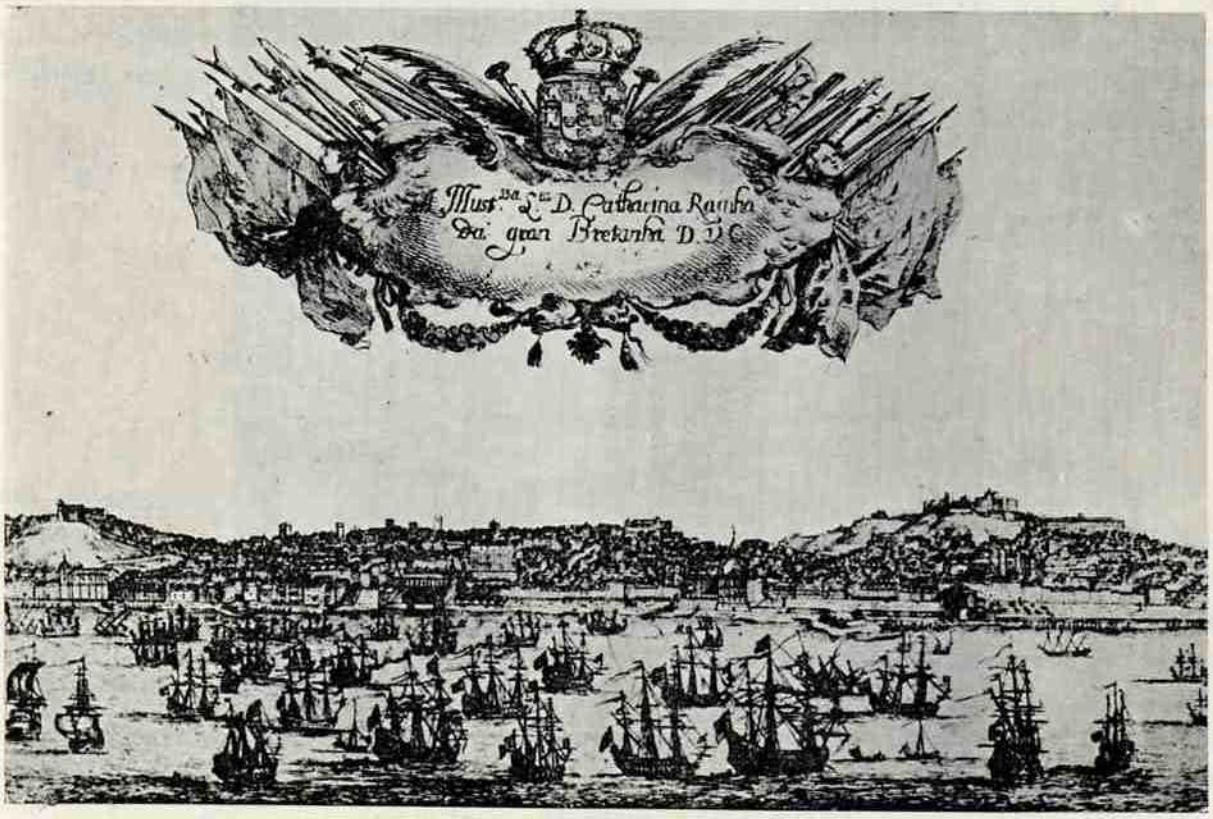
*meu seruiço, e vos mando, q̃ nas occasiões q̃ se offerecerem, tratteis de o accomodar, ou mo proponhais para os cargos q̃ couberem em sua sufficiencia, e talento. Escrita em Lx.ª a 31 de Março de 1645.*

*Rey* ∴

*Mfernnõ telles de meneses*

*D. João da Costa*

*Para o Conde de Castelmilhor»* (1)




*GRAVURA DE DICK STOOP ALUSIVA AO CASAMENTO DE DONA CATARINA DE BRAGANÇA*

*(Da colecção do Ex.mo Sr. Eng.º Vieira da Silva)*

(1) Biblioteca da Ajuda. Codice 51-VI-29 fol. 102.

II

*«Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.to saudar como aquelle q̃ amo. A feliciano Salgado, que seruindo de Sargento mor no Algarue na occasião de minha restituição nestes meus Reynos, foi tirado do cargo sem demeritos seus, fuy seruido mandar q̃ se lhe dessem cinco mil rs cada mes no Castello desta cidade emquanto não fosse prouido em posto equivalente, e por lhe tocar a reformação q̃ mandej fazer dos soldos occiosos q̃ se vencião no dito Castello, me representou ora o dito feliciano Salgado, que o dito soldo se lhe deu por entretenimento, a respeito de seus seruiços, e por hum Decreto meu, resoluy q̃ lhe va correndo o dito soldo nessa prouincia de Alentejo, em quanto não for prouido de posto. Encomendo-uos, q̃ nas occasiões q̃ se offereçerem, tratteis de o accomodar, ou consultarmo nos q̃ seus merecimentos, e prestimo mereçerem para q̃ por este modo lhe não falte o sustento, e a sua molher e filhos, e possa lograr pouco tempo occioso o dito soldo q̃ se lhe da por intertenimento. Escrita em Lx.a a 14 de Abril de 1645.*

*Rey* ∴

*Mfernnõ telles de meneses*

*D. João da Costa*

*Para o Conde de Castelmilhor»* (1)

III

*«Joanne Mendez de Vasconcellos. Amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Por justos respeitos, e conueniencias de meu seruiço mandei agora passar em fauor das pessoas que se occupão nas Juntas das decimas, e na cobrança do dinheiro procedido dellas, o Aluara, cuja copia se uos enuiara com esta carta authentica por Antonio Pr.a meu Secret.rio de guerra. E pareceome mandaruolo remeter para q̃ tendo entendido o q̃ conthem, o façais comprir, e executar em todos os lugares dessa Prouincia de nossa jurisdição, e m.to uos encomendo a breue execução desta ordem, e auizardesme de como se fez. Escrita em Alcantara a 30 de Abril de 1645.*

*Rey* ∴

*O Conde de Castelmilhor*

*O C.de de Cantanhede.*

*P.a o Mestre de Campo g.al do ex.to de Alentejo»* (2)

(1) Biblioteca da Ajuda Codice 51-VI-29 fol. 140.
(2) Biblioteca da Ajuda. Codice 51-VI-30 fol. 51.

*FRANCISCO DE ANDRADE LEITÃO*

IV

*«Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.to saudar como aquelle q̃ amo. Por justas considerações, e conueniencias de meu seruiço. Hey por bem q̃ os escriuaos das Prouedorias das Comarcas do Reyno, não sejão obrigados a jr as fronteiras, por sua assistencia nas ditas Prouedorias, ser de mais importancia a meu seruiço e aos despachos ordinarios das partes, q̃ não seria licito pararem com a falta dos tais escriuãos. Pello q̃ vos encomendo, e mando, q̃ tanto q̃ receberdes esta carta, ordeneis q̃ esta minha resolução se faça notoria nas cabeças das Comarcas de vossa jurisdição, mandando q̃ se registe nos liuros das Camaras dellas para q̃ se cumpra sem lhe ser posto duuida alguã. Escrita em Alcantara a 22 de Mayo de 1645.*

*Rey* ∴

*Dom Alu.º Abranches de Cam.ra*

*Dom João da Costa*

*Para o Conde de Castelmilhor»* (1)

V

*«Conde amigo. Eu El Rey vos inuio muito saudar, como aquelle que amo. O Alferes Esteuão Pinto Pacheco vos presentara com esta carta os papeis de seus seruiços, e porque terey contentamento de que tenha o accresentamento, que conforme ao merecimento delles, mereçer Vos encomendo que com esta aduertencia mo proponhaes para os postos em que entenderdes pode caber com rellação dos mesmos seruiços occupandoo entretanto naquillo para que tiuer capacidade. Escrita em Alcantara a 2 de Junho de 1645.*

*Rey* ∴

*Dom João da Costa*

*Aluaro de Sousa*

*Para o Conde de Castelmilhor»* (2)

(1) Biblioteca da Ajuda. Codice 51-VI-29 fol. 67.

(2) Biblioteca da Ajuda. Codice 51-VI-29 fol. 130.

VI

*«Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.to saudar, como aquelle q̃ amo. Com esta carta se vos remettera huã petição do Alferes João de figueiredo, na qual refere os annos q̃ ha me serue, e as partes em q̃ o fez como por ella vereis, pellos quais seruiços e desejo q̃ tem de os continuar nessa fronteira, he merecedor de fauor. Encomendouos mo proponhais na conformidade de minhas ordens nos postos em q̃ vier a caber, e em q̃ julgardes sera de prestimo e milhor me podera seruir. Escrita em Lx.a a 22 de Junho de 1645.*

*Rey* ∴

*Dom João da Costa*

*Aluaro de Sousa*

*Para o Conde de Castelmilhor»* (1)

(1) Biblioteca da Ajuda. Codice 51-VI-29 fol. 139.

# CASTELOS DE PORTUGAL

## MARIALVA, LANGROIVA E RANHADOS

*Percorramos os nossos castelos, filhos de Portugal ouçamo-lhes a sua história, e digam-nos depois qual será o português que não sentirá vibrar o coração de patriotismo, qual o patriota que não se curvará respeitosamente ante êstes grandiosos padrões, erguidos uns, reedificados outros, pelo esfôrço da raça portuguesa.* (*«Castelos de Portugal» — 2.º volume. Distrito de Coimbra — Jorge Larcher*).

São êstes os únicos castelos medievais do concelho de Meda. Contudo já encontrámos referências, que não nos merecem crédito, sôbre a existência de castelos na própria vila de Meda e em Casteição.

Qualquer destas fortalezas encontra-se em deplorável estado de ruína e a falta de elementos de fontes fidedignas inibe-nos de dar mais largo desenvolvimento a estas notas.

No «auto das cidades e ujllase concelhos q̃ ha na comarq̃ da b.ra», feito na cidade da Guarda a 30 de Agosto de 1513, que Cunha Saraiva diz ser a lista das fortalezas e castelos da Beira dos começos do século XVI, mais completa, lá figuram «m' allua», «llãgroyua», e «rranhados».

E de facto só estas três fortalezas deviam ter existido, neste concelho, das quais ainda hoje se vêem as suas seculares ruínas, que puderam escapar à nefasta acção do tempo e dos homens, e que a-pesar da sua decrepitude ainda nos fazem vibrar a alma, ao evocar o papel que tiveram na formação da nacionalidade os antigos castelos, as mais vigilantes atalaias das terras de Portugal.

Qualquer dêstes castelos é anterior à formação da nacionalidade, sendo, sem dúvida, o de Marialva o mais importante dos três.

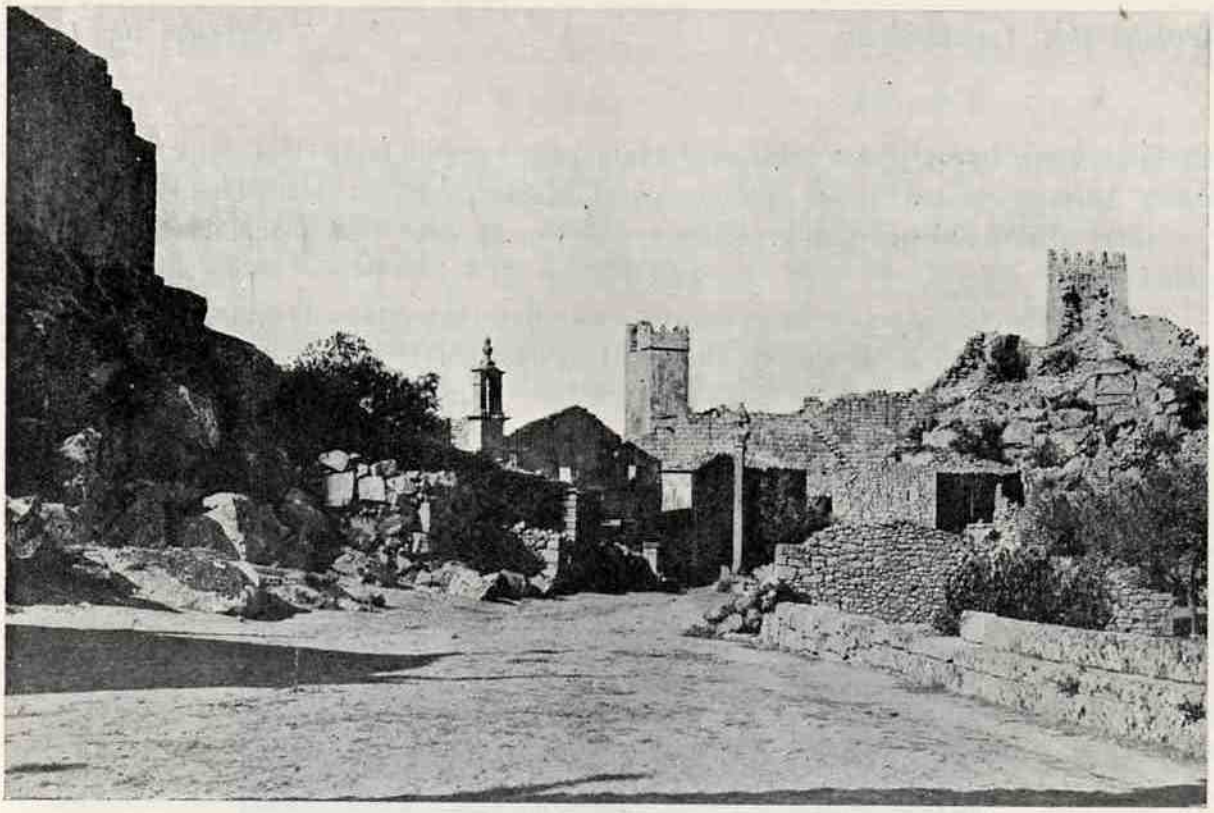
A história dêste forte castelo está ligada à da vila cuja fundação é de remotíssima antiguidade.

Foi cidade no tempo dos romanos e mais tarde ocupada pelos moiros, aos quais foi conquistada em 1063 por Fernando Magno.

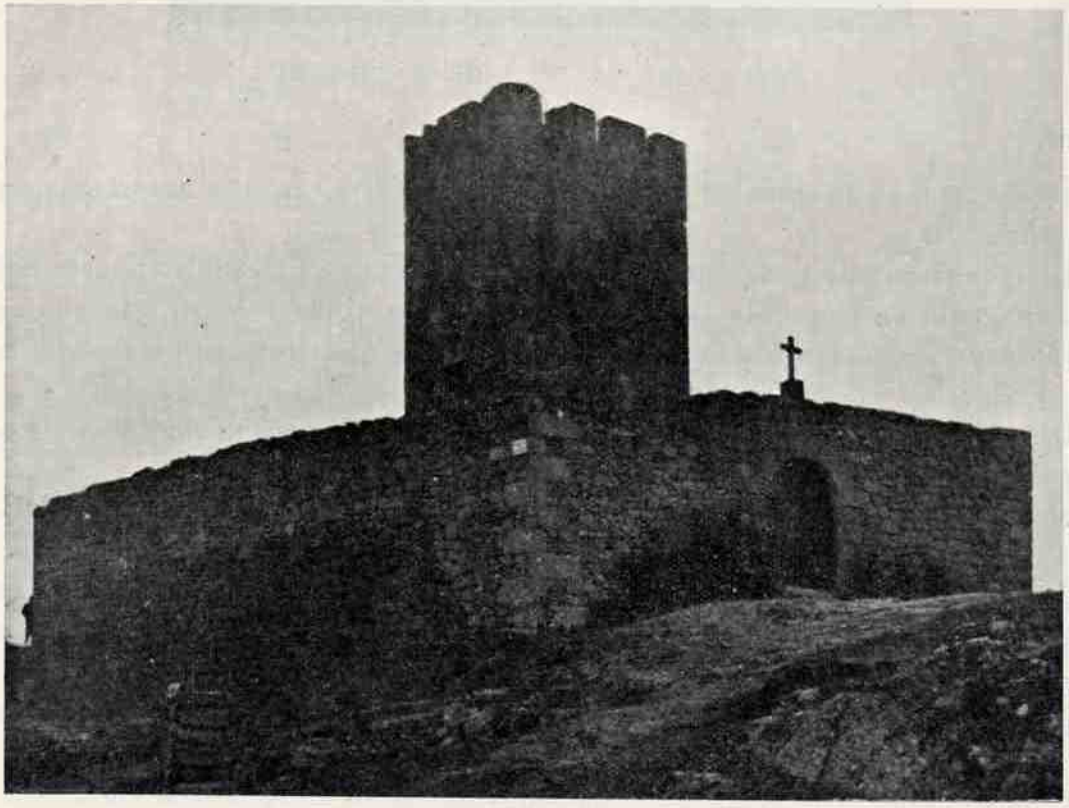
O ilustre mestre Dr. Leite de Vasconcelos [1] dá-nos a notícia de «hũa pedra de marmore quadrangular mais comprida que larga e da grosura de meyo palmo, a qual foi achada dentro do castello, e nella se vê esculpido hum Letreyro latino que ainda com vo-

---

[1] Extractos Archeologicos das Memorias Parochiais de 1758, publicadas no *Arqueólogo Português* Vol. VII, pág. 13.



*CASTELO DE MARIALVA*



*TORRE E MURALHAS DO CASTELO DE LANGROIVA*

cabulo breves e letras já apagadas se deixa perceber ser do tempo dos Emperadores Trajano e Adriano e existir nesse mesmo e nesta mesma pargem a cidade chamada Aravos».

Mas além desta pedra, outros achados vêm comprovar a existência dos romanos naquele local.

As contínuas guerras com os moiros foram decerto a causa da sua destruïção, e em grande estado de ruína foi encontrado por D. Afonso Henriques, a quem se atribue a sua

*RUINAS DO CASTELO DE RANHADOS*

reconstrução, tendo êste monarca concedido foral a Marialva em 1179, confirmado em 1217 por D. Afonso II.

Devia ter sido esta velha fortaleza teatro de novas lutas, pois que no reinado de D. Diniz estava muito desmoronado, tendo êste rei iniciado a sua reconstrução que só teve conclusão em 1559, no reinado de D. Sebastião, durante o período em que D. Catarina governou o reino.

Dêste velho e forte castelo ainda hoje existem alguns panos de muralhas e 4 tôrres, numa das quais colocaram um relógio.

Mas em maior estado de ruína encontra-se o castelo de Langroiva, de remotíssima fundação.

A esta antiga fortaleza faz referência o testamento de Dona Flamula, feito em 960 (que está no livro 1.º de D. Mumma Donna de Guimarães a fls. 7, segundo citação de Pinho Leal).

Foi êste castelo, com todos os seus termos e pertenças, doado à ordem do Templo em

1145, por Fernão Mendes e sua mulher, a infanta D. Sancha e dêle encontramos tambem notícia na confirmação de tôdas as doações de terras, vilas e castelos que o papa Urbano III deu à ordem dos Templários e em que nomeia como os principais, entre outros, Langroiva.

Do seu antigo castelo só existe a velha tôrre que se vê na gravura que acompanha êste artigo.

Finalmente temos Ranhados, antiga terra do infantado, que teve o seu primeiro foral a 26 de Julho de 1286, dado em Coimbra por el-rei D. Diniz e o rei D. Manuel lhe deu foral novo em Lisboa a 29 de Novembro de 1512.

Do seu velho castelo só nos restam as ruínas que a nossa gravura reproduz.

Num esfôrço muito louvável e patriótico tem-se feito importantes trabalhos de reconstrução e de restauro em muitos dos nossos castelos; pena é que essa obra tão merecedora dos aplausos de todos os patriotas não se possa estender a tôdas as fortalezas medievais, a êsses gloriosos monumentos que constituem as mais formosas e expressivas páginas em pedra da História de Portugal.

Contudo não queremos deixar de acentuar que entre os castelos que merecem ser restaurados não deve ser esquecido o de Marialva, que pela sua vastidão e fortaleza era um dos mais poderosos castelos da região.

JORGE LARCHER

# LEGISLAÇÃO

*DECRETO-LEI N.º 28.797*

O programa de obras e melhoramentos que o Govêrno se propõe levar a efeito para comemoração dos Centenários da Fundação e da Restauração da Nacionalidade impõe o desenvolvimento de algumas obras públicas já em curso e determina a abertura de novos trabalhos e melhoramentos, a iniciar ou a concluir no curto prazo de dois anos.

A acção do Govêrno tem, portanto, de ser rápida, embora segura.

E rápida em tudo: na elaboração dos projectos, nas aquisições ou expropriações exigidas pelas obras e melhoramentos previstos, emfim, na sua execução.

Ora tem de reconhecer-se que a aplicação da lei geral à efectivação das aquisições ou expropriações necessárias daria, em regra, lugar a delongas que comprometeriam, talvez de modo irremediável, a realização do programa do Govêrno.

Por outro lado, a experiência feita com o sistema especial de expropriações estabelecido, pela primeira vez, para a obra do Parque Florestal de Monsanto veio mostrar que, sem ofensa de legítimos direitos e antes com vantagem para todos, se pode poupar, em tal assunto, muito tempo e energia.

Os resultados obtidos, dando geral satisfação aos interessados, permitem concluir que se trata de um sistema que reúne os merecimentos de ser equilibrado, justo e expedito.

É nessa convicção que o Govêrno vai estabelecer a sua aplicação aos melhoramentos públicos compreendidos no programa de comemorações dos Centenários, aperfeiçoando-o num ou outro ponto de pormenor, de harmonia com os ensinamentos colhidos.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São declaradas de utilidade pública e efectuadas nos termos do presente decreto-lei as aquisições ou expropriações necessárias à execução das obras e melhoramentos seguintes:

*a*) Aeroporto de Lisboa e estradas e arruamentos de acesso a Lisboa e ao aeroporto;

*b*) Construção de casas económicas em Lisboa e Pôrto;

*c*) Obra de arranjo e reintegração do Castelo de S. Jorge;

*d*) Urbanização do chamado Parque Eduardo VII;

*e*) Arranjo do bairro de Alfama;

*f*) Auto-estrada e estrada marginal Lisboa-Cascais;

*g*) Arranjo urbanístico das zonas dos Palácios da Ajuda, da Assembléa Nacional e de Queluz, em Lisboa, e do Palácio das Carrancas, no Pôrto;

*h*) Avenida marginal ao Tejo, incluíndo a rectificação do trôço actualmente existente;

*i*) Urbanização da Praça dos Jerónimos;

*j*) Edifícios universitários de Lisboa e novos Hospitais de Lisboa e Pôrto;

*k*) As obras de urbanização da cidade de Lisboa que o Govêrno aprovar para serem iniciadas até 1940;

*l*) Novos edifícios para quarteis.

§ 1.º As áreas abrangidas pelas obras e melhoramentos enumerados, incluindo as respectivas faixas marginais sobrantes, quando as houver, serão fixadas pelo Govêrno, precedendo proposta da Câmara Municipal de Lisboa ou do Pôrto, quando se tratar de obras ou melhoramentos a seu cargo.

§ 2.º As plantas relativas às áreas fixadas nos termos do parágrafo anterior serão sempre afixadas ou publicadas no «Diário do Govêrno» para conhecimento dos interessados.

Art.º 2.º Os preços das aquisições ou as indemnizações serão fixadas por arbitragem.

§ 1.º Para cada obra ou melhoramento serão constituidas comissões de três árbitros, dois permanentes — indicado um pela entidade adquirente e outro pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça — e um terceiro, designado para cada prédio, por escolha do respectivo proprietário.

§ 2.º Na arbitragem os peritos atenderão ao valor real e concorrente dos prédios durante os últimos três anos, e, na falta de unanimidade, será tomada a média aritmética dos laudos que mais se aproximarem; da arbitragem não haverá recurso.

§ 3.º As importâncias a pagar serão fixadas em relação à propriedade plena, compreendendo, portanto, quaisquer ónus ou encargos que sôbre o prédio impendam.

§ 4.º Do resultado da arbitragem será sempre lavrado auto pelos três peritos.

Art.º 3.º A fixação dos preços das aquisições ou

das indemnizações pelas comissões de arbitragem importa a transmissão da propriedade para a entidade adquirente, mas aos proprietários fica garantido o uso e fruïção dos prédios até integral pagamento dos quantitativos arbitrados.

Art.º 4.º Compete à entidade adquirente promover a constituïção e funcionamento das comissões de arbitragem.

§ 1.º Os proprietários serão notificados, por ofício ou por anúncios publicados em dois dos mais lidos jornais da comarca da situação dos prédios, para designarem os seus peritos, e êstes serão avisados, em carta registada, do dia e hora certas em que terá lugar a avaliação.

§ 2.º Se o proprietário fôr incerto, incapaz ou ausente, se não provar a qualidade em que foi notificado, se não designar perito ou êste não comparecer, e, de um modo geral, em todos os casos em que surjam dúvidas ou dificuldades consideradas insuperáveis ou dilatórias, será o respectivo àrbitro indicado pelo delegado do Ministério Público da respectiva comarca.

Art.º 5.º O uso e fruïção dos prédios avaliados transmitem-se à entidade adquirente pelo pagamento das importâncias arbitradas nos termos dêste decreto-lei.

§ único. O pagamento será efectuado mediante escritura de quitação ou entregando-se ao juíz de direito da comarca guia do respectivo depósito à sua ordem, acompanhada de requerimento devidamente instruido para que mande atribuir a importância depositada aos interessados, depois de observar, na parte aplicável, as disposições da artigo 14.º da lei de 26 de Julho de 1912, dos artigos 5.º e 6.º do regulamento de 15 de Fevereiro de 1913 e mais legislação em vigôr.

Art.º 6.º Os registos das propriedades transmitidas nos termos dêste decreto-lei serão efectuados nas conservatórias do registo predial, com preterição de todos os mais, dentro dos oito dias imediatos ao da apresentação dos respectivos requerimentos.

§ único. Na falta de escritura, é título suficiente para a inscrição, a favor da entidade adquirente, da propriedade plena e livre de ónus e encargos o documento comprovativo do depósito à ordem do juíz a que se refere o artigo anterior.

Art.º 7.º As transmissões feitas ao abrigo dêste decreto-lei ficam isentas de sisa, bem como do impôsto do sêlo, em todos os actos e termos necessários à sua efectivação e registo.

Art.º 8.º Serão aplicadas as disposições gerais das leis e regulamentos relativos a expropriações por utilidade pública em tudo que não estiver especialmente estabelecido nêste decreto-lei.

Art.º 9.º O Ministro das Obras Públicas e Comunicações exercerá a competência atribuída ao Govêrno nêste decreto-lei e promoverá a sua perfeita execução.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 1 de Julho de 1938. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

O Diário de Notícias, *de 8 do corrente, publicou, sob o título:* Faltam Quatro Meses, *um artigo de António Ferro, que a seguir transcrevemos.*

«A quatro meses apenas das comemorações do oitavo centenário da fundação de Portugal, pregunta-se com natural curiosidade: «Estará tudo pronto?» Respondemos sem excesso de optimismo, confiados únicamente em certas realidades indiscutíveis: «Não tenham receios! Tôdas as obras materiais, as definitivas e as transitórias, estarão concluídas ou na sua última fase de construção. De qualquer forma, dentro de quatro meses, Portugal há-de surgir-nos mais forte, mais progressivo, «maior!» Mas preguntamos logo a seguir aos que nos preguntam: «E nas vossas almas? Tudo estará pronto? Já todos compreenderam em profundidade, até ao íntimo das suas consciências, o extraordinário significado das comemorações de 1940? As necessárias obras, na alma de cada um, não estarão mais atrasadas do que as obras materiais?»

O Govêrno da Nação decidiu — e muito bem! —

não deixar passar em claro essa gloriosa data, não deixar de celebrar oito séculos de existência nacional e universal, tão proveitosa para o Mundo como para nós. Quem pode censurá-lo por essa decisão? Se o não fizesse, se tal data única tivesse sido esquecida não faltariam críticas, que então se justificariam, contra a indiferença dos poderes públicos perante o alto significado nacional do oitavo centenário da nossa fundação. E os mais exaltados, os que mais se revoltariam contra tal indiferença, seriam os mesmos — não duvidem! — que acusam hoje o Govêrno do seu interêsse, como estariam dispostos a acusá-lo, com argumentos às avessas, do seu desinterêsse. Mas êstes são aqueles raros sobreviventes de certa mentalidade negativista e dissolvente que o Estado Novo, por ser novo, tem procurado combater...

Fez bem, portanto, o Govêrno em não seguir a opinião dos *opiniosos*, mas antes a opinião da alma nacional, cujo imperativo era êste: numa época movediça, inconstante, em que certas nações se fazem e desfazem, como bolas de sabão, mostrar ao Mundo a nossa certidão de idade, mostrando simultâneamente aos portugueses, que não acreditam ás vezes em si próprios, que nós vimos de longe e vamos para muito longe. Ou não fôsse a nossa História uma viagem á volta do Mundo que se repete constantemente!

Preparemo-nos, pois, para os Centenários da Fundação e da Restauração, de alma viril e com a séria consciência de que tal celebração, longe de supérflua, é absolutamente necessária ao nosso progresso, sacudidela indispensável na nossa intermitente passividade, espelho que devemos erguer para nos olharmos e acreditar mais em nós próprios! É que não se trata de simples festas recreativas, com arraiais e foguetes, não se trata sequer de festas no sentido superficial da palavra. Por êsse Mundo fora, certos homens que governam as nações andam muito esquecidos da História que aprenderam (se a aprenderam...). Há países que se montam e desmontam como circos ambulantes. E certos povos, que nunca julgaram regressar às épocas primitivas e bárbaras das populações nómadas, andam de terra em terra á busca de si próprios!...

Para evitar confusões, para que se saiba definitivamente, nesta época de constantes mal-entendidos, que Portugal não é um país improvisado, uma simples tenda de campanha, é não só útil como necessário dar o maior relêvo, a maior teatralidade ás cerimónias do duplo centenário. Não compreender essa feliz oportunidade, não atingir a projecção dessas comemorações é andar completamente cego, desorientado, e sacrificar os interêsses espirituais da Nação a certas considerações mesquinhas, filhas de vícios antigos que deveriamos recalcar heroicamente!

Sevilha, a-pesar da grande crise que assola a Espanha, prepara-se para festejar com esplendor a sua Semana Santa. A feira de Leipzig realizar-se-á, como todos os anos, na data marcada. Nice teve, como sempre, o seu Carnaval. Em Roma trabalha-se activamente para a grande exposição de 1942. Porque não haviamos nós, em melhores condições, de festejar as duas datas mais importantes da nossa História?

Contrariamente ao que dizem alguns, e em resposta aos argumentos vesgos dos mal intencionados ou dos ingénuos que vão no seu rasto, as Comemorações Centenárias interessam igualmente à economia, à riqueza e ao próprio bem-estar do povo português. Interessam á economia porque impulsionarão o turismo nacional e internacional. A província virá à capital e a capital visitá-la-á por sua vez. E se é verdade que as circunstâncias vão diminuir o afluxo dos turistas estrangeiros, podemos contar, desde já, com certo número de visitantes do Brasil, dos Estados Unidos da América e até dalguns povos em guerra que nos olham como se fôssemos a terra prometida. E tal movimentação de turistas nacionais e estrangeiros, com a sua inevitável circulação de moedas, não pode ser indiferente à nossa economia.

Interessam igualmente à nossa riqueza porque a sua finalidade, em grande parte, foi a de apressar certos melhoramentos que virão aumentar o nosso património: a estrada marginal para Cascais, a auto-estrada, o aeroporto, o estádio nacional, as gares marítimas, a redenção da Tôrre de Belém, a Praça do Império, a restauração do Teatro de S. Carlos, as obras do Castelo de S. Jorge, as pousadas, as novas entradas de Lisboa, a nova Casa da Moeda, os hospitais escolares, os novos bairros económicos e numerosos melhoramentos por tôda a província.

Interessam, por fim, ao bem estar do povo português porque nêste momento difícil, nêste ano crucial para todo o Mundo, muitas famílias encontraram o seu pão de cada dia nas obras definitivas ou temporárias que se estão realizando. *Os críticos frívolos dos Centenários, os que julgariam aliviar a crise dando outra aplicação às somas, aliás modestas, que se destinam às festas, ainda não se lembraram certamente de que as comemorações têm constituído precisamente um dos meios mais eficazes de combater essa crise.* Ou não se contassem por milhares os operários (só na Exposição do Mundo Português e

na estrada marginal trabalham dez mil) que estão empregados nas diferentes obras em curso. Tivesse o Govêrno resolvido suspendê-las, ficassem de-repente êsses operários sem possibilidades de vida, e os actuais críticos das festas, repetimos, seriam então os mais severos críticos dessa deliberação...

Cumpriu o Govêrno, portanto, o seu dever não fugindo a comemorar essas datas apoteóticas da nossa História. Deve o povo português cumprir igualmente o seu, compreendendo o alto significado dessa data, integrando-se completamente no pensamento do Govêrno, ajudando as comemorações com o seu entusiasmo, com a sua fé, desprezando os derrotistas profissionais, os fabricantes de boatos, os fazedores de anedotas fáceis, «as senhoras vizinhas» dos falsos escândalos, dos «casos pessoais», as eternas carpideiras das nossas esquinas!...

Nós conhecemos as dificuldades do momento que se atravessa. Devemos, porém, regozijar-nos, dar graças a Deus, se atentarmos bem no que se passa perto de nós e longe de nós. Vivemos horas difíceis, apertadas, sem dúvida, mas o que dirão aqueles povos, beligerantes ou não, aos quais falta o quotidiano, o essencial para se alimentarem, onde tudo é medido, racionado? Em certos países não há café. Noutros falta a manteiga, o açúcar, o arroz. Noutros ainda a carne é um luxo raramente permitido. Em Espanha, aqui mesmo ao lado, um grande povo sofre pacientemente, heroicamente, as naturais consequências duma revolução libertadora mas devastadora. Em Portugal antes se verifica inalterável abundância dos principais géneros alimentícios. A vida subiu ligeiramente como não podia deixar de ser, mas nunca na proporção (tal facto se deve à organização corporativa tão discutida) com que subiu em todos os países do Mundo.

Mas há mais. Enquanto certos países, como a Bélgica, a Holanda, a Suíça, a Suécia, a Noruega, vivem num constante pesadêlo, no receio permanente, de se encontrarem, sem querer, envolvidos na guerra, invadidos, o nosso sono é tranquilo, sem ameaças, sem núvens escuras a pertubá-lo. Tal equilíbrio da vida, tal segurança, devem-se indiscutivelmente à orgânica do Estado Corporativo e à política internacional do seu Chefe, cujo prestígio no Mundo, cuja influência na nossa época, aumentam dia a dia. Desmascarar quem finge ignorá-lo é tarefa tão fácil que chega a parecer-nos inútil. *Em verdade, nunca na vida do actual regime houve mais razão para estar grato ao Govêrno da Nação.* Deficiências, êrros, misérias—triste condição das coisas humanas — têm existido e hão-de existir sempre, no nosso e em todos os países. Mas a nossa exigência, a nossa indignação perante certas chagas sociais prova-nos justamente que o Estado Novo nos tem obrigado, com as suas doutrinas e as suas realizações, a interessar-nos por certos problemas que antigamente nos deixavam indiferentes. *Essa impaciência, filha, portanto, da nossa própria evolução, não existiria hoje se o que nos parecia impossível não se tivesse tornado possível graças ao que já se tem feito...* «O homem que sobe ao monte — disse-nos o Chefe do Govêrno numa entrevista que nos concedeu — descobre, passo a passo, um horizonte maior». O incrível, o insuportável (e por isso nos voltamos, por vezes, contra os próprios que nos abriram os olhos) é pensarmos hoje que estivemos durante tanto tempo numa apatia absoluta.

Portugueses! Êste é o momento de dar uma lição à Europa e ao Mundo! Enquanto os outros povos se olham com desconfiança, se medem, enquanto os tremores de terra se sucedem, preparemos-nos para festejar com serenidade, com aprumo, os nossos oito séculos de existência! Tôdas as críticas, tôdas as lamentações, tôdas as queixas, todos os derrotismos, podiam ser perigosos, desmoralizadores, nesta hora em que nos vamos sujeitar a uma grande prova, em que nos cumpre ser dignos das datas que vamos celebrar! Temos uma oportunidade única de aumentar e consolidar o nosso prestígio, demonstrando em plena guerra a nossa paz, demonstrando que Portugal é o farol da Europa, o rochedo seguro no fragor da tempestade! Perder tal oportunidade seria falta de visão imperdoável, seria dar razão aos poucos que não acreditam ainda no nosso ressurgimento, na nossa fé. Tal desalento, tal impossível desalento, interessaria, sem dúvida, aos inimigos de Portugal. Mas não interessa com certeza aos portugueses.

Faltam apenas quatro meses para começarem as cerimónias dos Centenários. Para que tudo esteja pronto, nas almas e nas ruas, é necessário unirmo-nos para o último arranco, é indispensável que cada português considere sua a tarefa das Comemorações! Mãos á obra! Que cada um, na sua esfera de acção, procure fazer o melhor que possa para que Portugal, em Junho de 1940, apareça aos olhos do Mundo, não como um país novo (temos oito séculos e orgulhamo-nos de tal!) mas como um país renovado, em pleno ressurgimento! Não há um minuto a perder! Um dia de fraqueza, uma hora de desfalecimento, podem ser graves, podem fazer esquecer ou demorar os pormenores essenciais! O Mundo tem os olhos postos em nós, ainda ligeiramente incrédulo perante as realizações que anunciámos! Se falhassemos não falhavam os homens

a que foi confiada a obra honrosa das comemorações: falharia o país que não soube compreendê-los nem acompanhá-los!

Portugueses! Não deixemos que se forme, de novo, a nosso respeito, a idea falsa, injusta, de que somos um povo que já viveu de mais, um povo inerte, fatalista, vencido dentro de si próprio. Deixemos de cantar, duma vez para sempre, o Fado da Desgraça!... O momento é difícil (mais difícil para os outros do que para nós!) mas tivemos a sorte de encontrar os homens necessários, indispensáveis, para êsse momento, um Chefe de Govêrno que nos impôs ao respeito de tôdas as nações, e um Chefe de Estado cuja nobilíssima figura é um modêlo de altas virtudes. Unamo-nos todos á sua volta, portanto, nêste ano sagrado do oitavo centenário da nossa fundação, para afirmar a todo o Mundo, alto, claro e bom som, que a palavra Portugal não é apenas o nome dum país, o nome duma parte da Península Ibérica, mas acima de tudo, no vocabulário da História, sinónimo de eternidade».

*Também o mesmo jornal, no seu número de 1 de Janeiro último, inseriu o artigo que abaixo publicamos, da autoria do sr. Embaixador Dr. Alberto d'Oliveira, intitulado:* «O Ano aureo de Portugal».

«Assim chamou Júlio Dantas ao ano, que hoje começa, do Duplo Centenário; e a designação, haurida na mais pura tradição romana, merece gravar-se nas nossas memórias. De igual modo temos de estabelecer para 1940 um calendário especial, além do que já nos é proporcionado pelo programa das futuras, ou antes próximas, festas, de modo que cada dia, cada hora dêsse ano sejam quanto possível consagrados ao nosso exame de consciência colectivo e a reparar, pelo arrependimento e pela emenda convicta, tantos êrros com que, através dos séculos, se ennevoou o brilho ou se atrasou a marcha da nossa história.

Há onze anos, quando comecei a sonhar o sonho doirado das actuais comemorações, num momento ainda incerto e desnorteado da vida nacional, mal supunha que tal sonho chegasse alguma vez a ser realidade. Há cêrca de dois anos, quando o Dr. Salazar se dirigiu a todos os Portugueses, com o toque a reunir da sua nota oficiosa (que logo assumiu forma e som de documento histórico) — estava a Península de que fazemos parte, e com a única excepção da parte que é nossa, em plena e pavorosa guerra civil. Contavamos bem que a paz voltasse, como voltou, antes das nossas datas festivas; mas estavamos longe de supor que a essa guerra vizinha se seguiria agora a grande guerra europeia e universal — porque a Europa não é só na Europa — que estamos presenciando, e a que, graças a Deus e a quem nos governa, nos mantemos alheios.

Era já grande empresa e proeza realizar o Duplo Centenário na estreita orla ocidental duma Península em horrível convulsão, ou mal refeita dela; é-a maior ainda erguer o nosso obelisco, o nosso farol de paz, de confiança e de fé, quando o Mundo se agita no desespêro e na impotência duma guerra atroz, cujo fim final todos ignoram e está muito mais nas mãos de Deus do que nas daqueles que a ela foram levados pelo duro destino.

Mas para todos os males há compensações, senão consolações. A nossa, nesta hora de paz peninsular perante a guerra de além-Pirenéus, é a de poder associar melhor a irmã Espanha, e não só o filho Brasil, às nossas festas. E' a de poder meditar mais profundamente que ao lado da materna civilização greco-latina, e das suas herdeiras na Itália, na França, e, a-final, em quási tôda a Europa, há uma original e autónoma *civilização ibérica*, de que somos, com a Nação vizinha, únicos pais e directos filhos, que estende os seus braços ao longo dum continente por nós descoberto e despertado para a vida culta e cristã, e cuja irradiação anda bastante esquecida, em benefício de outras glórias mais recentes. Cumpre-nos evocar o seu esplendor futuro. Cumpre-nos defini-la nas suas origens e acompanhá-la na sua evolução, nem sempre favorecida pelas adulterações e calúnias com que o vaivem das marés políticas desencaminham a história.

Basta lembrar que Oliveira Martins foi talvez, até hoje, o único genial cronista e intérprete dessa civilização. Logo o comprenderam as Universidades espanholas, onde o seu livro foi desde muito adoptado como compêndio e posto ao serviço da glorificação da Espanha. Não o compreendemos assim nós, que nele, com a mesma facilidade, encontraríamos motivo para enaltecer Portugal. A obra ibérica foi bastante ciclópica para exigir cooperação de dois construtores, e cada qual provou ser digno dela. Mil anedotas da efémera vida quotidiana nos desviaram da verdade que paira por cima e renasce por baixo delas. Procurando uma vez resumir numa frase o pensamento do nosso grande historiador, em quem o péssimismo doentio mal ocultava o seu insaciado orgulho de raça, encontrei esta, que na verdade define menos mal o programa realizado por Portugal e Espanha no Mundo: *o heroismo ao serviço da fé*. Que levante o braço a Nação a quem tal divisa possa aplicar-se com mais justiça que a nós duas. Não teremos sido tão bons aproveitadores

como outros foram: não o costumam ser os inventores. Mas heróis fomos sempre e maiores milagres fizemos. Há dias, ao ler o relato dos funerais de José António Primo de Rivera, página, sem idade, de história duma Nação que também parece não tê-la, ou desdenhá-la, recordei mais uma vez aquela frase.

Portugueses! Espanhóis! Voltai-vos de vez, cara a cara e coração a coração, uns para os outros. Vexai-vos de haverdes perdido tanto tempo a compreender que é muito o que vos une e pouco vos separa. 1140, 1640, são datas que para um e outro povo devem ter igual sentido: o de que Portugal e Espanha são altos valores cotados pelos séculos e de que se pagou sempre caro, na paz ou na guerra, o tê-lo esquecido ou ignorado. A independência de Portugal, como escreveu Salazar, deve ser uma das normas fixas da politica externa espanhola. A independência da Espanha já é uma das regras da nossa — e bem o demonstrámos ao colocar-nos a seu lado na última guerra, para repelirmos juntos as usurpações e invasões dos seus inimigos.

De aqui a meses, nas festas dos Centenários, com a Espanha geográficamente à esquerda e o Brasil à direita, estaremos íntimamente em família, por mais que atroe e nos angustie a tormenta europeia. Não tiveram os Espanhóis tempo para organizar melhor a sua colaboração, mas têm-no todo para virem em carne e osso, em corpo e alma, trazer-nos alguns dos tesouros de história e arte portuguesa de que os seus arquivos e museus estão repletos; para mostrarem a Portugal, que ainda as não viu senão de longe, essas sublimes tapeçarias de Pastrana, onde a nossa glória está tão presente e evidente como nos «Lusíadas» ou nos Jerónimos.

E agora repassemos pelos olhos o programa traçado pela nota oficiosa do sr. Presidente do Conselho e verifiquemos com gôsto e orgulho que, a-pesar da guerra ou das guerras, boa parte dêsse programa está em via de realização, tanto nas obras que ficam como nas que passam. E que seria daquelas se não fossem as festas de 1940? Eu escrevi, também há onze anos, que «é sempre prático marcar um prazo e meter dentro dele os projectos que sèriamente desejamos levar a efeito. Assim, cada passo que dermos, cada obra que iniciarmos, entrará dentro dêsses carris e será calculado pelos limites dêsse tempo».

Não previa eu então a amplitude da obra de Salazar, a-pesar-de êle já estar ao leme, nem o êxito vertiginoso e profundo da sua acção quási isolada. E ainda menos esperava que êle, só a quási dois anos de 1940, nos mobilizasse a todos para nos dar *um tónico de alegria e confiança em nós próprios,* para *levar os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo da sua actividade.* E a que ponto o conseguiu! Em menos de dois anos fizeram-se prodígios, até orçamentais, que assombram os estrangeiros competentes. Roma, que só em 1942 realiza a sua exposição internacional, já para ela trabalhava esforçadamente quando nós nem sequer projectavamos a nossa. Os comissários de Nova York, que há dias nos visitaram, calcularam em não sei quantos milhões de dolares uma obra que a nós nos fica em um por cento dêsse cálculo.

E sem já querer falar dos cortejos, dos congressos, das exposições com que em Lisboa e em outras cidades do País vamos solenizar as datas máximas da nossa existência de Nação e atestar a vitalidade com que nos propomos continuá-la, recorde-se apenas que o ano de 1940 não terminará os seus dias sem ver libertada para sempre a Tôrre de Belém da sua vizinhança gasométrica; o Castelo de S. Jorge convertido, como quis Salazar, em *acrópole sagrada* e *lugar eleito das nossas peregrinações patrióticas;* o Palácio de Queluz, tantos anos abandonado e esquecido pela nossa côrte, enfim restaurado, renascido e restituido à sua beleza e à sua vida normal; o Museu das Janelas Verdes acrescido em tamanho, senão em formosura e coerência, e a abrigar no seu seio uma colecção de quadros primitivos portugueses que assombrará os artistas e historiadores de arte do mundo inteiro; o Palácio de S. Bento emancipado do seu velho aspecto conventual e erguido à categoria de Parlamento, onde, por sinal e por fortuna, pouco se palra; a estrada marginal para Cascais, e as de melhor acesso a Lisboa, enfim construidas; o saudoso teatro de S. Carlos, salvo da ruina que o ameaçava, remoçado no seu encanto e prometendo-nos noites de gala dignas das suas maiores tradições; o terreiro ducal de Vila Viçosa embelezado com a estátua do Rei Restaurador que lá faltava e que vai ser, neste país tão pobre em monumentos de valor artístico, uma genuina obra-prima, segundo ouvi a entendedores que já a admiraram na oficina do grande escultor Francisco Franco; e até o monumento de Viriato, erguido em Viseu pelo génio dum artista espanhol, em homenagem a uma figura qási lendária que êle próprio, insuspeitamente, consagra como nossa.

Estas são as obras que ficam; e não se suponha que esqueço o solene encontro inaugural de Guimarãis, que vai ficar memorável, nem as maravilhas que nos prometem os artistas da Exposição de Belém, nem as que nos reserva o encantador Jardim Colonial na que vai realizar-se à sombra das suas árvores.

Bem haja, pois, quem tão eficazmente nos incitou a *expulsar de nós o espírito da tristeza e do mal*, dominados pela *alta e bela ideia* de festejarmos juntos, em paz e concórdia, os nossos oito séculos de vida honrada e desinteressada, mais vivida em benefício universal que no nosso, como Povo Cristo que nos prezamos de ser. E ao ler há dias neste jornal a bela carta de Londres, em que o nosso querido e grande amigo Carlos Malheiro Dias há muitos anos nos chamou — e assim uns aos outros nos chamavamos todos — *lamentáveis escravos duma imaginária desgraça* — quanto me regozijo de pensar, infelizmente quási no fim da vida, que somos hoje, bem ao contrário de então, detentores conscientes dum bem-estar e duma confiança no futuro que já não podem senão crescer. Para cima, e só para cima, é hoje a marcha de Portugal!»

# NOTAS VÁRIAS

## *RESULTADO DO CONCURSO DE ARTIGOS SOBRE AS COMEMORAÇÕES PUBLICADOS NA IMPRENSA PORTUGUESA*

Reuniram-se em 9 do corrente, pelas 16 horas, no S. P. N. sob a presidência de António Ferro, director dêste organismo e da Secção de Propaganda e Recepção, da Comissão Executiva dos Centenários, os srs. Artur Portela, dr. João Ameal, dr. Manuel Pestana Reis, padre Miguel de Oliveira, Pedro Correia Marques e dr. Samuel Maia, que constituiam o júri encarregado de atribuir os prémios aos artigos publicados na imprensa portuguesa sôbre o significado das comemorações.

Concorreram trinta e um artigos que o júri apreciou devidamente, resolvendo no final atribuir o primeiro prémio, de dois mil escudos, ao artigo «Uma cruz basta para dizer, na História, quem é Portugal», da autoria do padre Moreira das Neves, publicado nas «Novidades», do dia 31 de Dezembro de 1939; e o segundo prémio, de mil escudos, ao artigo «Três passos na vida de um Povo», da autoria de Pedro da Câmara Leme, publicado em «A Voz» de 29 de Dezembro de 1939. As deliberações do júri foram tomadas por maioria.

Em breve, serão tornadas públicas as bases de concurso idêntico para o ano corrente e bem assim as dum novo concurso destinado a galardoar as melhores reportagens jornalísticas das festas centenárias.

## *CONGRESSOS DO MUNDO PORTUGUÊS*

Na noite de 1 de Julho dêste ano, realiza-se na sala da Assembléa Nacional, sob a presidência do Chefe do Estado e com a assistência do sr. Cardial Patriarca, Govêrno, Corpo Diplomático, Embaixadas Extraordinárias e missões especiais, a inauguração solene dos nove Congressos do sistema «Mundo Português», incluídos no programa oficial das Comemorações Centenárias.

São os seguintes os congressos e os seus presidentes:

Presidente Geral dos Congressos, Dr. Júlio Dantas;

I — Congresso de Pré e proto-história, Professor Dr Mendes Correia (realiza-se no Pôrto);

II — Congresso medieval, Prof. Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (realiza-se em Coimbra);

III — Congresso das navegações e descobrimentos portugueses, comandante Fontoura da Costa;

IV — Congresso da monarquia dualista, Professor Dr. Queiroz Veloso;

V e VI — Congressos de história moderna e contemporânea, presidente Prof. Dr. Caeiro da Mata;

VII — Congresso luso-brasileiro de história, presidente, uma eminente individualidade brasileira ainda não indicada;

VIII — Congresso de história da actividade científica portuguesa, presidente Prof. Joaquim de Carvalho (realiza-se em Coimbra);

IX — Congresso Colonial, presidente, Conde de Penha Garcia.

Secretário Geral dos Congressos, Dr. Manuel Múrias.

Vão a caminho de 200 as comunicações e memórias já entradas, grande número das quais devidas a historiadores brasileiros, franceses, ingleses, alemães, italianos, belgas, romenos, muitos dêles de reputação mundial. Essas comunicações e memórias serão publicadas, devendo atingir um total de 5.000 páginas.

As sessões do Congresso das navegações e descobrimentos dos portugueses realizam-se no edifício dos Jerónimos, onde se instalará a Exposição de Cartografia dos séculos XV e XVII, que pela primeira vez reünirá os portulanos e cartas portuguesas dispersas pelos museus, bibliotecas, arquivos e colecções privativas da Europa e de América, em fotocópias ou reproduções iluminadas.

ITO LEGAL
R. 1940

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 15 — 31 de Março de 1940 — ANO II

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*A CAPACIDADE ÉPICA DA RAÇA E O SENTIDO CAMONEANO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS — Dr. Mário de Albuquerque* . . . . . 1

*PORTUGAL É UMA NAÇÃO — Dr. A. Marques Guedes.* 6

*ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão.* . . . . . 11

*PROGRAMA OFICIAL DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS DE 1940* . . . . . 16

*CASTELOS DE PORTUGAL — Marvão e Celorico da Beira — Cap. Jorge Larcher* . . . . . 24

*REVISTA DA IMPRENSA* . . . . . 29

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 30

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50


A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneiro, com ferros especiais:

| | |
|---|---|
| A fogo. . . . . | 25$00 |
| A ouro. . . . . | 30$00 |
| (Emposte) . . . . . | 5$00 |

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8 / Lisboa

TELEFONE 22886

# A CAPACIDADE ÉPICA DA RAÇA E O SENTIDO CAMONEANO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

*Uma das mais altas manifestações do carácter português—os povos como os homens afirmam-se pela personalidade — é o seu sentido épico, que implica uma concepção universalista da vida, a idéa duma ordem espiritual a defender e a irradiar. É mesmo a vasta concepção civilisadora que permite estabelecer, em literatura, a linha diferencial entre* epopeia *e* poema heróico. *Enquanto êste é nìtidamente episódico, a epopeia exprime uma luta contra as fôrças cósmicas, uma luta de raças, não por serem raças diferentes — isso seria apenas uma heresia — mas por incarnarem éticas diferentes, um duelo de culturas, a criação dum estilo de vida, uma missão realizada. Fixa um ideal de milhões de homens, não um ideal transitório, mas um ideal de raíses profundas. Nesta hora de consagração nacional e de perturbação internacional, a lição camoniana parece singularmente oportuna. Camões é, e será pelos séculos dos séculos, o nosso grande mestre de patriotismo, mas ao mesmo tempo cabe-lhe a glória de ser o cantor da Europa victoriosa. Teodoro Haecker chama a Vergílio o* pai do ocidente, *eu creio, porém, que nenhum poeta interpretou o sentido da ocidentalidade como Camões.*

*Êle celebrou a terra, a* pequena casa lusitana, *mas o seu patriotismo não ficou restrito a uma bárbara e herética nacionalatria. Isso seria a negação dos próprios* Lusíadas. *Amou a pátria, sobretudo, porque ela incarnara um ideal superior, e se tornara a defensora duma cultura — a cultura ocidental, católica e latina. Por isso, sente tôdas as glórias e tôdas as dores do ocidente e da cristandade, mesmo as longínquas, mesmo as antigas. Celebra os triunfos asiáticos de Pompeu, e o triunfo de Octávio sôbre Marco António — «o romano injusto» — que representa a vitória de Roma sôbre a Alexandria, do Ocidente sôbre o Oriente, dos deuses clássicos sôbre as monstruosas divindades do Egipto,* latrator Anubis. *Separados por mais de mil e quinhentos anos, Vergílio e Camões encontraram-se.*

*Camões sente a sorte de Bisâncio sob o jugo otomano — verdadeira injúria a Cons-*

*tantino o grande, segundo o seu dizer — as lágrimas dos trácios, dos arménios, dos georgianos espezinhados pelos turcos, e, acima de tudo, o drama de Jerusalém:*

Não vêdes a divina sepultura
Possuída de cãis que, sempre unidos,
Vos vêm tomar a vossa antiga terra,
Fazendo-se famosos pela guerra.

*Europeu e católico, fulmina tôdas as traições da Europa à Europa. Êle que vira infinitos mundos, e que largamente compreendera e amara, enche-se de cóleras contra os que romperam o ideal da* república cristiana. *Francisco 1.º é, pela sua escandalosa aliança com Solimão — aliança que custou muitas lágrimas à Hungria e muitos terrores à Itália —* o galo indigno, *e aos alemãis, porque seguiram a voz anti-romana de Lutero, denomina-os* soberbo gado.

*Nesta hora trágica para a Europa, certas apóstrofes camonianas ganham acentos patéticos:*

Ó míseros cristãos, pela ventura
Sois os dentes de Cadmo desparzidos
Que uns aos outros se dão a morte dura
Sendo todos dum ventre produzidos?

*Entretidos por tôda a Europa, a «brincar aos Armagnacs e Borgonhões» para me servir da fórmula irónica de Valéry, os príncipes dos séculos XV e XVI não tiveram a consciência do perigo oriental. Baldadamente os fugitivos de Bisâncio encheram a atmosfera de gritos e de preságios. Clérigos como Themoteo de Verona e Bernardo de Krayburgo denunciaram os intuitos da* fera péssima: *«estender o domínio à Itália, à Europa central e ocidental, tornar-se êle, o pagão, César da antiga Roma»* (1). *Comovidamente alguns pontífices prègaram novas cruzadas. Pio 11.º poz tôda a sua eloqüência, de cristão e de humanista, a mostrar os perigos dos novos bárbaros, prestes a subverter a Europa — «infiéis, têucros, agarenos, gente da tróia pagã»* (2). *Tudo inútil.*

---

(1) N. Iorga — *Essai de Synthèse de l'Histoire de l'Humanité*, vol. III, pág. 21.
(2) Idem, pág. 28.

*Coube-nos, então, o papel altíssimo de salvar a Europa. Pouco importa que o* front *tenha mudado — as nossas guerras da Ásia encerram um largo significado europeu, que poucas vezes tem sido pôsto em relêvo. Raynal, num livro aliás monstruoso, escreveu, a êste propósito, uma página que eu chamaria iluminada se a não perturbasse o espírito sectário da revolução, cheio de preconceitos contra as instituïções antigas. Aí mostra as várias nações perdidas em querelas íntimas, emquanto o turco ameaçava avassalar a Europa. Sem a viagem de Vasco da Gama desapareceria tôda a liberdade ocidental:* — «Os tesouros da Ásia asseguravam aos turcos os da Europa; senhores do comércio formariam com êle poderosa marinha: com tais recursos quem poderia impedir a sua entrada nas nossas terras? Quem embaraçaria a marcha dêsse povo conquistador, pela natureza da sua política e da sua religião?... A Europa achava-se coberta de fanáticos em conflito. Assemelhava-se ao delirante que abrindo as veias perde em seu furor o sangue e as fôrças. Assim exaurida que resistência oporia aos turcos? Que seria da liberdade? Morreria se os portugueses não embaraçassem o progresso do fanatismo muçulmano fazendo-o parar na impetuosa carreira das suas conquistas, pelo corte do nêrvo das riquesas». *Se a defesa da* ocidentalidade *é um dos aspectos mais belos da nossa missão histórica — aspecto já definido na luta com o Islã, em território peninsular e africano — eu classifico de «camoniana» a* política dos centenários, *política de exaltação patriótica, e, paralelamente, de intransigente afirmação do espírito ocidental contra os ventos heréticos da Ásia, do ideal latino contra o ideal tenebroso e ocultista dos Karamazov. A grande festa nacional não podia deixar de ser uma festa camoniana. Evoquemos pois o Lusíada Maior...*

* * *

*Villemain considerava, com razão, a epopeia mais rara do que a flor do lotus, que só aparece de cem em cem anos. Para haver epopeia é preciso haver matéria épica ou, como disse um crítico de Vergílio — «o encontro dum grande poeta com um grande assunto real».*

*Não faltam, é verdade, por tôda a Europa, tentativas literárias de epopeia nos séculos XVI, XVII, XVIII. Devido à sugestão clássica, creio mesmo, que nunca foram tão numerosas. São porém obras, palidas e mornas de eruditos. Hoje interessam apenas aos arqueólogos da literatura. Mesmo quando tentadas por um grande poeta, como Ronsard, não passam dum artificialismo pedante. ¿Quem se interessa pelos combates fabulosos e pelas fabulosas aventuras de Francus, filho de Heitor?!*

*Pode-se evocar a* Jerusalém Libertada. *É, de facto, uma obra de emoção, mas a sua emotividade não é épica; é idílica, romanesca... Os heróis são cortezãos, o seu mundo é o das paixões sentimentais. A Itália do sec. XVI não podia despertar grandes sôpros épicos*—«non era degna d'avere mondo esteriore e non l'aveva» *escreve o italiano Francesco de Sanctis. No poema não se sente o frémito das cruzadas, o entusiasmo das multidões, a alta comoção dos libertadores do Santo Sepulcro... Vê-se que Tasso escreveu numa língua em que haviam escrito Boiardo e Ariosto, poetas novelistas.*

*Por tôda a parte o heroísmo perdera as raíses éticas, reduzira-se a simples valentia. A liturgia heróica transformara-se em cerimonial palatino; o ideal ecuménico de cruzada fôra substituído pela guerra decorativa — «guerras de magnificência», a, rotulou o bom senso francês. Sociedade de espadachins podia conceber a* novela de capa espada, *e, por degenerescências sucessivas, o* romance pícaro; *sociedade anti-aristocrática, cortezânesca, burguesa, formalista, podia conceber «epopeias de gabinete» mas nunca uma verdadeira epopeia.*

*Na epopeia há um sentido religioso de heroísmo, um sentido cultural. Os deuses não são simples «machinas» para tocar os cordelinhos, como os concebeu a estética académica do século XVII e XVIII. Charles Autran mostrou o cunho sacerdotal da epopeia homérica; nas gestas francesas é visível a influência dos peregrinos e dos santuários; Vergílio, no dizer de Theodoro Haecker, tem uma alma teológica, uma alma que anuncia Dante; e Camões é um poeta da fé... Nos* Lusíadas, *os deuses mitológicos, mesmo, não se reduzem a puras máquinas, — são símbolos palpitantes de vida, expressões sintéticas de grandes fôrças. Se não se impõem pela* divindade, *impõem-se pela* humanidade...

*Na época moderna só nós, portugueses, concebemos a epopeia, porque fomos nós — e sob certos aspectos os espanhóis — que imprimimos à história o sentido universal. Foi por êsse milagre colectivo que Camões — na mocidade simples espadachim — poude erguer a sua arquitectura magnífica.*

*A nossa história é, de facto, bem singular. Emquanto a Europa, segundo uma imagem de Voltaire a respeito da França, fazia torneios, os peninsulares descobriam a oriente e a ocidente novas rotas, novos mundos... Já uma vez notei que a nossa história tinha o aspecto monumental duma mitologia heróica:* «O que caracterisa o herói místico, é, a procura do Tesouro — tesouro místico, a maneira céltica da Távola Redonda, ou explendores como os gregos de Jasão, e por outro lado, a luta, com o monstro que é «o eterno adversário do herói, quer seja considerado como raptor duma mulher, como guarda dum tesouro, ou simplesmente como horrível ou nocivo» *(Stephan Valot — «Les Héros de Richard Wagner»*

*p. 21)*. Foi êste o carácter da nossa história: lutamos contra todos os monstros, com que a antigüidade povoara a imensidade do Atlântico. Nem a alegoria do Adamastor, o filho aspérrimo da terra, significa outra coisa. A Índia foi o nosso velocino de oiro; e o reino do Prestes João o nosso Santo Graal. Para atingir o duplo tesouro foi preciso atravessar o mar como os grandes heróis lendários: Rama, Aquiles, Jasão, Theseu... (1).

*Por cima das águas irradiámos o espírito da cultura. Pelo nosso esfôrço o universo ficou maior e mais rico, dilatou-se o género humano, e milhões de homens ouviram a palavra do Senhor.* «Sêde fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a», *é o ensinamento do Génesis.*

*Por uma prodigiosa intuïção de poeta — no século XVI a história das religiões antigas era meramente anedótica — Camões desenrola a contra epopeia, isto é, a linha de resistência aos heróis lusíadas, em redor de Baco, símbolo de naturalismo asiático transbordante e indisciplinado.*

*A alegoria é expressiva de mais e muito bela para poder ser esquecida. Traír o sentido dos* Lusíadas *é traír a própria alma da nação, a que o Poeta deu ritmo. Uma* história camoniana *impõe uma* política camoniana — *política de inteligência em luta com o cáos, de hierarquia, política de espírito ordenador contra a lógica bárbara dos instintos.*

MÁRIO DE ALBUQUERQUE

---

(1) Mário de Albuquerque — *O significado das navegações*, págs. 226-227.

# PORTUGAL É UMA NAÇÃO

III

Ao invés das velhas e ambiciosas hipóteses, que, nos povos como nos indivíduos, procuravam entroncar muito longe as origens das Nações, para as afidalgarem, quís Herculano fazer tábua rasa de quaisquer indicações da geografia e da etnografia e atribuir a formação da Nacionalidade á obra do acaso — uma espécie de *fiat* genesíaco, em que dois ou três Varões ilustres teriam criado uma Pátria no cáos político da Reconquista.

Logo Oliveira Martins, o mais gentil dos nossos negativistas, lhe seguiu no encalço, vendo a constituïção de Portugal na actividade «de barões audazes, ávidos e turbulentos», que «iam até onde ia a ponta da sua espada, tudo lhes convindo, tudo lhes servindo, contanto que alargassem o seu domínio».

Era a aplicação das ideas de Paul Lacombe (aliás um dos propognadores do estudo da história como ciência) para quem, nela, valeria mais a Contigência do que a Causalidade.

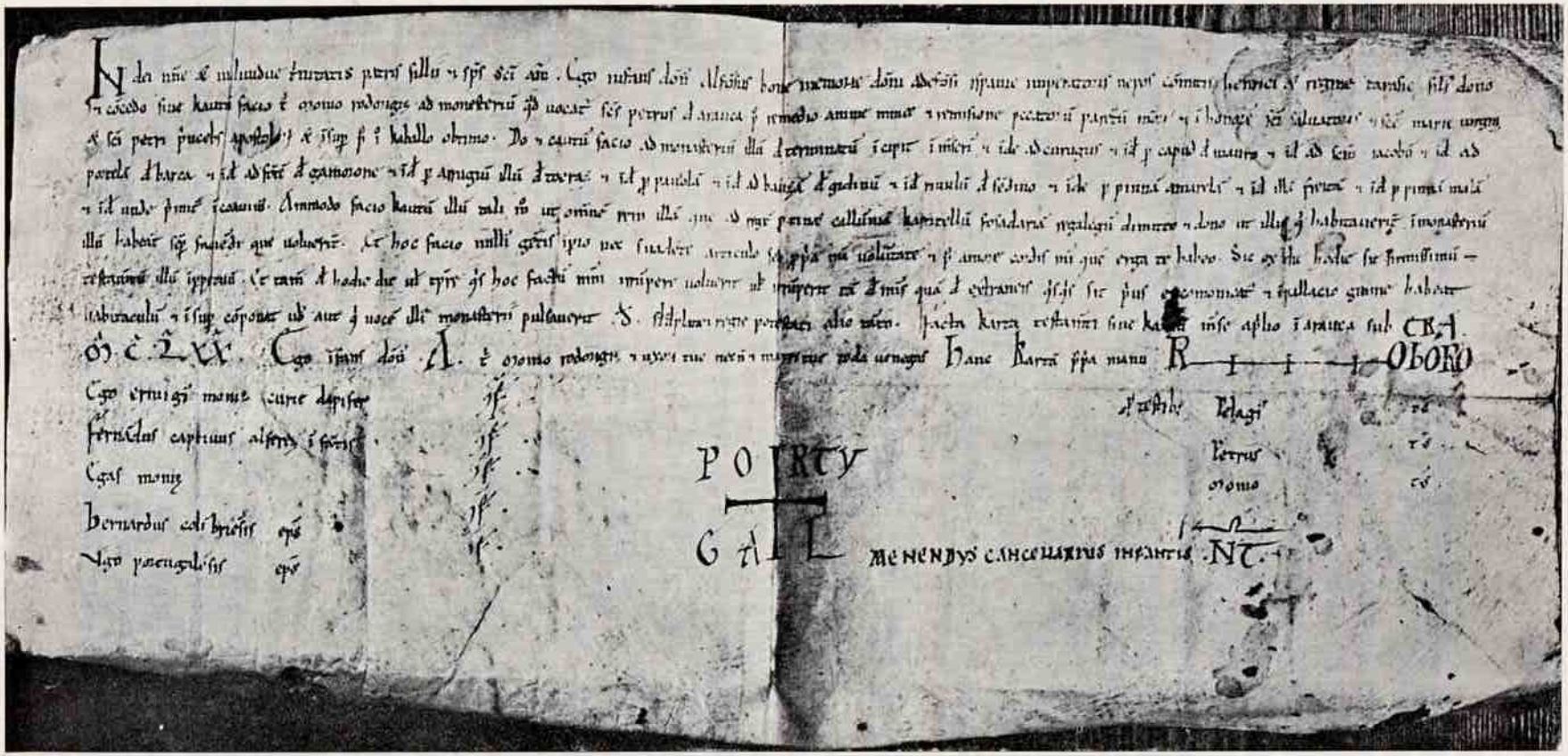
> «A história compõe-se ùnicamente de actos praticados por indivíduos. Estas grandes palavras que os historiadores empregam a todo o momento — raça, povo, exército, nobreza e outras — exprimem concepções do nosso espirito, são *entidades*, são frases.
>
> Não há de facto senão actos individuais, justapostos, mais ou menos simultâneos mais ou menos similhantes. Os actores reais na história são sempre os indivíduos...
>
> ... Recordemos primeiro que a contigência entra a cada passo na história pela acção individual».

Era, sobretudo, no homem azêdo, que acabou exilado na própria terra natal, recolhido na lavoura de Vale de Lobos, e no céptico amável dos «Vencidos da Vida», a manifestação daquele espírito de dúvida do século XIX, que punha insidiosamente a interrogação quando não podia rasamente negar e demolir as velhas ideas consagradas, tantas vêses intuïções geniais, confirmadas mais tarde pelos factos cientificamente averiguados.

* * *

Outros ainda tentavam explicações menos dependentes do *maravilhoso* e a que pretendiam dar um certo aparelho científico.

E argumentavam ou pelo menos sugeriam: — se Portugal não podia aparecer-nos como um mandado da geografia, se não podia dar-se-lhe a base duma Raça, de que fôsse a *alma* e a *obra*, porque não haveria aqui uma das várias e fecundas fusões de elementos étnicos diferentes, que tantas vezes estimularam os progressos das sociedades humanas?



*CARTA DE COUTO DE D. AFONSO HENRIQUES, INFANTE, AO MOSTEIRO DE S. PEDRO DE AROUCA, DE ABRIL DA ERA DE 1170*

*(T. T. col. esp.)*

Assim pensou e escreveu, por exemplo, Bazílio Teles no belo prólogo do seu «Problema agrário».

Quando o Condado Portucalense se constituiu do Minho ao Mondego era a sua gente formada de elementos lígures. Seriam êles a população aborígene — ou velha como os tempos — do litoral mediterrâneo ocidental, uma gente laboriosa, equilibrada, tenaz, que arou a terra e trabalhou os metais, mais para as charruas do que para as espadas. Gente sóbria, plástica, constante no amor e na esperança e que constituíria ainda hoje, no dizer de um Autor, a mais forte dose de bom-senso dos homens das Nações latinas.

Os Lígures teriam uma formação social de lavradores. Fortemente prêsos à Terra, por sôbre êles podiam passar, sem os assimilar nem subverter, as invasões, tumultuosas de ferros e de cânticos guerreiros.

Assim teriam desbordado dos Pirineus os Celtas louros, belicosos e eloqüentes, fortes na guerra *et orguti loqui*. O Lígure, adstrito ao torrão, continuava a revolver a leiva, sempre caminhando mais para o sul, a desbravar a terra, lento mas seguro «como a água da maré»...

Por duas vêzes por sôbre êle se fêz a unidade política da Paz Romana e da Monarquia visigótica.

Mas, um dia, nova migração torrentuosa veio do Norte de Africa. E no embate entre o Lígure do Norte e o Berbere e Semita do Sul acabaram estes últimos por preponderar.

Traziam êles uma formação social de pastores e de mercantes. Recrutando no alto as profissões liberais e políticas e nas camadas baixas a gente da pastorícia e do tráfego, vieram a dar à Nação o seu *facies* predominante, quando á primitiva organização lavradeira sucedeu a de povo de mercadores e de mariantes.

Neste choque étnico e no seu desenlace poderia afinal resumir-se o drama histórico-social da Grei portuguesa.

Juntem-se-lhe as necessidades do repovoamento dos êrmos da terra reconquistada e, em virtude delas, as largas doações aos homens de armas e às ordens monastico-militares e a conseqüente constituíção dos latifúndios. Acrescentem-se os efeitos do movimento de libertação das classes servas — e ter-se-á o quadro das causas da constituíção e dos destinos duma nação marinheira, sempre pronta a sair dos limites da sua existência peninsular.

*

* *

Não há dúvida de que foi larga e longa a permanência dos Arabes na Península e que a primeira fase da história portuguesa se passou de armas na mão, «a despejar o Mouro da terra ás lançadas». Inegável foi a influência mourisca em certos costumes do sul, no arranjo social, no amanho da terra, na forma da habitação e no geito do falar. São numerosíssimos os vocábulos que a língua recebeu do árabe.

Grande foi também a importância económica e financeira dos elementos semitas. Com êles aprendemos muito do que sabíamos na arte de nos orientarmos pelos astros; deles e dos árabes afeiçoámos vários aparelhos náuticos. Cristãos-novos ilustres andaram pela Côrte; alguns estiveram na Junta dos Matemáticos; do judeu Abraão Zacuto eram as tábuas de declinação do sol, com que os nossos pilotos mediam as latitudes e se guiavam no alto mar. Mas, impõe-se a necessidade de evitar uma generalisação excessiva e precipitada.

Não importa agora, evidentemente, resuscitar o problema histórico dos «armamentos para defeza». A terra, que ia sendo recuperada aos mouros na Reconquista, ficava deserta á medida que os Cristãos avançavam para o Sul. Entre os territórios habitados ou repovoados e as avançadas dos hostes cristãs, mediavam tratos extensos de *terra de ninguem*, que era mister depois povoar, numa política intensiva de colonização.

Os vencidos iam refluindo sempre das planuras transtaganas para o Gharb europeu até que o Conquistador os lançou pora lá do Estreito. Os que não fugiam ou se não submetiam eram expulsos, recalcados ou passados ao fio da espada.

Quando foi tomada, Lisboa contava dentro dos seus muros muitos foragidos de Santarem; Silves recolheu muitos dos vencidos de outras terras do sul. As Crónicas falam de numerosos imolados (como a meia dúzia de milhares do Castelo de Alvôr) ao ódio de raça e á intolerância religiosa. Os resíduos da gente árabe ou berbere, depois da conquista, foram pouquíssimos. Nunca aqui tivemos um problema dos Mouriscos, como o que por tanto tempo afligiu a monarquia castelhana. Os elementos judaicos contaram-se sempre em número reduzido. Algumas foram dizimadas em *progroms* de maior ou menor extensão; outros tiveram de buscar a terra do exílio; o maior número deles converteu-se e assimilou-se completamente na massa da população.

Imaginar, por isso, que berberes e semitas entraram no ponto de fusão de elementos étnicos que teriam formado Portugal e lhe imprimiriam feição é construir um romance histórico, pouco fiel á verdade dos factos comprovados.

*

* *

O que as investigações da arqueologia pré e proto-histórica demonstraram foi que, do Norte a Sul do país, havia e há um *estrato* étnico comum, que constantemente reagiu sôbre as imigrações sucessivas, para as repelir ou para as absorver e assimilar.

Deu-se-lhe por muito tempo como tipo antropológico o homem de Beaumes-Chaudes ou de Muge. Depois dos estudos do Dr. Aurélio da Costa Ferreira, que lhe achou caracteres negroides numa estatura de pigmeu, o homem de Muge ou *Homo afer-taganus* (Mendes Correia) foi regeitado com repugnância do lugar de antepassado do Português.

Coligem-se os dados ou vestígios da renitência com que antiquíssimos habitantes do trato de território peninsular, em que se talhou Portugal, se opuzeram á invasão céltica;

lembra-se a resistência tenaz, com que os Lusitanos se bateram contra o domínio romano — e, de tôdas as maneiras se conclue que aqui viveu, desde tempos recuados, uma gente rebelde aos domínios alheios, particularista, com afêrro á independência das Nações livres.

Entra-se depois pela História e de novo esse espírito reponta e cimenta as fundações duma Pátria, entre muitas que a Reconquista permitiu ou favoreceu. Simplesmente, emquanto quási tôdas, mais ou menos lentamente, se iam de novo fundindo na unidade política da Ibéria, aqui cresceu e teimou em viver uma Nação, que, como tal, se afirmou com a consciência duma comunidade de destino.

Desde cedo olhou como «estranjeiros» os outros cristãos da Península; ciosamente defendeu contra êles a liberdade do torrão, às vezes em lances difíceis; criou uma língua, uma literatura e uma arte proprias; teve economia autónoma e projectou-se para lá dos mares, logo que completou a unidade metropolitana, para expandir a sua poderosa *vis* criadora.

Meia dúzia de exemplos, forrageados através da história da Nacionalidade ilustram tôdas estas fortes manifestações de individualidade e vitalidade política.

A. MARQUES GUEDES

# ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

Continua-se a publicação das cartas dispersas de D. João IV, pertencentes à Biblioteca da Ajuda.

As que hoje se dão a conhecer são tôdas dirigidas a Castelo-Melhor, e pressente-se nelas o espírito de justiça do soberano que as assinou e dos ministros que também as subscreveram. Por outro lado vê-se que o monarca e o govêrno de Portugal eram minuciosamente elucidados de tudo o que se passava no país, acudindo prontamente onde era necessário reparar uma injustiça, premiar um serviço, estimular uma acção.

## VII

*«Conde amigo: Eu el Rey uos enuio m.to saudar como aquelle q̃ amo. Com esta carta se uos remetera huã petição de francisco de Abreu de Vasconcellos, em que pellas rasões que nella aponta, pretende ser prouido em huã das companhias de infantaria desse exercito. Encomendouos que uendoa com relação de seus seruiços e merecimentos mo proponhais para as que ahi ouuer uagas, ou uagarem na forma das ordens dadas, occupandoo no interim naquillo para q̃ entenderdes que tera prestimo. Escrita em Lx.a 30 de Junho de 1645.*

*Rey* ⁂

*Dom Alu.o Abranches de Cam.ra*

*Aluaro de Souza*

*P.a o Conde de Castel melhor»* (1).

## VIII

*«Conde amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle q̃ amo. O Coronel João de Cosmander me escreueo a carta q̃ sera em companhia desta, e porq̃ me parece q̃ tem razão em querer que as trincheiras de Estremos se fação conforme a arte e sciencia.*

(1) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 50.

*uos encomendo o enuieis aquella uilla para q̃ faça hum desenho da forma em q̃ se hão de obrar; aduertindo porem q̃ se não deue nisto fazer mayor despeza q̃ a que puder sofrer o lugar que breuemente quisera se fortificasse logo que fossẽ acabadas as praças mais uizinhas a Raya. Escrita em Lix.ª a 5 de Julho de 1645.*

*Rey* ⁝

*Para o Conde de Castel melhor.»* (1)

IX

*«Conde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar, como aquelle q̃ amo. Por parte de Dona Isabel de Mattos donzella filha de Mendo Alures de mattos q̃ Ds perdoe m.ºra na Villa de Castello da Vide, se me presentou a petição q̃ com esta carta se vos enuiara, porq̃ pretende pellas resoens q̃ apponta, não ser obrigada a dar camas aos soldados, nem jr o seu criado ás rondas, encomendouos q̃ vendoa, procureis se lhe guardem seus priuilegios, e remedeeis sua queixa, como entenderdes q̃ conuem a meu seruiço. Escrita em Lx.ª a 29 de Julho de 1645.*

*Rey* ⁝

*O Conde (?) de Sá*

*Dom João da Costa*

*Para o Conde de Castelmilhor»* (2)

X

*«Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.to saudar como aquelle q̃ amo. Com esta carta se vos remettera huã petição de Dona Isabel carrilho viuva do Dezembargador Aluaro Delgado, m.ºra na Villa de Castello da Vide, em a qual pellas rezões q̃ apponta, pretende não seja obrigada a dar camas aos soldados, e que o seu criado não va as rondas. En-*

(1) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 131.
(2) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 129.

*RETRATO DO DIPLOMATA PORTUGUÊS LUIZ PEREIRA DE CASTRO*

*comendouos, q̃ vendoa procureis se lhe guardem seus priuilegios e remedeeis sua queixa, como entenderdes, q̃ conuem a meu seruiço. Ecrita em lixboa a 29 de Julho de 1645.*

*Rey* ∴

*O Conde (?) de Sá*

*Dom João da Costa*

*Para o Conde de Castelmilhor.»* (1)

XI

*«Conde amigo. Eu El Rey uos inuio muito saudar como aquelle que amo. Por ser informado que o Castello da Villa de Montaluão necessita m.to de huã cisterna, e atafona para as occasiões que podem sobreuir assy de sitio como de qualquer outra inuasão que o inimigo intente naquella praça. E que conuem muito a meu seruiço mandar tratar logo da obra com toda a breuidade possiuel, para que a falta com que de prezente se acha aquelle Castello destas duas não occasione os danos que della se podem recear. Tenho resoluto que do rendimento das terças da Comarca de Portalegre, concujo districto aquella praça fica se lhe applique o dinheiro necessario para a despeza da obra, e para que se possa tratar logo della. Vos encomendo ordeneis aos Ministros por quem correm as fortificações que do dinheiro applicado a ellas tratem de que se fação logo a cisterna e atafona que tenho resoluto se faça no Castello daquella praça. Escrita em Lx.a a 23 de Agosto de 1645.*

*Rey* ∴

*Jorge de Mello*

*Joanne Mez de Vas.los*

*P.a o Conde de Castelmilhor».* (2)

---

(1) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 132.
(2) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 65.

XII

*«Conde amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle que amo; hauendome feito queyxa o Vedor geral desse exercito Andre dalmeyda da fonseca, de que Symão alurs pinheiro cont.or geral delle exercitaua o dito officio em sua casa sem o querer fazer na casa da contadorya onde tinha obrigação assistir e dar desp.o ás partes, mandey ordenar ao dito Vedor geral o obrigasse a ir seruir e continuar na dita casa do desp.o publico. E nella estiuessem os liuros e listas do exercito, com tal declaração que hauendo contas que pedissem mais socego e breuidade, parecendolho assy, deyxaria leuar ao dito Cont.or g.l os liuros a sua casa; E Porque o dito Andre dalmeyda continua na dita queixa porquanto mandando noteficar a Symão Alurs a ordem refferida, respondeo auia outra minha en contrario passada pello cons.o de guerra; E Porquanto sera de grande perjuizo a meu seru.co e faz.a não ir o cont.or despachar a Contadorya geral; Vos encomendo que sem embargo da ordẽ do Cons.o de guerra a que não toca dispor sobre esta mat.a obrigueis ao dito Symão Alurs pinheiro a que exercite nella seu officio e ahy estejão os liuros. E listas como tenho mandado porque assy o hey por bem. Escrita em Lx.a a 2 de Octr.o de 1645.*

*Rey* ∴

*Sebastião Cesar de Meneses*

*Para o Conde de Castel melhor.»* (1)

(1) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 63.

# PROGRAMA OFICIAL DAS COMEMORAÇÕES NACIONAIS DE 1940

## I — EPOCA MEDIEVAL

*DE 2 A 15 DE JUNHO*

JUNHO, 2 (Domingo).

Inauguração das comemorações nacionais. *Te Deum* na Sé patriarcal e em tôdas as Sés, colegiadas e velhas igrejas matrizes de Portugal e do Império. À tarde, sessão solene na Câmara Municipal de Lisboa, em que discursará Sua Excelência o Presidente da República; à mesma hora, solenidades em tôdas as Câmaras Municipais da Metrópole e das Colónias, e nas Embaixadas, Legações e Consulados de Portugal, unindo, no mesmo sentimento da Pátria, os portugueses dispersos pelo Mundo. À noite, sessão solene na Assembleia Nacional.

JUNHO, 4

Comemoração da Fundação, em Guimarãis. Cortejo das flôres. Missa campal. Discurso de Sua Excelência o Presidente do Conselho. A bandeira de Afonso Henriques é hasteada pelo Chefe do Estado na tôrre do castelo de Mumadona, e à mesma hora, pelas autoridades locais, nos castelos medievais portugueses que mais importante papel desempenharam na história da Fundação e da Conquista. Salva a artilharia em tôdas as guarnições militares e navios de guerra; repicam os sinos em tôdas as igrejas de Portugal imperial. À noite, em Guimarãis, representação do «Auto da Fundação», junto do castelo.

JUNHO, 5

Chegada do Chefe do Estado e do elemento oficial a Braga, pela Citânia e Lanhoso. Cerimónia religiosa na Sé Primaz; visita aos túmulos de D. Tereza e do Conde D. Henrique, e à Capela da Glória. Sessão solene no antigo paço arquiepiscopal de D. José de Bragança. Repouso no Bom-Jesus.

JUNHO, 6

Inauguração do padrão comemorativo do recontro de Valdevez (1140?). A comitiva segue para o Pôrto, por Viana do Castelo e Barcelos.

JUNHO, 7

Acto medieval do Pôrto. Visita à Sé: comemoração da concessão do foral pelo bispo Hugo (1123); evocação dos bispos fundadores. À noite, sessão solene em que se celebrará a criação da primeira bôlsa comercial por D. Diniz (1293) e a sua reorganização por D. João I (1387).

JUNHO, 8

Chegada a Coimbra. Cerimónia cívico-religiosa na igreja de Santa Cruz, perante os túmulos de Afonso Henriques e de Sancho I. Sessão solene na Sala dos Capelos, comemorativa das Côrtes de Coimbra (1211) e da fundação da Universidade (Lisboa, 1290; Coimbra, 1308).

JUNHO, 9 (Domingo).

Acto medieval de Lisboa. Romagem do povo à Sé e ao Castelo de S. Jorge. Representação de uma alegoria dramática ao ar livre, no castelejo. Iluminações e danças populares. — Festa provincial do Ribatejo, em Santarém (1).

JUNHO, 10

Sessão solene na Academia das Ciências: glorificação da língua portuguesa.

JUNHO, 11

Inauguração da Exposição dos Primitivos Portugueses, no Museu das Janelas Verdes. À noite, concêrto de gala no Teatro de D. Maria II: peça sinfónica inspirada na «Fundação»; reconstituïção musical das poesias galécio-portuguesas dos séculos XII e XIII.

JUNHO, 12

Véspera de Santo António. Visita ao lugar em que, segundo a tradição, nasceu o grande Santo português. À noite, representação, no adro da Sé de Lisboa, de uma obra hierática alusiva. — Festa provincial de Trás-os-Montes e Alto Douro. Inauguração das pontes sôbre o Tua e sôbre o Tâmega.

JUNHO, 13

Partida do elemento oficial para Beja e Castro Verde. Romagem ao local tradicional da batalha de Ourique (1139); inauguração do padrão comemorativo em Cabêço de Rei. Partida para Faro. — Em Lisboa, iluminações e arraiais nos bairros da cidade antiga.

JUNHO, 14

Festa provincial do Algarve. Comemoração da tomada de Faro (1249) e do quarto centenário da sua elevação a cidade (1540).

JUNHO, 15

Actos solenes de Lagos e Sagres. Preito ao Infante e aos navegadores do ciclo henriquino, precursores do Império. Missa campal no rochedo de Sagres; bênção ritual do Mar.

## II — EPOCA IMPERIAL

*DE 16 DE JUNHO A 14 DE JULHO*

JUNHO, 16 (Domingo)

Inauguração da Exposição do Mundo Português.

JUNHO, 22

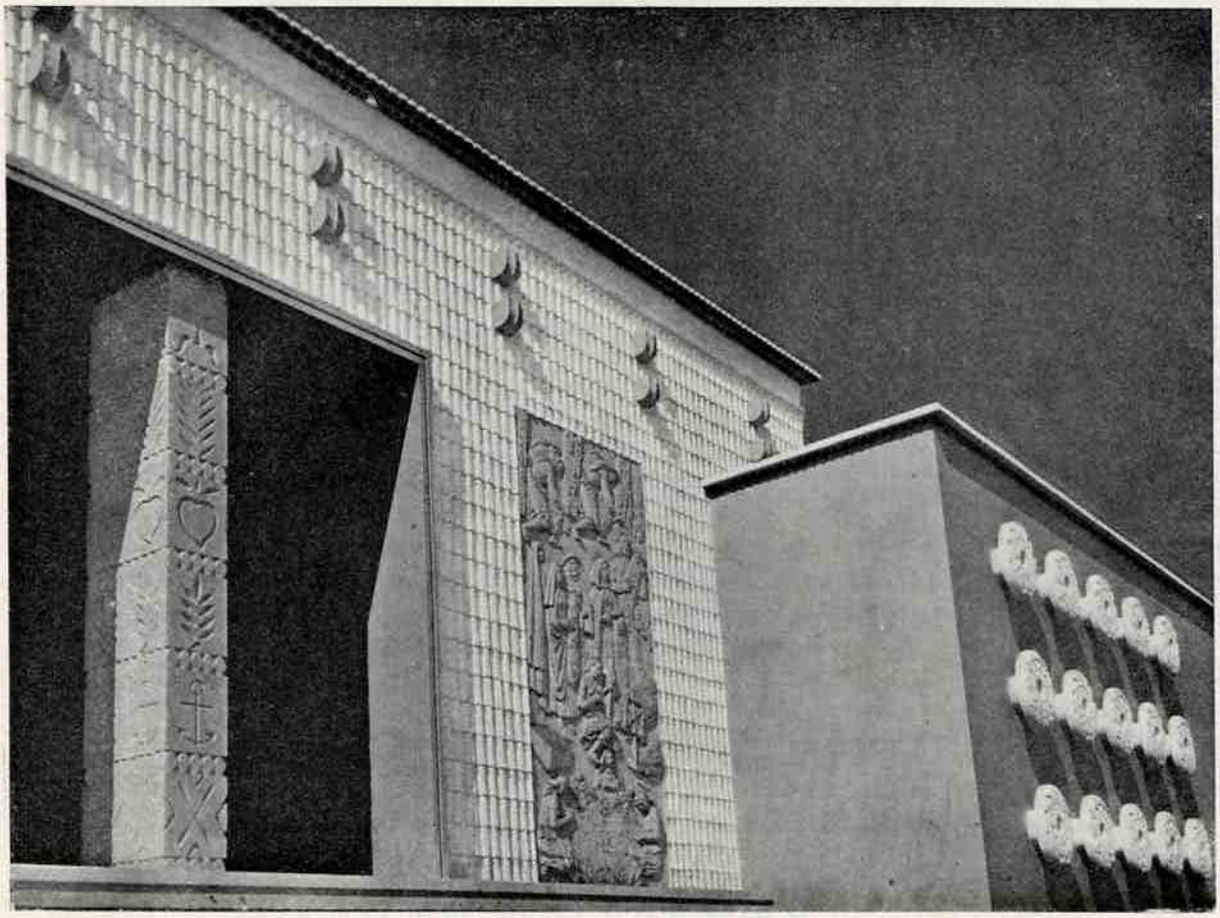
Recepção de credenciais das Embaixadas extraordinárias e Missões especiais estrangeiras, no Palácio de Belém. Visita à Exposição.

---

(1) As festas provinciais compreendem, segundo os casos, exposições etnográficas, paradas agro-pecuárias e cortejos folclóricos regionais.

JUNHO, 23 (Domingo)

Missa de pontifical e acto imperial na Igreja dos Jerónimos, em que usará da palavra Sua Eminência o Cardial Patriarca: exaltação do esfôrço civilizador de Portugal no Mundo. Banquete no Palácio da Ajuda.



*PORMENOR DE UM PAVILHÃO DA SECÇÃO DE ETNOGRAFIA METROPOLITANA DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES*

JUNHO, 24

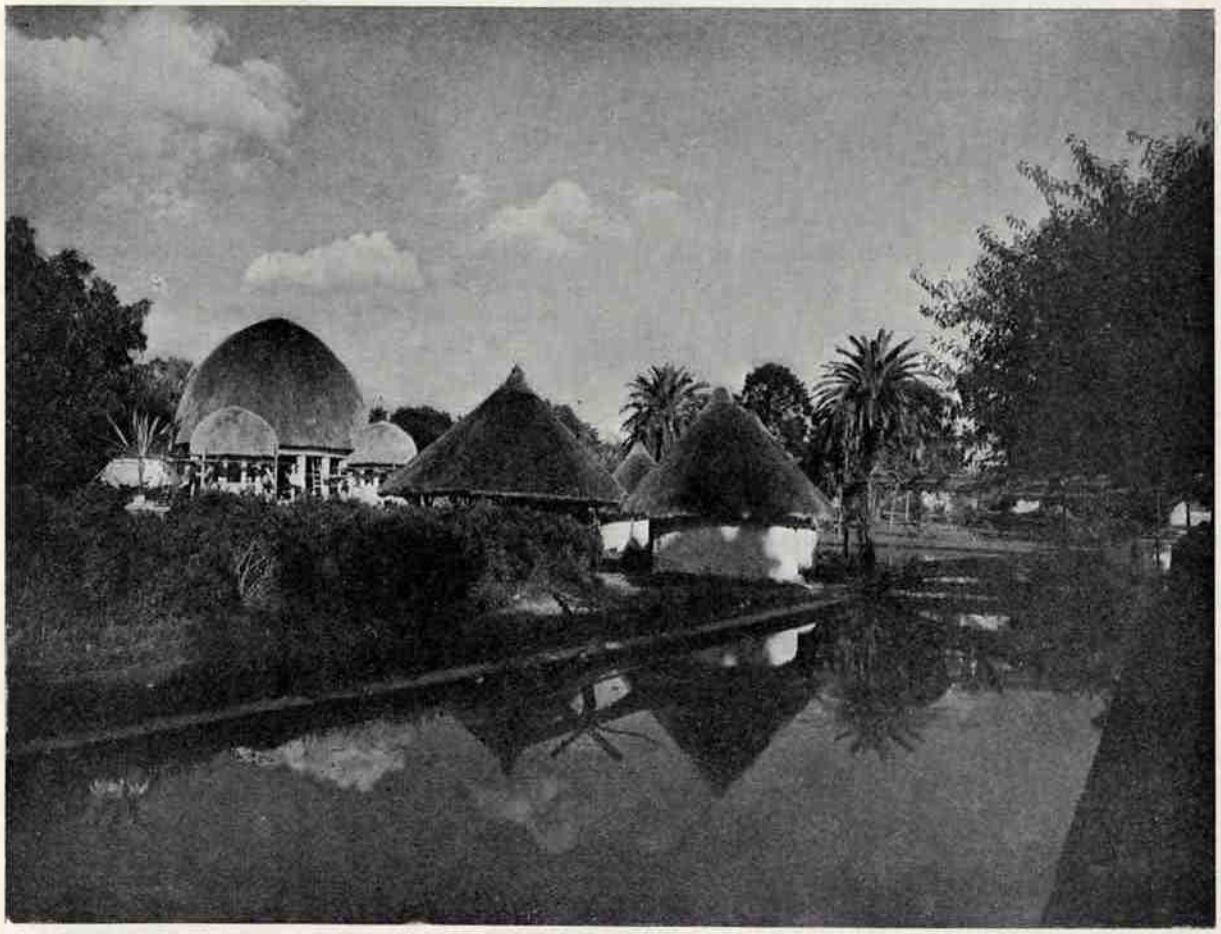
Passeio inaugural na Estrada marginal Lisboa-Cascais. À noite, marchas populares dos velhos bairros de Lisboa. — Festas provinciais do Minho, em Braga, e do Alto Alentejo, em Évora.

JUNHO, 25

Abertura da Exposição de Cartografia Portuguesa, no edifício dos Jerónimos. Serão manuelino na Tôrre de Belém.

JUNHO, 26

Inauguração, em Lisboa, do monumento a Pedro Álvares Cabral, oferecido pelo Govêrno brasileiro à Nação portuguesa. À noite, preito ao Brasil na Exposição do Mundo Português.



*ALDEIA INDÍGENA, NA SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS*

JUNHO, 27

Abertura da Exposição bibliográfica e documental das Côrtes do Reino, no palácio da Assembleia Nacional. Récita de gala no Teatro de D. Maria II: representação de autos e farsas de Gil Vicente.

JUNHO, 28

Serenim de Queluz, nas salas e jardins do Palácio, oferecido ao Corpo Diplomático e Missões estrangeiras. Execução de música setecentista portuguesa (orquestra de câmara e cravo); representação de cenas de uma comédia do tempo.

JUNHO, 29

Inauguração do Aeroporto de Lisboa. À noite, concursos e prémios aos ranchos populares lisboetas no recinto da Exposição.

JUNHO, 30 (Domingo)

Grande cortejo imperial do Mundo Português.

JULHO, 1

Acto solene inaugural dos nove congressos do Mundo Português, no palácio da Assembleia Nacional (à noite).

JULHO, 2

Recepção dos congressistas no Pavilhão de Honra da Exposição. Primeira sessão de trabalhos do III congresso, «Navegações e descobrimentos dos portugueses», e do IV congresso, «Monarquia dualista».

JULHO, 3

Primeira sessão de trabalhos dos V e VI congressos. À noite, na Sociedade de Geografia, abertura solene do Congresso Colonial (IX).

JULHO, 4

Partida do elemento oficial para o Pôrto. Abertura da Exposição da obra de Soares dos Reis, no palácio dos Carrancas. Inauguração do Pôrto de Leixões. À noite, sessão solene na Universidade: início dos trabalhos do I congresso, «Pré e proto-história».

JULHO, 5

Cortejo do Trabalho, no Pôrto. Baile no Palácio da Associação Comercial.

JULHO, 6

Partida para Coimbra. Inauguração da Exposição de Ourivesaria. Abertura solene dos trabalhos do II congresso, «Portugal medieval», na sala dos Capelos.

JULHO, 7 (Domingo)

Comemoração da Raínha Santa. Festa provincial da Beira Litoral. — Partida do elemento oficial para o Buçaco: visita aos monumentos da guerra peninsular.

JULHO, 8 e 9

De regresso a Lisboa, romagem aos lugares históricos do centro do País: Leiria, Batalha, Tomar, Alcobaça, Caldas da Raínha, Óbidos, Santarém. Durante o percurso, realização de vários actos e solenidades: em Tomar, inauguração do monumento a Gualdim Pais; em Leiria, comemoração das côrtes de 1254, em que pela primeira vez teve voz o povo; visitas ao mosteiro de Alcobaça e ao campo da batalha de Aljubarrota (1385).

JULHO, 10

Prosseguem, em Lisboa, os trabalhos dos congressos do Mundo Português.

JULHO, 11

Inauguração do Parque Florestal de Monsanto. À noite, recepção dos congressistas coloniais na Secção etnográfica colonial da Exposição.

JULHO, 12
Récita de gala no Pavilhão de Honra.

JULHO, 13
Banquete de encerramento dos Congressos.

JULHO, 14 (Domingo)
Festa dos «Lusiadas» na Exposição do Mundo Português.

### PERÍODO INTERCALAR CORRESPONDENTE ÀS FERIAS

AGOSTO, 10
Festa provincial do Baixo Alentejo, em Beja.

AGOSTO, 14
Dia de Nun'Alvares: evocação do esfôrço militar português através dos tempos.

AGOSTO, 15 a 24
Actos comemorativos nos arquipélagos da Madeira e Açores.

SETEMBRO, 8 (Domingo)
Inauguração do Estádio Nacional e da Ponte de Alcântara. Abertura da Semana Olímpica.

SETEMBRO, 12
Sessão inaugural do Congresso de Ciências da População, na Universidade do Pôrto.

SETEMBRO, 15 (Domingo)
Abertura, no Pôrto, da Exposição etnográfica do Douro Litoral. Feira das Colheitas. À noite, espectáculo de gala.

SETEMBRO, 16
Festa provincial da Beira Alta, em Viseu.

OUTUBRO, 4
Festa provincial da Beira Baixa, em Castelo Branco.

OUTUBRO, 30
Celebração do concurso de Portugal na defesa da Espanha cristã: acto comemorativo da batalha do Salado (1340) na Sé de Évora.

## III — EPOCA BRIGANTINA

*DE 10 DE NOVEMBRO A 2 DE DEZEMBRO*

NOVEMBRO, 10 (Domingo)
Peregrinação popular aos lugares históricos da Restauração, em Lisboa.

NOVEMBRO, 11
Sessão solene inaugural do Congresso luso-brasileiro de História (VII).

NOVEMBRO, 12

Recepção dos congressistas na Exposição do Mundo Português. Espectáculo de gala no Pavilhão de Honra.

NOVEMBRO, 13

Romagem à igreja da Graça, de Santarém, onde repousa Pedro Alvares Cabral. Leitura, junto à campa do Descobridor, de trechos da carta de Pero Vaz de Caminha.

NOVEMBRO, 14

Homenagem à memória do Padre António Vieira, na igreja de S. Roque: reconstituïção de um dos sermões prègados naquele púlpito pelo grande orador.

NOVEMBRO, 15 e 16

Visita aos lugares históricos do Alentejo: Évora (sessão comemorativa do movimento de 1637, na sala dos actos da antiga Universidade); Borba (batalha de Montes Claros, 1665); Ameixial (Batalha do Canal, 1663); Fronteira (batalha dos Atoleiros, 1384); Elvas (batalha das Linhas de Elvas, 1659). Preito aos mortos da Independência, ante os padrões das grandes batalhas.

NOVEMBRO, 17 (Domingo)

Inauguração da estátua eqüestre de D. João IV no terreiro do Paço de Vila Viçosa. Cortejo histórico-militar. Visitas evocadoras da estirpe ducal de Bragança: sala de armas do Castelo; sala dos Duques; igrejas-panteões dos Agostinhos e de Santa Clara.

NOVEMBRO, 18

Prosseguem em Lisboa os trabalhos do Congresso luso-brasileiro de História. Inauguração do Teatro de S. Carlos: primeira representação da ópera «1640».

NOVEMBRO, 19

Sessão de encerramento do Congresso luso-brasileiro de História. Banquete aos congressistas no Pavilhão de Honra da Exposição.

NOVEMBRO, 20

Abertura do Congresso de história da actividade científica portuguesa, na Universidade de Coimbra (VIII congresso do Mundo Português).

NOVEMBRO, 24 (Domingo)

Acto de escritura pública, ao estilo do século XVII, da doação do Palácio dos Condes de Almada ao Estado pela Colónia portuguesa do Brasil. Cerimónia da entrega das chaves, pelos representantes da Colónia, ao Govêrno Português. Posse do edifício pela Mocidade Portuguesa e pela Sociedade Histórica da Independência. À noite, concêrto no Pavilhão de Honra da Exposição: peça sinfónica inspirada na «Restauração»; execução de composições musicais de D. João IV e dos contrapontistas portugueses do século XVIII.

NOVEMBRO, 26

Sessão solene no Museu de Artilharia, comemorativa dos grandes chefes militares seiscentistas.

NOVEMBRO, 27

Inauguração da Exposição bibliográfica da Restauração, na Biblioteca Nacional.

NOVEMBRO, 28

Sessão solene na Academia das Ciências: comemoração da obra dos diplomatas e dos jurisconsultos de Portugal restaurado.

NOVEMBRO, 29

Festa de homenagem, na Exposição, à Colónia portuguesa do Brasil e a todos os núcleos de portugueses dispersos pelo Mundo.

DEZEMBRO, 1 (Domingo)

*Te Deum* na Sé de Lisboa. Desfile das bandeiras da Restauração e dos estandartes dos Municípios, das Corporações, da Legião, da Mocidade Portuguesa, perante o Monumento dos Restauradores. À noite, espectáculo de gala no Teatro de D. Maria II: representação da peça «Vila Viçosa».

DEZEMBRO, 2

Encerramento das festas nacionais, pelo Chefe do Estado, na Câmara Municipal de Lisboa. À mesma hora, sessões solenes em tôdas as câmaras municipais da Metrópole e do Império, Embaixadas, Legações e Consulados portugueses. À noite, representação da ópera «1640», em espectáculo gratuito, para o povo.

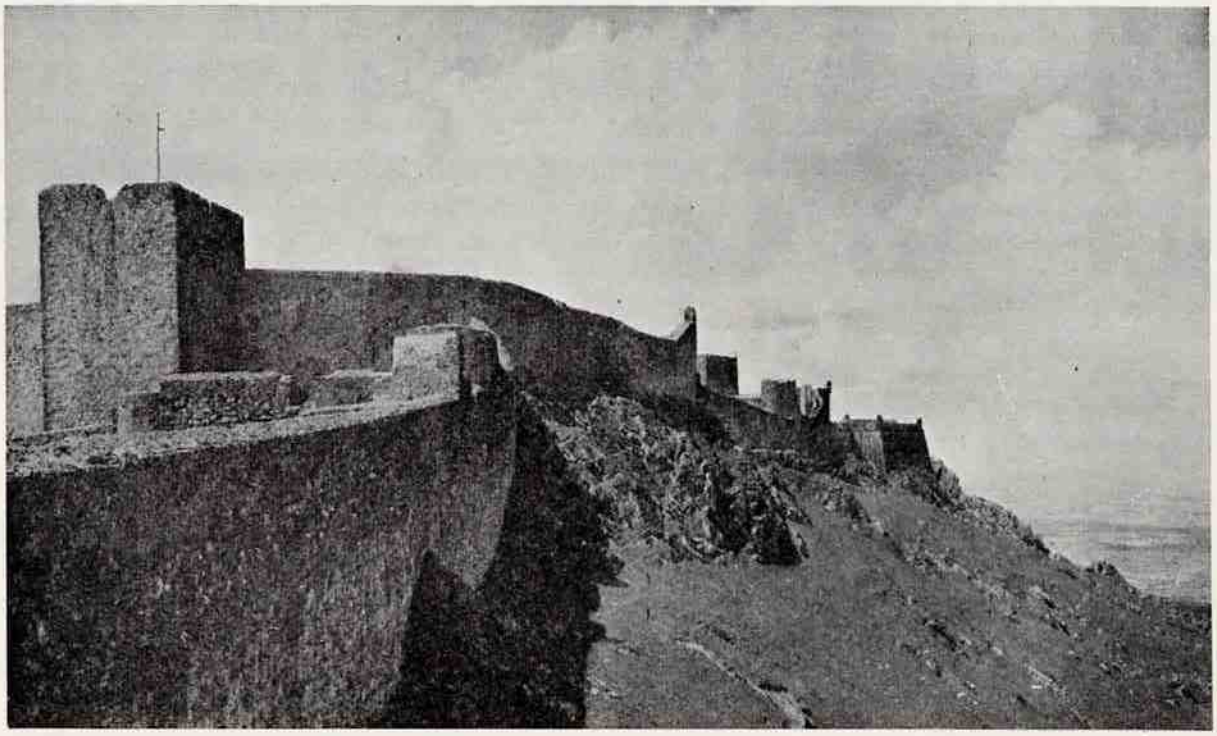
Lisboa, Sala das Sessões da Comissão Executiva, em 2 de Dezembro de 1939.

# CASTELOS DE PORTUGAL

## MARVÃO E CELORICO DA BEIRA

*O poder evocador das velhas muralhas dos nossos castelos revigora-nos o patriotismo e provoca-nos o culto de uma admiração patriótica pelas glórias de Portugal.*
*(Castelos de Portugal — Distrito de Leiria — Jorge Larcher)*

O castelo de Marvão, de remota origem, parece ter sido construido pelos moiros. O ilustre historiador Gama Barros, no 3.º volume da sua «História da Administração



*CASTELO DE MARVÃO*

Pública em Portugal nos séculos XII a XV», faz o estudo da doação pela qual o rei D. Afonso III, conjuntamente com a raínha sua mulher, lega a seu filho D. Afonso os castelos e vilas de Marvão, Portalegre e Arronches, doação esta que parece ter substituído a anteriormente feita, por êste mesmo monarca, à Ordem do Hospital, conforme os documentos gerais do Registo de Leça, citados por José Anastácio de Figueiredo, no seu trabalho «Nova Malta Portuguesa».

Foi esta doação motivo de grandes discórdias, visto D. Diniz não querer que as filhas

de D. Afonso, suas sobrinhas, viessem a herdar estas vilas e castelos situados na raia, com o fundamento de que estavam casadas com grandes e poderosos fidalgos de Castela, não convindo, pois, que fortalezas tão importantes para a defesa da nossa fronteira não estivessem na posse da Corôa.

Não conseguiu D. Diniz convencer seu irmão o infante D. Afonso, pelo que resolveu apoderar-se pela fôrça dêstes castelos e vilas, dirigindo-se, em 1239, a sitiar Portalegre e mandando cercar Marvão e Arronches, que não tardaram a ser encorporados na corôa.

Foi esta guerra muito auxiliada e instigada pelos genros de D. Afonso, que chegaram a entrar em Portugal, só terminando a luta com a intervenção conciliadora dos prelados e grandes do reino e da bondosa raínha D. Isabel, chegando-se então a um acôrdo pelo qual o infante D. Afonso se comprometia a entregar a Aires Cabral, que foi o primeiro alcaide do Castelo de Marvão, as vilas e fortalezas em litígio, com o compromisso de fidelidade e de homenagem por si e pelos alcaides que neles estivessem, conforme consta dos documentos citados pelo ilustre investigador Possidónio M. Laranjo Coelho, na sua interessante monografia sôbre o castelo e fortaleza de Marvão.

Na era de 1338 fez D. Diniz, com sua mulher a raínha D. Isabel e com o infante seu filho D. Afonso, troca dos castelos e vilas de Marvão e Portalegre, pelas vilas de Sintra e Ourem, mais rendosas mas de menos importância estratégica naquela época.

Depois destas lutas, tratou D. Diniz da defesa da fronteira de Odiana, para o que mandou construir e reedificar várias fortalezas entre as quais a de Marvão.

Nas lutas entre os partidários da raínha D. Leonor e o Mestre de Aviz, tomou o alcaide dêste castelo, ao tempo Fr. Vasco Porcalho, uma atitude inconstante, pois que ora estava ao lado de Castela, ora se colocava ao lado dos partidários do mestre de Aviz.

A êste alcaide sucedeu Francisco de Alvarez de Queiroz, que por ordem de D. Fernando entregou a alcaidaria do castelo de Marvão ao prior do Hospital, Fr. Pedro Alvares Pereira, irmão de D. Nuno Alvares Pereira.

A região de Odiana mais de uma vez foi invadida depois que romperam as hostilidades entre D. Henrique de Castela e o nosso D. Fernando.

A causa dêste rompimento parece que foi o desejo do nosso rei querer vingar a morte de D. Pedro, seu primo, herdeiro da Corôa de Castela, e que D. Henrique, filho bastardo de D. Afonso XI, assassinou para se apoderar do trono, ou porque D. Fernando se julgasse com direitos à corôa de Castela por morte de D. Pedro e instigado pelos partidários do rei assassinado declarou guerra a Castela.

O papa Urbano interveio para acabar a luta entre os dois reis cristãos e em 31 de Março de 1371 era assinado o Tratado da Paz em Alcoutim, pelo qual, entre outras cousas, foi acordado que tudo quanto o rei D. Henrique tomara ao de Portugal e êste ao de Castela, voltaria à posse dos seus primitivos senhores.

Por mais de uma vez foi esta fortaleza testemunha de numerosos sucessos dentro

dêste período agitado de lutas com Castela. Vários foram os alcaides-mores do castelo de Marvão, mas não nos permite a falta de espaço enumerá-los e descrever a acção de cada um dêles nesta alcaidaria, que no reinado de D. João III ficou pertencendo ao Conde de Atalaia e seus sucessores, em cuja posse esteve até à sua extinção.

Depois do heróico movimento salvador da nossa emancipação do domínio Castelhano, em 1640, sofreu esta fortaleza grandes obras de reparação e foi provida das armas indispensáveis para a sua defesa, pois, por mais de uma vez, teve de suportar os fortes e repetidos ataques das fôrças castelhanas.

Em 1664, o Marquez de Marialva comunica em carta, ao rei, as obras que estavam fazendo em várias fortalezas, prevendo nova guerra, e referindo-se à de Marvão dizia:

«Marvão pela parte do Castello de Vide he inexpugnavel mas pella de Valença (que não he tanto) se lhes tem feito hua estrada cuberta com sua estacada e tres meyas Luas, que não estão ainda em sua perfeição».

Com a chamada guerra da sucessão ao trono de Espanha, à vista das suas muralhas se travaram duros combates, tendo caído em poder dos espanhóis, mas pouco tempo se conservou na sua posse, pois foi tomada pelos portugueses depois de um duro assédio.

De novo a fortaleza de Marvão foi alvo de mais de um ataque durante a guerra a que deu origem o pacto de família, e durante as invasões franceses manteve mais uma vez o seu patriotismo e o valor que já manifestara nas guerras anteriores.

Impossível narrar, nesta resumida notícia, tôda a longa história dêste importante castelo, que, com o advento da artilharia, sofreu profundas obras com o fim de o transformar e adaptar numa robusta fortaleza, que pela sua posição na fronteira tão importante papel tinha a desempenhar na defesa de Portugal.

D. Afonso II deu aos freires de Evora o lugar denominado de Aviz, na margem direita do Ervedal, onde edificaram o castelo que na doação se lhes impunha por dever fundarem.

As relações hostis com os mussulmanos parece, portanto, haverem-se limitado naquela época a tornar cada vez mais numerosos os diversos pontos fortificados nos distritos do sul; e desta época datam os primeiros vestígios da existência de Marvão, cujos termos, cobertos de antigas ruínas, se procuram povoar.

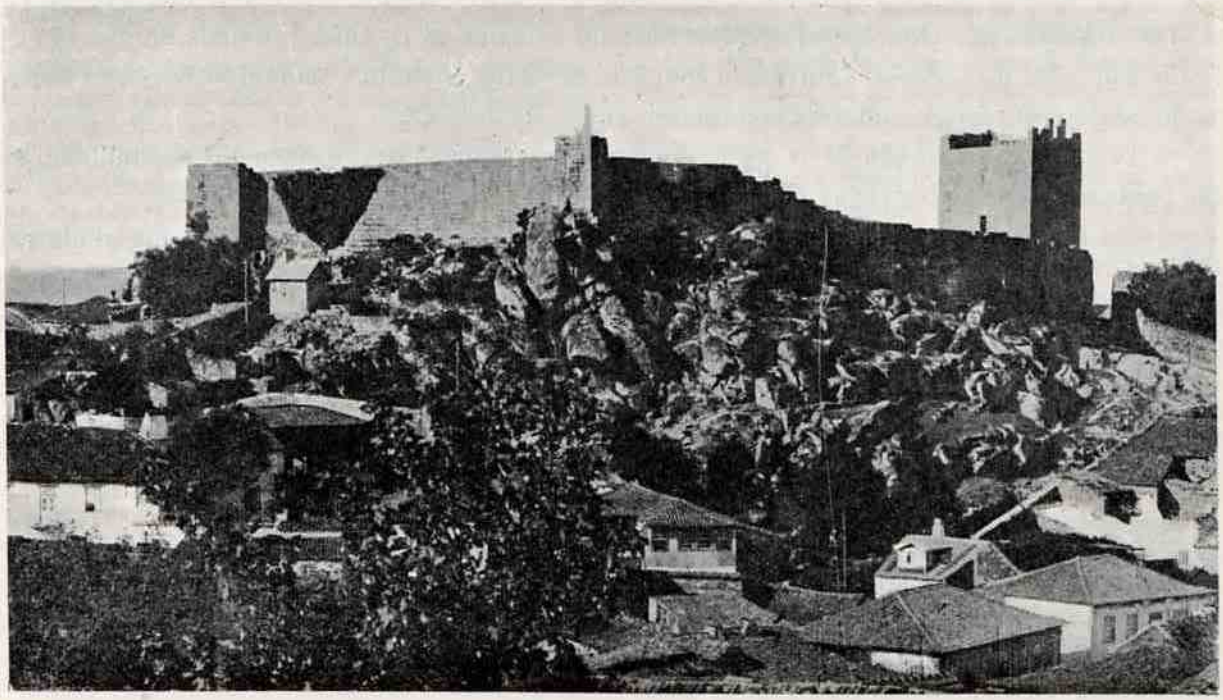
* * *

Não podemos precisar o papel que teve na independência de Portugal o castelo de Celorico da Beira, mas pela sua situação e vizinhança com outros castelos da mesma região, decerto não ficaria isolado ou afastado dessas lutas que se travaram para o alargamento e consolidação da nacionalidade.

A povoação é de remotíssima fundação e era defendida por um vasto e robusto castelo do qual se ignora a data da sua construção, mas atribuindo-se a D. Diniz a sua reedificação.

Vários factos históricos nos recordam as seculares muralhas de Celorico da Beira, desde o seu cêrco no reinado de D. Sancho I, em que tão valorosos se mostraram os defensores dêste castelo.

Mais tarde, nas lutas entre D. Sancho II e seu irmão, o conde de Bolonha, admirá-



*CASTELO DE CELORICO DA BEIRA*

vel acto de lealdade praticou o alcaide D. Fernando Rodrigues Pacheco, recusando se a entregar a fortaleza que seu rei D. Sancho confiara à sua guarda, mantendo-se com galhardia perante o apertado cêrco que lhe fez D. Afonso, conde de Bolonha.

Dêste facto nasceu uma curiosa e interessante lenda, tão fabulosa como tantas outras lendas que se prendem aos nossos monumentos e que a imaginação dos nossos antepassados creou.

Como dissémos, D. Afonso cercou o castelo de Celorico da Beira e diz a lenda que a guarnição sitiada, já cançada pelos sucessivos recontros e falta de mantimentos por tão prolongado ataque, estava prestes a render-se, mas certa manhã, quando a situação dos defensores desta fortaleza era desesperada, passou sôbre o castelo uma águia que levava uma truta no bico, que deixou cair dentro das muralhas. Logo o famoso alcaide D. Fer-

nando Pacheco teve a feliz lembrança de enviar o saboroso peixe a D. Afonso, para lhe mostrar que havia abundância de víveres na praça, e de facto o conde D. Afonso, julgando certamente que os assediados estavam bem abastecidos, tomou a resolução de levantar o sítio, poupando os seus homens a maiores sacrifícios.

Esta astuciosa idea salvou a praça dum apertado assédio, e o seu alcaide, só depois da morte de D. Sancho II, em Toledo, é que reconheceu D. Afonso por seu soberano, entregando-lhe as chaves do castelo que tão nobremente guardou e defendeu.

No reinado de D. Fernando I, foi Celorico tomado, assim como Almeida, Pinhel, Linhares e Viseu, por Henrique II de Castela; no reinado de D. João I, depois da derrota de Trancoso, o rei de Castela, enfurecido com êste desastre, invadiu Portugal, através da Beira, tendo ocupado Celorico onde fez testamento em 21 de Julho.

Também no reinado de D. José, em 1762, foi Celorico saqueada pelos espanhóis, que não tardaram a ser castigados pelos reveses que lhe inflingiram os portugueses.

Eis algumas breves notas sôbre o velho castelo de Celorico da Beira, que ainda recentemente foi contemplado pelo Govêrno com uma verba para obras de conservação e consolidação de forma a evitar maior ruína a êste histórico padrão militar de tão gloriosas tradições.

JORGE LARCHER

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

*No* Primeiro de Janeiro, *do Pôrto, de 29 de Fevereiro último, publicou o ilustre escritor Sr. Dr. Júlio Dantas, sob o título:* A música portuguesa nas Comemorações Centenárias, *o artigo que a seguir transcrevemos.*

«Publicado o programa definitivo das Comemorações, em que foi necessário introduzir modificações resultantes das circunstâncias internacionais e da sua inevitável repercussão interna, chegou o momento de informar o público acêrca das realizações que especialmente interessam à cultura, e a que a Comissão Executiva, a que tenho a honra de presidir, consagra a mais desvelada atenção e o maior interêsse. Ocupar-me-ei hoje da música.

A música portuguesa tem parte importante no programa do Duplo centenário, acompanhando os actos e solenidades, quer do período medieval, quer da época imperial, quer, ainda, das celebrações brigantinas.

No período medieval, além das marchas heróicas do acto inaugural da Sé de Lisboa, por trombeteiros que, sôbre a galilé do velho templo românico, anunciarão, entre salvas de artilharia e os repiques dos sinos, o comêço das festas nacionais (2 de Junho), tem especial lugar a audição de música arcaica marcada para a noite de 11 do mesmo mês no Teatro de D. Maria II (não se encontram ainda concluídas, nessa altura, as obras do Teatro de S. Carlos), audição cujo programa, já há tempo elaborado, compreende os seguintes números: palavras preliminares, pelo ilustre professor, sr. Luiz de Freitas Branco; reconstituição musical de cantigas de amor e de amigo dos Cancioneiros galécio-portugueses dos séculos XII, XIII e XIV, sucessão de quadros evocadores em que os executantes reproduzirão, nos trajos e na organologia, as iluminuras medievais dos velhos códices; execução, por grandes grupos corais, de trechos de música religiosa e medieval (fragmentos de um hino contido num Missal do século X, e composições do século XIII extraídas dos códices de Alcobaça); o poema sinfónico do maestro Wenceslau Pinto, intitulado «1140», pela orquestra da Emissora Nacional. As reconstituições musicais do «Cancioneiro da Vaticana» — entre as quais uma, atribuida ao rei D. Sancho I — devem-se ao sábio musicólogo, professor Tomaz Borba.

No período imperial, não só as marchas de trombetas e de atabales do século XVI acompanham os aráutos e os reis-de-armas em vários actos e solenidades, mas o programa compreende ainda números sacros e profanos de superior interêsse musical. Passo a indicá-los. Em primeiro lugar, a missa de pontifical que se cantará no acto imperial dos Jerónimos, peça central das festas nacionais (23 de Junho). Em segundo lugar, o Serão Manuelino da Tôrre de Belém (25 de Junho), exclusivamente consagrado à celebração da figura e da época do rei D. Manuel I, compreendendo, além de trechos literários coetâneos recitados do varandim da tôrre, um cântico de Damião de Goes, «Ne laeteris inimica mea», que pela primeira vez ouviremos (interpretação do maestro Frederico de Freitas); música quinhentista de órgão; vilâncicos portugueses do século XVI com acompanhamento de alaúde; marchas de charamelas; várias cantigas do tempo, que Gil Vicente incluiu nos seus autos (folias, chacotas, ensaladas), cantadas por coros com acompanhamento de flautas e adufes. Em terceiro lugar, a festa dos «Lusíadas» cuja realizações se prevê na Exposição do Mundo Português, e em que se executará, entre outras composições, a «Cantata camoneana» do insigne mestre Viana da Mota (14 de Julho). É ainda nesta época (28 de Julho) que se efectua nas salas e jardins do Palácio de Queluz, para as Embaixadas extraordinárias e missões especiais, um serenim do século XVIII em que se executará música portuguesa (orquestra de câmara e cravo), e em que porventura figurará o belo cravo holandês, de tampo de harmonia com pinturas, talvez a melhor peça da magnífica colecção de instrumentos músicos antigos por mim adquirida para o Conservatório Nacional quando inspector daquele estabelecimento de ensino.

Na época brigantina, o acontecimento musical é a inauguração do Teatro de S. Carlos (18 de Novembro), completamente renovado no seu aparelho cénico, com a primeira representação da ópera de «1640», expressamente escrita a meu convite pelo ilustre maestro-compositor, sr. Rui Coelho, sôbre poema de Silva Tavares. Outros números, porém, de elevado interêsse musical, se realizam neste período, entre êles o concêrto de gala da Restauração, consagrado à música e às danças do século XVII (24 de Novembro), no qual se executam, além de um poema sinfónico de Luiz de Freitas Branco, escrito

pelo erudito professor também a meu pedido, várias composições do rei D. João IV e dos contrapontistas de E'vora e Vila Viçosa (escolhidas e arranjadas pelo professor Tomaz Borba), reconstituindo-se, em sucessivos quadros animados, como pinturas de leque, as danças cortezãs e populares seiscentistas, interpretação musical do maestro Frederico de Freitas (pavanas, galhardas, alemandas, vilôcos, sapateados, e outras, repetidas vezes citadas nos documentos portugueses do tempo).

Como se vê, cada um dêstes espectáculos-concêrtos se subordina ao pensamento musical de uma época — medieval, manuelina e da Restauração — o que era, aliás, intuitivo. Na qualidade de presidente da Comissão Executiva, e mediante voto afirmativo da mesma Comissão, entreguei a organização e direcção de todos trabalhos musicais (serão manuelino, audições, concêrtos e outros números) ao maestro Frederico de Freitas, cujo talento e elevada cultura constituem penhor de que se desempenhará com brilho da sua delicada missão. Tenho acompanhado de perto êsses trabalhos e estou inteiramente satisfeito. Tôda a execução do programa musical das Comemorações centenárias, incluindo a da ópera «1640», será feita de acôrdo e com a cooperação valiosíssima da Emissora Nacional e do meu ilustre amigo capitão Henrique Galvão, cuja admirável actividade se desdobra por tantas realizações diferentes. Além dos compositores e musicólogos a cuja competência recorri, procurarei ainda assegurar-me do concurso de outros, — e não me faltará, decerto, a boa-vontade de todos. Far-se-á quanto nas nossas possibilidades caiba para que a parte musical do programa se revista do interêsse, da elevação e da dignidade próprias das datas nacionais que se comemoram.»

# NOTAS VÁRIAS

## *CONTRIBUIÇÃO ESTRANGEIRA NOS CONGRESSOS DO MUNDO PORTUGUÊS*

Entre as várias formas porque os países estrangeiros colaborarão nas Festas dos Centenários, conta-se como das mais interessantes e das que maior projecção terão, não só em Portugal como além das fronteiras, grande número de comunicações estrangeiras enviadas ao Congresso do Mundo Português. Entre os colaboradores dos Congressos figuram alguns ilustres historiadores e outras personalidades notáveis.

No Congresso de pré e proto-história, entre muitos outros, conta-se o geógrafo alemão Lautensach, o Padre Breuil e o Prof. Blanchet. Para o congresso medieval, basta que citemos a colaboração já assegurada do Prof. Calmette, sôbre o Condestável D. Pedro; o Prof. Iorga, que escreveu sôbre o espírito da Cruzada dos Descobrimentos; o historiador Carl Erdmann, que se ocupará de D. Afonso Henriques; um lusófilo notável, como W. Entwistle, que escreveu em português um estudo acêrca da «Côrte de D. Felipa». O período dos Descobrimentos mereceu aos investigadores estrangeiros uma natural atenção e assim é que grande número de comunicações se têm recebido a respeito desta época. La Roncière trata da cartografia portuguesa, assim como Heinrich Winter; Leo Magnini ocupa-se dos portugueses no Japão e Conti Rossini dos portugueses na Etiópia; Robert Ricard escreveu acêrca da nossa passagem por Marrocos; J. Blacke sôbre os portugueses na Africa Ocidental. Dois distintos investigadores sul-africanos, o Rev. Welch e Axelson, tratam respectivamente do descobrimento da Africa do Sul pelos portugueses e da expedição de Barreto ao Monomotapa; o dr. Henry Thomas estuda os efeitos dos Descobrimentos na cultura europeia. Mas, de um modo geral, todos os períodos da nossa História mereceram a atenção dos investigadores estrangeiros, como se deduz, por exemplo, do trabalho do numismata Babelon sôbre figuras portuguesas do século XVI; do estudo do Prof. Le Gentil sôbre a «história» famosa do Padre Vertot; de Michel Lhéritier acêrca de Napoleão e Portugal; do economista romeno Prof. Manoilesco acêrca do «Génio Latino no Estado Novo português», etc. etc.

Para dar nota do interêsse excepcional desta colaboração bastará dizer que foram recebidas já 70 comunicações e se esperam ainda cêrca de 50 trabalhos, assinados pelas maiores notabilidades mundiais e reflectindo profundamente o prestígio e a expansão do espírito português e das suas criações eternas.

MAIO 1940

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 16 — 30 de Abril de 1940 — ANO II

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*A ACLAMAÇÃO DOS NOSSOS REIS — Dr. Paulo Merêa* . 1

*PORTUGAL É UMA NAÇÃO — Dr. A. Marques Guedes*. 5

*CASTELO DA FEIRA — Dr. Vaz Ferreira* . . . . . 12

*ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão*. . . . . 19

*CASTELOS DE PORTUGAL — Abrantes e Tôrres Novas — Cap. Jorge Larcher* . . . . . 24

*LEGISLAÇÃO*. . . . . 28

*REVISTA DA IMPRENSA* . . . . . 29

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA. LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50


A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais:

A fogo . . . . . 25$00
A ouro . . . . . 30$00
(Empaste) . . . . . 5$00

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA
Rua da Oliveira, ao Carmo, 8/Lisboa
TELEFONE 22886

# A ACLAMAÇÃO DOS NOSSOS REIS

*Algumas vezes os nossos escritores, tanto antigos como modernos, têm feito alusão à «coroação» dos reis portugueses.*

*Êste facto, e também a existência de composições artísticas de origem estrangeira, em que se pretende representar uma verdadeira coroação dos reis portugueses, com o conhecido cerimonial eclesiástico, pode ter convencido algumas pessoas de que os nossos monarcas fôssem realmente «coroados». Todavia, não há memória de tal cerimónia, e o que Brandão afirma àcêrca de D. Sancho I, ungido e coroado na Sé de Coimbra, não se apoia em fonte conhecida.*

*Pelo contrário, sabe-se que D. João I pediu ao Papa Martinho V, por intermédio de seu filho D. Pedro, que lhe conferisse êsse privilégio, e de facto, uma bula daquêle pontífice concede aos reis portugueses a faculdade de receberem a coroa e serem ungidos na conformidade do que estava em uso nos outros reinos. Mas Rui de Pina declara nunca ter ouvido que tal se praticasse, e as descrições, que nos deixaram os cronistas, das cerimónias que acompanhavam o advento dos nossos reis, não fazem a menor alusão ao acto da coroação, nem a qualquer cerimónia eclesiástica que lhe servisse de sucedâneo, mesmo quando se alargam nessa descrição, o que é freqüente.*

*Se, como observa Schramm, a história da coroação mostra como os povos do Ocidente orientaram as suas concepções de direito público em diversas direcções, consoante a sua índole própria (notem-se as diferenças tão flagrantes entre a França, a Alemanha e a Inglaterra, e também, em proporções mais modestas, o contraste entre Castela e Aragão), o caso português merece bem ser pôsto em relêvo.*

*Compreende-se fàcilmente que D. Afonso Henriques começasse a intitular-se rei independentemente de coroação, e talvez mesmo sem ter sido formalmente aclamado* (1); *mas já é mais de estranhar que, até D. João I, nenhum dos nossos monarcas se lembrasse de impe-*

---

(1) *O autor do apócrifo das Côrtes de Lamêgo deve ter tido presente, ao compor a cena, qualquer* ordo, *consoante parece depreender-se dalgumas das fórmulas empregadas, e até da economia geral do auto.*

*trar da Cúria o privilégio de se fazer sagrar — como fez a Escócia por várias vezes —, o que não impedia que se chamassem reis por graça de Deus e se considerassem vigários de Deus no seu reino.*

*A cerimónia que entre nós fazia as vezes de coroação, (embora tivesse uma índole completamente distinta), chamava-se «levantamento», mais tarde também «aclamação», e só abusivamente «coroação», pois nela não havia imposição de coroa e (àparte os juramentos) era um acto puramente laico. Nos quadros da história das instituïções políticas a designação que lhe cabe é a de «eleição»* (electio, *em alemão:* Wahl), *expressão esta que não implica necessàriamente uma eleição no sentido habitual, podendo ser antes a simples ratificação dos direitos do novo rei, e representando, como tal, uma derivação ou sobrevivência da primitiva escolha do rei pela nação.*

*Ao passo que nos países onde se praticava a coroação os ritos próprios da* electio *estavam incorporados no cerimonial religioso, entre nós êles conservaram a sua independência, constituindo por si sós uma solenidade que não podemos surpreender na sua origem, mas que, nos seus elementos fundamentais, deve remontar aos nossos primeiros monarcas.*

*Fernão Lopes, quando nos diz que D. Fernando foi levantado no mosteiro de Alcobaça após o enterramento de D. Pedro, refere-se ao facto como uma coisa corrente, e, tanto ao tratar do que se passou quando foi alçado o pendão por D. Beatriz, como depois, ao narrar a aclamação de D. João I, não se esquece de aludir ao tradicional pregão:* arraial, arraial (1).

*Conquanto o trono fôsse hereditário, o nosso direito público conservava, como vestígio do princípio consensual e como expressão do dualismo rei-nação, a instituïção do levantamento. Assim como na França, se é certo que* o rei não morria, *todavia só a sagração conferia o título e a dignidade de rei, assim também entre nós o novo rei estava de antemão designado, mas necessitava, não obstante, de ser aclamado. Segundo a descrição de Rui de Pina, D. Duarte assenta-se no trono como Infante e recolhe já Rei aos seus paços. Mas está claro que êste alcance do levantamento se foi cada vez mais diluíndo, à medida que se radicou o princípio da hereditariedade, e apenas em casos especiais — como a aclamação de D. João IV — reassumiu, por fôrça das circunstâncias, algo da sua primitiva importância.*

*A primeira descrição completa que possuímos é a do levantamento de D. Duarte, na*

---

(1) *O mesmo pregão aparece sob as formas* arreal *e* real. *O étimo é o mesmo* (regale).

*Crónica de Rui de Pina. Realiza-se no terreiro dos Paços reais, para tal fim consertado e luzidamente ornado. Aí nos aparecem alguns dos ritos característicos da* electio, *em especial o costumado pregão, três vezes repetido, que equivale ao tríplice* Vivat *dalguns rituais de coroação. Não falta tão pouco a alusão às «vestiduras reais», à «cadeira real» e à «bandeira real», que o alferes mór desprega ao soltar o brado da aclamação.*

*A cerimónia termina pelo beija-mão de menagem, à maneira hispânica. Após a solenidade, o alferes mór, com todos os senhores e muito povo, percorre a cidade, dando os mesmos pregões nas praças do costume, e acabando por colocar a bandeira sôlta na tôrre de menagem do Castelo.*

*Não se refere Rui de Pina ao juramento do rei. Parece portanto que esta solenidade — que lá fora constituía como que o intróito da coroação — não estava ainda em uso, ou pelo menos ainda não se considerava indispensável na aclamação dos reis portugueses. É certo que a obrigação de o rei assumir para com a nação um compromisso jurado estava nas nossas tradições, mas as referências mais antigas são vagas e equívocas, sendo só a partir de D. João III que se pode afirmar que êsse juramento fazia parte integrante da aclamação.*

*Também a entrega do cetro, insígnia da realeza, acto que nas coroações tinha o sentido de investidura simbólica e costumava preceder a imposição solene da corôa, não constituía entre nós peça essencial do levantamento. Figura, embora sem aspecto ritual, na aclamação de D. João III (que recebeu o cetro das mãos do camareiro mór), mas podem apresentar-se exemplos, tanto anteriores como posteriores, de aclamações em que aquela entrega se não efectuou, apresentando-se o rei já com o cetro na mão. Pode bem ser que esta e outras praxes representem uma importação tardia, uma imitação do que se passava nas coroações. É assim que as descrições mais antigas da aclamação dos reis portugueses não fazem referência ao estoque real, empunhado pelo Condestável durante a cerimónia, segundo um velho estilo da coroação dos reis de França.*

*A cerimónia da aclamação de D. João III compõe-se dos seguintes elementos: ocupação do trono, entrega do cetro (ambos êstes actos em especial solenidade), alocução, juramento do rei, desfraldar da bandeira, menagens e beija-mão, e por fim o brado proclamatório: «Arraial! Arraial! Arraial! pelo muito alto e muito poderoso príncipe elrei D. João Terceiro Nosso Senhor» — pregão muitas vezes repetido. Finda a cerimónia, o rei, com o cetro na mão, vai à igreja rezar, mas o que aí se passa, conquanto revista o aspecto de festa religiosa, não faz parte do auto do levantamento, nem importa qualquer espécie de sagração.*

*Tão pouco se fala em coroação, nem se diz sequer que o rei estivesse coroado.*

*A partir dêste momento não se observa nenhuma alteração essencial na cerimónia da aclamação dos nossos reis, sendo as variantes apenas de pormenor. Haja vista o levantamento de D. João IV, agora tão lembrado, que numa gravura alemã da época aparece fantasiosamente completado por uma coroação pròpriamente dita* (1).

*A instâncias de D. João V, o Papa Clemente XI concedeu ao Patriarca de Lisboa* pro tempore *que pudesse sagrar os reis de Portugal e dar-lhes as insígnias reais, não obstante o indulto concedido por Eugénio IV ao Arcebispo de Braga. Mas também dêsse privilégio não chegou, que eu saiba, a fazer-se uso.*

*Coimbra*

PAULO MERÊA

(1) *Pode ver-se a reprodução dessa gravura no número 6 desta* Revista.

# PORTUGAL É UMA NAÇÃO

IV

Durante os primeiros tempos da formação do Estado português, os seus limites oscilavam, hesitando entre as terras cis e transminhotas. Continuava-se dest'arte aquela íntima unidade de civilização entre Galaicos e Lusitanos, que o sábio Martins Sarmento proclamou e demonstrou persuasivamente.

Nas múltiplas combinações políticas da Reconquista chegou a haver por duas vezes um reino da Galiza, englobando as terras ao norte e ao sul do Douro: — o de Ordonho II, com a capital em Viseu, e o que, na partilha do reino de Fernando o Grande, veio a caber a seu filho Garcia, que abrangia o trato extenso do Minho ao Mondego.

Mas, cedo as realidades conspiraram contra êsses artifícios políticos. Já no século X há documentos, em que aparece diferenciada a região trans-minhota como Galiza. O Conde portuense Nuno Mendes revoltou-se contra Garcia, rei galego (1071); a rebelião alastrou ràpidamente pelo Norte dando-se a colisão das fôrças lá para o norte de Braga.

A formação, na zona ao sul do Minho, dum escol de senhores e duma população com aspirações de autonomia foi um *processus* histórico confuso e longo, tecido de malhas emaranhadas e por vêzes caídas..

Sabe-se como os Mouros do sul de Espanha, alarmados com a acção militar e política de Afonso VI, que avançava as suas conquistas para o sul até Toledo e Valência e se fizera intitular às portas de Saragoça sitiada, «rei das duas religiões», solicitando o auxílio dos Almoravides de Marrocos, conseguiram bater os cristãos em Zalaca. Foi depois desta desastrosa batalha que o rei vencido pediu o apoio dos barões francos e que, entre êles, vieram à Península Henrique de Borgonha e Raimundo, conde de Amous.

*

* *

Não pode saber-se ao certo quando e como do senhorio da Galiza, atribuído a Raimundo, e compreendendo as terras de Coimbra e mesmo as de Santarém e Lisboa, veio a destacar-se o condado portucalense, confiado a Henrique. O primeiro documento, que faz referência ao primeiro Conde Portucalense, é de Dezembro de 1095.

O que se seguiu depois é por demais conhecido mesmo dos menos doutos na história pátria.

Está averiguado que, desde a criação do condado, houve nêle e nos seus chefes uma viva aspiração nacionalista, com claras manifestações eclesiásticas e seculares; que ela teve

horas claras de esperança e tristes momentos de desalento, mas não se apagou nem ficou sopitada após a morte do Conde. A sua viúva, que, como filha de Rei, se intitulava Raínha — obediência aos costumes ou reïnvindicação intencional? — continuou a obra do marido. Mas, as suas relações com o Conde de Trava alienaram-lhe o respeito e a confiança dos barões, que já consideravam como estranjeiro o nobre galego, receando que a sua acção contrariasse a realização das aspirações autonomistas das terras portucalenses.

Em Março de 1139, o Infante seu filho intitulava-se pela primeira vez — «Alphonsus, portucalensium Rex.»

*

* *

O Rei leonês não aceita de boa mente esta organização do condado em reino autónomo. Se o reconhece, faz ao mesmo tempo de Afonso Henriques senhor de Astorga, para que, nessa qualidade, continue seu vassalo, como os Reis de Inglaterra o foram por muito tempo dos de França, como duques da Normandia.

Simplesmente, Afonso Henriques e o seu reino não querem ser vassalos. No conceito teocrático da soberania, então dominante, e sob o primado político da Igreja, o Rei português ofereceu menagem ao Papa Inocêncio III (1143) com uma tença anual. A resposta de Lúcio II ainda se limita, prudentemente, a tratá-lo por *Dux*. Só Alexandre III veio a reconhecê-lo como rei hereditário de Portugal. Êste fica assim reconhecido *de jure* à face do direito público de então.

Mas, é evidente que tudo isto não foi sómente a *vontade de viver* livres dum Conde e dos seus homens de armas. O que ela fez poderia, em praso breve, sucumbir e desaparecer. No fundo do movimento autonomista estava o sentimento colectivo das populações, a consciência de Nação, que já inspirava a sua resistência viva à invasão céltica e ao domínio romano. No tempo de César, ainda a Lusitânia se mantinha rebelde e livre.

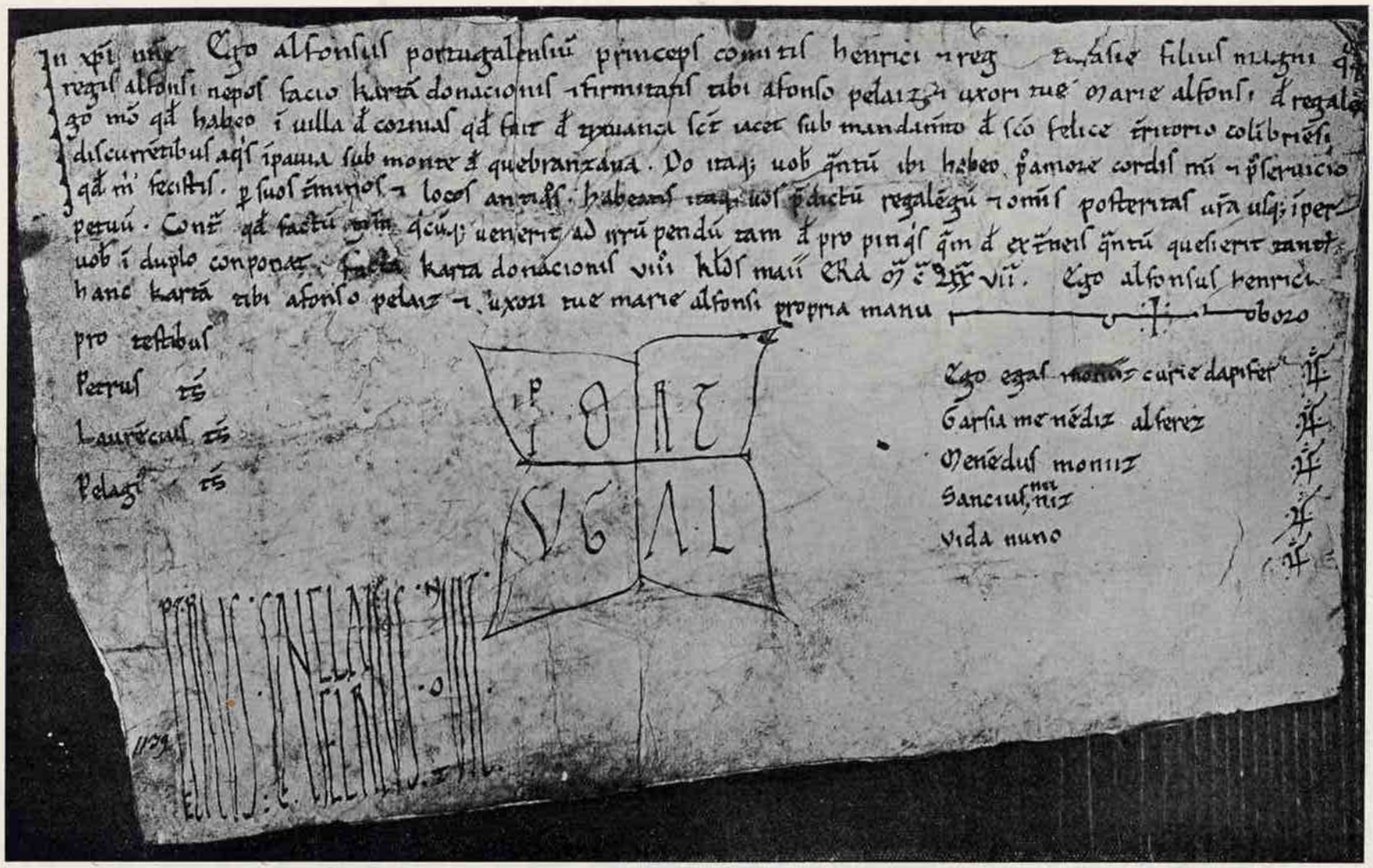
*

* *

O esfôrço político do novo reino estava naturalmente traçado — o de buscar as fronteiras históricas da sua antiga gente. Por isso, a conquista se alarga para o sul, pelos plainos transtaganos e deveria desbordar pelas terras estremenhas, por onde a Lusitânia bojara, até Emerita Augusta, que a *pax romana* lhe erigira para capital.

Mas, ao passo que o seu domínio se estendia para o sul, a expansão castelhana, seguindo, do outro lado do Guadiana, uma linha paralela, barrava-lhe o caminho para o oriente. E a colisão dá-se no Algarve.

Sancho II doara as suas conquistas nessa província à Ordem de Santiago. Paio Peres Correia, seu grão-mestre, fez confirmar a doação por Fernando de Castela, para a hipó-



*DOAÇÃO FEITA POR D. AFONSO HENRIQUES, QUE NELA SE INTITULA PRINCIPE, A D. AFONSO PELAIZ, DO SEU REGUENGO NA VILA DE COINIAS, DATADA DA ERA DE 1177, OITAVA DAS CALENDAS DE MAIO*

*(T. T. col. esp.)*

tese de vir a província a caber a êste reino. E de facto, Afonso X reinvidicou para si o Algarve oriental. Intervem o Papa como medianeiro. Afonso III de Portugal casa com a filha bastarda do Rei castelhano, que retem o usufruto do Algarve. O seu domínio viria a caber ao filho do matrimónio, quando atingisse os 7 anos de idade.

Em 1267, um tratado de limites entre Portugal e Castela estabeleceu a fronteira do Guadiana entre os 2 reinos, do Caia até ao mar.

Estava constituído o reino metropolitano de Portugal nas suas fronteiras definitivas.

*

* *

A existência dêsse reino encontrava-se, porém, constantemente ameaçada por um vizinho poderoso. Com o desproporcionado crescimento de Castela, o *equilíbrio político* na Península só podia manter-se com o esfôrço de ligas políticas entre os diversos reinos, em que afinal cristalisara o movimento da Reconquista: — a Navarra, o Aragão com o Condado de Barcelona; Castela, Portugal e o reino mouro de Granada.

Para resistir à absorpção castelhana, Navarra apoia-se na França e o Aragão na Itália. Portugal procura pontos de apoio na Inglaterra e para além do Mar.

Este depressa nos atraíu. Lisboa e Pôrto cedo desempenharam, na costa Atlântica, papel idêntico ao de Valência e Barcelona no litoral mediterrâneo. Um comércio relativamente intenso foi-se desenvolvendo com a França, a Flandres e a Inglaterra.

Abriu-se-nos a era duma economia mercantil e monetária.

Criara-se a marinha imposta pelas necessidades das expedições (a Alcácer, a Silves, a Alvôr) e do tráfego.

Semearam-se pinhais para as madeiras; contrataram-se pilotos e arrais nas repúblicas marítimas de Itália; fundaram-se terrenos para a construção das naus.

As comunidades das vilas e portos de Portugal celebraram um tratado de amizade e defesa mútua contra o côrso, com Eduardo de Inglaterra.

A população do reino, com o afluxo de novas gentes e a colonização dos *francos*, nos tempos de D. Diniz a D. João I, já excedia um milhão de habitantes, segundo as listas dos Besteiros do Couto do arrolamento de 1422.

Mas, empurravam-nos ainda mais fortemente para o mar as condições geo-climáticas da nossa terra continental e a sua posição política, sob a atracção centrípeta de Castela.

Para a contrariar, já D. Fernando de Portugal selara o primeiro pacto formal da Aliança. E o Portugal de Aviz ratificou-o, solenisando-o com um casamento régio. Ao mesmo tempo, procuravam-se vias de expansão para o Algarve de Além, passando ao Norte de África.

V

Logo que atingimos a fronteira sul com o domínio, aliás contestado, do Algarve, mostrou-se-nos claramente que nenhuma outra saída tinhamos para a expansão da Grei dentro da Península. E era mister defender ciosamente e a todo o momento a independência do reino assim constituído e limitado.

D. Diniz renuncia ao senhorio das praças de Andaluzia, doadas a Afonso III para repudiar a vassalagem do rei português ao de Castela. Dispensa a colaboração de sua própria mãi, D. Brites, por ser castelhana e pender para a sua pátria de origem. Tudo é vão para o demover de tal resolução, negando-se tenazmente à convocatória duma entrevista em Badajoz feita por seu avô Afonso o Sábio.

A pendência do Algarve mostrara ainda uma outra fase grave do perigo castelhano: — o carácter internacional das Ordens Militares. Fôra a resolução do Mestre da de Santiago pedir a confirmação de D. Fernando de Castela à doação que D. Sancho II de Portugal fizera da província do Algarve à sua Ordem, quem provocara o litígio sôbre o domínio da sua zona oriental.

Para evitar tal perigo, o monarca português delibera nacionalizar as ordens militares em Portugal. A de Santiago da Espada passaria a ter aqui mestre seu privativo e português. Abrem-se para êsse efeito negociações com o Papa Nicolau IV, que em 16 de Setembro de 1288 expede uma bula, que permitia a eleição de um mestre português. Castela reage e consegue que o papa Bonifácio VII suspenda a execução daquela bula. Não obstante isso, sempre continuámos a eleger mestres portugueses, até que o Papa XXII deu razão a Portugal, com nova bula expedida em 1320.

A mesma intenção ditara a organização da Ordem de Cristo, para nela encabeçar os bens nacionais da extinta Ordem dos Templários.

* * *

Êste Rei dedica grande parte do seu esfôrço à valorização da terra portuguesa.

Mas, ela punha aos seus governantes um problema económico, que os meios de então tornavam insolúvel.

O primitivo trato das terras portucalenses, até mesmo prolongado para o Mondego, tinha condições duma lavoura regular. Mas, as terras do Sul ofereciam particularidades geo-climáticas, geradoras dum desiquilíbrio económico alarmante. O território português escassamente podia dar o pão necessário á subsistência da sua gente. A Terra não sustentava o seu Homem...

Começou então a nossa actividade mercantil e marinheira.

O Rei Lavrador desenvolve com enérgico impulso a navegação e o tráfego. Os pinhais, que detêm as dunas e defendem as terras, também dão madeiras para as naus. Abrem-se novos portos de mar. Funda-se no Pôrto a primeira Bolsa.

No reinado de Afonso IV, começámos a preocupar-nos com as Ilhas atlânticas e a reivindicar as Canárias. Portugal dava as primeiras manifestações da sua vocação de descobridor de novas terras e de novas rotas.

No tempo de D. Fernando corôa-se uma verdadeira revolução burguesa e mercantilista. As leis das sesmarias, inoperantes mau grado as suas fortes disposições cominatórias, denunciam a vastidão do mal da deserção dos campos. O êxodo rural vinha engrossar a gente do comércio e dos mesteres, cujas Corporações tinham ganho (como em outros países) uma influência política dominante. Elas vão comandar o movimento burguês do Primeiro Interregno. Burguês e interessantemente nacionalista.

* * *

Os tumultos e manifestações populares contra o casamento do *Rei formoso* com Leonor Teles, nascem da maravilhosa intuíção política, que o Povo português sempre manifestou nas crises decisivas da Nacionalidade. A Nação corrigia com severidade a inconstância do Monarca, que sucessivamente andou a fazer e a traír pactos com Castela, o Aragão, a Inglaterra...

Á sua morte, êste soberano que, pela sua infelicidade, consegue tornar-se simpático na sua versatilidade tonta, lega ao país em aberto o problema temeroso da sucessão, pois casara a única filha com o rei castelhano. Em pouquíssimas terras, a população consente que se grite arraial pela nova Raínha, infanta portuguesa mas mulher de estranjeiro. Por quási tôda a parte, se reivindica o direito de a Nação escolher *rei natural*. E quando os alcaides tomam pelo partido da legitimidade dinástica, que naquele caso era o partido de Castela, a arraia-miuda, com armas de fortuna, mas com o moral invencível das causas santas, foi cercá-los nas cidadelas e obrigá-los a render-se. Não vale a pena invocar a tão conhecida página de Fernão Lopes, que descreve o arranque generoso da canalha, de ventres ao sol, a filhar os castelos, que se tinham bandeado pelo estranjeiro... O que se seguiu foi a sagração maravilhosa do movimento da independência, a confirmação solene do nosso batismo político de Nação livre.

Já na regência de Leonor Teles, os Vereadores de Lisboa tinham pedido audiência à Raínha para lhe requerer a repressão de alguns abusos cometidos no reinado anterior e a reparação de prejuizos que os súbditos haviam sofrido por míngua de bons conselheiros. Isso se devia, no entender dos procuradores do povo da capital, ao facto de terem sido aqueles governados sem consulta de nacionais e apenas ao arbítrio de estranjeiros. E pediam que no conselho da Raínha fôssem incluidos alguns prelados oriundos do país e não

galegos e castelhanos, e de cada comarca dois homens bons para cuidar com estes e com o Conselho dos negócios do reino, assistindo ao despacho duas vezes por semana.

Nas classes dirigentes, desta como em outras emergências graves,

«alguns traidores houve algumas vezes»...

Mas, o Povo não deixou de os estigmatizar e quando foi possível, de os punir com rigor implacável. Depois de Aljubarrota, todos os castelhanos, que debandaram, foram trucidados pela população. Mas, a fúria desta cevava-se com particular requinte nos portugueses transfugas e traidores à causa nacional. Para o salvamento dêsses, foram vãs tôdas as súplicas de parentes, pois à própria vista deles, a populaça os executava sem piedade...

* * *

Aclama-se então um rei nacional, eleito pelo Povo. Êste entra na Administração pela mão do novo Rei, como pela do Constestável já entrara na direcção da campanha da independência, participando do seu conselho militar.

As classes populares da mercância e dos mesteres vêem reforçada a sua organização corporativa e assegurada a participação desta no exercício do poder público. Cria-se uma nobreza nova, em cujos quadros se sente por mais duma maneira a influência marcada da Aliança.

Natural era que de tôda esta revolução mercantil e burguêsa saísse uma nova estrutura para o Portugal de Aviz. Ela não representou, porém, uma solução de continuídade ou uma quebra da tradição. A evolução, que já vinha de D. Diniz, acentúa-se e acelera-se. Vamos agora decididamente para o Mar. Nêle estavam a melhor defesa contra o perigo da absorpção castelhana e o impulso irresistível do nosso destino histórico.

A. MARQUES GUEDES

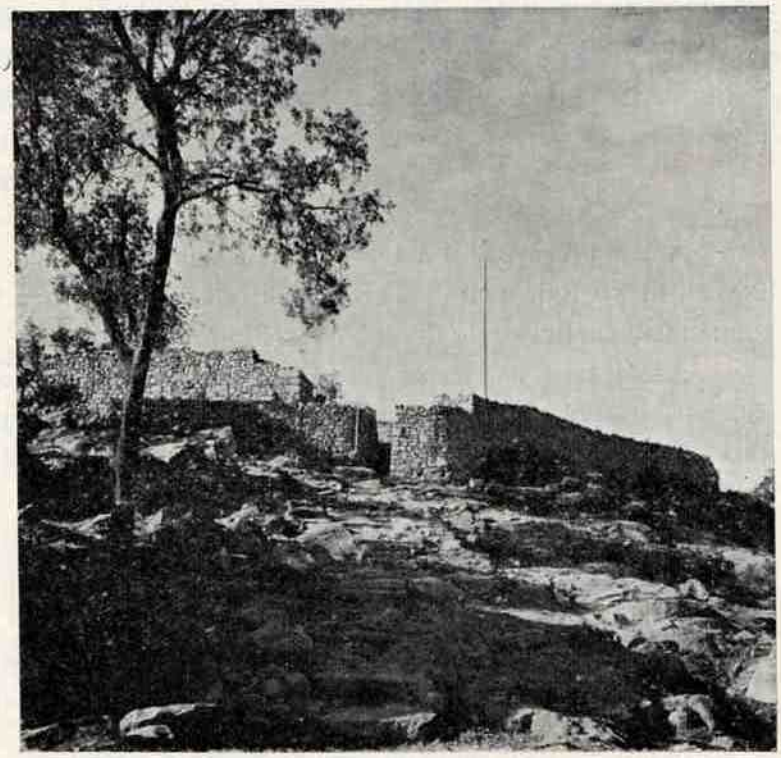
# CASTELO DA FEIRA

A autonomia portuguesa não surgiu de repente, como facto resultante de circunstâncias de momento. Pelo contrário, vinha-se preparando, havia longo tempo, concebida nos desígnios do conde D. Henrique, enraïzada nas aspirações dos ricos-homens e da plebe de entre Minho e Mondego (1) e justaposta à rebelião de D. Afonso Henriques.

Não podemos antecipar o nascimento da nação autónoma a quando o conde D. Henrique apenas concebeu ambições de independência (2), nem protraí-lo à época do filho se intitular decisivamente rei (3).

Precederam a batalha de Ourique muitos factos demonstrativos de tendências e tentativas separatistas e havia onze anos, desde a vitória de S. Mamede, que o infante se considerava senhor livre e independente das terras portuguesas.

O Portugal autónomo nasceu ao rebentar o movimento que conseguiu a efectiva libertação do predomínio galego e da suzerania leonesa: — no início da revolta de 1128, triunfante em S. Mamede e na qual D. Afonso Henriques alcançou o poder sem prestar preito de vassalagem ou admitir suzerania ao rei leonês (4).



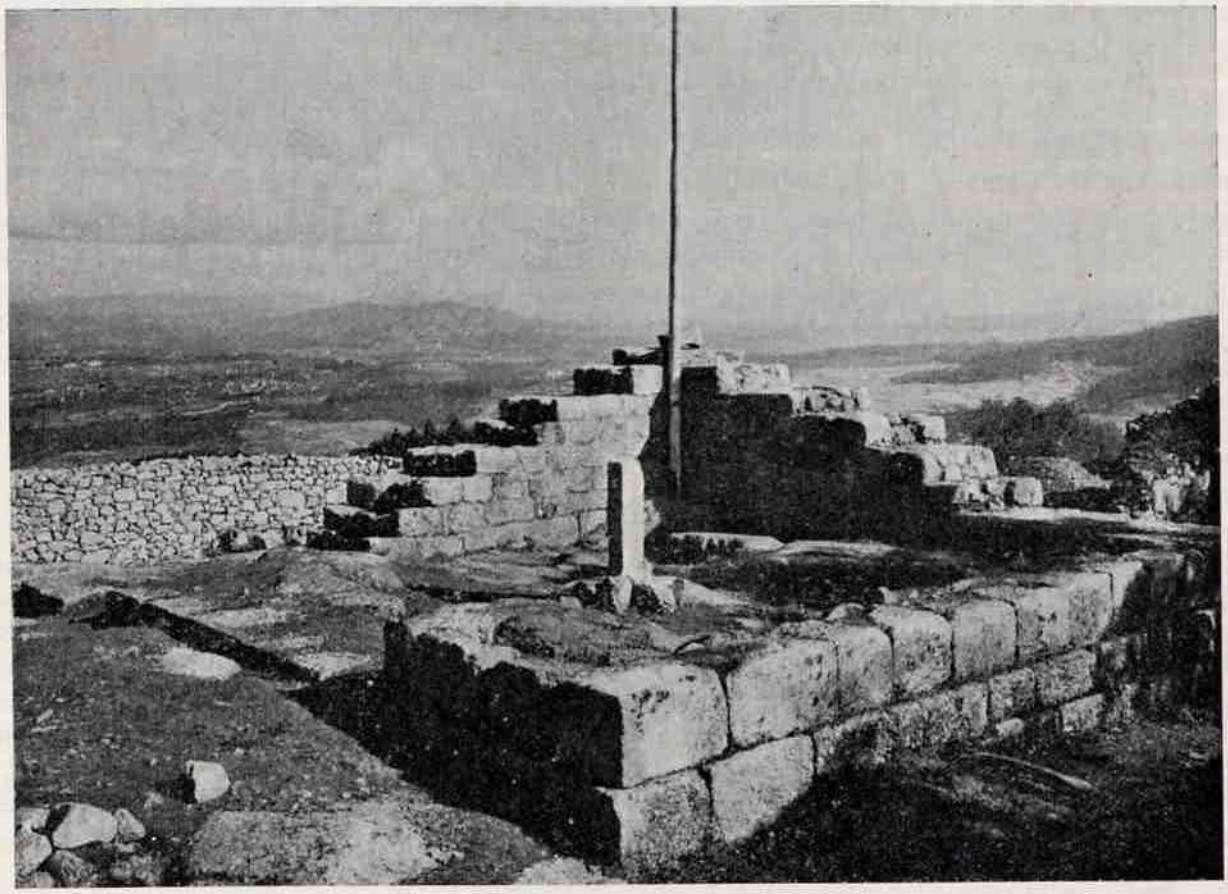
*RUINAS DO CASTELO DE FARIA. MURALHAS NO MONTE DA FANQUEIRA*

Essa revolta não foi a simples rebelião dum filho ambicioso a disputar à mãi o exercício do mando.

Afonso VII impusera a sua autoridade e D. Teresa não só se curvara às exigências do sobrinho (5), mas consentira ao amante dispor de todo o poder e afastar os barões portu-

(1) Modesto Lafuente, Hist. Gen. de España, III, 313.
(2) Oliveira Martins, História de Portugal, I, 54.
(3) Oliveira Martins, História de Portugal, I, 58.
(4) Oliveira Martins, História de Portugal, I, 66.
(5) Oliveira Martins, História de Portugal, I, 64; Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 285 e 286; Modesto Lafuente, Hist. Gen. de España, III, 275 e 313.

galenses e até o próprio infante (1). Êste tinha-se como herdeiro e sucessor único do conde D. Henrique nos territórios com que Afonso VI premiou o heróico batalhador, e não reconhecia a D. Teresa o direito de conservar a posse dêles como dote, que tivessem sido, para o seu casamento (2). E reputava-se tão isento de subordinação que a si próprio se armara cavaleiro na catedral de Zamora (3).



*RUINAS DO CASTELO DE FARIA. RESTOS DA TORRE DE ATALAIA*

D. Afonso Henriques, porém, não foi a causa nem o incentivo da revolta de 1128, mas sòmente o instrumento dela (4).

---

(1) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 283; Oliveira Martins, História de Portugal, I 60; Modesto Lafuente, Hist. Gen. de España, I, 313; Alexandre Herculano, O Bobo, 12.

(2) Portugaliæ Monumenta Historica, Scriptores, 26.

(3) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 278.

(4) Oliveira Martins, História de Portugal, I, 61 e 65; António Enes, História Universal de César Cantu ampliada, X, 355; Modesto Lafuente, Hist. Gen. de España, III, 313; Alexandre Herculano, O Bobo, 11.

Os barões portugalenses reconheceram nêle o fulcro indispensável à sua resistência e a personificação do movimento autonomista, da ânsia de liberdade dum distrito que começava a sentir-se diverso e extremado dos restantes do reino de Leão (1).

Manifestou-se nessa oportunidade um nacionalismo, embora recemnascido, inconsciente por certo, mas provindo de longa génese e não brotando repentino dum acaso fortuito.

As terras portugalenses eram, na organização medieval, um agregado de condados e senhorios dependentes todos do conde de Portugal, mas entregues ao domínio, quási sempre hereditário, dos barões e ricos-homens.

Uma das mais vastas e mais importantes dessas circunscrições era a *Terra de Santa Maria* formada pelos territórios desde o Douro até ao Caima e desde o Arda até ao mar, numa extensão de perto de mil e duzentos quilómetros quadrados, abrangendo os actuais concelhos de Cambra, Feira, Oliveira de Azemeis e Ovar, grande parte dos de Arouca e Espinho e, pelo menos, as freguesias de Grijó e Sandim do de Gaia. Tinha esta *Terra* o seu centro no *Castelo da Feira* (antigamente de Santa Maria) que era a residência dos seus senhores.

Egas Erotis, filho do conde dom Ero, foi o titular dêsse vasto domínio e aí residia; mas sob a ameaça duma das 56 incursões do Almansor, talvez a de 997 que chegou até Compostela, retirou-se para outras terras (2) comprando propriedades em Viariz (Baião). Só mais tarde tornou à posse dos seus domínios dentre Douro e Vouga ou os readquiriu o seu filho — Múnio Viegas, o Gasco —, depois de reconquistar o Pôrto com o auxílio da armada vinda da Gasconha.

Na descendência dêles se conservou a *Terra de Santa Maria*, aparecendo-nos em 1104 regida, conjuntamente com Arouca, por Mem Monis e Egas Monis (3). Eram filhos de Monido ou Moninho Ermigues, bisneto do *Gasco* conquistador do Pôrto, e achamos consignados (4) quatro: — aquele Mem degolado em 1147 na tomada de Santarém (5), — Egas Monis, o aio e segundo dapifer de D. Afonso Henriques, — Martim Monis morto na batalha de Ourique e — Ermígio Monis, a quem Herculano chama *o célebre conde ou senhor da terra da Feira* (6) e que foi o primitivo dapifer ou mordomo mor da cúria do infante, logo quando êste tomou o govêrno (7).

Depois de 1104 radica-se em Ermígio Monis o senhorio da *Terra de Santa Maria da Feira*, como veio a ser chamada oficialmente em tôdas as cartas de doação, pelo menos desde 1382.

D. Afonso Henriques, quando se separou da mãi e veio para Portugal, não achou onde acolher-se, porque tôda a terra se alçara a favor de D. Teresa (8) e só se pronunciaram por êle dois castelos: o de Neiva e o «*castelo da Feira que é em Terra de Santa Maria*» (9).

---

(1) Chron. Gothorum, adaer. 1166.
(2) Portugaliæ Monumenta Historica, 234, documento 384 de 1053.
(3) J. P. Ribeiro, Dissertos, III, 42, documento de 1104.
(4) J. P. Ribeiro, Dissertos, I, 249 e 254; Viterbo, Elucidário, II, 28.
(5) Portugaliæ Monumenta Historica, Scriptores, 28.
(6) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 495.
(7) Viterbo, Elucidário, II, 106.
(8) Portugaliæ Monumenta Historica, Scriptores, 26 e 205.
(9) Portugaliæ Monumenta Historica, Scriptores, 26, 29 e 256.

Tendo surgido a opinião de que havia êrro e se tratava do castelo de Faria e não do da Feira, pronunciou-se sôbre esta dúvida a *Academia Portuguesa da História*, como se vê dos seguintes ofícios:

Ex.mo Sr. Secretário Geral da Academia Portuguesa da História
Feira, 28 de Maio de 1939.

A Câmara Municipal da Feira e a Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira, no intuito de basear o significado histórico do Castelo da Feira, um dos mais belos monumentos nacionais, têm a honra de submeter à ponderosa e ponderada apreciação da Academia Portuguesa da História a seguinte consulta:

*É admissível a dúvida sôbre a grafia ou interpretação das velhas crónicas e do Nobiliário do conde D. Pedro* (Portugaliæ Monumenta Historica, Scriptores, páginas 26, 29 e 256), *pela qual se pretende que um dos castelos levantados em 1128 a favor de Afonso Henriques foi o de Faria e não o castelo da Feira?*

Muito agradeceremos a V. Ex.a que se digne promover e comunicar-nos a deliberação da douta Academia.

A bem da Nação (1)

O Presidente da Câmara Municipal
(ass.) *Roberto Vaz de Oliveira*
O Presidente da Comissão de Vigilância
(ass.) *Vaz Ferreira*

Ex.mos Senhores Presidentes da Câmara Municipal e da Comissão de Vigilância da Feira.

Tendo esta Academia recebido o ofício de V. Ex.as de 28 de Maio findo, apresentou-o na sua última sessão. Depois de devidamente examinados os documentos que o instruem, foi esta Academia de parecer que não são alegadas provas suficientes para diminuir a fôrça do que, a-respeito da consulta, se encontra no volume *Scriptores* dos *P. M. H.*

Examinou-se até o códice *Nobiliário do Conde D. Pedro*, onde se encontra bem clara a palavra *Feyra*.

A bem da Nação.

Secretaria da Academia Portuguesa da História,
em 16 de Junho de 1939.
O Secretário Geral
(ass.) *Affonso de Dornellas.*

(1) Acompanhavam êste ofício: O *Primeiro de Janeiro* de 26 de Abril de 1939, separatas dos n.os 16 e 17 do Arquivo do Distrito de Aveiro e do n.o 68 da «Portucale» e «República» de 8 de Maio de 1939.

O castelo de Faria ficava apenas a dezoito quilómetros do de Neiva, a meio caminho de Guimarãis. Não podia ser tão restrito o território sublevado, visto ter fornecido ao infante fôrças bastantes para vencer em S. Mamede. Não se confinou na província de Entre Douro e Minho a revolução, *«dilatando-se... pelas terras, emfim, dos nobres que seguiam a parcialidade do infante»* (1).

A *Terra de Santa Maria* era porventura a mais vasta destas e interceptava a passagem para o norte aos dos condados de Coimbra, governado pessoalmente por Fernando Peres de Trava, e de Vizeu, onde dominava o seu irmão Bermudo Peres (2).

Não se pode duvidar de Ermígio Monis, um dos chefes da revolta (3), ter sido senhor da *Terra de Santa Maria*, à face de documentos de 1132, 1134 e 1135 (4), em nenhum dos quais se poderia confundir a palavra Feira, que lá não existe, com Faria; nem nunca a de Faria se chamou terra de Santa Maria. Dominava, pois, Ermígio Monis, inseparável de D. Afonso Henriques desde 4 de Dezembro de 1127 (5), na *Terra* cujo castelo foi um dos dois únicos que se pronunciaram de comêço.

Contra Guimarãis marchou o infante, — naturalmente de longe para perto — e *«dirigiu-se à província de Entre Douro e Minho no mês de Abril»* (6).

Donde viria D. Afonso Henriques?

Está posta de parte a hipótese de ser de Faria, ali perto de Guimarãis, ao dôbro da distância de Braga.

De Neiva, à borda do oceano, mais para o norte e pouco mais longe?

Não. Porque, para se dirigir à província de Entre Douro e Minho, estava para além do Minho ou para o sul do Douro.

Deve ter partido da *Terra de Santa Maria*, sendo o *Castelo da Feira* o primeiro a pronunciar-se, o que soltara o brado inicial da revolta, o ninho donde ergueram vôo as águias que alcandoraram Portugal ao nível de nação autónoma e livre.

> *«Como se manifestou a rebeldia e quais foram as particularidades que ocurreram nela são coisas sôbre que nos restam sobejas fábulas, mas apenas fugitivas memórias»* (7).

É certo que o infante, tendo chegado à hoje chamada província do Minho em Abril, só aos 27 de Maio concede couto e privilégios ao arcebispo de Braga,—para *quando tiver a terra portugalense* e expressamente *para que lhe seja auxiliar* — (8), e aí, nas proximida-

---

(1) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 287.

(2) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 285.

(3) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 495.

(4) Viterbo, Elucidário, II, 38; J. P. Ribeiro, Dissertos, III, 42, 106 e 109.

(5) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 495; Carta de Couto de Fragoso e outros documentos de 1128 confirmados por Ermígio Monis.

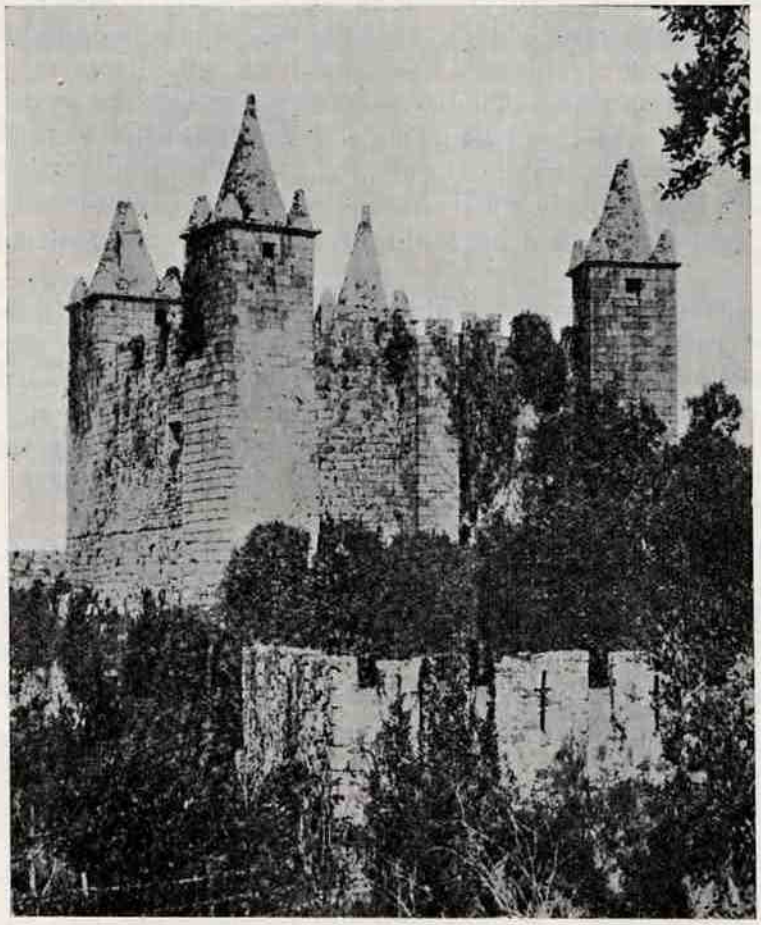
(6) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 287.

(7) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 286.

(8) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 497 e 498; Viterbo, Elucidário, II, 106 e 234.

des de Guimarãis, talvez em Neiva, se conserva, preparando o triunfo, até à batalha de S. Mamede em Julho (1).

Se tivesse sido o de Neiva o primeiro castelo a pronunciar-se, o nome de Egas Mendes, conde de Neiva (2), não esqueceria entre as principais personagens ligadas a D. Afonso Henriques (3), não faltava entre os confirmantes da doação de Braga nem tinha capital



*CASTELO DA FEIRA*

importância a sublevação do *senhor da Feira*, a ponto de o fazer considerar «*o personagem talvez mais influente na revolução*» (4) e de o preferir no cargo de dapifer ao cunhado do

(1) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 286.
(2) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 494.
(3) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 287.
(4) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 495.

infante, ao irmão do arcebispo e ao próprio irmão, o aio, que só por morte lhe sucedeu (1). E ao seu aio, Egas Monis, devia D. Afonso Henriques aquele ingente sacrifício da honra na fiança prestada a Afonso VII durante o cêrco de Guimarãis em 1127 (2).

Temos de admitir que Ermígio Monis,—herói envolto no bolor dos códices, vulto sumido nas engelhas dos pregaminhos amarelentos, protagonista apagado pela ingratidão dos tempos, nome confuso nas entrelinhas dos genealógicos pechosos—, foi o primacial fautor do levantamento de que surdiu a pátria portuguesa. Converteu D. Afonso Henriques de filho rebelde em paladino duma independência ansiada, não pensando de-certo na nacionalidade incipiente e auspiciosa, mas querendo a livre acção nos seus domínios, —aproveitou o ensejo para transformar uma rixa de família na aurora da consolidação duma autonomia sonhada pelo conde D. Henrique, — dirigiu tôda a trama da revolta, reünindo fôrças, apadrinhando benesses, predispondo os de Guimarãis, pela confirmação prévia do foral, em recompensa dos serviços do ano anterior (3) e embaindo o ambicioso arcebispo bracarense (4), — fez-se assim não só o braço direito, mas a cabeça directriz do partido do infante (5).

Portanto, a dedução lógica e concatenada leva-nos ao convencimento, *que em tanta antigüidade não há certeza* (6), de ter nascido no *Castelo da Feira* a revolta dos ricos homens de entre Minho e Vouga em 1128, da qual «*derivou a separação definitiva de Portugal e a consolidação da autonomia portuguesa*» (7), e que foi o início da nossa nacionalidade.

É a eclosão da autonomia do nosso país o que se comemora em 1940, data escolhida por coïncidir, a cinco séculos de distância, com o centenário da restauração da independência nacional.

Nas comemorações centenárias de Portugal livre, tem direito, por isso, a lugar de destaque o *Castelo da Feira*, em via de completo restauro, que apresenta na maior parte uma reconstrução datada entre 1448 e 1467, mas onde existem vestígios romanos, restos do século décimo ou décimo primeiro e todo um cubelo do fim do período românico, e é, com o seu típico e elegante perfil, um dos mais belos monumentos militares nacionais, sobressaindo em linda e serena païsagem.

VAZ FERREIRA

---

(1) Viterbo, Elucidário, II, 106.

(2) Portugaliæ Monumenta Historica, Scriptores, 159; Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 284 e 492 a 496.

(3) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 493.

(4) Alexandre Herculano, História de Portugal, I, 497 e 498.

(5) Oliveira Martins, História de Portugal, I, 65.

(6) Camões, Lusíadas, III, XXIX.

(7) Alexandre Herculano, O Bobo, 9.

# ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

Ainda fazendo parte da mesma série de cartas régias da Biblioteca da Ajuda para o govêrno militar do Alentejo, se publicam mais seis. Vão do ano de 1645 a 1653 e umas escritas de Lisboa, outras de Montemor-o-Novo — em pleno Alentejo — e ainda outra da quinta de Alcântara.

Nos despachos oficiais que apresentamos se não há ordens duma importância capital para o estudo dêste período da nossa história militar, encontram-se contudo nêles um grande número de pequenas notícias que darão aos especialistas dêstes estudos uma idea perfeita dos tempos revoltos em que um punhado de portugueses decididos, chefiados por um grande Rei, defendiam denodadamente o seu gesto resoluto da emancipação portuguesa. E mesmo para o leigo em tais assuntos estas cartas vêm iluminar-lhes pequenos sectores da vida militar portuguesa dêsse momento, dando-lhes uma nítida impressão do que foi o nosso esfôrço restauracionista.

## XIII

*Conde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar como aquelle que amo. Porque, segundo os auisos que se recebem, da soltura com q̃ algus cauallos do inimigo continuão as estradas, e caminhos por donde passão as conducções dos mantimentos, e munições que se enuião a essa Cidade, e a outras partes, conuem q̃ nellas haja a guarda, e uegia neçessaria, para q̃ por falta dellas, não consiga o inimigo seus intentos, e que o dinhr.º que daquy se enuia para as mezadas caminhe com toda a segurança, Vos encomendo muito façais dar ordem, para q̃ logo, que os Comissarios, que costumão leuar este dinheiro, cheguem a estremos, parem naquella Villa, e della não sayão, sem auizo de como tem os caminhos seguros, e com guardas para poderem caminhar sem risco, para cujo effeito, ordenareis que nelles andem, reuesadamente, alguas tropas de Cauallos, que he o meyo que para isto se julga por mais acertado, e seguro, o que assy se continuará pello tempo que durarẽ as taes conducções, e pello mais q̃ vos parecer. Escrita em Lix.ª a 3 de Outubro de 1645.*

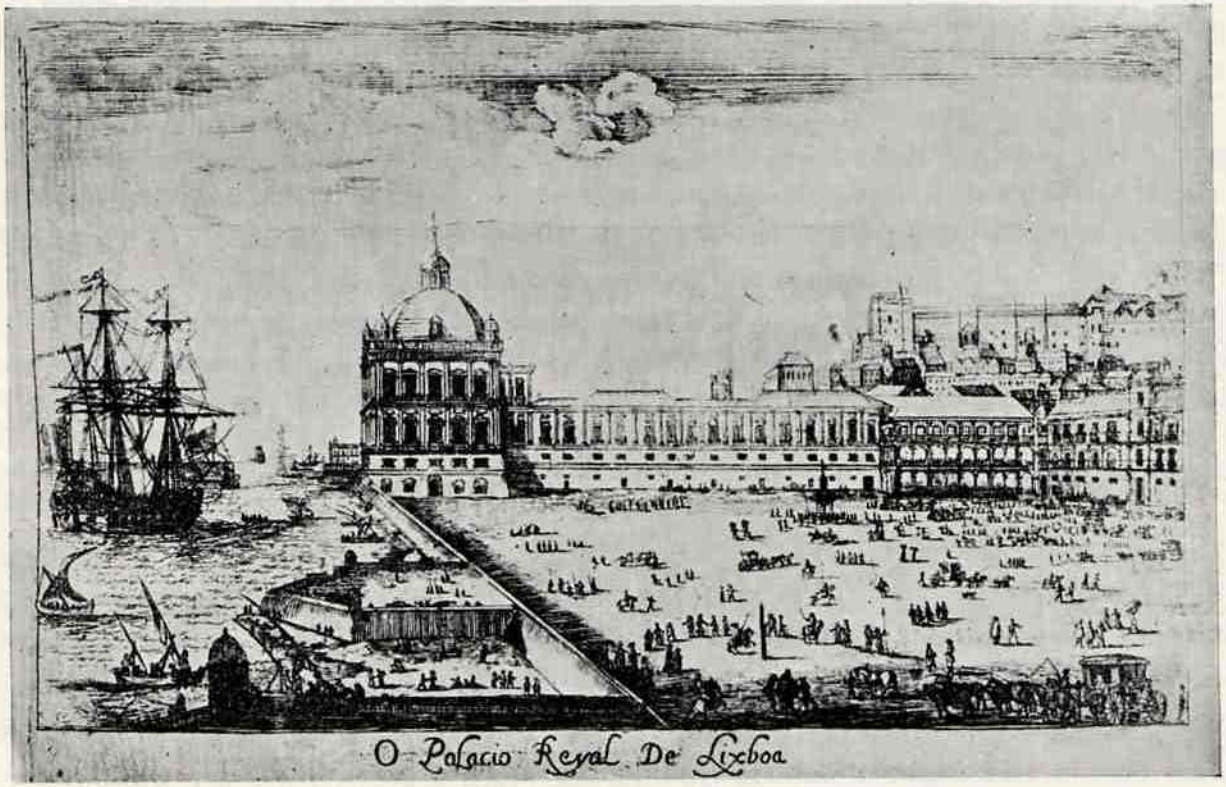
*Rey* ∴

*P.ª o Conde g.or das armas e ex.to de Alentejo.* (1)

(1) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 64.

XIV

*Juiz Vereadores e Procurador da Camara da Villa de Benauente. Eu El Rey vos enuio m.to saudar. Hauendo visto as rasões que na uossa carta de 30 do passado apontais para não hir a companhia dessa Villa de soccorro a fronteira. Me pareceo dizeruos que por*




*PALACIO E PRAÇA DA RIBEIRA, SEGUNDO UMA GRAVURA DE DICK STOOP*

*(Da colecção do Ex.mo Sr. Eng.º Vieira da Silva)*

*ser a occasião presente tão apertada que pede fazerse todo o esforço para euitar os danos que ameação as preuenções que se tem entendido faz o inimigo ajuntando gente em Badajos para inuadir este Reino; e não dar lugar a que em tão grande aperto faltem os moradores dessa Villa ao que deuem a sua obrigação plas roins consequencias que disso se seguirião a meu seruiço. Hey por bem que a companhia dessa Villa va neste soccorro como o Sargento mor lhe tem ordenado, aduertindo que para os rebates ordinarios não serão chamados daqui em diante os soldados della, dos quais fio que como bons, e leais uassallos se disporão com tão bom animo ao fazer sem reparar em difficuldades por grandes q̃ se lhes offereção, que*

*dezeie eu de lhes fazer a todos a m.ᵉ que me souberem merecer. Escrita em Lix.ᵃ 7 de Outubro de 1645.*

*Rey* ⁂

*Antonio de Saldanha*
*Joanne Mez. de Vas.ᵒˢ*
*P.ᵃ a Camara de Benauente.* (1)

XV

*Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.ᵗᵒ saudar como aquelle q̃ amo. Por parte dos lauradores do Termo Deuora se me representou q̃ o Corregedor daquella cidade procedia contra elles e tinha presos alguns para os obrigar a hir nesta occasião seruir com as suas egoas a essa fronteira estando as mais dellas prenhes e paridas, e considerando eu q̃ estando neste estado poderão ser de pouco ou de nenhum seruiço e morrerão as crias das q̃ são paridas, e abrotar as q̃ estão prenhes atrasandosse assi a cria de cauallos sendo tam necessario e conueniente ajudala, e fauorecela para q̃ haja no Reyno os q̃ são necessarios para a guerra, e escusar consumir o cabedal em os procurar de outras partes, mando ordenar ao Corregedor q̃ não obrigue aos lauradores q̃ tem egoas prenhes ou paridas a q̃ vão com ellas a fronteira, e q̃ se por esta causa tiuer algus presos os solte de q̃ me pareceo auisaruos para o terdes entendido. Escrita em Montemor o Nouo a 19 de Nou.ʳᵒ de 1645.*

*Rey* ⁂

*O Conde ? de Sa*
*Dom Alu.º Abranches da Cam.ʳᵃ*
*Para o Conde de Castel milhor.* (2)

XVI

*Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.ᵗᵒ saudar como aquelle q̃ amo. Por conuir muito a meu seruiço para quaisquer casos q̃ possão sobreuir, que na praça de Oliuença, e em todas as mais q̃ ficão daquella parte de Guadiana haja toda a preuenção necessaria; vos en-*

(1) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-30, fol. 109.
(2) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 62.

*comendo, e encarrego muito, q̃ façais se metão em cada hua dellas, bastimentos munições, e tudo o q̃ for necessario para o mais tempo q̃ for possiuel, e com a mayor breuidade q̃ possa ser. Escrita em Montemor o nouo a 22 de Nouembro de 1645.*

*Rey* ⁝

*Dom João da Costa*
*Dom Alu.º de Abranches de Cam.ra*
*Para o Conde de Castel milhor.* (1)

XVII

*Martim Affonso de Mello amigo. Eu El Rey vos enuio m.to saudar. Com carta de 31 de março passado mandey remetter ao Mestre de Campo geral hua petição de Antonio Ferreira da Camara, para o propor para os lugares q̃ lhe tocassem conforme a seu prestimo, seruiços e merecim.tos fazendo relação delles, na forma das ordens dadas, e porq̃ hauendo mandado por outras vezes q̃ fosse proposto, não conseguio ategora effeito, sendo homem de qualidade, Vos encomendo q̃ com attenção a isto dando comprim.to aquella ordem mo proponhais. Escrita em Alcantra a 26 de Mayo de 1647.*

*Rey* ⁝

*O Conde de Serem*
*D. João da Costa*
*Para o Gou.or das Armas de Alentejo.* (2)

XVIII

*Antonio Ferreira da Camara. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Hauendo uisto a petição que me fizestes pedindome vos desobrigue do posto de Capitão da companhia de cauallos para que vos propos Dom Antonio Alz da Cunha, sendo gouernador dessa Comarca de Euora, e de que se vos mandou passar patente, e as rezões que nella appontaes, em ordem a isto, e se ordenar ao General da artelharia francisco de Mello (a quem se encarregou a formatura dos auxiliares dessa Prouincia) vos não obrigue (como faz) a exercitar este*

(1) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 128.
(2) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-30, fol. 27.

*posto em uertude da patente que então se vos passou e proponha em uosso lugar outro sogeito dos que nessa Cidade ha capazes de o poder seruir; me pareceo dizeruos que hey por bem sem embargo do que appontaes, que exerciteis este posto e procureis ter os soldados da companhia que se vos nomeou exercitados, e na boa ordem que conuem para o que se pode offerecer na forma em que uolo aduertio francisco de Mello, pressuadindouos que do seruiço que nisto me fizerdes terey sempre lembrança para nas occasiões q̃ se offerecerem de uossos accressentam.toa folgar de vos fazer a merçe que ouuer lugar. Escrita em Lx.a 29 de Março de 1653.*

*Rey* ⁝

*O Marques Almirante*

*O Conde de Prado*

*P.a o Capp.am de cauallos Ant.o frr.a da Camara.* (1)

(1) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-30, fol. 118.

# CASTELOS DE PORTUGAL

## ABRANTES E TÔRRES NOVAS

No ano de 1148, conquistou D. Afonso Henriques o castelo de Abrantes, velha e soberba fortaleza na posse dos moiros, que só mais tarde, em 1179, voltou a ser atacada,

*CASTELO DE ABRANTES*

mas agora pelo poderoso exército do filho do Miramolim de Marrocos, que, a-pesar do seu apertado assédio, não conseguiu apoderar-se dêste castelo, devido à tenaz e heróica defesa dos cristãos.

Neste mesmo ano, como galardão de tão admirável façanha, concedeu D. Afonso Henriques foral a Abrantes com grandes privilégios, o qual foi confirmado depois por D. Afonso II e reformado no tempo de D. Manuel I.

À sombra desta antiquíssima fortaleza abrigava-se a povoação, defendida por fortes muralhas, mas, devido ao seu crescente desenvolvimento, alargou-se para fóra do âmbito das muralhas.

Sofreu o primitivo castelo grandes obras de restauro e ampliação, que transformaram a sua feição primitiva, especialmente as que foram realizadas desde o reinado de D. Pedro II, para seu melhor aproveitamento e eficiência como praça de guerra.

O castelo de Abrantes assistiu ao desenrolar de importantes acontecimentos históricos, tendo sofrido bastante ruína durante a guerra da restauração e quando das invasões dos exércitos de Napoleão.

Numa visita a êste monumento militar não devemos esquecer a pequena igreja de Santa Maria do Castelo, de remota fundação e que encerra algumas obras artísticas, entre elas, a dos mausoléus da família dos Marquêses de Abrantes.

É pena que êste monumento de arquitectura militar tenha sofrido obras de modernização, que se poderiam ter evitado e que constituem uma profanação.

Não nos permite a natureza dêste artigo e o espaço de que dispomos, dar mais amplo desenvolvimento a esta notícia sôbre o castelo de Abrantes.

*
* *

O castelo de Tôrres Novas é também de construção anterior à fundação da nacionalidade, se bem que haja quem afirme que a sua fundação data do reinado de D. Sancho I.

Sofreu esta fortaleza grandes estragos, no decorrer dos séculos, e, além das devastações que os sarracenos lhe infligiram, sentiu também os efeitos destruídores do terramoto de 1755 e a acção demolidora e profana de algumas vereações que consentiram na demolição de partes desta vetusta e venerável fortaleza e nela instalaram em 1385 o cemitério municipal, que felizmente e para honra da actual vereação da Câmara de Tôrres Novas vai, ainda êste ano, ser transferido para outro local.

Louvável e patriótica é a atitude da actual Câmara, que tão importante acção está desenvolvendo sob o ponto de vista cultural.

O castelo e a cêrca ocupavam um largo espaço, sendo o castelo um forte monumento militar defendido por onze tôrres, das quais ainda hoje existem sete, mas algumas em estado de ruína.

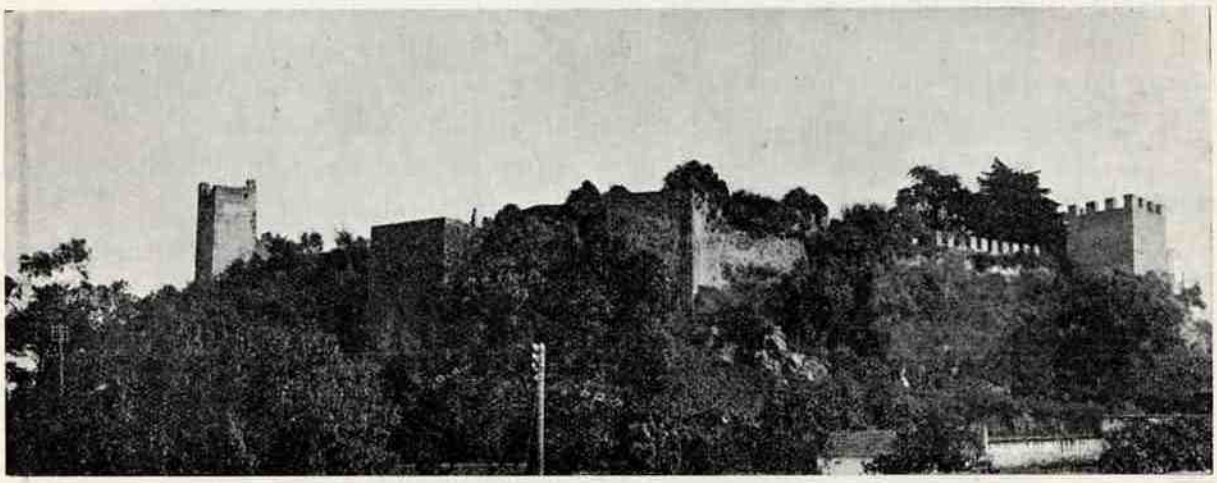
Foi esta velha fortaleza classificada, em 1910, monumento nacional, devendo no corrente ano a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais efectuar algumas importantes obras a pedido da Câmara de Tôrres Novas, que decerto permitirão salvar êste glorioso padrão da ruína que o ameaça.

Muitos factos históricos são evocados pelas antiquíssimas muralhas desta robusta

fortaleza e vários são os cronistas que a ela se referem, mas profundas divergências se notam entre êles quanto a certas datas apontadas.

Em 1148, no cumprimento do seu programa de dilatação do território português, D. Afonso Henriques, segundo a opinião dos mais criteriosos historiadores, apoderou-se de Tôrres Novas, a-pesar da forte resistência dos moiros que eram senhores dêste castelo.

Mas há quem assegure que D. Afonso Henriques, em 1135, entrou pela terra dos moiros do distrito de Santarém e foi tomar o castelo de Leiria, e depois de trucidada a guar-



*MURALHAS DO CASTELO DE TÔRRES NOVAS*

nição moirisca, deixou uma cristã e por alcaide Paio Guterres e em seguida foi tomar Tôrres Novas.

Deve haver confusão de datas, pois que só em 1135 foi por D. Afonso levantado o castelo de Leiria, e daí a pouca segurança da afirmação do castelo de Tôrres Novas ser tomado naquela data, em seguida ao de Leiria.

Depois de uma prolongada tranqüilidade, o castelo de Tôrres Novas é tomado pelos moiros em 1184, após uma luta encarniçada; mas de pouca duração foi a sua permanência nesta fortaleza, pois que o abandonaram com receio das fôrças de D. Afonso, que, depois de socorrerem Santarém, se dirigiram a acudir ao castelo de Tôrres Novas. El-rei mandou restaurá-la em virtude do grande estado de ruína em que os moiros a deixaram.

Seis anos decorridos, o imperador de Marrocos, querendo vingar a derrota que sofrera em Tôrres Novas, resolve, depois de invadir de novo Portugal, tomar em 1190 êste forte castelo, que durante alguns dias consegue resistir aos fortes e renhidos ataques, com extraordinária bravura, mas não foi possível continuar a defendê-lo, em vista da grande superioridade numérica das fôrças sitiantes.

Mas o castelo em breve foi abandonado pelos moiros, em virtude do desaire que sofreram em Tomar, e foi então que D. Sancho I lhe acudiu com grandes obras de reconstrução, visto os graves estragos que os moiros lhe causaram.

Depois destas obras e de repovoada Tôrres Novas, D. Sancho, nêsse mesmo ano de 1190, concede-lhe o seu primeiro foral, confirmado por D. Afonso II em 1217 e reformado por D. Manuel em 1510.

Passaram alguns anos sem que Tôrres Novas fôsse de novo teatro de lutas sangrentas e só muito mais tarde, nas guerras com Castela, o seu castelo foi de novo cercado por Henrique II, que o não consegue tomar a-pesar da violência dos seus ataques.

Deu êste cêrco lugar a um admirável episódio histórico que a tradição se encarregou de trazer até nós, para que viva sempre lembrado, como exemplo, para a mocidade portuguesa.

Foi durante esta luta contra a velha fortaleza de Tôrres Novas, quando já quási perdidas as esperanças de o conquistarem, que Henrique de Castela consegue aprisionar o filho do bravo e valoroso alcaide Gil Pais, e levando-o até junto das muralhas propôs ao bravo alcaide a entrega do castelo que êle tão nobremente defendia, a trôco da vida do filho.

Não se intimidou nem vacilou Gil Pais, perante tão deshumana proposta, e logo respondeu ao seu adversário «que do filho fizessem o que entendessem, uma vez que dele eram senhores, mas da praça, não podia fazer outra cousa, salva a sua honra, se não defendê-la por El-Rei seu Senhor, a quem havia feito homenagem de a sustentar».

Ouvida esta resposta tão digna e patriótica, os castelhanos enforcaram barbaramente o pobre moço e levantaram o cêrco ao castelo prosseguindo a sua jornada.

Além dos factos notáveis apontados e mais intimamente ligados à história do castelo, muitos outros acontecimentos notáveis se desenrolaram à sombra das suas vetustas muralhas, especialmente no reinado de D. Fernando, e durante o período em que o mestre de Aviz foi Regedor e Defensor do Reino e tão duramente castigou Tôrres Novas, que destruíu, não podendo contudo apoderar-se do seu castelo.

Não cabe dentro dos limites dêste ligeiro artigo mais ampla descrição de tão notabilíssimo monumento de gloriosas e nobres tradições históricas.

JORGE LARCHER

# LEGISLAÇÃO

## *DECRETO-LEI N.º 30:346*

Realizam-se no ano corrente em Lisboa e noutras localidades solenidades comemorativas dos Centenários da Fundação e Independência de Portugal, de que faz parte a Exposição do Mundo Português.

A-pesar da guerra, é de esperar que acorram ao País muitos portugueses que vivem pelo vasto território do Império e no estranjeiro, além dos estranjeiros que aproveitarão o momento para nos visitar.

Em tais circunstâncias, não pode bastar para albergar, especialmente em Lisboa, os visitantes a capacidade normal da hospedagem existente, mas podem aproveitar-se para o efeito, como foi sugerido pela Comissão Executiva dos Centenários, as casas particulares cujos locatários se disponham a receber hóspedes.

A lei obriga ao pagamento da contribuïção industrial, licenças e taxas pelo exercício, embora eventual, de hospedagem ou albergue, além de outras formalidades, e por isso necessário se torna conceder isenções e facilidades, de forma a permitir a utilização dessas casas para o fim em vista, do que nenhum prejuízo resultará para os actuais contribuintes dessas modalidades de comércio, visto que a contribuïção industrial é lançada pelo rendimento normal de cada um dêles e não entrará em linha de conta, o acréscimo de rendimento proveniente de causas acidentais como as resultantes das festas comemorativas.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — São isentas de contribuïção industrial, de licenças ou de quaisquer impostos ou taxas do Estado ou dos corpos administrativos as pessoas ou entidades que oferecerem as suas casas particulares para admitir hóspedes durante o período das comemorações centenárias.

§ 1.º — Tais casas não estão sujeitas às vistorias impostas às destinadas ao exercício de albergue pela legislação vigente.

§ 2.º — Sôbre o produto recebido da hospedagem e do da pensão, líquido da gratificação ao pessoal, incidirá um adicional de 5 por cento para os serviços de turismo.

§ 3.º — O produto dêste adicional dará entrada nos cofres do Estado, por meio de guia, até ao dia 8 do mês seguinte àquele em que tenha sido pago e será escriturado em operações de tesouraria, para ser entregue aos serviços de turismo do Secretariado da Propaganda Nacional.

§ 4.º — O Secretariado providenciará sôbre a fiscalização a exercer quanto à cobrança do referido adicional.

Art.º 2.º — As pessoas ou entidades que ofereçam as suas casas para admitir hóspedes e queiram aproveitar-se das vantagens do artigo 1.º e seu § 1.º deverão inscrever-se no Secretariado da Propaganda Nacional no prazo de trinta dias a contar da publicação dêste decreto.

§ 1.º — O Secretariado poderá delegar nas comissões municipais de turismo, juntas de turismo ou câmaras municipais o recebimento dessa inscrição.

§ 2.º — O disposto neste artigo é extensivo aos proprietários dos hóteis, casas de hóspedes e hospedarias que aluguem casas para albergar as pessoas que nos seus estabelecimentos pretendam hospedar-se e nêles não tenham lugar.

Art.º 3.º — O Secretariado da Propaganda Nacional procederá directamente ou por intermédio das comissões municipais de turismo, juntas de turismo ou câmaras municipais às vistorias, as quais serão isentas de qualquer taxa ou emolumento, para se verificar se as casas estão nas condições de receber hóspedes.

§ 1.º — Reconhecido que as casas têm as condições necessárias, passará o mesmo Secretariado licença especial para receber hóspedes durante o período das comemorações.

§ 2.º — A vistoria poderá indicar as obras a fazer ou os arranjos a efectuar na casa e no mobiliário, dentro do prazo que fôr julgado conveniente, e, se êles se fizerem, passar-se-á a licença a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3.º — A licença é documento indispensável para a isenção e dispensa de vistoria a que se refere o artigo 1.º e seu § 1.º.

Art.º 4.º — O período de isenção a que se refere o artigo 1.º irá de 15 de Maio a 31 de Dezembro de 1940.

§ único — Não poderá servir de fundamento para despejo ou para justificar pedido de aumento de

renda a cedência ou utilização da casa para os fins do presente decreto.

Art.º 5.º — As disposições dêste decreto aplicam-se a tôdas as localidades onde se realizem comemorações oficiais dos Centenários, e bem assim nos concelhos de Cascais, Oeiras e Sintra.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 1 de Abril de 1940. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque*

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

«O Século», *de 27 de Janeiro último, publicou, em fundo, o artigo* «Portugueses pelo mundo», *da autoria do ilustre Professor Snr. Dr. Mendes Correia, que a seguir transcrevemos:*

«No programa das comemorações centenárias têm naturalmente lugar destacado tôdas as manifestações que revelem a amplitude e intensidade da expansão portuguesa no mundo e estimulem, nessas horas solenes de evocação nacional, a vibração sincrónica de todos os corações lusitanos espalhados pela superfície da terra. A Nação aparecerá unida e viva, no espaço e no tempo, desenhados fortemente os variados aspectos da sua acção multi-secular no panorama da história universal e atra-vés de todos os meridianos. E, do mesmo modo que das quebradas dos séculos virão repercutindo até nós os écos de um passado magnífico, também, em dado instante, de todo o Império e dos países estrangeiros onde existam portugueses irradiará o mesmo pensamento da fraternidade étnica, a afirmação comum da consciência nacional, a expressão de um sentimento e de uma vontade que nasceram de longínquas raízes e se projectam vitoriosamente num porvir sem limites.

O programa dos Centenários contém não só exposições, cortejos, congressos e outras inicitivas que fornecerão uma visão grata da tarefa realizada e das virtualidades de futuro, como também celebrações e solenidades que, efectuadas simultâneamente, em câmaras municipais, em catedrais, em lugares históricos do País e nas nossas legações e consulados por êsse mundo fora, permitirão congregar todos os portugueses vivos numa devota comunhão de sagrado patriotismo e de ardente fé cívica, em tôrno dos símbolos da Nação gloriosa e eterna.

As colónias portuguesas noutros países, especialmente as do Brasil e dos Estados Unidos, já manifestaram de modo bem expressivo o mais dedicado interêsse pelo brilho e extensão das comemorações de 1940. Nem outra coisa havia a esperar dos bons portugueses que, longe da Pátria, conservam sempre acesa em suas almas a chama da mais pura devoção patriótica.

No entanto, se nas evocações, em projecto, da nossa expansão histórica, nas celebrações preparadas pelas colónias portuguesas em países estrangeiros e na colaboração de alguns países, que, como o Brasil, estão unidos a Portugal por fortes laços históricos, étnicos, linguísticos, etc., não serão esquecidos os factos culminantes da difusão Portuguesa, no passado e no presente, através do globo, se não deixarão de ser recordados os padrões ou as ruínas que assinalam nas mais longínquas regiões a passagem e a acção dos portugueses, apresenta-se aos nossos investigadores com singular oportunidade o problema de inquirir não apenas dos testemunhos materiais ou históricos da nossa expansão política e civilizadora, mas, com especial atenção, da parcela maior ou menor de sangue português que circula ainda nas veias de algumas populações que estiveram em contacto com os portugueses ou mesmo, porventura, de núcleos sobreviventes de antigas colonizações lusas em paragens mais ou menos remotas, em que Portugal nunca exerceu soberania ou em que deixou de a exercer há muito. Desvaneceram-se laços históricos, políticos, mesmo linguísticos, com essas gentes, algumas das quais resultantes de cruzamentos com indígenas. Nem por isso Portugal pode desinteressar-se, nesta hora alta de renovação nacional, de descendentes seus que porventura existam ainda nalguns recantos da terra.

Estas considerações ocorrem-nos principalmente a-propósito dos descendentes dos portugueses da

Abissínia. Da prole numerosa de Pero da Covilhã, o enviado ao Prestes João, falam, embora dando-a já como muito «escura», os nossos cronistas. Também da descendência dos dois ou três centenares de valentes lusitanos que fizeram parte da expedição heróica de Cristóvão da Gama e que não chegaram a ser repatriados, tendo ficado no país, se ocupam os autores dos séculos XVI e XVII que se referem á epopeia portuguesa na Abissínia. A expulsão dos Jesuitas dêste país em 1633 não envolveu por certo os netos de Pero da Covilhã e dos bravos expedicionários de 1541.

Viajantes dos tempos modernos deram notícia de que, por 1860, na região de Kaffa, no Sudoeste da Abissinia, certa tribo adorava uma bandeira que teria sido trazida por um antepassado da mesma tribo, o qual era cristão e viera do mar: era a bandeira portuguesa. Anos depois outro viajante encontrou, entre os Galas do Harrar, a veneração por uma espada que diziam dum heroi vindo, havia muito, de longínquas paragens: era uma espada portuguesa do século XVI. Êstes dois factos, a que se referem recentemente Elaine Sanceau e Magalhães Basto e ao primeiro dos quais já aludira o conde de Ficalho, são bem significativos.

O italiano Bóttego, citado pelo saudoso professor G. Sergi, supõe árabes ou indianos os *Frengi* que, no dizer do secretário do sultão de Lugh, teriam há alguns séculos penetrado na terra dos Galas, onde hoje habitam os Somalis. Ora por *Frangues* conheciam os abexins os europeus ocidentais, especialmente os portugueses.

Nos seus estudos sôbre antropologia da África Oriental, o também saudoso prof. Giuffrida Ruggeri aludia, em 1916, a importantes influências étnicas de raças brancas nalgumas populações abexins, mas referindo-se aos árabes e a outros elementos dessas raças, não fazia a menor alusão a portugueses, salvo, em notas, a-propósito de mestiçamentos com negros, nas regiões do Zambeze, muito a Sul das paragens de que nos ocupamos. Não seriam portugueses alguns dêsses elementos leucodermes da Abissínia?

É crivel, mas só pesquisas locais directas o poderão dar como averiguado.

Informa-me o ilustre cônsul de Itália no Pôrto, sr. Roberto Chastel, de que as autoridades italianas na Abissínia têm tomado providências no sentido de proteger ou mesmo restaurar alguns vestígios materiais da acção portuguesa naquele país, entre êles as célebres e melancólicas ruínas do Palácio de Gondar, com as suas tôrres ameiadas. Tais providências suscitam o nosso louvôr e reconhecimento, mas êstes não seriam menores se as mesmas entidades conseguissem averiguar onde e até que ponto se conservam ainda, em recantos da vasta Etiópia, portadores de sangue português. Tradições, antroponomástico, caracteres físicos, porventura mesmo ainda alguns vocábulos e costumes, poderão ser testemunhos dessa ascendência.

E' possível que, como escreveu Elaine Sanceau, os descendentes do pioneiro Pero da Covilhã e dos heróis do Exército de D. Cristóvão da Gama, na Abissínia, sejam homens pretos, ou quási, embora os seus antepassados tivessem sido criados na Côrte de D. Manuel e proviessem dos reis gôdos. Nem por isso ao celebrar-se o oitavo centenário de uma pátria que hoje não é a sua, mas que lhes deu parte da sua alma e do seu ser, deixará de ir para êles, como para todos os lusos-descendentos espalhados pelo mundo, e seja qual fôr a sua actual nacionalidade, uma nossa lembrança fraternal de simpatia e de saüdade, simpatia pela comunidade de sangue, saüdade de jornadas heróicas.»

JUN. 1940

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 17 — 31 de Maio de 1940 — ANO II

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*ALBERTO D'OLIVEIRA — Dr. Agostinho de Campos* . . 1

*PORTUGAL É UMA NAÇÃO — Dr. A. Marques Guedes.* 5

*CASTELO DE BRAGANÇA — Dr. Carlos de Passos* . . 12

*ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão* . . . . . 15

*CASTELOS DE PORTUGAL — Arnoia e Sabugal — Cap. Jorge Larcher* . . . . . 19

*LEGISLAÇÃO* . . . . . 24

*REVISTA DA IMPRENSA* . . . . . 25

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 28

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50


A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais:

| | |
|---|---|
| A fogo . . . . . | 25$00 |
| A ouro . . . . . | 30$00 |
| (Empaste) . . . . . | 5$00 |

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8 / Lisboa

TELEFONE 2 2886

# ALBERTO D'OLIVEIRA

*Pedem-me um artigo para acompanhar o retrato de Alberto d'Oliveira, que foi presidente da primitiva Comissão Nacional dos Centenários. Farei o que puder, mas poderei muito pouco, porque estou doente há três semanas e a dor da perda de um amigo que o foi durante mais de meio século não me torna nem mais são, nem mais eloqüente.*

*Quando em Janeiro de 1939 veio a lume o primeiro fascículo desta Revista, a sua Redacção transcreveu a carta que Alberto d'Oliveira me enviou de Bruxelas em princípios de 1929 com o pseudónimo de «Um Português ausente de Portugal» e que eu inseri em artigo de fundo do* Diário de Notícias *de 20 de Fevereiro daquele último ano, sob o título de* 1140--1640-1940. *Aí lançou Alberto d'Oliveira muito concretamente a idea da grande comemoração nacional a que êle não assistirá, porque Deus quis que, nesse ponto pelo menos, o final da sua carta saísse certo:*

*«Quem isto escreve já de-certo não estará neste mundo para a comemoração, que ambiciona feliz, do oitavo centenário de Portugal; mas desde já ofereceria tudo o que lhe resta de capacidade e de préstimo, para contribuir, até o último sôpro de vida, no sentido de que essa data marque data na nossa História e seja abençoada algum dia pelos nossos filhos e netos.»*

*Até o derradeiro sôpro de vida, e desde os verdes anos de uma precoce mocidade cheia de talento, trouxe Alberto d'Oliveira a sua Pátria no coração e no cérebro.*

*Vontade e tenacidade, imaginação e prudência, fé e esperança poéticas, sentimento e cálculo das realidades, talento fácil e comunicativo de escritor, sinceridade efusiva de homem convicto e bem intencionado — todos estes elementos, alguns de aparência contraditória, convergiam, naquele Poeta da Acção, para a estrutura solidíssima do querer e do poder. E durante quási meio século de vida pública exerceu Alberto d'Oliveira o seu dever de diplomata, não só como êle se pode bem cumprir agora nos tempos modernos, com o telégrafo e o telefone prontos para tirar ao mesmo tempo ao agente as dúvidas, as responsabilidades e a personalidade, mas também quanto possível à maneira dêsses embaixadores do Renascimento, que de dentro de si próprios tinham de tirar, distantes e isolados, a figura autêntica e a vontade fiel das suas pátrias. Durante quási meio século Alberto d'Oliveira representou Portugal lá fora o melhor que pôde quem podia tanto: — ao mesmo tempo com perfeição de artista e com fervor sacerdotal.*

*A propósito da carreira paralela, literária e diplomática, dêste exemplaríssimo Português, tem-se falado em «dispersão», o que poderia estar certo se se tomasse a personalidade de Alberto d'Oliveira como predominantemente literária ou literata. Desde cêdo, porém, êle nos acostumou a vê-lo pôr a sua arte ao serviço da sua grei. As próprias* Palavras Loucas, *deixados de parte apenas os trechos de puro lirismo amoroso, mostram que, desde os 19 e os 20 anos, o Poeta e o Crítico tinham na massa do sangue a ânsia de revelar a sua Pátria a si própria e às outras; a preocupação da pedagogia cívica; o afã de apostolado patriótico; o empenho de educar moral e até religiosamente, melhorando ou corrigindo os Portugueses, reaportuguesando-os pela prédica no sentido da melhor e mais gloriosa tradição nacional.*

*Assim, logo desde o prólogo em verso daquele livro, o moço mal saído da Universidade aspira a doutrinar os seus compatriotas, mais que a extasiá-los. A sua campanha parece antes ética do que estética:*

*Numa ermidinha de branca aldeia,*
*Aí quem me dera, Senhor, prègar!...*

*E não só a arte, mas a própria religião, aparecem inseparáveis do civismo e do patriotismo: «Ao berço de Nun'alvares, novos Nun'alvares... Que fulgurante visão para Portugueses que veem dos Lusíadas: levantar Portugal pela religião e, por mares inéditos, demandar antes de mais ninguém a baía hospitaleira e calma dos tempos novos!»*

*Pouco adiante (pág. 8) conta o pesadêlo que teve e do qual acordou gritando aflito:* Perdeu-se a Índia! Perdeu-se a Índia! *E isto não era literatura, mas pura verdade, vivida ou sonhada realmente, como bem me lembro de lho ouvir dizer na ocasião.*

*A política não deve inspirar-se em abstracções, porque « as teorias mais lógicas conduzem aos resultados mais absurdos» (pág. 13). Ao govêrno devem presidir a moral e a religião, porque «o homem não nasceu senão para criar outros homens melhores do que êle» (pág. 15). Mais tarde, pela vida adiante, o homem feito que assim prègara aos 19 anos acompanha com simpatia bem coerente, não os movimentos políticos de pura ideologia, mas os que se baseiam concretamente no valor pessoal, no carácter, na honestidade administrativa, no equilíbrio de moral e finança, no espírito ao mesmo tempo, de realidade e tradição: João Franco, Sidónio Pais, Salazar...*

*Nos* Pombos Correios, *e noutros livros e artigos, o exemplo da calma, sensata, equilibrada Suíça é apresentado insistentemente aos Portugueses como traslado a seguir, do mes-*

*EMBAIXADOR DR. ALBERTO D'OLIVEIRA, PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS*

*(†) EM 23 DE ABRIL DE 1940*

*mo modo que vinte ou trinta anos antes, nas* Palavras Loucas, *Alberto d'Oliveira descobre e descreve o Bairro de Vilar, do Pôrto, como excelente modêlo de estética urbana e doméstica. Sempre o zêlo da prègação cívica, desde os vinte anos até à morte.*

*Literatura, poesia, arte, são para Alberto d'Oliveira, desde as* Palavras Loucas, *simples aspectos, embora dos mais altos, que podem assumir a Nação e a Grei. Exalta, no capítulo* Do neo-garrettismo no Teatro, *a pujança, vigor e carácter das nossas letras do século XIX. Reclama que os prosadores e os poetas nacionalizem a inspiração, escolhendo assuntos nacionais. O cosmopolitismo, o francesismo, afligem-no aos 20 e 21 anos — cuidado raro em tais idades. Podemos estar certos de que o que desde logo mais o encantou na maneira nova do* Só *foi aquele tom nacionalíssimo, aquele fazer poesia com a língua portuguesa de tôda a gente e de todos os dias, sublimando o popular e o etnográfico sem cair na paródia ou na afectação pedantesca.*

*Esta ânsia de portuguesismo teve os seus justos prémios. A pág. 217 das* Palavras Loucas, *no capítulo* A respeito de Portugal, *Alberto d'Oliveira exclama, cheio de horror e de orgulho:*

*«Oponho o meu desprêzo, quási a minha raiva, a tôda a arte que não fôr universal ou NOSSA. E por mais que os competentes me digam que (...) nunca tivemos escola de pintura, nem de arquitectura, nem de literatura, a minha obstinação limita-se a preguntar: Porque motivo? E ¿quais as fontes maravilhosas de inspiração que os outros povos têm, e a nós nos faltam?»*

*Ainda depois de escritas estas palavras cheias de razão, e por um rapaz de vinte anos, se publicaram em Portugal histórias da nossa literatura em que ela aparece como actividade de simples copistas do estrangeiro; mas, em compensação, alguma daquelas preguntas teve a melhor e a mais fecunda resposta, dada pela nossa própria geração, pois a ela pertencia também José de Figueiredo, graças ao qual ficou provado que a escola portuguesa de pintura, negada por tantos antes dêle — existiu e merece brilhar entre as grandes da Europa.*

*Da honra e glória da Pátria era feita em grande parte a felicidade de Alberto d'Oliveira. A sua vida pode dar-se como lição de patriotismo — a não ser que se diga ser lição difícil de aprender, porque para aproveitá-la seria necessário possuir os dotes raros de inteligência, talento, entusiasmo, ideal, vontade e tenacidade, concedidos por Deus em grau altíssimo àquele grande Português.*

*Lisboa, 13 de Maio de 1940.*

AGOSTINHO DE CAMPOS

# PORTUGAL É UMA NAÇÃO

VI

Estava melhor, dissemos, a melhor defesa contra o perigo da absorpção castelhana e o impulso irresistível do nosso destino histórico.

Foi por isso e para isso que desembarcámos no Norte de África e começámos, com a conquista de Ceuta, a tentativa de um império falhado no Algarve de Além.

Depois, o Infante preparou os primeiros barcos e barineis, que acharam ou reconheceram as ilhas atlânticas e iniciaram, etapa a etapa, o périplo da Africa negra.

As empresas marítimas começavam a absorver a nossa forte vocação colonizadora e missionária.

Mas, nem por termos os olhos postos no Mar nos descuidavamos do que se passava na Península, antes os volviamos constantemente para a fronteira, cuidadosos numa vigilância de todos os momentos.

As Côrtes reüniam freqüentemente. Chegara a deliberar-se que anualmente fôssem convocadas, mormente emquanto a menoridade de Afonso V requeresse os maiores cuidados da Regência.

D. Duarte deixara-a à sua Viuva. Mas, a Nação olhava-a de má sombra, por ela ser estranjeira. Chegou a dizer-se — verdade ou especulação política? — que a Regente, para se impôr à vontade dos Portugueses, contava com o auxílio do Aragão, sua pátria de origem. Isso mais acirrou o partido nacionalista, que desejava a regência do Infante D. Pedro.

Quando a Raínha se retira de Sacavem para Alemquer, o povo de Lisboa alvorota-se e nomeia seu Alferes a Alvaro Vaz de Almada, aquele esforçado cavaleiro que o Rei de França fizera Conde de Avranches e o da Inglaterra cavaleiro da Jarreteira.

A Raínha enviou daquela vila uma carta à Cidade, que pouco se comoveu com a mensagem.

O Bispo de Lisboa, partidário da Raínha, proferiu palavras de censura aos cidadãos da Capital e mandou armar a sua gente. Logo o povo se alçou, o Bispo foi acusado pùblicamente de blasfemo. A Cidade e o seu próprio clero, fazendo causa comum, suspenderam-lhe as temporalidades e acusaram-no perante Roma.

O prelado teve de fugir da diocese e do reino, porque em parte alguma dêste achava acolhimento.

No entretanto, o povo, em Lisboa, tendo convocado o Infante D. João, repetia as cenas do Primeiro Interregno. Nem faltavam um Condestável na pessoa de Alvaro Vaz, nem um João das Regras na do Dr. Afonso de Mangancha, feito orador público. E na reünião

foi proclamada a regência de D. Pedro. Na sua falta, seguiriam o Infante D. Henrique, o Conde de Barcelos, e os condes de Ourem e de Arraiolos, filhos dêste.

Tôdas as demais cidades e vilas perfilharam tais resoluções.

Na alta nobreza ergueram-se algumas vozes discordantes. O Infante D. Henrique entendia que era irregular usurpar Lisboa que cabia às Côrtes, e o Conde de Barcelos, por ambições e despeito, formulava idêntica reserva.

A Raínha, essa protestava com vigor.

O Governador do castelo de Lisboa, Afonso de Cascais, tomou atitude hostil ao povo. Mas, êste bloqueou-o. Foram baldadas tôdas as tentativas de intriga ou de corrupção. Afonso de Cascais estava cercado e à míngua. Com grande dificuldade conseguiu fugir para junto da Raínha, em Alemquer, com quem fortifica a vila, pondo-a em defesa, à espera (dizia-se) da chegada dos auxílios dos Aragoneses.

Mas, alguma razão tinham as suspeitas do Povo contra os estranjeiros...

Quando se decide que o futuro Rei fique em Lisboa, entregue ao Regente, a Raínha afasta-se para Sintra com os filhos e de lá para Almeirim, queixando-se aos seus irmãos aragoneses do que se passava e pedindo-lhes auxílio. O espectro da guerra perfila-se no horizonte...

Com a Raínha começava agora o Conde de Barcelos a tramar, no seu impenitente despeito de bastardo; conseguiram ambos realizar um pacto com o Rei de Navarra e os Infantes de Aragão. Em Outubro de 1440 chegava a Lisboa uma embaixada castelhana, que, além de queixas contra vários actos de côrso, vinha reclamar a reintegração da Raínha na regência do reino, ou que esta fôsse autorizada a retirar-se para Castela. Mas um dos embaixadores, o Bispo de Cória, confessou que aquela reclamação partira duma sugestão da própria Raínha. A-pesar disso, os embaixadores insistiam por que fôssem dadas respostas definitivas e cabais às suas reclamações, acrescentando terem instruções do seu Rei para que não se retirassem sem isso de Portugal. E dois dias depois, apresentavam uma instrução nesse sentido. Este documento fôra forjado em Almeirim, num papel com o sêlo régio em branco. Quando disso se convenceu, D. Pedro notificou os embaixadores de que, obtida já a resposta, saíssem da côrte e do reino de seu rei e senhor.

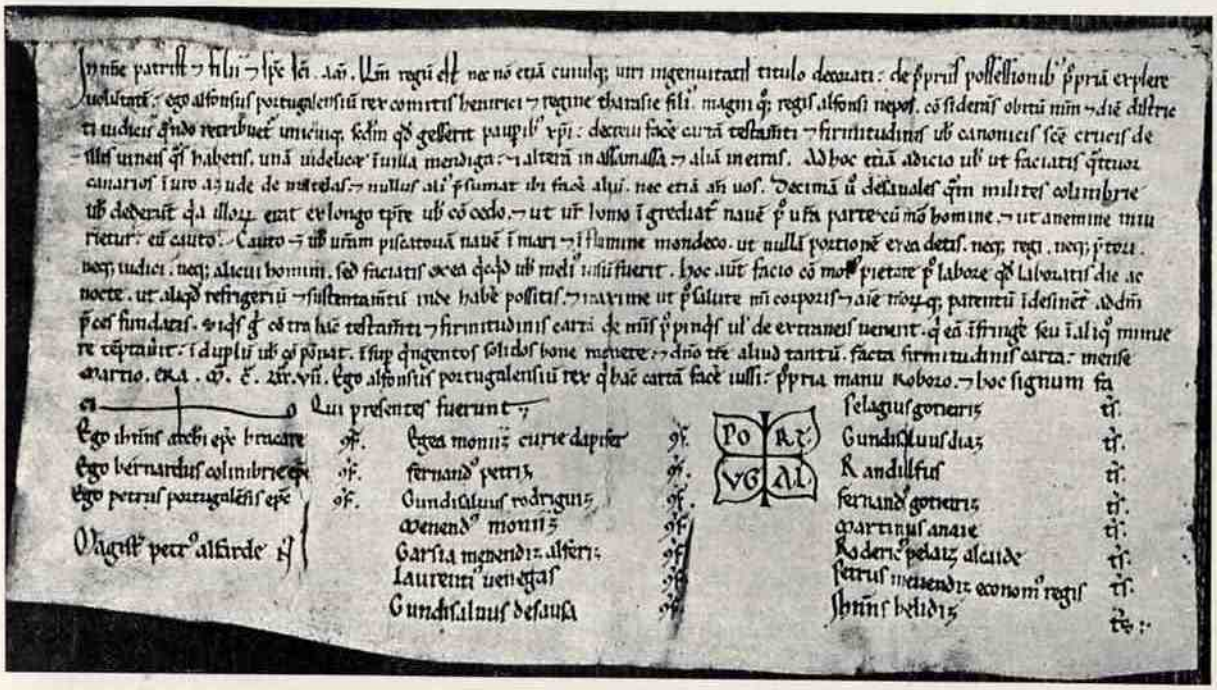
A Raínha, instigada pelo Bastardo, foi para o Crato e de lá enviou cartas para todo o reino, nas quais procurava justificar-se, acusava o Infante, reclamava para si a Regência e terminava com mal veladas ameaças de guerra por parte de Castela e Aragão.

Foi uma indignação geral! Os portadores das cartas foram maltratados em várias partes do reino. D. Pedro procurou assaltar o Crato. A Raínha chega a peitar cavaleiros castelhanos para invadirem Portugal; mas, quando D. Pedro se põe em marcha, foge para Castela.

Várias tentativas se fizeram posteriormente para a reconciliação e para o regresso da Raínha. Mas nas Cortes de Evora de 1442 foi deliberado unanimemente pelos Três Esta-

dos que a Raínha perdera o direito a tudo o que possuisse no reino e que lhe fôsse recusada a entrada neste, em parte por causa dos cavaleiros estranhos que, como inimigos do país, solicitara de Castela, em parte por causa da má vontade e do ódio, que manifestara contra os nobres da Nação, nos quais contava vingar-se com o auxílio do filho.

Castela e o Aragão, com embaixadas solenes, colocam-se ao lado das pretensões da Raínha e logo o reino se apresta para a defesa.



*DOAÇÃO FEITA POR D. AFONSO HENRIQUES, QUE NELA SE INTITULA* REI, *AO CONV. DE STA. CRUZ, DE VINHAS EM VILA MENDIGA, ASSAMASSA E EIRES, ERA DE 1177, MES DE MARÇO*

*(T. T. col. esp.)*

Interrompe-se o comércio com Castela e a questão é submetida à decisão das Côrtes. Estas registam as reclamações das embaixadas com indignação, respondendo-se aos embaixadores, sob fórmulas diplomáticas, que se era a guerra, pois que fôsse a guerra!...

O drama, que tendia a enevoar-se de sangue, teve um desenlace imprevisto com a morte súbita da Raínha em Toledo (19 de Fevereiro de 1445).

* * *

Os Monarcas seguintes, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel, acariciaram a idea da junção das duas Corôas por casamentos dinásticos. Mas, essas tentativas políticas são mais ambições régias do que reivindicações nacionais. A Nação sentia bem que, para a perda da sua individualidade, montava tanto que a união se fizesse sob a aparente hegemonia portuguesa como sob a supremacia de Castela. Desta eram a maior extensão e o maior número e numa e no outro viria, cedo ou tarde, a fundir-se a minoria portuguesa. Por isso, Castela se não opunha à junção das Corôas mesmo sob o cetro dum Português. Se Fernando e Isabel resistiram às pretensões de D. Afonso V, não o fizeram por sentimentos nacionalistas, mas meramente pessoais, pois que o triunfo de tais pretensões lhes tiraria a êles a corôa da cabeça.

Mas, já quando D. Manuel é aclamado Rei de Portugal não duvidam em dar-lhe as filhas — Izabel e depois Maria. E, feito o casamento, logo se prontificam a jurar D. Manuel como herdeiro dos seus tronos em Toledo. O Aragão é que reage, negando-se a aclamar o Português sob a alegação da lei sálica. A sua oposição cessa, porém, quando do enlace dêste com a princesa de Castela nasce o infante D. Miguel, que os Aragoneses se prestam a jurar como herdeiro legítimo da sua Corôa.

Pois bem! Portugal é que se não deslumbra com êste sonho de grandeza peninsular.

As Côrtes de Lisboa pedem ao Rei que «se Deus houvesse por seu serviço que os reynos de Castela e Portugal, por este juramento ficassem juntos, que ele lhes prometesse, em nome do principe seu filho, que nunca o regimento da justiça e fazenda dos reynos e senhorios de Portugal, em qualquer tempo, e por qualquer caso que ao diante pudesse suceder, fosse dado nem concedido senão a Portugueses e o mesmo das capitanias dos logares de Africa e Alcaides-mores das vilas e castelos».

E assim foi solenemente prometido aos povos...

## VII

As emprêsas dos Descobrimentos e da formação do nosso Primeiro Império engrandeceram-nos, mas perderam-nos afinal.

Desvairou-nos o messianismo mercantilista. Entonteceram-nos os «fumos da Índia».

As terras foram deixadas a monte. O Garcia de Rezende fala dos 5.000 moradores da Côrte, vivendo parasitariamente do erário régio. O Gil Vicente, repetindo a miudo o quadro dos lares com o chefe da família ausente na Mina ou na Índia, traça, num dos seus autos,

o quadro do êxodo rural dos que, deixando há pouco as terras, «ainda cheirando aos nabos», vinham para Lisboa pedir lugares nas náus. Os nobres requeriam com despejo ao Rei comandos na Africa e no Oriente «para concertarem suas fazendas».

A Terra menos do que nunca produzia o pão para a sua gente. Tinha de importar-se tudo. O País despovoava-se. Perderam-se muitas vidas nas guerras e nos naufrágios. A população retrogradou de cêrca de 50 por cento. Um arrolamento de 1527 apenas acusou 1.326.000 habitantes dos 2.000.000, números redondos, que chegaramos a atingir.

Beja, Elvas, Extremoz, Vila Viçosa tinham diminuido. Setúbal, Alcácer, Palmela, Sezimbra perderam cêrca de um têrço da sua população.

Sá de Miranda, cheio sempre de nobres preocupações patrióticas, dizia numa composição poética a «António Pereira, senhor de Basto, quando se partia para a Côrte co a casa toda»

*...«Não me temo de Castela*
*onde inda a guerra não sôa;*
*mas temo-me de Lisboa,*
*que, ao cheiro desta canela,*
*o reino vos despovôa»...*

* * *

Já fôramos forçados a abandonar os «logares de Africa»...

Na série de grandes problemas nacionais, que impeliam a Nação para o pendor duma decadência sem remédio, veio enxertar-se um grave problema dinástico.

Dos 9 filhos de D. João III tinham morrido quási todos na primeira ou na segunda infância. O único sobrevivente, D. João, é casado à pressa, aos 15 anos, com a Infanta D. Joana de Castela, que contava apenas 16. Vitimou-o, poucos meses depois, a diabetes dos adolescentes.

O futuro do reino ficava prêso dum fio — a vida dum infante nascituro. D. Sebastião apenas contava 3 anos quando D. João III faleceu.

A crise dinástica não se resolveu, antes se protraiu durante tôda a regência de Catarina de Austria, instrumento político de Carlos V e Filipe II, e na regência e no reinado do velho Cardeal D. Henrique, sem idade, nem saúde, nem talento capazes de afrontarem as dificuldades temerosas daquela hora decisiva. O Povo, êsse, viveu-a intensamente, presentindo com intuïção divinatória a grandeza do drama, que se preparava.

* * *

Reüniram-se as Côrtes em Lisboa (1579) e aí, logo os representantes do «braço do povo» quizeram avocar a si o direito de eleger o sucessor à Corôa ou rogar (como fizeram) ao Cardeal que nomeasse sucessor português. Evocava-se, naturalmente, o exemplo do Primeiro Interregno. Nem faltava um eleito da arraia-miúda, na pessoa de outro bastardo, neto do rei D. Luís com Violante Gomes «a Pelicana». O povo amava-o como ao símbolo da *realeza natural*. Queria-lhe até nos seus desatinos, caldeado de sangue plebeu, dado aos amores, fragoeiro, generoso, gastador, crivado de dívidas, que o Cardeal, seu tio, pagou por duas vezes. E por isso, o seguiu com entusiasmo quando êle alçou o pendão do partido da independência. Para o poder erguer com maior vigor, ainda o Prior do Crato tentou fazer reconhecer a sua legitimidade, alegando que o Infante, seu pai, casara com a Pelicana. Mas, D. Henrique opoz-se a essa pretensão com rancorosa obstinação. Em 11 de Novembro de 1579 chegou a mandar citar D. António e a enviar-lhe o Meirinho-mor para o prender. Prevenido disso, saiu êle para Coimbra e depois para Entre-Minho e Douro, sendo recebido por tôda a parte com afecto e por tôda a parte agasalhado e escondido.

Em 23 de Novembro, o tio exautorou-o de «tôdas as jurisdições, honras, prerogativas, rendas, assentamentos, tenças, privilégios e quaisquer outras mercês,» e até o desnaturou, destituindo-o da nacionalidade portuguesa e expulsando-o do Reino. O condenado saiu para Espanha, mas volvido pouco regressou e por cá se demorou; todos o agasalharam e o encobriram com devoção.

* * *

Depois da morte do Cardeal-Rei, o Prior do Crato foi aclamado em Santarem defensor e, depois, rei de Portugal. De lá veio para Lisboa, onde a população, mau grado a peste que grassava de novo, o recebeu com entusiasmo. Logo a seguir à capital, por êle tomavam voz Coimbra, Setúbal, Bragança e Vila Real...

No entretanto, o exército castelhano do Duque de Alba atravessara a fronteira e dirigia-se a Setúbal, para fazer a sua junção com a esquadra do Marquez de Santa Cruz. Dali, o invasor foi desembarcar na Praia do Guincho, para seguir a costa até investir Lisboa.

Dentro desta, tudo se aprestara para a defesa. Os meios financeiros foram buscar-se aos empréstimos forçados sôbre o comércio de grosso trato, aos impostos onerosos, à apreensão das pratas das igrejas e confisco dos dinheiros dos conventos, à brita da moeda.

A tropa colectiva de populares armados á pressa, frades patriotas e muitos escravos

fôrros, que o Prior recrutara e acaudilhava, postou-se em boas posições junto à Ponte de Alcântara, disposta a barrar a passagem ao invasor. Mas, a esquadra inimiga forçou a barra de Lisboa e a batalha correu adversa aos patriotas.

D. António, ferido no pescoço e no rosto, retira-se do campo, atravessa a capital com o Conde de Vimioso e outros cavaleiros fiéis, em direcção a Santarem, donde passa para Coimbra. Muitos estudantes alistam-se na sua hoste, que marcha sôbre Aveiro onde entra victoriosa. Êste feito enche de esperanças os portugueses. A população do Pôrto, onde fôra aclamado Filipe II, quando recebeu a notícia, expulsou os partidários de Castela e abriu os portos da cidade a D. António. Braga segue-lhe o exemplo. Na própria Lisboa, já ocupada pelos invasores, bandos numerosos de populares correm as ruas, aclamando «el-rei D. António».

Filipe II, por êsse tempo, põe a prémio a cabeça do Prior do Crato, prometendo generosas mercês a quem lho apresentasse vivo ou morto e ameaçando de severas represálias quem o auxiliasse ou o escondesse. Desde então, o pretendente andou a monte. O rei de Castela sobe o prêço para 80.000 ducados para quem o prendesse ou o matasse. Mas, ninguem o denunciou. Por longos meses, todos o acolhem. Só em Maio de 1581 embarca para França.

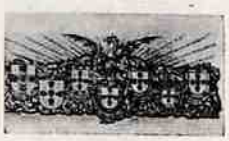
* * *

Com o exílio do *rei natural*, a causa da independência nacional teve o seu *ultimum moricus* nos Açores. Para ali afluiram os seus últimos defensores com a esquadra e as fôrças, que D. António conseguiu equipar na Inglaterra e na França.

A resistência heróica encarna-se na gentilíssima figura de Ciprião Figueiredo de Vasconcelos, corregedor dos Açôres. A nobreza da sua patriótica atitude foi tão cheia de beleza moral e infundiu tal respeito, em meio da geral defecção das classes dirigentes, que o próprio Filipe II lhe escreveu directamente, lembrando-lhe os grandes danos que padeceria a ilha se êle persistisse na resistência, e prometendo-lhe mercês se o servisse.

Responde Ciprião que «eu não sirvo a D. António por interêsse, mas com pureza da minha obrigação, de que resulta não me convencerem mercês prometidas, que foi o laço em que caíu Portugal; porque, fóra do que devo nenhuma coisa me fará mover a trôco de vender a honra e lealdade que não têm preço, nem há nenhum que eu tanto estime; lição que a muitos fidalgos esqueceu».

A. MARQUES GUEDES



# CASTELO DE BRAGANÇA

Pode considerar-se como um dos melhores, mais perfeitos, monumentos portugueses da arte bélica medieval, no qual a tôrre de menagem altaneira e galhardamente sobressai. É ela, por certo, a mais elegante e bela do país.

Levanta-se a cavaleiro do rio Fervença, numa colina de 695 metros de altitude, e senhoreia fartas léguas de terreno, ao derredor. A tôrre de menagem e duas cintas de grossas muralhas, construidas com schisto e argamassa muito dura, formam os seus elementos característicos. Tôrres e torreões, ora pentagonais ora quadrangulares e semi-circulares — cuja altura foi diminuida por causa dos trons e bombardas —, flanqueiam e reforçam as quadrelas. Tanto nestas como naquelas multiplicam-se as troneiras e seteiras, que, devido a uma hábil disposição, permitiam o flanqueamento baixo e alto assim como o fogo distribuido em andares. Não tem vestígios de fôsso ou cava nem dêle subsiste a menor lembrança; logo, póde crêr-se que não o talharam. Certo é, porém, que na fábrica do castelo prò-vidamente se atenderam e realizaram os preceitos da boa poliorcética. Dentro dos muros ainda é muito vivo o cunho do burgo medieval.

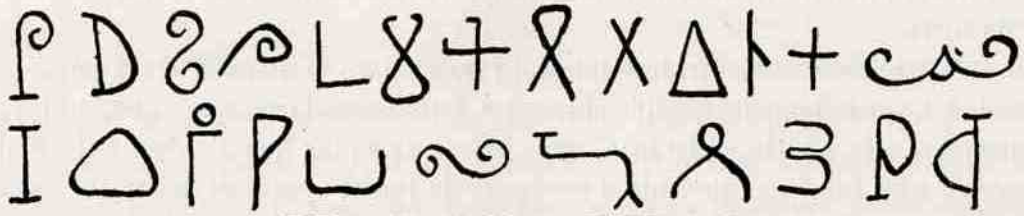
A cintura externa, de fórma poligonal, irregular, efectua um percurso de 660 metros; ante a sua porta ocidental ou da Vila ergue-se a barbacã, rasgada por um arco ogivado, a-fim-de a proteger. Outróra, no século XVI, ainda mais a fortificou uma falsa-braga (ante-muro), como é visível nos respectivos desenhos de Duarte d'Armas; vagos restos dela existem no lado setentrional. A uns 15 metros adiante, para oeste, abre-se a porta de Santo António, rasgada por um arco pleno, entre dois torreões. Da do Sol e, também, da da Traição nem os lugares actualmente se reconhecem, tam radical foi o extermínio dessas portas.

Próximo da de Santo António, ergue-se a tôrre quadrangular do Relógio ou da Câmara (1) empinada sôbre o rio; reforçaram-na em 1690 com três contrafortes circulares, no meio de cada face exterior. A tôrre do Pôço del-rei domina também o rio, na qual abriram uma cisterna. Apruma-se do norte, como sentinela firme, a tôrre da Princesa, estreita, quadrangular e muito alta; efluvios dalgumas lendas dramáticas pairam à sua volta. Nela esteve encerrada Leonor de Medina-Sidónia, a quem, mais tarde (1512), em Vila Viçosa apunhalou barbaramente seu marido (2), por loucos ciumes. Como êle, no final do século XVI, Martim Afonso de Melo (3) assassinara a mulher, filha de João Afonso Pimen-

(1) Por efeito de nela, em 1861, haverem colocados sinos e um relógio.
(2) D. Jaime, duque de Bragança.
(3) Alcaide-mór de Évora.

tel [1] e dona de tanta beleza que enfeitiçava todos os que a viam. Em 1890, devido à insensatez oficial, de latrina militar indignamente serviu a tôrre.

A 2.ª cintura, com a fórma de quadrilátero irregular, é fortalecida com cubos e tambores semi-circulares, abobadados com tijolo. Sôbre algumas destas abóbadas assentaram eirados de granito. Ao nível do solo, quer nos tambores quer nos muros, há nichos abertos em seteiras, que serviam para o flanqueamento interior.



*SIGLAS DA TORRE DE MENAGEM*

A tôrre de menagem, robusta, imponente e bela, de planta quadrada, tem 33 metros de altura e 17 de largo em cada flanco. Embora edificada com schisto, o granito segura-lhe os cunhais e os parapeitos assim como a parte inferior ou base das paredes. Na respectiva cantaria abundam as siglas. Ameias, rasgadas com seteiras cruciformes — pelo que serviam para o tiro de bésta e para o de colubrina —, formam-lhe uma corôa dentada. No extremo

*SIGLAS DUPLAS*

superior dos cunhais ressaltam atalaias circulares, apoiadas em altas cantoneiras, de secção rectangular, que, porém, não serviam de mata-cãis. Êsse elemento defensivo admiravelmente guarnece a tôrre e distingue-a do tipo generalisado no país. Na atalaia do nordeste observa-se uma rude inscultura, bastante delida, cujo significado está por descobrir. Como sendo o brazão do conde de Benavente [2] alguns a interpretaram; como sendo o emblema

---

[1] Alcaide-mór do castelo bragançano.

[2] Descendente de João Afonso Pimentel, o alcaide-mór e senhor de Bragança na 2.ª metade do século XVI, filho de Rodrigo Afonso Pimentel, comendador-mór de Santiago.

de S. Tiago, por causa dos votos do mesmo, a definiram outros. É grandioso o panorama que se disfruta do seu amplo eirado, assente na cobertura abobadada.

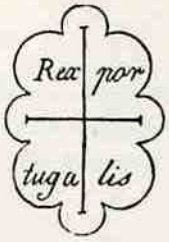
A única porta de comunicação com o exterior, cuja ponte levadiça já não existe, fica no flanco do norte, bastante acima do solo; prestava-lhe a conveniente defesa o balcão de mata-cãis, firmado no alto da tôrre. A mais de meia altura desta corre uma faxa de granito, para seu realce. Duas janelas de gótico radiante, maineladas muito graciosas, rasgam os lados do sul e nascente, acima da dita faxa, da qual parece pender, no meio da face meridional, o brazão del-rei D. João I, emoldurado. Vários postigos ogivais e seteiras fendem as faces da tôrre.

Em três pavimentos se divide o interior; no entanto, a disposição do mesmo, relativa aos aposentos, foi grandemente modificada com a actual escadaria, que substituiu, talvez em 1671, a primitiva. No 1.º fica a cisterna, onde caíam as águas fluviais do eirado, e uma quadra poligonal, sem luz, com abóbada e nervuras de tijolo, à qual se desce por escada helicoidal e se tem atribuido a função de masmorra. Uma varanda corrida, de granito, serve três lados do 3.º, bastante reconstruído. Nas salas do mesmo, com abóbadas e nervuras de tijolo, instalou o arquivo do regimento e formou um interessante museu militar o coronel António José Teixeira, exímio historiógrafo da vida militar de Trás-os-Montes. Na de Mousinho d'Albuquerque guardam-se trofeos e lembranças das guerras africanas, entre elas a travada com o Gungunhana; na do general Gomes da Costa, lembranças e trofeos da Grande Guerra.

Não poucos cêrcos, nos tempos medievais, padeceu Bragança. Foi o primeiro o de Afonso IX de Leão, em 1188, e a êsse acudiu el-rei D. Sancho, o Povoador. Em 1326 investiu-a D. Afonso Sanches (irmão bastardo del-rei D. Afonso IV), ajudado pelo infante D. Filipe de Castela. Por motivo do de 1369, posto por Henrique III de Castela, ficou na posse dos espanhóis até 1371. Voltaram êles a dominar o castelo desde 1398 a 1400, devido à traição de João Afonso Pimentel, seu alcaide-mór.

O perdimento da independência nacional, a Restauração e a Guerra dos 7 anos fôram causas de variadas lutas entre bragançanos e castelhanos.

CARLOS DE PASSOS



# ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

D. António Caetano de Sousa nas *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal* (1), traça os seguintes dados biográficos de D. João da Costa, Conde de Soure:

«Nasceo no anno de 1610. Foy o primeiro Conde de Soure, e hum dos Acclamadores do Senhor Rey D. João IV do seu Conselho de Guerra, e General da Artilharia. Posto com que se achou na batalha de Montijo, em que sahio mal ferido, devendo-se á sua actividade o bom successo daquelle dia. Depois occupou os Póstos de Mestre de Campo General da Provincia de Alemtejo, e Governador das Armas daquella Provincia, governo que lhe entregou El Rey D. João, estando para morrer, mostrando nesta mercê o quanto fiava no seu valor, e prudencia. Foy Embaxador Extraordinario a Luiz XIV de França, no anno de 1659, e depois Presidente do Conselho Ultramarino, e Gentil Homem da Camara do Senhor Rey D. Pedro sendo Infante. Morreo a 22 de Janeiro de 1667, e foy enterrado na Capella Mór do Collegio de Santo Antão dos Frades Eremitas, de que era Padroeiro.»

São a êste Conde de Soure dirigidas as cartas de D. João IV que hoje publicamos, ainda quando êle era Mestre de Campo General da Provincia do Alentejo.

## XIX

*«Conde de Soure amigo. Eu El Rey vos enuio m.to saudar como aquelle q̃ amo. Por parte da nobresa, e Pouo da Villa de Monforte dessa Prouincia, se me representou o estado em q̃ ella se achaua assi de gente como de pobre, por causa das entradas, e roubos, q̃ o inimigo hauia feito em suas fazendas, e gados, pedindo q̃ por estas, e outras mais resões q̃ appontarão, lhe fizesse merce, mandarlhe dar o pão de monição q̃ fosse seruido para se sustentarem, e considerado tudo, fuy seruido mandar q̃ ás vigias do campo se de pão de munição,*

(1) 4.ª ed., pág. 381.

*de q̃ me pareceo auisaruos, para q̃ tendo entendido esta minha resolução procureis q̃ assi se execute. Escrita em Lx.ª a 30 de Nouembro de 1653.*

*Rey* ⁝

*O Conde de Prado*

*Pedro Cesar de Meneses*

*Para o Mestre de Campo g.al do Ex.to de Alentejo.»* (1)

XX

*«Conde de Soure amigo. Eu El Rey vos enuio m.to saudar como aquelle q̃ amo. Vi a vossa carta de 6 do corrente em q̃ me propusestes sogeitos para capitães das companhias de Auxiliares infantes q̃ estão formadas nas Villas do Torrão, Borba, e ferreira, e porq̃ para a do Torrão nomeey a Lourenço Cardim Correa, para a de Borba a Antonio Lourenço franco, e para a de ferreira a Vasco figueira raposo, me pareçeo auisaruolo para o terdes entendido. Escrita em Lx.ª a 21 de Jan.ro de 1654.*

*Rey* ⁝

Saluador Correa de sáa j benauide

*Pedro Cesar de Meneses*

*Para o Mestre de Campo g.al do Ex.to de Alentejo.»* (2)

XXI

*«Conde amigo. Eu El Rey uos enuio m.to saudar, como aquelle q̃ amo. Por ter mandado uir plo Correg.or da Comarca de Beja, presos para o Limoeiro, Luis de Castanheda de Brito, e Manoel Lopes do Mato, da Cadea, de Beja onde estão, e conuir assim, a meu seruiço, e cumprimento da justiça, uos encomendo muyto, e mando, lho não impidais, e os deixeis trazer, porque em cazo, que se auerigue, que por soldados, sejão da uossa jurisdição, na*

(1) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 145.
(2) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 57.

*prizão do Limoeiro, os achareis, mais seguros, para dar a execução o que na materia se determinar. Escritta em Saluaterra de Magos a 23 de Jan.ro de 654.*

*Rey* ∴

*Para o Conde de Soure.»* (1)

XXII

*«Conde amigo. Eu El Rey uos enuio m.to saudar como aquelle q̃ amo. Para Capitães das companhias de infantaria que uagarão nos terços desse ex.to, de q̃ são Mestres de Campo: Affonso furtado de Mendoça; e João Leite de Oliueira, para as quais me propusestes sog.tos fui seruido nomear para a de q̃ foi Capitão Andre Murmans no terço de Affonso furtado a fr.co Sodre Pereira, e p.a as duas do terço de João Leite de Oliueira p.a a de Lucas Barroso á Bras Torrado, e para a de fran.co Velho do Auelar á João Roiz Leitão, e para q̃ o tenhais entendido; me pareceo auizaruolo por esta carta. Escrita em Lx.a 28 de Jan.ro de 1654.*

*Rey* ∴

*Saluador Correa de sáa j benauide.*

*Pedro Cesar de Meneses*

*P.a o Conde de Soure.»* (2)

XXIII

*«Conde de Soure amigo Eu El Rey vos enuio m.to saudar como aquelle q̃ amo. Hauendo uisto as vossas cartas, em q̃ me propusestes sogeitos para alguãs companhias de Infanteria q̃ uagarão nesse Exercito, fuy seruido nomear para a de João de Sousa Leitão, a João Vieira Mendez, para a de João Roiz Coelho a Gregorio Nobre primeiros propostos por Vos, e para a de Esteuão Paes Estaço a Manoel Arnaut soto mayor proposto em segundo lugar de que*

(1) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 56.
(2) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 114.

*lhes tenho mandado passar patentes, e pareceome auisaruolo para q̃ o tenhaes entendido. Escrita em Saluaterra a 28 de Jan.ro de 1654.*

*Rey* ∴

*Saluador Correa de sáa j benauide.*

*Pedro Cesar de Meneses*

*Para o Mestre de Campo g.al do Ex.to de Alentejo.»* (1)

XXIV

*«Conde amigo. Eu El Rey uos enuio m.to saudar como aquelle q̃ amo. Para Capitães das companhias de cauallos q̃ estão uagas nesse ex.to para as quais me propusestes sog.tos fui seruido nomear, para a q̃ foi de Anrique de figueiredo a P.o Cesar de meneses, e para a de Gerardo Vaninguen a fran.co da silua de Moura, e para a de João doliueira Delgado a Dom Luis de Meneses: E para a de Esteuão Rocieres a Jeronimo Borges; E para a de guarda do Gouernador das armas a Andre Gastino. De q̃ me pareceo auisaruos p.a q̃ o tenhais entendido. Escrita em Lx.a 28 de Jan.ro de 1654.*

*Rey* ∴

*Saluador Correa de sáa j benauide.*

*Pedro Cesar de Meneses*

*P.a o Conde de Soure.»* (2)

(1) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 54.
(2) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 55.

# CASTELOS DE PORTUGAL

## CASTELOS DE ARNOIA E SABUGAL

*Com o robustecimento do poder real e com o aparecimento das bôcas de fogo, perderam os castelos o seu valor militar, mas é preciso não esquecer que, até ai, êles eram os mais preponderantes elementos de defesa nacional, e os mais formidáveis obstáculos que opusemos à invasão dos sarracenos e dos castelhanos.*

(Em defesa dos Castelos Portugueses — *Jorge Larcher*).

Não podemos, por falta de elementos, precisar qual o papel que teve o castelo de Arnoia, na fundação de Portugal.

É fortaleza antiqüíssima, em boa posição estratégica e dela se desfruta um vasto e belo panorama.

O P.e Cardoso, no *Dicionário Geográfico*, a êste monumento militar se refere e diz: «Há nesta freguesia, sôbre hum alto monte, hum castelo, cuja muralha, pela grande antiguidade, se acha com alguma ruina».

Hoje o castelo está bastante desmoronado e precisa de importantes obras, visto que a sua tôrre de menagem e muralhas ameaçam maior ruína se não se lhes acudir com as reparações indispensáveis de que carece.

Também na freguesia de Arnoia existiu um mosteiro de religiosos beneditinos, que foi fundado por Mónio Monís.

O castelo de Arnoia era uma vasta e robusta fortaleza, situada em terra de Basto, terra que D. João I deu ao Conde de Ourém (D. Nuno), conjuntamente com outras povoações.

É natural que êste castelo não ficasse solitário ou indiferente às lutas que se travaram nos primeiros tempos da fundação da nacionalidade, mas, como já dissémos, não temos dados, de fonte segura, que nos permitam determinar qual teria sido a sua acção.

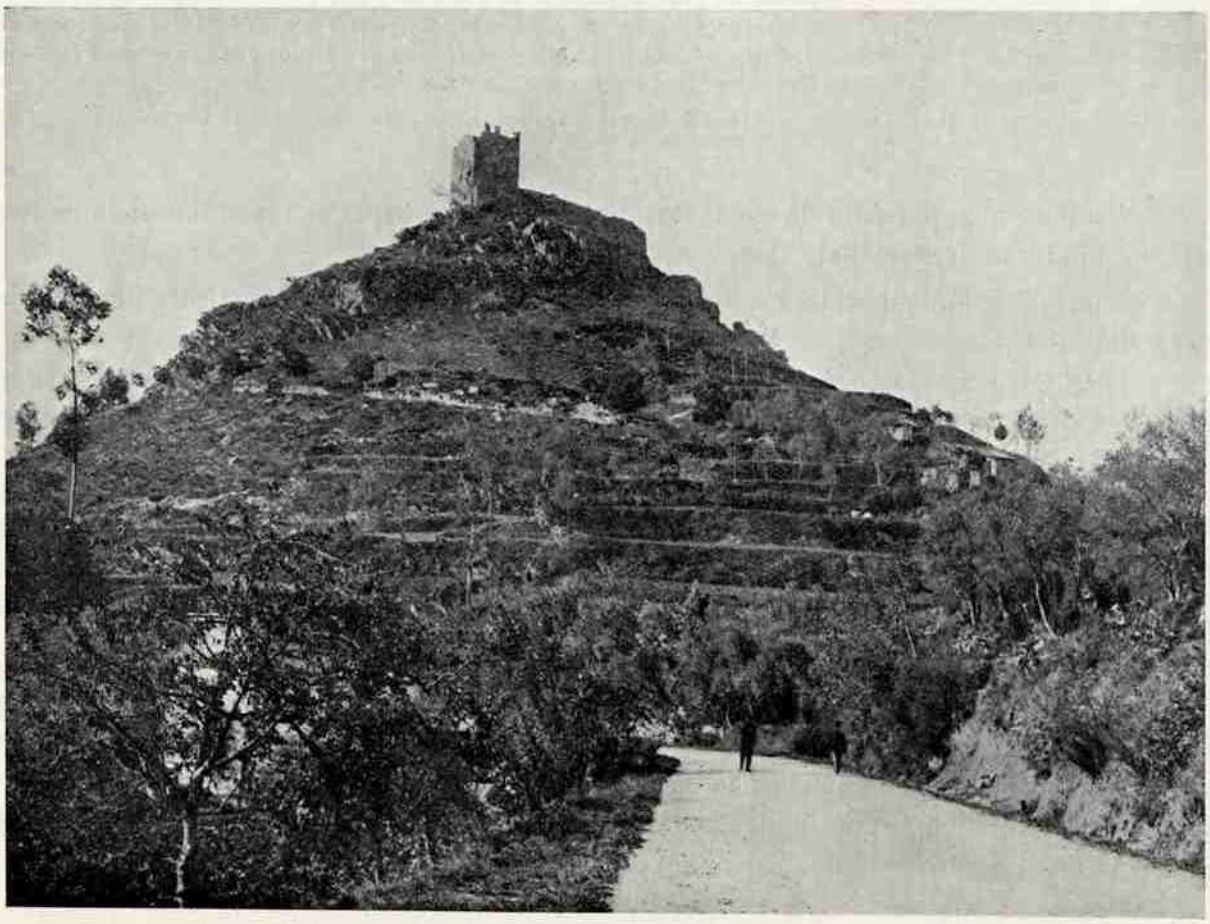
* * *

Sôbre o castelo de Sabugal, vários são os trabalhos que se lhe referem, sendo de mencionar, entre êles, as «Memórias sôbre o Concelho de Sabugal», da autoria do Dr. J. Manuel Correia, estudo conscencioso e muito interessante.

A maior parte dos escritores atribuem a construção dêste castelo a D. Diniz, afir-

mando João Grave, que no fecho da abóbada superior da tôrre de menagem foi colocado um escudo com as armas reais e êstes dizeres:

Esta fez el-rei D. Dinís
Que fez tudo quanto quis
Que quem dinheiro tiver
Fará o que quiser.



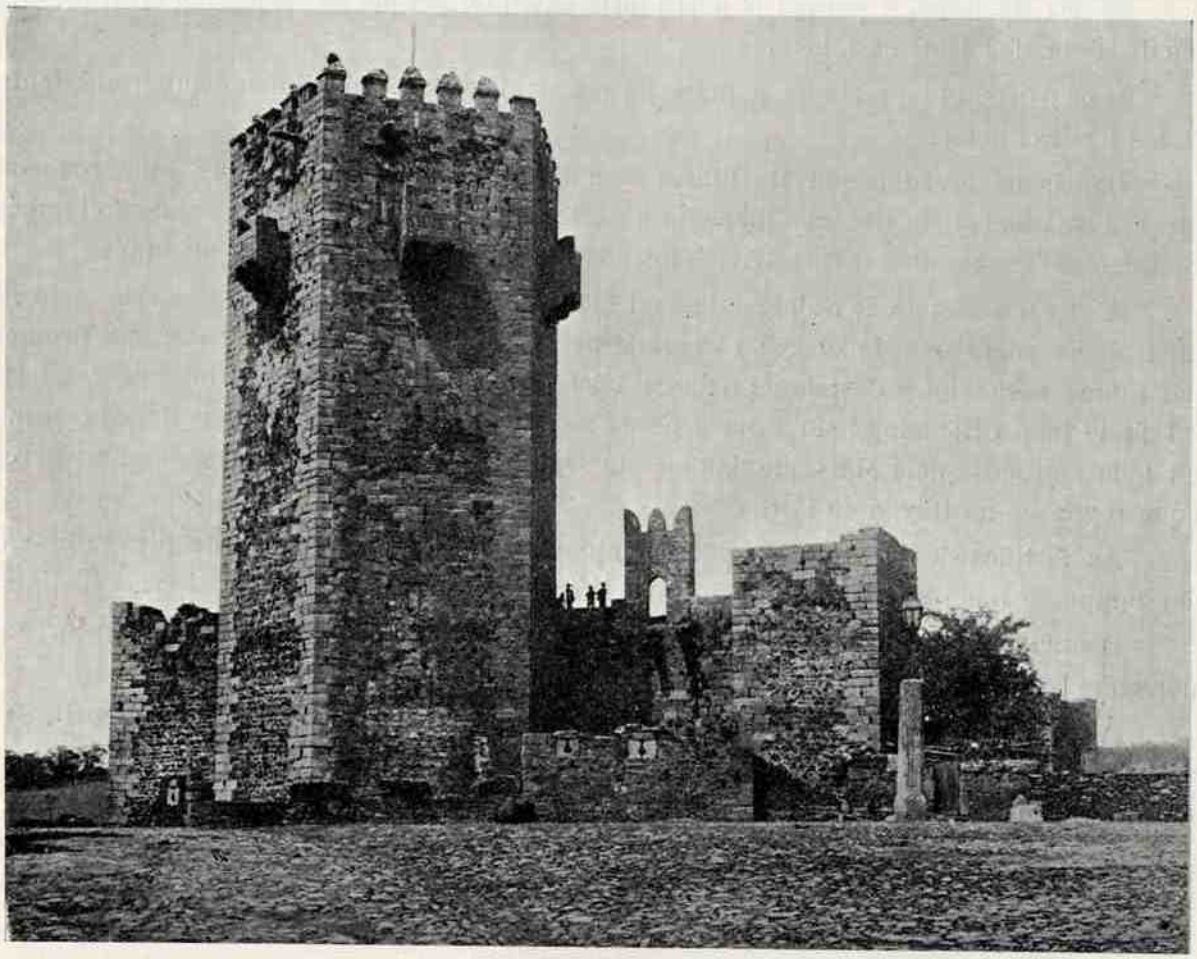
*CASTELO DE ARNOIA*

Mas outros escritores dão-nos outra variante desta quadra, que confirma a tradição oral da construção do castelo, da fonte e da ponte, por D. Diniz

Eu el-rei D. Diniz
Ponte, fonte e castelo fiz;
E quem dinheiro tiver
Fará o que quiser.

O ilustre escritor Ramalho Ortigão, na sua obra «Banhos de Caldas e Águas Minerais», apresenta-nos também uma outra variante, certamente referente ao castelo

Esta fez el-rei D. Diniz
Que acabou tudo o que quis,
Que quem dinheiro tiver
Fará quanto quiser.



*CASTELO DE SABUGAL*

Mas o que certo é que no castelo não se achou a quadra, que a tradição popular afirma ter estado na ponte, e que alguns escritores sem fundamento dizem encontrar-se no castelo.

Frei Brandão, na *Monarquia Lusitana*, diz que D. Diniz fez no Sabugal um castelo com uma tôrre de cinco quinas...

Mas não bastam estas declarações que não estão devidamente fundamentadas, para atribuirmos a fundação do castelo a D. Diniz, tanto mais que há escritores que são de opinião que o castelo é de construção anterior ao reinado do rei Lavrador, e da *Crónica de el-rei D. Diniz,* de Rui de Pina, se depreende que êste rei fez uma reconstrução, como se vê do seguinte período:

«E na comarca da beira e de Riba De Coa *fez de novo* êstes castelos... Sabugal...»

Se fez de novo, é porque já outro teria existido, porque se assim não fôra, bastaria que dissésse «fez êstes castelos...»

Mas o assunto presta-se a mais largas explicações, que não se comportam dentro destas ligeiras notas.

Depois de invadida por D. Diniz a Comarca de Riba Coa, procurou o monarca assegurar a sua conquista não só edificando e reedificando muralhas e castelos, como também concedendo forais e numerosos privilégios aos moradores das terras conquistadas.

A vila e o castelo de Sabugal deviam merecer-lhe especial carinho, de certo, pela sua importância como nos deixa ver o seguinte período do foral: «Outrosy outorgo e prometo que nunca essa vila e Castelo de Sabugal com todas sus Alcaydias e termho de nen leyxe a Infante nen a Ricomen nem a outra pesoa nenhuma em prestamo nen en doaçon nenhuma toda nen parte dela Mais que fique e que seja meu e dos Reys que despos mim veerem e que reynasen no Reyno de Port.»

As fortificações do Sabugal são exemplares interessantes da arquitectura militar do seu tempo, e onde se notam três estilos diferentes correspondentes a épocas distintas.

Dentro das muralhas do castelo eleva-se altiva e dominadora a bela e sólida tôrre de menagem, como mostra a gravura que acompanha êste artigo.

Á sombra das suas muralhas se realizou a entrevista e pazes entre o nosso D. Sancho II e D. Fernando III de Leão e Castela, e bem perto delas se travou um combate entre portugueses e soldados de Massena.

Achamos interessante transcrever a parte da carta de 24 de Novembro de 1643, de Brás Garcia Mascarenhas, dirigida a Frei Francisco Brandão, na parte referente ao Sabugal:

«He uilla de 300 uezinhos tẽ por oposto o Castello de Elge q̃ dista della 3 grandes legoas atrauesando o Caminho auolta q̃ a raia faz de leste a Oeste he o Castello do Sabugal de figura quadrada ea cerca da uilla redonda sẽ nenhũ descortino esta parece moderna aquelle antiguo edo tẽpo de mouros tẽ huã torre de sinco quinas altissima e no fecho da mais alta abobeda pela parte de dentro as quinas de Portugal do q̃ se infere q̃ esta torre e os baluartes q̃ descortinaõ o Castello saõ hobras de Rei Portugues acrescentadas á cerca antiga como ellas mostraõ claram.te tẽ este Castello sua barbacã e caua e he forte mas sogeito a m.tos padrastos em Cida R.o ha inda na sé hũ Arcediago q̃ se intitula do Sabugal q̃ he oje Bispado de lamego e todos os mais Castellos de riba Coa a q̃ chamaõ Bispado nouo

que ao modo de Castella paga inda pera as fabriqas das jgr.as o tercoelo q̃ elles chamaõ terçoilo que he o terço de hũ terço dos dizmos q̃ elles conegos arrecadaõ m.to bẽ e fabricaõ tão mal q̃ se intentou tomarselhe pera as fortificações·»

Êste autógrafo de Brás Garcia, que nos foi dado a conhecer por Cunha Saraiva, é um documento muito curioso e importante para a história da região e das fortalezas de Coa.

O castelo do Sabugal é de facto um monumento digno do nosso aprêço, que se deve manter e guardar como belo especime de arquitectura militar e como gloriosa recordação dêsse passado distante.

Ainda recentemente lhe foi atribuída pelo Govêrno uma verba para acudir às mais urgentes reparações e oxalá se possa restaurar e aproveitar a tôrre de menagem e instalar um museu regional nesta bela fortaleza, consagrada na seguinte quadra:

Castelo de cinco quinas (1)
Na no há em Portugal
Senão ó cimo do Coa
Na vila do Sabugal.

JORGE LARCHER

(1) Houve outros castelos em Portugal com tôrres de cinco quinas.

# LEGISLAÇÃO

*DECRETO-LEI N.º 30:374*

É fácil reconhecer o alcance moral que terá a vinda à metrópole, nêste ano jubilar de 1940 e durante as festas comemorativas do Duplo Centenário, de um grupo de velhos colonos de alguns dos nossos domínios ultramarinos.

O Govêrno já tornou possível a ida às colónias da juventude escolar, e das colónias trouxe estudantes dos liceus, para, numa comunhão de pensamentos, melhor se compreenderem.

Agora pretende que os colonos mais antigos voltem à Mãi Pátria numa romagem que será o Cruzeiro dos Velhos Colonos, e durante a qual verificarão o progresso, a disciplina, a paz e a ordem de que o País hoje disfruta.

Assim:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — Fica autorizada a Agência Geral das Colónias a promover a realização, nos meses de Abril a Setembro do ano corrente, do Cruzeiro dos Velhos Colonos.

§ 1.º — Êste Cruzeiro abrangerá colonos de Cabo Verde, Angola e Moçambique.

§ 2.º — O agente geral das colónias será incumbido de dirigir o Cruzeiro, com a assistência do director da revista colonial *O Mundo Português*.

Art. 2.º — O Cruzeiro tem por fim principal facultar aos velhos colonos, que há longos anos não vêm ao Portugal europeu, uma visita que lhes permita participar nos festejos comemorativos do Duplo Centenário, da nacionalidade e da restauração.

Art. 3.º — Para fazer face às despesas da organização, instalação e realização do Cruzeiro dos Velhos Colonos fica o Govêrno autorizado a abrir, com as formalidades legais, a favor do Ministério das Colónias, um crédito especial de 300.000$00 e são autorizados o governador da colónia de Cabo Verde e os governadores gerais das colónias de Angola e Moçambique a abrir, com as formalidades legais, créditos especiais das importâncias, respectivamente, de 7.000$00, 88.000$00 e 205.000$00.

§ único. — Os créditos coloniais a que êste artigo se refere terão por contrapartida iguais importâncias a saír dos saldos positivos das respectivas contas de exercício.

Art. 4.º — A importância total de 600.000$00 dos créditos autorizados pelo artigo antecedente, que a metrópole e as colónias citadas despendem com a realização do Cruzeiro, será entregue à Agência Geral das Colónias, que prestará as competentes contas ao Tribunal de Contas por intermédio da 9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública quanto à parte utilizada do primeiro dos mencionados créditos e à 2.ª Repartição da Direcção Geral de Fazenda das Colónias quanto à parte utilizada dos créditos coloniais, repondo prévia e respectivamente os saldos que houver.

§ único. — A prestação de contas deve ser feita nos termos e prazos legais.

Art. 5.º — Pelo presente decreto fica o Ministro das Colónias autorizado a estabelecer, por simples portaria, com dispensa de quaisquer formalidades legais, o número de colonos que deve constituír o Cruzeiro dos Velhos Colonos e as retribuïções ao pessoal que por êle fôr julgado indispensável para a realização dêste Cruzeiro.

§ 1.º — O referido pessoal poderá ser dispensado de quaisquer funções que esteja desempenhando, sem perda dos seus vencimentos próprios, que serão acumuláveis com as remunerações a que êste artigo se refere e que por portaria lhe sejam atribuídas.

§ 2.º — Um funcionário colonial, escolhido pelo Ministro das Colónias, acompanhará o Cruzeiro desde o seu início até ao seu termo, com direito aos seus vencimentos por inteiro, como se estivesse em activo serviço na respectiva colónia, sendo a sua missão assistir aos colonos durante a viagem e orientá-los sôbre os fins do Cruzeiro.

Art. 6.º — O Ministro das Colónias fica autorizado a, por despacho, estabelecer os pormenores da realização do Cruzeiro.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

*Para ser publicado nos «Boletins Oficiais» das colónias de Cabo Verde, Angola e Moçambique.*

Paços do Govêrno da República, 10 de Abril de 1940. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

*PORTARIA N.º 9.509*

Realizando-se no dia 4 de Junho do corrente ano, em Guimarãis, o acto solene comemorativo da Fundação, início da Época medieval das Comemorações Centenárias;

Considerando que o programa oficial prevê a projecção desta solenidade em todo o Mundo Português de forma a unir no mesmo sentimento de continuïdade histórica e de justo orgulho nacional todos os portugueses espalhados pelo mundo;

Considerando, ainda, que semelhante sentimento se deve expressar num acto simbólico geral, convidando-se todos os portugueses a desfraldar a bandeira da Fundação, sob cuja égide se constituíu a Nacionalidade, no mesmo momento em que o venerando Chefe do Estado erguerá igual pendão na tôrre da menagem do castelo de Guimarãis;

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pela Presidência do Conselho:

1.º — Que seja hasteada no dia 4 de Junho de 1940, às doze horas da metrópole e ao sinal trans-

mitido de Guimarãis pela Emissora Nacional, em todos os estabelecimentos públicos do continente, ilhas adjacentes e colónias, e em tôdas as embaixadas, legações e consulados de Portugal nos países estranjeiros, ao lado da bandeira nacional, a bandeira da Fundação, conforme modêlo que acompanha a presente portaria.

2.º — Que esta cerimónia se realize, nas escolas e guarnições militares, perante os alunos e as tropas formadas.

3.º — Que se observem em todos os estabelecimentos públicos do Império, na parte que lhes disser respeito, as solenidades previstas no programa oficial das Comemorações, em coincidência horária com o acto medieval de Guimarãis.

Presidência do Conselho, 19 de Abril de 1940. — O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar.*

*PORTARIA N.º 9.519*

Convindo esclarecer dúvidas suscitadas na interpretação da portaria n.º 9.509, de 19 de Abril último: manda o Govêrno da República Portuguêsa, pelo Presidente do Conselho, que:

1.º — Nas localidades em que existam castelos relacionados com a história da Fundação e da Conquista, o disposto na referida portaria de nenhum modo prejudique as solenidades previstas no programa das Comemorações Centenárias em coincidência horária com o acto medieval de Guimarãis, devendo as autoridades locais, a Mocidade Portuguesa e o povo reünir-se em volta dêsses monumentos da arquitectura militar, para a cerimónia do hasteamento da bandeira da Fundação e inauguração da inscrição histórica comemorativa, às doze horas do dia 4 de Junho;

2.º — As bandeiras da Fundação, cujo modêlo acompanhou a portaria n.º 9.509, podem ser de tamanhos diferentes, conforme os monumentos e edifícios a que se destinam, devendo sempre observar-se as proporções fixadas no referido modêlo entre as dimensões do campo da bandeira e as da respectiva cruz heráldica.

Presidência do Conselho, 10 de Maio de 1940. — O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar.*

*DECRETO-LEI N.º 30:454*

Iniciando-se no próximo dia 4 de Junho as comemorações do duplo centenário da fundação e da restauração de Portugal e sendo aquêle o dia especialmente destinado a celebrar o oitavo centenário da constituição da nacionalidade;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do art.º 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. — É considerado feriado nacional o dia 4 de Junho do corrente ano de 1940.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 22 de Maio de 1940. — António Oscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

O Diário de Notícias», *de 10 de Abril último, publicou em editorial o artigo intitulado* «O Lar comum», *que a seguir transcrevemos:*

«Está nomeada a Delegação Brasileira às nossas Festas Centenárias e está quási concluido o Pavilhão da grande República Sul-Americana, na Exposição do Mundo Português — único pavilhão estrangeiro que figura no nosso certame de História. Brevemente Lisboa terá mais um monumento: a estátua de Pedro Álvares Cabral, oferta do Govêrno brasileiro, que será inaugurada em Junho.

Desta forma, através do Atlântico, as duas Pátrias unem a sua alma, e estreitam, num abraço, o o passado, o presente e o futuro duma civilização comum. Êsse será um dos grandes factos comemorativos das celebrações. Sem êsse facto, sem a espiritual solidariedade da grande Nação, filha do génio lusíada, haveria na nossa grande mesa de família um lugar vago.

A participação, tal como vai realizar-se, do Brasil, dá ao nosso aniversário nacional o seu pleno sentido histórico. Desde a primeira hora o sentimos. O Brasil compreendeu-o, em tôda a sua significação e no seu alto sentimento. Reconheçê-lo e agradecê-lo é um dever.

Alberto d'Oliveira, que teve sempre o raro talento das sínteses expressivas, definiu ha pouco Portugal em relação aos brasileiros como «a Pátria da sua Pátria». E' difícil dar uma imagem mais feliz da intimidade de sangue e da afinidade moral que caracterizam, em relação ao imenso Brasil, a imortal paternidade portuguesa. As grandes datas que êste ano vamos comemorar são, na realidade, comuns aos dois povos.

Cada brasileiro tem a sua Pátria, que é o Brasil — mas tem a Pátria da sua Pátria, que é Portugal. Vindo até nós, no momento em que procuramos, na evocação do passado, melhores energias e mais altos estímulos para amanhã, o Brasil visita, honra e festeja a velha casa, onde êle próprio nasceu. E Portugal, dando ao filho admirável, senhor do seu maravilhoso destino e criador duma civilização própria e nova, o lugar de honra, entre as suas mais puras glórias, afirma, no mais simbólico gesto nacional, a perpetuidade da raça e a universalidade do espírito, que constituem os seus mais altos títulos de fundador de nações.

As nossas Comemorações deixam assim de ser uma simples celebração nacional para assumirem

o carácter duma festa de família — a que a Espanha, enviando-nos, numa simpática manifestação de cordialidade peninsular, algumas das mais valiosas recordações portuguesas existentes nos seus arquivos ou nos seus museus, se associa expressivamente. Todo o grande sentido da nossa dupla fundação continental e atlântica fica desta forma, em proporções diversas, mas significativas, assinalado e ilustrado.

Várias nações amigas estarão presentes, através de delegações, mais ou menos numerosas, às nossas evocações. A participação do Brasil tem um carácter diverso — não só porque é a única que reveste o aspecto e assume, materialmente, na Exposição do Mundo Português, a importância duma realidade autónoma e duma representação própria, mas ainda (e isso é talvez o principal) pela função espiritual que, em tôdas as comemorações, liga a sua luzida assistência aos próprios factos que se comemoram.

Em Novembro, o terceiro e último período das celebrações será, pode dizer-se, iniciado, pela realização do Congresso Luso-Brasileiro de História, a cuja organização Júlio Dantas está imprimindo, com a autoridade duma reputação e duma cultura igualmente consagradas nos dois países, o verdadeiro alcance duma manifestação de civilização portuguesa inter-continental. Todos os grandes problemas comuns da tradição, da raça, do inter-câmbio literário, da língua, da expansão, serão estudados, documentados, esclarecidos nessa magna reünião intelectual brasileira e portuguesa.

Dêsse Congresso deve sair uma obra, cuja repercussão política pode ser notável e profícua. As raízes do Brasil mergulham na própria alma de Portugal. Arvore imensa, de vegetação luxuriosa e rica, cuja sombra se projecta sôbre um continente, o Brasil constitue uma das grandes perspectivas do Mundo.

Mas a sua potente realidade moral está indissolúvelmente ligada, nos seus fundamentos e, portanto, no seu próprio génio, ao nosso velho, glorioso património histórico. Sempre que o Brasil queira volver dos horizontes magníficos do presente e do futuro os seus olhos para o passado, encontrará os nossos olhos amigos e paternais — que o seguem. Sempre que Portugal estenda, da sua janela oceânica, o olhar sôbre o Mundo, encontrará a imagem da vasta e rica Pátria sul-americana, como a projecção, engrandecida, do seu próprio génio.

Entre o Brasil e Portugal não há, portanto, uma simples comunidade e consanguïnidade de cultura: há a possibilidade, sob muitos aspectos, duma verdadeira assimilação de elementos espirituais. O Congresso Luso-Brasileiro de História é disso um testemunho: o seu programa reveste, por isso, um transcendente significado, que não é demais enaltecer.

Nêsse grande ciclo de História, que as nossas Comemorações vão inaugurar, o papel do Brasil é considerável. A sua contribuïção valiosíssima. O lar é comum: nada do que constitue a nossa glória é estranho à glória do Brasil. Celebrando o nosso passado, o Brasil enaltece-se a si próprio.

E Portugal não poderá esquecer, por seu turno, que comemorando oito séculos de História não é sòmente às datas e sombras que dá vulto, não são apenas cinzas e recordações que revolve — ou simples realidades morais que orgulhosamente ilustra. Há duas imortalidades, tangíveis, que, nos seus braços atlânticos, êle pode erguer, em festa: uma, é o seu próprio génio universal, redivivo, é a sua própria magnífica existência; a outra, é a carne da sua carne, a alma da sua alma, emancipada e longínqua, a juventude histórica da sua própria juventude: o Brasil, em plena e também imortal gestação de fôrça.

Só a proclamação desta verdade, que abrange dois mundos, bastaria para justificar o espírito das Comemorações — que são nossas, porque é a nossa Pátria, individual e colectivamente, que glorificamos, mas que também são vossas, ó brasileiros!, porque é, no passado e para sempre, da «Pátria da vossa Pátria», que se trata!»

## IMPRENSA BRASILEIRA

*O importante jornal brasileiro* «Diário de Notícias», *do Rio de Janeiro, sob o título* — «Portugal e a Civilização» — *publicou o interessante artigo que temos o prazer de arquivar nas páginas desta Revista:*

«Portugal vai comemorar em 1940, como se sabe, o centenário da sua fundação e o da sua restauração, inaugurando em Lisboa com êsse fim, e como síntese retrospectiva da sua função histórica na existência da humanidade, a Exposição do Mundo Português.

Esta denominação é sobremodo feliz. Antecipando a grandiosidade do certamen, ela, ao mesmo tempo, indica e resume o extraordinário sentido político e humano da vocação civilizadora de Portugal.

Efectivamente, no seu passado de descobertas e de colonização, com as suas velas aventurosas, com a sua raça de navegantes, com a intrepidez do seu génio revelada em lances heróicos da epopeia ultramarina, Portugal tirou da obscuridade e do mistério

um mundo, distribuido pela vastidão dos mares nunca dantes navegados.

Antes de outra qualquer língua viva ocidental, foi a língua Portuguesa que, levada no bojo das caravelas, ecoou nas paragens mais remotas da terra e deu aos autochtones mais ou menos selvagens a idea forte e ousada de que uma sociedade humana adiantada e esclarecida existia com a missão de descobrir, dirigir, guiar e civilizar as gentes mergulhadas na barbaria.

Conseguintemente, Portugal criou um mundo, o mundo português foi uma realidade, em grande parte plasmada com o sangue e a inteligência lusíadas e, de tal sorte, a exposição dos dois centenários seria inexpressiva e banal se não reconstituisse pelas imagens da arte e pela memória histórica os largos e fecundos séculos em que o pequeno-grande povo cumpriu o seu destino.

Do opulento aderêço imperial formado pela energia e pela bravura lusitanas, salientou-se desde logo o Brasil como a jóia de mais primor e de maior preço.

Em conseqüência, pela fôrça de uma predestinação lógica, o nosso país prolongou Portugal nas terras do Novo Mundo, embora diferente seja a feição típica da nossa evolução social e económica, determinada pelo imperativo do factor geográfico.

O facto de conservarmos o idioma herdado, de termos ascendência portuguesa em mais de dois terços da população, de cultivarmos em enorme maioria a religião transmitida, êsse facto mostra que somos uma reserva viva, e cada vez mais volumosa, da nação que se revê no Brasil com o orgulho, a confiança e a fé que justificam a convicção da própria sobrevivência.

É o suficiente para podermos afirmar inteira e espontânea solidariedade às comemorações portuguesas de 1940. As glórias eternas que elas vão celebrar encontrarão a reverência da nossa estima e o entusiasmo da nossa compreensão.

Não faltará a Portugal, com a nossa presença nos esplêndidos actos comemorativos que uma fulgurante elite de patriotas, de escritores e de artistas prepara em Lisboa — a certeza da nossa emoção fraterna na sinceridade com que haveremos de participar como nenhum outro povo da consagração de tantos e tamanhos heróis que tornaram possível a Portugal engrandecer perenemente a civilização do planeta.

Não fôsse a guerra, e é indubitável que tôdas as nações cultas cooperariam empenhadamente na maior projecção mundial das próximas festas lisbonenses, de vez que Portugal é um património inexcedível da consciência moral da humanidade.

De qualquer modo, porém, a significação e o alcance das comemorações não serão atingidos. Bastará o mundo que Portugal formou, como gigantesca contribuïção ao progresso humano, para que a recordação dos centenários, ajudada pelo esplendor da história e pela pujança prestigiosa da raça, encontre a vibração, a exaltação e a beleza que deve ser, há-de ser e será o seu marco de luz na penumbra inquietante desta hora de tragédia no planeta.

E o Brasil, pela unanimidade cordial de seus filhos, lá estará com a homenagem da sua admiração e a fidelidade do seu afecto».

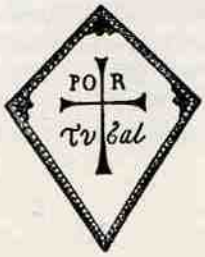
## OUTROS PAÍSES

*O importante jornal* «L'Etoile Belge» *publicou recentemente um interessante artigo acêrca das próximas Comemorações Centenárias de Portugal, intitulado:* «Portugal, nação feliz».

Depois de afirmar que «Portugal oferece ao mundo o exemplo admirável dum oásis de paz, de trabalho, de prosperidade, de tranqüilidade interior, no seio de uma Europa entre as garras do cáos», refere-se pormenorizamente à Exposição do Mundo Português e à constituïção dos seus diversos pavilhões, que, no seu conjunto, formarão uma verdadeira «cidade da História de Portugal».

E «L'Etoile Belge» conclue com estas palavras o seu curioso artigo:

«Feliz país, na verdade, deante do qual se abrem tão grandiosas e risonhas perspectivas».



# NOTAS VÁRIAS

*PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS DA FUNDAÇÃO, EM GUIMARÃIS*

3 DE JUNHO

— Chegada de S. Ex.ª o Presidente da República a Guimarãis (1).

A Câmara Municipal e a população aguardarão S. Ex.ª no limite do Concelho.

O Chefe do Estado será hóspede da cidade e alojar-se-á no Castelo de Guimarãis.

*Ás 16 horas*—Chegada dos Corredores que disputam a Corrida Ciclista das Flores de Portugal, entre Ourique e Guimarãis (2).

*Ás 22 horas* — Toque de recolher junto às muralhas do Castelo. Velada de armas até à alvorada do dia 4 (3).

4 DE JUNHO

*Ás 6,30 horas* — Alvorada no Castelo, por clarins. Retirada da Guarda que velou. Ocupação do Castelo pelos guerreiros da Fundação.

*A's 8 horas* — Partida do «Cortejo das Flores» do Campo da Feira para o Campo do Salvador. Deposição das flores junto às muralhas do Castelo. Concentração popular para a Missa Compal no Campo do Salvador (4).

*A's 10,15 horas* — Missa Campal com órgão e coros rezada por Sua Ex.ª Rev.ma o Arcebispo de Braga, com a assistência do Chefe da Igreja Portuguesa, Sua Eminência o Cardial Patriarca de Lisboa (5).

*Ás 11,30 horas*—Discurso de S. Ex.ª o Presidente do Conselho para o Império Português (6).

*Ás 12 horas* — Momento Eucarístico da Pátria. O Chefe de Estado iça no alto da Tôrre de Menagem a primeira bandeira de Portugal. Apoteose ao oitavo centenário da Nacionalidade em todo o Império Comunhão das almas portuguesas em correspondência com a solenidade que terá lugar no Castelo onde nasceu Portugal-Nação (7).

*Ás 12,30 horas* — Desfile do elemento oficial e do po vo perante o Chefe de Estado, no interior do Castelo Guimarãis (8).

*Das 13,30 ás 22 horas* — Guimarãis em festa. Intervalo de programa para visita dos forasteiros á cidade engalanada, aos seus palácios, ruas e museus. Festivais populares, espectáculos de ar livre, etc. (9).

*Ás 22 horas* — Representação, no Castelo de Guimarãis, do «Auto da Fundação de Portugal» original de Ramiro Guedes de Campos, pelos melhores artistas portugueses, em teatro da Natureza.

— Arraiais e festas populares na cidade.

— Concerto pela Banda da G. N. R. (10).

*A's 23 horas* — Saída do Cortejo Luminoso.

— Iluminação a barricas de alcatrão de todos os pontos culminantes que cercam Guimarãis.

*A's 23,45 horas* — Passagem do Cortejo em frente da porta Sul do Castelo. Iluminação do Castelo.

*A's 24 horas* — Apoteose piroténica das festas (11).

5 DE JUNHO

*A's 10 horas* — Partida de S. Ex.ª o Presidente da República e de sua comitiva para o Pôrto. Cumprimentos de despedida no limite do Conselho.

NOTAS DESCRITIVAS SÔBRE O PROGRAMA

(1) — S. Ex.ª o Presidente da República será saüdado, durante o percurso de Lisboa a Guimarãis, pela Mocidade Portuguesa.

(2) — A corrida ciclista das Flores de Portugal, organizada pelo jornal *O Século* com a colaboração da Emissora Nacional, é uma prova aberta aos novos do ciclismo nacional, com a partida de Ourique e a chegada a Guimarãis, no dia 3 de Junho. A prova é feita por lances sucessivos, durante alguns dias, e os corredores recrutados em tôdas as províncias de Portugal, levam a Guimarãis as flores da sua província e disputam a honra do 1.º lugar. Haverá, além de outros prémios, a «Flor de Ouro», para o grupo provincial classificado em 1.º lugar, e a «Flor de Prata» para o vencedor individual.

(3) — A Velada de armas realizar-se-á da forma seguinte:

Em volta do Castelo acendem-se doze fogueiras de acampamento.

Mais uma fogueira, por cada tôrre, no interior do Castelo.

Estas fogueiras arderão até à alvorada.

No interior do Castelo, em volta de uma outra grande fogueira, constitui-se uma guarda de 60 homens que destaca uma sentinela por cada fogueira — e mais um, encarregado de a alimentar.

As sentinelas são rendidas de hora a hora.

Os postos são numerados.

Durante tôda a noite, até à alvorada, as sentinelas, pela ordem de número de pôsto, bradarão o alerta:

Sentinela do pôsto 1: Sentinela Alerta!
» » » 2: Alerta está!
» » » 1: Quem vive?
» » » 2: Portugal! Portugal! Portugal
» » » 2: Sentinela Alerta!
» » » 3: Alerta está!
» » » 2: Quem vive?
» » » 3: Portugal! Portugal! Portugal
Etc., etc.

E pelo microfone da Emissora Nacional o brado «Portugal! Portugal! Portugal!» será levado durante tôda a noite a todo o Mundo.

(4) — O Cortejo das Flores forma-se no Campo da Feira e é constituído por:

— O Governador civil do distrito
— A Câmara Municipal de Guimarãis
— As delegações oficiais
— As escolas
— As bandas de música
— Os carros conduzindo as flores enviadas de todo o Império a Guimarãis para serem colocadas junto do Castelo
— O povo do concelho de Guimarãis
— Os concorrentes à corrida das Flores de Portugal
— Os forasteiros que tenham acudido ao apêlo para se incorporarem com flores no Cortejo.

O Cortejo sai do Campo da Feira e dirige-se pela Rua de Santa Maria até ao Castelo, onde deporá as suas flores, e destroça no Campo do Salvador.

Os primeiros ramos de flores serão depostos junto à porta Norte do Castelo pelo Chefe de Estado, Govêrno e Presidente da Comissão dos Centenários.

As flores trazidas no Cortejo vão sendo sucessivamente depositadas nos socalcos do Castelo e, conforme uma ordem tendente a atapetar completamente a base em que assenta, de forma a alcançar-se que as venerandas muralhas se ergam festivamente de entre um tapete espêsso de flores.

Será feito um apêlo aos portugueses de todo o Império, incitando todos os que forem de Guimarãis a levar flores, para as depor no Castelo — e os que não forem, a enviá-las por qualquer forma à Câmara Municipal, que por sua vez, as deporá. Para êsse fim será feito convite às Câmaras Municipais de todo o Império, aos Govêrnos Civis, escolas, quartéis, organismos políticos e patrióticos, caminhos de ferro, automobilistas, etc., etc.

Pretende-se que haja, nêsse dia, junto do Castelo que foi bêrço de Portugal, flores de todo o Império. frescas ou ressequidas, em representação do altíssimo sentimento que neste dia juntará todos os portugueses no Mundo Português.

(5) — A missa campal será rezada, com tôda a solenidade, por Sua Ex.ª Rev.ᵐᵃ o Arcebispo de Braga, com a assistência de Sua Eminência o Cardial Patriarca, após o desfile do Cortejo das Flores, no altar tomado a D. João de Castela na batalha de Aljubarrota — armado ante a porta Norte do Castelo — frente ao Campo do Salvador, onde se erguerão as tribunas do Chefe do Estado, Govêrno e elemento oficial. Órgão e coros. Alto-falantes assegurarão a audição em todo o Campo do Salvador.

A missa será radiofundida para todo o Império em ondas médias e curtas.

(6) — O discurso de S. Ex.ª o Presidente do Conselho, pronunciado no alto da Tôrre Norte, sôbre a porta, será radiofundido para todo o Império, em ondas médias e curtas, transmitido para o Campo do Salvador e castelos coevos da Fundação por alto-falantes.

(7) — Momento eucarístico da Pátria:

Os clarins tocam a sentido e impõem silêncio. Sua Eminência o Cardial Patriarca, no alto da tôrre de entrada abênçoa Portugal e o povo. Ao som da marcha em continência, o Chefe do Estado, da Tôrre de Menagem iça, em alto mastro, a primeira bandeira de Portugal: a cruz azul sôbre quadrado branco.

Quando a bandeira chega ao tôpo é saüdada por uma salva de artiharia. E imediatamente repicam todos os sinos da cidade. salva a artilharia e infantaria, sobem no ar morteiros e foguetes, explode o entusiasmo popular, gritam cornetas e sereias, são largados dez mil pombos. As bandas de música tocam a portuguesa. Em tôdas as colinas, montes e outeiros que cercam Guimarãis serão lançadas girândolas de foguetes.

Far-se-á um apêlo a tôda a população que se encontra no Campo do Salvador para erguer no ar, nêsse momento, pequenas bandeiras de Portugal de 1140. Em tôdas as janelas da cidade a mesma bandeira será hasteada.

Em coincidência horária e por meio de sinal radiofónico cujas características serão transmitidas a partir de Abril, para todo o Mundo Português, pela Emissora Nacional — *à mesma hora em que no Castelo de Guimarãis sob a 1.ª bandeira de Portugal* — repicam os sinos em tôdas as igrejas portuguesas d'Aquém e d'Além Mar e em todo o território do Império subirão foguetes e morteiros, salvará a arti-

lharia o os navios de guerra, no ponto em que se encontrarem, os coros escolares entoarão hinos, gritarão buzinas e sereias, as bandas de música tocarão o hino nacional e far-se-á a maior propaganda no sentido de se obter que a mesma bandeira que sobe em Guimarãis, seja hasteada no maior número possível de janelas e desfraldada em tôda a parte onde houver lugar. Nos edifícios públicos serão hasteadas a bandeira Nacional e a bandeira da Fundação.

Nos castelos coevos da Fundação, alto-falantes difundirão os sons de Guimarãis, desde o discurso de Salazar até ao momento solene do içar da bandeira, perante as populações, os estudantes, autoridades civis e militares, etc.

Pretende-se, — e decerto o desejam todos os portugueses — que seja êste o momento de maior emoção patriótica vivido em Portugal, nos últimos cem anos.

(8) — As portas Norte e Sul do Castelo serão abertas de par em par. Com entrada pela porta Norta e saída pela porta Sul, o elemento oficial e o povo desfilarão diante da tribuna armada no interior do Castelo, onde o Chefe do Estado, acompanhado pelo Govêrno, receberá os cumprimentos dos romeires e do povo de Guimarãis. O desfile durará uma hora precisa.

(9) — Tôda a parte antiga da cidade, com eixo na Rua de Santa Maria, estará festivamente decorada. Guimarãis é uma das mais lindas e artisticas cidades de Portugal — verdadeira cidade museu.

Será publicado para êsse dia um roteiro de Guimarãis.

Haverá festivais populares, espectáculos, touradas, etc.

(10) — O «Auto da Fundação» foi especialmente escrito para esta Comemoração pelo poeta Ramiro Guedes de Campos, a convite da Comissão Executiva dos Centenários. Será representado, em cena de ar livre, junto à fachada sul do Castelo, por um grupo dos melhores artistas portugueses.

À mesma hora, em vários pontos da cidade, haverá arraiais e a banda da G. N. R. dará um concerto no Jardim Público (Largo 28 de Maio).

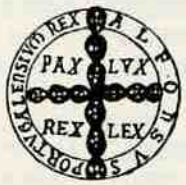
(11) — De todos os pontos culminantes que cercam Guimarãis, serão lançados simultâneamente, grandes peças de fogo de artifício que se cruzarão no ar sôbre o Castelo — durante cinco minutos.

## *FORAM EDITADOS, EM SEIS LÍNGUAS, CÊRCA DE CINQÜENTA MIL CARTAZES DAS COMEMORAÇÕES*

A Secção de Propaganda e Recepção, da Comissão Executiva dos Centenários, que funciona no S. P. N., editou já cêrca de cinquenta mil cartazes referentes às comemorações de 1940, que têm sido profusamente distribuidos em todo o império português e no estrangeiro, sobretudo no Brasil.

Como se sabe, a Secção abriu oportunamente concurso em que tomaram parte algumas centenas de artistas, entre os quais grandes cartazistas de vários países, tendo sido premiados os cartazes apresentados por Felician Garcia, Roberto Araújo, Keil do Amaral e Maria Keil do Amaral. Os dois primeiro foram publicados, tendo sido posteriormente adquirido um cartaz da autoria do pintor holandês A. Ehrlich. Almada Negreiros e Paulo Ferreira deram também a sua colaboração a êste importante meio de propaganda, elaborando dois magníficos trabalhos, o primeiro pleno de vigor, na evocação festiva e colorida das datas gloriosas; o segundo traduzindo, com rara felicidade, o sentido da nossa acção civilizadora no mundo. Êstes dois últimos cartazes vão ser em breve afixados em todo o país.

Além das tiragens em português, três dos modêlos têm também largas edições em francês, inglês, espanhol, italiano e alemão, o que assegura a sua difusão por todo o mundo, com o duplo fim de trazer até nós, no período das festas, numerosos visitantes, e de, pelo menos, chamar a atenção dos outros povos para o significado histórico das comemorações nacionais.




ERRATA — No artigo: «A Aclamação dos nossos Reis», da autoria do Professor Snr. Dr. Paulo Merêa, publicado no n.º 16 desta Revista, saíu, a pág. 3, linha 27: *ambos êstes actos em especial solenidade,* quando devia ser: *ambos êstes actos sem especial solenidade.*

AGO. 1940

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 18 — 30 de Junho de 1940 — ANO II

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO


TRADUÇÃO DA CARTA «CLAVES REGNI» DE D. AFONSO HENRIQUES AO PONTIFICE ROMANO . . . . 1

TRADUÇÃO DA BULA «MANIFESTIS PROBATUM» DO PAPA ALEXANDRE III A D. AFONSO HENRIQUES . 3

ALOCUÇÃO DO CARDIAL PATRIARCA NA SÉ DE LISBOA, NO DIA DA INAUGURAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS . . . . . 5

PALAVRAS DO CHEFE DO ESTADO, NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, A 2 DE JUNHO DE 1940 . . 7

SESSÃO SOLENE NA ASSEMBLEIA NACIONAL . . . 12

DISCURSO DO PRESIDENTE DO CONSELHO, EM GUIMARÃIS, NO DIA 4 DE JUNHO DE 1940, NA CERIMÓNIA COMEMORATIVA DA FUNDAÇÃO. . . . . 23

GLORIFICAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA . . . . . 27

FESTA PROVINCIAL DO ALGARVE . . . . . 42

PORTUGAL É UMA NAÇÃO — A. Marques Guedes . . 46

NOTAS VÁRIAS . . . . . 53



COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50


A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais:

| | |
|---|---|
| A fogo . . . . . | 25$00 |
| A ouro . . . . . | 30$00 |
| (Empaste) . . . . . | 5$00 |

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8 / Lisboa

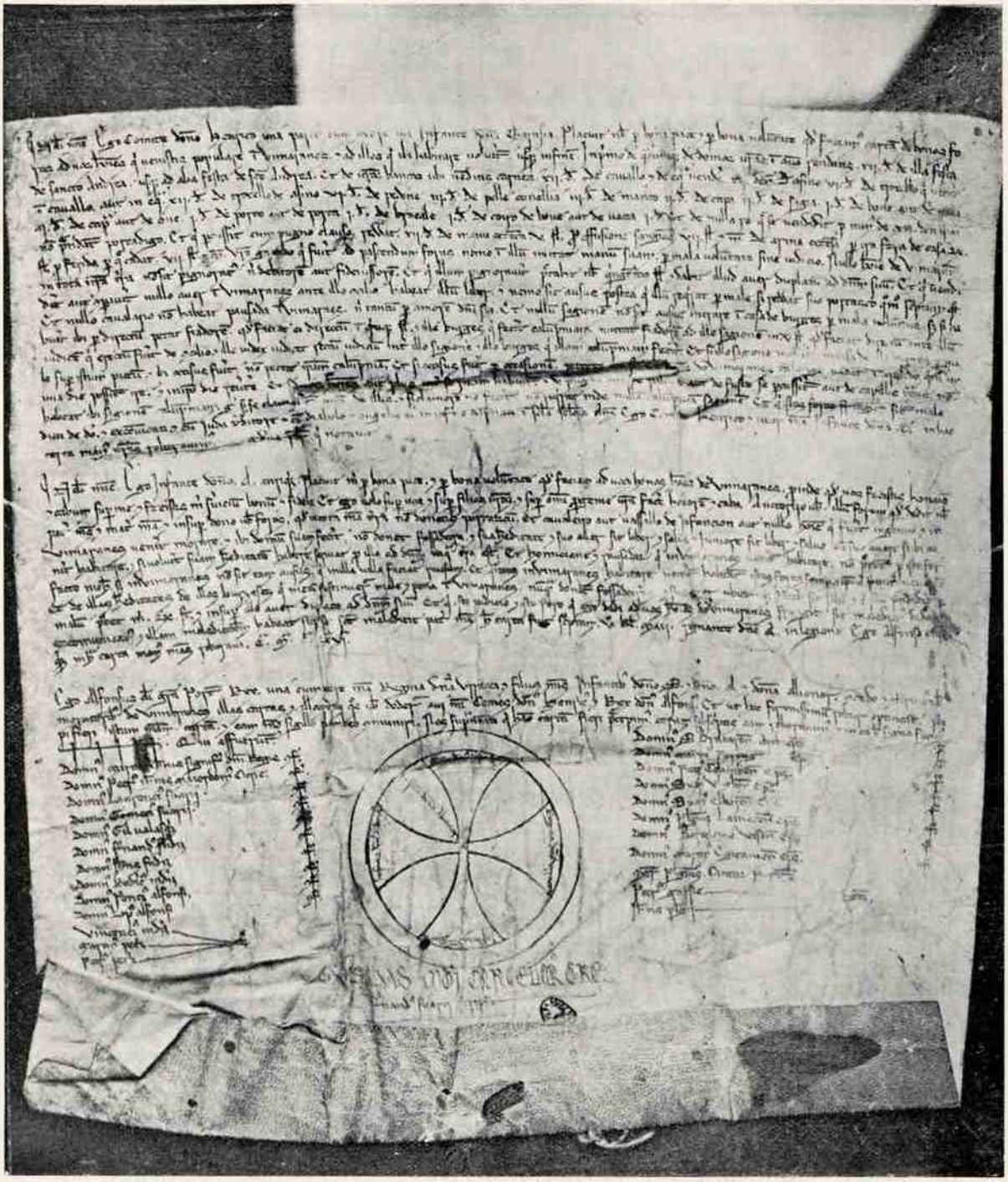
TELEFONE 2 2886

# TRADUÇÃO DA CARTA "CLAVES REGNI" DE D. AFONSO HENRIQUES AO PONTIFICE ROMANO

Sabendo que a S. Pedro foram concedidas por Nosso Senhor Jesus Cristo as chaves do reino do céu, decidi tomar o mesmo apóstolo como Padroeiro e Advogado, para que nas dificuldades da vida presente possa experimentar o seu auxílio e conselho, e por seus méritos venha a alcançar os prémios da eterna bem-aventurança. Por isso, eu, Afonso, por graça de Deus Rei de Portugal, prestei homenagem ao Papa, meu Senhor e Pai, nas mãos do Cardial diácono D. Guido, Legado da Sé Apostólica. Constituo, pois, a minha terra como censual de S. Pedro e da Santa Igreja de Roma, com o tributo anual de quatro onças de oiro, e disponho que todos quantos, depois da minha morte, obtiverem esta terra, paguem anualmente o mesmo censo a S. Pedro. Como verdadeiro soldado de S. Pedro e do Pontífice Romano, deverei eu ter para mim e para a minha terra, e para o que respeita à sua dignidade e honra, a defesa e auxílio da Sé Apostólica, e nunca serei obrigado a admitir nela o poder de qualquer senhorio eclesiástico ou secular, senão o da Santa Sé e dos seus Legados.

Lavrou-se esta carta de oblação e firmeza, nos idos de Dezembro da era de 1181 *(13 de Dezembro de 1143).*

Eu Afonso, Rei dos Portugueses, que da melhor vontade mandei fazer esta carta, confirmo-a com a minha mão. Eu João, arcebispo de Braga, confirmo. Eu Bernardo, bispo de Coimbra, confirmo. Eu Pedro, bispo do Pôrto, confirmo.



*O PRIMEIRO FORAL DE GUIMARÃIS*

*(Do Arquivo da Tôrre do Tombo)*

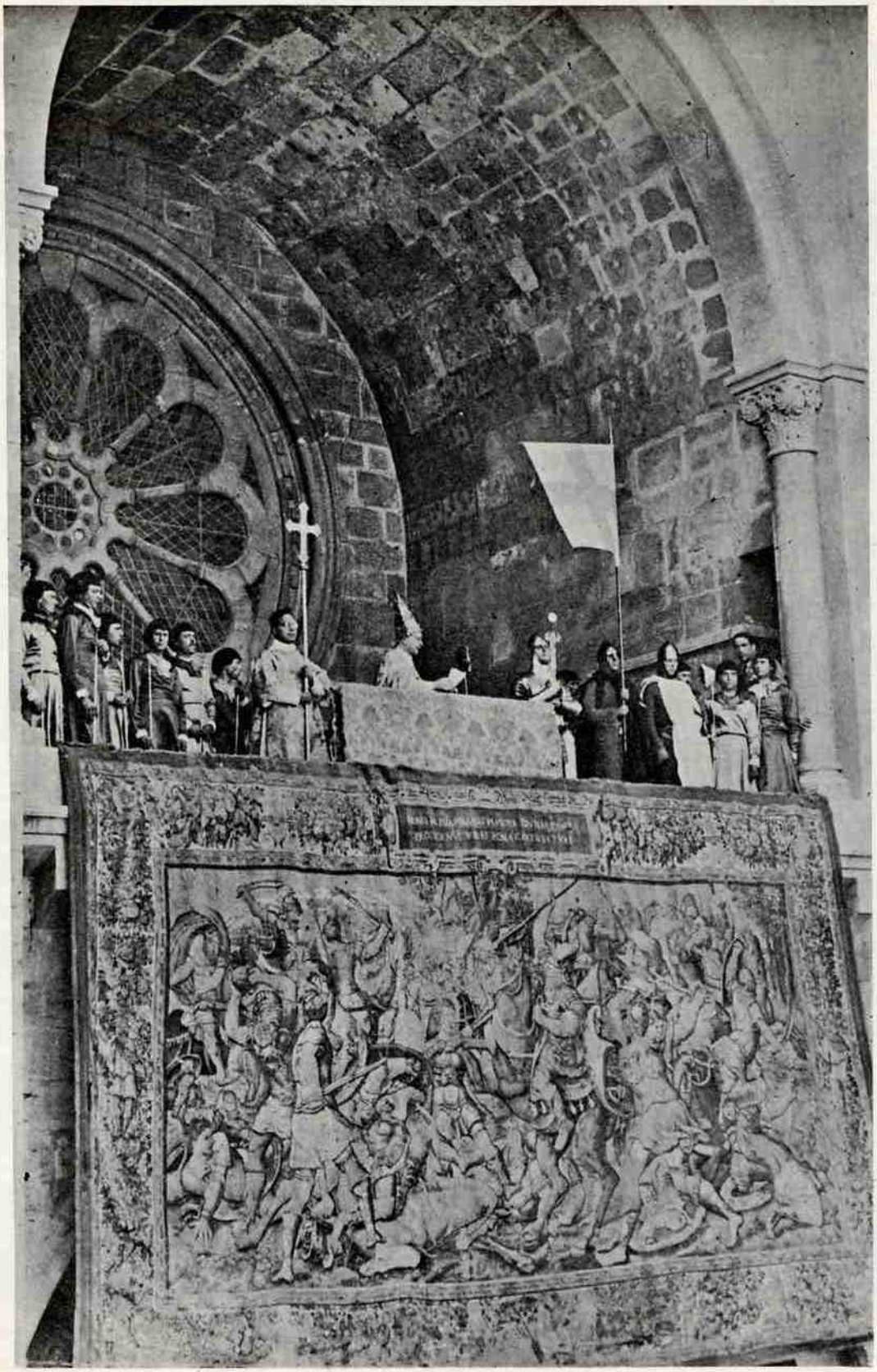
# TRADUÇÃO DA BULA «MANIFESTIS PROBATUM» DO PAPA ALEXANDRE III A D. AFONSO HENRIQUES

Alexandre, Bispo, servo dos servos de Deus, ao caríssimo filho em Cristo, Afonso, ilustre Rei dos Portugueses, e a seus herdeiros para sempre.

Está claramente demonstrado que, como bom filho e príncipe católico, prestaste inumeráveis serviços a tua mãe, a Santa Igreja, exterminando intrèpidamente em porfiados trabalhos e proezas militares os inimigos do nome cristão e propagando diligentemente a fé cristã, e assim deixaste aos vindouros nome digno de memória e exemplo merecedor de imitação. Deve a Sé Apostólica amar com sincero afecto e procurar atender eficazmente, em suas justas súplicas, os que a Providência divina escolheu para govêrno e salvação do povo. Por isso, Nós, atendendo às qualidades de prudência, justiça e idoneidade de govêrno que ilustram a tua pessoa, tomamo-la sob a protecção de S. Pedro e nossa, e concedemos e confirmamos por autoridade apostólica ao teu excelso domínio o reino de Portugal com inteiras honras de reino e a dignidade que aos reis pertence, bem como todos os lugares que com o auxílio da graça celeste arrancares às mãos dos sarracenos e nos quais não podem reivindicar direitos os vizinhos príncipes cristãos. E para que mais te afervores em devoção e serviço ao príncipe dos apóstolos S. Pedro e à Santa Igreja de Roma, decidimos fazer a mesma concessão a teus herdeiros e, com a ajuda de Deus, prometemos defender-lha, quanto caiba em nosso apostólico ministério. Continua, pois, a mostrar-te, filho caríssimo, tão humilde e devotado à honra e serviço de tua mãe, a Santa Igreja Romana, e a ocupar-te em defender os seus interêsses e dilatar a fé cristã de tal modo que esta Sé Apostólica possa alegrar-se de tão devoto e glorioso filho e não duvide da sua afeição. Para significar que o referido reino pertence a S. Pedro, determinaste como testemunho de maior reverência pagar anualmente dois marcos de oiro a Nós e aos nossos sucessores. Cuidarás, por isso, de entregar tu e os teus sucessores, ao Arcebispo de Braga «pro tempore», o censo que a Nós e a nossos sucessores pertence. Determinamos, portanto, que a nenhum homem seja lícito perturbar temeràriamente a tua pessoa ou as de teus herdeiros e bem assim o referido reino, nem tirar o que a êste pertence ou, tirado, retê-lo, diminuí-lo ou fazer-lhe quaisquer imposições. Se de futuro qualquer pessoa eclesiástica ou secular intentar cientemente contra o que dispomos nesta nossa Constituïção, e não apresentar satisfação condigna depois de segunda ou terceira advertência, seja privada da dignidade da sua honra e poder, saiba que tem de prestar contas a Deus por ter cometido uma iniqüidade, não comungue do sacratíssimo corpo e sangue de Jesus Cristo nosso divino Senhor e Redentor, e nem na hora da morte se lhe levante a pena. Com todos, porém, que respeitarem os direitos do mesmo reino e do seu Rei, seja a paz de nosso Senhor Jesus Cristo, para que neste mundo recolham o fruto das boas obras e junto do soberano juiz encontrem o prémio da eterna paz. Amen. Amen. Eu Alexandre, Bispo da Igreja Católica.

*(Seguem-se os nomes das testemunhas).*

Dada em Latrão, por mão de Alberto, Cardial presbítero e Chanceler da Santa Igreja Romana, a 10 das calendas de Junho, indicção XI, ano 1179 da Incarnação do Senhor, ano XX do Pontificado do Papa Alexandre III *(23 de Maio de 1179).*



*DO TERRAÇO DA GALILÉ DA SÉ CATEDRAL DE LISBOA, SUA EMINÊNCIA O CARDIAL PATRIARCA, LADEADO PELA CRUZ DE OIRO DO REI D. SANCHO I, A ESPADA DE D. AFONSO HENRIQUES E A BANDEIRA DA FUNDAÇÃO, ANUNCIA AO POVO «QUE FAZ AGORA OITO SÉCULOS QUE PORTUGAL NASCEU !»*

# ALOCUÇÃO DO CARDIAL PATRIARCA NA SÉ DE LISBOA, NO DIA DA INAUGURAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

*Portugueses de àquém e àlém mar; vós todos que trazeis, onde quer que estejais, Portugal no coração, os da Metrópole, onde a Mão de Deus pôs o berço da Nacionalidade; os que continentes e mares separam dêle sem os desunir da Pátria, habitantes dêsses pedaços dela que são a sua imagem reflectida noutros continentes e entre outros povos; e os que andais espalhados por tôdas as partes do mundo, que nossos antepassados aumentaram e alargaram, devassando o mistério dos mares tenebrosos (que a tantos dêles amortalharam no imenso lençol das suas águas profundas), e restituíndo à terra e a Deus as opulentas terras longínquas ignoradas ou inacessíveis; — e vós, brasileiros nossos irmãos, que aqui no «solar da raça», como lhe chamou um dos vossos, não sois estranjeiros, pois a nossa história é apenas o prefácio da vossa, e aí, sob a luz brilhante do Cruzeiro do Sul, continuais, na mesma língua, na mesma Fé, no mesmo sangue, uma epopeia que quisestes escrever só por vossas mãos; — portugueses, brasileiros, ouvi! ouvi! ouvi!*

*À moda antiga, sobe o Patriarca de Lisboa, cabeça da Pátria e do Império, precedido pela cruz de oiro do segundo Rei de Portugal, que tanto sol de glória e triunfo beijou, e pela espada gloriosa do primeiro, que abençoada por S. Teotónio traçou, neste extremo do velho mundo «onde a terra se acaba e o mar começa», para durar até ao fim do mundo, os limites da Nação portuguesa, sobe ao terraço que cobre a galilé da velha catedral românica, coeva da fundação da Monarquia, para vos anunciar, elevando ao mesmo tempo o coração a Deus, criador e senhor das nações: que faz agora oito séculos que Portugal nasceu!*

*Quem vos fala é o sucessor de tantos Bispos que, desde o Rei Fundador, foram nesta vetusta Sé os intérpretes, perante Deus, dos votos e das acções de graças da Nação Portuguesa. Aqui vieram os reis e os governos, e a nobreza e o povo, todos os que fizeram Portugal e o engrandeceram, — cantar o* Te-Deum *das horas heróicas da Pátria. Esta augusta Catedral é como o coração da Pátria: não houve dor nacional que a não fizesse chorar, como não houve alegria, nem vitória, nem glória, que a não fizesse estremecer jubilosamente em cântico triunfal. Ela presenciou, e sentiu, e santificou tôda a vida histórica da Pátria, durante a vária peregrinação de oito séculos, ela restaurada dos estragos dos tempos e dos homens, como a própria Nação que espanta o mundo com o milagre do seu rejuvenescimento, recebe festivamente o venerando Chefe do Estado, que tão dignamente preside aos destinos gloriosos da Pátria, e o Govêrno do País, operário do nosso renascimento, com a nobre e prestigiosa figura do seu Presidente, e o preclaro Núncio do Vigário de Cris-*

*to, que abençoou e amparou Portugal ao nascer, e o Corpo Diplomático acreditado neste cantinho do mundo onde, como no século XVI, os poetas podem cantar de novo a «dôce paz doirada» que a Providência lhe tem dado por especial mercê, e a Embaixada brasileira, sem a qual faltaria à mesa dêste festim nacional alguém que é da família, e os ilustres representantes da Nação, e a Comissão Nacional das Comemorações Centenárias, que com tão fino sentido cristão, patriótico e artístico as organizou, e as altas autoridades públicas civis e militares, e distintos membros do clero, nobreza e povo: para cantar o solenissimo* Te-Deum laudamos *da acção de graças nacional.*

*Portugueses, brasileiros, os corações ao alto, nesta data do natal da Nação portuguesa, que pode dizer, para quási tôdas as outras, ainda as maiores, ao contar os seus oito séculos de história, como Heródoto conta que lhe disseram os sacerdotes egípcios: vós outros sois crianças!, gritemos como era usança antiga (e certamente muitas vezes foi dito dêste mesmo terraço), todos à uma, tão alto que nos oiça o mundo inteiro: — arraial, arraial, arraial, por Portugal!*

# PALAVRAS DO CHEFE DO ESTADO, NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, A 2 DE JUNHO DE 1940

*Inicia-se hoje o ciclo das Comemorações, e cabe-me como Chefe do Estado o encargo de o abrir; mas êste encargo é para mim honra e ventura e tão grande que fixo o momento e me detenho um pouco para o medir e agradecer à Providência o alto destino da minha vida.*

*Celebramos dois centenários, mas em verdade esta comemoração abrange tôda a vida da Nação através de oito séculos bem cheios e intensamente vividos.*

*Há oito séculos que a Nação existe; nenhuma outra na Europa, pode dizer-se, tem mais antigo brasão, nem definiu mais cêdo os seus limites geográficos e criou um espírito nacional, uma individualidade inconfundível. E se esta antigüidade é bastante para lhe dar nobreza velha a sua origem é ainda mais antiga, porque a reconquista é a restituïção aos que, com fisionomia própria, já muitos séculos antes ocupavam o território.*

*A individualidade vem-lhe da natureza, mas ultrapassa os traços da terra, da economia ou da defesa, porque é nos sentimentos que encontra a sua causa mais forte. É uma alma e um corpo mas é mais alma do que corpo — ainda que êste seja definido e diferenciado — pois o traço que une as almas é tão espontâneo e homogéneo que em nenhum outro povo é mais perfeita a unidade de essência. Por isso nunca houve aqui divisões profundas; a diversidade das ideias e dos sentimentos foi sempre acidental e nenhuma visou a modificar o rumo do nosso destino. Pelo contrário, esta individualidade, histórica, ideológica, espiritual, gerou um pensamento uno e direcção una, pois todos, desde o comêço, caminharam para um objectivo comum, como se fôssem predestinados para realizar a mesma missão. Por isso esta obra, que é Portugal no tempo e no espaço, é de todos porque todos os que hoje vivem e os que viveram demandaram e demandam acima de tudo um objectivo comum: a glória e a grandeza de Portugal.*

*Há oito séculos que o povo português caminha na História.*

*Que impressionante, estranho cortejo; os grandes e os humildes, os que defenderam as fronteiras, os que sulcaram os mares, os que lavraram a terra, e cultivaram a ciência ou arte, ou propagaram a Fé.*

*Mas êste cortejo não tem grandeza apenas pelas unidades que o compõem e pela diversidade de qualidade e aptidões dos que o constituem; tem grandeza pela elevação das suas aspirações e pelos feitos que realizou. Viveu, desenvolveu-se, e projectou mesmo em traço imorredoiro a expressão do seu génio na vida do Mundo. E é assim que quem quiser*

*analisar a vida do povo português há-de examiná-lo na sua formação, no seu labor interno e também no modo como contribuiu para o progresso da Humanidade.*

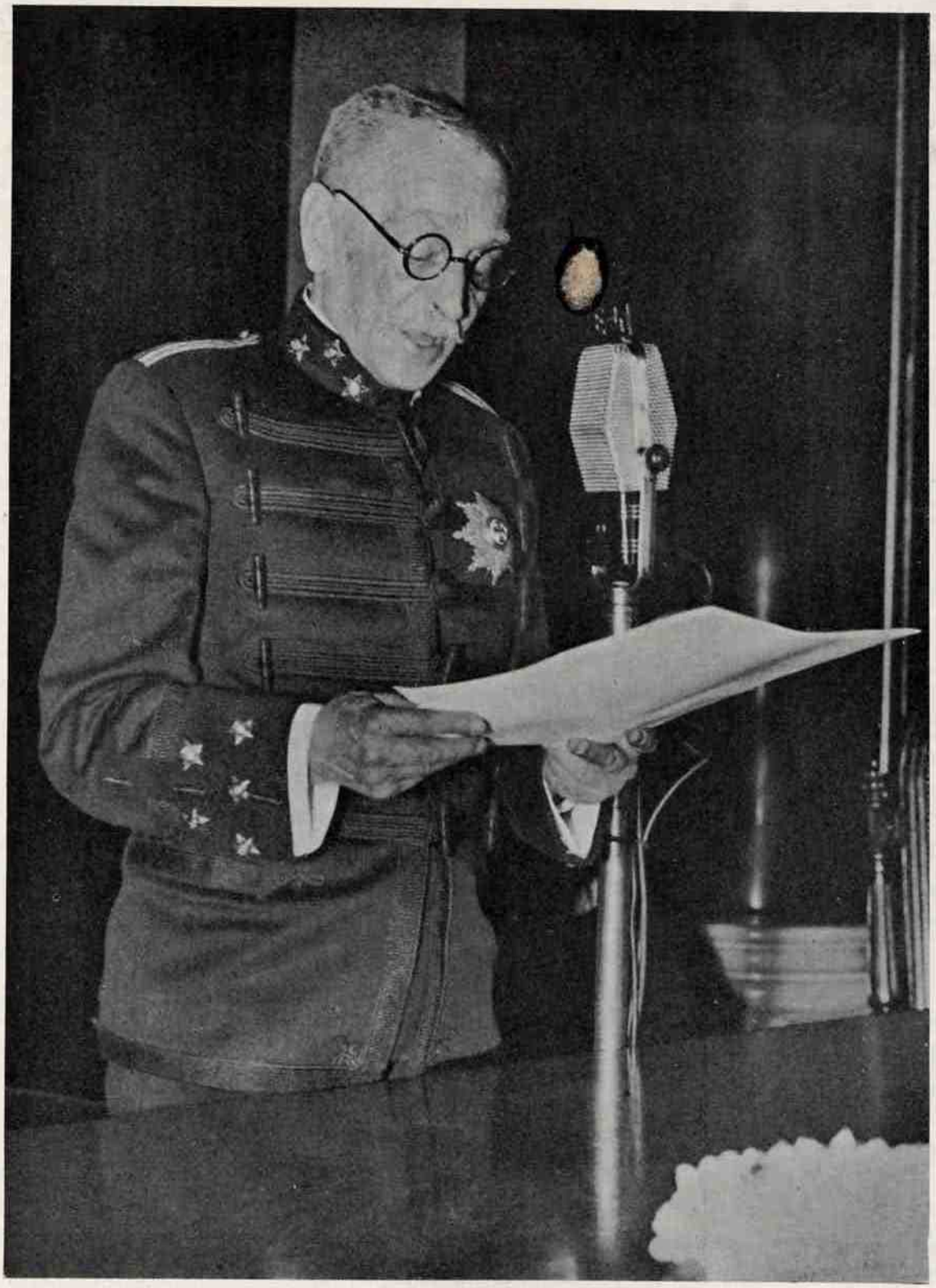
*Na vida interna, procuramos valorizar a riqueza natural com trabalho e sacrifício, vencendo as dificuldades do tempo e das condições materiais.*

*Lavramos a terra, exploramos as minas, fazemos o comércio, trabalhamos nas fábricas, vivemos enfim à nossa custa. Mas não procuramos apenas valorizar, caminhamos sempre no sentido de não criar nem deixar desenvolver diferenças profundas, intransponíveis, entre as classes da Nação, nem permitimos que os seus bens fôssem património exclusivo de privilegiados. Cêdo, mercê de várias circunstâncias, quem teve qualidades e méritos ascendeu a todos os lugares, pôde disfrutar tôdas as situações sem que a origem obscura constituisse obstáculo. As instituïções que faziam da riqueza monopólio de alguns, pouco actuaram entre nós; e ainda que tivéssemos de acompanhar a evolução de outros povos, a verdade é que nem a situação dos humildes foi aqui desprezível, nem a dos poderosos razão para tornar inhabitável ou indesejável a terra. Com pouco ou muito todos aqui se têm sentido bem, e nem a riqueza própria foi motivo para deprimir, nem a pobreza fundamento de insurreições. Cada um ocupou o lugar que a natureza e as fôrças imutáveis lhe marcaram, mas nem as instituïções nem os homens tornaram a ninguém odiosa a Pátria.*

*Neste tão largo transcurso de tempo fomos um momento da vida da Humanidade — quando um dia iniciámos e realizámos, quási inteiramente, o maior acto da História: os descobrimentos. Outros o poderiam ter feito e sem dúvida a outras nações reconhecemos capacidade para o realizar, mas a nós coube essa missão, fomos nós que desvendámos e cruzámos tôdas as rotas, cruzando todos os mares e passando por todos os continentes. Em tôda a parte existem ainda os sulcos da nossa passagem e essa nossa grande, estranha aventura abriu horizontes novos, criou novas condições de vida ao Mundo inteiro e enriqueceu a Humanidade. E se da emprêsa tirámos vantagem material há-de dizer-se por ser verdade que o impulso primeiro esteve no desejo de desvendar o desconhecido e de realizar a vocação missionária que os factos demonstraram possuirmos.*

*Nesta marcha através da História criámos três impérios: o Império brilhante do Oriente que tem para nós a fascinação dourada de uma emprêsa que mede a audácia e o brilho de um povo; criámos o Império do Brasil, em que revelámos o sentido que possuíamos da obra civilizadora e que constitue um alto orgulho para nós, pelo grande contributo que o Brasil presta hoje à Civilização; e afinal o Império de África, de que nos podemos justamente envaidecer pois em iguais paragens outros não fizeram mais nem melhor.*

*Foi nossa grande parte do Mundo, possuimos grandes riquezas, dominámos o comércio e a navegação, mas de nada temos que censurar-nos. Ocupámos as terras vagas ou onde a civilização não existia e, nas regiões civilizadas, apenas quisemos estabelecer as con-*



*SUA EXCELÊNCIA O CHEFE DO ESTADO LÊ O DISCURSO INAUGURAL DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS, NA SESSÃO SOLENE DA TARDE DE 2 DE JUNHO, NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA*

*dições de comércio e de permutação de riquezas — sem desconhecer as civilizações locais e as suas autonomias.*

*Comerciámos, mas não trouxemos pelos mares corsários nem vivemos da fazenda alheia: ocupámos, mas tão humanamente o fizemos e com um sentido tão vivo da personalidade humana que convizinhámos dos homens de outras civilizações, nunca levantando entre êles e nós qualquer barreira que significasse diferença deprimente. Disso nos têm acusado, mas nós pensamos que valem mais as ideias impressas no coração do que as expressas nas filosofias, e, porque ideias de bondade e de humanidade viviam em nós, não tiveram a sorte das concepções que se fazem e desfazem mas a das que perduram e se projectam pelos tempos fora.*

*Tôda essa expansão extra-continental foi feita mais com o coração do que com a espada, porque esta só a brandimos para nos defendermos e defender a civilização que havíamos feito germinar. Inscrevemos na História do Mundo factos que não podem ser esquecidos, nomes que não podem ser ignorados. Sempre se falará da acção dos portugueses no mar e na colonização; e tôdas as galerias do Mundo recordarão o Infante de Sagres, o Gama, Albuquerque, Cabral, Camões e muitos outros ainda.*

*Mas repartindo tantos de nós a vida pelo Mundo, nenhum esqueceu a pequena casa lusitana. Aqui continuamos a nossa vida, o nosso labor, com sorte vária, procurando todavia acompanhar o movimento de cada época. E chegados a êste momento da existência podemos dizer, que se não vamos à frente nas grandes realizações materiais, todavia nem nos queixamos, nem sentimos inveja, nem desânimos. O lote que nos coube na Terra nem sempre se afeiçôa às modalidades da fortuna de cada época, mas existe em nós o raro espírito de nos sentirmos contentes com o que temos, e ao mesmo tempo de redobrarmos de esforços quando a dificuldade aumenta e também o de sermos generosos na riqueza e corajosos na adversidade.*

*Vivemos a vida em tôdas as suas alternativas, mas não fazemos nenhuma restrição ao espírito patriótico de cada geração. Cremos sinceramente que cada um cumpriu o seu dever, e se algumas épocas nos foram adversas aí se deve ver a fôrça invencível dos acontecimentos, as desventuras que assombram e esmagam os povos, e nunca desfalecimentos da alma nacional.*

*A nossa vida de projecção não nos deminue. Cêdo pensámos que nenhum país pode e deve viver isolado dos outros países, e muito menos organizar a sua vida na base da miséria ou da desgraça alheia e que, pelo contrário, é da prosperidade de todos que resulta a prosperidade de cada um. A estas ideias nos mantivemos fiéis em todos os tempos. Por isso podemos dizer com orgulho, que fomos em tôda a História elemento útil, pequeno ou grande, conforme as épocas, da solidariedade internacional e nunca elemento perturbador.*

*Tivemos com os outros povos aquêles conflitos que a História refere, mas sempre os procurámos resolver com a justa compreensão dos direitos e deveres recíprocos e chegámos a êste tempo, podendo considerar tôdas as nações como amigas, sem qualquer reserva nem ressentimento e sendo certo também, que nenhuma se deverá considerar agravada de nós.*

*Estamos em 1940; há oito séculos que existimos e a mesma fé dos nossos maiores anima e inspira os nossos actos. Desejamos ser elo útil e construtivo na cadeia das gerações, e queremos que o contributo que pudermos prestar fortaleça o nosso País e seja também prestimoso aos outros povos.*

*Para isso às intenções havemos de ajuntar as obras e certamente ninguém se poupará a sacrifícios, nem apresentará desculpas, nem esconderá atrás de aparências enganadoras egoísmos dissolventes.*

*Um povo, uma Nação, quere dizer muito mais do que um grupo, quere dizer que todos os que a constituem hão-de repartir entre si com justiça os trabalhos e os benefícios e tudo se há-de aceitar sempre de boa mente.*

*Procedendo assim, nós não excederemos nenhuma das gerações passadas, mas seremos certamente relembrados no futuro e as gerações que vierem hão-de deter-se um pouco na História que fizermos e essa será a mais alta consagração do nosso esfôrço.*

*É isto que neste tempo comemoramos. Estaríamos em festa e cheios de júbilo se o Mundo não sofresse neste momento uma das suas grandes crises. Não esquecemos nem fechamos os olhos a tão grande desventura, mas tendo o dever de recordar o que fomos e, prestada sincera homenagem à dor alheia, é com enorme orgulho que lembramos os factos da nossa História e a vida da nossa gente.*

*Estão aqui os altos funcionários da Nação, os que a representam, e tôda uma assistência brilhante, mas a projecção desta hora não cabe nesta casa. A minha palavra que é a sua expressão transpõe estas paredes e será ouvida em cada canto da terra portuguesa do Continente ou do Ultramar, e em cada coração de português aonde quer que êle se encontre. Êste dia é de todos porque cada um, quem quer que seja, representa uma família, um nome do passado, modesto ou nobre, celebrado ou desconhecido, alguém que na sucessão dos séculos serviu o seu País com préstimo, brilho e heroismo.*

*E, para terminar, Senhores:*

*Recordemos todos os que viveram antes de nós, evoquemos a sua memória e admiremos o sulco que deixaram na terra, inclinemo-nos ante a sua obra e ratifiquemos a promessa que êles tantas vezes fizeram de permanecer fiéis à sua fé patriótica; e, juntando a nossa aspiração viva à sua aspiração já agora espiritual, ergamos os corações para Deus e solicitemos para a terra portuguesa a sua eterna protecção.*

# SESSÃO SOLENE NA ASSEMBLEIA NACIONAL

## DISCURSO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENARIOS DR. JÚLIO DANTAS

Cabe-me a honra de usar da palavra na qualidade de presidente da Comissão Executiva dos Centenários, em cujo nome falo ao País.

Dirijo-me em primeiro lugar a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República. Não sòmente ao homem, a cujas excelsas virtudes presto a homenagem do meu respeito, mas ao Chefe do Estado, que neste momento representa, para todos os portugueses, o símbolo da continuïdade histórica da Nação. Há oitocentos anos nasceu Portugal, pequena monarquia agrária que havia de converter-se, pelo seu esfôrço quási milenar, num dos maiores impérios que o Mundo conheceu. São êsses oito séculos de história que eu saudo em Vossa Excelência, Senhor Presidente da República; oito séculos de heroismo, de sacrifícios, de sofrimento, de audácia, de epopeia, de fé; oito séculos, cujas glórias nos revestem como uma armadura e nos iluminam como um clarão. Na hora solene que estamos vivendo, Vossa Excelência não é para nós apenas o primeiro magistrado da Nação portuguesa; é a síntese viva, é a imagem augusta da Pátria.

Senhor Cardial Patriarca:

Ao dirigir-me a Vossa Eminência eu não posso esquecer a acção da Igreja na obra da fundação, da consolidação e da expansão da nacionalidade. Na nobre figura de Vossa Eminência e na púrpura que o envolve, não é só o eminentissimo Cardial Patriarca de Lisboa que eu vejo, ainda há pouco cercado do esplendor do velho cerimonial joanino; vejo o Cardial Guido de Vico, que há oito séculos, ao assinarem-se as pazes de Zamora, foi o padrinho e o protector do reino que nascia; vejo os bispos e os arcebispos batalhantes, que conduziram as almas com o fulgor do seu báculo e alargaram Portugal com os golpes da sua espada; vejo os missionários que propagaram a Fé, que levaram a todos os continentes a voz da Civilização cristã, e que, para além do Império temporal, obra de César, dilataram o Império espiritual, obra de Deus. A cruz de oiro de Sancho I, junto da qual, ainda agora, Vossa Eminência pronunciou a sua oração admirável, tornou-se de tal modo grande no decurso dos tempos e das gerações, que os seus braços gigantescos cobriram e abraçaram o Mundo.

Senhor Presidente do Conselho:

Deve-se a Vossa Excelência mais do que a iniciativa, a concepção, em linhas magistrais do jubileu nacional que hoje se inicia. Tudo o que nesse jubileu houver de belo e de grandioso, a Vossa Excelência exclusivamente pertence. Senhor Presidente, as pátrias não são criação apenas das armas. Nas linhas de fôrça que marcam a evolução das nacionalidades, não há sòmente o heroismo guerreiro indispensável à conquista e à defesa do território; há também o heroismo pacífico — tantas vezes maior ainda! — ; há o esfôrço construtivo e produtor; há as energias fecundas que valorizam a terra e a grei; há o direito, expressão da fôrça que permanece; há o pensamento, criador das actividades políticas, da organização social, do desenvolvimento económico dos povos. As nações fazem-se com a espada; mas conservam-se com a toga. Nesta hora em que a Nação se volta para o passado, Vossa Excelência, Senhor Presidente do Conselho, evoca no meu espírito o longo friso dos doutores e dos chanceleres de Portugal, que desde Pedro Amarelo, desde o chanceler Julião, desde João das Regras — cujas murças de Montpellier e de Bolonha se adivinham ainda na névoa longínqua do tempo — formaram a consciência jurídica de um povo e construiram, pedra a pedra, uma Pátria. Vossa Excelência pertence a essa nobre estirpe. Se os mortos vivem para além das formas corpóreas e imperfeitas; se é verdade que a sua voz nos fala e o seu impulso nos conduz, êles de-certo lhe terão dito já, naquela linguagem silenciosa que é a eloqüência das sombras:

— Amigo, nas tuas mãos firmes repousa uma herança de oito séculos!

Senhores presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa:

Cabendo-me o encargo de dizer ao País, em nome da Comissão Executiva dos Centenários, o que representam e o que significam as celebrações do Ano Aureo, dirijo-me a Vossas Excelências, o que para mim constitue singular honra. Se é certo que o tempo consagra a nobreza das instituïções, as duas Casas a que Vossas Excelências exemplarmente presidem — poucas vezes tão altas funções terão sido exercidas com tão perfeita dignidade! — devem com razão envaidecer-se dos seus pergaminhos; devem sentir que brotaram das raizes profundas da nacionalidade; que no seu corpo moderno palpita uma alma antiga; e nesta hora em que Portugal recorda os fundamentos históricos da sua própria existência não esquecerão de-certo, uma e outra — Assembleia Nacional e Câmara Corporativa — que nelas se encorporam três elementos tradicionais da velha monarquia orgânica: as Côrtes, os concelhos e as corporações. Saudo em Vossas Excelências, senhores presidentes, essa nobreza remota e êsse passado imortal! A todos nós é grato, neste momento, recordar as velhas Côrtes de Coimbra de 1211 — nossas arquiavós — côrtes ainda de dois «braços» apenas, ao mesmo tempo sínodo de bispos austeros e capítulo de guerreiros bárbaros; as Côrtes da alcáçova de Leiria, de 1254, em que pela primeira vez, consciente dos seus direitos, teve voz o povo; os antigos concelhos, pequenas repúblicas orgulhosas da sua tradição romana

e das suas liberdades municipais, abraçadas à carta de foral como a um evangeliário; as grandes corporações — Sés, Cabidos, Ordens monásticas e militares, Universidades, claustros sumptuosos de expressão a um tempo nacional e universal; as corporações medievais de artes e ofícios, minúsculas potências económicas filhas dos colégios pompilianos, das gildas germânicas, da expansão municipalista e da fraternidade cristã. Tudo isto vive ainda na alma do povo português; tôdas estas sombras tutelares constituem o património da nossa tradição política; o conceito de «corporação» informa tôda a concepção actual do Estado organização jurídica da Nação unitária e corporativa; até as mesmas palavras arcaicas definem as novas magistraturas. Como no século XIII, quando pela primeira vez os concelhos mandaram procuradores às Côrtes; como no século XIV, quando os procuradores das Casas dos Vinte e Quatro começaram a assentar-se nos escabelos municipais, — nós, senhor presidente da Câmara Corporativa (Câmara a que tenho a alta honra de pertencer), sômos ainda os procuradores; a nossa função sente-se ennobrecida pela poeira do tempo; e, por mais que nos extreme a aristocracia do berço ou da cultura, todos nós somos povo, todos nós descendemos daquele mesmo povo dos concelhos de que a Nação brotou, húmus vivo, massa fecunda, confusa e ardente, multidão ancestral de heróis sem nome, que sofreram, que lutaram, que trabalharam, que experimentaram o calvário de tôdas as dores, que juncaram os campos de batalha, que morreram no horror dos naufrágios, que afrontaram todos os perigos, tôdas as provações, tôdas as calamidades — para que nós, portugueses de 1940, pudessemos estar hoje aqui!

Minhas senhoras e meus senhores:

Nós estamos hoje aqui para lavrar a nossa certidão de nascimento e de baptismo. Chamamo-nos Portugal e nascemos há oito séculos. Em que ano? Vejamos. Em 1128, quando a separação da mãi raínha e do filho infante traduz, num símbolo dramático, a separação definitiva da Galiza e da Provincia portugalense? Em 1139, quando os barões, fiéis à tradição do código visigótico, elegem o rei e o levantam nos escudos? Em 1140, quando começam a surgir (com uma ou duas excepções apenas) os diplomas em que Afonso Henriques se intitula rei? Em 1143, data do reconhecimento *de jure* pelo suzerano Afonso VII de Leão? Em 1179, data da bula em que o papa Alexandre III confirma a posse do reino e o título real à estirpe de Borgonha? O que importa, para fixar o momento da fundação da nacionalidade, não é a existência de direito; é a existência de facto. E a existência de facto (tanto quanto nos permite afirmá-lo a origem imprecisa das nações medievais) verifica-se a partir de 1140. Porque se formara já — nesse recente condado de limites territoriais flutuantes — uma forte consciência nacional? Seria ousado supô-lo. Mas já

*CHEGADA A LISBOA DA EMBAIXADA ESPECIAL DO BRASIL ÀS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS*

havia um rei, e já havia um reino. Fixemos pois pragmatisticamente em 1140 o aparecimento da Nação portuguesa — e festejemos essa data, hoje e no decurso das gerações. As nações, como os homens, precisam de saber quando nasceram. Que os pedagogos repitam às crianças, que as mãis murmurem aos filhos: «1140»! O que importa, nas grandes datas nacionais, é o potencial de energias que elas traduzem. Celebrar 1140, é celebrar o milagre da nossa continuidade histórica; é afirmar a fôrça vital de uma Nação que, desde que se constituiu até hoje, manteve — pode dizer-se ininterruptamente — a sua unidade política e a sua expressão territorial. Durante oitocentos anos, tôdas as nações da Europa se transformaram; tôdas elas sofreram, no caos obscuro de fôrças em que se gera a história, modificações mais ou menos profundas: Portugal, porém, permaneceu igual a si mesmo, espectador oito vezes secular dos incêndios, das devastações, das tempestades do Mundo, como se a sua couraça indestrutível fôsse a própria mão de Deus. Eis o facto primacial, eis o acontecimento transcendente que nós hoje comemoramos.

Mas, meus senhores, não basta ter vivido oito séculos. A velhice, por si só não constitue título de glória. É preciso ter vivido por alguma coisa e para alguma coisa. Portugal perdurou, resistiu, afrontou as próprias leis inflexíveis da absorção megalostática, conseguiu realizar, através de oitocentos anos de convulsões europeias, o prodígio da sua unidade e da sua continuidade, porque representou uma idea-fôrça; porque criou uma obra; porque construiu um império; porque propagou uma fé; porque o seu braço armado de ferro abraçou todos os continentes; porque a artilharia das suas naus troou em todos os oceanos; porque foi enfim, um instrumento de domínio e um factor de civilização. O nosso legítimo orgulho não consiste em ter durado, mas em ter vivido, no sentido dinâmico e triunfal que a palavra «viver» tem para os povos fortes. Não comemoramos hoje apenas o 8.º centenário da Nação portuguesa — mas também o 4.º centenário da sua imensa, da sua deslumbrante projecção no Mundo. Com efeito, em 1540 pode marcar-se o fastígio da nossa expansão imperial. Milhão e meio de portugueses — não era maior a população da *fons gentium* do século XVI — tinham-se tornado senhores da navegação, da conquista e do comércio universal. Deslocara-se das nações mediterrâneas para as atlânticas a hegemonia comercial da Europa. Surgira a Holanda; surgira a Grã-Bretanha. Lisboa, doirada Cosmópolis, convertera-se na Veneza do Ocidente. Nas mãos nobres de D. João III, como uma jóia, repousava a esfera armilar manuelina, imagem de um dos maiores impérios do Mundo. Duplo centenário, dissemos nós a princípio. A expressão não parece exacta. Antes «múltiplo centenário», tão rico de efemérides históricas é para nós êste ano de 1940. Não podemos esquecer que, há precisamente quatro séculos, chegava a Lisboa o futuro apóstolo das Índias, S. Francisco Xavier, e se intensificava a obra missionária portuguesa no Extremo Oriente. Não podemos esquecer, também, que em 1640 Portugal se reintegrou na plenitude da sua independência política, depois de sessenta anos de colapso das liberdades nacionais. Não podemos esquecer, enfim, que em 1340, na batalha do Salado, Afonso XI de Castela e Afonso IV de Portugal, gigantes de ferro sôbre cavalos de ferro, salvaram para sempre a Espanha cristã. «Felizes os povos que não têm história», — disse um dia alguém. Não! Não ter história é quási não ter nome; é quási não ter pátria. Felizes, ao contrário, os povos que têm história — porque lhes é dado o júbilo de a recordar. Felizes os povos que têm história porque ela constitue a fonte profunda e inesgotável das suas energias morais; porque, na hora do combate, ela os reveste de armas refulgentes; porque, a cada passo que dão, sentem, atrás de si, o rasto da sua própria imortalidade. O que é a vida, senão a história que começa? O que é a história, senão a vida que continua?

Não durámos; vivemos. Durante pelo menos um século de imperialismo dionisíaco e faustoso, prestámos alguns serviços à Humanidade e à Civilização. Mas nenhuma naçao é apenas produto do seu próprio esfôrço. Se alguma coisa lhe deve o Mundo, também Portugal reconhece que, para ser o que foi e o que é, muito deveu, desde o berço da Monarquia, ao concurso das nações estrangeiras. Na hora da nossa festa jubilar, nós recordamos o apoio paternal da Santa Sé, concedido logo desde a Fundação, quando o primeiro rei, em 1143, pela declaraçao *Clavis regni coelorum*, fez o reino censual à cúria romana. As bulas de Lúcio II, de Alexandre III, e, em especial, a bula *Serenitatem regiam*, de Inocêncio III, foram penhor de um afecto que nasceu com a Nação, e que havia de tornar-se sôbre todos glorioso na época de D. João V. Lembramo-nos, também, de que o tronco dinástico dos primeiros reis é francês, e de que nas veias de Afonso Henriques corria o sangue de Hugo Capeto e de Roberto II, reis de França. Lembramo-nos, ainda, de que foram os Cruzados ingleses, alemães, franceses, escoceses, flamengos, dinamarqueses, os frisões do conde de Flandres, os anglo-normandos de Ricardo Coração de Leão, que nos ajudaram a conquistar Lisboa e a completar no século XIII a unidade geográfica de Portugal. É-nos grato recordar que a Espanha imortal de Isabel a *Católica* cooperou connosco na obra dos descobrimentos e das navegações dos séculos XV e XVI; que os archeiros e homens de armas da Inglaterra — nossa aliada fiel desde 1373 — cimentaram com o seu sangue nos campos de Aljubarrota, a liberdade da Nação; que de Génova, de Venesa, de Nápoles nos vieram os primeiros almirantes e os homens que em Sagres, junto do Infante Navegador, contribuiram para a criação da ciência náutica portuguesa; e, enfim, que a Alemanha, a França, a Itália enriqueceram no fulgor do movimento humanista da Renascença, a arte dos nossos templos e as cátedras das nossas universidades. No momento em que nos detemos na visão retrospectiva de um passado que nos ilustra, não podemos deixar de saudar nos seus representantes actuais, aqueles povos da comunidade cristã medieval (verdadeira sociedade de nações, já como tal juridicamente definida no século XIV por Pierre Dubois, jurisconsulto de Felipe o Belo) que assistiram ao nosso nascimento, que nos ajudaram no esfôrço da reconquista, que caldearam o seu sangue com o nosso na hora da repopulação, e cuja inalterável amizade, ainda hoje, passados oito séculos, constitue para nós motivo de sincero desvanecimento. E não só essas nações, mas aquelas que vieram depois de nós; sobretudo as que formam a rutilante projecção da Ibéria no continente americano, e em especial, o Brasil, nação queridíssima que há quatrocentos e quarenta anos revelámos ao Mundo, obra maravilhosa de portugueses e de brasileiros, povo fraterno

cuja língua é portuguesa, cujo estroma étnico é português, cuja expressão sentimental nunca deixará de ser portuguesa também, e que vem festejar connosco, no esplendor da sua Embaixada, três séculos de vida comum e de história comum. Senhor Embaixador Extraordinário do Brasil! Embora no seio do grande povo brasileiro se tenha criado uma forte consciência americana, embora as duas nações gravitem em órbitas políticas diferentes, embora os brasileiros sejam cada vez mais brasileiros e os portugueses cada vez mais portugueses — alguma coisa de indissolúvel e de eterno nos une; alguma coisa de mais íntimo do que a língua, de mais profundo do que a raça; alguma coisa que o tempo não destroi, que a transplantação não perturba, que os cruzamentos não obliteram e que viverá perpetuamente na memória colectiva das gerações: a História.

A História!

Desde que nos encontramos aqui, está connosco, respira perto de nós uma figura que ninguém vê — e cuja presença todos adivinham. É uma Mulher bela e triste, olímpica e forte. Quando entrou aquela porta, os seus passos tinham a magestade das deusas, o seu peplo e a sua túnica grega a escultural nobreza das estátuas. Sentou-se. Abriu sôbre os joelhos um livro de iluminuras: são as «Crónicas» de Fernão Lopes. Na sua face cavam-se oito séculos de sofrimento; no seu olhar resplandecem oito séculos de glória. História augusta, nós somos os teus filhos! Mãi admirável, nós somos a tua obra!

## DISCURSO DO DEPUTADO DR. DINIZ DA FONSECA, EM NOME DA ASSEMBLEIA NACIONAL

### I

Às palavras que nesta esplendorosa abertura cívica das solenidades centenárias vou ter a honra de proferir em nome da Assembleia Nacional, não poderiam faltar a eloqüência e a oportunidade que são característica essencial das assembleias políticas e entram até nos seus preceitos regimentais.

A Assembleia Nacional continua a brilhante tradição das assembleias representativas que na vida portuguesa intervieram ao longo de oito séculos da sua história; e por isso a minha voz despertará na imaginação e na consciência dos que me ouvem, sem qualquer merecimento da minha parte, a eloqüência atenciosa dos Conselhos do Príncipe, a eloqüência consultiva ou impugnadora das Côrtes Gerais da Nação, os momentos mais felizes da vélha oratória parlamentar, a eloqüência batalhadora e decisiva dos alçamentos populares nas horas críticas da nacionalidade.

Imaginai comigo que esta sala se alarga até caberem dentro dela, em surpreendente alegoria, os componentes de tôdas essas assembleias, cuja acção deixou boa memória e influência salutar nos rumos da vida nacional. Veremos erguerem-se redivivas, tantas dessas figuras que a História nos tornou familiares: os clérigos e ovençais de El-Rei, os chanceleres e conselheiros da Cúria, os condestáveis, os jurisconsultos e legistas, todos os forjadores da alma portuguesa que, empunhando o cetro ou a pena, a espada ou a cruz, souberam dar conselhos prudentes, apresentar razões persuasivas, compor apologias vibrantes, dizer falas incendidas em zêlo pelo bem comum, ou buscar os melhores caminhos para saír em sua defensão. A eloqüência destas vozes dominará esta noite as minhas singelas palavras, como nela vai colher certamente o ciclo dos centenários os mais oportunos ensinamentos.

### II

Vão recordar-se as incertas horas do angustiado Século XII em que Portugal surgiu para a vida das nações.

Era tão semelhante à dos nossos dias a situação dessa Europa medieval, que dir-se-ía recomposto o cenário histórico para a nação portuguesa comemorar mais ao vivo o século oitavo da sua fundação.

A mesma efervescência bélica, grandes movimentos de exércitos e massas populares, mudança semelhante nas relações com o oriente, idêntico despertar de pensamento juvenil movido por audaciosas e aparentemente subversivas aspirações.

Dentro das muralhas dos castelos feudais, um mundo entrara em agonia, e já outro assomava no horizonte dos tempos. A civilização cristã parecia vacilar ante as explosões da fôrça agarena dominadora, e tôdas as energias políticas e sociais se juntavam em cruzadas para a salvar.

Valeria a pena, ou seria mesmo conveniente deixar surgir nessa hora uma nação tão pequena, apoiada em simples orla do Atlântico, sem fortes bases territoriais ou demográficas, exposta ao aniqüilamento fatal das poderosas razias muçulmanas e votada ao enfraquecimento do poderio centralizador da península que parecia bem justificado pelo inexorável determinismo racial e geográfico?

O problema apaixonou então os homens responsáveis pelos destinos da humanidade. Não faltavam os defensores do equilíbrio ou selecção natural das grandes potências, obtidos pela fôrça; e raros videntes, instruídos pela filosofia cristã, ousavam afirmar que o direito natural dos povos à sua independência e os serviços que podem prestar à causa da humanidade não dependem das fronteiras geográficas nem da extensão ou riqueza dos territórios por êles ocupados.

De que lado estava a razão?

Nos oito séculos de história que vamos comemorar, encontramos resposta concludente.

Sem a independência portuguesa, e o esfôrço de reconquista da dinastia Afonsina, o império muçulmano teria continuado na terra lusitana; não registaria a Cristandade os triunfos de Navas de Tolosa e do Salado; e o domínio agareno ter-se-ía fixado em terras do ocidente como nas do oriente.

Sem Aljubarrota, não teria existido a escola de Sagres com os seus famosos argonautas; e sem estes, três pequenas embarcações que somariam umas 300 toneladas, com uma tripulação inferior a 200 homens, não teriam escrito sôbre o dorso das ondas uma das páginas mais fulgentes da epopeia da humanidade: a descoberta das Índias.

Sem essa escola, o império mourisco da Africa não se teria abatido, a civilização cristã peninsular não chegaria a consolidar-se, a expulsão de Granada e as decisões vitoriosas de Lepanto e Matapão

não teriam passado de aspirações; numa palavra, teria sido impossível a hegemonia fecunda do continente europeu. Sem essa escola, não teriam podido formar-se os descobridores da América; sem a Côrte de Lisboa e a Universidade portuguesa do século XVI, com a sua doutrinação teológica e política, teria sido históricamente impossível lançar as bases da civilização brasileira, orgulho da mãi pátria e radiosa esperança da nova época da humanidade, da nova romanidade atlântica que a Europa está dando à luz entre veias abertas e angústias mortais.

Qual virá a ser a fisionomia desta nova civilização?

Não é ainda possível adivinhá-la.

Por detrás dos desmoronamentos políticos, económicos e financeiros que anunciam a agonia do mundo envelhecido, apenas entrevemos nesta hora uma luta exasperada entre aspirações nacionalistas e internacionalistas, que, parecendo antagónicas, obedecem no fundo à mesma necessidade: a de encontrar a unidade perdida, na ordem interna como na internacional.

Tanto uma como outra aspiração são justas, uma e outra obedecem às exigências superiores e inelutáveis de tôda a ordem humana, que só na unidade pode encontrar perfeição e repouso; mas nem o nacionalismo nem o internacionalismo as poderão alcançar ou satisfazer pelo caminho, em que se perderam, duma simples centralização política, absorvente e esmagadora.

A dialectica materialista ou o panteísmo sociológico que na ordem social e política se propõem substituir o ideal transcendente da filosofia cristã, tentando apoiar em ideas falsas e instituïções desumanas essas justas aspirações, ameaçam apenas converter em luta de extermínio o conflito surgido entre elas.

Pois ainda aqui as comemorações portuguesas poderão oferecer oportuno modêlo de conciliação a essas duas nobres mas desvairadas aspirações, mostrando à luz da realidade histórica, a mais perfeita unidade nacional que a Europa pôde conhecer, posta ao serviço dum universalismo que abraçou a terra, e tão desinteressado, que a nação se diria esquecida de si mesma e o seu império votado ao serviço de um ideal de que o mundo inteiro viria a recolher o maior proveito.

III

Esta lição é oportuna sobretudo para a geração portuguesa que, nesta hora de angústia humana, chega às responsabilidades da vida.

Há perto de um século que um grande português, debruçado sôbre a eloqüência das Velhas Côrtes Gerais da Nação, escreveu, no limiar da obra que lhes consagrou, esta sentença:

«O estudo do passado e dos monumentos que nos precederam é a ocupação mais digna e mais filosófica dos homens de bem».

É êsse estudo, feito ao vivo, que o ciclo dos centenários vai oferecer à geração que sobe. Na história viva como em espêlho de magia, poderá contemplar melhor a figura da Pátria até deixar-se apaixonar por ela. Paixão de amor verdadeiro que supõe união e fecundidade. União nos ideais, fecundidade na multiplicação dos sacrifícios e virtudes de que nasceram tantos feitos e glórias; feitos e glórias que foram — não o podemos esquecer — fruto de trabalhos constantes, de lutas porfiadas e de cruentos martírios. Assim, e só assim, se realizaram aqueles de que vamos fazer luzida comemoração; e aqui repousa a maior oportunidade e valor cívico das festas centenárias.

Seria muito pouco evocar na penumbra dos castelos medievais as figuras armoriadas dos antigos cavaleiros, ou recordar no cenário majestoso de ridentes paisagens provincianas, passos da história de algum dia; nesta hora, em que novas lutas, novos perigos e incertezas surgem ao nosso encontro, as festas centenárias visam mais alto, querem mostrar que por amor da Pátria estamos dispostos a passar os mesmos trabalhos, a travar as mesmas lutas e até a sofrer idênticos martírios; querem significar que não desistimos de escrever novas páginas de história, dignas de figurar também com ufania nas comemorações que hão-de promover pelos séculos em fora os que vierem depois de nós.

## DISCURSO DO PROCURADOR DR. ABEL DE ANDRADE, EM NOME DA CÂMARA CORPORATIVA

A Câmara Corporativa, revestida das suas galas esplêndidas, associa-se com júbilo à comemoração centenária da Fundação da Nacionalidade Portuguesa e da Restauração da sua Independência que é cântico alegre das Grandezas e Glórias de Portugal.

Esta comemoração festiva faz perpassar diante dos olhos deslumbrados de portugueses e estranjeiros quadros históricos de indizível beleza moral ou de indiscutível grandeza épica, que são verdadeiras águas fortes da epopeia lusitana.

A fundação e a consolidação da nacionalidade, em seguida à expulsão das hostes sarracenas, realizada sob os auspícios da Santa Igreja e das suas autoridades, imprimiu à nascente sociedade portuguesa a característica indelével da civilização cristã. Sentimos palpitar essa adorável floração do espírito nas pedras das nossas igrejas, nos cruzeiros que alumiam os caminhos mais ínvios, nas ingénuas canções do povo, nas joias da ourivesaria, nas tábuas dos mestres pintores da Escola Portuguesa, nos piedosos retábulos dos mosteiros, nos pergaminhos e abundante floração bibliográfica dos sec. XV e XVI. E essa civilização cristã, cheia de luz, tem subsistido sempre em Portugal através de tôdas as vicissitudes e por vezes no meio da luta terçada em campo raso contra o espírito das trevas.

O engrandecimento do reduzido território do Condado Portucalense, à custa da dominação mussulmana e do Reino de Leão, nas condições em que foi realizado, — revela em D. Afonso Henriques um audacioso guerreiro da Idade Média, o hábil político, o devotado patriota.

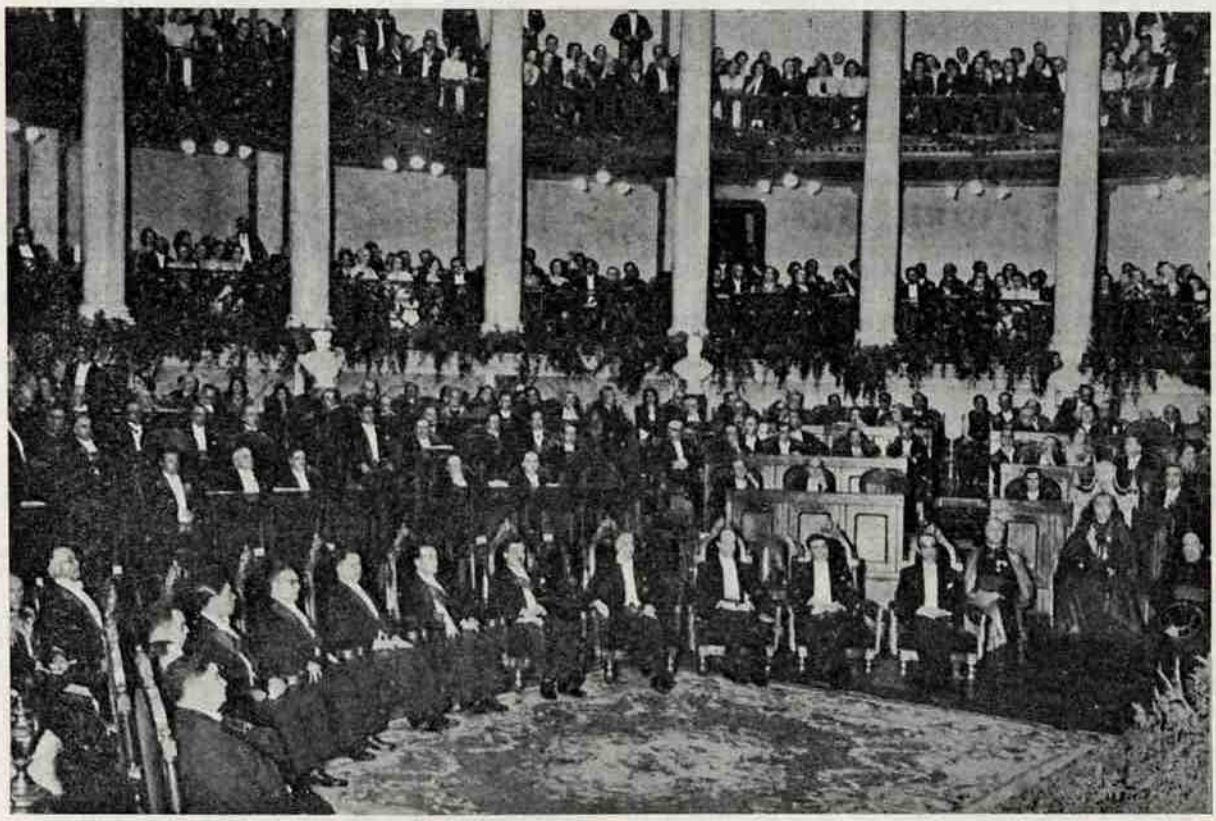
Aos 14 anos de idade, à semelhança do que faziam os reis, arma-se cavaleiro na Catedral de Samora, e «fervendo-lhe no peito o duro Marte» nos feitos em que peleja, na batalha de Ourique e nos assédios de Santarém e de Badajoz, ajoelha, reza,

brada por Santiago e pela Virgem, «fere, mata, derriba denodado».

Político astuto aproveita a dissídia entre as seitas mussulmanas para disputar aos infieis a posse de terras extensas e feracíssimas; e elimina todos os obstáculos que poderiam ensombrar a independência de Portugal, colocando a Nação sob a vassalagem do Sumo Pontífice, cuja supremacia política era ao tempo considerada princípio fundamental do direito político da Europa Cristã e fonte da legitimidade e do poder dos reis.

Diversas causas, e entre elas avultam, como diz o cronista, «o grande desejo de acrescentar em a santa fé de nosso Senhor... e trazer a ella todallas almas que se quisessem salvar», abrazaram os portugueses na obra dos descobrimentos marítimos. A Vasco da Gama faz dizer o poeta imortal estas palavras dirigidas à Providência, à Guarda Divina: «Pois só por teu serviço navegamos».

Fomos navegadores intrépidos, descobrimos e avassalámos grande parte do globo. As nossas caravelas, em derrotas heróicas, sulcaram os mares em tôdas as direcções. Mas êsse poético e funerario livro, que se chama a História Trágico-Marítima, regista e imortaliza os prazeres e as dores, as alegrias e as tristezas, os triunfos e os martírios do navegador ousado, como Manuel de Sepúlveda, «liberal, cavaleiro, enamorado», capitão do Galeão Grande São João, que... «por derradeiro foi acabar sua vida, e de sua mulher e filhos em tanta lástima, e necessidade entre os lugares, faltando-lhe o comer, e beber e vestir». E passou tantos trabalhos antes da sua morte, que não podem ser cridos, como termina o cronista, se não de quem lhos ajudou a passar.



*ASPECTO DA SESSÃO SOLENE NA ASSEMBLEIA NACIONAL, NA NOITE DE 2 DE JUNHO*

E não é diversa a odisseia de tantos e tantos navegadores portugueses!

Mas, se enaltece o nome de Portugal descobrir as terras maravilhosas, exalça a sua glória a colonização, a civilização do Brasil. Termina a derrota de Álvares Cabral, começa o povoamento, surgem as feitorias, aparecem as fazendas. As colónias imigrantes entram na espessura do sertão; a agricultura, o comércio, as minas, a sêde de ouro, a submissão do índio à disciplina forte do jesuíta completam a obra da colonização. E, depois de firmada a

solidariedade comum no esfôrço para expulsar os invasores nos sec. XVII e XVIII, um pequeno acidente consagra a Independência. Desenha-se um Estado a mais na carta política do mundo e o nome de Portugal é gravado em caracteres inapagáveis na História da civilização universal.

Como fulguram as letras de fogo da legenda áurea, escrita com o sangue dos mártires, pelos «Cavaleiros da Cruz», no firmamento da Pátria Portuguesa!

E o poema heróico das nossas missões religiosas, que assistiram, quando não dominaram, as auroras magníficas de tantas e tão gloriosas nações!

E como tem sido tecida de sorrisos e lágrimas, de dolorosas angústias e de divinais alegrias, a gloriosa coroa dos esforçados «Ventureiros do Céu»!

O jesuíta Francisco Cardim, ao propor-se descrever os martírios dos religiosos da Companhia, intitula o seu livro «Elogio e ramalhete de flôres borrifado com o sangue dos religiosos da Companhia de Jesus».

E começa o poema por estas palavras, que não podem ser lidas sem lágrimas na voz entrecortada de soluços: «Faltam as cartas anuais do Japão, porque faltarão ao mãos que antes as escrevião; nem estas jàmais faltarião se a espada do tirano as não decepara».

«Os religiosos da Companhia de Jesus, huns vivos sepultados em covas, outros estendidos em cruzes, outros despedaçados com as catenas, outros desfeitos em cinzas nas fogueiras, acabarão seu curso felicíssimo».

E não são escritos noutra linguagem os cantares dos missionários portugueses, núncios insubstituíveis do Nome e da Soberania de Portugal, audaciosos pregoeiros da civilização cristã.

Nos sec. XV e XVI decorre o período heróico da Nação Portuguesa.

O Infante D. Henrique organiza e dirige do Promontório de Sagres os temerários e ousados navegantes atraídos pelos mistérios e lendas do oceano.

Gil Eanes, Pero da Covilhã, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, e Álvares Cabral são os maiores nomes da assombrosa epopeia das nossas aventuras por terra e por mar.

Estudantes portugueses, subsidiados com bôlsas de estudo, freqüentam as mais afamadas Universidades: professores portugueses exercem o magistério nas cátedras das primeiras escolas do mundo.

Diogo de Gouveia, o Velho, chega a ser Reitor da Universidade de Paris, que era ao tempo a Universidade de todo o mundo culto. A seu irmão André de Gouveia, Principal do Colégio de Santa Bárbara, denominou Montaigne o mais Principal de tôda a França.

Sob o signo de Astréa florescem nesta idade de ouro as ciências, as letras e as artes.

Nos Paços da Alcáçova de Lisboa e na própria câmara da Raínha D. Maria, representa-se, em seguida ao nascimento do futuro Rei D. João III, a primeira «obra de devoçam» do Mestre Gil, o Auto da Visitação.

Sá de Miranda, vivificado pelas ideas fortes do renascimento italiano, abre novas sendas às letras pátrias.

E no ano de 1572 Luís de Camões, propondo-se cantar com tuba mantuana e eloqüência homérica os feitos ilustres dos portugueses, erige em honra da Pátria um monumento imperecível. Grava-lhe no pórtico o nome da epopeia: «Lusíadas», que só por si é um cântico de glória.

Nestes dias da sua mais culminante grandeza teve Portugal a proeminência entre tôdas as Nações da Europa.

Mas na vastidão do Império estavam implícitas as causas da sua ruína. Ficou eternamente gravado nos Lusíadas o lúgubre epitáfio da nossa decadência:

> Nó — mais, Musa, nó mais que a lira tenho
> Destemperada, e a voz enrouquecida;
> E não do canto, mas de ver que venho
> Cantar a gente surda e endurecida.
>
> O favor em que mais se excede o engenho,
> Não n'o dá a pátria, não que está metida
> No gôsto da cobiça e na rudeza
> Duma austera, apagada e vil tristeza.

E não se fez esperar a expiação dolorosa. O sonho da Quinta Monarquia custou a vida ao moço Rei no dia fatal de Alcácer Quibir. E dois anos volvidos, em 1580, Portugal perde a sua Independência. Nesse mesmo ano emudece para sempre o cantor das armas e dos varões assinalados.

Na escola do sacrifício, que caracterizou o nosso cativeiro de sessenta anos, foram apurados os mais delicados sentimentos que constituem o Amor da Pátria.

Os portugueses da decadência, deslumbrados pelas riquezas de Além Mar, pelo ouro do Novo Mundo, apenas consideravam a vida um instrumento de prazer. Os campos jaziam incultos e maninhos. A indústria e o comércio definhavam. Praças africanas eram abandonadas. Chegavam a Lisboa rumores da decadência das Índias.

Mas quando os nossos antepassados começaram de sentir amargurados o jugo estranjeiro, e viram que as rendas do Estado eram distraídas para côrte faustosa que não era sua, e que os mancebos lusitanos, arrebatados em terços, eram obrigados a derramar sangue, que era português, em guerras que não interessavam Portugal, e que possessões da Africa, da Asia e da América passavam, por falta de socorro, ao domínio de nações estranjeiras, os portugueses tinham encontrado de novo o sentimento da independência nacional e sentiam-se dispostos a oferecer no Altar da Pátria o sacrifício heróico das fazendas e da sua própria vida.

Estava feita a revolução.

No dia 1 de Dezembro de 1640 Portugal ergue-se como um só homem, reivindica a liberdade e a independência, restaura o direito conculcado, mostra ao mundo a pujança da sua coragem e valentia, sacode animosamente o jugo do invasor, restabelece a liberdade na Europa, na Asia, na Africa e na América, coloca no trono de Portugal o Duque de Bragança, D. João IV.

E a galhardia com que Portugal fez o milagre da Restauração da sua Independência!

E como os portugueses, levando o esfôrço próprio até ao temerário heroísmo, e o cumprimento do dever até ao sacrifício supremo, selaram o mila-

gre da Restauração com o sangue derramado em Montijo e nas linhas de Elvas, no Ameixial, Castelo Rodrigo e Montes Claros!

Nestes dias festivos em que, legitimamente envaidecidos, nos revemos na nobreza da nossa linhagem, cada um de nós, que teve a ventura de ver a luz primeira neste abençoado rincão da Terra Portuguesa, recordando os dias gloriosos da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da sua Independência, pode repetir com legítimo orgulho a exclamação do Poeta: «Esta é a ditosa pátria minha amada».

Sr. Presidente da República:

O viajante, que em formoso dia de Julho, cheio de sol e da claridade de límpida atmosfera, ascende ao Monte Branco, experimenta um bem estar inebriante, uma alegria inefável, sente-se quási suspenso entre o Céu e a Terra. Respira o ar forte e oxigenado da montanha, contempla a seus pés o branco tapete das neves eternas, vislumbra na linha do horizonte as grandes montanhas da Europa, todos os Satélites do Monarca.

Ainda não atingimos, não, o cimo da nossa Colina Sagrada. Vamos subindo, dirigidos por guias experimentados — coluna de fogo durante a noite, coluna de nuvens durante o dia — as escarpadas rochas do nosso Sacrifício. Somos a geração do Resgaste. À dedicação e ao sacrifício dos chefes vai correspondendo a dedicação e o sacrifício da gente lusa.

Nos momentos de desânimo anima os mais tíbios a contemplação alegre dos caminhos percorridos, das batalhas ganhas, das ascensões feitas...

— Orçamento equilibrado. Política do Espírito. Ordem Civil. Assistência social. Obras de fomento. Organização corporativa da indústria. Integração justa do capital e do trabalho. Nacionalização da dívida. Reintegração de Portugal na sua tradição cristã... —

Cobrado novo alento e reparadas as fôrças com o deslumbramento desta visão e docemente embalados pelos cânticos alacres da mocidade, prosseguimos todos, com mais decisão e vigor, o hercúleo esfôrço da nossa gloriosa emancipação, animados ainda pela consciência do dever cumprido e pelas autorizadas palavras dos chefes.

Continuamos a ascensão da Colina Sagrada...

Ainda não atingimos — *não!* — os últimos degraus da Escada de Jacob; mas começamos de sentir a brisa suave das altas planícies e divisamos ao longe, iluminadas pelos primeiros raios do sol que desponta, entre as ténues brumas da alvorada, as mais altas palmeiras da Terra da Promissão.

Já podemos contemplar neste ridente ano jubilar, face a face, sem corar de vergonha, erectos, com a dignidade de portugueses, que sabem cumprir o seu dever — *servir, servir e servir alegremente* a Pátria, os grandes homens da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência Nacional!

Senhor Presidente da República:

A esta festa jubilar, promovida pelo Govêrno e celebrada pelo escol da sociedade portuguesa na política, letras, ciências e artes, assistem em espírito os Heróis da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da sua Independência. Comungamos todos, nós e êles, na mesa eucarística da Pátria muito amada. Vivem os nossos epígonos esta hora magnífica no meio de nós. Dominam os movimentos dos nossos corações. Excitam as ternas emoções das nossas almas. Assistem todos.

É a magestosa ronda dos Heróis de Portugal.

D. Afonso Henriques. Erige a Nação Portuguesa no Campo de São Mamede no mesmo dia em que desbarata as hostes adversas, e consolida a Independência de Portugal no combate de Vale de Vez, na Conferência de Samora e com a protecção do reino prometida por Júlio II e o título de Rei reconhecido por Alexandre III. Sem D. Afonso Henriques não existiria hoje a Nação Portuguesa, e, por ventura, nem sequer o nome de Portugal.

Os Arcebispos de Braga D. Paio Mendes e D. João Peculiar e o Bispo do Pôrto, D. Pedro.

D. Paio Mendes — um dos chefes da revolta contra os partidários de D. Teresa.

D. João Peculiar — o negociador da Conferência de Samora que reconhece a D. Afonso Henriques o título de Rei.

D. Pedro decide os cruzados dos navios ancorados no rio Douro a cooperar com as fôrças do Rei na conquista de Lisboa; acompanha-os, com D. João Peculiar, na viagem por mar até àquela cidade; apresenta-os a D. Afonso Henriques; e sòmente os abandona depois da rendição da cidade.

Paio Guterres — valente e garboso cavaleiro, o destemido alcaide colocado à frente da guarnição do Castelo de Leirena destinado a proteger a fronteira meridional, a cortar aos infiéis a estrada de Coimbra e a servir de base militar contra as praças mussulmanas do sul.

Mem Rodrigues — o herói da conquista de Santarém!

Giraldo sem Pavor — uma figura de epopeia, o aguerrido cabo de guerra que em dois anos toma Trujillo e Évora e Cáceres, os castelos de Montanhez, de Serpa e de Jerumenha!

Gonçalo Mendes da Maia — ilustrado por tantas pelejas, sôbre cujo heroísmo, revelado na luta contra os mouros nos campos de Beja, o imenso poeta, que é o povo, teceu de fios de ouro a lenda do *Lidador e os seus cavaleiros*.

Sesinando Rodrigues e João Barradas, Juiz e Escrivão do Povo, — os precursores da Restauração — que atearam na cidade de Évora o incêndio da revolta popular alastrada em breve por terras de Alentejo e do Algarve!

D. João IV, o político de bom senso, prudência, firmeza e tenacidade, o Príncipe e Rei piedoso e justo, que, pela sua admirável acção diplomática, acertadas decisões, e incansável trabalho na organização da defesa nacional, torna possível o milagre da Restauração de Portugal e converte em realidade histórica, que vive há trezentos anos — e não mais perecerá! — uma aventura heróica que podedia ter sido jugulada pelas fôrças inimigas.

Matias de Albuquerque, Governador do Alentejo. Desbarata as fôrças do Marquês de Torrecusa, um dos melhores cabos de guerra de Filipe IV, na façanha contra o Castelo de Ouguela. Cobre-se de esplendor com os louros colhidos na batalha de

Montijo, a primeira das grandes acções militares na guerra da Restauração!

Os jurisconsultos João Pinto Ribeiro, António de Sousa de Macedo e Francisco Velasco de Gouveia.

João Pinto Ribeiro, modêlo de sabedoria, lealdade e dedicação. Ainda sob o domínio de Filipe IV condena pùblicamente os fidalgos e soldados portugueses não militares, que, atraídos por dinheiro e promessas, combatiam em terras de Flandres.

António de Sousa Macedo, distinto por suas letras e talentos, o autor da Lusitânia Liberata — a demonstração jurídica da legitimidade de D. João IV. Secretário da embaixada enviada a Inglaterra, escreve a notável Memória sôbre os direitos do Duque de Bragança à Corôa de Portugal, que decide Carlos I a reconhecer pela primeira vez D. João IV como Rei de Portugal e a declarar ao embaixador D. Antão de Almada que desejava muito renovar com El-Rei as amizades que os seus antepassados sempre tiveram com o Rei de Portugal.

Francisco Velasco de Gouveia. Por incumbência dos Três Estados escreveu a Justa Aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal D. João IV, para comprovar o Assento votado nas Côrtes de 1641 — a irrevogável sentença do reino a favor da Restauração.

D. Filipa de Vilhena, a Condessa de Atouguia. Informada do plano da Restauração, arma cavaleiros os seus dois filhos, D. Jerónimo de Ataíde e D. Francisco Coutinho, ao entregar-lhes as espadas, exorta-os a mostrarem-se dignos de seus avós, pelejando corajosamente pela Pátria!

Assistem a esta consagração jubilar todos os Heróis da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência de Portugal.

Agradecem a justiça que lhes é feita com esta fulgurante apoteose, que é também, neste conturbado momento da história do mundo, uma sinfonia heróica à civilização moral da nossa terra. Mas impõem-nos um juramento solene...

Sim! Juramos por nós e pelos nossos descendentes. Seremos sempre dignos dos avoengos ilustres, que tão nobremente souberam cumprir o seu dever fundando a Nacionalidade Portuguesa e restaurando a sua Independência com desprêzo da própria vida, sem o mínimo pavor da morte...

## DISCURSO DO MINISTRO EDMUNDO LUZ PINTO, DA EMBAIXADA ESPECIAL DO BRASIL

O Brasil não podia deixar de trazer a sua palavra calorosa a esta sessão magna, eloqüente prólogo das vossas duplas comemorações centenárias. As celebrações, que com tanta imponência hoje se iniciaram, não são, com efeito, como assinalou o eminente Júlio Dantas, apenas nacionais, senão da lusitanidade.

Na «extensão das suas glórias marítimas», na sua cavalaria dos oceanos, na sua temerária intimidade com os mares, nas suas descobertas, conquistas e civilização de terras e mundos, «tão grande foi a lusitanidade que em rigor não se lhe poderia aplicar o conceito estricto da nacionalidade», mas o de mãi e preceptora dadivosa de povos, gentes e nações. Dentre essas, nenhuma mais do que o Brasil usufruíu os benefícios do «humanitarismo da sua alma latina e do apostolado da sua civilização cristã», para tomar uma expressão do vosso grande Salazar.

Com método, engenho, paciência e tenacidade, vencendo obstáculos e dificuldades formidáveis, Portugal, excedendo a tôdas as outras nações colonizadoras, soube criar, dentro de um verdadeiro império territorial, uma nação homogénea e feliz na comunhão da raça, dos costumes, da religião e da língua.

Tendo chegado à independência por uma perfeita evolução política, preparada pelo Reino Unido, que nos deu, com os aparelhamentos do Estado, as chaves para as portas da vida livre, o Brasil orgulha-se da nossa comum história até o comêço do século passado e, embora integrado no pensamento e nos ideais americanos, ostenta como altíssimo título a sua origem lusitana. O patriotismo brasileiro tem, por isso mesmo, uma das suas mais profundas raízes no culto a Portugal e o nosso nacionalismo, enlaçando o presente com o passado, é um enamorado ciumento da terra esplêndida, mas busca principalmente na História e Raça as fôrças propulsoras das suas realizações.

Consideramos a nossa ascendência lusitana como um foral de heroísmo, valor, lealdade e fé, compromisso imperativo que temos com a Humanidade de continuar a grandeza dos vossos feitos.

Num dos transportes da sua arrebatadora eloqüência, quando nos visitou, por ocasião do centenário da independência nacional, o vosso Presidente António José de Almeida, perante o Congresso Nacional reünido, exclamou: «Não estou aqui para felicitar protocolarmente o Brasil pela sua independência; o meu intuito é mais rasgado, estou aqui em nome dos portugueses para agradecer-lhes que se tivessem feito independentes em 1822!»

Não creio que na história do mundo haja um episódio de tão surpreendente beleza. E na esfera das nações um quadro a que só se poderia assistir no seio de uma nobre família. É o pai venerando beijando a fronte do filho robusto, que abandonou a casa, sem o seu consentimento expresso, mas acertou e venceu nos seus caminhos, honrando-lhe a tradição e o nome!

Só o Presidente Getúlio Vargas, com a sua incontestável autoridade, poderia retribuir aquelas memoráveis palavras com o mesmo diapasão e a mesma ressonância histórica. Não permitiram, porém, notórias circunstâncias, que Sua Excelência, tão amigo dos portugueses, correspondesse pessoalmente aos cativantes termos do convite do vosso govêrno. Mas, querendo significar-vos todo seu afecto e aprêço, enviou para substituí-lo, assim nos declarou, uma Embaixada Especial, composta de elementos civís e militares, devotados amigos de Portugal, tendo para chefiá-la o Embaixador Francisco José Pinto, alta patente do nosso Exército, brasileiro ilustre, que é um dos mais eminentes colaboradores do seu pensamento reconstrutor.

Falando, pois, em nome da Embaixada Especial e com a autoridade que me empresta a alta representação do meu país, não me arreceio de dar, neste recinto histórico, a comovida resposta dos meus concidadãos às palavras do egrégio e saüdoso republicano português:

Nós também aqui estamos numa missão que não é apenas de reconhecimento, porque é mais ainda — é de gratidão! O reconhecimento, Senhores, é um raciocínio; a gratidão é um sentimento. O reconhecimento é voluntário, pode externar-se, dissimular-se ou esconder-se. A gratidão todos vêem, todos conhecem, é uma chama interior que do coração se apruma para brilhar nos olhos, é uma ternura quási tão forte como o amor!

Portugueses, nós vos somos, sobretudo, gratos!

Gratos pela vossa colonização, que já tanto discutimos e comparámos para, afinal, concluirmos que ela é mesmo a base indestrutível da nossa unidade nacional, galhardamente mantida e defendida, em cruentas lutas e comoções, no Império e na República.

Gratos pela federação, que nos ensinastes como melhor sistema de conservá-la na vossa esclarecida obra administrativa das capitanías e dos govêrnos gerais.

Gratos pela demarcação tranquila das nossas fronteiras, condição inabalável da paz com os nossos irmãos e vizinhos, fundada na minúcia dos vossos tratados, títulos e documentos e na exactidão dos vossos mapas, como tanta vez proclamou o «Deus Terminus da nacionalidade», o nosso glorioso Barão do Rio Branco.

Gratos pela noção de segurança nacional que nos destes, espalhando fortalezas e fortes pelo litoral da nossa costa e pelo interior dos nossos rios, grave advertência para que saibamos estar alerta na defensão do nosso opulento património da cobiça e da aventura dos estranhos.

Gratos pelo mágico e másculo idioma, que acrescentámos em vocábulos e enriquecemos em criações literárias, sem, entretanto, tirar o rio luminoso do seu leito para podermos legitimamente dizer-vos — o nosso Camões.

Gratos pela bênção da primeira missa, pelo emblema da fé, chantado com o padrão de Pôrto Seguro, para que a nascente terra cristã da América pudesse mais tarde resistir às seduções dissolventes da reforma e dos cismas, fiel à religião de Deus único e verdadeiro, protectora do nosso destino, luz da nossa estrada, salvação das nossas almas.

Para dilatá-la, mais ainda que ao Império, depois de salvar a cristandade na Europa, com a expulsão do islamismo invasor, Portugal, na expressão do nosso querido Malheiro Dias, «andou vogando pelos oceanos em naus batistérios, pondo nomes de santos e heróis nas terras ignotas».

O que caracteriza, portanto, a vossa História, é o sentido universal e quási sempre desinteressado com que a vossa acção se desdobra e afirma. Nos séculos XV e XVI, dir-se-ia que o Criador reabriu a génese para que Portugal acrescentasse «ao mundo novos mundos». Dura um século e meio, a partir da conquista de Ceuta, o esplendor dessas epopeias marítimas, mas remontam quási à infância da Pátria os sonhos civilizadores que as explicam e a indomável audácia que as converteu em espantosas realidades. Descontinentalizastes o renascimento e os vossos argonautas, filhos culturais de Sagres, ninho do sonho e da profecía da própria América, foram os prefaciadores do mundo moderno. Ferrero o reconhece, ao escrever: «o que define o mundo moderno é a expansão dos limites que a antigüidade considerava invioláveis».

Poucos povos, além da Grécia e Roma, puderam influir tanto nos destinos humanos, marcando-os, não raro, com os dedos de gigantes dos seus heróis representativos.

Reis, sábios, poetas, povoadores e lavradores, guerreiros e estadistas, mártires e navegantes, missionários e santos, para que chamá-los pelos nomes imortais, se todos estão compreendidos no «peito ilustre lusitano», herói colectivo, que gerou e nutriu a «valerosa estirpe» não extinta nos nossos dias!? Os seus antepassados chamaram-se Viriato e Sertório. As suas façanhas são de Portugal.

Êle quem edificou a Pátria sôbre os campos de batalha e pôde conservá-la, desde o século XIII e através de tantas convulsões da Europa, com os seus actuais limites.

Ele quem nunca esmoreceu no patriotismo áspero e bravo e que, abraçado aos «Lusíadas,» na ocasião da provação e da desgraça, preferiu recolher o seu espírito nas brumas do «mito sebástico» a renunciar à infalível salvação.

Ele quem, com inteligência, devoção e bravura, a conquistou, restaurando a independência da Pátria, nos memoráveis prélios de 1640.

Êle quem, pela palavra do preclaro Presidente Carmona, prometeu em África «que Portugal seguirá pelos caminhos imortais a sua vocação de povo civilizador».

Ele quem, restituíndo ao país, com as «grandes certezas» a ordem interna e o prestígio no estranjeiro, criou um Estado Novo e forte, que conciliou no humanismo social de Carmona e Salazar as necessidades do corporativismo com os eternos direitos da personalidade humana.

Glória, pois, portugueses, ao vosso passado heróico e ao vosso presente de ressurreição! Na hora trágica em que vivemos, Portugal é um exemplo e uma promessa moral para o mundo!

Senhores: Quando, vai por pouco tempo, num barco veloz e moderno, navegava rumo à vossa terra, contemplando o mar e o céu, em dia claro e magnífico tive um arrebatamento maravilhoso. Senti-me, de repente, a bordo de uma frota aspectral e antiga, as velas enfunadas, com uma grande cruz vermelha ao centro; os mastros, enfeitados de papagaios coloridos e mansos corrupiões, que vinham testemunhar a descoberta da terra virgem. Ouvi vozes ilustres, que tinham o timbre de vultos de epopeia. Compreendi, então, que estava voltando. As paisagens iniciais da Pátria, que o meu sangue ancestral, borbulhando, tanta vez compusera no coração emocionado, como memória de cousas vividas, emergiram diante de mim, empolgantes e belas! Que valem os séculos e as distâncias para o poder evocador do sentimento!?

Agasalhados na matriz histórica da raça, participando, em família, das suas gloriosíssimas bodas centenárias, desejaríamos, os brasileiros, em dias de tantas apreensões para a humanidade, que cada português visse no retôrno simbólico da frota triunfal do descobrimento, protegida pela cruz de Cristo, o signo místico da nossa gratidão e de uma imensa e comum esperança!

*SUA EXCELÊNCIA O DR. OLIVEIRA SALAZAR, PRESIDENTE DO CONSELHO*

# DISCURSO DO PRESIDENTE DO CONSELHO, EM GUIMARÃIS, NO DIA 4 DE JUNHO DE 1940, NA CERIMÓNIA COMEMORATIVA DA FUNDAÇÃO

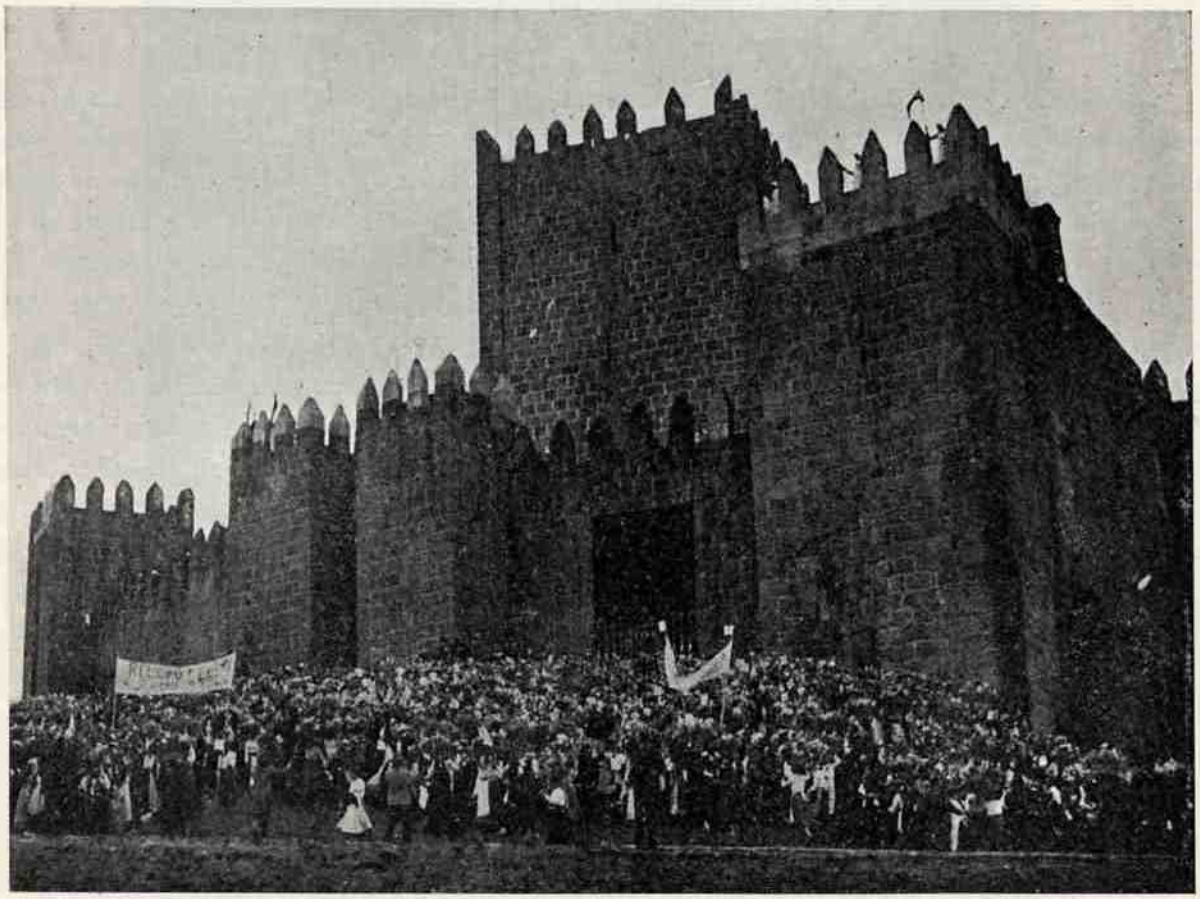
*Serei muito breve, pois tôda a palavra a sinto inferior ao momento e todo o discurso se me afigura profanar o reconhecimento das almas e a comunhão espiritual desta hora. Por todo o Portugal do continente, das ilhas, do ultramar, em terras hospitaleiras de tôdas as partes do Mundo, milhões de portugueses se recolhem, de alma ajoelhada diante dêste castelo, e comungam connosco nos mesmos sentimentos de devoção, de exaltação, de fé.*

*Nem eu sei o que havia de dizer. Em vão procuro, no tropel de ideias e de emoções, focar pensamento ou imagem, facto ou anseio, nome ou sentimento que aos outros sobreleve e me prenda. Passam pelo espírito séculos em revoada — os oito séculos da vida de Portugal — com seus reis e seus cavaleiros, seus descobridores e seus legistas, seus capitães e seus nautas, seus heróis e seus santos, sofrimentos e glórias, esperanças e desilusões. Passam séculos, e o português a expulsar o mouro, a firmar a fronteira, a cultivar a terra, a alargar os domínios, a descobrir a Índia, a apostolizar o Oriente, a colonizar a África, a fazer o Brasil — glória da sua energia e do seu génio político. Para tanto discutiu nas Cúrias e nos Concílios, ensinou em escolas e Universidades de fama, fêz uma língua e uma cultura, pintou obras primas antes dos maiores mestres, prodigalizou-se em maravilhas de pedra, cantou em versos imortais a sua própria epopeia — e ainda hoje tão simples e tão modesto que é pobre em face dos opulentos e fraco junto dos poderosos. Abisma-se a inteligência a perscrutar o mistério, confunde-se com a desproporção dos meios e dos resultados, extasia-se ante a permanência do milagre, e não se sabe que homem, ideia, rasgo ou sacrifício há-de pôr acima dos mais — a não ser exactamente o facto fundamental e primeiro de haver a raça portuguesa estabelecido o seu lar independente e cristão nesta faixa atlântica da península. Quis o povo ser independente, livre no seu próprio território, e quiseram os reis que êle o fôsse, conquistando-lhe e mantendo-lhe a independência; e porque mandava em seus destinos, a Nação definiu um pensamento de vida colectiva, um ideal de expansão e de civilização a que tem sido secularmente fiel.*

*Nas nações, como nas famílias e nos indivíduos, viver, verdadeiramente viver, é sobretudo possuir um pensamento superior que domine ou guie a actividade espiritual e as relações com os outros homens e povos. E é da vitalidade dêsse pensamento, da potência dêsse ideal, do seu alcance restrito ou universal ou humano que provêm a grandeza das*

*nações, o valor da sua projecção no Mundo. Ser escasso em território, reduzido em população ou em fôrça ou em meios materiais não limita de per si a capacidade civilizadora: um povo pode criar em seu seio princípios norteadores de acção universal, irradiar fachos de luz que iluminem o Mundo.*

*Para isso nos serviu a liberdade; de nós se não pode afirmar que não soubemos que*

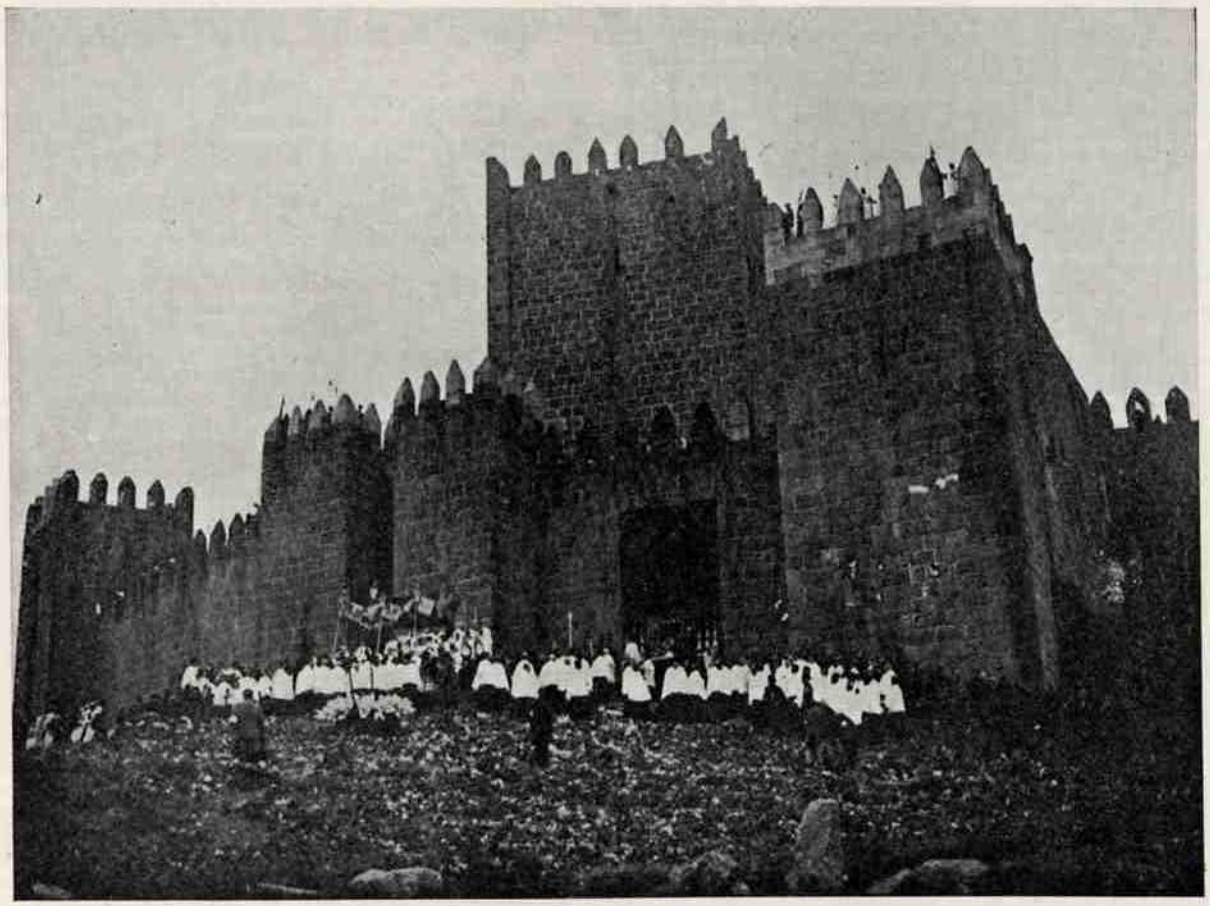


*GUIMARÃIS — CORTEJO DAS FLÔRES*

*fazer da nossa independência: trabalhando e recebendo em nossa carne duros golpes, descobrimos, civilizámos, colonizámos. Através de séculos e gerações mantivemos sempre vivo o mesmo espírito e conciliável com a identidade territorial e a unidade nacional mais perfeita da Europa, uma das maiores vocações de universalismo cristão.*

*Eis porque esta solenidade é ao mesmo tempo acto de devoção patriótica, acto de exaltação, acto de fé.*

*Primeiro: acto de devoção. Cobrimos de flôres, trazidas dos quatro cantos do Mundo, as pedras mortificadas sôbre que se ergue êste castelo, como se piedosamente se beijassem as feridas de um herói ou se alindasse o berço de um santo. Vimos de longe, alguns de muito longe, a visitar a velha casa de seus velhos pais, a cidade augusta onde primeiro bateu, com o coração do primeiro rei, o coração de Portugal. Sabemos dever-lhe o que fo-*



*GUIMARÃIS — MISSA CAMPAL JUNTO ÀS MURALHAS DO CASTELO*

*mos, e o que somos dêle vem ainda — vivermos livres na nossa terra e honrados na terra alheia.*

*Acto de exaltação. A Pátria Portuguesa não foi o fruto de ajustes políticos, criação artificial mantida no tempo pela acção de interêsses rivais. Foi feita na dureza das batalhas, na febre esgotante das descobertas e conquistas, com a fôrça do braço e do génio. Trabalho intenso e ingrato, esforços sobrehumanos na terra e no mar, ausências dilatadas, a dor e*

*o luto, a miséria e a fome, almas de heróis amalgamaram, fizeram e refizeram a História de Portugal. Não puderam erguê-la com egoísmos e comodidades, mêdo da morte e da vida, mas lutando, rezando e sofrendo. Cada um deu, na modéstia ou grandeza dos seus préstimos, tudo quanto pôde, e por êsse tudo lhe somos gratos. Do fundo porém dos nossos corações não podem deixar de erguer-se, ao comemorarem-se oito séculos de História, hinos de louvor aos homens mais que todos ilustres que os encheram com os seus feitos. Acto de exaltação.*

*Mas nós realizamos hoje também acto magnífico de fé: fé na nossa vitalidade e na capacidade realizadora dos portugueses, fé no futuro de Portugal e na continuïdade da sua História. Não somos só porque fomos, nem vivemos só por termos vivido; vivemos para bem desempenhar a nossa missão e perante o Mundo afirmamos o direito de cumpri-la. Com a solidez das raízes seculares, ligados à História Universal, que sem nós seria ao menos diferente, sentimos com a glória desta herança as responsabilidades e o dever de aumentá-la. Estamos aqui precisamente por confiarmos nos valores eternos da Pátria; e quando dentro de pouco — e nenhum de nós pode mais reviver êste momento — subir no alto do castelo a bandeira sob a qual se fundou a nacionalidade veremos, como penhor que confirma a nossa fé, a cruz a abraçar, como no primeiro dia, a terra portuguesa.*

# GLORIFICAÇÃO DA LINGUA PORTUGUESA NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

## DISCURSO DO DR. JÚLIO DANTAS

A Academia das Ciências de Lisboa celebra hoje a Festa da Língua Portuguesa.

Voz do povo; alma da Raça histórica que se criou, para altos destinos, no extremo ocidental europeu; veículo de uma cultura deslumbrante; instrumento de expansão, de fé, de domínio e de império, a língua portuguesa formou-se com a Nação; evolucionou com ela, acompanhou-a na sua marcha ascencional até ao fastígio e ao esplendor do século XVI; é obra do nosso esfôrço colectivo, produto da nossa própria história, criação de oito séculos, cujos elementos vitais se geraram no cáos linguístico peninsular — confuso caldeamento romano, germânico e semita —, e que nós entregamos, escultural e eterna, à continuïdade das gerações. Nação e língua confundem-se no nosso património integral. E, se considerarmos que as primeiras formas do português escrito remontam precisamente ao século XII (o documento, mais antigo, do *Chronicon Idatii* não se considera autêntico), é legítimo afirmar que celebramos hoje, não apenas o oitavo centenário da Nação Portuguesa, mas o oitavo centenário da língua portuguesa.

Harmoniosa, opulenta, incomparável maravilha! Três almas se chocaram, se penetraram, se fundiram no cadinho da História — a alma latina, a alma visigótica, a alma árabe — para que produzisse a matéria, ao mesmo tempo forte e dúctil, em que o povo português esculpiu a sua língua imortal. Vêmo-la aparecer há oito séculos, nos primeiros monumentos escritos, bárbara, balbuciante, indecisa; vicejar, tímida ainda, na poesia dos «Cancioneiros», voz errante dos segreis, sorriso dos doirados gineceus da côrte e dos castelos, onde o amor preside à sua formação; é já fruto e flor na graça paralelística do lirismo de D. Diniz, o grande «primitivo» da nossa literatura; narra a primeira batalha na prosa dos «Nobiliários»; debruça-se na estante do arquibanco dos tabeliães para expulsar o latim das cartas e dos diplomas públicos; ganha ritmo, movimento, expressão, timbres heróicos no tumulto das «Chronicas» de Fernão Lopes, vastas tapeçarias animadas pelo génio de um assombroso jornalista do século XV, irmão de Froissart; brinca no friso manuelino da «Miscelânia» de Garcia de Rezende; resplandece no políptico sumptuoso dos «Autos» vicentinos, onde os anjos ajoelham para ouvir falar português; ergue-se enfim no século XVI com a magestade clássica dos templos e dos pórticos da Renascença — Damião de Góis, Sá de Miranda, as «Décadas» de Barros e de Couto, a grande Epopeia Camoneana — escadarias monumentais por onde sobem varões de Plutarco, onde conversam heróis de Tito Lívio, arcos triunfais da língua imperial, em que a palavra humana adquire a sonoridade do bronze e onde parecem ouvir-se os bramidos longínquos do Mar. Desde então a língua Portuguesa pertence ao Mundo. E o idioma internacional dos mercadores, dos navegadores, dos missionários do Oriente. É a língua franca dos portos da Índia, a língua judicial dos escrivães de Batávia, a língua diplomática dos príncipes orientais. Maurício de Nassau escreve em português as credenciais dos seus embaixadores; os enviados de Isabel de Inglaterra têm de falar português para que os entenda o imperador do Japão. E — facto sôbre todos transcendente — uma grande nação da América, criação do nosso sangue, obra do nosso esfôrço colonizador, fixa a língua portuguesa, encorpora-a no seu património, cultiva-a, lapida-a, cinzela-a, guarda-a no coração, e aquela saborosa linguagem em que Pero Vaz de Caminha lavra a certidão do baptismo do Brasil projecta-se como um clarão no continente Americano, torna-se a voz de cinquenta milhões de almas e o instrumento de uma nova Civilização. A fala do velho lar — do lar português do século XII — universalizara-se. Recebemos um dialecto rude; criàmos uma obra prima.

E essa obra prima, depósito sagrado das nossas tradições, veio de ouro em que se moldaram as mais puras criações do espírito nacional, — é essa obra prima que a Academia hoje celebra pela voz de três homens eminentes, portugueses e brasileiros, que com a maior autoridade e o mais entranhado amor a têm servido. Cabe-lhe tão alta honra na qualidade de guarda fiel, vai para dois séculos, das riquezas do vernáculo; de centro de estudos filológicos, lexicológicos e gramaticais; de verdadeira Chancelaria da língua para a obra política da sua unidade, do seu prestígio e da sua expansão internacional. Que tão nobres funções têm sido desempenhadas com elevação e com dignidade, prova-o o passado laborioso desta Casa; os seus anais e os seus arquivos; prova-o o acôrdo idiomático luso-brasileiro de 1931, que assegurou a unidade inter-continental da língua portuguesa escrita; provam-no sobretudo — com legítimo orgulho o declaro — os monumentos que a Academia, nêste Ano Aureo, oferece à Nação: parte do grande Dicionário etimológico e histórico da língua; o Vocabulário ortográfico português; a gramática clássica, cânone linguístico completo. E com viva comoção que, em nome da Academia das Ciências de Lisboa, deponho simbòlicamente estas obras na ara votiva perante a qual oito séculos de história se ajoelham: a Pátria.

Língua heróica, maternal e nobilíssima, voz do nosso próprio coração, língua em que balbuciàmos

as primeiras palavras, em que tantas gerações remotas exprimiram os seus júbilos, as suas dôres e a sua fé, língua da Oração e da Conquista, das batalhas e dos naufrágios, do esplendor e do Império, de Portugal e do Mundo, — perdoa-nos se te servimos mal!

## DISCURSO DO PROFESSOR DR. REBÊLO GONÇALVES

Depois de definir e exaltar a significação nacional da Festa da Língua, o Senhor Prof. Rebêlo Gonçalves faz uma síntese da história da nossa linguagem literária.

Um trecho sôbre Gil Vicente e Camões:

«Ao português de Quinhentos duas glórias bastariam: uma alta expressão nacional — Gil Vicente; uma alta expressão universal — Camões. Um, o artista extraordinário que põe o povo a falar o vernáculo mais copioso e variado, e com êle nos transmite encantos singelos e silvestres perfumes da nossa fala de outrora; outro, o supremo artista que na linguagem da Epopeia foi a um tempo simples e sábio, cultor da simplicidade popular e aprendiz do «valoroso ofício de Minerva», dando-nos a mais harmoniosa síntese do vulgar e do culto que ainda esplendeu em versos portugueses».

Referindo-se às modernas inovações do português literário, cuja necessidade largamente expõe, diz o orador:

«O que importa é que nesses usos se não perca o senso da proporção, do equilíbrio, só êle capaz de assegurar longa vida às inovações da linguagem. Ser-nos-ão para isso modêlo e guia, pelo espírito de medida que nos herdaram, os clássicos antigos e os clássicos modernos de maior renome; podem e devem alumiar-nos, nas horas de escrita inovadora, os astros todos de um mesmo vivíssimo estelário, os Barros e os Góis, os Vieiras e os Bernardes, os Camilos e os Eças, imediatamente seguidos de Rui Barbosa, Machado de Assis, Euclides da Cunha, e quantos dos grandes mestres brasileiros».

«E só êstes? Outros mais, pois é caso de dizer-se que ao exemplo dos clássicos sempre lembrados se há-de seguir o daqueles clássicos esquecidos, mas luminosamente vivos, que com o seu instinto de regra e de congruência souberam fortalecer o Idioma. E só mais êstes? Outros ainda: aqueles todos — deixai-me dizê-lo — que hajam sido mestres sem o saber, artistas que a si mesmos se tenham ignorado, mas dos quais nos possa vir uma lição harmoniosa».

«Associado o espírito de harmonia com a pureza das formas novas, nunca faltarão ao português energias intensas e fecundantes. A arte pura da novidade e o sentido de equilíbrio no empregá-la podem ser as fôrças permanentes vivificadoras da língua literária do futuro».

Passa agora o Senhor Prof. Rebêlo Gonçalves a dissertar sôbre a expansão da nossa língua, sôbre a sua gloriosa peregrinação por continentes e oceanos.

Alguns períodos em louvor do português do Brasil:

«Batalhadora na África e mercadejante no Oriente, a língua portuguesa viria a ser, sobretudo, peregrinadora e missionária no Brasil. Seria a língua dos desbravadores de territórios e dos bons e valorosos dilatadores da Fé, que todos com ela, não menos que com os arados e os templos, iriam «arar os campos» dessa «quarta parte nova». Língua dos donatários e dos colonos, dos bandeirantes e dos heróicos padres evangelizadores, onde chegou ela que não fôsse pregoeira de amor à Terra ou a Deus, desentranhando-se em vozes de trabalho e em verbo cristão, por entre uma natureza duvidosa e referta de sol?»

«Também aqui o seu destino era enriquecer-se, do mesmo passo que expandir-se. Em paga de tudo o que ofertou, deu-lhe a terra desvendada doçura da sua própria fala, brandas palavras e suaves tons que ela aprendia ansiosa, como ansiosa iria dizendo os encantos virgens da selva. Os afluxos ameríndios trouxeram-lhe riqueza e beleza novas. E, quando a êsses se iam juntando peregrinas vozes de África, recebidas de tantos mourejadores que ajudavam Portugal na sua lida gigantesca, tinha ela a rara sorte de refletir dois mundos do mesmo mundo».

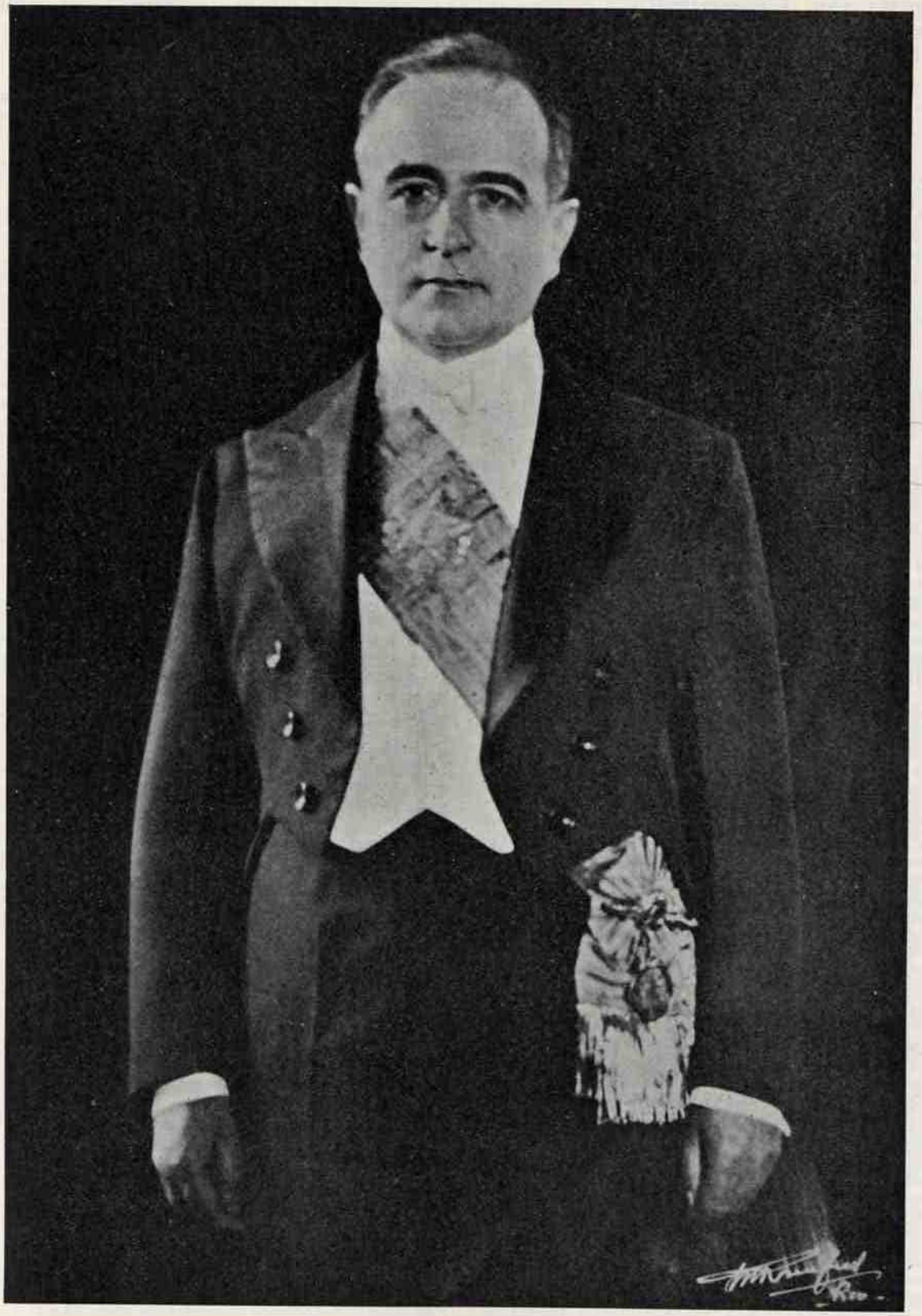
«Glória, porém, tão grande como poder difundir-se e enriquecer, foi o ter sabido guardar-se. Ainda hoje a fala brasileira, por moderna que seja, descobre ao enlêvo de quantos a estudam relíquias vocabulares de séculos antigos: velhos têrmos que a pronúncia pode ter alterado, mas não desfigurou. De Minas-Gerais ao Maranhão, do Rio-Grande do Sul a Goiás, de S. Paulo às Alagoas, não faltam sobrevivências lingüísticas do passado, — palavras que são saüdades de outras palavras, e que representam pedaços da vélha alma portuguêsa».

Uma passagem a respeito da língua nos oceanos:

«Florindo em três continentes além do próprio, quási não havia mais mundo para a Língua. No entanto, antes e depois das suas jornadas territoriais, ou a par com estas mesmas, era ela também, por obra da expansão lusitana, língua do Mar».

«Os lenhos do Pinhal do Rei transformados em naus cêdo a foram buscar para a aventura das águas. Depois, as caravelas do Império, ganhando vitórias, seguinda a rota de incontáveis cruzeiros, regressando de longe a abarrotar de oiro negro das especiarias, transportando o anseio e as preces ardorosas de milhentas almas, agitando-se e revolvendo-se, com gritos e gemidos de bordo, nas alanceadas horas da história trágico-marítima, essas caravelas portuguesas, quási fabula, dignas de passar ao firmamento em nomes de estrêlas, foram fazendo que ela soasse, voz dos neo-argonautas, em latitudes sem conto, e voltasse rica de tudo o que os oceanos lhe ensinavam. O Mar, assim como não foi intervalo nas glórias da Raça, assim nunca foi parêntese nas conquistas da Língua».

«Que diga quanto ela aprendeu entre as ondas, a nossa linguagem popular, ainda hoje sábia de formosos têrmos — às vezes, magníficas metáforas —, que os Portugueses criaram, correndo os mares e olhando o Céu! Que o digam roteiros, livros de viagens, diários de navegação, como um que a Academia guarda entre os seus cimélios mais preciosos! Que o diga ainda alguma coisa que pode não ser materialmente tangível, mas ficou no íntimo da linguagem, em reflexos de luz e de sonoridade! Sim, porque na palavra portuguesa se reavivam fluxos e refluxos de onda, ventos a gemerem pelas enxár-



*SUA EXCELÊNCIA O DR. GETÚLIO VARGAS, PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL*

cias, brisas em dôce blandimento, revérberos de sol e de luar nas vastas superfícies argênteas, e tudo isso, e mais, foi sonora e luminosa herança do seu noivado com o Mar».

Prosseguindo, o orador afirma que a língua portuguêsa é duplamente Imperial: pela grandeza da sua vida literária e pela magnitude da sua expansão. E a propósito diz:

«Quando uma grande pátria morre, são seus manes — milagre do Verbo! — os monumentos literários que dela ficam e os ecos dispersos da sua voz. Para aquelas pátrias que não podem, porque não querem nem sabem morrer, uma língua imperial, que o seja pelas suas obras e pelo seu orbe, é luz intensa que lhes acompanha a vida, paira sôbre ela, e ao mesmo tempo a circunda, abraça e aquece. Assim é e assim será a língua portuguêsa, segura não apenas de vida duradoira, mas da eternidade».

O Senhor Prof. Rebêlo Gonçalves fala em seguida do culto nacional da Língua Portuguêsa e das formas mais nobres que êle reveste. Merece-lhe especial atenção o culto pròpriamente literário.

«Em primeiro lugar — diz —, porque a primazia da devoção deve caber, por direito, aos que a geram e alimentam, vem o culto praticado pelos artistas da palavra, nobremente arvorados em paladinos».

«Sempre a Língua lhes deveu, com as grandes páginas de criação literária, soberbas oferendas de amor e louvor, verdadeiros hinos às suas virtudes, riquezas e história; foram noutros tempos os versos laudatórios de António Ferreira e Diogo Bernardes, de Cruz e Silva e Filinto; são em nossos dias os veementes encómios que escreveram ao lado de Bilac e Coelho Neto, Júlio Dantas, o poeta do *Auto das Quatro Estações*, o genial restituidor do *Amadis* e da *Diana*. Mas o hinário continua, continuará sempre — em cada voz o éco de outras vozes —, e, cada vez mais sonoro, poderá avivar-se tanto, que se eleve aos tons da suprema grandiloqüência. Depois de tantas exaltações, mais ou menos líricas, teremos um dia (quem sabe!) a épica exaltação. Algumas vezes a tenho visionado como uma grande epopeia do português, em que o máximo vulto seria o daquele que mais o honrou, o epónimo do dia de hoje, em que uma seqüência de episódios faria passar diante de nós belezas, esplendores, heroísmos (há heroísmo, com efeito, no alcançar fastígio de arte para um idioma e no esfôrço viril de o propagar!), e em que novamente uma Deusa, como outrora Venus a Eneas, viria oferecer ao herói maior um escudo de bronze, onde se representassem glórias vindouras, — tôdas as futuras glórias da língua portuguêsa».

Fala ainda o orador sôbre o culto praticado pelos filólogos, pelas escolas, e particularmente pela Academia das Ciências de Lisboa, que neste Ano Áureo oferece à Nação aquilo que ela mesma lhe deu para objecto maior do seu labor: o vocabulário nacional, no mais copioso repositório de todos os tempos. E diz a terminar:

«Para glorificar o português, acorreram aqui portugueses e brasileiros, convocados por tudo o que os irmana. Vieram com festiva alegria de alma e felizes, certamente, de poderem vir num dia de Camões, que para todos é génio tutelar. Oxalá de século a século se repita esta hora de glorificação e seja vivida no mesmo Lar da Língua, sob o mesmo patrocínio camoniano, e na mesma espiritual e fraterna comunhão de duas Pátrias!»

## DISCURSO DE AFRÂNIO PEIXOTO, LIDO PELO DR. GUSTAVO CORDEIRO RAMOS

É uma língua a expressão de um povo. A voz articulada comunica entre si as almas dos homens, mas isso, só é uma língua, se transcrita ou fixada na arte de seus homens de génio. Um povo sim, que fala; mas, também, alguns escritores que corrigem, e conservam, e perduram. Dialecto dignificado — eis a língua. A natureza, sem dúvida; mas a arte, devidamente...

Quando o latim chegou às partes extremas do Império Romano, encontrou o rude falar autóctone e começou, impondo-se, a se mesclar de novos tons, de prosódia, de sintaxe, de vocabulário. Êsse latim impuro, de soldados, mercadores, artesãos, foi indo à igreja e à justiça, aos registos de baptizados e casamentos, aos testamentos e partilhas, ás escrituras de compras e vendas e era apenas mais um dialecto romance, que se afinaria nas canções d'amigo, nas lôas dos trovadores, nos cronistas, nos poetas palacianos.

É a aurora: mas eis que o sol aparece... É a obra de génio, que tem as raízes plantadas na gleba originária, as frondes cobrem um vasto império, mas as flôres rescendem a humanismo greco-romano, e pela beleza, pela fôrça, pela novidade, entram no ciclo perene da civilização. Os *Lusíadas* atestam, e fixam, e conservam, séculos quási, sem mudança, a Língua Portuguesa. Cita Faria de Sousa rol de cento e vinte palavras peregrinas, usadas pelo Poeta, tôdas quási usualíssimas hoje: «árido», «aquático», «cauda», «celeuma», «consócio», «devastar», «fulgente», «férvido», «gema», «grandíloquo», «hemisfério», «inerte», «inerme», «longínquo», «lácteo», «matutino», «nítido», «avante», «púdico», «profligar», «polido», «região», «recíproco», «sibilante», «sórdido», «trémulo», tranqüilo», «vate», «vítima», etc. etc. É incrível não tivesse o português tais palavras, antes de Camões.

Tamanho é o seu prestígio, que se na Pátria mais de uma dezena de edições alimentam o fogo sagrado para a Restauração — uma dúzia de edições, imenso para o tempo, de 1580 a 1640 — também nos confins do Brasil, na mata virgem dos sertões — «da quarta parte nova», cujos «campos ara» Portugal, estrofes do Poeta foram encontradas, na letra rude e vacilante dos aventureiros, perdidos de Deus e do mundo, no desertão do Brasil. Camões, no sertão da América... Camões, no tempo e no espaço.

Se, «com pouca corrupção», o letrado «crê que é latina», sente o povo que é Padrão fixado de boa língua vernácula, dignificada pelo génio e conservada daí em diante, para as turbas. Aquelas palavras, que Faria de Sousa apontara como helenismos e latinismos preciosos, logram foros de vulgaridade, como as moedas de bom cunho, que, de tanto circularem, adquirem o mugre da utilidade...

* * *

Sim, a língua é a alma de um povo que se transfunde, comunicando os homens entre si. A nossa, esta ilustre Língua Portuguesa, veiu das almas mais fortes e mais diligentes que habitavam essa previligiada bacia do Mediterrâneo, onde se plasmou a civilização latina e cristã. Transposta a mesêta da Península, costeado o fim literâneo da Europa, áquem das Colunas de Hércules, é esta Língua Portuguesa que teve a missão histórica de derramar no Atlântico, a cultura mediterrânea. Todos os faróis dessa cultura latina e cristã da Europa olham, com efeito, para o Mediterrâneo clássico: Oxford, Lovaina, Paris, Salamanca, Bolonha .. Não a nossa Coimbra: essa, defronta o Atlântico... É um endereço e um apêlo. E o nosso destino. Por isso, vão os Portugueses revelar o mundo ao Mundo. «E, se mais mundos houvera, lá chegara». Foi a língua da conquista. Com os marujos do Infante, o Dias, o Gama, contornando a África e chegando às Índias ... Com Côrte Real e Cabrilho, do Labrador à Califórnia; Cabral pelo Brasil; Solis, pelo rio da Prata; Magalhães chegando à Ásia e Oceânia, pelo Polo e pelo Pacífico... Nem o tempo conseguiu apagar êsses focos acesos, nas cinco partes do mundo. A vida de Portugal, «em pedaços repartida», é recordada pela língua, que se ouve em todos os cantos do planeta, falada por sessenta milhões de homens, que serão mais alguns séculos, algumas centenas de milhões de homens, a falarem essa nossa comum Língua Portuguesa...

* * *

Comum, porque é nossa, da família lusitana, de Portugal e seus filhos. Mas, por comum, nossa da família, não deixa de ser, por isso, a Língua Portuguesa... Não há fôrça que no mundo possa modificar a história. Não há desapropriação espiritual. Os americanos do Norte hão-de falar sempre o Inglês; os do centro e parte do Sul, o Castelhano; nós os Brasileiros, o Português... Belgas e Suíços não são menos autónomos, por falarem o Francês, nem pensaram jamais em dar um pseudónimo nacionalista à linguagem que falam, e é dêles também. Por isso, também não há lingua canadense, nem argentina, nem australiana: não haverá, jamais, língua brasileira.

Só quando os filhos são espúrios, é que não se honram com o nome dos pais. Os nossos foram ilustres e êste é o nosso galardão. Por isso, tratamos a essa ilustre Língua Portuguesa com todos os respeitos de amor filial. Permitem-se os primeiros donos dela, vós lusitanos, liberdades e privanças, pois que lhes é doméstica, de cama e mesa. Nós não: nós a mantemos, com as deferências e os zêlos de quem recebe, no seu lar, a própria mãi, para venerá-la e honrá-la, diante do mundo. Por isso, as mais numerosas gramáticas da Língua Portuguesa são Brasileiras. O melhor dicionário português é o do brasileiro Morais Silva. Disse-o quem sabia, Camilo Castelo Branco, que, para as usanças clássicas, Morais é o melhor guia. Os jornais em Portugal escrevem, como lhes praz: os do Brasil têm coluna aberta, para discussão do que se deve, e do que se não deve dizer. Um pronome mal colocado, do outro lado do Atlântico, é a deshonra de um escritor: dizia Sílvio Romero que nos era mais perdoável colocar mal as ideas... Os Franceses de Junot, foi a Portugal, que ultrajaram: pois bem, somos nós os vingadores dêle no horror ao galicismo. Um académico e um professor da universidade desavêm-se e, em voz ríspida, um exproba, ao outro, certo dito insultuoso. A resposta é: — «Isto é intriga...» O acusador acode, repentinamente desarmado: — «Mas — intriga — é galicismo»... E os dois adversários — eu lhes poderia pôr aqui os nomes conhecidos,— continuam citando autoridades, que abonam ou repelem a palavra duvidosa...

Temos, na América, procurado tôdas as liberdades, menos a de solecismo. Dizem que adquirimos a independência: eu vos afirmo que jamais conseguiremos afastar a «protecção» dos clássicos portugueses... Não há liberdade, contra a língua.

* * *

Hoje em dia, já não é possível que actuem as variações postas outrora, pelo tempo e pelo espaço, na linguagem dos povos. Não é possível que a língua comum, pelas variações dialectais, possa divergir, a-ponto-de se constituir em língua diversa, o «brasileiro», o português da América em face do Português, a língua única e comum.

Outrora a difícil comunicação da vida isolava as variações dialectais, até se constituirem as línguas diversas da mesma origem. Foi assim, que no Império Romano, se fizeram os dialectos romances; depois, quando dignificados pelas obras do engenho, as línguas italiana, francesa, espanhola, portuguesa, romena... Num cantinho da Suíça falam-se três línguas oficiais e trinta dialectos populares... Cada dobra de vale, cada maciço de montanha, cada beira de lago, um dos outros isolados, iam mudando a fala, com o tempo, e assim se lhes constituiram as numerosas variações dialectais... Hoje, no imenso Brasil, da largura e do comprimento quási de um continente, a navegação, o combóio, o correio, a imprensa, o telégrafo, o telefónio, o automóvel, o avião, o rádio, o disco... põem, a todo o instante, os brasileiros, em comunicação contínua uns com os outros, tanto os «regionalismos» se fundem em «brasileirismos»... Quando o «gaúcho» conta um «entrevêro» e o caboclo descreve a «pororóca», todos os nossos do centro e dos extremos, os compreendemos e lhes repetimos, perfilhada a linguagem expressiva. Não há bairrismos linguísticos que não sejam logo adopções nacionais de expressão e uma língua só, se mantém do Amapá ao Chuí, do Acre a Pernambuco, no vasto espaço em que caberiam dezenas de Suíças e mesmo algumas Europas...

* * *

Mas há os «brasileirismos», haveis de dizer. Que são êles? Expressões próprias, regionais, tra-

zidas ao mercado nacional, e eu vos asseguro, desmoedadas logo, pelo trôco. Enquanto é novo, se usa, pela novidade. Como fala de gira, em bôca educada. É sainete de ocasião, de extravagância, logo esquecido, depois de uma insistência efémera. Disso vos asseguro, com experiência própria. Duas vezes a outra minha Academia do Brasil pediu-me um dicionário dos ditos «brasileirismos»... Duas vezes o trabalho, em comêço, foi censurado e adiado... Não o lastimei... Ia vendo que as vozes, as expressões captadas, fichadas, abonadas, conservadas no registo, eram efémeras, tinham passado e já não subsistiam no povo, obedecendo ao imperativo de uma voz que exprime uma coisa... Os meus verbetes eram plantas mortas de hervário... Valia a pena «dicionarizar» a voz ao vento?

Talvez, se algum escritor a empregou; mas, então, com a desconfiança relativa ou à medida confiança, que se dão ao escritor neologista. . Extravagância efémera do povo que, se não fôr guardada, em pouco se perderá... Mais folclore, que filologia.

No Rio de Janeiro faz poucos anos, havia um «Colomy-Club» *cocktail* verbal, porque era tupi, com *y* grego, e mais outra voz peregrina anglo-saxónia: *colomi* era criança, e havia festas e recepções de pequeninos; durou pouco; hoje, em cem cariocas, nenhum saberá mais o que é «colomi»... «Paroara» era o cearense enriquecido nos seringais, que tornava com a sua ostentação: os seringais foram abandonados, e o Ceará retorna à sua faina quotidiana: em cem brasileiros nenhum saberá mais o que é «paroara»... Vale a pena guardar êsse efémero? Será arquivo, história, cemitério de expressões, não vida presente, rol de vocábulos prestadios...

Dir-me-eis que assim as palavras da língua oficial, que morrem e renascem às vezes, como lá diz o Horácio:

*Multa renascentur que jam cecidere cadentque*
*Quæ nunc sunt in honore vocabula...*

Mas, essas, duram séculos, e, de tanto uso, e tanto honradas, se impõem ao estudo... Não me oponho à documentação dos hervários; prefiro porém as plantas vivas, dos jardins e das florestas... A língua, só depois da realidade da vida, será erudição dos sábios.

A língua «secular», é o que quero dizer, não se deformará com o calão das cidades, ou com o regionalismo do campo, que trazem o destino da morte precoce. . É a língua depurada passa.·. A moeda má ou peregrina se recolhe, mesmo sem rejeição; o oiro de lei, êsse não, troca-se e se amealha. .

Há, entretanto, uma tocante fidelidade ao passado, e tanta, que nos faz, a nós brasileiros, mais portugueses, se é possível, que êsses outros nós do lado de cá do Oceano... E nem é peculiar a nós, tal fidelidade. Indo ao Canadá, a festas também centenárias, surpreendeu-se o académico francês, Etienne Lamy, que três séculos decorridos ainda falem os colonos franceses de Montréal a língua do grande século. Estou que muito brasileiro pronuncia, como os marítimos Portugueses do Século XVI. . Talvez aquêle acento de António Vieira, orando em São Roque, com a fala que trouxera do Brasil, fôsse encanto novo, em meio dos Seiscentos.. Aquilo que Eça de Queiroz viria a chamar «português com açucar», o sotaque brasileiro.. Disse Dom Francisco Manuel,— êsse não teve tempo de açucarar a sua voz —, que as damas da nobreza e da côrte mandavam, pela madrugada, pôr tapetes à Igreja, para a doçura de ouvir o patrício, de torna viagem, que lhes trazia a aventura portuguesa na música da voz...

Não era só o timbre, porém, o vocabulário, foi a observação do escritor francês. É que a língua envolveu em França, para a modernidade, nem sempre rigorosa, da metrópole, e na descendência longínqua da colónia se preservara, ciosamente, o cunho original. Não é paradoxo pensar que, um dia, vão sábios portugueses estudar no Brasil, não nas capitais corrompidas, porém, nas províncias preservadas, sua ilustre língua de outrora, como ela era ao tempo em que nasceu e se criou a minha terra... Em Pernambuco ouvireis dizer o povo «sobroço», por medo, receio, que tem por «brasileirismo» Cândido de Figueiredo, mas já está em Fernão Mendes Pinto... Camões e os clássicos diziam «minino», como escreviam e nós ainda dizemos e não m'nino como diz hoje Portugal; como diziam cávalo «e não q'valo»: o latim *caballus* e o castelhano caballo estão no dizer que nós é que mantemos a pronúncia tradicional. Então, será a piedade do filho que ensinará ao pai, como guardar o legado sacrossanto que lhe fez no bêrço, e é o património hereditário da raça... Seremos,— tudo pode ser,— «Os classicos portugueses», como os americanos de Boston e os canadenses de Montreal são contemporâneos de Elisabeth e de Luiz XIV... Recordamos, então, a Portugal, como falava El-Rei D. Manuel...

Aliás não é preciso essa volta ao passado, para a identificação. Do Alentejo para o Norte, à pregunta decente, como vamos indo, é a resposta: «*baim*, obrigado». No Algarve, como no Brasil, sera «*beim*, obrigado»... Não foi em vão que os primeiros navegantes portugueses partiram de Lagos... Não é tocante que, numa inflexão de voz, vá uma memória, ou inconsciente, uma saúdade?

Além da prosódia, haverá variantes de vocábulos e de expressões... São acaso iguais duas flores, do mesmo galho?...

Lisboa e Rio de Janeiro hão-de ignorar o que é *anágua*, mas Bragança e Bahia saberão que é *saia branca*... Deixem-me, porém, lembrar algumas variantes com que entreterei, aqui e agora, também minha saúdade, «em pedaços repartida»... «Lá» e «acolá». «Trezentos e tantos» é «trezentos e tal». «Muitas vezes» é «imensas vezes»; um «armarinho» é uma «retrozaria»; umas «meias» de homem, são «peúgas»; um «trem» é um «combóio»; «um vapor» é um «barco»; um «paralelipípedo» é um «paralelo»; um «caminhão» é uma «camionete»; «terno» é «fato»; «namoro» é «derriço»; «menina» é «moça»; «moça» é «rapariga»... Mas, tudo, não é português?

Serão tão diversas assim, as palavras, que se precisem traduzir? No dia em que a política, de um alarmado nativismo, instituísse uma «língua brasileira», os tradutores públicos dessa língua, em português, morreriam de fome... A lógica nos levaria a criar logo as línguas gaúcha, mineira, paulista, baiana... diversas do «brasileiro», do Rio, a pretendida língua nacional...

Não exagero: entre Bahia e Rio as diferenças serão, por vezes, maiores, que entre Maranhão e

Coimbra. Assim um «atilho» numa, é uma «liga» na outra; um «gancho» é um «grampo»; «alfinete de segurança» é de «fralda»; «casco» de chapéu é de «forma»; «cadeia» de relógio é «corrente»; «balança» é «elevador»... Em São Paulo, «leviano» é «leve»; o que «não combina», «não arma»; «ocupar» um vestido é «usá-lo»; «enfeitar» é «suspender»; «patife» é «medroso», como o nosso Epifânio só «pertencia para», os Paulistas só «emprestam de»... São rugas, modismos, que não separarão línguas «baiana», «carioca» ou «paulista»...

gará mais doce, ao «rebuçado» de Portugal. O que não chegará é para fazer língua nova, da língua comum...

O que nós somos não é diferente; o que somos é muito moços. Daí êsses movimentos de humor, que buscam atestar independência. Tememos que ainda não nos considerem maiores... A calça comprida, o primeiro cigarro, a navalha de barba, uma namorada... nos dão o engano que não dependemos de ninguém, já somos «trôço» (perdoai-me Língua Portuguesa!) — tudo o que somos e que temos é exclu-

*ALGUNS MEMBROS DA EMBAIXADA ESPECIAL DO BRASIL COM O CHEFE DO ESTADO, MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS, NA FESTA DE GLORIFICAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA, REALIZADA NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, NA NOITE DE 10 DE JUNHO*

Aliás, a bôa maneira, tarde porém, chega. A «cauda» nas «bilheterias» isto é nas «bilheteiras», que traduzia o francês *queue* no Rio de Janeiro, vai ficando, à portuguesa, a «bicha», que se estende pela rua... Ainda o «allow» americano, ao telefónio, se usa, mas confesso que prefiro o amigo de Lisboa, que me pregunte, em vernáculo: «está lá?» O «queimado», da Bahia, foi ficando «bala» no Rio, mas che-

sivamente nosso... Ênfase de puberdade, êsse delírio nacionalista... É o que se chama, hoje, um complexo de inferioridade... Os nossos mais verde-flavos nacionalistas têm nome estranjeiro, de germanos, saxões, italianos, sírios, polonos... Dizem-se brasileiros de mais, porque são brasileiros de menos, pois o Brasileiro é apenas o Português da América... Mas, porque têm pejo de se confessar imi-

grantes, lançam-se aos Africanos do tráfico escravo, ou aos Tupis, de selvajaria originária. Compensações...

Escravizamos e dizimamos a uns e outros para, tardiamente, os glorificar, às vezes, nas veemências pseudo-patrióticas... Não há muito, acolá, num congresso de oratória, falou-se de «civilização afro-tupi». *Tupy or not tupy*. Um moralista viu aí a negação cristã, portanto subversiva... Não tem tanta importância. *Pueri ludunt*... Que hão-de fazer crianças?

Um abastado português do Rio de Janeiro agradecia-me a bôa aprovação do filho, na faculdade, convidando-me para a festa de formatura do meu jóvem colega e concluia, com um suspiro de alívio: — Agora, meu senhor, anel no dedo, já êle pode chamar «galego» ao pai...

Vêde bem, «galego»... Não é como chamamos nós todos Portugueses, desprezívelmente, aos nossos parentes de Além-Minho? Camões, cujo nome é cento por cento português, chama até a êsses parentes, «sórdidos galegos». É a fatalidade do nacionalismo... E bem que passe a infância e, com ela, o mau modo. Cessaremos, um dia, de proclamar a independência...

Portugal deve sorrir, porque sabe que é dele a língua, que é a voz do sangue, que exprime a alma... Uma alma rebelde e independente, como a alma portuguesa, que tantos séculos, ante a grandeza e a ambição de outros, que não nos puderam jamais assinalar, nem pela guerra, nem pelas dinastias, mau grado, às vezes, das paredes-meias... Essa alma, que temos e recebemos de Portugueses, é garantia da nossa insubmissão e independência. Quem sai aos seus, certo não degenera. Em Deus espero que progeneramos... E, no futuro, havemos de cumprir connosco...

* * *

Como poderíamos ser outros, só porque somos maiores e temos casa posta? Somos filhos legítimos e trazemos, com garbo e honra, o nome de família; guardaremos com piedade e orgulho a língua, a mesma que falaram êsses Lusíadas que revelaram o mundo e salvaram a civilização latina e cristã, dos bárbaros mahometanos, obrigados a refluir da Europa às suas nascentes asiáticas, onde os combatiamos e os combatemos.

Língua de epopeia e de amor, ainda e sempre a mesma, de Garrett a Castro Alves; de Herculano a Machado de Assis; de João de Deus a Billac; de Camilo a Rui Barbosa... Guardá-la-emos tão bem, a língua comum,— de povos irmãos que nem o oceano, a separar divide sequer — que expressões porventura esquecidas em Portugal, nos andarão nos lábios, guardadas que foram no coração, para lhe restituirmos um dia, ao ouvido ou à leitura, como as nossas novidades... Só se inventa o que se esqueceu...

E como temos o futuro diante de nós e havemos de crescer e ser dignos de nós e dos pais e avós gloriosos que Deus nos deu, havemos de levar essa língua comum, a ilustre Língua Portuguesa, ao esplendor literário de uma cultura que, séculos adiante será, um dia, a de meio bilião de homens... E o Portugal maior, da banda de lá da água, continuará o Portugal menor, da banda de cá, ligados no tempo e no sangue, na fé e na memória, ligados principalmente por essa digna Língua Portuguesa, língua comum de Portugal e do Brasil, fala terna e saudosa, fala eficaz e laboriosa, fala de amor e de bravura, na qual nossas mãis nos ensinaram a rezar e nossos filhos nos contarão seus triunfos, na qual leremos as proezas e as virtudes dos nossos maiores e as esperanças e certezas da nossa e das pósteras gerações...

Língua do passado heróico, língua da dignidade presente, língua esperançada de amanhã, língua comum, língua de sempre, língua sem fim... Amen!

## DISCURSO DO POETA OLEGÁRIO MARIANO «EM LOUVOR DA LINGUA PORTUGUESA»

Sinto ao entrar em contacto convosco nesta casa de meditação, de estudo e de pensamento que é a vossa Ágora, o vosso Forum, o vosso Ginásio, a mesma viva emoção que dominou Olavo Bilac quando aqui esteve em 1916.

Também vos olho sem surpresa. Tôdas as grandes figuras da vossa galeria plutarquiana me são familiares e tenho a mesma impressão que êle teve de vir, de longa data, privando da vossa ilustre intimidade. Num ponto, entretanto, estamos separados, o mestre da «Via Láctea» e eu, seu humilde discípulo.

Recuado quási dois séculos, êle assistiu, numa admirável evocação retrospectiva, à vossa primeira sessão em 1780, na mansão real de Maria Primeira; levou seus passos indecisos às escuras salas do Palácio do Monteiro Mór ou aos sombrios andares do Poço dos Negros, primitivas sedes das vossas reüniões. Pensou ver transformar-se o aspecto de vossas figuras e surpreendeu-se entre as paredes cobertas de panos de Arrás e de tremós doirados diante do estrado da vossa presidência, onde «risonho sob a perruca empoada, com o peitilho tufando em bofes de rendas, entre as abas do colete de damasco, o Duque de Lafões, vosso presidente, se assentava».

Eu, em contraste, sou um delegado da hora presente, da oportunidade milagrosa do Brasil que vem trazer a oferenda do seu culto à «última flor do Lacio», pura como nos foi entregue pelos vossos destemerosos navegadores nos tempos da descoberta.

...E as caravelas de Cabral vieram, um dia,
De repente, na irradiação da luz solar:
«Que terra é aquela terra, opulenta e bravia,
Que sobe para o céu como um gesto do mar?

Que milagre de luz, de sonho e de magia?»
E o gageiro na gávea abria os braços no ar:
A terra pouco a pouco ao longe aparecia
Enfeitada de sol, pura como um altar.

E os rios em caudal, e os índios na floresta,
Pássaros, feras, tudo, em delírio, dansava
Neste dia de sol, uma dansa de festa.

E quando a noite ungiu a selva tropical,
O Cruzeiro do Sul no alto céu cintilava
E emergia da terra a Cruz de Portugal.

Zelando desde então religiosamente sua pureza como património de arte e matéria prima da nossa cultura, tudo fizemos para torná-la mais dúctil, mais musical, mais lenta na sua prosódia. O tesouro da sintaxe, no entanto, é o mesmo que nos legastes como prémio das nossas confluências étnicas.

Mais do que a história comum que à feição de rio translúcido irriga o organismo das nossas Pátrias, mais do que a transfusão do nosso sangue do passado para o Presente, mais do que a afinidade sentimental que conjuga as nossas almas no mesmo sentimento de paz e de liberdade, mais do que os filhos dos nossos vélhos amores, mais do que tudo e sobrepairando a tudo, avulta o idioma sagrado que o entrechoque e a composição das raças surgidas de permeio não conseguiram deturpar ou arrastar à impureza dos dialectos. Conservados os vocábulos que nos mandastes e criado um grande contingente de origem tupí (nomes de plantas, de frutas, de animais e de objectos) não perdeu a língua a sua primitiva beleza nem a sua homogeneidade, antes se enriqueceu nos seus valores.

De par com êsses elementos, outros foram surgindo, da imaginação e da sabedoria anónima do povo. Êsses, de feição diversa, tiveram origem, as mais das vezes, nos fenómenos físicos e nas vozes da natureza brasileira.

Pitágoras e depois Platão, imaginavam que os mundos, girando pelo espaço, deviam fazer um rumor musical. Foi por certo êste rumor musical dos mundos que, atingindo nosso hemisfério, provocou e colheu no ímpeto das nossas quedas de água, no tumultuar das «pororocas», no tropel dos ventos selvagens, no canto dos pássaros, no rechinar das cigarras, no uivo das feras, no sonho de ascensão das montanhas, na monotonia das baixadas e dos vales, as expressões onomatopaicas que vieram de qualquer forma enriquecer o nosso diadema vocabular.

Eu que tenho a rara fortuna de conviver com os pássaros, de compreender-lhes o sentido e o segrêdo da linguagem e de adivinhar o estado de alma de que às vezes estão possuídos, como se fôssem seres humanos não vacilo em afirmar que até na ornitologia brasileira a influência da língua dos nossos antepassados se faz sentir.

Não será, por ventura, o canto do *Uirapurú* da lenda amazónica um autêntico poema de Antero ou de Bilac?

Na sua vida de príncipe encantado que a fantasia popular transformou em pássaro, deve ter existido seguramente um poeta.

O facto é que ao cair das tardes longas no alto Amazonas, quando o seringueiro volta ao pouso depois de um dia de paciente labor na colheita do leite maravilhoso, pára em meio da jornada, assaltado por um sentimento de superstição e de respeito e fica ouvindo o canto do pássaro lendário de cuja garganta se desenrola, em notas coloridas ou angustiadas, a canção do sol, a canção da gleba, a canção da saüdade.

Na lenda da Iára, de que nos fala Afonso Arino, — grande evocador dos sertões brasileiros —, que vocábulos teria usado a *Mãi d'água* nas suas confissões de amor, para atraír ao seu castelo no fundo da Cachoeira do Turumã aquêle incauto Jaguararí, pescador de tucunaré?

Jaguararí, o filho do tuxáua,
Era formoso, elástico e sensual.
Tinha nos olhos o ímpeto bravio
Da água do grande rio
Quando passa em tropel, quando ruge em caudal.

Destro, selvagem como um potro,
Vê-lo era ver, na glória matutina,
A bandeira das asas em troféu,
O gavião de penacho que domina
Tôda a floresta e faz maior o azul do céu.

Quando, na igára pequenina e leve,
A correnteza múrmura descia
Ao clarão flamejante do arrebol,
Á prôa, o filho do tuxáua parecia
Um pássaro de fogo, em caminho do sol.

O puma ruivo e hostil, de olhos de ferro em brasa,
No enredado cipoal da selva acêsa,
Ou o veado arisco ao pé do buriti,
Não tinham a bravura, a insolência, a destreza,
Nem a elegância de Jaguararí.

Ninguém como êle arremessava a flecha
Do arco rotêso. A flecha ia, certeira,
Ao gesto varonil do braço nú,
E cortava de súbito a carreira
Por vales e grotões, ao caitetú.

Na taba dos manáus, havendo festa,
Ao rufar do trocano, êle terçava
A tangapema de tal jeito, que, a uma voz,
O grupo dos guerreiros proclamava
Jaguararí o mais valente e o mais veloz.

A seta hervada da zarabatana
Que êle assoprava às árvores, sorrindo,
No orgulho de um guerreiro sedutor,
Rompia o espêsso matagal, ferindo
O carachué na castanheira em flor.

Ao florescer da mamorana, quando
Fendia a igára a superfície plana
Da água que se encrespava em frenesí,
O vento sacudia a mamorana
Jogando flores em Jaguararí...

.....

E a linguagem das minhas irmãs, as cigarras da minha terra? Líricas incorrigíveis, mau grado a antipatia dos fabulistas, que lições de sádio optimismo elas emprestam aos seres e às coisas! Sofrendo doestos e injúrias no mundo alado dos hemípteros como no mundo cruel dos homens, cantando procuram espalhar o bem, na proporção do mal que recebem. Amigas de Anacreonte, eram engaioladas pelos gregos; companheiras do sol, a natureza abre-lhes os braços porque precisa do canto profético de quem lhe anuncia as manhãs claras e os dias serenos. Na alma de cada uma, entretanto, existe um homem daqueles de que fala o discípulo amado de Sócrates que, maravilhados pela voz das musas, se deixavam morrer de fome e de sêde. Mas as musas, em compensação, me-

tamorfoseavam-nos em cigarras, dando-lhes o dom de viver sem comer para que pudessem cantar à vontade.

Cigarra! Levo a ouvir-te o dia inteiro!
Gosto da tua frívola cantiga,
Mas vou dar-te um conselho, rapariga:
Trata de abastecer o teu celeiro.

Trabalha, segue o exemplo da formiga:
Aí vem o inverno, as chuvas, o nevoeiro
E tu, não tendo um pouso hospitaleiro,
Pedirás e é bem triste ser mendiga.

E ela, ouvindo os conselhos que eu lhe dava,
(Quem dá conselhos sempre se consome...)
Continuava cantando... continuava...

Parece que no canto ela dizia:
«Se eu deixar de cantar morro de fome,
Que a cantiga é o meu pão de cada dia».

Alimentado pela imaginação exuberante da mitologia brasileira que é o nosso folclore, (Poranduba, em linguagem tupí) ainda vive na crendice dos povos do Norte o *Currupira*, o mais velho dos nossos mitos, aludido já em 1560 por Anchieta. É o génio dos caminhos solitários que viveu sempre nas brumas da lenda confundido com os seus dois irmãos gémeos: o Caapora e o Sací-Pererê ou Matinta Perera.

A marcha dos tempos, entretanto, se incumbiu de fundir essas três figuras de ficção numa só: — o Sací-Pererê — senhor feudal das florestas virgens, sentinela avançada e defensor vigilante do património vegetal que a natureza legou aos índios, aos pássaros, aos répteis e às feras. No seu feiticismo pela terra, defende-a em carreiras torvas de espantalho, desafiando ventos e varando tempestades. O Sací é considerado a mais nacionalista das nossas criações folclóricas e tem um lugar à parte na mística popular.

É o Sací-pererê. Génios da mata,
Vêde-o: o cabelo verde se desata
Ao vento, afaga as árvores, enlaça
Os troncos, pára e olhando a selva inteira,
Parece que no olhar profundo abraça
Todo o esplendor da terra brasileira.

«Êste céu, êste luar que a terra banha,
São meus! A espádua humana da montanha
Que entre neblinas longe se insinúa,
É minha! E o rio, a estuar no horror das cheias,
Lambendo a terra calcinada e nua,
É o sangue que fugiu das minhas veias...

Estas árvores velhas de sombrios
Braços, tocadas de neblinas brancas,
As vertentes de prata, os vales frios
E os campos onde, em cavalgadas francas,
Passa a arrogância dos corcéis bravios
E a graça feminina das potrancas.

As noites fervilhando num braseiro...
Ora rolando no despenhadeiro,
Ora coroando o píncaro da serra.
E o céu, como um gigante prisioneiro,
Apedrejando o coração da terra,
Com as cinco pedras de ouro do Cruzeiro.

Terra morena e môça! És tôda minha!
Pelo teu corpo lúbrico caminha
Meu corpo de lagarto repelente
Mas no sulco que deixo quando passo,
Irrompe da aridez do teu regaço
Um dilúvio de flores, de repente.

Amo-te pela graça que derramas,
Pelo perfume com que tu me chamas,
Pela treva que envolve o teu cabelo,
Sinto-te no delírio da cegueira,
Teu corpo no meu corpo como é belo,
Tua boca na minha como cheira!

Para defender o seu domínio na ante-manhã da civilização e gritar aos ventos o amor físico que o deslumbrava pela terra morena e môça, que língua seria a sua? Onde a aprendera? Que música lhe embalara os ouvidos a ponto de trazê-la à flor dos lábios para traduzir o encantamento de que vivia cheio? Era ela, sem dúvida, a «bárbara poracé» que despertava para a vida, balbuciante como um fio de água e tentadora como uma promessa.

Da avena dos pastores, da harmonia
Que o vento imprime às palmas das palmeiras,
Do bramido do mar e das cachoeiras,
Da voz que impreca à voz que balbucia,

Do sol que canta quando nasce o dia,
Do luar que chora sôbre as cordilheiras,
Vem êste claro idioma que é poesia
E alma das gentes luso-brasileiras.

Rumor de asas de insecto, um ruído apenas,
Doce afago de arminhos e de penas,
Perdão, queixume, lágrima, reclamo,

Ou grito estuante de alma arrependida: —
Do desgraçado: eu te condeno, ó Vida!
Do poeta que sofreu: ó vida, eu te amo!

Como vêdes, senhores, vem da madrugada da formação do Brasil o nosso fanatismo por ela. Dos seres primitivos aos homens de hoje, das ficções lendárias às realidades contemporâneas, da carta de Pero Vaz de Caminha, dos poemas que Anchieta escreveu nas areias movediças das minhas praias à epopeia eterna dos Lusíadas, ela acompanha o nosso roteiro, estimulando as nossas esperanças, abençoando as nossas vitórias ao mesmo passo que rasga novos horizontes às realizações culturais das nossas duas Pátrias.

Língua dos meus maiores, «sacrário inviolável» de que fala o poeta, eu te saúdo na noite da tua consagração e com a braçada de flores brasileiras que deposito diante da luz do teu altar, acendo a minha humilde lâmpada votiva e como o mais obscuro e pobre dos teus sacerdotes, ajoelho-me ante o símbolo da tua grandeza e em devoção enternecida, rezo aos meus amigos de Portugal e aos meus mestres desta Casa a oração que o génio de Bilac pôs na bôca de todos os brasileiros:

— «Última flor do Lácio, inculta e bela,
És a um tempo esplendor e sepultura:
Ouro nativo que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...

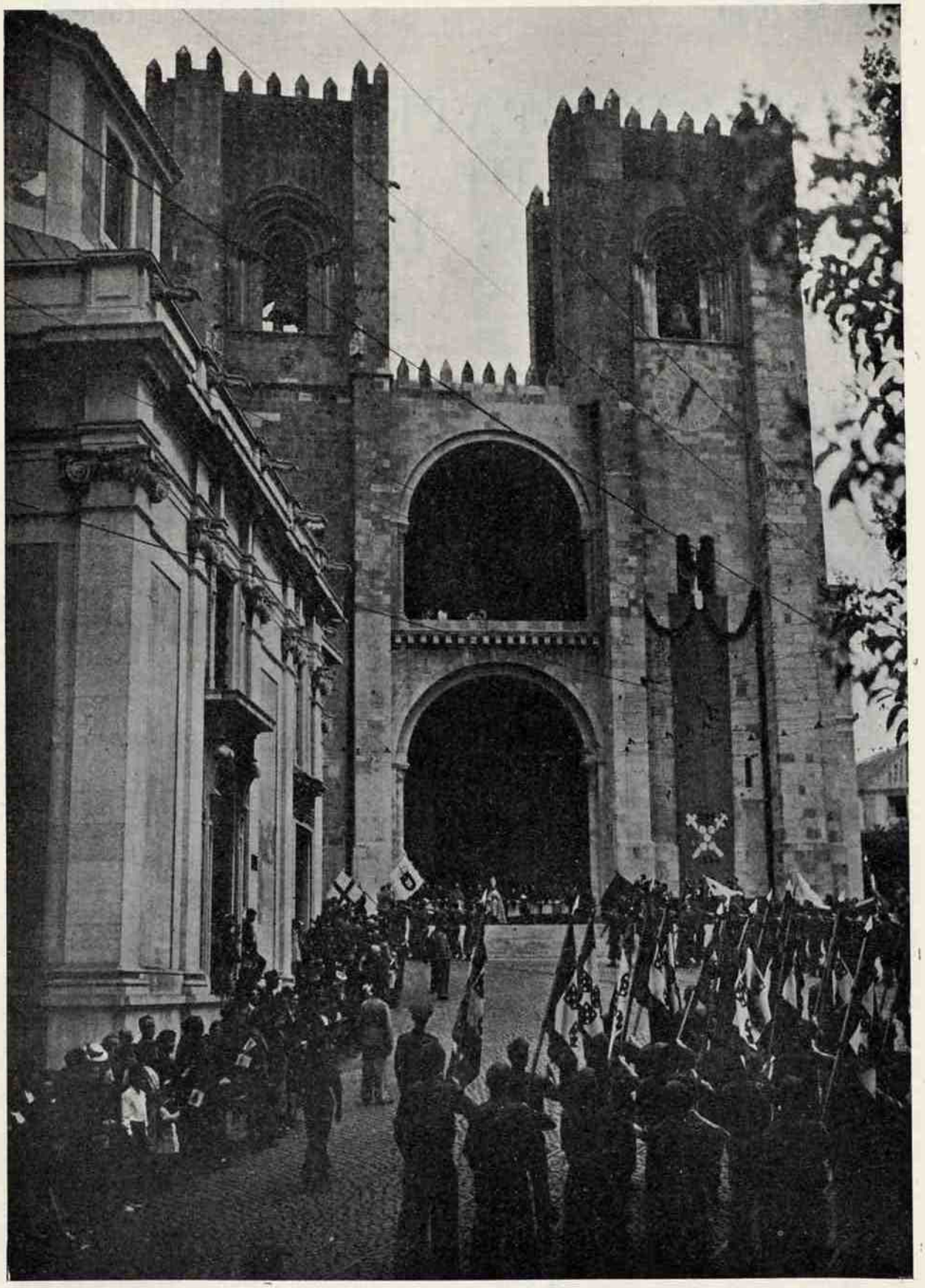
Amo-te assim desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela
E o arrôlo da saüdade e da ternura.

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: «meu filho!»
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O génio sem ventura e o amor sem brilho.»

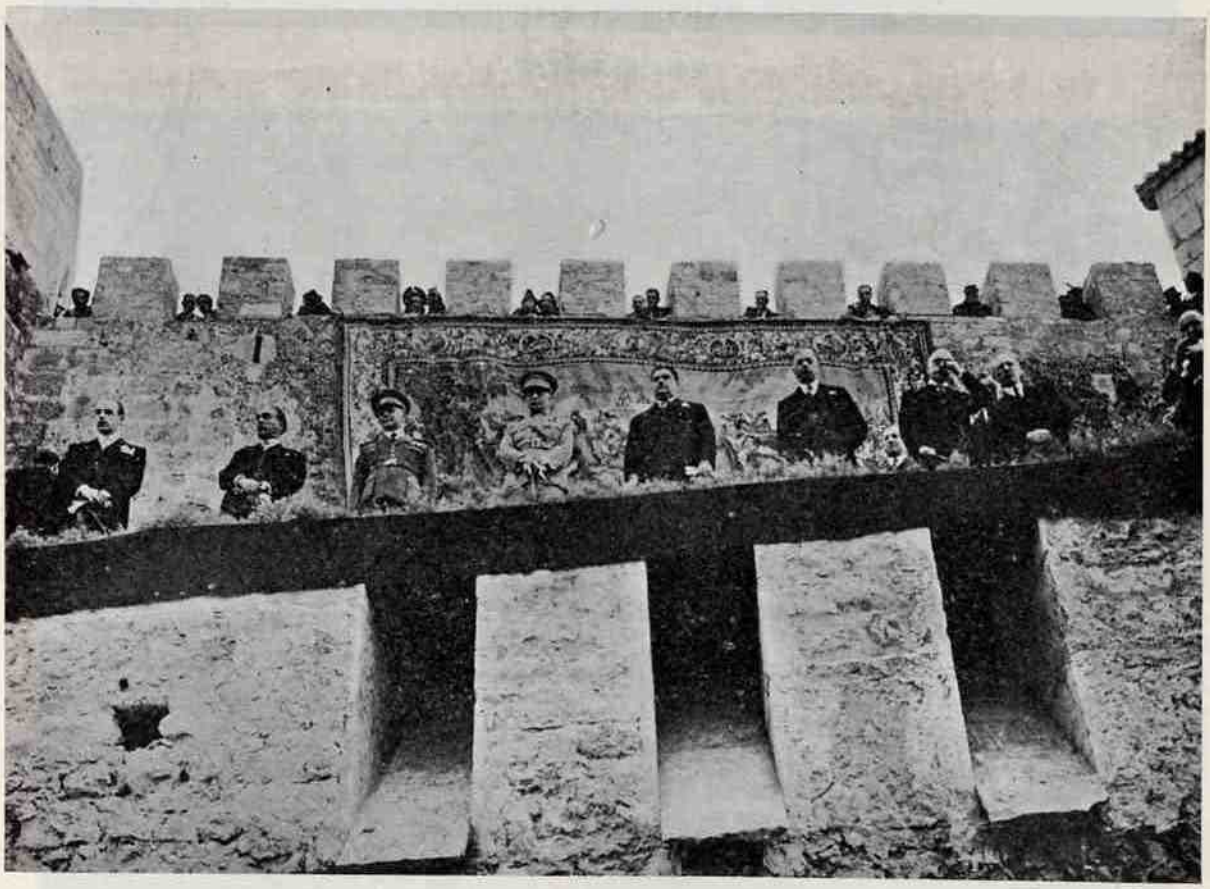
# ROMAGEM PATRIOTICA DO POVO DE LISBOA AO CASTELO DE S. JORGE

*A ROMAGEM PATRIÓTICA DO POVO DE LISBOA AO PASSAR, EM ALFAMA, A CAMINHO DO CASTELO DE S. JORGE*



*A ROMAGEM PASSA EM FRENTE DA SÉ DE LISBOA*

*CHEGADA DA ROMAGEM AO CASTELO DE S. JORGE*

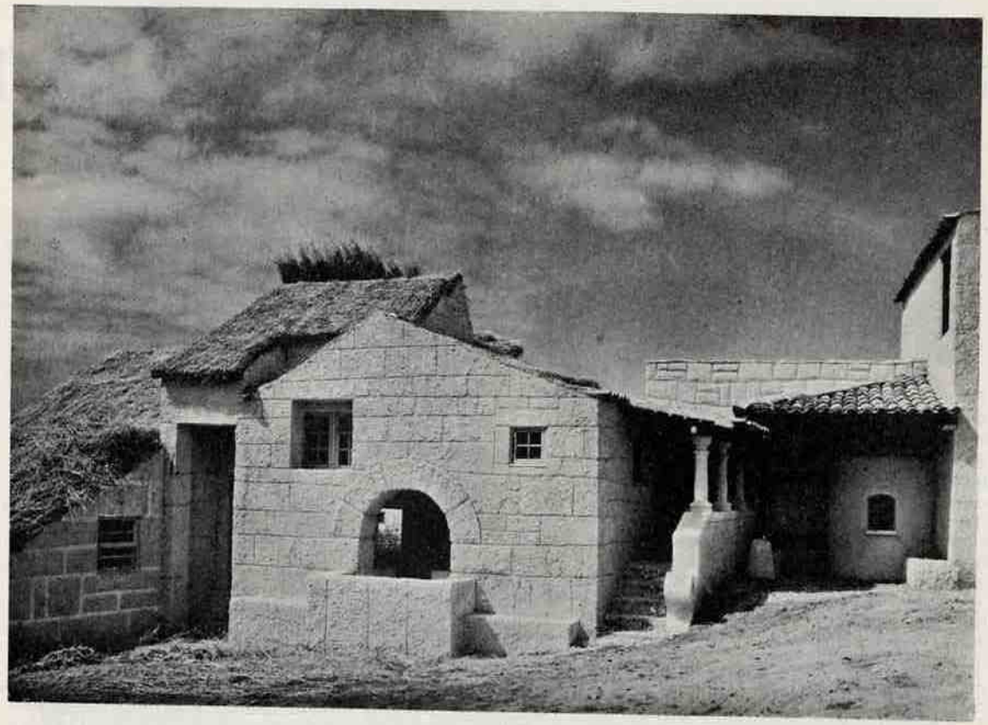


*TRIBUNA PRESIDENCIAL NO CASTELO DE S. JORGE*

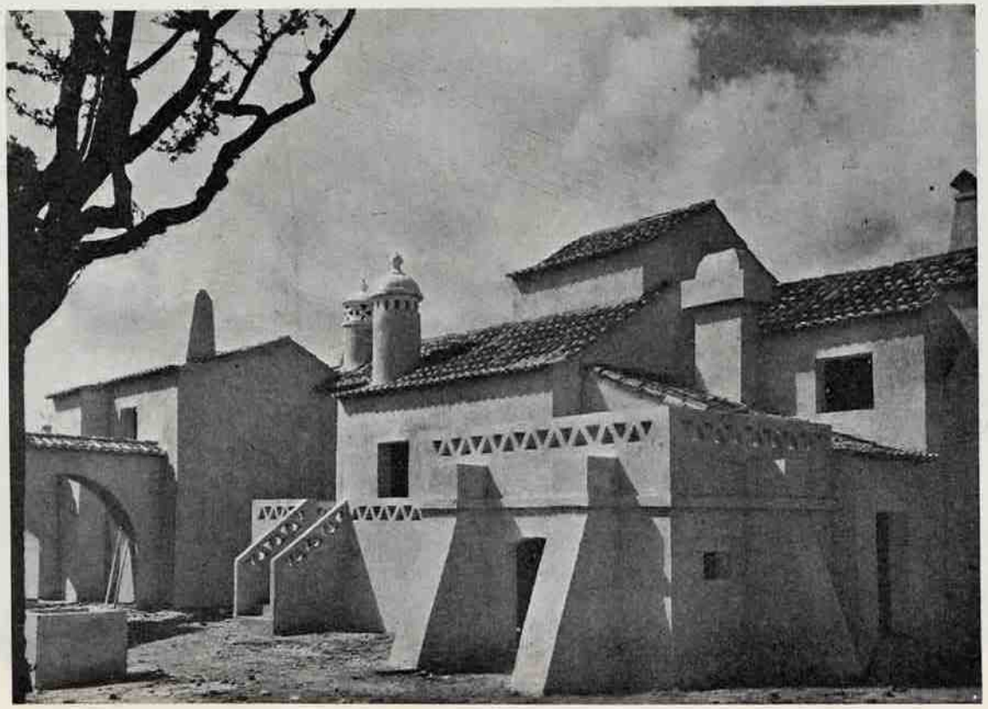
# EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

## CENTRO REGIONAL

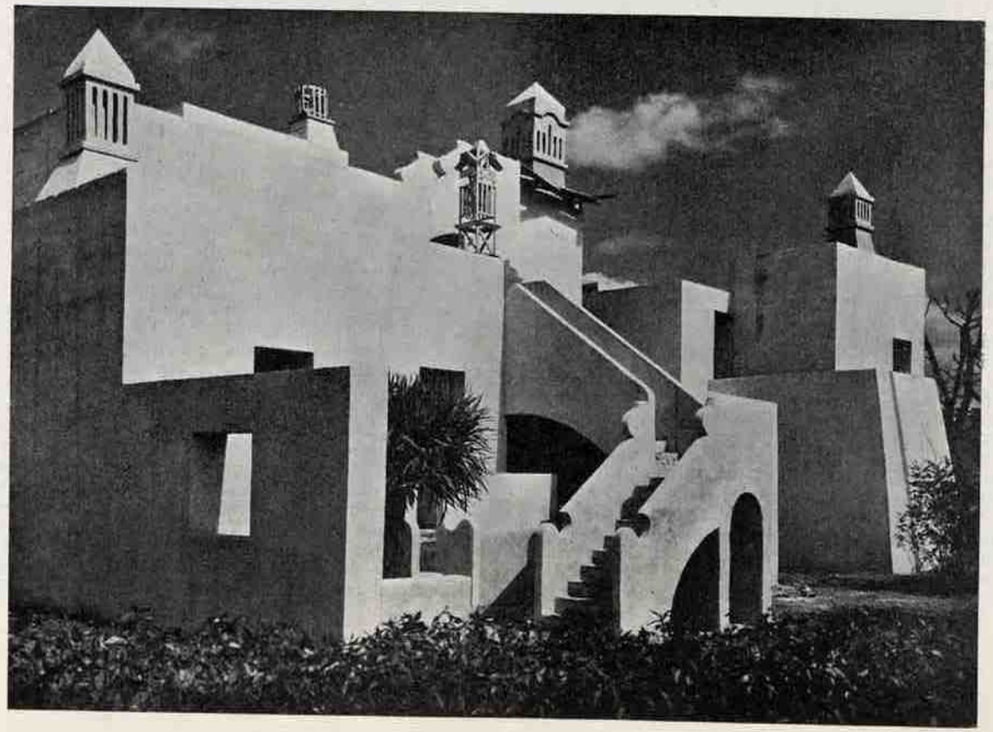
*TRÁS-OS-MONTES*



*BEIRA*



*ALENTEJO*



*ALGARVE*

# FESTA PROVINCIAL DO ALGARVE

## DISCURSO DO DR. JÚLIO DANTAS

Excelências:
Excelências Reverendíssimas:
Minhas Senhoras e meus Senhores:

George Rodenbach disse um dia, a propósito de Mistral: «Felizes os poetas e os escritores que trazem a sua província no coração!»

Não é apenas o presidente da Comissão dos Centenários que se encontra aqui, neste momento, para comemorar um facto de superior relêvo na história da formação da nacionalidade; é o filho pródigo do Algarve, que as contingências da vida e as tendências do espírito afastaram da terra em que nasceu, mas que na hora própria regressa, cumpre fielmente os seus deveres de algarvio, — porque, embora distante, nunca esqueceu a sua província maravilhosa; porque — na expressão feliz de Rodenbach — tem o Algarve no coração.

Mas, se os motivos que me levaram a usar da palavra nesta solenidade (acedendo, aliás, a honroso convite) são de ordem sobretudo sentimental, é também no exercício da função em que me encontro investido que venho, perante os meus comprovincianos ilustres e perante o povo de Faro — povo de marinheiros em cujas veias corre generoso sangue fenício, romano e árabe — justificar as razões porque se construiu êste monumento, que hoje inauguramos.

Na jornada triunfal da primeira época das Comemorações — jornada simbólica da própria marcha da Nação no tempo e no espaço, desde o castelo de Mumadona, berço da Monarquia, até ao rochedo de Sagres, berço do Império — temos celebrado tôdas as datas fundamentais da Fundação e da Reconquista. Com efeito, em 1128, a Província portuguesa separou-se para sempre da Galiza do norte, constituíndo o núcleo de formação da nacionalidade futura. Comemorámos êsse facto em Guimarãis. Em 1139, depois do grande fossado no coração da terra sarracena, que o «Chronicon Lamecense» é o primeiro a assinalar, os barões, obedecendo à tradição visigótica, elegem o seu rei. Celebrámos êsse facto em Ourique. Em 1141 dá-se o combate, torneio ou bofordo da Veiga da Matança ou da Portela do Extremo, e, como conseqüência da acção militar cuja vitória coube aos portugueses, assina-se o instrumento da paz entre Leão e Portugal; duas espadas reais cruzam-se pacificamente diante do Evangelho bizantino da Sé de Zamora; e o suzerano, Afonso VII, reconhece o rei e o reino. Comemorámos êsse facto em Valdevez. Em 1147, pela conquista de Lisboa, base geográfico-marítima, capital histórica de Portugal, lavra-se, na expressão de um historiador, «a acta do nosso nascimento político»; em 1179, a bula do Papa Alexandre III confirma a posse do território e o título real à estirpe dinástica de Borgonha. Celebrámos êsses factos na capital. Que vimos agora fazer aqui? Que significa êste monumento, perante o qual os corações algarvios palpitam de justificado orgulho? Significa que em 1249, pela conquista do Algarve, realizámos a unidade territorial da Nação. E tão sòlidamente, tão perdurável-mente, com tão fortes raízes tradicionais essa unidade se constituíu, que resistiu a tôdas as vicissitudes da história — e dura há setecentos anos.

Meus Senhores, a terra algarvia é tão bela, que não podia deixar de ser portuguêsa. Desde o anfiteatro de montanhas, ao norte, coroado de carvalhos e de castanheiros patriarcais, até às ondulações verdes e fecundas do barrocal; desde as peneplanícies da sub-serra até à doçura vergiliana do Litoral magnífico — o cálido Chenchir da toponímia árabe, paraíso de vinhedos, de vergeis, de hortas, de pomares, doirada écloga, manto branco e rosado de amendoeiras em flôr aos primeiros assomos da primavera —, que prodígio da Natureza, que Terra de Promissão, que presente de Deus! Glória aos homens que há sete séculos conquistaram êste precioso florão para a coroa de Portugal! Glória aos barões, gigantes mitrados e cobertos de ferro, aos cavaleiros das Ordens, ao povo hirsuto e bárbaro dos concelhos, que se atirava para o fragor dos combates apenas com um peitoral de cortiça sôbre o coração; — glória também aos Cruzados frízios, dinamarqueses, saxões, normandos, alemãis, nossos companheiros de armas, nossos irmãos em Cristo, que com a sua cruz, as suas galés e a sua espada ajudaram o Algarve a ser português! É a memória de todos êsses heróis remotos que êste monumento acorda para a nossa gratidão. Sem êles, talvez a Nação não tivesse chegado a adquirir a sua actual expressão geográfica. Sem êles, não seria porventura português aquele venerável rochedo de Barlavento, onde há cinco séculos a águia imperial pousou para levantar vôo e dominar o Mundo!

Santa Maria, chamaram os cristãos à vélha Hárum, que neste momento representa para nós o Algarve inteiro. Santa Maria dos cavaleiros, dos navegantes, dos pescadores; Santa Maria do Rei bolonhês, cuja tôrre se ergue ainda sôbre a galilé da Catedral; Santa Maria de Jerónimo Osório, do bispo Avelar, do poeta João de Deus, de todo o Algarve e de todos os algarvios, onde quer que êles nascessem, — dir-se-ia que tão alta invocação a salvou. Arruïnaram-na os terramotos, devastaram-na as tempestades, assolaram-na os homens; por instantes, pareceu pesar sôbre ela a mesma fatalidade que destruira a Ossónoba fenícia ou romana; e entretanto, como uma criança aconchegada no regaço da Virgem — *Mater admirabilis* — Faro permaneceu. Nada puderam, contra êsse amparo divino, as guer-

*INAUGURAÇÃO DO PADRÃO COMEMORATIVO DA BATALHA DE OURIQUE, VENDO-SE AO LADO A ESPADA DE D. AFONSO HENRIQUES*

ras e as catástrofes. Na história de Santa Maria de Faro, na sua paisagem risonha, há reminiscências da Legenda Aurea, qualquer coisa que nos recorda a graça eterna das Natividades cristãs. Durante o século XVI, três reis magos da Renascença vieram trazer-lhe as suas oferendas: D. Manuel concede-lhe foral novo; D. João III, em 1540 — há precisamente quatro séculos — dá-lhe foros de cidade do reino; D. Sebastião, antes de partir para a morte, coloca-lhe na pedra de armas a mitra e o báculo episcopal. Pois bem: agora, que se completam quatrocentos anos sôbre a elevação de Faro a cidade, que lhe trazemos nós, portugueses de 1940? Êste monumento. Êste padrão votivo, que recorda, a um tempo, a cristianização da cidade e a unidade indestrutível do território português.

Completou-se aqui, é certo, o esfôrço da Reconquista. Mas não é êsse o único título de glória do Algarve. Se alguma coisa de heróico terminou além, para leste, no castelo de Albufeira — a obra da unidade territorial —, alguma coisa de mais glorioso ainda começou a oeste, na costa de Lagos e no rochedo de Sagres: a obra da expansão ultramarina. O Algarve reúne num abraço refulgente, o fim de uma epopeia ao princípio de outra. Foi aqui, debruçado nos ásperos promontórios onde a Europa acaba, que um português, príncipe taciturno — o mesmo que nós vemos nas tábuas de Nuno Gonçalves e na iluminura do códice de Azurara — sentiu, como nenhum outro homem do seu tempo, que Portugal possuía uma alma grande de mais para viver num corpo tão pequeno. A carta de Marino Sanuto e o portulano laurenciano mostravam a Africa cercada de mar: demonstrá-lo pràticamente, atingir as Índias, abrir uma nova estrada marítima ao comércio universal, — eis o pensamento do Infante, eis a idea — fôrça que determinou e conduziu, já antes de D. João II, as navegações progressivas do ciclo henriquino. Onde encontrou êsse homem singular os ânimos ousados, os braços robustos capazes de realizar a sua obra? Além, em Lagos, berço de Gil Eanes, de Lançarote, de Estevão Afonso, de Vicente Dias, de tantos outros, meus remotos patrícios, que desfizeram a lenda do Mar Tenebroso, que lançaram aos pés do Infante Navegador as rosas de Santa Maria, que foram os precursores da grande revolução geográfica operada no fim do século XV pelo génio e pela ciência náutica portuguêsa. Todos êles nos ouvem; todos estão connosco nesta hora; vejo-os entre o povo que me escuta; reconheço os seus olhos profundos, as suas faces de bronze queimadas do sol e do mar; e já não sei distinguir entre os heróis das duas epopeias algarvias — a dos cavaleiros e a dos navegadores —, de tal modo êles se confundem, tão intimamente o nosso espírito os une no mesmo sentimento de orgulho e de gratidão.

Algarvios! Eis o padrão comemorativo dos sete séculos do Algarve português. Monumento austero e simples, todo o seu valor reside no passado que consagra e nas memórias que perpetua. Estimai-o e conservai-o. Mal das Pátrias em cuja consciência colectiva não vive, sagrado e palpitante, o culto da sua história, porque os povos que se esquecem de si mesmo são povos destinados a desaparecer. É o Futuro que estimula a energia das Nações; mas é o Passado que assegura a sua unidade, que fortalece a sua armadura moral, que nelas mantém o sentimento profundo da própria personalidade. Celebrando a unidade geográfica e política da Nação, que se completou aqui há quási setecentos anos, Portugal afirma o seu direito à vida, e pratica, na hora dramática que o Mundo atravessa, um acto de serenidade e de fé, — não apenas nos seus destinos, mas nos destinos da Civilização latino-cristã. Neste momento, não é só o Algarve que todos nós, algarvios, temos no coração; é o grande lar português; é a Nação, na sua realidade integral e na sua continuïdade histórica; é a herança que recebemos dos nossos pais e que legaremos intacta aos nossos filhos; é a Pátria, — é Portugal!

OURIQUE — AS BANDEIRAS DE PORTUGAL JUNTO DO PADRÃO COMEMORATIVO

BENÇÃO RITUAL DO MAR, NO ROCHEDO DE SAGRES, EM 15 DE JUNHO, POR SUA EXCELÊNCIA REVERENDISSIMA O BISPO DO ALGARVE

# PORTUGAL É UMA NAÇÃO

VIII

As manobras de aliciação política dos agentes de Filipe II, se lograram acarear as simpatias e a gratidão de muitos homens das classes dirigentes, não conseguiram jamais captar a adesão do Povo.

O Rei de Castela conciliava em seu favor os melhores fundamentos da legitimidade da sucessão ao trono. D. António era bastardo e, como vimos, não conseguiu fazer a prova do casamento dos seus pais. A Duqueza de Bragança, além de levar a sucessão para uma linha feminina, tinha o pior inimigo da sua pretensão no próprio marido. O feitio arrogante dêste tinha-lhe alienado muitas simpatias. Os próprios Governadores do Reino, quási inteiramente vendidos a Castela, não duvidaram dizer-lhe, em certa altura, que no reino ninguem o podia sofrer.

Tudo se encaminhava para que a candidatura do rei castelhano vingasse.

Êle era filho da formosa imperatriz Maria, mulher de Carlos V e infanta portuguesa. Fôra educado pela sua aia portuguesa, D. Leonor de Mascarenhas. O seu maior amigo da infância e da mocidade foi o português Ruy Gomes da Silva que fez mais tarde Duque de Eboli. Casou em primeiras núpcias com uma infanta portuguesa. Falava o português correctamente e dir-se-ia ter, na severidade do gesto e no recolhimento de tôda a sua pessoa e da sua vida, o carácter concentrado e melancólico da alma portuguesa... Conhecia-a bem e sabia, por isso, que o melhor meio de a dominar era o da brandura. Preparou, pois, tudo pacientemente antes da conquista. Comprou a nobreza de Portugal, o alto clero, os jurisconsultos de nomeada, os grandes funcionários, o próprio ministro Pedro de Alcáçova Carneiro.

A plebe, sabia êle de sobra que a não podia avocar ao seu partido; mas dominá-la-ia afinal, privando-a de chefes...

* * *

Quando o pequenino Infante D. Miguel da Paz, nascido do enlace de D. Manuel de Portugal com Isabel de Castela, foi reconhecido e jurado herdeiro das corôas de Castela e Aragão, as Côrtes Gerais portuguesas pediram que o Rei prometesse, em nome do seu filho, que a administração da justiça e da fazenda dos reinos e senhorios de Portugal, bem como as alcaidarias das vilas e dos castelos, as capitanias dos lugares de Africa e terras da Conquista, os ofícios palatinos, as dignidades eclesiásticas, os cargos militares de terra

e mar, em qualquer tempo e em qualquer caso fôssem dados a Portugueses. D. Manuel assim o prometeu pela sua Carta Patente de 18 de Janeiro de 1499.

Cristovam de Moura obteve uma cópia dessa carta e remeteu-a a Filipe II. Logo o monarca espanhol, em 24 de Maio de 1579, publicou em Aranjuez uma outra carta, em que ratificava tudo o que D. Manuel, seu avô, prometera oitenta anos antes. Sob a base de tais promessas intentaram-se e proseguiram depois negociações entre o Cardeal-Rei e o Rei de Espanha para o reconhecimento dêste como herdeiro de Portugal e o casamento do príncipe D. Diego, seu filho, com uma das filhas do Duque de Bragança.

Quando D. Henrique faleceu, Filipe II escreveu aos Governadores do Reino, que aquêle deixára, à Duqueza de Bragança, ao Prior do Crato, às Câmaras de Lisboa, Coimbra e Evora, expondo a todos os seus direitos à sucessão e prometendo graças e mercês largas aos que o aceitassem pacificamente como soberano.

Mais de longada dirige-se aos três estados das Côrtes de Portugal, dando-lhes a conhecer os artigos do acôrdo feito com D. Henrique, acrescentando e prometendo que:

—«os Portugueses seriam admitidos aos ofícios da sua Casa, como se fazia com os Castelhanos e outros vassalos seus de outras nacionalidades;

a Raínha traria sempre ao seu serviço senhoras portuguesas nobres, casando-as em Castela ou Portugal;

seriam abolidos os portos de raia sêca;

seria facilitada a importação de cereais de Castela;

daria 120.000 ducados para resgate dos cativos de Alcácer, mais 150.000 para depósitos de trigos e ainda 30.000 para as vítimas da peste;

para a provisão das armadas da Índia, defesa do Reino, conservação dos lugares de Africa e castigos dos corsários concorreria, quando fôsse preciso, com a ajuda de outros Estados seus e muito maior custo da sua fazenda;

não podendo, pelo govêrno de outros reinos e estados, residir sempre em Portugal, aqui viveria todo o tempo que pudesse dispensar, e, não havendo embaraço de maior, deixaria no reino o príncipe seu filho para que, criado ente Portugueses, se acostumasse a conhecê-los e a amá-los.

Pois, com medo às reacções populares, nem as Côrtes nem as Câmaras de Lisboa, Coimbra e Evora ousaram dar a sua adesão a êste documento!...»

* * *

Em 5 de Dezembro de 1580, Filipe II, coroada de êxito a campanha militar do Duque de Alba, entra em Portugal, para tomar posse do Reino, que herdara, comprara e conquistara.

Persistia no uso dos meios brandos. Compoz um semblante aprazível. Adoptou modos lhanos, afáveis, acolhedores. Disse-se que se vestiu de branco pela primeira vez. De tal guisa procedeu que as gentes do reino se agradaram dêle.

De Elvas, convocou as Côrte que, por causa da peste, não reüniram em Lisboa, mas em Tomar (16 de Abril de 1589).

Ali se votou e jurou que:

seriam respeitados os fóros, liberdades, privilégios e costumes do reino;

as Côrtes reüniriam sempre em terra portuguesa;

todos os benefícios eclesiásticos, dos mais modestos às prelazias, assim como tôdas as comendas e pensões das ordens militares e do Prior do Crato seriam dadas sòmente a Portugueses;

a navegação e comércio de África e Índia seriam reservados a navios portugueses;

a língua oficial seria a portuguêsa;

tôdas as moedas de oiro e prata cunhadas no reino e seus senhorios teriam gravadas as armas de Portugal e só elas podiam correr legìtimamente no reino;

os governadores das praças, fortalezas e presídios seriam sempre portugueses;

tôdas as causas seriam julgadas e executadas em Portugal, quaisquer que fôssem a sua qualidade e valor;

os Reis não poderiam dar cidades, vilas e lugares nem conceder jurisdições e direitos reais senão a Portugueses;

na ausência dos Reis, as funções de vice-Reis, governadores e outras autoridades só poderiam ser desempenhados por naturais do Reino ou por pessoas da própria família real, filho, irmão ou sobrinho;

o Rei traria sempre consigo um prelado, um vedor da Fazenda, um secretário, um chanceler-mór e dois desembargadores do Paço, que formariam o Conselho de Portugal e com êle se despachariam os negócios portugueses;

a expedição da correspondência e dos diplomas necessários seria feita por dois escrivães da Fazenda e dois da câmara — todos portugueses;

o Rei Filipe II de Espanha adoptaria o nome de Filipe I de Portugal.

E desta fórma, Portugal e Castela formariam uma mera *união pessoal*, em que ambos conservariam a sua individualidade política, embora houvesse a comunidade do Reinante, que os representaria internacionalmente. Assim foi proclamado Filipe de Espanha rei de Portugal, «depois de o ter herdado, comprado e conquistado». Mas, a Nação Portuguesa continuava viva e viva se manteve sempre, mesmo quando houve de jazer no «sepulcro do Estado morto».

IX

Aquela união entre Portugal e Castela nunca soldou bem. O Estado mais forte tendia, naturalmente, ao domínio, à absorpção. O mais fraco mantinha-se retraído, numa ciosa defeza de tôdas as horas. E, contudo, como essa defeza era difícil! Como tinha de ser forte a personalidade da Nação para resistir à acção aglutinante de Castela no seu período áureo!

*CARTA DE COUTO DE VILA MENENDI FEITA POR D. AFONSO HENRIQUES, REI, AO MOSTEIRO DE TIBÃES, DATADA DAS NONAS DE JULHO DA ERA DE 1178*
*(T. T. col. esp.)*

A monarquia de Carlos V estendera-se pela Península, pelas Flandres e Alemanha, pelo Milanez, por Nápoles e pela Sicília, pelo Norte de África e para cá do Atlântico nas imensidões dum Mundo Novo...

Nas lutas, em que a Casa de Austria teve de resistir tenazmente à investida de várias coligações europeias, «el Senhor Soldado» da infantaria espanhola andava pelos campos da Europa, alardeando a sua orgulhosa nobreza e desbaratando a sua bravura, com fama de invencível.

No domínio do 2.º Filipe, a Espanha realizou o modêlo do grande Estado burocrático, á moderna, preconizado pelo próprio Spengler na sua «Decadência do Ocidente».

O ascendente espiritual da Espanha atingira o seu apogeu. Ilustrava-o uma pleiade formosíssima de artistas e de literatos, que deixaram os seus nomes na história da cultura humana. Traduziam-se os clássicos gregos e latinos em castelhano. Os grandes génios literários de Espanha, como Cervantes e Lope de Vega, eram admirados e imitados por Corneille, Lesage, etc.

A Espanha ditava as próprias modas. Vestia-se à espanhola, falava-se e até se praguejava em espanhol.

* * *

Mas, nem assim se calmava a ância da independência de um Povo, que, ao luxo do grande palácio alheio, preferia a modéstia do seu pequeno casal.

Num livro de 1632, publicado em Lisboa, o cristão-novo Duarte Gomes de Sólis deixou traçado um quadro impressionante do estado do comércio e da navegação de Portugal no domínio filipino.

Êsse quadro é de côres sombrias. Pois, aos males, que ali se denunciam e comentam, aponta o Autor várias causas, entre as quais destaca para os primeiros lugares a concorrência e o ódio extremos, que havia na Índia entre Portugueses e Espanhóis.

Da união das duas corôas só provieram as calamidades maiores para o Portugal de além-mar.

Com as Flandres fizera a Espanha a paz na Europa, deixando os Holandeses mais livres e mais poderosos na guerra contra os domínios de Portugal. A guerra de côrso continuava mais violenta do que nunca contra as nossas possessões.

A Guerra dos Trinta Anos, em que a Espanha se vira envolvida e em que mantiveramos uma neutralidade prudente e habilíssima, dava agora pretexto aos navios e fôrças militares da França, Holanda e Inglaterra para atacar os nossos barcos e assaltar as nossas terras insulares e ultramarinas. Êsses insultos repetidos e a lentidão dos socorros aos domínios assaltados faziam refinar o ódio contra a nação oficialmente unida, mas a breve trecho opressora.

Nenhum acto de desrespeito aos capítulos das Côrtes de Tomar passaram, porém, em julgado sem protesto.

Quando Filipe III nomeou o Conde de Salinas governador de Portugal, a Câmara de

Lisboa, em carta de 7 de Setembro de 1610, protestou contra a nomeação por não ser de português. Sendo Diogo da Silva Mendoza nomeado Marquês de Alenquer, repetiu-se o protesto por não poderem os Reis dar cidades, vilas, lugares e jurísdições ou direitos reais do reino senão a portugueses.

Reclamações, por vezes tumultuosos, se formularam contra novas imposições fiscais ou agravamento dos existentes. No reinado de Filipe IV, o secretário de Estado, Francisco de Lucena foi ao Pôrto para regular a cobrança do chamado «imposto das maçarocas». A gente miuda, e sobretudo o mulherio, levantou-se ameaçadora e Lucena teve de fugir para o convento de São Domingos, donde se escapou para fóra da cidade. As Câmaras recorreram contra a criação do imposto da *meia-anata* sôbre o provimento dos cargos, e contra o estanco do sal.

Em Maio de 1619, Filipe III veio a Portugal; nas Côrtes então reùnidas juram-se de novo todos os privilégios da Carta Patente de 1582 e formulam-se novas e vivas queixas contra as suas violações.

Eram constantes os «serviços financeiros», impostos para as despezas da guerra. Mas, o reino achava-se exausto e, afinal, tão indefezo e tão exposto aos ataques dos corsários que os pescadores nem ousavam sair do Tejo.

* * *

A alma popular nunca se conformara com a desgraça de Alcácer nem com a perda do seu Rei. A idea da sua morte era repelida sem hesitação nem dúvida. Criára-se uma voga mítica, que resistia a tôdas as observações e modificações do próprio tempo. Um dia a névoa se abriria na luz dum regresso ou duma ressurreição. Já as vozes proféticas o tinham dito e repetido em vaticínios seguríssimos.

Começara, ao mesmo tempo, a ganhar raízes uma doutrina nova de direito político sôbre o «direito divino dos Povos». A êsse conceito da origem divina do Poder por intermédio do Papa, que alicerçava o primado político de Roma, substituíra-se, no movimento de engrandecimento da Monarquia por sôbre a destruïção da organização feudal, a doutrina do «direito divino dos Reis», dispensava o intermédio pontifício e legítimava o poder numa delegação directa dêle de Deus para o reinante ou para a dinastia. Agora, passando por sôbre as corôas, proclamava-se que o mandato é conferido directamente aos Povos, e que êstes o substabelecem nos seus soberanos, podendo, no rigor do direito, revogá-lo sempre que êstes, pelo seu modo de governar, se tornassem indignos ou tiranos. A doutrina nova não era mèramente subversiva e anti-monárquica. Para Portugal era profundamente nacionalista.

Acima da legitimidade dinástica e das regras da sua sucessão no trono, estava a vontade da Nação depositária do poder divino.

Era assim e sempre assim fôra, entre nós. Pois, para que forjaram os historiógrafos de Alcobaça a versão e a acta das Côrtes de Lamego, em que as fôrças da Nação, no sagrado recinto de Almacave tinham procedido à eleição do seu primeiro Rei? Sagrado pelo Povo fôra tambem o rei *natural* de Aviz, quando a Nação quiz passar e passou por sôbre o direito monárquico das dinastias. Porque não haveria ela tambem de poder colocar ante a usurpação dos Austrias espanhóis a sua firme tenção de reconstituir a unidade política, comprometida em 1581? O ambiente da Revolução estava preparado. Em 1637, as «alterações de Evora», da chamada revolta do Manuelinho, propagaram-se logo como um rastilho, em tumultos de maior ou menor gravidade pelo Alentejo e pelo Algarve e foram repercutir-se em Santarém, no Pôrto e em Viana.

A. MARQUES GUEDES

# NOTAS VÁRIAS

## COMEMORAÇÕES DO DUPLO CENTENÁRIO

### ÉPOCA MEDIEVAL

*Junho, 2* — Em vibrante exaltação de patriotismo e de fé, a Nação inteira comemorou, comovida e orgulhosa, os seus oito séculos de História.

De manhã, em tôdas as Sés, colegiadas e igrejas matrizes de Portugal e do Império celebraram-se solenes *Te Deum* de graças, tendo atingido extraordinária grandiosidade aquele a que presidiu Sua Eminência o Cardial Patriarca, na Sé Catedral de Lisboa.

Na presença do Chefe do Estado, do Govêrno, de todo o corpo diplomático, de altas personalidades civis e militares, renderam-se graças a Deus pela protecção dispensada à gente e à Pátria lusitana, durante esta longa jornada de séculos.

Do terraço da galilé da velha Sé de Lisboa — hoje restituida à sua beleza primitiva — S. E. o Cardial D. Manuel Cerejeira, na cabeça a mitra de três corôas (prerrogativa que só o Chefe da Igreja portuguesa possue, além de Sua Santidade), rodeado por um diácono que erguia a cruz de oiro de D. Sancho I, por um homem de armas conduzindo a tradicional espada de D. Afonso Henriques e por outro guerreiro empunhando a bandeira da Fundação, pronunciou, perante a mole imensa de povo que fóra do templo se aglomerava, a admirável alocução que noutro lugar publicamos, e em que, à bôa maneira medieval, anunciou ao Mundo os oito séculos de existência da Pátria, gritando: — «Arraial, arraial, arraial, por Portugal!» — grito que milhares de vozes repetiram emocionadas e as ondas do céu levaram a tôda a parte, onde se fala e entende a língua portuguesa.

Depois, doze charameleiros do século XII, vestidos de tabardos coloridos, entoaram marchas antigas, enquanto Sua Eminência lançava a benção à cidade.

Em seguida, Mons. Pereira dos Reis leu a bula «Manifestis Probatum», do Papa Alexandre III, pela qual foi confirmada a independência de Portugal.

Repicaram no ambiente festivo os sinos da Sé, os sinos das igrejas de Lisboa, os sinos de todo o Império, ao mesmo tempo que nos fortes e no rio a artilharia salvava.

Na tarde do mesmo dia, em sessão solene da Câmara Municipal de Lisboa, o Chefe do Estado, num magnífico discurso que reproduzimos também, declarou inaugurado o ciclo das Comemorações Centenárias.

À mesma hora e revestidas de igual solenidade, realizaram-se sessões inaugurais em tôdas as Câmaras Municipais da Metrópole e do Ultramar, nas Embaixadas, Legações e Consulados de Portugal, unindo na comunhão dos mesmos sentimentos patrióticos todos os portugueses do Mundo.

À noite, na Assembleia Nacional, realizou-se uma sessão solene que se revestiu de excepcional e impressionante grandeza e em que, pela palavra eloquente dos diferentes oradores, se celebraram e exaltaram os nossos oito séculos de História.

*Junho, 4* — Durante tôda a noite, até à alvorada, as sentinelas do Castelo de Guimarãis haviam bradado o alerta que terminava sempre, como num eco vindo de todos os corações de portugueses, pelas palavras: «Portugal! Portugal! Portugal!»

Manhã cedo, após a ocupação do Castelo pelos guerreiros da Fundação, puseram-se a caminho, vindas de mil pontos, para o Campo da Feira e dêste para o Campo de Salvador, milhares de raparigas com os seus cestos cheios de flôres — algumas destas chegadas dos mais longínquos recantos do império.

Era como se tôda a rede de pequenos riachos floridos se fôsse transformando pouco a pouco num rio de imenso caudal, que depois se havia de quebrar junto às muralhas, num tapete espêsso, colorido e perfumado.

Com a assistência do Chefe do Estado, do Govêrno, do Cardial Patriarca, da Embaixada Especial do Brasil e das mais altas individualidades portuguesas e perante uma multidão de muitas dezenas de milhares de pessoas, foi depois rezada missa pelo Arcebispo de Braga, no altar tomado a D. João de Castela na batalha de Aljubarrota.

Finda a missa, o snr. Presidente da República, acompanhado do snr. Dr. Oliveira Salazar, dirigiu-se para o Castelo, em cujas ameias passavam as rondas dos guerreiros antigos. Faltava meia hora para o meio dia quando os charameleiros e clarins, postados na tôrre de menagem, ergueram os acordes de uma marcha guerreira. E logo o Chefe do Govêrno assomou uma das ameias, sendo então alvo de estrondosa ovação. Ao clamor dos «vivas» e dos aplausos seguiu-se, porém, impressionante silêncio. E o snr. Dr. Oliveira Salazar proferiu com voz forte, embargada pela emoção, o discurso notável que nêste número reproduzimos na íntegra.

Depois da voz da Pátria, fez-se ouvir a voz da Igreja. O snr. Cardial Patriarca, do alto da tôrre de menagem, traçou o gesto ritual da benção — benção para tôdas as regiões do Império, benção para todos os portugueses espalhados pelo Mundo:

— *Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo!*

Por fim, o momento máximo da comoção, como se fôsse possível ainda exceder os anteriormente vividos. Lentamente, hasteada carinhosamente, com amor profundo, pelas mãos do Chefe do Estado, a bandeira da Fundação foi subindo, banhada pela luz macia do Sol. Após os primeiros minutos, de recolhimento emocionado, de religiosidade, foi o entusiasmo transbordante, a apoteose formada pelas aclamações que saíam, sem cessar, num coral imenso, das bôcas de cem mil pessoas.

Os restantes números do programa das celebrações na primeira capital da nacionalidade — o desfile do elemento oficial e do povo perante o Chefe

do Estado, os festivais populares, a representação do «Auto da Fundação de Portugal», o cortejo luminoso—tiveram o mesmo brilho e muita imponência.

Para Guimarãis a festa era dupla: é que, além de os seus habitantes assistirem a uma das mais significativas comemorações centenárias, tinham a honra de ver junto deles as figuras máximas do país, Carmona e Salazar, a quem dispensaram carinhossímo acolhimento.

*Junho 5 e 6*—Enquanto o venerando Chefe do Estado e alguns membros do Govêrno regressavam à capital, que lhes dispensou o mais entusiástico acolhimento, numa manifestação apoteótica difícilmente excedível, seguiu o resto do elemento oficial de Guimarãis para Braga e desta cidade para Arcos de Valdevez, onde foi solenemente inaugurado o padrão comemorativo do célebre recontro de 1141. Em seguida, por Viana do Castelo e Barcelos, dirigiu-se a comitiva para o Pôrto, onde, no dia seguinte, iria realizar-se o acto medieval do velho burgo portuense.

*Junho, 7*—As festas centenárias do norte de Portugal fecharam dignamente, com as cerimónias levadas a efeito na invicta, nobre e sempre leal cidade da Virgem.

Atingiu extraordinária imponência o acto medieval realizado na Sé,—admirável cerimónia retrospectiva, em que se comemorou a doação de D. Teresa à Sé do Pôrto e ao bispo D. Hugo do velho burgo portucalense, com o seu couto e demais privilégios. Sua Excelência Reverendíssima o Bispo do Pôrto evocou os bispos fundadores e o snr. Professor Dr. Mendes Correia, Presidente da Câmara Municipal, falou da grandeza da época medieval no Pôrto e afirmou a maior fé nos destinos do Portugal de Salazar.

Finalmente, Sua Eminência o Cardeal Patriarca lançou a benção à cidade.

No mesmo dia, no magnífico salão da Associação Comercial do Pôrto, uma sessão solene celebrou a criação da primeira bôlsa comercial por El-rei D. Diniz, em 1293 e a sua reorganização por D. João I, em 1387.

*Junho, 8*—A comitiva oficial chega a Coimbra, onde se realizou uma romagem cívico-religiosa aos túmulos de D. Afonso Henriques e de seu filho D. Sancho I, na vetusta igreja de Santa Cruz.

À tarde, na Sala dos Capelos da velha Universidade, comemoraram-se, em sessão solene, as Côrtes de Coimbra de 1211 e a fundação da Universidade em Lisboa (1290) e mais tarde em Coimbra (1308).

*Junho, 9*—Em Santarém realiza-se a festa provincial do Ribatejo e em Lisboa, á tarde, o Chefe do Estado, o Govêrno, elemento oficial e o povo da capital, dirigem-se em piedosa romagem ao alto do Castelo de S. Jorge, onde o snr. General Carmona descerra uma lápide comemorativa dessa verdadeira romaria de fé nos destinos da Pátria.

*Junho, 10*—Dia de Camões, que a Academia das Ciências de Lisboa escolheu para glorificação da língua portuguesa.

Memorável sessão solene, presidida pelo Chefe do Estado e em que portugueses e brasileiros renderam seu preito de homenagem ao indestrutível laço espiritual, que, através do Atlântico, une, mais que tudo, as duas grandes pátrias irmãs.

*Junho, 11*—No novo pavilhão do Museu Nacional de Arte Antiga inaugurou-se a Exposição dos Primitivos Portugueses, admirável e valiosa colectânea de cêrca de 340 quadros, que é a mais eloqüente confirmação de que Portugal possuiu uma escola *portuguesa* de pintura, original e inconfundível.

À noite realizou-se um concêrto de gala no Teatro D. Maria II, com música medieval e a audição do poema sinfónico «1140», da autoria do maestro Wenceslau Pinto, executado pela orquestra da Emissora Nacional.

*Junho, 12*—Véspera de Santo António—o Santo popular dos bairros lisboetas. Romagem do povo ao lugar em que, segundo a tradição, nasceu o grande taumaturgo português.

À noite, no adro da Sé de Lisboa, representou-se, com grande êxito, o «Auto de Santo António», do poeta quinhentista Afonso Alvares, num arranjo de Matos Sequeira.

Prosseguem as comemorações centenárias nas províncias de trás-os-Montes e Alto Douro, com carácter de festas regionais.

*Junho, 13*—O elemento oficial seguiu para Beja e Castro Verde, inaugurando em Cabeço de Rei um padrão comemorativo da batalha de Ourique, no próprio lugar em que, segundo a história, D. Afonso Henriques armou a sua tenda em 1139.

Algumas bandeiras gloriosas do Portugal de ontem e de hoje foram arvoradas, ao lado do padrão, por soldados que verteram seu sangue em defesa da Pátria. E junto do monumento, onde durante a noite houve velada de armas, via-se, sôbre um sarilho de espingardas, a espada heróica de Afonso Henriques.

*Junho, 14*—Em Faro, onde se realizou a festa provincial do Algarve, comemorou-se com brilhantismo a tomada da cidade aos moiros em 1247 e o quarto centenário da sua elevação a cidade.

*Junho, 15*—As comemorações da Época medieval encerraram-se com os actos solenes de Lagos e Sagres.

Nos lugares sagrados da Pátria, onde o Infante D. Henrique sonhou a constituïção de um dos maiores impérios dos tempos modernos, foi solenemente glorificada a sua memória e a dos navegadores do ciclo heróico das grandes descobertas.

Em Sagres realizou-se uma imponente procissão das velas e celebrou-se, de manhã, missa campal. Do alto do promontório, donde os olhos do Infante visionaram novos mundos, para além do *Mar Tenebroso*, Sua Excelência Reverendíssima o Bispo do Algarve procedeu solemente à benção ritual do Mar.

DEPOSITO LE
OUT. 19

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 19 — 31 de Julho de 1940 — ANO II
N.º 20 — 31 de Agosto de 1940 — ANO II

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO


*CARTA CREDENCIAL DE SUA SANTIDADE PIO XII AO CHEFE DO ESTADO PORTUGUÊS* . . . . . 1

*NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO NA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL — P.e Moreira das Neves* . . . . . 2

*INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS — Discurso do Comissário Geral Dr. Augusto de Castro* 10

*Discurso de Sua Ex.a o Ministro das Obras Públicas e Comunicações* . . . . . 15

*EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS* . . . . . 17

*ALOCUÇÃO PROFERIDA POR S. E. O CARDIAL PATRIARCA, NA MISSA DE PONTIFICAL CELEBRADA NA IGREJA DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS* . . . 33

*CORTEJO HISTÓRICO DO MUNDO PORTUGUÊS — Aspectos fotográficos.* . . . . . 41

*SESSÃO INAUGURAL DO CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS — Discurso do Dr. Júlio Dantas* . . . . 44

*Discurso do Dr. Caeiro da Mata* . . . . . 46

*DISCURSO DE SUA EX.A O MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS* . . . . . 50

*FESTA DOS «LUSÍADAS» — Discurso do Dr. Hernani Cidade.* . . . . . 53

*PORTUGAL É UMA NAÇÃO — Dr. A. Marques Guedes* . 57

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 64



COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50


A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais:

A fogo. . . . . 25$00
A ouro. . . . . 30$00
(Empaste) . . . . . 5$00

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA
Rua da Oliveira, ao Carmo, 8 / Lisboa
TELEFONE 2 2886

# CARTA CREDENCIAL DE SUA SANTIDADE PIO XII AO CHEFE DO ESTADO PORTUGUÊS

*Ao Querido Filho, o Ilustre e Respeitável Presidente da República Portuguesa, Óscar Carmona:*

Pio XII, Papa

*Querido Filho, Ilustre e Respeitável Presidente, saúde e Benção Apostólica.*

*Na ocorrência do oitavo centenário da Independência de Portugal e terceiro da sua Restauração, é justo que o vosso nobilíssimo povo comemore solenemente os preclaros fastos da sua história e não cesse de dar graças a Deus Altíssimo por tantos benefícios recebidos, na auspiciosa esperança de novas prosperidades. Assim como os Pontífices Romanos, pelo decurso dos tempos, distinguiram com particular benevolência o povo português, assim Nós agora ardentemente desejamos partilhar com paternal afecto da vossa alegria e associar-Nos ás vossas comemorações. Movidos por esta dedicação para convosco, nomeámos o Venerável Irmão Pedro Ciriaci, Arcebispo titular de Tarso e Núncio Apostólico em Portugal, Embaixador Extraordinário junto de vós para, em representação da Nossa pessoa e em Nosso nome, exprimir à vossa queridíssima Nação as Nossas homenagens e votos. Rogamos-te, por isso, que benignamente o aceites nesta nova dignidade e recebas quanto disser em Nosso nome como se fôra dito por Nós próprio. Entretanto, desejando que para o bem comum resultem preciosos frutos dos vínculos cada vez mais estreitos, que felizmente ligam esta Sé Apostólica à República Portuguesa, e da concórdia e colaboração entre o poder religioso e o civil, como penhor dêsses bens e testemunho do Nosso paternal afecto, largamente concedemos a Benção Apostólica no Senhor, não só a Ti, Querido Filho, Ilustre e Respeitável Presidente, mas a todo o povo dessa Nação.*

*Dada em Roma junto de S. Pedro, sob o anel do Pescador, a 13 do mês de Junho, festa de Santo António, do ano de 1940, segundo do Nosse Pontificado.*

Pio XII, Papa

# NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO NA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

Nossa Senhora de todo o Mundo é sobretudo Nossa Senhora de Portugal.

É nossa, desde que chamou por ela D. Afonso Henriques e lhe deu o comando dos destinos da Raça.

É nossa, por vontade dos nossos reis e heróis, dos nossos mártires, dos nossos poetas e do povo.

Para o demonstrar, podemos aduzir argumentos de vária ordem, uns intangíveis na sua verdade histórica e outros respeitáveis no seu sentido tradicional e poético.

Dum modo especial, Nossa Senhora da Conceição é invocada e festejada, nas grandes horas da Pátria, e defendida, com ardor impressionante, nos seus privilégios e glórias.

Pela primeira vez, no Concílio Diocesano da Guarda de 1634, reünido pelo Bispo D. Lopo de Sequeira Pereira se jura a defesa da Imaculada Conceição da Senhora.

No Sínodo Diocesano de Braga de 1637, o Prelado D. Sebastião de Matos presidindo à última sessão deu conta do que lhe tinham pedido os franciscanos e outras pessoas piedosas, isto é, que, à semelhança do que se havia feito em várias comunidades e escolas universitárias, se prestasse público juramento de defender a Conceição Imaculada de Nossa Senhora. A proposta foi votada por aclamação. Subiu ao púlpito o notário Padre Simão Alvares e pronunciou a seguinte fórmula que todo o clero presente repetiu:

*«Prometemos e juramos todos os que neste Sínodo estamos congregados, em nossos nomes e de nossos sucessores, de sempre termos e guardarmos e defendermos que a Virgem Maria Nossa Senhora foi concebida sem mácula do pecado original, na forma das Constituïções e Breves Apostólicos passados sôbre esta matéria».*

O mesmo juramento se fez, em 1639, no Concílio Diocesano de Coimbra, reünido pelo Bispo D. João Mendes de Távora.

São interessantíssimos entre nós, desde as mais remotas eras, os testemunhos da devoção portuguesa à Santíssima Virgem, gravados em pedras que a Fé e os séculos sagraram.

Junto da porta da igreja de S. Francisco de Portalegre mandou escrever Pedro João, em 1312 (ano de Cristo de 1274):

AD HONOREM DEI ET GLORIOSAE VIRGINIS
MARIAE ET OMNIUM SANCTORUM EGO
PETRUS JOANNES

Nossa Senhora da Conceição, a quem Santa Isabel faz erguer a primeira capela na península, glorificam-na legendas seculares que o musgo cobriu ou as intempéries deliram.

Na Pesqueira (Beira), há, por baixo do sino da Tôrre da Misericórdia, um nicho com a imagem, em pedra, de Nossa Senhora da Conceição, e êste letreiro, em que a fragilidade humana clama, voltada para o céu:

SANCTA MARIA SECURRE MISERIS · 1632

O mistério da Conceição Imaculada é-nos recordado em pinturas rústicas, às vezes de comovedora ingenuidade, em velhas paredes de quintas, e nos penedos das montanhas.

Em Terena (Alentejo), no sítio da Malhada Alta, preparou-se carinhosamente uma fonte, dita *santa*, por as suas águas curarem muitas enfermidades malignas. Vinha-lhe a virtude duma imagem da Senhora da Conceição lá toscamente desenhada.

Durante a época da dominação de Castela, cresceu muito, na nossa terra, o culto do sublime e consolador Mistério mariano.

Em carta régia de 28 de Março de 1618, dirige-se D. Filipe II aos vereadores da Câmara de Lisboa nestes têrmos significativos:

*«Vereadores, etc. Recebeosse a uossa carta, por que me daes conta de como, mouidos da deuação do mistério da Conceição da Virgem Maria, nossa sr.ª, e para que no pouo se acrescente, querieis fazeis pór nas portas principaes dessa cidade letreiros, abertos em pedras, em que se affirme que foy concebida sem pecado original, e approuo mt.º a piedade com que uos mouestes, e assy o podereis executar: e muito uos encarrego que seja sem dilação».*

O povo português confiava na intercessão de Maria Imaculada e não se cansava de rezar-lhe, durante o cativeiro, para que abrisse de novo sôbre nós o clarão da liberdade nacional.

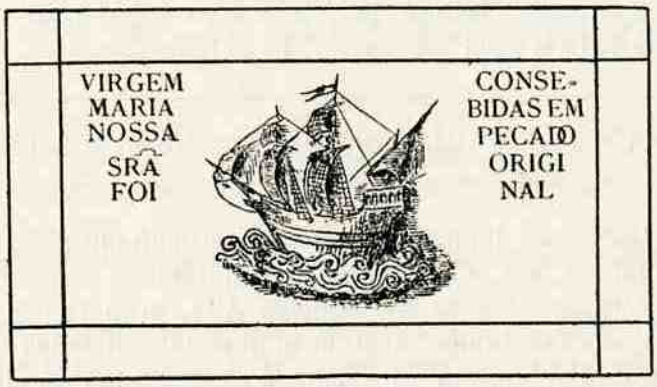
As lápides multiplicaram-se por todo o país.

Na capital colocaram-se várias, até que, «destruidas pelas necessidades do trânsito, pela inutilidade da defesa ou pela fúria demolidora de certas vereações, as velhas portas de Lisboa foram desaparecendo e com elas as devotas legendas seiscentistas» — diz Cordeiro de Sousa, ao falar-nos das inscrições portuguesas do Museu do Carmo, onde há uma que reza assim:

A VIRGEM MARIA NOS
SA SENORÃ FOI
CONCEBIDA SEM
PECADO ORIGINAL

«Resta ainda, acrescenta Cordeiro de Sousa, Deus sabe por quanto tempo, a da antiga porta da Mouraria».

Júlio Castilho copiou, para a sua *Ribeira de Lisboa*, a seguinte lápide da velha muralha do Campo de Santa Clara:




Em Lisboa existe ainda outra no Arco do Marquês de Alegrete.

Ela nos aparece também por cima de arcos-cruzeiros, portas e altares das igrejas (como, por ex., no Convento de Odivelas). Num Cruzeiro, perto de Olhalvo (Alenquer), lê-se, na face voltada ao norte:

BEMDICTA SEJA A SANCTA
IMACULADA CONCEIÇÃO
DA BEMAVENTURADA VIRGEM MARIA

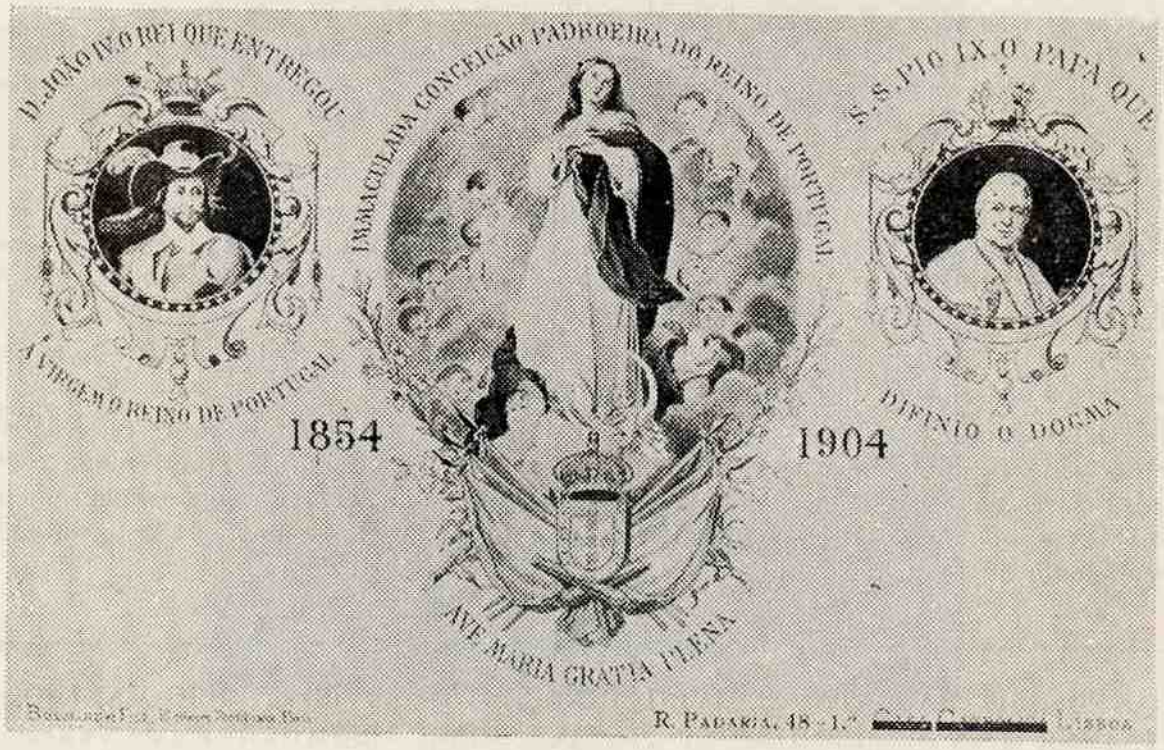
Não admira que se atribua à Senhora da Conceição o êxito do gesto heróico dos quarenta fidalgos cavaleiros que na manhã de 1640 reentregaram Portugal a si próprio.

Aclamado rei, D. João IV manda celebrar, na capela real, imponente solenidade em honra e louvor de Nossa Senhora da Conceição e o prégador franciscano Frei João de S. Bernardino logo sugere a consagração oficial da nação à Virgem: *«Seja assim, Senhora, e eu vos prometo em nome de todo êste reino que êle agradecido levante um trofeu a vossa Imaculada Conceição, que vencendo os séculos, seja eterno monumento da restauração de Portugal»*.

Efectivamente, proclama D. João IV Nossa Senhora da Conceição Padroeira do reino e jura defendê-la até à morte, segundo se lê na provisão régia de 25 de Março de 1646, lida solenemente pelo secretário de Estado Pedro Vieira da Silva e em voz alta repetida, de joelhos, por D. João IV, na Capela dos Paços da Ribeira:

*«Dom João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guine, e da Conquista, nauegação, e Comercio da Ettiopia, Arabia, Persia, e da India etc. faço saber aos que esta minha prouisão virem que sendo ora restituido por merce muito particular de Deos nosso Senhor, à Coroa destes meus Reinos e senhorios de Portugal; considerando que o Senhor Rey Dom Afonso Henriques meu progenitor e primeiro Rey deste Reyno, sendo aclamado e leuantado por Rey, em reconhecimento de tão grande merce, de consentimento de seus Vassalos, tomou por especial auogada*

*sua a Virgem Mãy de Deos Senhora nossa, e debaixo de sua Sagrada protecção e amparo, lhe offereceo todos seus successores, Reino, e Vassalos com particular tributo em sinal de feudo e Vassalagem; Dezejando eu imitar seu santo zelo, e a singular piedade dos senhores Reys meus predecessores, reconhecendo ainda em my auantajadas e continuas merces e beneficios da liberal e poderosa Mãy de Deos nosso Senhor por intercessão da Virgem nossa Senhora da Concepção: Estando ora juntos em Cortes com os tres Estados do Reino, lhes fiz propor a obrigação que tinhamos de renouar e continuar esta promessa, e venerar com muito particular affecto, e solemnidade, a festa de Sua imaculada Concepção: E nellas, com parecer de todos, assentamos de tomar por padroeira de nossos Reynos e Senhorios, a Santissima Virgem nossa Senhora da Concepção, na forma dos Breues do SANTO PADRE Vrbano 8.º, obrigandome a*




*hauer confirmação da Santa See Apostolica, e lhe offereço de nouo em meu nome e do Principe Dom Theodosio meu sobre todos muito amado e presado filho, e de todos meus descendentes, successores, Reinos, Senhorios, e Vassalos, a sua Santa Caza da Concepção sita em Villa Viçosa, por ser a primeira que ouue em Espanha desta inuocação, sincoenta cruzados de ouro em cada hum anno em sinal de Tributo e Vassalagem: E da mesma maneira prometemos e juramos com o Principe e Estados, de confessar e defender sempre (té dar a vida sendo necessario) que a Virgem Maria Mãy de Deos, foi concebida sem peccado original, tendo respeito, a que a Santa Madre Igreja Romana, a quem somos obrigados seguir e obedecer, celebra com particular officio e festa, sua Santissima e imaculada Concepção; saluando porem este juramento no Cazo em que a mesma Santa Igreja resolua o Contrario, esperando com grande confiança na infinita misericórdia de Deos nosso Senhor, que por meyo desta senhora padroeira e protectora de nossos*

*Reynos e Senhorios, de quem, por honra nossa, nos confessamos, e reconhecemos Vassalos e tributários, nos ampare e defenda de nossos inimigos, com grandes acrescentamentos destes Reinos, para gloria de Christo nosso Deos, exaltação de nossa Santa See Catholica Romana, conuersão das gentes, e reducção dos hereges.*

*E se alguma pessoa intentar couza alguma contra esta nossa promessa, juramento, e vassalagem, por este mesmo effeito, sendo vassalo, o hauemos por não natural, e queremos que seja logo lançado fora do Reino; E se for Rey (o que Deos não premitta) haja a sua e nossa maldição, e não se conte entre nossos descendentes; esperando que pelo mesmo Deos que nos deu o Reino e sobio à dignidade Real, seja della abatido e despojado. E para que, em todo o tempo haja certeza desta nossa Eleição, promessa, e juramento firmada e estabelecida em Cortes, mandamos fazer della tres autos publicos, um que será logo leuado à Corte de Roma para se expedir a Confirmação da Santa See Apostolica, e outros dous que juntos à dita Confirmação, e esta minha prouisão se guarde no Cartorio da Caza de nossa Senhora da Concepção de Villa Viçosa, e na nossa Torre do Tombo.*

*Dada nesta nossa Cidade de Lisboa aos vintasinco dias do mes de Março: Baltazar Roiz Coelho a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Cristo de 1646. P.º Vieira da Silva a fez escreuer: El Rey».*

Desde êste momento, nunca mais os reis portugueses puseram a corôa na cabeça.

Seguidamente, enviaram-se cartas aos Juizes, Vereadores e Procuradores das Câmaras do país para que todos elegessem Padroeira do Reino a Senhora da Conceição, *«sendo certos, que com tal Protectora poderemos seguramente não só esperar continuadas Vitorias de Nossos Inimigos, Mas ainda grandes prosperidades no Reino...».*

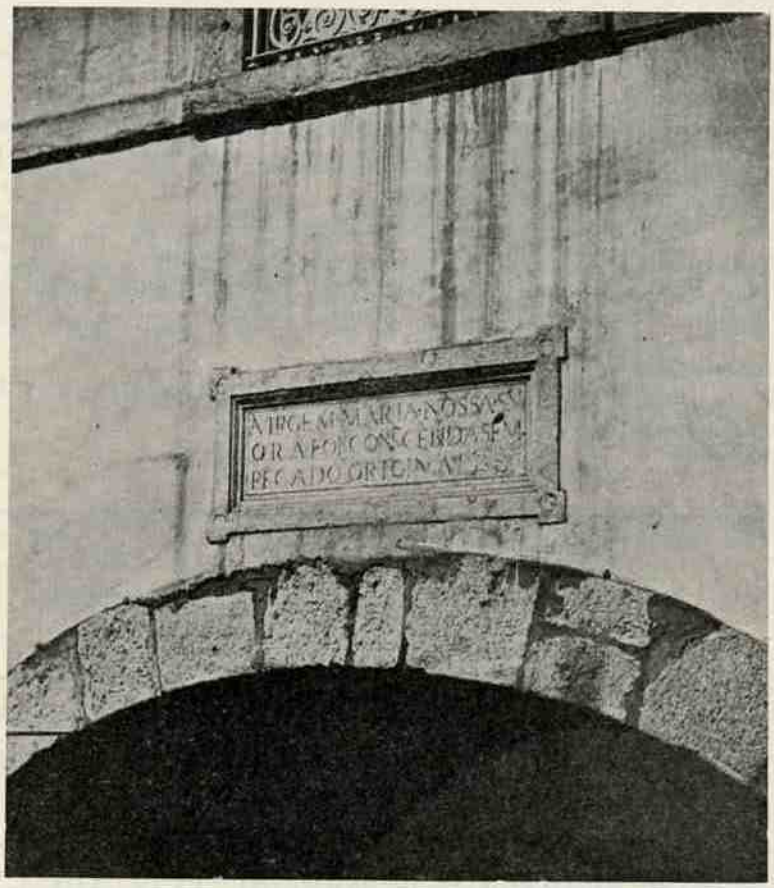
A eleição foi confirmada em 1671, pelo Breve *Eximia dilectissimi*, de Clemente X, quando se reataram as relações de Portugal com a Santa Sé.

O juramento para os lentes e estudantes da Universidade de Coimbra foi ordenado por carta de 17 de Janeiro de 1646. Rebatidas as razões em contrário apresentadas pelos catedráticos, realizou-se a cerimónia com o maior esplendor. Houve repiques, charamelas, trombetas e luminárias. Prégou Frei Leão de Santo Tomás. Para memória se levantou na capela, junto ao altar de Nossa Senhora, uma lápide com os dizeres:

ANNO 1646 SABBATO 28, IVLII INNOCENTIO 10. PONTIFICE MAXIMO, IOANNE 4.º FOELICISSIMO LVSITANIAE REGE, RECTORE EMMANVELE DE SALDANHA, VISENSI EPISCOPO ELECTO. FLORENTISSIMA CONIMBRICENSIS ACADEMIA PIETATIS CVLTV ERGA DEIPARAM INSIGNIS, CVNCTIS RITE, AVGUSTEQVE PERACTIS SOLEMNI VOTO, INVIOLABILI JVRAMENTO SE SE OBSTRINXIT, VT POSTERVM TAM PVBLICE, QVAM PRIVATIM D CEAT PRAEDICET DEFENDAT, SANCTISSIMAM VIRGINEM, IN PRIMO SV E CONCEPCIONIS INSTĀTI, AB OMNI ORIGINALIS CVLPAE LABE, GLORIOSE PRAESERVATAM EXTITISSE. ET TAM SAGRVM RELIGIONES OBSEQVIVM HOC SAXO POSTERITATI COMMENDAVIT

Para escrever ao Sumo Pontífice, a suplicar-lhe, em nome da Academia, a definição do Mistério da Conceição Imaculada de N. Senhora, foi escolhido o insigne catedrático D. Andrade de Almada.

Em 1648, resolveu o Monarca mandar cunhar medalhas de ouro e prata, respectiva-



*LÁPIDE NO ARCO DO MARQUÊS DE ALEGRETE, EM LISBOA*

mente de doze mil reis e de seis tostões. Para as cunhar veio de França expressamente o artista António Ruitier. Foi com estas moedas que se pagou o primeiro feudo a Nossa Senhora. Com o nome de *Conceição* tiveram curso legal em 1651 e no tempo de D. Pedro II foram reproduzidas na Casa da Moeda. Tinham no anverso a legenda: JOANNES IIII, D. G. PORTUGALIAE ET ALGARBIAE REX, a Cruz de Cristo e as armas lusitanas. No reverso: a imagem da Senhora da Conceição sôbre o globo e a meia lua, com a data de 1648, e, nos lados, o sol, o espelho, o horto, a casa de oiro, a fonte selada e a arca da aliança, símbolos bíblicos da Santíssima Virgem e insertos pela Igreja entre as invocações da sua Ladaínha.

Em 1654, por sugestão do varatojano, prègador e poeta, Frei António das Chagas, e

para memória da consagração nacional à Senhora da Conceição, mandava D. João IV colocar sôbre as portas das cidades e vilas da monarquia portuguesa uma inscrição numa lápide, que exprimisse aos vindoiros a devoção de Portugal restaurado à Virgem Padroeira. Com a data de 30 de Junho daquele ano foi remetida às Câmaras a seguinte carta régia:

*«Juiz Vereadores e Procuradores da Camara de... Eu El Rey uos enuio muito saudar. Para que seia mais notoria a obrigação que eu e todos meus Vassallos temos de deffender que A Virgem s.ª Nossa foi conçebida sem pecado original: Ouue por bem resoluer que em todas as portas e entradas das cidades, Villas e lugares de seus Reynos se ponha em hua pedra bem laurada, a inscripsão de que sera copia com esta carta: Encomendououos A façais por nas portas e lugares dessa çidade E me auiseis de como o tendes executado. Escrita em Alcantara a 30 de Junho de 1654».*

*(a)* Rey

Tôdas as Câmaras procuraram dar imediato cumprimento à mensagem real. No Pôrto, depois de gravada a inscrição na Porta do Olival, *«por esta Cidade ser de nossa Senhora de que tem as armas se ordenou que na casa da Camara se pusesse hum painel de nossa Senhora da Conceisam com este letreiro ao que se satisfez em 6 de Março de 655».*

A redacção da legenda para as lápides foi confiada pelo rei a António de Sousa de Macedo, secretário de Estado.

Reza assim:

AETERNIT SACR.
IMMACVLATISSIMAE
CONCEPTIONI MARIAE
IOAN. IV. PORTVGALLIAE REX
VNA CVM GENERAL. COMITIIS
SE, ET REGNA SVA
SVB ANNVO CENSE TRIBVTARIA
PUBLICE VOVIT,
ATQVE DEIPARAM IN IMPERII TVTELAREM
ELECTAM
A LABE ORIGINALI PRAESERVATAM PERPETVO
DEFENSVRVM
JVRAMENTO FIRMAVIT
VIVERET VT PIETAS LVSITAN.
HOC VIVO LAPIDE MEMORIALE
PERENNE
EXARARI JVSSIT
ANN. CHRISTI M. DC.XL.VI
IMPERII SVI VI.

Nalgumas encontra-se ainda: ANNO 1654.

Em Lisboa, conserva-se a da Calçada do Cascão, prédio n.º 1.

Tradução: — «*Para perpétua memória. D. João IV, rei de Portugal, juntamente com as Côrtes Gerais, se consagrou, a si e aos seus reinos, pùblicamente, à Imaculatissima Conceição de Maria, com o tributo anual de um censo. E com juramento firmou que defenderia sempre que a Mãi de Deus, eleita Padroeira do Império, fôra preservada da culpa original. Para que a piedade dos portugueses perenemente constasse, mandou gravar em pedra esta memória no ano de Cristo de 1646, sexto do seu reinado*».

Veio mais tarde o liberalismo maçónico, que destruiu ou fez desaparecer muitas dessas lápides proclamadoras da maior devoção religiosa dos portugueses, depois da devoção ao Santíssimo Sacramento.

Em 1910, a revolução demagógica continuou as façanhas iconoclastas de 1834 e a algumas dessas legendas harmoniosas, expressão magnífica da maior esperança dum povo, que nascera debaixo da bênção de Cristo, contrapuseram-se gritos de ódio e de vingança.

Portugal, sob pena de traír os seus próprios destinos históricos, não pode esquecer, em 1940, a sua Padroeira de sempre — NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.

PADRE MOREIRA DAS NEVES

---

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Elviro dos Santos — *Memória Histórica dos Concilios de Braga*, págs. 16-17

Fortunato de Almeida — *História da Igreja em Portugal*, Tomo III, parte II

Barbosa Machado — *Biblioteca Lusitana*, Tomo I, pág. 135

João Baptista de Castro — *Mappa de Portugal*

Eduardo Freire de Oliveira — *Elementos para a história do Municipio de Lisboa*, Lisboa, 1887, Tomo II, págs. 411-412

Andrade e Silva — *Colecção chronológica da legislação Portuguesa*, 1640-1647, pág. 314

Francisco Carneiro de Figueiroa — *Memórias da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1937, págs. 139-140

Mons. J. Augusto Ferreira — *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga*, Tomo III, 1932, págs. 161, 177 e 240

J. G. de Oliveira Guimarães — *Guimarães e Santa Maria*, Pôrto, 1904, págs. 35-37

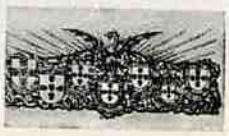
Padre Luís de Sousa Couto — *Origem das Procissões da Cidade do Pôrto*, Pôrto, 1936, págs. 129-134

Alberto Pimentel — *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*

Albano Belino — *Archeologia Christã*, págs. 47-48

J. M. Cordeiro de Sousa — *Inscrições Portuguesas do Museu do Carmo*, Lisboa, 2.ª ed., 1936, pág. 79

Júlio de Castilho — *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, 2.ª ed., 1940, pág. 154



# INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

## DISCURSO DO COMISSÁRIO GERAL, DR. AUGUSTO DE CASTRO

Dentro de alguns minutos o Senhor Presidente da República, alta incarnação do Civismo, expressão das mais lídimas virtudes pessoais e patrióticas, vai, em representação viva e ilustre da Unidade Nacional de Oito Séculos, inaugurar oficialmente a Exposição do Mundo Português — Cidade Simbólica da História de Portugal.

Cabe-me a honra de nesta solenidade, que é o apoteótico coroamento do Período Imperial das Festas Centenárias, falar em nome dos inspiradores, directores, autores e colaboradores desta obra concebida e realizada em pouco mais de um ano.

É a primeira vez que se realiza uma Exposição de História. É a primeira vez no Mundo, que se expõe, em imagens e símbolos, uma Civilização. Esta esplanada que se estende numa área de algumas centenas de milhares de metros quadrados, à sombra dessa imensa asa de pedra dos Jerónimos, debruçada sôbre êsse ninho de águias que é o Tejo, é, mais do que um Certame de arte, um grande album de imagens.

Através dêsse livro colorido de glórias, de figuras, de datas e de costumes, não procurámos apenas sugerir o Passado. Esta Exposição não será sòmente uma Galeria de Sombras. Desejámos e desejamos que ela não seja exclusivamente um memorial de Mortos, mas constitua também uma lição de vivos. Não a quisemos como um monumento à Velhice. Ambicionámo-la como um Hino à Juventude. Não apenas a oitocentos anos de gloriosa Juventude — que tantos são os de Portugal — mas à Juventude do Presente, à Juventude do Futuro — à Juventude da nossa Imortalidade e da nossa Certeza Nacional.

Foi assim certamente que V. Ex.ª a quis, Senhor Presidente do Conselho: V. Ex.ª que não foi apenas o inspirador, o orientador e o criador espiritual desta obra, como do pensamento das Comemorações Centenárias, mas que foi e é mais do que isso: o espírito, o prestígio, a acção que tornaram possível, interna e externamente, o momento nacional evocador que Portugal, no meio dos destroços actuais da Europa, está vivendo. Afastado de Portugal durante muitos anos, foi dirigindo e colaborando neste Certame, que hoje inauguramos, que eu me pude aperceber, em tôda a sua extensão, de que alguma coisa havia mudado não apenas no clima político nacional, mas nas próprias faculdades nacionais.

A Exposição do Mundo Português não é sòmente (posso dizê-lo, sem reserva, porque não é a mim que o mérito advém) uma demonstração triunfal, completada num tempo-récord, das qualidades de realização do espírito português, mas também o resultado dum facto moral que se pode resumir neste milagre: a ressurreição da Fé colectiva, num país que a tinha perdido. Como tal, esta Exposição, mais do que criação simbólica de animadores, de artistas e de obreiros, é um facto político.

Há aqui dentro um Portugal Novo, que se encontra, reconciliado e aproximado, numa aspirição ideal, com o Portugal Velho. Dessa reconciliação de alma, deriva pode dizer-se o próprio estilo plástico da Exposição: fusão de motivos modernos e de hierática presença da tradição histórica e arquitectónica do Passado.

Portugal não procura apenas reviver: procura viver. V. Ex.ª ensinou o caminho. Os realizadores da Exposição procuraram a fórmula arquitectónica e estética. E porque falo em realizadores, seja-me lícito endereçar desde já a todos êles — desde os dirigentes ao mais humilde operário — os agradecimentos que lhes devo. Terei, no decurso do programa das inaugurações parciais da Exposição, ensejo de me referir individualmente, tanto quanto a multiplicidade das tarefas o permitir, aos principais e mais ilustres entre os colaboradores dêste esfôrço construtivo e exaustivo de dezassete meses.

Mas seria o cúmulo da ingratidão e da injustiça se não iniciasse já hoje essa lista citando dois: o engenheiro ilustre, que foi o Comissário Adjunto, Sá e Melo e o arquitecto chefe, êsse sugestivo e cintilante espírito de Renascença que se chama, Cotinelli Telmo. Êstes dois nomes estão inscritos em cada pedra, em cada linha, em cada arco, em cada coluna desta tarefa que hoje atinge o seu têrmo oficial e a sua consagração solene.

O Engenheiro Sá e Melo afirmou qualidades que o colocam na primeira fila dos grandes técnicos portugueses, a par duma tenacidade silenciosa, duma obstinação, duma paciência inesgotáveis que, em qualquer parte do mundo, nobilitariam um homem de acção, mas que entre nós são documento raro, raríssimo, dum espírito calmo, concentrado, de organizador.

Cotinelli Telmo é o oposto dêste temperamento. E creio que foi por isso que Deus os fez e a Exposição os juntou. Cotinelli é a centelha feita carne; é o fôgo sagrado em nervo; é o azougue em talento; é a improvisação e a adivinhação em pessoa, ao serviço duma cultura que toca tôdas as gamas da inteligência e da arte. Sá e Melo e Cotinelli não foram o engenheiro e o arquitecto chefes da Exposição: foram aqui dentro tudo em *vinte e cinco* horas por dia, em *oito* dias por semana e em *trinta e um* dias por mês.

Às referências que devo a êstes colaboradores directos, desejo juntar aquelas que me impõe o meu dever de camaradagem e de justiça aos meus ilustres colegas da Comissão Executiva das Festas Centenárias, de que eu apenas fui, aqui dentro, o instrumento e o intérprete e ao Presidente desta Comissão, meu querido e velho amigo Júlio Dantas, cére-

*O CHEFE DO ESTADO É RECEBIDO PELO SR. PRESIDENTE DO CONSELHO À ENTRADA DO PAVILHÃO DE HONRA DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS*

bro, fôrça, disciplina de tudo quanto se realizou e que na acção patriótica das comemorações soube dispensar-se, inteiramente, com um dom total de si próprio.

Ao Govêrno agradeço a confiança, que em mim, que em nós, realizadores da Exposição, depositou. Se mais não fizemos, foi porque, dentro da esfera que as circunstâncias nos delimitaram, mais não pudemos. E, em especial, depois do sr. Presidente do Conselho, digo a nossa gratidão e a nossa admiração àquele que foi o estímulo, o conselho, o apoio, a sorridente e viva reserva de energia de nós todos: o sr. Ministro das Obras Públicas, cujas extraordinárias faculdades de inteligência construtiva e de activo empreendimento marcarão uma data na história duma Cidade renovada.

A Exposição que o Chefe do Govêrno nos deu o encargo de realizar e hoje inauguramos é, fundamentalmente, uma obra nacional, com a participação do Brasil, — o que a torna ainda mais nacional porque a completa.

Se, no seu pensamento, na sua comemoração aniversária, na sua finalidade, na sua alegoria, na sua realização, confiada exclusivamente ao trabalho português esta Exposição é nacional — na sua projecção, a cidade Histórica aqui erguida, como fôlhas soltas dum livro incompleto, não poderia deixar a imagem do facto dominante do nosso génio e da nossa glória: a universalidade.

E impossível resumir um mundo — e resumí-lo ainda menos numa efémera galeria de alegorias, numa dúzia de frágeis construções animadas pelo passageiro fulgor duma centena de datas e de nomes. E esta Exposição não é mais do que uma Cidade de Ilusões.

Mas aquilo que o nosso esfôrço, limitado e humano, não pôde, nem nunca poderia exprimir — o rastro imenso da universalidade portuguesa, síntese e explicação do destino nacional — dá-o, neste macisso arquitectónico de evocações históricas e plásticas, o símbolo maravilhoso do local onde nos encontramos: dum lado a velha barra do Restelo, em cujas areias passa ainda a visão das caravelas e das naus que daqui partiram para alargar o mundo — e doutro lado, nas pedras do mosteiro, a sombra manuelina do grande sonho da Índia.

Meus Senhores! Ergamos o nosso coração acima da transitória realidade que nos cerca e desta pequena cosmopolis portuguesa, construída apenas para a côr, para a fantasia, para a vida duma Comemoração Festiva: ergamos os nossos olhos acima dos pavilhões, da glória das bandeiras, das flôres, das decorações de hoje; saiamos desta sala e do cerimonial desta solenidade oficial e cívica — e deixemos o nosso Espírito transpor o Tempo e integrar-se neste horizonte, único da terra, que foi a primeira estrada do Atlântico e o caminho azul que Portugal traçou no Espaço.

Foi aqui uma das portas do Universo. Se a nacionalidade começa em Guimarãis, se o mundo para nós começou em Sagres, o Império começou no Tejo. Daqui, como em nenhum outro sítio de Portugal, o nosso génio pode dizer que dominou quatro Continentes. O Promontório Henriquino abriu-nos a rota do Oceano — mas foi nestes cem metros de areia, que Portugal se encontrou a si próprio, que fixou o seu destino universal; foi aqui que se fundou Portugal, pátria de Dois Mundos.

Foi aqui, Eminência, que a Cruz de Cristo — a mesma que orna, sob um grilhão de oiro, a Vossa Púrpura Cardinalícia, a mesma que o facho divino de Roma ilumina ha dois mil anos e que Deus confiou a Portugal para evangelizar, para erguer, para defender, através das tormentas das ondas e dos homens, a Religião — o Império — foi daqui que ela partiu na proa das Descobertas, para a conquista e para o Resgate de mais de metade da Terra.

Tejo, rio sagrado da Humanidade, como o Ganges e como o Nilo; Tejo, eterno Cavaleiro Andante do Céu, fôste tu, desta barra, em que o sonho tomou corpo e a Apoteose tomou alma, que nos ensinaste o Mar e nos desvendaste o Mundo! Tejo que viste alvorecer o dia de Julho de 1497, em que Vasco da Gama embarcou para nos ir buscar a Índia; que balouçaste, no teu dorso heróico, a nau S. Gabriel; Tejo que conheceste a maravilha dessa manhã de Março de 1500 que nos deu o Brasil e que iluminaste, na imensa visão atlântica, os olhos de Pedro Álvares Cabral; Tejo das Caravelas; Tejo que acenaste o teu lenço azul de despedida aos olhos de Sacadura Cabral e Gago Coutinho, meu Tejo em flôr, pátria da grandeza de Portugal, Tejo, cinto de prata e de sol de Lisboa — eu te saúdo.

Brasileiros, êste é também o vosso rio, o vosso primeiro rio. Há quatro séculos e meio que êle, através do Atlântico, une, num prolongamento ideal, duas metades da mesma alma lusíada. Sempre que um de vós, brasileiros, quere, de longe, abraçar a visão de Portugal, é esta a primeira imagem da barra histórica «onde a terra acaba e o mar começa», o rio de Camões, que ilumina os vossos olhos — a primeira imagem que vos oferece a Pátria Comum — a última que levaram para o Brasil as pupilas dos vossos antepassados.

Areias do Tejo, primeiras terras de Santa Cruz; Terras de Santa Cruz, últimas areias do Tejo! O vosso Pavilhão que daqui a dias será inaugurado, reflectirá no Tejo a vossa Bandeira, feita de esperança, estrelada de oiro — mas, reflectidas na superfície do rio, as vossas côres nocionais, fulgindo ao sol e batidas pelo vento, confundir-se-ão no azul da água que cintila e palpita e serão apenas as estrêlas que fulgirão, como um diadema de oiro, no colo ardente do Cisne do Atlântico!

Tejo, primeiro beijo paternal e último olhar de Portugal ao Brasil, no teu peito forte, onde arfa e onde respira a alma inteira dum Império, bate no mesmo ritmo o coração de duas Pátrias. E és tu, que nesta hora mais uma vez simbòlicamente nos unes, Tejo dos Navegantes, Tejo da Aventura, Tejo das despedidas, Tejo dos *Lusíadas*, Tejo do Brasil, pórtico de Portugal sôbre o Mundo!

Minhas Senhoras

Meus Senhores:

Podem dar-se a esta Exposição três objectivos: em primeiro lugar, a projecção sôbre o Passado — como uma galeria de imagens heróicas da fundação e da existência nacionais, da função universal, cristã e evangelizadora, da Raça, da glória marítima e colonial, do Império; em segundo lugar, a afirmação

*ELEMENTO OFICIAL E CONVIDADOS NA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS*

*UM ASPECTO DA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS*

das fôrças morais, políticas e criadoras do Presente; em terceiro lugar, um acto de Fé no Futuro.

Êsses três objectivos resumem-se num só: testemunho e apoteose da Consciência nacional. E creio que, em nenhuma oportunidade, mais do que nesta, quando os valores do mundo se subvertem, se deslocam e se debatem numa trágica crise de espírito, esta simbólica exaltação das virtudes e das fôrças que criaram, mantiveram e dilataram o génio duma Pátria pode ter uma mais sugestiva repercussão.

Em relação ao Presente, esta Exposição, integrada numa larga série de obras construtivas, comportava um inquérito às faculdades de realização do País. A resposta que, neste capítulo, a Exposição traz ao ceticismo nacional parece-me de molde a dever ser enaltecida.

*LARGADA DE POMBOS NO DIA DA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS*

Em pouco mais de um ano, ao todo dezassete meses, foi concebida, delineada, realizada, decorada dentro duma área de 450 mil metros quadrados, esta pequena Cosmopolis Histórica, dividida em quatro secções: a sua secção histórica — constituída por oito pavilhões, com o seu pitoresco bairro seiscentista; o Centro Regional, cinco pavilhões, e lindo outeiro das aldeias portuguesas que se estenderá, como um lenço de ramagens, à sombra do Palácio dos Portugueses no Mundo; a Secção Colonial, evocação etnográfica e colorida das Colónias, no quadro magnífico do Jardim Tropical; a serie de outros pavilhões, de restaurantes, centros de informações, parques, jardins, espêlhos de água, etc.

Além dêstes edifícios e obras, o pavilhão consagrado ao Portugal de hoje, «Portugal 1940»; a Nau Portugal, ressurreição exacta dum galeão das Indias, com quatrocentas toneladas, que dentro em dias entrará de novo, triunfalmente, no Tejo e virá poisar, como uma águia doirada, sôbre a perspectiva do rio; o Monumento dos Descobrimentos, cujo perfil, dominado pela Cruz e pela Espada — criação arquitectónica soberba de Cotinelli Telmo, com a colaboração do escultor Leopoldo de Almeida — já se ergue, como uma guarda de honra à Tôrre de Belém — sem falar no recheio de obras e documentos brasileiros que ornam o excelente Pavilhão do Brasil — tôda essa massa enorme de realizações, em que trabalharam cinco mil operários, quinze engenheiros, dezassete arquitectos, quarenta e três pintores decoradores com cento e vinte e nove auxiliares, mais de mil modeladores-estucadores, sob a direcção de sete chefes e em que colaboraram alguns dos mais altos nomes da historiografia e da Cultura Portuguesa, representa um esfôrço original, exclusiva e brilhantemente português.

Creio que dificilmente se poderia, num mais curto lapso de tempo e com recursos relativamente modestos, levar a cabo uma mais significativa demonstração das admiráveis possibilidades do espírito, do gôsto, de competência histórica, artística e industrial, assim como do trabalho nacionais.

Mas não bastam, para que uma obra, que, na sua inspiração, no seu propósito, no seu objectivo, é de ideal Comemoração e Revivescência colectivas; — para que essa obra, na febril e efémera improvisação das suas alegorias, represente os estímulos e realize os fins para que foi criada, não bastam a lição do Passado e a afirmação do Presente.

Há alguma coisa mais alta ainda: é o Futuro. Para o Futuro se volvem nesta hora, mais do que nunca, buscando uma visão e uma certeza, os olhos dos Homens — e o coração das Pátrias. Nunca essas seis letras, que encerram em três consoantes e três vogais, o eterno mistério do Destino, representaram uma mais ansiosa mais dramática interrogação.

Para as almas fortes, as dos povos como as dos homens, o Futuro mais do que um enigma, confinado às sombras da dúvida e da ansiedade, é uma fôrça e um horizonte, é uma aspiração e uma vontade, é uma luz e uma Fé. Elevamos numa oferenda a essa renovada Fé os nossos corações, rejuvenescidos por oito séculos de sacrifícios e de glórias.

Quando Portugal começou a afastar-se do seu destino — que foi sempre de expansão e de projecção no Mundo — Lisboa começou a fugir do Tejo. Dir-se-ia que se haviam malquistado. Portugal emparedara-se na «apagada e vil tristeza»; Lisboa fechara os olhos ao Tejo e murara a suas janelas sôbre o seu grande páteo luminoso do Oceano.

Lisboa volta novamente ao Tejo. E para mim esta

Exposição é sobretudo a simbólica quermesse dessa Reconciliação, as bodas de oiro de Portugal e do Rio da Tradição de oiro; a festa do encontro do Portugal consigo próprio. Não podíamos levar às Comemorações Centenárias mais bela, mais vasta, mais sugestiva alegoria. No prodígio das nossas imaginações, esqueçamos por um momento a imperfeição, o artifício, do quadro aqui erguido. Povoa-se dos velhos génios da Raça esta paisagem, onde como nas colinas do Lacio, refloriu numa Idade Nova a Juventude do mundo. Anima-se o Céu. Águias sulcam as velhas rotas do Tejo. As grandes estradas aéreas do Mundo cruzam-se sôbre esta praia, como há quatro séculos se cruzavam as grandes estradas marítimas. Na grande civilização, não continental, mas inter-continental que será a Civilização de Àmanhã, Portugal volta ao seu destino histórico e geográfico, à universalidade para que a terra o criou e o mar o fecundou.

Visão soberba, de que os meus olhos não sabem despedir-se. Extremo ocidental da Europa, fronteira oriental da América, ponte do Atlântico, sôbre três Continentes, promontório do Brasil, hoje como outrora, lição e exemplo de Povos, como outrora — Pátria, os teus olhos criadores quaisquer que sejam as provas que te esperem, volvem-se para os lugares santos onde nasceu sôbre um punhado de areia o Império e onde a tua alma universal se formou para a Dor, para a Paz, para Deus, para o Ideal e para a Imortalidade!

Vejamos neste augúrio feliz o símbolo da festa de hoje!

# DISCURSO DE SUA EX.ª O MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES NO ACTO INAUGURAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

*Solicitado a proferir algumas palavras no acto da inauguração da Exposição do Mundo Português, mal pude tirar escassos momentos aos meus absorventes afazeres para me desempenhar do encargo. Isto explica, ao menos em certa medida, a brevidade e a insuficiência do meu discurso. Felizmente, porém, o sr. comissário geral da Exposição, com a autoridade especial das suas funções, acaba de dizer-vos, numa brilhante e formosíssima oração, tudo ou quási tudo o que conviria fôsse dito.*

*Por mim, tenho que declarar que considero a Exposição do Mundo Português o grande triunfo da nossa gente. Triunfo na concepção e na realização.*

*Traçada com larga visão do profundo sentido do seu significado evocador de oito séculos de História pátria, entre o Tejo, cujas águas murmuram ainda os feitos dos descobrimentos, e os Jerónimos, cujas pedras manterão eternamente viva nos portugueses a recordação da nossa epopeia, a Exposição do Mundo Português impõe-se por uma perfeita unidade arquitectural, pureza e elegância de linhas, e uma expressão de grandeza impressionante.*

*A realização representa um esfôrço gigantesco que só um fortíssimo entusiásmo criador tornou possível erguer em escassos doze meses, com recursos diminutos — agravadas as dificuldades próprias do empreendimento com as que resultaram do conflito europeu e do inverno passado, excepcionalmente rigoroso e prolongado — o quadro que os vossos olhos em-*

*bevecidos vão, dentro de momentos, contemplar, pode parecer um milagre, e é sem dúvida um êxito fulgurante.*

*Penso que os admiráveis resultados obtidos nos permitem afirmar com orgulho a capacidade realizadora de Portugal. A arquitectura e a engenharia portuguesas mostram inspiração e valor reais e engenho e espírito de organização seguros. A escultura, a pintura, a decoração marcam progressos sérios e, aqui e além, notáveis produções. O trabalho nacional nas suas múltiplas artes e ofícios, demonstra capacidade promotora, saber profissional e renovado espírito ae bem servir a nação, e revela-se capaz de constituir alicerce firme para a realização de quaisquer obras de que a nação precise, mais ousadas e difíceis que elas sejam.*

*O que explica o brilhante êxito da Exposição do Mundo Português? Acima de tudo, o entusiasmo patriótico que despertou em todo o país a memorável nota de Março de 1938 de que S. Ex.ª o sr. Presidente do Conselho se serviu para lançar à terra portuguesa, como fecunda semente, o seu belo, alto e clarividente pensamento das Comemorações Centenárias— pensamento que se converteu num poderoso instrumento de coesão da alma nacional.*

*Depois, e substancialmente, o trabalho inteligentemente orientado e perseverante dos realizadores da Exposição. Êles conservaram-se sempre, através de tôdas as vicissitudes, animados de fervoroso e devotado espírito de bem servir. Não desfaleceram na sua fé e souberam comunicar o mesmo estado de alma aos seus colaboradores, dos mais valiosos aos mais modestos. Não se diz isto no méro intuito de louvar — por justo e merecido que seja o louvor — diz-se mais como exemplo capaz de estimular novas fôrças criadoras.*

*Os realizadores da Exposição foram: o engenheiro Sá e Melo e o arquitecto Cotinelli Telmo.*

*No risco e no complexo artistico da Exposição, Telmo, artista raro e talentoso, artista em tudo — nos olhos, na alma, no coração — na organização e na execução, Sá e Melo, tenaz, incansável, calmo, modesto, oportuno, previdente. Homenagem a êles, primeiro.*

*Homenagem ao dr. Augusto de Castro, comissário geral da Exposição, no espírito que soube compreender rapidamente o talento realizador de um e o talento criador do outro, e a ambos assegurar desde a primeira hora uma confiança sem limites e um apoio sem restrições.*

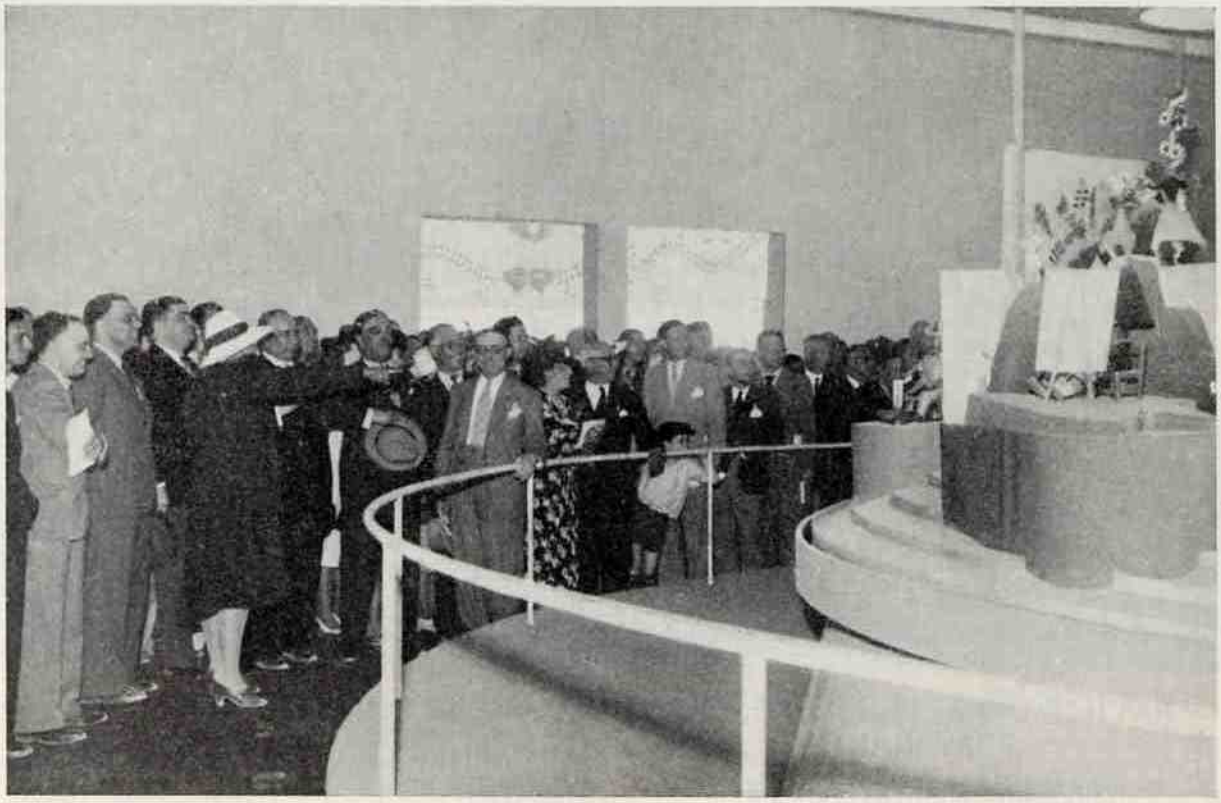
*Homenagem a todos os colaboradores de Telmo e Sá e Melo — directores de pavilhões, arquitectos, engenheiros, escultores, pintores, historiadores, todos, enfim, que deram o melhor do seu esfôrço para servir o pensamento de Salazar.*

*Homenagem ao Município de Lisboa pela sua valiosíssima colaboração, sem a qual a Exposição não teria sido possível.*

*Homenagem a todos os operários da Exposição que não se pouparam a nenhum sacrifício para converter em realidade o sonho dos seus chefes. Todos fizeram com que se cumprisse a palavra de Salazar. A todos o Govêrno agradece. A todos o país agradecerá.*

# EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

*A Exposição do Mundo Português, inaugurada solenemente no dia 23 de Junho, ergue-se, nuns terrenos marginais do Tejo, entre a estátua de Afonso de Albuquerque — o fundador do nosso império do Oriente — e a famosa Tôrre de Belém, do mais puro estilo manuelino, de que foi arquitecto Francisco de Arruda.*



*INAUGURAÇÃO OFICIAL DO CENTRO REGIONAL, NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS*

*Entre estes dois padrões da epopeia das Descobertas, e tendo por cenário majestoso o mosteiro dos Jerónimos — construído por D. Manuel I após a descoberta do caminho marítimo para a Índia — desenvolve-se, em 450.000 m₂ o grandioso certame, cuja construcção demorou pouco mais de um ano, estando a direcção dos trabalhos confiada ao engenheiro Sá e Melo e ao arquitecto Cottineli Telmo.*

*É seu comissário geral o sr. Dr. Augusto de Castro. Divide-se a Exposição em três*

*agrupamentos de edifícios, cada um com seu carácter e expressão própria: secção histórica, secção de etnografia metropolitana (Centro regional) e secção de etnografia colonial.*

*Não se pode dizer que haja um estilo definido; aproveitaram-se, porém, tôdas as sugestões da arquitectura continental e o pitoresco exótico dalguns territórios do Império, de que há exemplares curiosíssimos, dentro duma larga e ampla renovação, ou melhor, estilização, num gôsto francamente nacionalista.*

*O local da Exposição não podia ser melhor escolhido. Foi daquele sítio que partiram numerosas armadas para as Descobertas, entre as quais a de Vasco da Gama, o que dá a êste lugar um alto significado de tradição histórica.*

*A Exposição desenvolve-se, por assim dizer, em dois planos: o primeiro junto ao Tejo, tendo como centro a formosa Praça do Império, com a sua feérica fonte luminosa e ladeada por duas ordens de pavilhões; o segundo em terras mais elevadas, arborizadas de espécies exóticas, onde se construiu a secção colonial. Uma passagem liga as duas partes, seguindo os visitantes um trajecto único, de traçado racional e, tanto quanto possível, directo.*

*O acesso faz-se pela Porta da Fundação, projecto de Cottineli Telmo, que se recorta em quatro colunas majestosas, nas quais se erguem estátuas de guerreiros medievais. Junto dela o «Pavilhão da Fundação», com o seu aspecto de entrada de castelo roqueiro, fôsso, ponte levadiça segura por pesadas cadeias de ferro, guardas medievais de broquel e morrião, empunhando as lanças de D. Afonso Henriques.*

*Êste pavilhão é um edifício de linhas severas, célula simbólica da Nacionalidade — primeira pedra do lar de Portugal.*

*Damos, a seguir, em breve roteiro, uma descrição rápida dos pavilhões e principais monumentos desta grande Exposição do Mundo Português, que é, na sua síntese grandiosa e expressiva, a demonstração viva do génio construtivo de uma Pátria oito vezes secular, senhora de uma História gloriosa e incomparável.*

## PAVILHÃO DA FUNDAÇÃO DE PORTUGAL

DIRECÇÃO COORDENADORA DE
*LUIZ PASTOR DE MACEDO*
ARQUITECTO: *RAUL RODRIGUES DE LIMA*

ÁTRIO: — De um e de outro lado, reprodução de petróglifos da época pré-romana e estátuas de guerreiros.

SALA DE D. AFONSO HENRIQUES: — Ao fundo, a estátua do Rei Fundador. Expõe-se a espada do primeiro Soberano e a reprodução da pia baptismal, onde, segundo a tradição, foi baptisado o mesmo Monarca. A decoração das paredes apresenta as árvores geneológicas da ascendência e descendência de D. Afonso Henriques.

PASSAGEM: — O busto do primeiro Rei, que se supõe ser do século XII.

GALERIA: — Estátua do Arcebispo de Braga, D. João Peculiar, e de Gualdim Pais. Túmulo de Egas Moniz.

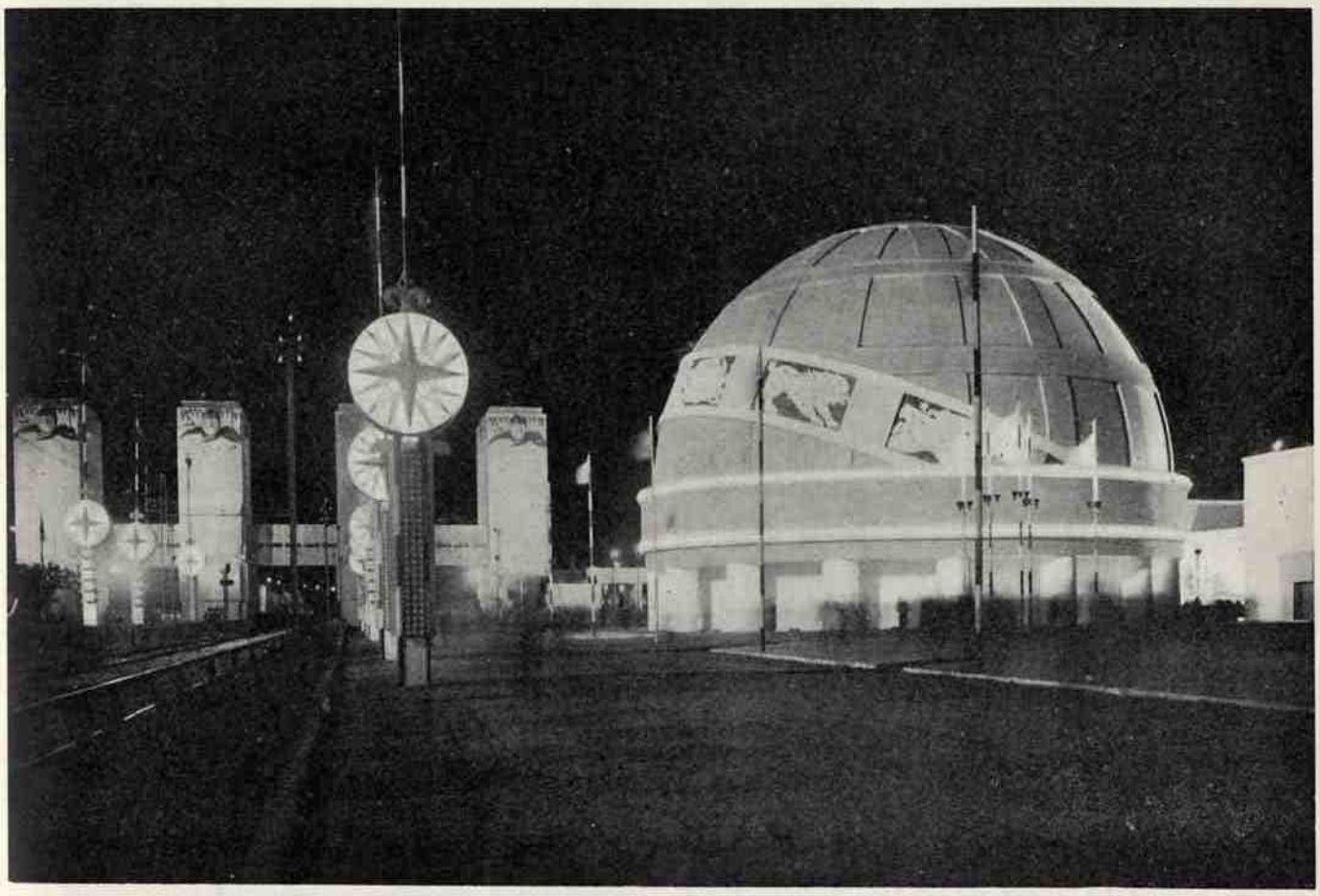
SALA DE DOCUMENTOS: — Estátuas de Gonçalo Mendes da Maia, o *Lidador*, e de Geraldo, o *Sem Pavor*. Numa das faces da divisória, ao centro da sala, o documento em que, provàvelmente pela primeira vez, se deu o título de Rei a D. Afonso Henriques (Março de 1139) e bula do Papa Alexandre III «Manifestis Probatum» (23 de Maio de 1179) em que a Santa Sé reconhece como Soberano o Fundador. Documentos do período da Fundação, entre os quais o foral de Guimarãis e o testamento do primeiro Rei.

PASSAGEM: — Nas paredes motivos de iluminuras da época.

SALA DOS CASTELOS: — Ao centro, miniatura do Castelo de Guimarãis.

SALA DAS BATALHAS: — Ao centro, uma celada do século XII; ao fundo um composição, em vulto, da morte de Martim Moniz. Alegorias de feitos de armas da Independência sôbre motivos de iluminuras do tempo.

PASSAGEM: — Nas paredes, motivos de iluminuras da época.



*ESFERA DOS DESCOBRIMENTOS E PORTA DA FUNDAÇÃO*

## PAVILHÃO DA FORMAÇÃO E CONQUISTA

DIRECÇÃO COORDENADORA DE
*LUIZ PASTOR DE MACEDO*
ARQUITECTO: *RAUL RODRIGUES DE LIMA*

ÁTRIO — Alusão às ordens militares.

SALA DO MAPA: — Um mapa luminoso mostra as fases da formação de Portugal. Noutra parede, a miniatura da Casa Municipal de Bragança, a mais antiga séde concelhia. Reprodução do foral de Constantim de Panoia (1096), o mais antigo que se conhece.

SALA DA FORMAÇÃO E POVOAMENTO: — Ao centro, a Cruz de Oiro de D. Sancho. No nicho, a reprodução do estandarte de Miramolim, tomado na Batalha de Navas de Tolosa.

Nas paredes: alusões pictóricas à Conquista do Algarve, às Côrtes de Leiria (1254) e baixos-relêvos, sôbre iluminuras do Missal de Lorvão, referentes ao povoamento do Reino.

SALA DE D. DENIZ: — Documentário escultórico e pictórico da obra cultural, económica e política do Rei Lavrador.

SALA DOS DOCUMENTOS: — Nas vitrinas, expõem-se alguns dos mais importantes documentos dêste período e peças de ourivesaria que foram da Rainha Santa Isabel.

SALA DA RAÍNHA SANTA ISABEL: — Reprodução do túmulo de Santa Isabel, em baixo-relêvo, alusivo à sua acção caritativa e à sua intervenção em Alvalade.

PASSAGEM: — Retrato da Raínha Santa, reproduzido de uma tábua do século XIV.

SALA DE D. AFONSO IV, D. PEDRO E D. FERNANDO: — Ao fundo, estatueta de um cavaleiro do século XIV. Num baixo-relêvo, evocação da batalha. Documentário das grandes leis económicas e de protecção à marinha e definição da Aliança luso-britânica.

## PAVILHÃO DA INDEPENDÊNCIA

DIRECÇÃO COORDENADORA DE
*LUIZ PASTOR DE MACEDO*
ARQUITECTO: *RAUL RODRIGUES DE LIMA*

ÁTRIO: — Baixo-relêvo consagrado a Nun'Alvares, como símbolo do Génio da Independência. Expõem-se a espada do Santo Condestável e, na parede, o seu brazão de armas.

SALA DE D. JOAO I: — Expõe-se o elmo e a espada do Mestre de Aviz. Pinturas reproduzindo a coroação do mesmo Soberano e o seu casamento com D. Filipa de Lencastre. Num painel, a recordação da descendência do Rei de Bôa memória, e noutro S. Jorge, padroeiro do Reino.

Por detrás da estátua do Monarca, as suas armas e, fronteiro àquele, num painel, João das Regras. Noutros quadros, alegorias à «Casa dos Vinte e Quatro» e às batalhas de Aljubarrota, Atoleiros, Valverde e Trancoso.

SALA DE ALJUBARROTA: — Circundando a sala, baixo-relêvo que evoca a batalha.

SALA DO TÚMULO: — Reprodução do túmulo do Mestre de Aviz e de D. Filipa de Lencastre existente no Mosteiro da Batalha. Nas paredes, brazões e divisas dos Infantes da *Inclita Geração.*

PASSAGEM: — O altar que, segundo a tradição, foi abandonado em Aljubarrota pelo Rei de Castela.

PASSAGEM: — No nicho, a imagem de Nossa Senhora da Conceição que acompanhou D. Sancho Manuel na batalha dos Montes Claros. Na parede, retrato de D. António Prior do Crato.

SALA 1640: — Representação, em relêvo, de uma reünião dos conspiradores no palácio de D. Antão de Almada, no Rossio.

SALA DE D. FILIPA DE VILHENA: — Representação, em vulto, da histórica cêna da madrugada do 1.º de Dezembro.

PASSAGEM: — Nas vitrinas reprodução de alguns documentos relativos à época da Restauração. Nas paredes, retratos dos principais vultos dêsse movimento.

SALA DE D. JOAO IV: — Dominando, a estátua do Soberano. Nas paredes, retratos das Raínhas D. Luisa de Gusmão e D. Catarina de Bragança; reprodução do brazão de armas do Arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, regente do Reino, após o 1.º de Dezembro; painéis representando a descendência do Restaurador, as guerras da Aclamação no Continente, Africa e Brasil e mapa da acção diplomática do mesmo Rei. Espadins que foram pertença de D. Teodósio.

SALA DA GUERRA PENINSULAR: — Expõem-se a mesa e o tinteiro, objectos utilizados em Sintra para a assinatura da Convenção (1808) e a reprodução, em miniatura, das Linhas de Tôrres Vedras. Nas vitrinas, documentos coevos. Nas paredes, painéis sôbre motivos militares da época e, em volta da sala, armas e bandeiras dêsse tempo.

## PAVILHÃO DOS DESCOBRIMENTOS

DIRECTOR HISTÓRICO: *COMANDANTE QUIRINO DA FONSECA*
ARQUIT.º-CHEFE DIRECTOR E AUTOR DO PLANO GERAL DAS DECORAÇÕES: *COTINNELLI TELMO*
AUTOR DO PROJECTO: *ARQUITECTO PARDAL MONTEIRO*

I SALA: — Síntese da concepção antiga do Atlântico. Na parede fronteira à entrada, representação das sereias, monstros marinhos e todos os lendários inimigos dos navegadores do mar alto Planisférios anteriores aos Descobrimentos.

II SALA: — Sugestão do que seria a *aventura* da navegação em frágeis meios de transporte marítimo.

III SALA: — Do *Infante D. Henrique*, que rodeado dos seus *criados* aparece no baixo-relêvo da parede de honra. Os Descobrimentos da época Henriquina representados no mapa onde sobressai a figura de Gil Eanes. O episódio das *rosas de Santa Maria*, da crónica de Azurara, é o principal elemento decorativo. Fixam-se as datas dos Descobrimentos e os nomes dos seus descobridores. Modêlo de caravela latina.

IV SALA: — Salienta documentalmente o impulso dado à marinha por D. Afonso V. Expõe-se um mapa ilustrado por um friso de navegadores dêste reinado e, noutra parede, vários tipos de barcos de navegação de longo curso. Documentos.

V SALA: — A figura central é D. João II. A viagem de Bartolomeu Dias serve de tema à decoração de uma das paredes e, nas outras, fixam-se os Descobrimentos de Diogo Cão. Salienta-se o valor do Tratado de Tordesilhas. Documentos.

VI SALA: — O triunfo real dos Descobrimentos. Num grupo escultórico Vasco da Gama e Pedro Alvares Cabral oferecem, simbòlicamente, ao rei D. Manuel, os países que atingiram. Decorações documentais da transformação de Lisboa no maior empório comercial da Europa. Na parede fronteira, visiona-se a embaixada régia portuguesa ao Papa. Documentos vários.

VII SALA: — Os modêlos de Galeão e Nau constituem o centro dêste salão, onde se valorisa a viagem circumnavegatória de Fernão de Magalhãis.

VIII SALA: — Instrumentos de navegação.

IX SALA: — Evocação do génio de Camões. Os

*Lusíadas*. Rodeiam o épico os cientistas, cartógrafos e cronistas representados pelas suas obras.

ESFERA DOS DESCOBRIMENTOS: — À saída do Pavilhão — no interior, num grande globo giratório, estão inscritas as derrotas das navegações portuguesas.

## PAVILHÃO DA COLONIZAÇÃO

DIRECTOR: *JÚLIO CAYOLA*

ARQUITECTO: *CARLOS RAMOS*

No lado exterior do Pavilhão, sôbre as portas da entrada, dois baixos-relêvos representando, respectivamente, a Fé o o Império.

SALA DOS ANTECEDENTES: — Seis mapas ilustrados horizontais, divididos em dois grupos, enunciam as razões históricas que impeliram os portugueses à sua expansão no Mundo: 1.º — o aspecto económico do mundo, em relação à Europa, no século XV, marcando a proeminência da hegemonia comercial no Mediterrâneo; 2.º — Portugal na Idade-Média, salientando a ocupação do litoral português e o desenvolvimento das comunicações internacionais por via marítima; 3.º — o propósito de se estabelecer uma nova rota marítima para o Oriente. A situação do comércio marítimo no Mediterrâneo, ameaçado pelo poder muçulmano; 4.º — a obra e acção do Infante D. Henrique. Instituïção da ciência náutica em Portugal; 5.º — o plano do Infante: fixação dos portugueses em Marrocos e a circumnavegação da Africa ocidental; 6.º — a expansão marítima portuguesa no Atlântico.

SALA DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO COLONIZADOR: — De um lado e do outro das portas de acesso, quatro baixo-relêvos subordinados aos seguintes motivos: a fundação do Castelo da Mina; Lisboa, metrópole do novo estado Marítimo e Colonizador; a chegada dos portugueses ao Congo; a actividade informativa dos portugueses: Pero da Covilhã e Afonso de Paiva em demanda do Prestes João. Nas paredes laterais à esquerda e à direita, dois medalhões alegóricos, alusivos à instituïção das capitanias; à doação do espiritual da Ilha da Madeira; ao povoamento e colonização da Ilha da Madeira; à fundação da Companhia de Lagos; ao comércio de resgaste; às feitorias; a D. João II, fundador do sistema de feitorias; à actividade marítima; à Casa da Guiné; à feitoria da Flandres. Legendas explicativas sôbre a organização do Estado colonizador.

SALA DA AFRICA: — À direita e à esquerda da sala, dois quadros representando, respectivamente, as grandes explorações económicas do ocidente africano, no século XV, pelos portugueses; o ouro, o escravo, as especiarias; alusão às riquezas e à influência que trouxe à Europa a exploração do continente africano pelos portugueses.

Nas paredes, sobrepostas, um baixo-relêvo intitulado «Africa» e um painel inspirado no motivo «Africa Nostra». Vitrinas com mapas ilustrados.

SALA DO ORIENTE: — Na parede principal, a reprodução da tapeçaria de Viena (colecção das tapeçarias de D. João de Castro) com a seguinte legenda: «D. João de Castro entrando triunfalmente em Gôa, no dia 22 de Abril de 1547».

Nas paredes, quatro mapas referentes à fundação do Estado da Índia (Império de Albuquerque); à expansão e ocupação portuguesa no Oriente: à Arábia; à Índia e gôlfo Pérsico.

Biombo decorativo sôbre a expansão portuguesa no Oriente e Extremo Oriente. Vitrinas com mapas ilustrados.

Ao fundo, o Relicário do Oriente. Ladeando a porta de acesso, telas decorativas. No interior painéis alusivos à chegada de Vasco da Gama a Calicut; a D. Fernando de Almeida na batalha dos Rumes; à tomada de Ormuz por Afonso de Albuquerque; à conquista de Malaca; a D. João de Castro, vencedor de Diu.

Na parede fronteira às dos painéis, reproduções picturais da Tavoa da Aguada do Xeque; de Lopes Soares de Albergaria e de Diogo Lopes Sequeira. Vitrinas com documentos.

POLÍTICA DE LIMITES: — Ao fundo, o mapa com o meridiano ajustado, em Tordesilhas, entre D. João II e os Reis Católicos, que repartem entre Portugal e Castela as terras descobertas e por descobrir. Ladeando o mapa as figuras de Alexandre VI; de D. João II; dos Reis Católicos e do ilustre Duarte Pacheco Pereira, um dos signatários do tratado de Tordesilhas. À direita, três mapas denominados: Antes da conferência de Berlim; Após a Conferência de Berlim; Mapa Côr de Rosa. À esquerda cinco mapas: Guiné, Angola, Moçambique, Índia, Timor. No interior do vão da sala: modêlos de uniformes militares coloniais: *maquete* alegórica do feito de Chaimite: na parte superior da respectiva parede: episódio das guerras angolanas, pintura, século XVII. Ao centro: gráficos horizontais historiando a ocupação militar no século XIX, de Guiné, Angola, Moçambique, Índia e Timor.

PASSAGEM: — Na parede: mapas relativos à penetração e povoamento.

POLÍTICA ADMINISTRATIVA: — *1.ª Secção*: Árvore alegórica dos grandes administradores do Império Colonial Português até ao século XVII. Nas paredes: gráficos construídos: 1.º — Muata Cazembe; 2.º — Recepção dos portugueses na Côrte do Congo.

Ao centro, vitrinas com documentos.

*2.ª Secção*. Ao fundo: baixo-relêvo em que se lê um trecho da carta escrita pelo rei D. Sebastião, em 12 de Março de 1568, ao vice-rei da Índia, D. Luiz de Ataíde. Nas paredes laterais da Secção, dois tríptico, tendo cada um por motivo três momentos culminantes da obra administrativa realizada. À direita: 1.º (ocupação e colonização das ilhas): os primeiros capitãis donatários iniciam a obra de colonização; evocação da côrte de D. António, prior do Crato, nos Açôres, em 1582; criação da Companhia de Cabo Verde e Cacheu, no fim do século XVII; 2.º (criação e colonização do Império do Oriente): Afonso de Albuquerque como Administrador do Estado da Índia; D. João de Castro entra em Gôa após a vitória de Diu; o Governador Ferreira do Amaral recupera Macau em 1846, dando-lhe o aspecto de colónia e suprimindo as alfândegas chinesas. À esquerda: 1.º (ocupação e Colonização de Angola); Paulo Dias de Novais, fundando a cidade de S. Paulo

de Luanda, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (século XVIII), grande organizador da colónia, fundador de Oeiras, onde estabelece a primeira fábrica de ferro; Artur de Paiva numa cena de organização colonial dos planaltos. 2.º (ocupação e colonização de Moçambique): Francisco Barreto, primeiro governador dos Rios de Cuama; Mousinho de Albuquerque como Comissário Régio e a sua obra na pacificação do interior: Visita de Sua Ex.ª o Presidente da República, General Carmona, à cidade de Lourenço Marques.

*3.ª Secção.* Ao fundo, árvore alegórica dos grandes administradores do Império Colonial Português até aos nossos dias.

Nas paredes: gráficos construidos: 1.º — organização duma feitoria: 2.º — abertura duma estrada.

Ao centro, vitrinas com documentos. Na parede fronteira às secções da sala, vê-se o mapa da Flora e da Fauna na História da Colonização Portuguesa e o Quadro de Honra dos naturalistas portugueses e estrangeiros ao serviço da expansão científica do Ultramar Português.

PASSAGEM: — Viagens de carácter científico (mapas).

POLÍTICA INDÍGENA: — Ao fundo: baixo-relêvo evocando três momentos fundamentais: 1.º — Oriente: (Entrega do foral de Afonso Mexia, 1526): 2.º África: (A conversão do rei do Congo; 3.º — Brasil: (A corporação dos elementos raciais na expulsão dos holandeses). Nas paredes, — tábuas sumárias da política indígena desde os primeiros contactos até à actualidade. Vitrinas com documentos.

A FÉ E O IMPÉRIO: — À entrada, na parede, uma pintura evocativa do martírio do Beato João de Brito. Nas paredes laterais, painéis tendo por assunto: À esquerda — Sentido universalista do Apostolado português: Batismo; Instrução; Assistência. À direita: O Apostolado português em Africa; na Asia; na Oceania; na América. Ao fundo da parede central, sôbre o tímpano, pintura mural inspirada numa passagem da Vita Cristi; No transepto: tríptico seccionado nos seguintes motivos: Serviço de Deus; A ordem de Cristo; Acção missionária. Na parede fronteira: mapa da expansão portuguesa da Fé. Vitrinas com documentos.

PANORAMA ACTUAL DA ACÇÃO COLONIAL PORTUGUESA: — Nas paredes, fotomontagens mostrando a acção política e administrativa de Portugal no Império ultramarino, vendo-se ao centro da sala um tabuleiro com construções relativas aos aspectos mais importantes da colonização portuguesa, como transportes, vias de comunicação e transmissão, portos e navegação, instrução, assistência, missões; comércio, agricultura. Nas paredes legendas dos srs. Presidente do Conselho, dr. Francisco Vieira Machado, ministro das Colónias, e dr. Armindo Monteiro, antigo ministro das Colónias.

SÍNTESE: — A expressão desta sala é dada por dois trípticos laterais. I — Simbolização do espírito moral que precedeu os descobrimentos e da obra de expansão e colonização que nêles se originam) 1.ª tábua — O anjo acolhe os Cavaleiros de Cristo (Inspiração dum auto de Gil Vicente); 2.ª — os anjos mostrando ao Infante o mundo e o mar navegável, as terras a povoar e a conquistar; 3.ª — Sentido cristão e universalista da Colonização portuguesa. II — (Criação espiritual duma nova civilização humana e começo de uma nova era de conhecimento baseado na experiência); 1.ª tábua — O espírito científico, conhecimento do mundo e das coisas, vendo-se nesta tábua Garcia da Orta e o dr. Ruano, personagens dos *Colóquios dos Simples*; 2.ª — A origem da civilização oceânica pela interpenetração dos continentes; 3.ª — Uma literatura que, na sua fase correspondente aos poemas homéricos para a Grécia, deu ao mundo o seu maior poema épico dos tempos modernos: — Os *Lusíadas*. Ao centro da sala, um livro aberto em cujas páginas está desenhado um planisfério. Na parte ocidental dêste, vê-se a Europa de mínima extensão ameaçada pela subversão dos povos muçulmanos, e a acção de Portugal derivando o perigo comum. No hemisfério oposto mostra-se que pela expansão dos povos do Ocidente europeu, devido aos descobrimentos dos portugueses, se formou um novo centro de civilização, — o atlântico.

## PAVILHÃO DO BRASIL

DIRECÇÃO COORDENADORA DO *DR. AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR*

PLANO ARQUITECTÓNICO DOS INTERIORES: ARQUITECTO *ROBERTO LACOMBE*

ARQUITECTO-ADJUNTO: *FLAVIO BARBOSA*

PROJECTO DO PAVILHÃO — ARQUITECTO *RAÚL LINO*

ENTRADA: — Na galeria que da escada principal leva ao salão de conferências, encontram-se colecções de produtos do solo brasileiro. Painéis, com notas explicativas e estatísticas, completam o mostruário.

Na escadaria, mapas geográficos documentam aspectos económicos, históricos e turísticos do Brasil.

SALA DO LIVRO: — Com gabinete de leitura anexo, dá a síntese da cultura e da actividade editorial brasileira.

SALA DE FOMENTO E INDÚSTRIA: — Representação das obras públicas, vias de comunicação, fabrico de material bélico e Imprensa.

SALA DE AERONAUTICA: — Documentário da navegação aérea de tôdas as actividades afins. Homenagem aos pioneiros Bartolomeu de Gusmão, Augusto Severo e Santos Dumont.

SALA DO RIO DE JANEIRO: — Um diorama da cidade mostra os aspectos monumentais da capital do Brasil. Exibe-se o documentário da técnica do saneamento, higiene e da soroterapia. A figura de Oswaldo da Cruz, saneador do Rio de Janeiro, é a homenagem ao trabalho dos sábios brasileiros.

SALA ETNOGRÁFICA: — Completa os mostruários a secção de etnografia do selvagem brasílico, apresentada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro.

SALA DE HONRA: — Exposição de arte brasileira contemporânea.

Todos os pisos são revestidos de tacos de ma-

deira, ladrilhos cerâmicos e borracha, vindos do Brasil.

## CASA DE SANTO ANTÓNIO

PLANO E CONCEPÇÃO DE *GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA*

ARQUITECTO: *VASCO MORAIS PALMEIRO (REGALEIRA)*

Não sendo a figuração exacta da pousada onde nasceu Santo António, é a evocação da casa medieval de Lisboa

À entrada, num nicho, a imagem da Virgem Maria, e junto a candeia votiva; ao lado da escada exterior, atrás de grade forjada, a *Cruz do Milagre*, tal qual está na escada da tôrre da Sé. A porta românica abre para a primeira quadra, com tecto abobadado de aresta, chaminé trecentista, tocheiro de ferro, armário ferrajado, trasfogueiro e espêto junto do fornilho de argila. Depois de um arco de alvenaria, na segunda quadra, também lageada, pendente da parede a cruz de cobre. Em frente, do arquibanco onde o Menino Jesus surgiu entre os pergaminhos, ajoelha o Santo. Castiçal e a caveira da meditação junto dos livros devotos. A esquerda, o catre, a arca ferrajada e um escano.

Por outro arco, passa-se para a Sala-Museu onde, no tecto apainelado, se pinta a cronologia agiológica de Fernando Martins de Bulhões (1195 a 1231). Sôbre a sanca, em oito tabelas, corre o hino trecentista em honra de Santo António. Nas paredes, reproduções pictóricas das tábuas de Frei Carlos, Gregório Lopes, Francisco Henriques e mestre de Ancede, figurando o taumaturgo.

Na segunda sala, no apainelado do tecto, motivos lendários populares.

No patim inferior da nova escada, uma imagem do Santo, escultura do século XIV.

Passado o alpendre de telha vã, o pátio ajardinado, onde se vê a fonte medieval com as velhas vasilhas de barro, enfileiradas próximo da bica. Um banco de pedra e na parede da tôrre visinha um fresco onde se reproduzem as figuras de Santo António e S. Francisco de Assis, como as pintou Martini, no início do século XVI.

## BAIRRO COMERCIAL E INDUSTRIAL

DIRECÇÃO DE *JOAQUIM ROQUE DA FONSECA*

PLANO DE *GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA*

ARQUITECTO: *VASCO DE MORAIS PALMEIRO (REGALEIRA)*

*SÍNTESE DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS PORTUGUESAS EM AMBIENTE ARQUITECTÓNICO ANTIGO*

PAVILHÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS: — Colaboração das Associações Comerciais de Lisboa e Pôrto e das Associações Industriais Portuguesa e Portuense. E o centro de irradiação do «Bairro». Sala da História Económica de Portugal e salas de recepção e conferências, pôsto de propaganda e informação.

## PAVILHÃO DE LISBOA

DIRECÇÃO COORDENADORA DE *NORBERTO DE ARAUJO*

ARQUITECTO: *LUIZ CRISTINO DA SILVA*

VESTÍBULO: — Nas paredes laterais, dois painéis de azulejo recortado, representando figuras típicas lisboetas do século XVIII.

No lado poente, encontra-se a *Grade da Sé* que durante quatro séculos serviu de porta a uma das capelas da ábside da mesma catedral. Na sobreporta, uma *alegoria a Lisboa*, inspirada num desenho de Francisco Holanda.

PÁTIO EXTERIOR: — Abre por arcadas, enfeitado de alegretes no feitio lisboeta do século XVIII. As paredes do fundo representam casaria de Lisboa velha, síntese da casa popular, do solar fidalgo, do cunhal palaciano, da igreja paroquial ou da ermida — em planos sobrepostos, o que permite visionar a capital seiscentista. Reproduzem-se as *tendas* ou *basares* coevos do tipo dos da Ribeira Velha. Ao centro do Pátio o autêntico *Cruzeiro de S. Lázaro*.

SALA DE S. VICENTE: — O tecto, inspirado no da «Sala das Pêgas», tem pintado os corvos e as naus, elementos do brazão de Lisboa.

Ao centro, ergue-se a estátua de S. Vicente, conforme a iconografia tradicional.

Nos ângulos da sala, quatro painéis representando episódios da transladação do corpo de S. Vicente do promontório de Sagres para Lisboa.

SALA DE HONRA: — Num cofre, o *Foral de Lisboa* (1179) doado por D. Afonso Henriques.

Na parede sul, iluminura decorativa de reminiscência pictural do século XII, e legendas reproduzidas da abertura e fecho daquele documento.

A parede do poente é preenchida por um tríptico de cenas da tomada de Lisboa.

Na parede fronteira, reproduz-se o cêrco a Lisboa, em 1384.

Na parede norte, reprodução ampliada da iluminura da «Crónica de D. João I», visão de Lisboa quinhentista.

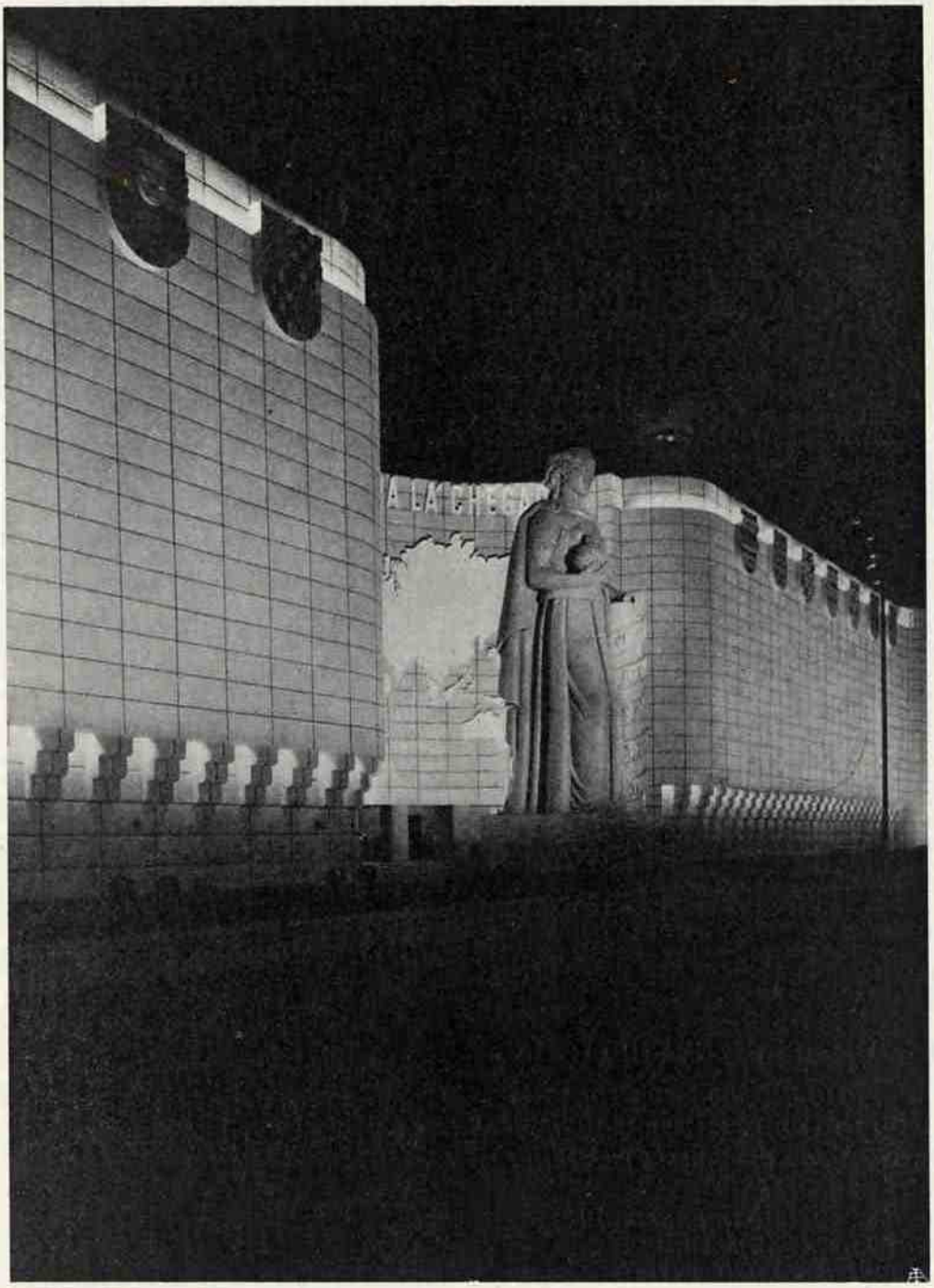
As nervuras que acompanham o desenvolvimento do tecto abobadado, têm, na base, baixo-relêvos representando a Alcáçova Régia, a Sé, S. Vicente de Fora e uma porta da Cêrca Moura. O fecho da abóbada é a reprodução dum sêlo de Lisboa, do século XIII.

Ao centro da sala, o *Padrão de Lisboa*, com a nau, elemento fundamental do brazão, olissiponense.

SALA DE PITORESCO: — Em onze palcos, pintura cenográfica reproduzindo estampas típicas de Lisboa e locais dos séculos XVII e XIX

Em vitrinas, exemplares de tipos «alfacinhas» e arte barrista do passado e do presente.

SALA CASTILHO: — De homenagem ao olissipógrafo Visconde Júlio de Castilho. Nas paredes a



*ESTATUA DA SOBERANIA EM FRENTE AO PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO*

*TORRE DO PAVILHAO DOS PORTUGUESES NO MUNDO*

ampliação da *planta de Lisboa*, de George Braunio, e a mais antiga *Vista de Lisboa* (século XVI) reproduzida e ampliada da «Crónica de D. Afonso Henriques» de Duarte Galvão.

Entre outros quadros originais, vê-se o de Miguel Lupi — «O Marquês de Pombal presidindo ao estudo da reedificação de Lisboa» —; a vista da cidade no século XVII (partida de S. Francisco Xavier para a Índia); e a vista do Rossio, no início do século XIX.

Em vitrinas, espécies bibliográficas olissiponenses.

GALERIAS: — Em seqüência, *dez painéis de azulejo*, desde Ribamar a Xabregas (século XVIII).

Nos seis dioramas em rotunda, mostram-se vistas de Lisboa e do Tejo dos séculos XVI, XVIII e XX.

SALA DO FUTURO: — Visão gráfica de Lisboa, dentro de poucos anos, com projectos, desenhos e plantas.

ÁTRIO DA SAÍDA: — No fundo, painel de azulejo com vista de Lisboa actual e panorâmica do Tejo.

## PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO

DIRECÇÃO COORDENADORA DE *AFONSO DORNELAS*

ARQUITECTO-CHEFE *COTTINELLI TELMO*

SALA DA EUROPA POLÍTICA: — Na parede fronteira à entrada, a árvore geneológica apresenta os Chefes das Nações Católicas da Europa que descendem de D. Afonso Henriques. Na parede oposta, reproduções de medalhas cunhadas em vários países, referentes a Portugal, e retratos das Princesas portuguesas Rainhas de Estados Europeus.

SALA DA EUROPA RELIGIOSA: — À entrada imagem de Santo António prégando. Quadros reproduzindo o Papa João XXI e os Santos portugueses. Num outro nicho, o prégador sagrado Diogo Afonso de Maga-Ancha.

SALA DA EUROPA MILITAR: — Representação simbólica do auxílio militar dado por Portugal a Nações europeias (do século XII ao século XX). Evocação escultórica da participação dos Portugueses na Grande Guerra e dos *Viriatos* na Guerra de Espanha.

SALA DA CULTURA PORTUGUESA NA EUROPA: — Portugueses que se notabilizaram nas ciências, letras e artes. Alusão às feitorias, como centro de intercâmbio cultural.

SALA DE MARROCOS: — Pinturas alusivas à conquista e ocupação das praças de guerra, inspiradas nas tapeçarias de Pastrana. Estátua de D. Pedro de Menezes, 1.º governador de Ceuta. Baixo-relêvo com a disposição panorâmica das fortificações construídas pelos portugueses em Marrocos e a reprodução do «ceitil», primeira moeda europeia destinada a comerciar com os naturais.

SALA DA FÉ E DOS SACRIFICIOS DOS PORTUGUESES EM MARROCOS: — Imagens de Santa Maria de África, de Nossa Senhora a Portuguesa Conquistadora.

Representação alusiva ao Infante Santo e a D. Sebastião. Documentos vários.

COSTA MEDITERRANEA DE AFRICA: — No friso que rodeia a sala, evocação do auxílio português ao Imperador Carlos V e ao exército espanhol sitiado em Oran, dos Grão-Mestres da Ordem de Malta e do Infante português D. Pedro (neto de D. João I) que foi Rei de Chipre.

VIAGEM AÉREA DE GAGO COUTINHO E SACADURA CABRAL AO BRASIL: — AVIAÇÃO. Em dois pequenos recessos, referência ao inventor da «Passarola» (P.e Bartolomeu Gusmão) e às viagens aéreas dos portugueses, evocando-se num ciclorama, o feito de ciência e audácia dos dois portugueses que ligaram Portugal ao Brasil pelo ar.

SALA DA ABISSÍNIA: — A presidir à representação das fortalezas, edifícios e templos ainda hoje existentes na Etiópia, a figura do «Rei dos Reis». Referência à ascendência portuguesa de Victor Manuel III, Rei de Itália e actual Imperador da Abissínia.

SALA DA ÍNDIA: — Dá ambiente local um baixo-relêvo do Trimurti do Templo de Elefanta, sobrepujado pela Cruz simbólica da Religião de Cristo. Nas paredes, um friso representando os Grandes da Índia. Referências e peças representativas da acção portuguesa na Índia.

SALA DA CHINA: — No estilo das cerâmicas chinesas, representação da actividade lusa no Celeste Império, simbolizado pelo Dragão que se vê na parede principal.

SALA DO JAPÃO: — As paredes representam um grande biombo de estilo nipónico. Figuram motivos alusivos à civilização ocidental que os portugueses levaram ao Império do Sol Nascente. Estátua á Virgem Maria (japonesa) e outras que representam a influência cultural lusíada no Japão.

GALERIA: — Documentos referentes à acção portuguesa no Império Nipónico.

SALA DA OCEANIA: — Interpretação pictural da actividade lusa.

SALA DAS AMÉRICAS: — No tôpo, dois painéis representando a acção dos portugueses nas Américas em geral. A aventura de Aleixo Garcia em busca do oiro; os bandeirantes.

Síntese da História do Brasil colonial.

SALA CAMÕES: — Síntese de todo o pavilhão e de tôda a exposição: os deuses dos «Lusíadas» porque Camões substituiu, ao jeito da época, o verdadeiro Deus — suportam o tecto da sala, o Mundo onde se recorta Portugal.

## PORTUGAL 1940

CORPO SUL DO PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO

VESTÍBULO: — As estátuas dos Presidentes da República e do Conselho. Nos nichos, frases alusivas aos dois grandes estadistas portugueses.

Passado o vestíbulo, na sala e na parede, à direita, mostradores circulares com dioramas revelando as grandes realizações do Estado Novo, nos sectores do: exército e marinha; comunicações; hidráulica; assistência; estradas; ensino; crédito agrícola; movimento de portos; riquezas (vinho, cortiça, azeite, trigo, etc.).

Na parede da esquerda, bandeiras dos grémios e sindicatos nacionais.

Nas paredes laterais, fotomontagens evocativas das instituições e realizações mais características do Estado Novo.

Na rotunda, ao fundo da sala, seis painéis representativos da constituïção política do Estado Novo. Arvore central explicativa dêsses painéis, com legendas:

Por baixo dos painéis, gráfico representativo da Política Financeira de Portugal, onde figuram, sob o título «Portugal país de boas contas», o equilíbrio financeiro e o sistema bancário português — base da obra de ressurgimento Nacional levado a efeito pelo Estado Novo — e a política de Salazar.

Á saída da sala, encontram-se as instalações do Secretariado da Propaganda Nacional na Exposição do Mundo Português, com um pôsto de informações e uma dependência dos serviços do referido organismo.

## CENTRO REGIONAL

*ORGANIZAÇÃO DO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL*

ALDEIAS PORTUGUESAS

ARQUITECTO: *JORGE SEGURADO*, COM A COLABORAÇÃO DE *SALES VIANA* E *D. TOMÁS DE MELO*

Visão típica do conjunto das terras portuguesas. Á entrada, a seguir ao arco, um moinho de velas, onde estão instalados os postos de informação da Comissão de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários.

TRÀS OS MONTES, BEIRA ALTA E BEIRA BAIXA: — Entre as construções de características transmontanas, a *Casa do Passal:* outra de tectos colmados, ladeada pela chamada *Fonte do Mergulho;* e da parte de cima do lago, a *Casa da Noiva*. Na *casa do lavrador*, acomulam-se no pátio alfaias agrícolas. Na taberna fronteira está instalada a atafona. Representação de actividades regionais.

MINHO, DOURO E BEIRA LITORAL: — Entrada no quadro campesino regional pelo *Arco da Bobadela* (época romana). Além de duas casas visitáveis, encontram-se nas suas oficinas um barbeiro, um jugueiro, um cesteiro, um filigraneiro e uma tecedeira de colchas atoalhados da região coimbrã de Almalaguez.

ALTO E BAIXO ALENTEJO: — Núcleo de edificações, à roda de um pátio, com varanda típica, onde se encontram *carros de canudos*. Lojas de seleiro, correeiro (com tear para cilhas e atafais) e de oleiros de Niza.

EXTREMADURA E RIBATEJO: — Do aglomerado de aldeias das duas províncias, junto ao *campo da feira*, a característica *estalagem do Senhor Roubado* onde, no interior ou no eirado, se servem pratos regionais. Na parede trazeira do edifício, a narrativa em azulejo do desacato cometido, (Século XVIII) no convento de Odivelas que deu o nome à estalagem.

Capela praticável e loja de ferrador.

ALGARVE: — Aglomerado de casas, construção típica de Olhão, com vivendas açoteadas e coroadas das características chaminés. Em pequenos pátios, vegetação regional. Loja do doceiro, junto ao campo da feira.

AÇORES E MADEIRA: — Do arquipélago açórico, construções de basalto com janelas e soleiras de portas debroadas a cal branca. Representação das casas polícromas madeirenses.

CAPELA DE St.º ANTÓNIO: — Templo, no extremo ocidental das aldeias, em honra do Taumaturgo, patrono dos povoados regionais.

## SECÇÃO DA VIDA POPULAR

ARQUITECTOS: *VELOSO REIS E JOÃO SIMÕES*, AUTORES DOS PROJECTOS DOS PAVILHÕES

DECORAÇÕES INTERIORES: *FRED KRADOLFER, TOMÁS DE MELO, BERNARDO MARQUES, CARLOS BOTELHO, EMÉRICO NUNES, JOSÉ ROCHA, ESTRELA FARIA, PAULO FERREIRA, EDUARDO ANAHORY*

Passada a ponte que galga a via férrea — na fachada dos pavilhões — dois baixo-relêvos, com cénas da vida campestre. Ligada à sala das pescarias, um farolim e uma série de nichos decorativos e coluna com ornatos inspirados em temas populares. A decoração do jardim interior é de motivos escultóricos inspirados na imaginária popular. No vestíbulo da entrada, do lado oriental, o posto informador.

SALA DO PRÓLOGO: — No centro, espécie de *carroussel* com figuras movimentadas das profissões mais características e pitorescas. Decoração parietal: treze painéis das províncias continentais e ilhas adjacentes. Numa pequena sala, instalação da indústria dos metais nobres (em laboração). Um busto de mulher nortenha ataviada com as mais belas peças de ourivesaria popular.

PAVILHÃO DE OURIVESARIA: — Espécie de tôrre cilíndrica reproduzindo motivos de filigranagem. Exposição de verdadeiras peças de museu em filigrana e chapa batida. A SALA DE INDÚSTRIAS MANUAIS: — Em laboração operários de lavores em madeira, cortiça, chifre e outras matérias empregadas no fabrico de palitos, facas, garfos e tamancaria.

## PAVILHÃO DO MAR E DA TERRA

I — PESCARIAS — Três painéis mostram as siglas ou marcas pessoais do poveirame e numa das paredes os mais variados tipos de embarcações. Decoração feita com alfaias náuticas. Numa rotunda, pescadores trabalhando em rêdes. No solo, um gráfico com indicações das zonas piscatórias do País.

II — RENDAS — Grupos de rendilheiras de Vila do Conde, Peniche e da Ilha da Madeira.

III — RELIGIÃO — A procissão típica, de S. Paio da Torreira. Expõe-se verónicas, rosários, registos

BEIRA BAIXA

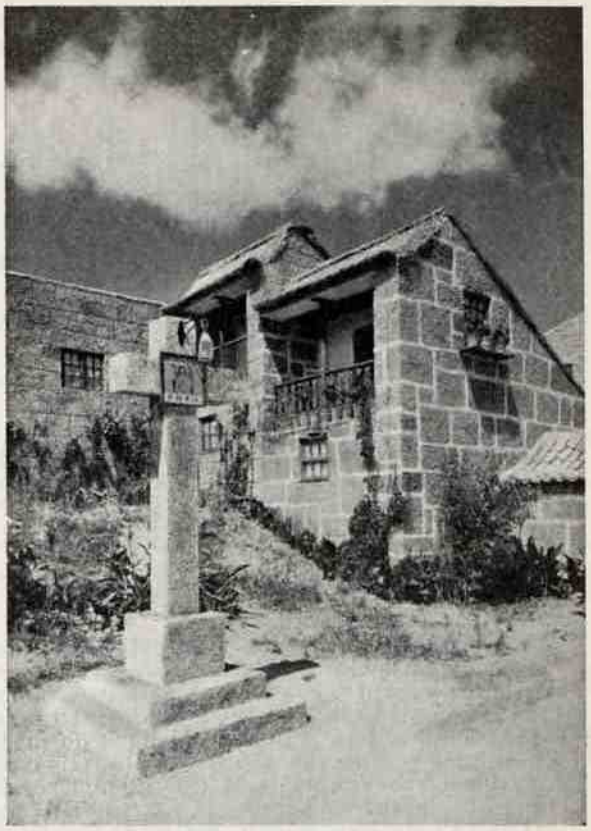
CENA ALDEA

# CENTRO REGIONAL

(REALIZAÇÃO DO S P N)

# EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

CRUZEIRO NUMA ALDEIA TRANSMONTANA



CLAUSTRO DO PAVILHÃO DA DOÇARIA

ou estampas de romaria, «ex-votos», quadros votivos, promessas, etc.

IV — SUPERSTIÇÃO — Arquivam-se exemplares em relêvo de animais, plantas e objectos de crendice popular. Expõe-se uma enorme sereia modelada em arame de latão.

V — PASTOREIO — Nas paredes, enfeites da vida pastoril.

VI — CAÇA — Decoração esquemática da floresta e pranchetas com modêlos de armadilhas.

VII — PIROTECNIA — Três painéis, ampliação dos «registos», lembram os populares Santos de Junho. Redução de várias maquetes de fogos do ar e prêso e dêste os «mascatos».

## PAVILHÃO DAS ARTES E INDÚSTRIAS

I SALA — Seqüência de painéis com representações de trapologia, pelaria, incisos, tatuagem, esgrafitos, gravura, etc. Em escaparates, a luminária do uso profano e religioso. Secção de ferro trabalhado, cobre, lata e latão; trabalhos de madeira: escultura popular do uso doméstico, tais como as vazilhas zoomórficas de Mafra. Exemplares de bonecaria, cestaria, barros de Extremoz, Barcelos, Gaia e Prado. Exposição de maquetas de habitações rústicas e mostruário de fotografias de casario típico.

II SALA — *No corredor paralelo à II sala, de conferências e cinema* — expõe-se o instrumental popular. Na *rotunda do fundo*, a composição alegórica da música do povo.

III SALA — Transportes marítimos com o documentário de diferentes tipos de embarcações. Exposição de manequins da indumentária da gente do do mar.

IV SALA — Transportes terrestres com exemplares de carros e de arreios. Figuras de tamanho natural representando: campino ribatejano; um transmontano com *capa de honras;* uma mordoma minhota; e uma mulher bracarense. Figurinos e peças de vestuário regional.

V SALA — Tecelagem. Alegorias parietais às indústrias do linho, da sêda e da lã. Ao centro da quadra trabalham tecedeiras nos seus teares. Demonstração da sirgaria por uma bordadora de Castelo Branco.

VI SALA — Ao centro, oleiros modelando na roda. Nas paredes laterais, montras com as mais variadas peças de cerâmica nacional. Painel decorativo esculpido em tejoleira.

PAVILHÃO DE DOÇARIA E PANIFICAÇÃO: — Numa das paredes, alegoria ao trigo e à sua cultura. Exibição de alfaias da ceifa e do preparo da farinha. Ao fundo, duplo friso ornamental formado pelos taboleiros de Tomar. Numa vitrina, mostruário de bolos regionais. Exemplar dum forno. Mostradores com doces de prato. Reconstituïção de uma *roda monástica*, junto da qual raparigas, com hábitos monacais, vendem a tradicional doçaria conventual.

## NAU PORTUGAL

PLANO E DIRECÇÃO COORDENADORA DE *LEITÃO DE BARROS*

PROJECTO DO *COMANDANTE QUIRINO DA FONSECA E DO PROF. MARTINS BARATA*

CONSTRUTOR: *MANUEL MARIA BOLAIS MÓNICA*

Reconstituïção de um galeão português da carreira da Índia (séculos XVII-XVIII), de 1300 toneladas, construido de madeiras portuguesas e brasileiras.

No interior da nave, em ambiente da época, figuram a Exposição do Ouro, sob auspicio do Banco de Portugal, com espécimes numismáticos de setecentos; mostruários do Instituto do Vinho do Pôrto, da Companhia dos Diamantes, da Companhia Colonial de Navegação, etc. Na coberta principal, a *Ala dos Mercadores;* no castelo de proa, o restaurante; nos porões, as adegas de vinhos regionais. No terceiro pavimento, a *Casa da Capitania*

A nau, navegável mesmo para rotas oceânicas, tem local para motores e é artilhada com 48 peças fundidas, sob os modelos autênticos, na Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata. Talhas de mestre Abrahão de Carvalho.

## PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS

DA AUTORIA DO ARQUITECTO-CHEFE *COTTINELLI TELMO*

PARTE ESCULTURAL DO PROF. *LEOPOLDO NEVES DE ALMEIDA*

É o fecho da Praça do Império sôbre o rio. Evoca a figura do Infante D. Henrique e da pleiade de navegadores, guerreiros, santos, poetas e de todos aqueles que ergueram alto o nome de Portugal. É o grito da Exposição, e uma síntese do nosso passsado glorioso. Atinge 50 metros de altura. A sua construção, dado o tempo em que foi feita, representa um milagre de realização.

## SECÇÃO COLONIAL

DIRECÇÃO COORDENADORA DE *HENRIQUE GALVÃO*

ARQUITECTOS: *GONCALO DE MELLO BREYNER, VASCO PALMEIRO (REGALEIRA) E ANTÓNIO LINO*

DECORADOR-CHEFE: *ROBERTO DE ARAÚJO*

PAVILHÕES DAS COLÓNIAS: — Em edifícios isolados encontram-se os pavilhões de Angola e Moçambique, da Guiné e das Colónias Insulares (S. Tomé, Cabo Verde e Timor).

Em ruas típicas, os pavilhões da Índia e Macau.

Sôbre grandes cartas em relêvo, iluminadas, ilustradas e explicadas, abrange-se em síntese, a geografia física, social, política e económica de cada colónia.

PAVILHÕES DE CONSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÕES: — MISSÕES CATÓLICAS — Criação no estilo de construção portuguesa de edificações missionárias a adoptar em Africa. Localizada no meio de povoações indígenas, a missão, dirigida por missionários e missionárias, estará em pleno funcionamento, reconstituindo-se as mais espirituais cenas de colonização portuguesa.

ARQUITECTURA COLONIAL: — O pavilhão é do tipo da casa portuguesa para as zonas planálticas de Angola e Moçambique. No *rés-do-chão*, expõe-se, em maquetas, outros tipos de casa para outras regiões, acompanhadas dos planos respectivos. No *andar superior*, os serviços directivos desta secção.

CAÇA E TURISMO: — O mais completo documentário exibido em Portugal.

ARTE INDÍGENA: — Galerias das melhores e mais representativas obras de arte africana oriental.

Junto a êste pavilhão, lavrantes indígenas com as suas ferramentas, realizam trabalhos da sua especialidade.

RUA DE MACAU: — Reconstituïção fiel de uma das mais típicas artérias da cidade e pavilhão da Colónia, documentário completo da vida macaense.

RUA DA ÍNDIA: — Composição sugestionada pela arquitectura hindú-portuguesa. Aqui se localisa o pavilhão da Colónia.

MATÉRIAS PRIMAS: — Em vários «stands» expõem-se as mais importantes matérias primas das nossas Colónias, com a colaboração de produtores e comerciantes.

AVENIDA DA ETNOGRAFIA COLONIAL: — Expostas em reproduções escultóricas, as mais características cabeças de raças e tribus do Império Colonial Português baseadas na documentação fotográfica do Instituto de Antropologia do Pôrto.

ALDEIAS INDÍGENAS: — Reconstituïção de aglomerados populacionais, em cenários apropriados, de Cabo Verde, Guiné, S Tomé, Angola, Moçambique e Timor. Por meio de maquetas mostram-se os vários tipos de habitação indígena. Numa residência típica, encontra-se o Rei do Congo, o único soberano reconhecido no Império.

MONUMENTOS: — CONSTRUÇÕES DE UTILIDADES PÚBLICAS — Dois monumentos: à Obra Portuguesa de Colonização no Mundo e à Expansão de Portugal no Mundo.

Em *arquitectura colonial*, encontra-se um restaurante, cervejarias, pavilhões de tabaco, café e chá, (produtos coloniais portugueses), de informação, de livraria, etc.

O *miradoiro* é um grande elefante da Índia.

A Emissora Nacional, no seu pavilhão — «Casa da Meia Hora de Saûdade» —, permite que, da Metrópole, os portugueses falem diàriamente às suas famílias do Ultramar.

Haverá, entre outras atracções, os transportes coloniais, o aviário colonial, a aldeia dos muleques, etc.

## JARDIM DOS POETAS

ARQUITECTO — *ANTONIO LINO*

Remanso poético onde são evocadas as principais figuras do lirismo português.

Essa evocação é feita em baixo-relêvos e estátuas simbolizando as personagens mais representativas das suas obras.

## PARQUE INFANTIL

ARQUITECTO — *ANTÓNIO LINO*

Para os pequeninos foi construido um Parque cheio de graciosidade onde, além de variada aparelhagem para diversões, estão instalados serviços para *lunchs*, refrescos, etc.

A direcção do Parque é moldada pelo serviço dos Parques Infantis, assegurando assim a guarda e orientação dos folguedos das crianças.

## ESPELHO DE ÁGUA

ARQUITECTO — *ANTÓNIO LINO*

Um enorme espelho de água foi construido entre o Tejo e a Avenida da Índia.

A meio dêste espelho está situado um Restaurante e Casa de Chá; dos lados, pavilhões para Cervejaria, Gelados e Café.

Teatro das atracções náuticas, o recinto do Espelho de Água é cheio de beleza e de frescura.

## PARQUE DE ATRACÇÕES

ESTUDOS TÉCNICOS — *ENG.º MENDES LEAL*

ESTUDOS ARTÍSTICOS — *ARQUITECTO RAUL DO AMARAL E ANTÓNIO LINO*

O acesso ao vasto parque é feito por uma ampla e ajardinada Avenida, de onde irradiam os arruamentos que servem os locais das variadíssimas e modernas atracções instaladas. Restaurante, Bares e outros serviços de utilidade pública, edifícios projectados ou orientados pelos arquitectos oficiais do Parque.

*O CHEFE DO ESTADO RECEBE OS CUMPRIMENTOS DO DUQUE DE KENT, NA CERIMÓNIA DE RECEPÇÃO DE CREDENCIAIS DAS EMBAIXADAS EXTRAORDINÁRIAS E DAS MISSÕES ESPECIAIS, NO PALÁCIO DA AJUDA*

# ALOCUÇÃO PROFERIDA POR SUA EMINÊNCIA O CARDIAL PATRIARCA DE LISBOA, EM 27 DE JUNHO, NA MISSA DE PONTIFICAL CELEBRADA NA IGREJA DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

*Sagrado é o chão em que estamos.*

*Há, na terra, alguns lugares que todo o homem culto deve beijar, como os cristãos soíam fazer ao chegar à Terra Santa.*

*São berços da civilização. Aí pôs Deus alguma coisa do Seu poder criador. Idades da humanidade começaram lá.*

*Êste, onde nos reünimos, é um deles. Aqui rezaram os homens que realizaram a epopeia que abre o mundo moderno, cometendo «feitos nunca feitos» como disse Camões. Daqui partiram, afrontando os terrores do Mar Tenebroso, «por mares nunca dantes navegados», nas cascas de noz de frágeis caravelas assinaladas com a Cruz de Cristo, à descoberta do mundo. Aqui voltaram os que não ficaram sepultados no seio imenso do oceano ou no ventre hostil das terras inhóspitas, depois de terem descoberto as novas terras, e corrido tôdas as estradas do mar, com um império para Portugal «onde o sol nunca se punha», e a terra inteira para a Igreja de Cristo e para o domínio e a exploração do homem.*

*João de Barros, o historiador dos descobrimentos, chamou à praia do Restelo, aqui junto, donde desamarravam as naus para a emprêsa mais que humana, «praia de lágrimas para os que vão e terra de prazer aos que vêm». Partindo, iam todos ao serviço de Deus e do Rei, na dilatação da Fé e do império, por caminho áspero de glória, mas sabiam bem que muitos iam para a morte; voltando, era a alegria do regresso ao lar, a satisfação dos perigos vencidos, o proveito das honras e bens trabalhosamente adquiridos, a luz da fama conquistada.*

*Êste é um dos lugares de nascimento do mundo moderno. Luiz de Camões cantou em poema imortal esta épica história. Mas o reverso da epopeia é o martirológio português. Os «Lusíadas» não devem ler-se sem a «História trágico-marítima». Para dar ao mundo os novos mundos, Portugal abriu maternamente as veias.*

*O mundo moderno nasceu assim, na glória e na dor, na esperança e na saüdade, na fé e no heroísmo — nasceu daqui.*

*No lugar onde hoje se eleva êste magnífico templo em que nos encontramos, mandou o infante D. Henrique — o iniciador dos Descobrimentos marítimos — edificar a ermida do Restelo, dedicada a Nossa Senhora de Belém, que alguns freires de Tomar assistiam, para o serviço religioso dos homens do mar.*

*Estes homens, que haviam de abraçar a terra tôda num abraço vitorioso de conquista, triunfando das fôrças da natureza e das fraquezas do coração, precisavam do auxilio divino para empreenderem obra que parecia mais que humana.*

*Porque o homem nunca é tão forte como quando, ao empreender grandes coisas, sente que tem por si a omnipotência de Deus. Os nossos mareantes, na hora incerta da largada para a pérfida aventura do mar, careciam desta certeza: que o piloto era Deus.*

*Misteriosa coïncidência! Em Belém da Judeia deu a Virgem Maria à luz Aquêle que é a Luz do mundo. É sob a invocação de Nossa Senhora de Belém que o mundo moderno vai nascer também, após a dolorosa e heróica gestação de quási um século de porfiados esforços.*

*Aquela ermida do Restelo alentou a esperança dos nossos descobridores, esforçou-lhes o valor, santificou-lhes o esfôrço, consolou-lhes a dor das despedidas, recebeu-lhes os votos, purificou-lhes as consciências, firmou-lhes a confiança.*

*Era depois de ajoelharem nas suas lajes humildes, e terem comungado o Corpo do Senhor, que êles caminhavam fortes para a glória e para a morte. Dali seguiam processionalmente, ao som das ladainhas que associavam os Santos do Paraíso aos seus trabalhos arriscados, entre as lágrimas saüdosas dos entes queridos que deixavam, para as naus ancoradas na praia, nas quais levaram a terras novas o fermento da civilização cristã.*

*Vasco da Gama passou nela, em oração fervorosa, com os seus capitãis, a vigília do dia em que embarcou, à moda dos cavaleiros medievais. Ciência de navegar, valor de comando, dedicação da vida, podia êle dar; mas o êxito da viagem nunca até então realizada, só Deus o podia dar.*

*Nela orou também Pedro Álvares Cabral, com a gente da sua frota, «a mais bela e poderosa que até então partira para longe do reino», antes de largar para essa viagem donde saíu, das ocidentais águas atlânticas, numa visão paradisíaca, como a mitológica Vénus da espuma das ondas, o Brasil.*

*E nela oraram também, com certeza, pois tal era o costume dos mareantes, Cristóvão Colombo e Fernão de Magalhãis, ao partirem para as viagens em que aprenderam e experimentaram a portuguesa arte de navegar — antes de se lançarem ao alto mar, partindo agora doutras praias, na direcção do ocidente, ao encontro, um, dum novo mundo, e o outro, dos portugueses que tinham ido por oriente.*

*É sagrado o chão em que estamos,*

*Êste magnífico Mosteiro de Santa Maria de Belém, que é uma das jóias do património artístico, não digo só de Portugal, mas da humanidade, vale ainda mais pelo que significa.*

*Erigiu-o a piedade do Rei Venturoso em acção de graças pelo feliz descobrimento da viagem marítima para a Índia.*

*É o padrão maravilhoso da epopeia portuguesa — que rasgou os limites do mundo, uniu todos os povos da terra através dos caminhos do mar (que antes os separava), fez nascer para a civilização continentes e ilhas novas, desenvolveu o comércio e transformou a economia, levou a Fé de Cristo até aos confins da terra, alargou a inteligência e o saber humanos.*

*Os «Lusíadas» cantam, em verso inspirado, essa epopeia. Êste monumento em que nos achamos canta-o também a seu modo: em pedra.*

UM ASPECTO DAS CERIMÓNIAS RELIGIOSAS EM FRENTE DA IGREJA DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

*Em pedra ricamente lavrada, que atesta, que exprime, que celebra a alegria, a glória, o triunfo, o entusiásmo, a Fé de Portugal, criador de mundos novos, fazedor de história da humanidade.*

*Êste mosteiro votivo é o «Te Deum» permanente da Nação Portuguesa a Deus, que a escolheu para ministro dos seus planos de revelar o mundo aos homens e Deus ao mundo.*

*A história de Portugal é um capítulo heróico do mundo moderno.*

*Não pertence só a Portugal; pertence ao mundo todo, ao homem moderno, e a Deus.*

*Pertence ao mundo todo, emquanto foi em virtude do esfôrço genial dos portugueses que todo êle nasceu para a história. Já Camões disse que demos novos mundos ao mundo. A civilização humana tomou então carácter mundial. Nações vélhas acordaram do sono milenário; e outras novas surgiram, baptizadas pela mão dos missionários. E entre tôdas, é grato ao coração português recordar a formação maravilhosa do Brasil, a grande nação americana, que é já, ao mesmo tempo, esperança e glória do mundo e da Igreja Católica.*

*Pertence ao homem moderno, emquanto êste alarga o seu espírito, toma posse da terra inteira, transforma a sua economia, desenvolve a ciência humana.*

*E pertence a Deus, emquanto dilatamos a Cristandade, levando o conhecimento do nome verdadeiro de Deus até às remotas paragens do Japão, onde o sol nasce, e até às selvas virgens do Novo Mundo, onde êle se põe. S. Francisco Xavier no Oriente e Anchieta no Brasil são os expoentes máximos dêste labor apostólico, que espalhou na alma de gentes que «nenhum conhecimento tinham de Deus», como dizia Nóbrega, mais luz do que é capaz de dar a mais alta filosofia humana, e no seu coração rude as sementes da consolação, da esperança e da virtude cristãs, que só a Fé em Cristo sabe produzir.*

*A dilatação da Cristandade não significa a expansão imperialista da soberania da Europa cristã: — significa a comunicação da Revelação cristã, a comparticipação dos tesoiros da Graça de Cristo por maior número de homens e de povos e de nações: significa a transformação interior da humanidade, a sua purificação e elevação moral, o alargamento da consciência da dignidade humana, a iluminação do espírito pela luz das divinas verdades do Evangelho, a vocação a um ideal superior de vida.*

*Nem deminue o alcance da afirmação de que o mundo moderno nasceu daqui o facto de ter sido descoberta por Cristóvão Colombo a América sob a bandeira dos Reis Católicos, e, sob a imperial de Carlos V, realizada a primeira viagem de circumnavegação por Fernão de Magalhãis.*

*A cavalheiresca Nação Irmã, que com Portugal formava então, na frase de Camões, «a cabeça da Europa tôda», marchou connosco a-par na descoberta, colonização e cristianização do mundo moderno. O Vigário de Cristo repartiu pelas duas nações irmãs as duas partes do globo terrestre, para o descobrirem e restituirem a Cristo. Um espírito comum inspirava o génio dos heróis de Portugal e Espanha, que se reconheciam irmãos no sangue e na Fé, rivais nas façanhas e na glória.*

*Mas a Espanha teve uma missão mais europeia do que Portugal. Na Europa do século XVI ela foi o braço armado da Cristandade, adail esforçado da unidade católica, o cavaleiro heróico que combatia em todos os campos de batalha da Europa o crescente turco, que ameaçava submergi-la, e o cisma protestante, que ameaçava dividi-la.*

*Na epopeia dos Descobrimentos, porém, aparece como a discípula e a émula de Portugal. A descoberta da América, como a viagem de circumnavegação, foram operadas sob a bandeira gloriosa da Espanha — mas eram o fruto maduro da ciência e da experiência portuguesa. Os heróis que as realizaram formaram-se em Portugal: se de Colombo se discute o lugar genovês do nascimento, como navegador não pode haver dúvida de que nasceu*

SUA EMINÊNCIA O CARDIAL PATRIARCA DE LISBOA PROFERINDO A SUA ALOCUÇÃO NA MISSA DE PONTIFICAL CELEBRADA NA IGREJA DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

*em Portugal; de Magalhãis, já o nosso Épico resumiu tudo, origem e formação, quando disse dêle: «no feito com verdade português, porém não na lealdade».*

*Portugal foi a escola donde saiu a descoberta do mundo. Melhor define a obra da Nação Irmã o nome de Conquistadora: Portugal, porém, figura na história da Civilização como o país dos descobrimentos.*

*País pequeno? Nenhum trouxe para a civilização moderna um património tão grande!*

*E querendo definir o significado da obra de Portugal no mundo, ninguém contestará que lhe cabem estas três características essenciais: heróica, universalista, católica.*

*Heróica. Nenhum povo moderno, com excepção da Espanha, tem uma história que se lhe iguale em grandeza épica. Falem outros de determinismos geográficos ou étnicos, na elaboração quási anónima, mais colectiva que individualista, da sua história. A nossa história é sobretudo a vitória do homem sôbre a natureza: o seu esfôrço heróico quebrou, por assim dizer, as tenazes das fatalidades naturais; por milagre de valor e fé, ousou e tornou realidade o que parecia impossível. Como escreveu certo historiador: «um momento fomos como deuses, porque tivemos a omnipotência».*

*Universalista. O nosso nacionalismo não se dobrou sôbre si mesmo, num orgulho exclusivista de casta. Nas novas conquistas e colónias, abrimos o sangue real das nossas veias, para com êle ennobrecer as populações indígenas, fazendo-as entrar na comunhão dos nossos bens: o nosso império não foi nunca para nós pura emprêsa comercial (com se dizerem os nossos reis os senhores do comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia), mas verdadeira extensão da pátria além dos mares: aumentando o Império, procurámos fazer «aumento da Cristandade», para me exprimir na linguagem do tempo, o que significa dilatação da civilização cristã. Foi assim que criámos o Brasil.*

*Católica. Êste espírito universalista, que nos vinha da Fé católica, à luz da qual se nos impunha a dignidade de todo o homem e a responsabilidade da nossa missão civilizadora perante as novas raças e os novos mundos, traduz-se aqui, na vélha Europa, onde tinhamos edificada a nossa casa nacional, «solar da Raça» como alguém já disse, pelo vivo sentimento da solidariedade das nações cristãs no seio maternal da Igreja, onde a Europa se criou.*

*Um pensamento de defesa da Europa guiava a mão de Portugal, ao vibrar no Oriente, sôbre as águas do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico, duros e audaciosos golpes no poderio turco, que o Papa em vão denunciava como o perigo comum da Europa desavinda, sem que isso o desobrigasse, a-pesar-de tão gravemente empenhado no Oriente, de acorrer no Mediterrâneo em favor da causa comum. E quando pela primeira vez se desenhou uma política nova, que iria caracterizar os tempos modernos, de equilíbrio realista de interêsses, na aliança com o Grão-Turco, à consciência portuguesa isso pareceu um escândalo de traição à Cristandade.*

*O ideal que Portugal serviu pelo pensamento e pela acção, é mister reconhecê-lo, não triunfou. A Europa dividiu-se interiormente. Durante muito tempo, entreteve-se a rasgar as próprias entranhas.*

*Terá o mundo lucrado com isso? ¿Que seria o mundo hoje, se em vez de se dessangrar numa longa guerra interna, tôda a Europa tivesse unido as suas fôrças na conquista, colonização e cristianização dos mundos novos? E, por outro lado, ¿não sofre a Europa moderna da ausência duma autoridade moral que acatada universalmente, defina o direito, assegure a justiça, estabeleça a paz?*

*O verdadeiro interêsse da expansão portuguesa vem-lhe do seu carácter humano e cristão.*

*Já um escritor notou que a história dos povos orientais se reduz a séries de dinastias, episódios de combates, deslocação de fronteiras... e que lhes falta a história do que mais importa ou só importa à história: o homem.*

TRIBUNA DO CORPO DIPLOMÁTICO E CONVIDADOS NA MISSA DE PONTIFICAL DO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

*Ao contrário, a expansão portuguesa contém todo o drama vivido do destino humano: traz consigo o progresso do mundo: leva às consciências o fermento dum ideal divino da vida: integra povos e terras novas na civilização.*

*Fez avançar a Humanidade mais que imensos impérios cuja história foi escrita sôbre a areia movediça do tempo: dêles quási só resta o nome, às vezes escrito a sangue.*

*Depois da Grécia no mundo espiritual da Razão e da Arte (e não falo da Judeia no mundo moral, porque aqui a história já não é do homem, mas de Deus); depois da Grécia, nenhum outro povo trouxe para a civilização humana capital tão avultado.*

*Êste pequeno povo português é afinal na história um dos povos maiores.*

*É justo que aqui venham hoje, em peregrinação de agradecimento, aprêço e amizade, como a certos lugares sagrados da terra, as luzidas representações de quási tôdas as nações do mundo.*

*Tôdas, em grau diverso, lhe são devedoras. Nenhuma poderá dizer que a expansão portuguesa não entrou na sua história.*

*O Brasil, em especial, que pôs casa à parte, na outra banda do Atlântico, sob a bênção do Cruzeiro do Sul, que marca e ilumina o céu, como a fadá-lo para altos destinos, é como um filho opulento que vem beijar, no solar de família, o pai venerando que lhe deu o ser.*

*A êle, e a algumas das maiores nações novas do mundo, Portugal, neste dia jubilar em que elas vêm a sua Casa festejá-lo pelo que fez pela civilização universal, poderia fazer êste discurso: — Ainda vós não existíeis, e já eu vos trazia no meu pensamento e no meu amor. Ainda não conhecíeis o Nome de Deus, e já eu O levava comigo pelas praias do Atlântico, do Índico e do Pacífico. Ainda não tínheis nem história nem nome, e já eu plantava cruzes e erguia padrões, a senhorear a vossa terra para Cristo e para a civilização.*

*E a tôdas as nações amigas aqui presentes hoje, ou companheiras na obra da Descoberta e da Colonização, ou herdeiras e continuadoras desta obra que restituiu o mundo ao mundo, poderia dizer ainda: — «O que eu fiz pelo mundo, pela cristandade, pela civilização, pelo comércio, pela ciência, podeis lê-lo nos «Lusíadas», que são o livro da epopeia realizada pelos heróis portugueses. O que isso me custou de dores, de lutos, de lágrimas, de sangue, de ruína (como mãi que fica exháusta depois de laborioso parto feliz), podeis lê-lo no livro que só eu possuo, a «História trágico-marítima». Mas o que tudo isso trouxe para o tesoiro da civilização humana — isso podeis vê-lo em vós mesmas: vós sois as herdeiras do meu esfôrço».*

*O ciclo áureo dos Descobrimentos foi realizado sob o signo da Cruz da ordem militar de Cristo, a Cavalaria do Oceano, como já foi chamada.*

*A Cruz da Redenção ilumina o céu que cobre a civilização da Europa. É o sinal que a distingue: sob êle se criou e se expandiu.*

*A Cruz de Cristo, agora, levada nas velas das naus portuguesas, como luz, esperança e fôrça dos novos argonautas, torna-se o símbolo luminoso da Fé dos novos mundos descobertos.*

*No introito da Missa que hoje aqui se celebra solenemente, em honra da Santa Cruz, sob cujo signo se realizou a expansão portuguesa no mundo, a voz litúrgica do côro cantou há pouco aquelas palavras do apóstolo S. Paulo que são como o clamor triunfal da vitória cristã: «Nós, importa que nos gloriemos na Cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo! NELE está a nossa salvação, vida e ressurreição. Por Êle fomos salvos e livres».*

*Êste é também o clamor do Mundo moderno. Sob aquêle signo da Cruz de Cristo, o mundo foi descoberto e civilizado.*

*E quem primeiro lho levou, foi Portugal!*

# ASPECTOS DO DESFILE, NA PRAÇA DO IMPÉRIO, DO CORTEJO HISTÓRICO DO MUNDO PORTUGUÊS

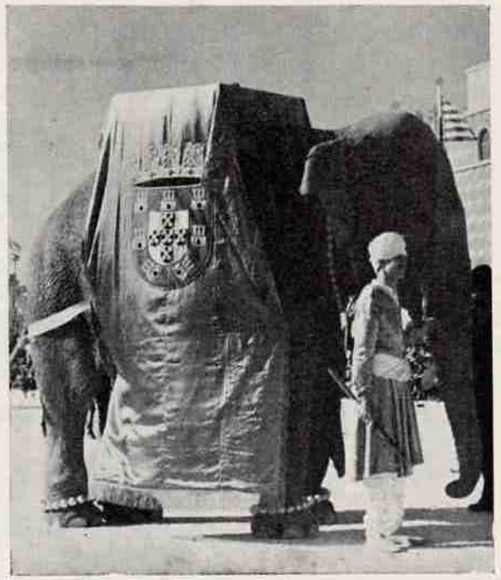
*O CARRO EVOCATIVO DA LUSITÂNIA*

*O DESFILE DO CORTEJO EM FRENTE DO PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO*

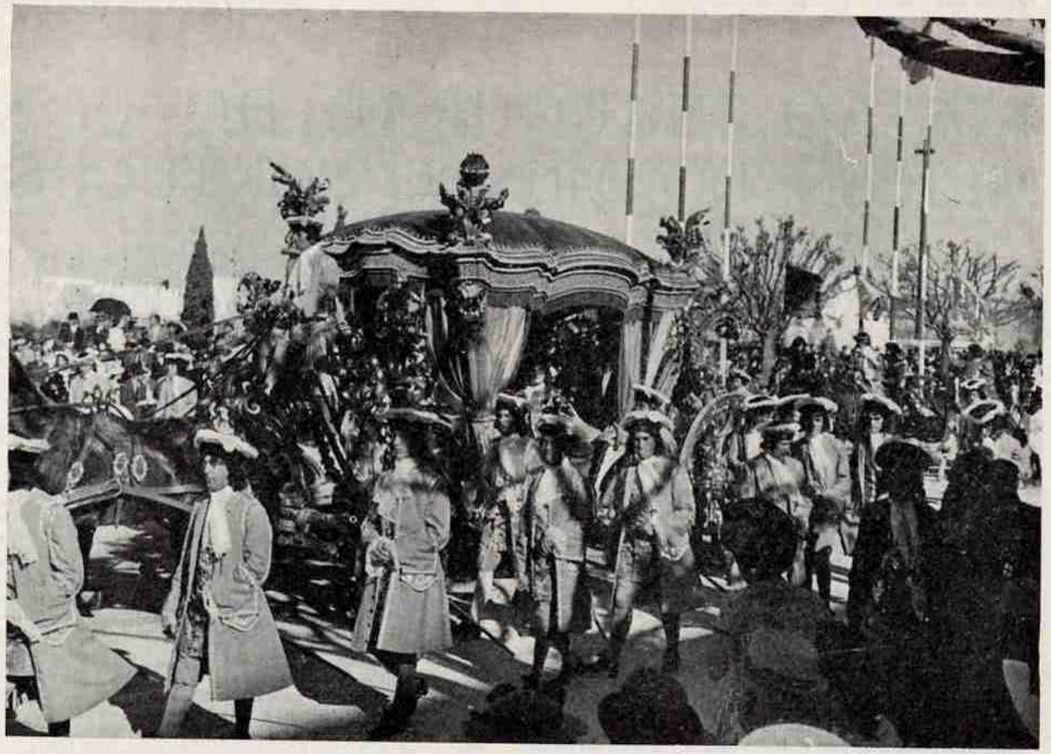
# CORTEJO HISTÓRICO DO MUNDO PORTUGUÊS

CAVALEIROS EMPUNHANDO AS SIGNAS COM AS CORES ANUNCIADORAS DAS DIVERSAS ÉPOCAS DO CORTEJO

D. JOÃO I E D. FILIPA DE LENCASTRE, EM FRENTE DOS PAVILHÕES DE HONRA E DE LISBOA



O ELEFANTE DA ÍNDIA, NA EVOCAÇÃO DA EMBAIXADA DE D. MANUEL I A ROMA



O COCHE DA EMBAIXADA DE D. JOÃO V AO PAPA CLEMENTE XI

ASPECTO DA PARTE FOLCLÓRICA DO CORTEJO, VENDO-SE À DIREITA OS SARGACEIROS DE ESPOSENDE

# SESSÃO INAUGURAL DO CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS

## DISCURSO DO DR. JÚLIO DANTAS, PRESIDENTE GERAL DO CONGRESSO

A nota oficiosa de Sua Ex.ª o Presidente do Conselho, de 26 de Março de 1938, na qual, em nobres e austeras linhas, se traçou o plano geral das Comemorações nacionais, contém os seguintes períodos, de simplicidade escultural:

«Como complemento das Exposições indicadas, há a oportunidade de promover alguns congressos, estes de carácter internacional. De entre os possíveis, destaco apenas um Congresso do Mundo Português, ao qual é de esperar concorram eminentes vultos de ciência estranjeiros com os seus materiais de investigação relacionados com a nossa história. E, numa das secções dêste Congresso, onde se tratasse de política indígena e de colonização, poderiam ser versados, com interêsse internacional, problemas da maior actualidade».

Pois bem: dêstes breves períodos, que em poucas palavras dizem tudo — ante-projecto de um edifício monumental, — nasceu a opulenta construção do Congresso do Mundo Português, que hoje solenemente se inaugura sob o alto patrocínio do venerando Chefe do Estado; a que deram o seu apoio prestigioso as três Universidades do País; e em cuja presidência geral tive a singular e imerecida honrade ser investido.

O Congresso denominado do «Mundo Português» não póde, por motivos de ordem técnica, ser um congresso único, dividido, segundo o cânone clásico, em secções; é um sistema de oito congressos, complexo orgânico de actos culturais cuja unidade se encontra assegurada pela definição do tema comum: a história de Portugal. Porque o seu quadro é restrito ao estudo da história de uma nação, não se lhe póde atribuír também, na rigorosa acepção do termo, caráter internacional; mas, considerando que as actividades portuguesas, mormente nos séculos XV e XVI, se revestiram de aspectos universais, foi prevista desde a primeira hora a participação de entidades estranjeiras nos respectivos trabalhos, quer a título individual, quer a título colectivo. Trata-se, pois, de um acto de expressão nacional, — mas de interêsse ecuménico.

Na sua vasta organização, o Congresso, ou, mais exactamente, os Congressos do Mundo Português, incluem os seguintes actos, o primeiro dos quais se realiza na Universidade do Pôrto, o segundo e sexto na Universidade de Coimbra, e os restantes na cidade de Lisboa, em íntima conexão com a Universidade, as Academias, a Sociedade de Geografia e a Escola Superior Colonial: um Congresso de pré e proto-história compreendendo a paleo geografia, a antropologia pré e proto-histórica, a proto-história e a história até à reconquista cristã; um Congresso medieval, destinado ao estudo da fundação e formação da nacionalidade portuguesa, aquisição da unidade territorial, povoamento, instituïções, consolidação política e organização económica da Nação; um Congresso de história das navegações, descobrimentos e colonízação portuguesa até ao fastígio do Império do Oriente, nas suas múltiplas expressões civilizadoras; um Congresso da Monarquia dualista, incluíndo a obra política, jurídica, militar e diplomática do Portugal restaurado; um Congresso de história portuguesa dos séculos XVIII e XIX (despotismo esclarecido, constitucionalismo, Império africano). E, como actos complementares, como corpos adjacentes dêste belo edifício, um Congresso de história das actividades científicas, para o estudo sistemático da obra original portuguesa no domínio da ciência; um Congresso luso-brasileiro de história, em que se procurará, pela íntima cooperação dos investigadores e dos historiógrafos portugueses e brasileiros, o esclarecimento e a unidade de interpretação dos factos que importam aos três primeiros séculos da história gloriosa do Brasil, património comum; finalmente, um Congresso colonial, predominantemente africano, a que está afecto o exame dos problemas coloniais da actualidade, em particular daqueles que interessam à antropologia, etnografia e lingüística das populações indígenas, ao povoamento e à colonização branca, ao contacto das raças e suas conseqüências político sociais, ao desenvolvimento social e económico dos indígenas, à necessidade de uma organização científica colonial. À investigação erudita do nosso passado imperial, alia-se, assim, o estudo atento das realidades coloniais da hora presente. No seu programa complexo e porventura ambicioso, o sistema de congressos do Mundo Português, cuja solenidade inaugural hoje se realiza — conspecto deslumbrante da marcha da Nação no espaço e no tempo — abrange, pois, tôda a projecção universal da alma da Raça, tôda a história dos portugueses no Mundo.

Vão iniciar-se os nossos trabalhos. É a sua história, inventário cronológico de um passado de oito séculos, que Portugal hoje oferece, desinteressadamente, ao estudo de nacionais e de estranjeiros. Velha porta de bronze, guarda de um tesouro quási milenar, abrimo-la ao mundo dos investigadores com a confiança de quem prestou alguns serviços à Humanidade, mormente na revolução geográfica de Quatrocentos e de Quinhentos, coroada pela demonstração da unidade física do globo, e, no domínio espiritual e moral, pela propagação da fé e da cultura novi-latina. A história de Portugal constitui um capítulo da história da Civilização. Não nos pertence apenas a nós. Assim o compreenderam os eruditos espanhóis, franceses, ingleses, alemães, italianos, belgas, romenos, norte-americanos, sul-africanos, que enviaram aos Congressos do Mundo Português o contributo de mais de cem comunicações e memórias, e muitos dos quais vêm trabalhar connosco,

fraternalmente, no claustro pleno do maior congresso que se tem realizado no País. Não lhes pedimos a exaltação do nosso esfôrço, por meritório que tenha sido; esperamos dêles, tão sòmente, o estudo objectivo dos factos, o esclarecimento dos problemas, a melhor definição das causas e das leis, à luz do seu critério e da documentação que possam trazer-nos. Da colaboração de portugueses, de brasileiros e de estranjeiros sôbre materiais da nossa história, vão resultar de-certo novas perspectivas, novas interpretações, pontos de vista novos; para nós, por ventura, a consciência ainda mais perfeita da nossa acção civilizadora; para os estranhos — faço votos por que assim seja — um conhecimento mais íntimo do nosso passado histórico; para a História, como ciência, um passo mais naquele caminho luminoso a que Bernheim chamou «o esplendor tranqüilo da verdade».

Estas palavras bastariam para conhecimento dos propósitos que nos animam ao transpôr o pórtico majestoso do Congresso do Mundo Português. Vamos, porém, cooperar internacionalmente no domínio de um ramo do conhecimento cujos fins, cuja disciplina e cuja didactica têm sido, nos últimos tempos, objecto de largas discussões, até ao ponto de se proclamar a inutilidade da história (cuja ruminação certos pragmatistas consideram inútil para a vida), e de se denunciarem os graves inconvenientes que para as relações entre os povos resultam da memória permanente e do culto sistemático das suas hostilidades tradicionais. Não esquecemos que um dos maiores espíritos da Alemanha contemporânea nos apontou a Grécia antiga como «exemplo de cultura anti-histórica, por isso mesmo rica, activa e fecunda»; e que outro eminente pensador francês do nosso tempo não hesitou em condenar a história — cronologia da agressão e da catástrofe — como um dos mais sérios obstáculos à paz do Mundo. Semelhantes tendências, tornam, penso eu, justificadas e oportunas algumas considerações preliminares.

Qualquer que seja a definição do conceito de história, e por grandes que se apresentem as divergências entre os historiadores, os filósofos e os sociólogos acêrca da natureza, do objectivo, do conteúdo e dos métodos desta ciência, não pode contestar-se que o seu elemento fundamental é o «facto» — na tríplice expressão contigente, necessária e lógica —, e que, não só na investigação dos factos históricos, mas nas consequentes operações de síntese erudita e de síntese científica (dedução das leis), o historiador aspira acima de tudo, ao conhecimento da verdade sôbre os acontecimentos do passado humano. Estabelecer ou restabelecer a verdade dêsses factos: eis o objectivo essencial da história, que não é uma arte (Benedetto Croce), nem um género literário (Carlyle), mas uma ciência. Bem sei que nada existe de absoluto, nem sequer a verdade, e que acêrca do mesmo facto — até quando passado no nosso tempo — se produzem tantas versões, ou sejam tantas «verdades» quantos são os observadores, não só porque os aspectos mudam conforme a posição em que êsses observadores se colocam, mas porque cada um possue a sua sensibilidade, a sua visão especial, e, sobretudo, porque as paixões são inevitàvelmente deformadoras dos acontecimentos. Mas, por isso mesmo, ao historiador compete, pelos meios de que dispõe, pesquizar a exactidão dos factos até ao ponto em que ela pode ser cientificamente verificada, acompanhando de provas as suas afirmações, apresetando tôdas as dúvidas que lhe suscite a heurística dos documentos, não desprezando pormenores que ulteriores interpretações possam utilizar, e — acima de tudo — não se desviando do espírito de rigorosa objectividade que deve presidir a tôdas as operações da história. Exactamente porque a derterminação da verdade é difícil, ela deve constituír a preocupação absorvente e desinteressada do historiador.

Não ignoro que certas concepções subjectivistas e estéticas da história (Kaerst, Droysen, Bergson, Goldfriederich) reconhecem à intuição um papel senão tão importante como o da erudição, pelo menos de valor acessório, ou, melhor, supletório. Assim, no conceito de Kaerst, o historiador não deve ser apenas um frio coleccionador de factos, um «erudito repórter», segundo a expressão de Langlois, mas um evocador, cuja mais nobre missão consiste em animar o passado pela fôrça da «intuïção viva», a-fim-de fazê-lo compreender pelo espírito do seu tempo. Trata-se de um ponto de vista susceptível de críticas, que não têm deixado de ser feitas pelos mestres da história-ciência. Entretanto, a concepção de Kaerst e dos «intuicionistas» não exclue o culto da verdade, fundamental em tôdas as definições de história; admite, tão sòmente, a colaboração da imaginação e da arte, para além dos limites em que a exactidão dos factos pode ser cientificamente comprovada. Preenchem-se, por «percepção estética», dentro da lógica dos acontecimentos e dos caracteres, as lacunas da documentação; mas a verdade continua a ser o objectivo essencial do historiador, que não peca contra ela, nem por omissão voluntária, nem por deformação consciente. A história intuicionista continua a ser desinteressada; continua a ser história.

Nos últimos trinta ou quarenta anos, porém, temos assistido à formação de novas correntes que, tornando a história interessada e tendenciosa, procuram desviá-la da sua função. Quero referir-me à história prática, pragmática, pedagógica e política. Dentro destas concepções o historiador, no propósito de «ligar o passado ao presente» (Villari), de «tornar a história pràticamente útil» (Sorel), de «converter o momento actual em centro de perspectiva da história» (Rauh), afasta-se dos princípios científicos que devem reger esta forma do conhecimento, e realiza, conscientemente, uma obra de deturpação. É evidente que não pode deixar de reconhecer-se à história valor pedagógico e função educativa Constituíndo a história, como pretende Durkheim, a «memória colectiva e expontânea dos povos», natural é que, dentro de certos limites, cada povo, na sua história nacional, procure definir as características que o distinguem e valorizar o seu património étnico e histórico. Até certo ponto, não parece fácil evitar que a história se confunda com o patriotismo. Mas as correntes utilitárias a que me refiro, provenientes, em grande parte, da filosofia nitzschiana (para Nietzsche a história-ciência não existe), vão mais longe: procuram colocar a história ao serviço de determinadas ideas, de determinados sistemas e de determinada orientação política, isto é, subordinar o conhecimento do passado às necessidades

práticas do presente, na medida em que essa deformação pragmática convenha aos mitos e às místicas político-sociais contemporâneas. Em tais condições, naturalmente, a história deixa de ser uma ciência; a história já não é história.

Duas causas contribuíram, recentemente, para o desvio interessado e utilitário da ciência histórica: o internacionalismo pacifista e a exacerbação dos nacionalismos. Os organismos intelectuais da Sociedade das Nações, aliás no mais elevado dos propósitos, procuraram desenvolver, desde que se constituíram, determinada acção conducente a expurgar da história didáctica tôda a matéria susceptível de perturbar as boas relações entre os povos, e de criar, nas novas gerações, tendências clausímacas e destrutivas. Comissões internacionais de educadores propuseram numerosas eliminações e modificações consentidas pelos respectivos governos; a revisão dos manuais escolares tornou-se o ponto nevrálgico do programa do «desarmamento moral»; e a história, pelo menos na sua expressão pedagógica, deixou de estar ao serviço da verdade para se colocar ao serviço da paz. Nada mais generoso; nada menos científico. Ao mesmo tempo, os historiadores reüniam-se nas conferências de Oslo (1928) e de Varsóvio (1933), definindo um novo conceito de história — a «história pacifista» — e chegando a preconizar o ensino exclusivo desta ciência no plano universal, quere dizer, o estudo das instituïções, da inter-dependência política e económica dos povos, da convergência dos movimentos da civilização e da cultura, em vez da explanação, considerada perigosa, dos conflitos dinásticos, dos morticínios religiosos e das guerras entre as nações. Não se conspirou apenas, internacionalmente, contra a verdade histórica; confundiu-se a história com a sociologia.

Entretanto, os nacionalismos exacerbados manifestavam-se em sentido contrário, anunciando o princípio de que a história nacional deve servir antes de tudo a nação, exaltar o orgulho pátrio, constituír a armadura moral indispensável aos povos que proclamam no Mundo o direito à existência. «A história ciência lança sôbre as nações a sombra da Morte», afirmou Frederico Rauh; a verdadeira história, activa, eloqüente, condutora, patética, é aquela que converte o passado em estímulo do presente, e que, pelo seu poder dinâmico («dionisíaco», disse Nietzsche; «activista», disse Eucken), arrasta os povos para altos destinos. Assim, à concepção internacionalista da história opôs-se a concepção nacionalista, que, embora, mais compreensível, mais natural, mais humana, prefere também o rigor científico, não já em holocausto à paz ou à guerra, mas em serviço da unidade, da dignidade e do prestígio das nações. Não confundamos, porém, dois domínios igualmente respeitáveis O patriotismo é uma virtude; a história é uma ciência.

Meus Senhores: estas breves considerações acêrca do movimento de ideas produzido nos últimos tempos em volta do conceito de história tornavam-se necessárias à definição da nossa posição nos trabalhos que vão iniciar-se. O Congresso do Mundo Português alheia-se de tôdas as correntes do pensamento contemporâneo tendente à deformação pragmática, pedagógica ou política da história; considera a história uma ciência destinada ao estudo dos acontecimentos do passado humano; e, tendo de ocupar-se de Portugal e dos portugueses no Mundo, não o anima outro propósito que não seja o de estabelecer ou restabelecer a verdade dos factos na sua essência, na sua casualidade e na sua lógica, porque essa verdade — objectivo superior das nossas operações de análise erudita e de síntese histórica — interessa, não apenas à Nação portuguesa, mas às diferentes nações que connosco gloriosamente cooperaram, desde a obra da reconquista e da repopulação nos séculos XII e XIII, até à criação do Império, aos fastos da Restauração e à solução das grandes crises nacionais. A história, sendo uma ciência, é também uma justiça; essa justiça tem de exercer-se com a serena dignidade de tôdas as magistraturas. Quis o Destino que nos encontrassemos reünidos numa hora dramática em que se joga o futuro do velho continente. Curvando-me, com profunda comoção, perante tudo quanto esta hora representa de heroísmo, de sacrifício e de dôr humana, não posso deixar de acentuar que a realização de um Congresso desta natureza nas circunstâncias presentes constitue um acto de serenidade, de confiança, de respeito mútuo, de acrisolada fé no universo de valores morais de civilização mediterrânea e latino-cristã, cujo fulgor, sejam quais forem as vicissitudes da história, jamais se apagará no Mundo. Senhores delegados dos Estados ao Congresso, reitores magníficos, professores universitários, académicos, historiadores, congressistas nacionais e estranjeiros, cidadãos da Metrópole augusta e universal do Espírito, que é a pátria de tôdas as pátrias! Ao dirigir-lhes as minhas saüdações, no momento em que se inauguram os trabalhos dêste colégio pacífico de sábios, eu não penso naquilo que transitòriamente divide os homens; penso naquilo que indissolùvelmente os une: a fraternidade humana, o sentimento da piedade e da justiça, o culto da verdade eterna e da ciência imortal!

## DISCURSO DO DR. CAEIRO DA MATA, REITOR DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

As Universidades de Coimbra, Pôrto e Lisboa, que tenho a honra de representar neste momento, associam-se grata e calorosamente a esta festa de inauguração do Congresso do Mundo Português, que se destina não só a rememorar as épocas mais belas e mais excelsas da história de Portugal e a celebrar as grandes e heróicas aventuras da Pátria, mas a fazer a revisão de muitos problemas da história nacional. É um Portugal vindo das profundezas dos séculos que vai ser evocado à luz dos documentos do nosso passado — espelhos em que se refletem parcelas da verdade histórica — e que bem demonstram que a nossa multisecular vida nacional não foi feita só daqueles factos episódicos que flutuam à superfície da história sem influír no seu curso, mas encerrou ela elementos criadores, constituíu um factor activo da civilização universal. Épocas houve em que Portugal, mais do que nenhum outro povo, marcou com a sua garra, de maneira inconfundível, a fisionomia do tempo.

Durante um largo período, fizemos nós próprios a história do mundo. Foi-nos dado até o destino mais

alto entre todos os destinos da história humana: o de contribuírmos para completar o universo, rasgando fulgurantemente as suas antigas fronteiras e interrompendo, num admirável lance de audácia, o sono secular do Adamastor. Mas na história, como na vida, as possibilidades não se realizam por si mesmas, automàticamente: é preciso que alguém, com as suas mãos e com o seu espírito, com a sua fé e com a sua energia, com o seu esfôrço e com o seu sacrifício, as transmude em vivas realidades. Não faltaram, mercê de Deus, os grandes obreiros a Portugal: diante de nós perpassa a teoria ininterrupta das figuras tutelares da epopeia nacional, figuras dramáticas que a lenda não cessa de disputar à história! Nem faltou também a paixão — aquela paixão fria — que, no dizer de Hegel, condicionou sempre tudo o que de importante tem sido feito através dos tempos.

Portugal cristão, vencedor do Islam, perseguidor de hereges, espada de Roma, berço de Nuno Álvares, luz de Trento, conquistador e evangelizador de metade do mundo, semeador por tôda a parte de ossos de cavaleiros, de apóstolos e de mártires, Portugal criador de povos, de ideas e de instituïções — essa é a nossa grandeza e aí estão também as razões profundas da nossa unidade.

Nesta época ao mesmo tempo tão perturbada, tão contraditória e tão surpreendente que é a nossa, em que estamos passando para outro plano da história e assistimos ao esfôrço de um mundo a querer substituír-se a outro mundo; em que o mito da paz e da concórdia de todo se obliterou — a Sociedade das Nações envolta para sempre na mortalha de púrpura que cobre os deuses mortos —; em que o formidável acréscimo de poder que as invenções modernas deram à humanidade parece dever ser pago com a desvalorização paralela dos seus valores espirituais; e em que, por tôda a parte, se vive na inquietação política, na agonia íntima, na incerteza internacional, na apreensão sôbre o futuro; nesta fase crítica do mundo — é reconfortante olharmos para a nossa pequena casa, para êste abençoado recanto da terra, onde, após decénios de infecundidade e de desalento, e graças à clarividência e ao patriotismo de dois grandes chefes, que puzeram a sua fé e a sua vontade total ao serviço da grandeza da Pátria — a vida se tornou agora mais calma, a saúde

*SESSÃO INAUGURAL DO CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS, NA SALA DA ASSEMBLEIA NACIONAL*

é agora melhor, o clima é agora mais dôce, o céu é agora mais puro.

Não temos a pretensão ambiciosa de reencontrar o brilho dos nossos fastos de outrora: não o permitem as mudadas condições dos tempos. Mas no nosso continente revôlto, o Portugal de hoje é bem a imagem da acolhedora e formosíssima ilha da lenda onde, batida de tôda a parte, conseguira finalmente refugiar-se a esperança.

Vai realizar-se uma série de congressos, desdobramento do Congresso do Mundo Português.

Vão ser relidas e comentadas as páginas da nossa história; vamos continuar a desentranhar da confusão e da impureza dos pergaminhos a lídima seiva do espírito português. Algumas páginas terão de ser corrigidas: ao contrário do que exclamava um dia La Bruyère, talvez para se justificar da sua imitação de Teophrasto, nunca está tudo dito na história: há sempre na história zonas de penumbras inacessíveis aos investigadores. Evocar essas páginas, é prestar culto, não apenas ao passado de uma nação, mas ao génio da sua raça. O culto da tradição impõe-se a todos os povos que têm a consciência da sua missão secular e que sabem apreender o sentido profundo das horas em que vivemos. A tradição teutónica foi o nervo do forte renascimento germânico; a França reviverá sempre nas paginas de oiro das suas gestas heróicas: apoiando-se na tradição, construíu a sua própria ciência a Itália, sábia e investigadora, dos nossos dias, e à tradição foi procurar o estímulo para a sua grandeza de hoje; a Espanha, a heróica e ardente Espanha, acaba de reatar, após um curto eclipse, o fio da sua gloriosa tradição de outrora; sôbre a tradição repousa tôda a estructura social e política da poderosa Inglaterra. Um povo novo pode improvisar tudo, menos a tradição; um povo velho não pode renunciar à sua sem extinguir a parte mais nobre da sua vida. Nas nações, ainda mais do que nos lares individuais, os mortos sobrevivem e mandam.

Mas o Congresso do Mundo Português não é um congresso só de portugueses. Não é mesmo só de lusitanos daquém e dalém Atlântico, para uns e outros constituíndo título de legítimo orgulho e maravilha da civilização portuguesa de quinhentos, uns e outros nela tendo tido igual quinhão de glória, uns e outros venerando os mesmos heróis e os mesmos apóstolos, os mesmo precursores e os mesmos mártires. Ao Congresso concorrem também eminentes representantes da ciência dos mais diversos países, com os seus materiais e trabalhos de investigação relacionados com a nossa história. Mais do que isso: matérias do mais alto interêsse internacional nele serão tratadas, a tôdas sobrelevando o estudo das realidades coloniais da hora presente. A colonização, que foi o maior empreendimento da civilização europeia, constitue hoje, para tantos países, um dos mais graves e delicados problemas que se oferecem à consideração dos seus homens de Estado.

O Congresso do Mundo Português transcende, pois, os limites de um congresso nacional. As Universidades portuguesas não podiam ficar indiferentes em face desta manifestação, tão interessante, de cooperação intelectual e ao mesmo tempo de solidariedade científica internacional; sabido como é que, à acção dos congressos e das conferências internacionais é devido, em grande parte, o maravilhoso progresso científico do século XX, dêste século, ao mesmo tempo tão nebuloso e tão brilhante, tão cheio de energias criadoras e tão cheio também de fôrças de destruïção. O espírito nacionalista que, no momento actual, domina pode dizer-se, todos os continentes, o que se afirma como um imperativo político-social, pois que a existência de comunidades nacionais fortes e bem organizadas — direi mesmo, de uma certa rivalidade pacífica entre elas —, é o meio mais seguro do desenvolvimento de uma alta civilização mundial — êste espírito nacionalista deve conciliar-se com a existência de relações internacionais cada vez mais intensas e seguidas, indispensáveis ao progresso moral e material dos povos.

Ao contrário do mundo antigo, em que as civilizações se caracterizavam por um traço nacional acentuado, na Idade-Média, nêsse claro escuro medieval, como lhe chamou Menendez y Pelayo, mal esboçado ainda o sentimento da pátria, que é, em rigor, uma criação da Renascença, começou a desenvolver-se, no seio da cristandade, uma civilização de carácter internacional, cuja expansão foi devida, em larga parte, à acção das escolas e das Universidades, dos legistas, dos teólogos, dos humanistas. E a época moderna por sua vez, tem a pretensão de prosseguir ao mesmo tempo êstes dois objectivos opostos: o de criar um espírito nacional forte e o de desenvolver a vida internacional.

Perdeu-se a esperança e o mundo mostra-se céptico quanto aos entendimentos úteis e duradoiros entre os povos. A paz, verificamo-lo neste momento mais uma vez, é uma hora precária, nunca definitiva. A guerra continua a ser para o homem um obstáculo sempre presente. E, todavia, mais do que nunca é necessária a solidariedade entre os povos: o mundo moderno não pode senão unir-se ou declinar. E, ao lado da diplomacia, fôrça poderosa que se exerce em silêncio, por tôda a parte estendendo a sua sombra, e cuja acção constructiva é, tantas vezes, desconhecida ou esquecida (para que lembrar, no meio dos destroços actuais do Continente, que a ela se deve o que podemos chamar o primeiro documento orgânico da Europa, a Magna-Carta europeia, o Tratado de Westphalia, de 1648, ponto de partida de todo o direito internacional moderno), ao lado da diplomacia, os congressos internacionais são precisamente o grande animador, o instrumento indispensável para a realização desta obra, múltipla nas suas manifestações, una na sua inspiração, que é a obra necessária e a obra magnífica da cooperação internacional. É o domínio cultural que, sobretudo, constitue campo aberto às possibilidades fecundas e à confiança recíproca dos povos. Há épocas em que o mundo oferece o espectáculo de se desagregar, antes de se unir, de retrogradar, antes de avançar. É numa destas épocas que nós vivemos. E, todavia, na unidade da história, isto não representa senão um parêntese que se fechará um dia. A marcha ascendente retomará então o seu ritmo, tanto mais acelerado quanto mais retardado êle tiver sido pelos obstáculos da época presente. Aos homens de ciência, elevando-se às altitudes serenas da vida especulativa, acima das tempestades provocadas pelos interêsses e pelas paixões desencadeadas, e ao poder das fôrças espirituais que êles incarnam incumbe a elevada missão de contribuir para afastar

êstes obstáculos. Bemvindos os historiadores, os investigadores e eruditos portugueses e os ilustres sábios estranjeiros, embaixadores da cultura dos seus países, que nos vêm trazer os frutos do seu talento e do seu estudo, nas horas tristes e dolorosas de hoje, em que o mundo, como se exprimia há dias o Chefe Supremo da Igreja Católica, em que o mundo, intoxicado, do qual parece ter desaparcido a piedade e a sua irmã soberana — a caridade, deixou de ser um lugar de concórdia fraterna entre os homens e os povos, e, perdendo a paz, perdeu a saúde moral e a alegria de viver.

Bemvindos os que se preocupam ainda com a primasia do espírito. A primasia do espírito — o glorioso fardo do homem civilizado de hoje! — na expressiva exclamação de Kipling.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Há quási cinqüenta anos, num momento de agudo pessimismo nacional, desalentado ante o espectáculo do que lhe parecia a decadência irremediável da sua pátria, um dos mais altos espíritos da nobre e gloriosa terra de Espanha, propunha que fôsse fechado para sempre, herméticamente e longe das vistas de todos, o sepulcro do Cid Campeador. Nós, ao contrário, neste momento em que sofremos, porque o mundo sofre, mas em que, num Portugal renascido, se celebram oito séculos de história, abramos os túmulos que na Batalha, a admirável flôr ogival que Murphy enalteceu, evocam a epopeia cavalheiresca de D. João I, e os que nos Jerónimos, a maravilhosa nau de pedra, sonhada por Giovane Potassi, recordam a ofuscante epopeia manuelina, e, enternecidamente, religiosamente, ajoelhemo-nos todos perante aquelas grandes figuras patriarcais da nossa história.

... Então, da sombra dos túmulos, no seu impressionante silêncio, uma voz parecerá murmurar: Idade de prestígio e de maravilha foi a nossa, idade de juventude e de vida robusta. O nosso poder fez-nos respeitados, a nossa opulência fez-nos admirados. Nada tendes, todavia, a invejar-nos, portugueses de 1940: deslumbrados, daqui contemplamos com orgulho o vosso renascimento em todos os domínios; a unidade espíritual da nação vêmo-la hoje, de novo, consolidada; a vossa fama, o vosso prestígio repercutem-se em todos os cantos da terra. Já não podeis, de-certo, segurar na mão potente o cetro dominador dos mares; a malícia dos homens e a malícia dos tempos arrebatou-vos, há muito, parte do vosso opulento património de além-mar. Mas sois hoje uma das maiores potências morais do mundo. E sois um grande e nobre exemplo a seguir. Honra e glória ao homem genial que operou o milagre da vossa ressurreição!

# DISCURSO PROFERIDO POR SUA EX.ª O MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, EM 13 DE JULHO, NA CÂMARA CORPORATIVA, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO 1.º CICLO DO CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS

*Convidado para presidir à sessão de encerramento do Congresso do Mundo Português — ou seja dos seis primeiros Congressos em que se dividiu — anuí imediatamente, ainda que as múltiplas ocupações do meu cargo me pudessem ter servido de razão para uma agradecida escusa.*

*Em verdade, eu não deveria — e não quis — perder êste ensejo para exprimir a V. Ex.ª, sr. dr. Júlio Dantas, se não já a vélha admiração pelo brilhante, multiforme e maleável talento de que Deus o dotou, ao serviço de uma actividade surpreendente, o louvor oficial pelo alto sentido e pela rara elevação que soube imprimir à organização e aos trabalhos do Congresso.*

*A V. Ex.ª me permito associar os seus mais directos colaboradores, na presidência, no secretariado e na direcção do Congresso, alguns dos valores maiores da intelectualidade portuguesa, que todos se revelaram, a seu lado, pela maestria e pelo tato, admiráveis intérpretes desta congregação da Inteligência, do Saber e do Lusitanismo.*

*A vós todos, congressistas, é devido um agradecimento profundo e efusivo pela objectiva e luminosa contribuïção que trouxestes, com o mais largo espírito de compreensão, ao esclarecimento de tantos e tão importantes problemas que, interessando, pela projecção universal, à História do Mundo, não deixam de ser nossos.*

*Aí encontrámos motivo de particular gratidão aos congressistas que não são portugueses, e também de especial carinho com que dentre êles, nos será consentido distinguir os do Brasil, por indestrutível comunhão de sangue e de História, e os de Espanha, por inapagável glória de tantos esforços comuns em emulação criadora e sagrada.*

*O balanço do Congresso está feito por quem, para tanto, possue qualidade, com grata satisfação se havendo podido acentuar a inteira conformidade de objectivos e realizações: em síntese, ensinar Portugal, com inteira verdade, aos portugueses e ao Mundo.*

*Não será, todavia, posta demais em relêvo a excelência da orgânica, desde a definição dos campos de investigação histórica que, sem se esquecer a pré e a proto-história, motivou a divisão em congressos parciais, e a distribuïção dêstes pelas cidades universitárias, e a variedade dos temas, e a mais larga iniciativa, até ao espírito de sistema e à unidade de um pensamento coordenador.*

*Por igual se louvará o método que presidiu à elaboração da generalidade das comunicações e à sua elevada discussão, traduzido em amplo recurso às fontes e conseqüente exclusão de superficialidades e apriorismos, — na objectividade de interpretação dos factos, limpos de apaixonadas e deformadoras impurezas, e conseqüente remoção das causas de tantos erros e injustiças — no ânimo de descobrir, através da sua exteriorização, o sentido lógico e profundo do encadeamento dos factos e conseqüente segurança do próprio travejamento da História.*

*Não foi, em vossos trabalhos, esquecido que a história política, considerada no quadro do pensamento científico, se distancia, no entanto, das demais ciências, em que o facto— seu objecto — não pode ser isolado do meio em que se gera, antes há-de nêle fixar-se, não apenas em relação com a vida da natureza, mas em íntimos laços com ideais e sentimentos humanos, que é preciso desvendar e classificar com justiça, a difícil e nobre tarefa do historiador.*

*Probidade e lucidez, serenidade e independência de espírito, imparcialidade e atitude crítica, rigor na selecção das fontes, linguagem inequívoca, forte sentimento de justiça, coragem revisionista das próprias ideas — são atributos essenciais do historiador que neste Congresso se exercitaram, em aplicação e aprimoramento das faculdades investigadoras e críticas.*

*Se chegastes a conclusões gerais que muito honram a Nação portuguesa, nos seus oito séculos de História, isso se deve, pois, não a um intuito preconcebido e apologético de exaltar o efémero, por mais glorioso, mas a um juizo objectivo de valor sôbre o que na vida dêste Povo há de constante, em sentimento nacional, em espírito de missão e em projecção ecuménica, desde a Fundação e Conquista e a Epopeia das caravelas, até aos tempos de hoje.*

*Por isso, patriotas que todos sois sem prejuízo da verdade que cultivais, todos julgareis legítimo, até como impreterível dever, que o Estado Novo, havendo começado por prevenir o malefício das paixões nos livros escolares, acabasse por adoptar, em defesa da verdade histórica e em aplicação do valor educativo que nela se contém, um livro único de História, segundo os diversos graus do ensino, selecção de certezas científicas do Passado, ao mesmo tempo fonte perene de ideais para a formação da nossa juventude, que há-de prosegui-lo, na sucessão das gerações e na linha de fôrça do civismo pátrio, para servir a Humanidade, sim, mas através da realidade histórica que é a Nação.*

*A contemporânea fundação — melhor dizendo, restauração — da Academia Portuguesa da História, como órgão activo e coordenador de esforços para a reintegração da Verdade por método científico e a notável obra por ela realizada já, designadamente na sistematização e publicação de importantes inéditos, ter-vos-ão dado o sentido e o alcance do intento do Govêrno.*

*O ressurgimento dos estudos históricos, a que vos consagrais com benemerência,*

*buscando o determinismo orgânico de cada povo e a medida do seu esfôrço em prol da civilização, ajudará a preparar, no respeito à verdade e pelo convívio das inteligências, o mundo de ámanhã e a Paz duradoira que todos ambicionamos.*

*Algumas breves palavras, ainda, para concluir:*

*Celebrado no decurso do maior drama da História, eis aqui um Congresso internacional que jamais poderá ser visto como simples pretexto para agradáveis sensações de turismo ou para cómodos impulsos de vaidade.*

*É mais uma razão para que nós, os portugueses, guardemos bem viva a grata lembrança dos homens de ciência e de boa vontade — investigadores, historiadores e eruditos — representantes da cultura dos próprios países em luta, que nêste Congresso se reüniram em impressionante e eloqüente afirmação do primado do espírito, para fazerem justiça à «decana de tôdas as nações da Europa, na actual configuração territorial», como a proclamou, em admirável lição de história política e literária, o último Rei que no Trono e no exílio a serviu* (1).

*O Congresso do Mundo Português é encerrado sob esta divisa:*

*Pelo culto da Verdade e da Justiça!*

---

(1) D. MANUEL II. *Livros Antigos Portugueses*, Introdução, pág. XXXV.

# FESTA DOS "LUSÍADAS"

## DISCURSO PROFERIDO PELO DR. HERNANI CIDADE, NA HOMENAGEM PRESTADA A CAMÕES NA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

As homenagens que as escolas de Lisboa acabam de prestar a Luís de Camões e ao seu poema, é uma das iniciativas da ilustre Comissão dos Centenários que melhor se adequam ao objectivo das Comemorações. Ao curso nacional de formação cívica e patriótica que elas por várias formas têm sido faltava esta lição complementar, ou antes — adaptava-se como nenhuma outra síntese luminosa e vibrante que são a vida e a obra que vamos evocar.

E evocá-las na Exposição do Mundo Português mais relêvo dará à oportuna lição, porque nada mais impressionantemente a poderia ilustrar.

Percorrer os pavilhões erguidos com tanto saber, inteligência e gôsto é sentir Portugal resumido nas fases mais características do seu passado e do seu presente, nos aspectos mais típicos do pitoresco que é o encanto dos olhos e da actividade que é o orgulho da alma. É reviver sobretudo a actividade com que soubemos ordenar o próprio desenvolvimento interno de expansão ultramarina para interêsses que superam os do egoísmos nacional — a hegemonia, no mundo, da civilização mais fecunda e mais humana, *a dilatação da lei da vida eterna* ou se entenda a expressão no sentido religioso que lhe deu Camões ou se lhe dê uma interpretação profana.

Ora o poeta é em sua mesma biografia, espiritual ou anedótica, o transunto da raça que realizou esta obra grandiosa. Dela herdou a alma sentimental e lírica mas capaz da tensão heróica com que ela realizou a epopeia e êle a viveu e cantou. Dela recebeu igualmente a irrequietação um pouco indisciplinada que não é, todavia, incompatível com o esfôrço entusiástico e persistente — o esfôrço que nela é a explicação da actividade civilizadora e nêle do *honesto estudo* com que preparou a sua cultura e da perfeita ordem com que realizou o seu poema. Dela ainda teria recebido o anseio de uma curiosidade e de uma acção que a ambos levou a transpor os limites do horizonte tradicional. Depois de esturdiar nas vielas de Coímbra, ao mesmo tempo que se impregnava da cultura que é assombro de quantos sábios o estudam, depois de em Lisboa, portuguesíssimamente *em vária flama vàriamente arder*, ei-lo, ainda como os que melhor representavam a sua raça, de longada até á África, a ensaiar-se para as andanças de soldado na Índia, levado no mesmo vento de aventura que despovoava Portugal. E sempre como a sua raça, por lá batalhou, penou, naufragou, e de lá voltou, ainda como ela, rico apenas de glória imortal, enquanto outros traziam para a Europa os despojos com que fundavam sua sólida prosperidade.

Digam V. Ex.as se não parece que estive a recortar de qualquer novela simbolista uma biografia do personagem, resumo de história colectiva, qualquer coisa como o retrato de Ramires desenhado na última página do conhecido romance de Eça de Queiroz.

Não é exagêro dizer que o espírito da raça foi o principal responsável no desdobrar do romance que foi esta vida. Pelas mil sugestões com que lhe enriqueceu e estimulou o génio, o mesmo espírito igualmente colaborou nos «Lusíadas». Por isso constituem êles o poema dos tempos modernos feito mais à semelhança dos poemas homéricos ou medievais, em que menor é o esfôrço da criação individual porque mais intensa a vibração colectiva que as suscita e mais opulento o material das tradições a recolher e ordenar.

E não é êste um dos seus méritos menos singulares. Só em Portugal, que na devassa de oceanos e continentes fruíu a graça do mundo pela primeira vez desnudado e sofreu os embates das fatalidades físicas provocadas, poderia ter sido escrito um poema que, mais do que nenhum outro, valoriza êsses aspectos da realidade, como objecto de contemplação artística.

Ouvi, que não vereis com vãs façanhas, etc.

Mas acabo de abordar um problema de arte em que vale a pena deter um momento a atenção. Tal sobrecarga de realidade, histórica e contemporânea, geográfica e astronómica, moral e natural, não constituirá, no poema, lastro apoético que lhe impeça alto surto de fantasia? Pois não é a arte essencialmente a sobreposição às fatalidades da natureza física ou moral das libérrimas criações do espírito? Não é a arte o processo por que nos evadimos da realidade que nos limita e nos peza, a superação da matéria pelo espírito, a inserção do ideal no determinismo mecânico do real? Não estará nisto mesmo a sua mais fecunda eficiência como a sua mais alta dignidade? Como louvar então os Lusíadas por sua subordinação àquilo de que nos deveria, como obra de arte, facilitar a fuga?

Há duas maneiras de conceber e realizar a arte. Se ela se toma como entertenimento do espírito, alheado da vida na contemplação inútil das próprias formas que fantasia, é natural que a realize a imaginação movendo-se livre, em planos sobrepostos à realidade, tão distantes que nem às vezes esta se lobriga. E é o que sucede em muitas poesias da *Fenix Renascida* e com os poemas italianos do renascimento.

Se pelo contrário se considera a arte como esfôrço de mais funda intuição da vida ou mais exaltante estímulo à sua ascenção, então é a mesma vida ao ponto de partida do vôo que de mais largos horizontes permitirá dominá-la, sôbre ela que se exercerá a imaginação artística, seleccionando-a, ordenando-a, embelezando-a, para que mais impressionante resulte o quadro com que nela se pretenda actuar.

No nosso tempo a arte é sobretudo processo de captar e compreender a vida íntima como exterior;

nos tempos clássicos ela foi principalmente o meio de pôr ordem compreensível e bela na congérie desconexa das suas expressões, ageitar às formas do ideal as realidades que se vivem.

Camões não escreveu o seu poema no propósito de fascinar as imaginações com histórias deleitosas, como Boiardo por exemplo. No momento em que a gloriosa grandeza da Pátria, que a sua mocidade conheceu no Zénite, declinava e ameaçava submergir-se, procura êle fixar para a imortalidade os clarões ainda não extintos, escarmentando para a continuação do esfôrço épico ou ao menos para a defeza da dignidade colectiva os epígones dos heróis. Assim a mensagem do artista se convertia em missão de patriota.

Mas se tal objectivo o obrigava a preferir a realidade histórica à fantasia poética, a sua mesma vida, boa parte — e a mais intensa — decorrida no teatro duma epopeia recente, sôbre as pégadas dos seus heróis, inevitàvelmente o conduzia à mesma valorização da realidade como matéria para a construção do seu poema.

E é esta a feição mais original dos «Lusíadas».

Não vale a pena repetir o que mil vezes se tem demonstrado — a cuidadosa informação histórica e geográfica, etnográfica e científica do autor dos «Lusíadas». Ao saber proveniente do *honesto estudo com longa experiência misturada* todos os sábios que o têm estudado, portugueses e estranjeiros, têm rendido homenagens merecidas. Não insistamos nelas, porque não são tais méritos que definem o artista e o poeta que nos interessam. Sublinhemos, todavia, esta propensão para a solidez e a exactidão que devem estar na base de tôda a cultura — e não faz mal que constituam a íntima trama da construção artística.

Também não é necessário referir com que técnica hábil soube êle entrelaçar a história do descobrimento do Gama com a história pátria anterior e ulterior, e como numa e noutra Camões é preocupado de verdade e exactidão.

Deixemos tais aspectos, apenas reveladores do erudito e do técnico; e, retendo apenas o amor da verdade, o gôsto do real em tudo isto manifesto, reparemos como tal gôsto e tal amor se manifestam nas próprias criações do artista e do poeta.

Nos «Lusíadas» há história e observação realista, mas há também aquilo sem que não passaria de crónica grandiloqüente e rimada: — criações da fantasia tipicamente poética.

Mas o fantástico dos «Lusíadas» não tem o carácter do fantástico dos outros poemas do renascimento. Nestes a fantasia criadora amplia, deforma, inventa em puro jôgo, deleitando-se e provocando o deleite com a própria liberdade e inutilidade do jôgo. O fantástico em Camões quer o que aproveita dos clássicos, quer o que êle mesmo cria, tem outro carácter e significado. Se os mitos intervêm na acção dos «Lusíadas», determinando-a, coadjuvando-a como Vénus ou contrariando-a como Baco, não modificam, acrescentando-as ou diminuíndo-as, as fôrças que nela se agitam. Os elementos enfurecidos por Baco na tempestade do Índico não são mais fortes nem mais violentos do que os que, sem a acção dos Deuses, a natureza costuma desencadear. Os heróis auxiliados por Vénus ou Marte não utilizam na luta outros recursos além das possibilidades morais e físicas do homem. Tudo se passa no poema no plano do natural, como se tal intervenção se não desse.

Mas para que então o tecido da ficção?

Para dar à realidade o poder impressionante do drama transcendente e a deslumbradora beleza do mito pagão. E sobretudo, mais duma vez, para dar esta mesma realidade, transfigurada mas reconhecível em formosos aspectos poéticos, em luminosas sínteses plásticas de profundo e amplo significado filosófico.

Assim, o episódio do perigo que a nau capitaina corre em Mombaça. Referem no os cronistas como acidente da rota, em que celeste poder invisível misteriosamente nos defendeu. No quadro camoneano, realidade corpórea e espiritual fica essencialmente idêntica — a nau não avança porque a impedem fôrças transcendentes; mas onde as crónicas tinham pôsto a acção de poderes invisíveis, surge, ao toque da varinha mágica da arte de Camões, a linda Ericina, voando do Céu ao Mar como uma seta:

Convoca as alvas filhas de Nereu
Com tôda a mais cerúlia companhia.
— Que, porque no salgado mar nasceu,
Das águas o poder lhe obedecia.

E propondo-lhe a causa a que desceu,
Com tôdas juntamente se partia,
Para estorvar que a armada não chegasse
Aonde para sempre se acabasse.

E continua a descrição admirável — aguarela colorida do argênteo das caudas, da brancura da espuma, do cerúlio do conjunto; grupo de marmóreo relêvo; peitos cortando a água crespa e as ondas encurvadas, depois apoiando sua brandura na dureza da madeira, enquanto o vento em balde incha as velas. É o quadro de tal beleza, tão rico de valores pictóricos e plásticos, que sem trabalho nenhum os pintores têm transplantado para a tela.

Outro exemplo dêste processo de projectar a realidade, assim colorida e aformoseada, em plano transcendente: no canto sexto as ninfas, a convite de Vénus, abrandam por suas amorosas ternuras a cólera dos ventos, incitados por Eolo na tempestade do Índico. Crê-se ainda hoje que a tormenta nocturna acalma com o alvorecer do dia. Assim a estrêla da manhã, *a aurora mensageira do dia, que visita com leda fronte a terra e o largo mar*, é tomada como a mensageira da paz ao oceano desencadeado em brava fúria. Intervindo a imaginação formada na lição clássica, logo o mito empresta à realidade a sua magnífica formusura: Vénus — a mesma deusa que governa a estrêla, — no antigo sistema planetário, é na ficção camoneana quem intervém na pacificação dos ventos. E que impedirá o poeta de ver nas graças da luz da manhã rompendo a cerração, amorosas ninfas engrinaldadas de rosas as cabeleiras loiras, derramando sorrisos que desarmam cóleras? Assim a visão poética não desfigurou, antes transfigurou um episódio da navegação. Foi um breve sônho emergindo da própria substância da vida real, como fina gaze de névoa que se eleva do corpo flúido do mar; depois do qual sônho, logo o poeta, mais do que nenhum realista passa à

descrição da viagem, que nêsse momento remata nos versos belos, claros e amplos como a esperançosa sinfonia do alvorecer:

Já a manhã clara dava nos outeiros
Por onde o Ganges murmurando sôa etc.

Não se cifra a êstes quadrinhos, como iluminuras marginais, de mero intuito ornamental, o sentido da realidade do poema, o corpo de verdade que o seu fantástico reveste. Dá vontade de pensar que a própria Vénus e o próprio Baco — os mitos de maior intervenção na acção, assumem significado de símbolos: ela encarnando o espírito a um tempo de graça e de fôrça da civilização latina e também o eterno feminino que obsidia a sensibilidade portuguesa, duplicando as possibilidades do esfôrço e a capacidade do sacrifício; êle, o tenaz instigador da fúria dos elementos e da intriga dos homens, porque, cantado sempre por descobridor da Índia teme que os portugueses lhe sepultem o nome célebre num negro vaso de água do esquecimento, personificando as hostilidades da natureza e a oposição dos interêsses criados.

Há, porém, dois símbolos que merecem a nossa melhor atenção: o episódio do Adamastor e o discurso de Baco no Concílio dos Deuses Marinhos.

É o primeiro a mais impressionante criação do génio épico de Camões. Ergue-se o gigante, no Cabo das Tormentas, logo chamado da Bôa Esperança, porque era a passagem dos sombrios mistérios do Atlântico para as certezas magníficas do Índico e do Oriente. Ergue-se como que amassado de tôdas as trágicas sombras, de tôdas as lendas aterradoras que a nossa audácia foi dissipando, Atlântico fora, e ali — dir-se-ia — nos opunham a última resistência. Nas estrofes estupendas vibram os timbres fortes e as consoantes ásperas como se dessem eco ao estrondear da tormenta.

Igualmente rimas como *válida, esquálida, pálida,* alternando com *figura, estatura, postura,* são quanto há de mais expressivo do que no quadro se misturava de titânica explosão de violência e de soturna ameaça pairante.

É desta sorte, em desenho a nanquim, que o poeta personifica o cabo temeroso, as lendas que nêle se amontôam e as ameaças que ali se hão-de cumprir. A fria sensibilidade de Voltaire não foi impermeável à grandeza do símbolo, e depois de o descrever — sensivelmente deformado, digamo-lo — assim termina: «Isto é grandioso indubitávelmente, em tôda a parte».

O outro símbolo a que me referi é porventura aquêle por que o poema mais transcende os limites do seu significado nacional. Lembram-se Vas. Ex.ª:

Baco, em sua fúria perseguidora, desce, ao palácio de Neptuno, e em presença dos deuses marinhos, pronuncia um discurso que é uma admirável peça oratória, conduzida com a habilidade de quem conhece tôdas as molas que podem dinamisar a vontade: a vaidade, o orgulho, a dignidade da coerência, a vergonha da ameaça, o despeito e por fim a solidariedade comovida.

No discurso do deus salientarei, porém, o significado dêstes versos:

E vós, deuses do mar, que não sofreis
Injúria alguma em vosso reino grande,
Que com castigo igual vos não vingueis,
De quem quer que por êle côrra e ande,
Que descuido foi êste em que viveis?
Quem pode ser que tanto vos abrande
Os peitos, com razão endurecidos
Contra os humanos, fracos e atrevidos?

Vistes que com grandíssima ousadia
Foram já cometer o céu supremo;
Vistes aquela insana fantasia
De tentarem o mar com vela e remo;
Vistes e ainda vemos cada dia,
Soberbas insolências tais, que temo
Que do mar e do céu em poucos anos
Venham deuses a ser e nós humanos.

Dir-se-ia uma réplica ao *Prometeu agrilhoado* esta entrevisão, infelizmente rápida, do *Prometeu liberto* lutando, quási triunfante, contra as fúrias de Neptuno e as intrigas de Baco, ou seja contra as violências da natureza e a conjura dos homens. A vontade humana vence a resistência hostil dos deuses, melhor — das fatalidades físicas que êles representam; e êste conceito do homem dominando soberanamente a terra e o mar confiado nas próprias capacidades, melhor do que nenhum exprime uma atitude que não é apenas portuguesa, mas humana — o optimismo humanista do renascimento.

Tal optimismo, que dir-se-ia rehabilitar os filhos exilados de Adão, reconciliá-los consigo mesmos e com a natureza emfim conhecida e sujeita à sua realeza, aponta ainda no mito da *Ilha dos Amores.*

Do mais alto monte dela depois duma festa pagã, que simboliza *as deleitosas honras que a vida fazem sublimada,* Tétis mostra ao Gama e sua tripulação o planeta e o sistema a que pertence — remate grandioso de um poema dominado pelo anseio de devassar os mistérios dos Oceanos e continentes.

E aqui bem parece que o espírito realista, sempre acordado do autor dos «Lusíadas», por uma espécie de auto-ironia ri das próprias fantasias de que vestiu a grandiosa realidade que o deslumbra, e na bôca da própria Tétis põe êstes estranhos versos:

Que as ninfas do Oceano tão formosas,
Tétis e a ilha angélica pintada,
Outra coisa não são que as deleitosas
Honras que a vida fazem sublimada.

Como se vê, e salvo um ou outro excesso de mitologia ornamental, projecção no poema da fascinação comum das literaturas greco-latinas, o tecido fantástico dos «Lusíadas» é ainda uma expressão do realismo nele dominante, é o processo de com mais vivo poder impressionante, pela beleza plástica como pela síntese filosófica, interpretar e visionar a mesma realidade.

Assim devia ser, tratando-se de um poema português. A nossa literatura de viagens como os nossos livros de ciência dissipavam no tempo êrros milenários, desfaziam abusões acumuladas e resistentes. «Sabe-se agora mais em um dia pelos portu-

gueses do que se sabia em cem anos pelos romanos» — diz Garcia de Órta. E João de Barros assim traduz orgulho idêntico: «Pois dos geógrafos que cuidavam ter o mundo assoalhado com suas pinturas aos olhos dos que não andavam por êle, que posso dizer se não o que se vê: que rústicos pilotos sem mais letras especulativas que uma doutrina praticada no convés de um navio, endireitam as derrotas, deminúem ou acrescentam os gráus, emendam a altura, de tal maneira que reprovam as távoas do ilustre Ptolomeu, como se estudaram em alguma Universidade, e êle não apenas onde gastou seus dias.»

A natureza assim directamente conhecida, despida da milenária cerração, surgindo em tôda a sua grandeza e formusura na clara manhã quinhentista, como se compreende empolgasse a sensibilidade portuguesa com a magestade a que se refere Duarte Pacheco Pereira ou com os segredos que continuavam a rir dos sábios da escritura! Para a conhecer e para sentir a emoção com que ela premeia os que se esforçam na sua devassa há, na opinião de todos, apenas um processo: a experiência que segundo o mesmo Duarte Pacheco, é *a madre das coisas que nos desengana e de tôda dúvida nos tira; o saber de experiências feito*, a que alude Camões e que êle não deixa de ajuntar à sua cultura humanística:

> Nem me falta na vida honesto estudo,
> Com longa experiência misturado.

Êste o clima espiritual em que o poema foi escrito. Por isso êle resultou sobretudo das experiências morais e físicas de uma vida *pelo mundo em pedaços repartida*, de um *braço às armas feito*, completando a *mente às musas dada* ainda de quem experimentou *os perigos mavórcios inhumanos, numa mão sempre a espada e noutra a pena.*

Daqui o carácter singularíssimo dum poema feito no propósito de opôr a verdade das grandezas que canta às *fantásticas fingidas mentirosas façanhas* dos poemas italianos do renascimento:

> A verdade que eu canto nua e pura
> Vence tôda a grandíloqua escritura.

Insisto; na história dêste moroso movimento com que a literatura se tem aproximado da natureza e da vida, reduzindo a fantasia à função de melhor lhes captar o essencial e mais animadamente lhes fixar os aspectos, o poema camoneano tem lugar de primazia. E isto porque, se é a criação de um génio bem inconfundívelmente pessoal, é também a criação dum génio português, formado e enriquecido no clima espiritual do vasto *mundo português*, nesta exposição miniaturado, do qual o poeta não foi a mais alta expressão senão porque dêle absorveu as seivas espirituais mais vivas.

# PORTUGAL É UMA NAÇÃO

## (CONCLUSÃO)

X

Uma opinião generalizada sôbre a Restauração de Portugal limita-a a uma espécie de golpe de Estado, que em duas horas poz têrmo ao regime de união de Portugal e Castela, com a rapidez com que se muda um regime político ou um govêrno numa aventura revolucionária audaciosa e feliz.

Outros, já melhor instruidos sôbre a verdade histórica, deixam-se, contudo, ir neste pendor pessimista que é tão nosso, e fazem da Restauração uma mera intriga dos jesuitas (Oliveira Martins) ou a coïncidência, para nós afortunada, de dificuldades temerosas, que abarbavam a Espanha de Filipe IV, a braços com rebeliões na própria Península e com as negociações laboriosas para pôr termo a uma guerra, que há 30 anos punha o fogo aos quatro cantos da Europa.

No dia 1 de Dezembro de 1640 deu-se, efectivamente, um golpe de Estado. Os fidalgos conjurados foram ao Paço da Ribeira, entraram de roldão pela Sala dos Tudescos, fizeram justiça sumária em Miguel de Vasconcelos, proclamaram das janelas abaixo a nova realeza do Duque de Bragança e chamaram à realidade e à gravidade da situação a Duqueza de Mantua, que ainda se não tinha dela apercebido.

Mas isso foi apenas o primeiro acto de um drama político de 28 anos.

Não há dúvida de que, pela mesma época, em que iniciavamos o movimento da Restauração, se deram e se tentaram movimentos idênticos na Catalunha, no Aragão e na Andaluzia e que nos Congressos de Westfalia a Espanha se viu obrigada a regeitar a paz e a continuar a guerra com as potências coligadas contra Casa de Austria.

Mas, não é menos certo que aqueles movimentos rebeldes foram jugulados, que a Espanha assinou depois a Paz dos Pirineus e que, com os braços livres dessas dificuldades, que lhos tolhiam, pôde cair com todo o seu pêso sôbre nós.

E a-pesar-de tudo a Restauração vingou através de quási seis lustros de atritos diplomáticos, de dificuldades financeiras da maior monta e duma gloriosa teoria de vitórias.

* * *

No momento mais acêso do pleito da sucessão ao trono de Portugal que ia vagar pela morte próxima do Cardial-Rei, a Raínha Isabel de Inglaterra viu claramente os males

que podiam advir da união das corôas portuguesa e castelhana. E por isso logo recomendou ao seu embaixador em Paris as necessárias gestões para os conjurar. «Se fôsse possível que o Rei Católico se apoderasse dos Estados de Portugal, as armas de mar e de terra, de que poderia dispôr, dar-lhe-iam tão exorbitante poder que ficava em circunstâncias de ditar a lei à navegação e comércio de tôda a Cristandade, impondo por último aos seus vizinhos a sua vontade.»

Mas, as lúcidas razões, que levavam a soberana inglesa àquela diligência diplomática, não logrou convencer ou, pelo menos, mover as Majestades Cristianíssimas de França.

Quando morre D. Henrique, os olhos dos patriotas portugueses volvem-se logo para a Inglaterra; os próprios Governadores de Portugal para lá enviam uma missão a lembrar as antigas alianças e a invocar um auxílio decisivo.

A querela da sucessão não tendia, porém, a clarificar-se. Aos pretendentes nacionais somavam-se agora Catarina de Medicis e o próprio Papa!

As reações contra a unidade ibérica vieram muito mais tarde.

A colisão prevista deu-se. A Casa de Austria, nos seus ramos alemão e espanhol, ameaçava dominar o Mundo. Com o magnífico *appost* de Portugal e do seu Império, ela dominava a Europa, as costas conhecidas de África, o caminho das Índias, o Novo Mundo.

Em nome do equilíbrio político fortemente ameaçado foi preciso lutar sem quartel contra Viena e contra Madrid.

O poder naval de Espanha sossobrou nas águas da Mancha, com a Invencível armada destroçada sem glória. Os Países Baixos tinham-se revoltado. A Inglaterra e a Holanda dominavam o Mar e, dominando-o, iam vencer a guerra.

Mas, a Primeira Revolução Inglesa alhearia a Grã Bretanha da política inglesa e, portanto, da revolução portuguesa...

O Cardial de Richelieu conduzia, porém, a luta contra as duas monarquias dos Austrias. Para bater a de Espanha já em 1634 tentava secretamente incitar o Duque de Bragança a proclamar-se rei de Portugal, prometendo-lhe o apoio da França. A-pesar das hesitações do Duque nunca o estadista francês perdera de vista o seu intento. As alterações de Evora não lhe passaram despercebidas; aqui mandou logo um dos seus emissários secretos, sob um burel franciscano, a indagar a extensão e o significado dos acontecimentos. Ao frade sucedeu um enviado em forma, Mr. de Saint Pé, que vinha com instruções da sua Chancelaria para se entender com os elementos do partido da independência, ao qual ofereceria auxílios, que iriam até uma esquadra de 50 navios e um exército de 12.000 homens de pé e 1.000 a cavalo. No caso de o Duque continuar a recusar, encarar-se-ia a hipótese de aclamar rei de Portugal a um Bourbon de França, ou um dos netos do Prior do Crato...

Mas, por fim, o Duque decidiu-se.

Em 1631, a rebelião partiu da Biscaia, sob o pretexto de protestar contra o regime criado para o sal e contra o recrutamento forçado dos soldados necessários às campanhas que a Espanha se via obrigada a manter em vários pontos. Os Bascos ameaçavam Madrid de pedirem o auxílio da França e da Inglaterra.

Seguiu-se-lhe a Catalunha. Em 7 de Junho de 1640, no dia de Corpus Christi, entrou em Barcelona grande número de segadores armados, que alevantaram um grande e sangrento motim, em que assassinaram muitos castelhanos. A própria guarda da cidade fêz causa comum com os amotinados e a rebelião assumiu proporções tão graves que o próprio Governador teve de refugiar-se numas galeras genevesas, surtas no pôrto. O incêndio lavrou ràpidamente por tôda a Catalunha; as próprias tropas, ante a generalidade e o ímpeto do levante, refugiaram-se no Aragão e no Russilhão.

No Aragão, Carlos Padilla levantou voz pela independência com a projectada realeza do Duque de Alijar.

Na Andaluzia, o Marquez de Ayamonte quis, da mesma forma, fazer rei do Duque de Medina Sidonia.

O Masanielo capitaneou a revolta da Sicília para reagir contra a grave crise económica e as levas forçadas de soldados.

Tôdas estas rebeliões foram sufocadas, embora algumas à custa de grande esfôrço. Prolongou-se a da Catalunha por alguns anos.

O Duque de Richelieu apoiou-a à mão armada.

O Jesuita Ignácio de Vasconcelos trouxe-nos de lá um tratado de aliança e muitos dos oficiais, que tinham sido enviados pelo Conde-Duque de Olivares para combater os rebeldes. Mas, em 1659, a Espanha celebra o tratado de paz dos Pirineus. O Russilhão foi atribuido à França e os Catalães abandonados à sua sorte...

* * *

Era mister conseguir o reconhecimento da independência portuguesa pelas Potências. Para êsse efeito, o novo Govêrno de Portugal enviou logo embaixadas a Paris, a Londres, à Haia, à Suecia, à Dinamarca e a Roma, a comunicarem a restauração do reino e a negociarem tratados de paz e amizade.

A missão a Paris foi coroada de êxito. Em 29 de Maio de 1641, Francisco de Melo, monteiro-mór, e o Desembargador do Paço António Coelho de Saraiva assinaram um tratado de aliança defensiva e ofensiva de Portugal e França contra a Espanha. O tratado era desigual, porque não estabelecia a obrigação recíproca de não fazer a paz em separado. Os compromissos para uma campanha militar dirigida por uma liga, de que fizesse parte a Holanda, contra a Espanha, que seria invadida pela França, pela Navarra e no Milanez,

emquanto as fôrças francesas entrariam pelas fronteiras de Leão e Castela e os Holandeses pelas da Flandres, não vieram a ter satisfação. Mas, naquele momento tão perturbado e tão difícil, era tudo o que podia obter-se.

Aos Países Baixos foram Tristão de Mendonça e António de Sousa Tavares. Ao fim de dois meses de negociações difíceis, concluiu-se um tratado desigual e inconveniente, pois que conferia à Holanda mais direitos que os reconhecidos a Portugal e concedia aos Holandeses direitos mais que preferenciais, exclusivos, ao tráfico nas nossas colónias e ao afretamento dos seus navios. A Holanda já então em competição com a Inglaterra, desejava aproveitar-nos na sua luta contra a Espanha e contava (mercê da trégua de 10 anos pactuada) manter e consolidar as posições, que tomara nos nossos domínios de Além-Mar.

Mas, emfim, os navios, armas e tropas prometidas foram vindo. Em 2 de Setembro de 1641 saiu da Holanda uma frota de 22 barcos de guerra e 18 mercantes com um regimento de dragões e outro de cavalaria, muitas armas e duzentos soldados portugueses, desertores do exército espanhol. A trégua no ultramar foi, porém, traída pelos holandeses, contra os quais tivemos de continuar a bater-nos numa situação paradoxal: — em paz na Europa e em guerra na América e na Africa.

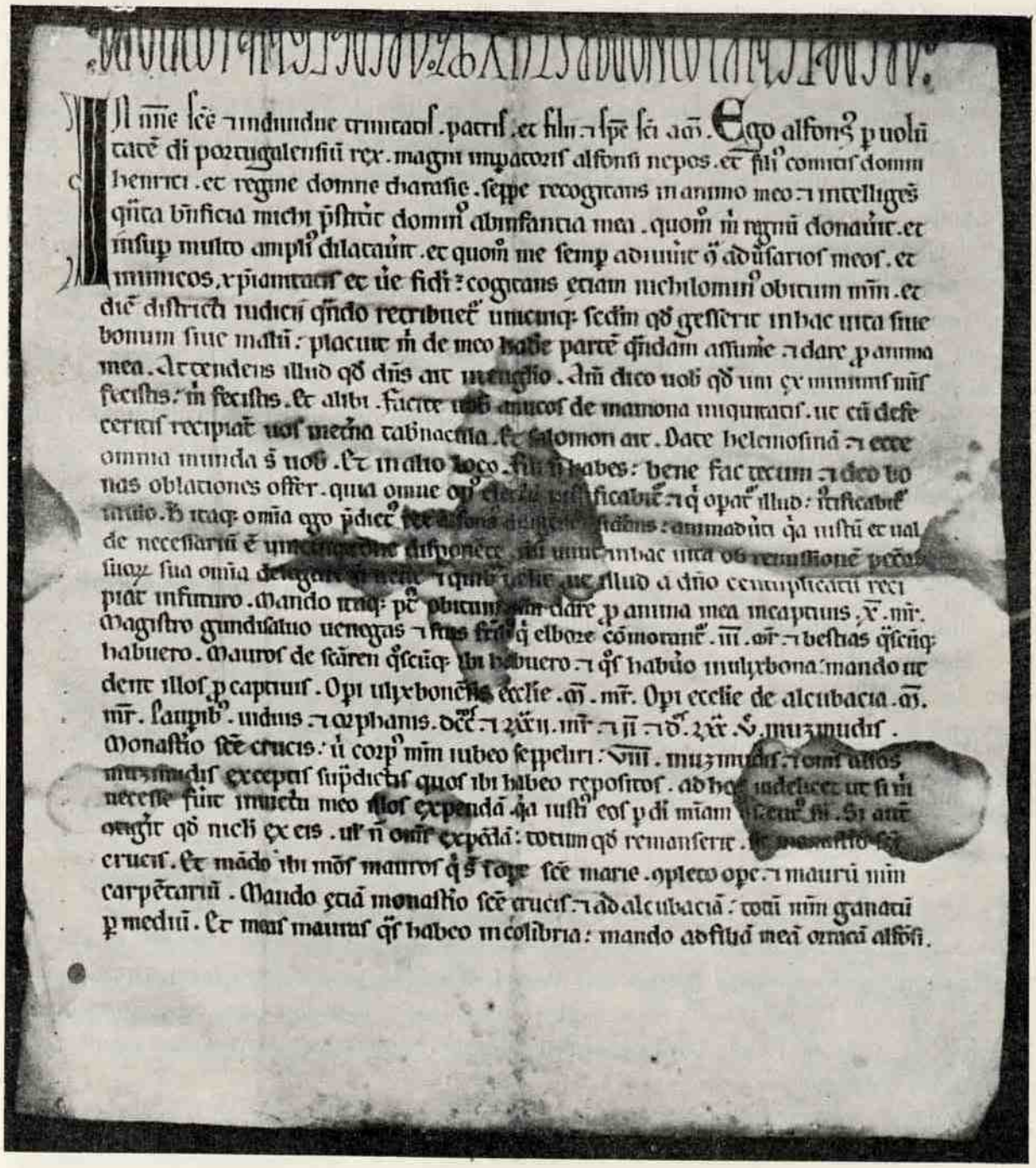
A Inglaterra vivia nessa época os transes da revolução, que levaria o Rei Carlos Stuart ao cadafalso e Cromwell ao Protectorado. Nem sempre soubemos manter uma atitude de inteligente neutralidade na luta entre o Parlamento e a Realeza. No fim do ano de 42, o Parlamento manda à embaixada portuguesa uma comissão para lhe comunicar que aquele esperava que ela se abstivesse de continuar a adoptar atitudes, que reputava incorrectas, e em face das quais se visse obrigado a tomar medidas, que julgasse mais convenientes.

O tratado de paz e amizade entre Portugal e a Grã-Bretanha, que se celebrara em Janeiro do mesmo ano, veio a ser substituido em Junho de 1654 por outro (já em tempo de Cromwell) que era abertamente desfavorável e lesivo dos interêsses e dos brios de Portugal...

Francisco de Sousa Coutinho e António Moniz Barreto foram às Cidades Hanseáticas, à Suecia e à Dinamarca. Na Suecia, fretou Sousa Coutinho três navios, em que trouxe cem canhões de bronze, 4.000 mosquetes, 1.000 pistolas, armamento e munições — tudo isento de direitos à passagem do estreito de Sund. Na Dinamarca, então ressentida com a paz de Lubeck, nada conseguiram os nossos embaixadores...

* * *

Mais que nenhuma outra foi difícil a nossa embaixada a Roma. Portugal fôra sempre uma Nação católica e missionária. Restaurada, colocara-se sob o padroado da Imaculada Conceição e mandara que todos os matriculados e graduados da Universidade o jurassem



*TESTAMENTO DE D. AFONSO HENRIQUES*

*(T. T. col. esp.)*

defender. O reconhecimento pelo Papa era-lhe, por isso, necessário como um último e decisivo sacramento. A Igreja o sagrara na fundação, que o consagrasse agora quando se reconstituia polìticamente.

As circunstâncias pareciam ajudar-nos, pois que ocupava o sólio o Papa Urbano VIII, inimigo da Casa de Austria. Mas, a Espanha, com estar decadente, ainda dominava as cristandades da Península, que se lhe mantinham na obediência, do Ducado de Milão, do reino de Nápoles e da Sicília, dos vastos domínios de Além-Mar. E desde a primeira hora, a Chancelaria de Madrid exercia uma forte pressão em Roma para que o Pontífice não nos reconhecesse e nem sequer recebesse a nossa embaixada, não obstante ir presidida pelo nobre prelado D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego; não duvidou mesmo em declarar que, em caso de não ser ouvida, a Espanha deixaria de reconhecer a autoridade da Santa Sé e faria um cisma.

Não obstante o apoio dos Catalães e o patrocínio do poderoso Cardial Barberini, o nosso Embaixador não logrou ser recebido e só pela fôrça evitou o ser prêso pelos agentes espanhóis, que o queriam conduzir a Nápoles, e de lá a Espanha. As comitivas dos embaixadores português e espanhol (Marquez de los Vellez) vieram às mãos, quando o primeiro saía duma visita à embaixada de França. O Bispo, que era homem duro e destemeroso, correu ao coche, onde trazia uma arma e êle mesmo comandou a resistência, perante a qual o diplomata castelhano fugiu, deixando o chapeu e a capa, para casa do Cardial Albornoz.

Meses e meses se demorou D. Miguel de Portugal pela Cidade Eterna. O Papa, receoso de Madrid, teimava em desconhecer-nos como Nação. Os benefícios, em Portugal, vagavam e não eram providos. E assim, êste país católico, sofrendo com resignação, esteve sem a sua hierarquia eclesiástica até que a independência lhe foi oficialmente reconhecida pela própria Espanha.

*
* *

Reüniram-se por êsse tempo em Westfalia os congressos para fazer a paz após 30 anos de guerra, e traçar o novo mapa político da Europa (1643-48). Logo para ali se dirigiu Francisco de Andrade Leitão para conseguir que, nas conferências, tivessem assento plenipotenciários portugueses.

Richelieu recomendara aos seus delegados que nos apoiassem. Mas, o seu sucessor, Mazarino, seguia política diversa e deu aos representantes da França novas instruções. Os espanhóis opunham-se à nossa pretensão e Mazarino entendia que «não sofria a razão que o interêsse dum indivíduo [D. João IV] fôsse ocasião para se não ver o fim a tão aturada guerra.»

Conseguimos o apoio da delegação sueca e com ela realizámos pertinazes questões

junto dos Franceses para sermos recebidos. Mas, a Espanha opunha teimosia idêntica aos nossos desejos. E a cena de Roma repetiu-se na cidade episcopal de Munster. Cento e vinte homens, peitados pelo Marquez de los Vellez, assaltaram a casa onde estavam alojados os nossos plenipotenciários, que tiveram de se refugiar junto do Conde de Servien, acolhendo-se à sua protecção e à do Governador da cidade.

A Holanda saiu reconhecida de direito do Congresso de Westfalia. Portugal, rebelde como ela, nem lá conseguira entrar...

*
* *

Nem sequer nos compensava uma situação política interna de tranqüilidade. À necessidade instante da unidade moral e política da Nação, antepunham alguns portugueses, e dos de maior categoria social, os seus despeitos e ambições pessoais.

As Côrtes acusaram e impuzeram o julgamento e a execução do ministro Francisco de Lucena, suspeito, embora não convencido, de alta traição.

Um prelado e alguns nobres tramaram uma conjura tendente à restauração dos Filipes. Teve de fazer-se justiça sumária, impiedosa, quiçá excessiva...

*
* *

Em 1659, fez-se a Paz dos Pirineus.

Em 1662, assinou-se o tratado de paz e aliança entre Portugal e a Inglaterra, selado pelo casamento de Carlos II com Catarina de Bragança. No verão dêsse ano, desembarcaram em Lisboa 12.700 infantes e cavaleiros ingleses, que se encorporaram no nosso exército.

A Espanha, livre da guerra com os seus inimigos do Norte, ia cair sôbre nós com tôdas as suas possibilidades. Defendemo-nos, porém, com o maior vigor e com fortuna e brilho para as nossas armas. E só em 13 de Fevereiro de 1668 — quási 28 anos volvidos sôbre o grito de 1.º de Dezembro de 1640 — se fêz a paz com a Espanha com a mediação da Inglaterra.

A. MARQUES GUEDES

# NOTAS VÁRIAS

*COMEMORAÇÕES DO DUPLO CENTENÁRIO*

*ÉPOCA IMPERIAL*

*Junho, 23* — Nenhum outro facto poderia marcar melhor e imprimir maior imponência às solenidades do início do segundo ciclo das Comemorações Centenárias, do que a inauguração da Exposição do Mundo Português, que, com a presença do Chefe do Estado, Govêrno, Cardial Patriarca de Lisboa, embaixadas estranjeiras, elemento oficial e numerosos convidados, neste dia se realizou no cenário magnífico de Belém, entre o Tejo e o Mosteiro histórico dos Jerónimos.

O grandioso certame surgiu, aos olhos deslumbrados de nacionais e estranjeiros, como testemunho vivo do nosso ressurgimento, como milagre de esfôrço consciente e pacífico, como fonte revigoradora de vontades, de energias, das eternas virtudes da Raça.

Noutro lugar desta Revista reproduzimos os discursos que na ocasião ali se pronunciaram e damos uma rápida resenha da constituïção dos seus Pavilhões e principais monumentos, bem como a imagem fotográfica de alguns aspectos do acto oficial. Neste e em números subsequentes, iremos dando também a reprodução de pormenores de interiores e exteriores dos Pavilhões, que constituem o deslumbrante certame de Belém.

*Junho, 24* — Na noite dêste dia, do Terreiro do Paço até à Rotunda, Lisboa inteira assistiu ao desfile das Marchas populares dos seus velhos bairros, — formosíssimo e encantador espectáculo de alegria e côr. Uma multidão incontável, milhares e milhares de pessoas entusiasmadas aplaudiram o pitoresco desfile, que foi uma das notas mais curiosas, mais típicas das festas comemorativas realizadas na capital.

Nas províncias do Minho e do Alto Alentejo, em Braga e em Évora, efectuaram-se também, neste dia, incorporadas no mesmo ciclo das Comemorações Centenárias, as suas festas tradicionais.

*Junho, 25* — No recinto da Exposição do Mundo Português, o Sr. Ministro da Educação Nacional inaugurou oficialmente três admiráveis pavilhões: «Fundação», «Formação e Conquista» e «Independência». S. Ex.ª pronunciou ali um interessante discurso, que foi uma brilhante lição de História e de Fé nos destinos da Pátria.

Neste mesmo dia realizou-se uma cerimónia simples, mas tocante, promovida pela Embaixada especial do Brasil às Comemorações Centenárias e a que se associaram o Exército e a Armada daquele País, com a assistência dos seus representantes. Foi a da colocação duma placa de bronze no monumento de D. Pedro IV, na praça do Rossio, — homenagem do povo brasileiro ao seu primeiro imperador.

Como enviado especial do Rei e do Govêrno inglês às Comemorações Centenárias, chegou a Lisboa S. A. o Duque de Kent, irmão de Jorge VI de Inglaterra. Aguardavam-no, entre outras altas individualidades, o Chefe do Govêrno, Sr. Dr. Oliveira Salazar.

*Junho, 26* — No imponente cenário da antiga sala do trôno, no Palácio da Ajuda, o Chefe do Estado, num ambiente de invulgar solenidade, recebeu as credenciais do Duque de Kent e de numerosas embaixadas e missões estranjeiras. Todos os chefes das embaixadas e missões, no momento da entrega das suas credenciais, fizeram votos pelas felicidades e prosperidades da Nação Portuguesa, agradecendo o Sr. General Carmona a sua vinda a Portugal e as saudações de que eram intérpretes.

À noite, no Chiado, procedeu-se à inauguração da Exposição de Montras, — interessante e curiosa iniciativa do Secretariado da Propaganda Nacional, que pela primeira vez se realiza em Portugal e que obteve um êxito extraordinário, quer da parte do público, quer da parte das casas comerciais concorrentes, que mostraram assim compreender o alcance artístico do Concurso promovido por aquele organismo do Estado.

*Junho, 27* — De manhã, no soberbo cenário de Belém, celebrou S. E. o Cardial Patriarca de Lisboa, com a assistência do Chefe do Estado, do Govêrno, das Embaixadas e Missões estranjeiras, de altos dignatários militares e civis e de numerosos convidados, a Missa de pontifical e o acto imperial na Igreja do Mosteiro dos Jerónimos. Sua Eminência, na formosa alocução que noutro lugar publicamos na íntegra, exaltou o esfôrço civilizador de Portugal no Mundo.

Às 17 horas, no gabinete do sr. Ministro da Marinha, a Embaixada especial do Brasil fez entrega do busto do almirante Barroso, significativa oferta da Armada brasileira à Marinha de Guerra Portuguesa.

Quási à mesma hora, na Exposição do Mundo Português, realizou-se a inauguração oficial da Secção Colonial, de que é director o sr. Capitão Henrique Galvão e que é, num conjunto grandioso, o interessante

documentário do espírito colonizador português, da nossa grandeza imperial, do espírito de solidariedade humana e de missão cristianizadora, que sempre tem sido o lema de todo o esfôrço português em terras do ultramar.

*Junho, 28* — No recinto da Exposição do Mundo Português, procedeu-se à inauguração oficial do Pavilhão dos Descobrimentos, um dos mais notáveis do certame.

*Junho, 29* — Dois novos pavilhões se inauguram neste dia na Exposição do Mundo Português: o Pavilhão de Lisboa — evocativo do passado, das tradições, dos costumes, do pitoresco e das belezas da cidade — e o Pavilhão de Cartografia — mostruário rico e valioso de documentação portuguesa dentro das ciências geográficas e náuticas dos séculos XV a XVII.

*UM ASPECTO DO CHIADO NO DIA DA EXPOSIÇÃO DE MONTRAS, INTERESSANTE INICIATIVA DO S. P. N.*

*Junho, 30* — Desde a Avenida da Índia até dentro do recinto da Exposição, perante uma das maiores e

mais imponentes multidões que se têm reunido em Lisboa, vinda de todos os pontos do País, desfilou neste dia o grande cortejo histórico do Mundo Português, — visão inesquecível da nossa História, desde o passado ao presente, e de que damos neste número uma pálida visão aos nossos leitores, através de meia dúzia de fotografias.

*Julho, 1* — Às 18 horas inaugurou-se, na Exposição do Mundo Português, o interessante Pavilhão da Colonização e às 22 horas, no Palácio da Assembleia Nacional, realizou-se, com a presença do Chefe do Estado, Cardial Patriarca, membros do Govêrno, congressistas e altas personalidades civis e militares, o acto solene da abertura do Congresso do Mundo Português — o mais grandioso acontecimento cultural das Comemorações Centenárias.

Noutro lugar desta Revista publicamos os dois únicos discursos oficiais que ali se pronunciaram: o do sr. dr. Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva dos Centenários e presidente geral do Congresso, e o do professor sr. dr. Caeiro da Mata, reitor da Universidade de Lisboa.

*Julho, 2* — Começam, em Lisboa, os trabalhos do Congresso do Mundo Português.

No recinto da Exposição, os srs. Ministros do Interior e das Obras Públicas e Comunicações inauguram oficialmente o *Centro Regional*, realização do Secretariado da Propaganda Nacional. No seu interessante discurso, António Ferro, Director do S. P. N., disse: «A Exposição do Mundo Português não é apenas uma revista do passado, porque pretende ser, ao mesmo tempo, a sua projecção no presente, através do Centro Regional». E acrescentou: «Enquanto os pavilhões históricos dizem e ensinam como se formou, desenvolveu e expandiu a nacionalidade, os pavilhões etnográficos visam a demonstrar o génio do povo e o modo como êle vive a própria história pátria, nos episódios cotidianos das suas mãos evocadoras».

*Julho, 4* — Começam, neste dia, no Pôrto, as Comemorações Centenárias, com a inauguração da doca de Leixões, uma exposição das obras de Soares dos Reis e abertura solene do I congresso do Mundo Português: «Pré e proto-história», no salão da Universidade.

*Julho, 5* — Na cidade do Pôrto, realizou-se um imponente Cortejo do Trabalho e à noite um interessante festival regional nos jardins do Palácio de Cristal.

*Julho, 6* — Deslocam-se para Coimbra as Comemorações Centenárias. Inaugura-se ali uma interessante exposição de Ourivesaria e na imponente sala dos Capelos da velha Universidade realizou-se a abertura solene dos trabalhos do II congresso do Mundo Português: «Portugal medieval».

*Julho, 8* — Em Lisboa, no recinto da Exposição, o sr. Ministro das Colónias inaugurou oficialmente o Pavilhão dos Portugueses no Mundo, que evoca admiravelmente páginas gloriosas da nossa História e os feitos imortais dos nossos maiores em todos os continentes.

*Julho, 9* — Os membros do Congresso do Mundo Português, no seu regresso a Lisboa, visitam, em romagem, alguns lugares históricos do centro do País: Leiria, Batalha, Tomar (onde se inaugurou um monumento a Gualdim Pais), Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos e Santarém.

*Julho, 13* — Integrados nas festas da Rainha Santa, que êste ano fizeram parte das Comemorações Centenárias de Coimbra, realizou-se nesta cidade um imponente cortejo das actividades regionais da Beira Litoral e uma curiosa parada folclórica.

Em Lisboa, no palácio da Assembleia Nacional, o sr. Ministro da Educação Nacional presidiu à sessão solene de encerramento dos trabalhos do Congresso do Mundo Português, pronunciando o magnífico discurso que noutro lugar inserimos.

No mesmo dia, na Exposição do Mundo Português, S. E. o sr. Cardial Patriarca inaugurou a Casa de Santo António — um dos mais interessantes motivos da Exposição.

*Julho, 14* — Com a «Festa dos Lusíadas» — glorificação do grande poema da Raça — levada a efeito no Pavilhão dos Descobrimentos da Exposição do Mundo Português, junto à estátua de Camões, encerrou-se assim brilhantemente, num ambiente de simples mas sentida evocação, a Época Imperial, segundo ciclo das Comemorações do Duplo Centenário.

No túmulo de Camões, no Mosteiro dos Jerónimos, foi deposta uma corôa de louros em nome dos «lusitos» da Mocidade Portuguesa. O sr. dr. Hernâni Cidade, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pronunciou a excelente oração, que neste número publicamos também.

DEPÓSITO LEG
NOV. 1940

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 21 — 30 de Setembro de 1940 — ANO II

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*OS FALSIFICADORES DE D. JOÃO IV — Dr. António G. Mattoso* . . . . . 1

*COMO O POVO DEFENDE A INDEPENDÊNCIA — Abel Viana* . . . . . 15

*CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA POPULAÇÃO.* 20

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 27

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50


A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais:

| | |
|---|---|
| A fogo . . . . . | 25$00 |
| A ouro . . . . . | 30$00 |
| (Empaste) . . . . . | 5$00 |

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8 / Lisboa

TELEFONE 2 2886

# OS FALSIFICADORES DE D. JOÃO IV

*Poucas figuras da nossa História foram mais grosseiramente falsificadas, mais injustamente caluniadas do que a do «Restaurador».*

*De facto, quási todos os compêndios escolares nos ensinaram a considerá-lo como um «pusilânime», um «indeciso», um «tímido», um «medroso», de harmonia com os exemplos que a historiografia liberal, romântica e fantasista, lhes apontava, numa terminologia criminosa, que copiaram embevecidos.*

Camilo *fala no «tímido ânimo» de D. João IV, a quem não hesita em chamar «vilão espírito e rancorosa alma»* (1). Oliveira Martins *acusa-o de «inepto, fraco, egoísta»* (2). Pinheiro Chagas *atribue-lhe um «egoísmo que o fazia contemplar com a máxima indiferença os padecimentos do Reino», e nota que o seu «papel foi todo passivo, porque os direitos da sua casa foram os outros que lhos sustentaram, o seu trôno foram os outros que lho ergueram, a restauração de Portugal foram os outros que a fizeram»* (3). João Francisco Lisboa *vê nêle apenas um «carácter tímido e irresoluto», um espírito «sombrio e suspeitoso», um «príncipe de ânimo pouco belicoso», dado «em demasia aos prazeres da caça, da música e da mesa»* (4). Teófilo Braga *fala no seu «requinte de malvadez», a-propósito da longa prisão de D. Francisco Manuel de Melo* (5). José Caldas *considera-o «a um tempo antipático e funesto, egoísta e poltrão»* (6).

*Êste procedimento tem fácil explicação. Não era a pessoa de D. João IV que estava em causa. Era a dinastia de Bragança que procuravam atingir os autores citados, todos unidos no mesmo ódio, na mesma mentira sectária, por ela «ser a reinante, e porque as outras, já extintas, não representavam mais do que sombras históricas inofensivas, à distância do tempo»* (7). *O que é triste, porém, é que, para atingirem estes fins, se tivessem visto na necessidade de imitar os inimigos da Pátria, os «panfletários castelhanos ao sôldo do Conde-Duque». Repetindo «apenas os lugares comuns de uma tradição inconsciente», não consultaram*

---

(1) In *O Regicida*, págs. 199 e 208.
(2) In *História de Portugal*, Vol. I, pág. 123.
(3) In *História de Portugal*, Vol. VII, págs. 365 e 366.
(4) In *Vida do Padre António Vieira*, págs. 36 e 40.
(5) In *Os Seiscentistas*, pág. 317.
(6) In *História dum fogo morto*, págs. 129 e segs.
(7) Dr. Hipólito Raposo — *Aula Régia*, pág. 427.

*os «documentos», não procuraram averiguar a verdade, não se deram ao incómodo de rebuscar nos arquivos as provas das suas gravíssimas afirmações* (1).

*Porque o não fizeram? Porque encontrariam precisamente um desmentido completo à sua atitude derrotista, mesquinha, facciosa. Vejamos: —*

a) A «pusilanimidade» de D. João — *As aparentes hesitações do Duque de Bragança em aceitar a Corôa servem à maravilha para os que desejam ver nêle um «tímido ânimo», um «fraco», um «egoísta», um «inepto».*

*Ora, D. João IV nunca se mostrou hesitante. Mostrou-se cauteloso. E cautela não é hesitação; é prudência, é habilidade consumada. «Ouvia, como prudente, com ânimo sossegado, os suspiros daquêles que imploravam seu favor; mas advertido de que se os buscasse, os acharia, se foi dispondo para lhes não faltar, quando a ocasião se lhes oferecesse mais propícia»* (2).

*A empreza em que trabalhavam os fidalgos era arriscadíssima. Portugal estava pobre, individado, sem armas e sem homens. Nestas condições, o que aconselhava o bom senso era saber esperar a ocasião propícia, o momento excepcional em que se desse execução à obra, com o menor número de riscos e sem o receio de «que se introduzisse uma guerra civil no Reino, tanto mais perigosa, quanto era vizinho o inimigo»* (3). *Por isso, «tudo ouvia Nosso Senhor e calava»* (4). *Era uma atitude inteligentíssima, que nem todos compreenderam, na sua ância de libertarem o Reino da opressão castelhana. O Duque, contudo, sem perder a serenidade, e «não conhecendo os de que devia fiar-se, sondava os corações de todos» e «dilatava declarar-se até que as disposições mostrassem mais seguranças que as do sentimento e maiores fundamentos que os males de que se queixavam os que o persuadiam»* (5).

*Estas cautelas, esta serenidade, esta segurança de ânimo é que distinguem verdadeiramente D. João, elevando-o muito acima da craveira dum simples caudilho revolucionário, dum aventureiro de ocasião. Não era o dirigente de uma revolta, o orientador duma conjura, o arauto dum partido. Era o chefe supremo e incontestado da Nação, cônscio das suas responsabilidades e dos seus deveres para com os súbditos, que não queria ver comprometidos nos lances arriscados duma empreza temerária.*

---

(1) Joaquim de Vasconcelos — *D. João IV*, cit. por António Sardinha — *Ao ritmo da ampulheta*, pág. 241.

(2) *Usurpação, Retenção e Restauração*, atribuída a João Pinto Ribeiro, pág. 26.

(3) Gregório de Almeida — *Restauração de Portugal Prodigiosa*, pág. 11, 2.ª Parte.

(4) *Relação de tudo o que se passou na felice Aclamação...*, pág. 8.

(5) D. Luiz de Meneses — *História de Portugal Restaurado*, Vol. I, págs. 86-88.

*«Ce n'était pas un chef de parti», nota* Ferdinand Denis (1), *que vê nêle «ce genre de bravoure qui convenait à un gentilhomme», que nota que não era «nullement dépourvu des qualités qui font le politique habile» e que afirma «que ce que l'on prenait pour une lâche irrésolution était après tout de la prudence».*

*Esta compreensão perfeita da atitude de D. João é vista com a mesma clareza por outros historiadores estrangeiros, afastados das nossas pugnas políticas, e, por isso mesmo, mais objectivos e mais próximos da verdade.*

*O advogado veneziano* João Batista Birago, *que esteve entre nós nessa época, como afirma, declara que a atitude de «sua Altezza era veramente prudenzia e cautela», e acrescenta: — «Era questo prudentissimo principe d'un cuore generosamente tranquillo, e benche sentisse dolore grandissimo delle miserie, nelle quali vedeve caduto il Regno, considerava però, che solamente quando si sente accalorato dalla Divina forza può mettersi mano d'huomo à sollevare le communi miserie. E benche grandemente sentisse li sospiri di quelli, che tacitamente implorovano il suo ayuto; nell'exteriore però non dimostrava la compassione di tanti patimenti e aggravie di popoli, stava però aspettando, che giungesse la congiuntura, nella quale si potesse mostrare vero padre della patria»* (2).

La Clede *tem as seguintes palavras sôbre o procedimento de D. João: — «Toute sa conduite étoit l'effet d'une prudence exquise et d'une saine politique. Toute autre manière de se conduire l'eût perdu, sans que sa perte eût profité à l'Etat. Il connoissoit la politique obscure et ombrageuse des Espagnols. Il tâchoit de détourner ces regards jaloux de sa personne, et il ne pouvoit y réussir qu'en paroissant attaché à ses plaisirs, et éloigné des affaires. Au reste, c'étoit un Prince doué d'une véritable sagesse, brave, courageux, et sensible aux malheurs de sa Patrie, qu'il brûloit de secourir. Mais il ne vouloit rien hazarder, et il attendoit une conjoncture favorable pour faire voir, qu'il savoit s'immoler pour sa Patrie, lorsqu'il pouvoit le faire avec succès»* (3).

*O próprio* Abade De Vertot, *que «repetiu sem crítica» as afirmações dos «panfletários castelhanos ao sôldo do Conde-Duque», no dizer do Dr. Joaquim de Vasconcelos, não pôde igualmente deixar de admirar a política habilíssima de D. João, atribuindo-a embora*

---

(1) In *Portugal*, Paris, 1846, págs. 315 a 318.

(2) In *Historia della disunione del Regno di Portogallo dalla Corona di Castiglia*, ed. de *Fra Ferdinando Helevo*, Amsterdam, 1647, págs. 157 e 158. A primeira edição foi impressa em Veneza em 1644 com o nome de *Historia del Regno di Portogallo*. É uma obra muito curiosa sôbre os sucessos da Restauração, pelo que estamos procedendo á sua tradução em língua portuguesa, a publicar brevemente.

(3) In *Histoire Générale de Portugal*, Paris, 1735, Tomo VII, págs. 33 e 34.

*ao seu feitio natural: — «La plus fine Politique n'eût pu lui faire tenir une conduite plus sage envers les Espagnols, que celle qu'il tenoit par un penchant tout naturel... Il savoit qu'il n'avoit qu'un parti à prendre; et il le prit autant par inclination que par raison. Il falloit pour diminuer son crime, c'est-à-dire, pour le faire moins redouter, et pour être moins suspect aux Espagnols, qu'il ne se mêlât d'aucune affaire, et qu'il ne fût et ne parût occupé que de divertissements et de plaisirs. Il faisoit parfaitement bien ce personnage»* (1).

*Em resumo: — «A sua paciência, atribuida por alguns a fraqueza, era efeito da prudência mais consumada; o seu desleixamento era refinada política; os seus vagares foram os meios mais eficazes para efectuarem aquela unânime resolução que o poz no Trôno por um modo tão espantoso e imprevisto»* (2).

*Haviam continuado, no entanto, os preparativos para a libertação. Faziam-se reuniões, juntavam-se armas, recebiam-se adesões, concebiam-se projectos. D. João, que secretamente negociava com a França, para saber até onde podia contar com o seu auxílio* (3), *vê chegar a revolta da Catalunha. Era o momento propício, a ocasião excepcional que aguardava há tanto. Nesta altura já não via necessidade de esconder os seus sentimentos. Por isso se «resolveu generosamente a abraçar as ofertas que repetidamente se lhe haviam feito de aceitar a Corôa, que de justiça lhe pertencia, e a livrar a Pátria dos grandes males que suportava»* (4).

*Aguardou, contudo, como convinha à sua qualidade de chefe da Nação, que se manifestasse a opinião dos portugueses. A-pesar-de tudo, quando esta chegou, graças à mensagem de Pedro de Mendonça, procedeu, ainda, com tôdas as cautelas. O assunto era grave. A sua resolução estava tomada. Mas, para que o não pudessem acusar de ligeireza de ânimo, se tudo se viesse a perder, e «advertindo que o sábio ouvindo ao prudente se fazia mais sábio»* (5), *quiz conhecer a opinião do seu secretário, António Pais Viegas, e da Duqueza, D. Luiza de Gusmão. Esta Senhora era castelhana, filha dos Duques de Medina Sidónia, «uma das mais qualificadas e antigas famílias de Castela»* (6). *Quem nos diz que as fingidas hesitações de D. João não tiveram também em vista iludir a própria espôsa, «por quem seu Pai*

---

(1) In *Révolutions de Portugal*, nouvelle édit, Paris, 1768, págs. 54 a 57.

(2) In *História de Portugal, composta em inglês por uma sociedade de literatos...*, nova ed. por Hippolyto José da Costa, Londres, 1809, Tomo II, pág. 248.

(3) Dr. Rodrigues Cavalheiro — *Temas de História*, pág. 79 e segs.

(4) D Luiz de Meneses — *Obr. cit*, pág. 87.

(5) Damião António de Lemos Faria e Castro — *História Geral de Portugal e suas Conquistas*, Lisboa, 1804, Tomo XVIII, pág. 118.

(6) D. Luiz de Meneses — *Obr. cit*, pág. 92.

IOANNES IIII. D.G. REX PORTVGALIE ET ALGARBIORVM
ÆTATIS SVÆ XXXI. 1644.

*D. JOÃO IV*

*grande general de Espanha, devia colher a impressão da indiferença ou timidez do genro»?* (1). *Lícito é supor que assim tivesse acontecido e que D. João só nesta altura, em que não era possível já deter a marcha dos acontecimentos, a tivesse querido colocar perante uma situação clara e definitiva. O que é verdade, porém, é que «achando o Duque tão conformes duas opiniões de que tanto fiava», e, «antepondo a saúde da Pátria ao risco particular», tomou o compromisso de «aceitar a Corôa para a fazer respeitada a seus inimigos e comum a seus vassalos»* (2).

*Dêste momento em diante é D. João, incontestavelmente, quem dirige e orienta o movimento, que os conjurados comprometem e quási inutilizam, por uma série numerosa de leviandades. Não fica inactivo. Como tardem as notícias, escreve para Évora a Pedro de Mendonça «pedindo-lhe novas do negócio que lhe encomendara»* (3). *Depois, perante as notícias confusas que recebe, sem saber o «estado em que o negócio se achava» e «querendo tomar dêle inteira informação»* (4), *escreve a João Pinto Ribeiro, seu agente em Lisboa, e dá «poder ao mensageiro para em seu nome ordenar e dispor tudo como melhor e mais seguro parecesse»* (5).

*Parte João Pinto Ribeiro para Vila Viçosa. Quando chegou «trovó il Duca resolutissimo»* (6). *É êle agora que ordena que se «não começasse por Evora, como se tinha assentado»* (7); *é êle que nota que a empreza «perigava muito na dilatação»* (8); *é êle que manda que se enviem alguns fidalgos para as «cabeças das comarcas do Reino, quais nelas podessem ter poder, para que no tempo que Lisboa se declarasse podessem nelas persuadir o mesmo, tendo antes disposto a isso pessoas que lhe parecesse»* (9); *é êle que aconselha que se façam emissários para as «tôrres, castelo e paço» de Lisboa, «para que na mesma hora se desse em tôdas as partes e se segurasse a cidade, cortando os desígnios dos contrários»* (10); *é êle, finalmente, que garante que «se se desse o caso que em Lisboa faltassem ao que prome-*

---

(1) Dr. Américo Cortez Pinto — *O Valor da Vontade na História Nacional*, pág. 92.
(2) D. Luiz de Meneses — *Obr. cit*, pág. 93.
(3) D. Luiz de Meneses — *Obr. cit*, pág. 94.
(4) Gregório de Almeida — *Obr. cit*, Part. II, pág. 10.
(5) *Relação de tudo que se passou...*, pág. 14.
(6) Birago — *Obr. cit*, pág. 176.
(7) Gregório de Almeida — *Obr. e Part. cit*, pág. 11.
(8) D. Luiz de Meneses — *Obr. cit*, pág. 94.
(9) Gregório de Almeida — *Obr. e Part. cit*, pág. 11.
(10) Gregório de Almeida — *Obr. e Part. cit*, pág. 11.

*tiam», «êle, com os povos que em Alentejo estavam à sua devoção, havia de tentar a fortuna saindo em campanha»* (1).

*Quem procede como procedeu o Duque de Bragança não é um «tímido ânimo», um «fraco», um «irresoluto». Quem toma as medidas que êle tomou não desempenha um papel «passivo». Quem troca, como êle fez, unicamente para servir o bem público, os ócios da vida particular pelos cuidados e perigos da governação, não é um «egoísta». Quem se sabe haver com a sua habilidade e ergue com tanta inteligência os degraus do trôno, a que subiu, sem pressas comprometedoras nem desvarios perigosos, na altura própria, não é, de forma alguma, um «inepto». Os autores que fizeram estas afirmações, ou não consultaram os documentos da época, ou, se os passaram pela vista, o que não é de crer, preferiram fazer côro com os panfletários de Olivares, isto é, com os inimigos da Pátria.*

b) O «vilão espírito», «rancurosa alma» e os requintes de «malvadez» de D. João — Gregório de Almeida, *cuja obra data de 1643, falando das qualidades do Duque de Bragança, escreve que não era possível encontrar para a Restauração um príncipe «tão prudente, tão perfeito e valeroso»* (2).

O Abade De Vertot, *a-pesar-de comungar, como já vimos, nas opiniões dos panfletários castelhanos pagos por Olivares, diz que era «d'une humeur douce, agréable» e acrescenta: — «son esprit étoit plus droit que vif: dans les affaires il alloit toujours au point principal: il pénetroit aisément les choses auxquelles il s'appliquoit»* (3).

D. Luiz de Meneses *informa: — «Na conversação foi tão discreto que não sendo as palavras as mais polidas, usava delas com tal arte, galantaria e agudeza que parecia fazia estudo do que em outros pudera ser defeito»* (4).

La Clede *considera-o «doué d'une véritable sagesse, brave, courageux et sensible aux malheurs de sa Patrie»* (5).

D. António Caetano de Sousa *assevera: — «Na conversação foi discreto, agudo e pronto nas respostas; e não sendo as palavras as mais polidas, usava delas com tal arte e galantaria que ainda hoje se aplaudem em muitos despachos que se veem de sua própria*

---

(1) D. Luiz de Meneses — *Obr. cit*, pág. 94. Também: Gregório de Almeida — *Obr. e Part. cit*, pág. 12; *Usurpação*, pág. 38; Birago — *Obr. cit*, pág. 176; Dr. Rodrigues Cavalheiro — *Revista dos Centenários*, n.º 9, págs. 8 e 9.

(2) In *Obr. e Part. cit*, pág. 13.

(3) In *Obr. cit*, págs. 50 e 51.

(4) In *Obr. cit*, pág. 906.

(5) In *Obr. e Tom. cit*, pág. 33.

*mão. Dêle vimos diversos papéis excelentemente lançados e dignos de se perpetuarem». Dentre estes destaca-se o que mandou lançar na caixa das Côrtes, «com nome supôsto», mas escrito por si, de «estilo claro, sem algum artifício», no qual se «reconhece a prudência, que faz mais brilhante o seu admirável talento, de que deu singulares provas»* (1).

Ferdinand Denis *vê nele «un esprit distingué, rempli de qualités aimables, ami des plaisirs de l'intelligence, ayant même ce genre de bravoure qui convient à un gentilhomme»* (2).

D. Luiz da Cunha, *no seu «Testamento Político», apresenta-o a D. José como modêlo que êle deveria imitar, nestes calorosos termos: — «quizera que fôsse o espêlho em que V. A. se visse para em tudo se retratar»* (3).

António Sardinha *aponta-nos uma das suas grandes qualidades, nestas palavras: — «A lealdade soube-a como poucos. Recordemo-nos a protecção dispensada aos Príncipes Palatinos, que se haviam refugiado no Tejo, quando perseguidos por navios dos parlamentares ingleses. Sem apoio na Europa, arriscando-se a alienar as disposições benevolentes da Inglaterra, D. João preferiu perdê-las a traír os deveres sagrados da hospitalidade»* (4).

Rebêlo da Silva, *recordando as suas qualidades dominantes, nota que D. João era, pelo «seu carácter reflectido e prudente, o príncipe mais apto para reger os destinos públicos em tão aventurada crise. Positivo nas opiniões, media os perigos sem se deslumbrar com as aparências lisongeiras. Buscava em tôdas as cousas a realidade e fugia das ilusões. Quando a cidade de Lisboa, no dia da sua entrada, deliberou festejá-lo com grandes pompas, atalhou-as, dizendo aos vereadores: — «Guardemos as alegrias para depois. Agora tratemos de nos defender». Quando lhe mostravam que nas aldeias e nas terras humildes até os pobres e os serranos vitoriavam o seu nome em cantigas e dansas, respondia, sorrindo-se: — «O que precisamos é de braços valorosos e de peitos resolutos». — Preocupado, com razão, com a idea da grande empreza, que tomara sôbre si, e pouco susceptível de entusiasmo leviano, sabia que não eram as vozes e as canções que haviam de guardar as fronteiras, nem manter a revolução do País. Estimava as provas de afecto e as manifestações de regosijo, mas só como homem prático, não se ensoberbecendo com elas, e cuidando sempre em dispor os preparativos de defesa, porque não ignorava que os Estados se fazem temer pelas armas e que o al-*

---

(1) In *História Genealógica*, Liv. VII, pág. 239.
(2) In *Obr. cit*, pág. 318.
(3) *Cit.*, por António Sardinha — *Obr. cit*, pág. 245.
(4) *Obr. cit*, pág. 247.

*vorôço e os clamores se dissipam como fumo, desde que as fôrças organizadas os não apoiam»* (1).

*Como artista, cultivou a música com entranhado amor e maestria, tendo sido «eminente nesta arte»* (2). *Reuniu uma biblioteca musical de valor incalculável e deixou numerosas obras a atestarem a perfeição a que conseguiu elevar-se.*

*Os «requintes de malvadez» de D. João IV, em relação a D. Francisco Manuel de Melo, e as suas culpas na longa prisão que sofreu, acham-se hoje perfeitamente averiguados, mercê dos estudos do* Prof. Edgar Prestage, *que declara:—«Nada leva a crer que el-rei fôsse o autor das desgraças de D. Francisco Manuel»* (3).

*Depois da prisão dos homens que tramavam contra a sua vida e contra o País «saiu magestoso com semblante triste a uma casa, onde a côrte tôda o esperava, à qual manifestou o sentimento com que procedera contra os conjurados, mostrando com sólidas razões a justiça com que passara àquela demonstração, afirmando com expressões sinceras que tratar da segurança do Reino era mais, que amor da vida, amor de seus vassalos, que o haviam buscado para defensa e liberdade da Pátria»* (: 4).

*D. João IV «amou a justiça de sorte que se atreveram os delinqüentes a o culpar de severo: mas em muitas ocasiões desmentiu esta opinião com a misericórdia». «Nunca passou de liberal a pródigo». «Nunca teve valido que o governasse». E «professou a mais heróica virtude que foi antepor as leis divinas aos interêsses humanos»* (5).

*«Não fez caso da pompa no vestir, antes aplicou grande deligência por que se não alterassem os trages: pelo que costumava dizer, não queria que as outras nações se fizessem senhoras de seus vassalos pelos trages, e que todo o alimento sustentava e todo o pano cobria». Quando estava para morrer fez «tantas demonstrações de piedade que manifestavam a pureza do espírito», pediu perdão «aos seus mais humildes servidores; recomendou ao filho e herdeiro os fidalgos que o haviam servido, pedindo-lhe que lhes agradecesse o «seu cuidado e amor»; e lembrou-lhe os «despachos dos seus criados e criadas, dizendo: — «Que ficam muito desemparados, esperando que Sua Magestade o faça, como dêle espero»* (6).

*O testamento de D. João IV contém esta passagem, que importa conhecer: — «Os*

---

(1) In *História de Portugal nos Sécs. XVII e XVIII*, Vol. IV, págs. 183 e 184.
(2) D. António Caetano de Sousa — *Obr. cit*, pág. 240.
(3) In *D. Francisco Manuel de Mello*, Lisboa, 1914, pág. 201.
(4) D. António Caetano de Sousa — *Obr. cit*, pág. 159.
(5) D. Luiz de Meneses — *Obr. cit*, pág. 906.
(6) D. António Caetano de Sousa — *Obr. cit*, págs. 239 e 249.

*Príncipes são mais obrigados que os outros homens a justificar seu procedimento para com o mundo, principalmente quando dêles resulta honra e crédito para sua Nação e Vassalos; por esta razão tenho por conveniente declarar neste lugar, que pela hora em que estou e pela conta que hei de dar a Deus, me resolvi a restituir-me a esta Corôa sem nenhum respeito particular de minha pessoa, senão por livrar os Reinos, que me pertencem, das misérias que lhe via padecer, em estranha sogeição, e por entender era obrigado a isso em minha consciência, sugeitando-me por esta causa a vida e trabalhos, poderá ser diferentes de minha inclinação, e como o meu intento foi tão justo, tenho e tive sempre por certo da bondade e justiça de Deus se pague muito dele; e assim o experimentei e lho desejei merecer no govêrno de meus Reinos, porque pela mesma hora em que estou, afirmo que não fiz nele cousa contra o que entendi, assim no govêrno comum, como em regimentos particulares de meus vassalos, a que desejei contentar e fazer mercê, quanto a justiça e estado das cousas do Reino o permitiram»* (1).

*Quem possuia todos os dons a que acabamos de fazer referência, quem gozava das qualidades que acabamos de anotar, pode, com justiça, considerar-se um «vilão espírito», uma «rancorosa alma», um coração «sombrio e suspeitoso», afogado em «requintes de malvadez»? — Que o digam aqueles que têm procurado, através dos documentos, reconstituir os traços da sua psicologia, estudar com interêsse a sua individualidade, compôr sem paixão o seu retrato moral. Os que se têm dado a êste trabalho não podem deixar de concluir que «a sua memória será sempre saudosa e servirá de admiração aos séculos futuros, pois as suas virtudes o fizeram digno de mais largo Império»* (2).

c) D. João, príncipe «pouco belicoso» e «poltrão antipático e funesto» — *O Duque de Bragança «exercitava-se no campo a cavalo e a pé, seguindo a caça maior muitas vezes com tão empenhados perigos de sua pessoa, que cada dia se lhe receavam mui grandes. O seu maior entretimento era criar os mais bravos touros que podia haver e lanceá-los no campo, buscar os javalis, onde os havia mais ferozes e tomá-los algumas vezes vivos, outras esperá-los só de noite nos sevadouros e matá-los. Nunca o maior rigor do sol nem do frio lhe impediu sair a campo. Ainda naqueles dias que receavam os homens, que se criam nele. Muitas noites passava em pé velando-as ao sereno, ou encostado aos duros troncos das árvores, na terra nua, e como êste género de caça seja uma cópia do que passa na guerra, estava Sua*

(1) D. António Caetano de Sousa — *Provas da História Genealógica*, Tom. IV, pág. 767.
(2) D. António Caetano de Sousa — *Obr. cit*, pág. 244.

*GRAVURA BELGA DE 1730, DE FRAN: HARREWYN*

*Magestade com grande disposição e fôrças para se exercitar nela, a qual lhe fazia desprezar a representação dos perigos que se lhe podiam oferecer, por estar habituado sempre mais ao rigor do que ás delícias». Era «tão inclinado á guerra, que desejoso de se empregar nela, lhe ouviram muitas pessoas manifestar grandes invejas da briosa resolução que o Serenissimo D. Duarte tomara em ir á Alemanha.» Quando resolve aceitar a Corôa declara que «ainda que se movessem dúvidas e os confederados desistissem da empreza, êle o não faria, antes com qualquer pequeno número de gente, que o quizesse seguir, sairia a campo a tentar fortuna, mostrando ao Reino a firmeza do propósito com que se resolvera, e que a sua vida, sendo necessário, havia de ser a primeira que se desse pela liberdade da Pátria, para que nunca nela se podesse notar sua fama sem dizer-se que faltava á ocasião que desejavam»* (1).

*De harmonia com esta resolução, toma logo medidas imediatas, «havendo già prevenuto molte persone mandate nell'Alentexo, e havendo posto alle strade molti servitori armati, li quali mascherati (per non essere conosciuti) dovessero trattenere tuti li corrieri che passassero. Dovendosi con fuoco far segno, perche accorressero subito alla parte dove fossero avisati, ò ritirarsi à luoghi determinati, acciò potessero cadere nelle reti quelli che volessero passare con dispacci alla Corte»* (2).

*Quem dá estas provas de ânimo, não é um «poltrão», nem se pode alcunhar de falho de espírito «belicoso». Mas, D. João possuia mais do que isso. Era dotado de superiores qualidades de chefe militar, como é fácil verificar.*

*Em Julho de 1643 dirige-se a Évora, «querendo com a sua presença dar calor á guerra», e permanecer naquela cidade «todo o tempo que ela durasse». Em Agosto dispõe «com admirável atenção todas as prevenções que faltavam para saír em Setembro o exército em campanha»* (3).

*Foi em Évora, e nesta altura, que se deu um episódio curioso, que, só por si, mostra o crédito que podemos conceder aos que no-lo apresentam como um «poltrão», um espírito «timorato», dotado de «ânimo pouco belicoso» e apenas interessado pelos «prazeres da caça, da música e da mesa»*

*D. João verificava pessoalmente o cuidado que as autoridades punham no policiamento da cidade, onde os motins noturnos eram constantes, por virtude da afluência dos estrangeiros que serviam no nosso exército. Para isso, saía sosinho do palácio durante a noite,*

---

(1) Gregório de Almeida — *Obr. e Part. cit*, pág. 13.
(2) Birago — *Obr. cit*, págs. 183 e 184.
(3) D. António Caetano de Sousa — *Obr. cit*, pág. 179.

*e percorria, rebuçado, os lugares mais escusos. Ora, duma vez, numa destas perigosas excursões noturnas, «encontrou o meirinho Lopo Tavares numa viela do bairro de S. Mamede; trocaram-se as palavras do estilo; o rebuçado fez alto, o meirinho aproximou-se, o rei negou-se ao reconhecimento; Tavares deu a voz de prêso, em nome de el-rei; então o rebuçado, em voz baixa, pediu-lhe para mandar afastar os da ronda, inventou um caso, instou, ofereceu dinheiro; o meirinho aceitou a coisa e deixou ir o cavalheiro em paz». — «El-rei seguiu na sua ronda; encontrou o célebre alcaide Luiz Roiz Mattoso, ao arco de D. Isabel; o alcaide estava só. A mesma conversa, instâncias, oferecimentos de dinheiro; o alcaide recusa, dá a voz de prêso; el-rei quiz ver até onde chegava o ânimo do alcaide; estavam sós, ameaça-o e arranca da espada; o alcaide salta ao lado, desembuça-se, põe-se em guarda e desarma em breve o cavalheiro, sem lhe causar dano; toma-lhe o braço com fôrça, e leva-o para a cadeia; só à entrada da cadeia el-rei se deu a conhecer.— «Cumpri as ordens de Vossa Magestade», limitou-se a dizer o alcaide. — No outro dia, o meirinho e alcaide eram chamados ao paço. Tavares foi logo demitido; a Luiz Mattoso fez el-rei elogio público, e confirmou-lhe a posse do ofício para os filhos»* (1).

*«Antipático», ainda, e «funesto» o «Feliz Restaurador»? — «Antipático e funesto» o monarca habilíssimo que soube, com a sua fingida apatia, adormecer as suspeitas de Olivares? «Antipático e funesto» o sustentáculo do movimento que conseguiu quebrar as algemas que nos prendiam à Espanha? «Antipático e funesto» o orientador dos magníficos diplomatas «que batalharam por essa Europa fora pela consolidação da nossa recente independência»?* (2). *«Antipático e funesto» o músico delicadíssimo da «Crux Fidelis»? «Antipático e funesto» o autor duma correspondência tão preciosa sôbre a campanha de 1644, tendente a «valorizar aos olhos dos estrangeiros essa nossa acção bélica»* (3) *e a apertar o sistema de amizades internacionais que nos eram necessárias? «Antipático e funesto» o chefe da reorganização nacional, o educador primoroso do príncipe D. Teodósio, o conhecedor profundo dos problemas da nossa expansão, revelados, com superior agudeza e critério inexcedível, na conhecida entrevista com o cavalheiro de Jant? «Antipático e funesto» o rei que conseguiu, mercê das suas «qualidades pessoais» assegurar «a posição do novo reino por uma rede de alian-*

---

(1) *Gabriel Pereira, cit*, por António Sardinha — *Obr. cit*, pág. 248.
(2) Dr. Eduardo Brazão — *A Restauração*, pág. 9
(3) Dr. Eduardo Brazão — *A Campanha de 1644*, in *Revista dos Centenários*, n.º 10, pág. 1 e segs.

*ças», e a quem Portugal deve, «em grande parte», a «sua existência de país independente»?* (1).

*Se, por tôdas estas razões, foi «antipático e funesto» D. João IV, louvemos a Providência, que nos deu a graça de o poder considerar como o «segundo fundador da Pátria Portuguesa»* (2), *nos iluminou o entendimento para conhecer a intenção dos falsificadores da sua memória, nos guiou os passos na descoberta da verdade, e nos faz curvar a cabeça, reverentemente, comovidamente, perante a sombra carinhosa da sua lembrança.*

ANTÓNIO G. MATTOSO

---

(1) Prof. Edgar Prestage — *Obr. cit*, pág. 26 e segs.
(2) António Sardinha — *Obr. cit*, pág. 250.

# COMO O POVO DEFENDE A INDEPENDÊNCIA

Ao passo que o norte do País nos mostra os vestígios de antigos povoados emergindo suas desgastadas ruínas pelo cimo de abruptos cêrros, demonstrando-nos que a êsses tempos remotos as povoações estavam sempre situadas nos pontos em que o muito acidentado solo melhores vantagens defensivas oferecia, no Sul, onde a planície predomina, os aglomerados da população estiveram mais expugnados das vagas invasoras e. por isso mesmo, abertos ao influxo de mais adiantadas civilizações.

O Norte apresenta os rudes castros e citânias, pobríssimos de arte e de confôrto, apertando em um ou em múltiplas cinturas de tôscas muralhas o amontoado de suas pequeninas casas; o Sul conserva ainda, em pleno campo raso, restos de amplas edificações, caracterizadas por artísticos pavimentos de mosaicos, pela esbelteza da coluna, pelo adôrno da estatuária.

O proto-histórico do Norte insculpia, mais freqüentemente gravava em bruto granito; o do Sul esculturava mármores finíssimos.

Observando esta profunda diferença entre os documentos arqueológicos exumados nas províncias setentrionais e meridionais do vetusto lar nacional, afigura-se-me que as populações do Sul, menos defendidas pela natureza, com relativa facilidade cediam perante as hostes invasoras, e se harmonizavam com as novas condições políticas e sociais impostas pelos dominadores.

No Sul, os povos depressa se tornaram industriais e negociantes, traficando minérios, pescarias, e até a grã, a mais bela tinturaria da época, de que se tornaram clientes as superiores categorias sociais do grandioso Império Romano. O Norte permaneceu ferozmente assanhado em seus ninhos de águia, pastoril e fragueiro, quási impenetrável ao seguro passo dos atractivos de civilizações estranhas, que a muito custo foi traduzindo, conforme os grosseiros materiais indígenas e o irredutível sentimento de completa independência.

Séculos volvidos, variaram as condições da guerra, formou-se a definitiva população portuguesa e não há que duvidar do inabalável nacionalismo de tôdas as províncias de Portugal.

Mas a feroz resistência castreja manteve-se sobrevivendo em numerosíssimos episódios da nossa História. É Deu-la-Deu Martins nas muralhas de Monção, é Inês Negra, no cêrco de Melgaço, é em muitos outros símbolos que, em desesperadas contigências de perda da independência, brotaram do sentimento popular.

Justamente celebrados andam alguns dêsses heróis sùbitamente saídos da plebe; outros, porém, ficaram de todo esquecidos. De um vou falar agora, porque seu feito, neste momento, merece evocação.

* * *

Estavamos em 1644. Há três anos, sòmente, saíra de Vila Viçosa o 8.º Duque de Bragança, para tomar o nome de João IV, após o audacioso golpe de Lisboa.

A Revolução Nacional triunfara, mas ao novo rei não se deparava um trono de arminhos, antes bastíssimos eram os espinhos deixados pela propaganda dos políticos espanhóis, solerte na exploração das ambições e das subserviências.

Se, por um lado, havia bons portugueses dispostos a supremos sacrifícios, por outro avultavam o pêso morto dos timoratos, a velhacaria dos ambiciosos venais, a extrema pobreza do Reino profundamente exaurido pela mão esperta dos Filipes.

Difícil era a tarefa do entronizado. Os quarenta valentes da manhã de 1.º de Dezembro não se triplicariam, como ao depois se verificou, e só a massa anónima do povo fiel maravilhosamente serviu os altos desígnios do novo monarca.

Ardia a Guerra da Restauração. Prolongar-se-ia por largos anos, através de três reinados, e suas batalhas decisivas iriam ter por cenário as planícies do Alentejo, no Ameixial e em Montes Claros, onde magníficos turbilhões da cavalaria portuguesa ergueram, ressuscitada, a flama irresistível dos Templários.

Mas, emquanto no Sul a guerra se fazia tècnicamente dirigida por abalisados generais, ao longo de tôda a fronteira não se descansava, guerreava-se também. Cingindo-me ao actual vocabulário dos actos militares, direi que, durante as longas campanhas jogadas no Alto Alentejo, a fronteira do Minho empenhava-se na «defesa passiva», com seus indispensáveis «golpes de mão» e sua permanente «actividade de patrulhas». Ainda nas margens do vergiliano rio perduram sinais das obras de fortificação nessa data levantadas pelos habitantes, e até a disposição das casas mais antigas das aldeias nos diz que era de maneira a prevenir da entrada do inimigo, durante o negrume das noites ou em pleno dia, quando os aldeões se disseminavam nos trabalhos agrícolas.

Era a guerra de surprezas e razias, tal como a tiveram seus longínquos antepassados castrejos.

* * *

Na madrugada de 23 de Abril de 1644, atravessava o Rio Minho, em direcção a Lanhelas, aldeia do termo de Caminha, importante magote inimigo.

Segundo a «História de Portugal Restaurado», eram 600 homens, de que ficaram prisioneiros 50, entre êles «um sargento maior e quatro capitãis de infantaria» (1). Esta é a versão reproduzida no «Minho Pitoresco» (2). Outras correm acêrca do feito, sobretudo em cópias manuscritas, conservadas em casas portuguesas e galegas, em ambas as margens do Rio, sendo uma destas devida ao frade que, adoptando o pseudónimo Sylvio Mondano,

*QUADRO EXISTENTE NA IGREJA PAROQUIAL DE LANHELAS*

escreveu uma «Descripção da Villa de Caminha», e nela declara ter visto, ou copiado, a notícia em papéis da Biblioteca Pública do Pôrto. (3)

---

(1) Livro 8.º, pág. 458.

(2) Págs. 167-168

(3) Manuscritos da Livraria Pública da Cidade do Pôrto, n.os 543 e 18.

Não me deterei no registo de números e outros pormenores. Baste-me o relato de uma testemunha presencial, conforme o seguinte documento: (1)

— «P.e Domingos Antonio Soares, Secretario da Camara Ecclesiastica de Valença, Attesto, que junto à 1.a fl.a, do livro dos baptisados da freguesia de S. Martinho de Lanhellas, d'esta camara, se encontra uma — MEMORIA — do theor seg.te — Aos vinte e tres dias do mez d'Abril do anno de mil e seiscentos, e quarenta e quatro, dia de S. Jorge: Veio o inimigo com oito barcos pequenos, a esta freguesia de Lanhellas no quarto d'alva, o qual veio avistando a estrada, digo, Estacada, e descendo com a Embarcação para baixo, chegou uma barca á terra na Boalheira do Alto; e a gente d'esta freguesia com seu Capitão Antonio d'Azevedo, e gente de Villar de Mouros a peito descuberto lhe tiveram o encontro valerosamente, e não tão somente os fizeram retirar, como captivaram uma Barca do tamanho das de Lapella, e dous Capitães, chamados o Capitão Toro, e o Capitão D. Jorge, e dous Alferes, e trinta e quatro gallegos vivos, e d'elles bem feridos; e dez gallegos mortos, que eu João Alves Soutello, Vigario d'esta freguesia enterrei nas costas da Capella-mor; com perda d'esta freguesia de tres mancebos solteiros, e um homem casado, e dous mancebos feridos, que ficaram-se com vida. O que tudo por ser verdade puz em memoria n'este livro e me assignei, dia, mez, e era ut supra. João Alves Soutello.»

Tal foi a patriótica proeza de António de Azevedo, capitão de milícias, cuja famosa memória ainda hoje é celebrada pelas gentes do sítio. Era o Capitão Catrolhas — alcunha proveniente, segundo a tradição, de ser o primeiro homem que por ali usou óculos.

Simples lavrador, de pequena estatura mas robusto e animoso, deixou no campo o arado com que andava lavrando, quando teve de correr a sua casa, para se armar e assumir o comando do punhado de valentes que tam bravamente defendeu aquêle ponto da fronteira.

Um grande quadro a óleo, de ingénua pintura mas de grande valor histórico e etnográfico, pende na Igreja paroquial da risonha aldeia de Lanhelas, bela povoação aninhada na margem do formoso Rio Minho. Tam valioso como a Memória do Padre Soutello, é veneranda prova da intrépida resistência do povo, perante os atacantes da sua independência.

---

(1) Está passado, por diligência de Ilídio Manuel Couto, natural e benemérito de Lanhelas, em meia fôlha de papel selado, a qual tem no timbre: «Imposto do sello — 1904 — 100 reis». Na margem do alto, à direita, vê-se a numeração da Casa da Moeda — 753712.

O atestado termina assim: «Está conforme. Fontoura 12 de Maio de 1905.

O Secretario — P.e Domingos Antonio Soares»

Uma tarde de outono, quando o sol mergulhava na linha do poente, incendiando de sanguíneos laivos o largo estuário do Rio Minho, e o arrojado pico do Monte de Santa Tecla, mais o severo perfil da Serra de Salcidos, envoltos em finas gazes de indefiníveis roxos e cinzentos, completavam aquele maravilhoso quadro de lago suiço ou da Alta Itália, sucedeu-me encontrar, próximo da confluência dos rios Coura e Minho, um dêsses velhos cujo cabedal de «história» se emmoldura na prata que a provecta idade põe na fronte dos nonagenários rijos.

Como me detivesse a examinar uma «pia» — uma dessas caixas tumulares abertas no granito, tam abundantes no Alto Minho, e que de sólidos sarcófagos andam hoje, realmente, transformados em prosaicas pias — o quási século inteiro de memórias vivas informou:

— «Aqui dentro esteve deitado o Mateus ([1]), em 1809, a disparar o bacamarte contra os franceses do General Soult. E é que não passaram! tiveram de ir por outra banda! Saiba que o Mateus deu cabo de uma porção deles. Como o haviam de descobrir, dentro desta pia?!»

Perpassou-me no espírito a visão da cêna: Quando invadem Portugal, até os mortos se levantam!

ABEL VIANA

---

([1]) Era natural de Seixas.

# CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA POPULAÇÃO

O Congresso Nacional de Ciências da População inaugurou-se ontem à noite, no salão nobre da Universidade do Pôrto, durante uma sessão solene que se distinguiu como acontecimento de alto interêsse cultural e como cerimónia de requintada elegância e de austera dignidade académica. Em representação do sr. Ministro da Educação Nacional, presidiu àquela solenidade o eminente escritor sr. dr. Júlio Dantas, ladeado pelos srs.: prof. dr. A. A. Mendes Correia, presidente da Comissão Organizadora do Congresso; Joaquim Leitão, secretário geral da Academia das Ciências de Lisboa; dr. Sousa Machado, governador civil substituto do Pôrto; prof. dr. Almeida Garrett, presidente da Junta de Província do Douro-Litoral e dr. Alfredo Ataíde, secretário geral do Congresso Nacional de Ciências da População.

## DISCURSO DO PROF. DR. JOSÉ PEREIRA SALGADO, REITOR DA UNIVERSIDADE DO PÔRTO

Como reitor da Universidade do Pôrto e inaugurando a sessão solene, o sr. Prof. dr. José Pereira Salgado, depois de render suas homenagens ao sr. Presidente da República, apreciando, em termos de honoroso louvor, as virtudes cívicas do venerando Chefe do Estado, o orador saúdou os srs. drs. Júlio Dantas, A. A. Mendes Correia e Alfredo Ataíde— que se evidenciaram como figuras destacantes na organização dêste Congresso, de prestigioso alcance internacional. Ao referir-se ao sr. dr. Júlio Dantas, o sr. prof. dr. José Pereira Salgado acentuou:

— Em V. Ex.ª, na qualidade de representante do Govêrno, saúdo o Govêrno da Nação e em especial o sr. Presidente do Conselho, eminente estadista dr. Oliveira Salazar, ao qual rendo as homenagens da Universidade e minhas pela grandiosa e redentora obra do ressurgimento e defesa nacionais, que nos tem colocado em situação de destaque, de respeito e consideração mundiais, mòrmente nêstes calamitosos tempos em que a humanidade se debate em sangrentas e destruídoras lutas, que sabe Deus onde nos conduzirão, e que êle com inegualável firmeza, bem orientada visão e acendrado patriotismo tem sabido impôr.

Peço ainda a V. Ex.ª se digne receber e ser o intérprete dos sentimentos de respeito e consideração da Universidade do Pôrto e meus, junto do ilustre ministro da Educação, por se dignar fazer-se representar por V. Ex.ª nestas manifestações culturais do maior interêsse para a educação nacional, que serão os assuntos a versar nas diferentes secções do Congresso, lamentando que os afazeres do elevado cargo em que há pouco se encontra investido, lhe não permitissem dar-nos a honra de vir até nós para lhe dar maior relêvo e brilho.

O sr. reitor da Universidade do Pôrto apreciou, seguidamente, a importância dêste Congresso, referiu-se, com palavras de bem merecido elogio, aos congressistas estranjeiros, para concluir depois, nestes termos:

— Ao entregar à Comissão Organizadora do Congresso as salas da Universidade, faço-o com a maior satisfação, com o maior entusiasmo e com a consciência segura que da ciência e do estudo e investigação de todos os congressistas saírão frutos para a criação de escóis, que tão necessários são ao desenvolvimento dêste velho Portugal, que pelo brilho do seu passado, tão belo e exuberantemente pôsto a claro nestas manifestações do Mundo Português, que têm constituído as comemorações dos Centenários, — êsse exemplo vívido das exposições — se avigore e melhor se patenteie na evolução da educação da cultura e do ensino em sãos princípios nacionalistas, que nos mantenham no nível e convívio científico mundiais a que temos incontestável direito pelo passado, pelo presente e pelo futuro do Império Português.

## DISCURSO DO PROF. DR. MENDES CORREIA

Seguiu-se no uso da palavra o sr. prof. dr. A. A. Mendes Correia, que começou por dizer:

— Uma acumulação casual de funções que sei dever apenas à bondade das entidades que mas confiaram, impõe-me nêste momento a obrigação de, simultâneamente, saúdar os congressistas como representante da cidade do Pôrto, agradecer, em nome do Congresso, o hospitaleiro acolhimento desta Universidade, e dizer algumas palavras sôbre os elevados propósitos desta assembleia científica. Desempenhando-me desde já com a maior satisfação, das primeiras missões indicadas, quero exprimir o júbilo que, como portuense, sinto por vêr aqui tam ilustres individualidades portuguesas e estranjeiras, e por ser o Pôrto a sede desta nova e importante manifestação cultural das Comemorações Centenárias. Terra de notória actividade industrial e mercantil, esta cidade tem também incontestáveis foros de vida intelectual que naturalmente lhe não permitem conservar-se indiferente ao esclarecimento e debate dos temas científicos mais actuais e de maior alcance colectivos. Ela é a capital da zona mais densamente povoada do país e está de tal modo, tradicionalmente, ligada ao processo vitalizador e expansivo de que resultaram o Estado português e o respectivo desenvolvimento histórico que ninguem ousará contestar a felicidade da escolha dêste ve-

lho burgo para local dum Congresso em que vai inquirir-se das condições mais propícias ao ser humano como agente do programa moral e material das nações.

Recordou, seguidamente, o erudito investigador o Congresso da Pré e Proto-história Portuguesa, inaugurado, com aparatosa solenidade, naquêle mesmo salão nobre, havia apenas dois mêses, acentuando:

— Então prescrutámos as raizes milenárias dêste pôvo e da Pátria. Volviamos os olhos para o passado, certos de que êste, mesmo o mais longínquo, exerce uma acção viva sôbre o presente e sôbre o futuro. Hoje ocupa-nos mais directamente o porvir, a sua racional preparação, mas não voltamos as costas ao passado, pois não há êrro mais perigoso do que esquecer a estreita continuidade dinâmica existente entre aquêle e o futuro. A vida dos povos não é o instante efémero, punctiforme, que cada homem vive. Não é o simples panorama da história decorrida, por mais belo e grandioso que êle se apresente. É uma volumosa corrente marítima que flúi incessante através do imenso oceano do tempo, é um vasto caudal de energias manifestas ou latentes que resistem às intempéries e ao desgaste dos séculos. Ai da sociedade humana ou do grupo étnico que não tenha a consciência, ao mesmo tempo, da sua individualidade histórica e das suas virtualidades do porvir! Há quem oponha entre si a tradição e o progresso, a arqueologia poeirenta e os aperfeiçoamentos da técnica moderna, o passado e o futuro. São os que não compreendem nem uma nem outra coisa. São os que desconhecem os laços indestrutíveis e necessários que ligam as sucessivas gerações, que prendem o homem de ontem ao de àmanhã.

E ainda:

— Embora a Providência tenha resguardado, e continua sem dúvida resguardando, êste povo dos perigos de dissolução e aniquilamento que possam ameaçá-lo, não devemos naturalmente deixar de, sem nos desinteressarmos do aspecto mundial do problema da população — o que seria egoísmo, contraditório com as nossas tradições de afectuosa compreensão universalista — estudar êsses problemas no que respeita especialmente á gente portuguesa. Há a conveniência de instituir as bases de uma política quantitativa e qualitativa da população do nosso país, sem exagêros nefastos e até deshumanos e imorais mas com são critério científico, moral e patriótico. Ainda somos poucos e precisamos de ser melhores. Cruzar os braços é um crime, quer essa atitude passiva seja inspirada pela convicção de que se trata de males irremediáveis, quer a inspire a errónea doutrina de que um processo espontâneo de selecção natural se incumbe, impiedoso e inexorável, da eliminação dos detritos sociais.

O mais humanitário e racional é procurar evitar tanto quanto possível a aparição dêstes, mas sem cair nos absurdos e reprováveis excessos neo-maltusianistas e nos radicalismos eugénicos, condenados a um tempo pela sua precária base científica — dada a nossa ignorância de muitas questões da hereditariedade, — e pelo respeito que se deve à personalidade humana e à moral.

O orador rendeu depois homenagem aos srs. Presidente do Conselho e dr. Júlio Dantas, evocando, logo a seguir, em termos de bem merecido encómio e de enternecida saúdade, a memória sempre veneranda do insigne Professor Ricardo Jorge — portuense ilustre e eminente cientista, que, se não fôra a Morte, deveria colaborar efectivamente nos trabalhos dêste Congresso.

E dominando o justificado interêsse e a atenção constante do seu numeroso auditório, o sr. prof. dr. Mendes Correia declarou:

— O estudo da população, na extrema complexidade dos seus aspectos, requere o concurso das mais variadas disciplinas. O combate às misérias sociais, a defesa contra perigos internacionais, e salvaguarda da dignidade da espécie e da grei, necessitam para serem racionais e eficientes, da cooperação de muitos departamentos científicos. Exigem uma séria informação estatística, elementos biológicos e médicos, conhecimentos jurídicos e económicos, uma feliz orientação moral. Os métodos estatísticos constituem hoje um dos ramos mais desenvolvidos das matemáticas aplicadas. A biologia, a higiene e a medicina, com os seus incessantes progressos, são indispensáveis colaboradoras de uma séria política da população. Ramos modernos da biologia, como a heredologia, a sexologia, a biometria, a endocrinologia, a biotipologia e a constitucionalística, abrem novos horizontes ao exame dos problemas demográficos-sociais. Há razão, como escreve Thomson, para protestar contra a pretensão, de certo modo materialista, de que a sociologia nada mais é do que um departamento superior da biologia e um grupo social humano nada mais do que uma multidão de mamíferos. Mas entendo que nenhum progresso ou benefício prático se alcança, se abstrairmos inteiramente das bases orgânicas da vida humana para caírmos num puro verbalismo, num nominalismo irreal, perdendo todo o contacto com realidades fundamentais e poderosas. A biologia ajuda a compreender, a resolver, mas é preciso não esquecer que a selecção natural difere da selecção racional e que o facto biológico não pode ser convertido em finalidade em si, em ideal supremo. A apologia incondicional do naturalismo, da educação física, ou da saúde do corpo, como fins exclusivos da vida humana, demonstra uma lamentável redução do campo visual nos que a fazem, e não são destituídas de perigo as propagandas nêsse sentido. Mas não são menos perigosos certos nominalismos sem qualquer sério conteúdo objectivo. Por maior que seja — e de facto o é — o poder dinâmico das palavras, tem-se abusado das suas supostas virtudes mágicas na pretensa solução de trancendentes problemas sociais. É um verdadeiro curandeirismo político-social que conduz, infelizmente, por vezes, ás mais trágicas aberrações, a verdadeiras catástrofes.

E ainda:

— O romantismo, como o naturalismo — romantismo invertido, inferior, na expressão feliz de Afrânio Peixoto — é o principal culpado da vaga de loucura que, encoberta pela sedução de estupefacientes verbais, rolou devastadora sôbre a humanidade contemporânea, desligando-a da razão, do bem e da verdade. O vício e o crime eram glorificados por um sentimentalismo sonoro em nome do amor ou da densa paixão. Um livro de Quincey intitulou-se «O

assassinio como uma das belas artes» e Lesserre pôde escrever desassombrado: «Os forçados sublimes, os preguiçosos de génio, as envenenadoras

*UM ASPECTO DO CORTEJO DO TRABALHO, NO PORTO*

angelicais, os monstros inspirados de Deus, os comediantes sinceros, os saltibancos metafísicos, os adúlteros fieis, foram apenas a metade simpática da humanidade, segundo a romantização. A outra metade, a má, é fabricada pelo mesmo processo intelectual, sob a sugestão do mesmo instinto de revolução. Compreende todos os detentores ou representantes de uma parte de autoridade ou de disciplina qualquer, política, religiosa, moral ou intelectual, reis, ministros, frades, juizes, soldados, agentes de segurança, maridos e críticos.» Para os primeiros a

piedade, a simpatia, a absolvição, a glória; para os últimos, o ódio, o desespêro, o anátema. Curiosa e justa a análise moral que Afrânio Peixoto faz da obra prima do romantismo que é o «Fausto» de Goethe. Uma sucessão de imoralidade e crimes a história de Margarida, seduzida com a atracção das joias, perjura, causa da morte materna e do assassínio do irmão pelo seu amoroso, e emfim mãi desnaturada, infanticida. Prêsa, enlouquece, e entôa na prisão uma canção infame. Mas como Mefistófeles é o agente, a culpa desaparece, e Margarida vai para o céu, salva, entre córos de anjos...

«Quanta beleza romântica! — escreve o ilustre escritor brasileiro e eminente lusófilo. — Não falta

*OUTRO ASPECTO DO CORTEJO DO TRABALHO*

nada. Uma casta Gretchen, capaz de tudo isso». Uma só atitude de pensamento se impõe a quem pretende encontrar uma solução feliz de problemas sociais: considerar estes ao mesmo tempo com objectividade e dentro de um alto critério moral. As palavras podem ser belas, mas se a terapêutica não corresponde efectivamente ao conhecimento exacto das cousas reais nem é inspirada num elevado ideal de perfeição ética, elas não passam pràticamente de miragens e ilusões, mais vezes perigosas do que simplesmente inúteis.

E após outras considerações de carácter científico sôbre a finalidade dêste Congresso, o orador afirmou:

— Estas incertezas testemunham a extrema dificuldade, porventura mesmo nalguns casos a insolubilidade, de muitos dos problemas que são objecto das atenções dêste Congresso. Do que ninguém duvida nem pode fundadamente duvidar é do que há de imperativo e momentoso, no ponto de vista dos altos interêsses da Nação e da Humanidade, no esfôrço desenvolvido para esclarecimento de vários dêsses problemas e aplicação das soluções encontradas dentro do mais rigoroso espírito científico e dos mais alevantados princípios da moral cristã.

Oito séculos de história magnífica, precedidos duma gestação milenária em que já se marcam vocações de glória e rutilam fulgores de epopeia, não dão apenas ao povo português títulos legítimos de orgulho heráldico, impõem-lhe responsabilidade perante o mundo, estabelecem-lhe deveres perante o futuro. Para garantia da sua missão e dos seus destinos, é indispensável manter e reforçar as virtudes germinais, os atributos hereditários, que fizeram a sua grandeza histórica. É necessário produzir homens que, na expressão de Emerson, não tenham demasiado guano na sua composição. E, se não é possível salvar totalmente os escóis da infecundidade que nêles é regra, esperemos que sangue novo e vivificante venha da multidão obscura, reintegrar ou mesmo aumentar as suas fileiras dizimadas por uma fatilidade demográfica. São precisos de cada vez mais portugueses e, se é possível, cada vez melhores portugueses. Guerra aos corvos sinistros da restrição da natalidade! Guerra aos agoirantes profetas da decadência!

E a concluir:

— Não é indispensável nem é crível que a herança moral e social do povo português seja transmitida exclusivamente por uma aristocracia hereditária, por uma classe cuja extinção progressiva traria como consequência a ruína e a escravidão da Pátria, se os seus membros fôssem os únicos depositários dos valores históricos e espirituais da Nação. A direcção social e intelectual do país não poderá nunca pertencer a uma casta fechada, antes no meio do nosso povo germinarão incessantemente, para bem geral, os elementos renovadores do nosso escol.

Assim, conquanto não haja o direito de gerar sêres humanos condenados desde o gérmen à miséria física ou moral, a tarefa não é a de seleccionar homens como flores de estufa ou cavalos de corrida. Está apenas em, evitando o pulular do escalracho daninho, aumentar e melhorar, por um condicionalismo propício de higiene racial e profilaxia social, o conjunto da população. Águias nascerão em ninhos humildes, e serão cada vez mais numerosos e mais fortes os portadores do facho sagrado. Na faina dos campos, na labuta das oficinas, nos montes e nos vales, por terra e pelo mar, nos palácios e nas choupanas, nas aldeias e nas cidades, vivem homens, mulheres e crianças que trazem no sangue e na alma as virtudes — as virtudes e os defeitos — das gerações que fundaram e engrandeceram Portugal. É para todos êles, é para a sua felicidade e para a felicidade de seus filhos e dos filhos de seus filhos, que se reuniu êste Congresso. Se os seus sofrimentos nos fazem sofrer, se nos entristecem as suas tristezas, se nos inquietam os seus receios, enche-nos de júbilo a esperança de que nos lares portugueses cada vez irá havendo menos dôres e menos lágrimas, e, com o pão, a saúde e a fé, nêles reinará incessantemente a alegria dos bons e dos fortes. O vigor e a pureza genial da raça, a continuidade histórica da Nação, os valores eternos do Espírito são os nossos dogmas nesta era revolta dum mundo que, tacteante, está buscando a trajectória do seu destino, por entre o fragor das batalhas, os clarões dos incêndios e os brados inexoráveis de morte. Dir-se-ia que só na dor e no luto se descobre o sentido transcendente da vida. A verdade, porém, é que êle está traçado, com tôda a sua beleza criadora, nos profundos recantos dos nossos sêres em que fluem e palpitam as energias milenárias da grande e antiga família a que pertencemos. E, se essas energias podem ditar, sendo necessário, os heroísmos magníficos e as abnegações sublimes, também dão a alegria confiante e serena do trabalho, na solidariedade pacífica e no amor fraterno dos homens.

E terminou, dêste modo:

— Em todos nós existe — e deve ser mantida e avivada — uma centelha da sagrada chama que é a própria alma da grei. Em todos nós há a preservar e a fortalecer uma parcela anímica do Portugal de todos os tempos; cada português representa um instante dessa luminosa e abençoada eternidade que é a Pátria. Eis a fôrça interior que faz elevar-se dos casais, por êsse país fora, entre o fumo branco das lareiras, para o céu de um azul incomparável, o cântico das nossas melhores esperanças, o hino triunfal das grandes certezas nacionais.

## DISCURSO DO DR. GUSTAVO BARROSO

O consagrado académico brasileiro sr. dr. Gustavo Barrôso falou, seguidamente. Fez um caloroso elogio da cidade do Pôrto e das suas gloriosas tradições históricas, para afirmar:

— Como brasileiro e como velho amigo de Portugal, tenho, pois, como vêdes, razões para felicitar-me pela honra que me foi concedida de falar entre vós nesta ágora universitária, onde hoje se reünem as mais representativas figuras da vossa cultura nos seus multiplos aspectos. A minha presença aqui não tem outra significação a não ser a de uma humilde voz brasileira unida fraternalmente ás vozes de Portugal na comemoração solene dos seus Centenários. Em tôdas elas, acreditai, o Brasil está sempre presente, senão em corpo, pelo menos em espírito. O Brasil não pode esquecer Portugal. Só os filhos desnaturados esquecem seus pais.

A nossa história começa em 1500; mas as suas raízes se enterram no castelo de Guimarãis, berço de Portugal. Pero Vaz de Caminha cantou a terra brasileira, laboriosa e virgem, na sua carta a El-Rei D. Manuel. Navegadores e colonizadores fecundaram-na, violando os sertões ignotos e unindo-se em amor às tribus aborígenes. Cabral planta a cruz nas areias de Pôrto Seguro. Os missionários reúnem os indígenas á sua sombra. Mas são os Ramalho, o Bacharel da Comarca e Diogo Alvares o Caramuru quem recebe no leito nupcial as raparigas côr de bronze e procriam os primeiros brasileiros. Mais tarde, o amor da terra e o amor da lusa tradição o fundiu nos campos de batalha dos Guararapes, os índios, os negros e os brancos que expulsam o invasor hereje e holandês. E o amor do vencedor e dos vencidos que José de Alencar canta no poema em prosa da Iracema. As obras de amor são eternas. Por êsse amor fundamental da terra e da gente, o Brasil conserva-se e se conservará português na sua essência, português pela raça, português pela língua, português pela religião, português pela civilização, de tal modo português que um dia — tenhamos esperança — realizará na união espiritual do Idioma e da Fé, o Império do Atlântico, sonho que sonhou, debruçado sôbre o Mar Tenebroso da Janela de Sagres, o Infante D. Henrique. Temos aquém e além Mar em África, somos e seremos aquém e além mar do Atlântico. Fôrças para isso nos darão a terra e a grei. Nos quatro cantos de Portugal reviveis hoje as tradições gloriosas cobertas pela poeira dos centenários. Agora aqui, neste Congresso das Ciências da População, estudais a gente que produziu tantos sábios, tantos letrados, heróis, mártires e santos. Os olhos do povo brasileiro, filho do vosso Povo, acompanham de longe enternecidos tôdas as vossas comemorações e, de um modo especial, esta. As vossas tradições populares são as nossas. Ainda cantamos as cantigas, as vossas cantigas e ainda narramos as vossas Lendas. As influências indígenas, africanas e exóticas até hoje não conseguiram empalidecer o que de vós herdámos. Cultor do folclore brasileiro tenho estudado as suas raízes luzitanas e é numa das vossas lendas que irei buscar as palavras com que terminarei o meu discurso desta noite. Visitando os vossos castelos seculares, subi um dia às atalaias do de Almourol e lá de cima mergulhei o olhar nas águas que o Tejo leva para o Oceano. Veio-me então à lembrança o que se conta do castelo e da sua companheira. Vencidos pelos inimigos, o Almourol e a castelã lançaram-se á torrente, preferindo a morte a serem cativos dos inimigos. Seus corpos arrastados para o mar foram boiando á flôr das águas, até que se perderam no horisonte. Longe, bem longe, para os lados do poente pararam sob o sol radioso dos trópicos e se transformaram em duas ilhas risonhas cobertas de flores. A lenda é um símbolo de Portugal e do Brasil. Angustiados no cativeiro da estreita faixa peninsular que a natureza vos deu, lançastes-vos ás águas marinhas cujos deuses evocava já a inscrição de um sipó romano desta antiquíssima Cidade. E já no fundo dos horizontes, sob a luz dos trópicos, com os vossos corpos, creaste o Império do Brasil.

## DISCURSO DO DR. ENRIQUE SUÑER

Usou da palavra o ilustre cientista espanhol sr. dr. Enrique Suñer. Depois de saúdar, elogiando-os, o sr. dr. Júlio Dantas na qualidade de representante do Govêrno e na de Presidente da Comissão Executiva dos Congressos, e o sr. dr. Mendes Correia como presidente do Congresso de Ciências da População, diz trazer a representação das mais altas organizações científicas espanholas: Instituto de investigações Científicas, Universidade Central, Academia de Medicina. etc Em nome dessas entidades cumprimenta o Congresso e afirma a satisfação dos congressistas espanhóis em assistirem a um certame de tão alta importância, onde se estudam os mais complexos problemas ligados ao homem como elemento dos agrupamentos sociais. Diz ter a certeza, pelo valor dos trabalhos apresentados, que o Congresso terá extraordinário brilho. Como espanhol, não pode limitar a esta saudação protocular a sua intervenção. Vem de Lisboa, onde viu a maravilhosa Exposição do Mundo Português. Nas paredes dos seus pavilhões, estão escritos nomes que tanto se assemelham aos espanhóis do tempo das descobertas e das conquistas. Teem os dois países uma história comum, paralela, de gloriosa missão civilizadora dos novos mundos, que simboliza na figura de S. Francisco Xavier, que nascido na Navarra filho material de Espanha, é português pelo espírito. Par a par, portugueses e espanhóis, afirmaram para sempre o génio ibérico. Hoje que a Espanha, dirigida pelo glorioso Franco, caminha na rota da sua tradição missionária, encontra ao seu lado um Portugal que marcha pela mesma estrada, sob a presidência magnífica do chefe do Estado, General Carmona, e a acção incomparável dum professor universitário que é o modêlo dos governantes, o doutor Oliveira Salazar. De Portugal tem já gravada no cérebro recordação inapagável. Ao terminar êste Congresso há-de levá-la também no coração.

## DISCURSO DO PROF. CORRADO GINI

Falou depois e, em eloquentes palavras, manifestou o seu jubiloso entusiasmo pela circunstância de se encontrar de novo na cidade do Pôrto, onde estivera havia já desanove anos, congratulando-se também com os organizadores do Congresso pelo brilhantismo desta grandiosa assembleia de eruditos e investigadores. Saúdou, calorosamente, os srs. drs. Júlio Dantas e Mendes Correia e exaltou os sentimentos de leal e sincera amizade que fortaleceram sempre um íntimo intercâmbio científico entre Portugal e a Itália — irmanados em idênticos meios de expansão da gloriosa Civilização Latina.

Como cientista, encareceu a importância e a oportunidade dêste Congresso e referiu-se, em termos de sincera admiração e honroso elogio, á modelar organização dos serviços técnicos do Instituto Nacional de Estatística, que visitara ante-ontem em Lisboa e onde colheu as mais gratas impressões. Fez também o elogio do sr. Presidente do Conselho e, finalmente, saúdou todos os congressistas em nome da Universidade de Roma, do Conselho Nacional Italiano de Pesquizas e do Comité Italiano para o Estudo dos Problemas da População.

## DISCURSO DO DR. JÚLIO DANTAS

Ergueu-se, então, para falar o sr. dr. Júlio Dantas — a quem a numerosa e selecta assistência prestou, em aplausos calorosos e prolongados, uma expressiva e honrosa manifestação de simpatia. O eminente académico proferiu, eloquentemente, o seguinte discurso:

— Duas palavras, apenas.

Cumpre-me, antes de tudo, agradecer as justas homenagens prestadas ao sr. Ministro da Educação Nacional, que tenho a honra de representar aqui. Sua Ex.ª não pôde, por motivo dos afazeres do seu cargo, assistir a esta solenidade. Acompanha-nos, porém, em espírito, fazendo votos pelo êxito do Congresso, acto cultural de superior interêsse não apenas no domínio especulativo mas no campo das actividades práticas, porque se propõe contribuir para a valorização do povo português

Encontrando-me aqui também na qualidade de presidente da Comissão Executiva dos Centenários, mais uma vez, em meu nome e no dos meus colegas, saúdo a cidade do Pôrto, de gloriosas tradições, que com brilho inexcedível tem celebrado o jubileu nacional; a Universidade, cujo Reitor magnífico (permita-se-me esta designação ritual que tem raízes na vida universitária da Renascença) de novo hospitaleiramente nos recebe; e o Congresso, na pessoa por tantos títulos insigne do seu presidente, o sr. professor Mendes Correia, que todos nós com razão consideramos uma das mais altas e das mais nobres expressões do pensamento português contemporâneo.

O Congresso de Ciéncias da População é o sétimo que se se realiza entre nós no curto período de três meses e meio, e faz parte do sistema de dez congressos incluído no quadro de realizações da Comissão Executiva dos Centenários. Efectuaram-se já, com êxito, o Congresso de pré e proto-história, nesta Universidade; o Congresso de história medieval, na Universidade de Coimbra: os congressos dos Descobrimentos e Colonização, da Monarquia dualista e da história dos séculos XVIII e XIX, no palácio da Assembleia Nacional, em Lisboa. Inaugurou-se hoje o Congresso de Ciências da População, que se propõe continuar, respectivamente ao povo português, os trabalhos demológicos dos Congressos de Roma, Berlim e Paris com referência à colectividade humana. Estão em organização e devem efectuar-se em Novembro próximo, o Congresso colonial, o Congresso de história das actividades científicas portuguesas e o Congresso luso-brasileiro de história. Esta soma considerável de trabalho, que honra a cultura portuguesa e constituirá amanhã, pelo seu volume e qualidade, motivo de admiração das novas gerações, merece que a Nação atente nela e lhe preste a devida justiça. Há trinta ou quarenta anos, um professor que organizasse um congresso julgava-se quite com a glória. Nós organizamos dez em seis meses, numa hora de graves perturbações para a vida da humanidade, e achamos isso o facto mais natural do mundo. Porque são diferentes as nossas aptidões? Não. Não fomos nós que mudámos; o que mudou foram as nossas condições de trabalho e a nossa psicologia colectiva. Adquirimos novas capacidades de realização: eis tudo. As energias que outrora dispersavamos em dissídios internos, concentramo-las hoje, consagrando-as, intactas, ao bem-comum da Nação. A condição essencial do labor do espírito é a ordem; e as vontades convergentes e disciplinadas dos povos realizam prodígios de que êles próprios se surpreendem.

O Congresso de Ciências da População, embora integrado no Serviço de Congressos a que preside, é de iniciativa do seu presidente, sr. professor Mendes Correia. Deve-se à autoridade científica de Sua Ex.ª, ao seu excepcional poder de organização, ao seu admirável optimismo construtivo, que imperturbavelmente sorri de cada uma das dificuldades que vence. E ainda bem que os seus pontos de vista triunfaram. Portugal, qualquer que seja o valor dos factores geográficos e etnográficos, é, em grandíssima parte, produto da sua própria história. Na hora em que se comemoram oito séculos de existência histórica da Nação, estava naturalmente indicado que se estudasse o povo de cujo impulso criador a Nação brotou. E' êsse estudo que o Congresso vai fazer, nos seus múltiplos aspectos demográfico, antropológico, etnográfico e médico, incluindo as questões de ordem social e económica em connexão com o problema populacional. Desejo que o seu trabalho seja proficuo, e não duvido um momento de que será elevado e brilhante. Constituem disso penhor as individualidades prestigiosas que exercem as mais altas magistraturas do Congresso de Ciências da População, e todos os seus colaboradores, aos quais me confesso extrêmamente grato.

Do mundo de coisas que se têm realizado e se realizarão ainda neste Ano Aureo, nem tudo será efémero. Depois das últimas salvas de artilharia e dos últimos repiques de sinos; quando se tiverem extinguido o éco do último discurso e a derradeira centelha do entusiasmo popular; quando a última bandeira da Fundação descer na adriça e se desmontar a armadura do último pavilhão de festas, — alguma coisa ficará do nosso esfôrço, que precisa da perspectiva do tempo para que tenhamos inteira consciência dêle: os monumentos que se ergueram; as obras permanentes que se realizaram e transformaram o País; as publicações de arte e de história, filologia e de linguística das nossas Academias; e, pela quantidade e pelo valor, quinhentas ou seiscentas comunicações e memórias de dez Congressos, num total impresso de seis ou sete mil páginas, que permanecem como expressão das nossas possibilidades e como documento da nossa cultura. Ao transpôr o limiar do nono século de existência histórica da Nação, fazêmo-lo afirmando a forte personalidade do povo português e a ardente convicção com que confiamos nos nossos próprios destinos.

Resta-me dirigir especiais saudações aos eminentes professores e homens de ciência estranjeiros que, através das naturais dificuldades da hora presente, vieram trazer-nos as suas luzes e colaborar connosco neste «claustro pleno» de demógrafos, de antropologistas, de economistas, de etnógrafos e de sociólogos notabilíssimos. A todos agradeço a honra da sua presença. O drama europeu — drama de heroísmo, de sacrifício e de sofrimento, perante o qual respeitosamente me curvo — não perturbou a perfeita serenidade dos sábios. Para além da dôr humana, alguma coisa se vislumbra de tranqüilo e de imortal. A vida passa; a ciência continua.

As últimas palavras do insigne académico foram aplaudidas demorada e entusiàsticamente. E, pouco depois encerrava-se aquela sessão solene que decorreu sempre com austera dignidade e extraordinário brilhantismo.

*(Do «Primeiro de Janeiro», de 13 de Setembro de 1940).*

# NOTAS VÁRIAS

## O CONGRESSO NACIONAL DE CIENCIAS DA POPULAÇÃO

### Lista dos trabalhos apresentados

Dr. José Firmino Sant'Ana, «A mortalidade na população portuguesa e suas principais causas»; dr. João Avelar Maia Loureiro, «Natalidade, mortalidade e selecção da raça»; prof. Corrado Gini, «Os factores da diminuïção da natalidade na época contemporânea»; dr. José Alberto de Faria, «Para aplicação preventiva das Instituïções de assistência e medicina social»; drs. Fausto Landeiro e Joaquim Facha, «Um exemplo de sanidade em Portugal»; drs. Mário Cardia e Alvaro de Morais, «Organização da luta contra a tuberculose, assistência e previdência»; prof. Enrique Suñer y Ordoñez, «La escuela nacional de puericultura de Madrid»; prof. dr. Almeida Garrett, «Tendências demográficas de Portugal Metropolitano», «Costumes alimentares dos portugueses», «A colocação familiar rural é a melhor forma de assistência à infância»; dr. Júlio G. de Bettencourt Ferreira, «Gerontiase precoce — Causas e efeitos de factores de decadência orgânica prematura que influem na população»; prof. dr. J. Guiart, «Anthropologie des populations Delichocephales de l'Europe Meridionale et de l'Afrique Septentrionale»; prof. Luiz de Hoyos Sainz, «Antropodinâmica espanhola»; prof. dr Francisco de las Barras de Aragon, «Crâneos procedentes de las cuevas de la isla de Samar (Filipinas) existentes em el Museu de Antropologia de Madrid»; dr. António de Queiroz Lopes, «Alguns diâmetros e proporções na Sacro dos Portugueses»; dr. José Antunes Serra, «Morfologia do Externo» e «Novos métodos do estudo da Pigmentação e sua importância racial»; dr. Fábio Frassetto, «Per una sistemazione razionale della biotipologia»; prof. dr. Jacques Chevalier, «O povoamento Ibero na Grã-Bretanha»; dr. Luiz Duarte dos Santos, «O Normótipo do homem da zona de Coimbra e o Normótipo dos Portugueses»; prof. dr. Oskar Vogt, «Ueber nacionale Hirnforschungsinstitute»; prof. Américo Pires de Lima e dr.ª Leopoldina Ferreira Paulo, «São os portugueses Dolicocéfalos? — Um novo índice cefálico»; dr.ª Leopoldina Ferreira Paulo, «Contribuïção para o estudo da pigmentação dos portugueses»; dr. Luiz José de Pina Guimarãis, «A mulher portuguesa do Norte». «Estudo antropológico»; prof. dr. Wilheelm Giese, «Um conto estremenho (Notas comparativas)», («Portugiesche Hochzeitssitten in Rahmen romanischen Brauchtums»); dr. G. Leisner, «Sobrevivências de elementos megalíticos em construções rurais no Alto Alentejo», («Ueberleven magalichischer Element in landlichen Bauten Hochalemtejos»); dr. F. Krüger, «Sôbre o problema das casas redondas» e «A contribuïção de Portugal à etnografia europeia»; prof. dr. Joaquim A. Pires de Lima, «Influência dos mouros, judeus e negros na etnografia portuguesa»; dr. Fermin Bouza-Brey Trillo, «Referências a una eutanasia familiar en el folclore Gallego-Português»; Luiz Chaves, «O povo e a simbólica», 1.º — Possível origem dos velhos símbolos, 2.º — Apresentação gráfica dos símbolos, 3.º — Necessidade que o povo tem do seu emprêgo»; Joaquim Lorenzo Fernandez, «Lápidas sepulcrales gallegas de arte popular»; D. Maria Clementina Pires de Lima Tavares de Sousa, «Uma canção popular minhota e sua origem litúrgica»; Joaquim Pais Fernandes Figueira, «Os pisões de Barroso» e «Uns reis em Portomanso»; dr. A. Lima Carneiro, «A alimentação da criança na primeira infância»: prof. Luiz Hoyos, «Supersticiones y prácticas populares àcêrca de la gestacion en España»; dr. Luiz da Silva Ribeiro, «Síntese da influência do mar na vida popular dos Açôres»; prof. dr Hermann Lautensach, «O ambiente dilivial do homem em Portugal»; dr. G. A. Belloni, «Criminalitá ed esecuzione Penale»; Juan Dantin Cereceda, «Caminhos de cabras em Espanha» e «Cañadas ganaderas españolas»; prof. dr. Leonídio Ribeiro, «1.º — Prevenção do crime por meio de identificação civil», «2.º — Papel do médico na solução do problema da delinqüência infantil» e «3.º — Biotipologia criminal»; dr. José Vaz Guedes de Sousa Bacelar, «Delinqüência e alcoolismo. Investigação Bio-química»; dr. Aristides de Amorim Girão, «Impossibilidade de fixar no Sul do País o excesso demográfico do Noroeste Português»; dr. Augusto de Oliveira, «Movimento da criminalidade em Portugal»; Mário Simões dos Reis, «Delinqüência e alcoolismo de adultos em Portugal»; rev. P. G. Schmidt, «A família origem das virtudes sócio-morais indispensáveis para o Estado»; dr. Armando Tavares de Sousa, «Contribuïção para o estudo do nível intelectual dos delinqüentes portugueses adultos»; dr. Vítor Fontes, «Assistência às crianças anormais — Uma orientação médico-pedagógica»; dr. Tomaz Lopes Cardoso, «Alguns aspectos da criminalidade

infantil em Portugal à face da Estatística»; dr. António Cruz, «Ensaio sôbre a organização dos Mesteres do Pôrto através dos séculos»; dr. Augusto César Pires de Lima, «A Indústria Agrícola como elemento da vida da Nacionalidade»; dr. António Francisco Teixeira, «Aspectos económicos sociais do trabalho das mulheres na indústria»; eng.º José Matos Braancamp, «1.º — Educação simultânea da população e do fomento económico do país bem como da higiene nacional, pelo uso do frio e sua coordenação apropriada» e «2.º — Revisão total do ensino nacional para que seja adaptado ao desenvolvimento natural do corpo e do espírito, coordenando as sensações, e principalmente a da vista e a do tacto, com a intensificação do senso muscular; sua consciência regrada e conseqüente educação da personalidade activa»; dr. José dos Santos Bessa, «A luta anti-tuberculosa da Junta de Província da Beira Litoral»; dr. Liberson e madame Liberson (Toulouse), «Recherches de physiologie différencielle»; prof. dr. António Augusto Esteves Mendes Correia, «Factores degenerativos na população portuguesa; seu combate»; prof. dr. Alfredo Mendonça da Costa Ataíde, «Ensaio sôbre a determinação de tipos constitucionais e formas endocrínicas dos portugueses»; prof. dr. Joaquim R. dos Santos Júnior, «Elementos alogéneos no povo português»; dr. Carlos Teixeira, «A mulher portuguesa e o seu papel sociológico»; dr. Fernando de Castro Pires de Lima, «O símbolo cristão na canção popular»; dr. Armando M. de Lemos de Matos, «A arte popular portuguesa», 1.º — Bosquejo histórico dos motivos decorativos, 2.º — Relações com a simbólica, 3.º — Valor estático da arte popular»; Armando Leça, «Da nossa música popular»; dr. António Avelino Joyce, «Os arcaísmos da música popular portuguesa»; dr. Ulisses Cortês, «A questão do divórcio»; dr. Abel de Andrade, «O divórcio concorre eficazmente para a dissolução da família portuguesa» e «O casal de família protege a família portuguesa»: dr. José Vaz Guedes de Bacelar, «O método de Vermeylen na propedeutica criminológica»; Comissariado do Desemprêgo, «Condições geo-sociais de fixação da planície Alentejana do excesso demográfico do Noroeste Português»; dr. Luiz de Pina Guimarãis, «Elementos para a Psicologia Criminal. O conceito de justiça nos delinqüentes» e «Subsídios para a Etiologia Criminal. Coeficientes culturais e morais nos delinqüentes»; Comissariado do Desemprêgo, «Qualificação dos trabalhadores desempregados»; prof. dr. Diogo Pacheco de Amorim, «Emigração»; prof. dr. Ezequiel de Campos, «Orientação da actividade portuguesa por um destino nacional»; dr. José de Penha Garcia, «O factor económico no aumento da população»; e eng.º Costa Lima, «O cachão da Valeira e o regimen económico-demográfico da região do Douro superior»

* * *

São os seguintes os presidentes, vice-presidentes e secretários das respectivas secções:

1.ª secção — Demografia e Higiene: Presidente, dr. José Alberto de Faria, director geral de Saúde; vice-presidente, prof. dr. Almeida Garrett, prof. catedrático e director da Faculdade de Medicina do Pôrto e presidente da Junta de Província do Douro-Litoral; secretário, dr. Mário Cardia, director do Hospital e do Dispensário Anti-Tuberculoso de Matozinhos.

2.ª secção — Antropologia: Presidente, prof. dr. Eusébio Tamagnini, antigo Ministro, professor catedátrico da Faculdade de Ciências de Coimbra e director do Instituto de Antropologia; vice-presidente, prof. dr. Joaquim A. Pires de Lima, da Academia de Ciências de Lisboa, prof. catedrático da Faculdade de Medicina do Pôrto, director do Instituto de Anatomia; secretário, dr. Joaquim A. dos Santos Júnior, assistente da Faculdade de Ciências do Pôrto.

3.ª secção — Presidente, prof. dr. José Leite de Vasconcelos, prof. catedrático aposentado da Faculdade de Letras de Lisboa, director honorário do Museu Etnológico Português «Dr. Leite de Vasconcelos», membro efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História; vice-presidente, dr. Augusto César Pires de Lima, prof. do Liceu Rodrigues de Freitas, presidente da Comissão de Etnografia e História do Douro-Litoral; secretário dr. Fernando de Castro Pires de Lima, médico do Conservatório de Música do Pôrto.

4.ª secção — Presidente, dr. Abel Andrade, antigo director geral da Instrução Pública, professor aposentado da Faculdade de Direito de Lisboa, procurador à Câmara Corporativa; vice-presidente, dr. Alberto Pinheiro Tôrres, advogado e director da Cadeia Civil do Pôrto; secretário, dr. Tomaz Lopes Cardoso, advogado e director do Refúgio da Tutoria Central da Infância do Pôrto.

5.ª secção — Presidente, prof. dr. Rui Ennes Ulrich, antigo embaixador, prof. catedrático e director da Faculdade de Direito de Lisboa, procurador à Câmara Corporativa, da Academia das Ciências de Lisboa; vice-presidente, prof. dr. Tomaz Joaquim Dias, prof. catedrático e director da Faculdade de Engenharia do Pôrto, secretário, dr. António Pedro Pinto de Mesquita, advogado.

## A CONTRIBUIÇÃO ARTISTICA DA ESPANHA

Neste ano grande em que Portugal comemora, festivamente, oito séculos de História, a Espanha, em cujo génio e missão civilizadora vizinha da nossa reside uma das razões da irmandade que nos liga com laços profundos, quis demonstrar o seu interêsse por momento tão alto da vida portuguesa. E assim, com fidalga gentileza, tão coerente com as tradições do seu espírito, enviou-nos uma «Série de Recordações Portuguesas em Espanha» — obras de arte, telas eternas, esculturas valiosas, velhos códices iluminados, documentos arrancados ao silêncio dos arquivos, cartas de marear, tapeçarias heráldicas — tudo o que pode recordar, em beleza, feitos em que, lado a lado, se confundiram os génios dos dois povos peninsulares — feitos que se vivem nas obras de arte e encontram-se escritas nas páginas da História da Civilização do Mundo.

Em pintura vieram entre outras obras: Retratos de D. Catarina, mulher de D. João III, por Moro e por Carvalho; de D. Sebastião, por Cristóvão de Morais; de sua mãi D. Joana, por Moro; de D. Maria, «a infanta dos serões» por Moro e Morais; do Príncipe D. Carlos e das Infantas D. Isabel Clara Eugénia e D. Catarina Micaela, por Sanchez Coelho; de Carlos V e D. Isabel, por Rubens, que nele copiou um Ticiano perdido; de D. Maria Ana Vitória, por Largilhére e Ranc; de D. Maria Bárbara de Bragança, por Dupre, Ranc e Van Loo; de D. Isabel de Bragança, por Vicente e Bernardo Lopes.

E mais os quadros religiosos de Sanchez Coelho e de Valdés Leal. O interêsse desta colecção preciosa é tal, que quási passa desapercebido o facto, altamente honroso para nós, de se apresentar pela primeira vez ao público uma colecção de obras do célebre pintor Sanchez Coelho.

De escultura vieram obras de Leoni, Giraldo de Merlo e Manuel Pereira. Tapeçarias de Pastrana preciosas como tesouro, evocadoras de glórias que não passam: «As esferas» formosas alegorias aos descobrimentos portugueses e dois «panos» riquíssimos sôbre a «conquista de Tunis», que recordam a ajuda enviada pelo Infante D. Luiz.

E mais — Códices, cartas geográficas, documentos — que bibliotecas e coleccionadores cederam para esta exposição, cujo significado transcende o seu enorme valor material.

Estas obras que se encontravam nos Museus do Prado, de Barcelona e de Sevilha, no antigo Património Real, no Mosteiro das Descalças Reais, nas Reais Academias da História e das Belas Artes de S. Fernando, no Arquivo de Simancas, no Museu Naval e na Biblioteca Nacional além das colecções particulares dos senhores Duques de Alba e de Montelhano, foram confiadas pelo Govêrno Espanhol ao eminente professor e académico Sanchez Cantón, das Reais Academias de História e de Belas Artes e sub-director do Museu do Prado, que dirigiu e instalou a Exposição.

Mas o requinte de gentileza do Govêrno do generalíssimo Franco foi mais longe ainda. O novo Teatro de Espanha veio também até nós.

A Companhia do Teatro Nacional de Espanha — agrupamento artístico oficial — representou no claustro dos Jerónimos o célebre «Don Duardos» de Gil Vicente, na versão «príncipes» — castelhano do século XVI. Teatro que nasceu à sombra dos pórticos das Catedrais, êle vive do suave mistério que se emana dos autos antigos, durante séculos condenados pela Igreja e que mão de artista fez reviver em Beleza. Luiz Escobar, Comissário Nacional do Teatro Espanhol, apresentou ao público português «Don Duardos» de Mestre Gil, e, em representações sucessivas, os autos sacramentais do século XVII «Hospital de los Locos» de Josef de Valdivielso, e «La Cena del Rey Baltazar» do grande Calderon de la Barca. E também, poemas velhos, cantares, bailados de tôdas as províncias de Espanha num espectáculo rico de folclore: «pliegos de romances». E foi nos claustros dos Jerónimos, que as representações — prodígio de côr, de movimento e de graça a que se alia o milagre da luz — se realizaram para assim completar esta série de recordações portuguesas — valiosa contribuïção de Espanha às grandes festas com que Portugal comemora datas eternas da sua História.

SITO LEG
DEZ. 1940

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 22 — 31 de Outubro de 1940 — ANO II

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*O CASAMENTO DE D. CATARINA DE BRAGANÇA COM CARLOS II, REI DE INGLATERRA — Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal* . . . . . 1

*DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, EM 27 DE SETEMBRO, NA RECEPÇÃO AOS PROFESSORES DE ENSINO PRIMÁRIO, NO PAVILHÃO DE HONRA DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS* . . . . . 9

*ALGUMAS CARTAS DE JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão* 16

*REFLEXOS DA RESTAURAÇÃO NA VILA DE TÔRRES VEDRAS — Rogério de Figueiredo Rêgo* . . . . . 23

*CASTELOS DE PORTUGAL — BELMONTE — SORTELHA — Cap. Jorge Larcher* . . . . . 27

*REVISTA DA IMPRENSA* . . . . . 30

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50


A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais:

| | |
|---|---|
| A fogo . . . . . | 25$00 |
| A ouro . . . . . | 30$00 |
| (Empaste) . . . . . | 5$00 |

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8 / Lisboa

TELEFONE 2 2886

# O CASAMENTO DE D. CATARINA DE BRAGANÇA COM CARLOS II, REI DE INGLATERRA

## NOTAS E ALGUMAS GRAVURAS QUE AO FACTO SE REFEREM

*Muitos são os autores que se têm ocupado do casamento da excelsa Infanta de Portugal, D. Catarina de Bragança, com Carlos II, Rei da Grã-Bretanha, da Escócia e da Irlanda, da dinastia dos Stuarts, para que seja necessário relatarmos de novo todos os factos então sucedidos e que levaram à realisação deste matrimónio.*

*O Conde da Ericeira, na sua «História do Portugal Restaurado»; D. António Caetano de Sousa, na «História Genealogica da Casa Real Portuguesa»; Francisco Brandano, na continuação da obra de seu tio Alexandre: «Dell'Istoria delle Guerre di Portogallo»; no Século XIX, a «História de Portugal segundo o plano de F. Denis», que é de Pinheiro Chagas; a edição que se lhe seguiu, já com o nome deste autor; Fonseca Benevides, nas «Rainhas de Portugal»; e, por fim, já no nosso Século, Fortunato de Almeida, na «História de Portugal»; Edgar Prestage, in «The Diplomatic Relations of Portugal with France, England, and Holland from 1640 to 1668»; o Conde de Sabugosa, nas «Donas de Tempos Idos»; o Prof. Ângelo Ribeiro, na «História de Portugal», dirigida pelo Doutor Damião Peres, etc., relatam o facto histórico que tanta importância teve, sobretudo por causa da nossa guerra com a Espanha; e o Dr. Eduardo Brazão ainda há pouco, num brilhante artigo do «Ocidente» (Vol. VI, N.º 15), veio recordar o «Protocolo da Partida... para Inglaterra», que consta de seis documentos, existentes na Tôrre do Tombo, pela primeira vez publicados no «Quadro Elementar...», do Visconde de Santarem, continuado por L. A. Rebello da Silva.*

*As pessoas da família dos Soberanos eram então elementos com que êles contavam para a sua política. Assim, filhas, irmãs, sobrinhas, as Senhoras da Real Familia, serviam, como também, aliás, os elementos masculinos, para o monarca se apoiar, geralmente na sua política externa.*

*Embora estivessemos já a vinte anos passados do dia glorioso da Restauração, a guerra continuava, porfiando a Espanha em nos não reconhecer a independência. Era necessário, pois, deitar mão de todos os meios tendentes a reforçar a posição de Portugal no mapa político da Europa e se a acção dos nossos diplomatas durante o reinado de D. João IV fôra surpreendente, era preciso que nesta conjuntura fôsse perfeitamente eficaz. Vendo o «Restaurador» chegar seu filho D. Teodósio à idade própria, logo as relações diplomáticas*

*foram encetadas para o seu casamento, relações infelizmente frustradas pela morte prematura de tão esperançoso Príncipe.*

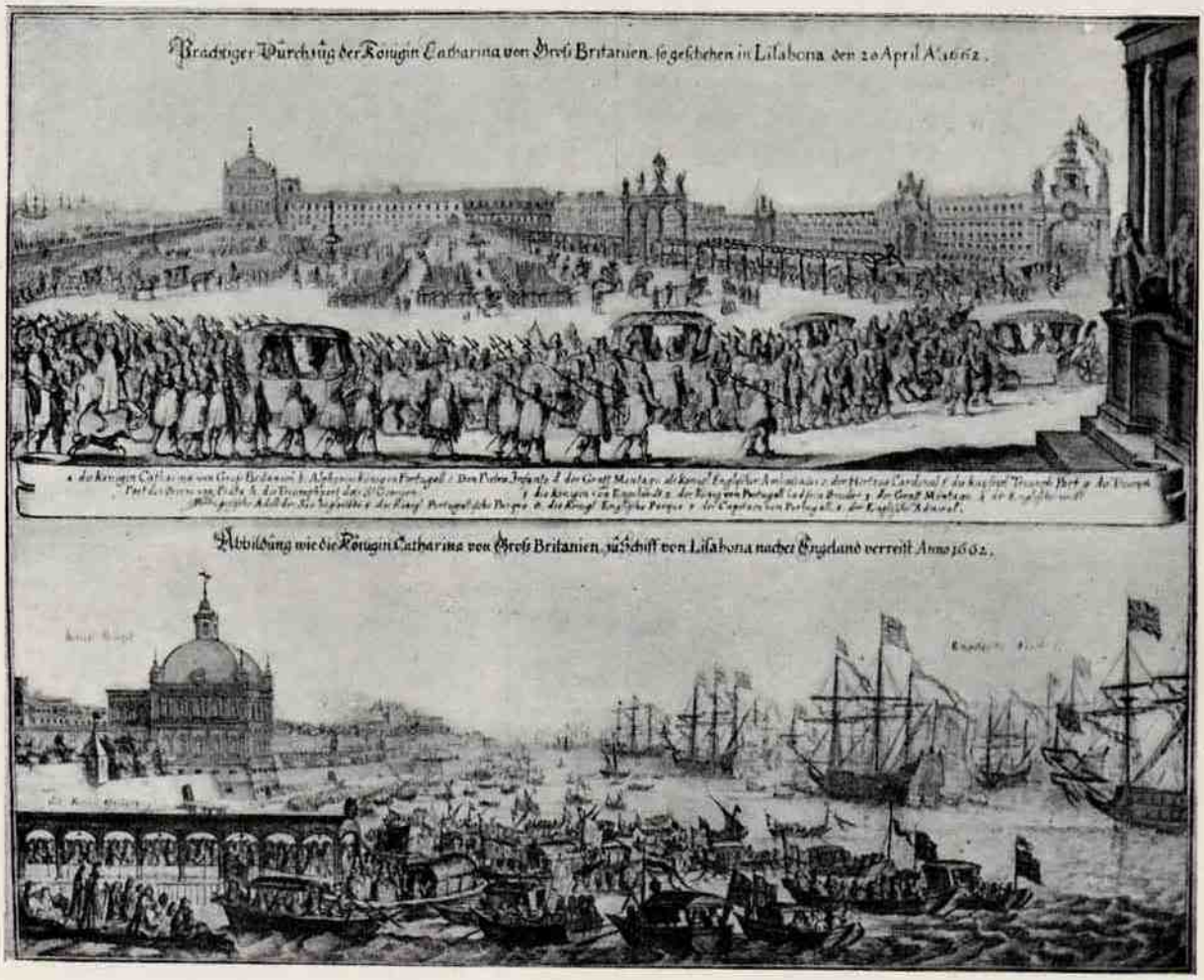
*Durante a regência da grande D. Luiza de Guzman chegava à idade núbil a Infanta D. Catarina e tôdas as esperanças foram postas na corôa de França. Porém à política daquele país servia melhor uma aliança matrimonial com a Espanha e Maria Tereza d'Áustria foi partilhar do Tálamo de Luiz XIV.*

*1662 — TOUROS REAIS QUE SE CORRERAM, NO TERREIRO DO PAÇO, NAS FESTAS DO CASAMENTO DE D. CATARINA DE BRAGANÇA*

*(col. de Vieira da Silva, gravura de Dick Stoop)*

*Mas em 1660 a Inglaterra restaurava a sua Monarquia, depois da experiência infeliz do republicano Cromwell, e o filho do mártir Carlos I voltava a Londres e era coroado com o nome de Carlos II. Ora, fracassadas as combinações com a França, a Grã-Bretanha monárquica servia à maravilha para uma aliança desta natureza, tanto mais que as relações entre os dois países vinham já de longa data.*

*«Não é coisa averiguada (escreve o Prof. Ângelo Ribeiro na* História de Portugal, *acima indicada, Vol. VI, págs. 88) se a idea de tal matrimónio partiu do Conde da Ponte, nosso embaixador em Inglaterra; se de Sousa de Macedo, residente português naquela côrte*




*1662 — CORTEJO REAL EM DIRECÇÃO À SÉ E EMBARQUE DA RAINHA*

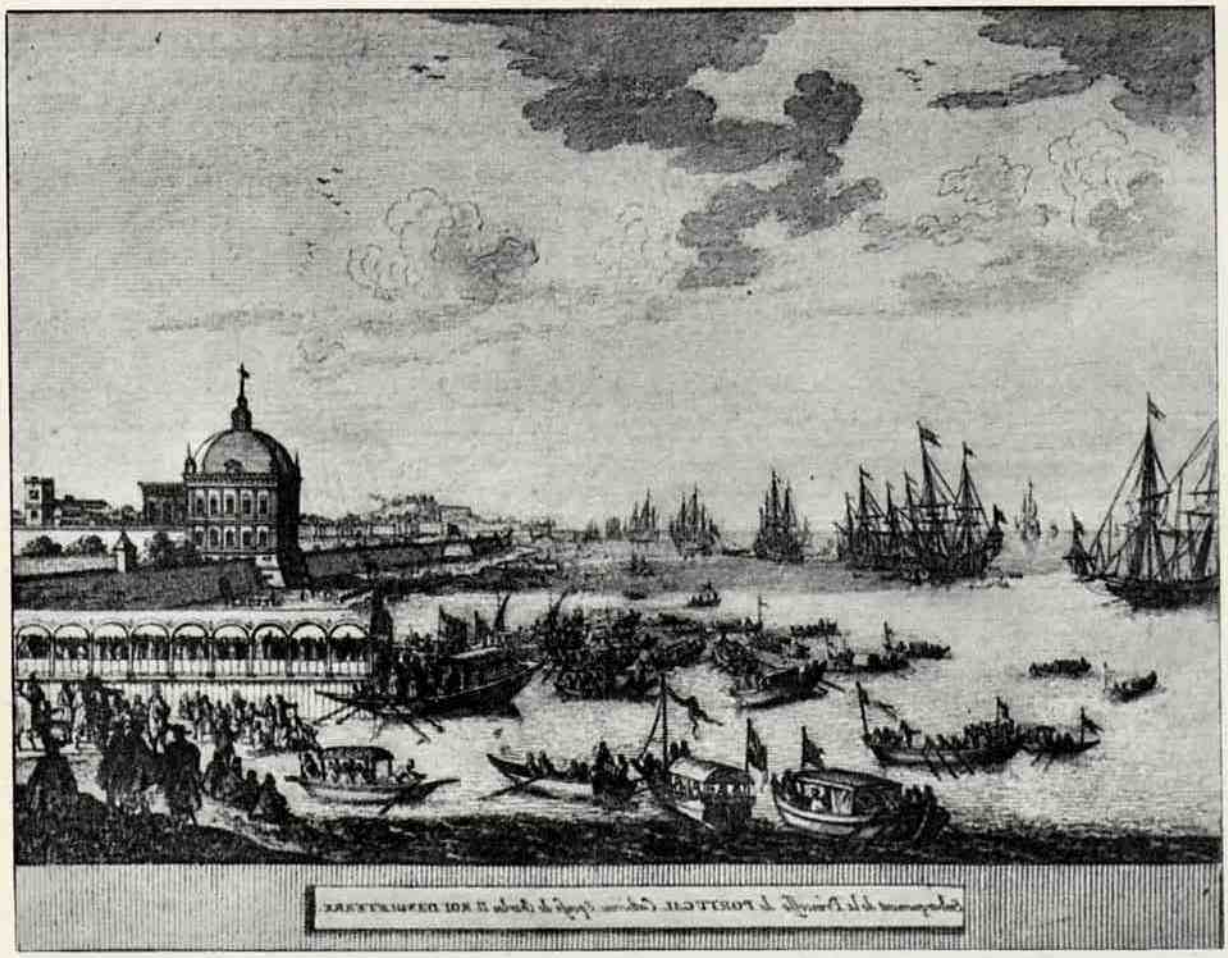
*(col. da C. M. L.)*

*e que prestara grandes serviços à Rainha-Mãi, viuva de Carlos I, e ao próprio Carlos II antes da restauração da monarquia britânica; se de Schomberg, quando passara por Inglaterra, procedendo ao embarque de tropas para Portugal».*

*Fôsse como fôsse, as relações encetaram-se e o negócio foi levado a bom fim, reali-*

*zando-se o casamento com grande aprazimento de Luiz XIV, que muito para êle contribuiu, e com muito despeito dos espanhois, que bem viam a importância de uma tal aliança.*

*O Conde da Ericeira diz no seu monumental trabalho que, sendo o nosso Embai-*



*1662 — PARTIDA DE D. CATARINA DE BRAGANÇA, VENDO-SE A PONTE, O BERGANTIM REAL E A ARMADA INGLESA*

*(col. da C. M. L.)*

*xador, Francisco de Mello, recebido em primeira audiência após a restauração da Monarquia, antes ainda dos representantes de França e de Holanda, vendo êle como o recebia o novo Monarca inglês* «resultou animar-se... a principiar o tratado de casamento d'El Rey com a Infante D. Catherina..., vencendo os obstaculos, & diligencias, que os Castelhanos fizeram, para o embaraçar...»

*As negociações coroadas de êxito de Francisco de Mello valeram-lhe, primeiro, o título de Conde da Ponte, e, logo a seguir, o de Marquês de Sande. Em 1662 está o Embaixador de novo em Lisboa e, poucos meses seguidos, chega ao Tejo a armada do comando*

*1662 — CHEGADA DA RAINHA D. CATARINA DE BRAGANÇA A PORTSMOUTH E CORTEJO FLUVIAL NA OCASIÃO DA SUA ENTRADA EM LONDRES COM CARLOS II*

*(col. da C. M. L.)*

*de Lord Sandwich, que, com a qualificação de Embaixador extraordinário, havia de levar a nova Rainha da Grã-Bretanha para os estados de seu marido, compondo-se a armada inglesa de catorze naus de guerra e cinco sumacas.*

*Seria curioso, ao dar nesta Revista vulgarização a gravuras de tamanho interêsse, referentes a êste casamento, trasladar ao mesmo tempo o que diz Fracesco Brandano a tal respeito na obra que citámos acima. Não permite o espaço de que dispomos grandes explanações, mas não resistimos a reproduzir um trecho de uma obra que anda tão pouco conhecida. Assim, diz Brandano, a págs. 408 do seu I volume: «Preparavansi sin dal principio di quest'anno [1662] magnifiche e splendide dimostrazioni di gioja per lo sposalizio dell'Infanta Caterina col Re della Gran Brettagna... e quando giunse l'Armata Inglese comandata da Odoardo dè Montaguì Conte di Sanduìc, il quale aveva anch'il carattere d'Ambasciatore straordinario, fu dato principio alle feste di luminarie, e caccie del Toro, fuochi, ed altre solite sontuosità, con cui sono allettati i Popoli ad applaudire a'buoni eventi de'loro Regnanti, e queste continuarono fin'al giorno 23 d'Aprile destinato alla partenza della nuova Regina».*

*No volume seguinte, a págs. 47, fala Brandano da viagem e chegada de D. Catarina a Inglaterra, da primeira entrevista com o marido, da satisfação dêste, dos desposórios, da lua de mel e, finalmente, da entrada em Londres, em 2 de Setembro.*

*Algumas gravuras apareceram respeitantes a tão importante acontecimento, sendo umas muito vulgarizadas depois e reproduzidas de várias fórmas.*

*À de Dick Stoop, publicada nesta Revista no N.º 14, de Fevereiro dêste ano, juntamos agora estas, que nos parecem verdadeiramente interessantes e pouco conhecidas.*

*Por ordem cronológica deve ser a primeira a que representa o aparato dos Touros Reais, celebrados no Terreiro do Paço, em que a banda sul da Praça foi encerrada por extensas filas de três ordens de camarotes. Esta gravura, água forte, também de Dick Stoop, da colecção Vieira da Silva, tem a data de 1661, mas, a menos que a função se realizasse por a ocasião de se ter concluido a negociação do casamento (que foi daquele ano), a data estará errada, pois que as festas propriamente da celebração do casamento se realizaram já em 1662. Outra gravura existe de uma tourada no Terreiro do Paço, levada a efeito, pouco mais ou menos, por esta época. Vem na «Galerie Agréable du Monde», obra editada em Leide, por Pedro van der Aa, e cujo primeiro volume, por sinal com uma linda portada armoriada, gravura a preto e vermelho, se refere a Portugal, com o título seguinte:* «Le Roiaume de / Portugal / representé en tailles-douces. / Ou on voit ses principales Villes, à plain ou de profil ; / leur Situation, & ce qu'elles ont de plus remarquable ; / avec une courte explication sous chaque planche: / les estampes aïant été dessinées sur les lieux, & gravées exactment. / Presenté / A Sa Majesté Dom JEAN. V. / Roi de Portugal et des Algarves, &c. &c. &c. / Par son très-humble & très-obeissant Serviteur Pierre van der Aa. / [*Gravura das Armas Reais*] / I. I. / A Leide, Chez Pierre van der Aa, Marchand Libraire, Imprimeur Ordinaire de l'Université & de la Ville, demeurant dans l'Academie / Qui par ses soins à recueilli & mis en ordre cet Ouvrage, lequel il donne au Public dans une forme commode».

*A segunda gravura, tirada dum exemplar existente na Câmara Municipal de Lisboa, representa duas vistas: a de cima, com a letra seguinte ao alto:* «Prächtiger Dûrchzûg

der Königin Catharina von Gross Britanien so geschehen in Lisabona den 20 April A° 1662.», *e a da parte inferior, dizendo, também no alto, o seguinte:* «Abbildung wie die Königin Catharina von Gross Britanien zû Schiff von Lisabona nacher Engeland verreist Anno 1662». *Dividindo as duas vistas há uma fita com a seguinte legenda em duas partes; a primeira refere-se à do alto e a segunda à da vista de baixo. Diz assim: «a. Die Königin Catharina von gross Britanien. b. Alphonsus König in Portugall. c. D. Pedro Infante. d. der Graff Montagu als konigl. Englischer Ambassador. e. der Herzog Cardinal. f. die Keiserl. Triumph Port. g. die Triumph Port. des Orives von Prata. h. die Triumphport dess St. Georgen. 1. die Königin von Engelandt. 2. der König von Portugall und sein Bruder. 3. der Graff Montagu. 4. der Englische undt Portugesische Adell der Sie begleitete. 5. die Königl. Portugallische Parque. 6. die Königl. Englische Parque. 7. der Capitain von Portugall. 8. der Englische Admiral.» Na própria vista inferior se vê ainda, junto ao Torreão: «Königl. Pallast»; sobre a ponte; die «Royall Gallery»; e sôbre os navios; «Engelische Floot».*

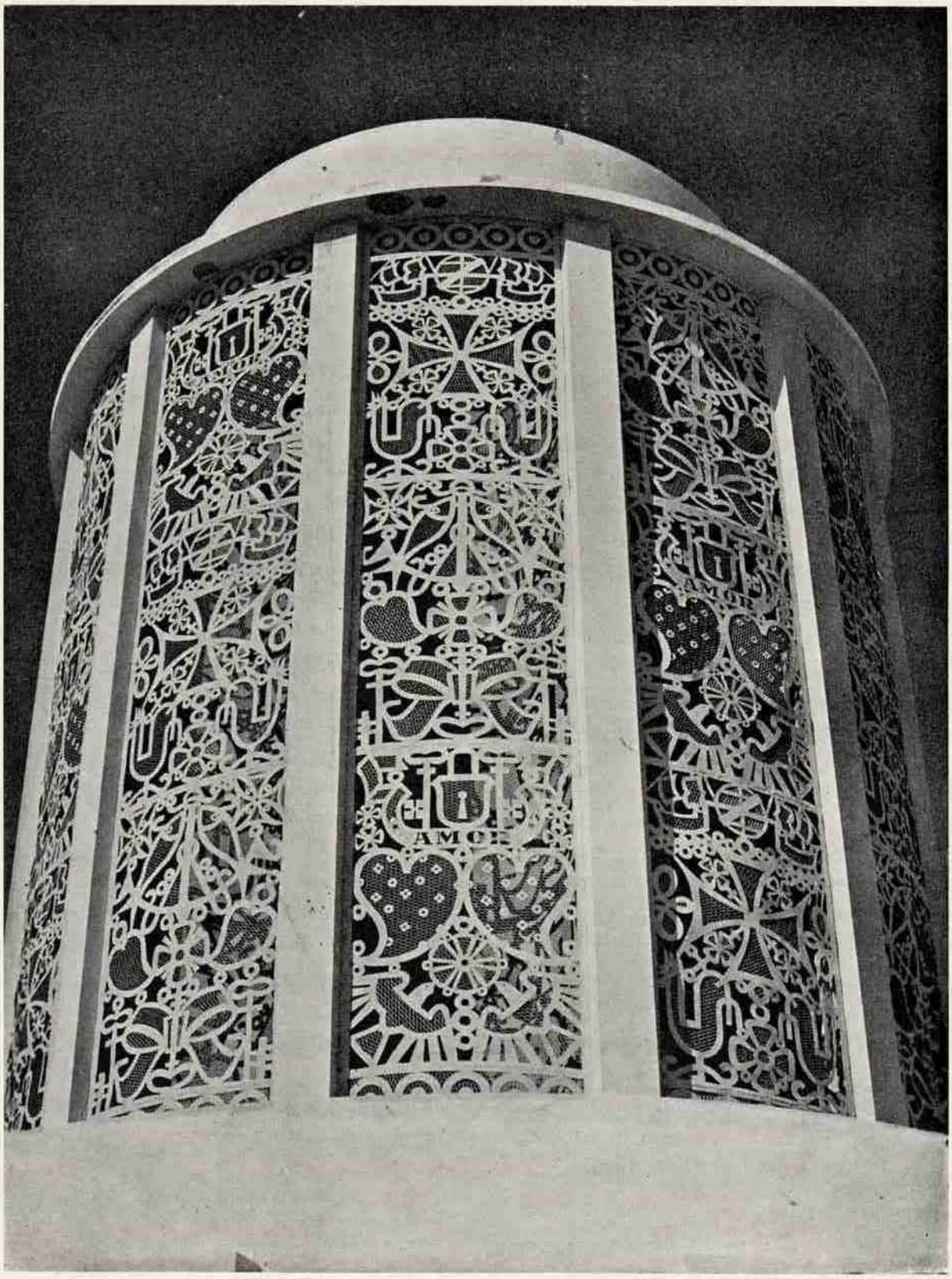
*É a terceira gravura tirada da obra editada por van der Aa, já acima citada, com a seguinte legenda:* «Embarquement de la Princesse de Portugal, Catherine, Epouse de Charles II, Roi d'Angleterre.» *Como para aquela obra tivesse sido gravada ao contrário, fizemos a reprodução no sentido em que devia ser, embora a legenda ficasse transposta.*

*A última gravura que apresentamos, também composta de duas vistas e da mesma procedência que a segunda, mostra o desembarque de D. Catarina em Portsmouth e a chegada a Londres, cada uma com a sua letra, como segue:* «Abbildûng wie die Königin von Gross Britanien zû Portsmout an gelangt ist den 25 Maij Anno 1662.» *e* «Abbildûng wie die Statt London den König und Königin von Hampton Court komendt nacher Whithall auf dem flûss Thames begleitethat. 23 Aug. 1662.» *A legenda que divide as duas vistas diz, respectivamente: «a. die Königin und Hertzog von York. b. Königl Grosskamerer, Graf von Manchister. c. Hertzog von Ormond. d. Portugesische Ambassador. d. der Englische Admiral Montagu. f. der Königl. Marschall. g. Königl. Rath. h. Admiral Montagu Parque. i. dess Hertzog von York Lustschiff. k. die Englische Floot. l. Insul Wight.»; e: «1. König und Königin Schiff. 2. dess Lord Major und dess gantzen Rath von Londenschiff. 3. Chelsi».*

*Para terminar diremos que em muitas obras históricas se descreve esta aliança real e se refere a sua importância, obras não só portuguesas como estranjeiras, sobretudo inglesas; além do que, pela época do casamento de D. Catarina, várias* Relações *apareceram escritas em idiomas português e castelhano, fazendo ressaltar a vitória diplomática da Corôa lusitana; hoje algumas delas muito raras, cuja nota bibliográfica seria muito oportuno inserir aqui, não no-lo consentindo porém já a extensão dêste artigo.*

*Lisboa-Ajuda, Abril, 1940.*

FREDERICO GAVAZZO PERRY VIDAL




*TORRE DO PAVILHÃO DE OURIVESARIA, NO CENTRO REGIONAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS*

# DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, EM 27 DE SETEMBRO, NA RECEPÇÃO AOS PROFESSORES DE ENSINO PRIMÁRIO, NO PAVILHÃO DE HONRA DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

Meus senhores:

Foi grato ao Ministério da Educação Nacional saber que o Comissariado pensara em organizar a Semana do Professorado Primário na Exposição do Mundo Português. Acolheu a idea com o maior interêsse e logo se prontificou a prestar à sua realização tôda a assistência e tôdas as facilidades que pudesse. Se a lição que aqui se colhe aviva na alma de todos os portugueses que a tomam o amor por Portugal, ao professor primário cabe mais do que a alguém recebê-la. Êle é, com a família, quem primeiro toca a alma da criança, do Portugal de àmanhã. Deve ter as mãos afeiçoadas na rica forja da nossa história para a modelar com «sentido»; deve ter o peito cheio de amor pela vida do nosso génio para a tomar do mesmo amor. Que o amor tem sêde de se comunicar!

Aqui a forja é chama viva que abrasa o peito de amor!

* * *

Eu tenho para mim que, quando se quere dar a impressão viva de um povo ou de uma época, não deve ter-se a preocupação de guardar uma grande fidelidade à verdade histórica. Isto não significa que eu me rebele contra ela: desejo-a, quero-a defendida. Mas é certo que o mesmo facto, visto de planos diversos ou batido de vária luz, pode despertar estados de alma diferentes e aparecer como portador de diferentes sentidos. Por isso é que para dar a alma de um povo pode ser preciso escolher os factos em que ficou impressa, ou os planos de onde hão-de ser vistos, ou a luz que há-de iluminá-los. A lenda é mais impressiva e, muitas vezes, mais expressiva do que o facto rigorosamente histórico. A fantasia desperta freqüentemente uma imagem mais verdadeira da realidade do que a própria realidade.

No «Mundo Português» a história parece lenda, a realidade parece fantasia! Tão grande êle foi — e ainda é — tão grande as «esforçadas gentes» que o construiram.

Não vou vestir-me de romeiro e descrever-vos a romagem que fiz e vós fizestes pelo

«Mundo Português». Não quero esbater com a minha as vossas emoções. Vou só aproveitar uma ou outra lição que da Exposição se tira: aquelas que melhor me parece adaptarem-se ao pensamento da Semana.

* * *

Aqui se marca o espírito ao mesmo tempo nacionalista e universalista da gente portuguesa.

Na época da fundação, cria-se o sentimento forte da nacionalidade. As lutas que então se travam são conduzidas contra o estranjeiro dominador, mas o ardor combativo é animado pelo sentimento religioso dos combatentes. São lutas de religião. Tôda a religião é portadora de uma certa concepção do universo. A religião cristã por que se batiam é portadora de uma que enlaça tôda a Humanidade num só feixe, atribuindo-lhe a mesma origem e o mesmo destino. É uma concepção do universo, e uma concepção universalista. Compreende-se que tenha criado nos portugueses espírito universalista.

Universalista não é o oposto de nacionalista. A luta conduzida contra o mouro era-o também contra o estranjeiro. A luta aproxima os homens; cria-lhes a consciência de grupo ou avigora-lha.

Sofrer das mesmas privações, suportar os mesmos sacrifícios, padecer de iguais ansiedades; participar das mesmas alegrias, ter os mesmos entusiasmos e inebriar-se no mesmo deslumbramento de vitória — tudo isto é criar um património comum a que se quere como à própria vida, porque êle é a expressão, a imagem real da vida. Sem êle a vida não tinha história: era como se não se tivesse vivido. É um património imaterial que só tem interêsse para aqueles que o formaram ou para os que continuem e que, por isso, aspira a projectar-se na terra e nas gerações. E, quando êste património se formou na conquista da terra, não pode separar-se dela; a terra é condição do seu viver.

Fica assim definida a idea do nosso nacionalismo. A Pátria é a «terra patrum». É o património material onde as gerações acumulam um património imaterial que só tem interêsse para as que lhes sucedem e, por isso, aspira ao exclusivismo.

Só tem interêsse para as gerações que lhes sucedem, emquanto constitue a «sua» história; mas a sua história pode exprimir uma forma superior de civilização e, neste caso, o interêsse dela ultrapassa as fronteiras da Pátria para se alargar à Humanidade inteira.

E aqui está como nacionalismo não é o oposto de universalismo.

Há povos que nasceram para portadores de civilização. São os que melhor interpretam, os que melhor exprimem na sua vida a alma da Humanidade; os que levam até junto dos outros a luz clara dos valores eternos e universais, que são a medida divina da bondade, da beleza e do bem.

Portugal pertence ao número dêsses.

«Vós, Portugueses, poucos quanto fortes,
Que o fraco poder vosso não pesais;
Vós, que, à custa de vossas várias mortes,
*A lei da vida Eterna dilatais*»:

Um povo tem tanto mais carácter, tanto mais forte será o seu nacionalismo quanto maiores forem as suas virtualidades de expressão da alma humana, quere dizer, quanto mais viva fôr a sua vocação universalista.

Foi a nossa vocação universalista que, depois da fundação e da conquista, nos lançou no caminho das descobertas. Tivemos e ainda temos um Império; melhor direi: «fomos» e ainda «somos» um Império. Mas, com grande aproximação, podemos dizer que nunca tivemos espírito imperialista.

Os novos mundos que demos ao Mundo tomámo-los como uma «obrigação» e não como centros de exploração. É claro o estremecimento expresso nas *Décadas:* «Afigurava-se-lhes que o reino iria tomar sôbre os ombros, «de sua obrigação», um mundo não pintado, mas verdadeiro, que às vezes o podia fazer acurvar com o gran pêso da terra, do mar, do vento e do ardor do sol que em si continha, e, o que era mais grave e pesado que estes elementos, a variedade de tantas gentes como nêle habitavam».

O nosso nacionalismo não seria o contrário de imperialismo, mas é certo que não era imperialismo.

O contrário de nacionalismo é o internacionalismo. Êste é uma criação da história contemporânea; não foi conhecido dos nossos maiores, dos construtores de Portugal. Ou sobrepõe o indivíduo à pátria, fazendo dêle cidadão do Mundo, sem negar explìcitamente esta, e é individualismo; ou nega a legitimidade de fronteiras económicas, mirrando as pátrias na luta da concorrência, e é imperialismo capitalista ou liberalismo; ou nega explìcitamente a própria idea de pátria, substituindo-lhe a de classe, e é comunismo.

O Estado Novo tem procurado restituir Portugal aos caminhos abertos pela sua tradição histórica e quere continuar nesta senda. É, portanto, contra tôdas as formas de internacionalismo que estão em oposição aberta com aquela tradição. Foi, por isso, com justificado alvorôço que o Ministro da Educação Nacional acarinhou a idea da semana do professorado primário na Exposição do Mundo Português. Aqui se sentem as fontes abundantes do nosso nacionalismo. Quem beber da sua água há-de ser tomado da idea de Portugal eterno e da ânsia de a comunicar. O Estado Novo quere a mocidade formada no ambiente nacionalista respirado pela nossa História. Compreende-se que procure ver possuidos dessa idea os que primeiro começam a afeiçoar a alma da mocidade: os professores primários.

«No ambiente nacionalista respirado pela nossa História», disse.

É portanto contra todos os internacionalismos, ou sejam individualistas ou liberais ou comunistas. Compreender-se-á que tome as maiores precauções relativamente a alguém

que, ocupando o primeiro lugar na formação dos portugueses, se mostre ainda inclinado para qualquer daqueles sistemas.

* * *

Outra grande lição que aqui se toma é a do valor das «élites», sagradas pelo Chefe. Quem escolhe os dirigentes não é a irresponsabilidade anónima da massa; é o tino do Chefe, consciente das responsabilidades que o seu ofício lhe impõe. Dos resultados do sistema pode tomar-se conhecimento à vista de quási tôdas as paredes dos palácios da Exposição. Não quero enumerar. Só se topa com modêlos de lealdade e dedicação ao seu rei, porque o rei era a expressão máxima da Pátria. E logo lhe falavam claro, se lhes pedia conselho, ou o chamavam à consciência do seu ofício, se o viam afastar-se do que acreditavam ser o interêsse da Pátria.

Não havia perigo que os detivesse, acto de valor que os não solicitasse, sacrifícios a que se não dessem de alma alegre, por servir!

E o povo tinha confiança nos condutores que lhe eram dados e servia com a mesma alma, com a mesma dedicação, com o mesmo espírito de sacrifício com que serviam. Se os condutores se excediam, lá estava o rei, ao lado do qual sempre esteve o povo, para defender o povo. E assim se lançaram na conquista e nas descobertas.

«Olhai que ledos vão, por várias vias,
Quais rompentes leões e bravos touros.
Dando os corpos a fomes e vigias,
A ferro, a fogo, a setas e pelouros».

Quero aqui destacar o gôsto de servir, o espírito de sacrifício no servir e de confiança nos dirigentes.

Êste gôsto e êste espírito esbateram-se com o dobar do tempo: esbateram-se muito na parte da população que vivia ou era atraída para os centros urbanos; no resto, sempre se foram mantendo. É preciso reavivá-los. Sem êles esmorece o sentimento de grupo ou de pátria e torna-se impossível o govêrno, a ordem, a disciplina. É a iminência da derrocada. Factos que estão a passar-se no Mundo mostram que é assim. Para os não acordar a derrocada e para esta se não sofrer, é preciso reavivá-los a tempo. Cabe-vos em primeiro lugar, a vós que com os párocos tendes um contacto mais imediato com o povo, empenhar-vos na grande cruzada; a vós, junto de quem aparece primeiro a juventude, formá-la naquele gôsto e naquele espírito. É ainda restituir Portugal aos caminhos abertos pela sua tradição histórica.

Êste é o grande sentido da Exposição do Mundo Português: a sugestão viva do passado para o continuar no presente e no futuro.

O homem que a concebeu mostra-se, só de a conceber assim, o intérprete autêntico mais qualificado da alma portuguesa. Merece a confiança dos portugueses.

Soube escolher os colaboradores que haviam de executar-lhe o pensamento. Não falo agora do revestimento interno dos pavilhões; quero falar da grandeza, da harmonia, da beleza externa do conjunto da Exposição.

Quero colocar-me ali na Praça do Império e deixar andar os olhos e deixar poisar os olhos...

Vejo um nimbo de luz discreta a afagar o Mosteiro dos Jerónimos, a fazer sonhar as pedras... Vejo a grandeza da Praça do Império com a sua teoria de fontes luminosas e o ar senhorial que lhe emprestam os palácios que a cercam e que ela empresta aos palácios, vigorosos nas suas belas linhas arquitectónicas... Vejo o monumento do Infante na sua ânsia de rasgar o mar que lhe beija com doçura o pedestal...

...Vejo... sinto a grandeza de Portugal!

Há muito de novo em Portugal!

O homem que concebeu a Exposição sabia-o e arrojou-se a realizá-la. Há de reconhecer-se que merece a gratidão e a confiança dos portugueses.

No momento de tragédia que o Mundo passa, Portugal vive a placidez das suas festas centenárias. Dir-se-ia que alguma estrêla ilumina as vistas daquele que tem o encargo de nos dirigir, já que só êxitos têm coroado as atitudes tomadas. Os que criticaram as atitudes tiveram de curvar-se diante dos resultados.

Poderão chegar horas de sacrifício. O capital de confiança adquirido ensina a todos que devem ter fé em quem governa e esperar sem impaciências perturbadoras, que a melhor solução chegará.

É neste pensamento e exortando-vos a que trabalheis por o fazer viver que eu levanto o meu copo e bebo — por Portugal e pelo professorado primário.

*TRAZ-OS-MONTES*

*UM ASPECTO DA FEIRA*

# CENTRO REGIONAL

REALIZAÇÃO DO SPN

# EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

*UM GRUPO DE CAMPINOS NO LARGO DA FEIRA*

*CASA DO PAÚL — BEIRA BAIXA*

# ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

Continuamos a publicar as ordens de D. João IV para o Govêrno do Alentejo e fechamos hoje esta secção com um documento curiosíssimo que não sendo uma carta do Rei, tem nas costas escrito pelo seu punho estas palavras:

***
papel muito notavel do q'
a de suseder em portugal
feito no anno de 1647.
a mesma pessoa mo deu.
so para eu ver

Encontrámos êste papel na Biblioteca da Ajuda (Pasta 52-X-4-doc. n.º 2), estando muito estragado e havendo talvez mesmo o risco de se perder de todo pela sua má qualidade. Aqui o arquivamos, salvando assim uma espécie documental digna da maior atenção e dando a conhecer um aspecto curioso da mentalidade e do espírito da época.

## XXV

*«Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.to saudar, como aquelle q̃ amo. Hauendo visto as vossas cartas, em q̃ me propusestes sojeitos para os postos da Camp.a de Infanteria q̃ assiste no Castello de Villa Viçosa, para ajudante de Thenente geral, e Sargentos mores da gente da ordenança das Comarcas de Euora Beja e de Estremos, me pareceo dizeruos q̃ Eu fuy seruido nomear para capitão da comp.a do Castello de Villa Viçosa ao Alferes Luis da Costa Barbosa, e para Ajudante de Then.te g.al a João do Crato Affonsequa e para Sargento mor da Comarca de Euora a Bertholameu Sanches para a de Beja a Simão Perejra da Sylueira, e para Estremos a João Ferreira Peres, todos primeiro nomeados por Vos, de q̃ lhes*

*DENIZ DE MELO E CASTRO, 1.º CONDE DAS GALVEIAS. FOI GOVERNADOR DAS ARMAS NA PROVINCIA DO ALENTEJO EM 1705, COMANDANTE DA CAVALARIA EM MONTES CLAROS, TENDO SERVIDO NO EXÉRCITO DESDE 1640 «COM GRANDE REPUTAÇÃO»*

*tenho mandado passar patentes, e pareceome auisaruolo para q̃ tendoo entendido lhes deixeis exercitar seus postos. Escrita em Saluaterra a 31 de Jan.ro de 1654.*

*Rey* ∴

*Dom Alu.o Abranches de Cam.ra*

*Pedro Cesar de meneses*

*Para o Conde de Soure Mestre de Campo g.al do Ex.to de Alentejo*». (1)

XXVI

«*Conde amigo. Eu El Rey uos enuio m.to saudar como aquelle q̃ amo. Vi a uossa carta de 24 de Dezembro proximo passado, em que representais á falta q̃ faz á administração da justiça não hauer ha m.tos dias Juiz de fora em Oliuença. E porq̃ ao Desembargo do Paço tenho mandado ordenar, faça logo partir este Juiz, me pareceo auizaruolo, para q̃ o tenhais entendido. Escrita em Lx.a 31 de Jan.ro de 1654.*

*Rey* ∴

*Dom Alu.o de Abranches de Cam.ra*

*Pedro Cesar de meneses*

*P.a o Conde de Soure*». (2)

⁂

«*M.to cansado ando por maginar nas cousas q̃ se ão de aconteser neste reino.*

*Alenbrasa de algus sosesos deste Reino*

*Na Era de* 1648 *me veo a notisia q̃ auia de uir hu omen p.a matar a sua mag.de q̃ dẽs gd. E isto das oito p.a as noue o quoal dia não asentei por cuidar não seria asim e outras m.tas mais cousas // Mais na era de simcoenta e hu alcansei q̃ aueria hu tremor na tera q̃ ate as casas aballarião e disto dise a m.ta gente q̃ dara fé.*

*E alcansei do loreto e dos ingresinhos q̃ auião de arder como ende mal sosedera de m.tas mais cousas q̃ não asentei por me pasaren do sentido e desejando de auisar a sua mag.de q̃ dẽs garde destes imsendios e de outros q̃ imde mal q̃ por meus pecados ão de soseder por m.tas cousas q̃ se fosen cõtra noso Sõr e me ponho m.tas veses a maginar diante de nosa se-*

(1) *Biblioteca da Ajuda*. Códice 51-VI-29, fol. 58.

(2) *Biblioteca da Ajuda*. Códice 51-VI-29, fol. 115.

NEQVE ALIENAM TERRAM SVMPSIMVS, NEQVE ALIENA DETINEMVS, SED HEREDITA
IOANNES

*D. JOÃO IV*

*nhora e de san uicente casa aonde se fasen m.tos millagres. E en outra jgreia noua q̃ fis diante de hu Christo. Estou vendo o q̃ esta p.a soseder outros insendios en outras jgreias deste reino. E por isto fis grande orasois e jeium por q̃ seria grande perda de..... Reino, e me parese q̃ dẽs nos quer castigar..... comesar nos seus tenplos p.a nos dar exsenplo..... histo por oie se gouernar m.tas cousas..... por iudeus e inimigos da fee de sua mag.de..... g.de por q̃ quen não e lleal o dis mal o pode ser..... Rei E estamos vendo q̃ a imagen de Christo ..... noso estende o obra so direito sobre per tu..... e nos veo a llibras do duro captiueiro de Castella // e nosa irman llianor Rois da cidade de Evora o declarou asim ao marques de fereira m.tos annos antes // E veio oie m.tos testemunhos falsos. E que m.tos se ten descubridos e m.tos mais se ão de descubrir // veio q̃ se perparão m.tos Reinos inimiguos nosos p.a uirem sobre este Reino de pertugal q̃ dẽs nos garde os quais senpre pretugal uensera e tera grandes uitorias se não ouuer traisois p.a o remedio de não auer treisois he mandar sua mag.de q̃ dẽs g.de tirar grandes rejidensias p.a q̃ aião medo delle como e bem q̃ o temão e mudando algus gouernadores e Cappitais de algus Castellos e gouernos // mais ueio q̃ o enperador prepara grande armada p.a mandar a el Rei de Castella e m.tos jgreios pondose cõtra nos E a Rajnha de suesia se enfadara m.to cõ o q̃ uir de ingallatera // e auera outro tremor na tera como o q̃ foi na era de sincoenta e hu. E m.tas mais cousas q̃ estão por uirse acõteserão..... aduirto que uira hu sabio de alamanha p.a faser pesonha a el Rei de Castella p.a matar a sua mag.de q̃ dẽs nos g.de mandado do en..... rador. E elle e outros en madril farão a .....onha de tres ou coatro callidades huã en po..... outra en carta fichada e outra p.a llansa..... por onde passar sua mag.de q̃ dẽs g.de e a mesma..... omta deren en Castella aos sacratarios..... sua mag.de q̃ dẽs nos g.de ainda q̃ são pou..... sua mag.de. E millagrosam.te pode escapar se não se não cõ ainda de dẽs q̃ o garde e aumente por fellices annos p.a enparo do Reino e cõsidero os jregios q̃ se Ão de fazer as cruses e crusificios e serão asoutados dos iudeus e de outros inimigos e el Rei de Castela ordenara de mandar a pesonha q̃ os sabios fiserem a lisboa por hu omen pertuges se o achar q̃ a queira traser q̃ ende mal q̃ não falta quen por dadeuas e promesas queira faser mal e por esa via pode andar m.to tpo en llisboa sen ningen o saber estimara estar en parte donde pudera remediar jso ou auisar a sua mag.de q̃ dẽs g.de q̃ se fora resgardando porq̃ asin cõuen a sua mag.de aos ditos sacratarios por q̃ ten m.tos enimigos // m.tas veses tiue huãs uisois de sonhos q̃ estaua falando cõ sua mag.de dandolhe cõta destas e outras m.tas cousas e Estaua m.to allegre cõ iso e acordando me olhaua diante de noso Sõr e do martere san vicente e antão cõ huã cõfusão q̃..... era p.a fallar a sua mag.de e q̃ não tinha meresimentos p.a iso mais hu monarqua lusitano en captiueiro..... de hu Rei*

*cruel tirano q̃ seus Reinos per..... cõ pesonha o matara parese entender..... llo Sõr don duarte e o mesmo termina dar a sua..... q̃ dẽs g.de mas nunqua dẽs o aiudara men..... Reino ben sera..... nenhu ficara e pe..... gal senper tera uitorias não auendo tre..... suposto q̃..... Barcellona se não for por trejsão nunqua mais a uensera q̃ toda a sua fortuna en Catalluna se comesou e nunqua mais se acabara/por q̃ se perparão cõtra ele grandes armadas//e na jlha de santa illena farão os inimigos nosos huã fortalesa cõ que nos acabarão mais depresa as nosas careiras da nosas tera q̃ estão fora do reino e mormente a india e outras ilhas e tanben nas berllengas farão o mesmo e sera grande cõbate p.a a bara de lx.a e algus ilhas de pertugal sogeitas ão de ser m.to cõbatidas de inimigos e dẽs nos queira gardar e queira ele q̃ nos não tome alguã prasa de alguã dellas por q̃ a m.ta forsa o pode faser e o brasil q̃ A de ser m.to mais cõbatido dos inimigos e mais a imdia e mande Dẽs q̃ não tomen alguãs prasas suas por q̃ ueio q̃ se uai acabando por m.tas cousas q̃ não digo por seren m.tas e tanben ben en pertugal el Rei noso Sõr estar ennosentemente e acõteserlhe m.tas cousas as quoais são m.tas e m.tas // dos meus grandes pecados e dẽs nos acuda pela sua misiricordia e tãoben sua mag.de ueio q̃ falla cõ m.tos seus inimigos q̃ se fasen m.to seus amigos e ão lhe de armar grandes treisois e q̃ millagrosamente pode escapar se dẽs o não gardar como cõfio eu nele q̃ q̃ senpre o fauoresera cõ a sua misiricordia mas ueio q̃ todos os dias o estão enganando a sua mag.de q̃ dẽs g.de porq̃ ten m.tos o corasão en Castella e mais algus q̃ sua mag.de não cuida q̃ queren por este Reino en pouquo creto e por iso dẽs nos queira acudir e aiudar por q̃ quen ten a dẽs não a mister mais nada mas veio pertugal abrasado cõ m.tos pecados porque dẽs ia soberteo m.tas cidades e asim estemos nos arisquados a nos acõteser por q̃ dẽs espera hu ano e espera outro e outros e no cabo se não..... ren enmendar uen cõ o castigo por i..... to mas quen ten mas uisios não nos quer..... xare disen la p.a o justo pello pecador..... e nalguãs prasas deste Reino terão alg..... dadose gente da tera o on aconteser m.to gran..... aballos e não conheserão hus aos outros e..... ou sera o m.to sange ou por o fumo..... poluora ou algus..... na dita tera // e garde dẽs a Casa Real q̃ não aya alguãs desauensas entre pais e filhos de Coroa e setro, E não sera huã ues só E nisto não me alargo mais e histo queira dẽs não seia mais.* E ueio mais q̃ faltara huã pesoa da Casa Real. *E veio mais q̃ se sua altesa q̃ dẽs g.de não sei se tera algu dia desauensa cõ algus dos enfãtes. E ueio q̃ algus tpo q̃ uen pesuir o Reino de ser senhor de alguãs teras q̃ nunqua forão sogeitas ao reino e ueio mais q̃ huã ilha q̃ se chama a ilha encuberta a irse meter debaixo do poder deste Reino ou os nosos millagrosamente ir lla dar alguã nao cõ que eles mesmos se uenhão ofereser como llealis uasallos debaixo do Rei q̃ entan gouernar q̃ sera senhor de m.tas teras e isto sera en tpo q̃*

*pertugal esteia mais descujdado asim como o estaua cando se aleuantou cõ este Rei q̃ Dẽs nos garde dom joão o quarto pesuidor e.....rdeiro dos mesmos Reinos // mais chegara pertugal quando estiueren mor apertamento de m.tos enimigos por tera ou por mar ou entredouro e miho ou no ..... jlha como atras fiqua dito se quererão. Alauantar algus grade cõ Algus os destas teras q̃ atras fiqua dito. E se corera cõ cartas não m.to tpo antes q̃ se alauante e o inimigo lhe botara m.tas gente de m.tas nasois entera p.a o aiudarem A defender não aponto no brasil nem na jnda porq.to os ueio m.to enfadados de tantos tiranos como são os q̃ deste reino uão p.a lla e tanto biso reis como gouernadores nas ditas tera e nas mais q̃ são sogeitas ao reino m.to pudera escreuer nesta materia mas não me alargo mais quero tratar de fransa q̃ o mesmo se fara lla e se alevantara hu grande cõ parte do Reino e tanben cartiado cõ Castella e ainda de m.tos enimigos del Rei de fransa e isto ..... meiro a de soseder q̃ o de pertugal pasa ..... o prinsipe grandes desgostos e traualhos ..... trase uen cõ tantas treisois daquelles q̃ ..... seus parentes e mais amigos e este g..... de q̃ se alauantar en fransa tudo sera por uia de ..... de Castella o..... cõpos cõ toda ..... nos q̃ ele pud.....ra de sincoen... Ate os sete ja estára quebrado cõ algus e o mesmo principe de fransa se não tornara restaurar a parte do Reino q̃ se alauantara como ia tenho dito se o não restaura no mesmo anno q̃ se allauantar não sei quando se tornara a iuntar por q.to algus ulandeses e imgreses serão en ainda do q̃ se allauantar e se unirão cõ Castella cõtra o primsipe e se se allauata esta parte de fransa como atras fiqua dito pode sera o prinsepe grandes apertos vendo o pouo que tres Reis Cristaos q̃ a e os mais uesinhos q̃ a outros en toda a monarquja q̃ todos andão cõ geras e q̃ hu so delles os desenquieta a todos sen ter resão nenhuã q̃ se anda metendo cõ os enimigos q̃ são cõtra a fe catolliqua que se uai pondo cõtra deus noso Sõr e cõtra ..... que elle manda/m.to mais pudera escreuer mas não me quero allargar por iso estimara ..... tar en parte q̃ auisara a sua mag.de q̃ pusese cobro ..... seu Reino e mesmo pudera mandar diser ... ..... fransa p.a q̃ dẽs acudira ao pouo e ueio q̃ ..... morerão m.tos grandes e pesoas de pretimo de ..... morte e algus de pesonha e desponha os ..... en perturgal toda a misiricordia.....*

* * *

*papel muito notauel do q̃/*
*a de suseder em portugal/*
*feito no anno de 1648./*
*a mesma pessoa mo deu/*
*so para eu uer.»* (1)

---

(1) *Biblioteca da Ajuda*. Pasta 52-X-4, n.º 2.

# REFLEXOS DA RESTAURAÇÃO NA VILA DE TÔRRES VEDRAS

No dia primeiro de Dezembro do ano do Senhor de 1640, «alegre como favorecedor da nossa liberdade», ecoara em Lisboa o grito da Revolução.

E atrás de Lisboa foi todo o País. Em escassas três semanas Portugal inteiro quebrava as cadeias da odiosa servidão e proclamava a sua lealdade ao rei Legítimo, como se em seus altos desígnios Deus determinara «que o mesmo golpe que cortou a vida de Miguel de Vasconcelos quebrasse a amizade e desunisse os interêsses que ainda na véspera ligavam portugueses e castelhanos».

No dia 6 desembarcava no Tejo, na Casa da Índia, ao cabo de longa caminhada desde o seu paço de Vila-Viçosa, o 8.º duque de Bragança, D. João, segundo do nome, que o consenso unânime da Nação exaltara ao Trono de seus maiores, ainda antes da sua coroação, e que iria revelar-se habilíssimo pilôto da nau do Estado em tão tormentosa viagem.

Logo após se expediram avisos a tôdas as cidades e vilas do Reino para que procedessem à aclamação do seu Rei e Senhor natural.

E assim aconteceu em todos os lugares do Mundo, onde viviam e moirejavam portugueses, com aquela obediência e confiança que fazia dizer ao autor do *Portugal Restaurado* que «foram sempre os Reis de Portugal igualmente senhores e pais de seus vassalos».

* * *

A aclamação de El-Rei D. João IV na histórica e vetusta vila de Tôrres-Vedras revestiu-se, além do mais, de certa importância de ordem moral, pois, o seu alcaide-mor, D. João Soares de Alarcão, não obstante ser português de nascimento e até natural desta vila, era bem conhecido pelo seu extreme castelhanismo, sendo dedicado parcial de Filipe IV, que mais tarde o fez marquez de Turcifal.

É curioso notar que o avô dêste alcaide, D. Martim Soares de Alarcão e Melo, recusou por duas vezes entregar ao Prior do Crato o castelo de Tôrres-Vedras, que então governava, sendo a última no ano de 589, quando o infortunado pretensor, tendo desembarcado em Peniche com o auxílio dos ingleses, tão encarecido se dirigiu a Lisboa, cujos bairros extremos alcançou, abalando logo, após breves escaramuças, para Cascais, onde embarcou mais a tropa inglesa. Esta acção valeu-lhe ser amerceado por Filipe II com o título de conde de Tôrres-Vedras, para si e seus sucessores o qual, bem como o de marquês de

Turcifal dado a seu neto D. João Soares, como já dissemos, nunca foram reconhecidos em Portugal. Por êste facto apelidou D. António a histórica vila de *Tôrres Traidoras*, lançando-lhe com êste *desabafo retórico* — como disse Camilo — todo o seu desprêzo.

Porém, não deve levar-se o caso à conta de menos fervor patriótico dos torreanos, antes ao pêso da guarnição castelhana, reforçada com quatro companhias mais, chegadas de Castela, como refere o cronista Herrera e, ainda, à miséria moral em que tôda a nação se debatia, incapaz de uma reacção tendente a recuperar o equilíbrio das suas fôrças vitais.

Os Soares de Alarcão descendem do fidalgo castelhano D. João de Alarcão, que veio para Portugal em 1500, com sua mãi a camareira-mor da raínha D. Maria e casou com a filha herdeira de Gomes Soares de Albergaria e Melo, reposteiro-mor dos Srs. Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel e alcaide-mor de Tôrres-Vedras; chamava-se essa senhora D. Margarida Soares de Castro.

E assim entrou na família Soares de Alarcão a alcaidaria-mor que na mesma se conservou até ao famigerado marquês de Turcifal.

Vê-se que o sangue espanhol resistiu às influências lusitanas...

A notícia da gloriosa Revolução do 1.º de Dezembro devia ter chegado ràpidamente a Tôrres-Vedras, onde então a guarnição castelhana era quási nula; esta circunstância e a franca hostilidade dos principais fidalgos da vila e têrmo, cujos moradores ansiavam por sacudir o jugo estranjeiro e anos atrás já se haviam manifestado contra a exageração dos tributos, levaram o renegado alcaide-mor a fugir para a Espanha, onde com bom agasalhado recebeu o prémio da sua traição.

A aclamação de El-Rei D. João IV na antiga e rica vila estremenha, onde teve assento o célebre conselho do fundador da dinastia de Aviz, que decidiu da conquista de Ceuta, princípio da nossa expansão no Mundo, não foi, pois, um facto vulgar sem significado moral.

* * *

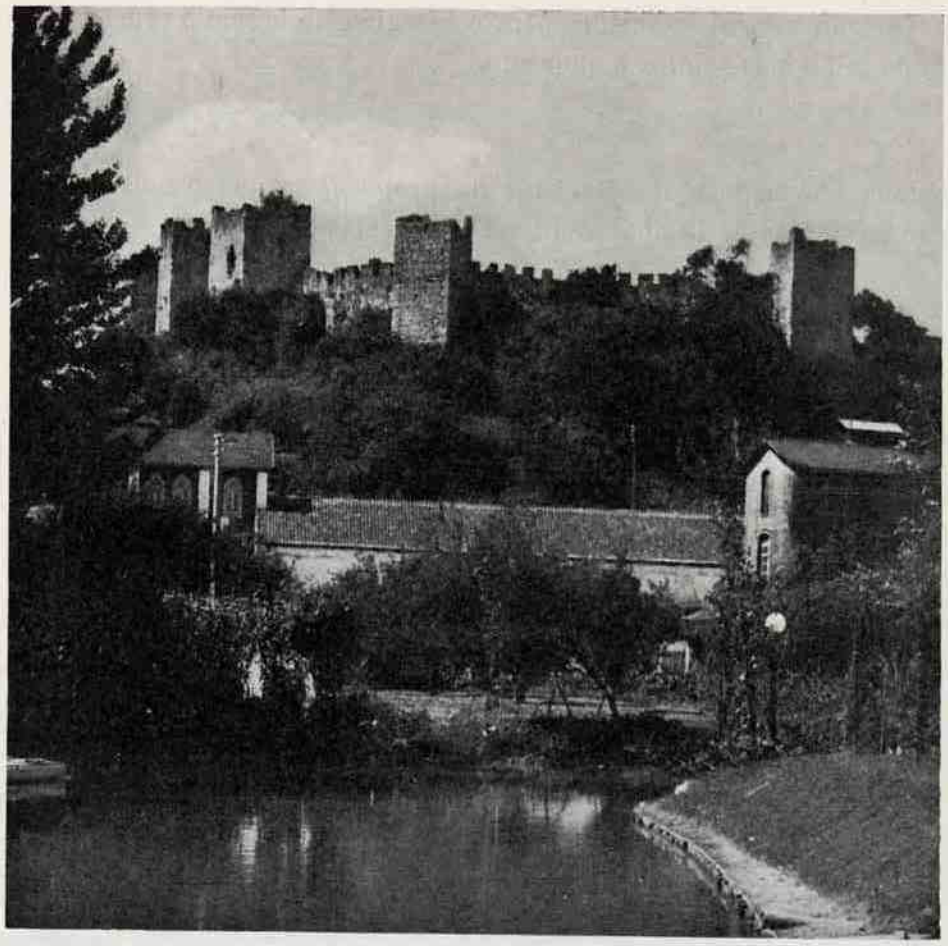
A êste notável acontecimento local, se referem os documentos que damos a seguir *in extenso*, por cópia paleográfica do livro dos Registos da Câmara Municipal, n.º 5, a fôlhas 51 verso e 52.

Trata-se de uma carta inédita de El-Rei D. João IV, datada de 10 de Dezembro de 1640, comunicando ao juiz, vereadores e procurador do concelho, ter sido *chamado* e *levantado* por Rei e Senhor natural e ordenando se proceda à sua aclamação na referida vila.

O outro documento é a *reportagem*, digamos assim, da cerimónia local da aclamação, feita pelo escrivão da Câmara Francisco Botelho Machado, em pitoresca linguagem e intrincada caligrafia.

É notável a maneira como o povo foi convocado para esta solenidade: «mandaraõ

uir os Juises das uintenas deste termo com hũa pessoa de cada casa da gente do ditto termo ..».



*CASTELO DE TORRES VEDRAS*

I

*TRESLADO DA CARTA DEL REY DOM JOAÕ O QUARTO A PRIMEIRA Q̃ ESCREUEO A CAMARA DESTA VILLA*

Juis uereadores e procurador da Camara da Villa de torres uedras eu el Rey uos enuio m^to saudar; ja hauereis emtemdido a merce q̃ approuue a Deos nosso sñor de me fazer na Restituisam da coroa destes meus Reinos e posto q̃ de ttodos os uasalos e naturais deles e particularmente os moradores dessa uilla tenho por serto q̃ em Conformidade do que esta sidade de lisboa comesou me auereis chamado e leuantado por uosso Rey e

senhor natural se por uentura se tiuer dilatado esta solenidade uos emcomendo e mando q̃ logo o fasais na forma custumada estando sertos q̃ todos meus deseios e ausois se amde encaminhar sempre a vos defender e gouernar com justiça e amor de pay sem perdoar a trabalho ou periguo algũ q̃ conuenha pera comsegir este imtemto escrita em lisboa a des de desembro de mil e seis semtos e quorenta.

Rey

frco botelho machado a fes Registar da propia q̃ se meteo no cofre do cartorio da camara em tores uedras de 18 de dezembro de mil seis sentos e corenta anos.

frco Botelho machado

II

E pera se dar comprimento a ditta cartta na forma q̃ sua mgde manda na carta asima se ordenou nesta villa q̃ em dozoito deste mes de desembro de 1640 se fisece hũa prosiçaõ em a qual se aiuntou o crero desta villa e a nobreza della a q̃ o juis e uereadores madaraõ uir os Juises das uintenas deste termo e asim iunto todo o ditto pouo em a igreia de nosa snora do castello e adro della sendo ahi tambem hũa companhia de arcabuzeiros da ordenamsa desta villa em q̃ foy por capittaõ bertolameu anriques e Joaõ machado por alferes com a bamdeira na maõ chegou a porta prinsipal da dita igreia aomde estauaõ iuntos os uereadores frencisco do rego goriaõ uereador mais uelho q̃ seruia de juis pella ordenasaõ Belchior homem de carualhossa Bertolameu bareiros baracho e frco Botelho machado escriuaõ da camara semdo tambem presente o doutor Miguel pinheiro de brito corregedor desta comarca o ditto Juis tomou a ditta bamdeira da maõ do alferes e a vista do ditto pouo se apelidou a elRey Dom Joaõ o quarto o ditto Juis que disse as palauras seguimtes

Nobres e caualeiros desta villa de torres uedras e omrado pouo della sabei que temos Rey portuges por merce de Deos chamado Dom Joaõ o quarto deste nome aclamaiio todos comiguo por uosso Rey e senhor dizendo

Viua, Viua, Viua

Nobres e caualeiros e omRado pouo desta Villa de ttores uedras Prometeis de defemder esta bamdeira del Rey dom Joaõ o quarto com uosas pessoas e as de uosos filhos e com uosas fasemdas, Prometemos.

Real Real por el Rey de portugal Dom Joaõ o quarto

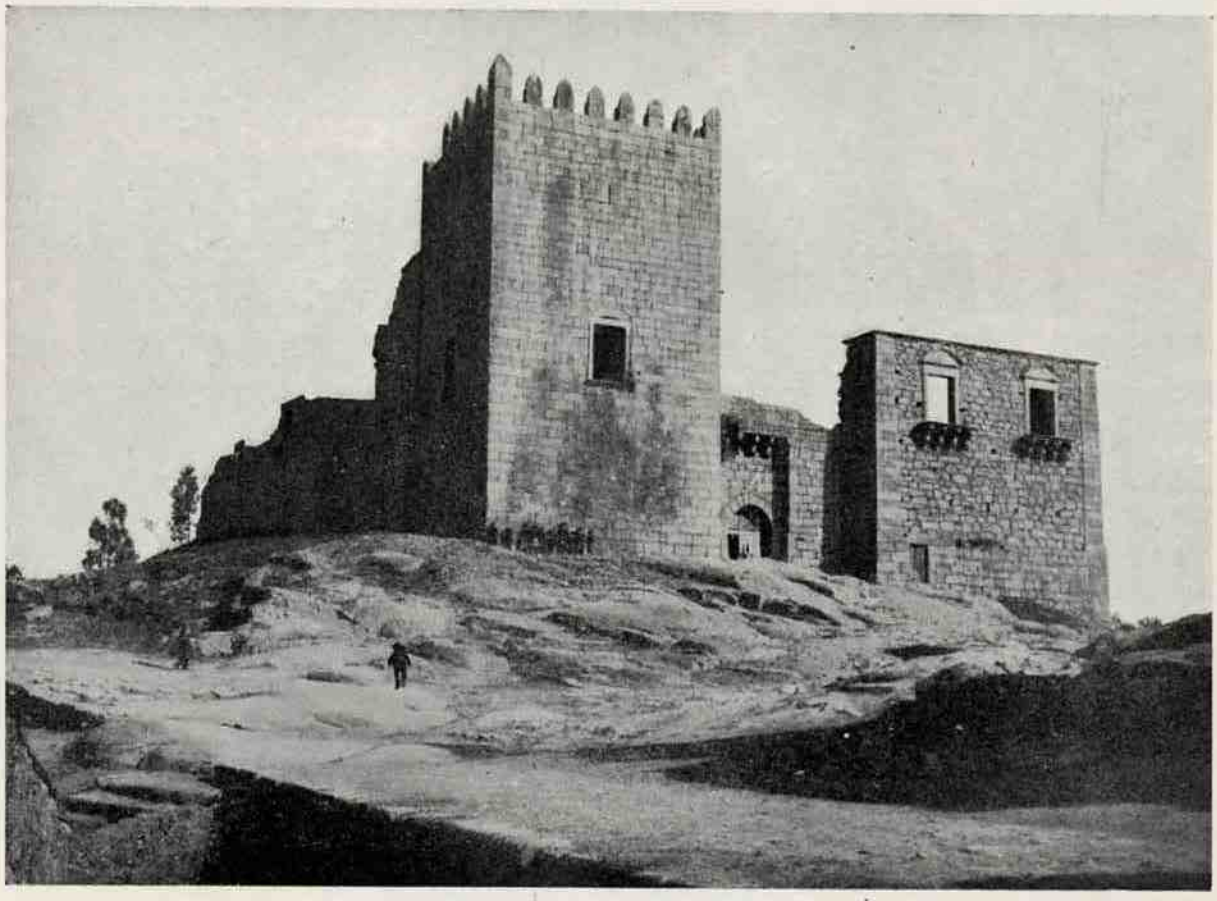
e todos diraõ o mesmo e semdo asim aclamado o ditto Rey e senhor de todo o pouo q̃ presente estaua en uos alta sahio da ditta igreiia hũa solene prosiçaõ cõ os folgares q̃ a tera deu de sim e acabouse a ditta prosiçaõ em mosteiro de nosa snora da grasa desta villa aonde se dise misa camtada e pregaçaõ.

ROGÉRIO DE FIGUEIROA RÊGO

# CASTELOS DE PORTUGAL

## BELMONTE—SORTELHA

Todos os verdadeiros patriotas se devem regozijar com a obra de acentuado patrio-



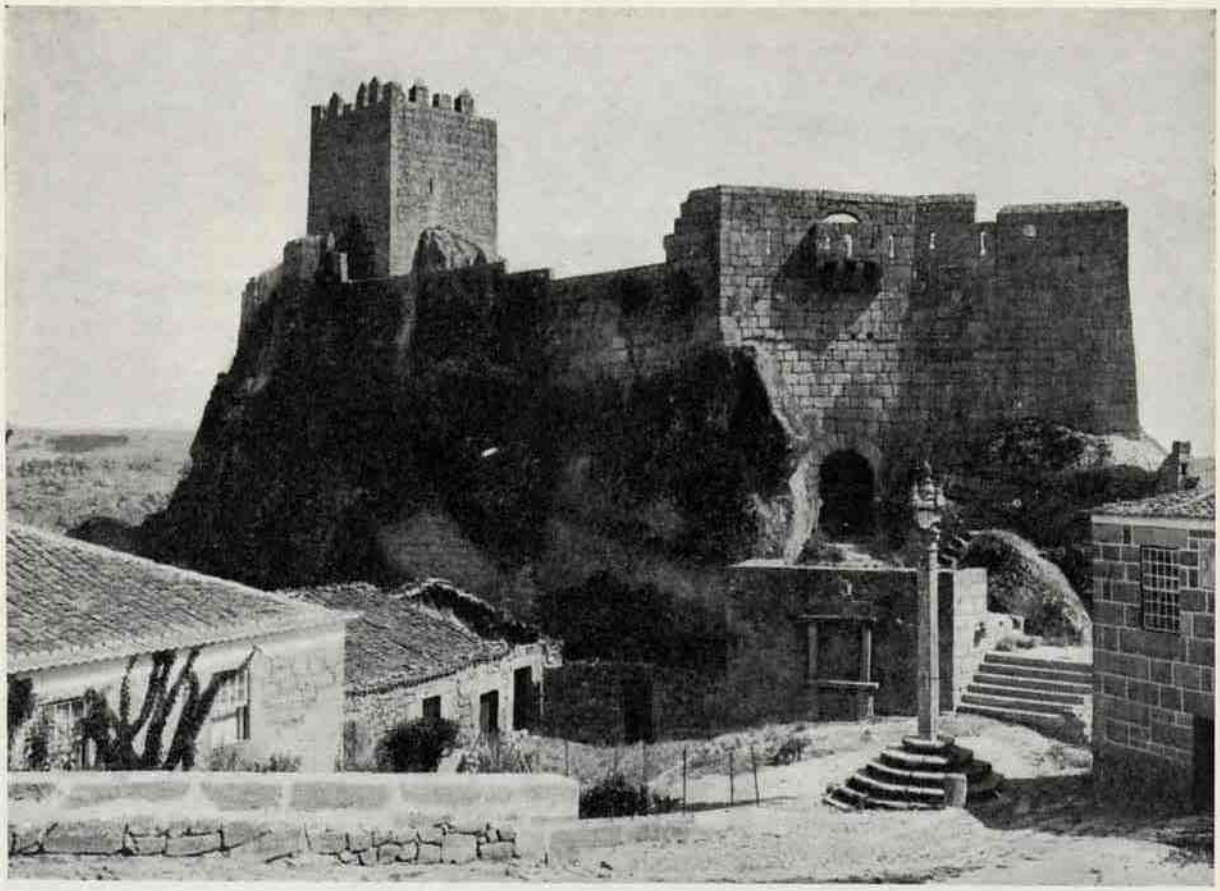
*CASTELO DE BELMONTE*

tismo que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais está realizando, por todo o país, em prol dos castelos de Portugal.

Pena é que essa obra se não possa estender a todos os castelos, que merecem ser conservados, a-fim-de evitar que a acção do tempo e dos homens deite por terra, impiedosamente, tão veneráveis muralhas e tôrres que conseguiram resistir e manter-se até aos nossos dias.

Felizmente que estas duas antiqüíssimas fortalezas de que ligeiramente nos ocupamos, neste artigo, foram das subsidiadas ultimamente, e na verdade bem merecido foi êsse auxílio que permitirá algumas pequenas obras de restauro que bastante contribuirão para o seu embelezamento e conservação.

Qualquer destas fortalezas vem mencionada na interessante lista das fortalezas e cas-



*CASTELO DE SORTELHA*

telos que consta do «auto» das cidades e vyllas e concelhos q̃ ha na comarq̃ da b.ra, feito na cidade da Guarda a 30 de Agosto de 1513, e já citado nos nossos anteriores artigos.

Atribui-se a edificação dêste castelo a D. Diniz.

Era um elegante e sólido monumento de arquitectura militar medieval, que pela sua situação devia ter mantido certa actividade guerreira.

Foi senhor dêste castelo Fernão Cabral, conhecido pelo Gigante da Beira e descendente do grande descobridor do Brasil Pedro Alvares Cabral. Junto do castelo havia um

magnífico solar, hoje em ruínas, que pertencia aos senhores de Belmonte, casa que gozou de muitos previlégios e prerogativas, de que foi privado em 1640, por se colocar ao lado de Castela.

Diz Pinho Leal, que no castelo se conservava uma maça de ferro, usada pelo tal gigante, e que pesava mais de uma arroba.

Do castelo ainda existem alguns panos de muralhas, a tôrre de menagem e outras ruínas sôbre as quais devem recair as obras de restauro que nele se pretendem fazer.

Perto de Belmonte, a uns 1.500 m. ao N., estão as ruínas da tôrre de Centum Celtas, também conhecida pela tôrre de S. Cornélio.

* * *

Sortelha é povoação antiqüíssima que teve foral dado por D. Sancho II.

Mas a D. Sancho I se atribue a sua fundação e a edificação do seu forte castelo, que com outros se foram levantando e que deviam fazer frente à linha das fortalezas de Leão, construidas por Afonso IX, nos territórios que se estendiam pelas margens do Côa.

Sortelha, situada sôbre uma elevação penhascosa, era cercada de robustas muralhas, sendo considerada como uma forte e importante posição.

Foram seus alcaides mores os barões de Quintela, depois condes de Farrobo.

No reinado de D. Manuel I foi alcaide mor e senhor de Sortelha Manuel Sardinha, sucedendo-lhe Pedro Zuzarte e a êste seu filho Garcia Zuzarte, que, autorizado por D. João III, vendeu êste senhorio em 1532 a D. Luiz da Silveira, mais tarde conde da Sortelha.

JORGE LARCHER

INSCRIÇÃO NA PAREDE DA DIREITA DA CAPELA DA SÉ

# REVISTA DA IMPRENSA

## IMPRENSA PORTUGUESA

*A-propósito das comemorações do sexto centenário da batalha do Salado, integradas nas celebrações nacionais dêste* ano aureo, *publicou o* Diário da Manhã de *30 do corrente um excelente artigo de João Ameal, intitulado* A Cruzada do Salado, *que gostosamente arquivamos nas páginas desta Revista.*

A batalha do Salado — de que hoje se celebra, com justa e expressiva solenidade, o sexto centenário — é, na verdade, uma das mais gloriosas datas da nossa História medieval, cristã e guerreira. Da nossa História — e da História da Península, que nessa grande hora formou bloco uno e íntegro frente ao invasor mauritano Nada mais oportuno e justo do que festejá-la agora, neste lance difícil da vida do Mundo, e convidar para a festa os representantes da Espanha amiga — hoje, como então, alinhada na mesma frente espiritual contra todo o inimigo dos ideais peninsulares.

Recordemos, sumàriamente, os factos. Na terceira década do século XIV, em tôrno de certas queixas da Princesa D. Maria, filha do Rei de Portugal, contra seu marido Afonso XI de Castela e, também, da vinda de D. Constança Manuel, espôsa prometida do nosso Principe herdeiro D. Pedro — houve desavença e guerra entre os dois Soberanos vizinhos. Mas essas questões, que duplamente se podem chamar «de família», esmoreceram e anularam-se, de súbito, perante a grande ameaça que se adensava no Sul. Enfurecido pela morte do filho, Abu-Melich, ás mãos dos cavaleiros de Fernão Peres Ponce, fronteiro espanhol de Vila de Arcos e movido de-certo pelo intuito de recobrar para o domínio árabe larga parte das terras hispânicas — Abul Hassan, Rei de Marrocos, preparava uma expedição de vulto. Desbaratada a armada castelhana do almirante Tenório, tornou-se-lhe fácil a passagem do Estreito. De Sevilha, esquecida das suas queixas conjugais, a Raínha Maria escreveu a pedir o auxílio paterno, em nome da solidariedade peninsular. Recebeu favorável resposta e, de facto, uma esquadra comandada por Manuel Peçanha dirigiu-se aos portos da Andaluzia. Entretanto, a avalanche passou da Africa para as costas da Espanha durante cinco meses. E, associados, os Reis de Marrocos e de Granada surgiram frente a Tarifa — seu primeiro objectivo.

Era o espectro da invasão sarracena, que reaparecia com tôda a sua fôrça. Compreenderam os portugueses estar a sua causa intimamente ligada à de Afonso XI e ser necessário opor muralha sem fendas à investida. Afonso IV organizou as suas fôrças com a máxima brevidade. Reuniu-se depois ao genro em Sevilha. Já não havia vestígios das desinteligências passadas. O espírito de Cruzada animava de novo os sucessores de Pelágio.

Junto ao rio Salado — a 30 de Outubro de 1340 — defrontaram-se os dois grandes exércitos. Ficara combinado que aos de Castela competiria o ataque a Abul-Hassan e aos nossos o ataque às tropas granadinas. Abria-se uma clara manhã. Ambos os Monarcas e os seus cavaleiros, possuídos do maior fervor, convictos da gravidade do momento, confessaram-se e comungaram. «Não houve em algum Christão olhos tão duros, que cõ lagrimas de esforço non testemunhasse desejar de morrer por serviço de Deus & salvando a Alma atalhar a perdiçam de Espanha que ante si viam» — descreve Rui de Pina. Dirigiram os chefes alocuções aos combatentes, repassadas de fé e de confiança. Depois, todos arremeteram; levavam, á frente das hostes, como protecção decisiva, a relíquia do Santo Lenho.

Foi duríssimo o embate — tanto, de um lado e do outro, se tomara consciência da sua importância. Portugueses e castelhanos passaram impetuosamente o rio, esmagaram a furiosa resistência inimiga. Enquanto Afonso XI, em perigo numa face culminante da refrega, era salvo pelos seus homens — o nosso Afonso IV, adiante de todos, mais bravo que nenhum, cobria-se de glória, afirmava-se factor primordial do triunfo. Simultâneamente, a guarnição heróica de Tarifa operou inesperada surtida. Colhidos de vários lados, incapazes de suster o impulso, os moiros debandaram em confusão. Sôbre as massas fugitivas fizeram os cristãos enorme carnificina. Dela conseguiu escapar o Rei de Granada, perseguido até Marbella; Abul Hassan embarcou em Algeciras e atingiu Ceuta. As perdas do infiel somavam-se por milhares. Pelo que consta dos relatos árabes, a sua expedição, que havia efectuado a travessia em cinco meses, à razão de sessenta galeras diárias, regressou, desfeita, em duas semanas, à razão de doze galeras por dia. Números eloquentes, que dão bem idea da imensidade da hecatombe.

Do largo espólio colhido no acampamento dos vencidos, apenas Afonso IV tomou ínfima parte: alguns prisioneiros de marca, espadas cravejadas de brilhantes e uma ou outra jóia para lembrança do feito. Quanto a moedas, nenhuma. O nosso Rei fôra ali movido por altas razões de proselitismo e desinterêsse. Como única recompensa queria a de se honrar ante a posteridade, a de saber que colaborara na salvação da Península — onde a última grande ofensiva muçulmana acabava de sofrer irreparável derrota.

«Podemos ver, nesta batalha, o ponto culminante de evolução da idea da cruzada contra os moiros, pelo menos no que diz respeito a Portugal». Eis a sentença do categorizado erudito alemão Carl Erdmann no recentíssimo estudo «*A idea de Cruzada em Portugal*», a propósito da jornada magnífica do Salado. De facto, nessa manhã de 30 de Outubro, mais ainda do que nas Navas de Tolosa, a Cruzada empolgou os aliados peninsulares. Afonso XI de Castela e Afonso IV de Portugal testemunharam o primado dos valores transcendentes contra a vaga islamita e a sua vitória, obtida pela união diante do invasor, foi a vitória do Ocidente, ao *serviço de Deus.*

Correram seiscentos anos. São os mesmos princípios que nos orientam, as crenças que nos dominam, a causa que nos une, frente ás adversidades e aos perigos. Que nesta celebração da Cruzada do Salado a amizade firme de Portugal e Espanha se cimente com maior ardor ainda; e que a Península continue a apresentar ao Mundo o luminoso exemplo de duas grandes Nações ligadas pelo culto da ordem, da paz, do afecto mútuo — e dos altos ideais de há seis séculos!

TO
FEV. 1941

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 23 — 30 de Novembro de 1940 — ANO II

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*A RESTAURAÇÃO E O TEATRO — Notas para um estudo — Dr Jorge de Faria* . . . . . 1

*A AVENTURA MARÍTIMA DE PORTUGAL NO FOLCLORE DO BRASIL — Dr. Gustavo Barroso* . . . . . 7

*DISCURSO DO MINISTRO DAS COLÓNIAS NA SESSÃO INAUGURAL DO CONGRESSO COLONIAL REALIZADA NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA, EM LISBOA, NA NOITE DE 11 DE NOVEMBRO* . . . . . 13

*PALAVRAS DE MONS. DR. PEREIRA DOS REIS NA CERIMÓNIA DA EVOCAÇÃO DA FIGURA DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA, REALIZADA NA IGREJA DE S. ROQUE DE LISBOA, EM 17 DE NOVEMBRO* . . . . 20

*SESSÃO SOLENE INAUGURAL DO CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, REALIZADA NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, NA NOITE DE 18 DE NOVEMBRO* . . . . . 27

*ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão* . . . . . 33

*CASTELOS DE PORTUGAL — MÉRTOLA E SERPA — Cap. Jorge Larcher* . . . . . 41

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 45

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50


A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais:

| | |
|---|---|
| A fogo . . . . . | 25$00 |
| A ouro . . . . . | 30$00 |
| (Empaste) . . . . . | 5$00 |

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8 / Lisboa

TELEFONE 2 2886

# A RESTAURAÇÃO E O TEATRO

## (NOTAS PARA UM ESTUDO)

*O tema que mais tem sido tratado no teatro, salvante o dos amores trágicos de Pedro e Inez é, com certeza, o da Restauração*

*Logo em 1645 Manuel de Araujo e Castro publicava em Lisboa a raríssima* comedia famosa *«La mayor hazaña de Portugal».*

*No mesmo ano o penichense Pedro Salgado, soldado das campanhas do Alentejo editava também em Lisboa outra campanuda peça com êste estirado título: «Dialogo gracioso dividido em três actos que contem a entrada que o marquês de Terracuça (aliás Terracosa) general de Castela fez na campanha da cidade de Elvas, tratando de a conquistar e o forte chamado Santa Luzia junto à dita cidade e retirada que fez de Badajoz com perda de muita gente e sua reputação».*

*Esta comédia que melhor se catalogaria de relação dialogada dos fastos heróicos dos portugueses no sítio de Elvas tem a curiosidade, à maneira de certos autos vicentinos, de os personagens debitarem os seus arrazoados na língua nativa.*

*Como quer que seja é mais um documento para a história da Restauração do que para a história do teatro.*

*Dezanove anos depois publicava, provávelmente em Lisboa, uma outra do mesmo quilate da primeira: «A mayor gloria de Portugal e afronta mayor de Castela».*

*Tem êste subtitulo elucidativo: «comedia politica e que contem a verdade de tudo o que sucedeu na campanha do Alentejo no ano de 1663 e a gloriosa restauração da cidade de Elvas».*

*Ambas existiam na opulenta livraria de Fernandes Tomaz, infelizmente dispersa. Da primeira há também, pelo menos, um exemplar na biblioteca da Academia das Ciências.*

*Entre estas duas, surge em 1649 outra «comedia famosa» do gaiense Manuel de Almeida Pinto rotulada de «La feliz restauracion de Portugal y muerte del secretario Miguel de Vasconcelos».*

*O seiscentista Cristovam Ferreira deixou manuscrita e reputada perdida uma outra também em verso e em estilo espanhol: «Aclamacion del rei D. João IV».*

*Pela mesma época publicava também Pereira Bracamonte o seu «Banquete que hizo Apollo a los embajadores del Rey de Portugal Don Juan IV».*

*Não sei de qualquer outra peça sobre o assunto senão mais dum século volvido.*

*É a tragédia francesa do «Baron des «Marguerittes» (pseudónimo que não consegui desvelar) editada em Amsterdão em 1775 e intitulada «La révolution de Portugal».*

*Precede-a um prólogo-dedicatória a D. José largamente encomiastico.*

*São cinco actos em alexandrinos quási sempre correctos, mas, a relanços, monotonos.*

*É, no entanto, a primeira peça regular sôbre o tema restauracionista, muito à maneira arcádica e inçada de deslizes históricos e atropelos de patronímicos.*

*Além dos duques de Bragança, do inevitável Miguel de Vasconcelos e do seu confidente* Palleya, *há uma «Junie», pretensa filha do traidor e em redor da qual se tece a teia amorosa não raro entrelaçada com a conspiratória, Pinto Ribeiro, fulcro da revolução, além dos conjurados* Norogna, Salsaigne, Sousa, Melo *e* Menezes.

*Aparecem ainda* Dalmeida, *pelo povo,* Mendoze *pela nobreza e* Dalmada, *filho de* Dona Dalmada *«veuve d'un grand seigneur».*

*A maior singularidade, porém, da tragédia é Miguel de Vasconcelos morrer às mãos de* Dona Dalmada *à conta da sangüinária perseguição feita a seu marido, o tal grande senhor. Por seu lado* Dalmada *que a mãi chegou a acoimar de traidor por causa dos seus amores com Junie, morre gloriosamente:*

«Percé de mille coups, mais tout convert de gloire
Ce heros expirant assure la victoire».

*E a peça termina com uma longa fala do rei ordenando a* Melo *que parta imediatamente para Londres:*

«...Mello voguant vers la Tamise
De Charles recevra la foi qu'il m'a promise»

Salsaigne, *êsse vôa «aux rempars de Paris»:*

«Qu'un traité solemnel m'engage avec Louis».

*Por fim o* Menezes *vai tomar conta dos fortes e o* Sousa *aprezar as naus castelhanas, emquanto o rei conclue assim canhestramente:*

«Le Portugal est libre: il a brisé ses fers
«Alons-en rendre grace au Roi des Univers».

*Em fins do século XVIII escreveu Lemercier a sua célebre comédia histórica «Pinto ou la journée d'une conspiration» representada com grande êxito na* Comédie *pelos melhores actores do tempo. Talma fazia o protagonista, Monvel o Duque de Bragança, as duas Mars,*

*uma a vice-raínha e outra a fantástica Flora Catarina, filha dos Duques, e os dois Baptiste, um o almirante espanhol Lopez Ozorio e o outro o judeu Lemos. A peça além dêstes mete muito mais gente: Dolmar, dama da raínha e aliciada por Pinto que a distraia tocando cravo; o fatal Miguel de Vasconcelos; o arcebispo* Bragues, *muito faccionário dos espanhois; os*

PINTO,

OU

LA JOURNÉE D'UNE CONSPIRATION,

COMÉDIE HISTORIQUE

EN CINQ ACTES ET EN PROSE;

Par le C.en LEMERCIER.

Représentée, pour la première fois, à Paris, au Théâtre Français de la République, le premier Germinal an VIII.

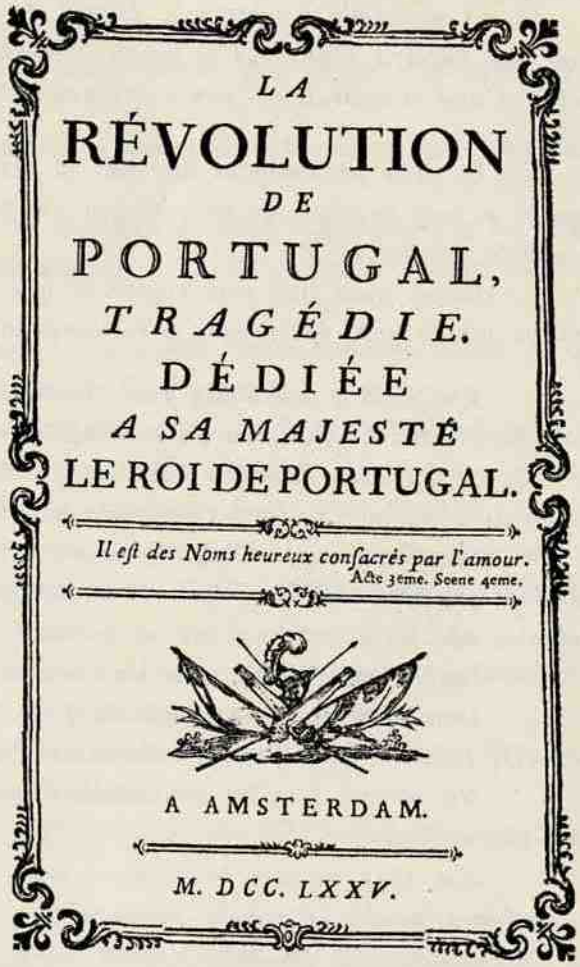
« On se fait ordinairement dans le monde une idée » superstitieuse des grandes révolutions des Empires; » mais lorsqu'on est dans les coulisses, l'on voit pour la » plupart du temps que les scènes les plus magiques sont » mues par des ressorts communs et par de vils faquins » qui, s'ils se montraient dans leur état naturel, ne » s'attireraient que l'indignation du public. »

(*Lettre XLV du Roi de Prusse à Voltaire*, Corresp., tom. II.)

A PARIS,

Chez { HUET, Libraire, rue Vivienne, N.° 8.
CHARON, Libraire, passage Feydeau.

AN VIII.


LA
RÉVOLUTION
DE
PORTUGAL,
TRAGÉDIE.
DÉDIÉE
A SA MAJESTÉ
LE ROI DE PORTUGAL.
Il est des Noms heureux consacrés par l'amour.
Acte 3eme. Scene 4eme.
A AMSTERDAM.
M. DCC. LXXV.

*DUAS RARAS PEÇAS FRANCESAS SÔBRE A RESTAURAÇÃO*

*três conjurados Melo, Mendoce e Almada, um frade de opereta chamado Santonello, um pagem mudo Pietro, um capitão fanfarrão, Fabrício, um gentilhomem português, Alvar e muitos outros.*

*Mercier, na esteira do que Beaumarchais fizera com «Le Barbier de Seville» quiz reagir contra o pautado severo e hirto da escola clássica e realizou uma comédia histórica.*

*paradigma duma nova corrente que o romantismo subverteu em hemorragias de sensibilidade deliqüescente.*

*Quando em 1828 sairam pela primeira vez enfeixadas sob o título «Comédies historiques» as suas peças precedidas dum elucidativo prefácio, o canon teatral era já outro — o prólogo do «Cromwell», a carta constitucional do romantismo outorgada por Victor Hugo.*

*A novidade do processo teatral de Lemercier está neste trecho da nota explicativa com que encerra Pinto: «J'ai voulu présenter au public le spectacle des mouvements intérieurs d'une conspiration; non l'appareil extérieur d'un fait heroïque qui eut ébloui le vulgaire».*

*Os seus personagens não são já* herois *que debitam, enfaticamente, em versos rotundos as suas tiradas, são homens que em prosa nos desvelam a grandesa ou a miséria da sua vida interior.*

*Como quer que seja registe-se que a primeira peça escrita nesse sentido teve por motivo um assunto português: a restauração.*

*Em 1808 o diplomata José Anselmo Correia Henriques publicou em Londres uma tragédia em verso intitulada «A revolução de Portugal».*

*Só 27 anos depois o coreografo Vestris compunha para a récita de gala de 24 de Julho de 1835 no «S. Carlos» o baile histórico «Portugal restaurado».*

*Em começos de 1840 informa a «Revista Universal Lisbonense» que fora presente ao Conselho Dramático a peça «Os conspiradores ou o patriotismo português» peça que, no entanto, não foi admitida a provas públicas.*

*Ignoro quem fôsse o autor, nem tenho quaisquer outros dados.*

*Dois anos depois o estudante João José Ferreira Simões Mole publicava em Coimbra «D. João IV ou a Independência de Portugal».*

*No mesmo ano foi submetida à censura o drama anónimo em 5 actos «D. Miguel de Vasconcelos».*

*Em 1843 surgem pelo menos mais duas peças, uma é «O Duque de Bragança ou a Restauração da Liberdade Portuguesa». Informa o «Periodico dos Pobres no Porto» de 19 de Outubro que foi representada nesta cidade pela «Sociedade Dramatica Espanhola» para comemorar o aniversário de D. Fernando.*

*A outra segundo a «Coalizão» subiu à cena no «S. João» do Pôrto em 30 de Outubro e intitulava-se: «O Duque de Bragança, restaurador da liberdade de Portugal em 1640».*

*Licinio Fausto Cardoso de Carvalho, um erudito cultor da história do teatro contribuiu em 1850 com «Os dois proscritos ou o jugo de Castela».*

*A peça teve muitas edições e centenas de representações e até há pouco, notàvelmente adulterada, se exibia em palcos brasileiros no primeiro de Dezembro.*

*António Pereira Ferrea Aragão foi no seu tempo uma pitoresca figura pelas suas ideas e pelas suas andainas extravagantes. Tinha a paixão do teatro, mas era a negação do dramaturgo.*

*Como tal perpetrou variados delitos teatrais.*

*Não foi dos menores a peça pretensamente restauracionista «Afonso e Virginia» publicada em 1854, mas escrita nove anos antes.*

*Já em 1844 havia escrito sôbre o mesmo tema «As duas orfãs».*

*Só a febre amarela que o levou treze anos depois poz termo à diarreia dramatúrgica.*

*Em 1857 subiu à cena no Brasil o drama «Alvaro de Abranches» do português Leite Machado.*

*Segundo a «Galeria Familiar» em 29 de Outubro de 1861 representou-se na «Rua dos Condes» a peça «1640 ou a Restauração de Portugal». É de Almeida Araujo e Costa Braga.*

*Alfredo Hogan que escreveu muito para o teatro não podia, por isso, deixar de comemorar o facto histórico. É de 1862 «O dia primeiro de dezembro».*

*No mesmo ano no «S. Pedro» do Rio de Janeiro, em 17 de Setembro exibia-se «O louco de Evora ou Portugal restaurado» de João Ferreira da Cruz.*

*O «Jornal de Setubal» de 27 de Junho de 1869 anunciava:*

*«Está em ensaios no teatro de Bocage desta cidade para subir à cena brevemente o quadro histórico da restauração de 1640 original do sr. Carlos Maria Tavares Coutinho, intitulado* Deus, Patria e Liberdade».

*«O dia primeiro de Dezembro» de Andrade e Almeida, foi no dizer do «Contemporaneo» a peça que em 1 de Dezembro de 1877 se representou no «Ginasio».*

*É do ano seguinte o conhecido drama de Castro Soromenho «Portugal Restaurado», muito representado em teatros públicos e particulares.*

*Em 1886 o «D. Maria» poz em cena o suporífero drama «Os portugueses em 1640» de Miguel Osorio Cabral.*

*Ainda no primeiro quartel do século, pelo menos três peças, duas provavelmente do mesmo autor, «Traição dum rei» (1906) e «Restauração de Portugal» (1916) e «Carta del rei» (1914) de D. Eugenia Brandão de Melo.*

*Tal qual como sucede, com o tema inesiano, glosado aliás por mais duma cincoentena de escritores, ainda não temos o grande drama da Restauração que resistiu ao derrotismo romântico do chamado drama histórico. Como quer que seja há que registar com o indisputável louvor que merece, «Um Brangança» de Vasco de Mendonça Alves que marca uma nova directriz, não só pela maneira de tratar subjectivamente o assunto, como ainda pelo seu sentido eminentemente constructivo. É de crer que* Vila Viçosa *que vejo anunciado siga na mesma esteira.*

*Merecem menção à parte duas peças estranjeiras ambos tecidas duma inverosímil fantasia.*

*É uma* Guitarrero *de Scribe, o famoso libretista da mexerufada da «Africana» e do «D. Sebastião».*

*O* Guitarrero *é nada mais nada menos do que o Duque de Bragança que anda disfarçado por Santarem a zangarrear amorios nas vésperas da revolução.*

*Hyp, Hostein e Taigny não lhe ficam atraz em desmarcada inventiva em «L'hotellerie de Lisbonne» que subiu no «Théâtre de la Porte-Saint-Antoine», em 6 de Novembro de 1836.*

*Conta-se em poucas palavras o entrecho.*

D. Juan de Bragance, *disfarçado em* Diego *apaixona-se por* Paquita, *filha do estalajadeiro* Nuguez.

*É bem de ver que nasce mais um bastardo dos Braganças...*

*Mais tarde* Paquita *vem a saber quem é o seductor: o «Prince de Bragance» filho da «reine Marie» e que vai casar com a «Princesse Henriette», filha do Conde de Marialva!*

*Nada mais; nada menos!*

*Quando o cortejo nupcial passava em frente da hospedaria Paquita, alucinada desfechou um tiro. Logo os quadrilheiros invadem a casa.* Ferdinand Vascoa, *fidalgo português que pelo nome não perca e antigo namorado da estalajadeira acusa-se para a salvar.*

*Mais tarde D. João IV perdôa o crime porque o pai de Vascoa era um dos quarenta conjurados!*

*Tenho nota ainda das seguintes peças restauracionistas: «Lágrimas e sorrisos ou um episódio de 1640» de Salvador Jeronimo da Silva; «O dia primeiro de Dezembro» comédia heróica em 3 actos; «Miguel de Vasconcelos ou a aclamação de D. João IV» de Luiz José Baldy; «Opressão e Liberdade» de Eduardo José Coelho; «1640 ou a restauração de Portugal» drama anónimo em 4 actos oferecido a D. Pedro V; «Liberdade» em 5 actos, manuscrito de João de Deus Paulo Ferreira da Costa; «A independência» de A. Correia (1877); «Braz Garcia de Mascarenhas» do Visconde de Sanches Frias, etc., etc..*

*A cerrar esta longa, enfadonha légua da Póvoa de notas sôbre peças restauracionistas, atrabiliariamente arquivadas, há que por-lhes como atenuante um fecho de oiro. São as palavras de Garrett sôbre a sua comédia histórica* Felipa de Vilhena *representada pela primeira vez no Conservatório a 30 de Maio de 1840, há precisamente um século: «O mais famoso e popular episódio da revolução de 1640 que elevou ao trono a Sereníssima Casa de Bragança deu argumento a esta comédia que muitos caracterizaram de drama no sentido estricto e singular que actualmente a êste nome se dá, mas que é uma verdadeira comédia histórica tanto ou mais do que o celebre* Pinto *de M. Lemercier».*

JORGE DE FARIA

# A AVENTURA MARITIMA DE PORTUGAL NO FOLCLORE DO BRASIL

A grande e heróica aventura marítima dos portugueses, levando sua língua e sua civilização aos povos desconhecidos e os mais remotos, espalhou pelo mundo a alma de Portugal. Vamos encontrando nas tradições e nos idiomas, nos costumes e nas instituïções, aqui e ali, na China e na Índia, no Japão e na Oceania, no Brasil e na África, os ossos dispersos do Briareu lusitano. E, quando se ama Portugal como o solar de seus antepassados, o brazão de sua família, o tronco de sua genealogia, o berço de sua raça e a raiz de sua fôrça, êsses achados nos falam ao coração e nos enchem de uma alegria de bandeirante descobrindo no cascalho da bateia o ténue lampejar das pepitas de ouro.

Do mesmo modo que as velhas fortalezas plantadas nos estuários dos rios, na bôca dos estreitos, na entrada das barras e nos recôncavos das abras por todos os antigos caminhos das conquistas, das navegações e dos comércios, ou que as palavras lusas semeadas na geografia do mundo, do Lavrador ao Camarão, e nas línguas do Oriente, atestam a Grande Aventura Marítima, o folclore brasileiro, sobretudo no Nordeste, testemunha a existência ainda da longínqua remembrança dos altos feitos de nossos maiores. A tradição do povo brasileiro, a legítima, a dos seus relatos e contos, que sobe do fundo de sua alma, ainda não esqueceu o velho e glorioso Portugal.

Lendas oriundas dos colonizadores, verdadeiras lendas de penetração, falam da terra que se oferecia bela, mas hostil, ao passo dos conquistadores portugueses; dos perigos das florestas virgens com seu aranhol de enrediças, da agrura das imensas serranias balisando os horizontes azues, do deserto dos araxás, tão grande, tão grande, que foi o Grande Deserto, o Desertão, o Sertão. Os portugueses venceram a floresta, o deserto, o clima, as féras, os aborígenes, creando as lendas e canções consubstanciadoras dos perigos atravessados e propagaram as que, da parte do indígena, vieram ao seu encontro. Casaram-nas às vezes e educaram à portuguesa os filhos dessa mestiçagem. Povoaram as matas de Polifemos-Gorjálas, avatares de Mapinguaris e Zariguês dos índios, e as beiradas dos rios de Batatões, nascidos dos Mboi-tatás, cobras de fogo. Cantaram as lutas contra os selvagens e as onças. Cantaram o amor que mestiçou vencidos e vencedores: Paraguassus e Diogos Alvares, Iracemas e Martins. Cantaram as desgraças a que escaparam e os triunfos que obtiveram.

Desde que nuclearam as primeiras gentes em derredor dos primeiros pelourinhos municipais, deram-lhes a beber o leite das mais antigas tradições peninsulares. Por isso,

chegou quási até nossos dias o auto popular do Rei dos Mouros, com algo de gilvicentino, recordando a luta secular entre cristãos e infiéis através dos Algarves, aquém e além mar em África.

Fazia-se até certo tempo essa representação nas vilas do litoral. Os mouros, encerrados num castelo de madeira; os cristãos desembarcando numa praia. Em dois tronos afastados, assistindo de longe ao combate, o Rei dos Mouros e o dos Cristãos. Depois que êste convidava o primeiro a batizar-se e êle recusava, os arautos trombeteavam a declaração de guerra. Travava-se a batalha, os mouros eram vencidos, hasteava-se o pendão da Ordem de Cristo nas ameias inimigas e aprisionava-se o Rei Mouro, que era batizado com água do mar.

Que rememorava isso, no Brasil, senão a tomada de Arzila, de Tetuão, de Mazagão, de Tanger ou de Ceuta, o secular duelo pelo Além Mar em África, o meter a lança em África, que terminou na catástrofe de Alcácer-Quebir?

Até o presente vem testemunha mais resistente dêsse duelo: o Auto dos Fandangos, representado no Natal. A cena passa-se a bordo dum navio. Os personagens são de novo mouros e cristãos. Embarcam o Tenente General, o Capitão da Nau, o Imediato, o Pilôto, o Capitão da Artelharia ou Condestável, o Cirurgião, o Capelão, o Contra-mestre, o Sargento de Mar e Guerra, o Cabo, o Calafate, o Gageiro e a maruja. Cantam:

*Despeçam-se, ó marujos,*
*Que nós vamos embarcar,*
*Vamos todos p'ra Mourama,*
*Bem alegres pelejar!*

O Tenente General apresenta-se, recordando os velhos fidalgos mandados por El-Rei mares afóra, a navegar e a combater:

*Dentro desta nau eu sou*
*Um Tenente General!*
*E também sou um fidalgo*
*Da nobre Casa Real!*

Surge a bordo o Embaixador dos Mouros. Chama-se Ferrabraz da Mauritânia e representa o Sultão, «Rei-Senhor de meio-mundo, de meio-sol e de meia-lua». Quando dá a embaixada, distraindo os cristãos, de surprêsa a mourisma invade o barco. Trava-se violento corpo-a-corpo. E os mouros cantam:

*Fogo e mais fogo!*
*Fogo de arrazar!*
*Morram os saloios*
*Que nos querem afundar!*

Os inimigos são, afinal, vencidos. O embaixador rende-se. Intimado a batizar-se ou morrer, resiste bastante, mas acaba cedendo e recebe o nome cristão de Dom Malaca dos Santos. O prenome lembra tôda a glória da grande façanha de Afonso de Albuquerque, tomando a cidade-chave dos caminhos do Extremo Oriente, cadeado do antigo Chersoneso Aureo de Ptolomeu, glória cantada por Sá de Miranda e corrente no seio dos povos de Portugal e Ultramar. O apelido é invocação a tôda a Côrte Celeste para proteger o neófito e conseguir que sôbre êle desça a Graça de Deus.

Quando o Sultão ou Rei da Mauritânia, pai do Embaixador Ferrabraz, chega também a bordo, trazendo quinhentos marcos de ouro para resgate do filho e o encontra batizado, vitupera-o e, no auge da indignação e do desespêro, apunhala-se. O Tenente General ordena:

*Lançai ao mar, meus marujos,*
*Êste infiel sem ventura.*
*A quem morre por seu gôsto*
*Não se deve sepultura.*

O côro responde:

*O mouro morreu,*
*Botemos no mar!*
*O dinheiro dêle*
*É para se gastar!*

O navio, livre de inimigos, prossegue a sua derrota. Espalhada pelo convés, fingindo ocupar-se na variada faina de bordo, a maruja canta de fio a pavio, com pequenas deturpações, a velha xácara portuguesa da *Nau Catrineta:*

*Assobe, arriba, gageiro.*
*Nesse teu tope real,*
*Vê se avistas terras de Espanha,*
*Areias de Portugal!*

Cai a tempestade. Ao amainar, o Capitão da Nau manobra e o côro exulta:

*Corre, corre, embarcação,*
*Por essas ondas sem mal,*
*Velejando a barlavento,*
*Até chegar a Portugal!*

E todos, desde o Tenente General ao último dos marinheiros, derramaram nas suas vozes as saüdades de Lisboa:

*Ó Lisboa! Ó Lisboa!*
*Lisboa de Pecado,*
*Se eu não fôsse a Lisboa,*
*Nunca seria soldado!*

*Quando meu mestre me manda*
*Correr a nau pela proa,*
*Vêm-me sempre à lembrança*
*As meninas de Lisboa.*

*Fragatinha holandesa,*
*Que andas no mar de Lisboa,*
*Com vento su-sudoeste,*
*Já te passei pela proa.*

*Ó Lisboa! Ó Lisboa!*
*As costas p'ra ti vou dando.*
*Não sei o que fica atrás,*
*Os meus olhos devorando.....*

*Ó Lisboa! Ó Lisboa!*
*As costas p'ra ti vou dando,*
*Que o traquete está na amura*
*E a amura se amurando.*

*Adeus, Terreiro do Paço!*
*Adeus, Memória Real!*
*Não volto a êsse lugar!*
*Viva o nosso General!*

Esta última quadra mostra que os versos, compostos por portugueses, o fôram após a Restauração de 1640, em qualquer época do século XVIII ou no início do XIX. Aí estão o Terreiro do Paço, posterior ao terremoto, e a Memória Real, isto é, a estátua equestre de D. José I, fundida dum jacto por Bartolomeu da Costa.

Sempre que tenho pessoalmente assistido no Ceará à representação dêsse velho auto popular dos Fandangos, guardado oralmente pela gente miúda, representação efectuada entre o Natal e Reis, meu coração se enternece diante da persistência dessa Saüdade Portuguesa, dessa velha tradição de Portugal, dentro da alma do Brasil, no sub-consciente de

seu povo, actualmente tão afastado no tempo e no espaço da Gloriosa Aventura Marítima e da heróica luta contra os infiéis. A memória dos povos, em verdade, é, ás vezes, monumento mais duradouro do que os de bronze e de granito.

Logo que, sãos e salvos, os tripulantes desembarcam daquela nau experimentada pela guerra e pela tormenta, o nome do Brasil une-se pela primeira e única vez ao de Portugal, que dominou o auto de princípio ao fim; une-se na cantiga dos guardas-marinhas:

*Trago fazendas bem finas*
*Para as moças do Brasil,*
*Também trago ramalhetes*
*De flôres da côr do anil.*
*Dou-te vinte mil cruzados*
*Pela fazenda real.*
*Trago fazendas bem finas*
*P'r'as moças de Portugal.*

Muito profundas essas tradições de lutadores e navegadores, que, transplantadas a outro meio, sob o influxo de mestiçagens as mais variadas nas alturas e nos corpos, não morreram e, pelo contrário, absorveram muitas vezes as naturais do país e sempre as trazidas de outras paragens.

Em outro auto popular de Natal, as Pastorinhas, o mais gilvicentino de todos, diante de lapinhas idênticas áquela que Júlio Diniz descreve em Portugal, muitos são os costumes das aldeias portuguesas que se rememoram até que aparecem, cantando e dansando, as personagens denominadas *as duas galegas de Oraré:*

*Vejam as duas galegas de Oraré,*
*De longe vieram a pé, assim é,*
*Fazendo sua jornada sem ter nada.*
*Quem se mata é porque quer!*

*Vejam nosso cordeirinho, bonitinho.*
*Tão mansinho que êle é, assim é.*
*De longe me acompanha, não tem manha,*
*De mimoso que êle é.*

*Vamos dansar um bocado de trocado,*
*Como se dansa na aldeia e sapateia,*
*Tem no corpinho elegância com pujância,*
*Forma-se linda cadeia!*

lante cuidado pelo bem-estar e progresso materiais das populações indígenas e o aproveitamento das riquezas dos territórios ultramarinos.

Neste capítulo o esfôrço português no século XX pode bem ser patenteado como demonstração da nossa integral acção colonizadora.

Não será talvez inoportuno lembrar — e tanto a estrangeiros como a alguns nacionais — de entre numerosíssimas realizações, algumas que melhor evidenciam o nosso esfôrço na ordem material em terras de além-mar.

Assim a rêde de estradas que em todos os sentidos sulcam as nossas colónias e é das melhores de tôda a África; os longos caminhos de ferro, como o de Malange, o de Benguela, do Amboim, o de Mossamedes, os de Lourenço Marques, o do Limpopo, o de Inhambane, o de Quelimane, o de Moçambique, os da Beira e o de Mormugão, que totalizam muitas e muitas centenas de quilómetros; os portos como os do Lobito, o de Lourenço Marques, o da Beira e o de Mormugão, devidamente apetrechados com a mais moderna aparelhagem, que os torna reconhecidamente eficientes para o tráfego nacional como para o internacional; a farolagem que ilumina as antigas costas negras e que na Guiné, em Angola e em Moçambique assume luxuosa superioridade; as carreiras aéreas portuguesas em Moçambique e em Timor, e em breve em Angola também, e os correspondentes aeroportos, alguns dos quais freqüentados por carreiras estrangeiras de serviço internacional; a modernização de algumas velhas e evocativas cidades, como Luanda, e a criação de cidades magníficas, como Lobito, Nova Lisboa, Lourenço Marques, Nampula, Bissau...

E não posso esquecer uma breve referência á obra de assistência hospitalar, que em algumas colónias, como S. Tomé, é de perfeição dificilmente excedível. Noutras — Moçambique, por exemplo — a nossa ânsia de superação vai ao ponto de melhorar instalações como a do hospital de Lourenço Marques.

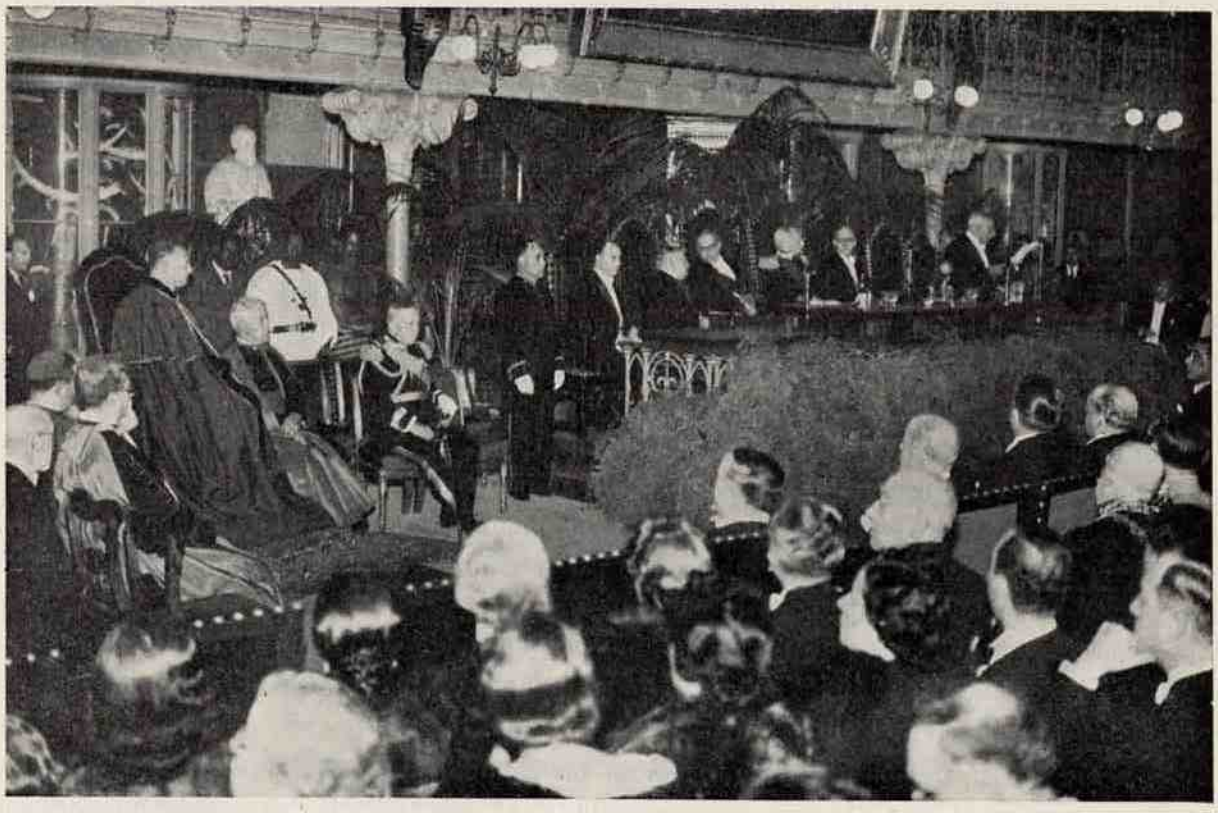
E, além destas, tantas e tantas outras realizações, que constituem no seu conjunto essa grandiosa obra material que, sem marulhosos alardes, antes com silenciosa tenacidade, Portugal tem levado a cabo no cumprimento da sua missão civilizadora e no dinamismo das suas inesgotáveis capacidades.

E nem a guerra a que assistimos, num alheamento que de modo algum significa desinterêsse, entibiou o impulso que nos anima na prossecução desta obra.

Com efeito constrói-se neste momento o caminho de ferro de Tete, cujo primeiro trôço ainda êste ano poderá ser inaugurado; está aberto concurso público para a construção do pôrto de Luanda; o caminho de ferro de Amboim chega a Cabela; constrói-se o ramal do Dondo; aguardamos a entrega da aparelhagem de T. S. F. que ligará tôdas as importantes povoações de Angola; estamos a alargar a bitola do caminho de ferro de Mossamedes, para onde ainda há dois dias partiu uma missão destinada a resolver certas dificuldades técnicas; está prestes a concluir o edifício do Liceu de Luanda e dentro em pouco se começará o do Liceu de Lourenço Marques que ficará sendo o melhor de todo o

País; trabalha-se no aeroporto de Bolama onde em breve poderão fazer escala os «Clippers» da carreira dos Estados Unidos da América do Norte; constroem-se pontes como a do Incomati, há dias entregue ao trânsito, e a do Lurio, as maiores da nossa Africa, depois da do Zambeze...

Isto para só falar de algumas das muitas obras em curso.



*ASPECTO DA SESSÃO INAUGURAL DO CONGRESSO COLONIAL, REALISADA NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA, SOB A PRESIDÊNCIA DO CHEFE DO ESTADO*

Mas importa dizer que também se não desiste de levar a cabo projectos já estudados mas ainda não iniciados.

Aludirei apenas aos que se referem ao pôrto de Nacala, que ficará sendo a testa do caminho de ferro de Moçambique; á irrigação do Vale do Limpopo, a mais apaixonante obra de fomento que, em nossos dias, é possível levar a efeito nas colónias; á edificação dos hospitais de Nova Lisboa, Saurimo, Sá da Bandeira, Morrumbene, Macia e o de indígenas em Luanda; á Escola agro-pecuária de Sá da Bandeira, a que cada dia ligo mais

arreigadas esperanças como factor de fixação e adaptação á terra angolana da juventude branca aí nascida.

Mas eu não poderia converter o modesto discurso de inauguração do Congresso Colonial no fatigante inventário de quanto Portugal tem feito, continua a fazer e projecta realizar em terras do Ultramar.

Contudo, eu não ficaria satisfeito se não fizesse referência ao colono português e ás populações nativas no tocante ao formidável esfôrço despendido para aumento da produção e melhoria da qualidade, no que têm sido estimulados, amparados e disciplinados em vários ramos, pela organização corporativa e pelos serviços administrativos e técnicos do Estado.

Cumpre, porém, evidenciar, magoadamente, que as dificuldades se acumulam, levantadas, há que dizê-lo por ser inteiramente verdade, por estorvos alheios, que não por carência nossa.

Dificuldades que, não há que dissimular, podem ser das mais temerosas consequências e comprometer o nosso dedicado esfôrço de muitos anos. Com efeito, o bloqueio que a Inglaterra está fazendo a grande parte da Europa cria-nos, em Africa, situações que carecem ser removidas, ràpidamente, com espírito de amizade e compreensão.

Por maiores, todavia, que sejam essas dificuldades, maior é a audaciosa e esforçada vontade com que as enfrentamos e, espero em Deus, as havemos de superar, porque a nossa energia se não rebate e a nossa coragem se não quebra.

Fechados os mercados habituais, há que encontrar novos centros consumidores.

É êrro grave, que desejo prevenir, descansar em que o estado sózinho, realize aquilo que carece do empenho conjugado de todos

Consciente dos seus deveres e das suas possibilidades, o Estado não se desinteressa das dificuldades que á economia colonial trouxe a guerra e procurará não deixar ao desamparo aqueles que delas sofrem.

A Inglaterra, testemunha e tantas vezes cooperadora do nosso ingente trabalho civilizador, não quererá que êle seja comprometido, não por falência dos nossos métodos ou por culpa ou incompetência nossas e sem qualquer apreciàvel benefício para a causa por que luta; ao contrário, é de esperar faça quanto puder para, por sua parte, nos evitar inúteis ruínas ou injustiças clamorosas.

E como não devia ser assim, se o nosso conceito de territórios ultramarinos os define como partes integrantes, continuação transcontinental e transoceânica da Pátria una?

A noção de colónia é mesmo antes um enxêrto de importação estrangeira do que uma genuína manifestação dos nossos costumes. Lìdimamente português é o conceito de província ultramarina.

E é de lamentar — porque de estranhar não é — que, em 1911, ao desdobrar o Ministério da Marinha e o Ultramar, criando a infeliz designação de Ministério das Colónias, fôsse mais presente ao espírito do legislador a influência alheia do que o espírito nacional.

É que não existe diferença entre Portugal europeu e as províncias ultramarinas, antes mais uma vez sucede na ordem das realizações materiais que nestas se efectivou já o que naquele ainda não passa de aspiração.

Mas nem o empirismo da prática, por vezes tenaz, nem uma doutrina colonial, por mais inteligente, bastariam para explicar o que há de característico na nossa evocação colonizadora.

Colonizar é, para nós, portugueses, um verdadeiro e contínuo acto de amor.

Segundo o conceito que realizamos e profundamente vivemos, um país colonizador dá o sangue dos seus filhos, insufla a sua própria vida, amplia a alma da Nação — e faz o Brasil.

É dando-se amorosamente, com amor entusiástico, capaz de ciume, porque feito de dedicações abnegadas, é sem comparticipações que lhe retraiam o esfôrço que é possível realizar obra perdurável na integração dos povos indígenas na nossa civilização e cultura.

A obra de colonização tem, assim, de ser sempre uma obra nacional e é utópico supor que ela pode ser levada a efeito por comissões internacionais, por mais poderosos que sejam os meios materiais postos á sua disposição.

Uma obra de formação espiritual não se confia a uma sociedade por quotas.

Quero crer que nestes princípios se inspirarão os trabalhos dêste Congresso, a cuja organização, aliás, o Ministério das Colónias foi alheio.

Em nome do Govêrno exprimo aos senhores congressistas a melhor confiança no seu esfôrço e asseguro tôda a atenção ás sugestões em que acordarem, que serão atentamente examinadas pelos serviços competentes do Ministério, que tenho a honra de chefiar.

E lembrando mais uma vez que Vossas Ex.as vão iniciar os seus trabalhos num momento em que no Mundo se agitam ventos que, seja qual fôr o fim a que Deus os ordene, são, por emquanto, de assolação e morte, bendigamos todos a ventura de poder trabalhar com plena certeza de eficácia, porque nos não falta a confiança no olhar vigilante do Chefe e a Fé na protecção da Providência divina.

E nem será pecar por torpe egoísmo, fechando o coração á piedade pelos que estão sofrendo, sentir neste momento e neste ambiente mais consciente e mais viva a felicidade de sermos portugueses.

E, terminando, quero alardear uma confiança mais alta, animada da comoção duma grande Fé.

Uma grande Fé nos destinos eternos de Portugal, na sua capacidade de, através da trágica tormenta, respeitado numa dignidade que nunca teve mais alta expressão, continuar a sua obra civilizadora, na glória da Pátria imortal.

# EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

*CENTRO REGIONAL*

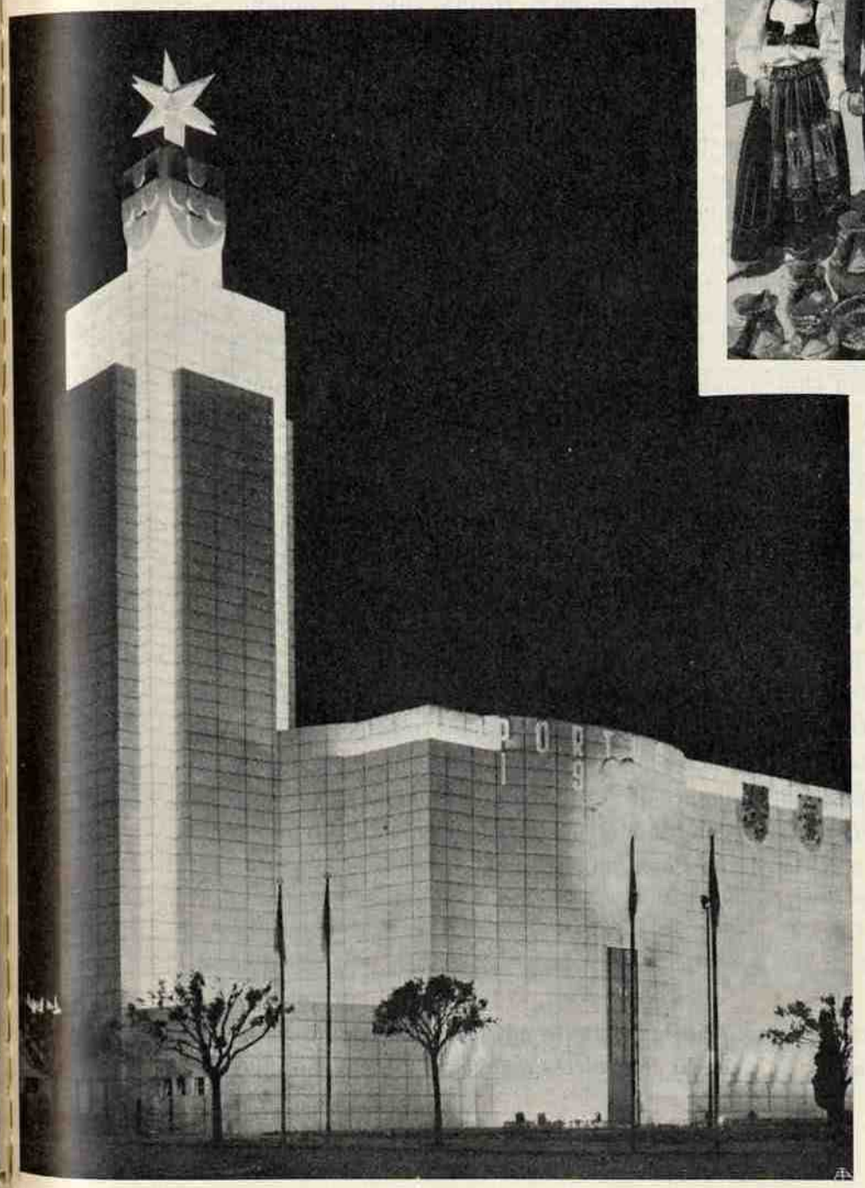
*UM ASPECTO DA FEIRA*

*CENTRO REGIONAL*

*OUTRO ASPECTO DA FEIRA*

*CENTRO REGIONAL*

*FAROL DO PAVILHÃO DA TERRA E DO MAR*



*TORRE DO PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO E PORTUGAL 1940*

# PALAVRAS DE MONS. DR. PEREIRA DOS REIS NA CERIMÓNIA DA EVOCAÇÃO DA FIGURA DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA, REALIZADA NA IGREJA DE S. ROQUE DE LISBOA, EM 17 DE NOVEMBRO

Quando, nesta mesma Igreja da Casa Professa de S. Roque, subiu ao púlpito, pela primeira vez, já o Padre António Vieira — prègador e joalheiro — deixara caír, às mãos cheias, por terras de Santa Cruz, a semente da Doutrina — trigo do pão que alimenta, cada grão a faíscar luz, qual diamante facetado a esmeros de lapidário sem igual.

Nado em 1608 à sombra das tôrres maciças da nossa velha Catedral Metropolitana de Santa Maria de Lisboa, fôra aos seis anos para a Baía.

Ali aprendeu as primeiras letras e cursou as Humanidades no Colégio dos Jesuítas: ali ouviu, aos quinze anos, os apelos divinos que o fariam Jesuíta e Missionário.

Alargava-se, intérmina, ante os olhos ávidos do moço escolar a loira messe das almas, madura para a colheita, a reclamar operários. Deus apontava-lhe o caminho: a Companhia de Jesus. Obedeceu.

Ensinava Humanidades em Olinda quando generosamente ofereceu aos Superiores a renúncia a ulteriores estudos de Filosofia e Teologia para consagrar-se, desde logo e para tôda a vida, às fadigas da missão entre os Índios.

Não lhe foi aceite a oferta: a juizo dos mestres, eram segura promessa de excepcional rendimento no futuro os singulares dotes do aluno que, aos dezoito anos, se mostrara o mais consumado latinista da Província e, na língua portuguesa, escritor de rara elegância.

Para os índios das aldeias foram, todavia, em língua indígena, as primícias da sua prègação — amor dos humildes a estuar no coração do catequista.

Logo ao seu primeiro sermão na Baía, pela Quaresma de 1633, se abriram diante do jovem clérigo largos horizontes de triunfo que mais se rasgavam a cada repetida manifestação daquele génio concionatório em maturação precoce. Mas sempre a irresistível atracção para as almas simples e rudes dos silvícolas dominava no coração do apóstolo insatisfeito.

Sacerdote desde as Têmporas do Advento de 1634, aos vinte e seis anos, Vieira era já o prègador consagrado que o Brasil restituiu à Metrópole, em 1641, para vir a chamar-se em breve o «Bôca de Oiro», o «Crisóstomo Português».

* * *

Tejo acima, porventura o olhar do moço Padre se prendeu, húmido de lágrimas, nas tôrres da Sé a recortarem-se além no azul do céu, fortes e severas. Meiga, ao invés, lhe

acordaria na alma a saüdade, a lembrar que à sombra delas tinham deslizado, mansos e alegres, os anos da infância...

Mas a velha Catedral afonsina era, sem dúvida, no pensamento de Vieira, o símbolo da Terra-Mãi: era Portugal todo que o recebia, agora em festa, na ufana altivez da sujeição ao seu Rei «natural», a quem entregara a defensão da liberdade reconquistada, ao cabo dos sessenta anos de sonambulismo lúcido na monarquia dualista.

E o coração do Padre António Vieira, tão largo que nêle cabiam, juntos no amor de Deus, e para o amor de Deus, todos os amores nobres e puros, logo se apaixonou pelo ideal da Pátria independente e logo amou, de tôdas as veras, o símbolo vivo de Portugal redimido e grande — o Rei.

A obra da consolidação da autonomia nacional deu Vieira o melhor da sua actividade. Desde o primeiro sermão, intimava como principalíssimo dever de estado para todo o português a confiança nos destinos da Pátria, a fidelidade no serviço da Pátria, o extremado esfôrço pelo engrandecimento da Pátria que só pela vontade unânime dos filhos podia ser, e havia de ser, próspera, livre, respeitada e feliz.

É lícito dizer que o Padre Vieira foi o nosso mais insigne mestre de moral cívica, o incomparável doutrinador do patriotismo nacional, porque se mostrava, antes de tudo, o homem de Deus, cuidadoso em jamais versar algum assunto político sem pôr em relêvo a sua subordinação à verdade religiosa.

Nesta circunstância encontra cabal explicação a enérgica veemência com que o prègador se permitia fustigar os desmandos do seu meio, desde o mais alto até ao ínfimo da escala social, o completo desassombro com que deixava em liberdade o seu dinamismo combativo, na rude franqueza das invectivas, na dureza dos golpes certeiros.

Nem por isso, contudo, os seus sermões deixaram alguma vez de ser a grande atracção do público de Lisboa, cujo favor conquistara ao primeiro encontro na Capela Real.

É que o espírito de Vieira — teólogo consumado a quem eram familiares as mais elevadas especulações do Dogma e os mínimos pormenores da exegese bíblica, pensador subtil e profundo, moralista penetrante e experimentado, dialético flexivel, arguto e convincente, tinha o seu feitio estranhamente original: ouvir-lhe um sermão era caminhar de surprêsa em surprêsa, no inesperado da frescura e da espontaneidade.

E, ao serviço de tal conjunto de raros dotes, corria-lhe a expressão rica, simples, nobre, justa, concisa e forte.

Com razão escreve D. Francisco Alexandre Lobo que «se o uso da nossa língua se perdesse e, com ela, acabassem todos os nossos escritos que não são os «Lusíadas» e as obras de Vieira, o português... ainda viverá na sua índole nativa, na sua riquíssima cópia e louçania».

Além daqueles recursos acumulados em tão rica personalidade, não faltava D. João IV em reconhecer no Prègador da Capela Real, feito em breve seu conselheiro íntimo, a

segura perspicácia com que desfiava os emaranhados problemas da governação interna e da política internacional, assim como a sagacidade reflectida, por vezes genial, das soluções que para êles propunha.

¿Acreditaria o soberano, como pensou mais tarde Dom Francisco Alexandre Lobo, que Vieira nascera para estadista e diplomata, antes que para jesuíta e missionário?

Certo é que o Padre se ausentou repetidas vezes de Lisboa, por mandado do Rei e ao serviço da Nação, com encargos de missão secreta junto das Chancelarias mais influentes da conturbada Europa daquele tempo, para sondar intenções misteriosas, remover obstáculos, ao parecer, invencíveis, acautelar interêsses vitais e negociar tratados vantajosos.

O favor e a amizade do monarca amparavam e estimulavam a infatigável operosidade do Padre Vieira.

E, quando em certo dia o Rei entreviu que de tão estreita privança poderiam as intrigas dos émulos tirar partido para suscitar mal-entendidos entre a Corôa e a prestimosa Companhia de Jesus, teve por acertada resolução desligar do Instituto, para mais livremente o poder utilizar, o seu conselheiro preferido: sondou-lhe então o ânimo com a perspectiva sedutora dum sólio episcopal.

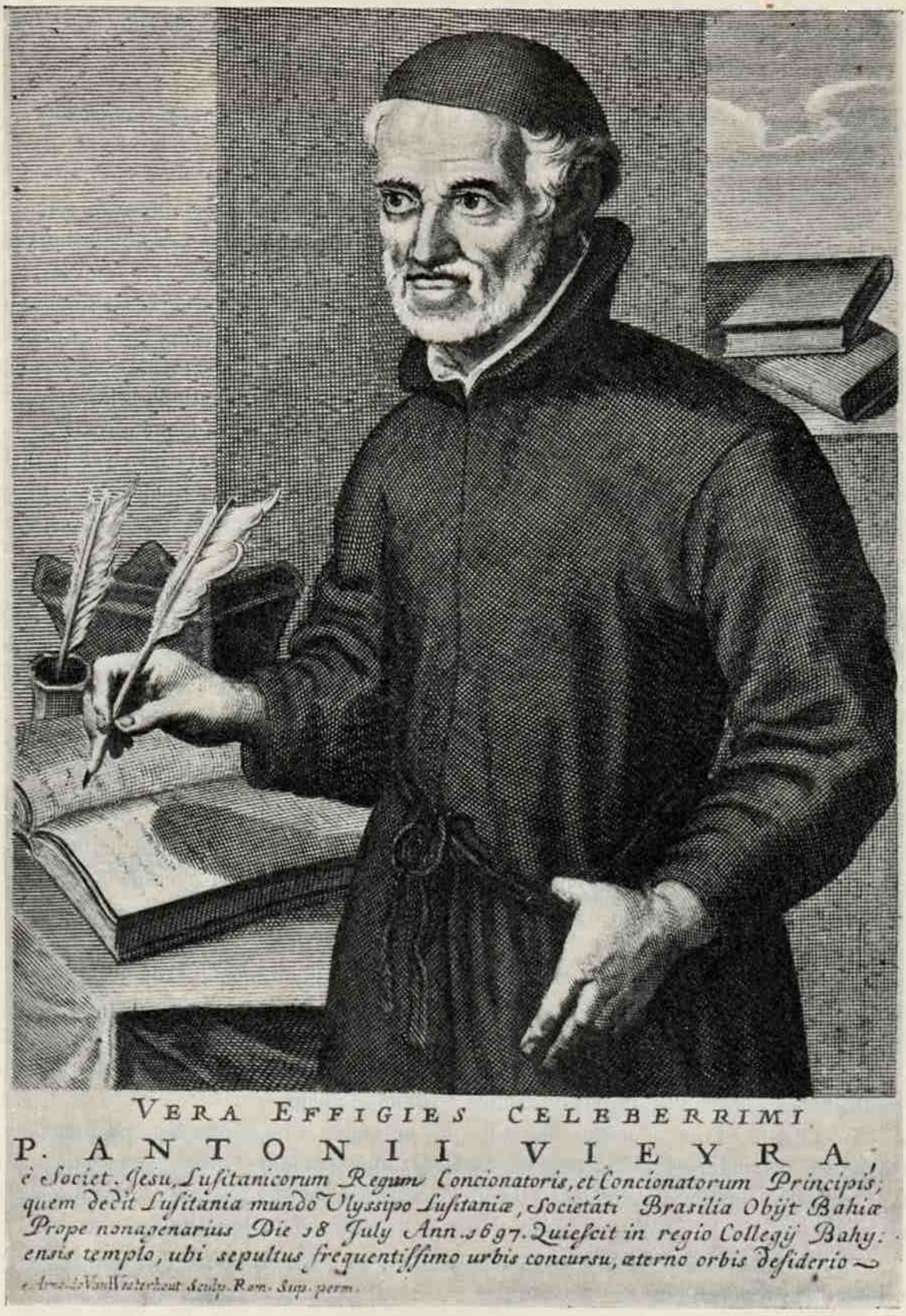
Aqui se mostrou bem patente outra paixão das que ardiam no coração de António Vieira: respondeu que «não tinha Sua Magestade tantas mitras em tôda a sua monarquia pelas quais êle houvesse de trocar a pobre roupeta da Companhia de Jesus; e que, se chegasse a ser tão grande a sua desgraça que a Companhia o despedisse, da parte de fora das suas portas se não apartaria jamais, perseverando em pedir ser outra vez admitido nela, se não para religioso, ao menos para servo dos que o eram; que, se nem para servo o quisessem admitir, ali estaria, sem mais alimento do que o seu pranto, até acabar a vida junto daquelas amadas portas, dentro das quais lhe tinha ficado a alma tôda».

* * *

Breve se ofereceu ao Padre Vieira a oportunidade asada para mostrar por acções que não havia apenas sonoros efeitos de amplificação oratória nas suas palavras de tão completo desinterêsse próprio, quanto incendido amor à Família religiosa de que era membro.

Manobras diplomáticas e políticas menos felizes, em que o sentir íntimo do Rei porventura fôra melindrado, cercaram de dificuldades a posição do Padre Vieira na Côrte, a ponto de fazer-se-lhe evidente que o monarca perdera a fé na infalibilidade do conselheiro, conquanto não pusesse em dúvida a comprovada lealdade do aio fervoroso.

Desde aquela hora, Vieira teve por terminada a sua carreira política: sem aproveitar-se da amizade que o soberano jamais deixou de consagrar-lhe e que muito gostosamente




*PADRE ANTONIO VIEIRA, S. J.*

*(Colecção do Ex.mo Sr. Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima)*

traduziria em honras e benesses, o Padre quis ficar jesuíta e regressar às canseiras do apostolado do Brasil.

Cuidou logo de preparar os suficientes recursos de pessoal e material à missão do Maranhão e do Grão-Pará, mais duma vez já empreendida e sempre malograda. Nem bastou para demovê-lo do intento a proposta de acompanhar à Inglaterra o Embaixador conde de Penaguião

Assim é que vamos encontrá-lo, por começos de 1653, na renovada tentativa da cristianização do Norte brasileiro.

Por largo período de dez anos Vieira esteve «como o mais apaixonado dos apóstolos» e o mais esclarecido dos colonizadores, ao serviço dos Índios, em contínua luta com certos colonos avezados a cunhar moeda com suor e o sangue dos naturais daquela região.

Para defendê-los, nos mais legítimos interêsses morais e materiais, veio a Lisboa onde permaneceu alguns meses. Com as diligências em favor das liberdades do gentio entremeava a prègação, sempre ouvida com sumo interêsse, na qual atingiu agora o Padre Vieira o acume do vigor combativo e da causticidade.

«Na sua vida, escreve Lúcio de Azevedo, foram certamente êstes anos os mais fecundos e aqueles em que se nos mostra, como queria ser, verdadeiramente o religioso, coroado da auréola dos que não temem fadigas nem riscos no holocausto de si mesmos a um grande ideal».

*

* *

Com a morte de D. João IV, ocorrida em 1656, perdeu Vieira o maior amigo, tão fiel e tão necessário ao seu coração que o missionário só encontra consôlo para a sua dôr no sonho de o ver tornado à vida. As confidências dolorosas ouviram-lhas, por cinco anos ainda, as florestas do Brasil...

De regresso ao Reino, o missionário engolfa-se numa atmosfera tempestuosa de luta: — sofre porque é demasiado português na sua utopia delirante dum Portugal sobrenaturalmente grande.

Roma acolhe, em 1699, as queixas e as reclamações do foragido; restitui-lhe a paz da consciência, sem lhe desvanecer na alma o sonho inquieto.

Novamente surge o orador sagrado que aprendeu a língua italiana para encher de maravilhoso assombro os auditórios mais ilustres: embaixadores, príncipes da nobreza romana, cardiais acorrem a escutá-lo. A raínha Cristina da Suécia nomeia-o prègador da sua côrte erudita e o Papa, diante de quem se fez ouvir, oferece-lhe igual mercê.

Vieira, doente de saüdades de Portugal, regressa, em 1675, a Lisboa, onde a sua voz não mais ressoa no púlpito.

Em janeiro de 1681 fazia-se de vela a nau que a bordo levava à sua segunda Pátria o prègador desiludido dos aplausos e das finezas dos grandes da terra, o missionário que retornava ao serviço de Deus nas almas dos humildes e pequeninos.

No meio dos seus Índios — a governar, a ensinar, a escrever, a rezar... e a sonhar — foram-se desgastando as fôrças do octogenário vivaz.

Extinguiu-se lentamente, aos 89 anos.

Tinha experimentado, pela vida além, tôdas as amarguras dos que vêem ruir as suas esperanças mais acariciadas: só uma ilusão alimentou até ao fim...

Desfez-se ela, por certo, quando, à luz da eterna Verdade, lhe foi mostrado em que acertara e em que errara a sua grande alma de português.

*

* *

Vai para seis meses, a 2 de Junho dêste ano, a Nação portuguesa de aquém e de além mar — una e indivisível nas Ilhas do Atlântico, nas plagas da Africa sôbre um e outro oceano, nas Índias distantes, na China e na Malásia — ouvia o brado a ressoar entre as duas tôrres da nossa vetusta Catedral de Santa Maria de Lisboa:

«Arraial! Arraial! Arraial, por Portugal!»

E à voz do Patriarca — herdeiro dos quási lendários Bispos cavaleiros da reconquista cristã, sucessor dos arcebispos da épica e deslumbrante arrancada dos descobrimentos e das missões, filho e neto dos Patriarcas da aurea consagração do nosso esfôrço evangelizador — à voz do Patriarca, reforçada pela música dos sinos e pelo trovão dos canhões, Portugal inteiro, a Nação tôda de lés a lés, vivos e mortos, levantou-se em pé e, como nunca, apareceu a si própria iluminada pelo sol da sua glória sem par!

Seja Deus louvado!

— E foi o arraial!

*

* *

O olhar de António Vieira apagou-se, a sua voz extinguiu-se, o seu vulto é pó caído.

Mas a sua alma vive...

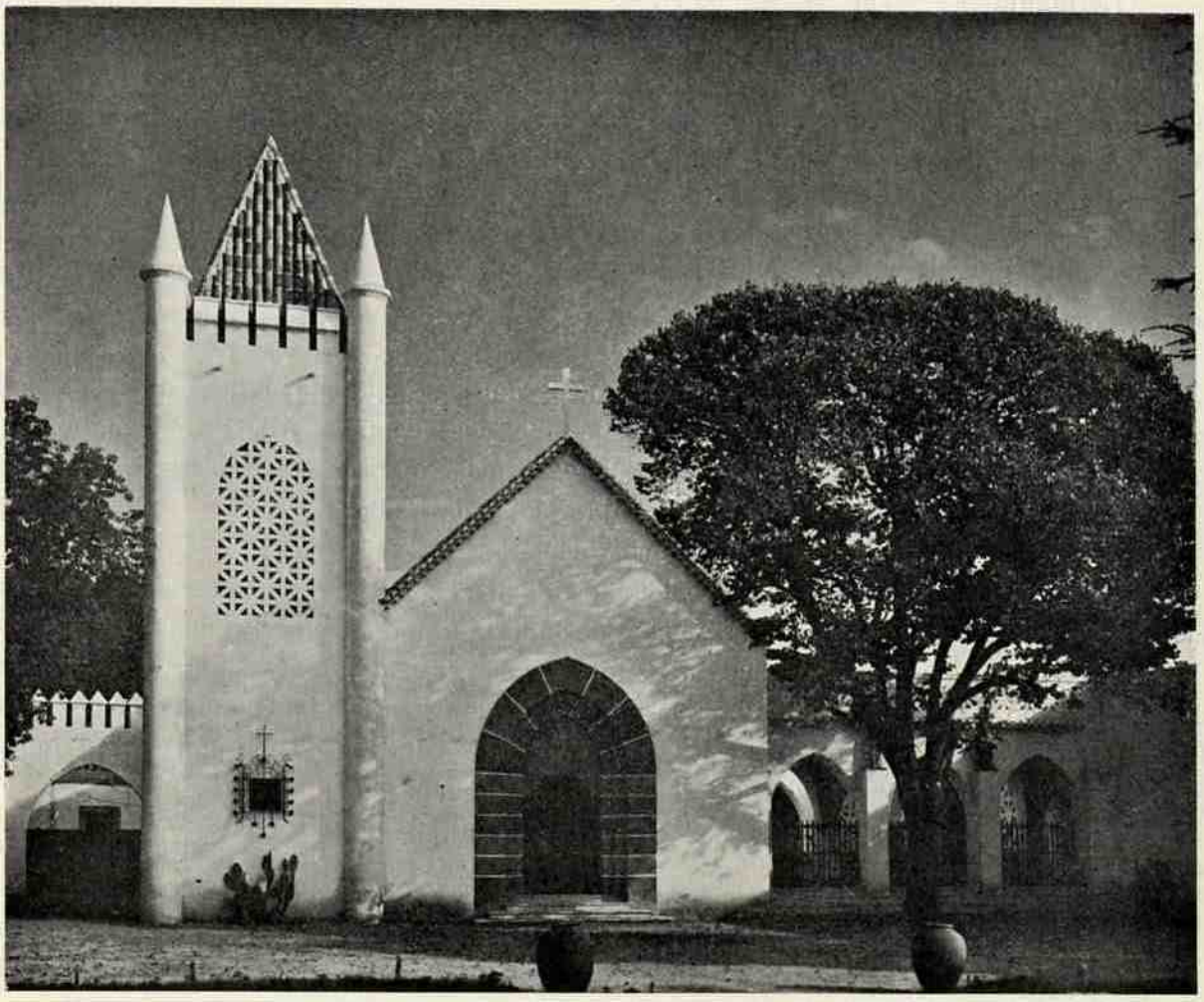
Como todos os mortos imortais da nossa terra, vem comungar com os vivos na grande festa de família. É o arraial!

Atenção! Atenção!

António Vieira vai falar!

*(Em seguida, o Rev. Dr. Pereira de Magalhãis subiu ao púlpito e declamou o célebre sermão da Epifania, admirável peça oratória bem conhecida, proferida naquele mesmo lugar, em 1662, pelo Padre António Vieira e na qual o insigne jesuita exalta a obra missionária).*

# EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS



*IGREJA DAS MISSÕES, NA SECÇÃO COLONIAL*

# SESSÃO SOLENE INAUGURAL DO CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA REALIZADA NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, NA NOITE DE 18 DE NOVEMBRO

## DISCURSO DO DR. JÚLIO DANTAS

Inaugura-se hoje, solenemente, nesta Academia de que José Bonifácio de Andrade e Silva — patriarca da independência do Brasil — foi um dos insígnes fundadores, o Congresso luso-brasileiro de história, integrado no sistema de congressos do Mundo Português, a que presido.

Inútil, perante tão culto auditório, encarecer a importância do acto internacional, que estamos celebrando. Se exceptuarmos o instrumento do acôrdo idiomático luso-brasileiro, que nesta mesma sala me coube a honra de assinar, há dez anos, com o então embaixador do Brasil, diplomata de superiores méritos, que se chamava também — alto destino de um nome! — José Bonifácio de Andrade e Silva, é êste, sem dúvida, o acontecimento de maior relêvo e de mais fecundas consequências que, no domínio da cultura, as relações luso-brasileiras registam. Assegurada definitivamente a unidade inter-continental da língua portuguesa escrita, facto transcendente que abriu ao nosso idioma as Universidades estranjeiras, as duas Nações — exemplo único no Mundo — resolveram estudar em comum a sua História. É para iniciar êsse estudo; é para dar comêço a essa obra, que representa, talvez, o mais elevado grau até hoje atingido na política de entendimento e de mútua compreensão entre os dois povos, que nós hoje, senhores congressistas, nos encontramos aqui.

Não puderam alguns dos membros da missão oficial brasileira, nomeados por decreto de 23 de Outubro, chegar a tempo de tomar parte neste «claustro pleno» de historiadores. A anormalidade da situação internacional privou-nos da presença dos senhores embaixador Macedo Soares e académico Celso Vieira, respectivamente presidente do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Brasileira de Letras, a quem haviamos confiado, de acôrdo com o Itamaraty, as mais altas magistraturas do Congresso. Entretanto, a participação do Brasil nos nossos trabalhos está perfeitamente assegurada.

Não só as comunicações e memórias que vamos conhecer e apreciar são, na sua grande maioria brasileiras, mas encontram-se ao nosso lado, trabalhando connosco, algumas das mais representativas figuras do moderno Brasil mental; e hoje mesmo, no Rio de Janeiro — a esta hora, talvez — em sessão solene da Academia Brasileira de Letras, esplendida repercussão transoceânica do acto que estamos realizando, ser-nos-á afirmada, por aquêles que não vieram mas que nos acompanham de longe, a mais estreita cooperação e a mais íntima solidariedade. As seguintes palavras de uma comovedora carta de Afranio Peixoto traduzem o sentimento geral dos nossos confrades brasileiros ausentes, por nós considerados presentes em espírito: «Não posso ir a Portugal; não posso estar no Santuário; mas, meu amigo, — até logo!»

O Congresso que inauguramos é, pois, obra de portugueses e de brasileiros. São obvias as razões, não apenas de cortezia, mas de utilidade e de método, que nos levaram a realizá-lo no plano internacional. As matérias que constituem o programa do Congresso luso-brasileiro de história estavam, naturalmente, compreendidas no quadro dos III, IV e V congressos, já realizados: descobrimentos e colonização; monarquia dualista; história política e económica de Portugal, desde a Restauração até ao Constitucionalismo. Mas a história do Brasil colonial já não é apenas história de Portugal; desde a data, gloriosa para ambos os povos, em que a grande Nação americana atingiu a sua maioridade política, é também, e sobretudo, história do Brasil. Património deslumbrante, nêle se revêem, com justificado orgulho, as duas Nações. Tudo indicava que estudassemos juntos um passado que a ambos pertence, proporcionando aos investigadores e aos eruditos portugueses e brasileiros o ensejo de examinar em comum acontecimentos e instituïções cujas fontes históricas se acham dispersas pelas bibliotecas e arquivos dos dois países, e de esclarecer, com espírito de rigorosa objectividade, factos a que, em Portugal e no Brasil, têm sido dadas interpretações diferentes, quer na literatura didactica,

quer em textos históricos e em monografias, críticas e ensaios que enriquecem a bibliografia portuguesa e brasileira respectiva ao período que decorre desde o princípio do século XVI até ao fim do primeiro quartel do século XIX. Não resolvemos, porém, só por nós.

Consultados alguns dos mais prestigiosos centros de cultura do Brasil — designadamente a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — os nossos propósitos de fraterna colaboração foram acolhidos não apenas com afecto, mas com evidente alvoroço. A partir dessa hora, estava em marcha a idea de um Congresso luso-brasileiro de história — idea que durante dois anos acarinhámos e que hoje se converteu em brilhante realidade.

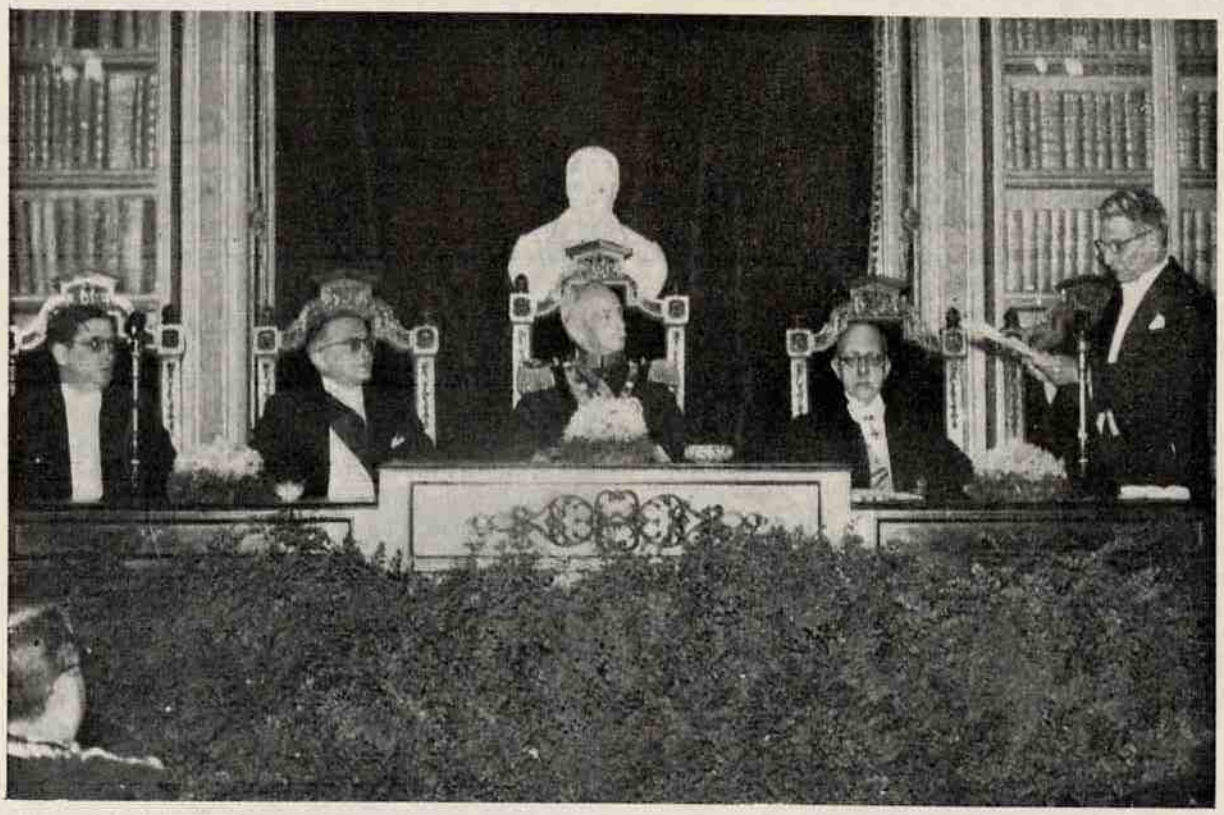
Ninguém certamente pretende — seria ambicioso supô-lo — que se possa estabelecer, entre os historiadores brasileiros e portugueses, unidade perfeita de critério acêrca de acontecimentos que enchem três séculos de história, e que, aquém e além Atlânticos, são vistos sob ângulos diferentes, conforme as tradições vivas que criaram raízes na consciência colectiva de cada povo e os elementos de ordem moral que inevitàvelmente deformam a história pedagógica e pragmática de tôdas as nações. Nada porém obsta a que, pelo estudo desinteressado dos documentes, se procure em comum a verdade, tanto quanto é possível atingi-la no domínio da investigação histórica, e se realizem, em estreita cooperação, operações de síntese susceptíveis de conduzir a interpretações convergentes. Ninguem pensará também — inútil acentuá-lo — que apenas nos poucos dias que um congresso dura e em algumas dezenas de comunicações e memórias, possa fazer-se a revisão de tresentos e vinte e dois anos da história de duas Nações, e resolver todos os problemas que o seu exame suscita. Mas já será excelente se se resolverem alguns; e, além disso, êste capítulo solene de historiadores vale sobretudo como definição de uma atitude, como enunciado de um programa e de um método de trabalho, como acto fundamental promissor de uma colaboração diuturna, que, propiciando o convívio dos intelectuais e, em especial, dos historiógrafos portugueses e brasileiros contribuirá para o esclarecimento de factos passados cuja sombra se projecta ainda na alma dos dois povos e cuja exacta interpretação não é indiferente, nem á nossa amizade actual, nem ao nosso entendimento futuro. Por mais que a história constitua uma ciência — a ciência do «mundo sucessivo», na expressão de Xenopol — não podemos abstrair do seu valor prático na vida das nações; e todos sabem que os grandes movimentos de aproximação dos povos se devem menos à consideração dos interêsses imediatos de ordem económica e política, do que ás imperiosas linhas de fôrça dos sentimentos colectivos tradicionais, que se geram no cáos confuso e fecundo da História.

Justificado o Congresso, as suas razões e os seus fins, resta-me definir a posição portuguesa perante os trabalhos que vão realizar-se. Essa posição é de puro desinterêsse nacional. Quere dizer que nenhum de nós pretende reivindicar seja o que fôr que não se fundamente em fontes históricas irrecusáveis, e muito menos aproveitar a oportunidade dêste Congresso para exaltar, em sentido unilateral e exclusivista, a nossa obra colonizadora. Na presença dos nossos ilustres confrades brasileiros, considerar-nos-emos em família. Preferimos revêr-nos nas glórias do Brasil, a ocupar-nos das nossas. Se, porventura, colocados no ponto de vista científico, tivermos de reconhecer êrros passados, fá-lo-emos com a fácil coragem de quem realizou uma obra demasiado grande no Mundo para que possa permitir-se, com serena isenção, a elegância moral de confessar que errou. O esfôrço colonizador dos portugueses — não o ignoramos — tem sido julgado, do outro lado do Oceano, ora com generosa benevolência, ora com excessiva severidade. Consideramos uma e outra atitude perfeitamente naturais, ainda mesmo quando se pretenda apreciar factos de há dois ou três séculos, não dentro do espírito, das tendências e das ideas-fôrças da época em que se produziram, mas à luz de um critério puramente actual. Entre a benevolência e a severidade, há lugar para a justiça da História, única e superior aspiração que nos move.

Abrindo de par em par as portas dêste Congresso, e oferecendo ao exame de técnicos imparciais o nosso passado histórico, sem restrições e sem reservas de qualquer natureza, praticamos, penso eu, um acto de confiança e de probidade mental, que não deixará de ser reconhecido pelos homens de boa vontade e de boa fé. Por maiores que sejam as imperfeições e os defeitos da nossa colonização — vasta experiência efectuada quando nenhuma outra nação moderna colonizava ainda em larga escala — uma realidade magnífica existe no continente americano, em verdade difícil de contestar: permanência de uma grande Nação de língua portuguesa, que, contrastando com a rápida desagregação da América espanhola em repúblicas independentes, mantem, há mais de quatro séculos, a sua prodigiosa e indestrutível unidade, — obra não de franceses ou de holandeses, mas de portugueses e de brasileiros.

Nêste espírito de isenção e de desinterêsse trabalharemos, felizes por ter ensejo de recordar, não aquilo que a civilização americana nos deve, mas o muito que o Brasil deve a si próprio, ao seu esfôrço admirável, ao seu irradiante patriotismo, ao esplêndido desenvolvimento das suas energias autónomas. Se é certo que as matérias de estudo incluidas no programa são anteriores a 1822, quere dizer, à independência juridicamente reconhecida, não é menos verdade que o Brasil já desde meados do sec. XVII constituía «uma nação», podendo considerar-se o surto industrial de Minas como o primeiro passo no sentido da sua autonomia económica, e a luta contra o domínio holandês no Nordeste como o elemento inicial formador da sua precoce consciência política.

Ser-nos-á grato acompanhar, na discussão das comunicações brasileiras apresentadas, o movimento emancipador da grande Nação, que culminou na hora em que o Rio de Janeiro, já mais do que capital dum reino pràticamente independente, se converteu, com a chegada de D. João VI, na metrópole de todo o império português. O passado contém lições que ao presente convém meditar. Nesta hora grave em que as pátrias vacilam, em que se despedaçam as mais fortes armaduras nacionais, e em que, das ruínas da Europa, um novo Mundo vai nascer, quem sabe que destinos estarão reservados às Nações de estirpe portuguesa, cujos imensos domínios — já o dizia Wickam Steed há quinze anos — convertem o Atlântico num «mar lusitano», e cujas capitais constituem os pontos eleitos de ligação, os pilares da extensa «ponte de prata» que porventura unirá amanhã a velha latinidade europeia à nova latinidade americana?



*O CHEFE DO ESTADO PRESIDINDO À INAUGURAÇÃO DO CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS*

Senhores congressistas portugueses, brasileiros, americanos do Norte, americanos do Sul: ao declarar inaugurado o Congresso luso-brasileiro de histó-

ria, faço votos pelo êxito dos trabalhos que vão iniciar-se, de incontestável valor para a história como ciência, de transcendente consequências no que respeita ás relações culturais e políticas das duas Nações irmãs. O centro de perspectiva da História — disse-o, com perfeita lucidez, Frederico Rauh — não está no passado que se extingue, mas no presente que perpetuamente recomeça. Explicando e revivendo, uns e outros, brasileiros e portugueses, a obra comum e longínqua de três séculos — onde passam, num baixo-relêvo que é a síntese da formação social, da evolução política, da autonomia económica brasileira, navegadores, capitãis-mores, governadores, vice-reis, missionários, colonos, desbravadores rudes dos sertões, bandeirantes, faiscadores, garimpeiros, nobreza agrária, gente de guerra, aluviões de povoadores que tornaram possível com o seu esfôrço, com o seu sacrifício, com a sua dôr com o seu amor, essa criação maravilhosa que é o Brasil — nós sentiremos, mais vivamente ainda, que nos corre nas veias o mesmo sangue, que brotámos da mesma Raça augusta, que o clarão da mesma fé ilumina os nossos destinos, que somos um só coração pulsando, ao mesmo rítmo, em duas partes do Mundo. Senhor Embaixador do Brasil: o Congresso saúda em V. Ex.ª um povo amigo e uma pátria imortal. Senhores congressistas: ao entrar nesta sala, não viemos realizar apenas um acto científico, mas tambem um acto político; não nos encontramos apenas perante sombras, mas perante realidades vivas e palpitantes; não somos apenas os evocadores do Passado, mas os construtores do Futuro. Portugueses e brasileiros: a História nos uniu; a História nos guiará.

## DISCURSO DO EMBAIXADOR DO BRASIL

Que minhas primeiras palavras, em cerimónia de tão alta espiritualidade, sejam de comovido agradecimento à Comissão Nacional dos Centenários pelo insigne privilégio que houve por bem conferir-me com o convite a participar da sessão inaugural do Congresso Luso-Brasileiro de História. No momento em que embaixadores da cultura dos dois impérios de língua portuguesa se congregam no augusto recinto desta egrégia Academia, na presença do venerando cidadão que há catorze anos preside à obra ingente e benemérita de reaprumo dos valores morais e espirituais da sociedade portuguesa, semelhante convite enche-me de justo desvanecimento pelo que significa de homenagem ao Brasil que, há quási cinco anos, tenho a honra de representar nesta terra tão cara ao meu espírito e ao meu coração.

O Congresso Luso-Brasileiro de História inaugura suas reuniões em hora fatídica para a civilização humana: dir-se-ia que a Europa, a estorcer-se nas dôres de portentosa maternidade, se apresta a trazer à luz um mundo novo, cujas feições mal podemos vislumbrar ainda por entre a espessa fumarada que se levanta da fogueira, onde ardem tesouros seculares de tradições civilizadoras que pareciam definitivamente incorporadas ao património cultural da Humanidade. Mas tenho por certo que o estrondo da fúria, desencadeada pelas devastadoras tropelias dos deuses do mal, não vos entibiará o ânimo e, antes constituirá estimulo para a realização do pacífico inventário dos factos da nossa história comum a interpretação do seu processo evolutivo durante os fecundos tresentos anos de cujas entranhas nasceu o Brasil de hoje.

Ainda não foi possível traçar o diagrama superior dessa evolução política e social: a-pesar-da formidável massa de materiais pacientemente acumulados, desde as ingénuas narrações dos velhos cronistas coloniais, perdidamente enamorados da terra, até às lucubrações dos investigadores armados dos modernos métodos de estudo das leis, do desenvolvimento dos povos e das sociedades, a história do Brasil espera o sôpro criador do artista e do filósofo destinados a transfigurá-la. É que síntese de tal trancendencia reclama prévia coordenação e publicação de todo o documentário brasileiro, jacente nos arquivos portugueses, e apenas esflorado de quando em quando pela mão curiosa de um ou outro investigador. A realização de tão urgente obra a desafiar a capacidade construtiva de um congresso de eruditos, facilitará, do mesmo passo, o estudo sério e consciencioso, ainda por fazer, da história comparada do Brasil e de Portugal, das variadas reacções do espírito lusitano ante a concepção da vida americana e das poderosas influências, sómente agora entrevistas, dos factores geográficos e económicos, de cuja correlação e interdependência derivarão interpretações inesperadas de mais de um episódio culminante da existência histórica dos dois paises. Para a consecução dêste duplo objectivo, a revista portuguesa «Ocidente», das mais avançadas atalaias da cultura luso-brasileira, acaba de dar rebate, reclamando imperiosamente dos responsáveis pela educação nacional no Brasil e em Portugal, a medida preliminar e inadiável da criação, nos respectivos estabelecimentos de ensino, das cadeiras de História do Brasil e História de Portugal.

Enquanto aguardamos estes resultados que nos permitam abranger o panorama da evolução histórica dos dois povos na complexidade de suas acções e reacções recíprocas, basta-nos ao reconhecimento e ao orgulho o soberbo espectáculo, já fixado por sem número de estudiosos brasileiros e portugueses, da actividade do génio lusiada nos três primeiros séculos da existência do Brasil, desde a hora crepuscular da revelação da terra até ao dia radioso da sua independência: a princípio, o drama anónimo e obscuro da ocupação pelos primeiros habitantes, perdidos na vastidão imensa da natureza americana; depois, a defesa impertérita do litoral, ameaçado pela cupidez do invasor estranjeiro; e, por fim, já constituidos os primeiros núcleos populacionais ainda ligados por frágeis laços de solidariedade, o alargamento progressivo e gradual do território, obra tenaz e silenciosa do missionário, teatral e movimentada das bandeiras que, em maravilhosa irradiação penetradora, abalam para o interior atraidas pela miragem rutilante das minas, apagam as balizas românticas traçadas em Tordesilhas, embatem os primeiros esporões da cordilheira andina e fazem recuar as lindes do Brasil colonial até quási às ribas do Oceâno Pacífico: essa epopeia de gigantes ainda aguarda o seu cantor e António Raposo seu protagonista màximo, depois de varar o continente americano de lés-a-lés, a avassalar terra e mar para o seu Deus e o seu Rei, finca o estandarte português nos cimos nevados dos Andes oferecendo ao artista do futuro o modêlo da estátua que o Brasil e Portugal lhe devem.

Pois bem: em três séculos de labor heróico e quási sobre-humano conseguiu Portugal injectar no aglomerado inorgânico de adventícios dispersos pelos semfins do território brasileiro o sangue do seu próprio sangue, dotá-lo de órgãos essenciais á vida política, proceder ao que o vosso Ministro das Colónias chamou com tanta felicidade «transfusão de almas», e patentear ao Mundo estupefacto o milagre, ainda não repetido, da criação de uma grande nacionalidade sob o céu dos trópicos, enquanto outros povos colonizadores só conseguiram fazer medrar, nas mesmas latitudes, feitorias até hoje dirigidas por agentes metropolitanos, em detrimento da massa da população nativa, votada á irremediavel inferioridade política e social.

E a empresa foi rude, mesmo para os experimentados obreiros que ainda traziam, húmido, nas mãos o barro com que haviam argamassado o Império do Oriente: mas levaram-na a bom termo com a ajuda, ora da espada, que depois de afiada na construção, engrandecimento e defesa da casa lusitana atravessara o Oceano sem perder o gume na conquista e desbravamento das terras transatlânticas; ora da pena que, com Pero Vaz Caminha, escreve o primeiro capítulo da Génese brasileira, com os cronistas revela ao mundo os esplendores da natureza tropical e com os legistas e jurisconsultos esboça os contornos da organização política e administrativa da colónia; ora da Cruz, já inscrita nas velas que mansamente impeliram para o Brasil as primeiras naus; plantada, de braços erguidos, no recesso da selva americana para o sacrifício da missa simbólica na radiosa manhã pascal; flamejante no coração intemerato dos cavaleiros, dos mártires e dos apóstolos que edificavam o novo Reino invocando o «serviço de Deus»; e presente, desde então, hoje e por tôda a eternidade, no fulgurante cruzeiro de estrelas desdobrado no nosso céu como pálio protector da terra brasileira.

No alvorecer do século XIX o Brasil encontrara-se na plenitude de sua formação territorial: propiciara-a o génio de um estadista, já nascido nas plagas americanas, que em documento fundamental para a história da nossa civilização, demarcara, em suas grandes linhas, a gigantesca arena na qual D. João VI assentaria o Reino, Pedro I a nação independente, nosso Pedro II a monarquia e o povo brasileiro, mais tarde a República, quero referir-me a Alexandre de Gusmão, secretário de D. João V, inspirador depois defensor do ajuste memorável em que as duas nações peninsulares, outrora sócias nas aventurosas cavalarias do mar, concordavam pela primeira vez em definir pacificamente as raias dos seus dilatados e mal conhecidos latifúndios ultramarinos.

O Tratado de limites de 1750 revogou expressamente o de Tordesilhas e os de Lisboa e de Utrecht e aboliu quaisquer direitos e acções em Portugal e Espanha oriundos daqueles ou de quaisquer outros actos públicos anteriores; foi êle que homologou as conquistas das bandeiras e das missões, quadruplicando o primitivo e mesquinho quinhão de terras portuguesas com a encorporação pacífica à Corôa de quási todo um Continente; foi êle, tambem, que delineou desde então em traços essenciais, a configuração física do Brasil de hoje; foi êle ainda que consagrou o princípio do «uti-possidetis», chamado mais tarde a dirimir pacificamente as diferenças de limites entre o Brasil e as Repúblicas hispano-americanas; foi êle, enfim, que em antevisão profética dos destinos políticos do Novo Mundo, registou a primeira manifestação da consciência pan-ameri-

cana ao determinar que as colónias portuguesas e espanholas da América se manteriam em paz mesmo no caso de guerra declarada entre as respectivas metrópoles na Europa.

E essa unidade territorial, perfigurando futura unidade política, defenderam-na os portugueses tão tenazmente contra castelhanos, contra franceses, contra ingleses e contra holandeses, que em 1822 soada a hora da separação, os brasileiros puderam' receber das vossas robustas mãos um Brasil, uno, íntegro, monolítico... É a história dessa epopeia de três séculos, glória imarcessível do génio colonizador de Portugal, que ides estudar, a interpretação dessa obra prima de sagacidade política — a tarefa primacial do Congresso que ora se inaugura.

Mas além dêste sentido realista, o Congresso Luso Brasileiro de História oferece também um significado ideal, cuja magnitude e transcendência só a perspectiva do tempo nos permitirá apreciar no seu justo valor; sua inauguração coincidindo com a festa jubilar da nacionalidade ha-de marcar étapa decisiva na campanha de aperfeiçoamento das relações luso-brasileiras em que ha tantos anos impávida legião de batalhadores, no livro, na cátedra, na Imprensa, na tribuna, vem empenhando-se com o fervor, a fé e a combatividade que só as causas nobres e generosas possuem o condão de despertar nos corações dos homens de boa vontade.

Estou em que essa primeira reunião de eruditos e estudiosos para o exame sereno da história comum dos dois países ha-de contribuir também para reforçar as afinidades profundas existentes entre ambos com o apagamento de quaisquer pequenas divergências susceptíveis de dividi-los e ajudará a assentar sôbre bases inamovíveis a aliança do sangue, do espírito e do coração.

Bem sei que se anunciam distintos os destinos do Brasil e Portugal por vibrarem ao rítmo de outras aspirações, sentimentos e ideas; bem sei que especialíssimas condições históricas e geográficas lhes traçaram órbitas paralelas mas independentes: bem sei que o Brasil de hoje, na plenitude de sua autonomia política e intelectual, forjou personalidade própria, inconfundível, servida por uma consciência desabrochada ao influxo de um ambiente americano. Mas tambem sei que, a-pesar-dessas diferenças, subsiste sempre vivo, no fundo de nossas almas, um resíduo de energias espirituais comuns — espécie de húmus multi-secular em que mergulham as raizes mestras das duas nacionalidades. São êsses elementos imponderáveis, ancorados no mais íntimo dos nossos corações, geradores do misterioso instinto de solidariedade entre ambos os povos que precisamos cultivar amorosamente e inocular no espírito das novas gerações dum e doutro lado do Oceano; são êles que ajudarão brasileiros e portugueses a apertar mais e mais as malhas das armaduras que vestirão um dia para afrontar unidos as emboscadas e surpresas nas encruzilhadas da história e realizar sua missão civilizadora, sem outras ambições que as do contínuo aperfeiçoamento moral, sem outras emulações que as nascidas do trabalho em comum; sem outras conquistas que as do Direito e da Justiça; são êles ainda que irmanarão as duas grandes Pátrias num vasto império de influência decisiva nos destinos da sociedade humana, quando tiverem povoado seus 11 milhões de quilómetros quadrados nas cinco partes do mundo e restituido á língua portuguesa o ceptro da universalidade dos dias heróicos e gloriosos do seu passado.

A delicada obra de comprensão mútua entre o Brasil e Portugal, cuja trama subtil se vem, assim, estreitando dia a dia, recebe agora com a reunião dêsse Congresso consagração pública, solene, definitiva. Nesta hora sombria da Humanidade só nos resta elevar nossos corações á altura dos ideais comuns, não deixar esmorecer nem apagar no tabernáculo de nossas almas a chama sagrada dessa solidariedade criadora e manter sempre vivo e sempre resplandecente o radioso ideal da fraternidade luso-brasileira. Estou seguro de que assim obrando honraremos hoje os que já se foram e facilitaremos a tarefa dos que depois de nós se empenharem na mesma batalha. Só assim seremos dignos dos nossos maiores. Só assim mereceremos as bençãos das gerações vindouras. Só assim faremos com que, em nossos dois paises, benfadados pela Providência, a obra dos homens seja sempre digna da obra de Deus...

# ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

Aqui se terminam as cartas de D. João IV para o govêrno do Alentejo que encontrámos na Biblioteca da Ajuda.

Nas ordens do monarca que hoje publicamos foca-se sobretudo o aspecto económico da guerra, que muito interêsse tem. E na carta de 21 de Fevereiro de 1654 para o Conde de Soure, aborda-se um problema moral que convem fixar: D. João IV tendo sido avisado que o soldado Noutel de Morais havia raptado uma mulher casada, levando-a, ajudado por um companheiro, com seus filhos para Moncaras, ordena às justiças dessa vila que o delinquente seja preso, não se tendo assim em consideração, mas «por esta uez somente», o couto da vila a êsse militar. O Rei mandava dêste modo desrespeitar uma disposição legal para que um criminoso não ficasse impune.

## XXVII

*Conde amigo. Eu El Rey uos enuio m.to saudar, como aquelle q̃ amo. Hauendo visto a uossa carta de 31 de Dez.ro proximo passado, em que representais o dano que se segue, e pode seguir a meu seruiço de faltarem as mesadas para se soccorrer o ex.to, pedindose acuda ao remedio deste dano antes q̃ seia maior, me pareceo dizeruos que nesta materia se manda fazer toda a diligencia, até com os Estados das Cortes; E parq̃ o tenhais entendido, se uos faz este auiso. Escrita em Lx.a 31 de Jan.ro de 654.*

*Rey* ∴

*Saluador Correa de sáa j benauide.*

*Pedro Cesar de Meneses*

*P.a o Conde de Soure.* (1)

## XXVIII

*Conde amigo. Eu El Rey uos enuio m.to saudar, como aquelle q̃ amo. Para Capitão da companhia de Arcabuzeiros, que nesse exercito uagou pela deixação que della fez Andre de Azeuedo, para a qual me propusestes sogeitos, fui seruido nomear ao Thenente Ber-*

(1) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 136.

*D. JERÓNIMO DE ATAIDE*

D. Jerónimo de Ataide, VI Conde de Atouguia. Foi «do Conselho de Estado, e Guerra, Governador do Brasil, nomeado a 14 de Dezembro de 1652, e das Armas da Provincia de Traz os Montes, e Alentejo, Capitão General da Armada Real, Presidente da Junta do Comércio, lugares, que exercitou com acerto, e desinteresse». (Caetano de Sousa — Memórias históricas e geneológicas dos grandes de Portugal — 4.ª Ed., pag. 198).

*CONDE DA ERICEIRA*

D. Fernando de Meneses, II Conde da Ericeira. Foi do Conselho de Estado e Guerra de D. Pedro II e seu Gentil-Homem da Câmara. E tendo sido Governador e Capitão-General da Cidade de Tanger «morreo de oitenta e cinco annos em 23 de Junho de 1699, deixando gloriosa memoria pelos serviços da guerra de Italia, Alentejo, e Tangere, e na paz nos lugares politicos, e igualmente nas letras, escrevendo a Historia Latina del Rey D. João IV, que se imprimio, a de Tangere, e outras obras». (Caetano de Sousa — Memórias históricas e geneológicas dos grandes de Portugal — 4.ª ed., pag. 246).

*nardo de faria primeiro proposto. De que me pareceo auisaruos para q̃ o tenhais entendido. Escrita em Lx.ª 31 de Jan.ro de 1654.*

*Rey* ⁂

*Saluador Correa de sáa j benauide.*

*Pedro Cesar de Meneses*

*P.ª o Conde de Soure.* (1)

*D. JOÃO IV*

(1) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 137.

XXIX

*Conde amigo. Eu El Rey uos enuio m.to saudar como aquelle q̃ amo. Vi a uossa carta de 24 de Dez.ro proximo passado, em q̃ me dais conta do furto que Noutel de Morais soldado desse exercito, e hum companheiro seu fizerão em Oliuença de huã molher casada que com seus filhos leuarão a Villa de Moncaras; e do requerim.to que uos fez o Juiz de fora della; (mandandouos prender; e leuar a essa Cidade estes dous homẽs, em rasão da queixa que o marido fez do caso) para q̃ sobestiuesseis na ordem; apontando o Juiz que por este modo se uiolaua o couto daquella Villa. E por este caso me parecer digno de se castigar plas rasões apontadas na uossa carta, mando escreuer as justiças da Villa de Moncaras a carta q̃ sera com esta, e lhe fareis remeter, na qual ordeno q̃ por esta uez som.to não ualha o couto a Noutel de Morais. E p.a q̃ o tenhais entendido se uos faz este auizo. Escrita em Lx.a 21 de feu.ro de 1654.*

*Rey* ⁂

*O Marques Almirante.*

*Pedro Cesar de Meneses*

*P.a o Conde de Soure.* (1)

XXX

*Conde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar como aquelle que amo. Por carta de 30 de nouembro proximo passado vos mandei auizar da resolução que fuy seruido tomar na pretenção que a nobresa e pouo da Villa de Monforte tinha de que se lhes desse pão de monição para se sustentarem e assistirem as guardas. E porque os officiaes da Camara daquella Villa me representarão agora que se deixaua de dar a execução esta resolução por não hauer aly uegias do campo, a que só se mandaua dar pão de monição, pedindome que pois as não ha tenha effeito a merce que lhes fiz nas sintinellas das trincheiras da mesma Villa uisto a pobresa com que se achão por cauza da guerra. Hey por bem que na forma que elles pedem, façaes soccorrer as sintinellas daquella Villa com pão de monição. Escrita em Lx.a 13 de Março de 1654.*

*Rey* ⁂

*Saluador Correa de sáa j benauide.*

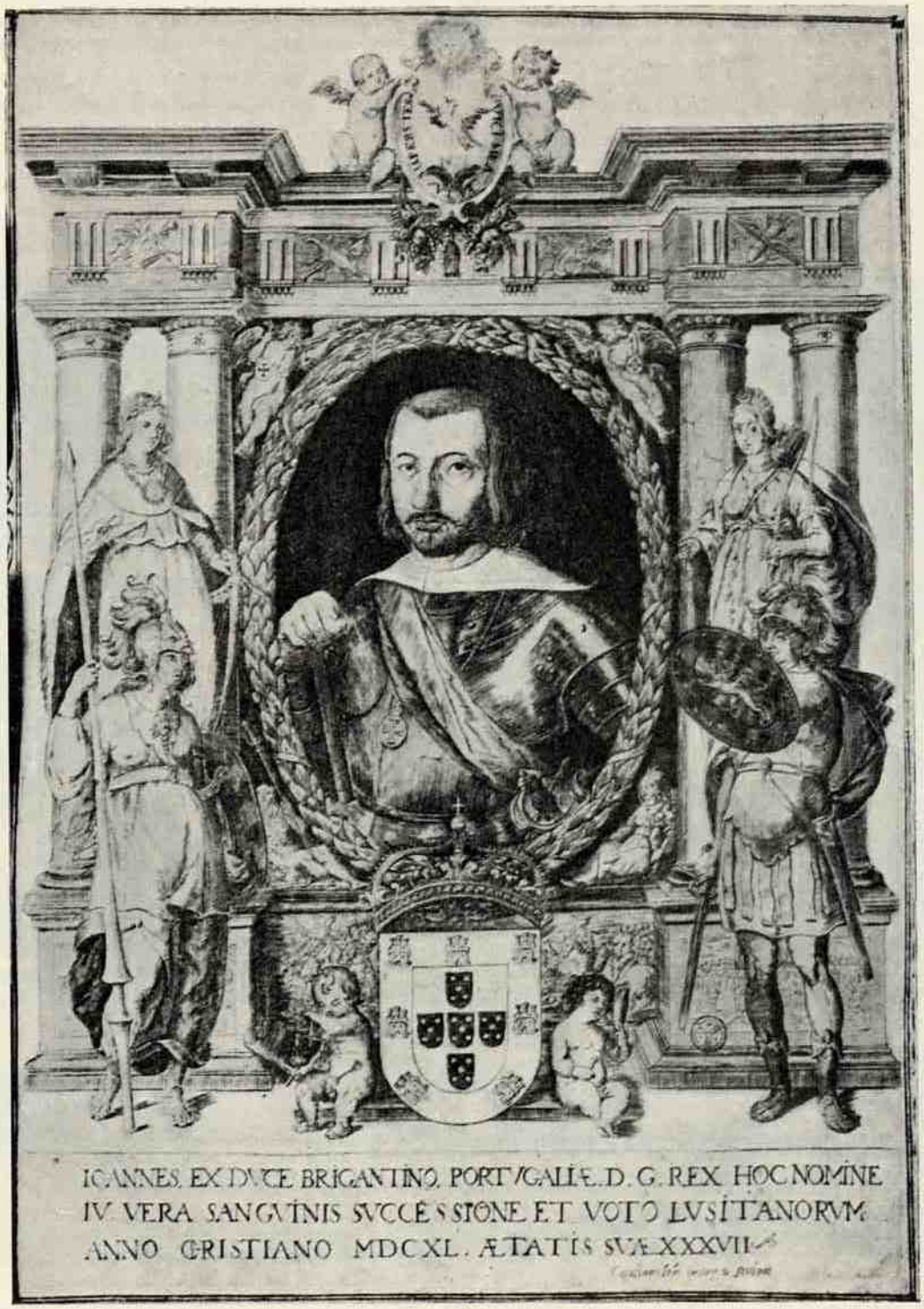
*Pedro Cesar de Meneses*

*P.a o Conde de Soure.* (2)

---

(1) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 151.

(2) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-29, fol. 59.


IOANNES. EX DVCE BRIGANTINO. PORTVGALIÆ. D. G. REX. HOC NOMINE
IV. VERA SANGVINIS SVCCESSIONE ET VOTO LVSITANORVM
ANNO CRISTIANO MDCXL. ÆTATIS SVÆ XXXVII

*D. JOÃO IV*

XXXI

*Andre de Albuquerque. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Hauendo uisto a uossa carta de 27 do passado em que me auizaes que por não pararem as fortificações de Oliuença e Campomayor hauia muitos dias se estaua accudindo ao trabalho dellas como o dinheiro da consignação dessa praça de Eluas de que hauia resultado faltar agora para todas, lembrando quoanto conuem que para huãs e outras se proueja a mayor quantidade de dr.º que for possiuel, me pareceo dizeruos que logo mando aplicar os effeitos distinados as fortificações destas praças e aduirtiruos que estando essa de Eluas posta em deffensa conuira muito jr dispondo as couzas de modo que tambem o estejão as outras duas quoanto antes for possiuel. Escrita em Lx.ª 19 de Majo de 1654.*

*Rey* ⁂

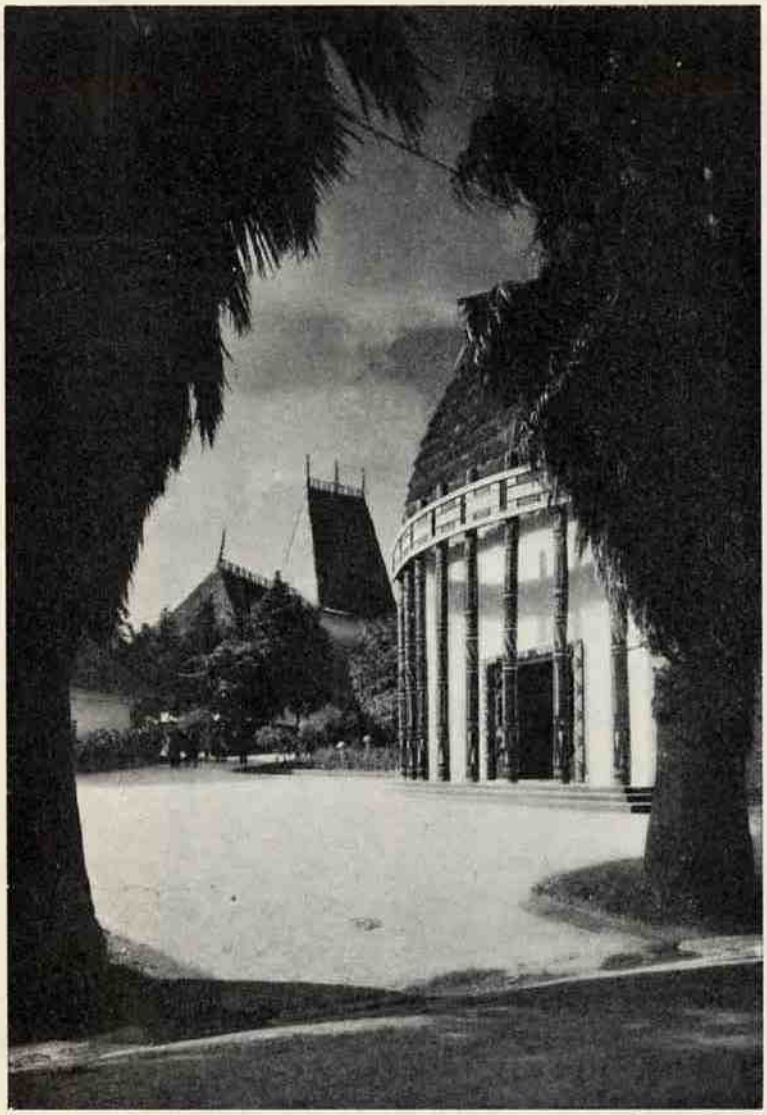
*Saluador Correa de sáa j benauide.*

*Pedro Cesar de Meneses*

*P.ª o G.ᵃˡ da cauallr.ª do ex.ᵗᵒ de Alentejo.* (1)

(1) *Biblioteca da Ajuda.* Códice 51-VI-30, fol. 46.

# EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS



*UM PAVILHÃO DA SECÇÃO COLONIAL*

*VENDEDEIRA DE LOUÇA NO CENTRO REGIONAL*

# CASTELOS DE PORTUGAL

## MERTOLA E SERPA

*A escola tem um papel primacial a representar nesta obra de tão nobres intenções e de tão belo significado, não só familiarizando os novos com as pedras das vetustas muralhas das nossas fortalezas e explicando-lhes o que representam estas preciosas e artísticas iluminuras da História de Portugal, como também avivando-lhe no espírito os mais belos rasgos de heroísmo e lealdade e as acções cavalheirescas dos seus antepassados.*

(Em Defesa dos Castelos Portugueses por *Jorge Larcher*).

*CASTELO DE MERTOLA*

Êstes dois velhos castelos de que nos vamos ocupar nestas ligeiras notas foram arrancados à posse dos moiros, nesse período áureo de conquistas para o alargamento de Portugal.

Mértola, a antiqüíssima cidade romana, tanta vez devastada e saqueada, foi reconstruída pelos árabes.

Ibn Kasi fez do seu castelo, situado em admirável posição estratégica, o centro dos seus estados, e aliado com D. Afonso Henriques penetrou nos distritos de Beja e de Mérida.

Esta aliança em breve se quebrou, porque os sarracenos não gostavam desta união com o rei cristão.

A conquista de Mértola pelos portugueses parece que foi em 1238, segundo a opinião de A. Herculano, visto que a doação desta povoação aos freires da ordem de S. Tiago é de Janeiro de 1239.

Para a posse desta vila bastante contribuiram os valorosos cavaleiros daquela ordem militar, aos quais D. Sancho deu o senhorio das povoações submetidas com o encargo de as defender, estabelecendo-se o convento em Mértola, como lugar mais próximo das novas fronteiras e procedendo logo êstes cavaleiros à construção do castelo e muralhas, para melhor se defenderem dos moiros, que no Algarve e Andaluzia possuiam ainda grandes e poderosos estados.

A sua posição e a fortaleza das suas muralhas deram-lhe uma certa importância, e ainda em 1664, quando se procedia à construção das fortalezas do Alentejo, o Marquês de Marialva, numa carta dirigida ao rei, referia-se assim ao castelo de Mértola: «Mértola está sobre Guadiana, e até agora, nem o inimigo, nem nos alcanssamos a importancia della, porque se o tivera considerado, a ouvera ocupado, ou nos bem fortificada, e assim conviria muito, não haver descuido, porque pode ter consequencias muy uteis para a nossa deffença.»

Hoje esta antiga fortaleza encontra-se em deplorável estado, carecendo de importantes obras para que se possa manter e conservar como recordação do nosso glorioso passado.

* * *

Serpa caiu em poder de D. Afonso Henriques no ano de 1166 e ocupada mais tarde pelos moiros foi reconquistada por D. Sancho II em 1232.

Em grande estado de ruína encontrou D. Diniz esta povoação, cujo alcácer e castelo fez de fundamento com muitas despesas de seu tesouro conforme a narração de Rui de Pina, na crónica dêste monarca.

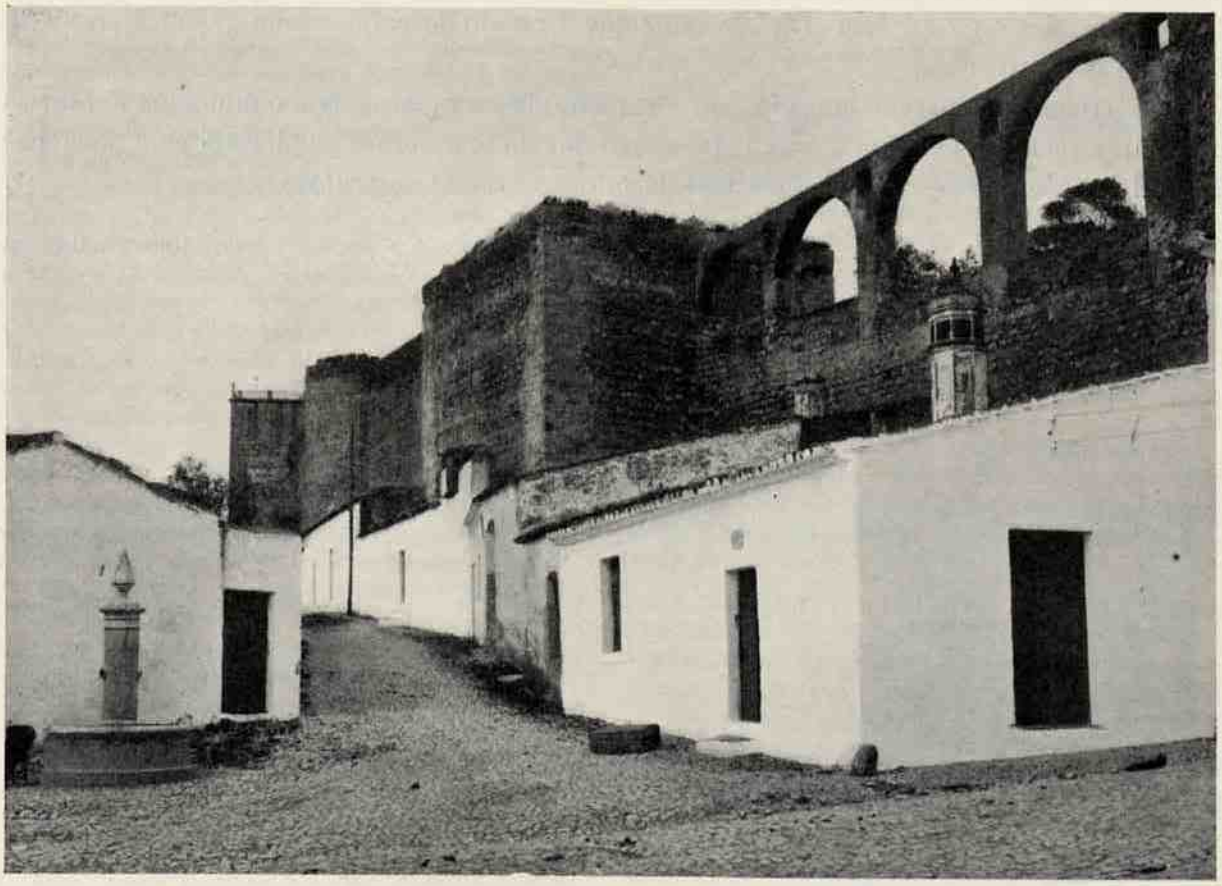
Serpa era rodeada de muralhas com o seu forte castelo e tinha 5 portas: de Moura, de Sevilha, de Corredoura, de Beja e Porta Nova.

Teatro de notáveis acontecimentos históricos, bastantes estragos sofreu nas lutas com os moiros e mais tarde com os castelhanos.

Na carta do Marquês de Marialva, já atrás mencionada, se faz também referência a esta povoação nestes termos: «O Forte de Serpa está acabado; a obra que se avia de fazer

na villa está parada, muito em prejuizo de sua deffença, pois o forte não defende a villa, e he necessario fortificala, porque he praça de grandes consequencias para a defensa da Provincia, e de muitas se o inimigo a conquistar, o que Deus não permitirá.»

Em 1707 foi Serpa sitiada pelo Duque de Ossuna, com numerosas fôrças; a pequena guarnição da praça, com o auxílio dos habitantes da povoação, obrou prodígios de valor,



*MURALHAS DO CASTELO DE SERPA*

mas a falta de mantimentos e de munições não lhe permitiu continuar a sua heróica resistência, sendo forçada a capitular a 26 de Maio do mesmo ano.

No ano seguinte os portugueses obrigam os espanhóis a abandonar a praça, mas êstes antes de se retirarem destruiram-na, deixando-a em grande estado de ruína.

Por meio de minas os espanhóis arrazaram três tôrres e outras tantas portas das muralhas de Serpa, sendo a de Sevilha a que mais estragos sofreu.

A acção do tempo e dos homens continuou a sua obra de devastação, deixando em deplorável estado êste velho monumento militar.

Francisco de Melo, senhor de Ficalho e alcaide mór de Serpa edificou uma sumptuosa residência junto do castelo, que era abastecida de água por uns grandes arcos feitos sôbre a muralha.

Em 1870 e 1871, registaram-se importantes desmoronamentos das muralhas e das tôrres dêste velho castelo, que tão activo se mostrou nas guerras contra os moiros e castelhanos, e que hoje se encontra em lamentável estado de ruína e sem grandes possibilidades de reconstrução.

É triste que fôssem lançados ao abandono êstes veneráveis monumentos militares, cuja ruína podia facilmente ser evitada, se em devido tempo lhes acudissem com pequenas obras de conservação e leis severas não permitissem a sua destruíção.

JORGE LARCHER

# NOTAS VÁRIAS

## *PROVISÃO DE SUA EMINÊNCIA O SENHOR CARDIAL PATRIARCA*

MANUEL II POR MERCÊ DE DEUS CARDIAL PATRIARCA DE LISBOA

Quiseram os Bispos Portugueses celebrar, neste Ano Aureo dos Centenários da Fundação e da Restauração da Pátria, com especial esplendor, a Festa da Imaculada Conceição da Virgem Santíssima, Padroeira de Portugal.

No próximo dia 8 de Dezembro, estarão êles reunidos na velha Sé Patriarcal — onde tôdas as alegrias cristãs e nacionais tiveram sua adequada expressão — participando e dando lustre ao Pontifical solenissimo, que se realizará com tôda a pompa litúrgica, segundo o rito joanino.

Mas a voz dos Fieis não deve ficar silenciosa, diante da ratificação feita pelos seus Pastores, do juramento de fidelidade e amor, que o Rei, e as Côrtes, e as câmaras, e as paróquias, e o país inteiro prestaram em 1646 á Padroeira então eleita.

Queremos que o dia da Imaculada Conceição de Nossa Senhora seja comemorado festivamente em tôdas as paróquias do Nosso Patriarcado.

O momento é, mais que nunca, de erguermos para Nossa Senhora as nossas mãos suplicantes, para que o seu amparo leve Portugal a continuar em esperança e glória, nos seus caminhos.

Pertence-nos a nós, portugueses do século XX, o dever e a honra de agradecer á Excelsa Padroeira o ter-nos maternalmente acompanhado ao longo de oitocentos anos de lutas, de martírio e de fé.

Havemos, pois, por bem determinar:

1.º — que, a 8 de Dezembro, como demonstração de regosijo, se repiquem os sinos, especialmente ao meio-dia, hora em que na Sé Catedral estará sendo renovado o Sacrifício da Divina Vítima, por Quem faremos subir ao Ceu, em nome da Nação Portuguesa, a nossa homenagem de reparação e acção de graças.

2.º — que se promovam em tôdas as igrejas fervorosas comunhões gerais, para assim melhor honrar a Mãi de Deus e nossa celestial Padroeira, recebendo a seu Divino Filho, que será no nosso coração a mais preciosa Oferta do glorioso dia.

3.º — que se celebre, a hora conveniente, uma função religiosa em honra de Nossa Senhora, renovando nela a *Consagração ao Coração Imaculado de Maria*, que está preceituada para a conclusão do mês de Maio. (*Vida Católica*, Ano XIV, n.º 216-217, Junho-Julho de 1930).

Dada em Lisboa e Paço Patriarcal, aos 26 dias do mês de Novembro de 1940.

† M. CARDIAL *Patriarca*

## *PUBLICAÇÕES RECEBIDAS*

A TERRA DA MAIA (Subsídios para a sua monografia) — Vol. I — Pelo *Padre Agostinho de Azevedo*. Ed. da Câmara Municipal da Maia. 1939

AMADOR BUENO — O Aclamado — (Romance histórico) — por *Aureliano Leite*. S. Paulo (Brasil). 1938

A VIDA PELO AMOR (Versos) — Por *Jessé de Almeida*. Livraria H. Antunes, editora. Rio de Janeiro. 1939

Insere êste volume a «Marcha solene dos Centenários de Portugal» — versos do autor, que Nicolino Milano musicou e Manuel Móra iluminou em pergaminho, para oferecer ao Chefe do Govêrno Português por ocasião dos centenários.

À MARGEM DO PRÓXIMO CENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL. COMO ESTA FOI ANUNCIADA EM GOA — por *Amâncio Gracias*. (Separata do «Boletim do Instituto Vasco da Gama», n.º 41 — 1939). Tipografia Rangel — Bastorá. 1939

ESTUDOS ITALIANOS EM PORTUGAL — Vol. 2 — Colaboração de Reinaldo dos Santos, Vieira de Almeida, António Paúl, Oliveira Guimarães, Luiz Reis Santos, J. Pires de Lima, Eduardo Brazão, Manuel Lopes d'Almeida, etc. — Ed. do Instituto de Cultura Italiana em Portugal. Lisboa. 1940

A GUERRA DA RESTAURAÇÃO EM VALENÇA — por *José da Mota Lopes*. Colecção Centenários (N.º 1) — Separata de «O Minhoto». Valença. 1940

GIL VICENTE (Revista literária de cultura nacionalista) — Vol XVI (N.ºs 5, 6 e 7) consagrado às Comemorações Centenárias. Guimarãis. 1940

Insere êste número colaboração de D. Fernando Tavares e Távora, José Trêpa, Alfredo Pimenta, Alberto Vieira Braga, Mário Gonçalves Viana, Manuel Araújo, João Neiva, Feliciano Ramos, António Alvaro Dória, Afonso Lopes Vieira, César de Olivei-

ra, Azinhal Abelho, Jerónimo de Almeida, José de Oliveira, Manuel Alves de Oliveira.

CAPELAS PERFEITAS (Poemas) — por *Adolfo Simões Müller*. Ilustrações de Manuel Lapa. Lisboa. 1940. Contém os seguintes poemas: *Ronda do berço; Tríptico da glória; As cinco chagas; Capelas perfeitas.*

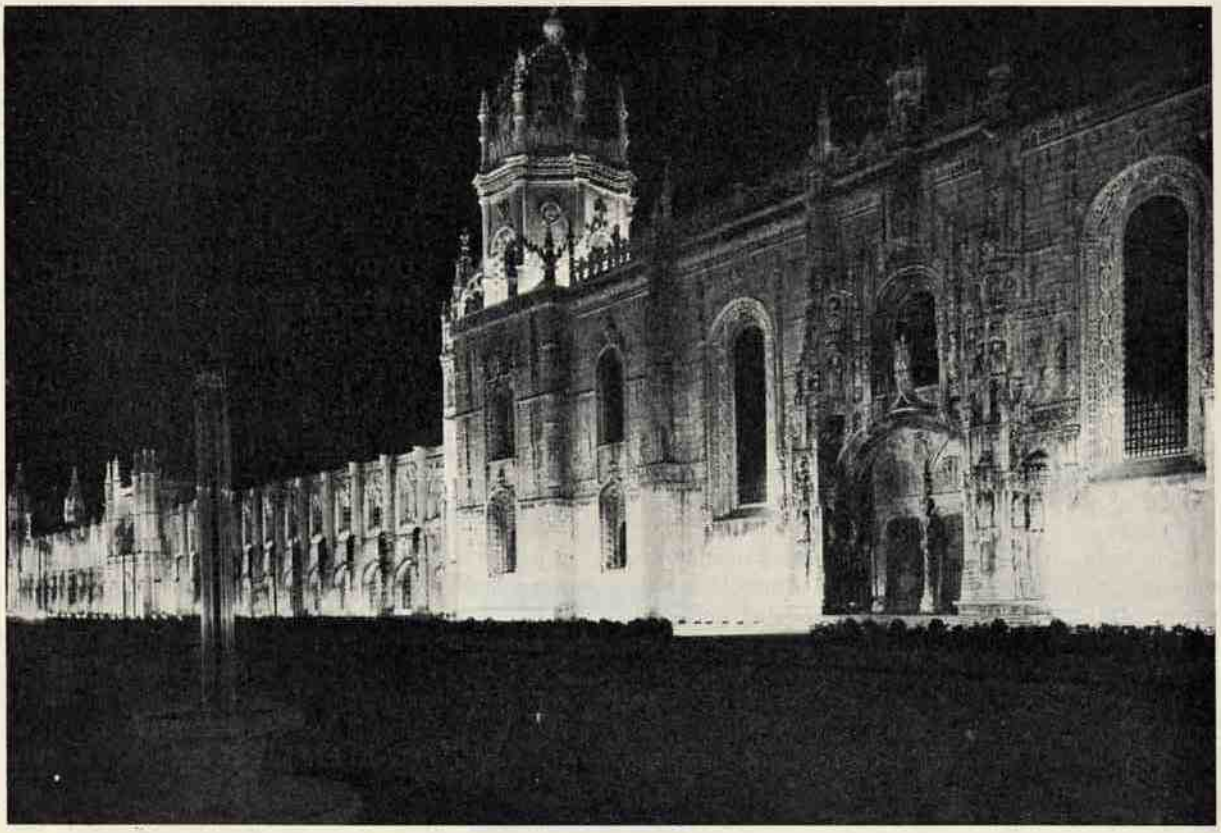
MANUEL TOMÁS, POETA VIMARANENSE DA RESTAURAÇÃO — por *Manuel Alves de Oliveira*. (Separata ao vol. XVI da revista «Gil Vicente»). Guimarãis. 1940

REVISTA DE GUIMARÃES (Volume especial comemorativo dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal) Ed. da Sociedade Martins Sarmento. Guimarãis. 1940. Colaboração de: Pedro Vitorino, P.e Miguel de Oliveira, Alberto Feio, António Gomes da Rocha Madahil, Cláudio Basto, Artur de Magalhães Basto, Hernâni Cidade, Mário Cardozo, António Lopes de Carvalho, João Lopes Faria, Joaquim de Carvalho, Alberto Vieira Braga, Gastão de Mello de Mattos, Ernesto Soares, Belisário Pimenta, Luiz Pinto Garcia, Fr. Pedro Vaz Cirne de Sousa. Tiragem de 500 exemplares.

HISTÓRIA PEQUENINA DE PORTUGAL GIGANTE (Um serão dos Centenários) — por *António Corrêa d'Oliveira*. Ed. da Companhia Editora do Minho. Barcelos. 1940

COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS. PROGRAMA OFICIAL. 1940 — Edição de luxo. Tiragem de cinco mil exemplares numerados de 1 a 5.000. Editado pela Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários. Realização dos Serviços gráficos do Secretariado da Propaganda Nacional. Lisboa. 1940

ITINÉRAIRE HISTORIQUE DU PORTUGAL — Texte de Virgínia de Castro e Almeida. Notes de Fernando de Pamplona. Ed. da Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários. Lisboa. 1940



*MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS — ASPECTO NOCTURNO*

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

DEPÓSITO LEGAL
MAR 1941

# REVISTA DOS CENTENÁRIOS

N.º 24 — 31 de Dezembro de 1940 — ANO II

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

# SUMÁRIO

*DISCURSO DO CHEFE DO ESTADO NA SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS, realizada na Assembleia Nacional, em 2 de Dezembro* . . . . . 1

*A FRANÇA E A REVOLUÇÃO DE 1640 — Dr. Rodrigues Cavalheiro* . . . . . 4

*OS JURISCONSULTOS E OS DIPLOMATAS DA RESTAURAÇÃO — Sessão evocativa na Academia das Ciências de Lisboa, em 28 de Novembro de 1940* . . . . . 15

*SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS, realizada na Assembleia Nacional, em 2 de Dezembro — Discurso do Dr. Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva* . . . . . 18

*SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS, realizada no Pavilhão de Honra, em 2 de Dezembro de 1940 — Palavras de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas e Comunicações — Discurso do Dr. Augusto de Castro, Comissário Geral da Exposição do Mundo Português* . . . . . 21

*ALOCUÇÃO DO COMISSÁRIO NACIONAL DA MOCIDADE PORTUGUESA, DR. MARCELO CAETANO, no Palácio da Independência, em 2 de Dezembro de 1940* . . . . . 23

*A TERCEIRA E OS CASTELHANOS — A BATALHA DA SALGA — Dr. Vitorino Nemésio* . . . . . 26

*UMA CURIOSA REFERÊNCIA ICONOGRÁFICA AOS TEMPOS DE OURIQUE — Castro e Brito* . . . . . 33

*ALENQUER — Dr. Luciano Ribeiro* . . . . . 37

*CASTELOS DE PORTUGAL — TÔRRE DA UCANHA E PENEDONO — Cap. Jorge Larcher* . . . . . 41

*A BIBLIOGRAFIA DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS — Dr. Eduardo Brazão* . . . . . 44

*NOTAS VÁRIAS* . . . . . 57

*ÍNDICES* . . . . . 61

COMPOSTO E IMPRESSO NA OFICINA GRÁFICA, LIMITADA / RUA DA OLIVEIRA, AO CARMO, 8 / LISBOA

# CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

| | 1 ano | 2 anos |
|---|---|---|
| Continente e Ilhas adjacentes . . . . | 25$00 | 50$00 |
| Portugal de Ultramar . . . . . | 30$00 | 60$00 |
| Estranjeiro . . . . . | 35$00 | 70$00 |

Número avulso: 2$50


A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais:

| | |
|---|---|
| A fogo . . . . . | 25$00 |
| A ouro . . . . . | 30$00 |
| (Empaste) . . . . . | 5$00 |

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8 / Lisboa

TELEFONE 2 2886

# DISCURSO DO CHEFE DO ESTADO, NA SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS, REALIZADA NA ASSEMBLEIA NACIONAL, EM 2 DE DEZEMBRO

*Se há seis meses me foi dado o ensejo de agradecer à Providência o venturoso encargo de abrir, como Chefe do Estado, o ciclo das Comemorações Centenárias, não pode ser menos efusiva e sincera a gratidão que devemos tributar-lhe ao declarar o seu encerramento. A tanto nos obriga a grandeza de que puderam revestir-se os actos comemorativos dos nossos Centenários e o ambiente de paz e relativa felicidade interna em que foi possível decorrerem.*

*Quis-se, ao lançar a idea das Comemorações, que estas fôssem, acima de tudo, grande festa nacional, festa para todos os portugueses do mundo, e em que todos podiam e deviam colaborar. Todos haviam de ter sua parte na satisfação que dessem, na fé e optimismo que houvessem de arreigar nos espíritos acêrca da vitalidade do povo português e do seu engenho criador.*

*De facto, o entusiasmo e patriótica devoção com que foram celebradas e comemoradas as mais solenes datas da nossa História, não encheram sómente a parte continental ou insular da Nação, nem só a vasta extensão do Ultramar Português, mas as grandes ou pequenas colónias residentes em países estrangeiros. Todos à porfia, em restritos ou numerosos grupos, marcantes pela situação social ou só pelo trabalho e patriotismo, todos à porfia quiseram associar-se e viver connosco os momentos mais altos e solenes das Comemorações, podendo dizer-se não ter havido em qualquer canto do orbe coração de português que não vivesse esta hora de glorificação, convertida desde logo, por tão intenso sentir, em verdadeiro ressurgimento da alma nacional. Lembro especialmente a admirável colónia portuguesa do Brasil que, num esfôrço de grande generosidade e com larga e patriótica visão, quis adquirir e confiar para sempre à guarda da «Mocidade Portuguesa» o Palácio, estimável a tantos títulos, que ficará a chamar-se da Independência. Mas à chamada que fizemos ninguém faltou, e podemos asseverar que todos ficámos senão mais portugueses, ao menos mais orgulhosos do nosso passado e mais confiantes no futuro.*

*O vigoroso impulso dado a muitas obras, ligadas por si mesmas ou por determinação do Govêrno a êste período aureo, permitiu-nos assistir a uma fase de intensivo trabalho que veio embelezar e enriquecer definitivamente o País. Os melhoramentos materiais, os estudos*

*e investigações de vária ordem, a riqueza e variedade das publicações, as reproduções de obras de arte, literárias e científicas ou de valiosos documentos históricos, os discursos e conferências, as comunicações, os Congressos, os Cortejos, as Exposições de arte ou documentais e sobretudo essa maravilhosa Exposição do Mundo Português revelaram por tôda a parte uma actividade febril mas criadora e uma capacidade de realização dificilmente igualada em qualquer tempo, dadas demais as circunstâncias externas particularmente difíceis em que se desenvolveram. Perdurará de tudo isto a memória de altas manifestações de beleza, grata aos nossos sentidos; lograram-se aquisições definitivas, materiais ou morais, para o nosso património, mas, acima de tudo, fica, a alicerçar a nossa confiança, a prova irrefragável do que na esteira de antepassados ilustres valemos e somos os portugueses de hoje.*

*Com júbilo e desvanecimento assistimos também ao proficiente interêsse que as nossas Comemorações despertaram em estudiosos e altas individualidades de outras nações e às penhorantes manifestações particulares e oficiais com que tôdas elas no-lo quiseram testemunhar e tão grato nos foi receber. Desde o mais extremo Oriente às Américas e destas à generalidade das Nações europeias, a-pesar dos trágicos momentos que em quási tôdas se vivia, por tôda a parte se versaram largamente em obras de profunda investigação ou com intuito simplesmente vulgarizador, assuntos ligados à projecção mundial do nosso povo e da sua História, sempre com simpatia e a mais larga compreensão por um esfôrço que encheu séculos e beneficiou o Mundo.*

*Em muitos países a colónia portuguesa ao celebrar de longe as glórias pátrias viu-se cercada do carinho das autoridades e das mais altas figuras locais que assim aumentaram o brilho e solenidade daquelas festas.*

*E não ficaram por aí as homenagens das nações estrangeiras. Arrostando com as dificuldades do momento internacional, não duvidaram muitíssimas abrilhantar as nossas Comemorações com luzidas e honrosas Embaixadas que mais ainda nos vieram obrigar, estreitando as pacíficas e amistosas relações já existentes; e não se estranhará que neste agradecimento que a todos efusivamente dirigimos especializemos a nossa velha aliada, a Inglaterra, cuja missão foi, como prova da mais alta estima, chefiada por Sua Alteza o Duque de Kent, e a Espanha, vizinha e irmã, pela Geografia e pela História, que não só comemorou connosco as glórias comuns do Salado mas chegou a separar-se de algumas das suas jóias para trazer à nossa Exposição as «Recordações Portuguesas», enriquecendo-a com vincados traços da nossa arte e alta representação de momentos ou valores da nossa História.*

*Do Brasil não falo como de nação estrangeira. Convidado a fazer as honras da casa e a celebrar connosco séculos de História comum, esteve junto de nós desde o primeiro momento, partilhando o mesmo entusiasmo e devoção patrióticos, colaborando nos Congressos, sessões solenes e Exposições com muitos dos seus melhores valores, apresentando com ufania, ao lado da sua ascendência, as melhores manifestações da sua actividade, «vivendo», en-*

*e investigações de vária ordem, a riqueza e variedade das publicações, as reproduções de obras de arte, literárias e científicas ou de valiosos documentos históricos, os discursos e conferências, as comunicações, os Congressos, os Cortejos, as Exposições de arte ou documentais e sobretudo essa maravilhosa Exposição do Mundo Português revelaram por tôda a parte uma actividade febril mas criadora e uma capacidade de realização dificilmente igualada em qualquer tempo, dadas demais as circunstâncias externas particularmente difíceis em que se desenvolveram. Perdurará de tudo isto a memória de altas manifestações de beleza, grata aos nossos sentidos; lograram-se aquisições definitivas, materiais ou morais, para o nosso património, mas, acima de tudo, fica, a alicerçar a nossa confiança, a prova irrefragável do que na esteira de antepassados ilustres valemos e somos os portugueses de hoje.*

*Com júbilo e desvanecimento assistimos também ao proficiente interêsse que as nossas Comemorações despertaram em estudiosos e altas individualidades de outras nações e às penhorantes manifestações particulares e oficiais com que tôdas elas no-lo quiseram testemunhar e tão grato nos foi receber. Desde o mais extremo Oriente às Américas e destas à generalidade das Nações europeias, a-pesar dos trágicos momentos que em quási tôdas se vivia, por tôda a parte se versaram largamente em obras de profunda investigação ou com intuito simplesmente vulgarizador, assuntos ligados à projecção mundial do nosso povo e da sua História, sempre com simpatia e a mais larga compreensão por um esfôrço que encheu séculos e beneficiou o Mundo.*

*Em muitos países a colónia portuguesa ao celebrar de longe as glórias pátrias viu-se cercada do carinho das autoridades e das mais altas figuras locais que assim aumentaram o brilho e solenidade daquelas festas.*

*E não ficaram por aí as homenagens das nações estrangeiras. Arrostando com as dificuldades do momento internacional, não duvidaram muitíssimas abrilhantar as nossas Comemorações com luzidas e honrosas Embaixadas que mais ainda nos vieram obrigar, estreitando as pacíficas e amistosas relações já existentes; e não se estranhará que neste agradecimento que a todos efusivamente dirigimos especializemos a nossa velha aliada, a Inglaterra, cuja missão foi, como prova da mais alta estima, chefiada por Sua Alteza o Duque de Kent, e a Espanha, vizinha e irmã, pela Geografia e pela História, que não só comemorou connosco as glórias comuns do Salado mas chegou a separar-se de algumas das suas jóias para trazer à nossa Exposição as «Recordações Portuguesas», enriquecendo-a com vincados traços da nossa arte e alta representação de momentos ou valores da nossa História.*

*Do Brasil não falo como de nação estrangeira. Convidado a fazer as honras da casa e a celebrar connosco séculos de História comum, esteve junto de nós desde o primeiro momento, partilhando o mesmo entusiasmo e devoção patrióticos, colaborando nos Congressos, sessões solenes e Exposições com muitos dos seus melhores valores, apresentando com ufania, ao lado da sua ascendência, as melhores manifestações da sua actividade, «vivendo», en-*

*fim, como só êle poderia viver, as nossas Comemorações. A sua representação fidalga, a sua cooperação larga e cavalheiresca, permanecerão na memória e, sobretudo, no coração português como penhor da identidade de origem, de cultura e de fé e sinal da mais estreita solidariedade.*

*No meio das solenes Comemorações a que fomos levados por alto dever cívico, não podemos esquecer nunca as dôres e angústias alheias; antes ao comemorar feitos e glórias do passado nelas iamos descobrindo lutas e sacrifícios, horas de crise e de abatimento, que os acompanharam ou precederam, e, desta sorte, a própria lembrança e glorificação dos passos da nossa História nos puseram em presença de dôres semelhantes às que sofrem nações amigas, o que melhor nos dispunha a entendê-las e a compartilhá-las. Nem nunca nos prendemos de tal modo às Comemorações, aliás quási despidas de todo o ar festivo, que não pudessemos prestar carinhosa atenção a algumas dolorosas conseqüências do actual conflito, e o conforto da nossa protecção a tantos que dela necessitaram.*

*Desejaria terminar esta sessão de encerramento das Comemorações com duas palavras mais: a primeira de reconhecimento mais vivo e da mais profunda gratidão a todos os que para o luzimento delas prestaram o contributo das suas concepções, dos seus planos, da sua direcção, do seu trabalho de execução ou da sua propaganda — escritores, homens de ciência, artistas, funcionários e trabalhadores, designadamente à Comissão Nacional (cujo presidente já não pôde infelizmente assistir à realização do seu sonho de anos), e à Comissão Executiva a quem coube o pesado encargo, tão superiormente desempenhado, de erguer o magnífico edifício das Comemorações.*

*Outra palavra é de alentadora esperança na continuïdade do esfôrço português, esperança agora alimentada pelo contacto revivido com a grandeza dos nossos oito séculos de vida, esperança que se alarga mais ainda até abranger, na mesma aspiração de pacífico e glorioso crescimento, tôdas as outras nações a cujo valor e grandeza jámais causou prejuízo a glória de Portugal. Esta esperança confio-a nesta hora ao favor da Providência e ao trabalho e dedicação cívica de todos os portugueses como o melhor e mais proveitoso fruto das Festas Centenárias que acabamos de realizar.*

# A FRANÇA E A REVOLUÇÃO DE 1640

Um dos mais curiosos problemas que se relacionam com os antecedentes da Revolução de 1640 é o da intervenção da França, através da hábil política secreta do Cardial de Richelieu, nos preparativos do movimento que veio a deflagrar na manhã histórica do 1.° de Dezembro. Durante bastante tempo, e a despeito das afirmações do *Abrégé de l'Histoire de Portugal*, de Maugin, publicado em Paris em 1707, essa acção do grande ministro de Luiz XIII foi posta em dúvida até por autores franceses. O silêncio a tal respeito da obra clássica do Padre Vertot autorisava, de resto, essas atitudes de cepticismo.

Todavia, Maugin havia fornecido indicações precisas, porque, referindo-se às aspirações nacionalistas dos portugueses nas vésperas da Restauração escrevia o seguinte: — «*Le grand dessein étoit à la veille de s'éclore. Le Cardinal de Richelieu le conduisoit avec une prudence, une sagesse, & un secret admirable; il l'avoit fait naître.*» E seguiam-se pormenores bastante elucidativos àcêrca das manobras do famoso estadista e dos seus agentes: — «*La première Personne* — continuava Maugin — *dont il s'étoit servi pour le faire réüssir, fut un Joüaillier, nommé Broüal, qu'il avoit vû plusieurs fois chés la Duchesse d'Eguillon. Aïant remarqué qu'il avoit de l'esprit, il l'envoïa en Portugal deux ou trois fois de suite. Broüal s'étant introduit chés les grands, sous pretexte de les vendre des pierreries, reconnut qu'ils avoient tous beaucoup de penchant à secoüer le joug des Espagnols, & ce fut alors que ce Cardinal s'appliqua serieusement à leur en procurer les moïens.*»

O papel que João Pinto Ribeiro desempenhou nestas combinações secretíssimas é pôsto em relêvo por Maugin, o que nos leva a concluir que o Duque de Bragança, através do seu agente de confiança, não seria alheio a semelhantes projectos. Lê-se no *Abrégé de l'Histoire de Portugal:* — «*Broüal eut par son ordre de longues conférences avec* Pinto Ribeiro, *Intendant de la Maison de Bragance, homme actif, vigilant, & consommé dans les affaires. Pinto entra dans le dessein du Cardinal, & promit à Broüal de tout entreprendre pour les faire réüssir, ce qu'il fit avec tant de succès, qu'on peut dire qu'il fut après ce Cardinal, le grand Moteur de la Révolution. Il travailloit à Lisbonne à reconnoître les Mécontens, dont le nombre étoit fort grand. Presque tous les Ecclesiastiques n'avoient que de l'aversion pour la domination Espagnole. La Noblesse regardoit le voïage qu'on alloit lui faire faire en Cata-*

*GRAVURA REPRESENTANDO D. JOÃO IV CRIANÇA*

*(Da colecção da B. N. L.)*

*logne, comme un exil qui seroit de durée; d'ailleurs elle étoit sûre qu'on devoit l'exposer par tout où l'on croiroit la mort la plus certaine. Les Marchands voïoient avec regret leur commerce ruiné, il étoit passé aux Espagnols, & se faisoit à Cadix. Lisbonne étoit déserte; tout le petit Peuple crioit. Pinto fomentoit le chagrin des uns & des autres»* (1).

La Clède, na sua *Histoire générale de Portugal*, publicada em Paris em 1735, não dá crédito à intervenção de Richelieu nos preparativos da Restauração, exprimindo-se desta forma: — «*Sur ces entrefaites le Duc* [de Bragança] *reçut ordre de la part de la Cour, de visiter toutes les places Maritimes, menacées d'une irruption de la part des François. Quelques Auteurs François, qui attribuent la gloire de la révolution de Portugal au Cardinal de Richelieu, avancent que ce célèbre Ministre faisoit adroitement courir ce bruit, afin que les Espagnols ne dégarnissent pas les côtes, & que la Noblesse du Royaume n'en sortît point, ce qui auroit fait échoüer le grand dessein de la révolution, qu'il conduisoit, ajoûtent-ils, avec une sagesse, une prudence, & un secret admirable, par le secours d'un Joüaillier nommé Broüal, qu'il avoit vû plusieurs fois chez la Duchesse d'Eguillon; & qu'il envoya deux ou trois fois en Portugal: ils ajoutent que ce Broüal s'introduisit chez les grands, sous prétexte de leur vendre des pierreries, & qu'ayant informé le Cardinal du penchant qu'il remarquoit en eux, pour secoüer le joug des Espagnols, le Cardinal songea dès lors sérieusement à leur en procurer les moyens. Mais tout cela est avancé sans preuves, pour ne rien dire de plus fort. En effet, si le Cardinal eût été le premier moteur de la révolution, n'eût-il point envoyé au moins la flote, dont il menaçoit ce Royaume, par rapport aux Espagnols, pour soutenir les conjurez, lors qu'ils auroient éclaté. Du moins la prudence l'eût demandé, cependant il n'en fit rien; d'où j'infere, que ce grand Cardinal, si célèbre, & si digne d'être célébré, ignoroit totalement le projet de la révolution, & qu'on lui en attribuë l'honneur mal à propos»* (2).

Alguns anos depois, em 1751, o Padre Bougeant, mais documentado ainda que Maugin, insistia, na sua *Histoire du Traité de Westphalie*, na intervenção que Richelieu tivera nos manejos dos revolucionários portugueses, transcrevendo uma carta do Conde d'Avaux ao Senhor de Chavigny, datada de 18 de Maio de 1638, em que se narrava que «*un Cordelier François travesti, qui dit avoir été en Angleterre pour passer en Portugal, & depuis renvoïé par Saint-Malo, est arrivé avanthier au Port de cette Ville* (Hamburgo) *d'où il cherche commodité pour retourner en France.*» E a carta acrescentava: — «*Il vient de Lis-*

(1) *Abrégé de l'Histoire de Portugal*, Paris, 1707, p. 371-373.

(2) *Histoire générale de Portugal*, Tome VII, Paris, 1735, p. 34-36.

*D. JOÃO IV*

*(Gravura de Delric da colecção da B. N. L.)*

mente que em Novembro de 1640 os portugueses se dirigiram novamente a Saint-Pé, declarando-lhe que a revolução estava prestes a deflagrar e que convinha êle lembrar-se da colaboração que, por seu intermédio, a França lhes oferecera. Saint-Pé escreve que fez chegar essa comunicação, às dez horas de certa noite, ao Senhor de Noyers, que, no dia seguinte, de manhã cêdo, a pôs nas mãos de Richelieu.

Com agudeza crítica o sr. Gastão de Melo de Matos aproxima êste passo de Saint-Pé daquele capítulo das *Memórias* do jovem Brienne, em que se narra uma aventura sucedida com um judeu, num moínho das portas de Montmartre, e por nós divulgado em Portugal (7). Simplesmente, conclue, e parece-nos que com razão, pela inverosimilhança de muitos pormenores dados por Brienne. O realce literário que se pretendeu dar ao facto prejudicou a verdade histórica, como tantas vezes tem acontecido. Mas não pode restar dúvida alguma que, às vesperas do movimento, oferecimentos e seguranças, idênticos aos de que Tillac havia sido portador, foram reiterados pelos governantes franceses. É o que se lê num documento posterior ao Tratado dos Pirinéus, o *Discours apologétique*, publicado por Jules Tessier na sua obra sôbre o Chevalier de Jant: — «*J'adjousteray plus, qu'en mil six cens trente huict monsieur le Cardinal de Richelieu envoya le sieur Sainct Pé consul en Portugal, qui rendit les lettres de creance au chancelier et à plusieurs des plus considerables du Royaume, par lesquelles la France promettoit de proteger et de maintenir le duc de Bragance, s'il se resolvoit à monter sur le throsne de ses peres; les mesmes offres et asseurances furent reiterées l'an mil six cens quarante*» (8).

Tudo quanto àcêrca da intervenção de Richelieu no movimento libertador de 1640 se podia ler nas obras de Aubery, Maugin, Le Vassor e Bougeant não impediu que Voltaire, na esteira de La Clède, negasse terminantemente a influência do Cardial nos preparativos do 1.º de Dezembro. Escreve o filósofo de Ferney: — «*Cette révolution du Portugal valut à la France plus que n'eussent fait les plus signalées victoires. Le ministère français, qui n'avait contribué en rien à cet événement, en retira sans peine le plus grand avantage qu'on puisse avoir contre son ennemi, celui de le voir attaqué par une puissance irréconciliable*» (9). É certo que a França, trabalhando *pro domo sua*, e desejando acima de tudo o enfraqueci-

(7) *Temas de História*, Pôrto, 1938, p. 93 e segs.

(8) Jules Tessier, *Le Chevalier de Jant — Relations de la France avec le Portugal au temps de Mazarin*, Paris, 1877, p. 306.

(9) *Siècle de Louis XIV*, chap. II.

*O GENERAL ALEMÃO ARMANDO FREDERICO SCHOMBERG, CONDE E DUQUE DE SCHOMBERG, QUE SERVIU NO EXÉRCITO PORTUGUES, DURANTE AS CAMPANHAS DA RESTAURAÇÃO*

mento da Espanha, alcançou grandes vantagens com a Restauração de Portugal. Mas a acção de Richelieu, animando de longe o patriotismo dos portugueses, é confirmada por numerosos e insofismáveis testemunhos. E não são apenas os documentos franceses que nos garantem o apoio do grande ministro de Luiz XIII aos nossos ardentes desejos de libertação. O Padre Gregório de Almeida, por exemplo, salienta, em certa altura da sua narrativa da conjura, que ao Duque de Bragança «grandes ajudas lhe ofereceu um poderoso Principe, das quais então não quís lançar mão» (10). E num papel diplomático, da autoria do Dr. Duarte Ribeiro de Macedo, que, em Junho de 1659, o Conde de Soure, embaixador extraordinário de Portugal em Paris, entregou a Mazarino, lê-se claramente que a França incitou, com promessas sedutoras, o Duque de Bragança a cingir a corôa dos seus maiores (11).

Já noutros trabalhos nos referimos em pormenor aos elementos de que se dispõe para poder avaliar a actividade de Richelieu como conspirador a favor da independência portuguesa (12). Desde as cartas de Voiture (que Camilo considerava um agente secreto), onde se vislumbra a primeira aspiração restauracionista, às informações do Padre Carré, que testemunham o desejo que os portugueses tinham de se libertar do «Faraó de Espanha» ; desde a acção misteriosa do misterioso *Manuelinho* da revolta de Évora (13) aos enrêdos subtis de Afonso Lopez, judeu peninsular refugiado em França e famoso agente financeiro e confidente de Richelieu ; desde as instruções perentórias ao Arcebispo de Bordéus, que comandaria a esquadra do Atlântico, e que vêem desmentir as conjecturas de La Clède, aos episódios romanescos do jogador israelita num moínho de Montmartre e do Príncipe Casimiro da Polónia ; desde o relatório do ouvidor de Granada a Felipe IV às referências do Padre Caetano Passarelli a uma correspondência secreta entre o Cardial francês e o Duque de Bragança ; desde, finalmente, o que se pode adivinhar do papel que nas vésperas do 1.º de Dezembro desempenharam Sanches de Baena, Frei Domingos do Rosário e João Pinto Ribeiro às anecdotas que Tallemant des Réaux nos conta nas suas *Historiettes*, — tudo nos leva a concluir que — como não podia deixar de ser — a França, através da rêde vastíssima de espiões e de informadores confidenciais de que dispunha o insigne estadista que a gover-

(10) *Restauração de Portugal prodigiosa*, Lisboa, 1753, Segunda parte, Capítulo I.

(11) *Obras do Doutor Duarte Ribeiro de Macedo*, Tômo I, Lisboa, 1767, p. 95.

(12) *Temas de História*, p. 81-98, e *A Europa e o dominio filipino em Portugal*, de colaboração com Luiz Vieira de Castro, a sair nos *Anais* da Academia Portuguesa da História.

(13) Vid. Consiglieri Sá Pereira, *A Restauração vista de Espanha*, Coimbra, 1933, p. 28.

nava então, contribuiu grandemente para fomentar entre nós a rebelião contra o domínio castelhano.

Integrado na Europa do seu tempo — a Europa da Guerra dos Trinta Anos — Portugal era uma pedra do xadrês político sôbre o qual se debruçava o génio diplomático de Richelieu. Seria incompreensível a passividade do ministro de Luiz XIII perante a hipótese de criar, na própria Península, os maiores embaraços à Casa de Austria. A Catalunha, primeiro, Portugal, depois, foram incêndios ateados em grande parte pela propaganda, pela subtileza política e também pelos milhões do grande Cardial, que, assim, utilisava o espírito nacionalista, sempre vivo sob o poder estranho, de catalãis e portugueses no duelo tremendo que devastava o velho continente no século XVII. Razão, por conseqüência, tem uma obra moderna, assinada por dois nomes ilustres, em afirmar que «*entre 1624 et 1642, année de sa mort, on trouve la main de Richelieu dans tout événement d'importance qui s'accomplit en Europe. Il combattait partout avec bonheur, moins par les armes que par la parole et par l'argent. La bourse plutôt que l'épée à la main, il défit l'Espagne sur toute la ligne, en Allemagne, en Italie, en Flandre. Il fit alliance avec toutes les puissances européennes hostiles aux Habsbourgs. Toute arme lui etait bonne dans cette lutte contre les rivaux traditionnels de la monarchie française. Il prépara la révolution portugaise de 1640 et sut tirer parti de la révolte catalane. Il entra en négociations avec les Maures; il fut l'instigateur de la révolte de Bohême. Et tel fut le succès de cette lutte sans merci, de cette diplomatie où l'or remplaçait l'arme franche, qu'à la mort du cardinal l'orgueilleuse Espagne, qui avait dominé l'Europe pendant plus d'un siècle et demi, était tombée au rang d'une puissance de troisième ordre*» (14).

RODRIGUES CAVALHEIRO

---

(14) J. W. Thompson e S. K. Padover, *La Diplomatie secrète — L'espionnage politique en Europe de 1500 à 1815*, trad. francesa de Adrien F. Vochelle, Paris, 1938, p. 73.

# A ESPANHA NAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

## (RECORDAÇÕES PORTUGUESAS)

*LEONI (Leone e Pompeo) – A IMPERATRIZ ISABEL DE PORTUGAL, ESPOSA DE CARLOS V*

*(Estátua de bronze existente no Museu do Prado. Madrid)*

# OS JURISCONSULTOS E OS DIPLOMATAS DA RESTAURAÇÃO

## SESSÃO EVOCATIVA NA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1940

Aberta a sessão, o sr. dr. Júlio Dantas disse que, obedecendo a uma velha praxe académica, proferiria algumas palavras como prefácio das conferências que iam ouvir-se, e fez, a seguir, algumas reflexões sôbre a obra dos doutores da Restauração, dos construtores da doutrina da legitimidade.

— Quem foram os jurisconsultos, alma das Côrtes de 1641, criadores de doutrina, consultores das Embaixadas? — continuou o sr. dr. Júlio Dantas — Quem foram os diplomatas que, melhor ou pior — como se pôde — contribuiram para reatar as relações de Portugal com as nações estranjeiras? Quais as suas obras? Que serviços prestaram? Que vantagens advieram para o País dos instrumentos diplomáticos então assinados? Eis o que nos dirão os insignes oradores desta noite, a quem, desde já, agradeço, em nome da Academia, as lições magistrais com que quiseram distinguir-nos. A sala em que nos encontramos converter-se-á, pelo sortilégio da sua palavra, numa galeria de retratos, onde, em nobres painéis, com a graça velasquiana da pintura do tempo, vão aparecer-nos os homens veneráveis que, há três séculos — nobreza de sangue e nobreza de toga — completaram a obra da Restauração.

Além, de casaca de sêda e veste de brocado, com o seu bastão e a sua Cruz de Cristo sôbre o peito, tais como entraram nas côrtes de Carlos III de Inglaterra, ou de Luiz XIII de França, de Cristiano IV da Dinamarca, ou do «stathouder» Frederico de Orange no infantil gineceu de Cristina da Suécia, ou no camarim pontifício de Maffeo Barberino, veremos os embaixadores de Portugal, austeros e graves: D. Antão de Almada, o monteiro-mór, D. Francisco de Melo, o conde da Vidigueira e o marquês de Niza, almirante do Mar das Índias; Tristão de Mendonça; o gentil D. Francisco de Sousa Coutinho, do Conselho do Estado; o bispo de Lamego, depois arcebispo de Evora — um Vimioso — olhar duro, corpo gigantesco, braço afeito a empunhar, com a mesma dignidade, o báculo e a espada. Do outro lado do salão, com as suas murças doutorais, as suas togas negras, desembargadores, as suas varas de prata de magistrados, surgirão perante nós os jurisconsultos, os homens das Côrtes gerais, os secretários de Embaixada, alguns, mais tarde embaixadores também e ministros residentes: o doutor Velasco de Gouveia; o doutor António de Sousa de Macedo, futuro embaixador em Londres, cuja resposta ao manifesto de Pellizer é uma maravilha de dialéctica; o doutor Francisco de Andrade Leitão, futuro ministro na Haia; o doutor António Coelho de Carvalho, depois embaixador em França, etc.

E, a terminar, disse:

«Uma nova idade vai nascer. O que nos trará? O que desaparecerá com ela? Nesta hora de amargas incertezas, voltemo-nos para o passado, meus senhores, e saudemos nos diplomatas e nos jurisconsultos da Restauração — retratos nobilíssimos que ornam o solar da família portuguesa — a velha Diplomacia e o velho Direito, aos quais devemos, há três séculos, a liberdade assegurada e a Pátria renascida!»

O sr. prof. dr. Cunha Gonçalves proferiu, em seguida, a sua erudita oração sôbre os jurisconsultos e os letrados da Restauração.

O orador começou por definir a revolução de 1640 como um acto de política nacional, provocado pela reacção dos portugueses em face dos inimigos da Espanha se terem tornado inimigos de Portugal. Tudo o mais, acentuou, foram apenas faúlhas que fizeram explodir a revolta latente.

— Para o pleno êxito da revolução, disse depois o sr. prof. dr. Cunha Gonçalves, era de primacial necessidade dar-lhe uma base jurídica, sem a qual ela seria criminosa rebeldia. É que existia uma sociedade internacional com um desenvolvido direito das gentes e um direito público interno com severas regras. No séc. XVII subsistia, ainda, a doutrina feudal, que identificava a soberania com a propriedade. O monarca era senhor do território e dos seus habitantes. Por isso é que Felipe II se empenhara na demonstração do seu *direito de propriedade do reino de Portugal*, e muitos espanhóis, du-

rante 60 anos, haviam publicado livros defendendo êsse direito, até 1639, ano em que saíu à luz a obra de Fr. João Caramuel, monge de Cister. De outro lado, dominava ainda a doutrina do direito divino dos reis, proclamada por S. Paulo e que, nêsse mesmo séc. XVII, teve a sua expressão mais eloquente na frase atribuida a Luiz XIV: *L'État c'est moi!* Esta doutrina era sustentada por valiosos escritores, entre os quais avultava Hugo Grócio. Em Portugal, o direito divino e absoluto dos reis fôra já afirmado por D. Duarte I, na confirmação da *Lei mental* de seu pai, e por D. Manuel I na Carta Régia convocatória das Côrtes Gerais de 1498.

Quis o Duque de Bragança dar o carácter de unanimidade nacional á Revolução e, por isso, se reüniram as Côrtes Gerais de 28 de Janeiro de 1641, em que estiveram largamente representados os três estados: nobreza, clero e povo. Mas, nos bastidores, a histórica cena foi regida por três jurisconsultos: João Pinto Ribeiro, António de Sousa Macedo e Francisco Velasco de Gouveia. João Pinto Ribeiro, fidalgo e desembargador do Paço, tendo trabalhado intensamente nos preparativos da Revolução, no palácio dos Almadas, tornou-se o mais conhecido da posteridade.

O mais ilustre e douto dos três, porém, foi o doutor Francisco Velasco de Gouveia. Natural de Evora, filho do célebre jurisconsulto Alvaro Velasco, lente de Direito da Universidade de Coimbra, tendo êle sido também lente de Direito canónico da mesma Universidade e desembargador da Casa da Suplicação foi o oculto autor do famoso Assento que as Côrtes assinaram em 5 de Março de 1641, e no qual foram afirmados, pela primeira vez em Portugal, os princípios da doutrina tomística sôbre a soberania popular. Por isso, as mesmas Côrtes deliberaram que êsses princípios fôssem desenvolvidos em livro, publicado á custa da Nação e editado em português e latim, para ser espalhado por todos os países da Europa, livro de que foi incumbido, como era natural, o dr. Velasco de Gouveia. Êste livro, impresso em 1644, com o título de *Justa aclamação do Serenissimo rei de Portugal D. João IV, Tratado analitico em três partes*, etc. é uma extensa e substanciosa glosa do Assento das Côrtes de 1641 e constitue trabalho de grande erudição, em que é exposta e aplicada, em especial, a doutrina de Azpilcueta Navarro acêrca da soberania popular.

E, a terminar, o sr. prof. dr. Cunha Gonçalves referiu-se á obra e á doutrina de Velasco de Gouveia e concluiu:

— Façamos justiça aos doutores de Coimbra que, invocando a velha doutrina de S. Tomaz, opuseram ás demasias do poder real, a fôrça subtil, mas imensa, de algumas ideas restritivas. Estas ideas são, ainda hoje, o paládio das revoluções nacionalistas com que são restauradas a paz social e a prosperidade das nações.

A seguir, usou da palavra o sr. prof. dr. Rui Ulrich, director da Faculdade de Direito de Lisboa, que pronunciou uma oração notável.

O sr. prof. dr. Rui Ulrich começou por fazer profundas considerações sôbre a vida do diplomata, para se referir, depois, á ingrata tarefa daqueles que em 1641 foram para as côrtes europeias representar Portugal. Definiu, rápida e brilhantemente, a política externa de D João IV — a primeira figura diplomática da sua época — e focou, a seguir, algumas das personalidades, entre as quais Francisco de Sousa Coutinho, cuja larga acção em vários países da Europa teve como resultado o reconhecimento da nossa independência em tôda a parte.

O orador biografou, depois, Tristão de Mendonça Furtado, «mais homem de espada que de letras» e D. Vasco da Gama, conde de Vidigueira e marquês de Niza, embaixador em Paris, onde gozava de extraordinário prestígio, a tal ponto que conseguiu que o rei de França — o mais poderoso monarca dêsse tempo — tratasse D. João IV de igual para igual.

Outra figura eminente da Restauração foi D. Antão de Almada, cuja obra diplomática em Espanha e Londres foi notabilíssima, assim como a de Sousa Macedo.

E o sr. prof. dr. Rui Ulrich disse, depois:

— Haveria a mencionar ainda outros diplomatas fidalgos. O marquês de Cascais, que se arruina na sua embaixada a Paris, dizem — que por desbaratos extravagantes, penso antes que para honrar o prestígio do seu título e do seu cargo; o conde de Soure, que com admirável autoridade e rara persistência luta em França pelos nossos interêsses; o conde de Miranda, de reconhecida capacidade, que firma o tratado de paz com os Países Baixos, em 1661, reconhecendo as nossas conquistas na Asia e na América; o monteiro-mór, D. Francisco de Melo, que afincadamente combate com Richelieu; o conde de Penaguião, que luta com notável persistência para conseguir um tratado com a França, melhor do que o de 1654; outro D. Francisco de Melo, que com a Holanda negociou um novo tratado de amizade em 1668.

Todos êstes diplomatas pertenciam á nobreza. Outros não menos nobres eram também eclesiásticos. Avulta entre êles a figura insinuante de D. Mi-

guel de Portugal, bispo de Lamego, enviado à Santa Sé. Talvez pouco conhecedor dos negócios políticos, impunha-se pela sua rara distinção, sabendo manter na sua pessoa a glória do seu sangue ilustre. Filho dum amigo do pai do Cardial de Richelieu, avista-se com êste na sua passagem por Paris a caminho de Roma. Responde com uma precisão sempre feliz, que muito honra a sua alta inteligência, ás preguntas concretas que lhe formula o grande estadista francês. Segue para Roma, onde o esperam muitas dificuldades e até perigos graves. Tranqüilamente vai o embaixador passar uma tarde com o seu colega de França, o marquês de Fontenay. Enquanto conversam amigàvelmente, chega a notícia de que o embaixador de Espanha, marquês de los Velez, prepara uma agressão nas ruas de Roma ao nosso representante. Mais recordado por certo das tradições guerreiras dos seus antepassados, do que do carácter de paz do seu ministério, o bispo logo se dispõe á luta e quere afrontar cara a cara os sicários que o esperam. Querem-no acompanhar alguns amigos catalães e franceses e os criados do embaixador de França.

O rev. Inácio de Mascarenhas, jesuita, fidalgo e letrado, alcança a continuação da luta pelos catalães, cuja nobreza já ia sendo subornada, traz para a pátria muitos portugueses que andavam pela Catalunha e, arriscando-se a uma viagem a França, para impetrar o auxílio para os insurrectos, consegue-o. Corre para isso graves perigos, escapando dum atentado que os espanhóis contra êle preparam em Génova. Modêlo de prudência e de discrição foi Frei Deniz de Lencastre, sobrinho do próprio rei e esforçado governador de Ceuta. Mandado em 1641 a França em missão secreta, ali foi pedir auxílio em favor do duque de Medina Sidonia, cunhado de D. João IV, que pretendia revoltar a Andaluzia.

Nêste friso de figuras gloriosas há ainda a mencionar os letrados: Andrade Leitão, autor do famoso e enérgico discurso em latim aos Estados Gerais. Talvez um pouco fanfarrão, o que despertava os sorrisos dos seus colegas, de génio autoritário e vaidoso, o que o indispôs em Munster, com os plenipotenciários imperiais e até com os franceses, que eram os seus principais auxiliares, mas de notável erudição, construindo um monumento de raro valor jurídico no panfleto que dirige a um fidalgo da côrte de Inglaterra, em resposta a outro em favor de Felipe IV. Durante a sua missão na Haia, a sua casa é assaltada pela populaça, tendo êle de fugir pelas trazeiras do edifício!

Cristóvão Soares de Abreu ficou justamente afamado pela sua inteireza de carácter e vasto saber. A êle se deve o acôrdo de Compiègne de 7 de Junho de 1649, em favor do infante D. Duarte. Pantaleão Rodrigues, com a maior clareza e profundidade, defende perante a Junta dos Cardiais, em Roma, a legitimidade de D. João IV.

E concluiu:

— Tal foi a pleiade de homens superiores, que ao serviço de Portugal defenderam e firmaram o seu destino, e tal foi a sua obra relevante. Bem merecem êles que o País lhes consagre uma gratidão indefectível. E mais do que isto. O seu exemplo bem merece ser invocado nas horas trágicas que o Mundo atravessa e que tantas responsabilidades fazem pesar sôbre os nossos representantes no estranjeiro. Possam os diplomatas de hoje igualar os seus antecessores no talento, na dedicação, no sacrifício e — confiemos em Deus — também no êxito.

# SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS, REALIZADA NA ASSEMBLEIA NACIONAL, EM 2 DE DEZEMBRO

## DISCURSO DO DR. JULIO DANTAS, PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

No dia de hoje, em tôdas as Câmaras municipais do Continente, das Ilhas Adjacentes e dos domínios ultramarinos; nas Embaixadas, Legações e Consulados; em Portugal, no Império e em todos os núcleos de portugueses dispersos pelo Mundo, será ouvida a voz do venerando Chefe do Estado declarando encerradas as Comemorações Centenárias. A grande família lusitana, depositária do património sagrado de oito séculos de tradições, forte na consciência do seu passado e do seu papel na história da Civilização, está neste momento unida; comunga no mesmo alto pensamento perante a ara da Pátria, símbolo augusto da sua unidade moral e da sua continuïdade histórica; e agradece á Providência ter-lhe permitido celebrar em paz, rodeada da amizade e do respeito de tôdas as Nações, não apenas o seu jubileu e a sua glória, mas as suas lutas, as suas dôres, o seu sofrimento de oitocentos anos ao serviço do bem comum universal e dos grandes valôres espirituais e morais da humanidade cristã.

Que vimos nós, meus senhores, neste período de seis meses que hoje se encerra? Oitocentos anos de história em imagens vivas e palpitantes; a glorificação de quatro datas: 1140, 1340, 1540 1640; a Nação em marcha no tempo e no espaço, tropel de lanças visigóticas, serpente de ferro que desceu das Beiras, atravessou o Garb, transpôs as colunas de Hércules, circundou a Africa e acabou por cingir no seu braço o Mundo; o esplendor de uma Exposição triunfal, políptico maravilhoso em que Portugal se reviu na sua própria grandeza; a exaltação do génio da Raça, em tôdas as suas manifestações, na bravura, no civismo, na cultura, na fé; os monumentos reconstituidos; o património nacional valorizado; dez congressos de história; seis exposições de erudição e de arte; não sei quantas exposições etnográficas provinciais, tesouro documental dos costumes, das crenças, das tradições, da arte popular portuguesa; paradas de fôrças económicas; préstitos refulgentes de armas, de cruzes, de pálios, de relíquias, de bandeiras, — ascenção magnífica da Pátria para a imortalidade; e — espectáculo na verdade surpreendente! — o povo, a Nação vibrando de entusiasmo como um só homem, todos os portugueses unidos no mesmo sentimento de admiração e de orgulho, realizando e êles próprios — multidão das cidades, gente humilde das aldeias — o mais impressionante número das comemorações centenárias.

Dizem que tudo isto se deve a alguns homens a quem o Govêrno confiou o encargo de celebrar os fastos nacionais. Não é verdade. Longe de mim o propósito de diminuir a sua obra, de pôr em dúvida o seu esfôrço, realizado sabe Deus no meio de quantas incertezas, de quantas dificuldades, de quantas amarguras. Mas nada disso seria possível, se não houvessem prèviamente criado as condições necessárias á sua acção. Nada disto seria possível numa Nação sem ordem, sem disciplina, sem organização do trabalho, sem autoridade moral e sem prestígio internacional. Nada disto seria possível sem a assistência, sem o conselho e o apoio político de Alguem — grande português entre os maiores de todos os tempos — que traçou as linhas mestras dessa obra e cujo espírito nobilíssimo pairou acima de tudo quanto fizemos. Nada disso seria possível — esta rápida mobilização de tôdas as energias nacionais, esta improvização sumptuosa cuja significação e cujo alcance nem nós próprios medimos ainda, — sem a colaboração do País inteiro, do Poder, da Igreja, dos Senados universitários, das instituições académicas, dos corpos administrativos, do Exército, da Mocidade, das actividades económicas, das comissões locais; sem o concurso dos técnicos, dos artistas, dos eruditos, dos trabalhadores, dos operários; sem as admiráveis capacidades de con-

cepção e de realização dos portugueses de 1940, que — essa, sim! — foi a grande revelação dos seis meses memoráveis que acabamos de viver. A Comissão a que presido inventou, orientou, coordenou, administrou, dirigiu: a obra integral pertence á Nação.

Um momento houve, meus senhores, em que o País hesitou. Quando já tôda a organização se encontrava em marcha, surgiu a guerra. Em presença de um acontecimento que profundamente abalava a comunidade europeia, que lançava a incerteza em tôda a vida internacional e cujas repercussões morais e económicas não deixariam de fazer-se sentir entre nós, pareciam legítimas as dúvidas. Era, porém, já tarde para retroceder. Curvámo-nos ante o espectáculo do heroísmo, do sacrifício e da dôr humana, e — sabe Deus como! — num ambiente de indiferença, senão de quási hostilidade, quando todos julgavam prejudicadas as comemorações, quer na sua expressão nacional, quer na sua projecção exterior, — obscuramente, silenciosamente, corajosamente, nós continuámos a trabalhar. No dia 2 de Junho, com a eloquente oração de Sua Eminência o Cardial Patriarca, pronunciada sôbre a galilé da Sé catedral, entre a espada do Fundador e a cruz de oiro de Sancho I, as celebrações centenárias começaram.

Veio a jornada de Guimarãis, iluminura medieval resplandecente, acto pagão e cristão, em que um Castelo surgiu de uma montanha de rosas e em que, do alto da tôrre, a voz do Chefe — voz de hoje, com o timbre de bronze de um sino de oito séculos — chamou e uniu os portugueses; vieram as jornadas de Braga, do Pôrto, de Coimbra, de Sagres; abriram-se em plena apoteose, entre salvas de artelharia e revoadas de pombas, as portas aureas e monumentais da Exposição; — e então, como por encanto, tôdas as dúvidas se dissiparam; tôda a Nação despertou; o que se afigurava inoportuno pareceu providencial; e, na hora em que ruíam nações e vacilavam impérios, Portugal inteiro ergueu-se, não já apenas para comemorar os seus oitocentos anos de existência, mas para proclamar o seu direito á vida, direito sagrado que tem raízes profundas na história. Quem operou o milagre? Quem, perante os desfalecimentos e as hesitações gerais, teve a aguda visão de que as Comemorações eram mais do que realizáveis, — eram necessárias? Quem foi, junto de nós, desde o primeiro momento, a firmeza, a confiança, a tenacidade, a coragem, a inspiração, a fé? Senhor Presidente do Conselho, — eu não preciso de pronunciar o seu nome, para que tôda a Nação o saúde e lhe agradeça!

Mas — dir-se-á — as comemorações não puderam ser o que certamente teriam sido em circunstâncias normais, se a sombra de tão graves preocupações não pesasse sôbre o Mundo. Com efeito, não estava na nossa mão evitar o inevitável; e, além disso, razões ditadas pela própria sensibilidade da Nação impunham-nos a obrigação moral de não afrontar com o nosso júbilo o sofrimento alheio. Realizámos solenidades; não quisemos realizar festas. As comemorações centenárias tiveram elevação, dignidade, sumptuosidade, ardor cívico, entusiasmo patriótico; mas não tiveram, nem podiam ter alegria. Soubemos — honra nos seja! — conciliar o dever nacional com altos sentimentos de respeito e de solidariedade humana. Tenho de reconhecer também — o que, aliás, estava previsto desde o início do estado de guerra — que a situação internacional diminuiu a repercussão exterior dos actos comemorativos, e restringiu necessáriamente a participação que esperavamos das Nações estranjeiras. Nem por isso, entretanto, faltaram ao nosso lado as embaixadas e as missões especiais de todos os Países amigos, aos quais devemos perdurável reconhecimento: nem por isso a colaboração estranjeira nos Congressos — memórias, comunicações, informações e reversões bibliográficas, cartográficas e iconográficas — foi menos numerosa e menos brilhante; nem por isso deixámos de sentir á nossa volta — registo-o com verdadeiro desvanecimento — a simpatia, o interêsse e o afecto inalterável de todos os povos.

Seja-me permitido distinguir, dentre as Nações que mais de perto nos acompanharam, aquelas cuja representação opulenta enobreceu a Exposição do Mundo Português, e que connosco se irmanam pelas afinidades de raça, de língua, de tradições e de história: o Brasil, nosso filho atlântico; a Espanha, nossa irmã ibérica; povos da mesma família, gente do mesmo solar, brasas da mesma lareira, — piedosos refúgios do Mundo que sofre, numa das horas mais profundamente dramáticas que a humanidade jámais viveu!

Senhor Presidente da República: não é por deliberação própria que uso da palavra nesta sessão solene, em que só a voz prestigiosa de V. Ex.ª deveria ouvir-se. Ordenou-o, porém, quem, para tanto tem autoridade e poder, e essa ordem significou para mim — não o oculto — a maior distinção a que me seria lícito aspirar. Dirigindo-me pela última vez ao País, na qualidade de presidente da Comissão Executiva dos Centenários, cumpro o dever de dizer a V. Ex.ª que os homens que trabalharam connosco, e que se contam por centenas, senão por milhares, em todos os sectores de actividade e em tôdas

as classes sociais, desde as grandes figuras representativas da cultura nacional até aos mais obscuros artistas e aos mais modestos operários, são dignos de louvor do Govêrno e do agradecimento da Nação. Todos trabalharam pela Pátria, esquecidos de si próprios, nessa unidade de esforços, nessa comunhão de pensamento que caracterizam os grandes instantes da vida de um povo. É cedo ainda — falta-nos a perspectiva do tempo e a serenidade da história — para medir em tôda a sua extensão e em todo o seu valor a obra realizada, que, repito-o, não é de poucos, mas de todos; não é nossa, mas do País inteiro. Os dirigentes e os responsáveis — cariátides sôbre cujos ombros pesaram e pesam ainda encargos superiores ás suas fôrças — julgam-se apenas no direito de que a Nação os ignore ou os esqueça, se não os esqueceu já. A sua acção foi anónima, desinteressada e impessoal. Ao acolher-se á sombra, a que regressam, um só voto formulam, um só pensamento os acompanha: quando a cinza da morte cobrir as gerações, e mais um século tiver passado sôbre esta hora — que os portugueses do ano 2040, homens do nono centenário, cumpram o seu dever como nós o cumprimos e amem a sua terra como nós a amámos!

INSCRIÇÃO NA PAREDE DA MEZETA DA CAPELA DA SÉ

# SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS, REALIZADA NO PAVILHÃO DE HONRA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 1940

## PALAVRAS DE SUA EXCELÊNCIA O MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Vai encerrar-se, em pleno esplendor, a Exposição do Mundo Português, manifestação admirável da visão, equilíbrio, energia e fé da gente portuguesa. Foi um sonho lindo, apenas interrompido na sua realização para que os nossos olhos extasiados a contemplassem no mundo físico das coisas. Sim, porque a sua visão de maravilha ficará para sempre guardada em todos os corações portugueses.

Síntese magnífica do esfôrço heróico da nossa gente através dos seus oito séculos de História, ela própria constituirá para o futuro uma página da História Pátria pelo que exprime da capacidade realizadora, espírito patriótico e cristão da geração de 40, da sua fina espiritualidade e poder criador. Símbolo da obra de continuïdade histórica do Estado Novo — Estado que o saber e o fervoroso patriotismo de Salazar alicerçaram, ela teve o aplauso unânime e entusiástico de todos os portugueses. Glória a todos os seus realizadores — artistas, técnicos, trabalhadores. Homenagem ao ilustre comissário geral da Exposição do Mundo Português, dr. Augusto de Castro, a quem me é grato testemunhar o alto apreço do Govêrno da Nação pelo brilhante êxito da sua acção.

## DISCURSO DO DR. AUGUSTO DE CASTRO, COMISSÁRIO GERAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

«Em nome de todos os colaboradores da Exposição do Mundo Português, desde os mais qualificados aos mais humildes, agradeço a V. Ex.ª, Senhor Presidente da República, a honra que para todos representa a presença de V. Ex.ª nesta solenidade, último acto oficial da Exposição. Em nome de todos aquêles que V. Ex.ª se dignou hoje premiar, peço a V. Ex.ª que receba os protestos dum vivo reconhecimento. Procurámos todos cumprir o nosso dever. O galardão que recebemos aceitámo-lo não para nós, mas para a obra realizada. Nesta grande manifestação da vida nacional os homens contam pouco. Contam os factos e conta a sua significação. As distinções que V. Ex.ª acaba de conceder — novo testemunho da generosidade que é uma das virtudes com que V. Ex.ª tão nobremente exerce a

suprema magistratura da Nação — consagram uma obra nacional e dão aquêles que foram os instrumentos e os realizadores dessa obra a alegria, que vale mais do que tôdas, duma aprovação que ficará, para cada um dêles, como um dos mais belos títulos da sua vida.

Ao Govêrno, nas pessoas dos Senhores Ministros, agradecemos a prova de confiança que lhe merecemos, o estímulo que, nesta hora de despedida, dêle novamente acabamos de receber.

A Exposição foi, acima de tudo, uma afirmação de unidade moral, coroando uma gloriosa evocação de unidade histórica. Nesta hora simbólica, ela, que, ontem era ainda o Presente, entra no Passado. E' ao transpor êsse limiar da história, duas figuras se erguem sôbre a grande projecção nacional que as Comemorações deixam, como um sulco luminoso, na vida do País: a figura do Presidente Carmona, encarnação, na sua mais alta e lídima representação, do Estado e da grandeza moral e cívica da nobre missão de «servir» — que é nos chefes a mais alta expressão do comando —, e a figura de Salazar, construtor da obra interna e externa, que tornou possível a hora de exaltação sagrada que o fecho das Comemorações hoje encerra. Sem Salazar, sem o clima político e moral que êle criou, êste encontro magnífico do Passado e do Presente não poderia ter-se realizado, como se realizou, na apoteose dos Centenários — e sobretudo nessa Esplanada de Evocações Imortais que erguemos, sôbre o Tejo, cidade de Luz que esta noite se apaga. Foi aqui que, á voz do Chefe, o Passado, na efémera mas viva ilusão das almas, se tornou Presente — de sombra se tornou clarão, de morte se tornou juventude. Êsse foi o milagre duma Pátria. Foi tambem o milagre dum homem.»

E adiante, depois de ter saûdado no sr. eng. Duarte Pacheco o «criador da Exposição», o sr. dr. Augusto de Castro disse:

«Àquêles que foram os realizadores da Exposição, colaboradores incansáveis dêste Comissariado, devo uma palavra de despedida e último agradecimento. Esta Exposição foi obra duma única hierarquia: a da dedicação e da confiança. Nunca aqui dentro houve outra — e êsse facto é, para todos nós, uma recordação e um exemplo. Separamo-nos sem um dissentimento. Vivemos sem uma emulação — que não fôsse a de melhor cumprir. A todos estendo uma mão leal e grata, desde o mais alto ao mais modesto, ao mais anónimo colaborador».

E a terminar:

«A Exposição foi, na vida portuguesa, uma paragem espiritual, em que o nosso olhar se deteve comovido e ardente, sôbre um passado que se tornou, por um mómento, ressurreição, flôr e alegria. A Exposição foi uma obra de recolhimento familiar dessa grande caminhada da História — que é a nossa Pátria. Foi a novena do Restelo. Foi um exame de consciência nacional a que demos, como testemunhas, o Tejo e os Jerónimos, padrões da nossa alma. Foi uma promessa, que fizemos a nós próprios, em face de Deus e do Passado, razões da nossa fé e da nossa imortalidade. Foi um hino e uma canção em que as nossas vozes se juntaram. Foi a breve apoteose dum Destino e da nossa fidelidade à sua renovada glória.

Mas nenhuma destas grandes expressões morais que celebrámos, nenhuma das grandes sombras evocadas, nenhum dos votos aqui expressos — e de que esta Exposição foi apenas a tradução plástica e luminosa — desaparece, quando os últimos clamores, os últimos fachos se extinguirem logo á noite, nêste recinto. A Exposição, que foi apenas símbolo e exemplo, continua — na nossa alma, no nosso presente, na nossa aspiração, no rastro que dela nos fica. A chama, de que êste certame foi o pálido reflexo e a passageira ilusão, tem um nome, que levou oito séculos a escrever na História; oito séculos que oito letras resumem a nossos olhos; Portugal — prece eterna, comunhão imortal, praia em que um eterno mar embala um perpétuo sonho, pórtico ocidental da Europa, jardim doirado do Atlântico.»

# ALOCUÇÃO DO COMISSÁRIO NACIONAL DA MOCIDADE PORTUGUESA, DR. MARCELO CAETANO, NO PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 1940

«Faz hoje trezentos anos que Portugal retomou a liberdade de traçar e reger os seus destinos alçando ao trono um Rei português.

Quantas lições se depreendem dos factos evocados por esta gloriosa data!

«PRIMEIRA LIÇÃO é a de que *Portugal nunca perdeu a sua individualidade nacional, nem sequer a personalidade política como Estado juridicamente independente.*

No momento em que um rei espanhol pela primeira vez cingiu a corôa portuguesa eramos uma Nação definida com tanta nitidez que a nenhum poder humano seria possível tentar desvanecer-lhe o carácter.

Quási cinco séculos haviam decorrido já sôbre a fundação da Monarquia e nêsse espaço tínhamos aberto bem fundo o sulco das nossas fronteiras continentais, criado a unidade interna, afeiçoado uma linguagem, afirmado uma vontade e vivido a mais bela epopeia da História moderna; todo o Oceano conhecia o rumor das nossas naus, o Mundo tomara, pela nossa mão, consciência da sua grandeza, e os gentios mais distantes ouviam pela nossa voz a boa nova da revelação cristã.

Eramos *nós*, bem nós: não poderíamos já ser outros.

E a evidência desta individualidade impunha-se de tal modo que, de início, ninguém se atreveu a negá-la.

A união com a Espanha respeitou a nossa qualidade de Estado: havia um só rei, mas governando dois reinos. As leis feitas para Espanha não obrigavam em Portugal. Eram diversas as moedas, diferentes os Govêrnos, distintos os Impérios. A aclamação do monarca em Madrid não o dispensava de vir a Lisboa jurar perante as Côrtes o respeito da nossa Constituïção.

Segundo o direito, Portugal continuava a ser um Estado independente. Mas de facto... não era assim.

E não era assim porque, naqueles tempos, o rei, sendo senhor absoluto, orientava pessoalmente os negócios governativos, inspirado pelos seus Ministros e apoiado nos seus Conselhos. Ora, como havia de pensar e de sentir portuguêsmente o rei nascido em Castela e vivendo em Madrid, rodeado de espanhóis e quási só a espanhóis ouvindo?

A breve trecho sucediam-se as violações dos nossos direitos, crescia o número de funcionários estrangeiros na nossa Pátria, e teimava-se em impôr-nos uma política contrária aos nossos interêsses legítimos.

Estamos perante a SEGUNDA LIÇÃO do dia: *Portugal e a Espanha, enquanto governados separadamente, praticaram grandes feitos em proveito da Humanidade; mas depois de unidos sob o mesmo rei nada mais fizeram senão sofrer a própria ruina.*

Se há ainda quem tenha dúvidas de que Portugal e a Espanha estão destinados por Deus a seguir separadamente as rotas dos seus tão diversos génios — desengane-se á vista dos resultados desta prova real da História!

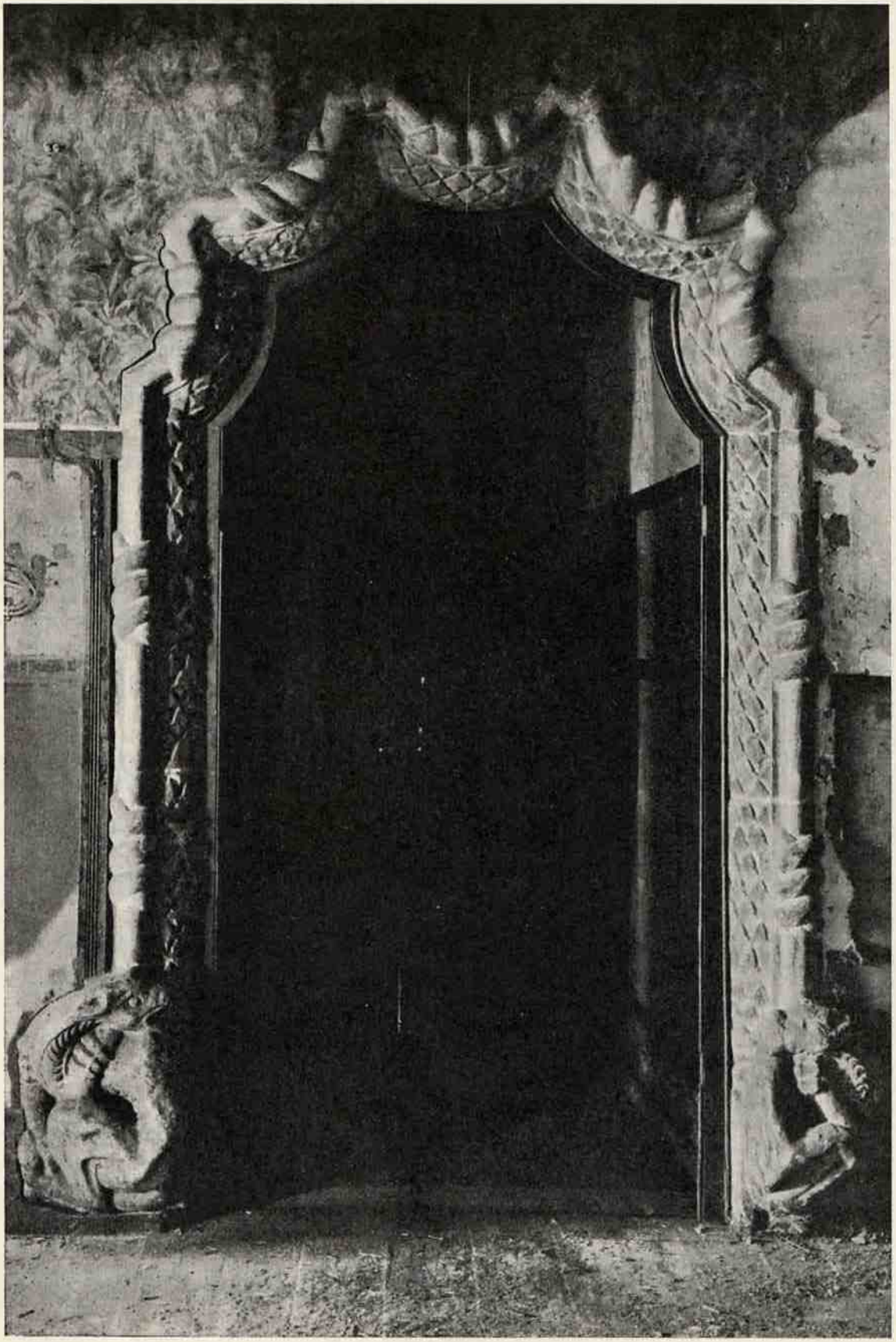
A associação do nosso País aos interêsses da Espanha segundo o arbítrio do rei estrangeiro, teve como efeitos imediatos o empobrecimento da Nação, a perda da supremacia naval, a inimizade de Potências com cuja colaboração contavamos, a ruína do comércio do Oriente, e o assalto francês, inglês e holandês ás nossas possessões ultramarinas então em grande parte abandonadas.

Separados, fomos os navegadores de todos os mares, os descobridores de todos os continentes, os conquistadores de todos os sertões, os escaladores de todos os céus.

Unidos, não fomos senão prêsa de tôdas as rapinas, joguete de tôdas as cobiças, despojos de tôdas as combinações.

Que concluir daqui senão a necessidade de manter ciosamente a independência *total* dos dois Estados peninsulares, para ser possível a colaboração entre ambos no desempenho da missão que receberam de conduzir a mensagem latina e a palavra cristã a tôdas as paragens e a todos os povos?

Portugal e a Espanha devem entender-se fraternalmente: mas como dois irmãos, que um no outro respeitam a personalidade, que um e outro se reco-



*LISBOA – PORTA INTERIOR DO PRIMITIVO PALACIO DOS CONDES DE ALMADA, AGORA PALACIO DA INDEPENDENCIA*

nhecem caracteres diversos, que um e outro seguem trajectórias próprias.

Como diz o nosso querido Correia de Oliveira:

«Naquela sebe de rosas
Que devem ser as fronteiras
Ninguém bula nas raízes...
Mas abracem-se as roseiras».

A união de Portugal e de Espanha foi, portanto, prejudicial a ambos os povos: e a Nação portuguesa sentindo-se lesada nos seus interêsses sacrossantos e oprimida nas suas liberdades tradicionais ansiava por desfazer uma ligação que era evidentemente contra a Natureza e a História.

Mas para que o povo pudesse afirmar o seu unânime sentimento e executar a sua consciente vontade — precisava de chefes.

TERCEIRA LIÇÃO do dia: *um povo nada vale sem chefes que o conduzam.*

De uma a outra ponta de Portugal, no meio dos sofrimentos da opressão, gemia-se na raiva da revolta contida: — Ah, que se tivessemos um chefe!

E sonhava-se então com a vinda do bergantim doirado onde regressaria numa incerta manhã de bruma, o Rei cavaleiro, o Rei heróico, o Rei português, o Desejado que daria corpo ao ideal nacional.

Quem se desejava, com a esperança ardente e viva que a fé transforma em mito, era um Chefe; e o Chefe um dia chegou. Trouxe-o a energia combativa e a intrépida vontade dos mais esclarecidos e dos mais corajosos portugueses, dignos da nobreza que haviam herdado de seus avós.

Quarenta fidalgos se reünem para enquadrar quantos quisessem participar da Revolução: são quarenta dirigentes, prontos a obedecer a uma cabeça, mas também a assumir tôdas as responsabilidades, arrostar com todos os perigos e a perder a vida.

Nem todos jóvens, mas todos moços: é que a mocidade está na alma, conhece-se pelo arrôjo dos projectos, pela persistência dos propósitos e pela ousadia dos actos.

Já têm Chefe supremo: o Duque de Bragança entrou na conjura e está com êles. São poucos? Representam a Nação inteira. Faltam armas? Sobejam corações. Não há dinheiro? Sobra generosidade.

Ó que imprudência magnífica a dêstes quarenta homens que assim se abraçam contra o inimigo da Pátria, fiados apenas na sua resolução e lealdade e contando acima de tudo com a Nação e com Deus!

Preparam o seu gesto durante meses com tal segrêdo e cautela que nada transpirou a denunciá-los. E chegada a hora da acção — surgiram todos, sem faltar um, procurando suprir com a valentia a pequenez do número e remediar com prodígios a deficiência de meios.

O fogo do amor da Pátria acendeu neles coragem de gigantes. O espectáculo da tirania estrangeira fez-lhes esquecer o apêgo á vida. Era bem o ímpeto heróico da mocidade a cumprir o destino traçado pelo poeta:

«Por terra, a túnica em pedaços,
Agonizando a Pátria está.
Ó mocidade, oiço os teus passos!
Beija-a na fronte, ergue-a nos braços,
Não morrerá!».

. . . . . .

«Já desfalece, já descora,
Já balbucia... é morta já...
Não! Mocidade, sem demora!
Dá-lhe o teu sangue ébrio d'aurora,
Não morrerá!».

«Rasga o teu peito sem cautela,
Dá-lhe o teu sangue todo, vá!
Ó Mocidade heróica e bela,
Morre a cantar!... morre... porque ela,
Reviverá!».

E foi assim que Portugal, em 1 de Dezembro de 1640, reviveu por obra e graça duma mocidade forte audaz e decidida, ardente de fé patriótica.

Será essa a última lição a aprender neste dia: a de que *a vida de um homem, tão breve e frágil, nada vale quando se trata de evitar infortúnios á Pátria ou de redimir sofrimentos colectivos.*

Foi o sacrifício a que se prestaram os heróis de 1640 que permitiu a Portugal prosseguir na sua missão divina, e ser ainda hoje a nossa terra — nosso amparo, nosso orgulho, nossa Mãi.

Bendigamos os nomes dos que nos permitiram viver agora num País independente, corajosamente disposto a enfrentar o Futuro.

E afirmemos o nosso propósito de manter as tradições gloriosas que êles nos deixaram, sacrificando tôdas as comodidades e interêsses, à própria vida se preciso fôr, á existência e á grandeza da Pátria».

## A TERCEIRA E OS CASTELHANOS

# A BATALHA DA SALGA

*A Restauração nos Açores, um pouco tardia, explica-se pela facilidade de condições de resistência a Filipe II. O ilhéu tem fama de teimoso. E não só por isso. As causas da fraqueza do Prior do Crato em Alcântara e da debandada final não serviam para os seus poucos mas duros fiéis das ilhas. Ficavam longe; tinham o mar entre êles e as tropas do Duque de Alba. Além disso, quem estava à frente do movimento na Terceira, ilha de que tudo dependia, era um capitão autêntico apesar de corregedor, em suma um homem, a quem os historiadores gerais não dão o lugar que merece nas tentativas feitas pelo Portugal saído do Mestre de Avis para não morrer. Chamava-se Ciprião de Figueiredo.*

*Em Julho de 1580 o Prior mandara aos Açores uma pessoa de confiança, um tal António da Costa, encarregado de converter os mais grados da terra à causa. Levava a nova da morte do Cardial, uma carta da Câmara de Lisboa; e em Angra «arrastaram bandeiras» pelo rei estéril. Mas na vila da Praia, que ainda conservava uma boa parte da nobreza e fortuna da Terceira, das pessoas presentes à aclamação raras assinaram o auto, receando (diz Drummond) que aquelas coisas não tivessem «efeito durável e próspero»...*

*Outra virtude do ilhéu, além da teimosia, é a prudência. António da Costa, cumprido ali o recado, passou ao Faial e morreu. Mas na Terceira, apesar da nega a firmarem de cruz um auto que bem podia ser um passaporte para a fôrca, ficavam sementes de patriotismo e de resistência. Ficava sobretudo o corregedor, que tinha alçada nas ilhas tôdas e sabia puxar por ela.*

*Parte da nobreza e o que Drummond chama «o povo miúdo em geral» estavam sinceramente com o úllimo rebento de Avis. Aos mais esclarecidos, como Pedro de Castro do Canto, Provedor-Mor das Armadas, o nome do Infante D. Luiz, pai do pretendente, lembraria o de D. Manuel, e êste o poder de frotas que, na ida e volta da India, refrescavam na ilha. De torna-viagem, Vasco da Gama lá deixara sepulto o irmão Paulo. E todos os navios, levando para as novas descobertas os rapazes e os frutos da terra, deixavam em trôco dinheiro e esperanças.*

*Entretanto chegava à ilha a nova da derrota de Alcântara. Para impedir que a confusão e o derrotismo lavrassem, enviaram-se emissários a Lisboa, entre êles um franciscano afamado, prègador popular, Fr. Melchior. A caravela, de um armador da terra, o Chichorro,*

*levou-os a Aveiro no princípio de Agôsto. D. António estava meio escondido, ainda ensangüentado da refrega, e recebeu bem os ilhéus. Lá lhe disseram com que fazendas e vidas poderia contar. O bastardo acenou-lhes com o socorro da França, apertou-lhes os ossos e partiram.*

*Estavam de volta a Angra em Outubro, cobertos de mercês. O povo, que é festeiro, apinhava-se no cais e na Prainha. Fr. Melchior subiu ao púlpito da Misericórdia e, cheio do prestígio dos abraços reais e das águas salgadas corridas na caravela do Chichorro, convenceu meio mundo da próxima vitória do Prior, das vilas e castelos que se levantariam por êle. Como o frade era eloqüente e engraçado, o poviléu entusiasmou-se e levou-o de charola ao convento.*

*Mas êste entusiasmo não era geral nem côr de rosa. Os jesuítas predispunham parte da nobreza a aceitar Filipe II. O Colégio dêles era muito freqüentado; a igreja enchia-se. Moravam no coração da cidade, a dois passos da Câmara. Quando apareceram doze galeões em frente de Angra, com Diogo Dias, que vinha palpar terreno para aclamar o espanhol, o povo levantou-se, obrigou o emissário a embarcar; só a governança da ilha, já de si receosa e minada pelos padres, respondera evasivamente. Os mais afoitos, Pedro de Castro do Canto e os Ferreiras de Melo, pai e filho, fretaram navio para Lisboa, como o comerciante ilhéu de agora, que não se fia no telégrafo e tira mas é passagem no* CARVALHO ARAÚJO, *para ver com os seus olhos. Mas, ao entrarem a barra, D. António estava batido, a gente do Duque de Alba prendeu-os e tomou-lhes os criados, os escravos, os cavalos que traziam para a luta.*

*Estas dedicações não se perdiam de todo. Ciprião de Figueiredo tirava delas o rendimento que não escapa ao bom chefe: argumentos de tenacidade, diversões dos pontos mais fracos da fidelidade popular para notícias que levantassem o moral.*

*Mas o poder do boato não era para desprezar. Sabia-se já na ilha que havia côrtes marcadas por Filipe II para Tomar, em Abril seguinte. Os jesuítas exploravam hàbilmente com o poderio do castelhano, com a anunciada sujeição das Índias, a armada de desembarque que não tardaria a velejar. Havia já entre os fidalgos mais chegados ao Colégio uma conjura em forma quando, a 29 de Setembro, aparecendo o bordo de uma nau à vista de Angra, João de Betancór, um dos do partido de Castela, tomou a nuvem por Juno e, a cavalo, de lança em punho, correu as ruas da cidade aos vivas a Filipe II. Mas a nau era bem portuguesa e vinha da Índia. O povo picou-se com a filáucia do fidalgo e, como êle se escon-*

*desse numa casa da rua Direita, meteram a machado a porta dentro. Se não fôsse o alcaide-mor da cidade, que o levou ao corregedor, davam cabo dêle ali mesmo.*

*Êste motim foi o fósforo da fogueira patriótica que ardeu na ilha até tarde. A prisão de Betancór, seguida da de um dos Cantos provedores das Armadas, de um Ceia, de um Bocarro e de um Neves, desfêz a conspiração. Os conjurados, como que por encanto, desapareceram, pondo-se a bom recato nas quintas e furnas da ilha.*

*Agora era o inverno, e o tempo mau da baía é sueste, o quadrante que arrasta o vento carpinteiro. Sopra dos ilhéus das Cabras, que velam com a sua solidão e o seu perrexil a entrada de Angra e atira aos muros da cidade vagalhões de grande crista, preparados lá longe. Em Janeiro (1581) viu-se uma nau empavezada. Batia pavilhão do Rei de França, e o capitão, António Escalim, trazia a boa nova da ajuda que D. António estava recrutando por lá. O povo saíu à muralha a receber os estranjeiros que davam aquele ânimo à terra. Vinham a toque de caixa, com trombetas. Os sinos repicavam; a mosquetaria dos castelos estrondeava ao longe.*

*A gente da Terceira sempre foi para festas. Uma Relação, escrita uns trinta anos depois do caso, diz que António Escalim foi festejado três dias. Tinha chegado numa sexta. Ao domingo enramaram as ruas, passearam o francês por elas no meio de chacotas e danças — como ainda hoje fazem, salva a diferença de estilo, aos capitãis de fragata e comodoros da Terceira República. O vinho era em tornos.*

*Também Escalim tomara a nuvem por Juno. Não era D. António que estava em França, como êle supunha, mas o Conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal. A única coisa certa era o engajamento de gente para se bater pelo bastardo. Não vinha a tempo. A notícia da derrota de D. António no Pôrto veio descoroçoar tôdas as ilhas fiéis, da Terceira até ao Corvo. Em S. Miguel, o Bispo, brigado em Angra com Ciprião de Figueiredo, que não cedia um palmo a tudo o que lhe cheirasse a espanhol (e D. Pedro de Castilho, em breve Vice-Rei de Portugal, dava pano para suspeitas...), fazia a ilha voltar atrás, do efémero passo da aclamação de D. António, bastando para isso que aparecesse um galeão à ponta dos Mosteiros, com Ambrósio de Aguiar Coutinho governador das ilhas pelo usurpador.*

*Na Terceira é que semelhantes embaixadores tinham o acolhimento condigno. O galeão de Ambrósio de Aguiar, cumprida a missão em S. Miguel, fêz rumo a Angra. Levava corregedor novo, as costumadas letras de promessa e perdão. O governador mandou a terra uma pessoa de lá, o P.e Gaspar; mas o parlamentário foi recebido de mau modo, êle e o sé-*

*quito. Se o deixaram reembarcar no batel, foi para que levasse ao governador um* não *redondo.*

*O desastre dessa missão não desencorajou D. Pedro de Castilho em S. Miguel. O Bispo era teimoso, tinha pressa de chegar. Vendo que o P.e Gaspar fizera fraca figura e tendo ali à mão outro terceirense, o P.e Gonçalves, arcediago da Sé, mandou-o fazer-se à vela. Levava prosa para convencer nove pessoas; mas, ali, só dois factores contavam: o povo, que, detestando o castelhano, sentia no plebeísmo do filho da Pelicana a melhor das legitimidades; e o corregedor, que, conhecendo o povo, sabia servir-se dêle.*

*O arcediago foi ainda mais mal sucedido do que o outro. A embarcaçãozinha ficou debaixo da fortaleza; tiraram-lhe os remos, proïbiram à tripulação todo e qualquer contacto com os traidores escondidos. Emfim, ao cabo de oito dias, lá os recambiaram ao Bispo, de mãos a abanar.*

*Sabidas estas coisas em Lisboa, onde as astúcias de Cristóvão de Moura e as armas de D. Fernando de Toledo tinham aberto o caminho à entrada de Filipe II, mandaram D. Pedro de Valdez com navios julgados bastantes para apoiar S. Miguel, vigiar a rota da India e reduzir as ilhas que ficavam da Terceira para baixo. As sete naus de guerra tocaram em Santa Maria. Era o rumo tradicional. Daí, D. Pedro de Valdez foi a S. Miguel deixar ordens e amanheceu em Angra a 5 de Julho com mais um galeão, uma caravela e um patacho.*

*Ao verem os fumos dos facheiros, tantos quantas as velas, os angrenses estremeceram. O partido popular supunha-as socorro de França; os castelhanistas, sopitados, palpitavam vitória. Nem uma coisa nem outra. Era uma frotazita cujo pouco poder os de terra logo sentiram. Em vêz de tentar um desembarque, D. Pedro de Valdez caçava barcos de pescadores fora do alcance das baterias de terra, e, chamando-os à nau capitânea, espremia-os com preguntas sôbre o estado dos ânimos e recursos da ilha. E, sentindo através da recusa de Ciprião de Figueiredo às propostas que mandava para terra a dureza e decisão da ilha, que a própria ronha dos pescadores filhados não devia velar completamente, ficou pairando ao largo, comunicando a furto com emissários dos ilhéus que eram por Filipe II, fugidos nos algares e criações do interior.*

*Em Lisboa e Madrid sabiam-se ou adivinhavam-se estes contras. Os Açores eram a chave da India, não convinha deixá-los na mão de rebeldes, de mais a mais aliados dos franceses, inimigos jurados de Espanha. Além disso era irritante que uns sete calhaus mal guarnecidos, uma espécie de Berlengas, conseguissem, com um simples corregedor à frente, o que*

*um reino inteiro não pudera com todo o povo levantado e uma parte dos grandes a acaudilhá-lo.*

*Foi neste estado de espírito que se ordenou que D. Lopo de Figueroa aparelhasse para ir em socorro de Valdez. Êste tinha um primo consigo, o mestre de campo D. João de Valdez, rapaz de sangue na guelra, grande cavaleiro, inquieto para se bater. Nem um nem outro estavam dispostos a repartir com um guarda-costas chegado à última hora os loiros dos loirais das ilhas.*

*Com mêdo de que o vento, de um dia para o outro, alinhasse a bordada das naus de D. Lopo à vista de Angra, D. Pedro de Valdez apertou a rêde de espionagem que tinha montado em terra. Apesar de não haver «calheta, praia ou pedra», como dizia o Regimento, que não devesse ter vigias, os batéis de bordo conseguiam iludi-las, ou os do partido espanhol comprá-las. O sistema de vigilância da ilha consistia em pôr dois homens em cada lugar que mais mar descobrisse ou em sítio que comandasse os acessos de terra. Se estavam longe, faziam fogaréus; se perto, sinais de facho. Mas era mais natural que, vigiando veleiros de bloqueio, que também poderiam aproveitar dos sinais, estas vigias funcionassem como patrulhas, ligando-se estreitamente às que, à bôca das peças, tinham o arcabuz já cevado e o morrão à primeira voz.*

*Mas, em terra, ninguém tomava a sério uma hipótese de desembarque longe de Angra. A prova é que, apesar dos movimentos suspeitos da esquadra a leste, Ciprião de Figueiredo se limitou a fazer patrulhar a costa do Pôrto Judeu por vinte arcabuzeiros e dez piqueiros, que, se fôsse preciso, enquadrariam o povo daqueles lados.*

*Eram 25 de Julho; estava a rasgar a manhã. Uma brisazinha de sudoeste puxava devagar; o céu estava um pouco embaçado e abafadiço. D. Pedro de Valdez mandou saltar duzentos homens às lanchas e embarcar algumas peças pequenas, que cobrissem o primeiro avanço. A operação fazia-se a légua e meia de Angra, na Casa da Salga, suficientemente longe para retardar reforços e com espaço e abrigo bastantes para a manobra. Além disso, o campo ali era largo, de searas ceifadas, bom para estender a infantaria.*

*Ao cantar do galo o vigia da Ponta dos Coelhos, apesar das surriadas de bordo, deu sinal para terra. O sino de Santo António do Pôrto Judeu tocou a rebate. Mas custava a juntar aqueles lavradores espalhados por umas dúzias de fogos apenas, estendidos do mar à serra, ainda a dormir ou a ordenhar. Os poucos soldados a postos tiveram que largar as peças, deitar a correr. O Licenceado Oncel, que vinha de Angra com gente firme, ainda tentou alguma coisa. Os seus homens tinham comido uma rêz, bebido uma pipa de vinho, levavam*

*biscoitos nas cevadeiras. Mas os espanhóis, que traziam a bordo um sujeito do Faial, para lhes ensinar a costa, tinham podido desembarcar a bom recato, tomar as primeiras trincheiras, espantar os vigias bisonhos e pouco práticos.*

*Traziam à frente bons capitãis dos têrços, gente batida. Vinha D. João de Valdez, o instigador do desembarque; vinha D. Álvaro de Bazan e um sobrinho do Duque de Alba.*

*Era já dia claro quando as duas facções se chocaram: os espanhóis, reforçados com mais duzentos homens; a gente da terra, acabada de chegar da vila de S. Sebastião, que ainda é longe. Do caminho da vila à baía da Salga eram para aí três quilómetros de campina a passar à pressa, por cima dos restolhos quentes, com o inimigo dentro e em posição. Baltasar Leonardes era o capitão por D. António. A sua gente não se atrevia até à Salga, já tomada pelos mosqueteiros de D. João de Valdez, que começavam na razia. Excitados pelo fogo e pela promiscuidade de bordo, os espanhóis perdiam a medida humana, insultavam os ilhéus com dichotes e palavrões.*

*A quinta de Bartolomeu Lourenço, num cabeço do vale da Vila, foi das primeiras assaltadas. Os espias que desembarcavam em terra dias antes e vinham aos recados e aos frutos tinham-na marcado, levado para bordo a fama da dona da casa, que era uma perfeição de uma moça, chamada Brianda Pereira. Ao travar-se o combate entraram na quinta, levaram-lhe o marido e um filho presos. Os frescais de trigo ainda emmèdados na eira começavam a arder. Brianda, vendo-se sòzinha e cercada, com os tarequinhos pelos ares, conseguiu meter-se no meio da gente que descera da Vila com os seus arcabuzes e forquilhões, como que à espera de verdadeira razão para se bater. E, com outras raparigas destoitiçadas, gente para amassar e tender duas cozeduras num dia, atirou-se para a frente a peito descoberto, comunicando aos combatentes o furor que lhe vinha do seu homem roubado, dos ditotes chulos da soldadesca à sôlta, dos seus trastes quebrados e das searas feitas chamusco.*

*Os bisonhos soldados da Terceira olhavam para aquele punhado de mulheres desnorteadas, mas duras, e aquela resolução corajosa e sem cálculo pegava-se-lhes. Elas não sabiam nada de patriotismo político, da legitimidade do filho da Pelicana ou fôsse lá de quem fôsse: sabiam da casa e da eira, da lenha espalhada nos campos, das paredes esborralhadas, dos homens tirados da casa e da lavoira para irem servir fardados e beberricar pelas tabernas. Era por isso que se batiam, com a mesma simplicidade e o mesmo arreganho com que nos lavadoiros da Vila ajustavam as suas contas por causa de mexericos e picardias. O patriotismo delas era aquele peito e o forquilhão.*

*Vendo-as em perigo, os defensores da terra sentiram acordar em si o soldado e mais*

*alguma coisa. As mulheres fizeram-se para lavar, cozer e dar de mamar aos filhos. Essa é que era a boa ética da Terceira, desde que havia ali gente, peixe fresco e vacas para ordenhar. Pegaram nas mulheres e recolheram-nas à fôrça na ermida de S. João. Ah, castelhanos!...*

*Até a velhada obrou prodígios de valor. Às nove horas tinham chegado as ordenanças da cidade e da Praia, os franceses da nau de António Escalim, os reforços de S. Jorge e da Graciosa; para aí seis mil homens. É verdade que os espanhóis tinham caçado a peça de artelharia com que o capitão Artur de Andrade cismara dar cabo dos têrços. Mas, ao meio dia, D. João de Valdez teve de verificar tristemente que os seus cúmplices de terra não vinham; continuavam a bom recato nos algares de carvão e nas criações de dentro. A sorte da batalha ia-se-lhe das mãos. Um renegado da ilha, o prático Henrique de Amores (que pelo nome não perca), disse a Valdez que ainda bem que tomara juízo e se recolhera à nau, porque, a saltar em terra, nem a alma se lhe aproveitava.*

*Um velho de mais de sessenta anos, Gonçalo Anes Machado, foi visto de lança em punho contra uma formação compacta de mais de cinqüenta castelhanos. Furou, destroçou, bateu, e, caído de costas, emquanto teve fôlego, agüentou. A outro, António Gonçalves, um castelhano disse as últimas. Drummond, historiador decente, mas honesto, não resistiu, nos* Annaes, *à fôrça do documento: «Velho (são as palavras), hoje vos hei-de fazer cabrão». Mas não fêz. Como o espanhol apontasse o arcabuz, António Gonçalves desfechou-lhe o seu, desabafando que, depois de velho e sua mulher velha, o não haviam de enxovalhar.*

*Mas era mais de meio dia e o resultado da acção estava fusco. Os espanhóis, embora fôssem menos, tinham mais ordem e arranque no combate. Foi então que um frade dos agostinhos de Angra meteu o cavalo ao campo de batalha, e, de espada nua, aconselhou a Ciprião de Figueiredo um expediente tão novo em estratégia como o quadrado em Aljubarrota ou os carros blindados no Mosa. A ilha sempre teve uma grande densidade pecuária; quási de quilómetro em quilómetro estende-se um bebedoiro e ouvem-se berrar as manadas de focinho alto e molhado. O corregedor mandou vir o gado bravo que pôde e, metendo-o à frente, em chocalhada, a cobrir os mosqueteiros, empurrou a onda de castelhanos para as lanchas. Entre os cornos dos toiros picados pelos pastores e a borda de água, os fugitivos molhavam-se até à cintura, e ou conseguiam deitar a mão aos batéis ou se afogavam. Os soldados da ilha consumavam sem dó nem piedade a obra dos curros castiços...*

*Mandando os cadáveres para a vala numa traseada de carros como quem recolhe trigo, Ciprião de Figueiredo entrou triunfante na Vila arrastando na terraceira do Arrabalde as tôrres e leões dos estandartes.*

VITORINO NEMÉSIO

# UMA CURIOSA REFERÊNCIA ICONOGRÁFICA AOS TEMPOS DE OURIQUE

Existe em Beja, em uma casa senhorial, velho solar dos Maldonados, um interessante documentário cuja revelação é da mais justificada oportunidade.

Nesta quadra comemorativa da Fundação da Nacionalidade, que atravessamos, nunca será descabido, seja o que fôr que, de algum modo, possa ilustrar factos históricos comprovados, ou firmar tradições lendárias que lhe respeitem.

E tanto menos quanto os elementos que nos pareceu interessante revelar, não obstante discutíveis nas suas fidelidade histórica e pureza expressiva, nem por isso deixam de ter significação especial, pela sua intenção como pela sua localização.

No que resta da passada magnificência daquela construção, tão característica da sua época, pouco se encontra já, interiormente, que possa testemunhá-la, muito embora, pormenores do seu aspecto exterior nos permitam, ainda, conjecturar o que ela poderia ter sido.

Nesse pouco que, interiormente, ainda deva merecer atenção, se notam três tectos em forma de masseira, decorados com junturas apaineladas, destacando-se, dentre êles, como melhor, pela concepção dos seus quadros, como pela maior perfeição da execução respectiva, aquêle de que nos vamos ocupar.

Encontra-se êle em um pequeno compartimento de $4^m \times 5^m$, aproximadamente, conhecido por «sala do milagre». Deriva essa denominação do facto, a que deve o seu especial realce, de representar, no fundo da masseira, a discutida aparição milagrosa de Ourique.

No primeiro plano, um pouco à direita, vê-se a figura de D. Afonso Henriques, revestido de armadura, descoberto e ajoelhado. Comtempla, em êxtase, uma imagem do «Crucificado» que no alto e à esquerda se ostenta em aparição mística, num halo de luz radiosa e rodeado de grossas nuvens de que emergem formosas cabeças de anjos.

No chão, junto da figura principal, o escudo e o elmo emplumado e à esquerda, na sua frente, a entrada de uma tenda de campanha.

Sôbre uma mesa coberta, junto à entrada da tenda, vê-se o livro em que o Fundador se entregou a leituras heróicas, na vigília da batalha, e por detraz, uma cadeira revestida de vermelho.

Forma o fundo do quadro, à direita uma pequena capela junto da qual um eremita tange o sino que teria dado o sinal convencionado para o Fundador ir receber a revelação, antes de se empenhar na batalha que o esperava.

Concretiza, com apreciável fidelidade, êste quadro, sem dúvida o de primacial importância do grupo, todos os pormenores dessa interessante tradição medieval, ainda hoje motivo de irredutível controvérsia.

Os restantes, que formam as faces laterais e as cabeceiras da disposição já mencionada, expõem-nos as representações seguintes:

No painel da direita fere-se rija peleja, em campo raso, vendo-se, no primeiro plano, à esquerda e ao centro, as fôrças cristãs. De bandeiras desfraldadas ao vento levam de vencida as hostes islamitas que se escoam, perseguidas, pela direita do quadro, realçando-se, ao fundo, na linha do horizonte, as tôrres duma construção fortificada.

Que batalha se pretendeu aqui representar?

A de Ourique?

Aquela em que o «Lidador» perdeu a vida, em combate com os mouros, a par de Beja?

Não é fácil a opção por qualquer das hipóteses.

Milita, a favor da primeira, a circunstância da fortaleza do fundo nada ter de semelhante com a fortificação de Beja.

Por outro lado, entretanto, o facto de se verem já nas bandeiras as quinas heráldicas, faz lembrar que a acção deveria ser posterior à batalha de Ourique visto que, só depois dela parece ter vindo aquele pormenor armorial substituir a Cruz azul inicial.

Contradizem-se pois os significados daqueles dois índices. A despreocupação histórica, porém, com que as quinas, anacronicamente, são apresentadas, nas bandeiras, rodeadas de castelos sôbre fundo vermelho, prejudicam, de certo modo, o valor elucidativo que, a qualquer deles, deva atribuir-se.

E assim teremos de nos ater ao mais provável, referindo a acção ao assunto predominante do conjunto, supondo-a como tal, representativa da batalha de Ourique.

No painel do lado esquerdo do observador, pretendeu-se representar uma das tomadas de Beja.

Realizou-o porém o artista por tal forma, cheio de incorrecções anacrónicas, históricas e até corográficas que nos dispensamos de lhe fazer maior referência.

Restam-nos agora os painéis das cabeceiras.

Ambos se nos apresentam melhor delineadas do que os laterais, figurando-se, em cada um dêles, uma espécie de pavilhão de cuidada arquitectura.

Abrindo-se em pórtico, ladeados por duas colunas espiraladas, por banda, rematam no alto em decorativo frontão, ornado com o escudo nacional, na mesma feição anacrónica já anteriormente citada.

Aos lados de cada um, pequenos medalhões contêm legendas indicativas dos assuntos respectivos.

*QUADRO SÔBRE A APARIÇÃO DE OURIQUE, NO TECTO DUMA SALA DO SOLAR DOS MALDONADOS, EM BEJA*

No painel correspondente à cabeceira do quadro do milagre, vê-se, sob docel, uma figura real, revestida dos atributos da sua dignidade.

De aspecto grave, apoia a mão direita em livro, provàvelmente os Evangelhos, deposto sôbre uma mesa coberta, a cada um dos lados da qual se destaca um prelado mitrado empunhando o báculo.

Nas medalhas laterais se diz tratar-se do discutido juramento de Afonso Henriques.

No quadro oposto, finalmente, se representam o Fundador e sua espôsa D. Mafalda. como que assentes no trono, vendo-se nos medalhões respectivos essa atribuïção, mas dando-se à rainha a filiação de D. Henrique, Conde de Lara, pormenor divergente do que a tal respeito geralmente se regista.

Dos cinco painéis apresentados nos parece poder dizer-se que, sendo de relativo mérito artístico, apenas o da aparição como o do juramento correspondem, com exactidão, às tradições lendárias que representam.

Nos restantes se observam incorrecções e infidelidades por tal forma inadmissíveis, que bem testemunham a fraca cultura de quem os concebeu ou realizou.

Forma o grupo, entretanto, um apreciável conjunto decorativo, regularmente conservado e bem emoldurado, não sendo contudo o propósito estético de apresentá-lo o motivo especial da nossa revelação.

Não advem êle, mesmo, da oportunidade de coexistêcia dos assuntos que nêles se tratam com os objectivos das consagrações decorrentes.

Ao citá-lo, além daquelas determinantes que já seriam de considerar, anima-nos a intenção especial de tornar público mais um documento justificativo de que a tradição da localização da batalha, hoje oficialmente sancionada, não foi forjada *ad hoc*.

Veio ela, desde sempre, na crença das pessoas da respectiva província, como no culto das suas *élites*, seculares ou religiosas que, patrióticamente, a perpetuaram na decoração dos seus solares como da mais notável igreja daquela região de tão assinalado relêvo histórico.

A pormenorização intencional daquêle tecto e o assunto dos belos azulejos, da mesma época, da matriz de Castro Verde, completam-se na sua eloquência revindicadora da tradição que inadvertidas aspirações pretenderam deslocar.

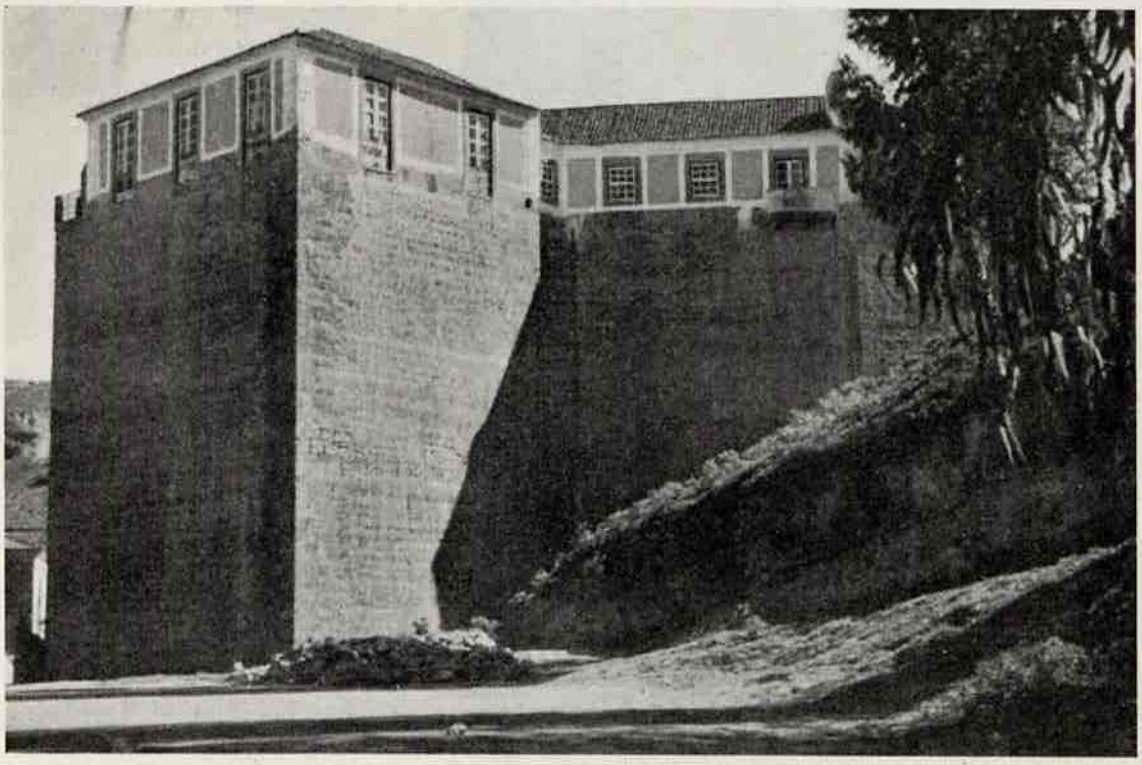
Assim se oferece mais um elemento de apoio em prol da tese que tão viva discussão originou, na própria capital da província em que a verificação dêsse culto histórico não deve considerar-se indiferente.

E se êsse elemento não pode, só por si, ter-se como conclusivo, nem por isso se deve negar-lhe o valor proveniente da categoria do meio em que se realizou e, sobretudo, da intenção naturalmente despreocupada de propósitos revindicadores, naquêle tempo em que ninguém pensava em disputar a localização do importante facto histórico.

CASTRO E BRITO

# A L E N Q U E R

Quando um povo olha para o seu passado e vê oito séculos decorridos através do tempo cheios de bravura e de valor atingindo — quantas vezes? — proporções gigantescas quais nunca outro pôde atingir; ha-de reconhecer, certamente, que lendas se devem ter criado muitas vezes em torno de muitos factos. É a tradição com o seu espírito de fantasia



*TORRE DA COURAÇA MAIS CONHECIDA POR CASA DA TORRE*

procurando explicar fenómenos cuja orígem e modo como se passaram não são conhecidos, é a falta de história feita serena e documentadamente, é a fôrça dinamisadora do espírito popular a pretender explicar á sua própria consciência aquilo que não lhe é ensinado com uma explicação sábia e clara capaz de a convencer.

O monumento da História de uma nação como é a Portuguesa, não pode, á luz da nossa civilização, dos nossos conhecimentos científicos e do nosso prestígio manter-se assente em lendas mais ou menos fabulosas, em concepções feitas de ideas subjectivas mas, ao contrário, deve assentar naquêles alicerces indestructíveis da verdade histórica.

verdade documentada e comprovada, que não deixa seja a quem fôr a dúvida dos factos que relata e do direito indestructível dum Império nascido dum pequeno núcleo populacional, mas que, graças ao seu valor, graças ao seu saber e graças ao seu temperamento conseguiu através de tôdas as vicissitudes firmar a sua posição e depois abrir ao mundo as portas do próprio mundo, deixando-o admirado e atónito ante os horizontes novos que se lhe deparavam e as riquezas económicas que se abriam deante dos olhos extasiados da humanidade.

*ARCO DA CONCEIÇÃO*

Cada canto da nossa terra tem a sua história. Cada localidade, cada vila, cada aldeia, tem a sua vida. É, pois, do conjunto dos estudos dessas vidas, que resulta finalmente a História de Portugal.

São as monografias locais que nos dão os factos passados em cada local e o conhecimento daquêles que nesses factos tiveram intervenção. É do conjunto das monografias locais que, estudadas sintèticamente, concluíremos a História Pátria. Essas monografias são a análise histórica; a história geral da nacionalidade é a síntese dêsses estudos.

Celebraram-se nêste ano de 1940 dois centenários notáveis da nossa Pátria:

O da fundação da nacionalidade — marco miliário número um da nossa existência e um dos mais notáveis para tôda a humanidade, pois que, se o mundo é conhecido, foi daqui, da barra dêste rio Tejo, um dos mais belos existêntes, que saíram os navegadores não só audaciosos, mas também consciêntes para vencer o gigante Adamastor, cruzar os oceanos, e levar aos quatro cantos do mundo a civilização ocidental sob a protecção da bandeira das quinas e da Cruz de Cristo;

O da independência, confirmando o valor da raça e levantando de novo, ao alto, o nome de Portugal.

Bem haja o Estado que comemorou êsses centenários condignamente e pena é que essa convulsão que martiriza a humanidade não tenha permitido ser tão grande, quanto estava no espírito dos homens de Estado que felizmente nos governam, o brilho internacional dessas celebrações.

Do programa elaborado consta a publicação de monografias locais e a reünião de congressos históricos. Simultâneamente a Academia Nacional de História começa a publicar a documentação histórica de Portugal do século XII. Começa-se, na verdade, o grande trabalho constructivo da História de Portugal.

Aqui, a menos de dez léguas de Lisboa, existe uma vila e um concelho cujo passado se reveste de glória tal que a qualquer estudioso da história que a visite se pode perguntar: que quere vêr?

Desde os Eolitos de Ota até às civilizações odiernas, de tudo ali se encontra. Local privilegiado pela sua situação geográfica, duma beleza natural enorme, com panoramas magníficos e uma população acolhedora, a velha Jerabrica dos Romanos não podia ficar indiferente à grandiosidade dos factos que se comemoram.

Assim, as suas ruínas evocativas da fundação da nacionalidade vão ser restauradas. O arco da Conceição, por onde D. Afonso Henriques entrou quando da tomada da vila e que ainda ostenta restos de frescos pintados na sua volta, vai ser desobstruido, ficando a vêr-se na sua sobriedade hercúlea justificativa do longo cêrco que o nosso primeiro Rei teve de manter à vila e que por fim foi por êle próprio comandado.

A célebre casa da Tôrre — Tôrre da Couraça — sôbre a qual o mau gôsto utilitarista do século passado foi construir uma casita em substituïção do seu terraço ameiado, vai ser tambem restituïda à sua forma primitiva.

O túmulo de Damião de Góes, o cronista célebre de D. Manuel e guarda mór da Tôrre do Tombo, vai ter condigno destino.

Muito desejaria o Município daquela localidade fazer dar cumprimento à disposição testamentária do infeliz Prior do Crato, D. António, dando-lhe guarida na Igreja de S. Francisco.

Finalmente, o município de Alenquer vai fazer a publicação do segundo volume da monografia «Alenquer — subsídio para a sua História», cujo primeiro volume a mesma Câmara publicou em 1936.

O concelho de Alenquer oferece ao estudioso as mais amplas possibilidades de estudo:

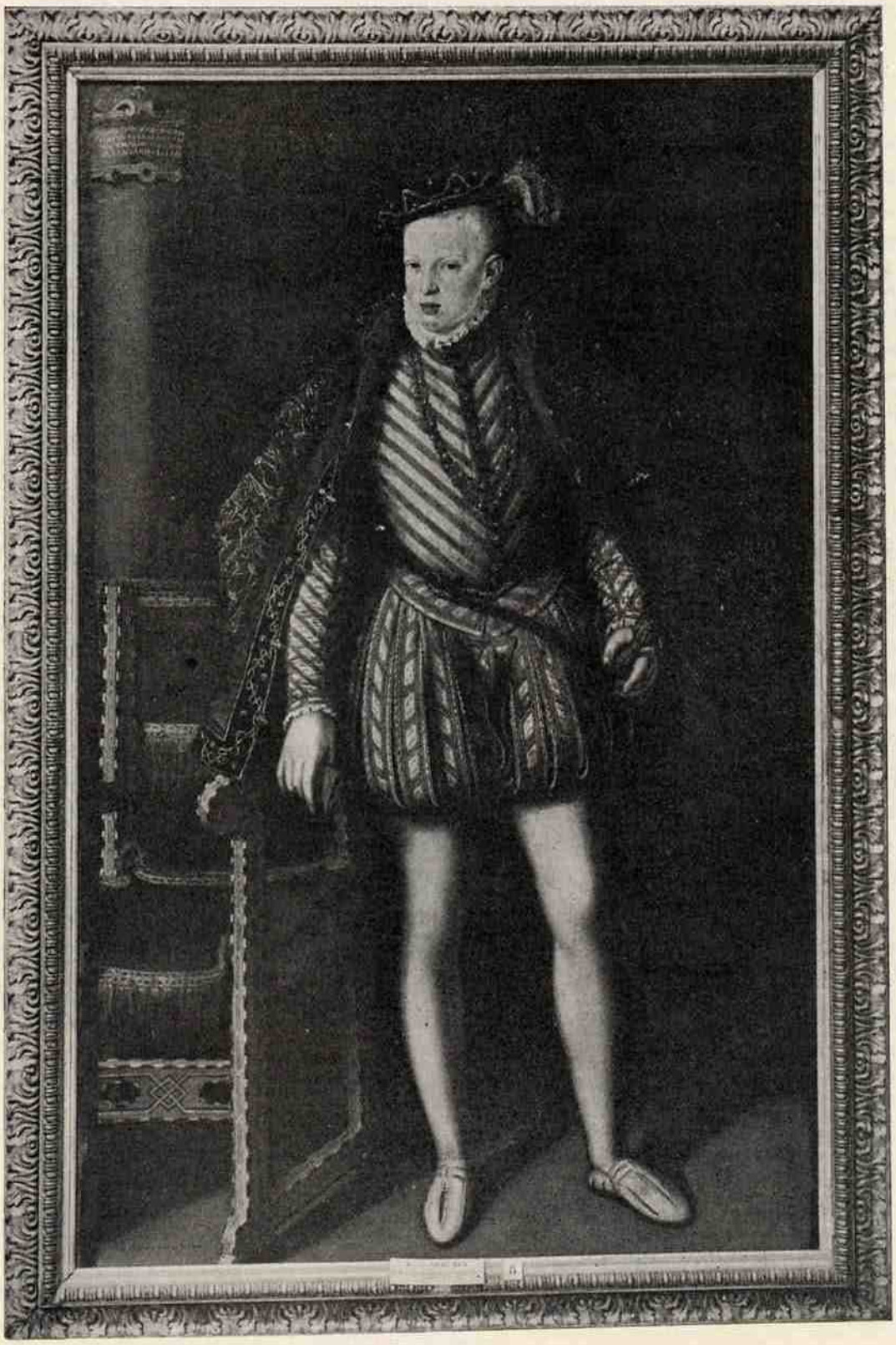
Desde a pré-história — de que possui um cultor devotado, o Ex.mo Senhor Hipólito da Costa Cabaça, possuidor de um magnífico museu - passando pela arquitectura de tôdas as épocas até aos factos épicos, aos homens ilustres e às obras de arte.

Alenquer concorrerá assim, dentro das suas possibilidades, para as comemorações centenárias da nação mais velha do mundo.

LUCIANO RIBEIRO

# A ESPANHA NAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

## (RECORDAÇÕES PORTUGUESAS)



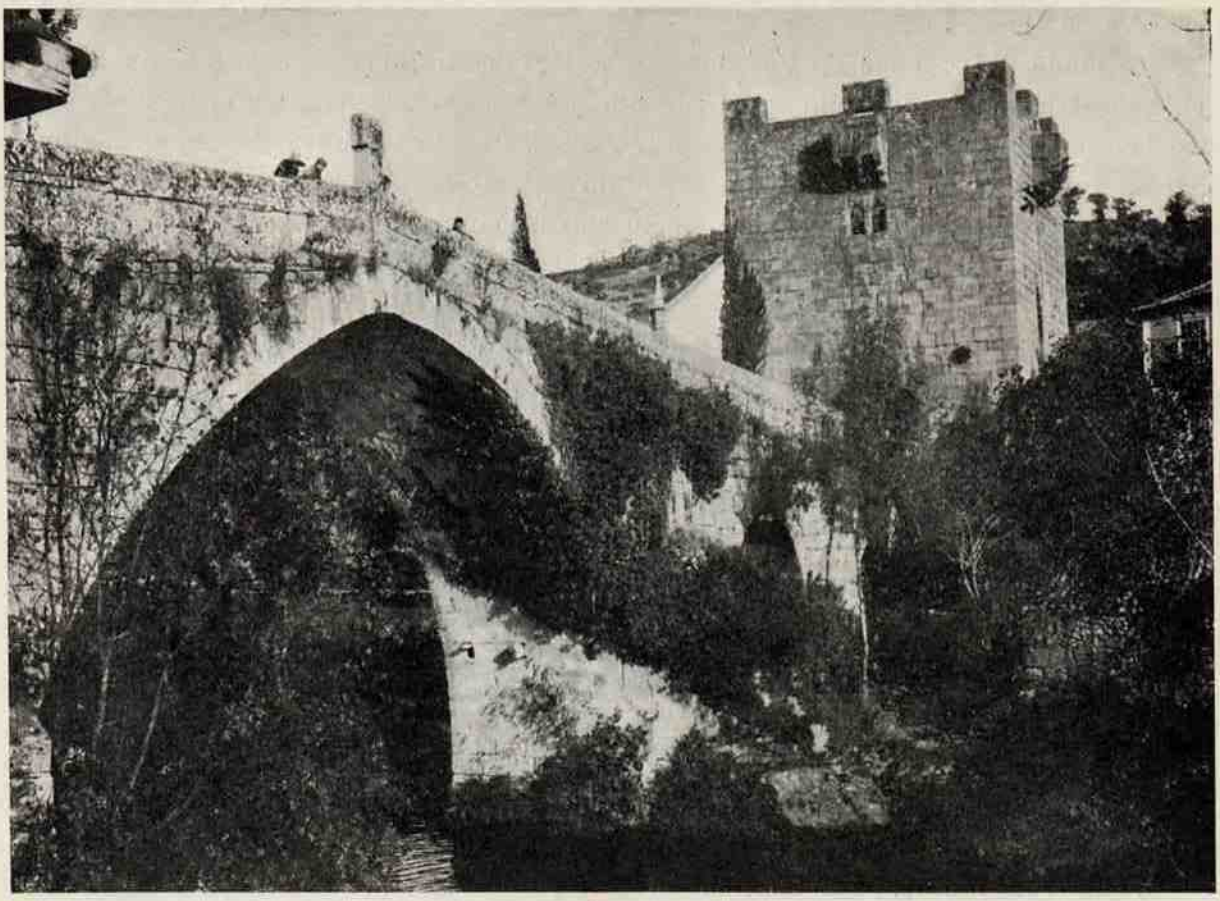
*CRISTOVÃO DE MORAIS — D. SEBASTIÃO, REI DE PORTUGAL*

*(Tela A. 1,58 × L. 1,00. Existente no Mosteiro de «las Descalzas Reales», de Madrid)*

# CASTELOS DE PORTUGAL

## TÔRRE DE UCANHA E CASTELO DE PENEDONO

É quási inexgotável a lista dos monumentos de arquitectura militar, tantos são os que se encontram espalhados de norte a sul do continente e em possessões de além-mar.



*TORRE E PONTE DE UCANHA*

Valiosos subsídios nos fornecem estes gloriosos padrões para o estudo e evolução da arquitectura e da fortificação militar em Portugal e preciosos elementos oferecem aos historiadores e até aos próprios etnógrafos.

Sôbre a tôrre de Ucanha, a que vamos fazer breves referências, dela se ocuparam

vários estudiosos investigadores como o falecido P.e Vasco Moreira, abade de S. João de Tarouca e o douto mestre Dr. Leite de Vasconcelos.

Esta interessante e formosa tôrre, exemplar único em Portugal, é de base quadrada, com ameias singelas e «machicoulis».

Êste monumento é de sólida construção e encontra-se em regular estado de conservação devido às obras de restauro que recebeu nestes últimos anos.

À tôrre une-se uma ponte que dizem ter sido construída por Egas Monis ou então por D. Fernando, abade do convento de Salzedas.

A tôrre, de construção posterior, data do século XIV, e foi restaurada pelo citado abade Vasco Moreira em 1472.

Segundo o Dr. Leite de Vasconcelos, a «Ucanha originou-se, com o nome de Cucanha, conservado até ao século XVII, de um aforamento colectivo, feito pelo mosteiro de Salzedas, por volta do século XIII, de um terreno destinado a cultura, dentro do couto monástico, onde a pouco e pouco se levantaram habitações. Aos frades se deve também a construção da ponte e da tôrre: na ponte existem ainda restos de uma inscrição do século XV em que se lêem a data e o nome do abade (D. Fernando) autor, se não restaurador da obra».

Tem esta tôrre, medida pela parte interna, 7,m5 de comprimento, e o mesmo de largura e 9 metros de altura, e pelo exterior 8,m5 de comprimento e o mesmo de largura.

De altura para o N. tem 18 metros; para o sul, 13,m5 e para E. 13 metros.

* * *

Penedono é uma antiqüíssima povoação a quem D. Sancho deu foral em 1195, confirmado por D. Afonso II, em Trancoso em 1217.

D. Manuel conferiu-lhe foral novo a 27 de Novembro de 1512.

O seu velho e muito antigo castelo estava em grande estado de ruína, só mantendo em regular estado uma tôrre, que foi aproveitada para nela ser colocado o relógio da vila.

Felizmente recebeu, êste ano, um subsídio para obras, que decerto permitirão salvar este monumento de maior ruína.

O castelo de Penedono deve ser de construção anterior à fundação da nacionalidade, pois que em 960, era êste castelo e muitos outros propriedade de D. Flamula, como se pode ver do seu testamento feito naquele ano. (L.º 1 de D. Mumadona, de Guimarãis, fls. 7).

Foi seu alcaide mór Pedro Alvares Cabral de Lacerda, descendente de D. Fernando Afonso Correia, senhor de Farelãis e de Valadares.

De Penedono era natural o marechal Gonçalo Vaz Coutinho, pai de Alvaro Coutinho,

o Magriço, um dos célebres doze cavaleiros portugueses que segundo a tradição foram à Inglaterra, no reinado de D. João I, para desagravar as damas britânicas das humilhações que lhes haviam infligido alguns nobres seus compatriotas.

Êste belo episódio serviu a Camões de tema para algumas admiráveis estâncias dos Luzíadas.

*CASTELO DE PENEDONO*

Como disse, estes dois monumentos históricos foram contemplados com verbas, que não permitirão certamente uma completa reconstrução, especialmente, o de Penedono, pelo grande estado de ruína em que se encontrava.

Mas tais subsídios concorrerão para os reparar e manter, por mais alguns anos, competindo às autoridades locais e aos habitantes cultos da região, olhar com carinho para tão evocativos padrões das nossas glórias e defendê-los da ignorância e da maldade dos homens.

JORGE LARCHER

# BIBLIOGRAFIA DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

Estão terminadas as festas comemorativas dos centenários da *Fundação* e da *Restauração* de Portugal, que correram com o maior brilho e beleza.

Durante êste curto período em que celebrámos dois dos mais importantes acontecimentos da nossa gloriosa História, o país inteiro pôde viver horas inesquecíveis. E desde a *exposição de Belém,* onde os olhos de todos puderam seguir sem esfôrço os vários passos da História magnífica de Portugal, até às festas provinciais, onde se homenagearam os nossos grandes Reis, os nossos descobridores, os nossos guerreiros e os nossos cientistas ; desde o espectáculo surpreendente do *Te-Deum* nos Jerónimos, onde se evocaram as grandezas do Portugal dos nossos Maiores e as festas religiosas na velha Sé de Lisboa, onde se iniciaram e se finalizaram com a grandiosa pompa do ritual Joanino as festas centenárias, até à inauguração do S. Carlos, onde se relembrou uma época brilhantissima para a nossa arte musical e dramática, tudo foram espectáculos de grande beleza que ficarão a marcar uma das mais importantes épocas da nossa vida multi-secular.

Mas o Estado não quis que as comemorações centenárias se restringissem às festas que passam, ainda que deixando na memória dos que a elas assistiram uma inapagável recordação. E do incitamento e iniciativa dos organismos públicos e ainda da actividade isolada dos particulares constituiu-se um aglomerado magnífico de obras de alto valor que vão ficar como subsídio precioso para a realização da *História de Portugal* que ainda não possuimos e como padrão comemorativo e imorredoiro das festas de 1940.

Podemo-nos assim bem orgulhar da época que estamos vivendo, onde o desejo construtivo é de tal grandeza que num curto período de alguns meses, se pôde dar à estampa um número imenso de trabalhos de grande importância para a nossa cultura.

Dada a extensão dessa *bibliografia* de valor diferente mas animada por uma orientação comum — a de bem servir, não pretendemos, ainda que o desejassemos, que esta resenha seja completa. Que os autores que a nossa memória não reteve nos perdõem as faltas que certamente vamos cometer é o que desejamos, pois a dificuldade da tarefa explica bem essas possíveis omissões.

I — ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA — Esta instituïção cultural, ressurreição fe-

liz e oportunissima da velha Academia de D. João V, estabeleceu para as comemorações centenárias um plano de trabalhos verdadeiramente grandioso que tem cumprido fielmente, excedendo até o projecto inicial. Foram até agora distribuidos seis grossos volumes de documentos, mas já se encontram compostos muitos outros, prestes a serem dados à estampa. Assim, encontram-se publicados:

— *O manuscrito «Valentim Fernandes»* — leitura e revisão das provas por António Baião.

— *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) Embaixador de França* — vol. I (o vol. II desta obra está a sair) — publicadas e prefaciadas por P. M. Laranjo Coelho.

— *Cartas dos Governadores da Provincia do Alentejo a El-Rei D. João IV* — vol. I — publicadas pelo mesmo académico.

— *Cartas dos Governadores da Provincia do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI* — vol. II — publicadas pelo mesmo.

— *Cartas dos Governadores da Provincia do Alentejo a El-Rei D. Afonso VI* — vol. III — publicadas pelo mesmo.

— *Cartas de El-Rei D. João IV para diversas autoridades do Reino* — publicadas e prefaciadas pelo mesmo.

Estão a sair:

— *As Inquirições* por António Baião;

— *A organização militar;*

— *A guerra de movimento* e

— *As operações de sítio — Cêrco de Lisboa em 1147* — por A. B. da Costa Veiga;

— *Morabitinos portugueses* — por Pedro Batalha Reis;

— *A politica externa de Afonso Henriques* — pelo Conde de Tovar;

— *A cultura do clero português no século XII,* pelo P.e Domingos Mauricio Gomes dos Santos, S. J.;

— *A crónica da fundação do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa,* por Afonso de Dornelas;

— *D. João IV e a Inquisição* — por António Baião.

— *A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal de 1640* — pelo P.e Francisco Rodrigues, S. J.;

— *Os Jesuitas do Brasil na Restauração de Portugal,* pelo P.e Serafim Leite, S. J.;

— *As negociações para o casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra* — por Caetano Beirão;

— *Batalha das linhas de Elvas,*

— *Batalha do Ameixial* e

— *Batalha de Montes Claros,* por A. B. da Costa Veiga.

— *A origem do poder Real e as côrtes de 1641* — por João Ameal.

— *A Restauração do Brasil* e

— *As relações entre Portugal e a Suécia no tempo da Restauração* — por Durval Pires de Lima.

— *A rendição das guarnições castelhanas em 1640,*

— *A organização e a tática dos exércitos da aclamação,*

— *André de Albuquerque* e

— *Pedro Jaques de Magalhães, 1.º Visconde de Fonte Arcada,* por Gastão de Melo de Matos;

— *Numária de El-Rei D. António,* por Pedro Batalha Reis;

— *Iconografia relativa à guerra da Restauração,* por Henrique Ferreira Lima;

— *O sentimento nacional na Fundação e Restauração de Portugal* e

— *Livraria de música de El-Rei D. João IV,* por Mário de Sampaio Ribeiro;

— *José Pinto Pereira, Vedor da Fazenda e Conselheiro Ultramarino de El-Rei D. João IV,* por Charles Ralph Boxer;

— *Os factos externos da Restauração* — por Rodrigues Cavalheiro de colaboração com Luiz Vieira de Castro;

— *A revolução de 1640,* por Rodrigues Cavalheiro de colaboração com Luiz Pastor de Macêdo;

— *O Diário de Cristóvão Soares de Abreu,*

— *A Fronda vista por um diplomata da Restauração,*

— *D. João IV e os Príncipes Palatinos,*

— *As cartas de D. João IV para o Conde de Soure* e

— *Uma filha de D. João IV: Soror Maria da Cruz,* por Rodrigues Cavalheiro;

— *Os forais medievais de Guimarãis* — texto, introdução e comentário filosófico e histórico por Alfredo Pimenta.

— *Gente das ilhas nas guerras da Restauração,* por Cabral do Nascimento.

E finalmente os meus trabalhos:

— *A acção diplomática de Portugal no Congresso da Vestfália* e

— *Documentos da Restauração — Cartas trocadas entre o Visconde de Vila Nova da Cerveira, D. Diogo de Lima e D. João IV, D. Teodósio e D. Luiza de Gusmão.*

II — ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA — publicou o

— *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* dirigido pelo Prof. Rebêlo Gonçalves.

Esta douta Academia imprimiu também, durante êste ano, vinte e quatro folhas do *Grande dicionário etimológico e histórico da língua portuguesa,* tencionando dar a lume durante o ano de 1941, a *Gramática portuguesa;* o volume da *Bibliografia geral portuguesa* em elaboração, que inclue os incunábulos e os livro impressos no século XVI ; e o I tomo da edição critica das *Obras de Pedro Nunes,* a sair brevemente.

III — ACADEMIA NACIONAL DE BELAS-ARTES — publicou em magnífica edição:

— *Os primitivos portugueses (1450-1550)* com uma introdução: «Um século de pintura» por Reinaldo dos Santos.

Ao fazermos referência a esta obra, fruto da exposição dos primitivos que se levou a efeito, vem-nos imediatamente à memória o nome de José de Figueiredo que tornou possível tão importante trabalho.

IV — AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS — É magnifica a obra levada a efeito por esta instituïção do Estado durante o período das comemorações e ficamo-la devendo à actividade e inteligência de Júlio Caiola e aos seus ilustres colaboradores no número dos quais se contou a figura eminente do com.te Fontoura da Costa que a morte levou logo após a publicação de mais duma duzia de volumes onde êle pôs à prova as suas extraordinárias qualidades de investigador e o seu grande saber.

Eis a obra da Agência:

1.º ciclo:

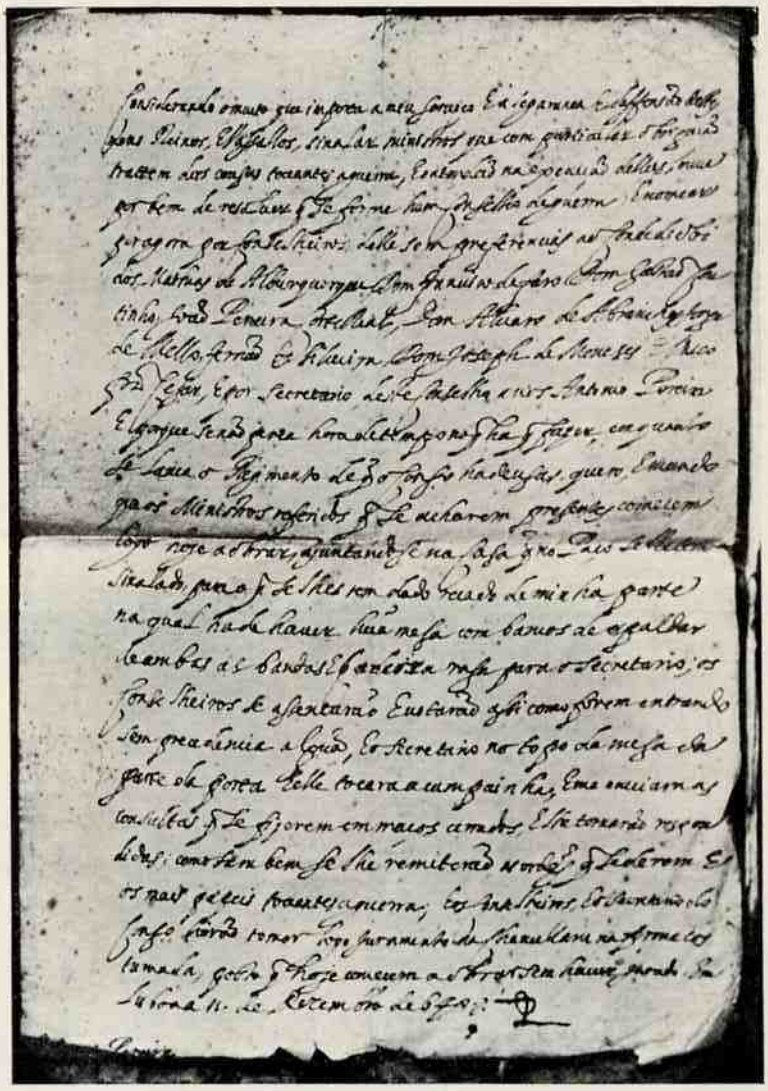
— *Roteiros de D. João de Castro,* I, II e Tavoas e III e Tavoas — Com.te Fontoura ;

— *Uma carta nautica «circa»* — Com.te Fontoura ;
— *Marinharia dos Descobrimentos* — Com.te Fontoura ;
— *Tratado da Sphaera* — Com.te Fontoura ;
— *P.e António Vieira — Antologia* — II e III vols. — Hernani Cidade ;
— *Relação verdadeira — Flórida* — Perry Vidal ;
— *Roteiro dos portugueses* — inédito—Com.te Fontoura ;
— *Nuno Alvares Botelho* — Botelho de Sousa ;
— *Roteiro da navegação e carreira da Índia* — Com.te Fontoura ;
— *Cartas das Ilhas de Cabo Verde* — Com.te Fontoura ;
— *Pero Coelho de Sousa* — Gustavo Barroso ;
— *Luiz Barbalho* — Bernardino José de Sousa ;
— *Martim Soares Moreno* — Afrânio Peixoto ;
— *D. Marcos Teixeira* — Wanderley Pinho ;
— *Manuel Cerveira Pereira* — Gastão de Sousa Dias ;
— *Francisco Barreto* — Pedro Calmon ;
— *Rui Freire de Andrade* — Gervasio Leite ;
— *Prática da Arte de navegar* — Com.te Fontoura ;
— *Roteiro da Africa do Sul e Sueste* — Com.te Fontoura.

2.º ciclo:

— *P.e António Vieira* — I e IV vols. — Hernani Cidade ;
— *Roteiro da 1.a viagem de Vasco da Gama* — Com.te Fontoura ;
— *Bibliografia náutica portuguesa* — Com.te Fontoura ;
— *A arte de navegar de Bruno* — Com.te Fontoura ;
— *Os sete únicos documentos de 1500* — Com.te Fontoura e António Baião.
— *Subsídios para a história das guerras no mar e no além-mar* — I e II vols. — Botelho de Sousa.
— *Angola — apontamentos sôbre a colonização do planalto* — I e II vols. — Gastão de Sousa Dias.
— *O Padroado português do Oriente* — P.e Silva Rego ;
— *Livro da Marinharia* — Com.te Fontoura ;
— *Vida de D. João de Castro* — Freire de Andrade ;

— *Comentários do grande capitão Rui Freire de Andrade* — Gervásio Leite ;
— *O período da Restauração na India* — Botelho de Sousa ;
— *Henrique Dias* — Frazão de Vasconcelos ;



*1640 – CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE GUERRA*

— *Nuno Alvares Botelho* — Botelho de Sousa ;
— *Salvador Correia de Sá e Benevides* — Ribeiro Lessa ;
— *O Beato João de Brito* — I e II vols. Perry Vidal ;

copias No. 4 [redacted] 4 sno

O Senhor sabe Deus que inimigos se por de he esta praça com
o de Jeronimo Nolantes. 2U600 Qualios, dezpeças de artie
laria, dous morteiros, 800 carros de Boyes, 850 de
Mulas, com muita de de Cadatadores. Tomou os pobres,
abris trabalhos, por onde batiaria as Peças con
ria o Rasto de duas Legua. A certouse da
Nossa parte os singular Valor nas sahidas, e inves=
tidas e Rebatemos, e nos acerto como que de dispor
a defensa da Cidade, que foi demo do os
o inimigo largou o sitio, e Vay fugindo a as suas
Barcheiras e como tudo nos ajudou, de Vmce.
com tal devoto da sonfiança em sendia a Canton
tão grande Vitoria, e Sucesso tão feliz, e Cabas par=
tiular Lentaçaõ de nossas Armas, alcançada
somente, e mil e Quinhentos de Cadaos pagos, sem
o necessario Seis mil para defensa desta praça. E
afirmo a Vmce., que já mais se Lauera in bo Valor
igual ao como agora se obrou, e que será justo e
Creadado das Companhias dos Terços mande
Vmce. repartir pellos mais se assignalaro
Seis cachos de dezentaçam, como sendo posta Lar
mais que tudo a cada Terra; e nesta occasiaõ frend
os mestres de Campo João de Saldanha, Luis da
Silva, e Diego gomes de Figueiredo, que tão os que
se Cuidaro nesta praça, maraviltas, e Capaz por
Londes Jnimigo comettes, mais empenhado, foram
ao mestre de Campo Luis da Silva de Telles, que não foi
pelejou, e todos os seus officiaes, e Soldados com gran
dissimo Valor, mas com notavel trabalho, e cuidado,

Disbarcou. E morreu com os seus mestres de Campo gran
de demonstraçoes de honras, e abonadorinha de
Luis da Silva em particularidade. Agora
mais se acaba esta Cerrida, Serial até setecentos e sal
dados de todos, que ahy se achaõ o Conde de Grande Sua,
e Sombra, Governador pelas sua largenhamor Lou=
renço de Mexim? Que ordenaõ se Lauia de
e Estremos, duzentos e sessenta, e Antonio de Sousa
de Menezes, e sobre sua modenia. E Cerrou nos
destrarada affeiçoes como mais e Valendo, o de
Comandar e Sendo tudo, e a Discar dosse por
Otudo, não se Comparauel o merecim de seu Zeiro
no serviço de Vmce.? O Titulo dos marisfidal
gos se exonserão a esta de Cerca midos como que
Cos, e Particulares, Officiaes, e Soldados
todos cumprirão os seus obrigaçoes, e andaõ
os Soldados mais maluetados, mesmo ja
a Representar a Vmce. o alento que receberão
em Vmce. os mandar neles. E este sucesso
tem sido de tal consequencia, que só a de se deuem dar
infinitas graças: o Tenente general da Artelha
e mais officiais della foi grande parte para
alcançar esta felicidade, que esperamos continuada
com duplicadas Vitorias. Lauando esta dido os Ja
cunstancias das mayores. Guarde Deus muytos annos
e muy a Lagestade de Vmce. para augmento de Cris
tandade como ella a ambos. Elvas 8 de Fevereiro
1644. Conde de Ericeira

1644 – RELATÓRIO DO CERCO DE ELVAS

— *Senhora de Pangim* — Gustavo Barroso;
— *Luiz Figueira* — Serafim Leite;
— *Albuns das viagens de S. Ex.ª o Presidente da Républica a África* — 5 vols;
— *Mensagem de Fernando Pessoa;*
— *História das guerras angolanas* — I e II vols.

IV — SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA — É pequena e modesta a sua contribuïção pois a velha e gloriosa instituïção é pobre não tendo podido assim dar com o brilho que desejava a sua participação nas comemorações. Publicou os seguintes trabalhos:

— *A Restauração na Índia* por Ferreira Martins (a sair) e um trabalho meu, intitulado:
— *A Restauração e as colónias portuguesas.*

V — SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL — Um album folclórico e etnográfico, intitulado — *Vida e Arte do Povo Português;*

— Album de imagens das realizações do Estado Novo, intitulado: *Portugal-1940;*
— *Itinéraire historique du Portugal* — por Virginia de Castro e Almeida;
— *Païsagens e monumentos Portugueses*
— e com a *Agência Geral das Colónias* apresentará um volume de história intitulado: *A Restauração e o Império Colonial Português.*

VI — AO CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS e ao CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, afluiram grande número de valiosas comunicações que constituirão alguns volumes, a sair brevemente. Entre todos os estudos apresentados seja-me permitido destacar o magnífico trabalho do grande historiador, P.ᵉ Francisco Rodrigues S. J. que veiu esclarecer completamente o problema intrincado da autoria da *Arte de Furtar*. Até aqui a paternidade desta obra era atribuida a cinco autores diferentes, vindo-se agora a provar cabalmente o infundado de tôdas as afirmações produzidas, pois o seu autor é afinal um desconhecido e modesto jesuita em quem ninguém até aqui tinha falado.

VII — Quanto aos trabalhos de iniciativa particular e outros, foi grande também o seu número:

— O Prof. Lopes de Almeida, actual Sub-Secretário da Educação Nacional e Académico da Academia Portuguesa da História, publicou a sua tese de concurso ao lugar de Professor catedrático da Universidade de Coimbra, sôbre o movimento da Restauração: *Notícias da aclamação e de outros sucessos*, e com Cesar Pegado deu à estampa: *Livro 2.º do Registo das cartas dos governadores das Armas (1653-1657)*, e dentro de breve também dará a conhecer a *Crónica de D. João IV* de Fr. Rafael de Jesus (2.ª parte), já composta.

Lopes de Almeida igualmente editou alguns folhetos raros sôbre o movimento da Restauração.

— Alfredo Pimenta, a par da sua colaboração nos trabalhos da *Academia da História* e em números de revistas comemorativas dos centenários, publicou mais:

— *Documentos para a História de Idanha-a-Velha;* colaborou num trabalho intitulado: *Guimarães — A Fundação e a Restauração de Portugal*, com Alfredo Guimarães; *O nome de Afonso Henriques nos documentos medievais; Onde nasceu Portugal; A data do combate de Val-de-Vez; A façanha de Martim Moniz.*

— Júlio Dantas que com tanto brilho dirigiu as festas oficiais de 1940, imprimiu o seu *Discurso inaugural das comemorações nacionais.*

— *O Instituto de Coimbra* publicou 3 volumes comemorativos da Fundação e da Restauração com magnifica colaboração;

— A revista *Brotéria* dedicou o seu número de Dezembro de 1940 às comemorações, com alguns artigos de valor.

— O P.e Miguel de Oliveira deu-nos um resumo da *História Eclesiástica de Portugal.*

— Falcão Machado publicou: *A Restauração em Setúbal;*

— Durval Pires de Lima deu à estampa: *Carta que escreveu El-Rei D. João IV em nome de seu pai o Duque D. Teodósio;*

— A *Biblioteca Nacional de Lisboa* publicou o 1.º volume dum catálogo da sua exposição de livros e docs. da Restauração, que foi elaborado por Ataide e Melo, Carlota Gil Pereira e Durval Pires de Lima;

— A *Assembleia Nacional* publicou um outro catálogo: o das *Côrtes Gerais* organizado por Álvaro Neves;

— Do Extremo-Oriente: vieram-nos vários trabalhos: *Breve Relação da Vida e feitos de Lopo e Inácio Sarmento de Carvalho, grandes capitães que no século XVII honraram Portugal no Oriente* pelo Major C. R. Boxer; *A gruta de Camões* por Wenceslau de Morais; P. Manuel Teixeira — *Camões em Macau* (contribuïção para o estudo do problema); *Portugal no Extremo-Oriente* (discurso pronunciado pelo Governador Tamagnini Barbosa em 2 de Junho de 1940 no salão nobre do Leal Senado.); C. R. Boxer — *The Embassy of Captain Gonçalo de Siqueira de Sousa to Japan in 1644-7.*

— António Cruz, escreveu um livro a que deu o título de *Portugal Restaurado;*

— João Ameal deu à estampa a sua *História de Portugal,* contribuïção magnifica pela orientação nela seguida e forma da sua realização;

— Do Brasil veio-nos a 1.ª edição do *Tácito Português* de D. Francisco Manuel de Melo, com introdução, informação e notas de Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon;

— Afrânio também nos deu uma *História do Brasil,* e um drama histórico — *1640.*

— A delegação executiva do Brasil, às comemorações centenárias, editou, em 2.ª edição, o livro do Conde de Campo Belo — *Governadores Gerais e Vice-Reis do Brasil;*

— O ilustre investigador brasileiro, Comandante Eugénio de Castro escreveu um erudito estudo crítico na 2.ª edição do *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa (1530--1532)* agora publicada;

— e ainda do Brasil nos veio, a 2.ª edição da *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI* de José da Silva Lisboa;

— Foi publicado o 1.º volume d'*A Nobreza na Restauração de Portugal — Documentação inédita de seus feitos,* constituido por estudos assinados pelo Marquês de Rio Maior, Conde de Azinhaga, Conde dos Arcos, Conde de Povolide, António Cabreira, Visconde do Botelho, Gen. Lacerda Machado.

— Também o actual Conde de Almada escreveu um trabalho sôbre um dos seus ascendentes: *Dom Antão Dalmada.*

— José Cassiano Neves deu à estampa uma monografia sôbre os *Jardins e Palácio dos Marquêses de Fronteira.*

— O jornal «O Século» editou dois volumes comemorativos.

— A revista *Gil Vicente* de Guimarãis publicou um número especial, assim como o *Comércio do Porto* e *Diário da Manhã.*

— Gustavo de Matos Sequeira escreveu o seu *Afonso Henriques — alegoria dramá-*

*tica em verso em um acto e três quadros para ser representada no Castelo de S. Jorge de Lisboa na noite de 9 de Julho de 1940.*

— Rui Coelho compôs uma ópera — *D João IV*, que foi cantada em S. Carlos, com libreto de Silva Tavares;

— A *Revista de Guimarães*, publicou um número especial colaborado por: Pedro Vitorino, P.e Miguel de Oliveira, Alberto Feio, Rocha Madahil, Claudio Basto, Magalhães Basto, Hernani Cidade, Mário Cardozo, Lopes de Carvalho, Joaquim de Carvalho, Vieira Braga, Gastão de Melo de Matos, Ernesto Soares, Belisário Pimenta, Luiz Pinto Garcia;

— Joaquim Costa deu-nos uma nova e magnifica edição do *Livro da virtuosa bemfeitoria.*

— Gastão de Melo de Matos escreveu: *Um processo político da Restauração; Notas sôbre Santo António Militar; Bandeiras militares do século XVII e a bandeira da aclamação; Antes morrer reinando que acabar servindo; Os têrços de Entre Douro e Minho na guerra de Aclamação; Vinte anos de batalhas* além de sua colaboração nos trabalhos da Academia Portuguesa da História;

— O cónego Correia Pinto imprimiu a sua alocução no *Te-Deum* realizado no Pôrto: — *Pátria Antiga.*

— Francisco C. de A. Pinto de Melo e Leme deu à estampa: *Uma figura da Restauração — «D. Felipa de Vilhena» — Notas históricas e genealógicas.*

— O *Instituto de Cultura Italiana* de Lisboa publicou valiosos documentos, sôbre a Restauração, apresentados por Lopes de Almeida no 2.º volume dos seus *Estudos;*

— O *Instituto francês* de Lisboa de colaboração com o nosso *Instituto para a Alta Cultura* financiou uma obra de alta importância: *Les portugais et l'Afrique du Nord de 1521 a 1567 — extraits des annales de Jean III* — tradução francesa e comentários do Prof. Robert Ricard;

— De Espanha, por intermédio do seu Ministério dos Estrangeiros, enviaram-nos em preciosa brochura, uma reprodução fac-similada do ms.: *Os desenhos das antigualhas que vio Francisco d'Ollanda, pintor português (1539-1540) que se guarda na Biblioteca do Escorial.*

— A *Reale Accademia d'Italia* enviou-nos um magnífico trabalho: *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo,* que tanto honra a sua cultura.

— *Portugal 1140-1640* é o título dum volume de homenagem a Portugal realizado pela Universidade de Colónia.

— Augusto de Castro publicou: *A exposição do mundo português e a sua finalidade nacional* e Oswaldo Orico deu-nos: *À sombra dos Jeronimos.*

— A *Hispanic-American Historical Review* — editada pela Duke University de Durham — U. S. A. — deu à estampa um número especial sôbre o nosso país, organizado sob a direcção do Ministro de Portugal, João Bianchi.

— Correia de Oliveira escreveu mais um livro de versos: *História pequenina de Portugal gigante.*

— Saiu um número especial dos *Cahiers du Sud*, com colaboração de Gustavo Cordeiro Ramos, Julio Dantas, Luiz Vieira de Castro, João de Barros, Augusto de Castro, Manuel Múrias;

— Cabral do Nascimento, ainda escreveu — *A Restauração de Portugal e o Convento da Incarnação.*

— Bento Caeiro deu à estampa: — *Santo Aleixo da Restauração.*

— A revista da Legião Portuguesa também publicou um número comemorativo das festas centenárias.

— José Monteiro deu-nos um trabalho intitulado: — *O lugar do Fundão nas origens e na Restauração de Portugal; e O Município do Fundão nas comemorações centenárias* é outro estudo sôbre a matéria.

— Rocha Martins escreveu: *Vultos da Restauração* que a Emp. Nac. de Publicidade editou.

— A *Revista dos Centenários* arquivou nos seus 24 números alguns trabalhos e documentos de interêsse histórico.

— Finalmente publiquei, além da minha colaboração nos trabalhos da Academia da História e de estudos vários saidos na imprensa diária e em revistas portuguesas e estrangeiras: — *A Restauração — relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668; Relance da História Diplomática de Portugal; Alguns documentos da Biblioteca da Ajuda sôbre a Restauração; As expedições de Duclerc e Duguay Trouin ao Rio de Janeiro; D. Afonso VI*, manuscrito atribuido a António de Sousa de Macêdo, etc..

Longe deve estar esta enumeração de ser completa. Muitos foram os trabalhos realizados durante êste período de festejos nacionais. Impossível nos foi retê-los a todos. Depois, ainda há a colaboração em jornais e revistas pouco conhecidas. Num jornal de Évora sei que se publicaram algumas preciosas cartas de D. João IV, mas quantos outros documentos e ar-

tigos de interêsse não terão ficado sepultados em folhas volantes por êsse país fora, esperando por alguém que pacientemente faça um dia a bibliografia completa da Restauração de 1640.

Durante êste ano que agora finda os nossos olhos extasiaram-se com espectáculos de rara beleza ; fica-nos êste precioso recheio documental, material indispensável para a elaboração da nossa História, que oferecemos ao Portugal de amanhã, a quem deixamos certamente uma herança melhor do que a recebida de nossos pais.

EDUARDO BRAZÃO

*P. S.* Ainda que publicadas fora dêste ano das comemorações, não podemos deixar de nos referir às obras dirigidas e publicadas pelo eminente historiador Damião Peres, Professor da Universidade de Coimbra, como a monumental *História de Portugal* (7 volumes, com 1 de Índices), as novas edições das *Monstruosidades do tempo e da fortuna* e da *Restauração de Portugal prodigiosa*, pois tôdas elas se destinaram a comemorar o nosso duplo centenário.

E. B.

# NOTAS VÁRIAS

## DISCOTECA DE MÚSICA POPULAR PORTUGUESA

Organizada por iniciativa da Comissão Executiva dos Centenários com a colaboração de grupos regionais, sob a direcção do professor Armando Leça. Registo de som pela Emissora Nacional.

### TRÁS-OS-MONTES:

*Reis Falados* (Duas Igrejas) — *Encomendação das almas* (Especiosa).

*Lôa de St.º António* (Especiosa) — *Manhã de S. João* (Especiosa).

*Ró-Ró* e *Lôa de Casamento* (Especiosa) — *D. João* (Especiosa) — *Não quero que vás à monda* (Constantim).

*Margarida Moleira* (Constantim) — *A parreira tem mil uvas* (Duas Igrejas) — *Para rondar de noite* (Constantim) — *Primavera* (Especiosa).

*Que estriga tem uma roca* e *Querida Júlia* (Constantim) — *Acto de contrição* (Cercio).

*Lhaço dos oficios* (Cercio) — *Bicha* (Cercio).

*Reis* (Alijó) — *Moda das segadas* (Vassal-Valpaços).

*Remute de cantiga* e *No fim da ceifa* (Vassal) — *Moda das Malhadas* (Vassal).

*Moda de a coanhar* e *Atira Manuel* (Vassal) — *Bemditos (dois)* (Vassal).

*D. Fernando* — Nozelo (Vinhais) — *D. Filomena* (Nozelo).

*Morena* (Nozelo) — *Padeirinha* (Alijó) — *Viva o Arco* (Alijó) — *Ronda das segadas* (Nozelo).

*Alvorada* (Nozelo) — *Muinhera e passeado* (Nozelo).

*Senhora da Graça* e *Lagartinho* (Mondim de Basto) — *Donde vens ó Ana* (Mondim de Basto).

*Erva Cidreira* (Mondim de Basto) — *Azeitona miudinha* (Mondim de Basto).

### ALTO DOURO:

*Maio moço* e *Cantar à pedra* (Barqueiros) — *Senhor arrais do barco* (Barqueiros).

*A pomba caiu ao mar* e *Rapaz aperta a faixa* (Barqueiros) — *Fui ao Douro à vindima* (Barqueiros).

*Chula rabela* (Barqueiros).

### MINHO:

*Meu menino quere dormir* (Palmeira-Braga) — *Boiada* (Besteiros de Amares) — *Senhora da Abadia* (Besteiros) — *Chora a Videira* (Besteiros).

*Ó do subirei* e *Meu lindo ramo* (Louzado de Famalicão) — *Três maganões* e *Ó do tim-tim* (Louzado).

*Minha bela vianesa* e *Retira-te ó Zé* (Louzado) — *Velho* (Carreço) — *Velho* (Besteiros).

*Maçadeiras* (Póvoa de Lanhoso) — *S. João* (Besteiros).

*Senhora das Dores* (Besteiros) *Margarida Moleira* (Besteiros) — *Olívia* (Apúlia).

*Ferreiro* e *Chora a Videira* (Besteiros) — *Ribeira* (Besteiros).

*Alecrim* e *Nesta terra não há rosas* (Bucos de Cabeceiras de Basto) — *Barqueirinho* e *Repi-piu* (Bucos).

*Barqueiro* (Beiral do Lima), Ponte de Lima — *Ó do olé* (Beiral do Lima).

*Os olhos do meu amor* (Beiral do Lima) — *Á sombra do lampeão* (Beiral do Lima).

*Marrafa* (Beiral do Lima) — *Dobadoira* (Vila Chã) Espozende — *Quem quiser que o carro ande* (Beiral do Lima).

*Tirana* (Beiral do Lima) — *Tia Rosa* (Vila Chã).

*Arruada de Zé P'reira* (Celorico de Basto) — *Laranja* (Bucos).

*Celer, a Bomba* (Lousado) — *Coradinha* (Vila Chã) — *As calças do Manuel Pita* (Vila Chã).

*Margaridinha* (Guimarãis) — *S. João corrido* (Guimarãis).

*O pai do ladrão* (Carreço) — *Pretinho* (Carreço).

*Bate certo* (Apúlia) — *Gota* (Carreço).

*Caninha Verde* (Lousado) — *Cana Verde* (Celorico de Basto) — *Chula* (Vila Chã) — *Malhão* (Celorico de Basto).

*Regadinho* (Lousado) — *Tirana* (Carreço).

*Tirana* (Guimarãis) — *Vareira descançada* (Guimarãis).

*Vareira das palmas* (Guimarãis) — *Vareira picada* (Guimarãis).

*Vareira Chula* (Celorico de Basto) — *Vareira* (Vila Chã).

*Verdegaio* (Braga) — *Verdegar* (Lousado).

*Vira* (Bucos) — *Vira* (Palmeira).

*Vira de Roda* (Vila Verde) — *Vira do Alto Minho* (Carreço).

*Vira* (Vila Chã) — *Vareira* (Varziela de Felgueiras).

## DOURO LITORAL:

*Malhão* (Balazar de Póvoa de Varzim) — *Vareira, Vareirinha* (Balazar de Póvoa de Varzim).

*Adeus que me vou embora* (Balazar) — *Soldadinho novo* (Balazar).

*Menina da poupa alta* (Balazar) — *Tem, tem, menina* (Balazar).

*Resgatar das almas* (Póvoa de Varzim) — *S. João poveiro* (Póvoa de Varzim).

*Moda dos Varais* (Póvoa de Varzim) — *Vira poveiro* (Póvoa de Varzim).

*Ó fresca da ramalhada* (Vila do Conde) — *Senhora Ana* (Leça da Palmeira) — *S. João Batista* (Vila do Conde).

*Olaré sou tua* (Silva Escura) — *Margarida moleira* (Silva Escura).

*Chula* (Santa Cruz do Bispo) Matozinhos — *Malhão* (Santa Cruz do Bispo) Matozinhos.

*Serra* (Santa Cruz do Bispo) — *Velho* (Santa Cruz do Bispo).

*Rusga* (Silva Escura) — *Ciranda* (Areal de Santo Tirso).

*Passarinho* e *Suspiro* (Santo Tirso) — *Pesinho* (Santo Tirso).

*Santa Quitéria* e *Vareira* (Varzielas de Felgueiras) — *Na loja do Mestre André* (Varzielas de Felgueiras).

*Janeiras* e *Senhora da Saúde* (Cavalão de Baixo) Penafiel — *Senhora d'Aparecida* e *Senhora da Livração* (Amarante).

*Não há cravo como o branco* e *O élo da videirinha* (Santa Marinha do Zezere) — *Vou a cantar que me mandam* (Santa Marinha do Zezere) — *Minha mãi não quere* (Casal Gracia).

*Já vi uma tirana* (Cavalão de Cima) — *Pintei o vira Vareiro* (Cavalão de Baixo) — *O meu peitinho tem rendas* (Portela) — *Da banda dalem do Rio* (Vila Boa de Quires).

*Ó José, ó Josésinho* (Vila Boa de Quires) — *Minha Mãi chamou por Ana* (Paços de Ferreira) — *Aquêle que acolá vai* (Paços de Ferreira).

*Por aquela parede abaixo* e *Rosa d'Alexandria* (Paços de Ferreira) — *Sou Chaleiro* (Paços de Ferreira) — *A lua vai amarela* (Lordelo).

*O rijo, ó rijão* e *Uma velha* (Lordelo) — *Zé que fumas* (Lordelo) — *Do alto daquela Serra* (Amarante).

*S. João, (em cavaquinhos)* (Lordelo) — *Cana Verde* (Paços de Ferreira).

*Chula* (Amarante) — *Chula* (Vila Boa de Quires).

*Chula* (Penafiel) — *Verdegar* (Lordelo).

*Vira Duriense* (Paços de Ferreira) — *Vira* (Lordelo).

*Lá vem o luar* (Gulpilhares) Gaia — *No meio daquele mar* e *Parreirinha* (Gulpilhares) Gaia.

*Malhão* (Gulpilhares) Gaia — *Rabela* (Gulpilhares) Gaia.

*Tirana* (Gulpilhares) — *Tirana* (Vila da Feira).

*Vira rusgado* (Vila da Feira) — *Pastorinha* (Vila da Feira).

## BEIRA LITORAL:

*Senhora da Hora* (Esmoriz) — *Ó meu amor quem te disse* (Esmoriz).

*Ó rosa* (Esmoriz) — *Debaixo da ponte* e *Ó pião dançar* (Esmoriz).

*Videirinha* e *Lambão* (Esmoriz) — *Marujinho bate o pé* e *Olha para a água* (Ovar).

*Vai marinheiro* (Ovar) — *Ai li, ai lé* (Ovar).

*Almas Santas* (Bom Sucesso) Aveiro — *Ajoelha-te a meus pés* (Bom Sucesso) Aveiro.

*Meia volta ao lado* e *Ó que rico par eu levo* (Bom Sucesso) Aveiro — *Desafio* (Bom Sucesso) Aveiro.

*Rusga* (Esmoriz) — *Vilôa* (Estarreja).

*Moda Nova* (Estarreja) — *Real das Canas* (Estarreja).

*Tirana* (Ovar) — *Vira de Ovar* (Ovar).

*Vira marcado* (Estarreja) — *Verdegaio* (Ovar).

*Verdegaio* (Bom Sucesso) — *Vira, instrumental* (Bom Sucesso).

*Senhora da Saúde* e *Vai meu amor* (Castelões) Vale de Cambra — *Mariquinhas* (Castelões) Vale de Cambra.

*Ao relité da Calçada* (Castelões) — *Ó tirolé* (Castelões).

*O lugar de casticeira* (Sever do Vouga) — *Rolinha* (Sever do Vouga).

*Ó Zé* (Sever do Vouga) — *Carqueja* (Rocas do Vouga).

*Aleluia* (Rocas do Vouga) — *Eu hei-de ir a Arouca* (Rocas do Vouga).

*Ramaldeira* (Rocas do Vouga) — *Santo Antoninho* (Rocas do Vouga).

*Rusga* (Castelões) — *Marrafinhas* (Rocas do Vouga).

*Canavial das Canas* (Coimbra) — *Cavaco do Rio* e *Ao som da guitarra* (Coimbra).

*Dá-me um beijo* (Coimbra) — *Jovens sereias* (Coimbra).

*O nó da gravatinha* (Coimbra) — *Sou marinheiro* (Coimbra).

*Vá de roda* (Coimbra) — *Vamos seguindo* (Coimbra).

*Estalados* (Coimbra) — *Vira de Coimbra* (Coimbra).

*Alvorada* e *Arruada* (Condeixa-a-Nova) — *Fandango* e *Vira* (Condeixa-a-Nova).

*Verdegaio* e *Farrapeira* (Condeixa-a-Nova) — *Oliveira da Serra* e *Arruá, Arruá* (Vilarinho) Lousã.

*Canôa* (Vilarinho) Lousã — *Farrapeira* (Vilarinho) Lousã.

*Lavrador da Arara* (Milagres) Leiria — *S. João* e *Linda machada* (Milagres) Leiria.

*Margarida moleira* (Milagres) Leiria — *Palmas, palmas* (Milagres) Leiria.

*Bailarico* (Milagres) Leiria — *Ciranda* e *Verdegaio* (Milagres) Leiria.

## BEIRA ALTA:

*S. João* e *Olha os noivos* (Parada de Gonta) Tondela — *Minha mãi eu quero* e *A côr morena* (Parada de Gonta) Tondela.

*Ó da truz, truz, truz* e *Venho da Serra da Estrela* (Parada de Gonta) — *Vira dos Carvalhais* (Parada de Gonta).

*Moda de malhar* e *De baixo do meu baú* (Castendo) — *Indo eu* e *Não era assim* (Castendo).

*Lindas fitas* e *Vá de ramo em ramo* (Esmolfe) — *Chora a videira* e *Eu hei-de ir* (Esmolfe).

*O Velho* (Celorico da Beira) — *Trevo* (Cedovim)

*Santa Maria* (Cambra de Vouzela) — *Santa Combinha* (Cambra de Vouzela).

*S. João* (Cambra de Vouzela) — *Ramo de Oliveira* (Cambra de Vouzela).

*Lérar o gado* (Cambra de Vouzela) — *Farrapeira* (Cambra de Vouzela).

*Meu menino dorme* (S. Pedro do Sul) — *Enxufradeira* e *Serraninha* (Figueiredo d'Alva) S. Pedro do Sul.

*Ó Delaide* e *Cachopas, olaré* (Manhouce) — *Ó prima vamos p'ra ceifa* e *Dom Solidão* (Manhouce).

*Eu muito chorei* (S. Pedro do Sul) — *Amentar as almas* (S. Pedro do Sul).

*Maias* (S. Pedro do Sul) — *Sacha* (Vila Maior) S. Pedro do Sul.

*Ceifa* e *Maçadelas* (Vila Maior) — *Malha* (Vila Maior).

*Tareio* (Manhouce) — *Chula* (Figueiredo d'Alva).

*Vira das farrapeiras* (S. Pedro do Sul).

*Alviçaras* (Cedovim) — *Lavrador d'arada* e *Ladrão* (Cedovim).

*Margarida Moleira* e *Anda cá meu bem* (Cedovim) *Ó prima* e *Trevo* (Cedovim).

*Alviçaras* (Quadrazais) — *Maias* (Alfaiates) — *S. João* (Gonçalo) — *S. João* (Guarda).

*Ceifa* (Gonçalo) — *Malha* (Vinhó) — *Tenho sêde* (Folgosinho).

*Azeitona* (Marialva) — *Moda de arrolar* (Gonçalo) — *Tia Batista* (Vinhó).

## BEIRA BAIXA:

*Janeiras* e *Alviçaras* (Val de Lôbo) — *Senhora da Póvoa* (Val de Lôbo).

*Amaçar o linho* e *Vá de laços* (Val de Lôbo) — *Mangerico* (Val de Lôbo).

*Senhora do Almurtão* (Idanha-a-Nova) — *Senhora da Graça* (Idanha-a-Nova).

*Moda das sachas* (Idanha-a-Nova) — *És tão linda* (Idanha-a-Nova).

*Dobadoira* (Escalos de Baixo) — *Moreninha* (Escalos de Baixo).

*Quebra* (Escalos de Baixo) — *Fandango* (Escalos de Baixo).

*Bamburra* e *Entrudo* (Malpica) — *Sécias* e *Jeremias* (Malpica).

*Lavrador da arada* (Malpica) — *S João* (Malpica).

*Santo Antão* e *Moda da Sacha* (Caria) — *Moda de maçar o linho* (Caria).

*Ceifeiras* (Caria) — *Laranjinha* (Teixoso) — *Senhora do Carmo* (Teixoso).

*S. João* (Teixoso) — *Vindima* (Teixoso).

*Pastorinha* e *Vai-te embora* (Teixoso) — *Embalo* e *Santa Luzia* (Fundão).

*Senhora da Rocha* e *Dona Infante* (Fundão) — *Marinheiro* (Fundão).

*Paixão* (Fundão) — *Ceifa* (Fundão).

*Sacha* (Fundão) — *Rosa* (Fundão).

*Diga donde vai* (Fundão) — *Moda do Bombo* (Lavacolhos).

*Azeitona por ser preta* (Outeiro) Sertã — *Laranjinha* (Outeiro) Sertã.

*Ó enleio* (Outeiro) Sertã — *Vira* (Outeiro) Sertã.

*Bemdito* (Mação) — *Alvorada de S. João* (Mação).

*Loureiro* e *Olha a trigueirinha* (Mação) — *Ó prima* e *Estas é que são as saias* (Mação).

## RIBATEJO:

*A oliveira chora* (Pêgo) Abrantes — *Chora a videira* (Pêgo) Abrantes.

*Nossa aldeia do Pêgo* (Pêgo) — *O enleio* (Pêgo).

*Já apanhamos a azeitona* e *Pombo arrolador* (Azinhaga) — *Verdegaio* e *Fandango* (Azinhaga).

*Bailarico* e *Vira* (Azinhaga) — *Se eu fôsse ladrão* (Minde) Alcanena.

*O paspalhão* e *Estas é que são as saias* (Minde) — *Verdegaio* (Minde).

## ALTO ALENTEJO:

*Menino do Senhor* (Campo Maior) — *Moda da Azeitona* (Campo Maior).

*Camponezas* (Campo Maior) — *Vai-te bela* (Campo Maior).

*Eu hei-de ir à feira d'Elvas* (Campo Maior) — *Eras tão linda* (Vila Viçosa).

*A lua vai amarela* e *Olha a moleirinha* (Vila Viçosa) — *Pelo mar abaixo* (Vila Viçosa).

*Fui à missa a Santa Rita* (Vila Viçosa) *Onde vais Cavaleiro* (Redondo).

*Três palavras disse a Virgem* (Redondo) — *Nossa Senhora lavava* (Redondo).

*Lindo Amor* e *São João* (Redondo).

*Santa Suzana* e *Vai, vai* (Redondo).

*Anda cá meu bem* e *Laranja do ramo* (Evora).

*És tão linda* e *Fui ao mercado sósinha* (Evora).

*(?)* e *São João* (Evora).

## BAIXO ALENTEJO:

*A flôr que abriu em Maio* e *Lá vai o comboio* (Moura).

*Marianita* e *São laços* (Moura).

*Silva que estás enleada* (Moura) — *Beja, terrivel Beja* (Serpa).

*Despedida* e *Hei-de ir ao Algarve* (Serpa).

*Lirio Róxo* e *Ó prima, olé* (Serpa).

*Santo Antoninho da serra* (Serpa) — *Algum dia a nobre fala* (Aldeia Nova de S. Bento).

*Amava-te eternamente* e *Fui ao jardim passear* (Aldeia Nova de S. Bento).

*Montinho* (Aldeia Nova de S. Bento) — *Não quero que vás á monda* (Baleizão).

*Ora viva* e *Sou um rapaz pimpão* (Baleizão).

*Nossa Senhora d'Aires* — *Tinhas-me tanta amizade* e *Solidão* (Baleizão).

*Deus Menino* e *Os Reis* (Vidigueira).

*Alecrim* e *Erva cidreira* (Vidigueira).

*Silva do Bosque* e *Se o meu bem soubesse* (Vidigueira).

*Eu sou trevo* e *Marcela* (Vidigueira).

*Janeiras* e *Chacota* (Mértola).

*Ao romper da bela aurora* e *Mértola, querida Mértola* (Mértola).

*Quando eu ouvi esta moda* e *Senhor Ladrão ande ligeirinho* (Mértola).

*Esta manhã achei* (Castro Verde) — *Tôdas as bem casadinhas* (Aljustrel).

*Ora adeus* e *Cana Real* (Aljustrel).

*Cachopa, dá-me um beijo* e *Foram elas* (Castro Verde).

*Aljustrel do Alentejo* e *Ao passar do ribeirinho* (Aljustrel).

*Já não vou a Vendas Novas* e *Margarida da minha alma* (Aljustrel).

*Tenho barcos, tenho rêdes* (Aljustrel) — *Dá-me um cópo d'agua* (Odemira).

*Abre-me a porta* — *Maria Campaniça* e *Água já se não usa* (Odemira).

*Fôste-te gabar ao Pôrto* e *Eu fui á baia* (Odemira).

## ALGARVE:

*Será possivel que seja* e *Já da paz do dia* (Estombar).

*Santos desprezados* e *Pastorinhos* (Estombar).

*O menino do alto-céu* e *Janeiras* (Estombar).

*Santos Reis* (Estombar) — *Encomendação das almas* (Estombar) — *Bendito* (Alte).

*Ó meu padre Santo António* e *Vai-te embora passarinho* (Estombar).

*Alecrim da charneca* — *Apanha uma barata* e *S. João me prometeu* (Estombar).

*Ao passar o ribeirinho* e *Minha mãi não me leve* (Alte).

*Quando os soldados se viram* e *Teresinha* (Alte).

*Moda do bailarico* e *Baile mandado* (Alte).

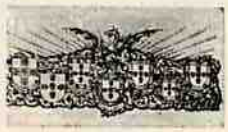
*Leva, leva* (Portimão) — *Água leva o regador* (Tavira).

*Ái Jesus se rasga a sáia* e *Amendoeira* (Tavira).

*Cáxi, cáxá* e *Já lá te foste sentar* (Tavira)

*S. João* e *Sou da serra, sou serrenho* (Tavira).

*Ti Ánica* (Tavira) — *Venho aqui á viscondessa* (Olhão).



# INDICE DO SEGUNDO VOLUME

TEXTO:


| | Fasc. | Pág. |
|---|---|---|
| Portugal é uma Nação — *Dr. A. Marques Guedes* | 13 | 1 |
| Algumas cartas de D. João IV — *Dr. Eduardo Brazão* | 13 | 4 |
| Congresso Nacional de Ciências da População (Plano geral) | 13 | 9 |
| O Pavilhão do Brasil na Exposição do Mundo Português | 13 | 14/15 |
| Armas brasileiras em Gôa — *Dr. A. Padua de Araujo* | 13 | 17 |
| Castelos de Portugal — Bragança e Póvoa de Lanhoso — *Cap. Jorge Larcher* | 13 | 19 |
| A Fundação e a Restauração na poesia épica — *Dr. Cabral do Nascimento* | 14 | 1 |
| Portugal é uma Nação — *Dr. A. Marques Guedes* | 14 | 6 |
| Uma cruz basta para dizer, na História, quem é Portugal — *Padre Moreira das Neves* | 14 | 10 |
| Algumas cartas de D. João IV — *Dr. Eduardo Brazão* | 14 | 14 |
| Castelos de Portugal — Marialva, Langroiva e Ranhados — *Cap. Jorge Larcher* | 14 | 20 |
| A capacidade épica da Raça e o sentido Camoneano das Comemorações Centenárias—*Dr. Mário de Albuquerque* | 15 | 1 |
| Portugal é uma Nação — *Dr. A. Marques Guedes* | 15 | 6 |
| Algumas cartas de D. João IV — *Dr. Eduardo Brazão* | 15 | 11 |
| Programa Oficial das Comemorações Nacionais de 1940 | 15 | 16 |
| Castelos de Portugal — Marvão e Celorico da Beira — *Cap. Jorge Larcher* | 15 | 24 |
| A Aclamação dos nossos Reis — *Dr. Paulo Merêa* | 16 | 1 |
| Portugal é uma Nação — *Dr. A. Marques Guedes* | 16 | 5 |
| Castelo da Feira — *Dr. Vaz Ferreira* | 16 | 12 |
| Algumas cartas de D. João IV — *Dr. Eduardo Brazão* | 16 | 19 |
| Castelos de Portugal — Abrantes e Tôrres Novas — *Cap. Jorge Larcher* | 16 | 24 |
| Alberto d'Oliveira — *Dr. Agostinho de Campos* | 17 | 1 |
| Portugal é uma Nação — *Dr. A. Marques Guedes* | 17 | 5 |
| Castelo de Bragança — *Dr. Carlos de Passos* | 17 | 12 |
| Algumas cartas de D. João IV — *Dr. Eduardo Brazão* | 17 | 15 |
| Castelos de Portugal — Arnoia e Sabugal — *Cap. Jorge Larcher* | 17 | 19 |
| Tradução da carta «Claves Regni» de D. Afonso Henriques ao Pontífice Romano | 18 | 1 |
| Tradução da bula «Manifestis Probatum» do Papa Alexandre III a D. Afonso Henriques... | 18 | 3 |
| Alocução do Cardial Patriarca na Sé de Lisboa, no dia da inauguração das Comemorações Centenárias | 18 | 5 |
| Palavras do Chefe do Estado, na Câmara Municipal de Lisboa, a 2 de Junho de 1940 | 18 | 7 |
| Sessão solene na Assembleia Nacional | 18 | 12 |
| Discurso do Presidente do Conselho, em Guimarãis, no dia 4 de Junho de 1940, na cerimónia comemorativa da Fundação | 18 | 23 |
| Glorificação da Língua Portuguesa na Academia das Ciências de Lisboa | 18 | 27 |
| Festa provincial do Algarve — *Discurso do Dr. Júlio Dantas* | 18 | 42 |
| Portugal é uma Nação — *Dr. A. Marques Guedes* | 18 | 46 |
| Carta credencial de sua Santidade Pio XII, ao Chefe do Estado Português | 19/20 | 1 |
| Nossa Senhora da Conceição na Restauração de Portugal — *P.e Moreira das Neves* | 19/20 | 2 |
| Inauguração da Exposição do Mundo Português: — *Discurso do Comissário Geral Dr. Augusto de Castro* | 19/20 | 10 |
| Discurso de Sua Ex.a o Ministro das Obras Públicas e Comunicações | 19/20 | 15 |
| Exposição do Mundo Português — Roteiro | 19/20 | 17 |
| Alocução proferida por S. E. o Cardial Patriarca, na missa de pontificial celebrada na Igreja do Mosteiro dos Jerónimos | 19/20 | 33 |
| Sessão Inaugural do Congresso do Mundo Português: — *Discurso do Dr. Júlio Dantas* | 19/20 | 44 |
| *Discurso do Dr. Caeiro da Mata* | 19/20 | 46 |

| | Fasc. | Pág. |
|---|---|---|
| Discurso de sua Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, na sessão de encerramento do Congresso do Mundo Português | 19/20 | 50 |
| Festa dos «Lusíadas» — *Discurso do Dr. Hernâni Cidade* | 19/20 | 53 |
| Portugal é uma Nação — *Dr. A. Marques Guedes* | 19/20 | 57 |
| Os falsificadores de D. João IV — *Dr. António G. Mattoso* | 21 | 1 |
| Como o povo defende a Independência — *Abel Viana* | 21 | 15 |
| Congresso Nacional de Ciências da População | 21 | 20 |
| O casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II, Rei de Inglaterra — *Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal* | 22 | 1 |
| Discurso proferido pelo Ministro da Educação Nacional, em 27 de Setembro, na Recepção aos professores de ensino primário, no Pavilhão de Honra da Exposição do Mundo Português | 22 | 9 |
| Algumas cartas de João IV — *Dr. Eduardo Brazão* | 22 | 16 |
| Reflexos da Restauração na Vila de Tôrres Vedras — *Rogério de Figueiroa Rêgo* | 22 | 23 |
| Castelos de Portugal — Belmonte — Sortelha — *Cap. Jorge Larcher* | 22 | 27 |
| A Restauração e o Teatro — Notas para um estudo — *Dr. Jorge de Faria* | 23 | 1 |
| A aventura marítima de Portugal no folclore do Brasil — *Dr. Gustavo Barroso* | 23 | 7 |
| Discurso do Ministro das Colónias na Sessão Inaugural do Congresso Colonial, realizada na Sociedade de Geografia, em Lisboa, na noite de 11 de Novembro | 23 | 13 |
| Palavras de Mons. Dr. Pereira dos Reis na cerimónia da evocação da figura do padre António Vieira, realizada na igreja de S. Roque de Lisboa, em 17 de Novembro | 23 | 20 |
| Sessão solene inaugural do Congresso Luso-Brasileiro de História, realizada na Academia das Ciências de Lisboa, na noite de 18 de Novembro | 23 | 27 |
| Algumas cartas de D. João IV — *Dr. Eduardo Brazão* | 23 | 33 |
| Castelos de Portugal — Mértola e Serpa — *Cap. Jorge Larcher* | 23 | 41 |
| Discurso do Chefe do Estado na Sessão solene de encerramento das Comemorações Centenárias, realizada na Assembleia Nacional, em 2 de Dezembro | 24 | 1 |
| A França e a Revolução de 1640 — *Dr. Rodrigues Cavaleiro* | 24 | 4 |
| Os jurisconsultos e os diplomatas da Restauração — Sessão evocativa na Academia das Ciências de Lisboa, em 28 de Novembro de 1940 | 24 | 15 |
| Sessão solene de encerramento das Comemorações Centenárias, realizada na Assembleia Nacional, em 2 de Dezembro — Discurso do Dr. Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva | 24 | 18 |
| Sessão solene de encerramento da Exposição do Mundo Português, realisada no Pavilhão de honra, em 2 de Dezembro de 1940 — Palavras de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas e Comunicações — Discurso do Dr. Augusto de Castro, Comissário Geral da Exposição do Mundo Português | 24 | 21 |
| Alocução do Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Dr. Marcelo Caetano, no Palácio da Independência, em 2 de Dezembro de 1940 | 24 | 23 |
| A Terceira e os Castelhanhos — A Batalha da Salga — *Dr. Vitorino Nemésio* | 24 | 26 |
| Uma curiosa referência iconográfica, aos tempos de Ourique — *Castro e Brito* | 24 | 33 |
| Alenquer — *Dr. Luciano Ribeiro* | 24 | 37 |
| Castelos de Portugal — Tôrre da Ucanha e Castelo de Penedono — *Cap. Jorge Larcher* | 24 | 41 |
| A Bibliografia das Comemorações Centenárias — *Dr. Eduardo Brazão* | 24 | 44 |
| *LEGISLAÇÃO* | 14 | 24 |
| » | 16 | 28 |
| » | 17 | 24 |
| *REVISTA DA IMPRENSA* | 13 | 25 |
| » » » | 14 | 25 |
| » » » | 15 | 29 |
| » » » | 16 | 29 |
| » » » | 17 | 25 |
| » » » | 22 | 30 |
| *NOTAS VARIAS* | 13 | 29 |
| » » | 14 | 30 |
| » » | 15 | 30 |
| » » | 17 | 28 |
| » » | 18 | 53 |
| » » | 19/20 | 64 |
| » » | 21 | 27 |
| » » | 23 | 45 |
| » » | 24 | 57 |

# INDICE DOS COLABORADORES


| | Fasc | Pág. |
|---|---|---|
| **Abel Viana** — Como o povo defende a Independência | 21 | 15 |
| **Agostinho de Campos** (Dr.) — Alberto d'Oliveira | 17 | 1 |
| **António G. Mattoso** (Dr.) — Os falsificadores de D. João IV | 21 | 1 |
| **Cabral do Nascimento** (Dr.) — A Fundação e a Restauração na poesia épica | 14 | 1 |
| **Carlos de Passos** (Dr.) — Castelo de Bragança | 17 | 12 |
| **Castro e Brito** — Uma curiosa referência iconográfica, aos tempos de Ourique | 24 | 33 |
| **Eduardo Brazão** (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV | 13 | 4 |
| **Eduardo Brazão** (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV | 14 | 14 |
| **Eduardo Brazão** (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV | 15 | 11 |
| **Eduardo Brazão** (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV | 16 | 19 |
| **Eduardo Brazão** (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV | 17 | 15 |
| **Eduardo Brazão** (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV | 22 | 16 |
| **Eduardo Brazão** (Dr.) — Algumas cartas de D. João IV | 23 | 33 |
| **Eduardo Brazão** (Dr.) — A Bibliografia das Comemorações Centenárias | 24 | 44 |
| **Frederico Gavazzo Perry Vidal** (Dr.) — O casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II, Rei de Inglaterra | 22 | 1 |
| **Gustavo Barroso** (Dr.) — A aventura marítima de Portugal no folclore do Brasil | 23 | 7 |
| **Jorge de Faria** (Dr.) — A Restauração e o Teatro — Notas para um estudo | 23 | 1 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Castelos de Portugal — Bragança e Póvoa de Lanhoso | 13 | 19 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Castelos de Portugal — Marialva, Langroiva e Ranhados | 14 | 20 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Castelos de Portugal — Marvão e Celorico da Beira | 15 | 24 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Castelos de Portugal — Abrantes e Tôrres Novas | 16 | 24 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Castelos de Portugal — Arnoia e Sabugal | 17 | 19 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Castelos de Portugal — Belmonte — Sortélha | 22 | 27 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Castelos de Portugal — Mértola e Serpa | 23 | 41 |
| **Jorge Larcher** (Capitão) — Castelos de Portugal — Tôrre da Ucanha e Castelo de Penedono | 24 | 41 |
| **Luciano Ribeiro** (Dr.) — Alenquer | 24 | 37 |
| **Mário de Albuquerque** (Dr.) — A capacidade épica da raça e o sentido Camoneano das Comemorações Centenárias | 15 | 1 |
| **Marques Guedes** (Dr. A.) — Portugal é uma Nação | 13 | 1 |
| **Marques Guedes** (Dr. A.) — Portugal é uma Nação | 14 | 6 |
| **Marques Guedes** (Dr. A.) — Portugal é uma Nação | 15 | 6 |
| **Marques Guedes** (Dr. A.) — Portugal é uma Nação | 16 | 5 |
| **Marques Guedes** (Dr. A.) — Portugal é uma Nação | 17 | 5 |
| **Marques Guedes** (Dr. A.) — Portugal é uma Nação | 18 | 46 |
| **Marques Guedes** (Dr. A.) — Portugal é uma Nação | 19/20 | 57 |
| **Moreira das Neves** (Padre) — Uma cruz basta para dizer, na História, quem é Portugal | 14 | 10 |
| **Moreira das Neves** (Padre) — Nossa Senhora da Conceição na Restauração de Portugal | 19/20 | 2 |
| **Padua de Araujo** (Dr. A.) — Armas brasileiras em Gôa | 13 | 17 |
| **Paulo Merêa** (Dr.) — A aclamação dos nossos Reis | 16 | 1 |
| **Rodrigues Cavalheiro** (Dr.) — A França e a Revolução de 1640 | 24 | 4 |
| **Rogério de Figueiroa Rêgo** — Reflexos da Restauração na Vila de Tôrres Vedras | 22 | 23 |
| **Vaz Ferreira** (Dr.) — Castelo da Feira | 16 | 12 |
| **Vitorino Nemésio** (Dr.) — A Terceira e os Castelhanos — A Batalha da Salga | 24 | 26 |

# INDICE DAS GRAVURAS

## I VOLUME

FORA DO TEXTO:


| | Fasc. |
|---|---|
| Busto de D. Afonso Henriques (Existente no Museu Arqueológico) | 1 |
| Juramento de D. Afonso Henriques (Gravura antiga sôbre o Milagre de Ourique) | 1 |
| Foral concedido à cidade de Lisboa por D. Afonso Henriques | 1 |
| Sêlo de Lisboa (MCCXXXIII) | 1 |
| Conde D. Henrique (Tombo da Sé de Santiago de Compostela) | 2/3 |
| Exposição do Mundo Português — Planta Geral | 2/3 |
| Projecto da nau «Portugal» que deve figurar na Exposição do Mundo Português | 2/3 |
| El-Rei D. João IV — Gravura de Baltazar Moncornet (Da colecção do Sr. Dr. Artur Gomes de Carvalho) | 2/3 |
| Página dos guerreiros do «Apocalipse de Lorvão» (Existente na Tôrre do Tombo) | 2/3 |
| Guimarãis — Monumento a D. Afonso Henriques (Escultura de Soares dos Reis) | 2/3 |
| El-Rei D. João IV | 4 |


NO TEXTO:


| | Fasc. | Pág. |
|---|---|---|
| Castelo de Guimarãis | 1 | 13 |
| Primeira reünião dos membros da Comissão Nacional dos Centenários com o sr. Presidente do Conselho, no Secretariado da Propaganda Nacional | 1 | 21 |
| Planta da Secção Etnografica e Colonial | 2/3 | 8 |
| A nau «Portugal», ancorada no rio Tejo, junto ao Terreiro do Paço, em Lisboa | 2/3 | 10 |
| Espada de D. Afonso Henriques (Existente no Museu Nacional de Soares dos Reis, do Pôrto. A lâmina mede $0^{m},835$) | 2/3 | 32 |
| O emblema das edições dos Centenários, da autoria de Eduardo Anahory (1.º Prémio) | 2/3 | 33 |
| Cartaz do pintor Félicien Garcia, de Paris (A afixar no estranjeiro. 2.º Prémio) | 2/3 | 34 |
| Cartaz do pintor Roberto de Araújo, de Lisboa (A afixar em Portugal. 2.º Prémio) | 2/3 | 34 |
| Cartaz do arquitecto Keil do Amaral e de D. Maria Pires Keil do Amaral, de Lisboa (3.º Prémio) | 2/3 | 35 |
| Idem, idem | 2/3 | 35 |
| Figurinos do artista Manuel Lapa para o cortejo do Mundo Português | 4 | 6 |
| Arcebispo de Braga (Figurino de Manuel Lapa para o cortejo do Mundo Português) | 4 | 7 |
| Templário (Figurino de Manuel Lapa para o cortejo do Mundo Português | 4 | 9 |
| Guimarãis — Capela de S. Miguel do Castelo, onde, segundo a tradição, foi baptisado D. Afonso Henriques | 4 | 13 |
| Coímbra — Túmulo de D. Afonso Henriques na Igreja de Santa Cruz | 4 | 17 |
| Bandeira da Exposição Histórica do Mundo Português | 4 | 26 |
| Mapa das principais rotas marítimas dos Portugueses (Desenho de Roberto de Araújo) | 5 | 3 |
| A Comissão Nacional dos Centenários ouvindo a leitura do programa-calendário das celebrações de 1940, que foi feita pelo sr. dr. Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva | 5 | 11 |
| Pavilhões dos Portugueses no Mundo, de Portugal 1940 e do Brasil na «Exposição do Mundo Português» | 5 | 15 |
| Pavilhão de Honra e Pavilhão de Lisboa | 5 | 19 |
| Castelo de Leiria | 5 | 21 |
| Ruínas de um varandim no Castelo de Leiria | 5 | 22 |
| Castelo de Óbidos | 5 | 23 |
| Gravura antiga, alemã, reproduzindo cenas do período da Restauração | 6 | 3 |
| D. Luiza de Gusmão, espôsa de D. João IV (Da colecção de gravuras da Biblioteca Nacional de Lisboa) | 6 | 9 |

| | Fasc. | Pág. |
|---|---|---|
| Exposição do Mundo Português (Maquetas) | 6 | 14/15 |
| Primeiro documento datado relativo à tomada de Lisboa e instituïção mais antiga de capela junto a esta cidade | 6 | 18 |
| Castelo de Montemór-o-Velho | 6 | 20 |
| Muralhas do Castelo de Penela | 6 | 22 |
| Castelo de Soure — Janela geminada e uma tôrre do Castelo (Desenhos do pintor Armando Lucena) | 6 | 24 |
| Gravura da «Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques», de Duarte Galvão (Museu Biblioteca do Conde de Castro Guimarãis — Cascais) | 7 | 3 |
| Túmulos do Conde D. Henrique e D. Tereza na Sé de Braga | 7 | 9 |
| Castelo de Guimarãis (Fachada Sul) | 7 | 22 |
| Lisboa — Palácio da Independência (De uma gravura do «Ocidente») | 7 | 24 |
| D. João V | 8 | 3 |
| Gravura antiga sôbre o milagre de Ourique (Da colecção do Ex.mo Sr. João Jardim de Vilhena) | 8 | 7 |
| Gravura de O. Cor. num documento do reinado de D. João V para a tentativa de canonização de D. Afonso Henriques (Da colecção do Ex.mo Sr. Dr. Vasco Valente) | 8 | 10 |
| Gravura acompanhada da estância de «Os Lusíadas» alusiva ao milagre de Ourique (Da colecção iconográfica do Ex.mo Sr. João Jardim de Vilhena) | 8 | 11 |
| Pavilhão de Timor, Cabo Verde, S. Tomé e Principe e Pavilhão das Missões | 8 | 16 |
| Pavilhão de Angola e de Moçambique e Pavilhão de Arte Indígena | 8 | 17 |
| A Espada de D. Afonso Henriques (Existente no Museu Nacional de Soares dos Reis, do Pôrto. A lâmina mede $0^{m},835$) | 8 | 18 |
| Castelo da Feira | 8 | 27 |
| Alegoria da Coroação de D. João IV | 9 | 7 |
| Púlpito da Igreja de Santa Cruz, em Coimbra | 9 | 11 |
| Coimbra — Túmulo de D. Sancho I na Igreja de Santa Cruz | 9 | 13 |
| Reprodução, em tamanho natural, dum documento do reinado de D. João V—Tentativa para a canonização de D. Afonso Henriques (gravura de O. Cor. — Espécie iconográfica da colecção do Ex.mo Sr. Dr. Vasco Valente — Director do Museu Nacional de Soares dos Reis) | 9 | 17 |
| Castelo de Palmela | 9 | 19 |
| Castelo de Sezimbra — Entrada principal | 9 | 21 |
| Tôrre de Menagem do Castelo de Sezimbra | 9 | 21 |
| Rua de Macau, na Secção Colonial da Exposição do Mundo Português | 9 | 27 |
| Conde de Vila-Flôr | 10 | 5 |
| Pátio dos Pavilhões de Etnografia e um pormenor do Pavilhão de Lisboa | 10 | 14 |
| Pavilhão da Formação e Conquista e Pavilhão dos Descobrimentos | 10 | 15 |
| Braga — Vista da Ábside e das Tôrres da Sé | 10 | 19 |
| Castelo de Almourol | 10 | 23 |
| Tomar — Castelo dos Templários | 10 | 24 |
| Casa dos Melos — Xabregas | 11 | 3 |
| Castelo de Pombal | 11 | 21 |
| Castelo de Pôrto de Mós | 11 | 23 |
| Painéis de azulejos referentes à Restauração — (Palácio dos Condes de Almada) | 12 | 1 |
| Lisboa — Monumento aos Restauradores | 12 | 5 |
| Painel de azulejos referentes à Restauração (Palácio dos Condes de Almada) | 12 | 8 |
| Painéis de azulejos referentes à Restauração (Palácio dos Condes de Almada) | 12 | 9 |
| Túmulo de D. João IV (Panteão da Dinastia de Bragança — Igreja de S. Vicente de Fora — Lisboa) | 12 | 14 |
| «Crux Fidelis» — Motete por El-rei D. João IV — Cópia do maestro Ruy Coelho | 12 | 23 |
| Pavilhões da Independência, dos Descobrimentos, da Formação e Conquista | 12 | 26 |
| Pavilhões de Lisboa, da Colonização, de Caça e Turismo | 12 | 27 |
| Fachada da Igreja dos Agostinhos e Panteão da casa de Bragança | 12 | 28 |
| Paço Ducal — Claustro | 12 | 29 |
| Palácio Ducal de Vila Viçosa: | | |
| Fachada e Sala de jantar | 12 | 30 |
| Sala dos Duques e Sala de Hércules | 12 | 31 |
| Paço Ducal — Sala das Virtudes | 12 | 33 |
| Castelo de Alcácer do Sal | 12 | 45 |
| Castelo de Silves | 12 | 47 |

# II VOLUME


| | Fasc. | Pág. |
|---|---|---|
| Duas cartas de D. João IV (Biblioteca da Ajuda. Cod. 44-XIII-42, Fs. 73 e 75) | 13 | 7 |
| Estátua de Pedro Álvares Cabral, que se ergue numa das melhores Praças do Rio de Janeiro e da qual o Govêrno Brasileiro mandou fazer uma cópia fiel, para oferecer ao Govêrno Português, assinalando assim a comparticipação do Brasil nas Comemorações Centenárias | 13 | 14 |
| O delegado do Brasil, segurando nas mãos as bandeiras portuguesa e brasileira, pronuncia o seu discurso, perante a espôsa do Chefe do Estado | 13 | 15 |
| Bragança e o seu Castelo (Do Livro das Fortalezas, de Duarte d'Armas) | 13 | 19 |
| Castelo de Bragança | 13 | 21 |
| Castelo da Póvoa de Lanhoso | 13 | 22 |
| Monumento das descobertas na Exposição do Mundo Português | 14 | 9 |
| Gravura de Dick Stoop alusiva ao casamento de Dona Catarina de Bragança (Da colecção do Ex.mo Sr. Eng. Vieira da Silva) | 14 | 15 |
| Francisco de Andrade Leitão | 14 | 17 |
| Castelo de Marialva e Tôrre e muralhas do Castelo de Langroiva | 14 | 21 |
| Ruínas do Castelo de Ranhados | 14 | 22 |
| Carta de Couto de D. Afonso Henriques, *Infante*, ao Mosteiro de S. Pedro de Arouca, de Abril da era de 1170 (T. T. col. esp.) | 15 | 7 |
| Retrato do diplomata português Luiz Pereira de Castro | 15 | 13 |
| Pormenor de um Pavilhão da Secção de Etnografia Metropolitana da Exposição do Mundo Português | 15 | 18 |
| Aldeia Indígena, na Secção Colonial da Exposição do Mundo Português | 15 | 19 |
| Castelo de Marvão | 15 | 24 |
| Castelo de Celorico da Beira | 15 | 27 |
| Doação feita por D. Afonso Henriques, que nela se intitula príncipe, a D. Afonso Pelaiz, do seu reguengo na Vila de Coinias, datada na era de 1177, oitava das calendas de Maio (T. T. col. esp.) | 16 | 7 |
| Ruínas do Castelo de Faria, muralhas no Monte da Fanqueira | 16 | 12 |
| Ruínas do Castelo de Faria, restos da Tôrre de Atalaia | 16 | 13 |
| Castelo da Feira | 16 | 17 |
| Palácio e Praça da Ribeira, segundo uma gravura de Dick Stoop. (Da colecção do Ex.mo Sr. Eng. Vieira da Silva) | 16 | 20 |
| Castelo de Abrantes | 16 | 24 |
| Muralhas do Castelo de Tôrres Novas | 16 | 26 |
| Embaixador Dr. Alberto de Oliveira, Presidente da Comissão Nacional dos Centenários—(Falecido em 23 de Abril de 1940) | 17 | 3 |
| Doação feita por D. Afonso Henriques, que nela se intitula *Rei*, ao Conv. de S.ta Cruz, de Vinhas em Vila Mendiga, Assamassa e Eires, era de 1177, mês de Março (T. T. col. esp.) | 17 | 7 |
| Siglas da Tôrre de Menagem (Castelo de Bragança) | 17 | 13 |
| Siglas Duplas (Idem) | 17 | 13 |
| Castelo de Arnoia | 17 | 20 |
| Castelo de Sabugal | 17 | 21 |
| O Primeiro Foral de Guimarãis (Do Arquivo da Tôrre do Tombo) | 18 | 2 |
| Do terraço da Galilé da Sé Catedral de Lisboa, Sua Eminência o Cardial Patriarca, ladeado pela Cruz de Oiro do rei D. Sancho I, a espada de D. Afonso Henriques e a bandeira da Fundação, anuncia ao povo «que faz agora 8 séculos que Portugal nasceu» | 18 | 4 |
| Sua Excelência o Chefe do Estado lê o discurso inaugural das Comemorações Centenárias, na sessão solene da tarde de 2 de Junho, na Câmara Municipal de Lisboa | 18 | 9 |
| Chegada a Lisboa da Embaixada Especial do Brasil às Comemorações Centenárias | 18 | 13 |
| Aspecto da sessão solene na Assembleia Nacional, na noite de 2 de Junho | 18 | 17 |
| Sua Excelência o Dr. Oliveira Salazar, Presidente do Conselho | 18 | 22 |
| Guimarãis — Cortejo das Flôres | 18 | 24 |
| Guimarãis — Missa campal junto às muralhas do Castelo | 18 | 25 |
| Sua Excelência o Dr. Getúlio Vargas, Presidente dos Estados Unidos do Brasil | 18 | 29 |
| Alguns membros da Embaixada especial no Brasil com o Chefe do Estado, ministro da Educação Nacional e Presidente da Comissão Executiva dos Centenários, na festa de glorificação da língua portuguesa, realizada na Academia das Ciências de Lisboa, na noite de 10 de Junho | 18 | 33 |

| | Fasc. | Pág. |
|---|---|---|
| A romagem patriótica do povo de Lisboa ao passar, em Alfama, a caminho do Castelo de S. Jorge | 18 | 37 |
| A romagem passa em frente da Sé de Lisboa | 18 | 38 |
| Chegada da romagem ao Castelo de S. Jorge | 18 | 39 |
| Tribuna presidencial no Castelo de S. Jorge | 18 | 39 |
| Exposição do Mundo Português — Centro Regional — Trás-os-Montes, Alentejo, Beira e Algarve | 18 | 40/41 |
| Inauguração do Padrão comemorativo da Batalha de Ourique, vendo-se ao lado a espada de D. Afonso Henriques | 18 | 43 |
| Ourique — As bandeiras de Portugal junto do Padrão comemorativo | 18 | 45 |
| Benção ritual do mar, no rochedo de Sagres, em 15 de Junho, por Sua Excelência Reverendíssima o Bispo do Algarve | 18 | 45 |
| Carta de Couto de Vila Menendi feita por D. Afonso Henriques, *Rei*, ao Mosteiro de Tibãis, datada das Nonas de Julho da era de 1178 (T. T. col. esp.) | 18 | 49 |
| Lápide no arco do Marquês de Alegrete, em Lisboa | 19/20 | 7 |
| O Chefe do Estado é recebido pelo Sr. Presidente do Conselho à entrada do Pavilhão de Honra da Exposição do Mundo Português | 19/20 | 11 |
| Elemento oficial e convidados na Inauguração da Exposição do Mundo Português | 19/20 | 13 |
| Um aspecto da Inauguração da Exposição do Mundo Português | 19/20 | 13 |
| Largada de pombos no dia da inauguração da Exposição do Mundo Português | 19/20 | 14 |
| Inauguração oficial do Centro Regional, na Exposição do Mundo Português | 19/20 | 17 |
| Esfera dos Descobrimentos e Porta da Fundação | 19/20 | 19 |
| Estátua da Soberania em frente ao Pavilhão dos Portugueses no Mundo | 19/20 | 24 |
| Tôrre do Pavilhão dos Portugueses no Mundo | 19/20 | 25 |
| Exposição do Mundo Português — Centro Regional, Beira Baixa, Cêna aldeã, Cruzeiro numa aldeia transmontana e Claustro do Pavilhão da Doçaria | 19/20 | 28/29 |
| O Chefe do Estado recebe os cumprimentos do Duque de Kent, na cerimónia de recepção de credenciais das Embaixadas extraordinárias e das Missões especiais, no Palácio da Ajuda | 19/20 | 32 |
| Um aspecto das cerimónias religiosas em frente da Igreja do Mosteiro dos Jerónimos | 19/20 | 35 |
| Sua Eminência o Cardial Patriarca de Lisboa proferindo a sua alocução na missa de Pontifical celebrada na Igreja do Mosteiro dos Jerónimos | 19/20 | 37 |
| Tribuna do corpo diplomático e convidados na missa de Pontifical do Mosteiro dos Jerónimos | 19/20 | 39 |
| Cortejo Histórico do Mundo Português — O carro evocativo da Lusitânia | 19/20 | 41 |
| O desfile do cortejo em frente do Pavilhão dos Portugueses no Mundo | 19/20 | 41 |
| Cavaleiros empunhando as signas com as côres anunciadoras das diversas épocas do cortejo... | 19/20 | 42 |
| D. João I e D. Filipa de Lencastre, em frente dos Pavilhões de Honra e de Lisboa | 19/20 | 42 |
| O elefante da Índia, na evocação da Embaixada de D. Manuel I a Roma | 19/20 | 42 |
| O coche da Embaixada de D. João V ao Papa Clemente XI | 19/20 | 43 |
| Aspecto da parte folclórica do cortejo, vendo-se à direita os sargaceiros de Esposende | 19/20 | 43 |
| Sessão inaugural do Congresso do Mundo Português, na sala da Assembleia Nacional | 19/20 | 47 |
| Testamento de D. Afonso Henriques | 19/20 | 61 |
| Um aspecto do Chiado no dia da Exposição de Montras, interessante iniciativa do S. P. N. | 19/20 | 65 |
| D. João IV | 21 | 5 |
| Gravura belga de 1730, de Fran: Harrewyn | 21 | 11 |
| Quadro existente na Igreja paroquial de Lanhelas | 21 | 17 |
| Um aspecto do cortejo do trabalho, no Pôrto | 21 | 22 |
| Outro aspecto do cortejo do trabalho | 21 | 23 |
| 1662 — Touros reais que se correram, no Terreiro do Paço, nas festas do casamento de D. Catarina de Bragança (Col. de Vieira da Silva, gravura de Dick Stoop) | 22 | 2 |
| 1662 — Cortejo real em direcção à Sé e embarque da raínha (Col. da C. M. L.) | 22 | 3 |
| 1662 — Partida de D. Catarina de Bragança, vendo-se a ponte, o bergantim real e a armada inglesa (Col. da C. M. L.) | 22 | 4 |
| 1662 — Chegada da raínha D. Catarina de Bragança a Portsmouth e cortejo fluvial na ocasião da sua entrada em Londres com Carlos II (Col. da C. M. L.) | 22 | 5 |
| Tôrre do Pavilhão de Ourivesaria, no Centro Regional da Exposição do Mundo Português... | 22 | 8 |
| Exposição do Mundo Português — Centro regional — Traz-os-Montes, Um aspecto da Feira, Um grupo de campinos no Largo da Feira e Casa do Paúl — Beira Baixa | 22 | 14/15 |
| Deniz de Melo e Castro, 1.º Conde das Galveias: Foi governador das armas na província do Alentejo em 1705, comandante da cavalaria em Montes Claros, tendo servido no exército desde 1640 «com grande reputação» | 22 | 17 |
| D. João IV | 22 | 19 |

| | Fasc. | Pág. |
|---|---|---|
| Castelo de Tôrres Novas | 22 | 25 |
| Castelo de Belmonte | 22 | 27 |
| Castelo de Sortelha | 22 | 28 |
| Duas raras peças francesas de teatro sôbre a Restauração | 23 | 3 |
| Aspecto da sessão inaugural do Congresso Colonial, realizada na Sociedade de Geografia, sob a presidência do Chefe do Estado | 23 | 15 |
| Dois aspectos da feira do Centro Regional, Farol do Pavilhão da Terra e do Mar, Tôrre do Pavilhão dos Portugueses no Mundo e Portugal 1940 | 23 | 18/19 |
| Padre António Vieira, S. J. (Colecção do Ex.mo Sr. Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima) | 23 | 23 |
| Igreja das Missões na Secção Colonial | 23 | 26 |
| O Chefe do Estado presidindo à inauguração do Congresso Luso-Brasileiro de História na Academia das Ciências | 23 | 29 |
| D. Jerónimo de Ataíde | 23 | 34 |
| Conde da Ericeira | 23 | 35 |
| D. João IV | 23 | 36 |
| D. João IV | 23 | 38 |
| Um pavilhão da Secção Colonial e vendedeira de louça no Centro Regional | 23 | 40 |
| Castelo de Mertola | 23 | 41 |
| Muralhas do Castelo de Serpa | 23 | 43 |
| Mosteiro dos Jerónimos — Aspecto nocturno | 23 | 46 |
| Gravura representando D. João IV criança (Da colecção da B. N. L.) | 24 | 5 |
| D. João IV (Gravura de Delric da colecção da B. N. L.) | 24 | 7 |
| D. João IV (Lusitana Liberata) | 24 | 9 |
| O general alemão Armando Frederico Schomberg, Conde e Duque de Schomberg, que serviu no exército português, durante as campanhas da Restauração | 24 | 11 |
| Leoni (Leone e Pompeo) — A imperatriz Isabel de Portugal, esposa de Carlos V (Estátua de bronze existente no Museu do Prado, Madrid) | 24 | 14 |
| Lisboa — Porta interior do primitivo Palácio dos Condes de Almada, agora Palácio da Independência | 24 | 24 |
| Quadro sôbre a aparição de Ourique, no tecto duma sala do solar dos Maldonados, em Beja | 24 | 35 |
| Tôrre da Couraça, mais conhecida por Casa da Tôrre, em Alenquer | 24 | 37 |
| Arco da Conceição — Alenquer | 24 | 38 |
| Cristovão de Morais — D. Sebastião, Rei de Portugal (Tela A. 1,58 × L. 1,00. Existente no Mosteiro de «las Descalzas Reales», de Madrid) | 24 | 40 |
| Tôrre e Ponte de Ucanha | 24 | 41 |
| Castelo de Penedono | 24 | 43 |
| 1640 — Constituïção do Conselho de Guerra | 24 | 49 |
| 1644 — Relatório do cêrco de Elvas | 24 | 50 |

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA